Guião de Entrevista à Dirigente da Associação Renovar a Mouraria (ARM)

Finalidade:

- Caracterizar a Associação Renovar a Mouraria

Objectivos:

Geral

- Explorar elementos caracterizadores da ARM, bem como do seu funcionamento e dinâmica de ação.

Específicos

- Conhecer a trajetória académica e profissional da pessoa entrevistada;
- Identificar as características subjacentes à ARM;
- Compreender a origem, funcionamento e dinâmica da ação da ARM;
- Descrever as atividades principais realizadas pela ARM;
- Identificar os recursos, materiais e estratégias utilizados para colocar em prática as atividades planeadas;
- Identificar as parcerias e financiamentos que ARM dispõe na ajuda às suas práticas;
- Reconhecer os pontos fortes, aspectos a melhorar e perspectivas de futuro da ARM;
- Reconhecer as características principais do Projeto Mouraria Integra.

Categorias	Subcategoria	Indicadores	Questões
1. Legitimação da entrevista	**1.1 Contextualização e objectivos de entrevista**	Informar o entrevistado sobre o contexto/âmbito de realização da entrevista e respectivos objectivos	
	1.2 Motivação do entrevistado	Sublinhar a importância da colaboração do entrevistado	

		para a realização do trabalho	
	1.3 Confidencialidade e anonimato	Garantir a confidencialidade e o anonimato dos dados recolhidos	
	1.4 Autorização para a gravação áudio	Pedir autorização para a gravação áudio da entrevista, para facilitar a recolha e organização dos dados, para posterior análise	
2. Perfil académico e Profissional	**2.1 Caracterização do perfil académico**	Formação Académica	2.1.1 Qual a sua formação académica?
	2.2 Caracterização do perfil profissional	A nível profissional	2.2.1 Qual a sua atividade profissional? 2.2.2 Qual o seu percurso profissional dentro e fora desta instituição? 2.2.3 Há quanto tempo trabalha nesta instituição? 2.2.4 Quais os motivos que a levaram a trabalhar nesta instituição? 2.2.5 Quais as principais funções que desempenha no seu dia-a-dia? 2.2.6 Como avalia o trabalho que realiza?
3. Associação Renovar a Mouraria (ARM)	**3.1 Caracterização da Associação**	Origem da Associação	3.1.1 Quando é que surgiu esta associação? 3.1.2 Com que objectivo foi criada? (objectivos, eixos de intervenção) 3.1.3 Que estatuto jurídico tem esta associação? 3.1.4 Que relação existe entre a associação e o bairro onde a associação

			está inserida? (o porquê do nome) 3.1.5 E quanto ao logotipo da associação, algum propósito?
		Funcionamento da Associação	3.1.6 Quantas pessoas trabalham nesta na ARM ? estão a tempo inteiro, a part-time? Conta com voluntários? Quantos? 3.1.7 Como é realizado o recrutamento dessas mesmas pessoas? 3.1.8 Quais os órgãos/departamentos que a constituem? E como se articulam entre si? (trabalho colaborativo) 3.1.9 Que serviços são prestados? De que forma se enquadram nos vossos pressupostos de intervenção? 3.1.10 Qual o espaço físico de que dispõe a associação?
		Público-Alvo - Caracterização	Que e quantas pessoas participam nas atividades e projetos em curso? 3.1.11 Quais as faixas etárias nas quais incidem as vossas atividades? 3.1.12 Existe um grupo social ou género dominante? 3.1.13 Como é feita a adesão à associação? (Autonomamente ou por incentivo da ARM)
	3.2 Atividades	Elaboração e prática das atividades	3.2.1 Quais as principais áreas de intervenção? 3.2.2 Quais as atividades desenvolvidas nas respetivas áreas? 3.2.3 Como são planificadas as

			actividades? Quais as finalidades? 3.2.4 Como são colocadas em prática? O que é que isto quer dizer? Quais os recursos de apoio utilizados? (meios financeiros, materiais e humanos)
		Avaliação das atividades	3.2.5 Como evoluiu a participação e envolvimento nestas atividades? 3.2.6 Como explica essa evolução? (Caso tenha havido) Que avaliação faz do trabalho que a associação realiza nessas atividades?
		Divulgação	3.2.7 Como é realizada a divulgação das actividades junto da população? 3.2.8 De que forma é recebida essa divulgação?
	3.3 Relações Externas	Parcerias	3.3.1 Quais as parcerias que a associação tem neste momento? 3.3.2 O que é que essas parceiras envolvem (finalidades, atores, meios)?
	3.4 Potencialidades e constrangimentos	Fatores positivos	3.4.1 Quais os pontos fortes da associação?
		Fatores negativos	3.4.2 E os principais constrangimentos? 3.4.3 Que estratégias utilizaram para superar eventuais contratempos?
	3.5 Considerações gerais	Análise da atuação	3.5.1 Como avalia a intervenção da associação na comunidade onde está inserida?
		Perspetivas de Futuro	3.5.2 Quais as suas perspetivas de futuro face à intervenção da associação e respetivos resultados? (Novas ambições,

			objetivos por concretizar)
4. Projecto Mouraria Integra	**Caracterização**		- Como surgiu o projeto Mouraria Integra? - Em que consiste o projeto? (descrição) - Quais os seus principais objectivos/finalidades? - Quais as atividades que compõem o projeto? - A quem é dirigido este projeto? (público alvo) Que recursos humanos são mobilizados? Como foram recrutados? - Como está a ser implementado o projeto? -Quais os recursos financeiros, instrumentos, estratégias e metodologias que utilizam para a sua implementação? Quais as entidades que apoiam este projeto? E de que forma? - Quais os resultados esperados para este projeto? - Como é feita a avaliação do projeto e dos seus resultados?
5. Considerações finais e agradecimentos	**5.1 Informações adicionais**		5.1.1 Quer acrescentar algum aspecto ou esclarecimento complementar sobre as questões levantadas?
	5.2 Agradecimentos	.	5.2.1 Formular os agradecimentos e a colaboração prestada

Transcrição da Entrevista Realizada à Dirigente da ARM

Entrevistadora: Vânia Matos – Estagiária (VM)

Entrevistada: Dirigente da ARM (DARM)

VM: Primeiramente gostaria de saber qual a sua formação académica?

DARM: Então eu sou assistente social, serviço social e desenvolvimento comunitário, essa é a formação.

VM: Neste momento, qual a sua actividade profissional?

DARM: Bem, sou a coordenadora de projectos aqui, coordenadora do departamento de intervenção e desenvolvimento comunitário.

VM: E pode falar-me um pouco do seu percurso profissional dentro e fora da associação?

DARM: Então…eu comecei em 2006, portanto já fazia voluntariado à muito tempo antes até mesmo de terminar o curso e entretanto em 2006 fiz uma formação para integrar projectos de cooperação internacional...então tive durante 2006 e 2007 na Guiné-Bissau onde trabalhei em Bubaque numas ilhas do arquipélago, trabalhei na área do desenvolvimento pessoal e social e microcréditos, sistemas tradicionais de poupança crédito das mulheres que eram vendedoras de peixe, sendo uma ilha a actividade comercial principal era essa..e foi trabalhar basicamente isso com elas, sistemas de trabalho em equipa, em grupo …porque haviam ali algumas dinâmicas que faziam com que estas mulheres perdessem algum dinheiro ou não tivesse tanto dinheiro através do seu negocio, criou-se ali também alguns sistemas, dinâmicas de sistemas tradicionais de poupança e crédito. Han, e trabalhar muito o papel da mulher enquanto motor da sociedade e agente activo.

Depois regressei, tive dois anos a trabalhar em escolas na área da cidadania e consumo responsável, comércio justo com uma entidade que é o CIDAC. Portanto eu tive dois anos a colaborar com eles num projecto muito específico que era esse projecto, basicamente era capacitação a professores com técnicas de ensino não formal no âmbito destas temáticas, cidadania, interculturalidade, comércio justo, consumo responsável,

enfim uma data de temas, temáticas relacionadas. E., para além da capacitação aos professores, trabalhei em duas escolas em Monte Abrão e em Benfica com turmas, portanto eram trabalhos durante dois anos, ou seja, para além das aulas as formações em sala de aula, tínhamos também no final de todas elas criar um clube de comércio justo em que depois dinamizaram sozinhos várias actividades para a escola, para os alunos enfim, isso em dois anos. Depois o quê que aconteceu? Ah depois fui para a Angola, voltei a candidatar-me na área da cooperação internacional, voltei para a Angola e trabalhei com mulheres na mesma área, era também no sul de Benguela, numa comunidade piscatória, coincidentemente com mulheres também vendedoras de peixe e o trabalho era muito similar ao que foi feito na Guiné-Bissau, apesar de ter outro, portanto um contexto diferente, geograficamente enfim tinha outros constrangimentos que a Guiné não tinha e vice-versa mas basicamente foi isso..foi capacitação destas mulheres, a criação de uma corporativa…pronto ou seja, como produto final do próprio projecto e também como resultado maior foi exactamente a criação desta corporativa…criou-se uma corporativa para venda de peixe em que estas mulheres eram elas própria as gestoras deste negócio, o que não acontecia até então, eram sempre os homens e depois daí muitos outros problemas surgiam…tinha de haver aqui uma capacitação não só das próprias mulheres, da organização que foi ali um bocadinho a mediadora entre a minha organização de envio e estas mulheres, que era a Promaiker que é uma associação de mulheres da igreja católica, ou seja, acaba por ser um grupo um bocadinho diferente daqui , mas são grupos que trabalham ali mais do que a questão religiosa. Pronto é um grupo comunitário e existe a rede de entreajuda, basicamente é isso e a ligação para chegar a esse grupo de mulheres já formado e já com competências e estrutura que pudesse abraçar este resultado final que era a criação da corporativa trabalhamos em colaboração com eles, portanto houve capacitação das mulheres, capacitação da própria entidade, Promaiquer, dos seus dirigentes e implementação desta corporativa.

VM: E actualmete, sabes alguma coisa da corporativa? Se se mantém, a situação em que se encontra, os resultados …

DARM: Sei sei, sei porque entretanto o projecto teve continuidade noutros termos, ou seja, sem nenhum técnicos no terreno porque já não se justificava porque, pela organização com a qual eu trabalhava …o objectivo não era estar a substituir enfim, o recursos locais, é necessário nesta fase inicial uma pessoa que desse algumas

ferramentas mas depois as mulheres já são lideres comunitárias portanto tendo essas ferramentas e trabalhando essas dinâmicas com elas, elas próprias podem e têm competências e capacidades para assegurar. O projecto continua a ser apoiado pela organização, houve novamente financiamento que terminará eu creio em 2016 mas com um tipo de trabalho completamente diferente, ou seja, localmente as pessoas estão capacitadas para isso, existe só apenas idas ao terreno, creio que neste momento duas vezes por ano para verificação das coisas, também a nível de competência técnicas se houver alguma necessidade muito especifica ir lá e trabalhar-se isso, mas pronto é isso. Mas sim, continuam o seu trabalho.

Depois voltei para Portugal, estive na OIKOS, uma das maiores, ou a maior organização na área da cooperação e desenvolvimento portuguesa…mas trabalhei, portanto no escritório na área dos projectos internacionais em que fazia candidaturas, tratava dos relatórios enfim, portanto é uma organização com uma estrutura completamente diferente, é um maquinão na área da cooperação, o que fazia com que existissem dezenas e dezenas de projectos em todo o mundo, Moçambique, na América Latina, Timor, Indonésia, enfim...trabalha na emergência social, ou seja, tem uma capacidade muito rápida para dar com projectos para a UE que geralmente disponibiliza fundos para isso, portanto é uma ajuda de emergência rápida mas também de desenvolvimento, os projectos a longo prazo, são projectos com uma dimensão muito grande, estamos a falar de projecto de três quatro milhões de euro, de três anos enfim…ou seja, é uma outra dinâmica na qual eu não me identifico minimamente até porque sempre trabalhei no terreno e sempre com organizações pequeninas em que tu geres tudo muito direitinho e enfim, tenho uma escola que é a organização com que inicialmente fui para a Guiné e depois fui para a Angola que é o ISU e que me deu essa bagagem e, na qual ainda sou hoje voluntária na equipa de projectos, mas pronto que me deu uma escola a nível sei lá, quase de ética profissional e da necessidade de as coisas serem muito bem feitas, planeadas, organizadas, porque enfim este locais precisam deste dinheiro e eventualmente se houver má gestão aqui perde-se muito dinheiro e…Pronto esta organização tem uma filosofia, o ISU com a qual eu me identifico e colaborei muito com eles. A OIKOS é um maquinão e eu vi coisas que enfim, eu (isto não vais escrever) que eu não podia continuar lá, despedi-me, quer dizer terminei o contracto, houve a rescisão e eu quis sair porque não me identificava, não conseguia, não conseguia era tipo socos no estômago diários esquece era coisas, enfim que supostamente existiam no

terreno e que não existiam e tu escreves relatórios a dizer que existem, enfim estamos a falar de muito muito dinheiro que não chega ao sitio devido e não, não sou capaz. Efectivamente era um sitio onde toda a gente na área da cooperação gostava de trabalhar mas depois la dentro percebes que há outras dinâmicas…aliás, quando eu consegui entrar para a OIKOS eu fiquei, porque havia muita gente a concorrer e eu conhecia muitas delas porque este mundo é um ovo e toda agente passa por todo o sitio e depois toda agente se cruza, principalmente na Guiné há muita cooperação portuguesa, toda a gente e cruz ou se conhece e eu sabia que haviam pessoas muito boas a concorrer e eu fiquei, fiquei super contente.

VM: Então estiveste lá quanto tempo?

DARM: Tive um ano…portanto no final do contracto eu quis sair e saí, tive desempregada, nos entretantos houve a possibilidade de fazer um diagnóstico na Guiné Bissau, um diagnostico, a avaliação de projectos anteriores do ISU e um diagnóstico para a OIKOS e tive três meses durante esse ano na Guiné Bissau, portanto voltei, quer dizer já tinha voltado noutros momentos mas mais a nível pessoal porque é um país que eu gosto muito..mas voltei e fiquei três meses e pronto tive um diagnóstico territorial, institucional e avaliação de alguns projectos que estavam a ser fechados pelo ISU e diagnóstico para a OIKOS que tinha a intenção de voltar, já tinha estado no território a alguns anos, depois tinha deixado e tinha intenções de voltar e foi um aspecto também muito importante porque sempre fui como técnica de implementação de projectos e um bocadinho mais institucional primeiro porque viajei como nunca tinha viajado, o pais todo de norte a sul, é minino mas é difícil de viajar porque enfim as estradas não colaboram e fui na época das chuvas e foi um bocado um caos mas aparentemente interessante porque tens uma outra perspectiva das coisas e acho que mesmo profissionalmente foi enriquecedor e toda a parte de diagnóstico, instrumentos de diagnóstico, avaliação qualitativa quantitativa foi baste interessante. Depois sai das OIKOS e o quê que eu fiz? Comecei à procura de trabalho e surgiu a renovar ao mesmo tempo que surgiu outra coisa na Adroana, no bairro em cascais que era na área da mutilação genital feminina que é um bairro muito ….e eu fiquei assim muito dividida…objectivamente e a parte mais racional dizia-me para ir para a Adroana mas houve assim qualquer coisa que eu pensei, porque eu nunca fiz que estou a fazer agora, quer dizer gestão de projectos acabei por fazer mas não assim, porque eu tinha a parte chata, porque a parte da implementação eu não a tenho, agora vou começar a ter com o

escolhas, mas a parte de implementação, de trabalho directo com as pessoas eu não a tenho aqui e eu sinto muito essa necessidade, o trabalho de escritório aborrece-me um bocado…mas não sei houve aqui qualquer coisa que pensei, que depois a Inês chamou-me e a Filipa e eu percebi que havia aqui um, à um ano atrás, estava um bocadinho diferente do que se faz a nível da área social porque estava tudo a começar e eu percebi que havia aqui um espaço que podia para fazer outras coisa s e percebi que havia flexibilidade e espaço para isso da parte delas senti isso olha se calhar e foi isso aceitei..portanto isto foi à um ano e meio, foi em Junho de 2013.

VM: E as tuas funções desde que entraste para qui foram logo estas que desempenhas actualmente?

DARM: Não, não. Aqui quem é que trabalhava? Eu, a Inês e a Filipa e o Hugo e depois a Sandra mais ninguém. Portanto, primeiro não tinha ninguém a coordenar se não a mim própria…mentira comecei a coordenar um projecto de visitas guiadas em que estava o Pedro mas que era um prestador de serviços mas basicamente comecei a candidatar-nos a coisas, a tentar definir aqui alguma coisa mais concreta a nível de intervenção para a Renovar nesta área mais social. Não comecei como, nem fazia parte da direcção, agora faço e por isso também essa coisa da coordenação do próprio departamento mas não, não foi para isso, aliás imagina se soubesse isso, que fosse isso que estava na mesa, se calhar na altura não tinha aceite mas foi isso, e entretanto as coisas foram crescendo, foram projectos aprovados, foi possível contractar mais pessoas e neste sentido aqui um bocadinho mais a parte de coordenação.

VM: Penso que já falaste um pouco sobre isto mas quais foram os principais motivos que te levaram a aceitar vir trabalhar aqui para a ARM?

DARM: Eu concorri e entretanto depois fiquei naquela coisa, ou fico num ou fico noutro. Porquê? Acho que toda a parte, pronto o território da Mouraria é um espaço que já conheço que já conheço à muito tempo, e que tinha algum interesse também pela diversidade cultural, que é uma coisa que tento, porque se tive aqui é porque essa parte também de alguma forma me interessa mas…pronto, sendo o território da Mouraria um território interessante eu acho e com uma potencialidade muito grande de trabalho e era uma área que eu nunca tinha trabalhado e que eu sempre tinha pensado que gostava, que era mais de desenvolvimento local cá, ou seja, fazes desenvolvimento local fora porquê que não há-des fazer no teu país. E era um bocadinho isso, era perceber que as

dinâmicas são completamente diferentes té porque as respostas são diferentes ou há ais respostas, ou respostas um bocadinho diferente do que há noutros territórios mas foi também um bocadinho por aí, para ter um bocadinho a experiencia de como é que seria fazer ca desenvolvimento local, foi por aí,

VM: Queria só que me falasses concretamente quais é que são as tuas funções no teu dia-a-dia?

DARM: Eu falo coordenação do departamento de intervenção social, ou seja neste momento estão três pessoas a trabalhar comigo, no âmbito do Mouraria Integra, são todos no âmbito desse projecto. Portanto faço a coordenação desse projecto, faço a coordenação de outros pequenos projectos como o cabeleireiro solidário, as reparações que são feitas nas casas dos idosos..han eu às vezes esqueço-me de algumas coisas (risos), depois há o apoio ao estudo e para além disso, todos os contactos institucionais que existem com as parcerias sou eu que os faço, a parte chata de relatórios e enfim, sou eu que faço a redação de candidaturas sou eu que as faço portanto toda essa parte também de identificação de áreas de trabalho estão neste momento do meu lado. E proto é isso…mas faço muito mais coisas isto não parece nada mas isto é muito (risos). É assim faço, também tem a ver com a organização, toda a gente faz muitas coisas, se calhar tirando a Marta que tem um trabalho muito específico, a Viviane e o Vladimir, depois as outras pessoas acabam por estar um bocadinho em toda o lado, ajudando-nos uns aos outros.

VM: Então e como é que avalias aquilo que tu fazes? Qual a avaliação que fazes do teu trabalho?

DARM: Ah não sei, olha eu como te disse, se eu ao inicio soubesse que era para gerir pessoas se calhar nem queria porque eu não me sinto confortável nesse papel, na verdade não me sinto confortável, acho que não tenho competências nem perfil para isso, pronto à pessoas que gostam e se sentem confortáveis e fazem-no bem, eu acho que não e portanto para mim, essa é a parte que tento de alguma forma melhorar, nem é melhorar é como é que posso fazer porque eu não sei fazer (risos), portanto é uma aprendizagem assim diária e perceber se aquilo funciona, se não funciona e gerir pessoas sem duvida não é a minha praia, mas pronto vou tentando, mas nessa parte sinto que falho e que ainda não encontrei o caminho. Depois tudo o resto eu sempre fui muito perfeccionista tento sempre que as coisas sejam o melhor possível às vezes sinto-me

bastante frustrada porque não tenho tempo para fazer as coisas como gostaria de fazer enfim…e depois há momentos, por exemplo agora a redação de candidaturas, agora tens duas seguidas aprovadas é alta, pronto é um "chitexe", mas depois às tantas tens, fazes redação de não sei quantas candidaturas e tens montes delas todas chumbadas e enfim, desmotivas e penas que não, que és a pior pessoa, a pior técnica do mundo e que não sabes fazer nada, portanto há fases não é? dias bons, dias menos bons.

VM: Agora falando sobre a ARM, quando é que ela surgiu?

DARM: Portanto em 2008 e do que eu sei porque não vivi na primeira pessoa…foi em 2008 um grupo de moradores aqui do bairro que sentiu ali uma necessidade grande de denunciar o estado em que o bairro estava a nível de degradação do edificado mas também de chamar a atenção às pessoas que seria circular no bairro que o bairro não era insegura como se dizia com trafico de droga e prostituição enfim, começaram por dinamizar umas vistas guiadas pelo Nuno Franco que é um dos fundadores aqui da Renovar e que é morador do bairro há trinta e tal anos, portanto é uma pessoa do bairro, começaram por fazer essas visitas a titulo voluntario, portanto as pessoas começaram a vir ao bairro, entretanto fizeram-se mais actividades para dinamização do próprio comércio local como a rota das tasquinhas etc. e parece que devem ter sentido aqui uma necessidade de crescimento e de ter outro tipo de estrutura, este edifício era um edifício manifesto, estava degradadíssimo, não tinha qualquer tipo de condições de habitabilidade e este beco era um beco de consumo e trafico de droga..se vires até uma foto que está no facebook

VM: Sim sim, eu já vi e fiquei admiradíssima com a transformação de como isto era e de como esta agora.

DARM: E o que fez a nível de impacto foi afastar as pessoas, foram para outro sitio mas pronto saíram daqui. E portanto, depois surgiu, houve aqui o BIPZIP, que era um programa da câmara e que o financiamento contribuiu para a reconstrução deste edifício e a angariação de fundo, várias formas para ajudar a reconstrução, trabalhou-se quase dois anos nisto assim. E surgindo a casa, houve a necessidade de ter outras coisas mas e isso começou tudo no ir experimentando coisas, a verdade é que a associação é um bebezinho tem dois anos não é nada não é? Às veze uma pessoa olha nós já devíamos ter isto, não é preciso calma só temos dois anos. Então a cafetaria dá sustentabilidade aos outros projectos da área social, aqui na cafetaria tens várias aciivdades culturais que

são dinamizadas, além da comunidade ter a oportunidade de vir à cozinha e cozinhar obter o seu, algum lucro, que não será muito mas pronto pode contribuir para alguma coisa, aqui tens tertúlias, tens concertos, o sabichão, é um espaço aberto a todos e que todos são muito bem-vindos e qualquer pessoa pode vir aqui e propor alguma coisa portanto não esta fechado a nada, espaço para organizações debaterem alguns assuntos enfim há muitas coisas. Hum, temos o jornal rosa maria que é um jornal que também começou logo com o início da organização em que fala sobre o bairro, tenta responder a questões da própria comunidade, que tem algumas situações que não encontram respostas noutros locais portanto, acaba por pretender dar essa resposta e promover o bairro, as suas culturas, a diversidade. Além do Rosa Maria, temos o projecto Mouraria Integra que acaba por ser traduzido nas aulas de português para imigrantes e nas alfabetização bem como na dinamização do gabinete de apoio jurídico que não passa só pelo atendimento dos utentes mas também pela organização de sessões de esclarecimento junto os vários parceiros do projecto que por sua vez tem os seus beneficiários e têm algumas questões específicas e portanto passa por ai, acções de sensibilização de informação em áreas chave do direito. Portanto as aulas de português e alfabetização não preciso de falar muito tu sabes mais que eu de certeza (risos). Depois temos as visitas guiadas que continuam, temos um projecto aprovado na área, pela EDP solidária, que terminou em Agosto em que também dinamizamos visitas guiadas para pessoas cegas, surdas e com mobilidade reduzida, adquirimos alguns equipamentos para pessoas com mobilidade reduzida, os guias que tiveram formação com técnicos que trabalham com cegos, e portanto esses guias têm uma formação especifica com esses técnicos e ficam com mais competências para trabalhar com este publico e para surdos temos um guia interprete que acaba por acompanham as visitas e fazer a interpretação em língua gestual portuguesa.

VM: Com que objectivo foi criada a associação?

DARM: Foi tentar uma denúncia sobre o estado edificado do bairro, das condições em que muitas das pessoas vivem a nível habitacional, bem como abriu vá um bocadinho a oferta à cidade porque é um bairro que está no centro de Lisboa e estava completamente fechado, as pessoas não vinham cá por receios, por isso, foi exactamente tentar responder a isso.

VM: Qual o estatuto jurídico da associação?

DARM: Associação sem fins lucrativos, estamos a aguardar à mil anos utilidade pública..esperemos que brevemente..tem o estatuto de associação sem fins lucrativos e esperemos que brevemente de utilidade pública. Como é uma associação de desenvolvimento local nós até poderíamos pedir o estatuto de associação de imigrantes mas não faz sentido porque tu trabalhas em desenvolvimento local que abrange mais comunidades para além da comunidade imigrante, é bem mais alargado.

VM: Qual a relação que existe entre a associação e o bairro onde está inserida? Por exemplo o porquê de Renovar a Mouraria, se bem que já foi falando um pouco…

DARM: Exacto, o renovar era muito por aí, se bem que o objectivo acho que nunca foi reconstruir prédios mas sim a qualificação do edificado, por parte da organização era fazer um forte, uma denúncia sobre o estado do edificado aqui. E qual a relação entre as pessoas aqui…o que eu acho é que a comunidade imigrante é a comunidade mais próxima porque tens actividades muito claras dirigidas a esta comunidade mas depois já se começa a conseguir com que tenhas aqui uma diversidade maior até pela cafetaria e não só, o próprio atendimento jurídico também proporciona isso, agora se é difícil as pessoas virem cá e isso é também um dos grandes desafios e objectivos da associação, sim é, mas acho que é um bocadinho aos polegares. Depois há outro tipo e, se calhar este projeto do escolhas também poderá trazer isso, outro tipo de publico que venha ca por outras razoes enfim, acho que é um trabalho que é construído e que não é de um dia para o outro que tu consegues fazer isso...até porque a associação, a renovar está muito no limiar da Mouraria e acima de tudo as pessoas têm uma incapacidade de mobilidade brutalíssima, as pessoas aqui dentro preferem, não é preferem, o facto de conseguirem um emprego num bairro dois ou três ao lado isso já é um entrave para as pessoas saírem do seu bairro, portanto há aqui uma resistência muito grande à mobilidade. E se calhar se nós estivéssemos ali no largo (VER) com certeza que teríamos muito mais pessoas sem dúvida, mas pronto isso é um desafio é um caminho que se há-de fazer.

VM: E quanto ao logotipo? Eu agora já sei mais ou menos…

DARM: Ah sim, pois o logotipo corresponde ao mapa da mouraria, tens de ir lá um olhinho ao mapa da Mouraria…

VM: E as cores? Algum propósito?

DARM: As cores acho que não, as cores acho que deve ser mesmo por questão da multiculturalidade e diversidade, o pluri que existe pelo bairro.

VM: Agora relativamente ao funcionamento da ARM, quantas pessoas trabalham cá?

DARM: Neste momento 14.

VM: E estão a tempo inteiro? Em part-time?

DARM: Sim, todos a tempo inteiro.

VM: Gostava que falasses um pouco acerca dos voluntários. Já sei que existem alguns.

DARM: Pronto o maior número de voluntários estão no apoio ao estudo são cerca de 16 e depois temos mais quatro voluntários, isto estamos a falar de voluntários regulares, mais quatro voluntários no gabinete da cidadania, que são realmente áreas mais concretas que temos de resposta ao voluntariado. Depois temos outras pessoa que fazem voluntariado enfim…regular o senhor graça enfim, temos se calhar outras pessoas que também colaboram connosco a título voluntario regularmente. E depois temos os esporádicos que se calhar em actividades maiores como os santos populares enfim e outras actividades, veem aqui e ajudam, se calhar estamos a falar de umas 20 pessoas que dão um apoio mais pontual, 20, 25.

VM: Em relação às pessoas que trabalham aqui, como é que foi feito o recrutamento das mesmas?

DARM: Muitas das pessoas, quer dizer não é muitas…inicialmente entraram com medida de apoio do centro de emprego, medidas de apoio diversas, existiam vários programas uns que ainda existem outros que já terminaram. O que se está agora a fazer é que essas pessoas estão agora a terminar os seus contractos, o objectivo naturalmente é que as pessoas fiquem, mas também temos consciência que é complicado pela situação económica da organização, desta e de todas, portanto pessoas que entraram nessa situação e que já têm contracto eu, a Sandra e o Hugo, pronto fomos os primeiros a entrar, foram os primeiros contractos a terminar e portanto ficámos cá. Agora existem contractos que estão a terminar efectivamente e claro que a intenção é que as pessoas fiquem. Tirando a Marta e a Viviane que vieram numa outra lógica, porque havia um

financiamento muito específico para a contracção dessa pessoas, a contracção normal de um anúncio, com perfil, com termos de referência, depois marca-se a entrevista enfim, todo aquele.

VM: Quais os órgãos/departamentos que constituem a associação?

DARM: Portanto tens a direcção, tens o conselho executivo, não mentira porque a direcção é direcção executiva porque a Inês, eu e a Filipa fazemos parte da direcção e somos a direcção executiva pronto que executa. Temos a mesa da assembleia e tens o conselho fiscal, pronto as entidades que compõem uma associação.

VM: Certo, e como é que se articulam entre si?

DARM: Há reunião dos órgãos sociais uma vez por mês em que reunimos com todos estes em que levas...como a direcção é executa, porque à organizações em que a direcção não é executiva, ou seja, que não estão dentro da entidade a trabalhar, ou seja, são técnicos são executivos que estão a trabalhar á frente da organização mas que não fazem parte da direcção, neste caso a nosso direcção executa o trabalho. Ah, portanto há reuniões mensais em que se leva todos os problemas para a mesa e todas as situações, todas as necessidades, os dilemas ao nível estratégico de actuação, há reuniões mensais. E depois há as assembleias gerais em que são convidados todos os outros associados a participar. Todos nos vamos ajudando uns aos outros para tirar melhor partido das hipóteses.

VM: E os associados, são muitos?

DARM: Eles muitos são, não são é activos, não aparecem cá, que é a grande realidade do associativismo português. Portanto temos muitos mas a participação é mínima. Há uns quantos que são mas são pouquíssimos e é mau porque era sempre uma mais-valia…

VM: Então e não há maneira de os trazer mais, envolver..

DARM: Sim e tenta-se algumas estratégias mas enfim, há pessoas que se fazem muitas vezes sócias para usufruírem de alguma coisa aqui e depois não têm interesse pelo outro lado e pronto tem de se respeitar também isso. Agora tenta-se algumas estratégias de envolvimento enfim, algumas vão dando resultado outras nem tanto.

VM: Quais os serviços que são prestados e de que maneira eles estão articulados com os vossos pressupostos de intervenção?

DARM: A nível de serviços prestados directamente, estás a falar do apoio ao estudo, do gabinete de apoio jurídico, das aulas de português e alfabetização...tens aqui algumas activiades aqui na cafetaria nomeadamente o café suspenso que acabo por ser também um bocadinho vêm pessoas á renovar para que possamos trabalhar outras problemáticas que as pessoas cheguem e tu possas trabalhar outras questões porque trabalhamos muito com entidades que trabalham neste território portanto podes encaminhar ou tu própria teres alguma resposta directa para essas pessoas. Para além do apoio jurídico existe o apoio ao cidadão comum não é, que passa por tudo, a pessoa tem dificuldade em redigir um documento ou um currículo enfim nós estamos aqui para isso...portanto creio que é isso.

VM: Pronto eu já conheço mas queria que me falasses um pouco sobre o espaço físico da associação.

DARM: Então cá em baixo é a cafetaria, num primeiro andar, no oito, uma sala multifacetada onde acontece tudo e mais alguma coisa (risos) não deveria ser assim tanto tudo e mais alguma coisa mas é e não será por muito mais tempo esperemos nós. E depois lá em cima, uma mini sala de escritório onde as pessoas se sentam ao colo umas das outras para trabalhar (risos). E aqui ao lado, nós temos estes dois espaços arrendados e esperamos a aprovação de um valor para que possamos fazer a obra e ter aqueles dois espaços operacionais para o apoio ao estudo, no seis, com umas condições completamente diferentes e o outro ao lado, o quatro, também para ter aberto para outro tipo de actividades e também para que sirva de sala de refeição, principalmente de inverno quando a cafetaria está cheia e que permita também conseguir mais dinheiro com a cafetaria que é uma coisa que também é muito importante para a nossa sustentabilidade e que neste momento está comprometido.

VM: Agora relativamente ao público-alvo aqui da associação, quais é que são as faixas etárias em que incidem as vossas actividades?

DARM: Portanto, no apoio ao estudo tens meninos mais pequeninos dos oito aos dezasseis portanto o Diogo é o mais velho. E depois, a grande maioria sem dúvida são pessoas dos 30, 25 temos aqui pessoas nomeadamente nas três actividades que mexe

mais gente, até muito tarde mesmo, cerca dos 80 90 anos. Portanto estes a nível dos beneficiários directos, depois os indirectos que não são beneficiários porque participam das actividades aqui da cafetaria e pronto ai são todos...nesse caso estamos a falar de portugueses e imigrantes.

VM: Achas que existe algum grupo social ou género mesmo dominante?

DARM: Sim, sem dúvida os imigrantes, mais homens infelizmente, não é infelizmente mas pretende-se que venham mais mulheres. Mas eu acho que a maioria, ou a grande maioria são homens e imigrantes.

VM: Então e tem noção mais ou menos de quantas pessoas estão integradas nestes projectos que estão em curso?

DARM: Ah nós tentámos fazer esses cálculos à pouco tempo…por exemplo de português e alfabetização são coisas regulares e é mais fácil contabilizar. Agora por exemplo o apoio jurídico há pessoas que veem cá uma vez, há pessoas que precisam de vir cá três, como é que nós contabilizamos isso é anualmente, enfim...mas neste momento, por exemplo desde setembro até agora sei lá umas cento e muitas pessoas durante estes três meses passaram por cá com coisas muito especificas, para além das aulas de português (35) e alfabetização (20), apoios directos com o apoio jurídico.

VM: E como é que é feita a adesão dessas pessoas às actividades da associação? Omo é que elas chegam até cá? Autonomamente ou por incentivo vosso?

DARM: Pronto nós fazemos a divulgação pelo bairro, através dos cartazes, panfletos, do ir ao bairro e falar com as pessoas, mas a verdade eu acho que o que funciona mais e o que se te visto mais é sem dúvida o boca a boca…porque há pessoas que veem depois espalham a mensagem, não te lembras daquele senhor do boné que apareceu aí com imensa gente interessada no português e na alfabetização, porque ele todos s dias trazia gente nova para cá…eu acho que acaba por ser a forma mais eficaz é o boca a boca e até porque são assim relações de confiança não é…porque eu fui lá e correu bem então vou dizer-te para tu ires também...até porque muitas pessoas têm…regular e também traz alguma segurança às pessoas.

VM: Falando um pouco mais sobre as actividades, as principais áreas de intervenção passam pelo apoio comunitário não é?

DARM: Sim sim, e a parte cultural. No apoio comunitário temos o apoio ao estudo, a alfabetização, as aula de português, o apoio jurídico, olha o projeto Migrantour que são as visitas que não falei que são visitas organizadas por imigrantes ao bairro com uma perspectiva diferente das outras em que o objectivo não é tão histórico digamos assim do bairro mas é a vivência de como é que o imigrante vive o bairro, como é que se movimento, como é que enfim, com uma perspectiva mais pessoal do que histórica digamos assim, sem esquecer naturalmente todo o passado histórico do bairro e isso também esta incluído na área social porque é uma forma de, estamos a falar de imigrantes, não estamos a falar de imigrantes com um perfil universitário e académico, estamos a falar de pessoas com outro tipo de necessidades e portanto este projecto contribui substancialmente para o seu bem estar, para alem da valorização cultural e essas coisas todas que estão associadas.

VM: Das activivdades creio que já foste falando um bocadinho, pelos menos das que estão agora em curso, embora existam várias outras…

DARM: Sim, porque depois temos sempre mais, muitas coisinhas, há o cabeleireiro, depois há…porque há coisinhas às vezes tão que nem sabes por onde é que as arrumas na verdade. Há agora a criação de uma agência de comunicação em que o Hugo e a Carla estão envolvidos e a Inês e, o objectivo é prestar serviço a baixo custo aos comerciantes aqui do bairro para que possam divulgar melhor o seu negócio, criar uma imagem mais apelativa enfim, dinamização local do comercial do bairro. Portanto, há montes de coisas que vão surgindo e na verdade ás vezes fico também perdida do género estou a esquecer-me de alguma coisa.

VM: O café suspenso é mesmo o quê já agora?

DARM: O café suspenso é aquele quadrinho ali, tu chegas pedes um café se quiseres deixar um café para alguém deixas, uma sopa o uma tosta e alguém vem e pede a sopa e a tosta. Quem é que vem? É um sistema frágil ao mesmo tempo não é, porque não consegues controlar tudo, mas o objectivo é que as pessoas que venham naturalmente tenham algum tipo de necessidade e é convida-las a entrar e, há muitos restaurantes que dão mas é na rua não é, o objectivo é integra-los sentirem-se parte de e, a partir dai ganharem alguma confiança para chegarem a outras coisas. E por isso trabalhar em rede, a Renovar a Mouraria é a entidade que está a difundir o café suspenso na Mouraria...qualquer pessoa pode faze-lo, pronto independentemente e depois o

objectivo é trabalhar em rede com as organizações que já se trabalha com as parceiras e fazer o encaminhamento dessas pessoas e portanto auxiliar nas necessidades que elas apresentem.

VM: Então e como é que são planeadas essas actividades?

DARM: Bem, às vezes não são...não estou a brincar. É tudo planeado consoante as necessidades que vão aparecendo, a partir dos disgnósticos locais que foram feitos, nomeadamente a (…) comissão local de acção social de lisboa, outro tipo de diagnósticos que foram feitos nas antigas juntas de freguesia aqui do território , a própria santa casa enfim..o objectivo é trabalhar as fragilidades, as mais diversas fragilidades que existem no território. As actividades que eu te falei objectivamente é fácil perceber porquê que elas existem, imigrantes têm de saber falar português para puderem integrar e ter acesso aos seus direitos e deveres enquanto cidadãos, a alfabetização, quer dizer nem se fala, é um direito básico ao ensino e para conseguires "sobreviver" sem seres alfabetizado é uma ginástica imensa, o apoio jurídico, nesta comunidade então com tantas fragilidades a nível da imigração e não só mesmo octóginas têm muitos problemas, agora então no mercado de arrendamento que esta a haver uma especulação imobiliário mito grande aqui na Mouraria são um alvo fácil não é? Portanto, essas actividades são fáceis de explicar, de planear e que surgem naturalmente, portanto é sempre feito um diagnóstico. Quando tu te candidatas ou fazes uma sim é feito um diagnóstico, neste momento, há a comissão de freguesia da santa maria maior que está a trabalhar nisso juntamente com a universidade católica e estão a fazer agora um diagnóstico só mesmo da junta de freguesia de Santa Maria Maior e assim a intervenção vai ser muito mais integrada e sem ---de respostas, por as pessoas a falar umas com as outras que às vezes não é fácil. Mas sim é isto, por exemplo o projecto Escolhas que nós nos candidatámos surgiu porquê? Porque tens os jovens desempregados, basta seres daqui, tens muitos jovens desempregado a nível nacional e aqui tens também por outras razoes associadas, a criminalidade, trafico consumo de droga etc...portanto, os jovens aqui são um problema e a nível de intervenção é difícil chegar a essa faixa etária que não tem resposta direita, não há nenhuma organização que trabalhe directamente com jovens dos 16 aos 20 imagina, porque a partir dos 15 16 a coisa começa a complicar e sabemos que e difícil…e que para nós não vai ser fácil, nada fácil mas acho que é uma faixa importante para se conseguir trabalhar outras coisas.

VM: Como são colocadas em prática? Quais os meios financeiros, recursos humanos, os materiais utilizados para colocar em curso essas actividades

DARM: Portanto, algumas actividades é possível através da sustentabilidade, do dinheiro que a cafetaria dá se bem que não dá muito e tens recursos humanos a trabalhar na cafetaria e que têm de ser pagos pela cafetaria, logo a cafetaria deveria objectivamente deveria, ou seria bom que desse mais porque neste momento esta a dar e é muito através de projectos que são financiados por várias entidades, que são projectos que são submetidos e que depois se, a verdade é que é muita gente a candidatar-se a um bolinho de dinheiro muito pequenino, ou seja, são muito poucos projectos e o exemplo do escolhas agora, imagina 228 candidaturas, ficaram 15 estás a ver? É ridículo e muito chato enfim, e conforme este são quase todos assim a verdade é essa, há pouco dinheiro, há cada vez menos dinheiros e por isso aas organizações estão a passar mal mas pronto. A camara municipal de lisboa tem alguns programas de financiamento que são uma vez por ano ou duas vezes por ano. Tínhamos o PDCM que era o programa de desenvolvimento comunitário da Mouraria que permitiu que as organizações se instalassem no território mas também que agora está com um orçamento muito muito reduzido...hum sei lá, a EDP Solidária, tudo o que, todos os fundos que existam tu podes concorrer, o Alto Comissariado para as Migrações, fundos europeus, dependendo da linha não é, porque são linhas especificas para trabalhares uma determinada área se enquadrares e se quiseres pronto é basicamente através de subsídios de projectos.

VM: Fazendo uma retropectiva, como é que tu achas que a participação do publico, dos beneficiários evoluiu?

DARM: Ainda é muito cedo para estar a fazer essa avaliação…eu acho que naturalmente actividades mais específicas como a que tu estás com certeza que é visível não é? É uma coisa mais visível mais sólida, agora assim é complicado, o impacto social que as coisas têm demora sempre muito tempo e às vezes é muito pequenino, que às vezes é quase invisível …mas ele pode existir, pode e eu acredito que exista mas é muito difícil de medir uma fase tão inicial das coisas mas eu no dia-a-dia da pessoa isso tem um impacto quer dizer, pelo menos pessoal e social do seu meio não é...com certeza que sim.

Sim, é mesmo relativamente ao gabinete jurídico o número de utentes deve ter aumentado…

Sim sim, aumentou bastante sem sombra de dúvida.

VM: Quanto à divulgação, pelo que percebi passa muito pela afixação de cartazes, panfletos …

DARM: Sim aqui no bairro é cartazes é bater à porta e falar com as pessoas, aqui internamente é assim que funciona. Para fora, pronto tens o facebook que tem uma força grande a imagem não é muito comum em organizações basicamente é isso.

VM: Como é que é recebida essa divulgação…achas que há alguma dificuldade nesse domínio, ou seja, na forma como as pessoas recebem…

DARM: Sim sim acho.. para fora não, todo o que é divulgação de actividade para fora do bairro, para chamar pessoas que não são beneficiários directos dos projectos podem usufruir das actividades mas é diferente não é, os beneficiários, as pessoas que não são beneficiários directos, as pessoas que vêm aqui usufruir de uma actividade ou de outra acho que isso é exmplente, comunicação funciona maravilhosamente. Agora aqui é mais difícil naturalmente, não é que as pessoas não utilizem as novas tecnologias mas alguma não e é isso, temos se calhar andar mais vezes no bairro ou pela rua falar..e ainda ontem falava isso com o Vladimir e a Viviana eles têm de sair mais para a rua. Como também estamos aqui neste, neste cantinho é preciso teres uma atenção redobrada sobre isso e ires sempre lembrando que isso é um trabalho importante a fazer.

VM: Qual a avaliação que consegues fazer das actividades que a associação tem feio?

DARM: Bem, eu acho que tem sido positivo...acho que como todas as coisas têm os seus constrangimentos e as suas dificuldades mas apesar de ser tudo muito recente acho que tem sido positivo, o impacto tem sido bom, pelo menos do que nos vamos apercebendo e dos pequenos pontos de situação que vamos fazendo acho que tem sido uma mais-valia. E mesmo do feedback das pessoas elas manifestam isso, portanto eu creio que sim tem sido bom.

VM: Agora relativamente às relações externas, quais são as parcerias que a associação tem neste momento?

DARM: Portanto há aquelas mais institucionais que, privadas e públicas naturalmente, essas coisas a junta de freguesia, a camara municipal de lisboa. Depois tens todas as

organizações que desenvolvem actividades aqui no território especificamente, pode ser a gatos, crescer na maior, irmãs oblatas, mais emprego a ciacup que é o gabinete mais emprego, a mais proximidade melhor vida, a cozinha popular, a largo, quer dizer tens todas as organizações que estão aqui no território. Á umas que tu trabalhamos mesmo directamente em parcerias formais digamos assim em projectos que tu escreves, um projecto em que faz sentido as pessoas estrem lá com parceiros formais, mais informalmente acabamos por ser todos muitos parceiros, fazemos sempre encaminhamento de situações imagina, da Renovar para Crescer, ou a Crescer manda muita gente para nós enfim, há aqui uma articulação que até funciona bem..mas isto dentro do território. Agora o que se pretende e até através de uma candidatura que submetemos na terça-feira ao Alto Comissário para as Migrações, o obejctivo é que, não a novel de intervenção directa com publico alvo mas temos aqui uma mais valia que é o gabinete jurídico dificuldades técnicas que outros técnicos nas suas funções então fizemos uma parceria com o portuguesa do nacional de juventude CPJ para ministrar, ou seja, formação e sensibilização nas áreas mais do direito a técnicos e voluntários que são confurados destas plataformas como da CNJ como do CPJ, porque essas são organizações que congregam várias entidades e, ai já é a nível do distrito de lisboa portanto

A nível de parceria eu acredito plenamente no trabalho em rede e em parceria portanto faz-me muito sento este projecto escolhas em que temos como parceiros um que tem uma experiencia brutal na área de criação de peças de carpintaria portanto eles estão fora do território estão lá lá longe na Bela Vista mas pronto têm essa experiencia, vêm cá trabalhar isso connosco, ou seja, o objectivo é sempre, sempre uma mais-valia trabalhar...por exemplo o moinho da juventude também dinamiza algumas visitas guiadas e vem ter aqui o intercambio porque nós temos aqui uma experincia que eles não tem e eles tens uma que nos não temos pronto é o trabalho colaborativo em cooperação e só assim faz sentido.

A câmara de lisboa também é?
sim é parceira, é parceira em algumas coisas…mas pronto, naturalmente as questões politicas muitas vezes são tramadas e se calhar nem era António Costa era...mas sim nós acreditamos que sim somos parceiros.

VM: E o quê que essas parcerias envolvem? A nível de finalidades, meios...

DARM: Pronto, o objectivo é potenciar os recursos humanos e materiais existentes em cada uma delas para bem de uma actividade ou de um projecto, de uma acção..aproveitar cada o quê que cada um tem de mais valia que contribua para aquele objectivo, projecto, acção.

VM: Quais os pontos fortes para si da associação?

DARM: Acho que teve aqui um papel importante no inicio deste processo de reabilitação da Mouraria e acho que isso é reconhecido e acho que isso é uma coisa também boa, mas pronto isso vale o que vale mas acho que a nível assim e coisas mais fortes tem a parte da comunicação é muito boa e muito eficaz tem um poder mobilização grande também acho que é bom para …temos de trabalhar na minha opinião mais essa área. Hum, tecnicamente as pessoas que trabalham cá são muito boas por isso acho que os serviços prestados acabam por naturalmente ser bons, acho que existe também uma, uma não é consciência, um sentimento de pertença por parte da equipa que ás vezes não sentes noutros sítios e isso é uma mais valia para o projecto sem duvida, faz com que se calhar não trabalhes oito horas se tiveres de trabalhar 10 ou trabalhares quatro e nisso há aqui uma flexibilidade grande, acho que isso é bom. Acho que as pessoas se sentem bem aqui, não sei, é a sensação que eu tenho por isso acho que essas são a grandes mais-valias.

VM: E os principais constrangimentos?

DARM: Olha tem a ver muito com essa parte que disseste da comunicação para fora mas dentro do bairro, ás vezes acho que poderia ser mais eficaz. A própria informalidade da associação às vezes torna-se, faz com que surjam algumas dificuldades e desafios, constrangimentos marcados por essa informalidade porque as pessoas estão muito próximas e isso tem coisas boas mas também tens coias más. O constrangimento de neste momento não termos capacidade financeira para termos aqueles doi espaços operacionais que nos permitiria ter outro tipo de actividade mais actividades e com mais qualidade.

VM: Quais é que são as estratégias que utilizam para superar esses eventuais constrangimentos?

DARM: A informalidade acho que esta aqui a criar outro tipo de procedimentos naturais porque quando uma associação começa com três pessoas é uma coisa e quando

tem 14 não pode ser a mesma coisa, portanto foram criados muitos procedimentos …..á aqui uma outra consciência também por pare da coordenação do até onde é que tu podes ir como amigo que serás naturalmente mas é haver aqui uma consciência maior da gestão destas pessoas a própria um aprendizagem de gestão de pessoas, porque isto cresceu tudo muito rápido no espaço de um ano foram de 3 para 14 pessoas. A questão dos espaços, nós andamos a tentar tudo, angariação de fundos, estamos à espera de uma resposta de um possível empréstimo mas de uma outra fundação enfim, tenta-se diariamente responder a esses desafios e não e fácil mas pronto temos de ir devagar

VM: De um modo geral. Como é que avalias a intervenção da associação (modos de actuação)

DARM: Acho que tem sido um crescente não é…é como te disse, é muito recente a organização é normal que sintas que não é suficiente ou que ainda há muito para fazer, enfim…mas essa situação também é boa, mas acho que é positiva, acima de tudo acho que está a seguir o seu caminho com os seus solavancos e com as coisas que correm menos bem, mas que é uma aprendizagem e que faz parte do crescimento de uma organização e tomar consciência que já não é uma organização que foi inicial de moradores mas passa a ser uma organização com outro tipo de dinâmica e de capacidade de mobilização e até mesmo força social.

VM: Quais as tuas perspectivas de futuro face à intervenção da associação? Novas ambições, objectivos por realizar, já me falaste no chegar aos faixa etária dos jovens…

DARM: Acho que é acima de tudo estruturar tudo e consolidar tudo, ou seja, para mim preocupa-me chegar a final de junho e o financiamento para as aulas de português, alfabetização e apoio jurídico terminar e isso é uma preocupação normal das associações, tipo andamos aqui com balões de oxigénio e depois andamos e agora e agora? E essa consolidação desse trabalho para mim é fundamental, mais do que querer se calhar trabalhar em mais 10 ou 20 áreas diferentes, para mim a consolidação disso é essencial, é manter esses serviços é muito importante, portanto isso é uma preocupação e é um querer grande e por isso ás vezes aquelas coisa da importância de conseguires chegares aos objectivos que foram estabelecidos a nível das candidaturas etc. depois, a consolidação também do trabalho, porque acho que ainda há muito para fazer na área dos mais pequeninos não é, há aqui muitas coisas a afinar é normal é a primeira vez, é o

primeiro ano, são os primeiros três meses, é que nem é o primeiro ano são os primeiros três meses mas acho que anda há aqui muitas dinâmicas a trabalhar e melhorar, mas tudo com o seu tempo. Por isso acho que a minha, pessoalmente e se calhar mais pessoalmente do que estratégias é consolidar o que já temos e isso ás vezes é mais difícil manter do que iniciar porque iniciar, já que surgiu agora que haja uma continuidade sólida e eficiente dos serviços, melhoria e complementaridade das diversas actividades. É assim, haver a oportunidade de trabalhar com jovens pra mim também vai abrir um leque muito maior, portanto mas acima de tudo é consolidar aquilo que já se tem e agora o que for existindo que seja muito estruturado e sólido.

VM: Agora só para falar um pouco sobre projecto Mouraria Integra...quando é que surgiu esse projecto?

DARM: Então nós a associação já tinha aulas de alfabetização mas era uma, era aulas muito pontuais e prestação de serviços, tínhamos umas aulas de português mas não tínhamos ninguém que trabalhasse, uma pessoa para trabalha com imigrantes, nacionais de países terceiros, portanto havia claramente uma necessidade de ter isto exactamente como uma actividade estruturada e estruturante da renovar e depois o gabinete de apoio faria sentido já com uma actividade muito maior porque tínhamos mas eram umas vezes por semana e era tipo a titulo voluntário do Vladimir, portanto era uma necessidade grande nós sabíamos que existia essa necessidade aqui no território, uma procura imensa portanto surgiu assim, a partir de necessidade que existiam e a partir de actividades que a associação já dinamizava mas com um grau, um nível de horas completamente diferente do que se está agora a ter não é? Surgiu assim.

VM: Em que consiste esse projecto? Uma breve descrição

DARM: Então este projecto foi submetido no âmbito da gestão financeira do ACIDI, agora ACM são fundos do FANKE que é um fundo europeu par a integração de nacionais de países terceiros, são fundos comunitários..e a entidade gestora é o ACM, portanto existindo estas necessidades identificadas para este projecto que pretende contribuir para a integração e acolhimento dos nacionais de países terceiros através de varias actividades não é? As aulas de português, as aulas de alfabetização e o gabinete de apoio jurídico. Inicialmente tinha-se definido um número de cursos de português e alfabetização e número de atendimentos que foram ligeiramente alterados por razoes temporais de aprovação iria ser num mês e depois foi numas semanas depois, pronto

enfim, os constrangimentos normais de financiamento o que nos fez encurtar bastante o projecto mas que…e depois temos de alterar a nível de cronograma os objectivos e basicamente os objectivos são esses, é contribuir para o acolhimento integração

VM: Quem é que participa neste projecto? Qual é o público a quem é dirigido?

DARM: Claro que sim que os ajudamos e acolhemos da melhor maneira, mas tecnicamente este Projecto é dirigido a nacionais de países terceiros

VM: E quais é que são os recursos humanos mobilizados? E como é que foram recrutados?

DARM: O Vladimir já estava connosco portanto houve uma continuação…mas como houve esta diminuição de meses nós quisemos manter os resultados para o gabinete jurídico mas para isso tínhamos de ter mais uma pessoa e não mexemos no orçamento que isso é o que lhes importa e conseguimos contractar mais uma pessoa, a Viviane, portanto temos duas pessoas no gabinete jurídico. E a marta e tu que acabaste por vir de uma forma um bocadinho diferente mas que sem dúvida é uma mais valia para as sessões de alfabetização. Portanto o recrutamento foi como te disse á pouco, o recrutamento normal da resposta a um anuncio, entrevista e isso.

VM: Como é que está a ser implementado o projecto?

DARM: Pronto neste momento temos estas duas salas disponíveis em que, aquelas mais ou menos portanto o quarto mais ou menos mas a de lá de cima com mais condições…han há aulas todos os dias desde a alfabetização ao português e traz-se aqui muita gente o que é bom e um ambiente completamente diferente mesmo engraçado. Pronto tens o gabinete jurídico que funciona no cafofo, ás vezes na cafetaria enfim…dai ser mesmo importante aqueles espaços estarem arranjadinhos para termos aqui mais condições de trabalho.

VM: Quais os recursos financeiros, instrumentos, estratégias e metodologias que estão a ser utilizadas no projecto

DARM: Portanto financeiros foi o financiamento 95% financiado por este programa que o fanke, que é gerido financeiramente pelo ACM, nós a associação coloca os 5%. Estratégias e instrumentos é acima de tudo o estabelecer aqui parcerias, acho que foi essencial para as coisas arrancarem, que houve muita gente que foi encaminhado

nomeadamente para o gabinete. As metodologias, depois mais tecnicamente as da formação e da alfabetização são metodologias que tu saberás mais que eu, mas creio eu menos expositivas posivas e mais participativas que partam também um bocadinho das vivencias e conhecimentos dos formandos, ali come eles com certeza que será diferente, e um acompanhamento técnico as que depois eles nas partes das formações também têm um bocadinho essas estratégias ou lógicas a esse nível.

VM: Entidades que apoiam este Projecto?

DARM: Ninguém (risos). Financeiramente tens a gestão deste projecto portanto são os 95% pelo ACM e os 5% pela renovar. O apoio, o apoio são as parcerias que são um apoio fundamental portanto é a Crescer na Maior, o GATE, as Irmãs Oblatas e o gabinete mais emprego

VM: E de que forma é que…

DARM: Há, existe aqui uma articulação de identificação de beneficiários e encaminhamento, nós também fazemos o mesmo, nós encaminhamos também…alem disso eles cedem-nos o espaço para atendimentos e mobilizam os beneficiários para ajudar a ministração destas acçoes de formação e sensibilização para os beneficiários portanto eles são chaves na dinamização destas activiades.

VM: Quais é que são os resultados esperados deste projecto?

DARM: Mesmo resultados resultados? Tens de ver na candidatura que eu não sei de cor. Sei que atendimentos são 500, sei que acompanhamento são 1500 e são 10 acções de ssensibilizaçao junto a beneficiários, portanto são resultados muito ambiciosos. Os de portigues e de alfabetização tens mesmo de ver na candidatura porque foram refeitos na altura em que houve aquele corte de tempo então tivemos de refazer os objectivos, mas é bastante ainda, imagina são para ai 6 7 turmas de português com media de 8 a 14 alunos e seriam 4 de alfabetização, agora vãos ver quanto é que é possível faze tendo em conta o tempo.

VM: Como é que será feita a avaliação deste projecto e dos seus resultados?

DARM: O objectivo é também a aplicação de testes nomeadamente no gabinete aos seus beneficiários para perceber ate que ponto é que isso teve alguém impacto nas suas vidas, tanto das acções de sensibilização como da pessoas que veem aqui ao gabinete

portanto esse e perceber se as situações foram resolvidas e se não foram porquê, portanto isso é um meio de verificação através dos inquéritos saber se aquilo, se de alguma forma o projecto contribuiu para a resolução do problema ou da dificuldade constrangimento que essas pessoas sentiam. O português será a mesma coisa, será aplicado um teste final para perceber qual o impacto do próprio curso e depois há avaliações internas a própria associação que faz avaliações intermédias e finais dos projectos e que são comuns a todos os projectos e a própria entidade que regula, gere este financiamento o ACM faz auditorias financeiras e técnicas por isso a importância de tar aquele coisa todo dos dossieres todas em ordem que tu e Marta estiveram a fazer e claro financeiramente tem de estar todo direitinho veem auditorias do ministérios da administração interna, auditores juntamente com técnicos do ACM que vem verificar tudo.

Grelha de Análise de Conteúdo da Entrevista realizada à Dirigente da ARM

Categorias	Sub-Categorias	Indicadores	Unidades de registo
Legitimação da entrevista		Informar o entrevistado sobre o tema e os objetivos da entrevista	Apresentação do entrevistador e breve explicitação sobre os objetivos gerais
		Motivar o entrevistado	Exaltar a importância do contributo do entrevistado
		Garantir a confidencialidade da informação conseguida	Realçar a questão da confidencialidade da informação recolhida e o respeito pelo anonimato do entrevistado
		Permissão para gravar a entrevista	Dá-me autorização para gravar a entrevista?
Perfil do Entrevistado	Perfil Académico	Ensino Superior	"Serviço social e desenvolvimento comunitário"
	Percurso profissional	Actividade profissional	"sou a coordenadora de projectos aqui, coordenadora do departamento de intervenção e desenvolvimento comunitário"
		Dentro da associação	"portanto isto foi à um ano e meio, foi em Junho de 2013 (…)estava um bocadinho diferente do que se faz a nível da área social porque estava tudo a começar e eu percebi que havia aqui um espaço que podia para fazer outras coisas e percebi que havia flexibilidade e espaço para isso da parte delas senti isso olha se calhar e foi isso aceitei"
		Fora da Associação	"eu comecei em 2006, portanto já fazia voluntariado à muito tempo antes até mesmo de terminar o curso e entretanto em 2006 fiz uma formação para integrar projectos de cooperação internacional então

			tive durante 2006 e 2007 na Guiné-Bissau onde trabalhei em Bubaque numas ilhas do arquipélago, trabalhei na área do desenvolvimento pessoal e social e microcréditos, sistemas tradicionais de poupança crédito das mulheres que eram vendedoras de peixe"; "Depois regressei, tive dois anos a trabalhar em escolas na área da cidadania e consumo responsável, comércio justo com uma entidade que é o CIDAC (…) trabalhei em duas escolas em Monte Abrão e em Benfica com turmas (…) voltei para a Angola e trabalhei com mulheres na mesma área, era também no sul de Benguela, numa comunidade piscatória (…) Depois voltei para Portugal, estive na OIKOS (…)no escritório na área dos projectos internacionais em que fazia candidaturas, tratava dos relatórios (…) Depois sai das OIKOS, comecei à procura de trabalho e surgiu a renovar"
	Funções desempenhadas	Evolução de funções	"comecei a coordenar um projecto de visitas guiadas (…)comecei a candidatar-nos a coisas, a tentar definir aqui alguma coisa mais concreta a nível de intervenção para a Renovar nesta área mais social (…)nem fazia parte da direcção, agora faço e por isso também essa coisa da coordenação do próprio departamento."
		Coordenação	"coordenação do departamento de intervenção social (…)coordenação desse projecto, faço a coordenação de outros pequenos projectos como o cabeleireiro solidário, as reparações que são feitas nas casas dos idosos"
		Contactos institucionais, redação de candidaturas	"os contactos institucionais que existem com as parcerias sou eu que os faço, a parte chata de relatórios e enfim, sou eu que faço a

			redação de candidaturas sou eu que as faço portanto toda essa parte também de identificação de áreas de trabalho estão neste momento do meu lado"
	Motivos para trabalhar na ARM	Interesse e conhecimento do território da mouraria	"o território da Mouraria é um espaço que já conheço que já conheço à muito tempo, e que tinha algum interesse também pela diversidade cultural"
		Desenvolvimento local	"era mais de desenvolvimento local cá, ou seja, fazes desenvolvimento local fora porquê que não há-des fazer no teu país (…) para ter um bocadinho a experiencia de como é que seria fazer ca desenvolvimento local"
Caracterização da ARM	Fase inicial	Origem	"foi em 2008 um grupo de moradores aqui do bairro que sentiu ali uma necessidade grande de denunciar o estado em que o bairro estava a nível de degradação do edificado mas também de chamar a atenção às pessoas que seria circular no bairro que o bairro não era insegura como se dizia com trafico de droga e prostituição (…)parece que devem ter sentido aqui uma necessidade de crescimento e de ter outro tipo de estrutura"
		Objectivo de criação	"denúncia sobre o estado edificado do bairro, das condições em que muitas das pessoas vivem a nível habitacional, bem como abriu vá um bocadinho a oferta à cidade porque é um bairro que está no centro de Lisboa e estava completamente fechado"
		Estatuto jurídico	"Associação sem fins lucrativos, estamos a aguardar à mil anos utilidade pública."
		Logotipo	"pois o logotipo corresponde ao mapa da mouraria (…)as cores que deve ser mesmo por questão da multiculturalidade e diversidade, o

			pluri que existe pelo bairro"
	Funcionamento da ARM	Funcionários	"Neste momento 14, todos a tempo inteiro."
		Voluntários	"O maior número de voluntários estão no apoio ao estudo são cerca de 16 e depois temos mais quatro voluntários no gabinete da cidadania, estes são os regulares (…) depois temos os esporádicos que se calhar em actividades maiores como os santos populares, se calhar estamos a falar de umas 20 pessoas"
		Recrutamento dos funcionários	"inicialmente entraram com medida de apoio do centro de emprego, medidas de apoio diversas, existiam vários programas uns que ainda existem outros que já terminaram (...)o objectivo naturalmente é que as pessoas fiquem, mas também temos consciência que é complicado pela situação económica da organização"
		Órgãos constituintes	"a direcção executiva pronto que executa. Temos a mesa da assembleia e tens o conselho fiscal, pronto as entidades que compõem uma associação."
		Articulação entre si/comunicação interna	"Há reunião dos órgãos sociais uma vez por mês em que reunimos com todos estes em que se levam todos os problemas para a mesa e todas as situações, todas as necessidades, os dilemas ao nível estratégico de actuação (…)E depois há as assembleias gerais em que são convidados todos os outros associados a participar"
		Associados	"Eles muitos são, não são é activos, não aparecem cá, que é a grande realidade do associativismo português. Portanto temos muitos mas a participação é mínima."
	Serviços prestados	Directamente	"apoio ao estudo, do gabinete de apoio jurídico, das aulas de português e alfabetização."

		Espaço físico	"Então cá em baixo é a cafetaria, num primeiro andar, no oito, uma sala multifacetada onde acontece tudo e mais alguma coisa (risos) (…) E depois lá em cima, uma mini sala de escritório onde as pessoas se sentam ao colo umas das outras para trabalhar (risos). E aqui ao lado, nós temos estes dois espaços arrendados e esperamos a aprovação de um valor para que possamos fazer a obra e ter aqueles dois espaços operacionais para o apoio ao estudo"
		Publico-alvo	"no apoio ao estudo tens meninos mais pequeninos dos oito aos dezasseis (…)a grande maioria sem dúvida são pessoas dos 30, 25 temos aqui pessoas nomeadamente nas três actividades que mexe mais gente, até muito tarde mesmo, cerca dos 80 90 anos. (…)a grande maioria são homens e imigrantes."
	Adesão do público	Divulgação	"nós fazemos a divulgação pelo bairro, através dos cartazes, panfletos, do ir ao bairro e falar com as pessoas, mas a verdade eu acho que o que funciona mais e o que se te visto mais é sem dúvida o boca a boca"
Actividades	Actuação	Apoio comunitário	"Temos o apoio ao estudo, a alfabetização, as aulas de português, o apoio jurídico, olha o projeto Migrantour que são as visitas que não falei que são visitas organizadas por imigrantes ao bairro com uma perspectiva diferente das outras"
		Desenvolvimento /dinamização local	"há o cabeleireiro (…)criação de uma agência de comunicação onde o objectivo é prestar serviço a baixo custo aos comerciantes aqui do bairro para que possam divulgar melhor o seu negócio, criar uma imagem mais apelativa (…) O café suspenso é aquele quadrinho ali,

			tu chegas pedes um café se quiseres deixar um café para alguém deixas, uma sopa o uma tosta e alguém vem e pede a sopa e a tosta. Quem é que vem? É um sistema frágil ao mesmo tempo não é, porque não consegues controlar tudo, mas o objectivo é que as pessoas que venham naturalmente tenham algum tipo de necessidade"
	Planeamento das actividades	Diagnósticos locais	"É tudo planeado consoante as necessidades que vão aparecendo, a partir dos disgnósticos locais que foram feitos"
		Candidaturas a financiamentos	"projectos que são submetidos e que depois se, a verdade é que é muita gente a candidatar-se a um bolinho de dinheiro muito pequenino, ou seja, são muito poucos projectos e o exemplo do escolhas agora, imagina 228 candidaturas, ficaram 15"
	Colocação em prática	Sustentabilidade	"algumas actividades é possível através da sustentabilidade, do dinheiro que a cafetaria dá"
		Ajudas financeiras	"câmara municipal de lisboa tem alguns programas de financiamento que são uma vez por ano ou duas vezes por ano. Tínhamos o PDCM que era o programa de desenvolvimento comunitário da Mouraria que permitiu que as organizações se instalassem no território (…) EDP Solidária, tudo o que, todos os fundos que existam tu podes concorrer, o Alto Comissariado para as Migrações, fundos europeus"
	Avaliação das actividades desenvolvidas	Positiva	"eu acho que tem sido positivo...acho que como todas as coisas têm os seus constrangimentos e as suas dificuldades mas apesar de ser

			tudo muito recente acho que tem sido positivo, o impacto tem sido bom, pelo menos do que nos vamos apercebendo e dos pequenos pontos de situação que vamos fazendo acho que tem sido uma mais-valia"
Relações externas	Parcerias	Institucionais	"a junta de freguesia, a câmara municipal de lisboa"
		Parceiras de terreno	"gatos, crescer na maior, irmãs oblatas mais emprego a ciacup que é o gabinete mais emprego, a mais proximidade melhor vida, a cozinha popular, a largo, quer dizer tens todas as organizações que estão aqui no território"
		Cooperação e encaminhamento	"acabamos por ser todos muitos parceiros, fazemos sempre encaminhamento de situações imagina, da Renovar para Crescer, ou a Crescer manda muita gente para nós enfim, há aqui uma articulação que até funciona bem"
		Trabalho em rede	"o objectivo é potenciar os recursos humanos e materiais existentes em cada uma delas para bem de uma actividade ou de um projecto"
Potencialidades e constrangimentos da ARM	Pontos fortes	Reabilitação da Mouraria	"Acho que teve aqui um papel importante no início deste processo de reabilitação da Mouraria e acho que isso é reconhecido"
		Comunicação interna	"a parte da comunicação é muito boa e muito eficaz tem um poder mobilização grande também acho que é bom"
		Funcionários	"tecnicamente as pessoas que trabalham cá são muito boas por isso acho que os serviços prestados acabam por naturalmente ser bons"

		Flexibilidade	"faz com que se calhar não trabalhes oito horas se tiveres de trabalhar 10 ou trabalhares quatro e nisso há aqui uma flexibilidade grande, acho que isso é bom."
	Pontos fracos	Comunicação	"comunicação para fora mas dentro do bairro, ás vezes acho que poderia ser mais eficaz"
		Informalidade da associação	"A própria informalidade da associação às vezes torna-se, faz com que surjam algumas dificuldades e desafios, constrangimentos marcados por essa informalidade porque as pessoas estão muito próximas e isso tem coisas boas mas também tens coias más"
	Avaliação da intervenção da associação	Crescente	"Acho que tem sido um crescente não é…é como te disse, é muito recente a organização é normal que sintas que não é suficiente ou que ainda há muito para fazer (…)mas acho que é positiva, acima de tudo acho que está a seguir o seu caminho com os seus solavancos e com as coisas que correm menos bem, mas que é uma aprendizagem e que faz parte do crescimento de uma organização"
Perspectivas de futuro	Intervenção	Consolidação do que já existe	"Acho que é acima de tudo estruturar tudo e consolidar tudo, ou seja, para mim preocupa-me chegar a final de junho e o financiamento para as aulas de português, alfabetização e apoio jurídico terminar (…)estratégias é consolidar o que já temos e isso ás vezes é mais difícil manter do que iniciar porque iniciar, já que surgiu agora que haja uma continuidade sólida e eficiente dos serviços, melhoria e complementaridade das diversas actividades"
Projecto Mouraria Integra	Caracterização	Origem	"As aulas de alfabetização (…) portanto havia claramente uma

			necessidade de ter isto exactamente como uma actividade estruturada e estruturante da renovar e depois o gabinete de apoio nós sabíamos que existia essa necessidade aqui no território, uma procura imensa"
		Descrição	"este projecto foi submetido no âmbito da gestão financeira do ACIDI, agora ACM (…) é composto pelas aulas de português, as aulas de alfabetização e o gabinete de apoio jurídico (…) O objectivo é contribuir para o acolhimento integração"
		Participantes do projecto	"dirigido a nacionais de países terceiros, mas naturalmente que temos portugueses"
	Recursos humanos mobilizados	Apoio jurídico	"portanto temos duas pessoas no gabinete jurídico."
		Alfabetização e português para imigrantes	"A marta e tu que acabaste por vir de uma forma um bocadinho diferente mas que sem dúvida é uma mais valia para as sessões de alfabetização"
	Recursos financeiros	Programa de financiamento	"Foi o financiamento 95% financiado por este programa que o fanke, que é gerido financeiramente pelo ACM, nós a associação coloca os 5%."
		Parcerias	E"stabelecer aqui parcerias, acho que foi essencial para as coisas arrancarem, que houve muita gente que foi encaminhado nomeadamente para o gabinete"
	Recursos Estratégicos e Metodologias	Participativas	"menos expositivas e mais participativas que partam também um

			bocadinho das vivencias e conhecimentos dos formandos”
	Resultados esperados	Apoio jurídico	“Sei que atendimentos são 500, sei que acompanhamento são 1500 e são 10 acções de sensibilização junto a beneficiários, portanto são resultados muito ambiciosos”
		Alfabetização e português para estrangeiros	“imagina são para ai 6 7 turmas de português com media de 8 a 14 alunos e seriam 4 de alfabetização”
	Avaliação do projecto	Aplicação de questionários aos beneficiários	“aplicação de testes nomeadamente no gabinete aos seus beneficiários para perceber ate que ponto é que isso teve alguém impacto nas suas vidas, tanto das acções de sensibilização como da pessoas que veem aqui ao gabinete portanto esse e perceber se as situações foram resolvidas e se não foram porquê”
		Auditorias	“auditorias do ministérios da administração interna, auditores juntamente com técnicos do ACM que vem verificar tudo.”
Finalização da Entrevista	Considerações finais	Perguntar se quer acrescentar algo ou responder a algum assunto que não tenha sido abordado.	
		Agradecer disponibilidade, para a realização da entrevista	

Guião de Entrevista à Técnica de Formação da ARM

Finalidade:

- Conhecer as ideias da entrevistada em relação à alfabetização, particularmente à alfabetização de adultos.

Objectivos:

- Conhecer a trajetória académica e profissional da pessoa entrevistada;
- Identificar a sua experiência/relação com dinâmicas de alfabetização;
- Identificar as suas opiniões em relação ao processo de alfabetização de adultos estrangeiros;
- Conhecer a sua experiência no projecto Mouraria Integra;
- Identificar as suas perspectivas de futuro face à alfabetização.

Categorias	Subcategoria	Indicadores	Questões
1. Legitimação da entrevista	**1.1 Contextualização e objectivos de entrevista**	Informar o entrevistado sobre o contexto/âmbito de realização da entrevista e respectivos objectivos	
	1.2 Motivação do entrevistado	Sublinhar a importância da colaboração do entrevistado para a realização do trabalho	
	1.3 Confidencialidade e anonimato	Garantir a confidencialidade e o anonimato dos dados recolhidos	
	1.4 Autorização para a gravação áudio	Pedir autorização para a gravação áudio da entrevista, para facilitar a recolha e organização dos dados, para	

		posterior análise	
2. Perfil académico e Profissional	**2.1 Caracterização do perfil académico**	Formação Académica	2.1.1 Qual a sua formação académica? 2.1.2 Detém algum tipo de formação no âmbito da alfabetização de adultos?
	2.2 Caracterização do perfil profissional	A nível profissional	2.2.1 Qual a sua atividade profissional?
			2.2.2 Qual o seu percurso profissional dentro e fora desta instituição? 2.2.3 Há quanto tempo trabalha nesta instituição? 2.2.4 Quais os motivos que a levaram a trabalhar nesta instituição? 2.2.5 Quais as principais funções que desempenha no seu dia-a-dia? 2.2.6 Como avalia o trabalho que realiza?
3. Relação com a Alfabetização	**3.1 Visão da Alfabetização**	Ideia principal	3.1.1 Como é a sua relação com a alfabetização de adultos? 3.1.2 O que é a alfabetização de adultos para si? 3.1.3 O que é a alfabetização crítica para si? 3.1.4 Quais os princípios em que a alfabetização é sustentada para si?
		Mais importante	3.1.5 O que mais importa no processo de alfabetização? 3.1.6 Na sua opinião, quais as principais características (pessoais, técnicas, sociais) que um alfabetizador/educador deve ter?
		Papéis na alfabetização	3.1.7 Qual o papel do alfabetizador de

			adultos no processo de alfabetização? 3.1.8 Qual o papel dos próprios adultos? 3.1.9 E qual o papel da associação em todo este processo? 3.1.10 Como interagem entre si todos os envolvidos?
4. Projecto Mouraria Integra	**4.1 Experiência pessoal**	Balanço	4.1.1 Como tem sido a experiência até agora? O que tira de bom? E de menos bom?
		Estratégias	4.1.2 Pode falar-me de algumas das estratégias utilizadas?
		Expectativas	4.1.3 Quais as suas expectativas quando aceitou o desafio de conduzir estas sessões de alfabetização de adultos? 4.1.4 Quais os resultados esperados?
5. Perspectivas de Futuro	**5.1 Pessoais**	Face à alfabetização	5.1.1 Quais as suas perspectivas de futuro face ao que tem vindo a fazer e o que pretende vir a fazer nesta área?
6. Considerações finais e agradecimentos	**6.1 Informações adicionais**	.	6.1.1 Quer acrescentar algum aspecto ou esclarecimento complementar sobre as questões levantadas?
	5.2 Agradecimentos		6.2.1 Formular os agradecimentos e a colaboração prestada

Transcrição da Entrevista Realizada à Técnica de Formação da ARM

Entrevistadora: Vânia Matos – Estagiária (VM)

Entrevistada: Técnica de Formação (TF)

VM: Qual o seu percurso académico?

TF: Licenciatura em línguas e literaturas clássicas e Portuguesa em Coimbra depois o mestrado em português, língua estrangeira, língua segunda.

VM: Teve alguma formação específica no âmbito da alfabetização?

TF: Há 10 anos atras tive uma pequena formação no âmbito da alfabetização na guiné.

VM: Pode falar-me um pouco dessa experiencia?

TF: Surgiu no contexto do projecto onde eu estava que houve uma senhora, uma formadora que deu umas horas sobre alfabetização, já foi á tantos anos, 10 anos atras.

VM: Qual o seu percurso profissional, dentro e fora da associação?

TF: Depois do estágio profissional fui dois anos a cabo verde, depois vim para Portugal e tive a dar aulas de português para estrangeiros, depois voltei para a Africa, tive na Guiné-Bissau dois anos.

VM: E o quê que fez em Cabo Verde e na Guiné?

TF: Em Cabo Verde e na Guiné tive em projectos de cooperação a dar português e formaçãode formadores, professores entre outros projectos, tudo ligado com a língua portuguesa. Depois voltei para Portugal continuei com o português para estrangeiros, tive como professora de língua materna nas escolas, ah depois formadora do IEFP, depois voltei para as escolas depois fui para frança e entretanto voltei para o IEFP..

VM: E em França fez o quê?

TF: Leitora, leitora de português.

VM: E depois voltou…

TF: E fui para o IEFP, voltei a ser formadora do IEFP.

VM: Então e agora aqui dentro da Renovar?

TF: Aqui na Renovar…formadora de alfabetização, de português para imigrantes e coordenadora do apoio ao estudo.

VM: E há quanto tempo é que estás aqui?

TF: Desde meados de setembro.

VM: E quais é que foram os motivos que a levaram vir trabalhar aqui para a renovar?

TF: Ao fim ao cabo fazer um pouco de cooperação cá dentro em Portugal.

VM: E como é que surgiu a oportunidade de vir para aqui?

TF: Através de uma amiga que viu o anúncio e mandou-me o anúncio, eu concorri e olha cá estou eu.

VM: Quais é que são as funções que desempenha no seu dia-a-dia? Pode descrever um dia do seu trabalho?

TF: Então coordenar a alfabetização e o português para imigrantes, ou seja, fazer todo o cronograma, o horário etc, depois preparar as aulas, dar as aulas, montar e desmontar a sala (risos de ambas), depois coordenar a nova abertura de cursos e também coordenar o apoio ao estudo, ou seja, coordenar os voluntários, toda a logística que é necessária a nível burocrático não só para o português para imigrantes, para a alfabetização como para o apoio ao estudo e organizar tudo isso.

VM: Qual é a avaliação que faz até aqui? Do trabalho que tem vindo a fazer?

TF: Tem sido trabalhoso mas tem sido bom, tem sio gratificante, estou a ver alguns resultados o que é bom.

VM: Relativamente à alfabetização, como é que descreve o seu trabalho no âmbito da alfabetização de adultos estrangeiros?

TF: Ao fim ao cabo o meu obectivo é tentar-lhes dar ferramentas para agilizar antes demais o pensamento e fomentar também um certo espirito…tudo isso através do ensino da leitura e da escrita, ou seja, estou convicta que eles ao aprenderem a ler e a

escrever é muito mais do que saberem o que é uma letra é dar-lhes ferramentas não só para o seu uso de dia-a-dia como também para estarem mais bens inseridos na sociedade a todos os níveis, numa perspectiva intercultural, numa perspectiva crítica sobre o que os rodeia e uma perspectiva pragmática do dia-a-dia.

VM: Para si, o que é a alfabetização?

TF: A alfabetização é antes de…é muito mais do que aprender o abecedário, é muito mais do que aprender a ler e a escrever, ou seja, além de se fomentar toda a parte da motricidade, toda a parte dos esquemas cognitivos que se vão desenvolvendo obrigatoriamente é fomentar tudo o resto. Fomentar também, ajudar a integração dos imigrantes não só na sua parte social mas também profissional e estou convicta que vai ser uma forma de se lhes abrirem muitas portas a nível profissional também, como já se viu como o Fati e com a Mama, e o Fernando ..será uma forma sem dúvida profissional que os vai ajudar bastante mas também a nível social e pessoal obviamente, porque também vai-lhes dar mais autoestima, auto confiança e um espirito critico e é isso que se pretende. Até mesmo mais acesso á informação que fica claro mais facilitado.

VM: E essa ideia de alfabetização, sempre foi assim ou foi mudando tendo em conta as suas experiências?

TF: Aprofundou-se foi muito mais aprofundada sem dúvida.

VM: Em que sentido?

TF: Hum…em todos os sentidos, aquilo que nós sabemos dos livros acaba por ser muito ligeiro digamos assim, comparado com a realidade. Na realidade nós verificamos as coisas muito mais aprofundadamente quando nos deparamos com os exemplos das pessoas que estão á nossa frente e verificamos que o saber uma letra, o conseguir aprender a ler a escrever faz a diferença na sua auto estima e..assim como qualquer formação que se faça, a partir do momento é que o formando sente que é capaz de fazer começa a ter um autoconfiança e essa auto confiança permite-lhe destruir muros à sua volta em tudo na vida, OUTRO PASSO EM FRENTE.

VM: Para si, o quê que é mais importante no processo de alfabetização?

TF: É tudo isto que eu acabei de dizer, dar-lhes as ferramentas para melhorar enquanto cidadãos e nível social, profissional e pessoal, esse é a grande chave. Orientá-los no seu

caminho, no seu percurso para que conscientes…não é bem auxiliar é mais orientar num percurso que eles estão agora a começar e nós verificamos que realmente é o inicio de um caminho, que agora já não há volta a dar que a partir de agora é um caminho sem retorno, a partir de agora vai haver, por muito..eles até podem não voltar a estudar mas isto é um caminho sem retorno a partir de agora a aprendizagem está lá, começaram a aprender alguma coisa diferente e começaram a ter mecanismos de resposta diferentes, começaram a ter contactos com formas diferentes e agora o cominho está aberto para eles continuarem.

VM: Na sua opinião qual é que é o papel do alfabetizador/educador em toda este processo?

TF: É um papel complexo porque é um papel, antes demais temos de ter a consciência das dificuldades do publico à nossa frente por isso é antes de mais um mediador cultural também porque temos de ter consciência que a nossa cultura é a nossa cultura é uma coisa relativa, depois saber que todos os nossos actos são relativos porque há coisas que nós estamos convictos que é assim, é naturalmente assim mas não é, temos de estar sempre com uma consciência altamente critica de nós próprios para depois podermos compreender o outro, para estarmos abertos por exemplo, a coisas como aconteceu hoje de haver um nome completamente diferente que é muçulmano que é do peregrino que vai a meca e conseguir deslindar isso (risos), por exemplo, ou seja, temos de ter essa abertura de espirito de relativizar um pouco, relativizar não é essa a expressão correcta, ter uma consciência critica nossa para podermos estar abertos à outra. Essa é a primeira questão, a outra questão é tentar desde o primeiro dia favorecer uma relação de confiança, pois só confiando em nós é que eles podem seguir ou podem nos deixar que os apoiemos e orientemos. A seguir ter a consciência de que o reforço positivo, toda a questão de fomentar a autoestima autoconfiança é muito importante principalmente para adultos mais velhos que se nunca conseguiram acha m que nunca vão conseguir agora…é o nosso papel aqui é muito importante a questão do psicólogo, o reforço positivo, a auto estima, a auto confiança é extremamente, extremamente importante. E depois tudo o resto, toda a parte didática, pedagógica obviamente que também não é de descurar mas acho que também é importante ir ao encontro das necessidades, ir ao encontro daquilo que eles necessitam, daquilo que eles gostam, daquilo que para eles é importante só assim é que vamos conseguir que eles estejam motivados para o processo de aprendizagem,

VM: E quanto ao papel dos próprios adultos?

TF: Ui o papel deles neste processo todo é antes demais estarem motivados para serem orientados …porque é um papel muito importante deles o papel deles é antes demais terem a coragem de irem contra as suas próprias frustrações o que não é fácil não é? Terem consciência que não é fácil muitas vezes, que há alturas em que vai ser difícil, há alturas em que é desmotivante e mesmo assim conseguirem não desistir e isso é muito importante o lidar com a sua própria frustração e não desistir estar motivado, tentar encontrar por si próprio, porque nós sozinhos enquanto formadores não conseguimos nada, o papel mais importante é deles próprios. E nota-se bastante bem a diferente entre aqueles que por eles próprios sozinhos tentam são exigentes com eles próprios vao fazendo vão praticando e aqueles que estão unicamente à espera de receber informação. Obviamente que a diferença esta no processo de aprendizagem, a diferença do resultado do processo de aprendizagem vai ser completamente distinta. O percurso um vai ser mais cimentado do que o outro

VM: Mas a nível do próprio processo de aprendizagem como é que você acha que o papel deles deve ser visto? Eles devem ser encarados como o quê?

TF: Como o elemento central do processo de aprendizagem naturalmente, tem têm de ter um papel activo no seu processo. A influência deles, naturalmente a partir do momento em que se diz que…ele tem o papel central naturalmente que a ideia será tudo parte deles, tudo parte deles não só todo o processo, toda a construção do processo é a parir deles, das necessidades deles, dos interesses deles não nos adianta absolutamente nada estar a preparar aquilo que para nós é importante mas que para eles nem se lhes diz absolutamente nada. O importante é ir sempre ao encontro das suas necessidades e dos seus interesses, só assim é que vamos conseguir que as coisas se desenrolem, obviamente que o pepel deles é o mais importante e activo deve ser responsabilizado naturalmente, ele tem de ser responsável pela sua própria aprendizagem até porque ele participa dando-nos os feedbacks daquilo que é pressuposto ser esse processo, ao fim ao cabo é que o nosso papel é apenas orientar aquilo que eles querem, construir o caminho de acordo com as pedras que eles nos dão para fazer o caminho.

VM: E agora, o papal da própria associação da renovar?

TF: É muito importante porque dá uma oportunidade, está a dar um oportunidade a quem nunca teve estas oportunidades, o seja, ao fim ao cabo a associação aprece aqui como uma instituição que pode finalmente acolher aqueles que têm necessidades e colmatar esta falha que havia, porque actualmente em Portugal considera-se que não há imigração iletrada ou analfabeta e por isso nós verificamos que os programas governamentais não estão dirigidos para a alfabetização todos os programas governamentais estão dirigidos já para pessoas que sabem ler e escrever e têm um pouco de domínio da literacia, o que não é o caso, muitas vezes até apara africanos principalmente não quer dizer que não haja outros. Não há nada que o governo, o estado esteja a providenciar a essas pessoas, por isso a associação enquanto organização da sociedade civil esta a tentar, vai colmatar uma falha do estado, esta a dar uma oportunidade que já devia ter sido feio pelo estado.

VM: Considera que a alfabetização de adultos portugueses é diferente da alfabetização de adultos estrangeiros? E porquê? Se bem que trabalhou na maioria com estrangeiros..

TF: É diferente de várias formas, não só…hum se fosse com portugueses estaríamos mais na nossa praia digamos assim porque estamos a trabalhar com aquilo que já conhecemos melhor, o nome do filhos nós saberíamos de antemão qual é, nós saberemos de antemão explorar as mesmas tradições as mesmas questões culturais. Aqui não digo que é mais…poderá ser mais difícil, mais trabalhoso tentar encontrar por vezes respostas que nós não temos mas também por outro lado é um desafio constante e ainda há uma maior troca de aprendizagens porque assim estamos também a aprender constantemente uma outra cultura uma outra forma de estar que com os portugueses não temos porque já há uma partilha básica…portanto há de haver sempre outro tipo de partilhas mas aqui há um outro desafio

VM: Então acaba sempre por haver diferenças no sentido em que...não sei exijam um pouco mais de preparação do ter em conta as necessidades…

TF: Ter em conta não só a questão cultura que é importante mas também principalmente a questão fonética vá, porque estamos a ensinar português a pessoas que a sua língua materna não é a mesma que não dominam determinados sons que nós estamos a ensinar, como os nasais...é completamente diferente para o formando que pode identificar imediatamente o som do seu dia-a-dia para um formando que está a

tentar aprender o som que não consegue identificar porque não faz parte da sua referencia linguística…logo aí há um outro tipo de trabalho

VM: Relativamente à sua experiência aqui no projecto Mouraria Integra, como é que tem sido até agora?

TF: A experiencia até agora o balanço da experiencia..antes demais é é gratificante é uma palavra um bocado comum mas é um bocado tudo isso, o melhor presente de natal para formador é verificar que os seus formandos, que já subiram vários patamares na sua aprendizagem e aquilo que parecia tão difícil no inicio, aqueles fantasmas já foram todos presos e expulsos, a maior parte deles e por isso o verificar que a pouco e pouco se vai subindo um degrau, a pouco e puco eles conseguem estar num outro patamar essa é a parte mais gratificante daquilo que faz com que valha a pena.

VM: Então isso é o que tira de mais positivo?

TF: Sim. O sentir que há resultados e esses resultados estão a fazer com quem eles fiquem cada vez mais motivados, fiquem cada vez mais auto confiantes e que estejam cada vez com mais vontade de desenvolver um processo de aprendizagem, isso acho que é o mais positivo verificar que as coisas estão a funcionar bem, que há interesse que eles estão a participar, que eles estão a ser activos no seu processo de aprendizagem e que ainda nos conseguem surpreender pela positiva.

VM: E quanto aos principais problemas/dificuldades que tem encontrado até agora?

TF: São os desafios que nos colocam à frente e é verificar que se calhar que aquela estratégia não é a melhor então senão se não e a melhor vamos mudar e faze-lo de outra forma, faz parte também do processo de ensino-aprendizagem, que é a nossa própria aprendizagem enquanto formadores que é essencial no papel do formador saber aprender com os eus próprios erros e com os seus sucessos. E por outro lado…essa é a parte mais difícil e a parte do tentar fazer com que essa influência da língua portuguesa não ser a língua materna não seja um obstáculo á aprendizagem.

VM: Então isso é uma dificuldade?

TF: Por vezes é.

VM: Então e o quê que faz para conseguir dar resposta, solucionar essa dificuldade?

TF: Primeiro encará-la como um desafio e perceber e tentar mostrar que…ou seja, tentar aprofundar esse tipo de situação de forma a que se torne mais clara e de forma a que…é diferente mas não quer dizer eu não seja aprendida na mesma.

VM: Como é que pensa, planeia as sessões de alfabetização?

TF: Um passo de cada vez (risos). Um passo de cada vez, ao fim ao cabo é se partimos deles se eles têm a grande voz activa no processo então temos que os ouvir e eles têm de ir sempre falando connosco e a partir daquilo que se vai falando vai-se fazendo por isso tem de ser..acho que aqui é, pode-se fazer um aplano ao longo prozo, um coisa geral sabemos quais e que são os nossos objectivos, sabemos quais é..e isso seia mais o planeamento do curso. Agora aula a aula acho que não da para fazer este mês vou fazer isto e isto e isto acho que isso não é executivel porque temos de ir ao encontra àquilo que eles nos vão dizendo ou seja a ideia é estarmos sempre, ir-nos moldando conforme as coisas vão aparecendo por isso uma das coisas que nós aprendemos desde logo, desde o estagio é que podemos ter até uma linda planificação para um mês mas na aula seguinte essa planificação vai toda ao ar e vamos ter de adaptar aquilo que vai surgindo e é isso que temos estando a fazer é tentando ir ao encontro do que vai surgindo. Ora se eles querem falar daquele tema então vãos durante algum tempo explorar aquele tema o quê que há para ser explorado, depois passamos para o tema seguinte, agora é época do natal vamos então explorar o natal, a seguir será outro tema é a comida querem falar da comida então vamos falar sobre comida, vamos planeado consoante aquilo que eles vao pedindo.

VM: Então quais é que são os resultados esperados? Aquilo que espera…

TF: Que os objectivos sejam alcançados, tudo aquilo que já foi dito, ou seja, espero que no final do tempo que temos olhar para uma turma confiante que consiga ler e escrever e que faça disso uma ferramenta para abrir as portas para um caminho mais sólido na sua cidadania a todos os níveis.

VM: Como é que avalia as suas intervenções, mas também a dos próprios adultos? Tendo em conta esses objectivos, esses resultados que espera (aquilo que já foi feito)

TF: Acho que eles têm tido de facto uma voz activa embora haja ainda coisas a trabalhar nomeadamente o facto de aqueles que ainda não dominam bem a língua por vezes se fecharem, ficarem cada vez mais reservados e isso ser ás vezes um obstáculo à

sua voz activa no processo e isso, é uma coisa que não se consegue num mês, não se consegue em dois vai-se trabalhando e, essa é uma questão a trabalhar.

VM: E quanto a si?

TF: Quanto a mim? É uma questão também a trabalhar. Enquanto formadora é sempre um percurso também como os formandos, nós também vamos subindo degrau a degrau, também temos de ir aprendendo a pouco e pouco, também é um dia atras do outro que o objectivo é tentar sempre que pensar que estamos a aprender também para tentar melhor. Acho que até agora tem havido resultados positivos das nossas estratégias umas mais outras menos mas é normal e acho que estou a aprender e o grande objectivo é que tudo isto também como sendo novo para mim, estou a conseguir tirar bastantes elações que é o mais importante penso eu.

VM: Por ultimo, o quê que em termos de alfabetização de estrangeiros pensa fazer no futuro?

TF: Gostaria de continuar, gostaria de continuar a ter cada vez mais experiencia e cada vez a tentar perceber melhor como é que funciona tudo isto, essas são as minhas expectativas, ou seja, continuar não só com os que tenho como ter ainda mais, tentar cada vez mais perceber como é que se pode aprofundar este tipo de sistema de aprendizagem. Isto nunca é um ciclo fechado à sempre coisas a aprender mas eu ainda estou no início por isso a minha expectativa é melhorar, ir melhorando sempre e continuar a trabalhar nesta área. Aprender a nível empírico e académico

Grelha de Análise de Conteúdo da Entrevista Realizada à Técnica de Formação da ARM

Categorias	Sub-Categorias	Indicadores	Unidades de Registo
Legitimação da Entrevista		Informar o entrevistado sobre o tema e os objetivos da entrevista	Apresentação do entrevistador e breve explicitação sobre os objetivos gerais
		Motivar o entrevistado	Exaltar a importância do contributo da entrevistada
		Garantir a confidencialidade da informação conseguida	Realçar a questão da confidencialidade da informação recolhida e o respeito pelo anonimato do entrevistado;
		Permissão para gravar a entrevista	Dá-me autorização para gravar a entrevista?
Perfil do Entrevistado	Formação Académica	Ensino Superior	"Licenciatura em línguas e literaturas clássicas e Portuguesa em Coimbra depois o mestrado em português, língua estrangeira, língua segunda."
		Formações em alfabetização	"Há 10 anos atras tive uma pequena formação no âmbito da alfabetização na guiné"
	Percurso profissional	Dentro da ARM	"formadora de alfabetização, de português para imigrantes e coordenadora do apoio ao estudo. (…) Desde meados de setembro."
		Fora da ARM	"Depois do estágio profissional fui dois anos a cabo verde, depois vim para Portugal e tive a dar aulas de português para estrangeiros,

			depois voltei para a Africa, tive na Guiné-Bissau dois anos (…9 Em Cabo Verde e na Guiné tive em projetos de cooperação a dar português e formação de formadores, professores entre outros projectos (…) Depois voltei para Portugal continuei com o português para estrangeiros, tive como professora de língua materna nas escolas, ah depois formadora do IEFP, depois voltei para as escolas depois fui para frança e entretanto voltei para o IEFP"
		Motivos de trabalhar na ARM	"Ao fim ao cabo fazer um pouco de cooperação cá dentro em Portugal."
		Funções desempenhadas diariamente	"coordenar a alfabetização e o português para imigrantes, ou seja, fazer todo o cronograma, o horário etc, depois preparar as aulas, dar as aulas, montar e desmontar a sala (risos de ambas), depois coordenar a nova abertura de cursos e também coordenar o apoio ao estudo, ou seja, coordenar os voluntários, toda a logística"
Relação com a Alfabetização	Descrição do trabalho da alfabetização de adultos estrangeiros	Desenvolver ferramentas e aprendizagens	"Ao fim ao cabo o meu obectivo é tentar-lhes dar ferramentas para agilizar antes demais o pensamento e fomentar também um certo espirito (…)é dar-lhes ferramentas não só para o seu uso de dia-a-dia como também para estarem mais bens inseridos na sociedade a todos os níveis, numa perspectiva intercultural, numa perspectiva crítica sobre o que os rodeia e uma perspectiva pragmática do dia-a-dia."
		Ideia acerca da alfabetização	"A alfabetização é antes de…é muito mais do que aprender o abecedário, é muito mais do que aprender a ler e a escrever, ou seja, além de se fomentar toda a parte da motricidade, toda a parte

			dos esquemas cognitivos que se vão desenvolvendo obrigatoriamente”
		o mais importante na alfabetização	“dar-lhes as ferramentas para melhorar enquanto cidadãos e nível social, profissional e pessoal, esse é a grande chave. Orientá-los no seu caminho, no seu percurso para que conscientes…não é bem auxiliar é mais orientar num percurso que eles estão agora a começar”
	Papel do alfabetizador/educador	Papel complexo	“É um papel complexo, temos de ter a consciência das dificuldades do publico à nossa frente por isso é antes de mais um mediador cultural (…) temos de estar sempre com uma consciência altamente critica de nós próprios para depois podermos compreender o outro”: “(…) favorecer uma relação de confiança, pois só confiando em nós é que eles podem seguir ou podem nos deixar que os apoiemos e orientemos. A seguir ter a consciência de que o reforço positivo, toda a questão de fomentar a autoestima autoconfiança (…)é importante ir ao encontro das necessidades, ir ao encontro daquilo que eles necessitam, daquilo que eles gostam, daquilo que para eles é importante só assim é que vamos conseguir que eles estejam motivados para o processo de aprendizagem”
	Papel dos adultos	Motivados para a aprendizagem	“antes demais estarem motivados para serem orientados”
		Lidar com as frustrações	“coragem de irem contra as suas próprias frustrações o que não é fácil não é? Terem consciência que não é fácil muitas vezes, que há alturas em que vai ser difícil, há alturas em que é desmotivante e mesmo assim conseguirem não desistir e isso é muito importante

			o lidar com a sua própria frustração e não desistir.”
		Elemento central do processo de aprendizagem	“(…) O importante é ir sempre ao encontro das suas necessidades e dos seus interesses, só assim é que vamos conseguir que as coisas se desenrolem, obviamente que o pepel deles é o mais importante e activo deve ser responsabilizado naturalmente, ele tem de ser responsável pela sua própria aprendizagem até porque ele participa dando-nos os feedback”
	Papel da ARM	Fundamental	“É muito importante porque dá uma oportunidade, está a dar um oportunidade a quem nunca teve estas oportunidades(…)Não há nada que o governo, o estado esteja a providenciar a essas pessoas, por isso a associação enquanto organização da sociedade civil esta a tentar, vai colmatar uma falha do estado, esta a dar uma oportunidade que já devia ter sido feio pelo estado.”
	Distinção entre alfabetização de adultos portugueses e alfabetização de adultos estrangeiros	Conhecimento do desconhecido	“se fosse com portugueses estaríamos mais na nossa praia digamos assim porque estamos a trabalhar com aquilo que já conhecemos melhor”
		Dificuldade acrescida	“poderá ser mais difícil, mais trabalhoso tentar encontrar por vezes respostas que nós não temos mas também por outro lado é um desafio constante”
		Maior partilha	“há uma maior troca de aprendizagens porque assim estamos também a aprender constantemente uma outra cultura uma outra forma de estar que com os portugueses não temos porque já há uma partilha básica”
		Maior preparação das sessões	“ter em conta não só a questão cultura que é importante mas também principalmente a questão fonética vá, porque estamos a

			ensinar português a pessoas que a sua língua materna não é a mesma que não dominam determinados sons que nós estamos a ensinar”
Balanço da Experiência	Alfabetização	Positivo	“o melhor presente de natal para formador é verificar que os seus formandos, que já subiram vários patamares na sua aprendizagem (…)pouco e puco eles conseguem estar num outro patamar essa é a parte mais gratificante daquilo que faz com que valha a pena.”
		Visualizar mudanças/resultados	“O sentir que há resultados e esses resultados estão a fazer com quem eles fiquem cada vez mais motivados, fiquem cada vez mais auto confiantes e que estejam cada vez com mais vontade de desenvolver um processo de aprendizagem, isso acho que é o mais positivo verificar que as coisas estão a funcionar bem, que há interesse que eles estão a participar, que eles estão a ser activos”
	Principais desafios	Estratégias	“é verificar que se calhar que aquela estratégia não é a melhor então senão se não e a melhor vamos mudar e faze-lo de outra forma, faz parte também do processo de ensino-aprendizagem, que é a nossa própria aprendizagem enquanto formadores que é essencial no papel do formador saber aprender com os seus próprios erros e com os seus sucessos”
		Língua	“tentar fazer com que essa influencia da língua portuguesa não ser a língua materna não seja um obstáculo á aprendizagem.”
Planificação das Sessões	Adequação	Necessidades dos educandos	“temos que os ouvir e eles têm de ir sempre falando connosco e a partir daquilo que se vai falando vai-se fazendo (…)vamos ter de adaptar aquilo que vai surgindo e é isso que temos estando a fazer é tentando ir ao encontro do que vai surgindo. Ora se eles querem falar daquele tema então vãos durante algum tempo explorar

			aquele tema o quê que há para ser explorado, depois passamos para o tema seguinte"
Resultados Esperados	Mudança	Visualizar diferenças	"Espero que no final do tempo que temos olhar para uma turma confiante que consiga ler e escrever e que faça disso uma ferramenta para abrir as portas para um caminho mais sólido na sua cidadania a todos os níveis."
Perspectivas de Futuro	Alfabetização	Investir mais na área	"gostaria de continuar a ter cada vez mais experiencias e cada vez a tentar perceber melhor como é que funciona tudo isto (…9 Isto nunca é um ciclo fechado à sempre coisas a aprender mas eu ainda estou no inicio por isso a minha expectativa é melhorar, ir melhorando sempre e continuar a trabalhar nesta área"
Finalização da Entrevista	Considerações finais	Perguntar se quer acrescentar algo ou responder a algum assunto que não tenha sido abordado.	
		Agradecer disponibilidade, para a realização da entrevista	

Guião de Entrevista aos Educandos Participantes no Curso de Alfabetização

Finalidade:

- Identificar as principais mudanças ocorridas no quotidiano após a frequência no curso de alfabetização

Objectivos:

- Conhecer a trajetória de vida da pessoa entrevistada;
- Identificar os motivos que o/a leram a inscrever-se no curso;
- Conhecer as suas expectativas em relação ao processo de alfabetização;
- Identificar os principais resultados após frequentar o curso;
- Conhecer a sua opinião face ao curso frequentado e toda a sua dinâmica;
- Identificar as suas perspectivas de futuro face à alfabetização e à aprendizagem.

Categorias	Subcategoria	Indicadores	Questões
1. Legitimação da entrevista	**1.1 Contextualização e objectivos de entrevista**	Informar o entrevistado sobre o contexto/âmbito de realização da entrevista e respectivos objectivos	
	1.2 Motivação do entrevistado	Sublinhar a importância da colaboração do entrevistado para a realização do trabalho	
	1.3 Confidencialidade e anonimato	Garantir a confidencialidade e o anonimato dos dados recolhidos	
	1.4 Autorização para a gravação áudio	Pedir autorização para a gravação áudio da entrevista, para facilitar a recolha e organização dos dados, para	

		posterior análise	
2. Perfil do Entrevistado	**2.1 Caracterização do perfil do adulto**	Apresentação	- Como se chama? (talvez não seja necessário) - Que idade tem? - Tem trabalho? Qual? Se não, qual a sua última profissão?
		Vida em Portugal	- Onde nasceu? - Quanto tempo está em Portugal? - A sua situação em Portugal esta regularizada? (CC, título de Residência) Se sim, foi fácil de resolver? Se não, como esta o processo, está a tratar? - Gosta de estra em Portugal? Como ´a sua vida aqui? - Enquanto imigrante, quais são as principais dificuldades com que se depara no seu dia-a-dia? Como faz para as ultrapassar?
3. Motivos para a frequência no Curso	**3.1Motivação/Interesse**	Razões de inscrição	- Porque quis vir aprender a ler e a escrever? (o que o levou a inscrever-se no curso?)
		Importância da Leitura e da escrita	- É importante saber ler para si? Porquê? Por exemplo… - E escrever também é importante? Porquê? Para fazer o quê?

	3.2 Expectativas	Curso	- No início, o que esperava vir aprender neste curso? - E aprendeu? - Acha que o que aprendeu/trabalhou durante estes meses pode ser útil na sua vida diária?
4. Resultados/mudanças na vida quotidiana	**4.1 O que mudou**	Tarefas do dia-a-dia	- O que faz hoje no seu dia-a-dia que não fazia quando cá chegou? (por exemplo nas compras, na utilização dos transportes, na ida ao médico, segurança social, finanças, etc?) - O que mudou no seu dia-a-dia devido a frequentar este curso?
		O curso ajudou	- Acha que frequentar este curso de alfabetização ajudou-o nesses assuntos? Porquê? Como?
		Hábitos de leitura e de escrita diária	- O que lê no seu dia-a-dia? Quando? Como? Para quê? - O que escreve no seu dia-a-dia? Para quê? Quando? Como faz? - Desde que está na alfabetização, consegue usar mais vezes a leitura e a escrita? Como por exemplo?
		Estratégias de resposta aos problemas	- E quando não consegue/conseguia ler ou escrever, como resolve/resolvia a situação?
5. Sobre as sessões	**5.1 Opinião do educando**	Experiência	- Como tem sido a experiência até agora? O que tira de bom? E de menos

			bom? - Acha que o modo como as sessões decorrem é o mais apropriado? (as técnicas, estratégias, utilizadas pela formadora, materiais…) - se pudesse descrever aquilo que foi para si estar neste curso de alfabetização, como o faria?
		Conselhos	- O que diria a um amigo que, na sua opinião, precisasse de frequentar um curso como este? - O que diria às pessoas que não sabem ler nem escrever, aquelas que têm dificuldade em dirigir-se a serviços públicos, etc? - E às que já sabem?
6. Perspectivas de Futuro	**6.1 Pessoais**	Face à alfabetização	- Quais as suas perspectivas de futuro face ao que tem vindo a aprender? Vai continuar com a alfabetização? Pensa frequentar mais cursos? - Estar neste curso mudou a sua vida
7. Considerações finais e agradecimentos	**7.1 Informações adicionais**	.	- Quer acrescentar algum aspecto ou esclarecimento complementar sobre as questões levantadas?
	7.2 Agradecimentos		- Formular os agradecimentos e a colaboração prestada

Transcrição da Entrevista Realizada à Educanda Isabel

Entrevistadora: Vânia Matos – Estagiária e Educadora (VM)

Entrevistada: Educanda Isabel (EI)

VM: Primeiramente gostava que me disseste que idade tem?

EI: Eu sou de dez de Janeiro de mil novecentos e sessenta e dois. Tenho 53 anos.

VM: E onde nasceu?

EI: Eu nasceu em Cabo Verde, Porto Novo.

VM: Há quanto tempo está em Portugal?

EI: Estou aqui desde 2000.

VM: E Porque veio para Portugal?

EI: Eu vim procurar trabalho. Vim sozinha na altura, agora é já tem meus filhos aí. Tinham cá meus irmãos.

VM: Em relação aos documentos (cc, tr…), como foi na altura para tratar disso? Foi difícil? Alguém a ajudou?

EI: Fui para trabalho e depois tive contracto de trabalh então foi mais fácil tratar disso.

VM: Tem trabalho?

EI: Se tenho trabalho? Estou a fazer umas horas numas patroas, a limpar as casas, passar a ferro essas coisas.

VM: Então e qual foi a sua última profissão?

EI: O meu última trabalho é na safira, eu trabalhei em limpeza…eu tive lá dois ano.

VM: Gosta de estar em Portugal?

EI: Gosto muito sim.

VM: Então e como é a sua via aqui?

EI: A minha vida é…é bom. Gosto de estar aí porque lá em cabo verde não há trabalho e aqui já tenho a minha família aí, meus filho e marido. Já construí minha vida aqui.

VM: Bem não sei se isso acontece ainda, mas no início quando chegou cá, enquanto imigrante quais foram os principais problemas e dificuldades que a Isabel encontrou?

EI: A principal dificuldade é trabalho, custar a encontrar trabalho mas depois a minha cunhada me ajudar a encontrar trabalho numa senhora, eu tive lá cinco anos, eu trabalhava interna trabalhava interna durante cinco ano e depois gora começara a ter documentos, todos os anos a renovar o visto do contracto, a minha patroa renovava o visto e depois agora a minha patroa como era muito velha, oitenta e tal anos depois era faleceu porque tinha um cancro no coração e foi para o hospital teve hemorragia e falecer e eu fiquei sem trabalho outra vez. Depois quando tinha seis mês uma, uma família da minha patroa que faleceu arranjou-me um trabalho na família deles e tive la quatro ano também.

VM: Então a principal dificuldade foi sempre arranjar trabalho é? Mas ao nível de tratar dos papéis dos cartões legais, a nível de ser imigrante, nunca foi mal tratada? Nunca houve algum problema?

EI: Nos documentos a patroa sempre ajudou-me e depois desse tempo eu já não quis ter mais esse trabalho de interna porque tinha os meus menino pequenos e não tinha quem ficar com eles parque o meu marido tinha de trabalhar e porque tinha de pagar alguém para ficar com eles e levar para a escola e tudo, era complicado. Depois entre, tive de sair do trabalho interno onde eu estava que era outra patroa da família da minha outra patroa que morreu, tive lá uns quatro ano e depois já não quis trabalho interna porque os meu meninos eram pequenos precisavam de mim, tinha de ver o comer, tinha de levar pra escola. Depois foi para trabalho de safira, tive seis mês sem trabalho depois tive uma amiga minha é que disse que tinha uma firma que estava com falta de gente no marquês pombal, eu fui la inscrever e logo naquele mês eu fiquei com trabalho.

VM: Porquê que a Isabel quis vir para este curso? Porquê que se inscreveu?

EI: Eu inscrevi porque queria aprender a ler e a escrever, porque uma pessoa que não tem escola é uma pessoa que parece que não está no mundo, não sabe o que passa no mundo. E depois tinha patroas, porque encontrei vários trabalhos e tinha patroa que diz ah se a senhora não sabe ler nem escrever não é, eu não quero porque tenho de ter uma

pessoa que tenha de escrever recados do telefone que é para coisa. Às vezes tinham muita patroa que queria a mim só que quando eu dizia que não sabia ler e escrever já não servia e não queriam. Porque eu não conseguia escrever os recados. Eu inscrevi porque queria muito aprender a ler e escrever, conseguir fazer essas coisas.

VM: Então para si é importante saber ler? Porquê?

EI: Sim, para mim é muito importante. Porque assim a gente sabe onde é que está nos transporte, a gente sabe a onde é que a gente tamos, se nos perder e tudo, consegue ler as coisas da rua, ler os recados da escola dos meu filhos, eu não conseguia ler os recados, agra já consigo quando é letras grandes e não pequenininha.

VM: E escrever também é importante? Porquê? Para fazer o quê?

EI: Escrever também é importante porque a gente pode escrever as coisas e ninguém precisa, se vem uma carta e a gente quiser escrever uma família ou a outra pessoa, ninguém sabe o segredo da pessoa. Eu mesma escreve a minha carta e ninguém precisa de saber o que escrevi, posso escrever que ninguém sabe. Podemos guardar tudo escrito e não precisamos de contar a ninguém. É importante porque tem uma família fora e quero escrever uma carta pelo correio e é muito bom. Às vezes a gente ia pedir favor de escrever e muita gente não quer aceitar diz que não tem tempo e não podia mandar a carta porque não sabia escrever sozinha, agora está muito melhor já consegui escrever um recado para a professora do meu filho.

VM: O que esperava do curso? Aquele tempo depois de se inscrever até começar o curso ou mesmo nas primeiras aulas, o quê que a Isabel esperava disto?

Ei: Eu espera Deus queira que a gente encontre uma professora boa para conseguir aprender a ler e escrever. Porque às vezes tem uma professora que não ajuda as pessoas assim como deve de ser. Assim graças a deus a gente encontrar boas professora. E espera muito aprender coisas novas a ler e escrever.

VM: Agora relativamente às mudanças, ou seja, o quê que a Isabel faz hoje no seu dia-a-dia que não fazia quando cá chegou? O que faz de novo?

EI: Agora já sabe ler algumas coisas, letras, nos livros já abe ler s letras e juntar as letras todas e antes não sabia nada, às vezes queria escrever o nomes dos meus menino e não conseguia sozinha. Já sei ler os transporte que vou apanhar, quando vem o autocarro

na paragem eu leio e consigo, fico feliz. Consigo preencher fichas sozinha, com o nome, a morada, a data, o telefone, essas coisas, no SEF consegui.

VM: Consegue conversar com a professora do seu filho? Antes também conseguia mas como esta agora?

EI: Não, agora está melhor. Antes eu ia para coiso, para as reuniões eles dava os papéis mas eu não sabia ler e não compreendia o que era, agora não. A última reunião eu sentei e comecei a ler o papel..os meus filhos trazer um papel e dá para mãe e eu não sabia o quê que tava lá escrito e depois a professora disse então a tua mãe leu o papel, não a mãe deixo la em cima para depois dar uma senhora para a ajudar a ler o que é..o que acontecia é que às vezes as pessoas a quem pedir ajuda não tinha tempo para ler e então eu se fosse para ir a reunião ou assim faltava porque não consegui ler o papel a tempo. Mas agora isso nunca mais aconteceu porque já consigo, concentro e junto as letras e já sei, é muito bom sentir isso., mesmo bem

VM: Então acha que estar neste curso a ajudou nesses assuntos?

EI: Sim, ajudou muito mesmo. Agora dou por mim a conseguir fazer coisas eu nunca tinha conseguido fazer antes porque não sabia nem compreendia. Isto tem sido muito bom para mim, agradeço.

VM: O quê que a Isabel lê no seu dia-a-dia? O quê que costuma ler?

EI: Tenho um livro que ando a ler e ando sempre com ele, também faço cópias daquilo que leio no livro, tem sido interessante a história. Leio o jornal, principalmente aqueles das compras para ver o que está na promoção…também tenho lido algumas coias que os meu filhos fazem na escola…Eu leio quase todos os dias também par ter as letras na cabeça e também gosto de esforçar e fazer os trabalhos de casa que eu levo. Isto é para a gente aprender, e leio também para andar informada das coisas. Leio para não esquecer o que aprendo e leio para andar informada quando eu vou para o supermercado eu leio para ver o que está na validade e o que não está, o que esta em promoção e o que não está.

VM: Então e o quê que a Isabel escreve agora?

EI: Às vezes escrever muitas coisas, andar a ler essas coisas da rua e depois tentar escrever o que li, faço cópias gosto de fazer, escrevo os trabalhos da escola. Para os

meus filhos às vezes eu escrevo recados assim para não deixar a casa suja (risos), quando sair d cama tem de arrumar o quarto antes de sair

VM: E escreve isso para eles?

EI: Sim sim.

VM: Sim senhor muito bem Isabel.

EI: Escrevo e deixo no frigorífico ou na mesa para eles verem. E escrevo é que vocês já têm idade de ver as coisas e ajudar.

VM: Então podemos dizer que desde que esta aqui na alfabetização consegue usar a leitura e a escrita mais vezes?

EI: Sim, sem duvida, isso é muito verdade...parece que agora já não tenho medo de ler nem escrever..eu sei que não escrevo tudo bem mas já me consigo explicar melhor e dá para perceber. Antes não escrevia nada…e uma das primeiras coisas que escrevi foi para os meus filho, eu tinha as coisas deles arrumadas, os livros da estante grande que a gente tem lá e eu escrevi Leonardo quando usar os livros tem de arrumar bem arrumado, porque tu sabes que a mãe não gosta de deixares a casa desarrumada, não deixe os livro no chão. E quando eu cheguei ele disse oh mão porquê que tu deixaste o recado ai? E eu disse é para tu não deixares os livros no chão. Quando fui ver estava tudo no sítio e ele ficou contente por eu ter escrito uma coisa para ele.

VM: Agora a Isabel já vi conseguindo escrever e ler, mas quando não conseguia como é que fazia?

EI: Olha ficava tão preocupada e tinha de pedir ajuda e às vezes nem todas as pessoas dá ajuda porque tem mais coisas para fazer. Antes faltei às reuniões da escola do meu filho porque não conseguia ler o papel a tempo e não conseguia quem me ajudasse, a minha família mora toda longe de mim. Tenho uma sobrinha do meu marido que mora no mesmo prédio que nós e às vezes i pedia ajuda mas eles não ajudavam era mesmo má vontade, mesmo os meus filhos com algum trabalho da escola eles diziam que estavam ocupados e não tinham tempo. Mas agora não, não peco ajuda a ninguém, faço as coisas devagarinho mas faço e isso é que me importa mesmo.

VM: Se pudesse descrever alquilo que foi para si estar neste curso como é que o faria? Como descrevia?

EI: Dizia que encontrei boa professora para me ajudar, graças a elas já sei escrever muita coisas e consigo ler coisas frases, consigo escrever recados e ler. E dar graças as minhas professoras, a professora Vânia e a professora Marta

VM: Como tem sido esta experiência de estar aqui?

EI: Tem sido muito bom, mais que bom.

VM: E relativamente às condições que nós temos, as salas, as mesas, o quadro..o modo como as sessões decorreram, os matérias que utilizamos, as fichas de trabalho, os jogos que fizemos. Isso foi bom?

EI: Eu sempre gostei de tudo, senti muito bem aqui..aprendi muito, gostei de tudo das coisas que falamos, das fichas, dos jogos divertidos.

VM: Então o que foi o melhor? O que tira de melhor?

EI: O melhor para mim é prender a ler e escrever e sentir eu estou bem, que estou melhor e que consigo fazer mais coisas.

VM: E o que foi menos bom? O que podia ter sido melhor?

EI: Para mim foi sempre tudo bom, a professora, os colegas tudo óptimo.

VM: Não mudava nada Isabel?

EI: Eu não, gostei de tudo assim. Somos todos amigos e ajudamos uns aos outros.

VM: Então imagine que a isabel tinha uma amiga que não sua opinião precisava de vir para um curso destes, o quê que lhe dizia?

EI: Eu dizia você se quiser ir para a minha escola, onde eu estou a professora é muito boa, é nossa amiga e ajuda a gente muito. Lá é boa escola vai la se inscrever para vir aprender também.

VM: O que diria às pessoas que não sabem ler e escrever?

EI: Eu dizia para eles virem para a escola também porque eu também não sabia, não sabia escrever nem ler como deve de ser e nessa escola aprende-se muito bem e todos nós temos de conseguir, é importante para conseguir ler os papeis na rua e isso tudo que precisamos.

VM: Então e às pessoas que já sabem o que lhes dizia?

EI: Eu dizia eu também não sabia nada, mas hoje pela graça de deus já consigo fazer muita coisa, já sei desenrascar...é muito bom saber ler e escrever, é fundamental para a vida. E dizia para eles tentarem ajudar quem não sabe

VM: O quê que Isabel pensa fazer no futuro? Va continuar novos cursos, vai parar? Como vai ser?

EI: Eu quero continuar a estudar sem dúvida, quer fazer até o 12º ano (risos)

VM: Estar neste curso mudou a sua vida?

EI: Mudou e muito mesmo, a relação que eu tenho com a leitura e escrever esta muto melhor, eu agora sinto que sou capaz. Agradeço muito e tenho pena que a professora não fique connosco no outro curso.

Transcrição da Entrevista Realizada ao Educando António Macedo

Entrevistadora: Vânia Matos – Estagiária e Educadora (VM)

Entrevistado: Educando António Macedo (EAM)

VM: Que idade é que o António tem?

EAM: Eu tenho 54 anos.

VM: E onde nasceu?

EAM: Nasci em Cabo Verde, na Praia.

VM: Então e há quanto tempo esta cá em Portugal?

EAM: 15 anos.

VM: E porquê que veio para cá?

EAM: Vim para cá para trabalhar, para arranjar uma vida melhor para depois voltar para a minha terra.

VM: Então ainda pensa voltar é isso?

EAM: Penso sim, quando resolver os meus problemas, quero voltar, tenho la a minha família

VM: A nível dos documentos o António já tem tudo ok, mas na altura foi difícil de tratar disso? Alguém o ajudou?

EAM: Foi muito difícil, muito difícil. Na altura em que eu cheguei aqui cartão de residência era não tava utilizado, uma pessoa podia ter contracto de trabalho mas eles não tavam a dar. Passei três quatro anos com problemas de documentos. Só que naquela altura uma pessoa trabalhava sem documento, agora é que é mais complicado. Mas tinha outra coisa que era mau era o estado receber desconto de uma pessoa sem ter documento, e isso era muito grave...eu descontava para a segurança social, descontava para as finanças mas estava ilegal..se eu ia ao hospital para consulta eu não tinha porque eu não tinha documentos. Se houvesse fiscalização eu era preso porque ainda não tinha documentos, as vezes estávamo a trabalhar na obra e aparecia um carro estranho e a

gente fugia porque podia ser a fiscalização. Mas depois já foi mais fácil porque deram-me abertura por estar a trabalhar com contracto de trabalho e eu tinha a empresa que trabalhava eu já tinha contracto de trabalho e já tinha metido os documentos no SEF para pedir a residência, deram de 5 anos de visto e todos os naos tinha de renovar, era visto de permanência e depois de 5 anos você tem direito à residência de dois em dois anos, mas todo os anos tinha de tratar do visto e se não tivesse contracto de trabalho não tinha direito mais. Para ter direito residência tinha de ter o visto primeiro.

VM: O António já está reformado não é?

EAM: Sim, estou reformado por incapacidade, tive um acidente de trabalho e este braço nunca mais foi ao sítio.

VM: Qual foi a sua última profissão?

EAM: Aqui em Portugal eu só trabalhei na construção civil.

VM: Como é a sua vida aqui? Gosto de estar em Portugal?

EAM: Eu gosto sim, se não gostava não estava aqui. Quando eu estou aqui eu sou português, quando eu estou em cabo verde eu sou cabo-verdiano. São dois países que eu tenho de coração, são estes.

VM: Mas a sua vida aqui como é? Esta contente? Corre bem?

EAM: Há momentos que uma pessoa pensa muito porque já viu eu tenho família em cabo verde, quando eu estava a trabalhar eu ganhava, fazia quase mil euros por mês, agora eu estou a receber duzentos e tal euros. Tenho filhos em cabo verde e não posso mandar nada porque não tenho dinheiro, às vezes não mexo no telefone uma vez, ás veze eles é que telefonam para saber se esta tudo bem comigo. Uma pessoa nem telefona que é para não ouvir e não ficar com saudades…eu tenho um filho que quando nasceu eu tava em Portugal, quando eu vem a mãe dele tinha três mês de gravidez, eu aqui e ele nasceu. Depois quando eu apanhei o acidente eu telefonei para ele e ela disse-me então pai você é um ganda pai, um pai que não vê o filho, não dá a bênção, que lá é um beijinho..ficou assim sem amor do pai porque eu não consegui voltar porque não tinha dinheiro e isso é um bocadinho triste, pronto cada um com a sua sorte, com o seu destino.

VM: Enquanto imigrante quais foram as principais dificuldades, problemas com que se deparou? Talvez mais na altura em que chegou cá…

EAM: A principal foi ter ficado longe da minha família…Antigamente isso passava rápido porque tinha trabalho, tinha muito trabalho em Portugal, havia muitas coisas para construir, para fazer, estradas, prédios, tudo, agora não agora já esta tudo feito. E uma pessoa era mais fácil não lembrar porque tem trabalho, esta ocupado, bem morado, come bem, tem dinheiro no bolso e podia mandar para a família. Agora quando as coisas começam a correr um bocadinho mal é que a pessoa começa a entrar na realidade e aí é que se sentem as dificuldades, família que você mandava todos os meses já não manda, você comia uma entremeada todos os dias agora já não pode, comprar uma roupa e essas coisa, tudo fica uma dificuldade.

VM: Mas quando eu falei em dificuldades era também ao nível da inserção aqui em Portugal…nunca foi mal recebido, mal tratado, nenhum problema?

EAM: Não, é essa coisa que eu gosto de falar que é a realidade e que muita gente não diz. Antigamente a gente não ligava a isso, não precisava da ajuda de ninguém porque tinha trabalho e quando se tem trabalho não se precisa de ajuda. Mas nunca fui mal tratado aqui, nunca ninguém me tratou mal.

VM: Agora em relação aqui ao curso porquê que o António quis vir para este curso? Quais foram os motivos que o levaram a inscrever-se?

EAM: O motivo foi...eu quando estava a trabalhar eu não sabia ler nem escrever mas nem queria aprender porque estava no trabalho, ocupado a ganhar dinheiro. Mas depois que eu comecei a ver a realidade a mudar, é fundamental uma pessoa aprender qualquer coisa, saber a ler e escrever um pouquinho para a vida correr melhor. Se você não sabe assinar o seu nome é zero e você fica triste com isso, você vai tirar um documento e está muita gente lá e dão um papel para você assinar e você não sabe tem de ser com tinta no dedo, você fica envergonhado, tem vergonha, muitas vezes as pessoas não metem o dedo na tinta porque estão outras pessoas a ver e parece mal não saber assinar o seu nome. Eu vim para cá porque percebi que queria aprender mesmo e era fundamental para mim, para s minhas coisas, para saber mais da vida…eu sempre quis aprender mas o trabalho não deixava tempo nenhum.

VM: Para si é importante ler e escrever não é?

EAM: Ler e escrever é a coia mais importante da vida, porque uma pessoa quando sabe ler e escrever é outra coisa, é outro mundo. Uma pessoa chega ali compra um jornal e sabe o que se esta a passar, uma pessoa chega num sitio para resolver problemas é só chegar, tirar o papel e começa a preencher sem ter de esperar que aguem ajude. Por exemplo, eu ficava muito triste, eu ia no correio para mandar uma coisa para a minha filha e quando chega no correio o senhor tem que pôr a direcção eu falava minha senhora eu não sei a senhora pode fazer por mim, ela dizia não a gente não pode preencher, às vezes eu ficava uma hora e tal no correio ate arranjar uma pessoa para me ajudar a preencher a direcção…só isso já uma pessoa se sente logo muito mal. Agora não, agora sou capaz, às dias atras já mandei para a minha filha e fiz sozinho de António Carlos para tal tal..não precisei mais de pedir ajuda e ficar lá muito tempo à espera de alguém que me ajudasse. Foi só chegar pedia a caixa e o papel, fico com o endereço dela na frete, olho, leio e copio tudo direitinho e já está, só isso já vale muito. É muito importante ler e escrever porque no nosso dia-a-dia ajuda em muita coisa, ate em coisas pequenas é sempre preciso. Porque um correio deve ajudar quem não sabe, mas pronto ali não me ajudaram e era uma coisa tão rápida não demora tempo nenhum, mas ele não faz isso, não ajudam e não foi só a mim que aconteceu. E depois você vai pedia a outra pessoa que chega lá no correio mas essa pessoa tem presa para fazer o dele e não consegue te ajudar e você fica lá esperando por alguém que tenha tempo e te ajude.

VM: Quando se inscreveu no curso, o quê que esperava disto? Como achava que ia ser?

EAM: Eu espera o mesmo que está a acontecer agora, eu imaginava isto antes de chegar aqui porque lidar com uma pessoa que não sabe ler adulta e diferente do que lidar com uma criança que está a aprender..mas também uma pessoa adulta se quer aprende rápido, a criança tem é mais poder de fixação acho eu. Mas a pessoa adulta sabe ouvir e a importância que dá é diferente. Tudo o que está a acontecer aqui eu espera, té esta a ser muito melhor do que estava a pensar. Se uma pessoa está no lugar que quer e gosta dito só tem de correr bem.

VM: Agora em relação aquilo que mudou na sua vida…o António faz coisas hoje no seu dia a dia que não fazia antes de vir para este curso?

EAM: Muita coisa mudou, mudou, agora até estou a compreender muita coisa que até aqui eu não sabia, eu ouvia muita coisa mas agora eu oiço e compreendo, sei o que estou a ouvir, vejo as coisas de oura maneira, mais atenção. Agora eu ouve noticias, e

ouve bem ante eu só ouvia e não compreendia agora eu tenho mais atenção e até leio o que diz em baixo na televisão, só quando passa muito rápido é que não da tempo e passa. Agora nos transportes ou na compra não tem mais problema, sem como fazer para me deslocar sei ver o que preciso comprar e se está na promoção, ver a validade. Na segurança social e na finanças preenche os papel descansadinho sem problema, o nome, a morada, o telefone, os numero que me identifica, essas coisas e às vezes até ajudo outras pessoas que estão lá e não sabem, e eu digo olha qui você tem de pôr isto e mais isto...é muito saber e ajudar os outros que precisam, e isto é uma grande mudança, era isto que eu queria, não pedia mais que isso. Quando uma pessoa sabe um bocadinho também pode ir aprendendo sozinho eu ando na rua e vou sempre a olhar e ver é proibido tal, é isto que vai acontecer, chocolate tal tal, tudo leio as coisas que me chamam a atenção…antigamente eu passava e nem ligava pra essas coisas, agora não estou diferente, eu próprio gosto de ver e ler, e luto até saber o que está lá .

VM: Então acha que frequentar este curso o ajudou nesses assuntos?

EAM: Claro que sim. Noventa por cento que eu precisava para as pessoas me ajudarem agora eu já não preciso mais, já sou capaz. Agora eu vou renovar passe e peço o impresso e preenche sozinho, antigamente eu tinha de pedir para alguém que passasse lá porque nessas repartições eles não ajudam quem não sabe. Agora foço sozinho e aquilo que eu não compreendo deixo em branco e depois o senhor diz falta isto eu digo e ele escreve.

VM: Hoje no seu dia a dia o quê que o António lê? Porquê que lê? Como faz?

EAM: Eu leio mais é coisa para aprender, leio as capas do jornal e as letras grandes e depois se for uma coisa que eu queira saber mais, leio o resto da notícia. Antes eu via a capa do jornal e via por exemplo um jogador que eu conhecia a cara mas não sabia o que estava a dizer sobre ele, hoje eu vejo e sei olha este vai para o Benfica, para o sporting, o Benfica quer comprar este e mais este, o sporting quer o Jorge Jesus, já sei e ando mais informado, não preciso perguntar às pessoas. Revista também, eu esfolho e vai vendo se quer ler tudo. Agora eu leio para saber e não esquecer.

VM: Então e o que escreve?

EAM: O que eu escrevo são todas estas coisas da escola e se eu tenho alguma coisa para apontar e escrevo num papel para não esquecer, por exemplo dia 24 de agosto

tenho consulta no hospital e tenho de estar a tal horas. Escrever o nome e o numero de telefone de uma amigo, escrever a minha morada a morada dele essas coisas essenciais. Eu agora tenho a consulta marcada e não preciso perguntar a ninguém em que dia, tomo as minhas notas e sei o que escrevi no papel.

VM: Então podemos dizer que desde que esta neste curso consegue usar mais vezes a leitura e a escrita?

EAM: Sim consegue, consegue muito mesmo, porque eu gosto de estra a andar na rua e aprender mais e para uma pessoa aprender mais tem de estra sempre a ler e a escrever coisas da vida que vivemos. Vejo ali tal tal, vejo o outro e escrevo, estou sempre a tirar meu apontamento e estou alerta para o que se passa, é mesmo a minha cabeça que já vai para esse lado, antes não ai porque não estava aqui nada, agora já estou diferente e há qualquer coisa e quero aprender mais.

VM: Agora já esta mais a vontade nas suas coisas, mas antigamente quando não conseguia fazer essas coias, como fazia para ultrapassar essas dificuldades?

EAM: Não fazia nada, tinha de pedir ajuda a muitas pessoas, algumas ajudavam outras nem por isso..era como aquilo que acontecia no correio ou quando ia as finanças e SEF às vezes tinha de sair e vir para a rua pedia ajuda.

VM: Se pudesse descrever aquilo que foi para si estra neste curso como o faria?

EAM: Estes foram os melhores meses que eu já passei na minha vida, os meses mais sossegados e concentrado em aprender. Para mim todos este tempo que eu já tenho aqui é quase todo o tempo da minha vida, porque ganhei muito ao estar aqui porque o que eu sei agora eu não sabia durante cinquenta e tal anos. Eu ganhei coisas que eu já tinha perdido, nesse pouco tempo já ganhei muito mais do que eu ganhava a cinquenta e tal anos. Ate para condições de trabalho, eu trabalhava no cinema m cabo verde e se fosse agora eu ganhava o dobro do que eu ganhava, só porque eu não sabia escrever eu perdi muito.

VM: Então e como tem sido a experiencia té agora? O que tem achado? Como é que foi?

EAM: Foi muito bom, muito, muito, muito, muito bom, cem por cento.

VM: Então e o quê que foi o melhor para si? O que tira de melhor daqui?

EAM: Tudo o que aprendi, o que aprendi e o que estou a fazer agora e o contacto com os outros, os amigos, asa migas professoras também isso é cem por cento, tem professora que quer ensinar, há muito professora que esta na profissão mas esta errado não devia estar , muita gente que esta a trabalhar na obra que esta lá errado também…e às pessoas que mistura a profissão com outras coisas porque se uma professora mesmo porque ela gosta, há professora porque ela é de outro partido fica na escola a não fazer nada a tratar aluno mal e tratar isso não tem amor na profissão dela e é ela que esta a perder. A escola esta la de pé quem perde é a professora. Aqui na nossa escola se professora esta a fazer sabotagem com a gente, a ensinar mal a gente quem fica mal é a professor, porque quando vou ali e uma pessoa pergunta qualquer..epá a professora não presta, ta sempre a chatear a cabeça, não diz nada e toda a gente vai saber e ver mal essa professora.

VM: O bom foi tudo aquilo que aprendeu, então e aquilo que foi menos bom ou que podia ter sido melhor?

EAM: Aquilo que eu considero mais mau para mim é o atraso..mas não é o atraso de chegar tarde é o atraso de tempo perdido, eu podia chegar com quarenta anos de idade.

VM: Mas daquilo que aconteceu, destes meses todos o quê que podia ter sido melhor?

EAM: Para mim foi tudo bom, não tem nada mau.

VM: As nossas condições, a maneira de dar as aulas, a organização, as fichas, os materiais?

EAM: Tudo bom, tudo bom. Nós também não podemos exigir muito, as condições de agora desse Portugal não esta muito para..toda a gente gostava de estar aqui num sofá, tudo bem, de vez em quando a professora vem com um café era assim , mas não há (risos).

VM: Imagine que o António tinha um amigo que na sua opinião precisava frequentar um curso como este, o quê que lhe dizia?

EAM: Dava um concelho de amigo, eu dizia olha você, você já foi na segurança social tratar de documentos, você já foi na correio tratar de alguma coisa, você já foi, já teve de andar assim no transporte e perguntar ao chofer às vezes que nem quer responder, não quer nada? Porquê que você não tenta aprender qualquer coisa para melhorar a sua

vida, porque uma pessoa quando começa a ler qualquer coisa já começa a melhorar a vida mesmo dele. Já não perde tempo, a televisão vê com outro… pega uma revista na mão ta ver e tenta ler, tenta mesmo ler, esta sempre..isso já não sai da cabeça mais.

VM: O quê que diria então às pessoas que não sabem ler nem escrever?

EAM: Para aprender, para aprende só isso não pode dizer mais…Para irem à procura de aprender ler e escrever.

VM: Então e quem já sabem ler e escrever, o que lhes dizia?

EAM: Para estudar mais. Para aprender mais, porque eu às dias eu vi uma senhora com 102 ano fazer doutoramento lá os estados unidos, a senhora fez doutoramento de uma coisa que quando ela era jovem não deixaram ela fazer, por causa da política e agora ela foi fazer aquilo para levar com ela. Se uma pessoa quer uma coisa, não existe idade não tem nada que, basta quer porque uma pessoa pode ir para a escola com 20 anos. Eu conheço la advogados em cabo verde que começaram a estudar um trinta e tal ano e agora ele é juiz em cabo verde. Nunca é tarde, estudou em cabo Verde fez sétimo ano veio para Portugal fez urso à conta dele e depois voltou e já esta.

VM: Agora em relação ao futuro, o que pensa fazer face aquilo que aprendeu? Vai e quer continuar em cursos? Vai parar por aqui?

EAM: Não eu quero continuar, quero continuar até tirar carta de condução, vou estudar ate que da direito à carta de condução. Mas primeiro, eu não mete boi em frente de carro, tenho que aprender sem pressa nenhuma, quando aprender, quando ver que já posso vou matricular nua escola mesmo para ter exame para ter tudo, para avançar na minha vida.

VM: Podemos dizer que o estar aqui neste curso mudou a sua vida?

EAM: Cem por cento, porque a vida é isso, a vida é aprender, e gostar, se uma pessoa não gostar e não sentir bem, nada não há muita pessoa que tem curso que tem isto e aquilo e é mais otário que sei la. Eu estou a dizer porque eu sei disso, eu sou mais educado que muito medico, u já vi médico no hospital a falar coisas que nem uma pessoa que zero, que não sabe não diz, tanto disparate, quer dizer quero ser bom até que começa a falar disparate e ele esta a rebaixar é a cabeça dele, ele é que fica mal sem dar fé.

Transcrição da Entrevista Realizada ao Educando António Semedo

Entrevistadora: Vânia Matos – Estagiária e Educadora (VM)

Entrevistado: Educando António Semedo (EAS)

VM: Primeiramente queria saber que idade tem o António?

EAS: Vou fazer sessenta.

VM: E onde é que o António nasceu?

EAS: Em cabo verde, na Praia.

VM: E há quanto tempo esta em Portugal?

EAS: Há quarenta e um anos, são muitos anos. Eu vim para Portugal eu tinha..eu nasci na 1956, eu veio com 18 anos portanto cheguei ca na Portugal em 1973 para agora são 41 anos não é?

VM: Epá veio mesmo um ano antes da revolução do 25 de abril, ainda apanhou a revolução-

EAS: Apanhei apanhei, quando cheguei a Portugal não sabia escrever o meu nome, não sabia nada nada nada, era só trabalhar e dormir mais nada.

VM: Então porquê que veio para Portugal?

EAS: Eu vim para Portugal para trabalhar para ganhar uma vida melhor, melhores condições e ganhei mesmo, muito mais muito mais, porque la eu tinha a menoridade não podia trabalhar, a minha mãe ganhava doze escudos já era muita longe assim, era não tinha estrada era assim aqueles caminhos com 20 centímetros de palma subir e descer. Então eu fui falar la com o..como se diz o chefe da zona, para tirara minha mãe e deixar eu a trabalhar e ganhava dez escudos por dia, a minha mãe ganhava doze e eu ganhava dez, não dava para nada…e depois cheguei a Portugal e patrão não queria dar-me trabalho porque tinha menoridade mas como, cheguei dormi na casa do patrão na parede e o meu irmão trabalhava ai no Cacém.

VM: Ah já tinha ca um irmão?

EAS: Sim sim, foi o meu irmão que mandou a procurar a mim e depois eu acartei a chamada.

VM: O António já tem a nacionalidade portuguesa?

EAS: Não, agora eu tenho a residência.

VM: Então e explique-me uma como, porque normalmente tratar dessas papeladas para a residência e assim dá sempre muito trabalho e às vezes não corre bem. Como foi com o António? Correu bem? Foi difícil de tratar? Alguém o ajudou?

EAS: Não, não, não deu problema nenhum porque o meu é descuido, é descuido porque eu trouxe todos os documentos lá de cabo verde comigo, era só para renovar e depois começa a trabalhar assim à toa sem desconto, às vezes havia desconto, antes os patrões dava sempre trabalho aos empreiteiros e um empreiteiro ao fazia desconto não é? Ganhava mais. Agora uma pessoa vai procurar trabalho no patrão, o patrão diz não vai falar com os empreiteiros e depois ficamos assim. E depois um gajo descuida de tratar e renovar documento, chegou uma altura que eu estive muitos anos sem documento, sem renovar e então fui ali para..apanhei uma doença não pude trabalhar e fui ali para a santa casa e depois la me trataram das papeladas todas e depois descuidei também de tratar do documento da nacionalidade e depois quando fui para tratar já estavam a exigir a escola, se eu tinha a quarta classe e eu disse logo oi oioi não sabe ler, nem primeira nem segunda, não sei nada. Só conhecia assim letras mas não é todas, conhecia o a mas não conhecia o i grande, todas as que nós falamos não conhecia, só agora quando eu vim para aqui, nestes poucos meses e já aprendi muitas coisas já consegue ler a letra grande, já consegue fazer as letras, já sei essas letras todas e cada vez mais melhor. Já escrevi, já leio, juntar as letras, já conheço muitas coisas que eu não conhecia. As pessoas que me ajudam, e dizem peda, eu disse não é peda é pedra, assim essa coisas, a explicação porque uma pessoa que não sabe ler, e como nós que fala sempre criolo quando estamos juntos, falamos português é como agora que eu estou a falar para a senhoa e estou a falar português…mas se eu vou l+a para fora e estou com cabo verdeanos não vou falar português então de vez em quando que a gente pode aprender e apreciar a falar português não, a gente dá naquele português com o criolo tudo misturado, chama arrancar calçada, misturar milho com feijão (risos), nem é português nem é criolo é um português criolo, é uma mistura, café com leite. E é por isso que eu estou, estou muito contente com a senhora porque a senhora tem paciência de ensinar a gente e se nó

também puxamos pela cabeça a gente vamos aprender e eu já tou a sentir muito bem lá em casa já estou a ler na meio lá dos colegas que já sabem ler e dizem epá você está melhor, e eu estou muito melhor, eu estou a sentir que já estou melhor porque todos os dias uma pessoa aprende uma palavra na trinta dias já temos...agora se chegarem e não aprendem nada isso agora não vão saber. Eu estive a falar com a senhora professora e disse pensa pensa pensar, pensar é pensar e vai fazer e um senhor disse no é pensar é penso e depois eu faço.

VM: Qual foi a sua última profissão?

EAS: Minha última profissão eu trabalhei de pedreiro.

VM: Gosta de estar em Portugal? Como é a sua via aqui?

EAS: Gosto, gosto. È muito mais melhor porque na minha terra não tem la nada eu vim para aqui pequeno, eu nasci em cabo verde mas criei aqui em Portugal eu sai de lá o 17 18, eu já tenho 41 anos aqui, não sou português para falar aquela língua correcta mas sou português pelo tempo que estou aqui, eu sou mais português que cabo verdeano. La eu não tenho uma vida porque Portugal já é um pais que eu estou acostumado, já sabe procurar a vida, é um pais que as pessoa ajuda, é uma gloria um paraíso, para mim é, para mim é e para muitos porque a minha vida é cá e lá na tenho nada, não tem mãe não tem pai que é o principal o quê que eu vou la fazer? O terreno também não tenho, vou olhar para o tecto para o céu? Não tenho trabalho, não tenho nada. Pelo menos aqui ajuda, então portanto.

VM: No início principalmente, quando ca chegou quais foram as suas principais dificuldades problemas que encontrou enquanto imigrante?

EAS: Não, não, não, nada, eu por acaso não tenho nada disso..mas houve uma vez que estive l seis mês preso mas isso é..ja passou. Mas o resto correu tudo bem graças a deus não tenho razão de queixa do país nem do povo, nem do povo. As pessoas são bem educadas e tem de ser porque eu vou ara casa da senhora e sou mal educado ninguém gosta de mim não é? Ninguém gosta, então nós tem de respeitar o cidadão para a gente ser bem recebido eu acho que é assim e desde que eu estou ca em Portugal não tenho razões de queixa de cidadão porque eu tenho de respeitar o cidadão na terra deles.

VM: Então e agora em relação as motivos que o levaram a vir para este curso. Porquê que o António sem inscreveu no curso?

EAS: Porque eu queria aprender a escrever, porque eu falo mal não sei falar bem, pronunciar a palavra e chegava num sítio não sabe assinar pronto não conhecia nada. E então passei por ali e um senhor que é o António que anda aqui também disse para mim olha vai la que eles ali da escola, tu não pagas nada e vais aprender e eu disse você é maluco qual a professora que vai dar escola sem pagar? Ele disse vais ali e depois ele me levou e dei o nome, dei o nome e depois chamaram-me, me perguntou se eu conhecia as letras, aliás ate foi a senhora que falou comigo e perguntou se eu conheci as letras eu disse que conhecia algumas letras e então a senhora e chamou e começamos o curso e isto está a andar para a frente.

VM: E assim é que é. Então para si é importante saber ler?

EAS: Sim sim e continuar,

VM: E porquê que é importante ler?

EAS: Para mim é muito importante porque não ando a pedir favor a ninguém para me ensinar a ler e escrever e se eu vou para qualquer sitio para apanhar um transporte, ver para onde isso var, é muito importe uma pessoa saber ler.

VM:E escrever também é importante?

EAS: Também, não é só ler. Uma pessoa que não sabe ler e nem escrever não vale a pena. Tem de saber ler e escrever, tem de saber as duas coisas, não é só ler para não escrever não vale a pena. Porque se uma pessoa que sabe ler amanhã pode ter a minha família ou a minha mulher ninguém vai saber o segredo da. Então é muito importante. Nem que seja começa por escrever mal, mas a gente se entende.

VM: Quando se inscreveu, o quê que o António esperava deste curso? Como achava que ia ser isto?

EAS: Eu não pensava que eu ia parra a frente assim não é? nunca pesava que eu ia escrever assim aa letras tão rápido, os textos que a professora me deu. Eu todos os dias estou a ler aqueles texto todo e depois eu estou sempre a escrever. Para mim eu estou muito satisfeito com isto.

VM: Agora relativamente aquilo que mudou desde que está no curso. O quê que o António faz hoje no seu dia-a-dia que não fazia antes de vir para aqui? (nas compras, na utilização dos transportes, aca que melhorou alguma coisa?)

EAS: Melhorou muito muito muito. Já consigo ler, já consigo escrever o meu nome em condições, já consigo fazer s coisas quase todas, não é todas mas já não estou assim a pedir favor como eu fazia antes. Já sei certas palavras que eu dizia mal à vinte e tal anos e agora já não vou dizer, já vou aprender mais de trinta e tal palavras que eram difícil para mim mas que agora já sei.

VM: Acha que o estar neste curso o ajudou nesses assuntos?

EAS: Para mim é pra continuar.

VM: Porquê que ajudou?

EAS: Esta a ajudar porque estou estou mais desenvolvido, sinto bem, mais confiante, mais capacidade e compreender muitas coisas. Olhar para as coisas e pensar o quê que um pessoa vai fazer.

VM: O quê que o António lê no seu dia-a-dia?

EAS: Leio quele textos que eu tenho ali começa a ler já, se é cinco folhas eu começo a ler um, depois passa a outro e assim. Leio as folhas da escola, mas não é só ler, é ler e escrever e já tenho o caderno cheio.

VM: E quando é que lê?

EAS: Todos os dias, todos os dias, de noite, hoje de manhã, ontem quando eu fui dormir, depois eu começo a ler e escrever e depois apago a luz mas começo a pensar no que li e escrevi, começo a ler sozinho, fecho o livro e começo a ler sozinho para ver se estou a pensar e a ler correcto não é? E depois quando eu acende a luz eu vou ver se esta tudo bem e depois isso fica na cabeça

VM: E para quê que o António lê?

EAS: Pois, eu leio para não esquecer, para saber…se eu tou a escrever para saber conjugar a palavra, se vai bater como eu quero, por exemplo a palavra não vai ficar uma para a esquerda outra para a direita. Mas o que eu gosto de ler é aquele texto e depois o jornal também porque com o jornal uma pessoa aprende muito e é muito bom.

VM: Então e escrever?

EAS: E escrever também.

VM: E o quê que o António escreve?

EAS: Olha o que esta no que eu leio no jornal e nas folhas.

VM: E para quê que escreve?

EAS: Eu escrevo para ganhar a rapidez e a prática.

VM: E como é que faz para escrever?

EAS: Bom como é que eu faço para escrever, então eu leio o jornal, e depois não olha para o que eu leio e depois esta na cabeça e eu escreve e depois que escrevo eu olho para o jornal para ver se está certo.

VM: Boa estratégia.

EAS: É assim que se treina (risos).Por exemplo eu vou ler logo à noite, depois de eu ler tal tal tal, e depois vou escrever e depois vou ver se esta certo aquela frase toda. É assim que eu começo a melhorar.

VM: Podemos dizer que desde que está neste curso consegue usar a leitura e a escrita mais vezes no seu dia-a-dia?

EAS: Pois, uso mais vezes, mais vezes. Eu uso muitas vezes porque eu ando nos transportes e começo a ler muitas vezes sozinho, começo a ler aquelas letras todas e gravar, ler e gravar aquelas letras todas.

VM: Agora se calhar isto já não acontece mas talvez antigamente …quando o António não conseguia ler e escrever como é que fazia?

EAS: O quê que eu fazia? Nada. Tinha que perguntar, pois claro, tinha um papel para preencher, mas hoje já consigo preencher, só quando há letras que não percebo é que é mias complicado. Mas aonde eu não consegue preencher eu deixo em branco e depois lá se é uma letra ou dois eles ajudam. Aliás, eu preencho o papel, se não está certo eu vou ao pé de uma pessoa que sabe olha, olha-me esse papel se está certo ou não, olha aqui falta uma letra tal tal, e eu já vou fazer…já para a próxima, se eu tenho a mesma papel para preencher já sei que aquele tem de fazer direitinho. É assim, porque quando não sabia escrever vou ali e tenho de pedir favor e a pessoa não quer fazer e era chato, agora é poucas vezes e depois eu já consigo.

VM: António pode descrever-me o que foi para si estra neste curso? O que me diria? Foi bom? Foi mau?

EAS: Não, o curso para mim foi muito bom, muito bom e não e só para mim, para nós todos que estamos aqui, todos tão a falar bem da professora porque a senhora está a ensinar a gente e nós também temos vontade de aprender, não vimos aqui só para olhar é para aprender, porque se não é para aprender a gente nem precisa vir cá. E eu, eu mais os outros estão todos satisfeitos com o estudo porque estamos a desenvolver nossa capacidade de aprender. É isso.

VM: Como é que tem sido a experiência até agora?

EAS: A experiência tem sido bom, cada vez mais estou a andar mais para a frente. Cada vez mais estou a puxar por mim, não estou a deixar para trás é sempre para a frente. Agora é uma, logo é outra, amanhã mais outra e assim se consegue, sempre para a frente não é para a gente fugir para trás.

VM: O quê que tira de bom daqui? O que mais gostou? O melhor?

EAS: O melhor foi duas coisas, foi a senhora tem capacidade para ensinar a gente e isto tudo que eu estou a aprender, o desenvolver as minhas capacidades.

VM: Então e aquilo que foi menos bom? Ou o que poderia ter sido melhor?

EAS: Menos bom…olha não sinto nada de, de mal me senti sempre bem

VM: Gostou de tudo?

EAS: Tudo.

VM: Então e as nossas condições, a maneira como tudo estava organizado, as fichas, os materiais, os jogos, isso tudo?

EAS: Para mim esta tudo bom, tudo bom. Tudo impecável e ainda cada vez mais está melhor, agora temos uma sala aí que é um espetáculo, maior e mais à vontade, sem barulho. E é isso nós que andamos aqui estamos contentes.

VM: Imagine que o António tinha um amigo que na sua opinião precisava de vir para um curso como este, o quê que lhe dizia?

EAS: Na minha maneira eu chegava ao pé dele e dizia olha ali dão uma escola que você não precisa pagar e melhor irmos lá, a gente vamos aprender e ainda é melhor par a agente. Não pagas nada e estamos a aprender. Olha você não sabe ler nem escrever olha e agora se uma pessoa pegar num livro e diz agora vai escrever o António a maria que eu não sabia escrever, ou pedro já sei qual é letra que eu vou por primeiro, é um p de pedro mas letra grande porque é nome de pessoa, eu dizia pedro mas não sabia escrever pedro agora já sei escrever o pedro, já sei o Manuel, já sei..até a professor pode agarrar num livro e dizer-me oh António escreve-me este nome, eu vou escrever porque já estou lá a aprender, antes não sabia, então eu acho que você se quiser vamos lá e fala com a professora e você vai aprender.

VM: Então o quê que o António diria aquelas pessoas que não sabem ler e escrever?

EAS: Dizia para irem aprender na escola, porque é muito importante a pessoa sempre aprender, é muito importante eu para mim eu acho que é importante aquilo que eu já aprendi aqui para i já é..parece que já tenho a quarta classe.. eu não sabia nada, nada agora eu já..é cada dia, cada dia mais mais, agora estou a escrever pronto, pensa e escreve, não olho para o livro , não é só copia do jornal é eu penso e depois escrevo uma carta assim tal tal tal e depois eu vou dar a uma pessoa que sabe e depois não esta letra é assim assim e assado, já não vou fazer assim e olha poe esta letra por baixo, para corrigir, e é assim, é assim que a gente vai aprender.

VM: E aquelas pessoas que já sabem ler e escrever o quê que lhes dizia?

Para ensinar quem é que não sabe. Se eles sabem, tem de ensinar a gente, a gente vai para o pé deles. Quando eu escreve lá em casa, não vou fazer cópia, eu penso eu escrevo para mim, depois está lá um senhor e eu digo olha podes ler-me isto, tal tal tal, e depois ele diz olha esta letra…já como a professora me tem feito, devia ser outra, não esta correcto e eu já não vou por aquela letra. Começa a ler tal tal tal, esta bom, tal tal tal, esta bom, é uma ajuda aqueles que sabem ajudar os que não sabe. Rem lá um senhor que todos os dias vai lá ensino como se escreve às pessoas, aqueles guinensianos que estão lá e não sabem ..

VM: Então agora relativamente ao futuro, o quê que o António quer fazer em relação à escola? Vai ficar por aqui? Quer continuar? Vai para um novo curso? Não vai desistir de aprender?

EAS: Não não não, eu quer continuar a aprender, eu não vu desistir, não estou a fazer nada, eu quero aprender. Se não quiser aprender não vinha para aqui, eu quero continuar. Já fui la falar com a senhora dos oculo, foi antes de ontem, fui lá no poço do bispo e ela disse olha o senhor não esta inscrito aqui, tem de ir lá ao castelo de são Jorge fazer inscrição, eu fui para lá mandaram-me ir para a assistente social por causa de óculos não é? Porque esse oculo já não é apropriado para mim, porque o médico disse para não usar aquele oculo. Mas vou fazer uma tentativa para ver se eles me ajuda a tratar disto.

VM: Estra aqui, neste curso, mudou a sua vida?

EAS: Para mim já mudou muito. Já mudou muito, muito muito.

VM: Porquê que mudou?

EAS: Muito porque eu estou a aprender coisas que não sabia, para mim é muito importante, muito importante, parece que eu estou mais grande que o que eu estava. Já aprendi muitas coisas, muitas coisas que. Eu gosto e quando a professora dá uma coisa para a gente fazer em casa é para fazer, temos de ter temo para fazer, não vem cá com desculpa para dizer não tive tempo, não é para ir pro café, não é para estra na rua a correr, então não tem tempo para fazer uma coisa que custa 10 minutos.

Transcrição da Entrevista Realizada à Educanda Aissatu Djalo

Entrevistadora: Vânia Matos – Estagiária e Educadora (VM)

Entrevistada: Educanda Isabel (EA)

VM: Primeiro queria saber que idade é que a Aissatu tem?

EA: Bem a idade que eu tenho no documento tenho 55 e na realidade é 48 anos.

VM: E onde nasceu?

EA: Na Guiné Bissau.

VM: E há quanto tempo está em Portugal?

EA: Já há vinte e sete anos, desde 89.

VM: Então e porquê que veio para cá para Portugal?

EA: Há busca de vida melhor, porque pronto meus pais são camponeses e ajudava muito e é por isso que eu não consegui andar na escola tinha de deixar de andar na escola e ajudar os meus pais não é? Mas vi que aquilo não estava a acorrer bem, não tinha escola nem nada e achei que eu tinha de vir para Portugal.

VM: E veio sozinha na altura?

EA: Sim sim, vim sozinha. Estava aqui um irmão meu agora esta na Suíça, eu fui ficar em casa dele uns seis dias depois tive a oportunidade de ir para torres vedras e aí é que eu comecei a minha vida. Comecei a limpar a chão que era de madeira, a esfregar para por como é que era? O verniz. Daí também foi para balneário de Santa Cruz, tomar conta daquilo. E daí voltei a trabalhar com uma pessoa, que também e professora, uma grande amiga não é só patroa e ia fazer limpeza na casa dela e ela me ensinava algumas coisas. Depois inscrevi na fundação daí comecei a trabalhar na fundação.

VM: E relativamente à sua situação cá em Portugal, a Aissatu já tem os documentos todos ok, tem o cartão de cidadão não é? Esta tudo tratado?

EA: Já já, já tenho tudo.

VM: E na altura como foi tratar disso? Foi fácil, difícil? Alguém a ajudou?

EA: Não, não, na altura não é fácil, porque para ir ter residência ainda a gente tinha de ir dormir lá porque havia muita gente, às vezes a gente ia cedo e estava la cento e tal pessoas na frente e chega ate na porta olha temos de voltar e temos de voltar e depois entra e dizem falta alguma coisa, fogo tenho de voltar para trás a torres vedras e vir cá outra vez..lutei lutei lutei

VM: Então foi um bocadinho difícil?

EA: Muito, não é um bocadinho muito difícil não vou mentir, até dormi no chão..asério passei tanta coisa mas agora não importa graças a deus nunca ninguém me tratou mal, não tenho queixa dos portugueses nem das portuguesas. Ainda na fundação trataram-me como uma princesa e era a única africana que estava la também, trataram-me tão bem, até me chamam de princesa..é por isso que eu senti mais vontade de trabalhar lá, ninguém me tratou mal, ajuda-me no trabalho, aquilo que eu não sei mostra-me porque aquilo é difícil, não é fácil, é trabalho de homem, a rebarbadora, muito difícil, mas com a ajuda de colegas. Quer dizer a fabrica foi à falência e o patrão faleceu e a patroa disse que não ia conseguir gerir aquilo, ficamos assim agora estamos à espera de indeminização, venderam parte do móvel agora falta vender o terreno. Se eles abrirem fabrica nova a gente ao vai poder trabalhar lá porque vai ser mão de obra barata e a gente é de quadro aí é que está o problema e depois eu já em lisboa e depois ir para torres vedras e vir cá…porque já falei se abrirem fabrica nova e continuarem a trabalhar eu gosto e quero continuar só que disseram que não podem me pagar passe e assim 80 euros é muito, com quinhentos e tal euros…em torres vedras ou governava a minha vida á vontade tinha a minha hortazinha onde eu tinha alface, couve, cebola, batatas, limão, alho, até louro eu tinha ali, não comprava essas coisas, fazia criação de frango, galinha, eu não comprava nada nada, era só peixe. Imigração é assim, não tenho queixa de Portugal.

VM: Então goste de estra em Portugal não é?

EA: Gosto gosto, mas adoro o meu país. Quando eu me lembro de meu país eu me perco no coração, não consigo dormir nem comer, a minha vontade é para voltar mas pronto ninguém manda em destino né? Tem de estra aqui e passar férias lá.

VM: E como é a sua vida aqui em Portugal?

EA: A minha vida tá bom graças a deus, casei com o homem que eu gosto, ele gosta de mim também, apesar de termos diferença e idade mas isso não importa, eu amo a ele e ele ama a mim, a gente se dá bem. Além de ser marido é meu amigo e eu também sou amiga dele, a gente dá-se bem…qualquer coisa que eu tenho duvida, conversar e essas coisas eu falo com ele e a gente trocamos ideias e assim..parte de escola algumas coisas que eu não sei, aprendo com ele ou com a minha neto ou o meu neto pronto, não tenho vergonha eu quero saber ler e escrever, o meu sonho é isso, saber ler e escrever e fazer informática se deus quiser, o meu sonho é esse e fazer o meu negócio, se correi tudo bem.

VM: E vai correr Aissatu vai ver que vai conseguir.

EA: Enquanto imigrante quais foram, quando chegou, ou quais são as principais dificuldades ou problemas que encontra ou encontrou?

VM: Quer dizer no início custou-me muito sabe, fiquei com saudade não estava habituada e ainda não estou. E a língua também, nós na guiné falamos mais em criolo, falamos português um pouco mas depois misturando com o português olhe aprendi a falar.

VM: Então a principal dificuldade que encontrou foi a língua?

EA: Língua e o trabalho também. Mas eu não escolhi trabalho, às vezes ia tomar conta de velhas assim ajudar dar de comer e vestir e sair com elas, passear isso tudo eu fiz. Apanhar fruta, apanhar batatas, apanhar cebolas, e peras, tudo tudo um pouco antes de entrar na fundação. Comecei na fundação a apara frita e isso ajudou-me muito, ajudei a família.

VM: Porquê que quis vir para este curso?

EA: Os motivos que me levou a inscrever? É uma coisa, é o meu sonho, é meu sonho...e um dia para eu ver, sentar sozinha a escrever as coisas, as histórias que eu passei, história de Portugal e pronto dar para meu neto e netas, sei lá, é o meu sonho saber ler e escrever. É o meu sonho é por isso que eu estou empenhada a fazer isto até ao fim se deus quiser.

VM: Então para si é importante saber ler e escrever? E porquê?

EA: É importante por exemplo assim num pais que eu não conheço e ver onde é que eu vou, mapa ou saber olha é aqui que eu vou, vou na tal sítio, ou a preencher os documentos também é muito, mais importante é preencher os documentos.

VM: Isso é mais na parte do escrever...e ler?

EA: Ler também é importante para saber, chego a um sítio onde não conheço, não é preciso perguntar é só ver as coisas que está escrito ler e vai para a esquerda ou para direita. É muito importante também. É só ter mapa na mão e já esta andado, porque sabe ler. É fundamental na pessoa. Às vezes vai la preencher os documentos, a pessoa não esta bem disposta ou é uma coisa urgente e paga na caneta e faz sozinho pronto. É é, saber ler e escrever é o meu sonho.

VM: No início quando se inscreveu, o quê que esperava vir aprender? Deste curso?

EA: As coisas que vi no curso, e como é meu sonho fiquei muito feliz, a professora não faz ideia de como eu fiquei feliz parecia uma criança...eu ai vou começar a escola, todos os dias vou chatear a doutora Vânia, não quando chegar vai, e eu tenho novidade para si, o quê? Amanhã vai a tal sitio e eu comecei a agradecer a ela. É um sonho que eu tenho, que eu ando porta a porta a perguntar à procura a pedir, até pedi a um senhor para ele me dar explicações só que ele pediu-me muito dinheiro, e eu ai não posso. E saber escrever meu nomes aprendi sozinha em casa, faço copias assim pode dar mal mas eu faço na mesma, pergunto ao meu marido letras e ele dia assim assim…mas aqui ainda aprendi mais com a minha professora, com a minha professora Vânia aprendi muito, agora eu escreve melhor, escrevo leio, e pronto sei ler as letra.

VM: Foi uma mudança na sua vida?

EA: Muito, muito.

VM: O quê que a Aissatu faz hoje no seu dia-a-dia que não fazia quando cá chegou? (ida às compra, transportes, no SEF, seg. Social)

EA: Agora mudou muita coisa na minha vida porque agora estou a dedicar-me mais na ler e escrever para poder saber mais, nunca é tarde para aprender e saber mais, e dorme e acorda a pensar na escola.

VM: E lê...sei que tenta ler alguns livros.

EA: Sim sim , esses livros assim eu leio e leio jornais também, tenho jornais lá em casa que eu. E isso é uma mudança grande.

VM. E acha que o facto de ter estado neste curso a ajudou a resolver determinados assuntos do quotidiano? Imagine que tem um problema qualquer na segurança social ou nas finanças que falamos aqui vai ajuda-la a resolver?

EA: Sim sim sim, se eu preciso de uma coisa eu vou lá sozinha ou o meu marido, mas eu gosto que ele me acompanha mas quem fala sou eu para dizer o que eu quero assim assim…Até na forma como falamos ajudou. Muito muito, ajudou muito.

VM: O quê que a Aissatu costuma ler no seu dia-a-dia?

EA: As letras para saber juntar as letras. Costumo ler livros, assim da guiné, e jornais e livros assim da escola para aprender, saber as letras como é que é, juntar as letras.

VM: E quando é que lê?

EA: Quando eu pronto acabo de fazer comida, fazer a minha oração, e vez de ir dormir vou sentar na sala a ler um bocadinho também.

VM: Então e o quê que escreve?

EA: Eu escrevo aquilo que eu vi nos jornais assim, a mouraria, praça da Figueira, tudo escrevo.

VM: Então podemos dizer que desde que a Aissatu esta aqui neste curso, consegue usar mais vezes a leitura e a escrita?

EA: Exacto, exacto, e as letras está a melhorar agora, na altura não sabia essas coisas escrever assim, não sabia letras, agora esta melhor, vou na rua consigo ler as coisas.

VM: Então há algum tempo atras, quando não conseguia ler e escrever, como é que fazia para resolver as suas coisas?

EA: Tinha muita dificuldade, ficava ali parada a ler aquilo muito tempo, para juntar as letras custava muito, eu conheço as letra mas depois as vezes para juntar é que me custa, isso é que custa mais, essa parte.

VM: Então mas como é que fazia antigamente quando não sabia ler e escrever?

EA: Eu perguntava, pergunto e depois diz assim letra é assim como é que eu faço para juntar, a pessoa explica-me e eu, ou o meu marido ajuda-me muto muito a juntar as letras.

VM: Se pudesse descrever aquilo que foi para si estar aqui neste curso, como o faria?

EA: Bem, eu vim na escola com livre e espontânea vontade, ninguém me mandou para vir eu é que decidi para vir porque é meu sonho que eu tinha há muitos anos que eu não consegui, há muitos anos, depois o meu trabalho me impediu para continuar. Comecei a ver onde é que eu ia aprender e olha não deu, porque o horário era às oito da manha, à três para sair às oito, e eu entrava às oito e saia às cinco não dá, e eu prefiro trabalhar do que estudar...estudar sem trabalhar como é que eu faço à minha vida, tive que abandonar.

VM: Então como é que descreve estes meses aqui? Foi bom, foi mau?

EA: Não, foi bom. Foi muito bom, super bom, ajudou-me muito e eu sinto feliz a ler e tudo, eu falo com as pessoas e explico às pessoas agora eu estou a estudar não tenho tempo agora, os colegas perguntam e eu olha olha agora, às vezes a minha irmã liga-me só para gozar comigo, então e eu assim olha não tenho tempo, estou a fazer trabalhos de casa e ela opa agora ninguém pode com ela (risos), eu adoro.

VM: Mas e uma coisa boa?

EA: É. Até no jornal na televisão quando eu vejo as coisas eu sei ler, filmes assim eu sei ler por acaso. Meto baixo so para ver aquelas letras e a imagem.

VM: Isso é um exercício muito bom para quem esta a aprender.

EA: É é, eu presto atenção e depois leio o que consigo..que aquilo às vezes é muto rápido mas eu tento sempre. aproveito e faço algumas coisas.

VM: Então já percebi que está a gostar da experiência de estar aqui.

EA: Muito, é é por isso que eu quero continuar.

VM: Então e o quê que acha que foi o melhor daqui? O que tira de melhor?

EA: Tudo, tudo, tudo, é ensino, é a professora, é colegas é tudo.

VM: Então e o que foi menos bom? O que poderia ter sido melhor?

EA: Menos bom, não vi nada de menos bom aqui. Tudo bom, para mim é ensino, é colegas e a professora, as condições tudo, as condições foi boa sabe porquê, porque eu passei pior do que isto aqui isto que eu estou a passar agora é melhor. Eu passei pior que isto, eu dormi no chão e agora estar sentado numa cadeira a escrever é melhor graças a deus agora esta tudo bem comigo.

VM: O modo como nós fazemos os exercícios?

EA: É muito importante, mito bom.

VM: Os métodos, a maneira como eu organizava as sessões…

EA: Eu gostei de tudo, não vi nada de mal aqui. É a professora, é colegas é aprendizagem, tudo, eu gostei adorei. É meu sonho é por isso que eu estou empenhada para sair de lá longe para vir cá.

VM: Imagine que tinha um amigo que na sua opinião precisava de vir para um curso destes. O quê que lhe dizia?

EA: Sim sim, tenho uma amiga que eu estou a tentar para ela vir cá, ela é mais velha do que eu..ela esta a dizer ai filha não posso, e eu disse assim não é para poder é para aprender, se eu também dissesse não posso eu não ia para a escola, não tenhas vergonha, nunca é tarde demais para aprender. Estou a tentar mas não consegui ainda. Eu falo com amigos como é que eu estudo, no sábado até me disseram fogo tens letras melhores e gostaram por acaso, e deram-me força para dizer olha vai à lura, não desistas e deu-me mais força ainda, mais vontade. Vontade eu tenho mas agora com o apoio do meu marido, família de casa e proto tenho mais, ate na guiné já diz que eu estou a estudar a escola. A minha irmã disse aproveita, como não tinha oportunidade, agora olha…em torres vedras também tentei mas acabou.

VM: Então o quê que dizias aquelas pessoas que não sabem ler nem escrever?

EA: Olha sabes o quê que vocês fazem? É melhor vocês irem a um…aprender a ler e escrever é muito importante porque agora a tecnologia esta muito avançada, quem não sabe ler e escrever é como se fosse um seco, temos de aprender a ler e escrever é muito importante e já não e preciso perguntar nem nada é só..e estudar pronto, é muito importante.

VM: Isso era aquelas que não sabem ler e escrever e aquelas que já sabem, os que lhes diria?

EA: Aquelas que já sabem ler e escrever eu dizia a elas olha vocês já sabem tentam ensinar aquelas que não sabem..ou se não podem, não tem tempo para ensinar mandam eles para onde vocês estudaram para eles também ir la estudar. É muito importante.

VM: Agora relativamente ao futuro, quais é que são as suas perspectivas face ao que aprendeu? Vai continuar a aprender? Quer continuar?

EA: Quero continuar, vou continuar a aprender para realizar o meu sonho que é fazer informática... É meu sonho sempre, não sei porquê desde que eu pensei estudar o meu sonho é esse. Vou continuar e vou ler se deus quiser. Agora estou melhor à comparação de inicio não é ? agora sei escrever lisboa que eu não sabia escrever, eu sei ler as letras mas juntar algumas é mais difícil.

VM: Estar neste curso mudou a sua vida?

EA: Sim, sim, muito, mudou muito. A maneira de ser não, essa sempre sei, mas maneira de escrever, a maneira de ler, aprendi muita coisa que eu não sabia. É uma mudança muito grande para mim, é bonito, eu gostei, adorei.

VM: Obrigada Aissatu.

EA: De nada, obrigada a professora.

Transcrição da Entrevista Realizada ao Educando Ira Biai

Entrevistadora: Vânia Matos – Estagiária e Educadora (VM)

Entrevistada: Educando Ira Biai (EIB)

VM: Antes de mais quero saber que idade tem o Ira?

EIB: Eu, nasci em 1965, quase tenho 49 ou 50.

VM: Então e o Ira nasceu onde?

EIB: Nasci na Guiné.

VM: E há quanto tempo esta em Portugal?

EIB: Aqui quase à vinte e tal ano.

VM: Veio para cá quando? Em que ano lembra-se?

EIB: Lembra sim, lembra sim…hum, em mil novecentos, noventa e três, primeiro mês em janeiro, em janeiro.

VM: Já está cá à 22 anos.

EIB: É, e entrou mesmo em janeiro porque e consegui no dezembro e depois passou ano lá, a seguir a semana eu vim para Portugal. Encontrou com muito frio aqui na aeroporto, e vim com roupa de meses quentes ta a perceber, não meti nem casaco.

VM: Então e porquê que o Ira veio para cá para Portugal?

EIB: Naquele tempo, naquele tempo, eu apanhou visto para comércio porque eu anda naquele, não veio para aeroporto. Mas africa leva muito comercio, na senegal, na guiné Conacri, Gâmbia naquele tempo...e eu naquele tempo há muitas pessoas que vem, compra e leva, nós temos lá sapatos, de chinelos de lisboita, couro branco assim, mas pronto uns chinelos lá só de lisboa é que as pessoas compram.

VM: Então o Ira veio para cá por causa do comércio não é?

Sim, exactamente. Mas já depois, eu encontrou com mei irmão, naquele tempo ele tava trabalhar no lumiar, naquele tempo lumiar tudo é mato quase, a gente começou a obra lá

dos prédios. Ela disse antes de você voltar aquele dinheiro daqui a um bocadinho você vai gastar o seu dinheiro e vai ficar baixo é melhor você trabalhar.

VM: Então ficou ca a trabalhar?

EIB: Exactamente, trabalha até quase. Ficou ca a fazer um trabalho de obra. Meu trabalho de obra onde eu comecei na coisa, hum…é fora de lisboa um bocadinho, depois de loures tem de passar loures, esqueci essa coisa mas era escola que eles estavam a fazer lá naquele tempo.

VM: O ira já tem nacionalidade portuguesa não é?

EIB: Sim, tenho tenho.

VM: Então e como foi para tratar disso na altura? Tratou sozinho? Pediu ajuda a quem? Foi difícil de resolver a situação?

EIB: Não não, por causa de nacionalidade eu não senti nada dificuldade aqui, graças deus...porque eu já tinha residência permanente, já renovou duas vezes e também estrava a trabalhar já renovou ate quatro vezes, eles me deram cinco anos. Naquele tempo eles quem já tivesse aquele tempo ta a perceber? Eles obrigaram a meter a nacionalidade.

VM: Então não houve problemas? Foi fácil?

EIB: Não, não para mim, eu fui la perguntar ali naquele coisa eles me disseram tipo de documentos que eu precisa lá…quando mandaram aqueles documentos tudo, tudo teve de passar na embaixada Portugal para autenticar, para confirmar..depois quando chegasse, depois meti aqui., foi assim. Tratou de registo lá com registo criminal com tudo o que era preciso e tudo passou mesmo na embaixada Portugal, Portugal la na Bissau e eles autenticou tudo e eu recebi aqui e juntou com meu documentos e foi lá pagar dinheiro que eles precisa naquele tempo.

VM: O Ira actualmente está a trabalhar?

EIB: Aquele tempo sim..

VM: Agora agora?

EIB: De momentos não. Só às vezes mas não tem trabalho certo.

VM: Pois, então a última profissão foi nas obras é isso?

EIB: Pois, foi foi.

VM: O Ira gosta de estar em Portugal?

EIB: Sim senhor.

VM: Como é que é a sua vida aqui?

EIB: A minha vida aqui pronto, eu tou a sentir bem, nunca sentiu mal tá a perceber? Só que é um bocadinho..a trabalhos não esta a correr, aqui estou a sentir dificuldade um bocadinho mas de resto não, não sentiu nada graças deus.

VM: O resto gosta de estar aqui?

EIB: Gosto, gosto.

VM: O Ira é imigrante, e talvez mais na altura quem que cá chegou..quais foram as principais dificuldades ou problemas com que se deparou no seu dia-a-dia?

EIB: Aqui…desde que eu chegou aqui, não.

VM: Nunca sentiu dificuldade em nada ‘ nem nunca teve nenhum problema?

EIB: Não não não, nunca tive nenhum problema aqui, nunca graças a deus.

VM: Não eu estou a perguntar porque às vezes o facto de nós virmos de outro pais, temos aquele período em que temos de nos habituar..e é tudo novo, é nesse sentido, problemas nesse sentido..

EIB: Não não, nunca tive nada.

VM: Pois e como também tinha ca o seu irmão também o ajudou.

VM: Porquê que o Ira quis vir para este curso? Quais foram os motivos? Porquê que quis vir aprender a ler e a escrever?

EIB: Porque eu quis vir para aqui ler porque eu não sabe ler primeiro..pronto e eu pensei antes de ficar assim melhor, eu perguntei ao meus colegas ate colegas me indicaram e eu disse eu tenho de ir lá, um mês dois mês ou mais mas eu tenho que ir estudar para aprender, ler para aprender a escrever.

VM: Então é importante saber ler para si não é?

EIB: É importante sim, é importante.

VM: E porquê que é importante?

EIB: É importante porque ler nunca não engana ninguém. Nunca a pessoa pode dizer eu estou arrependido porque eu fui na escola, porque eu ler nunca. A pessoa arrepende porque eu não fiz escola sempre fica arrepender isso, a pessoa eu não faz escola que não lê não tem nada conhecimento, em qualquer idade se arrende porque não fiz, mas a pessoa que fez nunca arrepende porque eu fiz escola. Porque sempre ler é muito bom.

VM: Então mas porquê? Porquê que é bom saber ler e escrever?

EIB: É bom mesmo porque quando chegamos a qualquer sitio assim para preencher suas documentos..mesmo quando a pessoa sabe escrever pode fazer na sua cabeça e não pedir a ninguém. Quando não sabe nada tens de ficar la na fila e depois você pede a alguém para ajudar..se ele esta com pressa ele diz que não, se ele não esta com pressa é bom pessoa que diz pronto dá cá sua documentação para ele ajudar.

VM: E ao Ira, isso aconteceu-lhe muitas vezes?

EIB: Aconteceu, aconteceu.. mas agora já não precisa pedia a ninguém, já fui a vários sítios, fui tirar cartão para passe fui eu que tirou la o impresso la na mouraria e fui eu que fiz tudo, levou ali na …e meteu lá. Eu fui na segurança social também foi eu que preenchi tudo. E isso é uma vitória, eu disse graças a deus meus professores. Agora para preencher não pede a ninguém, eu posso preencher e às vezes pode ter qualquer erro mas já consigo sozinho, consigo ler, consigo escrever, consigo ver onde esta a pedir para meter datas, onde é que eu vou meter nome, onde é que eu vou meter a profissão, sempre eu aprendi isso tudo, onde é que é a direcção de localidade. Antigamente não.

VM: No início quando se inscreveu, o quê que o Ira esperava deste curso?

EIB: O tempo que eu comecei...aquele tempo eu fui la mesmo perguntar, a senhora que esta na porta dizer nós temos aqui três dias por semana, volta cá tal dia você vai encontrar com a professora e ela é que vai dizer tudo. Ficou la o meu nome, eu voltei, encontrei com a professora, me disseram você sabe ler e eu disse não, só algumas letras mas não sabe ler, eu nunca fui na escola…eu estou a prender com pessoas, eu disse a ela eu quero começar primeiro o abecedário e lá eu disse o que conhecia do abcd..depois

começamos e comecei a aprender muito, as letras a juntar e ler, estamos a aprender um bocadinho a bocadinho todos os dias, cada dia estamos a aprender. Eu estou a aprender graças a deus.

VM: E acha que aquilo que aprendeu durante estes meses, aquilo que nós trabalhamos, acha que isso é importante e é útil para a sua vida diária?

EIB: É importante, é importante, grande importante para minha vida, para minhas coisas, tudo.

VM: E porquê que é importante?

EIB: É importante, nunca vou ter erro e nunca vou esquecer também eu preciso mesmo para continuar, além que se tiver trabalho eu tenho de parar, mas se não tem, se não estou a trabalhar eu vou continuar quando eu virem qualquer sitio como assim, eu vou continuar mesmo aprender.

VM: Vamos pensar naquilo que mudou desde que está aqui no curso...o quê que o Ira faz hoje que não fazia quando cá chegou? O que faz de diferente? Na ida as compras nos transportes, na segurança social, finanças…

EIB: O que mudou? Várias coisas que mudou comigo porque às vezes quando estou a andar muitas letras lá que antigamente não percebe mas que agora estou a perceber. Os transportes já quando vi, não é só número eu sei mesmo onde é que esse transporte vai terminar, porque consigo ler já, metro também. Hum…a letra quando eu recebi carta em minha casa sempre eu abre e não vale a pena perguntar a ninguém, sempre eu consegue saber qual o motivo desse documento. Ate alguns que eu não percebe bem bem, eu pergunto mas de resto tudo eu posso saber qual é motivo, consigo perceber.

VM: Então temos aqui grandes resultados?

EIB: É grandes resultados, para mim é grandes resultados. Eu fico arrependido porque não começou à muto tempo isto, quando tiver um ano dois ano eu vou agradecer muito.

VM: Então acha que o facto de ter estado neste curso o ajudou para resolver esses assuntos?

EIB: Ajudou, ajudou, ajudou. Antigamente não conseguia fazer nada mas eu neste curso ajudou-me em muitas coisas para fazer.

VM: E porquê? Como é que o ajudou?

EIB: Ajudou aquilo que não conseguia fazer, agora hoje eu estou a fazer é por isso. Porque sempre eu tou a dizer olha professora que nós temos, aquilo é bom professora, porque quem não tem cabeça, mas quem tem bom cabeça sempre aprende. Todo o dia, qualquer dia você vai aprender qualquer coisa, porque a escola é professor faz mas aluno tem de ajudar professora também. Professor ta a lutar ta fazer tudo para ajudar mesmo, mas alunos também tem de ter cabeça para aprender as letras, para aprender o quê que a professora a dizer não pode aprender tudo de uma vez, mas todo o dia tem de ganhar um bocadinho.

VM: Agora pensando...o quê que o Ira costuma ler no seu dia-a-dia?

EIB: Em casa ou aqui na escola?

VM: Em casa e aqui na escola.

EIB: Como na semana passada nós estamos a ler o caso de ano, meses, verão, primavera, assim os nossos trabalhos.

VM: Então isso é o que lemos aqui na escola, então e fora daqui?

EIB: Fora da escola às vezes eu ler o jornal, às vezes eu abre minha caderno para ver continuar a ver aquilo que passou. Às vezes eu tenho qualquer coisa de publicidade que eu tenho n correio eu sempre ler tudo ainda, os papéis do pingo doce, coisas de publicidade para comprar coisas sempre eu ler.

VM: E porquê que o Ira lê?

EIB: Para saber o quê que está escrito mesmo na publicidade, para estar informado. E as coisas da escola para não esquecer e trabalhar mais.

VM: Então ler é isso. E escrever, o quê que o Ira escreve?

EIB: Eu escrevo, tento sempre escrever o nome de pessoas também, o dia, o que estou a fazer, quando estou a fazer conta com maquina,. Quando a pessoas está-me a dar número de telefone eu escrevo numero de telefone nome dele também eu escreve. Às vezes eu tenho erros em alguns nomes de pessoas mas eu sempre eu escreve para eu não esquecer

VM: Pois assim o Ira escreve à sua maneira e não esquece o que lá diz…

EIB: Exactamente. Tento sempre escrever nome da pessoa com numero com o contacto, coisas assim.

VM: Então acha que desde que está aqui no curso, consegue usar mais vezes a leitura e a escrita no seu dia-a-dia?

EIB: Pois pois, antigamente não escrevia nem lia tanto, foi agora que eu estou a fazer isso.

VM: E porquê?

EIB: Porque estou a começar a aprender, tou a aprender a cada dia, estou a ganhar mesmo para aprender. Pode haver coisas difíceis mas na sua vontade e com a vontade o professor cada dia estas a ganhar.

VM: Já aconteceu algum dia o Ira querer ler alguma coisa, ou querer escrever alguma coisa e não conseguir?

EIB: Antigamente ou agora?

VM: Antigamente e agora.

EIB: Antigamente não conseguia, não conseguia fazer nada.

VM: Então e como é que fazia para resolver a situação?

EIB: Pedia ajuda a alguém…Antigamente eu fazia numero de telefone mas o nome já não, era á toa, só abecedário, não fazia bem..agora é que eu estou a escrever nome de pessoas correcto. Pois, e eu vi diferenças mesmo o próprio numero de telefone agora é que eu estou a escrever bem. Antigamente, eu escrever número de telefone mas foi, estou a sentir mesmo errado

VM: Se pudesse descrever aquilo que foi para si estar neste curso, como o faria?

EIB: Foi bom, bom bom...nunca senti..sempre que eu entrou aqui estou mesmo com vontade, senti sempre vontade nunca fiquei chateado. Dia que não tem tempo para vir isso é outro caso, ás vezes dia que não vim até ao outro dia eu fica a arrepender mas tem assuntos..quando tem trabalho não vou arrepender mas quando não tem trabalho dia que eu não venho eu o assunto é importante, mas sempre chegamos à tarde e eu fica a

arrepender eu digo eu perdi a aula de ontem, sempre eu diz assim porque depois quando eu estiver la eu tenho de aprender as letras para saber juntar. Cada dia nós estamos a ganhar isso, cada dia de escola a pessoa esta a ganhar. Quando faz uma coisa e a professora diz não, não é assim, você ganhou porque ela vai mostrar é assim.

VM: Isso é verdade.

VM: E então como tem sido a experiência até agora?

EIB: Estou a gostar, estou a gostar.

VM: E acha que a maneira como as coisas acontecem, a maneira como nós organizamos as coisas, os materiais, as condições são boas o que acha disso tudo?

EIB: Ta bem feito, esta tudo bem aquilo não tem nada erros esta tudo bem, tudo bem.

VM: E o material a nível das mesas, cadeiras e isso tudo?

EIB: Isso esta tudo bem, tudo bem.

VM: O quê que gosta mais?

EIB: Gosta mesmo é de continuar e estar, mas quando eu consigo porque como eu já tinha dito daqui a bocadinho vou ter mesmo uma viagem para Paris, não sei se vou conseguir trabalho mas eu tenho de estar la porque está-me a prometer e é por isso que eu digo que não sei se vou continuar, mas se não foi ou assim, eu vou continuar a estudar…se eu consigo aquele contacto mesmo eu vou la mesmo para continuar..quando eu acabar la aquele coisa eu volto outra vez, quando acabar trabalho eu volta.

VM: Daqui do curso o quê que gostou mais? O quê que foi melhor pra si?

EIB: O que foi melhor…escrever foi melhor para mim. Ler também foi melhor para mim. E escrever e ler é muito importante e eu sempre disse lá eu estou a prender a ler e eu estou aprender a escrever.

VM: Então o melhor foi aprender a ler e escrever?

EIB: Exactamente, sim ler e escrever.

VM: Então e o quê que foi menos bom? Ou o quê que poderia ter sido melhor?

EIB: Aqui não houve nada que eu possa dizer não gosta, porque aqui quando entrou mesmo na sala sempre continuaram a ler, sempre continuaram a ouvir o quê que a professora esta a falar, sempre continuaram a escrever …quando acabamos o horário a gente todos despede ta a perceber? Ou ate tal da, tal dia. Criamos aqui um laço...quando encontrou com o senhor António aqui na praça antigamente a gente não conheceu, mas graças a deus a escola foi a nossa amizade, conhecemos novas pessoas.

VM: O quê que o Ira dizia às pessoas que não sabem ler? Aquelas pessoas que têm dificuldade em ir à segurança social, em ir ao SEF porque não sabem ler e escrever. O quê que o Ira dizia a essas pessoas? Ou imagine que tinha um amigo que na sua opinião precisava de andar num curso como este, o quê que o Ira lhe dizia?

EIB: Olha é melhor você aproveita, vai la na escola la mesmo na mouraria. E lá quando começar a escola vai aprender tudo, aprender ler e depois aprender a escrever, antes de ficar assim sem nada porque uma coisa dessas vai ter resultado e mudar vida.

VM: O Ira dizia isso a quem não sabia ler, e aquelas pessoas que já sabem. O que lhes dizia?

EIB: Aquelas que já sabem…Eu sempre disse epá se eu estou como você eu vou ficar contente porque eu também estou lutando, agora eu também quero ficar da maneira como você está..eu dizia mesmo, se minha escola avançou tão bem eu vou entrar no curso de inglês ou francês. Aprender outra coisa para crescer e para continuar.

VM: Boa Ira, isso é excelente. Ainda bem que tem esse pensamento.

VM: Agora em relação ao futuro, quais é que são as suas perspectivas face ao que aprendeu aqui? Vai continuar?

EIB: Vai continuar, eu quero continuar também. Enquanto tive saúde eu quero continuar eu vou continuar aqui ou em qualquer sítio.

VM: O que acha, aprender a ler e escrever muda a vida de uma pessoa?

EIB: Muda, eu fiquei arrependido porquê que não comecei antes.

Grelha de Análise de Conteúdo da Entrevista Realizada à Educanda Aissatu

Categorias	Sub-Categorias	Indicadores	Unidades de Registo
Legitimação da Entrevista		Informar o entrevistado sobre o tema e os objetivos da entrevista	Apresentação do entrevistador e breve explicitação sobre os objetivos gerais
		Motivar o entrevistado	Exaltar a importância do contributo do entrevistado
		Garantir a confidencialidade da informação conseguida	Realçar a questão da confidencialidade da informação recolhida e o respeito pelo anonimato do entrevistado;
		Permissão para gravar a entrevista	Dá-me autorização para gravar a entrevista?
Perfil do Entrevistado	Apresentação	Idade	"no documento tenho 55 e na realidade é 48 anos."
		País onde nasceu	"Na Guiné Bissau"
		Tempo em Portugal	"Já há vinte e sete anos"
		Razões da vinda para Portugal	"Há busca de vida melhor, porque pronto meus pais são camponeses e ajudava muito e é por isso qu eu não consegui andar na escola tinha de deixar de andar na escola e ajudar os meus pais não é? Mas vi que aquilo não estava a acorrer bem, não tinha escola nem nada e achei que eu tinha de vir para Portugal"

		Situação (documentos)	já tenho tudo os documentos. (…)na altura não é fácil, porque para ir ter residência ainda a gente tinha de ir dormir lá porque havia muita gente, às vezes a gente ia cedo e estava la cento e tal pessoas na frente"
		Trabalho	"A fábrica foi à falência e o patrão faleceu e a patroa disse que não ia conseguir gerir aquilo, ficamos assim agora estamos à espera de indeminização"
	Viver em Portugal	Como é a vida aqui	"Gosto gosto, mas adoro o meu país. Quando eu me lembro de meu pais eu me perco no coração , não consigo dormir nem comer, a minha vontade é para voltar mas pronto ninguém manda em destino né?"
	Problemas enquanto imigrante	Estar longe das origens	"fiquei com saudade não estava habituada e ainda não estou."
		A língua	"E a língua também, nós na guiné falamos mais em criolo, falamos português um pouco mas depois misturando com o português olhe aprendi a falar."
		Encontrar trabalho	"o trabalho também. Mas eu não escolhi trabalho, às vezes ia tomar conta de velhas (…) Apanhar fruta, apanhar batatas, apanhar cebolas, e peras"
Motivos para a Frequência no Curso	Razões de inscrição	Aprender a ler e a escrever	"é meu sonho..e um dia para eu ver, sentar sozinha a escrever as coisas, as histórias que eu

			passei, história de Portugal e pronto dar para meu neto e netas, sei lá, é o meu sonho saber ler e escrever.”
	Importância da Leitura e da escrita	Fundamental para o dia-a-dia	“É importante por exemplo assim num pais que eu não conheço e ver onde é que eu vou, mapa ou saber olha é aqui que eu vou, vou na tal sitio, ou a preencher os documentos também é muito, mais importante é preencher os documentos.”
		Independência	“Ler também é importante para saber, chego a um sitio onde não conheço, não é preciso perguntar é só ver as coisas que está escrito ler e vai para a esquerda ou para direita.. Ás vezes vai la preencher os documentos, a pessoa não esta bem disposta ou é uma coisa urgente e paga na caneta e faz sozinho pronto.”
Expectativas em Relação ao Curso	Pessoais	Muito entusiamo	“As coisas que vi no curso, e como é meu sonho fiquei muito feliz, a professora não faz ideia de como eu fiquei feliz parecia uma criança”
Mudanças Ocorridas na Vida Quotidiana Após a Frequência no Curso	O que faz que não fazia no passado	Ver/ouvir as coisas com outra atenção	“Agora mudou muita coisa na minha vida porue agora estou a dedicar-me mais na ler e escrever para poder saber mais, nunca é tarde para aprender e saber mais, e dorme e acorda a pensar na escola.”
		Leitura de livros e jornais	“esses livros assim eu leio e leio jornais

			também, tenho jornais lá em casa que eu. E isso é uma mudança grande.”
		Utilização dos serviços públicos	“Sim sim sim, se eu preciso de uma coisa eu vou lá sozinha ou o meu marido, mas eu gosto que ele me acompanha mas quem fala sou eu para dizer o que eu quero assim assim..Até na forma como falamos ajudou”
	Frequência no curso ajudou	Mudança nos próprios hábitos	“Até no jornal na televisão quando eu vejo as coisas eu sei ler, filmes assim eu sei ler por acaso. Meto baixo só para ver aquelas letras e a imagem.”
	Leitura do dia-a-dia	Livros e jornais	“As letras para saber juntar as letras. costumo ler livros, assim da guiné, e jornais e livros assim da escola para aprender, saber as letras como é que é, juntar as letras.”
		Frequência	“Quando eu pronto acabo de fazer comida, fazer a minha oração, e vez de ir dormir vou sentar na sala a ler um bocadinho também.”
	Escrita do dia-a-dia	O que lê nos jornais e livros	“Eu escrevo aquilo que eu vi nos jornais assim, a mouraria, praça da Figueira, tudo escrevo.”
	Desde o curso utilização da leitura e da escrita mais regularmente	Mente desperta	“vou na rua consigo ler as coisas.”
	Estratégias utilizadas no passado	Solicitação de ajuda dos outros	“Eu perguntava (…) Tinha muita dificuldade,

	para responder aos desafios do quotidiano		ficava ali parada a ler aquilo muito tempo, para juntar as letras custava muito”
Sobre as Sessões	Experiência	Positiva	“Foi muito bom, super bom, ajudou-me muito e eu sinto feliz a ler e tudo, eu falo com as pessoas e explico às pessoas agora eu estou a estudar não tenho tempo agora”
		Descrição do curso	“eu vim na escola com livre e espontânea vontade, ninguém me mandou para vir eu é que decidi para vir porque é meu sonho”
		Materiais, estratégias, colegas, educadora	“Tudo bom, para mim é ensino, é colegas e a professora, as condições tudo, as condições foi boa sabe porquê, porque eu passei pior do que isto aqui isto que eu estou a passar agora é melhor.”
	O que diria a um amigo que precisasse ir para um curso deste	Concelho para ir aprender	“não tenhas vergonha, nunca é tarde demais para aprender.”
	O que diria às pessoas que não sabem ler e escrever	Incentivar a aprendizagem	“aprender a ler e escrever é muito importante porque agora a tecnologia esta muito avançada, quem não sabe ler e escrever é como se fosse um seco, temos de aprender a ler e escrever é muito importante e já não e preciso perguntar nem nada”
	O que dia às pessoas que sabem ler e escrever	Ajudar os outros	“Aquelas que já sabem ler e escrever eu dizia a elas olha vocês já sabem tentam ensinar aquelas que não sabem”
Perspectivas de Futuro	Continuar a aprender	Motivação	“Quero continuar, vou continuar a aprender para

			realizar o meu sonho que é fazer informática”
		O curso mudou a sua vida	“aprendi muita coisa que eu não sabia. É uma mudança muito grande para mim, é bonito, eu gostei, adorei.”
Finalização da Entrevista	Considerações finais	Perguntar se quer acrescentar algo ou responder a algum assunto que não tenha sido abordado.	
		Agradecer disponibilidade, para a realização da entrevista	

Grelha de Análise de Conteúdo da Entrevista Realizada à Educanda Isabel

Categorias	Sub-Categorias	Indicadores	Unidades de Registo
Legitimação da Entrevista		Informar o entrevistado sobre o tema e os objetivos da entrevista;	Apresentação do entrevistador e breve explicitação sobre os objetivos gerais;
		Motivar o entrevistado;	Realçar a questão da confidencialidade da informação recolhida e o respeito pelo anonimato do entrevistado;
		Garantir a confidencialidade da informação conseguida;	
		Permissão para gravar a entrevista.	Podemos gravar a entrevista?
Perfil do Entrevistado	Apresentação	Idade	"Tenho 53 anos"
		País onde nasceu	"Cabo Verde, Porto Novo."
		Tempo em Portugal	"Estou aqui desde 2000."
		Razões da vinda para Portugal	"Eu vim procurar trabalho. Vim sozinha na altura, agora é já tem meus filhos aí."
		Situação (documentos)	"Fui para trabalho e depois tive contracto de trabalho então foi mais fácil tratar disso."
		Trabalho	"estou a fazer umas horas numas patroas , a limpar as casas, passar a ferro essas coisas."
		Ultima profissão	"O meu ultima trabalho é na safira, eu trabalhei em

			limpeza..eu tive lá dois ano.”
	Viver em Portugal	Como é a vida aqui	“A minha vida é…é bom. Gosto de estar aí porque lá em cabo verde não há trabalho e aqui já tenho a minha família aí, meus filho e marido. Já construí minha vida aqui.”
	Problemas enquanto imigrante	Procura de emprego	“A principal dificuldade é trabalho, custar a encntrar trabalho”
		Empregos que se consigam conciliar com a vida familiar	“tive de sair do trabalho interno onde eu estava (…)porque tinha os meus menino pequenos e não tinha quem ficar com eles prque o meu marido tinha de trabalhar e porque tinha de pagar alguém para ficar com eles e levar para a escola e tudo, era complicado.”
Motivos para a Frequência no Curso	Razões de inscrição	Aprender a ler e a escrever	“queria aprender a ler e a escrever, porque uma pessoa que não tem escola é uma pessoa que parece que não está no mundo, não sabe o que passa no mundo.”
		Mais valia para encontrar trabalho	“Às vezes tinha muita patroa que queria a mim só que quando eu dizia que não sabia ler e escrever já não servia e não queriam. Porque eu não conseguia escrever os recados.”
	Importância da Leitura e da escrita	Independência	“a gente sabe onde é que está nos transporte, a gente sabe a onde é que a gente tamos, se nos perder e tudo, consegue ler as coisas da rua, ler os recados da escola dos meu filhos”; “É importante porque tem uma família fora e quero

			escrever uma carta pelo correio e é muito bom.” “Às vezes a gente ia pedir favor de escrever e muita gente não quer aceitar diz que não tem tempo e não podia mandar a carta porque não sabia escrever sozinha”
Expectativas em Relação ao Curso		Face à educadora	“Eu espera deus queira que a gente encontre uma professora boa para conseguir aprender a ler e escrever.”
		Face à Aprendizagem	“E espera muito aprender coisas novas a ler e escrever.”
Mudanças Ocorridas na Vida Quotidiana Após a Frequência no Curso	O que faz que não fazia no passado	Consegue ler	“Agora já sabe ler algumas coisas, letras, nos livros já abe ler s letras e juntar as letras todas e antes não sabia nada”
		Escrever nomes de familiares	“às vezes queria escrever o nomes dos meus menino e não conseguia sozinha.”
		Preenchimento de fichas de identificação mos serviços públicos	“Consigo preencher fichas sozinha, com o nome, a morada, a data, o telefone, essas coisas.no SEF consegui.”
		Utilização dos transportes públicos	“Já sei ler os transporte que vou apanhar, quando vem o autocarro na paragem eu leio e consigo, fico feliz.”
		Ida às reuniões da escola dos filhos e conversar com a professora	“Antes eu ia para as reuniões eles dava os papeis mas eu não sabia ler e não compreendia o que era, agora não. A última reunião eu sentei e comecei a ler o papel.”

	Frequência no curso ajudou	Mudança nos próprios hábitos	“Sim, ajudou muito mesmo. Agora dou por mim a conseguir fazer coisas eu nunca tinha conseguido fazer antes porque não sabia nem compreendia”
	Leitura do dia-a-dia	Livros, jornais, informações da escola dos filhos	“Tenho um livro que ando a ler e ando sempre com ele, também faço copias daquilo que leio no livro, tem sido interessante a historia. Leio o jornal, principalmente aqueles das compras para ver o que está na promoção.. também tenho lido algumas coias que os meu filhos fazem na escola.”
		Frequência	“Eu leio quase todos os dias também par ter as letras na cabeça e também gosto de esforçar e fazer os trabalhos de casa que eu levo”
		Motivos da leitura	“Leio para não esquecer o que aprendo e leio para andar informada quando eu vou para o supermercado eu leio para ver o que está na validade e o que não está, o qu esta em promoção e o que não está.”
	Escrita do dia a dia	Realização de cópias	“Às vezes escrever muitas coisas, andar a ler essas coisas da rua e depois tentar escrever o que li, faço copias gosto de fazer, escrevo os trabalhos da escola”
		Escritas de recados para os filhos	“Para os meus filhos às vezes eu escrevo recados assim para não deixar a casa suja (risos), quando sair da cama tem de arrumar o quarto antes de sair. Escrevo e deixo no frigorifico ou na mesa para eles verem”

	Desde o curso utilização da leitura e da escrita mais regularmente	Perda do medo	"Parece que agora já não tenho medo de ler nem escrever..eu sei que não escrevo tudo bem mas já me consigo explicar melhor e dá para perceber."
	Estratégias utilizadas no passado para responder as desafios do quotidiano	Solicitação de ajuda dos outros	"Olha ficava tão preocupada e tinha de pedir ajuda e às vezes nem todas as pessoas dá ajuda porque tem mais coisas para fazer"
Sobre as Sessões	Experiência	Positiva	"O melhor para mim é aprender a ler e escrever e sentir eu estou bem, que estou melhor e que consigo fazer mais coisas."
		Descrição do curso	"Dizia que encontrei boa professora para me ajudar, graças a elas já sei escrever muita coisas e consigo ler coisas frases, consigo escrever recados e ler"
	Condições do curso	Espaço, materiais, estratégias	"Eu sempre gostei de tudo, senti muito bem aqui..aprendi muito, gostei de tudo das coisas que falamos, das fichas, dos jogos divertidos."
	O que diria a um amigo que precisasse ir para um curso deste	Apostar na aprendizagem	"Eu dizia você se quiser ir para a minha escola, onde eu estou a professora é muito boa, é nossa amiga e ajuda a gente muito. Lá é boa escola vai la se inscrever para vir aprender também."
	O que diria às pessoas que não sabem ler e escrever	A falta que faz ler e escrever	"Eu dizia para eles virem para a escola também (…) todos nós temos de conseguir, é importante para conseguir ler os papeis na rua e isso tudo que precisamos."
	O que dia às pessoas que sabem ler e escrever	Ajudar os que não sabem	"dizia para eles tentarem ajudar quem não sabe"

Perpesctivas de Futuro	Continuar a aprender	Motivação	"Eu quero continuar a estudar sem duvida, quer fazer até o 12º ano (risos)"
		O curso mudou a sua vida	"A relação que eu tenho com a leitura e escrever esta muito melhor, eu agora sinto que sou capaz"
Finalização da Entrevista	Considerações finais	Perguntar se quer acrescentar algo ou responder a algum assunto que não tenha sido abordado.	
		Agradecer disponibilidade, para a realização da entrevista	

Grelha de Análise de Conteúdo da Entrevista Realizada ao Educando António M

Categorias	Sub-Categorias	Indicadores	Unidades de Registo
Legitimação da Entrevista		Informar o entrevistado sobre o tema e os objetivos da entrevista;	Apresentação do entrevistador e breve explicitação sobre os objetivos gerais;
		Motivar o entrevistado	Exaltar a importância do contributo do entrevistado
		Garantir a confidencialidade da informação conseguida	Realçar a questão da confidencialidade da informação recolhida e o respeito pelo anonimato do entrevistado;
		Permissão para gravar a entrevista.	Dá-me autorização para gravar a entrevista?
Perfil do Entrevistado	Apresentação	Idade	"Eu tenho 54 anos."
		País onde nasceu	"Nasci em Cabo Verde, na Praia."
		Tempo em Portugal	"15 anos."
		Razões da vinda para Portugal	"Vim para cá para trabalhar, para arranjar uma vida melhor para depois voltar para a minha terra."
		Situação (documentos)	"Foi muito difícil, muito difícil. Na altura em que eu cheguei aqui cartão de residência era não tava utilizado, uma pessoa podia ter contracto de trabalho mas eles não tavam a dar. Passei três quatro anos com problemas de documentos."
		Trabalho	"estou reformado por incapacidade, tive um acidente de trabalho e este braço nunca mais foi ao sitio."
		Ultima profissão	"Aqui em Portugal eu só trabalhei na construção civil."
	Viver em Portugal	Como é a vida aqui	"Eu gosto sim, se não gostava não estava aqui (…)

			Há momentos que uma pessoa pensa muito porque enho filhos em cabo verde e não posso mandar nada porque não tenho dinheiro, às vezes não mexo no telefone uma vez, ás veze eles é que telefonam para saber se esta tudo bem comigo"
	Problemas enquanto imigrante	Estar longe das origens	"A principal foi ter ficado longe da minha família"
Motivos para a Frequência no Curso	Razões de inscrição	Aprender a ler e a escrever	"Eu vim para cá porque percebi que queria aprender mesmo e era fundamental para mim, para s minhas coisas, para saber mais da vida"
		Afastar sentimentos negativos	"Se você não sabe assinar o seu nome é zero e você fica triste com isso, você vai tirar um documento e está muita gente lá e dão um papel para você assinar e você não sabe tem de ser com tinta no dedo, você fica envergonhado"
	Importância da Leitura e da escrita	Fundamental para o dia-a-dia	"Ler e escrever é a coisa mais importante da vida, porque uma pessoa quando sabe ler e escrever é outra coisa, é outro mundo. Uma pessoa chega ali compra um jornal e sabe o que se esta a passar, uma pessoa chega num sitio para resolver problemas é só chegar, tirar o papel e começa a preencher sem ter de esperar que aguem ajude" "É muto importante ler e escrever porque no nosso dia a dia ajuda em muita coisa, ate em coisas pequenas é sempre preciso."
		Independência	"não precisei mais de pedir ajuda e ficar lá muito tempo à espera de alguém que me ajudasse."

Expectativas em Relação ao Curso	Pessoais	Face à Aprendizagem	"lidar com uma pessoa que não sabe ler ajuda e diferente do que lidar com uma criança que está a aprender..mas também uma pessoa adulta se quer aprende rápido"
Mudanças Ocorridas na Vida Quotidiana Após a Frequência no Curso	O que faz que não fazia no passado	Ver/ouvir as coisas com outra atenção	"agora até estou a compreender muita coisa que até aqui eu não sabia, eu ouvia muita coisa mas agora eu oiço e compreendo, sei o que estou a ouvir, vejo as coisas de oura maneira, mais atenção. agora eu ouve noticias, e ouve bem ante eu só ouvia e não compreendia agora eu tenho mais atenção e até leio o que diz em baixo na televisão"
		Preenchimento de fichas de identificação mos serviços públicos	"Na segurança social e na finanças preenche os papel descansadinho sem problema, o nome, a morada, o telefone, os numero que me identifica"
		Utilização dos transportes e idas ao supermercado	"Agora nos transportes ou na compra não tem mais problema, sem como fazer para me deslocar sei ver o que preciso comprar e se está na promoção, ver a validade."
		Utilização dos serviços públicos	"não precisei mais de pedir ajuda e ficar lá muito tempo à espera de alguém que me ajudasse. Foi só chegar pedia a caixa e o papel, fico com o endereço dela na frete, olho, leio e copio tudo direitinho e já está, só isso já vale muito."
	Frequência no curso ajudou	Mudança nos próprios hábitos	"antigamente eu passava e nem ligava pra essas coisas, agora não estou diferente, eu próprio gosto de ver e ler, e luto até saber o que está lá."

			"Noventa por cento que eu precisava para as pessoas me ajudarem agora eu já não preciso mais, já sou capaz"
	Leitura do dia-a-dia	Livros, jornais, revistas	"Eu leio mais é coisa para aprender, leio as capas do jornal e as letras grandes e depois se for uma coisa que eu queira saber mais, leio o resto da notícia."
		Motivos da leitura	"Agora eu leio para saber e não esquecer."
	Escrita do dia a dia	Trabalhos da escola	"O que eu escrevo são todas estas coisas da escola"
		Anotações ou recados	"por exemplo dia 24 de agosto tenho consulta no hospital e tenho de estar a tal horas (…)Eu agora tenho a consulta marcada e não preciso perguntar a ninguém em que dia, tomo as minhas notas e sei o que escrevi no papel."
		Nomes, números e moradas de amigos	"Escrever o nome e o numero de telefone de uma amigo, escrever a minha morada a morada dele essas coisas essenciais."
	Desde o curso utilização da leitura e da escrita mais regularmente	Mente desperta	"e para uma pessoa aprender mais tem de estra sempre a ler e a escrever coisas da vida que vivemos. Vejo ali tal tal, vejo o outro e escrevo, estou sempre a tirar meu apontamento e estou alerta para o que se passa"
	Estratégias utilizadas no passado para responder as desafios do quotidiano	Solicitação de ajuda dos outros	"tinha de pedir ajuda a muitas pessoas, algumas ajudavam outras nem por isso..era como aquilo que acontecia no correio ou quando ia as finanças e SEF às vezes tinha de sair e vir para a rua pedia ajuda."
Sobre as Sessões	Experiência	Positiva	"Tudo o que aprendi, o que aprendi e o que estou a

			fazer agora e o contacto com os outros, os amigos, as minhas professoras também isso é cem por cento"
		Descrição do curso	"Estes foram os melhores meses que eu já passei na minha vida, os meses mais sossegados e concentrado em aprender. Para mim todos este tempo que eu já tenho aqui é quase todo o tempo da minha vida"
	O que diria a um amigo que precisasse ir para um curso deste	Concelho para ir aprender	"Porquê que você não tenta aprender qualquer coisa para melhorar a sua vida, porque uma pessoa quando começa a ler qualquer coisa já começa a melhorar a vida mesmo dele"
	O que diria às pessoas que não sabem ler e escrever	Incentivar a aprendizagem	"Para aprender, para aprende só isso não pode dizer mais. Para irem à procura de aprender ler e escrever."
	O que dia às pessoas que sabem ler e escrever	Investir mais	"para estudar mais. Para aprender mais"
Perspectivas de Futuro	Continuar a aprender	Motivação	"Não, eu quero continuar, quero continuar até tirar carta de condução, vou estudar ate que da direito à carta de condução. Mas primeiro, eu não mete boi em frente de carro, tenho que aprender sem pressa nenhuma"
		O curso mudou a sua vida	"Cem por cento, porque a vida é isso, a vida é aprender, e gostar"
Finalização da Entrevista	Considerações finais	Perguntar se quer acrescentar algo ou responder a algum assunto que não tenha sido abordado.	
		Agradecer disponibilidade, para a realização da entrevista	

Grelha de Análise de Conteúdo da Entrevista Realizada ao Educando António S

Categorias	Sub-Categorias	Indicadores	Unidades de Registo
Legitimação da Entrevista		Informar o entrevistado sobre o tema e os objetivos da entrevista	Apresentação do entrevistador e breve explicitação sobre os objetivos gerais
		Motivar o entrevistado	Exaltar a importância do contributo do entrevistado
		Garantir a confidencialidade da informação conseguida	Realçar a questão da confidencialidade da informação recolhida e o respeito pelo anonimato do entrevistado
		Permissão para gravar a entrevista.	Dá-me autorização para gravar a entrevista?
Perfil do Entrevistado	Apresentação	Idade	"Vou fazer sessenta."
		País onde nasceu	"Em cabo verde, na Praia."
		Tempo em Portugal	"Há quarenta e um anos, são muitos anos."
		Razões da vinda para Portugal	"Eu vim para Portugal para trabalhar para ganhar uma vida melhor, melhores condições e ganhei mesmo, muito mais muito mais, porque la eu tinha a menoridade não podia trabalhar"
		Situação (documentos)	"agora eu tenho a residência."
		Ultima profissão	"Minha última profissão eu trabalhei de pedreiro."
	Viver em Portugal	Como é a vida aqui	"Gosto, gosto. É muito mais melhor porque na minha terra não tem la nada (…) não tem mãe não tem pai que é o principal o quê que eu vou la fazer?"

Motivos para a Frequência no Curso	Razões de inscrição	Aprender a ler e a escrever	"Porque eu queria aprender a escrever, porque eu falo mal não sei falar bem, pronunciar a palavra e chegava num sitio não sabe assinar pronto não conhecia nada."
	Importância da Leitura e da escrita	Fundamental para o dia-a-dia	"e se eu vou para qualquer sitio para apanhar um transporte, ver para onde isso vai, é muito importe uma pessoa saber ler."
		Independência	"Para mim é muito importante porque não ando a pedir favor a ninguém para me ensinar a ler e escrever"
Expectativas em Relação ao Curso	Pessoais	Face à Aprendizagem	"nunca pesava que eu ia escrever assim aa letras tão rápido, os textos que a professora me deu."
Mudanças Ocorridas na Vida Quotidiana Após a Frequência no Curso	O que faz que não fazia no passado	Ver/ouvir as coisas com outra atenção	"Olhar para as coisas e pensar o quê que um pessoa vai fazer."
		Ler e escrever	"Melhorou muito muito muito. Já consigo ler, já consigo escrever o meu nome em condições, já consigo fazer s coisas quase todas, não é todas mas já não estou assim a pedir favor como eu fazia antes."
	Frequência no curso ajudou	Mudança nos próprios hábitos	"Esta a ajudar porque estou estou mais desenvolvido, sinto bem, mais confiante, mais capacidade e compreender muitas coisas."
	Leitura e escrita do dia-a-dia	Materiais do curso	"Leio quele textos que eu tenho ali começa a ler já, se é cinco folhas eu começo a ler um, depois passa a outro e assim. Leio as folhas da escola, mas não é só ler, é ler e escrever e já tenho o

			caderno cheio.”
		Jornais	“o jornal também porque com o jornal uma pessoa aprende muito e é muito bom.”
		Frequência	“Eu todos os dias estou a ler aqueles texto todo e depois eu estou sempre a escrever.”
		Motivos	“Pois, eu leio para não esquecer, para saber…se eu tou a escrever para saber conjugar a palavra, se vai bater como eu quero”; “Eu escrevo para ganhar a rapidez e a prática.”
	Desde o curso utilização da leitura e da escrita mais regularmente	Situações do quotidiano	“Eu uso muitas vezes porque eu ando nos transportes e começo a ler muitas vezes sozinho, começo a ler aquelas letras todas e gravar, ler e gravar aquelas letras todas.”
	Estratégias utilizadas no passado para responder aos desafios do quotidiano	Solicitação de ajuda dos outros	“porque quando não sabia escrever vou ali e tenho de pedir favor e a pessoa não quer fazer e era chato, agora é poucas vezes e depois eu já consigo.”
Sobre as Sessões	Experiência	Positiva	“A experiencia tem sido bom (…) Cada vez mais estou a puxar por mim, não estou a deixar para trás é sempre para a frente. Agora é uma, logo é outra, amanhã mais outra e assim se consegue”
		Descrição do curso	“o curso para mim foi muito bom (…)porque estamos a desenvolver nossa capacidade de aprender”
	O que diria a um amigo que precisasse ir para um curso	Concelho para ir aprender	“eu chegava ao pé dele e dizia olha ali dão uma escola que você não precisa pagar e melhor irmos

	deste		lá, a gente vamos aprender e ainda é melhor par a agente.”
	O que diria às pessoas que não sabem ler e escrever	Incentivar a aprendizagem	“Dizia para irem aprender na escola, porque é muito importante a pessoa sempre aprender, é muito importante eu para mim eu acho que é importante aquilo que eu já aprendi aqui para i já é..parece que já tenho a quarta classe”
	O que dia às pessoas que sabem ler e escrever	Ajudar os outros	“Para ensinar quem é que não sabe. Se eles sabem, tem de ensinar a gente, a gente vai para o pé deles.”
Perpesctivas de Futuro	Continuar a aprender	Motivação	“eu quer continuar a aprender, eu não vu desistir, não estou a fazer nada, eu quero aprender. Se não quiser aprender não vinha para aqui, eu quero continuar.”
		O curso mudou a sua vida	“Muito porque eu estou a aprender coisas que não sabia, para mim é muito importante, muito importante, parece que eu estou mais grande que o que eu estava. Já aprendi muitas coisas,”
Finalização da Entrevista	Considerações finais	Perguntar se quer acrescentar algo ou responder a algum assunto que não tenha sido abordado.	
		Agradecer disponibilidade, para a realização da entrevista	

Grelha de Análise de Conteúdo da Entrevista Realizada ao Educando Ira Biai

Categorias	Sub-Categorias	Indicadores	Unidades de Registo
Legitimação da entrevista		Informar o entrevistado sobre o tema e os objetivos da entrevista	Apresentação do entrevistador e breve explicitação sobre os objetivos gerais
		Motivar o entrevistado	Exaltar a importância do contributo do entrevistado
		Garantir a confidencialidade da informação conseguida	Realçar a questão da confidencialidade da informação recolhida e o respeito pelo anonimato do entrevistado
		Permissão para gravar a entrevista	Dá-me autorização para gravar a entrevista?
Perfil do Entrevistado	Apresentação	Idade	"Eu, nasci em 1965, quase tenho 49 ou 50."
		País onde nasceu	"Nasci na Guiné."
		Tempo em Portugal	"Aqui quase à vinte e tal ano."
		Razões da vinda para Portugal	"Naquele tempo, naquele tempo, eu apanhou visto para comércio"
		Situação (documentos)	"por causa de nacionalidade eu não senti nada dificuldade aqui, graças deus..porque eu já tinha residência permanente, já renovou duas vezes e também estrava a trabalhar já renovou ate quatro vezes, eles me deram cinco anos."
		Trabalho	"Só às vezes mas não tem trabalho certo."

		Ultima profissão	"Armador de ferro"
	Viver em Portugal	Como é a vida aqui	"A minha vida aqui pronto, eu tou a sentir bem, nunca sentiu mal"
	Problemas enquanto imigrante	Procura de emprego	"Só que é um bocadinho complicado…há trabalhos não esta a correr, aqui estou a sentir dificuldade um bocadinho"
Motivos para a Frequência no Curso	Razões de inscrição	Aprender a ler e a escrever	"Porque eu quis vir para aqui ler porque eu não sabe ler (…) eu tenho que ir estudar para aprender, ler para aprender a escrever."
	Importância da Leitura e da escrita		"É importante porque ler nunca não engana ninguém. Nunca a pessoa pode dizer eu estou arrependido porque eu fui na escola"
		Independência	"É bom mesmo porque quando chegamos a qualquer sitio assim pra preencher suas documentos, e não pedir a ninguém, quando não sabe nada tens de ficar la na fila e depois você pede a alguém para ajudar..se ele esta com pressa ele diz que não"
Expectativas em Relação ao Curso	Pessoais	Face à Aprendizagem	"(…) eu nunca fui na escola..eu estou a prender com pessoas, deposis começamos e comecei a aprender muito, as letras a juntar e ler, estamos a aprender um bocadinho a bocadinho todos os dias, cada dia estamos a aprender. Eu estou a aprender graças a deus."
Mudanças Ocorridas na Vida Quotidiana após a Frequência no Curso	O que faz que não fazia no passado	Consegue ler	"várias coisas que mudou comigo porque às vezes quando estou a andar muitas letras lá que antigamente não percebe mas que agora estou a perceber."

		Preenchimento de fichas de identificação mos serviços públicos	"já fui a vários sítios, fui tirar cartão para passe fui eu que tirou la o impresso la na mouraria e fui eu que fiz tudo, levou ali na …e meteu lá. Eu fui na segurança social também foi eu que preenchi tudo. E isso é uma vitória, eu disse graças a deus meus professores."
		Utilização dos transportes públicos	"Os transportes já quando vi, não é só numero eu sei mesmo onde é que esse transporte vai terminar, porque consigo ler já, metro também"
		Leitura da correspondência	"quando eu recebi carta em minha casa sempre eu abre e não vale a pena perguntar a ninguém, sempre eu consegue saber qual o motivo desse documento."
	Frequência no curso ajudou	Mudança nos próprios hábitos	"Ajudou aquilo que não conseguia fazer, agora hoje eu estou a fazer é por isso"
	Leitura do dia-a-dia	Materiais do curso	"Como na semana passada nós estamos a ler o caso de ano, meses, verão, primavera, assim os nossos trabalhos"
		Jornais, panfletos de publicidade	"Fora da escola às vezes eu ler o jornal, às vezes eu abre minha caderno para ver continuar a ver aquilo que passou. Ás vezes eu tenho qualquer coisa de publicidade que eu tenho n correio eu sempre ler tudo ainda , os papeis do pingo doce, coisas de publicidade para comprar coisas sempre eu ler."
		Motivos da leitura	"Para saber o quê que está escrito mesmo na publicidade, para estar informado. E as coisas da esocla

			para não esquecer e trabalhar mais.”
	Escrita do dia-a-dia	Número e informações sobre os amigos	“Eu escrevo, tento sempre escrever o nome de pessoas também, o dia, o que estou a fazer, quando estou a fazer conta com maquina (…) Quando a pessoas esta-me a dar numero de telefone eu escrevo numero de telefone nome dele”
	Desde o curso utilização da leitura e da escrita mais regularmente	Escreve e lê mais	“antigamente não escrevia nem lia tanto, foi agora que eu estou a fazer isso.”
		Aprender mais	“Porque estou a começar a aprender, tou a aprender a cada dia, estou a ganhar mesmo para aprender.”
	Estratégias utilizadas no passado para responder as desafios do quotidiano	Solicitação de ajuda dos outros	“Pedia ajuda a alguém…Antigamente eu fazia numero de telefone mas o nome já não, era á toa, só abecedário, não fazia bem..agora é que eu estou a escrever nome de pessoas correcto.”
Sobre as Sessões	Experiência	Positiva	“Estou a gostar, estou a gostar. (…) quando acabamos o horário a gente todos despede ta a perceber? Criamos aqui um laço..quando encontrou com o senhor António aqui na praça antigamente a gente não conheceu, mas graças a deus a escola foi a nossa amizade, conhecemos novas pessoas.”
		Descrição do curso	“sempre que eu entrou aqui estou mesmo com vontade, senti sempre vontade (…) Cada dia nós estamos a ganhar isso, cada dia de escola a pessoa esta a ganhar.”
	Condições do curso	Espaço, materiais, estratégias	“Ta bem feito, esta tudo bem aquilo não tem nada erros

			esta tudo bem, tudo bem.2
	O que diria a um amigo que precisasse ir para um curso deste	Apostar na aprendizagem	“vai la na escola la mesmo na mouraria. e lá quando começar a escola vai aprender tudo, aprender ler e depois aprender a escrever, antes de ficar assim sem nada porque uma coisa dessas vai ter resultado e mudar vida.”
	O que dia às pessoas que sabem ler e escrever	Continuar a estudar	“(…) se eu estou como você eu vou ficar contente porque eu também estou lutando, agora eu também quero ficar da maneira como você está..eu dizia mesmo, se minha escola avançou tão bem eu vou entrar no curso de inglês ou francês. Aprender outra coisa para crescer e para continuar.”
Perspectivas de Futuro	Continuar a aprender	Motivação	“Enquanto tive saúde eu quero continuar eu vou continuar aqui ou em qualquer sitio.”
		O curso mudou a sua vida	“Muito, eu fiquei arrependido porquê que não comecei antes”
Finalização da Entrevista	Considerações finais	Perguntar se quer acrescentar algo ou responder a algum assunto que não tenha sido abordado.	
		Agradecer disponibilidade, para a realização da entrevista	

A Associação que tem como denominação de Associação Renovar a Mouraria, de ora em diante designada, neste regulamento, apenas ARM, é uma associação criada por tempo indeterminado e sem fins lucrativos.

A ARM, conforme os seus Estatutos, tem como fim o desenvolvimento de acções que promovam:

a) a revitalização urbanística, social, cultural e turística do bairro da Mouraria;

b) o desenvolvimento de actividades artísticas, culturais e de lazer, nas suas diversas manifestações e de actividades formativas, dirigidas à população do bairro da Mouraria, incluindo acções de acolhimento da população migrante, com base no princípio da integração intercultural e da diversidade étnica;

c) a oferta de serviços educativos e de apoio à utilização das tecnologias da informação;

d) promoção de uma cultura de inclusão social e de prevenção da violência;

e) desenvolvimento de acções de promoção da igualdade de género e de conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal de homens e mulheres.

A Associação Renovar a Mouraria passa a reger-se pelo seguinte Regulamento Interno, nomeadamente no que forem omissos os seus estatutos.

CAPÍTULO I – PATRIMÓNIO E FINANÇAS

SECÇÃO I - PATRIMÓNIO E FINANÇAS

Artigo 1º - Património

O património da ARM é constituído por todos os seus bens (resultantes de aquisição ou de donativos) e pelos direitos que sobre eles recaem.

Artigo 2º - Finanças

1. São receitas da ARM, tal como estabelecido nos Estatutos:

a) A jóia inicial paga pelos sócios;

b) O produto das quotizações fixadas pela assembleia geral;

c) Os rendimentos dos bens próprios da associação e as receitas das actividades desenvolvidas;

d) As liberalidades aceites pela associação;

e) E os subsídios que lhe sejam atribuídos.

2. São também receitas da ARM, conforme se estabelece neste Regulamento:

a) Produto da venda de publicações e produções próprias;

b) Donativos de entidades públicas ou privadas.

2. São despesas da ARM:

a) As efectuadas para o normal funcionamento dos órgãos sociais, internos e serviços;

b) As efectuadas no âmbito nas actividades que a ARM se proponha realizar.

3. O valor da quota anual para sócios é de 15 euros e de 5 euros para amigos. A fixação e a alteração ao valor da quota serão efectuadas em Assembleia Geral da ARM.

4. Todos os anos será aprovado, até ao final do mês de Janeiro, um Plano de Actividades e um Orçamento para o mesmo ano.

5. O Relatório de Actividades e as Contas são aprovados pela Assembleia Geral até ao fim do mês de Fevereiro do ano subsequente.

CAPÍTULO II – DOS SÓCIOS E AMIGOS

SECÇÃO I - DOS SÓCIOS

Artigo 3º - Categorias

1. A Associação será constituída por sócios, sócios efectivos e por sócios honorários.

Artigo 4º - Admissão

1. Podem ser sócios todas as pessoas singulares que desejem participar na realização dos fins da ARM. Os menores com idade inferior e 18 anos designam-se por "sócios" e as pessoas com idade superior a 18 anos designam-se por "sócios efectivos".

2. Os menores com idade inferior a 14 anos que desejem ser sócios têm que ser previamente autorizados, por escrito, por quem detém o poder paternal.

3. Para obter a qualidade de sócio da ARM, o interessado deve preencher um modelo próprio com os seus dados.

4. A admissão de novos sócios é da competência da Direcção e carece da aprovação da Assembleia Geral.

5. Se o parecer da Direcção for negativo, o pretendente poderá recorrer para Assembleia Geral, cuja decisão deve ser tomada por maioria de 2/3 dos membros presentes.

6. A qualidade de sócio honorário pode ser atribuída por indicação de qualquer associado, e mediante aprovação da Assembleia Geral, a pessoas singulares que se distingam pelos donativos ou serviços prestados à Associação.

Artigo 5º - Direitos

1. São direitos dos sócios:

a) Solicitar, com pedido fundamentado de um grupo de pelo menos 10 sócios efectivos, a convocação de uma reunião extraordinária da Assembleia Geral, bem como participar e votar na Assembleia Geral;

b) Consultar as actas e as contas, mediante solicitação antecipada à Direcção, à Mesa da Assembleia ou ao Conselho Fiscal;

c) Participar nas actividades da ARM, seguindo as eventuais orientações definidas para cada área/equipa;

d) Propor à Direcção da Associação novas actividades, atendendo aos fins que a ARM prossegue;

e) Apenas os sócios efectivos podem eleger e ser eleitos.

Artigo 6º - Deveres

1. São deveres dos sócios:

a) Cumprir os Estatutos e o Regulamento Interno;

b) Cumprir as decisões e as deliberações dos órgãos sociais;

c) Salvaguardar os interesses da ARM e colaborar para a prossecução dos seus fins;

d) Participar nas Assembleias Gerais;

e) Pagar as quotas atempadamente;

f) Cooperar, directa ou indirectamente, nas iniciativas da ARM.

2. Apenas os sócios efectivos, no pleno gozo dos seus direitos e deveres, têm direito de voto nas Assembleias Gerais e poderão ser eleitos para membros dos órgãos da ARM.

Artigo 7º - Perda de qualidade de sócio

1. A qualidade de sócio perde-se:

a) Por vontade própria, mediante comunicação escrita à Direcção;

b) Por exclusão, devido a falta de pagamento das quotas, por período superior a vinte e quatro meses, de acordo com o ponto 2 do artigo 8º;

c) Por expulsão, de acordo com os pontos 1 e 3 do artigo 8º.

2. Os que tenham perdido a qualidade de sócio nos termos da alínea b) deste artigo e desejarem reingressar como sócios da Associação ficarão sujeitos às mesmas condições de novos sócios, conforme o definido no artigo 4º.

Artigo 8º - Expulsão e exclusão

1. A expulsão de algum sócio da ARM só deve ser proposta em caso de prática de acto ou atitude considerados fortemente lesivos da ARM ou do seu bom nome.

2. A exclusão de um sócio pode ser proposta pela Direcção devido ao não pagamento de quotas por período superior a vinte e quatro meses.

3. A expulsão e a exclusão de um sócio serão sempre decididas em Assembleia Geral, cuja deliberação terá de se sustentar numa maioria de 2/3 dos membros presentes.

SECÇÃO II - DOS AMIGOS

Artigo 9º- Definição

1. Podem ser amigos da ARM todas as pessoas singulares ou colectivas que pretendam apoiar e participar nas actividades e iniciativas da ARM, sem carácter permanente e sem o peso institucional.

2. Podem ser amigos da ARM as pessoas singulares que prestem serviços para a prossecução dos seus fins, em regime de voluntariado e com isenção de quota, ou aquele que pague uma quota anual em valor definido pela Assembleia Geral.

3. Têm direito a ser amigos da ARM as pessoas colectivas que com ela estabeleçam parcerias para a prossecução dos seus fins.

4. Os amigos da ARM têm o direito de apresentar propostas e sugestões à Direcção em benefício dos seus fins.

CAPÍTULO III - DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

SECÇÃO I – GENERALIDADES

Artigo 10º - Composição

1. São órgãos da Associação:

a) A Assembleia Geral;

b) A Direcção;

c) O Conselho Fiscal.

2. O mandato dos titulares dos órgãos sociais é de 3 anos

3. Caso não seja possível proceder à eleição de órgãos sociais ou de uma Direcção por falta de apresentação de lista, depois de esgotados todos os procedimentos previstos no ponto 4) do artigo 12º,

a Associação será gerida, durante um ano, por uma Comissão Administrativa, mantendo-se em funções, pelo menos, a Mesa da Assembleia Geral.

Artigo 11º – Funcionamento

1. As deliberações da Direcção e do Conselho Fiscal são tomadas por maioria de votos dos titulares presentes, salvo no caso de empate, situação em que o respectivo presidente tem voto de qualidade.

2. Na falta ou impedimento temporário de qualquer membro dos órgãos sociais são as suas funções asseguradas pelo membro do mesmo órgão que se lhe seguir pela ordem de composição indicada nos Estatutos.

Artigo 12º - Eleição

1. Os órgãos sociais são eleitos por lista, em sufrágio secreto, pelos sócios efectivos, reunidos em Assembleia Geral, convocada expressamente para o efeito, por maioria absoluta dos votos expressos.

2. As eleições para os órgãos sociais realizar-se-ão entre os meses de Março e Abril de cada triénio.

3. As listas serão conjuntas para os três órgãos sociais, compostas por nove membros efectivos e três suplentes e têm de ser propostas por um mínimo de quinze sócios, rubricadas pelos candidatos e entregues ao Presidente da Assembleia Geral até vinte e quatro horas antes da reunião da Assembleia Geral eleitoral.

4. Caso não seja apresentada nenhuma lista a sufrágio, compete ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral convocar novo acto eleitoral para decorrer no máximo um mês após a realização da assembleia em que não foi possível a eleição dos órgãos sociais por falta de lista, mantendo-se os procedimentos enunciados no ponto 1 e 3 deste artigo.

5. Todo o processo eleitoral decorrerá de acordo com o preceituado nos Estatutos da Associação e neste Regulamento Interno.

6. Em caso de destituição dos Órgãos Sociais compete ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral cessante convocar um novo acto eleitoral para decorrer num prazo máximo de 30 dias.

Artigo 13º - Exercício

1. Os órgãos sociais tomam posse dos respectivos cargos nos quinze dias subsequentes à sua eleição.

2. A posse é conferida pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral cessante, ou por quem o substitua.

3. Os órgãos sociais cessantes permanecem em funções até à tomada de posse dos eleitos.

Artigo 14º – Renúncia

1. Os membros dos órgãos sociais que pretendam renunciar às suas funções devem comunicar por escrito a sua renúncia, fundamentada, ao Presidente da Assembleia Geral ou a quem o substitua.

SECÇÃO II – DA ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 15º - Definição e Constituição

1. A assembleia geral é constituída por todos os associados no pleno gozo dos seus direitos;

2. A mesa da assembleia geral é composta por três associados, um presidente, um vogal e um secretário, competindo-lhes dirigir as reuniões da assembleia e lavrar as respectivas actas.

Artigo 16º - Competências

Compete à Assembleia Geral:

a) Aprovar e alterar os Estatutos e o Regulamento Interno;

b) Apreciar e deliberar, anualmente, sobre os Orçamentos e os Planos de Actividades;

c) Apreciar e deliberar, anualmente, sobre os Relatórios de Actividades e as Contas;

d) Deliberar sobre os quantitativos das quotas associativas;

e) Autorizar a contrair empréstimos ou a adquirir e alienar bens imóveis;

f) Apreciar e deliberar sobre todos os assuntos que lhe sejam requeridos pelos sócios e pelos órgãos dirigentes, competência que é apenas consultiva em matérias de gestão executiva, que são da competência exclusiva da Direcção;

g) Destituir os titulares dos órgãos sociais;

h) Retirar a qualidade de associado, por proposta da Direcção;

i) Deliberar sobre a dissolução da ARM.

Artigo 17º - Sessões

Assembleia Geral reúne:

a) Ordinariamente nos meses de Janeiro e de Fevereiro, para apresentação, discussão e votação, respectivamente, do Plano de Actividades e do Orçamento e do Relatório de Actividades e das Contas;

b) Extraordinariamente, sempre que tal se afigure necessário.

Artigo 18º - Convocação de reuniões

1. As reuniões ordinárias e extraordinárias da Assembleia Geral são convocadas, com uma antecedência mínima de dez dias, pela Mesa da Assembleia Geral, por sua iniciativa, ou, no caso de sessões extraordinárias, a pedido da Direcção ou a pedido fundamentado de um grupo de pelo menos dez sócios.

2. No último caso, qualquer um desses dez sócios poderá efectuar a convocatória se, no prazo máximo de quinze dias úteis, a Mesa da Assembleia Geral não o fizer.

3. Os sócios serão convocados e informados quanto ao dia, hora e local, via correio electrónico ou carta, caso não possuam aquele meio de comunicação.

4. A convocatória para as reuniões, ordinárias e extraordinárias, da Assembleia Geral deverá ser acompanhada da respectiva ordem de trabalhos e deverá nela constar o dia, a hora e o local da reunião.

Artigo 19º - Funcionamento

1. Os trabalhos da Assembleia Geral só podem iniciar-se à hora definida na convocatória se estiverem presentes mais de metade dos sócios efectivos.

2. Caso essa condição prevista no ponto anterior não se verifique, a sessão iniciar-se-á meia hora mais tarde com qualquer número de sócios presentes.

3. A Assembleia Geral só pode deliberar sobre assuntos da sua competência, que estejam inscritos na ordem do dia, excepto se a premência de determinado assunto justificar o seu aditamento à ordem de trabalhos e se pelo menos 2/3 dos sócios efectivos presentes na reunião concordarem.

4. Os sócios efectivos não se podem fazer representar na Assembleia Geral nem votar por outro meio que não seja presencial.

5. O associado não pode votar, por si ou como representante de outrem, nas matérias em que haja conflito de interesses entre a Associação e ele, seu conjugue, ascendente e descendente.

6. As deliberações tomadas com infracção do disposto no número anterior são anuláveis se o voto do associado impedido for essencial à existência da maioria necessária.

Artigo 20º - Deliberações

1. As deliberações da Assembleia Geral são tomadas por maioria absoluta, salvo o disposto nos números seguintes.

2. As deliberações sobre a dissolução da Associação e as alterações dos Estatutos devem ser tomadas por uma maioria de ¾ do número dos associados efectivos presentes na reunião em cuja ordem de trabalho tem de constar expressamente estes assuntos.

3. As deliberações relativas à alienação de património ou à aquisição de bens de valor superior a 10.000 euros, devem ser tomadas por maioria de ¾ dos sócios efectivos presentes na reunião em cuja ordem de trabalho tem que constar expressamente estes assuntos.

4. A deliberação relativa à destituição dos órgãos sociais da ARM só pode ser efectuada em Assembleia Geral expressamente convocada para o efeito e mediante votação favorável de pelo menos ¾ de todos os sócios efectivos presentes na reunião em cuja ordem de trabalho tem que constar expressamente este assunto.

Artigo 21º – Registo de deliberações

1. Das reuniões da Assembleia Geral serão lavradas actas em que constará tudo quanto foi discutido, as votações e as deliberações tomadas.

2. As actas devem ser lidas, aprovadas e assinadas, na reunião imediatamente a seguir àquela a que se reportam.

3. As decisões que vierem a ser tomadas em Assembleia Geral e que tenham um carácter de continuidade ou que devam produzir efeito imediato serão registadas, de forma sistematizada, por um Secretário da Mesa, e aprovadas, em minuta da acta, até ao final da reunião.

4. A Mesa da Assembleia Geral fica obrigada a manter um dossier actualizado com estas decisões, que colocará, igualmente, à disposição da Direcção.

Artigo 22º – Competência do Presidente

São competências do Presidente da Mesa da Assembleia Geral:

a) Convocar a Assembleia Geral para as reuniões ordinárias e extraordinárias;

b) Dirigir as reuniões, disciplinando e orientando a discussão e a votação dos assuntos;

c) Dar posse aos órgãos sociais e deliberar sobre renúncias e pedidos de demissão dos seus membros;

d) Assistir e intervir nas reuniões de Direcção, sem direito a voto;

e) Cooperar com a Direcção na prossecução dos fins da Associação e na orientação da sua actividade, prevenindo actos e decisões não compatíveis com os Estatutos, os regulamentos e a lei;

f) Cumprir e fazer cumprir os Estatutos e as demais normas previstas neste Regulamento Interno, e em outros eventuais normativos que estejam em vigor;

g) Assinar o expediente que diga respeito à Assembleia Geral;

h) Homologar as contas, tendo em consideração o parecer do Conselho Fiscal.

Artigo 23º – Competência do Vogal e Secretário

1. Compete ao Vogal e ao Secretário da Mesa da Assembleia Geral:

a) Secretariar as reuniões, assegurar o expediente do órgão;

b) Escriturar o livro de actas respectivo;

c) Substituir o Presidente na sua falta ou impedimento;

d) Registar, de forma sistematizada, as decisões que tenham carácter de continuidade ou cujo efeito deva ser imediato;

e) Manter actualizado um dossier com os documentos referidos na alínea d.

2. Nas faltas e/ou impedimentos do Presidente da Mesa e/ou Vogal e Secretário, as suas funções serão exercidas por sócios efectivos presentes, nomeados para o efeito por maioria dos membros dos corpos sociais.

SECÇÃO III – DA DIRECÇÃO

Artigo 24º - Definição e composição

A Direcção é o órgão executivo da ARM e é composta por um Presidente e dois Vice-Presidentes.

Artigo 25º - Competências

Compete à Direcção:

a) Apresentar propostas à Assembleia Geral;

b) Propor e executar os Planos de Actividades e os Orçamentos;

c) Apresentar os Relatórios de Actividades e as Contas;

d) Elaborar o Regulamento Interno;

e) Aplicar o regime disciplinar previsto no Regulamento Interno;

f) Representar a Associação;

g) Aceitar subsídios, doações, heranças ou legados;

h) Apresentar propostas de criação de grupos de trabalho/equipas, bem como delegar representação e competências em determinados casos;

i) Aprovar a admissão de novos sócios e amigos;

j) Dar cumprimento às deliberações da Assembleia Geral, salvo o descrito na alínea f) do Artigo 16º.

Artigo 26º – Limitação da competência

1. A Direcção não pode fazer por conta da ARM operações ou aplicações que não caibam dentro das suas finalidades ou que, carecendo de aprovação da Assembleia Geral, não tenham sido por esta avalizada.

2. A movimentação de cheques e de ordens de pagamento carece da assinatura de dois membros da Direcção.

Artigo 27º – Funcionamento

1. A Direcção reúne, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que tal seja necessário, por convocação do seu Presidente.

2. Das reuniões da Direcção serão lavradas actas em que constará tudo quanto foi discutido, as votações e as deliberações tomadas.

3. As actas devem ser lidas, aprovadas e assinadas, na reunião imediatamente a seguir àquela a que se reportam.

Artigo 28º – Competência do Presidente

São competências do Presidente da Direcção:

a) Coordenar a actividade da equipa directiva;

b) Convocar e dirigir as reuniões de Direcção;

c) Assegurar a execução das deliberações tomadas;

d) Assinar a correspondência;

e) Gerir os assuntos administrativos e orientar os serviços;

f) Outorgar, depois de devidamente autorizado pela Direcção e, nos casos previstos nos Estatutos, pela Assembleia Geral, em todos os actos que interessem à instituição;

g) Delegar algumas funções nos restantes membros da Direcção;

h) Velar pela execução de todas as deliberações de modo conforme à lei, aos Estatutos e a este Regulamento Interno.

Artigo 29º – Competência dos Vice-Presidentes

São competências do Vice-Presidente:

a) Colaborar com o Presidente;

b) Exercer as funções que lhe forem delegadas pelo Presidente.

SECÇÃO III – DO CONSELHO FISCAL

Artigo 30º - Composição

O Conselho Fiscal é composto por um Presidente, um Relator e um Secretário.

Artigo 31º - Competências

Compete ao Conselho Fiscal:

a) Elaborar o parecer anual sobre o Relatório de Actividades e o Relatório de Contas apresentados pela Direcção;

b) Solicitar à Direcção todas as informações consideradas úteis ao normal funcionamento da Instituição;

c) Pronunciar-se sobre qualquer outro assunto sobre o qual lhe seja pedido parecer.

Artigo 32º – Reunião

1. O Conselho Fiscal reúne, em sessão ordinária, pelo menos duas vezes por ano, para analisar o Orçamento e o Plano de Actividades e o Relatório de Actividades e as Contas e para redigir o parecer sobre estes dois últimos documentos.

2. Reúne, extraordinariamente, por iniciativa do seu Presidente ou a pedido dos restantes membros.

Artigo 33º – Competência do Presidente

Compete ao Presidente do Conselho Fiscal:

a) Convocar as reuniões do Conselho;

b) Orientar os trabalhos das reuniões;

Artigo 34º – Competência do Relator e Secretário

São competências do relator e do secretário:

a) Redigir os pareceres do Conselho Fiscal;

b) Colaborarem com o presidente no desempenho das suas funções.

CAPÍTULO III – EQUIPAS/GRUPOS DE TRABALHO

Artigo 35º – Actividades

As actividades da ARM podem ser agrupadas em equipas/grupos de trabalho, segundo os interesses que desenvolverem e os objectivos que perseguirem, em ordem à sua melhor e mais eficaz agilização e organização.

Artigo 36º – Criação

Uma equipa/grupo de trabalho pode nascer da seguinte forma:

a) Sob proposta da Direcção;

b) Sob proposta de um grupo de elementos interessados, devidamente aprovada pela Direcção.

Artigo 37º – Coordenação

Cada equipa/grupo de trabalho terá o seu Coordenador, cuja finalidade será dinamizar a respectiva equipa/grupo de trabalho, mantendo a Direcção actualizada no que respeita ao prosseguimento dos seus trabalhos.

Artigo 38º – Indicação e designação do Coordenador

1. Os Coordenadores serão indicados ou designados da seguinte forma:

a) Pelos membros da equipa/grupo de trabalho, carecendo de parecer positivo da Direcção;

b) Pela Direcção, no caso de se tratar de técnicos contratados, ou voluntários não sócios e não amigos, para coordenar uma equipa/grupo de trabalho.

2. No caso de secções recém-criadas pela Direcção, o Coordenador pode ser designado pela Direcção e incluir, eventualmente, um dos seus membros, de forma a acompanhar mais de perto os primeiros passos da estrutura.

Artigo 39º - Competências do Coordenador

São competências do coordenador:

a) Fazer uma apreciação objectiva do trabalho da equipa e avaliar os resultados;

b) Integrar novos elementos na equipa e acompanhar o seu desenvolvimento;

c) Reportar e comunicar de forma eficaz com a direcção;

d) Representar a ARM nas tarefas inerentes à sua função de coordenação, em articulação prévia com a Direcção.

Artigo 40º - Funcionamento

1. As equipas/grupos de trabalho desenvolvem o seu trabalho de acordo com os objectivos e calendário de cada projecto da ARM;

2. As reuniões com a Direcção realizam-se mensalmente não obstante a comunicação regular que cada Coordenador deve manter com a Direcção, em articulação prévia com a Direcção.

CAPÍTULO IV – DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 41º – Isenção e não discriminação

1. A ARM não pode envolver-se em questões de índole político-partidária ou religiosa, tomando partido ou discriminando pessoas e instituições.

2. A ARM deve, no entanto, colaborar com todos os organismos da sociedade civil, numa óptica de apoio, bem-estar e enriquecimento social e cultural.

Artigo 42º – Revisão ou alteração aos regulamentos

O presente Regulamento Interno só poderá ser revisto ou alterado em Assembleia Geral convocada para o efeito, nos termos deste Regulamento.

Artigo 43º – Omissões

Os casos omissos no Regulamento Interno serão resolvidos exclusivamente pelo recurso à Assembleia Geral, tendo em conta a Lei Geral e a legislação em vigor sobre as Associações.

Artigo 44º - Aplicação

1. O presente regulamento entra imediatamente em vigor após a sua aprovação.

2. Eventuais revisões ou alterações ao Regulamento Interno produzem efeito, igualmente, após a aprovação em Assembleia Geral.

1ª Versão: aprovada em 30 de Janeiro de 2010

2ª Versão: aprovada em 25 de Novembro de 2013

A Direcção:

A Assembleia Geral:

Constituição de Associação

Primeiro: Maria Inês Almeida Fernandes de Andrade, solteiro, maior, natural da freguesia de Cantanhede, concelho de Cantanhede, residente em Beco do Castelo, Número 8, 3°, Lisboa, contribuinte n° 199569380.

Segundo: Pedro Miguel Trindade Peixoto Santa Rita, divorciado, natural da freguesia de São Sebastião da Pedreira, concelho de Lisboa, residente em Praceta S José, Bairro das Fontaínhas, letras AJG, 1°, Loures, contribuinte n° 195665015.

Que constituem uma Associação que se regerá pelo disposto nos artigos seguintes:

Artigo 1.°
Denominação, sede e duração

1. A associação, sem fins lucrativos, adopta a denominação ASSOCIAÇÃO RENOVAR A MOURARIA , e tem a sede na Beco do Castelo, Número 8, 3°, Lisboa , freguesia de São Cristóvão e São Lourenço , concelho de Lisboa e constitui-se por tempo indeterminado.
2. A associação tem o número de pessoa colectiva 508519667 e o número de identificação na segurança social 25085196679.

Artigo 2.°
Fim

A associação tem como fim Desenvolvimento de acções que promovam a revitalização urbanística, social, cultural e turística do bairro da Mouraria; Desenvolvimento da actividades artísticas, culturais e de lazer, nas suas diversas manifestações e de actividades formativas, dirigidas à população do bairro da Mouraria, incluindo acções de acolhimento da população imigrante, com base no

princípio da integração inter cultural e da diversidade étnica; Oferta de serviços educativos e de apoio à utilização das tecnologias da informação; Promoção de um cultura de inclusão social e de prevenção da violência; Desenvolvimento de acções de promoção da igualdade de género e de conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal de homens e mulheres.

Artigo 3.º
Receitas

Constituem receitas da associação, designadamente:

a) a jóia inicial paga pelos sócios;

b) o produto das quotizações fixadas pela assembleia geral;

c) os rendimentos dos bens próprios da associação e as receitas das actividades sociais;

d) as liberalidades aceites pela associação;

e) os subsídios que lhe sejam atribuídos.

Artigo 4.º
Órgãos

1. São órgãos da associação a assembleia geral, a direcção e o conselho fiscal.

2. O mandato dos titulares dos órgãos sociais é de 3 ano(s).

Artigo 5.º
Assembleia geral

1. A assembleia geral é constituída por todos os associados no pleno gozo dos seus direitos.

2. A competência da assembleia geral e a forma do seu funcionamento são os estabelecidos no Código Civil, designadamente no artigo 170º, e nos artigos 172º a 179º.

3. A mesa da assembleia geral é composta por três associados, um presidente e dois secretários, competindo-lhes dirigir as reuniões da assembleia e lavrar as respectivas actas.

Artigo 6.º
Direcção

1. A direcção, eleita em assembleia geral, é composta por 3 associados.

2. À direcção compete a gerência social, administrativa e financeira da associação, representar a associação em juízo e fora dele.

3. A forma do seu funcionamento é a estabelecida no artigo 171º do Código Civil.

4. A associação obriga-se com a intervenção de dois membros da direcção.

Artigo 7.º
Conselho Fiscal

1. O conselho fiscal, eleito em assembleia geral, é composto por 3 associados.

2. Ao conselho fiscal compete fiscalizar os actos administrativos e financeiros da direcção, fiscalizar as suas contas e relatórios, e dar parecer sobre os actos que impliquem aumento das despesas ou diminuição das receitas.

3. A forma do seu funcionamento é a estabelecida no artigo 171º do Código Civil.

Artigo 8.º

Admissão e exclusão

As condições de admissão e exclusão dos associados, suas categorias, direitos e obrigações, constarão de regulamento a aprovar pela assembleia geral.

Artigo 9.º

Extinção. Destino dos bens.

Extinta a associação, o destino dos bens que integrarem o património social, que não estejam afectados a fim determinado e que não lhe tenham sido doados ou deixados com algum encargo, será objecto de deliberação dos associados.

Os associados declaram ter sido informados de que devem proceder à entrega da declaração de início de actividade para efeitos fiscais, no prazo legal de 90 dias.

Aos 19 dias do mês de Março de 2008

Maria Inês Almeida Fernandes de Andrade

Pedro Miguel Trindade Peixoto Santa Rita.

Reconheço as assinaturas supra de Maria Inês Almeida Fernandes de Andrade e Pedro Miguel Trindade Peixoto Santa Rita feitas perante mim pelos próprios pessoas cuja identidade verifiquei pela exibição dos seus bilhetes de identidade números 9959477 emitido em 10/12/2003 e 7710954 emitido em 15/01/2008

ambos emitidos pelo Sic de Lisboa.

Foi-me exibido o certificado de Admissibilidade nº 719161 emitido em 17/03/2008 pelo RNPC.

Foi liquidada a importância de 5€ nos termos da verba 8 da TGIS.

Conservatória de Registo Comercial de Lisboa aos 19 de Março de 2008

A Ajudante

REDE SOCIAL

DIAGNÓSTICO SOCIAL



Lisboa

SEGURANÇA SOCIAL

Câmara Municipal de Lisboa

SANTA CASA
Misericórdia de Lisboa. Por boas causas.

Diagnóstico Social de Lisboa

Março 2009

Agradecimentos

Aos Moderadores, Entidades e Participantes nos w*orkshops*;

A todas as Entidades, Serviços, Departamentos da CML e Empresas Municipais, Departamentos e Serviços da SCML e ao Instituto de Informática do MTSS pela disponibilidade na cedência de dados;

Representante Institucional do ISS, IP, na Rede Social de Lisboa;

Grupo Técnico de Apoio ao CLAS – Lx.;

Técnicos Administrativos da Rede Social de Lisboa.

CML
Divisão de Estudos e Planeamento do Departamento de Acção Social
Departamento de Planeamento Estratégico

ISS, IP – Centro Distrital de Lisboa
Núcleo de Planeamento e Gestão da Informação

SCML
Gabinete de Estudos e Planeamento

Equipa Técnica

Fernanda Belo
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa/Gabinete de Estudos e Planeamento

Maria Alice Nunes
ISS, IP - Centro Distrital de Lisboa/Núcleo de Planeamento e Gestão da Informação

Helena de Sousa Fonseca
Luís Nunes
Frederico Paixão
Câmara Municipal de Lisboa/DAS - Divisão de Estudos e Planeamento

Apoio Técnico

António Batista
Consultor da Rede Social

Colaboradores

Paulo Santos
Ana Lúcia Antunes
Câmara Municipal de Lisboa/Departamento de Planeamento Estratégico

Índice

I - Síntese Estratégica 11

II - Enquadramento e Contextualização 18

1 - A Rede Social de Lisboa 18

2 - Perspectiva de análise 19

3 - Dimensão metodológica 23

III - O Concelho e a Região de Lisboa 27

1 - Referencial Estatístico de Enquadramento 27

IV - Áreas Temáticas 37

1 - Cidade Saudável 40
1.1. Enquadramento Conceptual 40
1.2. Referencial Estatístico 43
1.3. Estratégias de Intervenção 52

2 - Crescer com Oportunidades 56
2.1. Enquadramento Conceptual 56
2.2. Referencial Estatístico 58
2.3. Estratégias de Intervenção 70

3 - Da Vulnerabilidade à Inclusão 73
3.1. Enquadramento Conceptual 73
3.2. Referencial Estatístico 77
3.3. Estratégias de Intervenção 95

4 - Diversidade Cultural 101
4.1. Enquadramento Conceptual 101
4.2. Referencial Estatístico 103
4.3. Estratégias de Intervenção 117

5 - Envelhecimento Activo 120
5.1. Enquadramento Conceptual 120
5.2. Referencial Estatístico 122
5.3. Estratégias de Intervenção 127

6 - Qualidade dos Serviços 131
6.1. Enquadramento Conceptual 131
6.2. Estratégias de Intervenção 134

Glossário 139

Fontes e Bibliografia 150

Anexos 159

Workshops - Participantes

Informação Complementar

1. Áreas Temáticas
   1.1. Cidade Saudável
   1.2. Crescer com Oportunidades
   1.3. Da Vulnerabilidade à Inclusão
   1.4. Diversidade Cultural
   1.5. Envelhecimento Activo
2. Georeferenciação de Valências e Respostas Sociais

Índice de Mapas

Mapa 1 - População Total por Concelho na Grande Área Metropolitana de Lisboa 27
Mapa 2 - Zonas Territoriais da Cidade de Lisboa 32
Mapa 3 - Espaços Verdes da Cidade de Lisboa 43
Mapa 4 - População Residente com Menos de 15 anos por Freguesia 58
Mapa 5 - Número de Famílias Titulares Beneficiárias de RSI por Freguesia 77
Mapa 6 - Número de Estrangeiros por Freguesia 103
Mapa 7 - Número de Idosos por Freguesia 122
Mapa 8 - Proporção da População Idosa por Freguesia 124
Mapa 9 - Índice de Envelhecimento da População por Freguesia 125

Índice de Quadros

Quadro 1 - Rede Social - Zonas Territoriais da Cidade de Lisboa 31
Quadro 2 - Produto Interno Bruto Regional 33
Quadro 3 - Alojamentos familiares clássicos de residência habitual 35
Quadro 4 - Número de dias com Índice de Qualidade do Ar - Bom e Muito Bom 48
Quadro 5 - Idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho 62
Quadro 6 - Núcleos familiares 64
Quadro 7 - Núcleos familiares monoparentais 65
Quadro 8 - Casamentos celebrados por local de registo e nacionalidade dos cônjuges 65
Quadro 9 - Taxa de Saída Antecipada e Taxa de Saída Precoce do Sistema de Ensino 67
Quadro 10 - Número de Beneficiários de Prestações de Desemprego 88
Quadro 11 - Freguesias abrangidas pelas 4 CPCJ 92
Quadro 12 - População Estrangeira em Território Nacional, por grandes Grupos Etários 112

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Índices de Disparidade do PIB p.c. - 2005 33
Gráfico 2 - Alojamentos familiares clássicos de residência habitual 35
Gráfico 3 - Evolução da Taxa de Natalidade 61
Gráfico 4 - Nados vivos fora do casamento na Região de Lisboa em 2007 63
Gráfico 5 - Taxa quinquenal de Mortalidade Infantil 69
Gráfico 6 - Taxa quinquenal de Mortalidade Neo-natal 69
Gráfico 7 - Número de Famílias e de Beneficiários de RSI 83
Gráfico 8 - Número de Famílias Beneficiárias de RSI por Tipo de Família 85
Gráfico 9 - Número de Beneficiários de Prestações de Desemprego 87
Gráfico 10 - Número de Beneficiários de Prestações de Desemprego por Escalão Etário 88
Gráfico 11 - Número de Pensionistas por tipo de Pensão 89
Gráfico 12 - Número de Beneficiários de CSI 90
Gráfico 13 - Titulares com Abono de Família, por Escalão de Rendimentos 91
Gráfico 14 - Distribuição do Número de Processos Activos por CPCJ 93
Gráfico 15 - População estrangeira que solicitou estatuto de residente no concelho de Lisboa por nacionalidade - 2006 107
Gráfico 16 - População residente no concelho de Lisboa – 2001 108
Gráfico 17 - População estrangeira residente por Continente de Origem 108
Gráfico 18 - Nacionalidades estrangeiras mais representativas em Portugal que solicitaram título de residência em 2007 111
Gráfico 19 - População estrangeira que solicitou estatuto de residente, no concelho de Lisboa, segundo o Sexo 113
Gráfico 20 - População estrangeira que solicitou estatuto de residente, no concelho de Lisboa, por nacionalidade e sexo em 2006 114
Gráfico 21 - Número de pedidos de estatuto de residente no concelho de Lisboa 114
Gráfico 22 - Nacionalidades mais representativas de estrangeiros que solicitaram estatuto de residente no concelho de Lisboa em 2006 115
Gráfico 23 - Multiculturalidade nos Jardins-de-Infância e Escolas do 1º Ciclo da Rede Pública no ano lectivo 2007/2008 116

Índice de Matrizes

Matriz 1 - Estratégias de Intervenção da Cidade Saudável 53
Matriz 2 - Estratégias de Intervenção de Crescer com Oportunidades 71
Matriz 3 - Estratégias de Intervenção da Vulnerabilidade à Inclusão 97
Matriz 4 - Estratégias de Intervenção da Diversidade Cultural 118
Matriz 5 - Estratégias de Intervenção do Envelhecimento Activo 128
Matriz 6 - Estratégias de Intervenção da Qualidade dos Serviços 136

Nota Técnica

A intervenção social em Lisboa pela sua complexidade e pela dimensão que representa, quer ao nível das necessidades sociais, quer pela extensão e escala de resposta, tem necessidade crítica de um guião orientador e estruturador que sistematize, organize a acção e direccione o seu planeamento.

O Diagnóstico Social de Lisboa procura antes de mais, evidenciar as opções estratégicas disponíveis para a intervenção e para os parceiros da rede, visando criar coerência e convergência na acção, constituindo também um contributo na definição dessas prioridades para essa acção em cada área específica.

Esta abordagem pró-activa do diagnóstico da realidade social da cidade de Lisboa procurou romper com a descrição e enumeração estatística do problema social, a partir de descritores de incidência e relevância, para criar uma perspectiva de mudança e transformação dessa realidade social a partir de hipóteses e de modelos de acção que potenciem impactos sociais a partir da dinâmica do dispositivo institucional instalado. No entanto, foram integrados neste documento Referenciais Estatísticos para cada uma das áreas temáticas.

Os dados estatísticos apresentados neste documento resultam de um primeiro levantamento realizado no início deste processo e representam os valores que, na altura, estavam disponíveis e consolidados. A realização do Diagnóstico Social para Lisboa consistiu num processo evolutivo de procura constante da informação. Desta forma, é importante salientar, que à data de Janeiro de 2009 existiam já dados administrativos actualizados, relativos a 2008, na área da Protecção Social e das medidas da Segurança Social. Considerou-se imprescindível a sua integração neste documento, possibilitando assim uma consulta actualizada sobre a temática acima referida.

Foram identificadas as grandes áreas temáticas consideradas estratégicas para a criação deste enfoque: Cidade Saudável, Crescer com Oportunidades, Da Vulnerabilidade à Inclusão, Diversidade Cultural, Envelhecimento Activo, Qualidade dos Serviços, como grandes linhas de pesquisa e sistematização da informação de suporte às propostas de intervenção e acções contempladas.

I - Síntese Estratégica

O Diagnóstico Social de Lisboa propõe a compreensão da realidade social da cidade a partir de um conjunto de áreas temáticas (referenciadas por ordem alfabética) que configuram a dinâmica do desenvolvimento e coesão social do território urbano em termos prospectivos, para o qual se pretende contribuir, contemplando os diferentes pontos de vista dos vários actores e intervenientes, cujo contributo é fundamental à prossecução das acções da Rede Social:

Cidade Saudável

Crescer com Oportunidades

Da Vulnerabilidade à Inclusão

Diversidade Cultural

Envelhecimento Activo

Qualidade dos Serviços

- **Cidade Saudável**

A relevância política da temática da **"Cidade Saudável"**, como estratégia-chave para a sustentabilidade e o desenvolvimento social do território, é hoje um indicador avançado de gestão e modernização. O Diagnóstico Social de Lisboa assumiu esta questão, como uma temática global e integradora de um conjunto de intervenções relevantes, a qual ainda sem conseguir dar uma resposta global e coordenada às expectativas crescentemente apontadas pelos cidadãos, da necessidade de uma vivência urbana promotora da saúde, do bem-estar e da inclusão social.

Foram definidas estratégias ao nível das **"Políticas de ordenamento do território promotoras de saúde e estilos de vida saudáveis",** centradas na requalificação do espaço urbano, como recursos para a inclusão e a intervenção social.

A área da saúde mental foi considerada também como área crítica do desenvolvimento social da cidade e foi definida como estratégia a **"Rede qualificada de respostas específicas para a saúde mental"**, de modo a integrar no planeamento estratégico da intervenção social as oportunidades criadas pelas novas políticas de saúde mental e as respostas a elas associadas.

A terceira estratégia consiste na criação de um fórum integrado na Rede Social, **"Fórum da Cidade Saudável"**, que possa congregar os agentes e intervenientes neste domínio, na definição de políticas e gestão de recursos.

- **Crescer com Oportunidades**

A área **"Crescer com Oportunidades"** define uma visão dinâmica da temática da infância como conjunto de processos de construção e definição, onde se enquadram as situações de risco e os problemas específicos, numa teia de interacção, entre a comunidade e um conjunto extenso de respostas e recursos institucionais. A construção de sentido nesta temática aponta para um conjunto de estratégias situadas sobretudo numa lógica prospectiva, e da sua sustentabilidade, como meta de desenvolvimento e bem-estar.

Como estratégias foram definidas a **"Capacitação dos agentes num contexto de desenvolvimento adequado das crianças"**, com especial enfoque na intervenção e reforço das competências parentais. As acções propostas neste domínio apontam sobretudo para a crescente abertura das instituições e das respostas, ao trabalho participado com as famílias e à conciliação da vida pessoal, familiar e profissional.

As **"Estratégias de intervenção precoce"**, como plataforma de recursos para a prevenção e minimização de danos nos problemas identificados, numa etapa de maior resolubilidade.

Constitui a terceira estratégia, a **"Implementação de medidas que promovam a participação na construção das políticas de infância e juventude",** como dimensão da cidadania activa dos pais, na definição e planeamento dos recursos que representem reais oportunidades de desenvolvimento e protecção das crianças e jovens.

- **Da Vulnerabilidade à Inclusão**

A temática designada **"Da Vulnerabilidade à Inclusão"**, engloba um conjunto heterogéneo e complexo de necessidades e problemáticas sociais aqui articuladas no facto, de ser necessário definir, uma tipologia de respostas institucionais apoiadas numa política coerente e integradora. O Diagnóstico Social de Lisboa aponta como estratégia de intervenção a **"Articulação e redireccionamento das políticas de inclusão social"**, dirigidas para a necessidade de articulação e integração das políticas aos mais diversos níveis, da participação e envolvimento dos diferentes interventores numa plataforma comum onde os recursos e respostas sejam mais eficientes e, realmente orientadas para a promoção da autonomia e do *empowerment* dos cidadãos.

A "**Institucionalização do princípio da Subsidiariedade** " constitui outro princípio estratégico proposto nesta temática, representando a necessidade de reforçar a capacidade de decisão e acção dos múltiplos intervenientes em Lisboa, no sentido da rentabilização das respostas, recursos e possibilidades de acção, direccionadas ao exercício da cidadania activa da população da cidade.

Igualmente estratégica foi considerada no diagnóstico social a **"Implementação de processos de monitorização do impacto das medidas tomadas no âmbito da intervenção social",** que possibilite uma avaliação e a produção de conhecimento a partir da própria intervenção. A gestão e produção de informação crítica, a sua disseminação na perspectiva das boas práticas, no sentido do planeamento de impactos sociais, identificáveis e avaliáveis constituem pressupostos essenciais a esta estratégia.

Foi também identificada como estratégia chave nesta temática, a **"Inovação dos perfis de resposta e intervenção social"**, que permita dar resposta às novas necessidades sociais, sem resposta nem percepção nos recursos e serviços existentes, muitos deles demasiado tipificados e estereotipados perante a realidade existente em constante mutação. Neste campo assume maior relevância a capacitação de todos os intervenientes, a optimização dos recursos e das respostas sociais existentes, incidindo em recursos humanos e institucionais qualificados, numa perspectiva inovadora e de flexibilidade, reforçando concomitantemente a capacidade de planeamento estratégico.

- **Diversidade Cultural**

A actualidade da temática **"Diversidade Cultural"**, foi considerada estruturante no Diagnóstico Social de Lisboa pela oportunidade que assume para a construção de um espaço de cidadania aberto e múltiplo, onde diferentes culturas representem uma potencialidade e um recurso estratégico. Foram consideradas duas estratégias prioritárias nesta área. A primeira incidindo em **"Programas integrados de requalificação para a inclusão"**, que define um enfoque no planeamento do espaço urbano como potenciador da inclusão e integração, a segunda, como oportunidade de requalificação e enriquecimento para a própria cidade. Esta prioridade estratégica enquadra-se igualmente na necessidade de abertura e integração mais activa dos imigrantes e nas respostas sociais como patamar essencial para a sua integração na cidade.

Como estratégia global nesta temática foi considerada a **"Promoção do diálogo intercultural e valorização da diversidade"**, apontando medidas, como a criação de plataformas e recursos para a representatividade na definição das políticas urbanas e sociais do concelho, no contacto e percepção mútua das diferenças culturais e, na capacidade de organização e mediação que as comunidades imigrantes devem assumir na relação com as respostas sociais e os serviços da cidade.

- **Envelhecimento Activo**

A dinâmica do processo de **Envelhecimento** tem vindo a lançar às sociedades actuais um desafio central às políticas de desenvolvimento. Representa cada vez mais uma questão determinante na configuração da cidade pelas diferentes realidades que integra e pela interacção que tem com a sua sustentabilidade e humanização.

O Diagnóstico Social de Lisboa aponta como grandes estratégias de intervenção neste domínio a necessidade de articulação e integração das múltiplas intervenções e respostas existentes num "**Plano de intervenção para a área do envelhecimento"**, que defina uma prática partilhada de planeamento e avaliação entre as instituições; a inovação nas respostas direccionadas para a problemática do envelhecimento, que responda de maneira flexível às novas necessidades pessoais e sociais e de capacitação global dos vários intervenientes: população alvo, técnicos, instituições, gestores e promotores de políticas públicas.

As "**Políticas de seniorização"**, numa perspectiva de incorporação nas várias dinâmicas sociais e institucionais de respostas para a problemática do envelhecimento, de forma a integrar dimensões jurídicas, de desenho urbanístico do lazer, acessibilidades, emprego e cultura numa abordagem mais integrada das necessidades mas também das potencialidades do envelhecimento.

As "**Políticas preventivas"**, como estratégia de intervenção que organize e capacite uma rede de recursos promotora de um processo de envelhecimento activo na perspectiva da ampliação da autonomia e da relação pró-activa da população ao longo do ciclo de vida. A definição de enfoques como o da mulher idosa em situação de maior dependência económica e social ou a valorização do voluntariado sénior são algumas das pistas apontadas para a acção integrada nestas políticas.

- **Qualidade dos Serviços**

A temática **"Qualidade dos Serviços"**, tem vindo a ganhar uma relevância específica pela transversalidade que, em todos os domínios, assumiu a questão da qualificação das intervenções e das instituições. As estratégias definidas centram-se nos processos de sistematização e criação de rigor, profissionalização e transparência do conjunto das dinâmicas de intervenção social na cidade, o que responde não apenas à necessidade crescente de maior eficiência nos resultados, na perspectiva menos centrada nas necessidades da organização promotora de respostas, mas também do cidadão que delas usufrui e sobretudo, com a intencionalização de que as respostas representem uma alavanca ao desenvolvimento social participado e criador de igualdade de oportunidades.

As estratégias definidas respondem a dimensões específicas desta temática global apontando linhas de intervenção susceptíveis de produzirem impactos na qualidade das respostas e intervenções. Foram assim definidas como estratégias nesta temática: **"Processos de certificação dos equipamentos sociais"**, aproveitando as oportunidades existentes com a implementação da qualidade nas respostas sociais que está em curso e, a **"Formação alargada a todas as categorias profissionais e divulgação dos processos de qualificação",** como instrumento chave de Qualidade. A terceira estratégia consiste na própria existência de uma **"Estratégia de qualidade nas respostas sociais",** como garante político, social e cultural do prosseguimento desta prioridade do diagnóstico social.

II - Enquadramento e Contextualização

1 - A Rede Social de Lisboa

A Rede Social foi criada através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97, de 18 de Novembro, do Despacho Normativo n.º 8/2002 de 12 de Fevereiro que regulamenta o Programa de Apoio à sua implementação, bem como nos termos do Decreto-Lei n.º 115/2006 de 14 de Junho, que regulamenta a Rede Social, define o funcionamento e as competências dos seus órgãos e, ainda, os princípios e regras subjacentes aos instrumentos de planeamento que lhe estão associados. Pretende constituir um tipo de parceria específico entre entidades públicas e privadas actuando nos mesmos territórios baseado na igualdade entre parceiros, na consensualização dos objectivos e na concertação das acções desenvolvidas pelos diferentes agentes locais, tendo como finalidade o combate à pobreza e à exclusão social e a promoção do desenvolvimento social.

A coordenação da Rede Social de Lisboa está atribuída a uma Comissão Tripartida, instituída pelo Protocolo de Colaboração assinado a 18 de Abril de 2006, entre a Câmara Municipal de Lisboa (CML) a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) e o Centro Distrital de Segurança Social de Lisboa (CDSSL). Este Protocolo visa instituir uma colaboração de carácter regular e permanente entre estas entidades para a implementação de uma Rede Social na cidade de Lisboa.

Em 11 de Dezembro de 2006, realizou-se o 1.º Plenário do Conselho Local de Acção Social (CLAS), ficando formalmente constituída a Rede Social de Lisboa.

Com base no Plano de Acção para 2008**,** aprovado na 4.ª Sessão Plenária em 21 de Fevereiro, pelo Dec. - Lei n.º 115/2006 de 14 de Junho e demais legislação reguladora do Programa da Rede Social e, ainda, o próprio Regulamento Interno, o Diagnóstico Social da cidade, assume-se como uma incumbência e simultaneamente um compromisso da Comissão Tripartida e demais parceiros do Conselho Local de Acção Social de Lisboa (CLAS-Lx), dado ser um dos elementos fundamentais para a intervenção social, na medida em que permite um conhecimento da realidade social e tem como objectivo, constituir-se num instrumento dinâmico de apoio à elaboração do Plano de Desenvolvimento Social, apontando as potencialidades, as fragilidades, as dinâmicas, os recursos e ainda as prioridades de intervenção.

O Plano de Desenvolvimento Social (PDS) tem carácter obrigatório (Dec. - Lei n.º 115/2006, de 14/06/2006) e deverá ser ponderado na elaboração do Plano Director Municipal.

2 - Perspectiva de análise

Nas sociedades modernas, no início do século XXI, um dos maiores desafios que se coloca aos gestores da intervenção social territorializada é a implementação de políticas que conduzam à operacionalização dos conceitos de desenvolvimento sustentável e coesão social, à escala das cidades e aglomerações urbanas. O reforço da coesão social[1], a qualificação do espaço público e da vivência urbana, a reabilitação e valorização do património edificado, a modernização das infra-estruturas e a criação de equipamentos e respostas sociais qualificadas e, a melhoria da mobilidade, constituem objectivos estratégicos e desafios ao desenvolvimento, que se colocam, ao conjunto de actores, numa lógica de responsabilidade partilhada, naquela que é cada vez mais, uma Europa das Cidades.

Assim, uma das maiores preocupações actuais a nível mundial relaciona-se com as questões sociais, nomeadamente a coesão social. Exemplos disso são, a Estratégia de Lisboa que visa tornar a Europa num espaço competitivo à escala global, sem pôr em causa a coesão social e a sustentabilidade ambiental, bem como o Tratado de Lisboa, aprovado em 13 de Dezembro de 2007. Neste Tratado, os Estados-Membros comprometem-se a dotar a União Europeia de um quadro jurídico e dos instrumentos necessários para fazer face a desafios futuros e responder às expectativas dos cidadãos, que promovam o crescimento económico, a criação de emprego e o reforço da coesão social. No que se refere à política social, o Tratado defende uma Europa de direitos e valores, liberdade, solidariedade e segurança, a introdução da Carta dos Direitos Fundamentais no Direito Primário Europeu, a criação de novos mecanismos de solidariedade e a garantia de uma melhor protecção para os cidadãos europeus.

A Conferência da Primavera de 22-23 Março 2005 deu origem à chamada Estratégia de Lisboa Renovada, que conjuntamente com a Política de Coesão definida para o período 2007-2013, colocam um enfoque estratégico no crescimento económico, na inovação e emprego e no reforço da coesão social, com destaque para os territórios das cidades, apelando a uma forte mobilização de recursos nacionais e comunitário para as dimensões económicas, sociais e ambientais das políticas urbanas.

As questões relacionadas com o crescimento económico, o emprego, a protecção ambiental e a coesão social, têm vindo a adquirir cada vez maior importância e acuidade, sendo consideradas prioritários os investimentos na modernização e competitividade da indústria e dos serviços, nas

[1] …a capacidade da sociedade em assegurar o bem estar de todos os seus membros, a minimizar as disparidades e evitar a polarização, considerando a coesão social como condição fundamental para a segurança democrática, defendendo que as sociedades onde se verificam desigualdades sociais não são apenas injustas como não são capazes de garantir uma estabilidade efectiva. Methodological guide to the concerteal developement of social cohesion indicators; Edição do Conselho da Europa, 2005.

redes, na inovação, na tecnologia, na criatividade e no conhecimento, como vectores fundamentais do crescimento económico.

Paralelamente, os conceitos de sustentabilidade e de coesão social ganham também novas dimensões, particularmente nos territórios das cidades, as quais constituem a frente de batalha contra a exclusão social, a degradação ambiental e a expansão urbana. Estes temas, entre outros como a governança e a liderança dos governos locais, estão entre os maiores desafios para o desempenho económico, atractividade e competitividade das cidades.

De acordo com a Comunicação da Comissão Europeia intitulada "Cohesion Policiy and Cities: the urban contribution to growth and jobs in the regions"[2], e com as declarações da Comissária Europeia responsável pela política Regional, Mrs Danuta Hubner, as cidades e metrópoles europeias sofrem de sérios problemas de exclusão social, degradação ambiental e declínio socio-urbanístico.

As cidades englobam significativas disparidades nas oportunidades económicas e sociais. Estas disparidades podem ser espaciais (entre bairros), ou sociais (entre diferentes grupos) e frequentemente as duas surgem simultaneamente. De facto, as disparidades são por vezes maiores entre bairros de uma mesma cidade do que entre diferentes cidades. Esta situação prejudica a atractividade, a competitividade, a inclusão social e a segurança das cidades.

O maior desafio que se coloca aos governos locais é o da definição de políticas urbanas concretas, direccionadas para a resolução dos múltiplos problemas das cidades, nomeadamente o despovoamento e desvitalização dos centros históricos, a degradação do edificado, a habitação devoluta, a subutilização de equipamentos e infra-estruturas, a deficiente mobilidade, a exclusão social e a má qualidade ambiental.

Estas premissas pressupõem a promoção do desenvolvimento social integrando as diversas dimensões de coesão social e especificidade dos territórios, por intermédio de abordagens locais e territoriais. Implica considerar a dimensão local do Plano Nacional de Acção para a Inclusão e os mecanismos institucionais que constituem as plataformas adequadas à implementação de estratégias de combate à pobreza e promoção da inclusão, contribuindo para a implementação das orientações da Agenda Social.

A Agenda Social define as orientações de política social europeia, assente nos valores comuns e fundamentais a que corresponde o Modelo Social Europeu.

[2] Com(2006) 385 final, de 13.7.2006.

As novas tendências de evolução das sociedades contemporâneas a nível mundial e os factores de mudança a estas associadas, têm tido implicações ao nível do equilíbrio do Modelo Social, nos objectivos e orientações proposto à política social.

A adaptação às mutações económicas, sociais e culturais e, como forma de reforçar a dimensão social da Estratégia de Lisboa Renovada, a Comissão Europeia lançou um projecto de renovação da Agenda de política social designado, Agenda Social Renovada[3].

De acordo com este novo documento, "(…) a evolução tecnológica, a globalização e o envelhecimento demográfico são fenómenos que estão a mudar as sociedades europeias. (…) As políticas sociais têm de acompanhar o ritmo destas realidades em mutação - têm de ser flexíveis e reactivas à mudança. Todos os níveis de governação têm de estar à altura deste desafio."

"As acções no domínio social são, em primeira instância, da responsabilidade dos Estados-Membros e têm de ser adoptadas aos níveis nacional e sub-nacional, o mais próximo possível dos cidadãos."[4]

Estamos perante um documento que contempla as prioridades orientadoras das acções da União Europeia no desenvolvimento do Modelo Social Europeu com especial enfoque para as questões da coesão social.

A agenda social renovada contempla três vertentes essenciais, nomeadamente:

- Oportunidades
- Acesso
- Solidariedade.

Como grandes áreas de intervenção[5] surgem contempladas as seguintes:

- Crianças e jovens
- Aprendizagem ao longo da vida
- Vidas mais longas e saudáveis
- Combate à pobreza e à exclusão social
- Combate à discriminação
- Desafios à governação local.

[3] Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões. COM (2008) 412 final "Agenda Social Renovada: Oportunidades, Acesso e Solidariedade na Europa do Sec. XXI", Bruxelas, 02-07-2008
[4] Idem.
[5] Idem.

Cada uma destas áreas pressupõe a existência de políticas e programas capazes de gerar condições de bem-estar social aos cidadãos, criando respostas inovadoras e ajustadas aos crescentes desafios das novas realidades sociais, decorrentes de múltiplos fenómenos que vão desde a globalização à evolução tecnológica passando pela evolução demográfica das sociedades

Por estas razões, o Diagnóstico Social para a cidade de Lisboa deve assimilar os desafios e os objectivos, tanto da Estratégia de Lisboa como do Tratado de Lisboa, numa perspectiva de continuidade e coerência, particularmente no que diz respeito ao reforço do desenvolvimento de Lisboa, como cidade capital internacionalizada e competitiva, com uma base económica baseada em actividades de futuro e com elevados padrões de qualidade de vida urbana e de coesão social.

Um dos objectivos associado a este documento é torná-lo numa ferramenta útil e com opções estratégicas que tornem Lisboa numa cidade para as pessoas, e das pessoas, assente numa cultura de bem-estar social e qualidade de vida e da qualificação do espaço urbano, tornando-a numa cidade cosmopolita, acolhedora e pluralista para os lisboetas de origem ou para aqueles que aqui trabalham ou escolhem viver.

O Diagnóstico Social da cidade de Lisboa não pretende ser mais um processo de investigação a acrescentar a outros, já que decorrem múltiplos processos de diagnóstico sectoriais e de profundidade em temáticas específicas ou existem muitos documentos sobre essas matérias produzidos e disponíveis, desde o relatório produzido pelo Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, documentos de Diagnóstico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, da Câmara Municipal de Lisboa, da Segurança Social, do IDT, das Universidades e de muitas outras entidades.

Este documento surge como etapa metodológica, no que concerne à implementação de um Plano de Desenvolvimento Social. Pretende ser uma proposta de conteúdo com carácter estratégico e transversal, cuja implementação tem um grau de exigência bastante elevado no que respeita à participação de várias entidades.

3 - Dimensão metodológica

O Diagnóstico Social de Lisboa teve subjacente à partida uma questão metodológica essencialmente centrada em explorar a possibilidade de construir um quadro de referência para a acção, a partir da identificação de tendências de mudança social e de problemas e necessidades enquadrados em temáticas específicas.

Estas problemáticas deveriam agora ser perspectivadas de uma lógica territorial a partir da abordagem transversal e multidisciplinar. Esta perspectiva de trabalho implicou a utilização de metodologias distintas, mas complementares. Assim, o Diagnóstico Social de Lisboa foi construído com um múltiplo suporte técnico metodológico que agregou nomeadamente:

- A análise de conteúdos a partir de fontes pré existentes nomeadamente, estudos, documentos e diagnósticos temáticos sectoriais;

- A análise de conteúdos a partir de pesquisa documental sobre conceitos-chave e tendências dominantes nas problemáticas trabalhadas;

- A análise de fontes estatísticas com a respectiva sistematização que permitiu elaborar um quadro estatístico de apoio à análise de conteúdos e reflexão produzida;

- A utilização do *focus group* com actores-chave nas diversas problemáticas que permitiu sistematizar informação qualitativa de suporte, ao quadro de análise das prioridades, ao nível dos problemas e das perspectivas de intervenção;

- A reflexão e análise do Grupo de Trabalho para o Diagnóstico, estruturadas e orientadas pelo Consultor que permitiu criar um quadro de categorias de organização e estruturação de conteúdos.

A integração destas técnicas de investigação, como suporte ao diagnóstico implicou a utilização de uma metodologia aberta e integradora de contributos, com a participação de um número alargado de parceiros da Rede Social. Esta dimensão participativa foi especialmente evidente nos 7 *Workshops* realizados, onde se aplicou o *focus group.*

Esta metodologia funcionou como elemento agregador dos contributos e propostas, unificando-as num quadro coerente e sistematizado, de interpretação da realidade social de Lisboa.

Apoiando-se nas tendências de inovação metodológica que se afirmam, o presente diagnóstico é essencialmente um documento de trabalho que pretende servir de instrumento de apoio à decisão, perspectivando as opções de acção e intervenção que no Plano de Desenvolvimento Social poderão ser operacionalizadas, tendo como objectivo final a melhoria do bem-estar da população, com prioridade para as pessoas que se encontram em dificuldade económica e social ou para aquelas que, devido a múltiplos factores individuais, familiares, sociais, económicos e culturais se encontram em situações de maior vulnerabilidade social.

A informação disponível representa assim, uma síntese de opções, que resulta do cruzamento e da articulação de informação produzida em diferentes contextos; o contexto da informação disponível nos documentos existentes, da análise prospectiva do Grupo de Trabalho que elaborou este diagnóstico e do grupo de peritos, presentes nos Workshops, da actualização estatística disponível e do desenvolvimento de outros instrumentos – Carta Social – Rede de Serviços e Equipamentos Sociais; Carta Educativa de Lisboa[6]; Carta da Saúde.

Este trabalho de síntese da informação e sua organização na perspectiva da intervenção foi complementado com a realização dos 7 Workshops onde um painel de interventores institucionais da cidade prestou o seu contributo, a partir do conhecimento prático produzido e acumulado numa intervenção em contexto real, para uma visão realizável e viável da intervenção, antecipando alguns consensos que serão determinantes no processo de construção do Plano de Desenvolvimento Social. Este método exige uma grande transversalidade de funcionamento e a aplicação de metodologias actualizadas de diagnóstico, de prospectiva e de participação cívica.

Este documento resulta de diversas metodologias, centradas na participação efectiva dos parceiros, permitindo-lhes a expectativa de um documento dinâmico que reflicta simultaneamente as preocupações dos actores do terreno, mas também possibilidades técnicas de mudança e inovação, associadas a uma qualificação global dos processos e respostas que se pretende impulsionadora da eficiência e eficácia da intervenção social.

É intencionalmente um documento síntese de modo a ser utilizável como guião nas etapas seguintes de planeamento e avaliação. Mas é, naturalmente, um documento de transição, uma etapa num processo de diagnóstico mais extenso, com a participação das Comissões Sociais de Freguesia e mais intensivo, que permita especificar as problemáticas identificadas. Outras etapas se seguem; tornar mais acessível e organizada toda a informação já produzida, conferindo-lhe um mecanismo e uma actualização constante, com recurso às novas

[6] www.cm-lisboa.pt

tecnologias; a integração de micro-territórios, enquanto campo de diagnóstico específico; a criação de suportes de monitorização e avaliação, incorporando o conhecimento adquirido pela intervenção realizada na cidade.

O presente documento deve por isso ser encarado como uma primeira etapa num processo de planeamento integrado da Rede Social que, longe de ser estanque, deve ser dinâmico e evolutivo. Neste enquadramento, reforçam-se as necessidades de monitorização do sistema da Rede Social a integrar no Plano de Desenvolvimento Social.

Este processo de elaboração do Diagnóstico Social de Lisboa, assenta na escolha de um rumo e na assunção de uma atitude pró-activa para o desenvolvimento urbano da cidade no médio e longo prazo, dependente da estratégia dos agentes envolvidos e, com base numa sinopse de conhecimentos, actuais e tendenciais da cidade, baseados na observação e no debate, com enfoque para as questões mais essenciais.

A identificação das 6 áreas temáticas, decorreu de reuniões com representantes dos 3 Organismos que integram a Rede Social de Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, Centro Distrital de Lisboa e Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Em Abril de 2008, com o apoio do Consultor da Rede e de um representante do Instituto da Segurança Social, IP, foram definidas as 6 áreas de investigação, nomeadamente:

- Cidade Saudável
- Crescer com Oportunidades
- Da Vulnerabilidade à Inclusão
- Diversidade Cultural
- Envelhecimento Activo
- Qualidade dos Serviços

Após a definição destas temáticas, e de acordo com a metodologia explicitada, procedeu-se à identificação de recomendações e orientações estratégicas em diferentes domínios, inseridas nas questões sociais, bem como a identificação das medidas e propostas de acções a contemplar no planeamento, que por sua vez englobam intervenções integradas e baseadas num conjunto de princípios orientadores do desenvolvimento social e urbano.

É fundamental garantir a coerência destas áreas e a permanência no tempo e no espaço de algumas políticas sociais de carácter estruturante, garantindo a sua continuidade e consequentemente, dos valores e das políticas que suportam a estratégia base do desenvolvimento da cidade. A estratégia de intervenção social segundo estas áreas, baseia-se

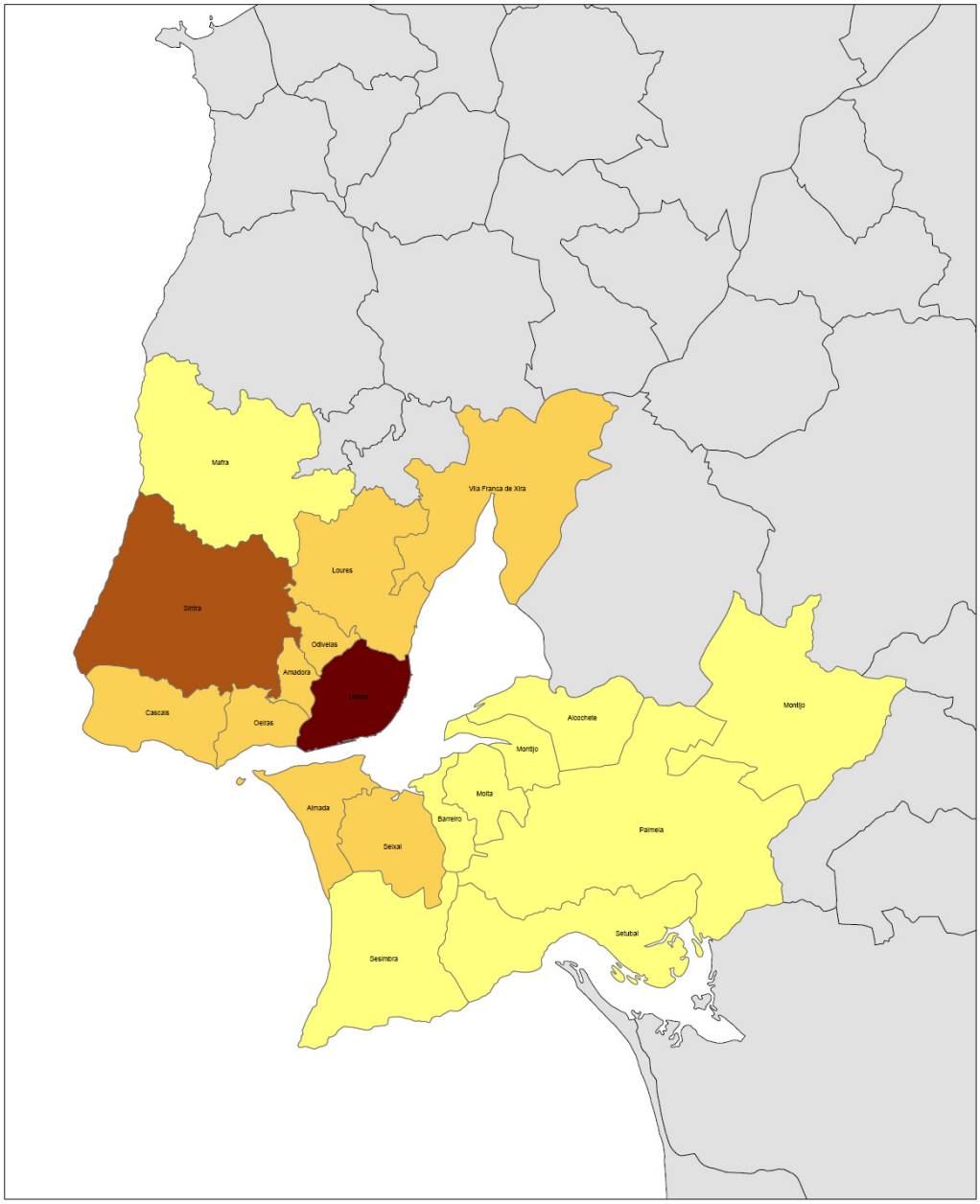
em linhas de orientação estratégica e em acções que abrangem várias temáticas e dinâmicas sociais. Apesar da sua análise ser efectuada separadamente, não é possível dissociar os objectivos subjacentes às seis áreas, conferindo à intervenção um carácter transversal, e de continuidade, de forma integrada.

.

III - O Concelho e a Região de Lisboa

1 - Referencial Estatístico de Enquadramento

Mapa 1 - População Total por Concelho na Grande Área Metropolitana de Lisboa



Referencial Estatístico - Concelho e Região de Lisboa

	Concelho de Lisboa												Região de Lisboa								
	2001			2005			2006			2007			2005			2006			2007		
Indicadores	N.º	%	‰	N.º	%	‰	N.º	%	‰	N.º	%	‰	N.º	%	‰	N.º	%	‰	N.º	%	‰
Demografia																					
Densidade populacional	6674,43hab/km2			6134hab/km2			6015,5 hab/km2			5896,9 hab/km2			946,9hab/km2			952 hab/km2			956,9hab/km2		
População residente	564.657			519.795			509.751			499.700			2.779.097			2.794.226			2.808.414		
Homens	257.987	45,7		236.874	45,6		231.908	45,5		227.262	45,5		1.335.377	48,1		1.342.703	48,1		1.349.603	48,1	
Mulheres	306.670	54,3		282.921	54,4		277.843	54,5		272.438	54,5		1.443.720	51,9		1.451.523	51,9		1.458.811	51,9	
População residente dos 0-14 anos	65.548	11,6		67.778	13,0		68.167	13,4		68.287	13,7		432.767	15,6		438.501	15,7		444.154	15,8	
População residente dos 15 aos 24 anos	71634	12,7		49.093	9,4		46.475	9,1		44.474	8,9		303.961	10,9		297.759	10,7		292.315	10,4	
População residente dos 25 aos 64 anos	294.171	52,1		277.103	53,3		271.845	53,3		266.092	53,3		1.584.258	57,0		1.592.020	57,0		1.596.671	56,9	
População residente com 65 ou mais anos	133.304	23,6		125.821	24,2		123.264	24,2		120.847	24,2		458.111	16,5		465.946	16,7		475.274	16,9	
População residente com 75 ou mais anos	58.191	10,3		60.461	11,6		60.789	11,9		60.996	12,2		190.959	6,9		197.931	7,1		205.218	7,3	
Índice de longevidade								49,3			50,5			41,7			42,5			43,2	
Idade média da população residente	44,09 anos																				
Esperança de vida à nascença																	78,6				
Taxa bruta de natalidade						11,3			10,9			11,3			11,7			11,4			11,3
Taxa bruta de mortalidade						14,7			14,2			14,5			9,5			9,0			9,0
Taxa de crescimento natural					-0,35			-0,32			-0,32			0,23			0,23			0,23	
Taxa de crescimento efectivo da população					-1,85			-1,95			-1,99			0,66			0,54			0,51	
Número de famílias	234.451																				
Dimensão média da família	2,37																				
Taxa bruta nupcialidade						4,7			5,6			7,0			4,3			4,2			4,1
Taxa bruta divórcio						2,6			2,3						2,7			2,5			
Taxa quinquenal de mortalidade infantil (2001/2005)									5,3									4,1			
Taxa quinquenal de mortalidade infantil (2002/2006)												5,0									3,9
Poder de Compra																					
Poder de compra per capita em 2005 no concelho de Lisboa					216,04																
Percentagem do PcP do concelho de Lisboa no PcP Nacional					10,62																
Poder de compra per capita em 2005 na Região de Lisboa														137,32							
Percentagem do PcP da Região no PcP Nacional														36,11							
Poder de compra per capita em 2005 na Grande Lisboa														145,56							
Percentagem do PcP da Grande Lisboa no PcP Nacional														27,72							
Poder de compra per capita de 2005 na Península de Setúbal														115,67							
Percentagem do PcP da Península de Setúbal no PcP Nacional														8,39							

Referencial Estatístico - Concelho e Região de Lisboa (Cont.)

	Concelho de Lisboa			Região de Lisboa		
Indicadores	2004 ‰	2005 ‰	2006 ‰	2004 ‰	2005 ‰	2006 ‰
Segurança						
Taxa de criminalidade	88,5	78,8	84,5	50,3	45,4	47,2
Crime contra a integridade física	8,0	7,5	9,1	6,2	5,8	6,4
Contra o património	63,3	55,1	56,6	33,0	29,3	29,1
Furto, roubo por esticão e na via pública	8,3	9,2	10,7	4,0	3,9	4
Furto de veículo e em veículo motorizado	19,1	13,8	12,8	12,7	10,3	9,5
Condução de veículo com taxa de álcool superior a 1,2g	2,7	2,5	2,9	1,6	1,4	1,6
Condução sem habilitação legal	2,3	1,8	2,6	1,8	1,5	2,2

Fontes dos Indicadores- Concelho e Região de Lisboa

Indicadores	Fonte
Densidade populacional	Estimativas Anuais da População Residente, Estatísticas Territoriais, Acedido em www. ine.pt
População residente	Censos 2001, INE
Estimativas da população residente	Estimativas Anuais da População Residente, Estatísticas Territoriais, Acedido em www. ine.pt
Índice de longevidade	Estimativas Anuais da População Residente, Estatísticas Territoriais, Acedido em www. ine.pt
Idade média da população residente	Censos 2001, INE
Esperança de vida à nascença	Estimativas Anuais da População Residente, Estatísticas Territoriais, Acedido em www. ine.pt
Taxa bruta de natalidade	Estimativas Anuais da População Residente, Estatísticas Territoriais, Acedido em www. ine.pt
Taxa bruta de mortalidade	Estimativas Anuais da População Residente, Estatísticas Territoriais, Acedido em www. ine.pt
Taxa de crescimento natural	Estimativas Anuais da População Residente, Estatísticas Territoriais, Acedido em www. ine.pt
Taxa de crescimento efectivo da população	Estimativas Anuais da População Residente, Estatísticas Territoriais, Acedido em www. ine.pt
Taxa bruta nupcialidade	Estimativas Anuais da População Residente, Estatísticas Territoriais, Acedido em www. ine.pt
Taxa bruta divórcio	Estimativas Anuais da População Residente, Estatísticas Territoriais, Acedido em www. ine.pt
Taxa quinquenal de mortalidade infantil	Óbitos por Causa de Morte, Estatísticas Territoriais, Acedido em www.ine.pt
Alojamento	Censos 2001, INE
Situação Perante o Trabalho	Censos 2001, INE
Qualificação Académica	Censos 2001, INE
Taxa de analfabetismo	Censos 2001, INE
Poder de Compra *per capit* a (PcP)	Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio, Contas Regionais 2005, INE, Acedido em www.ine.pt
Percentagem do Poder de Compra *per capita* (PPC)	Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio, Contas Regionais 2005, INE, Acedido em www.ine.pt
Taxa de Criminalidade	Direcção Geral da Política de Justiça , Estatísticas Territoriaos, INE, Acedido em www.ine.pt

O concelho de Lisboa é constituído por 53 freguesias, ocupando uma área de 84,6 Km2 apresentando uma densidade populacional estimada para 2006 de 6015,5 hab/km2.

Estas 53 freguesias da cidade de Lisboa, para implementação do Programa Rede Social, encontram-se agrupadas em 4 grandes zonas territoriais: Norte, Sul, Oriental e Centro Ocidental, incluindo cada uma delas as seguintes freguesias:

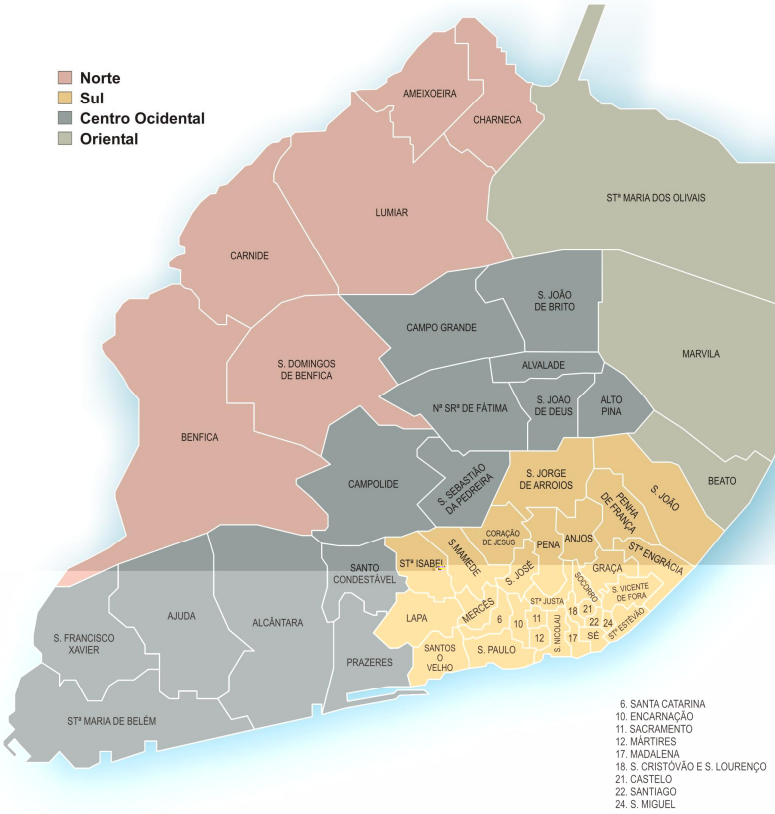
Quadro 1 - Rede Social - Zonas Territoriais da Cidade de Lisboa

Norte	Oriental	
Ameixoeira Benfica Carnide Charneca Lumiar São Domingos de Benfica	Beato Marvila Santa Maria dos Olivais	
Centro Ocidental	**Sul**	
Ajuda Alcântara Alto do Pina Alvalade Campo Grande Nossa Senhora de Fátima Prazeres Santa Maria de Belém São Francisco Xavier São João de Brito São João de Deus São Sebastião da Pedreira Santo Condestável Campolide	Anjos Castelo Coração de Jesus Encarnação Graça Lapa Madalena Mártires Mercês Pena Penha de França Sacramento Santa Catarina Santa Engrácia Santa Isabel Santa Justa	Santiago Santo Estêvão Santos-o-Velho S. Cristóvão e São Lourenço São João São Jorge de Arroios São José São Mamede São Miguel São Nicolau São Paulo São Vicente de Fora Sé Socorro

Fonte: Rede Social de Lisboa.

Esta divisão tem subjacente o critério pré-existente na cidade ao nível da organização da intervenção social directa.

Mapa 2 - Zonas Territoriais da Cidade de Lisboa



Fonte: Rede Social de Lisboa.

Lisboa é cidade capital, centro de uma área metropolitana entre as duas margens do rio Tejo. A área metropolitana ou Região de Lisboa divide-se em duas sub-regiões, totalizando quase 3 milhões de habitantes (2 661 850 em 2001 e cujas projecções para 2006 apontavam para 2 794 266 habitantes). A norte do rio Tejo a Grande Lisboa e a sul do Tejo a Península de Setúbal, cada uma constituída por 9 concelhos[7].

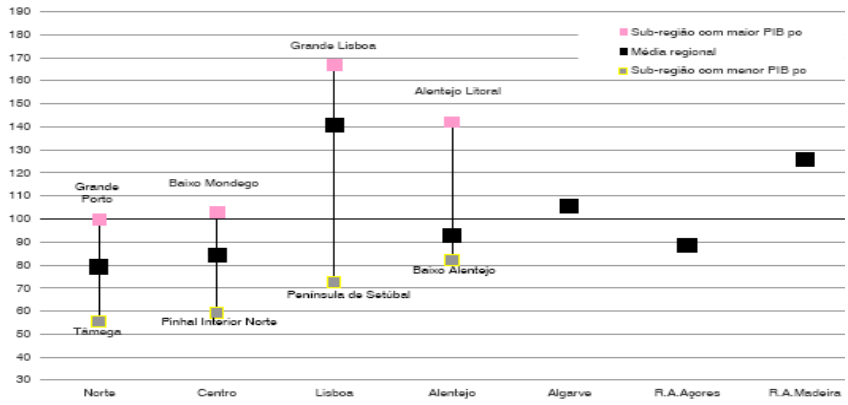
Em 2005 apenas a Região de Lisboa apresentava um PIB per capita superior à média da EU-25 em 6% e um valor muito próximo do PIB da EU-15, sendo a média nacional inferior em 25% à média do PIB da EU-25. Segundo as estimativas preliminares para 2007, dados do Eurobarómetro da Primavera de 2008, o PIB per capita na EU-27, expresso em poder de compra, variou entre os 38% e os 276% da média da EU-27. O PIB português situa-se nos 75%, encontrando-se 25% abaixo da média dos países da EU-27.[8]

[7] Região de Lisboa – Norte do Tejo a Grande Lisboa – Concelhos: Amadora, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Odivelas, Oeiras, Sintra e Vila Franca de Xira. Sul do Tejo a Península de Setúbal – Concelhos: Alcochete, Almada, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Seixal, Sesimbra e Setúbal.

[8] Fonte – edição da representação em Portugal da Comissão Europeia, Lisboa, 24/06/2008, Acedido em http://ec.europa.eu/portugal/pdf/rapid/arquivo_2008/20080624_rapid_pt.pdf.

O índice de poder de compra per capita da Região de Lisboa era em 2005 de 137,32 correspondendo a 36,10% do poder de compra nacional. Na sub-região da Grande Lisboa o índice de poder de compra per capita era de 145,56 representando 27,72% do total do País e na Península de Setúbal de 115,67 correspondendo a 8,38% do total nacional. As duas sub-regiões apresentam índices de poder de compra superiores à média nacional (índice 100).

Gráfico 1 - Índices de Disparidade do PIB p.c. - 2005



In INE - Contas Regionais – 2005, 25 de Janeiro de 2008.

O concelho de Lisboa apresenta um IpC de 216,04, mais do dobro da média nacional e 10,624% do poder de compra do País. Ressalve-se que desde 2005 até 2009, esta situação terá sofrido alterações, dadas as conjunturas económicas, nacionais e internacionais.

Quadro 2 - Produto Interno Bruto Regional

Regiões	2004		2005		Variação Anual (%)	
	10^6 Euros	%	10^6 Euros	%	Valor	Volume
Norte	40.421	28,0	41.804	28,0	3,4	1,0
Centro	27.717	19,2	28.417	19,1	2,5	0,2
Lisboa	53.208	36,9	55.140	37,0	3,6	1,2
Alentejo	9.722	6,7	10.045	6,7	3,3	-0,9
Algarve	5.852	4,1	6.169	4,1	5,4	2,7
R.A.Açores	2.887	2,0	3.018	2,0	4,5	2,1
R.A.Madeira	4.156	2,9	4.348	2,9	4,6	2,0
Extra-regio	164	0,1	182	0,1	11,1	4,3
Total	**144.128**	**100,0**	**149.123**	**100,0**	**3,5**	**0,9**

In INE - Contas Regionais – 2005, 25 de Janeiro de 2008.

Relativamente à competitividade e coesão territorial a aplicação do Índice Sintético de Competitividade e Coesão Social, destaca a região de Lisboa como a mais coesa e competitiva.

No plano social, pelo valor do índice sintético parcial de coesão social destaca-se a Grande Lisboa e no plano económico a Península de Setúbal.[9]

De acordo com o estudo "A Competitividade e a Coesão Económica e Social das Regiões Portuguesas"[10], à cidade de Lisboa é apontada a liderança nacional da competitividade urbana das actividades económicas, reforçada pelas características do emprego e do seu potencial de criação de valor. Baseia-se no peso das actividades da economia do conhecimento (serviços avançados às empresas), no maior nível de educação da população e do emprego e seu contributo para o ganho relativo e, na densidade do emprego na área da cultura mais expressivo em Lisboa[11].

O envelhecimento e o decréscimo da população residente são dois factores apontados como redutores do alcance dos valores assumidos pela competitividade da cidade pelo facto de influenciarem negativamente a sua dinâmica do consumo e daí que, no quadro da área metropolitana a liderança de Lisboa seja apontada como relativamente mais forte na vertente emprego/valor, do que na vertente população/consumo.

Em termos de liderança da competitividade urbana no contexto da área metropolitana, é a cidade de Oeiras que mais se aproxima de Lisboa, tanto em termos de indicadores de emprego como de consumo. Esta aproximação baseia-se num desempenho mais favorável do ritmo de renovação dos empregos e de crescimento da população residente, ao peso relativo da população activa, ao nível de educação e do ganho relativo do emprego, factores que compensam o afastamento nas actividades de serviços prestados às empresas, indústrias de alta tecnologia, peso do pessoal qualificado, densidade do emprego no comércio, no turismo, cultura e nos serviços às famílias mais expressivos em Lisboa.[12]

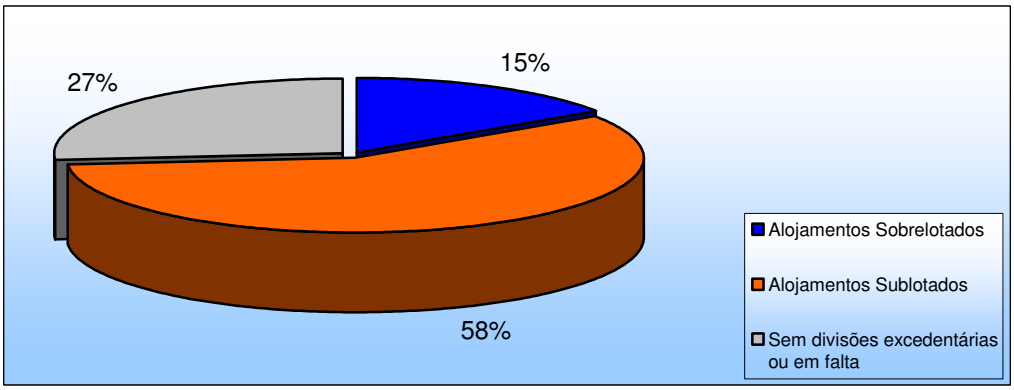
Em 2001 residiam na cidade de Lisboa 564 654 habitantes e chegavam diariamente à cidade, provenientes dos concelhos da área metropolitana, por motivos de trabalho ou estudo cerca de 340 000 pessoas, correspondendo a 1,3 vezes o valor da população empregada ou estudante residente[13]. Em 2001, a cidade acolhia 325 063 empregados residentes fora de Lisboa o que reflecte o papel de concentração de actividade económica e emprego e também a dissociação entre os espaços de trabalho e habitação. Entre os dois momentos censitários de 1991 e 2001 Lisboa perdeu 1/5 da população empregada residente na cidade (51 964 pessoas).

[9] Nota: Sobre o Índice Sintético de Competitividade e Coesão Social ver o documento "A Competitividade e a Coesão Económica e Social das Regiões Portuguesas", dos Estudos Temáticos para a Preparação do QREN em http://www.qren.pt (Na construção do índice sintético de coesão social foram incluídas dimensões não monetárias e construídos os seguintes indicadores: Indicador de Resultados - Equidade; Indicador de Condições – Acesso e Indicador de Processo – Adaptabilidade e Exclusão. Para a competitividade, Indicadores de Resultados – Eficácia, Indicadores de Condições – Potencial e Indicadores de Processo – Ritmo, eficiência).
[10] Estudos Temáticos para a Preparação do QREN em http://www.qren.pt.
[11] Nota: Resultados da análise em termos do indicador sintético da competitividade urbana, in estudo "Desenvolvimento Económico e Competitividade Urbana de Lisboa", Câmara Municipal de Lisboa, Licenciamento Urbanístico e Planeamento Urbano, Colecção de Estudos Urbanos – Lisboa XXI – 2.
[12] Ibidem, pág. 126.
[13] Movimentos Pendulares na Área Metropolitana de Lisboa, 1991-2001, Protocolo Instituto Nacional de Estatística, o Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação (MOPTH) e a Auditoria Ambiental do MOPTH.

Lisboa perdeu 17,8% da sua população na década de 80 e de 14,9% na década de 90, para outros concelhos da área metropolitana. Ficou uma cidade "madura" que enfrenta o envelhecimento da sua população residente com 133 304 pessoas (23,6% da população) com 65 ou mais anos e uma idade média de 44,09 anos de acordo com os censos de 2001. As áreas centrais da cidade despovoaram-se, enquanto o crescimento se foi manifestando nas áreas periféricas com consequente acréscimo das migrações pendulares inter-concelhias e no interior da própria cidade.

Em 2001 existiam na cidade 293 162 alojamentos, sendo 999 alojamentos colectivos. Cerca de 14% do alojamento da cidade encontrava-se vago o que corresponde a 40 000 alojamentos.

Gráfico 2 - Alojamentos familiares clássicos de residência habitual



Fonte: INE, Censos 2001.

Nos alojamentos familiares de residência habitual ocupados, 58% (128 674) encontravam-se em situação de sublotação, dos quais, existem 27 497 alojamentos com três divisões a mais, 35 588 com duas a mais e 65 589 com uma divisão a mais, revelando a desadequação existente entre a dimensão do alojamento e a dimensão da família. Em situação de sobrelotação encontravam-se 15,5% dos alojamentos de Lisboa.

Quadro 3 - Alojamentos familiares clássicos de residência habitual

Alojamentos Sobrelotados	N.º	%	Alojamentos Sublotados	N.º	%
1 divisão em falta	24.841	72,3%	1 divisão a mais	65.589	51,0%
2 divisões em falta	6.927	20,2%	2 divisões a mais	35.588	27,7%
3 divisões em falta	2.593	7,5%	3 ou mais divisões a mais	27.497	21,4%
Sub-total	34.361	100,0%	Sub-total	128.674	100,0%
Total de Alojamentos Familiares			**163.035**		

Fonte: INE, Censos 2001.

Uma parte significativa dos alojamentos familiares clássicos de residência habitual é de construção municipal. Em 2007 o número de alojamentos do parque habitacional gerido pela

Empresa Municipal GEBALIS era de 23 517, distribuídos por 67 bairros. Nestes residiam 82 310 indivíduos, correspondendo a cerca de 16,5% da população de Lisboa.[14]

O INE estima uma população de 499 700 residentes em 2007. As estimativas para a cidade de Lisboa ainda não inflectem a tendência de redução da população.

O concelho de Lisboa, tanto no contexto da área metropolitana como no contexto nacional, apresenta os indicadores mais favoráveis em termos de competitividade e coesão social. Esta situação não é representativa de todos os seus residentes. Os indicadores esbatem a heterogeneidade da escala local, das particularidades das populações e territórios.

Na actualidade, as abordagens ao território da cidade, nas suas múltiplas dimensões, têm presente a necessidade destas elevarem os seus padrões de competitividade internacional em paralelo com a promoção e manutenção da coesão social dos seus territórios. A promoção da coesão social é apontada como uma ferramenta para a redução da exclusão social e pobreza, criando na sociedade condições que reduzam as disparidades, promovam mais equidade e estabilidade social, de forma a contribuir para um ambiente favorável ao desenvolvimento das actividades económicas.

A riqueza gerada por habitante ou o nível de vida que os indicadores, Produto Interno Bruto per capita e Índice de Poder de Compra apresentam, diluem no todo as disparidades na distribuição dos rendimentos, não retratando a situação de todos os cidadãos. No quadro da coesão social há a referir factores de disparidade nos rendimentos auferidos pelos pensionistas, coexistindo ainda, na realidade social, bolsas de pobreza nas quais se inserem por exemplo, os trabalhadores com baixos salários[15], os idosos com baixos rendimentos (salientando-se a população idosa do sexo feminino em situação de maior vulnerabilidade), os desempregados, a população sem-abrigo ou toxicodependente.

Coexistem nas cidades factores associados às possibilidades de elevação dos seus padrões de desenvolvimento com necessidades associadas a novas dinâmicas sócio económicas das quais emergem novos riscos sociais tais como, o risco de não ter acesso ao mercado de trabalho, risco de não possuir as competências necessárias para acesso ao emprego, risco de não conservar o emprego no mercado de trabalho competitivo e flexível, risco de pertencer a uma família com um só salário, risco de não encontrar um equilíbrio entre o trabalho remunerado e as responsabilidades familiares[16].

[14] Nota – Dados apresentados pelo representante da GEBALIS no "Fórum dos colaboradores da CML e Empresas Municipais" no âmbito do Programa Local de Habitação de Lisboa que decorreu no dia 17 de Novembro de 2008 em Lisboa.
[15] Portugal tem vindo a registar um aumento gradual de trabalhadores abrangidos pelo salário mínimo nacional. De acordo com a informação estatística mensal do IEFP, em Abril de 2006, 4% dos trabalhadores auferiam salário mínimo nacional, verificando-se um aumento para 6,8% em Abril de 2008.
[16] Commission Européenne, Direction Générale de L'emploi, dês Affaires Sociales et de L'égalité dês Chances, Unité 2, Etude sur la pauvreté et l'excluision sociale dês famillies monoparentales, Fevrier 2007, pág 11.

IV - Áreas Temáticas

O Diagnóstico Social de Lisboa engloba 6 áreas temáticas, que se pretende, representem um contributo ao conhecimento da realidade social da cidade.

Falar hoje nos domínios da Infância e Juventude, Idosos, Grupos em Risco de Exclusão, entre outros, constitui um desafio obrigatório ao conhecimento que se pretende da cidade.

As 6 áreas temáticas, anteriormente referidas, encerram uma percepção conceptual e obedecem a uma lógica de raciocínio que surgem sucintamente referenciadas neste documento, com o objectivo de enquadrar os pressupostos que presidiram ao tratamento de cada uma das temáticas.

Considerou-se que a apresentação de um Referencial Estatístico que caracterizasse cada uma das áreas, era fundamental para uma maior percepção da realidade. De referir que relativamente à área temática da Vulnerabilidade Social, foi possível ainda integrar neste Relatório dados estatísticos de 2008. O mesmo não aconteceu relativamente a dados sobre as outras áreas temáticas, cujos valores consolidados se apresentam até 2007. Tal facto, é devido à data limite de apresentação deste trabalho. De salientar contudo, que a actualização do Referencial Estatístico de todas as áreas, está prevista e é considerada pelo Grupo de Trabalho do Diagnóstico Social, como fundamental a um conhecimento da cidade de Lisboa, que se pretende permanente e dinâmico, contemplando nas etapas seguintes o envolvimento e a participação dos agentes locais.

O Referencial Estatístico poderá manter no futuro os indicadores agora seleccionados bem como, integrar novos indicadores que venham a ser considerados oportunos e essenciais à evolução dos trabalhos da Rede Social de Lisboa.

A informação estatística que foi possível obter, foi organizada, no sentido de facilitar uma maior apreensão dos dados.

A selecção de determinados indicadores, bem como a forma como se procedeu ao seu agrupamento tiveram subjacente a preocupação de no futuro poderem ser actualizados e monitorizados, permitindo uma dinâmica no conhecimento de Lisboa. Este facto representa um vector essencial ao processo de Desenvolvimento Social que se pretende implementar.

A partir da informação recolhida pelo Grupo de Trabalho do Diagnóstico e complementada com os conteúdos dos sete Workshops temáticos, construíram-se matrizes de enquadramento lógico – Matriz das Estratégias de Intervenção – que pretendem facilitar a sua leitura sistematizando a

informação de uma forma qualitativa, segundo cada uma das áreas do diagnóstico e que se direccionam para opções estratégicas ao nível do Plano de Desenvolvimento Social (PDS).

As opções estratégicas aqui identificadas, definem prioridades de intervenção, tendo por base uma hierarquização fundamentada nas necessidades e/ou problemas críticos do concelho, na informação obtida pelo Grupo de Trabalho, contemplando os pontos de vista dos representantes nos Workshops.

Estas estratégias de intervenção decorrem de uma reflexão analítica, pragmática, crítica, contextualizada em dados da realidade social, onde o cruzamento de problemas e recursos identificados são considerados.

Sendo assim, a organização destas matrizes foi estruturada de acordo com os seguintes critérios:

- Uma vez posicionados perante fenómenos sociais, a leitura destas matrizes deverá ser entendida numa perspectiva sistémica, onde a transversalidade está presente. Tal perspectiva não deverá ser encarada como um trabalho estanque, mas sim como um ponto de partida e um contributo para estudos e reflexões futuras, adequando a prática à realidade. Refira-se também, que a implementação das estratégias é fundamentada numa análise de recursos, de modo a identificar oportunidades de viabilização e concretização das propostas apresentadas.
- Com base na identificação das Necessidades/Problemas Críticos designaram-se Estratégias de Intervenção específicas, agregadoras de um conjunto de problemas, que por sua vez correspondem a Propostas de Acção de implementação dessa mesma estratégia.
- Consciente da existência de Boas Práticas que não surgem mencionadas/divulgadas neste capítulo, aquando da identificação das potencialidades institucionais, de salientar que, tal facto não significa que a seu tempo não possam vir a ser incluídas, como um contributo e uma mais valia a este documento.
- Foram também considerados fundamentais, aspectos relacionados com os recursos a afectar para a implementação de cada uma das estratégias. Assim, foram apontadas algumas parcerias já existentes, *stakeholders,* e identificados outros parceiros com perfil adequado para envolvimento futuro no processo de implementação das estratégias. Constam ainda possíveis Potencialidades Institucionais, que se podem inscrever na implementação de qualquer uma das estratégias, tais como, Planos Governamentais, Programas, Medidas, Recursos, Oportunidades de Financiamento, Boas Práticas, entre outras.

Esta metodologia permitiu a inventariação de problemas sociais e dos principais recursos existentes. A partir deste desafio estratégico, foi possível a formulação sistematizada de algumas recomendações estratégicas passíveis de integrar a intervenção no concelho de Lisboa.

Subjacente a toda a análise e reflexão sobre estas matérias existem vários princípios orientadores, entre eles, o princípio da Igualdade de Género e o princípio da Não Discriminação, que constituem um conjunto de pressupostos da acção.

1 - Cidade Saudável

1.1. Enquadramento Conceptual

A ideia de "Comunidade Saudável" surgiu na Conferência "Beyond Health Care", em Toronto (1984) e no seu seguimento consolidou-se "O Movimento Cidades Saudáveis", no âmbito da Carta de Ottawa de Novembro de 1986. Este movimento de amplitude mundial tem por base o conceito de saúde para todos e baseia-se em seis princípios fundamentais: equidade, promoção e prevenção da saúde física, mental e social, protecção contra riscos ambientais, participação na comunidade, sistema centrado nos cuidados de saúde primários e cooperação internacional no tratamento de problemas de saúde que ultrapassam as fronteiras nacionais. O movimento nasceu da constatação de que a saúde das pessoas que vivem nas cidades é fortemente condicionada pelas suas condições de vida e de trabalho, pelo ambiente físico e socioeconómico e pela qualidade e acessibilidade dos serviços de saúde.

No âmbito deste movimento foi criada a Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis[17], a qual tem como finalidade promover a saúde e a qualidade de vida dos cidadãos, baseando-se numa metodologia estratégica de intervenção sustentada nos princípios essenciais do Projecto Cidades Saudáveis da OMS (Organização Mundial de Saúde), designadamente a equidade, a sustentabilidade, a cooperação intersectorial e a solidariedade.

Uma cidade saudável pretende continuamente criar e melhorar o ambiente físico e social, fortalecendo os recursos comunitários que possibilitem às pessoas apoiarem-se mutuamente no sentido de desenvolverem o seu potencial e melhorarem a sua qualidade de vida (adaptado de Hancock, 1993).

Conforme definição do Movimento Cidades Saudáveis da Organização Mundial de Saúde, a cidade saudável é a que coloca a saúde e o bem-estar dos cidadãos no centro do processo de tomada de decisões. É aquela que procura melhorar o bem-estar físico, mental, social e ambiental dos que nela vivem e trabalham. Não é necessariamente aquela que atingiu um determinado estado de saúde, mas está consciente de que a promoção da saúde é um processo e como tal, trabalha no sentido da sua melhoria e que está continuamente a criar e a desenvolver os seus ambientes físico e social e a expandir os recursos comunitários que permitem às pessoas apoiarem-se mutuamente nas várias dimensões da sua vida e no desenvolvimento do seu potencial máximo[18].

[17] A Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis[17]" (RPCS) é uma Associação de Municípios, constituída oficialmente em 10 de Outubro de 1997 e da qual Lisboa faz parte desde o início (Publicação da Constituição e Estatutos no D.R - III Série nº 5 de 7 de Janeiro de 1998).
Actualmente a RPCS integra 23 municípios: Amadora, Aveiro, Bragança, Cabeceiras de Basto, Lisboa, Loures, Lourinhã, Miranda do Corvo, Montijo, Odivelas, Oeiras, Palmela, Portimão, Ponta Delgada, Resende, Seixal, Serpa, Setúbal, Torres Vedras, Vendas Novas, Viana do Castelo, Vila Franca de Xira e Vila Real.

[18] Conceito conforme definição do Movimento Cidades Saudáveis da Organização Mundial de Saúde.

Todos os objectivos associados a este conceito estão também intimamente ligados ao processo e às políticas de ordenamento de território. Assim, os diversos projectos urbanos, pelo cumprimento dos instrumentos urbanísticos eficazes e pela sua qualidade estética, devem contribuir para que o espaço público seja um espaço saudável e atractivo. A Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e Urbanismo (Lei n.º 48/98, de 11 de Agosto), no Artigo 5.º, contempla e sistematiza os princípios – chave da sustentabilidade, com realce para a solidariedade inter-geracional, a equidade, a participação e a contratualização, que são também, novos instrumentos urbanísticos relevantes.

Para que a cidade de Lisboa se torne numa cidade ambientalmente mais equilibrada e por isso mais humana, devem ser implementadas, na gestão da cidade, Políticas de Ordenamento do Território, no sentido de qualificar o espaço urbanizado e garantir maior presença e potenciação de espaços verdes e de recreio ao ar livre. A existência destes espaços é indispensável ao equilíbrio psicossomático e à valorização social e cultural dos residentes e de todos os que vivem a cidade.

De salientar que já em 1996, o Dia Mundial da Saúde foi dedicado às “Cidades Saudáveis para Viver Melhor” chamando à atenção para a importância e o impacto que o ambiente urbano assume hoje na saúde das comunidades.

O Movimento Cidades Saudáveis tem vindo a evidenciar o papel essencial que a cidade tem que desempenhar na promoção da saúde dos cidadãos e sua vocação para mobilizar as energias e vontades locais na construção de um ambiente urbano saudável e solidário, que permita a plena afirmação das capacidades físicas e intelectuais dos cidadãos. Com efeito, nos últimos anos deu-se uma acumulação de conhecimento práticos sobre a forma de criar estruturas e processos administrativos credíveis e eficazes para uma nova saúde pública ao nível urbano.

Actualmente a noção de saúde defendida pela Organização Mundial de Saúde (OMS) é a de que a saúde é um conceito complexo, envolvendo não só, os aspectos somáticos, psicológicos e sociais de um indivíduo, mas também todos os aspectos relacionados com o ambiente que o rodeia. Isto significa tratar de uma forma preventiva os problemas da saúde pública, divulgando o conhecimento e promovendo debates sobre as condicionantes ambientais e sociais.

O reconhecimento do impacto na saúde das políticas sociais e económicas e das condições de vida das populações reveste-se das múltiplas implicações na forma como a sociedade toma decisões acerca do desenvolvimento e põe em causa os valores e princípios sobre os quais as instituições são edificadas e o progresso é avaliado.

Face à tomada de consciência das mudanças a operar aos vários níveis salientam-se alguns princípios que contribuem para a definição de políticas sustentáveis no âmbito das cidades:

- Incrementar a criação de espaços verdes, promovendo espaços de sociabilização;
- Controlar os níveis de ruído e de concentração de Co2 na atmosfera;
- Melhorar as acessibilidades;
- Cultivar memórias – (identidade e património construído);
- Desenvolver estratégias de saúde de âmbito preventivo;
- Avaliar e monitorizar as situações de exclusão social;
- Apoiar medidas tendentes à melhoria da qualidade da água para consumo;
- Desenvolver acções de educação ambiental.

Tem-se verificado, nas últimas décadas, a introdução de medidas que podem ser classificadas como Boas-Práticas incidindo directamente sobre o meio ambiente urbano com inevitáveis repercussões no bem-estar dos cidadãos.

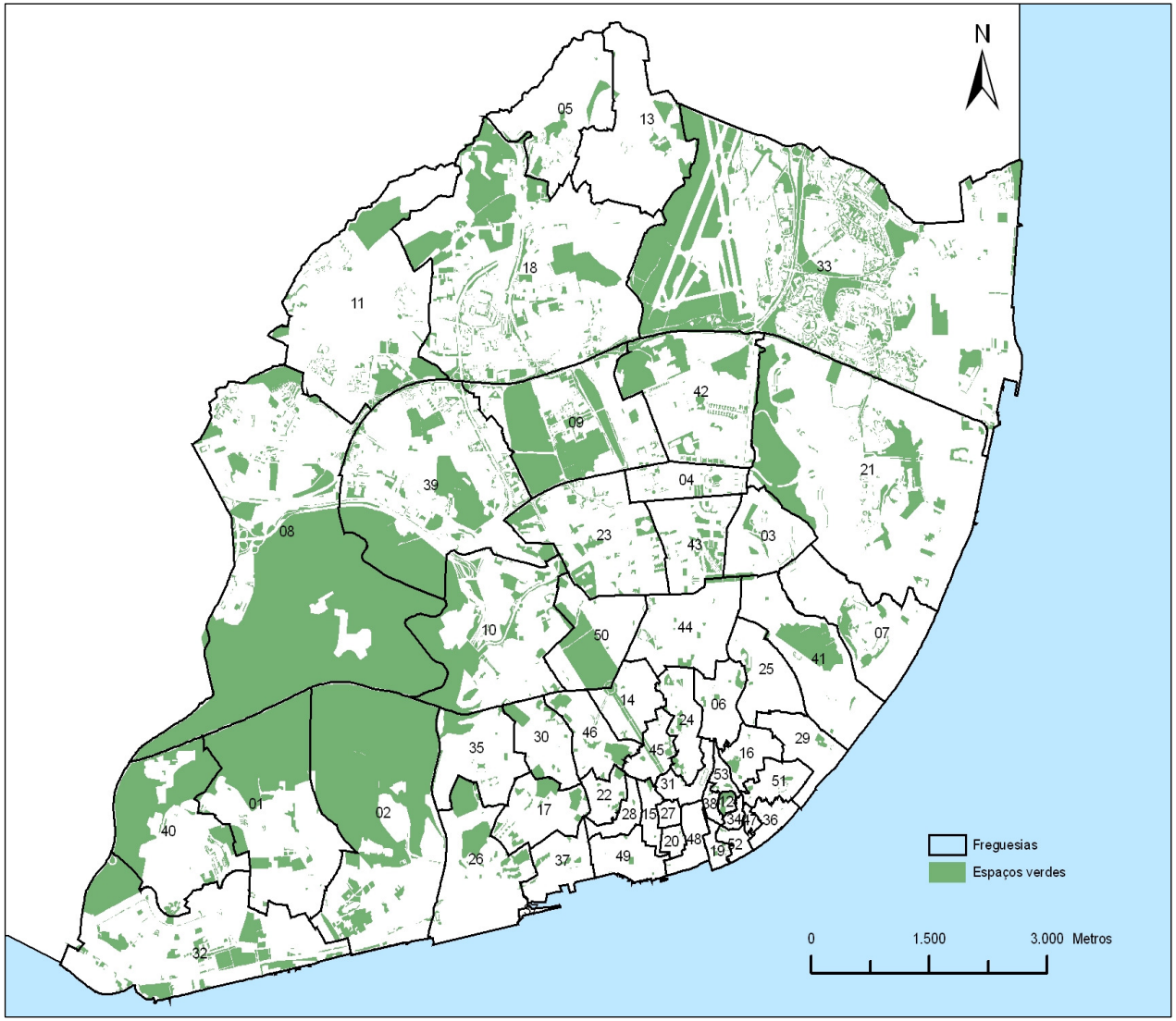
Apesar da tomada de consciência da influência dos factores ambientais na melhoria das condições de vida, nunca é demais sublinhar que a responsabilidade pelas questões da saúde recai sobre os indivíduos e os estilos de vida que lhes estão associados.

A Administração Central e Local desempenham um papel fundamental de acordo com as suas competências e recursos, ao intervir sobre o ambiente social, construído e natural. Porém, as acções locais necessitam de apoio, o que implica o compromisso por parte dos diversos poderes para reorientar as políticas no sentido da equidade, da promoção da saúde e da prevenção da doença – por outras palavras, adoptar uma “abordagem integrada” da saúde pública.

A saúde deve ser promovida e priorizada através de esforços cooperativos de indivíduos e grupos da cidade. Desta maneira, os grupos comunitários e as associações locais devem ser agentes activos em todos os processos que contribuam para tornar a cidade num local saudável para viver. O apoio activo por parte dos prestadores de cuidados de saúde é essencial em todo este processo.

1.2. Referencial Estatístico

Mapa 3 - Espaços Verdes da Cidade de Lisboa



Fonte: CML/DPE/2006.

Referencial Estatístico - Cidade Saudável

	Concelho de Lisboa									Região Lisboa		
	2001(1)			2004(2)			2005(3)			2005(3)		
Indicadores	N.º	%	‰	N.º	%	‰	N.º	%	‰	N.º	%	‰
Saúde												
Médicos por 1000 habitantes			12,4			13,5			13,9			5
Enfermeiros por 1000 habitantes			14,1			15,2			17,5			5,2
Internamentos por 1000 habitantes						451,5			463,2			141,4
Nº médio de consultas por habitante	8,4			8,4			8,3			4		
Taxa de ocupação das camas		62,8			66,3			74,8			79,1	
Camas nos estabelecimentos de saúde por 1000 habitantes			16,5			15,4			14			4,2
Total de Hospitais	41			40			39			59		
Oficiais	23			23			22			32		
Privados	18			17			17			27		
Centros de Saúde	17			17			17			54		
Extensões de C. Saúde	35			32			30			168		
Total de Pessoal ao serviço*	1.802			1.624			1.654			6.414		
Médicos	624			562			554			1.964		
Pessoal de enfermagem	371			310			377			1.555		
Outros	807			752			723			2.895		
* Dados referentes aos Centros de Saúde e respectivas Extensões												
Farmácias	333			311			308			770		
Profissionais de farmácia	305			265			287			1.261		
Taxa Bruta de Mortalidade			14,4			14,1			14,7	9,5		9,5
Taxa Bruta de Natalidade			9,9			10,6			11,3			
Resíduos Sólidos e Urbanos												
Papel e cartão(4)	13.911			15.296			18.262			50.025		
Vidro(4)	6.455			8.331			9.459			33.337		
Embalagens(5)	1.541			2.717			3.512			12.645		
Qualidade do Ar												
N.º de dias com Índice de Qualidade do Ar(6) Bom e Muito Bom												
Bom	88			176			149					
Muito Bom	11			12			6					

Referencial Estatístico - Cidade Saudável (Cont.)

	Concelho de Lisboa									Região Lisboa		
	2001[1]			2004[2]			2005[3]			2005[3]		
Indicadores	N.º	%	‰	N.º	%	‰	N.º	%	‰	N.º	%	‰
Espaços Verdes[7]												
Area total de espaços verdes	2.031ha											
Area total do Município de Lisboa	8.436 ha											
Percentagem de área ocupada por espaços verdes públicos		24,1										
Capitação de espaços verdes urbanos públicos	36,5m2/hab											
Ciclovias [7]												
Extensão de ciclovias em meio urbano	39,7 Km											
Água[8]												
Percentagem de Medições que excedem os parâmetros impostos legalmente (Decreto-Lei n.º 243/2001, de 5 de Setembro)					0,30			0,39				
Acessibilidade [9]												
Nº de edificios de habitação acessíveis	15.565											
Nº de edificios de habitação não acessíveis	37.822											
Segurança [10]												
Total de acidentes de viação com vítimas	2.730			2.621			2.543			8.751		
Nº de mortes por acidente de viação	49			30			37			171		
Taxa de atropelamento de peões		34										
N.º de crimes de furto / roubo por esticão na via pública				4.454			4.833			10.740		
Cultura e Lazer [11]												
Taxa de ocupação dos cinemas					14,8			13,3			11,2	
N.º de visitantes a museus	3.417.461			86.285			93.441			67.291		
N.º de visitantes de galerias de arte e outros espaços de exposições temporárias	1.289.878			1.186.126			1.195.630			1.586.396		

Referencial Estatístico - Cidade Saudável (Cont.)

Desporto [12]	N.º	%
N.º de utilizadores de instalações desportivas municipais		
Piscinas (Set. 2007 - Ago. 2008)	75.364	
Campos de Futebol (Fev. 2008 - Ago. 2008)	10.168	
Pavilhões/Ginásio (Fev. 2008 - Ago. 2008)	25.477	
Polidesportivo (Fev. 2008 - Ago.2008)	2.286	
Taxa de ocupação das instalações desportivas municipais		
Piscinas (Abr. e Mai. 2008)		48
Campos de Futebol (Abr. e Mai. 2008)		40
Pavilhões/Ginásio (Abr. e Mai. 2008)		47
Polidesportivo (Abr. e Mai. 2008)		12
Água[13]		
Percentagem de Medições que excedem os parâmetros impostos legalmente (Decreto-Lei n.º 243/2001, de 5 de Setembro) - 2007		0,35

(1) INE, Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo - 2002, edição 2003

(2) INE, Anuário Estatístico da Região de Lisboa 2005, edição 2006

(3) INE, Anuário Estatístico da Região de Lisboa 2006, edição 2007

(4) CML/DHURS - Materiais recolhidos selectivamente na origem do processo de recolha

(5) Inclui as embalagens de plástico, metais ferrosos e não ferrosos e embalagens de cartão para líquidos alimentares

(6) índice de qualidade do ar de uma determinada área resulta da média aritmética calculada para cada um dos poluentes medidos em todas as estações da rede dessa área

(7) CML/DMAU/DEP - Abril 2007

(8) EPAL - Março 2007

(9) INE, Censos 2001

(10) DGV e INE

(11) INE - Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio

(12) CML/DD

(13) EPAL

Analisando os indicadores que descrevem o "estado de saúde" da cidade de Lisboa e, começando pelos indicadores clássicos de saúde, os Centros de Saúde da Administração Regional de Saúde abrangem a população residente nas freguesias da cidade e também as pessoas que trabalham na zona de influência dos respectivos Centros de Saúde. Assim, e de acordo com o Volume I da Carta de Equipamentos elaborada pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, existiam em 2004, zonas da cidade onde o número de inscritos era superior ao número de residentes. Encontravam-se inscritos nos Centros de Saúde da Administração Regional de Saúde, 586 004 utentes, enquanto que a população de Lisboa estimada era de 511 932 habitantes.

Lisboa em relação à média da Região de Lisboa concentra mais médicos e enfermeiros pelo facto de ser a capital do País e possuir serviços que respondem a um nível territorial mais abrangente, não correspondendo só à população da cidade. De salientar a dimensão que o sector privado tem na cidade de Lisboa existindo em 2005 e a esse título, 17 hospitais privados.

Para além dos Centros de Saúde da Administração Regional de Saúde, coexistem outros equipamentos que prestam serviços de saúde na cidade, nomeadamente as Unidades de Saúde Santa Casa (SCML). Existem outros serviços de saúde, assegurados por outras entidades e organismos, que não se encontram contabilizados no Referencial Estatístico, mas que abrangem um número considerável de utentes.

Outro indicador passível de avaliar uma cidade saudável, consiste na qualidade do ar. Na cidade de Lisboa, é o sector dos transportes que tem maior impacto na redução da qualidade do ar pelo facto de ser a principal fonte de óxidos de azoto.

Através da informação disponível *online*[19] qualquer cidadão pode aceder à informação sobre a qualidade do ar. O índice de qualidade do ar é uma ferramenta que permite uma classificação simples e compreensível do estado da qualidade do ar. Foi desenvolvido para poder traduzir a qualidade do ar, especialmente das aglomerações existentes no país, mas também de algumas áreas industriais e das cidades. São cinco os poluentes englobados no índice de qualidade do ar: Dióxido de azoto (NO2); Monóxido de carbono (CO 8h); Ozono (O3); Partículas inaláveis ou finas (PM10) e SO2, Dióxido de enxofre.

[19] www.qualar.org

Quadro 4 - Número de dias com Índice de Qualidade do Ar - Bom e Muito Bom

Índice	Ano				
	2001	2002	2003	2004	2005
Bom	88	89	181	176	149
Muito Bom	11	12	11	12	6

Fonte: www.qualar.org

De acordo com os dados do Quadro 4, verifica-se que entre 2001 e 2003, o número de dias com Boa Qualidade do ar na cidade de Lisboa foi aumentando, tendo sido registada posteriormente uma ligeira diminuição. Relativamente ao n.º de dias em que a qualidade do ar foi considerada Muito Boa, de salientar que no período de 2001 a 2004, os valores apesar de estáveis foram muito baixos, tendo o ano de 2005 registado somente 6 dias com Muito Boa Qualidade do ar.

A cidade de Lisboa possui mais de 2000 ha de espaços verdes, o que representa um indicador transversal à promoção da saúde. De referir o Parque Florestal de Monsanto como uma zona verde de excelência da cidade, enquanto factor essencial à promoção da saúde e melhoria da qualidade de vida em contexto urbano, encorajando o contacto com a natureza, com vista à sua apropriação, respeito e valorização.

De acordo com a recomendação da Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU) a capitação mínima é de 30 m2/hab. para a Estrutura Verde Principal (EVP). A área total de espaços verdes de Lisboa encontrava-se acima do recomendado, registando-se um total de 2031 ha de espaços verdes, o que conduz a uma capitação de 36,5 m2/hab (2001).

Para além dos espaços verdes para a prática de actividades ao ar livre, a cidade dispõe de outras infra-estruturas / equipamentos destinadas a diferentes práticas desportivas, o que contribui para a qualidade de vida dos seus habitantes, como as Piscinas Municipais, Pavilhões, Campos de Futebol e de Ténis, Parques Infantis, Circuitos de Manutenção e Ciclovias, entre outros.

As ciclovias permitem contribuir para a melhoria da qualidade do ar, valorizando comportamentos pró-activos de utilizadores de meios de transporte alternativos ao automóvel. A adopção deste tipo de comportamentos conducentes a uma vida urbana mais saudável e a criação de infra-estruturas que os incentivem e os permitam, conferem à cidade condições para

estilos de vida mais saudáveis. Lisboa, dispõe de condições físicas, ambientais e climáticas favoráveis à existência de espaços de utilização pública que permitem aos cidadãos usufruir e viver a cidade em toda a sua plenitude. A zona ribeirinha, entre a Torre de Belém e o Cais do Sodré, ficará beneficiada caso venha a ser concretizada a pista ciclável prevista, que aumentará desta forma os cerca de 40 km de ciclovias em meio urbano que existem actualmente em Lisboa.

A gestão da qualidade da água no sistema de abastecimento da EPAL, desde as origens até à torneira do consumidor da cidade de Lisboa, é garantida através da aplicação de diversas medidas, tais como:

- o recurso a tecnologias de tratamento adequadas à qualidade da água captada,

- a aplicação de práticas de manutenção preventiva e correctiva,

- a monitorização em contínuo de parâmetros da qualidade da água em locais estratégicos do sistema de abastecimento e,

- a realização de estudos/projectos visando a melhoria da qualidade da água abastecida.

De acordo com o Relatório divulgado pela EPAL[20], foram realizadas durante o ano de 2007, cerca de 538 000 determinações de parâmetros físico-químicos, microbiológicos, organolépticos e biológicos em amostras de água colhidas na totalidade do sistema de abastecimento da EPAL:

- Cerca de 340 000 determinações foram realizadas nos dois laboratórios instalados nas Estações de Tratamento de Água (ETA) da Asseiceira e de Vale da Pedra para controlo do processo de tratamento;
- Cerca de 198 000 determinações foram realizadas no Laboratório Central da EPAL, instalado em Lisboa, no cumprimento do estabelecido na legislação nacional respeitante qualidade da água para consumo humano (controlo legal), na realização de controlo operacional/ vigilância em toda a extensão do sistema de abastecimento, no tratamento de reclamações de qualidade da água, na identificação de causas de incumprimentos de valores paramétricos, etc..

A percentagem de análises efectuadas em incumprimento aos valores paramétricos na cidade de Lisboa, isto é, cujos valores das medições excedem os parâmetros impostos definidos

[20] EPAL - Qualidade da Água para Consumo -Relatório Anual 2007.

legalmente, desde 2004 tem sido constantemente inferior a 0,4% o que atesta a excelente qualidade da água fornecida pela EPAL.

Quanto aos Resíduos Sólidos Urbanos, a recolha selectiva de materiais recicláveis, iniciou-se na capital em 1987, com os tradicionais vidrões *iglô* para a deposição de vidro. Seguiu-se, em 1993, a reciclagem do papel e cartão, através de entrega voluntária deste tipo de material, em locais da Câmara Municipal de Lisboa destinados à sua recepção.

Em 1997 com a implementação progressiva de ecopontos, até cerca de 1 000 unidades instaladas, foi possível alargar a recolha selectiva a outros materiais: embalagens de plástico, metal e de cartão compósito (do tipo 'tetrabrick'). Estes sistemas de recolha têm por base a deposição voluntário pelos munícipes em equipamentos de grande capacidade e de utilização colectiva.

Actualmente, o sistema de recolha porta a porta abrange cerca de 35 000 habitações e 3 500 entidades.

A acessibilidade nos edifícios de habitação é outro indicador que interessa referir. Os Censos de 2001 informam da existência de 15 565 edifícios acessíveis e 37 822 edifícios não acessíveis. No entanto, os peritos na área da acessibilidade ao analisarem os critérios utilizados no Censos são de parecer que estes critérios utilizados não são suficientes para a caracterização da acessibilidade dos edifícios. Os factos apontados são de que, mesmo sabendo que um edifício tem elevador, não existem elementos que permitam saber se no seu interior haverá espaço para uma cadeira de rodas se movimentar. Verifica-se a mesma situação em relação às rampas de acesso. O facto de serem identificadas sem o respectivo grau de inclinação, não permite caracterizar a acessibilidade totalmente. Assim, é provável que a percentagem do edificado acessível em Lisboa seja inferior à apontada pelo Censos 2001.

Chega-se assim à conclusão que, da totalidade dos edifícios existentes, mesmo utilizando estes critérios com a falibilidade que já foi referida anteriormente, cerca de 70% serão inacessíveis.

De realçar que só 32,3% [21] dos edifícios da Grande Lisboa foram construídos após 1981, tendo sido unicamente em 1982 que, pela primeira vez em Portugal, existiu a primeira tentativa de legislar a acessibilidade do meio edificado através do Decreto-Lei n.º 43/82, de 8 de Fevereiro. Embora este decreto-lei tenha sido revogado, as normas técnicas que dele faziam parte, foram publicadas como recomendações para o projecto de edifícios públicos em 1986, tendo tido, segundo parece, um reduzido reflexo na acessibilidade dos edifícios de habitação construídos

[21] Censos 2001, Lisboa, INE.

após essa data. O facto da maioria dos edifícios de habitação serem de construção anterior aos anos 70, em que a questão da acessibilidade nem sequer se colocava, leva a crer que os graus de acessibilidade a que se chega ao aplicar os critérios do Censos 2001, estarão muito longe da realidade.

A acessibilidade dos edifícios de habitação não deve resumir-se ao percurso de acesso aos fogos. Também o desenho dos fogos, nomeadamente ao nível das áreas de circulação e de manobra é importante. Ainda no interior dos fogos outras questões se levantam que já não terão muito a ver com a acessibilidade, mas com o uso e a segurança que são relevantes quando se trata de utilizadores que podem ter capacidades reduzidas de interacção.

Não existem dados disponíveis para se efectuar uma avaliação quantitativa da acessibilidade da via pública em Lisboa. Há, no entanto, a convicção empírica de que a cidade de Lisboa apresenta baixos níveis de acessibilidade que se prendem, nomeadamente, com a largura dos canais de tráfego pedonal, ausência de rebaixamento dos passeios nos atravessamentos, ocupação desordenada dos mesmos com equipamento urbano e estacionamento irregular, má construção e conservação das calçadas, insuficiência de semáforos adaptados, tempos de atravessamento nas passadeiras demasiado rápidos, inexistência de bancos, etc.

A própria morfologia da cidade também levanta problemas ao nível da mobilidade pedonal, com áreas de elevado declive, principalmente nas zonas históricas, em que se alia esse facto à existência de arruamentos estreitos, determinando um conflito de uso entre o tráfego automóvel e o pedonal.

1.3. Estratégias de Intervenção

No contexto das sociedades actuais, falar em cidade saudável é falar num conjunto de factores e condições passíveis de trazer qualidade de vida às populações aí residentes aos mais variados níveis, nomeadamente ao nível da saúde. Uma Cidade Saudável pressupõe um estádio de desenvolvimento onde coexista bem-estar físico, social, emocional, cultural, e ambiental.

- **Políticas de Ordenamento do Território promotoras de saúde e de estilos de vida saudáveis**

A ausência de Políticas de Ordenamento do Território desconcertadas e inviabilizadoras de qualidade de vida, tende a conferir às populações a adopção de comportamentos e estilos de vida comprometedores do seu bem-estar, pelo que, estas políticas deverão reforçar o papel do espaço público enquanto promotor de rotinas saudáveis e constituir um incentivo a atitudes pro-activas a todos os cidadãos.

- **Rede qualificada de respostas específicas para a saúde mental**

O agravamento e complexificação das situações relacionadas com patologias das esferas do foro emocional e mental, impõem o reforço e a adequabilidade da rede de respostas, no sentido de garantir alternativas para as novas problemáticas emergentes. Para o efeito, as equipas técnicas deverão integrar profissionais em número suficiente, com o perfil e formação adequados à especificidade no âmbito da saúde mental.

- **Fórum Cidade Saudável**

Para intervir é necessário conhecer. Realizar diagnósticos de proximidade, que possibilitem o conhecimento dinâmico e efectivo do tecido social, em vários domínios, é fundamental para a definição de um Plano de Saúde, onde deverão ser definidas prioridades, instrumentos de monitorização da informação e critérios de avaliação.

Matriz 1 - Estratégias de Intervenção da Cidade Saudável

	Necessidades/ Problemas Críticos	Estratégias de Intervenção	Propostas de Acção	Recursos	
				Parcerias Existentes/ Parcerias a Mobilizar	Potencialidades Institucionais

Cidade Saudável	• Políticas de ordenamento do território desconcertadas e inviabilizadoras de uma cidade saudável.
	• Espaço público e acessibilidades desadequados às necessidades da população.
	• Predominância de estilos de vida sedentários maioritariamente associados ao processo de envelhecimento da população.
	• Agravamento das situações de stress e depressão.
	• Insuficientes redes informais de apoio, minimizadoras do isolamento.
		POLÍTICAS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO PROMOTORAS DE SAÚDE E DE ESTILOS DE VIDA SAUDÁVEIS	• Planear o espaço urbano orientado para um ambiente saudável, participado, e disciplinador do espaço público.
			• Dar cumprimento às políticas de sustentabilidade ambiental, nomeadamente, redução do ruído e da poluição atmosférica, melhoria da qualidade da água, e tratamento de resíduos sólidos urbanos e outros.
			• Incentivar a construção sustentável.
			• Qualificar e rentabilizar a rede de infra-estruturas de equipamentos sociais, saúde, desporto e outros.
			• Potenciar a rede de espaços verdes existentes.
			• Aumentar a rede ciclável da cidade.
			• Reforçar as políticas de habitação e urbanismo promotoras de Cidades Saudáveis.
			• Fomentar políticas de utilização do transporte público:
			  ○ Adaptar e articular as redes de transportes públicos às necessidades da população;
			  ○ Incentivar a opção pelo transporte público garantindo a satisfação dos utentes.
			• Promover o convívio e a prática de exercício físico ao ar livre.
				• Administração Central – Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional /DGOTDU, CCDRLVT - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região de Lisboa e Vale do Tejo, Ministério da Saúde
				• **Administração Local**
				• ISS, IP – Instituto da Segurança Social
				• **Rede Social de Lisboa (C. Dist. Lisboa, CML e SCML)**
				• Parceiros da Rede Social
				• Juntas de Freguesia
				• **Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis**
				• Alto Comissariado da Saúde
				• **ARSLVT - Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo**
				• LNEC - Laboratório Nacional de Engenharia Civil
				• Instituto Politécnico de Lisboa – Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa
				• Escola Nacional de Saúde Pública
				• Entidades e Instituições, Públicas e Privadas com responsabilidade nesta matéria, entre outras.
					• PNPOT – Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território
					• Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável
					• Plano Nacional de Acção Ambiente e Saúde
					• PROT AML – Plano Regional de Ordenamento do Território
					• Rede de Cuidados Continuados - Saúde Mental

Matriz 1 – Estratégias de Intervenção da Cidade Saudável (Cont.)

	Necessidades/ Problemas Críticos	Estratégias de Intervenção	Propostas de Acção	Recursos	
				Parcerias Existentes/ Parcerias a Mobilizar	Potencialidades Institucionais
Cidade Saudável	• Incapacidade de respostas no sector público às situações relacionadas com a saúde mental. • Insuficiente cobertura de equipamentos para acompanhamento das situações de saúde mental. • Incapacidade dos serviços convencionais em dar resposta às novas problemáticas emergentes em saúde mental. • Insuficiente qualificação dos recursos humanos e inadequados perfis profissionais para o acompanhamento de *novas patologias*.	REDE QUALIFICADA DE RESPOSTAS ESPECÍFICAS PARA A SAÚDE MENTAL	• Reforçar as parcerias entre a Rede Pública e Rede Privada, de forma a tornar as respostas específicas para a saúde mental mais eficientes, permitindo o aumento da respectiva taxa de cobertura. • Reforçar a rede de equipamentos convencionais incluindo projectos específicos de acolhimento na vertente da doença mental: residências assistidas, unidades de vida autónoma e outros. • Rentabilizar as capacidades dos serviços de apoio à saúde mental (espaços físicos, recursos humanos e outros). • Criar respostas alternativas no acompanhamento da doença mental. • Dotar as equipas de técnicos com perfil adequado e formação específica na área da saúde mental.	• **Administração Central – Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e da Segurança Social, Ministério da Justiça** • Administração Local • ISS, IP – Instituto da Segurança Social • Rede Social de Lisboa (C. Dist. Lisboa, CML e SCML) • Parceiros da Rede Social • Juntas de Freguesia • **Alto Comissariado de Saúde** • **ARSLVT - Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo** • Instituto Politécnico de Lisboa – Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa • Escola Nacional de Saúde Pública • Entidades e Instituições, Públicas e Privadas com responsabilidade nesta matéria – Universidade Aberta, Ordem dos Médicos, Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa Hospital da Luz (CHPL - Miguel Bombarda, CHPL – Júlio de Matos), entre outras.	• Rede de Escolas Promotoras de Saúde • Linha Saúde 24 • Plano Nacional de Saúde Mental • POPH - Programa Operacional do Potencial Humano • Programa PARES (área do Reforço de Equipamentos para Pessoas com Deficiência)

Matriz 1 – Estratégias de Intervenção da Cidade Saudável (Cont.)

	Necessidades/ Problemas Críticos	Estratégias de Intervenção	Propostas de Acção	Recursos	
				Parcerias Existentes/ Parcerias a Mobilizar	Potencialidades Institucionais
Cidade Saudável	• Parque habitacional e espaço público degradados. • Espaço público e acessibilidades desadequados às necessidades da população. • Existência de factores promotores de desequilíbrio emocional e mal-estar social (precariedade de emprego, desinserção social, entre outros). • Estilos de vida associados a hábitos alimentares de risco para a saúde. • Agravamento das doenças associadas a estilos de vida pouco saudáveis (obesidade/ hipertensão/ diabetes/ doenças respiratórias/ depressões/ perturbações de personalidade / novos comportamentos). • Alterações nos padrões de consumo e nos comportamentos aditivos (dependências - drogas, tabagismo, alcoolismo, entre outros). • Diagnósticos insatisfatórios sobre a realidade da doença mental na cidade. Informação dispersa e insuficiente. • Predominância de estilos de vida sedentários maioritariamente associados ao processo de envelhecimento da população.	FÓRUM CIDADE SAUDÁVEL	• Promover o debate periódico entre os agentes. • Criar instrumentos uniformizados de suporte à recolha, avaliação e monitorização de informação. • Realizar diagnósticos de proximidade que permitam o conhecimento efectivo das comunidades nas questões da saúde e estilos de vida. • Criar um Plano de Saúde flexível e passível de ser territorializado, contribuindo para a definição de prioridades de intervenção. • Promover e divulgar medidas conducentes à prevenção de hábitos alimentares de risco, incentivando estilos de vida saudáveis. • Apoiar o empreendedorismo social focalizado para a inovação em saúde. • Reforçar a rede de cuidados continuados • Aumentar as redes informais de suporte social (voluntariado).	• Administração Central – Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional/DGOTDU, CCDRLVT - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região de Lisboa e Vale do Tejo, Ministério da Saúde • Administração Local • ISS, IP – Instituto da Segurança Social • Rede Social de Lisboa (C. Dist. Lisboa, CML e SCML) • Parceiros da Rede Social • Juntas de Freguesia • Conselho Municipal para a Integração da Pessoa com Deficiência • Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis • Escola Nacional de Saúde Pública • Alto Comissariado para a Saúde • Coordenação Nacional para a Infecção VIH/Sida. • IDT – Instituto da Droga e da Toxicodependência • REAPN – Rede Europeia Anti – Pobreza/Portugal • ARSLVT - Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo • LNEC - Laboratório Nacional de Engenharia Civil • Instituto Politécnico de Lisboa – Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa • Escola Nacional de Saúde Pública • Plataforma contra a Obesidade • Carris – Programa Carsharing • Entidades e Instituições, Públicas e Privadas, IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social), ONG (Organizações Não Governamentais) e Universidades com responsabilidade nesta matéria, entre outras.	• Plano Nacional de Saúde • PNPA – Plano Nacional de Promoção da Acessibilidade • Programa Formação Profissional e Emprego da Pessoa com Deficiência • PAIPDI – Plano de Acção para a Integração da Pessoa com Deficiência ou Incapacidade

2 - Crescer com Oportunidades

2.1. Enquadramento Conceptual

Uma integração harmoniosa do adulto na sociedade em que está inserido depende do seu ciclo de vida e do seu processo de socialização desde a infância. É a partir do quadro familiar que se irão "filtrar"as outras experiências da vida social, constituindo a família a instância principal de socialização e educação das crianças ao qual acresce as intervenções da sociedade, nomeadamente o papel de mediação da escola que tem vindo a assumir maior relevo.

A família é o espaço natural que deve garantir a educação, o desenvolvimento e a protecção das crianças, tendo pais e educadores responsabilidades no desenvolvimento das suas competências e potencialidades. É no exercício de uma parentalidade positiva, que se concretiza o comportamento parental necessário ao pleno desenvolvimento das crianças. O apoio aos pais com os meios necessários para melhor conhecerem os seus papéis, responsabilidades e a natureza das suas obrigações, e, os seus próprios direitos, é um vector fundamental para que as crianças possam ter acesso aos Direitos e Crescer com Oportunidades.

As mudanças associadas às alterações dos padrões familiares e das relações entre gerações têm originado novas formas de vivência da conjugalidade e de vida familiar tais como, a coabitação sem casamento ou agregados familiares monoparentais entre outras, com implicações nas oportunidades de vida e condições de desenvolvimento das crianças.

São conhecidas as maiores dificuldades em equilibrar vida pessoal/familiar com a vida profissional das famílias monoparentais, com a responsabilidade na prestação de cuidados às crianças pelo que, o apoio aos pais facultando-lhes o acesso a serviços e equipamentos de apoio, tornando-se essencial ao exercício de uma parentalidade positiva. As mulheres, em particular, enfrentam constrangimentos no acesso ao mercado de trabalho e na gestão do tempo quando confrontadas com a necessidade de estruturas de acolhimento para as crianças, pelo que, a promoção do acesso às estruturas de apoio é também um contributo para a promoção da igualdade de género.

A UNICEF refere estar "comprovado cientificamente ser na primeira infância que a criança desenvolve grande parte do potencial mental que terá quando adulto, constituindo-se esta fase como uma "janela" de oportunidades. A atenção integral nessa faixa etária tem influência no sucesso escolar, no desenvolvimento de factores de resiliência e auto-estima necessários para

continuar a aprendizagem, na formação das relações e da auto-protecção requeridas para a independência económica e no preparo para a vida familiar."[22]

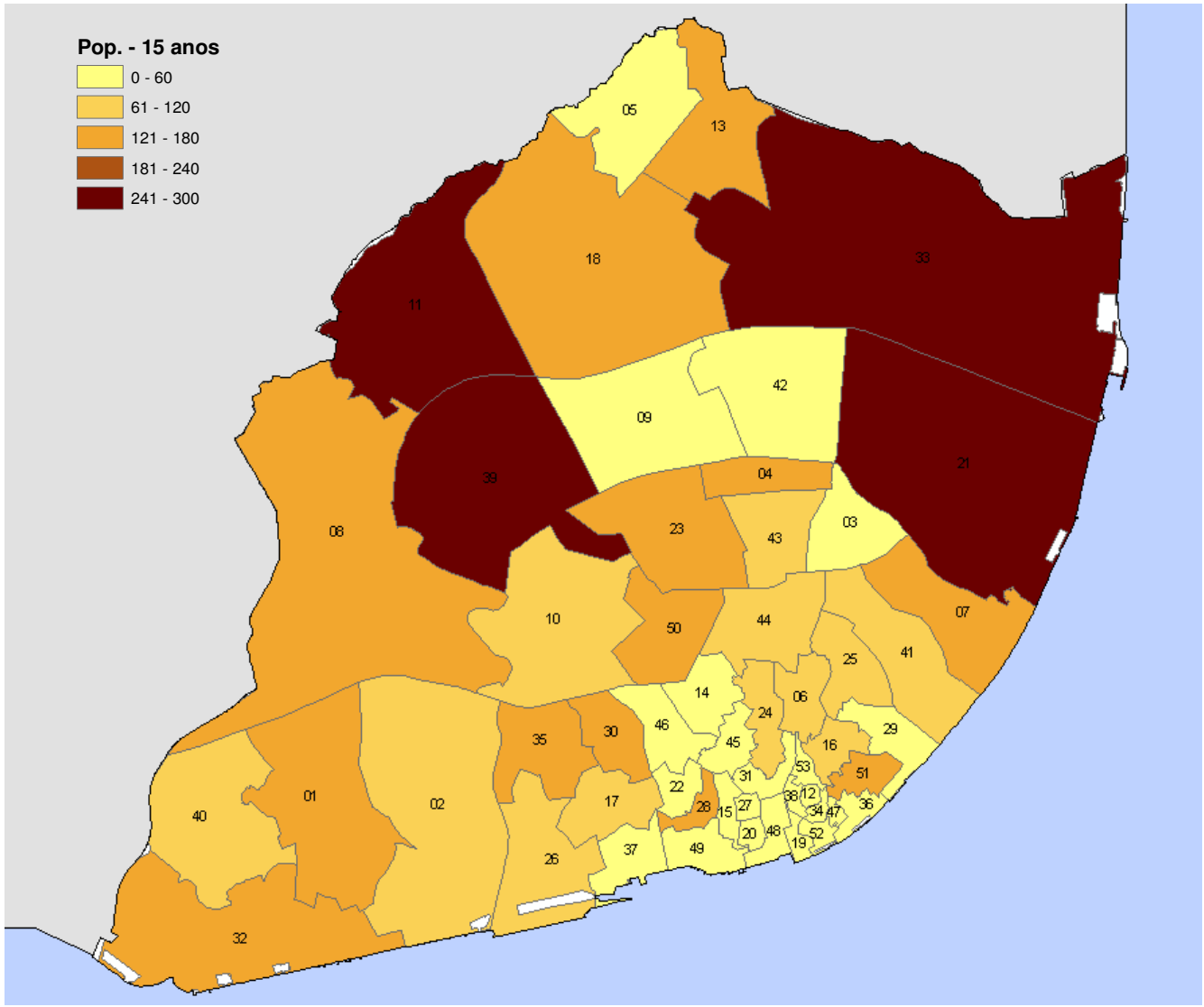
Se as oportunidades de vida de cada indivíduo se definem na primeira infância, os cuidados às crianças, a qualidade das estruturas educacionais e dos seus programas são investimentos reconhecidos como essenciais para aumentar as oportunidades.

As estruturas de acolhimento e de educação pré-escolar criam condições para apoiar o desenvolvimento das crianças, assim como os sistemas de educação e formação desempenham um contributo essencial para compensar desvantagens criando "oportunidades de vida". O combate ao abandono escolar precoce e o reforço das qualificações dos jovens são factores que melhoram as vantagens educativas, as perspectivas de acesso ao mercado de trabalho e ao desenvolverem competências para atitudes que promovem a aprendizagem ao longo da vida, contribuem também para quebrar a transmissão intergeracional da pobreza.

Relativamente às crianças e jovens que vivem situações de maior vulnerabilidade ou desvantagem no acesso às oportunidades que a sociedade oferece, têm que ser criadas acções facilitadoras e reparadoras que promovam a igualdade de oportunidades. Tal como é referido no documento sobre a *Formulação de Propostas de Concepção Estratégica das Intervenções Operacionais do Domínio da Inclusão Social*, em relação aos cidadãos que vivem situação de pobreza ou exclusão, "Recai também sobre o sistema de educação e formação uma grande responsabilidade no desenvolvimento de estratégias de intervenção precoce e reparadoras que permitam contribuir para romper as "amarras" da exclusão e da pobreza. Na realidade, pela via do desenvolvimento de competências pessoais e sócio-profissionais é possível dar aos cidadãos em risco de exclusão (intervenção precoce) ou que já estão nessa situação (intervenção reparadora) uma nova oportunidade de integração de pleno direito na vida económica e social do espaço onde residem."[23]

[22] www.unicef.org/br.
[23] Capucha, Luís (coordenação) e outros, Formulação de Propostas de Concepção Estratégica das Intervenções Operacionais do Domínio da Inclusão Social, Protocolo ISCTE e DGDR, Julho 2005, pág. 43.

Mapa 4 - População Residente com Menos de 15 anos por Freguesia



Fonte: INE, Censos 2001.

Referencial Estatístico - Crescer com Oportunidades

	Concelho de Lisboa												Região de Lisboa								
	2001			2005			2006			2007			2005			2006			2007		
Indicadores	N.º	%	‰	N.º	%	‰	N.º	%	‰	N.º	%	‰	N.º	%	‰	N.º	%	‰	N.º	%	‰
Demografia																					
População residente	564.657			519.795			509.751			499.700			2.779.097			2.779.097			2.808.414		
População residente dos 0 aos 14 anos	65.548	11,6		67.778	13,0		68.167	13,4		68.287	13,7		432.767	15,6		438.501	15,7		444.154	15.8	
População residente dos 15 aos 24 anos	71634	12,7		49.093	9,4		46.475	9,1		44.474	8,9		303.961	10,9		297.758	10,7		292.315	10.4	
População residente dos 25 aos 64 anos	294.171			277.103			271.845			266.092			1.584.258			1.592.020			1.596.671		
População residente dos 15 aos 64 anos	365.805	64,8		326.196	62,8		318.320	62,4		310.566	62,2		1.888.219	67,9		1.889.778	68		1.888.986	67.3	
Relação de dependência dos jovens		17,9			20,8			21,4			22			22,9			23,2			23.5	
Famílias clássicas	234.451																				
Famílias clássicas com pessoas com menos de 15 anos	64.651	27,6																			
Núcleos familiares	161.544																				
Núcleos familiares monoparentais	30.335	18,8																			
Pai com filhos	4.027	13,3																			
Mãe com filhos	24.755	81,6																			
Avô com netos	135	0,4																			
Avó com netos	1.418	4,7																			
Taxa bruta de natalidade						11,3			10,9			11,3			11,7			11.4			11.3
Taxa de fecundidade geral			44,9			51,3			50			51,3			48			46.9			47
Índice sintético de fecundidade														1,6			1.5				
Taxa de fecundidade na adolescência														22,2			20.4				
Nados vivos fora do casamento					43.9			44,2						42,6			42.9			45.0	
Nados vivos fora do casamento com coabitação dos pais																					
Taxa quinquenal de mortalidade infantil por local de residência da mãe nos quinquénios de 2002-2004(a), 2001-2005(b)e 2002-2006(c)						5,6 (a)			5,3 (b)			5,0 (c)			4,4			4.1 (b)			3.9 (c)
Taxa quinquenal de mortalidade neonatal por local de residência da mãe nos quinquéniosde 2000-2004(a), 2001-2005(b) e 2002-2006(c)						3,6 (a)			3.4 (b)									2.6 (c)			

Referencial Estatístico - Crescer com Oportunidades (Cont.)

	Concelho de Lisboa												Região de Lisboa								
	2001			2005			2006			2007			2001			2005			2006		
Indicadores	N.º	%	‰	N.º	%	‰	N.º	%	‰	N.º	%	‰	N.º	%	‰	N.º	%	‰	N.º	%	‰
Escolarização																					
Taxa de pré-escolarização								122,9												69.9	
Taxa de escolarização no 1.º ciclo do Ensino Básico		158,0																			
Taxa de escolarização no 2.º ciclo do Ensino Básico		139,0																			
Taxa de escolarização no 3.º ciclo do ensino básico		141,0																			
Taxa bruta de escolarização no ensino básico								171,0												117.6	
Taxa de escolarização no ensino secundário		123,0						196,9												112.6	
Taxa de retenção no ensino básico		12,2			10,6			9,9									12.3			11.6	
Taxa de saída antecipada do sistema de ensino (ensino básico)		12,7												13,8							
Taxa de saída precoce do sistema de ensino (secundário)		26,3												32,6							
Taxa de transição/conclusão no ensino secundário		63,6			70,3			71,4									67.1			68.3	
Alunos matriculados no 1.º ciclo do ensino básico				28.273	31,2		27.949	31,8								128.349	35.5		127.528	33.5	
Alunos matriculados no 2.º ciclo do ensino básico				14.150	15,6		13.832	15,7								65.279	18.0		64.316	16.9	
Alunos matriculados no 3.º ciclo do ensino básico				20.527	22,7		20.979	23,8								67.003	18.5		95.778	25.2	
Alunos matriculados no ensino secundário				27.630	30,5		25.250	28,7								101.392	28.0		92.772	24.4	
Total de alunos matriculados				90.580			88.010									362.023			380.394		
Alunos matriculados no ensino profissional em todos os ciclos de ensino				5.298	5,8		5.231	5,9								8.484	2.3		8.105	2.1	
alunos matriculados no ensino recorrente em todos os ciclos de ensino				7.486	8,3		5.353	6,1								28.039	7.7		2.542	0.7	
Alunos matriculados no ensino superior							116.660									139.042			139.485		

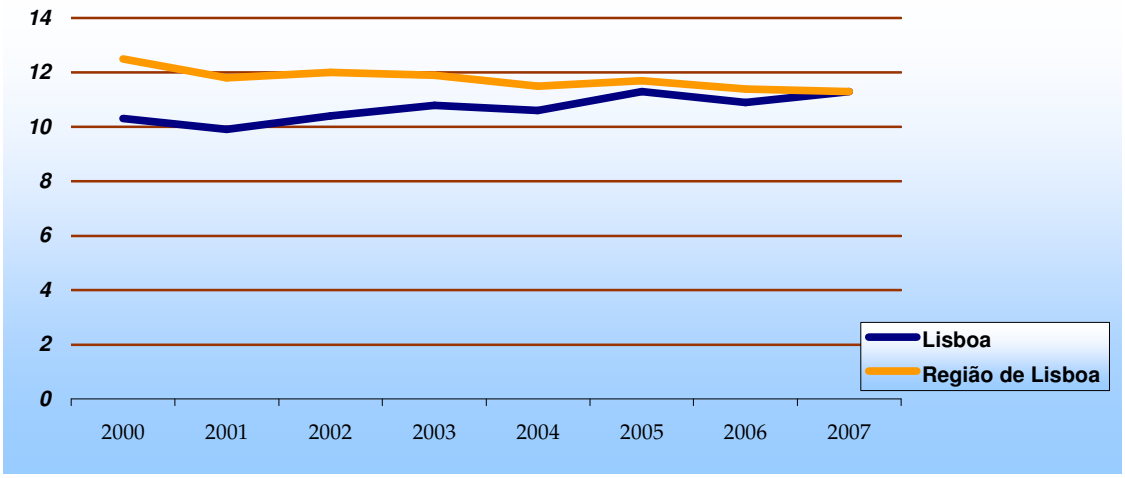
Fontes:
INE, Censos 2001
INE, Anuário Estatístico da Região de Lisboa 2005, edição 2006
INE, Anuário Estatístico da Região de Lisboa 2006, edição 2007
CML/ Carta Educativa de Lisboa, 2008
INE, Estatísticas Territoriais em www.ine.pt

Os dados do Censos 2001, informam que as freguesias de Lisboa que registam um maior número de residentes com menos de 15 anos são, por ordem decrescente, Charneca, Carnide, Lumiar, Marvila e Ameixoeira. São igualmente, aquelas onde se tem vindo a registar um crescimento no parque habitacional.

Os jovens com menos de 15 anos representavam em 2001, 11,6% da população total da cidade de Lisboa. As estimativas do INE para 2007 são de 13,7% da população nesta faixa etária para a cidade de Lisboa e de 15,8% para a Região de Lisboa.

A análise das estimativas populacionais da cidade apontam para um ligeiro crescimento da população com menos de 15 anos. Este facto reflecte o aumento da taxa de natalidade que passou de 10,3 nados vivos, por mil habitantes em 2000, para 11,3‰, em 2007. Na Região de Lisboa a tendência da taxa de natalidade é inversa, verificando-se uma redução de 12,5‰ em 2000 para 11,3‰ em 2007, apresentando o mesmo valor que a cidade de Lisboa.

Gráfico 3 - Evolução da Taxa de Natalidade



Fonte: INE, Estatísticas Demográficas.

A taxa de crescimento natural na cidade é negativa (-0,32% em 2007), devido à elevada taxa de mortalidade (14,5‰), não sendo suficiente o ligeiro aumento verificado na taxa de natalidade para inverter a situação. A taxa de crescimento migratório na cidade de Lisboa também regista um valor negativo de -1,17% indicando que Lisboa continua a perder população. Estas duas situações contribuem para que o crescimento efectivo da população seja negativo (-1,99%). A situação na Região de Lisboa, em 2007, é mais favorável, sendo o crescimento efectivo positivo em 0,3%. O valor do crescimento natural é de 0,22% e o crescimento migratório de 0,1%.

Segundo o Eurostat alguns demógrafos apontam que a opção do filho único tem vindo a tornar-se gradualmente, uma norma social em vários países europeus, tendência que também contribui para a redução da população. A situação em Portugal é de 1,4 filhos por mulher, tanto em 2005, como em 2006. Na Região de Lisboa este indicador (Índice Sintético de Fecundidade) é ligeiramente superior, tendo sido de 1,6 filho por mulher em 2005 e reduzido para 1,5 em 2006.

Para a cidade de Lisboa as estimativas da população apontam para um ligeiro aumento na taxa de fecundidade geral, 44,9‰ em 2001 para 51,3‰ em 2007.

Quadro 5 - Idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho

	2005	2006	2007
Portugal	27,8	28,1	28,2
Continente	27,8	28,1	28,3
Região de Lisboa	28,4	28,6	28,8
Grande Lisboa	28,5	28,7	28,9
Península de Setubal	28	28,3	28,3

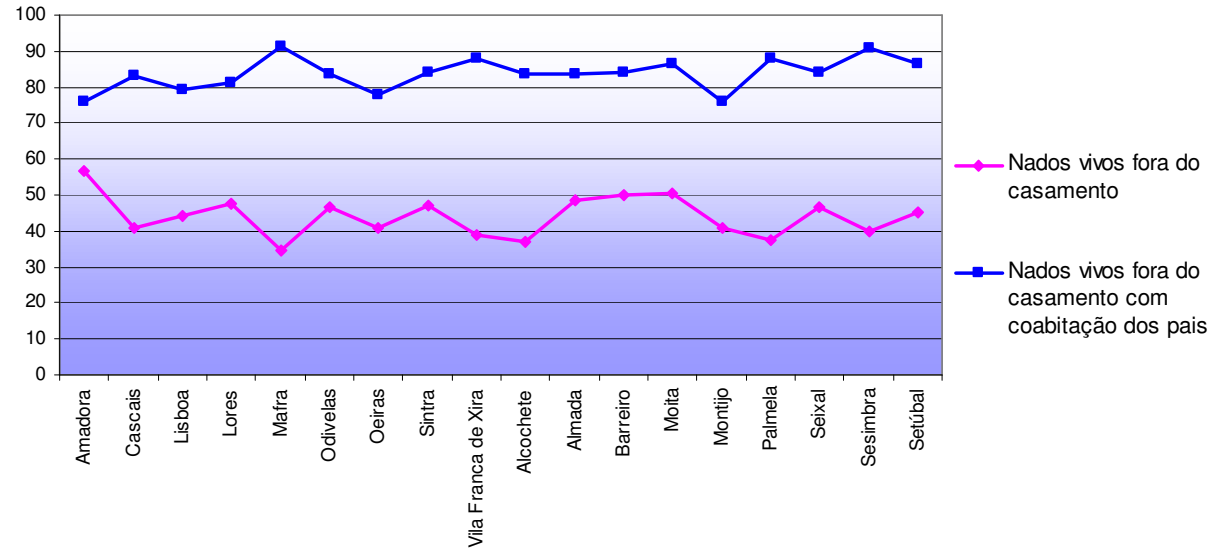
Fonte: INE, Estatísticas Demográficas.

A idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho tem vindo a registar um gradual aumento nos últimos três anos, tanto ao nível nacional como da Região de Lisboa, revelando-nos um progressivo adiamento da maternidade.

Em relação aos nascimentos, tanto a cidade como a Região de Lisboa acompanham as tendências europeias onde cerca de 40% das crianças são filhas de pais não casados.[24] Na cidade de Lisboa, em 2005, cerca de 43,9% das crianças nasceram de pais não casados o mesmo acontecendo a 44,0% em 2007. Na Região de Lisboa estes valores foram de 42,6% em 2005 e de 45% em 2007. A cidade e a região distanciam-se da média nacional que em 2005 foi de 30,7% de crianças nascidas de pais não casados e em 2007 de 33,6%.

[24] - Eurostat.

Gráfico 4 - Nados vivos fora do casamento na Região de Lisboa em 2007



Fonte: INE, Estatísticas Demográficas.

Relativamente ao indicador nados vivos fora do casamento, salienta-se o facto de ser o concelho da Amadora que apresenta o valor mais elevado, com 56,6% e uma das percentagens mais baixas do indicador N*ados Vivos Fora do Casamento com Coabitação dos Pais*, 76,2%. Inversamente, no concelho de Mafra, a percentagem de nados vivos fora do casamento é a mais baixa da Região de Lisboa com 34,8%, e das mais elevadas em número de nascimentos em regime de coabitação dos pais, 91,5%.

O indicador *Nados Vivos Fora do Casamento com Coabitação dos Pais*, indica-nos a percentagem de nascimentos que, embora os progenitores não sejam casados, vivem em regime de coabitação, correspondendo apenas a uma percentagem dos nados vivos fora do casamento. De acordo com o gráfico n.º 4 existe ainda que discreta, uma relação inversa entre os dois indicadores referidos, evidenciando que a maior percentagem de nados vivos fora do casamento representa mais nascimentos em que os progenitores não coabitam. Esta situação ilustra as profundas alterações da realidade da vida familiar embora as estatísticas não nos clarifiquem quais os tipos de agregados familiares resultantes desta transformação.

Algumas das mudanças ocorridas nas estruturas familiares relacionam-se com a sua diversificação e estão estreitamente associadas à evolução/transformação das atitudes sociais:

- Alterações da família clássica,
- Crescimento do número de famílias unipessoais,
- Menos casamentos e mais tardios ou segundos casamentos de pessoas divorciadas,
- Mais coabitação sem casamento,

- Mais divórcios,
- Casamentos de pessoas com diferentes nacionalidades,
- Uniões de facto entre pessoas do mesmo sexo,
- Aumento do número de agregados familiares monoparentais, entre outras.

Esta pluralidade de realidades da vida familiar referem-se a algumas alternativas de vida que os indicadores estatísticos progressivamente vão revelando.

As transformações que as famílias têm vindo a registar nas sociedades ocidentais contribuíram tanto para a sua diversificação como para uma maior visibilidade social dos novos modos de vida.

As famílias monoparentais e os núcleos familiares reconstituídos são indicadores destas alterações com representação no Censos 2001.

Na cidade de Lisboa em 2001, os núcleos familiares monoparentais representavam 19% do total de núcleos familiares.

Por definição do Instituto Nacional de Estatística um núcleo familiar monoparental é o "Conjunto de pessoas dentro de uma família clássica, que tem a presença de apenas um dos progenitores, pai ou mãe com filho(s), avó ou avô com neto(s) não casado(s)"[25] Este conceito é mais lato que o conceito sociológico que se refere apenas aos núcleos familiares constituídos por pai, mãe, avó ou avô com filhos ou netos menores de 18 anos ou menores de 25 quando não são economicamente activos.

Quadro 6 - Núcleos familiares

	N.º	%
Total de núcleos familiares	159.666	100,0%
Núcleos familiares monoparentais	30.335	19,0%

Fonte: INE, Censos 2001.

As freguesias que apresentam maior proporção de núcleos familiares monoparentais são a Madalena na qual 27,8% dos núcleos familiares são monoparentais, S. Nicolau com 27%, S. Paulo com 23,6%, Charneca 23,4% e S. João de Brito com 23,3%. Contrariamente são as freguesias de S. Francisco Xavier e Lumiar as que apresentam menores percentagens de

[25] INE, Conceitos - www.ine.pt

núcleos familiares monoparentais representando estes 16,5% e 16,2% dos seus núcleos familiares respectivamente.[26]

Quadro 7 - Núcleos familiares monoparentais

Tipo de Núcleo Familiar	N.º	%
Pai com filhos	4.027	13,3%
Mãe com filhos	24.755	81,6%
Avô com netos	135	0,4%
Avó com netos	1.418	4,7%
Total	30.335	100,0%

Fonte: INE, Censos 2001.

Os núcleos familiares monoparentais são maioritariamente constituídos por mães com filhos.

O último recenseamento da população de Lisboa refere também a existência de 2 778 núcleos familiares reconstituídos, dos quais 43,5% se encontram constituídos como *casais de direito* e 56,5 % como *casais de facto*. Em relação aos níveis de ensino destes casais, encontra-se mais representado 1.º ciclo do ensino básico, sendo este o nível de ensino de 28,2% das mulheres e 28,3% dos homens e o ensino superior com 27,5% dos homens e 24,6% das mulheres.

Quadro 8 - Casamentos celebrados por local de registo e nacionalidade dos cônjuges

Unidade Territorial	Ambos os cônjuges portugueses		Um cônjuge português e outro estrangeiro						Ambos os cônjuges estrangeiros		Total de casamentos celebrados
			Intra EU (27)		**Extra EU (27)**		**Sub-total**				
Lisboa	2470	69,8%	65	7,5%	800	92,5%	865	24,4%	206	5,8%	3541
Grande Lisboa	6103	73,1%	153	8,5%	1639	91,5%	1792	21,5%	456	5,5%	8351
Península de Setúbal	2524	78,3%	40	6,9%	536	93,1%	576	17,9%	123	3,8%	3223
Região de Lisboa	8627	74,5%	193	8,2%	2175	91,8%	2368	20,5%	579	5,0%	11574

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas, 2007.

[26] Ver Informação Complementar - Crescer com Oportunidades.

Também os casamentos entre cidadãos portugueses e cidadãos estrangeiros é uma das tendências associadas às mudanças familiares. Em 2007, na cidade de Lisboa 24,4% dos casamentos celebrados registaram-se entre um cônjuge português e um estrangeiro e destes, em 92,5%, um dos cônjuges detém nacionalidade de um país extra comunitário (EU-27).

Analisando o indicador população em idade escolar, verifica-se que este tem apresentado taxas de variação negativas, com excepção da frequência do ensino pré-escolar (com variação positiva). No entanto, a análise da Carta Educativa de Lisboa, salienta que as taxas de escolarização, com valores superiores a 100%, representam um indicador seguro da frequência do sistema de ensino da cidade por um número de alunos superior ao da população residente, nas faixas etárias correspondentes aos vários ciclos de ensino. É referido, no mesmo documento, "embora Lisboa venha a expelir para a sua periferia muitos jovens casais e os respectivos filhos, é expectável que algumas destas crianças venham a frequentar o sistema de ensino da capital, acompanhando os seus pais nos movimentos pendulares casa – emprego"[27].

Os valores registados pelas taxas de saída antecipada e de saída precoce do Sistema de Ensino são reveladores de constrangimentos que limitam as oportunidades de vida e a capacidade dos cidadãos para enfrentarem, no futuro, os desafios económicos, sociais e culturais colocados pela sociedade. O baixo nível de escolarização dos pais e a falta de recursos educativos da família exercem um papel condicionante à obtenção de níveis de educação mais elevados dos filhos, na medida em que o ambiente familiar determina comportamentos e opções fundamentais à obtenção de resultados escolares mais elevados. Neste ponto de vista, a Unicef refere que deverá ser dada importância quer à falta de rendimentos quer à falta de recursos culturais e educativos quando se analisa a situação de bem-estar das crianças.

Em 2001 a taxa de saída antecipada do sistema de ensino[28], tanto na cidade de Lisboa como na Região, regista valores mais favoráveis do que os da média nacional, sendo ainda de 12,2 a percentagem de população de Lisboa, na faixa etária dos 18 aos 24 anos, que não concluiu o ensino obrigatório. Também não concluíram o ensino secundário (taxa de saída precoce)[29], na faixa etária dos 18 aos 24 anos, 26,3% da população de Lisboa, e 32,6% da Região. A média nacional da taxa de saída precoce do sistema de ensino foi de 44%.

[27] Carta Educativa de Lisboa, pág. 34.
[28] Definida como a percentagem da população residente na faixa etária dos 18 aos 24 anos que não concluiu o Ensino Básico (9.º ano) nem está a frequentar qualquer nível de ensino.
[29] Definida como a percentagem da população residente na faixa etária dos 18 aos 24 anos que não concluiu o Ensino Secundário) (12.º ano) nem está a frequentar qualquer nível de ensino.

Quadro 9 - Taxa de Saída Antecipada e Taxa de Saída Precoce do Sistema de Ensino

Unidade territorial	Ensino básico Taxa de saída antecipada	Ensino Secundário Taxa de saída precoce
Portugal	24	44
Região de Lisboa	12,5	32,6
Lisboa	12,2	26,3

Fonte: Carta Educativa de Lisboa, pág. 43.

O abandono escolar precoce coloca Portugal como um dos países da União Europeia com as mais baixas taxas de conclusão do Ensino Secundário pela população entre os 18 e 24 anos, de acordo com informação do Eurostat[30].

O Relatório Europeu sobre a pobreza e bem-estar infantil na União Europeia[31] refere que as crianças estão em maior risco de pobreza que a população em geral, encontrando-se em 2005, 19% das crianças em risco de pobreza contra, 16% da população total.

Cerca de 10% das crianças europeias vivem em agregados familiares onde nenhum dos seus elementos possui emprego, sendo o seu risco de pobreza de 60%. Quando apenas um dos progenitores detém um posto de trabalho, este risco desce para 25%. Viver numa família monoparental ou numa família numerosa, constitui igualmente um factor de agravamento do risco de pobreza. Em média na UE-27 as transferências sociais reduzem o risco de pobreza infantil em 40%.

"Se as crianças são pobres, geralmente é porque vivem em famílias pobres. A melhoria da situação material das crianças implica a melhoria do rendimento familiar através do apoio directo – financeiro ou sobre a forma de prestação de serviços sociais de base – e de medidas que visem facilitar o acesso dos pais ao mercado de trabalho".[32]

As famílias monoparentais com filhos enfrentam um risco de pobreza duas vezes mais elevado que a média das famílias. Este risco é maior quando constituídas por mulheres, que representam a maioria das famílias monoparentais e, pela persistência de desigualdades nos

[30] Ver Informação Complentar – Crescer com Oportunidades.
[31] Child Poverty and Well-Being in the EU, European Commission, General Directory for Employment Social Affairs and Equal Opportunities, January 2008.
[32] COM (2008) 42 final. "Proposition de Rapport conjoint 2008 sur la protecion social et inclusion social", 30 .01.2008.

rendimentos entre homens e mulheres. Uma em cada quatro famílias monoparentais é pobre na Europa. A situação agrava-se quando se trata de famílias monoparentais com filhos dependentes.[33]

O fenómeno da pobreza afecta todas as idades, contudo, uma em cada quatro crianças europeias cresce em situação de pobreza ou privação, sendo a família a que pertencem, um dos principais factores que determina esta situação. Como já foi referido, o risco de pobreza das crianças de famílias monoparentais é mais elevado. Estudos europeus referem que a pobreza monetária afecta 46% das crianças que vivem em famílias monoparentais.

Em Portugal estavam em risco de pobreza 21% das crianças e jovens com menos de 18 anos após as transferências sociais, sendo que o seu risco de pobreza antes de qualquer transferência era de 30%. As transferências sociais reduzem em 9% o risco de pobreza nas crianças e jovens. A incidência do risco de pobreza nas crianças também varia em função do agregado familiar a que pertencem. Em Portugal, o risco de pobreza (60% da mediana) após as transferências sociais de uma família constituída por 1 adulto com pelo menos uma criança a cargo (família monoparental) é de 34% e de uma família constituída por 2 adultos com 3 ou mais crianças a cargo de 43%.[34]

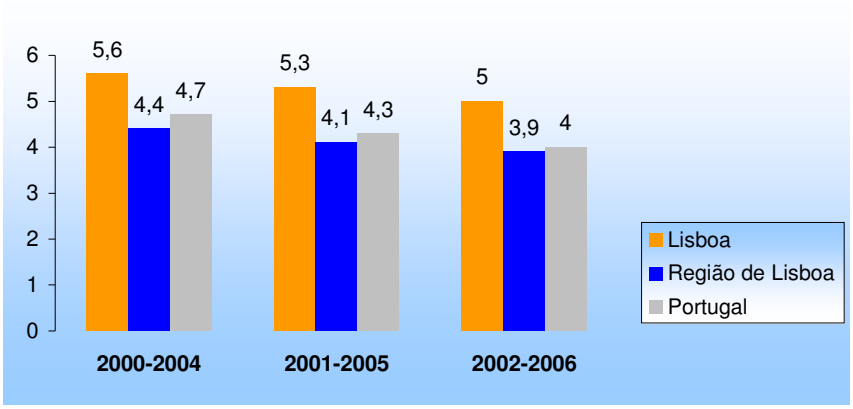
A situação perante o trabalho dos progenitores é outro dos factores que contribui para a incidência do risco de pobreza nas crianças e jovens, sendo que a população em situação de desemprego apresenta um risco de pobreza de 32% em 2007.[35]

Salienta-se no entanto, que ser família monoparental não corresponde a ser família vulnerável, contudo, persistem ainda, maiores possibilidades de o ser, daí que para uma caracterização destas famílias relativamente à sua vulnerabilidade, seja necessário entre outros, observar alguns dados que constam neste relatório (*Da Vulnerabilidade à Inclusão)*.

As crianças com ascendentes imigrantes ou de minorias étnicas estão expostas a maior risco de pobreza e a múltiplas desvantagens associadas aos mais baixos rendimentos da família, às diferenças culturais e de linguagem, situações que se reflectem nos níveis de ensino atingidos, os quais segundo os dados europeus, são inferiores aos alcançados pelas crianças cujos pais não têm origem imigrante.

[33]Commission Européenne, Direction Génerale de L'émploi, des Affaires Sociales et de L'égalité des Chances, Unité 2, *Étude sur la Pauvrete et Léxclusion Sociale des Familles Monoparentales*, Fevrier de 2007.
[34] INE, Rendimento e Condição de Vida, 2007.
[35] Idem.

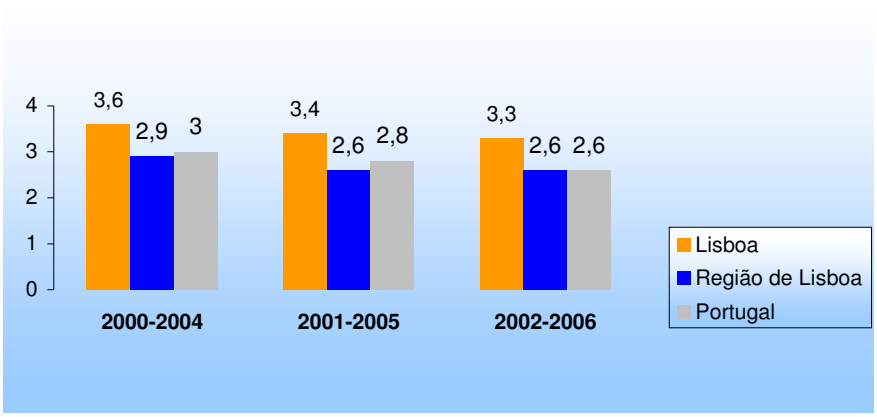
Gráfico 5 - Taxa quinquenal de Mortalidade Infantil



Fonte: INE.

Comparando as taxas de mortalidade infantil e neo-natal entre o território nacional, a Região de Lisboa e a cidade de Lisboa, é a capital que apresenta os valores menos favoráveis, alertando para as condições de acesso à saúde e cuidados pré-natais deste grupo populacional.

Gráfico 6 - Taxa quinquenal de Mortalidade Neo-natal



Fonte: INE.

Os dois indicadores apresentados ilustram em que medida são garantidos os Direitos fundamentais da criança quer pelos cuidados prestados à mãe durante o período pré-natal como nos cuidados prestados no primeiro ano de vida da criança. O acesso a cuidados de saúde, vacinação e alimentação saudável e equilibrada, são algumas condições para que às crianças seja facultado o melhor estado de saúde possível.

2.3. Estratégias de Intervenção

A partir de um levantamento de necessidades e problemas relacionados com a infância e a juventude, foram definidas três Estratégias de Intervenção com vista ao enquadramento das acções a desenvolver.

- **Capacitação dos Agentes num Contexto de Desenvolvimento Adequado das Crianças**

Esta estratégia pressupõe a criação de Programas e Medidas que promovam uma melhoria acentuada do desempenho parental, com vista a um acompanhamento integral da criança, privilegiando o seu pleno desenvolvimento em diversas áreas: emocional, psicológica, física, entre outras. A capacitação dos múltiplos agentes que intervêm neste processo é fundamental para a sua prossecução, garantindo o envolvimento de todos os intervenientes no processo educativo: família, escola, comunidade, entre outros.

- **Estratégias de Intervenção Precoce**

A necessidade de qualificar e flexibilizar os serviços de apoio à infância e à família, impõe uma melhoria e uma adequabilidade das diversas Medidas de Política já existentes e a criação de outras, que garantam um apoio mais eficaz e abrangente na valorização da vida familiar e no reconhecimento dos Direitos da Criança.

- **Implementação de Medidas que Promovam a Participação dos Cidadãos na Construção das Políticas da Infância e da Juventude**

A criação de medidas participadas é o garante do exercício de cidadania, em todas as fases da vida e deverá pressupor o envolvimento de todos os intervenientes, indivíduos, famílias, comunidade, instituições, desde a identificação dos problemas até à adopção dos programas que promovam a sua resolução.

Uma caracterização das necessidades ao nível da criança e da família, que promova um conhecimento dinâmico e actualizado, das novas realidades é fundamental para a construção de políticas de protecção da infância e juventude. O apoio às famílias aos mais diferentes níveis, nomeadamente: déficit de competências parentais, novas dinâmicas e estilos de vida, novas exigências do mercado de trabalho e alterações nos modelos familiares, representa uma prioridade essencial, que deverá ser reforçado e ajustado à configuração actual dos problemas sociais.

Matriz 2 - Estratégias de Intervenção de Crescer com Oportunidades

Crescer com Oportunidades

Necessidades/ Problemas Críticos	Estratégias de Intervenção	Propostas de Acção	Recursos	
			Parcerias Existentes/ Parcerias a Mobilizar	Potencialidades Institucionais
• Ausência/Défice de competências parentais. • Insuficiência de respostas das "Redes de Saúde". • Insuficiente número de creches na Rede Pública.	CAPACITAÇÃO DOS AGENTES NUM CONTEXTO DE DESENVOLVIMENTO ADEQUADO DAS CRIANÇAS*	• Criar e promover programas de Formação Parental - grupos de ajuda mútua; sensibilização nos Centros de Saúde sobre desenvolvimento infantil e outros. • Incentivar o envolvimento e a participação dos pais na vida escolar dos filhos. • Criar programas de intervenção domiciliária de apoio à família. • Maior abertura das instituições locais ao exterior (*outreach*). • Aumentar os *incentivos* às empresas para apoio à família.	• Administração Central • Administração Local • ISS, IP – Instituto da Segurança Social • Rede Social de Lisboa - C. Dist. Lisboa, CML e SCML • Parceiros da Rede Social • Juntas de Freguesia • Instituto Português da Juventude • Casa Pia de Lisboa • Entidades e Instituições, Públicas e Privadas, IPSS e outras com responsabilidade nesta matéria - Associação Mulheres contra a Violência, Casa da Praia, Centro Social S. Maximiliano Kolbe, Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco, ARSLVT, entre outras. • CERCI • Fundação Liga • LPDM • Elo Social	• Plano Nacional de Apoio à Inclusão • INIA – Iniciativa Para a Infância e a Adolescência • Programa Nascer Cidadão • PARES – Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais – Creche e Pré-Escolar • PAIES – Programa de Apoio ao Investimento em Equipamentos Sociais • Programa em Parentalidade Positiva • Plano DOM – Desafios, Oportunidades e Mudanças • Iniciativa Novas Oportunidades • Plano Nacional de Leitura • CRI - Centro de Recursos para a Inclusão • Programa generalizado do acesso a computadores com ligação à Internet: E-oportunidades, E-escolas e E-escolinhas • Programa Ligar Portugal
• Necessidade de qualificar e flexibilizar os serviços de apoio à infância. • Adequar a legislação laboral, à promoção do exercício de cidadania no sentido do reconhecimento dos Direitos da Criança. • Persistência de problemas ao nível dos mecanismos de articulação entre: local de residência, local de trabalho e localização dos equipamentos de apoio à família e às criança.	ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO PRECOCE*	• Alargar e diversificar os critérios de acesso aos serviços de saúde. • Desenvolver projectos de intervenção comunitária com a componente de saúde, intensificando o apoio domiciliário junto de indivíduos e famílias. • Reforçar as equipas multidisciplinares nos Serviços de Saúde. • Promover uma maior articulação de proximidade entre os Serviços de Saúde e a Rede Escolar. • Reforçar as respostas na área do Planeamento Familiar e Saúde da Mulher. • Criar creches junto das empresas, que promovam e facilitem a conciliação entre a vida profissional e familiar. • Criar novas soluções mais flexíveis para a infância, de acordo com as necessidades familiares. • Promover o alargamento das creches familiares. • Propor contributos técnicos para a reformulação da Lei de Bases do Sistema Educativo, prevendo soluções flexíveis, salvaguardando os Direitos das Crianças desde o nascimento. • Promover uma crescente disponibilidade e flexibilidade na família, de forma a permitir um pleno acompanhamento das crianças. • Reforçar os apoios e condições inerentes à maternidade/ paternidade. • Criar mecanismos de equilíbrio que permitam reduzir o tempo e custo das deslocações diárias das famílias, entre o local de residência, o local de trabalho e o equipamento social de que necessitam.	• **Administração Central** – Ministério da Saúde, Ministério da Educação, Ministério do Trabalho e Segurança Social, Ministério da Justiça (…) • **Administração Local** • ISS, IP – Instituto da Segurança Social • Rede Social de Lisboa - C. Dist. Lisboa, CML e SCML • Parceiros da Rede Social • Juntas de Freguesia • Instituto Português da Juventude • Casa Pia de Lisboa • Instâncias com responsabilidade na legislação laboral • Entidades e Instituições, Públicas e Privadas com responsabilidade nesta matéria - Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco, ARSLVT – Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo. • Projecto K'Cidade • Fundação Aga-Khan Portugal, entre outras. • CERCI • Fundação Liga • LPDM • Elo Social	

*As duas estratégias de intervenção têm subjacente a identificação das mesmas necessidades e problemas.

Matriz 2 – Estratégias de Intervenção de Crescer com Oportunidades (Cont.)

	Necessidades/ Problemas Críticos	Estratégias de Intervenção	Propostas de Acção	Recursos	
				Parcerias Existentes/ Parcerias a Mobilizar	Potencialidades Institucionais
Crescer com Oportunidades	• Ausência de políticas locais integradas e coordenadas na área da infância e juventude. • Ausência de consciência social (accountability) conducente a uma maior participação e responsabilidade, onde a escola assume um papel preponderante.	IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS QUE PROMOVAM A PARTICIPAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	• Propor contributos para o desenvolvimento de políticas com medidas integradoras, com definição de objectivos, de indicadores e mecanismos de avaliação na área da infância e juventude. • Realizar o levantamento das necessidades e recursos locais com vista à promoção de iniciativas participadas, incentivando o envolvimento activo de todos os seus membros ao nível do bairro, freguesia, entre outros. • Disponibilizar e reforçar a divulgação de informação considerada útil para os cidadãos, junto da comunidade local (serviços, direitos & deveres, eventos). • Transformar as escolas em pólos de cidadania activa da comunidade local (educação para a cidadania, abertura à comunidade). • Capacitar os cidadãos, em todas as fases da vida, para uma participação activa nos seus próprios processos de mudança. • Criar *iniciativas* locais que promovam a aceitação e o respeito pela diversidade e multiculturalidade.	• **Administração Central – Ministério da Saúde, Ministério da Educação, Ministério do Trabalho e Segurança Social, Ministério da Justiça (…)** • **Administração Local** • ISS, IP – Instituto da Segurança Social • Rede Social de Lisboa - C. Dist. Lisboa, CML e SCML • Parceiros da Rede Social • Juntas de Freguesia • Instituto Português da Juventude • Casa Pia de Lisboa • Instâncias com responsabilidade na legislação laboral • Entidades e Instituições, Públicas e Privadas com responsabilidade nesta matéria - Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco, ARSLVT - Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo. • Projecto K'Cidade • Fundação Aga-Khan Portugal, entre outras. • CERCI • Fundação Liga • LPDM e • Elo Social	• Programa Escolhas – Centro de Inclusão Digital • PAIPDI – Plano de Acção para a Integração das Pessoas com Deficiência ou Incapacidade • Programa de generalização do Inglês no 1º Ciclo do Ensino Básico • Rede de Espaços Internet • Rede das Cidades Educadoras • IAC – Instituto de Apoio à Criança

3 - Da Vulnerabilidade à Inclusão

3.1. Enquadramento Conceptual

Nas sociedades actuais são cada vez mais vastas e complexas as preocupações relativas às problemáticas da pobreza e da exclusão social.

Falar em ”grupos de risco de exclusão”, embora se trate de um conceito lato e de contornos muito heterogéneos, é falar sempre, de grupos da população reveladores de múltiplas características que potenciam a sua vulnerabilidade a situações de pobreza e exclusão social.

Estes grupos sociais são caracterizados por verem progressivamente dificultado, até mesmo impedido, o acesso a um estatuto individual e colectivo de plena cidadania, devido à sua própria condição no tecido social. Adoptam comportamentos e práticas específicas da sua própria condição e tendem a revelar uma cultura própria decorrente do desenvolvimento de uma identidade que a própria sociedade discrimina e potencia.

A vulnerabilidade social encerra duas dimensões diferentes, uma a mais objectiva que tem a ver directamente com as condições sociais, económicas, culturais e de cidadania em que vivem os grupos em risco de exclusão. A outra, mais subjectiva que se prende com o sentido dado por este grupo às suas próprias vivências e às formas de adaptação às situações adversas em que vivem.

A disfuncionalidade subjacente aos grupos em sucessivas crises no contexto social, torna-se transgeracional, reproduz-se e tende a perpetuar-se temporal e espacialmente na vida das pessoas e das famílias.

A vulnerabilidade social constitui, nos nossos dias um dos maiores desafios às políticas sociais. Como se previne? Como se combate? No fundo, como contrariar as fragilidades e as problemáticas às quais está sempre invariavelmente aliada?

Independentemente do contexto em que se verifica o problema, ao nível do indivíduo, da família, ou do bairro, entre outros, o que importa é perceber como os factores que interagem na vulnerabilidade social se relacionam entre si, na maior parte das vezes até, potenciando-se mutuamente. Como tratar problemas do foro psiquiátrico, por exemplo, se estes decorrerem de situações de pobreza extrema, sem enfrentar as verdadeiras causas e todos os factores adversos, que os provocam? Sem accionar os mecanismos de combate às origens sociais, económicas e culturais da própria pobreza?

A pobreza e a exclusão social representam sistemas complexos e de grande relevo que impõem uma actualização permanente e um conhecimento dos padrões que os caracterizam, uma vez que a realidade varia, sofre alterações constantemente e os problemas sociais sempre em permanente mutação impõem diferentes tipos de abordagem inovadoras e ajustadas.

O confronto da realidade com as políticas sociais que têm sido criadas ao longo do tempo evidencia que, apesar da sua missão e dos seus objectivos, nem sempre se conseguem alcançar os resultados esperados.

A configuração prática destas políticas é muitas vezes comprometida pela evolução e alteração constantes da própria realidade.

Os indivíduos e os grupos com necessidades e dificuldades de diversa índole (financeiras, habitacionais, desigualdades de oportunidades, de funcionamento ou organização familiar, entre outras), exigem instrumentos de política social capazes de transformar e de recriar formas estratégicas de intervenção.

A vulnerabilidade social ou a necessidade de criar melhoria na vida dos indivíduos e dos grupos implica simultaneamente um trabalho intenso de identificação das mais ínfimas competências destas pessoas, activando o seu processo de mudança. Na prática, estamos perante um trabalho complexo, o qual, teórica e conceptualmente é impensável intentar sem um tipo de abordagem que contemple a participação activa e o envolvimento pleno dos indivíduos, das famílias e dos grupos.

Combater a vulnerabilidade social dos cidadãos e dos grupos é seguramente um desafio complexo, repleto de medidas e programas que impõem a participação desses mesmos cidadãos e o empenhamento colectivo da sociedade, dos indivíduos, das instituições e dos profissionais do social. Cada vez mais, aliado ao combate dos problemas sociais que representam uma ameaça à coesão social, está o conceito de integração social enquanto princípio, segundo o qual os indivíduos e os grupos, que compõem as sociedades actuais, tendem a assumir um papel pro-activo, dinâmico, progressivamente capacitador, capaz de fazer valer os seus direitos e as suas potencialidades.

Os processos de reinserção social pressupõem a participação plena, como verdadeiro exercício de cidadania, dos indivíduos e dos grupos em risco de exclusão social e em situação de pobreza multidimensional. Como aliados essenciais destes processos, surgem entre outros, as instituições capazes de se constituírem como garante da sua efectivação, recriando e adequando um conjunto de acções e medidas rumo ao conhecimento e valorização individual e

colectiva, aos mais variados níveis: pessoal, familiar, acessibilidade ao emprego, às instituições, qualificações e reconhecimento de competências escolares e profissionais, entre outros.

As questões relacionadas com a pobreza e exclusão social impõem a definição de políticas e a adopção de medidas adequadas ao desenvolvimento de estratégias pró-activas e abrangentes. As acções de prevenção e combate à pobreza requerem medidas consertadas, atempadas e mobilizadoras da participação de todos, dando um enfoque especial à proximidade e à valoração dos contributos a serem prestados pelos indivíduos, famílias e grupos sociais. Os desempregados, os sem-abrigo, toxicodependentes, portadores de HIV/Sida, imigrantes, pessoas com deficiência, representam grupos sociais caracterizados por factores conducentes à exclusão social. Pertencer a qualquer um destes grupos não significa por si só, um factor de exclusão, contudo, o contexto social, económico e cultural onde estes se inscrevem, remete-os para uma categoria de maior vulnerabilidade que impõe uma maior atenção, pelo facto de se encontrarem mais desprotegidos, e na maioria das vezes, as suas condições de sobrevivência serem muito precárias.

Quanto mais os factores desfavoráveis forem cumulativos, maior será a situação de risco e de vulnerabilidade de certas categorias sociais, que se vêem privadas de um conjunto de direitos no exercício da cidadania. Um grau de educação muito baixo, sem formação profissional, sem acesso generalizado à saúde, à cultura e com uma vida familiar e social também deficitárias, determinam que os indivíduos que integram estas categorias sociais enfrentem uma situação de carência grave, que, na maioria das vezes, se prolonga no tempo e no espaço, renovando e reinventando novos ciclos de pobreza.

Nos processos de inclusão social de indivíduos e grupos, há que ter em conta factores determinantes que deverão nortear qualquer política de integração, visando sempre a coesão social:

- Factores culturais
- Factores relacionados com o mercado de trabalho
- Factores de pobreza e exclusão social
- Factores relacionados com a delinquência, entre outros.

As estratégias para a inclusão, pressupõem a inserção social de indivíduos e grupos, sobretudo em três vertentes principais:

- Favorecer e incentivar o acesso aos recursos postos à disposição do cidadão em geral, sendo para isso necessário, um esforço acrescido de flexibilização e adaptação;
- Potenciar acções específicas que dêem resposta aos problemas de cada grupo social contemplando sempre a participação e o empenhamento activo de cada indivíduo, como actor da sua própria mudança – promoção de uma cultura de *empowerment.*
- Capacitar as Instituições e os Serviços para uma readequação/flexibilização das respostas sociais por forma a minimizar/solucionar os problemas sociais decorrentes de novas dinâmicas da realidade e dos riscos que lhe estão associados.

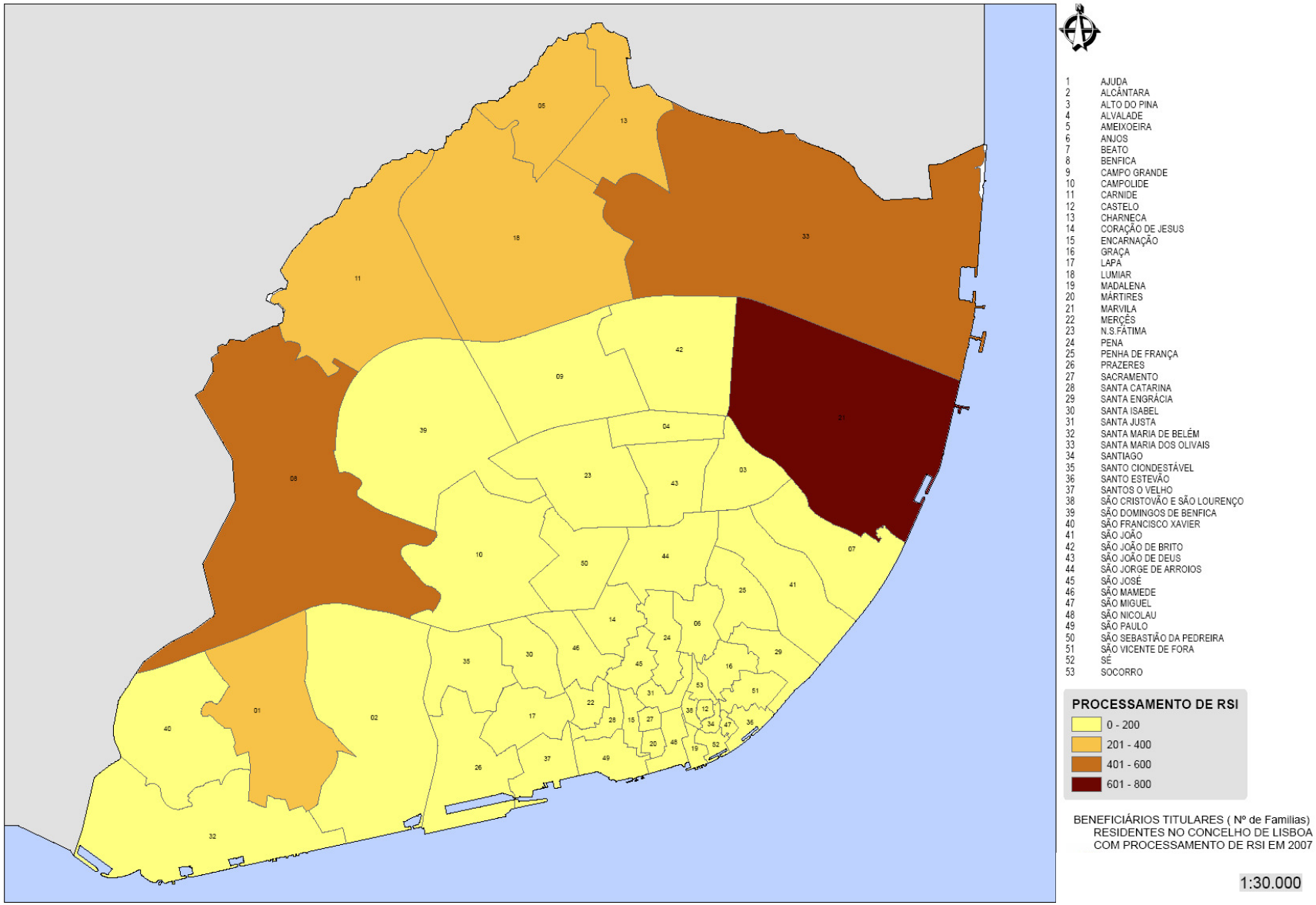
Em síntese, e não obstante a persistência das políticas para a inclusão, tem-se vindo a verificar um agravamento das situações de pobreza em Portugal.

As crianças, as famílias, os desempregados, os idosos, os imigrantes e outros grupos em risco de exclusão constituem o grupo da população que enfrenta um maior desfavorecimento social.

Actualmente há a referir a insolvência e o endividamento das famílias como factores, que aliados aos indicadores do desemprego e das condições de vida dos cidadãos, colocam o nosso país no grupo daqueles que registam as mais elevadas taxas de risco de pobreza.

O objectivo da coesão social reveste-se hoje da mesma prioridade que o nível do crescimento económico e do emprego nas sociedades europeias, em todos os níveis de governação.

Mapa 5 - Número de Famílias Titulares Beneficiárias de RSI por Freguesia



Fonte: Instituto de Informática, IP – MTSS.

Referencial Estatístico - Da Vulnerabilidade à Inclusão

	Concelho de Lisboa										Região de Lisboa					
	2001		2005		2006		2007		2008		2005		2006		2007	
Indicadores	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Demografia																
População residente	564.657		519.795		509.751		499.700				2.779.097		2.794.226		2.808.414	
População residente dos 0 - 14 anos	65.548	11,6	67.778	13,0	68.167	13,4	68.287	13,7			432.767	15,6	438.501	15,7	444.154	15,8
População residente dos 15 - 24 anos	71.634	12,7	49.093	9,4	46.475	9,1	44.474	8,9			303.961	10,9	297.759	10,7	292.315	10,4
População residente dos 25 - 64 anos	294.171	52,1	277.103	53,3	271.845	53,3	266.092	53,3			1.584.258	57,0	1.592.020	57,0	1.596.671	56,9
População residente com 65 ou mais anos	133.304	23,6	125.821	24,2	123.264	24,2	120.847	24,2			458.111	16,5	465.946	16,7	475.274	16,9
População residente com 75 ou mais anos	58.191	10,3	60.461	11,6	60.789	11,9	60.996	12,2			190.959	6,9	197.931	7,1	205.218	7,3
Número de Familias	234.451															
Dimensão Média da família	2,37															
Familias clássicas com pessoas com menos de 15 anos	64.651	27,6														
Rendimento Social de Inserção																
Familias titulares beneficiárias de RSI			2.204	0,9	4.351	1,9	5.923	2,5	8.602	3,7	10.355		18.279		24.441	
Familias titulares estrangeiras beneficiárias de RSI			82		188		308		530		858		1.688		2.676	
Percentagem de Famílias titulares estrangeiras beneficiárias de RSI				3,7		4,3		5,2		6,2		8,3		9,2		10,9
Familias beneficiárias de RSI com Acordo de Inserção					877		2.095		4.049							
Percentagem de Famílias com Acordo de Inserção						20,2		48,1		68,4						
Familias beneficiárias de RSI **sem** rendimento antes de requererem a prestação			1.067	48,4	2.078	47,8	2.733	46,1	3.894	45,3	4.152	40,1	7.206	39,4	9.408	38,5
Familias beneficiárias de RSI **com** rendimento antes de requererem a prestação			1.137	51,6	2.273	52,2	3.190	53,9	4.708	54,7	6.203	59,9	11.073	60,6	15.033	61,5
Beneficiários de RSI			5.659		11.298		15.644		21.855		28.670		50.877		68.211	
Beneficiários de RSI com menos de 18 anos			2.209	39,0	4.345	38,5	5.982	38,2	8.242	37,7	11.638	40,6	20.383	40,1	27.180	39,8
Beneficiários de RSI com 18 anos			126	2,2	208	1,8	312	2,0	440	2,0	607	2,1	1.019	2,0	1.399	2,1
Beneficiários de RSI com 19 anos			124	2,2	229	2,0	302	1,9	410	1,9	536	1,9	965	1,9	1.309	1,9
Beneficiários de RSI com 20 a 29 anos			624	11,0	1.315	11,6	1.950	12,5	2.779	12,7	3.185	11,1	5.916	11,6	8.229	12,1
Beneficiários de RSI com 30 a 39 anos			805	14,2	1.531	13,6	2.069	13,2	2.923	13,4	3.761	13,1	6.502	12,8	8.852	13,0
Beneficiários de RSI com 40 a 49 anos			729	12,9	1.501	13,3	2.131	13,6	3.058	14,0	3.383	11,8	6.119	12,0	8.469	12,4
Beneficiários de RSI com 50 a 59 anos			533	9,4	1.067	9,4	1.514	9,7	2.248	10,3	2.431	8,5	4.385	8,6	6.022	8,8
Beneficiários de RSI com mais de 60 anos			509	9,0	1.102	9,8	1.384	8,8	1.755	8,0	3.129	10,9	5.588	11,0	6.752	9,9
Beneficiários de RSI incluídos em Famílias estrangeiras			197	3,5	422	3,7	781	5,0	1.329	6,1	2.356	8,2	4.728	9,3	7.856	11,5

Referencial Estatístico - Da Vulnerabilidade à Inclusão (Cont.)

	Concelho de Lisboa										Região de Lisboa					
	2001		2005		2006		2007		2008		2005		2006		2007	
Indicadores	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Prestações Familiares																
Beneficiários de Abono de Família Pré-Natal					(a)		2.048		5.519							
Titulares de Abono de Família a Crianças e Jovens			62.730		61.760		65.996		69.492		393.879		391.585		420.165	
Titulares de Abono de Família no 1º escalão			26.801	42,7	27.145	44,0	27.940	42,3	25.996	37,4	148.885	37,8	150.283	38,4	156.795	37,3
Titulares de Abono de Família no 2º escalão			13.010	20,7	12.508	20,3	13.993	21,2	16.268	23,4	90.119	22,9	88.189	22,5	97.221	23,1
Titulares de Abono de Família no 3º escalão			7.336	11,7	7.016	11,4	7.711	11,7	8.649	12,4	56.488	14,3	54.977	14,0	59.834	14,2
Titulares de Abono de Família no 4º e 5º escalão			15.583	24,8	15.091	24,4	16.352	24,8	18.579	26,7	98.387	25,0	98.136	25,1	106.315	25,3
Beneficiários de Subsídio Bonificação por Deficiência			1.949		2.089		2.262		2.505		9.955		10.728		12.007	
Beneficiários de Subsídio por Frequência de estabelecimento de Educação Especial			194		215		202		312		1.217		1.776		1.629	
Beneficiários de Subsídio Mensal Vitalício			520		561		599		639		1.583		1.757		1.925	
Beneficiários de Subsídio por Assistência à Terceira Pessoa			416		432		464		496		1.865		1.977		3.756	
Desemprego																
Beneficiários de Prestações de Desemprego			22.362		21.823		19.886		18.764		131.676		131.323		122.774	
Beneficiários de Subsídio de Desemprego			17.186	76,9	16.990	77,9	14.816	74,5	13.224	70,5	100.850	76,6	101.999	77,7	91.010	74,1
Beneficiários de Subsídio Social de Desemprego			1.812	8,1	1.671	7,7	2.246	11,3	2.954	15,7	11.829	9,0	10.767	8,2	14.116	11,5
Beneficiários de Subsídio Social de Desemprego Subsequente			3.364	15,0	3.162	14,5	2.824	14,2	2.586	13,8	18.938	14,4	18.503	14,1	17.603	14,3
Beneficiários de Prestações de Desemprego com idade ≤ 24 anos			1.575	7,0	1.441	6,6	1.301	6,5	1.241	6,6	10.143	7,7	9.183	7,0	8.136	6,6
Beneficiários de Prestações de Desemprego com idade entre os 25 e 49 anos			12.741	57,0	12.386	56,8	11.648	58,6	11.200	59,7	77.935	59,2	78.091	59,5	75.072	61,1
Beneficiários de Prestações de Desemprego com idade ≥ 50 anos			8.046	36,0	7.996	36,6	6.937	34,9	6.323	33,7	43.598	33,1	44.049	33,5	39.566	32,2
Pensões (b)																
Pensionistas de pensão de Velhice			130.564		131.957		132.982		133.758		413.076		427.211		441.060	
Pensionistas de pensão de Invalidez			23.372		22.045		20.636		19.053		75.361		73.401		71.296	
Pensionistas de pensão de Sobrevivência			47.773		47.639		47.300		46.775		154.555		156.829		159.155	
Valor médio mensal da pensão de Velhice por pensionista			429 €		455 €		474 €		496 €		417 €		443 €		463 €	
Valor médio mensal da pensão de Invalidez por pensionista			274 €		283 €		293 €		300 €		318 €		329 €		340 €	
Valor médio mensal da pensão de Sobrevivência por pensionista			208 €		218 €		230 €		241 €		197 €		207 €		216 €	
Pensões Sociais																
Pensionistas de pensão Social de Velhice			2.262	1,7	2.098	1,6	2.035	1,5	2.036	1,5	7.783	1,9	7.456	1,7	7.334	1,7
Pensionistas de pensão Social de Invalidez			2.007	8,6	1.935	8,8	1.952	9,5	1.991	10,4	7.788	10,3	7.795	10,6	7.904	11,1
Pensionistas de pensão Social de Sobrevivência			156	0,3	154	0,3	138	0,3	126	0,3						

Referencial Estatístico - Da Vulnerabilidade à Inclusão (Cont.)

	Concelho de Lisboa								Região de Lisboa			
	2001		2005		2006		2007		2008		2005		2006		2007	
Indicadores	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Complemento Solidário para Idosos																
Beneficiários de CSI					1.066		2.815		8.435				3.220		9.622	
Valor médio mensal de CSI por Beneficiário					145 €		109 €		119 €							
Crianças e Jovens em Risco																
Total de processos das quatro CPCJ					4.191		4.436									
Total de processos Activos					2.530		2.090									
Total de processos arquivados					1.661		2.346									
Principais problemáticas identificadas por escalão etário, nas CPCJ :																
Negligência					1.478	31,0										
Maus tratos psicológicos/ Abuso emocional					846	18,0										
Exposição a modelos de comportamento desviante					745	16,0										

(a) Esta prestação foi criada em 2007

(b) Os valores relativos a estes itens são apenas dados da Segurança Social, não tendo sido contabilizados pensionistas de outras entidades.

Fonte:

INE, Censos 2001.

INE, Anuário Estatístico da Região de Lisboa 2005, edição 2006.

II, IP - Instituto de Informática - MTSS

Relatório das CPCJ de 2006.

No âmbito da Vulnerabilidade Social constituiu-se um Referencial Estatístico de desenvolvimento social com indicadores que se consideram fundamentais para esta temática. De acordo com os dados deste referencial constata-se que, segundo as estimativas para 2006, a população residente na cidade de Lisboa sofreu um decréscimo de 2001 para 2006, de cerca de 10%. Ainda que não seja significativo é de referir que esta diminuição é mais visível nos escalões etários dos 15 aos 24 e dos 25 aos 64 anos, o que permite concluir que é o número de cidadãos em idade activa que tem vindo a diminuir.

No domínio da Protecção Social as prestações sociais representam um papel fundamental na vida dos cidadãos, sobretudo daqueles que se encontram em situação de maior vulnerabilidade, uma vez que, representam um contributo importante para minorar precariedades económicas.

Em Portugal, de acordo com a Lei n.º 4/2007 de 16 de Janeiro[36] que aprova as Bases Gerais do Sistema de Segurança Social, o Sistema de Protecção Social de Cidadania, engloba três Subsistemas:

- Subsistema de Acção Social;
- Subsistema de Solidariedade;
- Subsistema de Protecção Familiar.

Subsistema de Acção Social

Relativamente ao Subsistema de Acção Social, este tem como objectivo concretizar prestações nos seguintes domínios: Serviços e Equipamentos Sociais, Programas de combate à pobreza e exclusão social e vários tipos de prestações pecuniárias e em espécie.

Este Subsistema visa garantir apoio a grupos vulneráveis da população como as crianças e jovens, pessoas com deficiência e pessoas idosas. Tem como principais objectivos, criar mecanismos de prevenção e reparação nas situações de disfunção social, económica, de precariedade, exclusão e vulnerabilidade social. Destina-se a indivíduos, grupos e comunidade e deverá ser complementado com outras políticas sociais públicas, assim como conjugado com instituições privadas.

[36] Publicado no Diário da República n.º 11, I Série de 16 de Janeiro de 2007.

Para a concretização destes objectivos existem mecanismos específicos criados a partir de Serviços e Equipamentos sociais, dos Programas de combate à pobreza e aos fenómenos de exclusão social, bem como Prestações pecuniárias e em espécie. O desenvolvimento da acção social é responsabilidade do Estado, das autarquias e das IPSS e deve obedecer às prioridades e programas definidos de acordo com os princípios e linhas de orientação intrínsecas à acção social.

Subsistema de Solidariedade

O Subsistema de Solidariedade pretende dar resposta a situações precárias a nível económico, contribuindo para a promoção dos indivíduos e para uma crescente inserção social e profissional. Este Subsistema engloba, as seguintes prestações:

- Rendimento Social de Inserção;
- Subsídio Social de Desemprego;
- Pensões Sociais;
- Complemento Solidário para Idosos;
- Complementos Sociais e Outras Prestações.

Subsistema de Protecção Familiar

Quanto ao Subsistema de Protecção Familiar este tem como objectivo garantir, em caso de eventualidades legalmente previstas, uma compensação dos encargos familiares que daí decorrem. As situações no domínio da deficiência e da dependência encontram-se aqui contempladas.

Medidas de Protecção Social

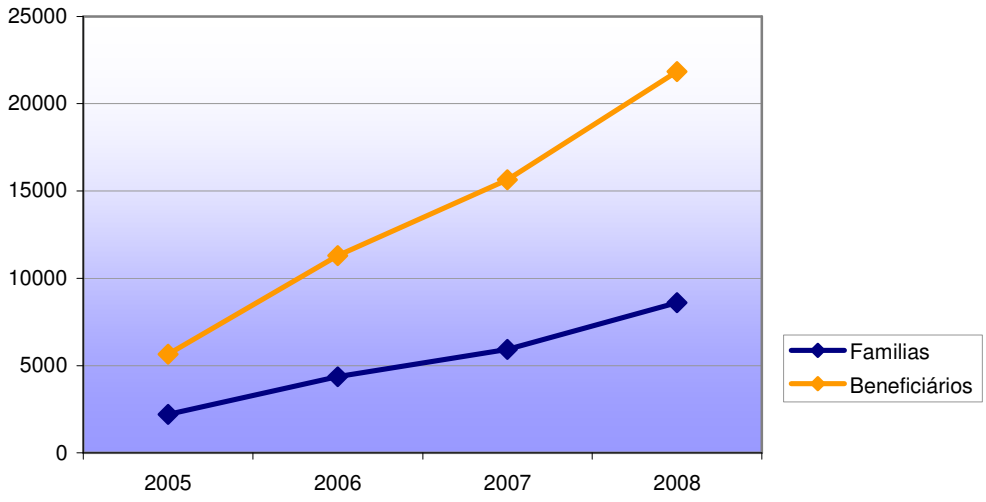
As medidas de Protecção Social agora apresentadas representam apenas as que foram consideradas mais significativas na óptica deste trabalho. Optou-se por maioritariamente privilegiar as medidas enquadradas no Subsistema da Solidariedade, por constituírem um apoio às situações de maior vulnerabilidade social.

- **Rendimento Social de Inserção**

O Rendimento Social de Inserção (RSI) consiste num mecanismo de combate à pobreza que através de uma prestação pecuniária, de carácter temporário, associada a um programa de inserção social, pretende conferir às pessoas e aos seus agregados familiares, apoios adaptados à sua situação que contribuam para a satisfação das suas necessidades essenciais e favoreçam a progressiva inserção laboral, social e comunitária.

Na cidade de Lisboa, tanto o número de famílias, como o número de beneficiários abrangidos pelo RSI têm vindo a registar um aumento anual, bastante significativo, como demonstra o gráfico.

Gráfico 7 - Número de Famílias e de Beneficiários de RSI



Fonte: Instituto de Informática, IP – MTSS.

Em Dezembro de 2007, recebiam a prestação de RSI 5 923 famílias abrangendo 15 644 beneficiários. No ano de 2008 o número de famílias beneficiárias passou para 8 602 o que representou um aumento anual de 45% e consequentemente o número de beneficiários registou um acréscimo de 40%.

Na cidade de Lisboa, o Censos 2001 registava 234 451 famílias residentes. Não existindo informação actualizada a Dezembro de 2008 sobre o número de famílias residentes em Lisboa, considerou-se o valor de 2001, pelo que 3,7% das famílias da cidade beneficiavam desta prestação em 2008.

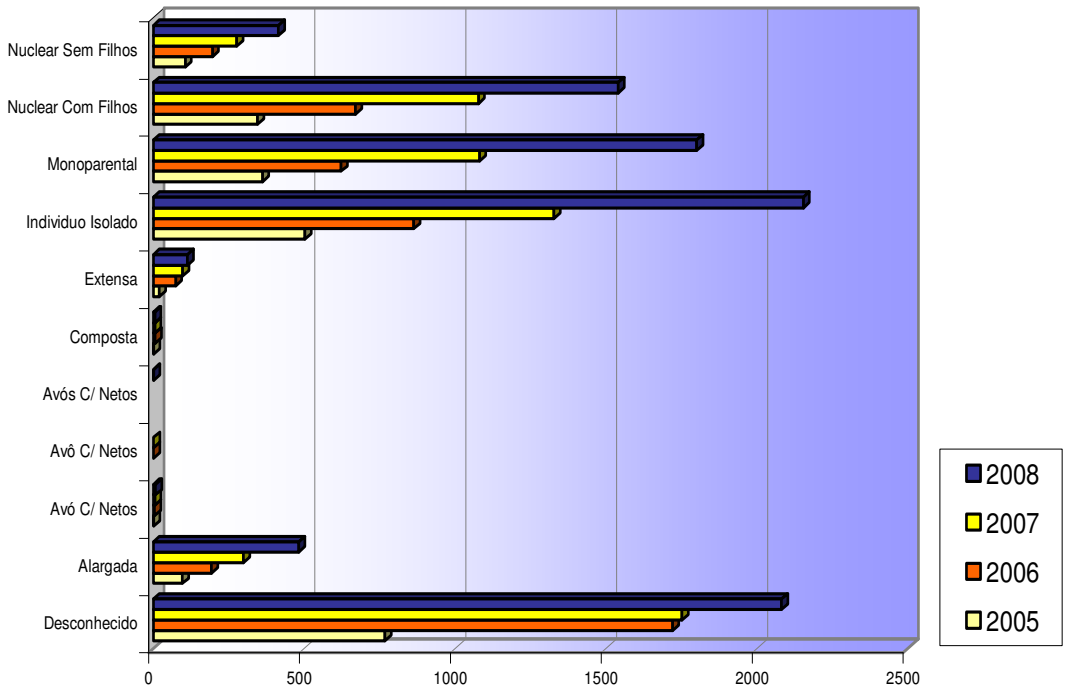
No mesmo ano de 2008, conforme se pode verificar nos dados do Referencial Estatístico, 45,3% das famílias a receber a referida prestação não detinham qualquer rendimento antes de requererem a mesma. As restantes famílias antes de beneficiarem do RSI tinham como rendimento, em média mensal, cerca de 126 euros.

Se analisarmos a distribuição dos beneficiários de RSI por grupos etários, verifica-se que esta prestação se encontra mais concentrada nos beneficiários com menos de 18 anos, correspondendo a 38,2% do total, no ano de 2007. Esta percentagem, desde 2005 que não tem registado grandes alterações, apesar do aumento verificado no número de beneficiários.

Em 2007, na freguesia de Marvila residiam 14% de famílias beneficiárias de RSI e na freguesia de Santa Maria dos Olivais 9%, do total destas famílias. Estas duas freguesias de Lisboa registavam o maior número de famílias a receber esta prestação no período de 2005/2007. Ao analisar-se os dados de 2008, verifica-se que o número de famílias beneficiárias de RSI, registou um ligeiro aumento de 1%, em Marvila, enquanto que em Santa Mª dos Olivais não sofreu alteração.

No entanto, importa referir que, em 2007, a freguesia da Ameixoeira é a que apresenta maior proporção de famílias residentes a receber RSI, face ao total de famílias residentes, de acordo com o Censos de 2001. Assim, nesta freguesia, cerca de 10% das famílias residentes recebem esta prestação. Na sequência da mesma análise, seguem-se as freguesias de Santa Justa, Socorro e Charneca com cerca de 7% e Marvila com 6,2% de famílias residentes a receber RSI. Algumas destas percentagens sofreram alterações significativas em 2008, como é o caso da Ameixoeira que passou para cerca de 15%.

Gráfico 8 - Número de Famílias Beneficiárias de RSI por Tipo de Família



Fonte: Instituto de Informática, IP – MTSS.

Em Lisboa, no ano de 2008, existiam 8 602 famílias a receber a prestação de RSI abrangendo 21 855 beneficiários.

Decorrente da análise das famílias beneficiárias de RSI em 2008, por tipo de família, constatou-se que 24% (2 082) apresentavam uma tipologia desconhecida, seguindo-se os indivíduos isolados com 25% (2 154), as famílias monoparentais com 21% (1 801), e as famílias nucleares com filhos, também com 18% (1 541).

- **Prestações de Desemprego**

A protecção no desemprego consiste na atribuição de prestações que têm como objectivo compensar o indivíduo, na eventualidade de desemprego, na falta de remuneração ou da sua redução determinada pela aceitação de trabalho parcial, bem como, promover a criação de emprego. Incluídos nestas prestações existem diferentes tipos de subsídio, tais como:

- Subsídio de Desemprego;
- Subsídio Social de Desemprego Inicial ou Subsequente ao Subsídio de Desemprego;
- Subsídio de Desemprego Parcial.

Relativamente a estes subsídios, importa referir que o Subsídio de Desemprego pertence ao Sistema Previdencial[37], enquanto que os restantes estão incluídos no Subsistema de Solidariedade.

Para o acesso a estas prestações é indispensável que o cidadão reúna as condições expressas na lei. No caso do Subsídio de Desemprego, além de outros requisitos é imprescindível a existência de um período de carreira contributiva, no mínimo de 450 dias de trabalho por conta de outrem, nos 24 meses imediatamente anteriores à data do desemprego. Relativamente ao Subsídio Social de Desemprego (Inicial), 180 dias de trabalho por conta de outrem nos 12 meses imediatamente anteriores à data do desemprego.

Para a atribuição do Subsídio Social de Desemprego (Inicial) e do Subsídio Social de Desemprego Subsequente é também necessário que o beneficiário não possua rendimentos mensais superiores a 80% do valor do Indexante para Apoios Sociais[38], por elemento do seu agregado familiar.

Muito embora se tenham vindo a registar oscilações nos valores da taxa de desemprego, verificou-se na região de Lisboa, no triénio 2005/2007 uma descida do número de beneficiários do Subsídio de Desemprego e do Subsídio Social de Desemprego Subsequente. Esta situação parece estar associada ao facto de haver cidadãos em situação de desemprego, registados naquele período que não reuniam as condições imprescindíveis para a atribuição daqueles benefícios.

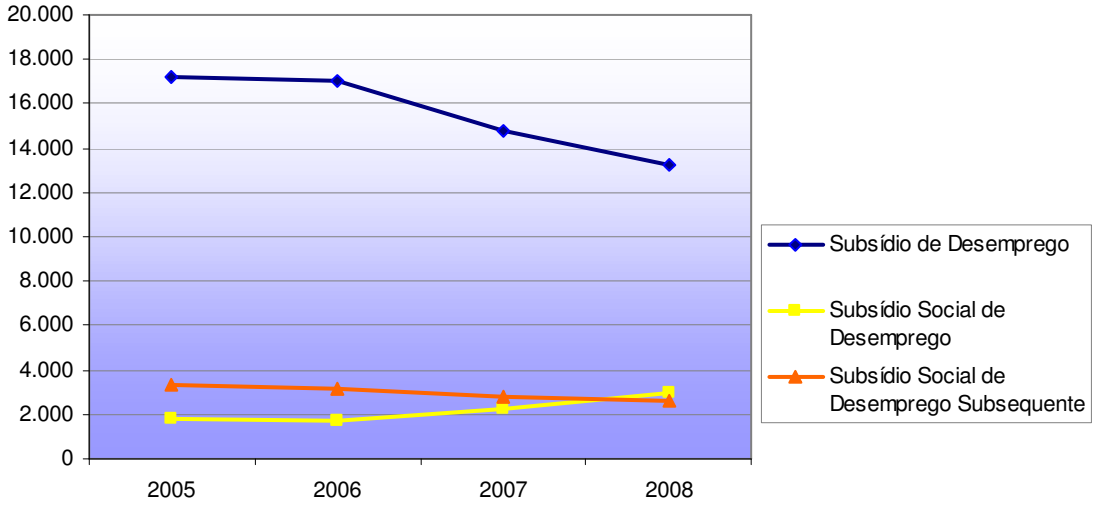
De salientar, no entanto, que o Subsídio Social de Desemprego registou um acréscimo significativo no número de beneficiários, de 2006 para 2007 (31%), o que poderá significar que

[37] Publicado no Diário da República n.º 11, I Série de 16 de Janeiro de 2007, Capítulo III, pág. 350.
[38] Este valor é fixado anualmente em Portaria.

parte dos beneficiários não abrangidos pelo Subsídio de Desemprego foi incluída nesta prestação.

No ano de 2007, em Lisboa, existiam 19 886 beneficiários dos diferentes tipos de Subsídio de Desemprego. Este número sofreu uma diminuição, situando-se nos 18 764 beneficiários, no ano de 2008, representando uma variação de - 6%.

Gráfico 9 - Número de Beneficiários de Prestações de Desemprego



Fonte: Instituto de Informática, IP – MTSS.

No que respeita às prestações de apoio às situações de Desemprego, de referir que apenas o Subsídio Social de Desemprego tem vindo a registar, desde 2006 um aumento gradual no número de beneficiários.

Em 2007, o Subsídio Social de Desemprego registava 2 246 beneficiários, enquanto que em 2008 se verificou um aumento de 32 %, cifrando-se em 2 954 pessoas.

No caso do Subsídio Social de Desemprego Subsequente verificou-se no ano de 2008, uma diminuição de 8% no número de beneficiários, relativamente ao ano de 2007.

As prestações (Subsídio Social de Desemprego e Subsídio Social de Desemprego Subsequente), são reveladoras de acentuada precariedade económica. Como já foi referido, são situações onde os rendimentos mensais, por elemento do agregado familiar, não podem ir além dos 80% do valor do Indexante dos Apoios Sociais. Para o ano de 2008 esse valor foi de 407,41 euros, conforme a Portaria nº 9 de 3 de Janeiro.

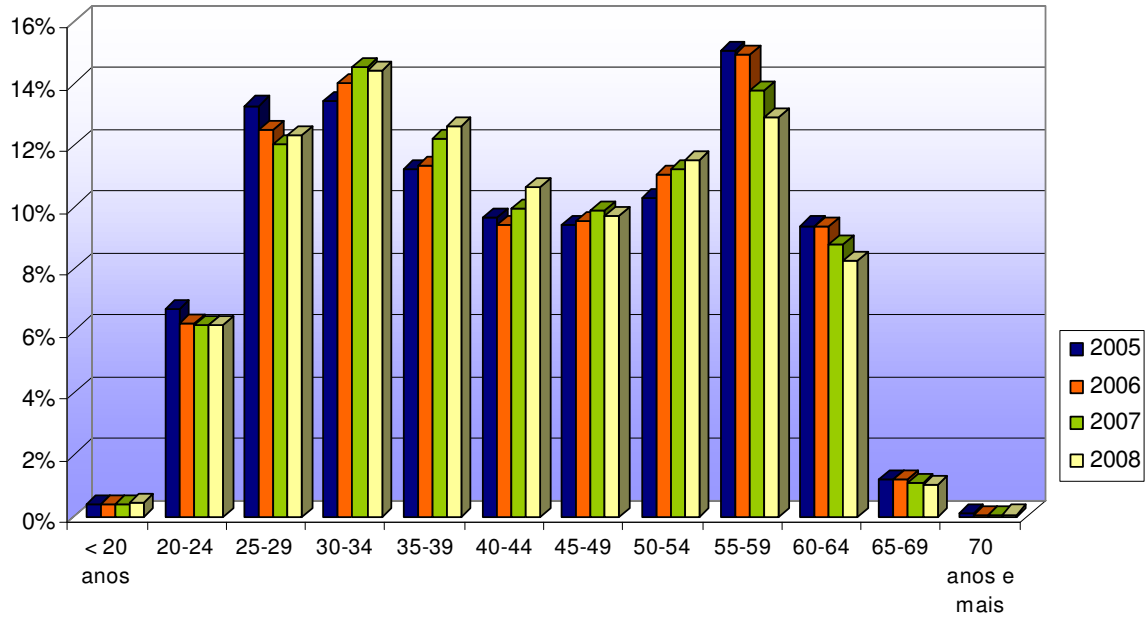
Quadro 10 - Número de Beneficiários de Prestações de Desemprego

Prestações de Desemprego	Anos							
	2005	%	2006	%	2007	%	2008	%
Subsídio de Desemprego	17.186	77%	16.990	78%	14.816	75%	13.224	70%
Subsídio Social de Desemprego	1.812	8%	1671	8%	2.246	11%	2.954	16%
Subsídio Social de Desemprego Subsequente	3.364	15%	3.162	14%	2.824	14%	2.586	14%
Total	**22.362**	**100%**	**21.823**	**100%**	**19.886**	**100%**	**18.764**	**100%**

Fonte: Instituto de Informática, IP – MTSS.

A análise da distribuição dos beneficiários das Prestações de Desemprego por escalão etário, evidencia que em Lisboa, no período de 2005/2006, o grupo etário que apresenta a percentagem mais elevada de beneficiários, cerca de 15%, é o dos 55 - 59 anos, seguido do escalão dos 30 - 34 anos com 14%. Esta situação inverte-se no período de 2007/2008.

Gráfico 10 - Número de Beneficiários de Prestações de Desemprego por Escalão Etário



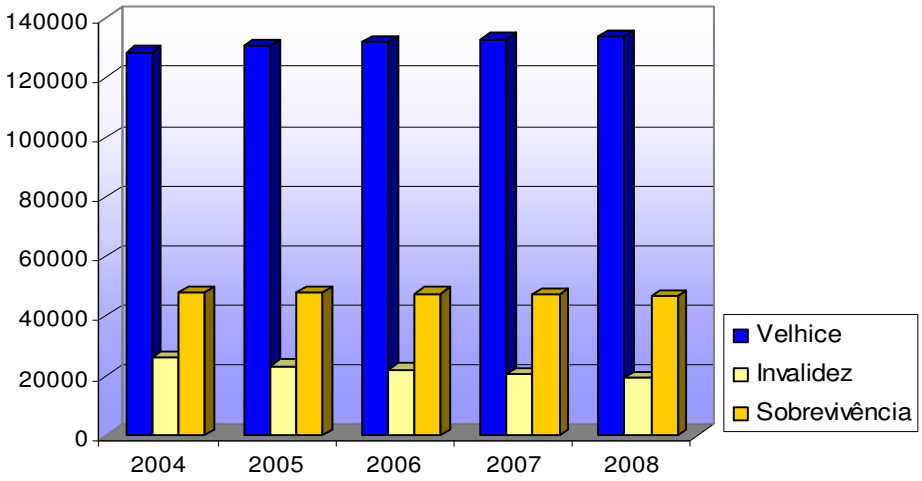
Fonte: Instituto de Informática, IP – MTSS.

- **Pensões**

Os valores apresentados no referencial estatístico desta temática, relativos às pensões são apenas os registados na Segurança Social, não contabilizando os de outras entidades.

O gráfico abaixo, representa o total de Pensionistas Activos por tipo de Pensão, independentemente do regime de onde provêm.

Gráfico 11 - Número de Pensionistas por tipo de Pensão



Fonte: Instituto de Informática, IP – MTSS.

Em Lisboa, considerando o número de pensionistas registados na Segurança Social, de salientar que é a Pensão de Velhice que regista desde 2005 os valores mais elevados e que denotam um ligeiro aumento anual até 2008. Neste ano, recebiam Pensão de Velhice 133 758 idosos, onde estão incluídos 2 036 beneficiários de Pensão Social de Velhice. No ano de 2008 o número de beneficiários da Pensão de Invalidez cifrava-se em 19 053, o que representou um ligeiro decréscimo, 8%, relativamente a 2007, que poderá estar relacionado, entre outros factores, com critérios de avaliação em vigor.

Quanto à Pensão de Sobrevivência de referir que em Lisboa, o número de pensionistas registou uma diminuição progressiva no período de 2005 a 2008, contrariamente à Região onde se verificou um aumento progressivo no triénio 2005/2007, conforme se encontra patente no referencial estatístico.

Relativamente às Pensões Sociais, as variações registas desde 2005 até 2008, não são significativas, porém constata-se uma discreta diminuição, no número de beneficiários neste tipo de Prestação. Importa referir que estas prestações estão enquadradas no regime não contributivo da Segurança Social.

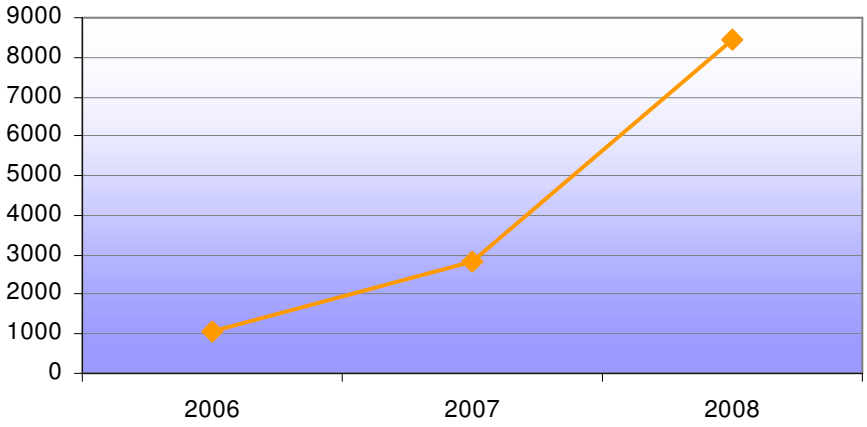
- **Complemento Solidário para Idosos**

O Complemento Solidário para Idosos (CSI) consiste numa prestação monetária, destinada a cidadãos com idade igual ou superior a 65 anos, constituindo um apoio adicional aos seus baixos recursos económicos, tratando-se assim de uma prestação diferencial.

No ano de 2006, ano de início da medida, o CSI começou por abranger cidadãos com idade igual ou superior a 80 anos, tendo no ano de 2007 abrangido pessoas com idade igual ou superior a 70 anos, e a partir de Janeiro de 2008 foi alargado a todas as pessoas idosas.

A prestação de CSI no ano de 2007, abrangia 2 815 beneficiários, tendo-se verificado quase a triplicação deste valor face a 2006 (1 066). Este aumento bastante significativo, é em parte explicado pelo facto desta prestação ter sido alargada a outras faixas etárias. No ano de 2008 o número de beneficiários cifrava-se já em 8 435.

Gráfico 12 - Número de Beneficiários de CSI



Fonte: Instituto de Informática, IP – MTSS.

Relativamente à Região, constata-se que em 2006 existiam 3 220 beneficiários do CSI, tendo este número triplicado em 2007, o que ilustra a situação de precariedade do número de cidadãos nos escalões etários abrangidos por esta medida.

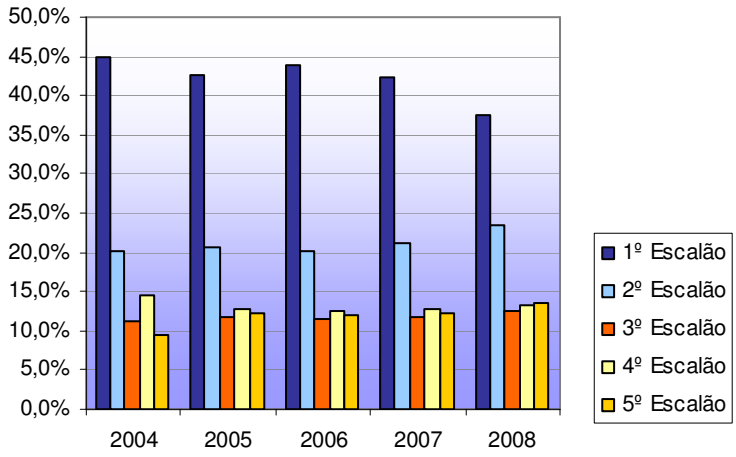
- **Prestações Familiares**

O Abono de Família para Crianças e Jovens constitui uma prestação atribuída mensalmente, visando compensar os encargos familiares relativos ao seu sustento e educação, cujo montante varia de acordo com a idade da criança ou do jovem e o nível de rendimento de referência do respectivo agregado familiar, sendo este calculado com base nos rendimentos anuais ilíquidos.

Em Lisboa, no ano de 2007, receberam Abono de Família 65 996 titulares, (crianças a receber a prestação), dos quais 42,3% correspondiam a crianças integradas em agregados familiares que se situavam no 1º escalão de rendimentos e 21,2 % no 2º escalão. Estes escalões correspondem aos agregados familiares com rendimentos anuais ilíquidos mais baixos.

No ano de 2008, o número de titulares de Abono de Família situava-se nos 69 492, tendo sofrido um acréscimo de 5%, face ao ano de 2007. No entanto, em termos de distribuição por escalões verificou-se uma descida no 1º escalão e consequente aumento nos restantes.

Gráfico 13 - Titulares com Abono de Família, por Escalão de Rendimentos



Fonte: Instituto de Informática, IP – MTSS.

Ainda no âmbito das Prestações Familiares foi criado em 2007, o Abono de Família Pré-Natal, com o objectivo de incentivar a maternidade, através de uma prestação compensatória de encargos acrescidos durante o período de gestação, atribuída à mulher grávida, a partir da 13ª semana de gravidez.

Em 2008, em Lisboa beneficiavam desta prestação 5 519 beneficiários representando quase o triplo face a 2007 que se situava nos 2 048.

Comissões de Protecção de Crianças e Jovens

As Comissões de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ) são "instituições oficiais não juridiciárias com autonomia funcional que visam promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou por termo a situações susceptíveis de afectar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral"[39].

Foram constituídas e desenvolvem a sua actividade nos termos da Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro – alterada pela Lei n.º 31/2003, de 22 de Agosto e regulamentada pelo Dec-Lei n.º 332 – B/2000 de 30 de Dezembro –.

As CPCJ visam garantir uma crescente protecção das crianças e jovens visando simultaneamente uma maior eficácia na salvaguarda dos seus direitos.

O acompanhamento das situações em regime de parceria entre vários serviços e entidades impõe a defesa de um modelo de intervenção concertado e célere, direccionado para o garante do superior interesse da criança.

Em Lisboa, as CPCJ têm como áreas de intervenção específicas, quatros zonas da cidade, ou seja, a zona Norte, zona Centro, Zona Oriental e Ocidental.

Quadro 11 - Freguesias abrangidas pelas 4 CPCJ

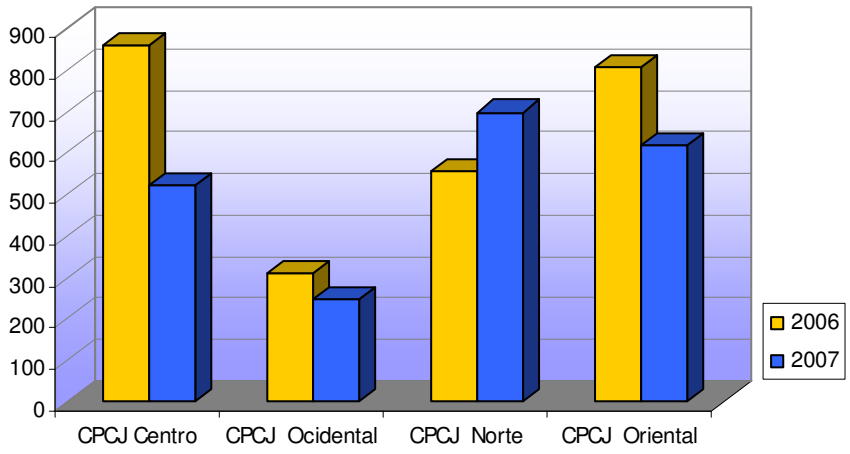
NORTE	CENTRO	ORIENTAL	OCIDENTAL
Ameixoeira; Benfica; Carnide; Charneca; Lumiar; São Domingos de Benfica	Alto do Pina; Alvalade; Anjos; Campo Grande; Castelo; Coração de Jesus; Encarnação; Graça; Madalena; Mártires; Mercês; N.Srª de Fátima; Pena; Penha de França; Sacramento; Stª Catarina; Stª Engrácia; Stª Justa; Santiago; Stº Estêvão; S. Cristóvão S. Lourenço; S. João; S. João de Brito; S. João de Deus; S. Jorge de Arroios; S. José; S. Mamede; S. Miguel; S. Nicolau; S. Paulo; S. Sebastião da Pedreira; S. Vicente de Fora; Sé; Socorro	Beato; Marvila; Santa Maria dos Olivais	Ajuda; Alcântara; Campolide; Lapa; Prazeres; Santa Isabel; Santo Condestável; São Francisco Xavier; Santa Maria de Belém, Santos-o-Velho

Fonte: CPCJ de Lisboa.

O total de Processos Activos das quatro CPCJ em 2007, era de 2 090, e em 2006 de 2 530 o que representou um decréscimo de 17%.

[39] In http://www.pgr.pt/portugues/grupo_soltas/faq/menores.htm

Gráfico 14 - Distribuição do Número de Processos Activos por CPCJ



Fonte: Comissão Nacional das CPCJ - CPCJ de Lisboa – 2007.

Segundo a informação disponível sobre as quatro CPCJ de Lisboa, de referir que, de 2006 para 2007 se registaram algumas alterações significativas relativas ao número de Processos Activos em cada uma delas.

Segundo o gráfico, constata-se uma descida em todas as CPCJ à excepção da CPCJ Norte, que contrariamente registou um aumento no seu número de Processos Activos.

Enquanto que em 2006 era a CPCJ Centro que registava o maior número de Processos Activos, 861, e a CPCJ Oriental se situava em segundo lugar com 805 Processos, em 2007 a situação revela alterações significativas.

A CPCJ Norte é a que regista maior número de processos, 698 e a Oriental mantém-se em segundo lugar, embora com um número de Processos Activos menor, 620, do que aquele que fora registado em 2006.

A alteração de decréscimo, mais significativa é a da CPCJ Centro que entre 2006/2007 diminuiu em 39% o número de Processos Activos. Em contrapartida a CPCJ Norte registou no mesmo período, um aumento de 8% no seu número de Processos Activos.

No que respeita às problemáticas e a partir dos dados que foi possível obter, do ano de 2006, das 4 CPCJ de Lisboa, que englobam as 53 freguesias da cidade, há a salientar o seguinte:

- A problemática preponderante foi a Negligência, com 1.478 casos e a representar 31% do conjunto das problemáticas.

- Em segundo lugar encontram-se os Maus tratos psicológicos/Abuso emocional, patentes em 846 situações e a representar 18% do total.

- A Exposição a modelos de comportamento desviante constitui a 3ª problemática mais evidenciada em 745 situações e a representar 16% do total.

- Dum total de 4.723 crianças e jovens de referir ainda que, 488 (10%), são vítimas de maus tratos físicos, representando esta problemática a 4ª mais expressiva no conjunto das problemáticas da CPCJ.

- O Abandono Escolar foi identificado em 433 casos e representou 9% do total em 2006.

3.3. Estratégias de Intervenção

No contexto da Vulnerabilidade Social, e atendendo a que constitui nos nossos dias um dos maiores desafios às políticas sociais, foram identificadas 4 Estratégias de Intervenção prioritárias, visando contrariar as fragilidades e problemáticas às quais esta vulnerabilidade está invariavelmente associada:

- **Articulação e redireccionamento das políticas de inclusão social**

A definição desta estratégia está relacionada com a desarticulação ao nível das políticas de inclusão e com a necessidade de as adequar às problemáticas emergentes inerentes às novas dinâmicas sociais. Salientando uma atenção especial à situação da população instável e à obtenção de resultados na cessação dos ciclos de pobreza e de dependência institucional que se têm vindo a verificar ao longo do tempo.

Com vista à minimização/resolução destes problemas foram apontadas algumas acções que promovam medidas de concertação/responsabilização de todos os intervenientes nos processos de promoção social. A crescente tendência para os processos de contratualização tende a uma maior capacitação junto dos cidadãos envolvidos nas medidas de Segurança Social.

- **Institucionalização do princípio da subsidiariedade**

O princípio da subsidiariedade é um dos pilares essenciais ao desenvolvimento social, económico e cultural das populações. Intervir socialmente significa incentivar e reconhecer a essência da participação individual e colectiva a nível local, rentabilizando os recursos existentes, identificando os que devem ser criados e, remetendo sempre que necessário a solução dos problemas, para as instâncias adequadas.

- **Implementação de processos de monitorização do impacto das medidas tomadas no âmbito da intervenção social**

A definição desta estratégia passa pela necessidade do estabelecimento de uma prática de monitorização com indicadores específicos que permitam a avaliação de resultados, a adequação das medidas aos problemas sociais, viabilizando uma plataforma de gestão de informação para uma intervenção integrada.

Paralelamente a esta questão, coexiste a crescente necessidade de adoptar posturas dialogantes e procedimentos adequados às novas exigências, ditando o reforço de equipas

multidisciplinares e inter-institucionais, uniformizando e normalizando os procedimentos técnicos, conducentes a um processo de Certificação de Práticas.

- **Inovação dos perfis de resposta e intervenção social**

Os novos perfis de vulnerabilidade social impõem uma abordagem inovadora ao nível das Instituições e da prática profissional, orientando as respostas de acordo com as exigências e a configuração das necessidades dos cidadãos. Cada vez mais se torna imperativa uma prática intra e inter institucional, bem como a criação de medidas, respostas e acompanhamento de proximidade.

O processo de inovação que se pretende, deverá orientar-se a vários níveis: dotar as equipas de técnicos com perfil específico, posturas profissionais pro-activas, bem como adequar o rácio nº de técnicos/nº de utentes e garantir que o processo de fiscalização das medidas e acordos seja acometido a um serviço específico, isentando o técnico do "papel fiscalizador", conferindo-lhe uma maior eficácia.

Ainda como parte neste processo de inovação, considera-se a criação de Projectos-Piloto, fundamental na demonstração de potencialidades de intervenção no exercício da cidadania, nomeadamente ao nível da simplificação dos procedimentos de processos, na acessibilidade às medidas e programas, tornando mais célere todo o mecanismo.

Matriz 3 - Estratégias de Intervenção da Vulnerabilidade à Inclusão

	Necessidades/ Problemas Críticos	Estratégias de Intervenção	Propostas de Acção	Recursos	
				Parcerias Existentes/ Parcerias a Mobilizar	Potencialidades Institucionais
Da Vulnerabilidade à Inclusão	• Necessidade de articulação entre políticas aos diferentes níveis. • Insuficiência de iniciativas participadas que rentabilizem recursos e investimentos. • Dificuldade na obtenção de resultados na cessação dos ciclos de pobreza e de dependência institucional. • Ausência de um Diagnóstico Prospectivo de necessidades formativas ao nível do mercado de trabalho. • Desadequação dos suportes de inserção dos formandos no mercado de trabalho - Desadequabilidade das áreas de formação. • Inexistência de programa específico de apoio à inserção da população instável - dispersão nas medidas, desarticulação dos apoios existentes e diferenciados para esta problemática específica. • Necessidade de sistematização e análise contínua de problemáticas emergentes inerentes às novas dinâmicas sociais. • Falta de habitação como factor de exclusão.	ARTICULAÇÃO E REDIRECCIONAMENTO DAS POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	• Necessidade de articulação das políticas a vários níveis – transversalidade e medidas abrangentes. • Criar mecanismos de articulação/colaboração entre diferentes organismos e entidades que tutelem as políticas e programas. • Criar modelos de intervenção em rede que promovam o envolvimento /responsabilização de todos os intervenientes. • Relação formação/inserção. Utilizar lista de *profissões com mais saída* no mercado. Adequação permanente das áreas de formação às necessidades existentes e emergentes do mercado de trabalho. • Criar Banco de Dados com esta Informação actualizada regularmente (anual ou semestral), ao nível das necessidades do mercado de trabalho. • Implementar medidas aliciantes de concertação para empregadores e empresários, no sentido de integrarem os formandos nas suas áreas de eleição. • Criar programa específico com medidas concretas de apoio e prevenção dirigido à inserção da população instável a desenvolver localmente. • Criar mecanismos de rastreio e sinalização da população instável no território. • Criar mecanismos de identificação precoce de perfis de risco. • Reforçar a credibilidade das equipas técnicas responsáveis pelos processos de certificação de competências. • Adequar programas e opções relativas à requalificação e reabilitação urbana de acordo com os interesses, o bem-estar e a qualidade de vida dos cidadãos. • Criar habitações em número e tipo, adequadas às carências e às "novas" características dos indivíduos e das famílias. • Acompanhamento técnico de todos os processos de realojamento. • Desenvolver medidas criativas potenciadoras da participação dos indivíduos em contexto de realojamento como forma de inclusão.	• **Administração Central** • **Administração Local** • ISS, IP – Instituto da Segurança Social • Rede Social de Lisboa - C. Dist. Lisboa, CMLisboa e SCML • Parceiros da Rede Social • Juntas de Freguesia • Entidades e Instituições, Públicas e Privadas **com responsabilidade nesta matéria** (Direcção Geral de Reinserção Social, IDT - Instituto da Droga e da Toxicodependência, APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima; Banco Alimentar Contra a Fome; Fundação Liga; CERCI - Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados; Associação "O Ninho"; IEFP - Instituto do Emprego e Formação Profissional), entre outras.	• Plano Nacional para a Igualdade – Cidadania e Género • PNAI – Plano Nacional de Acção para a Inclusão • Agenda Social Renovada: oportunidades, acesso e Solidariedade na Europa do Séc. XXI • PNE – Plano Nacional para o Emprego • PARES - Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais • PAIES - Programa de Apoio ao Investimento em Equipamentos Sociais (iniciativa privada lucrativa) • PNAI – Nascer Cidadão – Despiste e sinalização de casos associados a factores de vulnerabilidade e risco • PNAI – Apoio e aconselhamento ao endividamento das Famílias

Matriz 3 - Estratégias de Intervenção da Vulnerabilidade à Inclusão (Cont.)

Da Vulnerabilidade à Inclusão	Necessidades/ Problemas Críticos	Estratégias de Intervenção	Propostas de Acção	Recursos	
				Parcerias Existentes/ Parcerias a Mobilizar	Potencialidades Institucionais
	• Insuficiência de modelos de Contrato-Programa para apoiar a Intervenção. • Insuficiente informação/divulgação de Direitos e Deveres dos Cidadãos.	INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PRINCÍPIO DA SUBSIDIARIEDADE	• Reforço de iniciativas participadas a desenvolver a nível local que rentabilizem recursos e investimentos, incentivando à participação efectiva de todos os cidadãos e grupos. • Desenvolver políticas de reconhecimento e de credibilidade por parte dos cidadãos, do papel das entidades/instituições no apoio prestado às populações em situação de maior vulnerabilidade. • Promover acções de proximidade que assegurem o pleno exercício da cidadania.	• **Administração Central** • **Administração Local** • ISS, IP – Instituto da segurança Social • Rede Social de Lisboa - C. Dist. Lisboa, CMLisboa e SCML • Parceiros da Rede Social • Juntas de Freguesia • **Entidades e Instituições, Públicas e Privadas** com responsabilidade nesta matéria (Direcção Geral de Reinserção Social, IDT – Instituto da Droga e da Toxicodependência, APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima; Banco Alimentar Contra a Fome; Fundação Liga; CERCI - Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados; Associação "O Ninho"; IEFP - Instituto do Emprego e Formação Profissional), entre outras.	• Formação para a Inclusão • Mercado de Trabalho Inclusivo • Micro – Crédito • PNAI – Intervenções Sócio - Territoriais em áreas deprimidas • Rede de Centros Comunitários • PAIPDI – Plano de Acção para a Integração das Pessoas com Deficiências ou Incapacidades • Programa de Intervenção Mercado Inclusivo • Contratos Locais de Desenvolvimento Social

Matriz 3 - Estratégias de Intervenção da Vulnerabilidade à Inclusão (Cont.)

	Necessidades/ Problemas Críticos	Estratégias de Intervenção	Propostas de Acção	Recursos	
				Parcerias Existentes/ Parcerias a Mobilizar	Potencialidades Institucionais

Da Vulnerabilidade à Inclusão	• Inexistência de uma prática de monitorização, com indicadores que permitam a avaliação do impacto das medidas tomadas no âmbito da Intervenção Social.
	• Número excessivo de situações / Processos por Técnico (1) o que provoca dificuldades num acompanhamento eficaz e eficiente e sempre actualizado.
	• Dificuldade em assumir posturas e práticas " dialogantes", nas equipas técnicas de terreno, intra e inter institucionais.
	• Inexistência de Processos de Certificação de Práticas.
		IMPLEMENTAÇÃO DE PROCESSOS DE MONITORIZAÇÃO DO IMPACTO DAS MEDIDAS TOMADAS NO ÂMBITO DA INTERVENÇÃO SOCIAL	• Criar uma Plataforma de gestão de informação para uma intervenção integrada:
			  • Avaliar resultados – implementação de sistemas de avaliação que integrem indicadores específicos de monitorização, reveladores dos processos e auto-avaliação.
			  • Criar uma dinâmica de articulação entre as diferentes entidades que gerem as medidas, na óptica da satisfação das necessidades dos cidadãos:
			  ○ Utilizar o sistema de tratamento de reclamações /sugestões;
			  ○ Fornecer lista de questões sociais para exploração e estudos, em trabalhos académicos;
			  ○ Explorar toda a informação disponível a nível nacional e internacional sobre a temática.
			• Adequar o nº de processos / situações por técnico, de acordo com as exigências de acompanhamento e controle que as medidas exigem, garantindo as condições fundamentais ao rigor das práticas profissionais.
			• Admissão de um maior número de técnicos para este acompanhamento (RSI, CPCJ, etc.), de forma a adequar o rácio técnico/utente e requalificar a intervenção social.
			• Uniformizar e normalizar procedimentos e circuitos técnicos.
			• Criar instrumentos técnicos que possibilitem a concretização de Processos de Certificação de Práticas.
				• Administração Central
				• Administração Local
				• **ISS, IP – Instituto da Segurança Social**
				• **Rede Social de Lisboa - C. Dist. Lisboa, CMLisboa e SCML**
				• Parceiros da Rede Social
				• Juntas de Freguesia
				• Entidades com responsabilidade técnico - normativa e legislativa sobre estas questões.
				• Entidades e Instituições, Públicas e Privadas com responsabilidade nesta matéria (Direcção Geral de Reinserção Social, IDT - Instituto da Droga e da Toxicodependência, APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima; Associação Mulheres contra a Violência; Banco Alimentar Contra a Fome; Fundação Liga; Liga Portuguesa dos Deficientes Motores – Centro de Recursos Sociais; CERCI - Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados; Associação "O Ninho"; IEFP - Instituto do Emprego e Formação Profissional, entre outras.
					• Planos Individuais de Reinserção para Pessoas Sem – Abrigo
					• Sistema de Informação e Monitorização do fenómeno sem – abrigo
					• PARES (POHP) – Respostas Sociais para pessoas com deficiência
					• CRI - Centro de Recursos para a Inclusão
					• Plano Nacional de Luta contra a Sida
					• Fórum Não Governamental para a Inclusão Social
					• Políticas Públicas do "*Mainstreaming* da Inclusão Social": pontos focais, MTSS entre outros.
					• Plano Nacional contra a Droga e as Toxicodependências

Matriz 3 - Estratégias de Intervenção da Vulnerabilidade à Inclusão (Cont.)

Da Vulnerabilidade à Inclusão

Necessidades/ Problemas Críticos	Estratégias de Intervenção	Propostas de Acção	Recursos	
			Parcerias Existentes/ Parcerias a Mobilizar	Potencialidades Institucionais

• Emergência de novos perfis de vulnerabilidade social.
• Dificuldade em assumir posturas e práticas " dialogantes", nas equipas técnicas de terreno, intra e inter institucionais.
• Necessidade de partilha de informação sobre as medidas e recursos de cada entidade.
• Inexistência de um "SIMPLEX" Social – simplificação dos procedimentos.
• Inoperância de um organismo que fiscalize e monitorize as medidas e os acordos do RSI, isentando os técnicos que acompanham a situação do "papel fiscalizador".
• Insuficiente diversidade de Programas de voluntariado por freguesia e/ou agrupamentos de freguesias.
• Insuficiência do número de Voluntários de Proximidade, de apoio às pessoas idosas e a outros grupos vulneráveis.
	INOVAÇÃO DOS PERFIS DE RESPOSTA E INTERVENÇÃO SOCIAL	• Criar modelos de intervenção que operacionalizem o diagnóstico prospectivo das novas problemáticas:
		  • Reforçar equipas de investigação/monitorização da realidade;
		  • Agenda prospectiva;
		  • Operacionalizar mecanismos de investigação/acção;
		  • Construção de cenários.
		• Formação para reforço de competências dos técnicos para um perfil pro-activo e criação de condições de trabalho direccionadas para uma "intervenção dialogante".
		• Dotar os serviços de recursos, capacidade e flexibilidade para poderem responder de forma inovadora.
		• Uniformizar /Criar critérios que sejam facilitadores de todo o processo de acessibilidade às medidas/programas, agilizando e tornando mais célere todo o mecanismo.
		• Adequar o rácio nº de técnicos / nº de utentes.
		• Desencadear processos conducentes a uma mudança de cultura organizacional, com enfoque na capacidade fiscalizadora, adequada.
		• Proposta de criação de projectos-piloto de demonstração de potencialidades de intervenção no exercício da cidadania e serviços domiciliários.
		• Diversificar os programas de voluntariado centrados nas freguesias.
			• **Administração Central**
			• **Administração Local**
			• ISS, IP – Instituto da Segurança Social
			• **Rede Social de Lisboa - C. Dist. Lisboa, CMLisboa e SCML**
			• Parceiros da Rede Social
			• Juntas de Freguesia
			• Entidades e Instituições, Públicas e Privadas com responsabilidade nesta matéria (Direcção Geral de Reinserção Social, IDT - Instituto da Droga e da Toxicodependência, APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima; Banco Alimentar Contra a Fome; Fundação Liga; Liga Portuguesa dos Deficientes Motores – Centro de Recursos Sociais; CERCI - Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados; Associação "O Ninho"; IEFP - Instituto do Emprego e Formação Profissional, entre outras.
				• Programa de Apoio Técnico e Financeiro às Organizações não Governamentais na área da Igualdade de Género – Apoio a ONG's e Associações que promovam a Igualdade de Género e a Cidadania para o Desenvolvimento de Projectos nestes domínios
				• PNAI – Prioridade 3 – Ultrapassar as discriminações, reforçando a integração de grupos específicos, nomeadamente: pessoas com deficiência e incapacidade, imigrantes e minorias étnicas
				• Pacto de Cooperação Institucional para a Reinserção Social de Reclusos e Ex-Reclusos.
				• Programa de Simplificação Administrativa
				• Estratégia Nacional Para a Protecção Social e Coesão Social
				• Quadro de Referência Estratégico Nacional – QREN
				• Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável

4 - Diversidade Cultural

4.1. Enquadramento Conceptual

De acordo com o parecer da UNESCO, a cultura adquire formas diversas através do tempo e do espaço. Essa diversidade manifesta-se na originalidade e na pluralidade de identidades que caracterizam os grupos e as sociedades que compõem a humanidade. Fonte de intercâmbios, de inovação e de criatividade, a diversidade cultural é, para o género humano, tão necessária como a diversidade biológica para a natureza. Nesse sentido, constitui o património comum da humanidade e deve ser reconhecida e consolidada pelas gerações presentes e futuras. A diversidade cultural potencia as possibilidades de escolha que se oferecem a todos e é uma das fontes do desenvolvimento, entendido não somente em termos de crescimento económico, mas também como meio de acesso a uma existência intelectual, afectiva, moral e espiritual satisfatória.

Nesta perspectiva, nas nossas sociedades cada vez mais diversificadas, torna-se indispensável garantir uma interacção harmoniosa entre pessoas e grupos com pluralidade de identidades culturais, pela implementação de políticas que favoreçam a inclusão e a participação de todos os cidadãos, tendo subjacente a inclusão social, a vitalidade da sociedade civil e a paz.

Durante séculos, Portugal foi essencialmente um país de emigração, que se habituou a ver partir o seu povo para as mais diversas paragens do mundo, cujas marcas ainda se encontram bem evidentes, quer nas culturas de outros povos, quer nos espaços por onde passaram e se instalaram.

Também a cidade de Lisboa se encontra fortemente marcada por essa confluência de povos e culturas, com reflexos em alguns lugares simbólicos, monumentos e até na sua toponímia.

O fenómeno da imigração tem vindo progressivamente a adquirir uma maior visibilidade na cidade de Lisboa, marcando toda a sua vivência colectiva com uma multiculturalidade cada vez mais expressiva.

A questão das migrações passa, por dimensões micro sociais e micro urbanas. As cidades mudam a sua cor, os seus costumes, os seus viveres, as suas gentes. As populações migrantes concentram-se em aglomerados urbanos que os acolhem, que os respeitam, que lhes oferecem uma nova esperança de vida. Lisboa é uma das cidades que, a nível europeu, tem registado transformações sociais, urbanas e culturais resultantes das dinâmicas internacionais. Nas escolas convivem crianças de várias culturas, etnias e origens. A

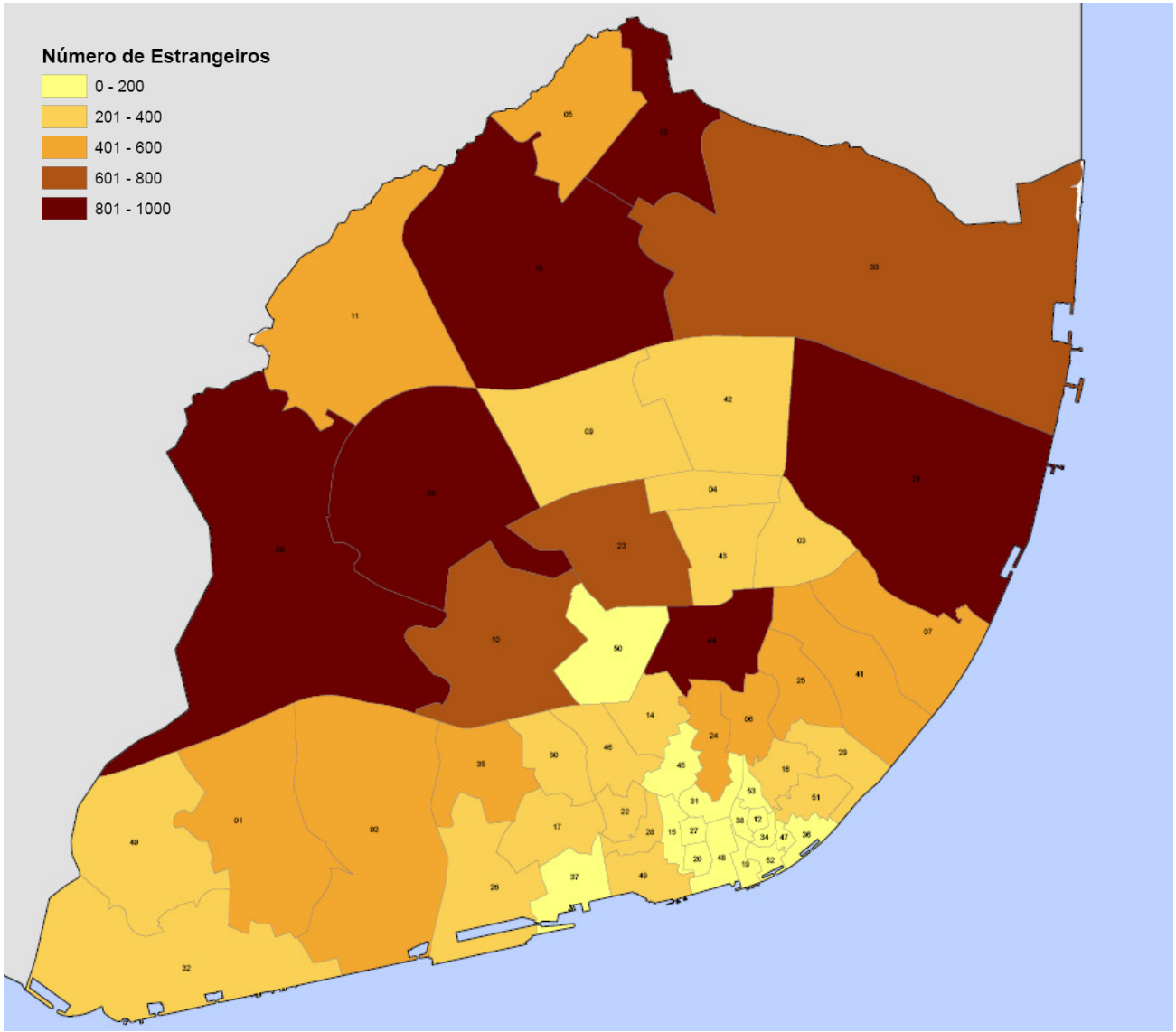
Diversidade, seja ela de cariz social, religiosa, étnica ou cultural, está implementada nas ruas, nos bairros e nos jardins...

A integração dos imigrantes nas sociedades de acolhimento manifesta-se como um processo complexo e multifacetado, de interacção, ajustamento e adaptação mútua entre imigrantes e as sociedades de acolhimento, dependendo da estrutura política, económica, social e cultural do país de acolhimento.

No entanto, o processo de integração nunca está concluído. A sociedade evolui constantemente, enfrentando novos desafios, realidades e atitudes sociais em constante mudança.

Estes novos desafios, não sendo de todo opcionais no âmbito da globalização, obrigam a sociedade a uma identificação incessante das necessidades existentes e das acções que lhe possam responder adequadamente, com enfoque para o papel das políticas e contextos locais.

Mapa 6 - Número de Estrangeiros por Freguesia



1	AJUDA
2	ALCÂNTARA
3	ALTO DO PINA
4	ALVALADE
5	AMEIXOEIRA
6	ANJOS
7	BEATO
8	BENFICA
9	CAMPO GRANDE
10	CAMPOLIDE
11	CARNIDE
12	CASTELO
13	CHARNECA
14	CORAÇÃO DE JESUS
15	ENCARNAÇÃO
16	GRAÇA
17	LAPA
18	LUMIAR
19	MADALENA
20	MÁRTIRES
21	MARVILA
22	MERCÊS
23	N.S.FÁTIMA
24	PENA
25	PENHA DE FRANÇA
26	PRAZERES
27	SACRAMENTO
28	SANTA CATARINA
29	SANTA ENGRÁCIA
30	SANTA ISABEL
31	SANTA JUSTA
32	SANTA MARIA DE BELÉM
33	SANTA MARIA DOS OLIVAIS
34	SANTIAGO
35	SANTO CIONDESTÁVEL
36	SANTO ESTEVÃO
37	SANTOS O VELHO
38	SÃO CRISTOVÃO E SÃO LOURENÇO
39	SÃO DOMINGOS DE BENFICA
40	SÃO FRANCISCO XAVIER
41	SÃO JOÃO
42	SÃO JOÃO DE BRITO
43	SÃO JOÃO DE DEUS
44	SÃO JORGE DE ARROIOS
45	SÃO JOSÉ
46	SÃO MAMEDE
47	SÃO MIGUEL
48	SÃO NICOLAU
49	SÃO PAULO
50	SÃO SEBASTIÃO DA PEDREIRA
51	SÃO VICENTE DE FORA
52	SÉ
53	SOCORRO

Fonte: INE, Censos 2001.

Referencial Estatístico - Diversidade Cultural

Indicadores	2001 N.º	2001 %	2003 N.º	2003 %	2004 N.º	2004 %	2005 N.º	2005 %	2006 N.º	2006 %	2007 N.º	2007 %
Concelho de Lisboa												
População Estrangeira												
População Estrangeira residente no concelho de Lisboa (1)	18.736	3,32										
Pop. Estrangeira que solicitou estatuto de residente (2)					1.386		1.390		3.639			
Rendimento Social de Inserção												
Famílias com titulares estrangeiros a receber RSI (3)							82		188		308	
Beneficiários estrangeiros abrangidos pelo RSI (3)							197		422		781	
Protecção Social												
Pessoas singulares estrangeiras com Qualificação Activa (3)							36.437		38.753		47.557	
Associações												
Associações de Imigrantes reconhecidas pelo ACIDI, com sede em Lisboa (4)											36	
Organizações e Associações com intervenção junto das comunidades imigrantes da cidade de Lisboa (4)											86	
Região de Lisboa												
População Estrangeira												
População Estrangeira que solicitou o estatuto legal de residente (2) (6) (7) (8)	12.168	63,6	6.998	49,6	8.059	48,8	7.193	48,9	16.709	26,8		
Rendimento Social de Inserção												
Famílias com titulares estrangeiros a receber RSI (3)							858		1.688		2.676	
Beneficiários estrangeiros abrangidos pelo RSI (3)							2.356		4.728		7.856	
Protecção Social												
Pessoas singulares estrangeiras com Qualificação Activa (3)							172.596		181.677		210.967	
Distrito de Lisboa												
População Estrangeira												
População Estrangeira residente no Distrito de Lisboa (9) (10)	121.441		133.300		138.082		141.351		189.234		188.516	
• Nº de estrangeiros com Autorização de Residência (10)									149.368		170.584	
• Nº de estrangeiros com Autorização de Permanência (10)	38.154		4.789		76		35.775		14.366		3.030	
• Nº de estrangeiros com Vistos de Longa Duração (10)							23.322		25.500		14.902	
População Estrangeira no Distrito de Lisboa por Grandes Zonas Geográficas de Origem (9) (11)												
• U.E	24.199		26.392		27.580		28.207		28.368		38.788	
• Outros da Europa	2.318		2.789		3.132		3.586		17.983		12.722	
• África	75.428		82.860		85.027		86.159		14.843		93.240	
• América	17.340		18.750		19.496		20.649		34.592		31.380	
• Ásia	6.227		7.022		7.375		7.536		11.222		11.982	
• Oceânia	213		220		220		220		238		230	
• Apátrida/Desconhecido	171		172		173		174		174		174	

Referencial Estatístico - Diversidade Cultural (Cont.)

Indicadores	2001 Nº	2001 %	2003 Nº	2003 %	2004 Nº	2004 %	2005 Nº	2005 %	2006 Nº	2006 %	2007 Nº	2007 %
Nacionalidades Estrangeiras mais representativas no Distrito de Lisboa (9) (11)												
• Cabo Verde	33.424		35.793		36.545		36.641		41.839		39.953	
• Brasil	10.022		11.091		11.851		12.771		27.603		24.397	
• Angola	15.275		17.276		17.785		18.331		21.989		24.249	
• Guiné Bissau	12.232		14.038		14.349		14.475		16.679		15.714	
• Espanha	7.748		8.392		8.578		8.719		8.738		9.132	
• São Tomé e Principe	4.430		4.966		5.313		5.501		7.126		6.945	
• Ucrânia	70		139		336		481		7.233		6.857	
• Roménia	248		355		494		624		3.831		6.771	
Rendimento Social de Inserção												
Famílias com titulares estrangeiros a receber RSI (3)							618		1.242		2.016	
Beneficiários estrangeiros abrangidos pelo RSI (3)							1.707		3.552		6.004	
Protecção Social												
Pessoas singulares estrangeiras com Qualificação Activa (3)							142.117		150.189		176.949	
Portugal												
População Estrangeira												
População Estrangeira que solicitou estatuto legal de residente (8)	19.135		14.108		16.519		14.708		62.332			
População Estrangeira residente no território nacional (11)	350.898		433.650		447.155		414.659		420.189		435.736	
• Nº de estrangeiros com Autorização de Residência	223.997		249.995		263.322		274.631		332.137		401.612	
• Nº de estrangeiros com Autorização de Permanência	126.901		183.655		183.833		93.391		32.661		5.741	
• Nº de estrangeiros com Vistos de Longa Duração							46.637		55.391		28.383	
População Estrangeira em território nacional (10) (11)	223.997		249.995		263.322		274.631		409.185		435.736	
• Homens	125.958		137.607		143.319		147.980		226.816		240.096	
• Mulhers	98.039		112.388		120.003		126.651		182.369		195.640	
População Estrangeira em território nacional por grandes grupos etários (11)	223.997		249.995		263.322		274.631		332.137		435.736	
• 0 - 19 anos	47.571		57.388		61.301		63.855		88.447		91.263	
• 20 - 39 anos	78.810		11.504		122.171		128.563		206.693		218.665	
• 40 - 64 anos	58.341		62.698		64.695		66.732		98.186		108.825	
• 65 e mais	14.465		14 869		15.155		15.481		15.859		19.983	
População Estrangeira em território nacional por Grandes Zonas Geográficas de Origem (11) (12)												
• U.E	61.736				74.337		77.653		79.775		115.556	
• Outros da Europa	5.391		7.258		9.319		10.907		73.533		63.484	
• África	113.202		117.954		121.638		125.934		150.982		147.959	
• América	41.140		42.509		44.892		47.725		82.600		83.592	
• Ásia	9.724		11.565		12.331		12.847		22.418		24.269	
• Oceânia	537		557		554		556		589		586	
• Apátrida/Desconhecido	281		286		282		282		289		290	

Referencial Estatístico - Diversidade Cultural (Cont.)

Indicadores	2001		2003		2004		2005		2006		2007	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Nacionalidades Estrangeiras mais representativas em território nacional (11) (12)												
• Brasil	23.422		26.508		28.732		31.546		65.463	16	66.354	15
• Cabo Verde	49.845		53.434		54.806		56.433		65.485	16	63.925	15
• Ucrânia	203								37.851	9	39.480	9
• Angola	22.751		25.616		26.520		27.697		33.215	8	32.728	8
• Guiné-Bissau	17.791		20.041		20.583		21.258		24.513	6	23.733	5
• Outros									182.658	45		48
Associações												
Associações de Imigrantes reconhecidas pelo ACIDI, com sede em território nacional (4)											99	
Organizações e Associações com intervenção junto das comunidades imigrantes em território nacional (4)											163	
Centro de Emprego												
Estrangeiros inscritos nos Centros de Emprego do Continente (13)	5.300		16.389		18.735							
Pensões												
Pensionistas estrangeiros, por pensão de invalidez, velhice e sobrevivência (14)			60.212									
Segurança no Trabalho												
Sinistralidade laboral mortal de estrangeiros em todos os sectores de actividade (15)	45		26									

(1) - INE, Censos 2001
(2) - INE, Portugal, 2004, 2006, 2007 - Anuário Estatístico da Região de Lisboa 2004, 2005, 2006
(3) - II, IP - Departamento de Gestão de Informação
(4) - ACIDI - Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural
(6) - INE, Portugal, 2006 Anuário Estatístico de Portugal 2005
(7) - INE, Portugal, 2007 Anuário Estatístico de Portugal 2006
(8) - INE, Estatísticas Demográficas 2006, Edição 2008
(9) - SEF, Dados definitivos de 2001, 2003, 2004, 2005
(10) - SEF, Dados Provisórios de 2006 e 2007
(11) - SEF - Relatório de Actividades 2006 e 2007 - Imigração, Fronteiras e Asilo
(12) - SEF, Relatório Estatístico de 2001, 2002 e 2005
(13) - IEFP - Instituto do Emprego e Formação Profissional
(14) - IIESS - Ministério da Segurança Social e do Trabalho
(15) - Inspecção Geral do Trabalho (Nota: Sectores de Actividade - Agricultura, Pesca e Extractivas, Indústria Transformadora, Construção, Comércio, Hotelaria e Restauração, Serviços)

O Referencial Estatístico que se apresenta com os principais indicadores da Diversidade Cultural na cidade de Lisboa, longe de fazer a leitura exaustiva dos indicadores nesta área, pretende ser uma leitura possível desta realidade.

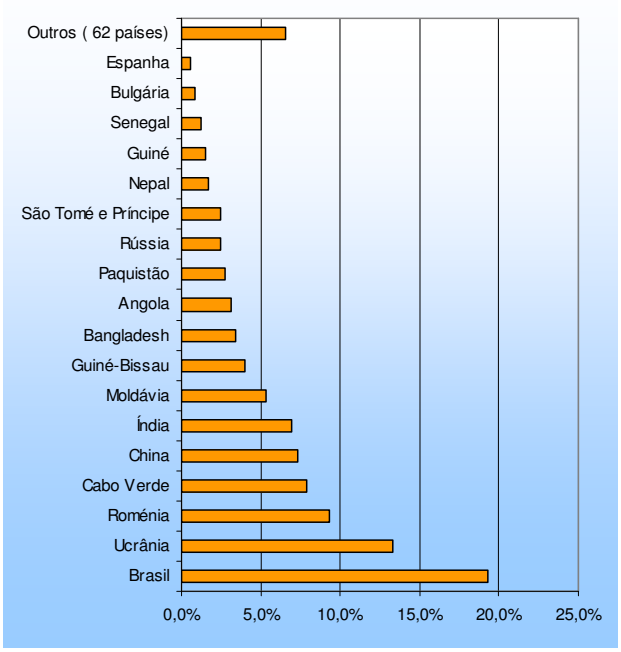
A informação estatística disponibilizada foi recolhida fundamentalmente do Instituto Nacional de Estatística, mas também do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras do Ministério da Administração Interna, no Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e ACIDI (Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural).

A cidade de Lisboa assistiu nos últimos 10 anos a um crescimento exponencial da entrada de imigrantes. Apesar de tradicionalmente, ter uma população imigrante maioritariamente oriunda dos Países Africanos de Língua Portuguesa (PALP) e asiática, acolheu na última década, uma grande diversidade de nacionalidades, aumentando a sua multiculturalidade.

Após 1976, estabilizada a migração de cariz económico e o retorno dos nacionais das ex-colónias, inicia-se um processo de lenta mas consistente imigração, primeiro de origem africana, brasileira a partir dos anos 80 e comunitária na década de 90 com predominância de imigrantes da Europa Central e de Leste.

Os dados provisórios do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras alusivos à população estrangeira que solicitou em Lisboa estatuto de residente exemplificam a multiculturalidade na cidade.

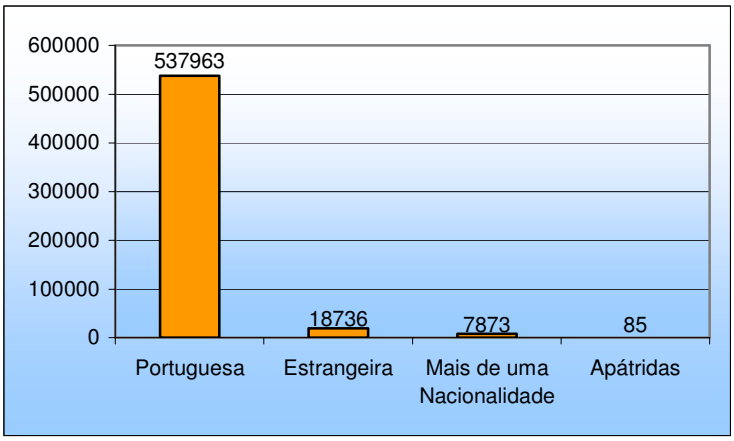
Gráfico 15 - População estrangeira que solicitou estatuto de residente no concelho de Lisboa por nacionalidade - 2006



Fonte: SEF (dados provisórios de 2006).

Em 2001, segundo dados do Censos, residiam em Lisboa 18 736 estrangeiros, representando 3,3% da população residente. Com mais de uma nacionalidade 7 873 residentes e apátridas 85 residentes.

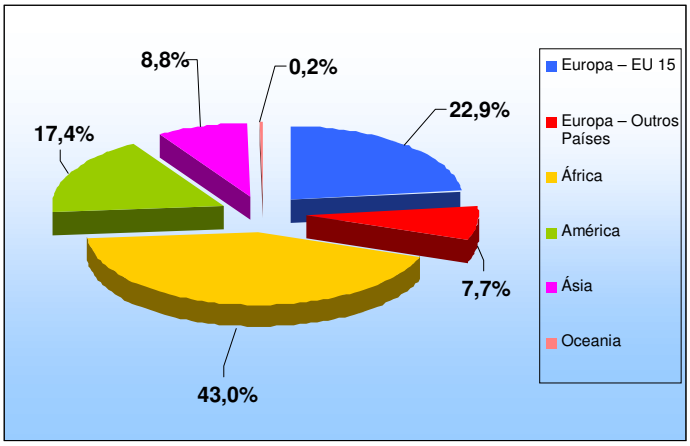
Gráfico 16 - População residente no concelho de Lisboa – 2001



Fonte: INE, Censos 2001.

A maioria dos residentes estrangeiros em Lisboa, de acordo com o Censos 2001, é oriunda do continente africano, mais especificamente dos PALP, representando estes, 43,0% da população estrangeira. Seguidamente, encontra-se a população nacional de países europeus com uma representação de 30,6%. Sabe-se através da desagregação dos dados que os países da Europa mais representativos eram, maioritariamente da União Europeia (EU–15). O continente americano ultrapassou o continente asiático com 3 251 residentes facto este devido aos 2 740 brasileiros residentes em Lisboa em 2001.

Gráfico 17 - População estrangeira residente por Continente de Origem



Fonte: INE, Censos 2001.

Do ponto de vista da inserção profissional, Maria Lucinda Fonseca[40] distingue quatro categorias de imigrantes:

1. Os trabalhadores originários da África sub-sahariana, constituídos na sua maioria por cidadãos das ex-colónias africanas, que exercem actividades compatíveis com baixos níveis de qualificação escolar e profissional, usufruindo baixos salários, na construção civil, no caso dos homens e nos serviços de limpeza industrial e doméstica, no caso das mulheres.
2. Os indianos, paquistaneses e chineses são sobretudo comerciantes e vendedores. Os chineses estabeleceram-se sobretudo no sector da restauração e da distribuição alimentar; os indo-paquistaneses estão mais dispersos, desenvolvendo um empresarialismo de base étnica, embora exista um grupo considerável na área da construção civil e na venda ambulante.
3. A imigração europeia e norte americana é predominantemente constituída por profissionais qualificados, associados a uma internacionalização da economia e de investimento estrangeiro no nosso país. Existem ainda imigrantes europeus que se estabeleceram maioritariamente no Algarve, sobretudo britânicos, alemães e holandeses.
4. Os imigrantes brasileiros numa primeira fase, eram maioritariamente em empresários e profissionais qualificados: dentistas, jornalistas, especialistas em marketing e publicidade, entre outros. Actualmente, os grupos mais representativos são os trabalhadores do comércio, hotelaria, restauração e construção civil.

De acordo com a mesma autora, a vaga de imigração dos anos mais recentes ganhou importância, nomeadamente a de origem na Europa de Leste, compreendendo uma população com qualificações técnicas de nível médio ou superior e que se integraram nos sectores da agricultura e indústria transformadora.

O final da década de 90 corresponde a uma nova fase da história da imigração em Portugal, revelando uma "substituição do processo migratório tradicional das comunidades africanas, suportado por estratégias de organização em redes sociais, de familiares e amigos, por um sistema organizado por redes ilegais de mão-de-obra."[41]

Fazendo uma breve análise do movimento migratório, podemos considerar que a imigração estrangeira, fez-se sentir com mais intensidade a partir de meados dos anos 80, mais concretamente a partir da 2ª metade da década, com a implementação de empresas estrangeiras em Portugal, nomeadamente na zona da Grande Lisboa. Verificou-se a entrada e permanência de um considerável número de imigrantes oriundos principalmente de Espanha,

[40] Fonseca, Maria Lucinda - "Dinâmicas de Integração dos Imigrantes: Estratégias e Protagonistas", I Congresso Imigração em Portugal – Diversidade, Cidadania e Integração, pág. 7 e 8, de 19 de Dezembro 2003.
[41] Idem.

Inglaterra e Brasil. Estes imigrantes ocupavam essencialmente lugares de quadros superiores e profissões altamente especializadas, como engenheiros de informática, gestores de topo (europeus), técnicos de marketing e publicidade e técnicos de estomatologia (brasileiros).

A partir da 1ª metade dos anos 90, após a queda do muro de Berlim, em 1989, dá-se o *"boom"* da imigração, oriunda principalmente de países de Leste Europeu (Ucrânia, Moldávia, Roménia e Rússia) e da América Latina (Brasil). O desenvolvimento de grandes obras públicas, como a construção em toda a área da EXPO'98, a Ponte Vasco da Gama e o alargamento da rede metropolitana das cidades de Lisboa e Porto, permitiram que o mercado de trabalho incorporasse estes trabalhadores imigrantes. Porém, a sua maioria encontrava-se em situação migratória irregular o que provocou questões de legalidade às autoridades portuguesas, e sucessivos processos de legalização extraordinária a imigrantes que se encontravam em situação ilegal (1992, 1996, 2001). Neste sentido, em Janeiro de 2001, foi criado um novo visto de trabalho, denominado Autorização de Permanência, que permitiu que cerca de 126 901[42] trabalhadores imigrantes regularizassem a sua situação, nesse ano.

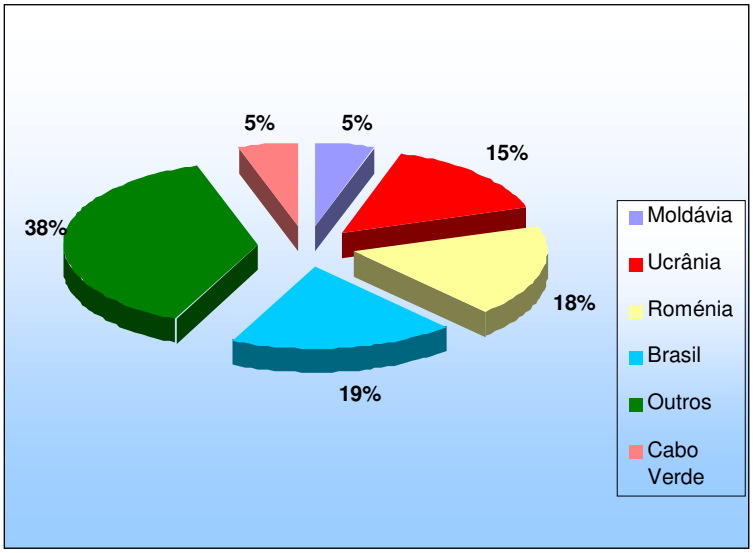
Importa referir que com a assinatura da Convenção de Schengen[43] (25 de Junho de 1992), a mobilidade dos cidadãos na Europa adquiriu uma nova dimensão da qual não são alheias as migrações laborais.

Embora sempre tivessem existido minorias estrangeiras em Portugal, estas não assumiam as características da actual imigração. Os imigrantes actuais são oriundos de vários continentes, pertencem a várias etnias, professam diferentes convicções religiosas, falam uma pluralidade de línguas, pertencem a diversas culturas.

A nível nacional, no ano de 2007[44] foram registados 60 117 pedidos de títulos de residência, verificando-se um aumento de cerca de 15,7% face ao ano de 2006 (51 970). A nacionalidade estrangeira com maior número de pedidos de títulos de residência, é a brasileira, seguida da romena, ucraniana, moldava e a cabo-verdiana.

[42] Dados estatísticos do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) do Ministério da Administração Interna (MAI).
[43] A Convenção de Schengen é o documento adicional criado para pôr em prática o tratado de Schengen. O Acordo de Schengen é uma convenção entre países europeus sobre uma política de livre circulação de pessoas no espaço geográfico da Europa, estabelecido em 1985.
[44] SEF, Relatório de Actividades 2007 – Imigração, Fronteiras e Asilo. (dados provisórios).

Gráfico 18 - Nacionalidades estrangeiras mais representativas em Portugal que solicitaram título de residência em 2007



Fonte: SEF, Relatório de Actividades 2007 – Imigração, Fronteiras e Asilo.

A entrada em vigor da nova lei de estrangeiros[45] concorreu para um forte aumento nos títulos de residência concedidos, através da conversão das *autorizações de permanência* e de *prorrogações de visto de longa duração,* em *títulos de residência*.

A população estrangeira residente em Portugal concentra-se predominantemente na zona litoral do país, nos Distritos de Lisboa (88 516), Faro (74 335), Setúbal (43 821) e Porto (28 013), que em conjunto, concentram 70% da população imigrante total do país (306 672 cidadãos face ao universo de 435 736).[46]

A distribuição geográfica dos estrangeiros acompanha a concentração populacional nas zonas do litoral português, verificando-se uma predominância pela opção da ocupação do litoral em detrimento do interior.

Em relação à caracterização da população estrangeira, esta regista um índice de envelhecimento relativamente baixo. O grupo etário com maior representatividade é o dos 20-39 anos (cerca de 50% do total), seguindo-se o dos 40-64 anos (25%). O grupo com idades até aos 20 anos apresenta valores muito próximos (21%) e o grupo dos mais de 65 anos detém 4%.

[45] O ano de 2007 ficou marcado pela entrada em vigor da nova lei de estrangeiros (Lei 23/2007, de 4 Julho).
[46] SEF, Relatório de Actividades 2007 – Imigração, Fronteiras e Asilo (dados provisórios de 2007).

Quadro 12 - População Estrangeira em Território Nacional, por grandes Grupos Etários

População Estrangeira em Território Nacional por grandes Grupos Etários	Sexo	Total	Grupo Etário			
			0 - 19	20 - 39	40 - 64	65 e mais
TOTAL	**HM**	435.736	91.263	218.665	108.825	16.983
	H	240.096	48.369	120.265	63.292	8.170
	M	195.640	42.894	98.400	45.533	8.813
Títulos de Residência	HM	401.612	88.323	195.445	100.914	16.930
	H	219.765	46.857	106.225	58.535	8.148
	M	181.847	41.466	89.220	42.379	8.782
Prorrogações de Autorizações de Permanência	HM	5.741		3.753	1.986	2
	H	3.906		2.521	1.385	
	M	1.835		1.232	601	2
Prorrogações de Vistos de Longa Duração	HM	28.383	2.940	19.467	5.925	51
	H	16.425	1.512	11.519	3.372	22
	M	11.958	1.428	7.948	2.553	29

Fonte: SEF, Relatório de Actividades 2007 - Imigração, Fronteiras e Asilo.

Assistiu-se no território nacional, no ano de 2007, a uma predominância dos indivíduos estrangeiros do sexo masculino com idades compreendidas entre os 20 e os 39 anos.

A população estrangeira residente é maioritariamente população em idade activa, facto que se reflecte na natalidade em Portugal. O Instituto Nacional de Estatística refere que "os nados vivos de mães com nacionalidade estrangeira e residência em Portugal duplicaram a sua proporção no total dos nascimentos com vida entre 2001 e 2007, ano a que ascenderam a 9,7% do total. Para este acréscimo contribuíram as mães de nacionalidade brasileira, a qual se tornou recentemente, a mais representativa (3,3% em 2007), assumindo o lugar das mães nacionais dos países africanos de língua portuguesa.

De ressaltar a tendência em alta dos nascimentos de filhos de mães nacionais da Ucrânia, Roménia e da Moldávia que em conjunto, passaram de 0,3% em 2001 para 2,2% em 2007 do total de nascimentos de mães estrangeiras residentes em Portugal. "(…) O ritmo de crescimento dos nados vivos cuja mãe tem a nacionalidade estrangeira marca a variação nacional recente dos nascimentos com vida em Portugal."[47]

O SEF estima que em 2007, 43% do universo populacional, das comunidades estrangeiras mais representativas em Portugal, tenha origem em países de língua portuguesa, (Brasil e Cabo Verde, cada um com 15%, Angola com 8% e Guiné-Bissau com 5%).

O Brasil (66 354 cidadãos), Cabo-Verde (63 925), Ucrânia (39 480), Angola (32 728) e Guiné-Bissau (23 733), representam 52% da população estrangeira com permanência regular em

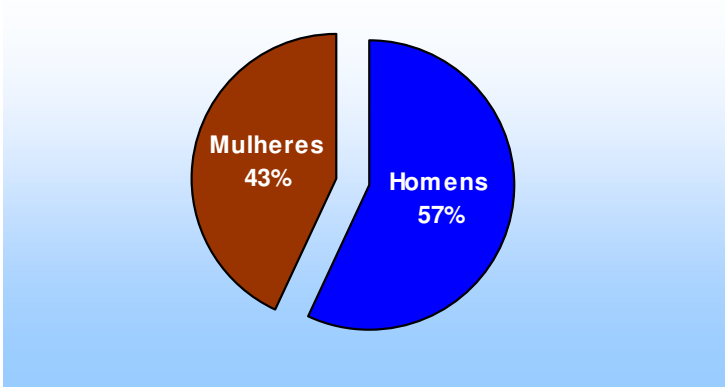
[47] INE, Revista de Estudos Demográficos n.º 44 – A Situação Demográfica recente em Portugal, pág. 41.

território nacional. A nacionalidade brasileira é a mais representativa. Três países do continente africano representam cerca de 28% dos residentes, (Cabo Verde, Angola e Guiné-Bissau – todos eles PALP e integrando as comunidades imigrantes mais antigas em Portugal). As comunidades brasileiras e ucraniana representam cerca de 24% da população total estrangeira.

As zonas geográficas de origem da população estrangeira que reside no Distrito de Lisboa[48] são essencialmente de África (93 240 indivíduos), Europa (União Europeia – 38 788 e Outros países da Europa – 12 722), América (31 380) e Ásia (11 982). As nacionalidades estrangeiras mais representativas no Distrito de Lisboa são, Cabo Verde com (39 953), Brasil (24 397), Angola (24 249) e Guiné-Bissau (15 714).

De acordo com os dados provisórios do SEF, relativos à população estrangeira que solicitou estatuto de residente, no concelho de Lisboa, em 2006, foram 3 654 o número de pedidos, dos quais 43% são de mulheres e 57% de homens.

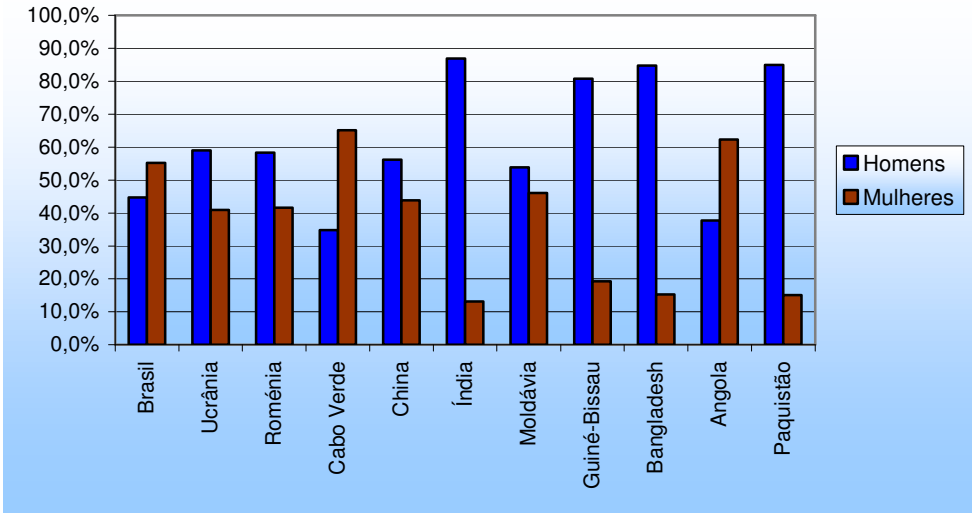
Gráfico 19 - População estrangeira que solicitou estatuto de residente, no concelho de Lisboa, segundo o Sexo



Fonte: SEF, dados provisórios 2006.

[48] SEF, Relatório de Actividades 2007 – Imigração, Fronteiras e Asilo (Dados Provisórios).

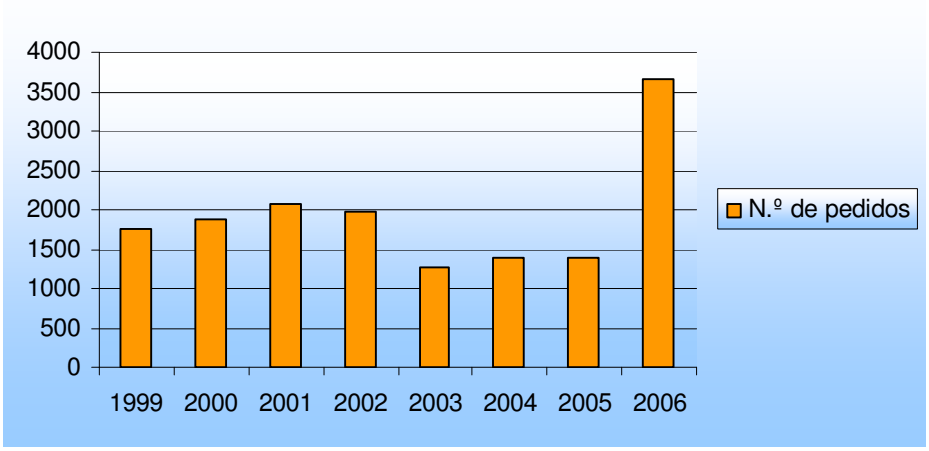
Gráfico 20 - População estrangeira que solicitou estatuto de residente, no concelho de Lisboa, por nacionalidade e sexo em 2006



Fonte: SEF, dados provisórios 2006.

A informação apresentada no gráfico refere-se ao conjunto de estrangeiros mais representativos que solicitaram estatuto de residente. Verificam-se diferenças muito significativas em relação à distribuição por sexo dos estrangeiros que solicitaram estatuto de residente. As principais disparidades encontram-se na população da Índia, Bangladesh, Guiné-Bissau e Paquistão maioritariamente masculina. Verifica-se a situação inversa na população de Angola, Cabo Verde e Brasil maioritariamente feminina.

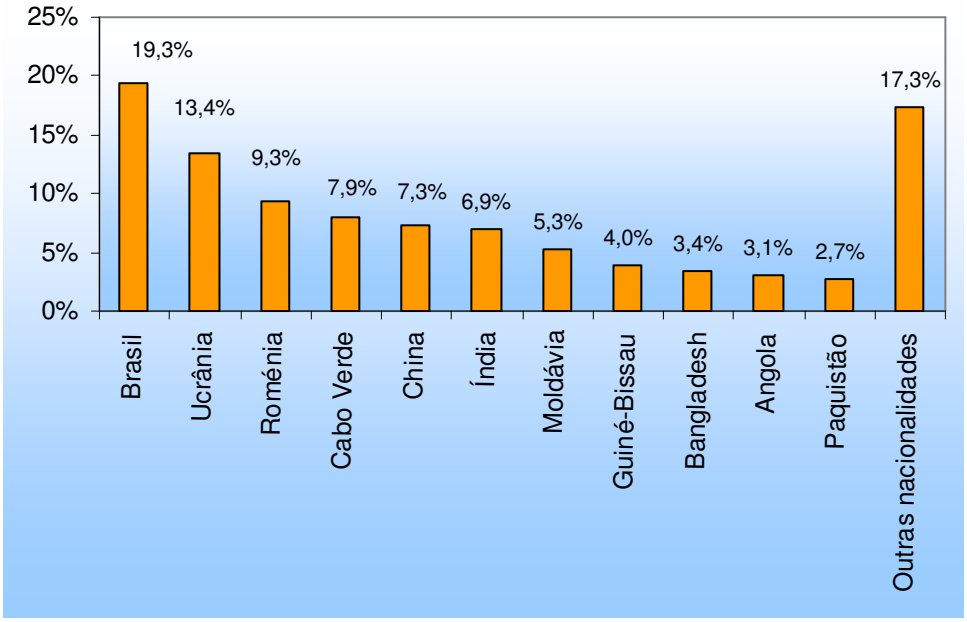
Gráfico 21 - Número de pedidos de estatuto de residente no concelho de Lisboa



Fonte: SEF (2006 - dados provisórios).

De acordo com os dados do gráfico 21, constata-se que o número de pedidos de estatuto de residente no concelho de Lisboa registou face a 2002, uma diminuição no triénio seguinte (2003-2005), tendo-se verificado no entanto um aumento expressivo no ano de 2006.

Gráfico 22 - Nacionalidades mais representativas de estrangeiros que solicitaram estatuto de residente no concelho de Lisboa em 2006



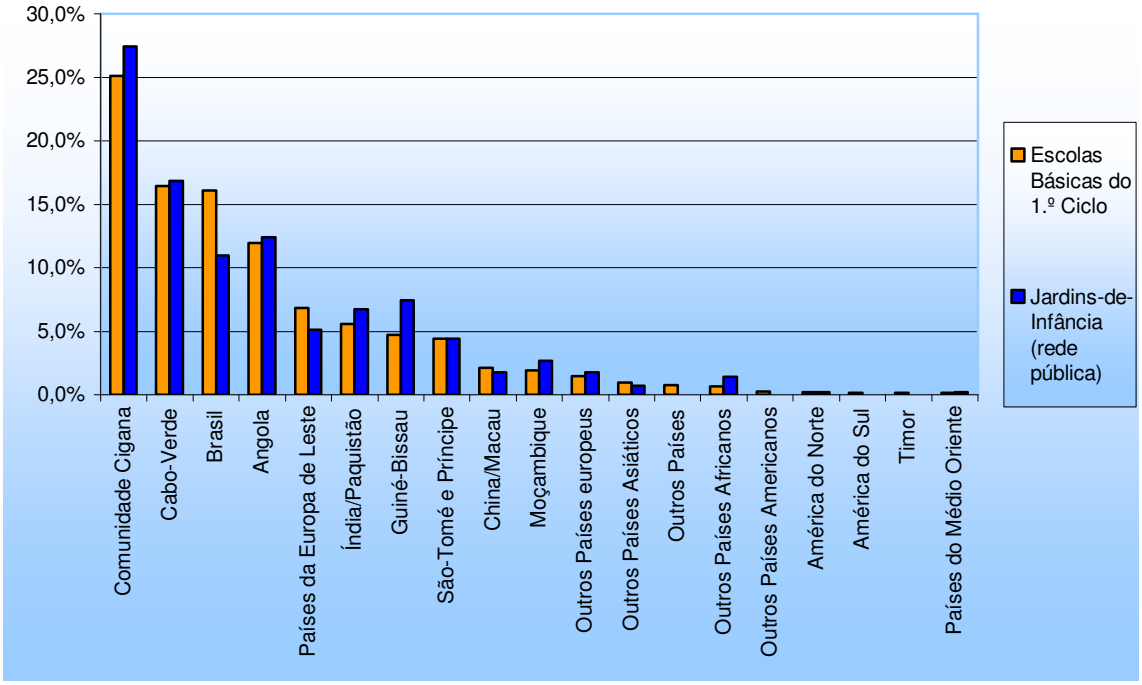
Fonte: SEF, dados provisórios 2006.

Das cerca de 80 nacionalidades de estrangeiros que solicitaram estatuto de residente em 2006 a mais representativa é a brasileira com 19,3%.

A imigração coloca à sociedade de acolhimento, problemas de integração diversificados: urbanísticos, habitacionais, laborais, sociais, familiares, culturais e linguísticos, daí a pertinência da monitorização desta realidade através de múltiplos indicadores considerados fundamentais, de forma a melhorar a capacidade de apoio à integração dos imigrantes na cidade de Lisboa.

A Carta Educativa de Lisboa, refere a existência de 2 294 crianças, em que pelo menos um dos pais tem naturalidade não portuguesa, ou pertencentes à comunidade cigana, a frequentar as Escolas Básicas do 1.º Ciclo da Rede Pública no ano de 2007/2008, e 603 nos Jardins de Infância, também da rede pública e no mesmo ano lectivo.

Gráfico 23 - Multiculturalidade nos Jardins-de-Infância e Escolas do 1º Ciclo da Rede Pública no ano lectivo 2007/2008



Fonte: CML – Departamento de Educação e Juventude, 2008.

Salienta-se que estas percentagens referem-se ao conjunto de crianças em que pelo menos um dos progenitores tem naturalidade não portuguesa ou são oriundos da comunidade cigana, e não ao universo das crianças a frequentar os ciclos de ensino em análise.

Da multiculturalidade vivida nas escolas salienta-se a representatividade das crianças de origem cigana nos Jardins-de-Infância e no 1.º Ciclo. O n.º de crianças a frequentar o primeiro ciclo, em que um dos progenitores é natural do Brasil, assume também valores expressivos.

A Diversidade Cultural na cidade de Lisboa que se revela nos novos públicos escolares constitui também um desafio que se coloca aos sistemas de ensino.

Por todas estas mudanças sociais e culturais a que a Europa tem assistido, principalmente nas duas últimas décadas, foi instituído, pela Comissão Europeia e o Conselho Europeu, o ano de 2008, como o Ano Europeu para o Diálogo Intercultural (AEDI).

4.3. Estratégias de Intervenção

No âmbito da Diversidade Cultural foram definidas duas Estratégias de Intervenção, uma relacionada com Programas Integrados de Requalificação para a Inclusão e outra de Promoção para o Diálogo Intercultural e Valorização da Diversidade.

- **Programas Integrados de Requalificação para a Inclusão**

A desqualificação dos espaços públicos com prevalência de zonas centrais da cidade e outras, conotadas com comportamentos alternativos de carácter "desviante", e, também associadas à actividade comercial de imigrantes reforça o seu processo de guetização. Esta estratégia pressupõe a necessidade de criar programas e medidas integrados a nível local que valorizem e promovam a inclusão urbana e social de indivíduos e famílias imigrantes, reconhecendo as suas competências e diversidade cultural.

- **Promoção do Diálogo Intercultural e Valorização da Diversidade**

A identificação desta estratégia prende-se com as dificuldades de acesso dos imigrantes aos diferentes serviços, e até mesmo à informação, assim como do pouco reconhecimento social das potencialidades da diversidade cultural, enquanto contributo para as dinâmicas da cidade. O próprio processo de regularização da sua situação revela-se, a maior parte das vezes, moroso e complexo, o que agudiza as dificuldades da sua própria integração.

A criação de plataformas de diálogo com os agentes de apoio local e directo ao imigrante, reforçando a cooperação institucional, torna-se fundamental em todo o processo de valorização da diversidade. Estas medidas integradoras, acompanhadas por iniciativas capazes de promover a interacção social a nível das comunidades locais, complementam a valorização da diversidade intercultural.

Matriz 4 - Estratégias de Intervenção da Diversidade Cultural

	Necessidades/ Problemas Críticos	Estratégias de Intervenção	Propostas de Acção	Recursos	
				Parcerias Existentes/ Parcerias a Mobilizar	Potencialidades Institucionais
Diversidade Cultural	• Fenómenos de migração associada a situações de exclusão social e pobreza. • Desvalorização e desqualificação de espaços públicos utilizados maioritariamente por imigrantes. • Prevalência de zonas centrais da Cidade com imagem estereotipada do comércio, associada aos imigrantes. • Existência de conflitos e tensões em bairros sociais maioritariamente habitados por imigrantes, seus descendentes e população cigana. • Presença de fenómenos de "getização" em bairros da cidade. • Insuficiência de programas e medidas no sistema educativo potenciadores de oportunidades de integração da população imigrante.	PROGRAMAS INTEGRADOS DE REQUALIFICAÇÃO PARA A INCLUSÃO	• Criar programas integrados desencadeados a nível local para a requalificação urbana e social promotores da inclusão. • Criar espaços de residência para acolher temporariamente cidadãos e famílias imigrantes recém chegados ao país em situação de vulnerabilidade social. • Recuperar imóveis, em diversos locais da cidade, com diversas tipologias, direccionados ao mercado de arrendamento a preços acessíveis a todos os cidadãos. • Definir medidas de intervenção que promovam o reconhecimento de várias zonas da cidade, onde predominam o comércio e serviços étnicos, dotando-as de características apelativas aos cidadãos e integrando-as nos percursos turísticos da cidade (exemplo: Martim Moniz). • Requalificar zonas da cidade, valorizando o comércio étnico e a diversidade cultural (exemplo: Av. Almirante Reis). • Intervir ao nível do edificado e do espaço público, recuperando e requalificando. • Garantir o acesso aos equipamentos sociais (Creches, Jardins de Infância, ATL'S e outros) a todas as crianças e jovens de famílias imigrantes acompanhando simultaneamente os respectivos processos de legalização. • Reconhecimento das competências e habilitações dos imigrantes de forma a constituírem um recurso junto da comunidade local. • Encontrar respostas a nível da formação profissional apelativas e de acordo com as expectativas de jovens em situação de risco.	• Administração Central – Ministério da Saúde, Ministério da Educação, Ministério do Trabalho e Segurança Social, Ministério da Justiça, Ministério da Administração Interna, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, ACIDI - Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural • Administração Local • ISS, IP – Instituto da Segurança Social • Rede Social de Lisboa - C. Dist. Lisboa, CMLisboa e SCML • Parceiros da Rede Social • Juntas de Freguesia • Conselho Municipal para a Interculturalidade e a Cidadania • Estruturas representativas das comunidades de imigrantes associadas à religião • Entidades e Instituições, Públicas e Privadas, IPSS, ONG, estruturas de voluntariado, e outras com responsabilidade nesta matéria – ARSLVT - Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo , Fundação Aga Khan, OIKOS - Cooperação e Desenvolvimento, Universidade de Lisboa, Conselho Português para os Refugiados, Serviço Jesuíta de Refugiados, Fundação Calouste Gulbenkian, entre outras.	• Programa de Intervenção para desempregados imigrantes (Plano Tecnológico) • Plano para a Integração dos Imigrantes • PNAI – Prioridade 3 – Ultrapassar as discriminações, reforçando a integração de grupos específicos, nomeadamente: pessoas com deficiências e incapacidades, imigrantes e minorias étnicas • Observatório da Imigração • CNAI – Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante • CLAI – Centros Locais de Apoio ao Imigrante • Linha SOS Imigrante • Grupo Consultivo para a Inserção das Comunidades Ciganas • Programa ESCOLHAS (Comunidade Cigana)

Matriz 4 - Estratégias de Intervenção da Diversidade Cultural (Cont.)

	Necessidades/ Problemas Críticos	Estratégias de Intervenção	Propostas de Acção	Recursos	
				Parcerias Existentes/ Parcerias a Mobilizar	Potencialidades Institucionais
Diversidade Cultural	• Ineficácia do processo de promoção do diálogo intercultural. • Dificuldade de acesso à informação, devido à "barreira linguística". • Percepção do aumento da insegurança associada aos imigrantes. • Morosidade nos processos de regularização de imigrantes. • Sistema educativo pouco flexível e adaptado à diversidade cultural. • Dificuldade no acesso dos imigrantes aos cuidados de saúde.	PROMOÇÃO DO DIÁLOGO INTERCULTURAL E VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE	• Criar plataformas de diálogo com os agentes de apoio local e directo ao imigrante, reforçando a cooperação institucional a diferentes níveis e em diferentes domínios (Fórum Municipal de Interculturalidade). • Reforçar qualitativamente as acções de sensibilização, especificamente no combate à estigmatização e estereótipos relativos aos imigrantes. • Reconhecer na diversidade cultural a inovação, a criatividade e o contributo para as dinâmicas da Cidade (sociais, culturais, económicas…). • Partilhar a informação existente de caracterização social das diferentes comunidades. • Promover o conhecimento sobre as diferentes identidades culturais da Cidade, através de debates, fóruns e iniciativas dirigidas aos cidadãos e cidadãs em geral, incentivando a investigação e a participação das associações e dos/as cidadãos/cidadãs em geral. • Sensibilizar e capacitar as diversas Associações de Imigrantes para, em parceria ou individualmente, promoverem a sua própria cultura como forma de integração social, e no reconhecimento dos seus direitos e deveres. • Identificar os líderes/mediadores representativos das diversas comunidades. • Realizar iniciativas promotoras da interacção social ao nível das comunidades locais, valorizando a diversidade cultural. • Criar acções de formação na área da mediação de conflitos, a líderes locais. • Dotar os serviços com capacidade de resposta que agilize e facilite os processos relacionados com a população imigrante. • Reforçar o empreendedorismo social valorizando os saberes e especificidades da população imigrante. • Promover acções de sensibilização para a educação intercultural e inter-religiosa em contexto escolar (1.º ciclo). • Desenvolver junto da população cigana, competências parentais que promovam o reconhecimento da necessidade da frequência escolar. • Promover acções de informação e formação sobre o acesso dos imigrantes aos serviços de saúde.	• Administração Central – Ministério da Cultura, Ministério da Saúde, Ministério da Educação, Ministério do Trabalho e Segurança Social, Ministério da Justiça, Ministério da Administração Interna, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, **ACIDI – Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural** • **Administração Local** • ISS, IP – Instituto da Segurança Social • Rede Social de Lisboa - C. Dist. Lisboa, CMLisboa e **SCM**L • Parceiros da Rede Social • Juntas de Freguesia • **Conselho Municipal para a Interculturalidade e a Cidadania** • Estruturas representativas das comunidades imigrantes associadas à religião • Entidades e Instituições, Públicas e Privadas, IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social), ONG (Organizações Não Governamentais), **estruturas de voluntariado, e outras com responsabilidade nesta matéria** – ARSLVT – Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, Fundação Aga Khan, OIKOS – Cooperação e Desenvolvimento, Universidade de Lisboa, Conselho Português para os Refugiados, Serviço Jesuíta de Refugiados, Fundação Calouste Gulbenkian, entre outras.	• Bolsa de Formadores associados à Temática da Cidadania e Interculturali-dade • PNAI - Medidas de Apoio ao Associativismo e Diálogo Intercultural • Observatório do Trafico de Seres Humanos. • Apoio às Vítimas de Tráfico de Seres Humanos • Formação de Agentes que trabalham com as Comunidades Ciganas • Programas / Medidas SEF • Guia de Lisboa Intercultural • Roteiro de Saúde Materno – Infantil para todos os Imigrantes.

5 - Envelhecimento Activo

5.1. Enquadramento Conceptual

Com o aumento da longevidade, a redução da natalidade e a diminuição da população activa, a própria definição de pessoa idosa tem vindo a ser colocada pela disparidade existente entre a "idade legal para a reforma"[49] e as capacidades individuais das pessoas que a detêm. Têm-se incentivado algumas alterações, no sentido da permanência durante mais anos no mercado de trabalho e, na promoção de estilos de vida mais saudáveis que proporcionem viver mais anos com saúde, (bem-estar físico, mental e social) e com qualidade de vida, como forma de concretizar os princípios estabelecidos no conceito de Envelhecimento Activo da Organização Mundial de Saúde e da Agenda Social Renovada.

Na perspectiva do indivíduo "O envelhecimento é entendido como um processo dinâmico no qual se vão dando alterações morfológicas, fisiológicas, bioquímicas e psicológicas que vão determinando perda progressiva de capacidade de adaptação do indivíduo ao meio ambiente, ocasionando vulnerabilidade e maior incidência de processos patológicos, tornando-o mais susceptível às agressões intrínsecas e extrínsecas que acabam por conduzir o ser humano à morte".[50]

Os ganhos em longevidade pelo aumento da esperança de vida, ao permitir viver mais anos, é um incentivo a estilos de vida mais saudáveis e activos, condição para que sejam vividos o máximo de tempo sem incapacidade. Do ponto de vista individual, o envelhecimento não é vivido da mesma forma, resultando também a boa integração social das pessoas idosas de atitudes sociais favoráveis adquiridas ao longo do ciclo de vida e dos comportamentos que o caracterizaram.

O Envelhecimento Activo, no quadro da OMS, é apresentado como constituindo uma orientação tanto para as políticas como para os indivíduos. «Implementar políticas e programas favoráveis a um envelhecimento activo é reconhecer a necessidade de encorajar e equilibrar a responsabilidade pessoal, os ambientes adaptados às pessoas idosas e a solidariedade entre

[49] UNIÃO EUROPEIA. Conselho, no Methodological guide to the concerted development of social cohesion indicators. Considera como pessoas idosas : « On considère comme personne âgée toute personne ayant atteint ou dépassé l'âge légal de la retraite. Celui-ci étant défini au niveau national, on prendra l'âge de 60 ans ou 65 ans pour les comparaisons entre pays.
Commentaires : le sens de cette définition revient à considérer qu'une personne âgée est, fondamentalement, une personne qui, en raison de son âge, a le droit de réduire ou d'abandonner toute activité productive et de recevoir, en contrepartie, une compensation de revenu (retraite). L'âge implique également d'autres droits tels que l'accès à des services adaptés, mais aussi la possibilité d'un développement personnel et d'une participation et engagement dans la société adaptés aux caractéristiques des personnes âgées (expérience acquise, plus grande disponibilité, maturité, capacités physiques et intellectuelles différentes). Par ailleurs, une certaine différence doit être faite entre troisième et quatrième âge (au-delà de 80 ans). » Methodological guide to the concerted development of social cohesion indicators.
Edité par les Editions du Conseil de l'Europe © Conseil de l'Europe, juin 2005.

[50] HENRIQUES, Maria Adriana Pereira (Beers et al, 2004; Fonseca, 2005; Netto et al, 1999a; Paul e Fonseca,2005) - Adesão ao regime terapêutico em idosos, Revisão sistemática. [Em linha], (2008). [Consult. Maio 2008], Disponível em «URL: http://www.ul.pt/pls/portal/docs/1/174305.PDF ».

gerações. Cada pessoa e cada família deverão prever e preparar-se para a velhice e, fazer esforços pessoais para adoptar boas práticas favoráveis à saúde ao longo de toda a vida.»[51]

Os determinantes para um Envelhecimento Activo dependem assim, do indivíduo, da família, do ambiente e do país, contribuindo as especificidades culturais e o sexo para influenciarem os outros determinantes. É adoptada uma perspectiva intergeracional, centrando o olhar na pessoa idosa enquanto participante activa na sociedade e beneficiária do desenvolvimento e, na importância das relações e do apoio mútuo entre os membros da família. Pretende-se que com o aumento dos anos de vida estes sejam vividos com melhor saúde e qualidade de vida.

A Comissão Europeia, face aos desafios que o envelhecimento da população representa, propõe também uma abordagem intergeracional orientada para as necessidades das diferentes gerações ao longo do seu ciclo de vida activa. O envelhecimento activo é apresentado como um investimento prioritário para a futuro sendo necessário investir em vidas mais longas mais saudáveis e também uma vida activa mais longa e com qualidade.

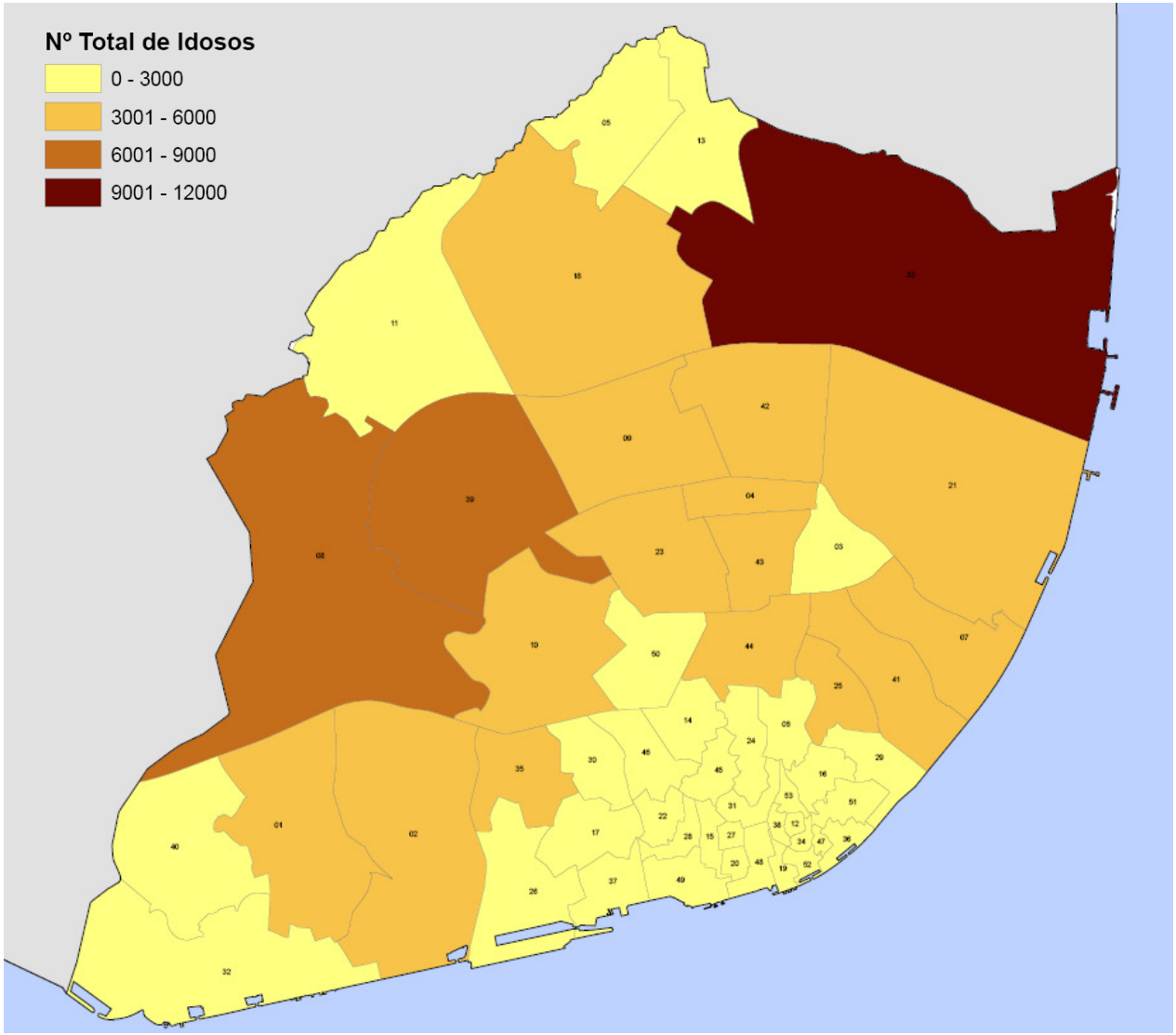
"As nossas sociedades terão de inventar novas vias para valorizar o potencial de crescimento que encerram as jovens gerações e os cidadãos mais velhos (…) entre as gerações, há que desenvolver novas solidariedades, feitas de apoio mútuo e de transferência de competências e experiências."[52]. Existe um incentivo à integração dos mais jovens no mercado de trabalho e a permanência dos mais velhos durante mais anos de forma a garantir a sustentabilidade financeira dos sistemas de protecção social. O Envelhecimento Activo torna-se de importância estratégica pelo potencial que encerra enquanto contributo para a participação no tecido económico e social, pela sua influência na adopção de estilos de vida mais saudáveis e, como promotor de novas solidariedades desenvolvidas através da participação activa em actividades colectivas de cariz cultural, de lazer ou cívicas que ajudam a combater os riscos de isolamento social.

Na sociedade europeia emerge uma abordagem baseada na coesão social e na capacidade da sociedade, de forma durável e incentivando a igualdade de oportunidades, possibilitar o bem-estar de todos os seus membros pelo acesso equitativo aos recursos disponíveis, o respeito e a dignidade na diversidade, a autonomia pessoal e colectiva e, uma participação responsável. Uma atenção especial deverá ser prestada aos que estão em maior risco de se tornarem vulneráveis, nomeadamente aqueles que não dispõem de apoio familiar e se encontram mais isolados como os idosos.

[51] ORGANISATION MONDIALE DE LA SANTÉ -- Vieillir en restant actif : cadre d'orientation. Contribution de l'Organisation mondiale de la Santé à la Deuxième Assemblée Mondiale des Nations Unies sur le Vieillissement. [Em linha], (2002). [Consult. Maio 2008], Disponível em «URL :http:// www.who.int/ageing/active_ageing/en/index.html", pág 17 – tradução livre.
[52] COMUNIDADE EUROPEIA. Comissão - Livro Verde : Uma nova solidariedade entre gerações face às mutações demográficas. Bruxelas: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 2005. COM (2005) 94 Final, pag. 6.

5.2. Referencial Estatístico

Mapa 7 - Número de Idosos por Freguesia



1	AJUDA
2	ALCÂNTARA
3	ALTO DO PINA
4	ALVALADE
5	AMEIXOEIRA
6	ANJOS
7	BEATO
8	BENFICA
9	CAMPO GRANDE
10	CAMPOLIDE
11	CARNIDE
12	CASTELO
13	CHARNECA
14	CORAÇÃO DE JESUS
15	ENCARNAÇÃO
16	GRAÇA
17	LAPA
18	LUMIAR
19	MADALENA
20	MÁRTIRES
21	MARVILA
22	MERCÊS
23	N.S.FÁTIMA
24	PENA
25	PENHA DE FRANÇA
26	PRAZERES
27	SACRAMENTO
28	SANTA CATARINA
29	SANTA ENGRÁCIA
30	SANTA ISABEL
31	SANTA JUSTA
32	SANTA MARIA DE BELÉM
33	SANTA MARIA DOS OLIVAIS
34	SANTIAGO
35	SANTO CIONDESTÁVEL
36	SANTO ESTEVÃO
37	SANTOS O VELHO
38	SÃO CRISTOVÃO E SÃO LOURENÇO
39	SÃO DOMINGOS DE BENFICA
40	SÃO FRANCISCO XAVIER
41	SÃO JOÃO
42	SÃO JOÃO DE BRITO
43	SÃO JOÃO DE DEUS
44	SÃO JORGE DE ARROIOS
45	SÃO JOSÉ
46	SÃO MAMEDE
47	SÃO MIGUEL
48	SÃO NICOLAU
49	SÃO PAULO
50	SÃO SEBASTIÃO DA PEDREIRA
51	SÃO VICENTE DE FORA
52	SÉ
53	SOCORRO

Fonte: INE, Censos 2001.

Referencial Estatístico - Envelhecimento Activo

	Concelho de Lisboa								Região de Lisboa					
	2001		2005		2006		2007		2005		2006		2007	
Indicadores	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Demografia														
População residente	564.657		519.795		509.751		499.700		2.779.097		2.794.226		2.808.414	
População residente com 65 ou mais anos	133.304	23,6	125.821	24,2	123.264	24,2	120.847	24,2	458.111	16,5	465.946	16,7	475.274	16,9
População residente com 75 ou mais ano	58.191	10,3	60.461	11,6	60.789	11,9	60996	12,2	190.959	6,9	197.931	7,1	205.218	7,3
Homens com 75 ou mais anos	19.210	33,0	19.623	32,5	19.565	32,2	19633	32,2	69.098	36,2	71.853	36,3	74.948	36,5
Mulheres com 75 ou mais anos	38.981	67,0	40.838	67,5	41.222	67,8	41363	67,8	121.861	63,8	126.078	63,7	130.270	63,5
População residente com 75 ou mais anos a viver só	17.150	3,0												
Número de famílias residentes	234.451													
Famílias com uma só pessoa do sexo feminino com 65 ou mais anos	27.734	11,8												
Famílias com uma só pessoa do sexo masculino com 65 ou mais anos	6.036	2,6												
Famílias com 2 pessoas, ambas ou pelo menos 1 com 65 ou mais anos	38.287	16,3												
Índices														
Índice de envelhecimento		203,4		185,6		180,1		177,0		105,9		106,3		107
Índice de dependência dos idosos		36,4		38,6		38,7		38,9		24,3		24,7		25,2
Índice de longevidade		43,6		48,1		49,3		50,5		41,7		42,5		43,2
Pensões														
Pensionistas a receber pensão de Velhice			130.564		131.957		132.982		413.076			427.211		441.060
Pensionistas a receber pensão de Invalidez			23.372		22.045		20.636		75.361			73.401		71.296
Pensionistas a receber pensão de Sobrevivência			47.773		47.639		47.300		154.555			156.829		159.155
Valor médio mensal da pensão de Velhice por pensionista			429 €		455 €		474 €		417 €		443 €		463 €	
Valor médio mensal da pensão de Invalidez por pensionista			274 €		283 €		293 €		318 €		329 €		340 €	
Valor médio mensal da pensão de Sobrevivência por pensionista			208 €		218 €		230 €		187 €		207 €		216 €	

Referencial Estatístico - Envelhecimento Activo

Número de Universidades Senior em Portugal associadas à RUTIS (Rede de Universidades da Terceira Idade) em Junho de 2008	102
Número de Academias e Universidades Senior na região de Lisboa em Junho 2008 (uma é virtual)	17
Número de Universidades Senior em Portugal associadas à RUTIS (Rede de Universidades da Terceiraidade)em Junho de 2005	66
Número de Academias e Universidades Seniores na Região de Lisboa em 2005	14
Número de voluntários estimados para Portugal com actividade em organizações não lucrativas em 2005	360.000
Percentagem estimada de voluntários com 65 ou mais anos com actividade em organizações sem fins lucrativos em 2005	12,10%
Número de participantes no Programa Municipal Praia Campo Senior 2007	1.844
Número de participantes no Programa Municipal Praia Campo Senior 2008	1.938

INE, Censos 2001

www.ine.pt, Estatísticas territoriais - Estimativas anuais da população residente

II, IP - Departamento de Gestão da Informação

Rede de Universidades da Terceira Idade, Junho 2008. www.rutis.org

Câmara Municipal de Lisboa/Departamento de Acção Social

Estudo sobre o Voluntariado, Janeiro 2008. Observatório do Emprego e Formação Profissional. www.oefp.pt

Em 2001, a percentagem de população idosa (65 e mais anos) na cidade de Lisboa era de 23,6% e a de grandes idosos (75 e mais anos) representava 10,3% da população total da cidade. No conjunto da população de 65 ou mais anos, 43,6% já tinham 75 ou mais anos.

As alterações das estruturas familiares têm tido repercussões também ao nível das famílias de pessoas com 65 ou mais anos, sendo que em 2001 constituíam 14% das famílias clássicas da cidade de Lisboa e destas, 11,8% eram famílias unipessoais constituídas por mulheres.

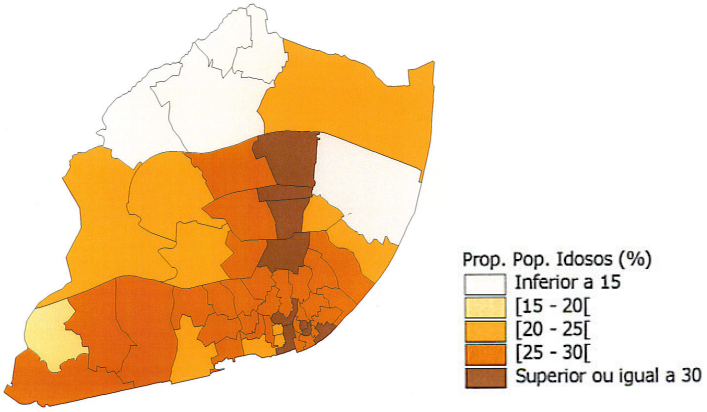
Salienta-se a feminização do envelhecimento, com 82,1% (27 734) da população com 65 ou mais anos do sexo feminino, a viver sós.

A estimativa do INE para 2006 aponta para uma redução muito ténue da taxa de população com 65 ou mais anos, mas para um aumento da população idosa nos escalões etários mais elevados (mais de 75 anos), reflexo do índice de longevidade estimado, bastante superior ao da média da Região de Lisboa (49,3%, para o concelho de Lisboa e 42,5%, para a Região de Lisboa).

As estimativas da população para o ano 2006 apontam o índice de dependência dos idosos de 24,7%, para a Região de Lisboa e de 38,70% para o Concelho, registando este, valores que o tornam o mais envelhecido da região.

O envelhecimento da população da cidade de Lisboa é um processo efectivo e instalado. Este envelhecimento é diferenciado, incidindo nas áreas urbanas centrais (baixa, centro da cidade e núcleos históricos), enquanto nas freguesias periféricas de expansão residencial, prevalece a população mais jovem (Charneca, Carnide, Lumiar, Ameixoeira e Marvila).

Mapa 8 - Proporção da População Idosa por Freguesia

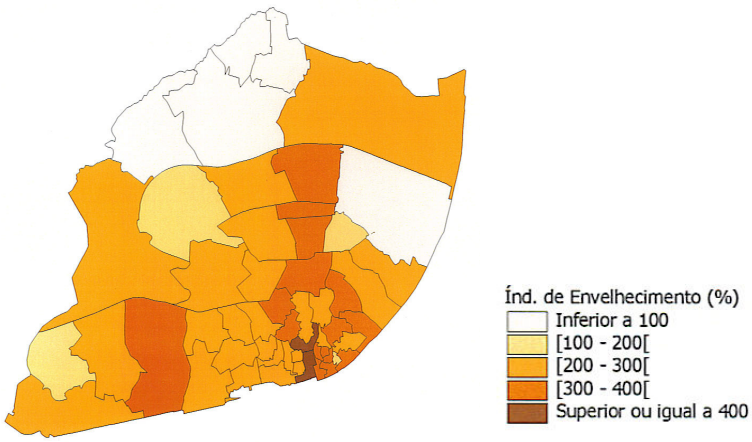


Fonte: INE, Censos 2001.

De acordo com o Relatório Final sobre Desenvolvimento Económico e Competitividade Urbana de Lisboa, a cidade apresenta uma configuração de "duas" cidades, a cidade densa, envelhecida, de famílias reduzidas, que perde população e emprego, e a cidade menos densa, menos envelhecida e mais activa, de famílias maiores, que ganha emprego e população, configurando os diferentes ritmos e incidência do processo de envelhecimento na cidade quando analisado ao nível da freguesia.[53]

Algumas freguesias da cidade densa, envelhecida, de famílias reduzidas e mais despovoadas apresentam idades médias da população próximas dos 50 anos, e índices de envelhecimento acima dos 400%.[54] Esta situação deve-se ao facto de serem freguesias pequenas, pouco povoadas (o recenseamento de 2001 identificou em Lisboa 6 freguesias[55] com menos de 900 habitantes cada) e nas quais residem maioritariamente idosos. Em termos de números absolutos são as freguesias mais populosas de Benfica, São Domingos de Benfica, Santo Condestável e Santa Maria dos Olivais as que apresentam mais residentes idosos.

Mapa 9 - Índice de Envelhecimento da População por Freguesia



Fonte: INE, Censos 2001.

Na cidade reside uma percentagem elevada de idosos, reformados, com valores de reformas baixos, reflexo dos escassos rendimentos do trabalho, ou por não terem pertencido ao sistema de emprego formal, como é o caso das mulheres domésticas. São idosos com baixas qualificações académicas e que ao longo da vida, possivelmente, auferiram baixos vencimentos e, consequentemente baixas reformas que os tornam cativos em termos de alternativas ao estilo de vida. Paralelamente, assiste-se a estilos de vida mais pró-activos, tais como o

[53] Relatório Final sobre o Desenvolvimento Económico e Competitividade Urbana de Lisboa, pág. 87.
[54] Este valor indica-nos a existência de 400 pessoas com 65 ou mais anos por cada 100 jovens dos 0 aos 14 anos.
[55] Freguesias com menos de 900 habitantes em 2001 - Mártires (341), Madalena (380), Castelo (587), Santa Justa (700), Santiago (857) e Sacramento (880).

envolvimento em programas de voluntariado ou a frequência de Universidades Seniores, pelos idosos mais qualificados.

Em relação ao envelhecimento nas cidades e de acordo com o relatório do Urban Audit[56] sobre a qualidade de vida em 357 cidades europeias, Lisboa (dados de 2004) encontra-se no conjunto das 10 cidades com maior percentagem de população com 65 ou mais anos (apresentando-se em 7.º lugar com 24,2% da população neste grupo etário). As restantes cidades com maior percentagem de população nesta faixa etária são italianas.

O índice de dependência da população idosa portuguesa, apresentado pelas projecções do Eurostat, relativo a Janeiro de 2008 é de 25,91%, valor este superior à média da EU-27 (25,39%). Para a cidade de Lisboa este índice em 2001 era de 36,44%. A cidade já apresentava um valor próximo do que está projectado para a década de 2020, para a média na EU-27.[57]

De acordo com as projecções demográficas para a Europa, o índice de dependência dos idosos para 2050 estará nos 53% (EU-25) quando actualmente é de 25%.[58] Espanha e Itália apresentarão as taxas mais elevadas e a Dinamarca, Luxemburgo, Malta, Holanda e Suécia as mais reduzidas.

A seniorização, para a qual caminha a sociedade europeia, tem vindo a ser problematizada, pelas suas repercussões no conjunto da sociedade, nas condições de vida futuras e, pelo reflexo do seu impacto na economia.

A proporção de pessoas com 80 e mais anos (por vezes designada por 4.ª idade) irá aumentar e necessitar de mais apoios na sua vida quotidiana. Com as alterações que se têm verificado ao nível das estruturas familiares, estes idosos do futuro e alguns actuais, terão menos filhos e consequentemente menos hipóteses de apoio informal da família. Por outro lado, mesmo a existência de filhos não garante a possibilidade desse apoio, tanto pela falta de tempo relacionada com questões profissionais, como pelo factor relacionado com a distância geográfica ligada à mobilidade.

O vector de mudança, que a tendência para a seniorização acarreta, apresenta-se também como um desafio e um conjunto de potencialidades para a sociedade, nomeadamente ao nível do desenvolvimento de serviços profissionais de apoio às pessoas idosas e suas famílias e desenvolvimento de produtos e tecnologias de apoio a uma população mais envelhecida.

[56] Eurostat- Statistics in Focus 82/2008 – The Urban Audit – measuring the quality of life in Europeans cities.
[57] (Eurostat – Statistics in Focus 72/2008).
[58] Europe's demographic future facts and figures.

5.3. Estratégias de Intervenção

Face às necessidades identificadas ao longo de todo o processo de diagnóstico, consideraram-se três desafios estratégicos principais na óptica do Envelhecimento Activo, a saber:

- **Plano de Intervenção para a Área do Envelhecimento**

Salvaguardando toda a informação produzida pelos Grupos de Trabalho na área do Envelhecimento, esta Estratégia pressupõe a necessidade de reforçar, melhorar e qualificar a rede de serviços adequando-a a um processo de envelhecimento activo e digno. Adoptando medidas capazes de prevenir e minimizar problemas relacionados com esta temática, ao nível: da monitorização das políticas de envelhecimento, da qualificação profissional, da promoção do exercício de cidadania com o comprometimento das instituições e dos agentes envolvidos em todos os processos e dinâmicas locais.

- **Políticas de Seniorização**

A definição desta estratégia está relacionada com a ausência de políticas promotoras de capacitação e *empowerment*, como parte integrante do ciclo de vida, dando ênfase ao reconhecimento social e estatuto próprio da pessoa idosa.

Neste sentido é necessário garantir os direitos e deveres, bem como a valorização, a participação e envolvimento da pessoa idosa nos processos de mudança social.

- **Políticas Preventivas**

Perante um processo de envelhecimento que se reveste de novas exigências e necessidades, a presente estratégia prende-se com a criação de políticas prospectivas capazes de desenvolver uma rede de respostas adequada às necessidades vindouras, garantindo simultaneamente e progressivamente soluções eficazes às situações presentes.

Matriz 5 - Estratégias de Intervenção do Envelhecimento Activo

Envelhecimento Activo

Necessidades/ Problemas críticos	Estratégias de Intervenção	Propostas de Acção	Recursos	
			Parcerias Existentes/ Parcerias a Mobilizar	Potencialidades Institucionais
• Ausência, de um processo de monitorização de Políticas de Envelhecimento e, de medidas inovadoras adequadas à realidade. • Insuficiência de Formação a diferentes níveis e categorias profissionais (Técnicos, prestadores de cuidados, famílias, e outros). • Fragilidades na aplicação do Plano Nacional de Saúde para Idosos no que diz respeito aos cuidados paliativos integrados. • Insuficiente rede de serviços necessários, qualificados e preparados para pessoas em situação de dependência e para as novas exigências dos futuros idosos.	PLANO DE INTERVENÇÃO PARA A ÁREA DO ENVELHECIMENTO	• Criar um Plano de Cidade flexível e ajustável à inovação, com metas e impactos mensuráveis, uniformizando instrumentos e indicadores de avaliação que sejam aplicáveis e comparáveis a nível nacional. • Realizar um Plano de Formação global adequado às necessidades e dirigido a diferentes grupos: agentes formais especializados, famílias cuidadoras e outros. • Promover e divulgar oportunidades de participação e exercício de cidadania no processo de envelhecimento activo. • Criar / reforçar o papel dos equipamentos de proximidade (ex: bibliotecas e associações culturais) como espaços facilitadores do processo de integração das pessoas idosas. • Reforçar programas existentes ou criar/recriar programas inovadores promotores de actividades e acções de valorização pessoal da pessoa sénior (Universidades seniores, oficinas de arte, ateliers de costura etc.). • Criar ou dotar os espaços destinados à prática de actividade física com características (infra-estruturas físicas e meios humanos) adequadas às pessoas idosas. • Capacitar os promotores com meios que permitam dar resposta às necessidades dos seniores de uma forma célere e adequada. • Mobilizar, apoiar a criação e, garantir o acompanhamento dos idosos por “famílias de apoio” recrutadas a nível local. • Comprometer as juntas de freguesia em todos os processos e dinâmicas locais que promovam respostas adequadas às necessidades. • Garantir processos de informação e divulgação junto dos idosos através da criação de equipas de intervenção local. • Desenvolver acções de cuidados paliativos destinados aos doentes e respectivas famílias, promovendo a protecção da dignidade do doente idoso centrando-se na importância da pessoa ainda que, vulnerável e limitada. • Promover a multidisciplinaridade e perfil adequado nas equipas técnicas da rede de serviços. • Garantir a existência de programas na linha da intergeracionalidade.	• Administração Central • Administração Local • ISS, IP – Instituto da Segurança Social • Rede Social de Lisboa - C. Dist. Lisboa, CMLisboa e SCML • Parceiros da Rede Social • Juntas de Freguesia • Entidades e Instituições, Públicas e Privadas com responsabilidade nesta matéria (INATEL - Instituto Nacional de Aproveitamento dos Tempos Livres; União das IPSS; Provedor de Justiça; Faculdade de Motricidade Humana; Universidade Nova CESNOVA; Universidade Lusófona; Rede Nacional de Cuidados Continuados; Linha do Cidadão Idoso; Universidades da 3ª Idade), entre outras.	• PNACE – Plano Nacional de Acção para a Competitividade e Emprego • PNE – Plano Nacional de Emprego • QREN - Programa Operacional Potencial Humano • PNAI - Plano Nacional de Acção para a Inclusão • PARES - Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais • PAIES – Programa de Apoio ao Investimento em Equipamentos Sociais

Matriz 5 - Estratégias de Intervenção do Envelhecimento Activo (Cont.)

	Necessidades/ Problemas críticos	Estratégias de Intervenção	Propostas de Acção	Recursos	
				Parcerias Existentes/ Parcerias a Mobilizar	Potencialidades Institucionais
Envelhecimento Activo	Ausência de processos que desencadeiem acções para a auto capacitação e empowerment ao longo da vida. • Ausência de políticas promotoras do envelhecimento activo.	POLÍTICAS DE SENIORIZAÇÃO	• Criar processos de conhecimento sobre as expectativas do envelhecimento e adequar respostas a essas expectativas. • Reforçar e divulgar todos os direitos e deveres associados ao processo de envelhecimento, garantindo o cumprimento de todos os aspectos legais. • Garantir a participação e o envolvimento das pessoas idosas nas mais diversas iniciativas. • Adequar as políticas de envelhecimento às diferentes necessidades ao longo do ciclo de vida.	• **Administração Central** • **Administração Local** • ISS, IP – Instituto da Segurança Social • Rede Social de Lisboa - C. Dist. Lisboa, CMLisboa e SCML • Parceiros da Rede Social • Juntas de Freguesia • Entidades e Instituições, Públicas e Privadas com responsabilidade nesta matéria • Tecido Empresarial	• Estratégia Nacional para o Envelhecimento Activo • Estratégia Nacional de Aprendizagem ao Longo da Vida • Plano Nacional para a Igualdade – Cidadania e Género • Plano Nacional de Saúde para as Pessoas Idosas • Plano de Saúde Mental

Matriz 5 - Estratégias de Intervenção do Envelhecimento Activo (Cont.)

Envelhecimento Activo	Necessidades/ Problemas críticos	Estratégias de Intervenção	Propostas de Acção	Recursos	
				Parcerias Existentes/ Parcerias a Mobilizar	Potencialidades Institucionais
	• Insuficiência de uma rede de recursos de preparação para a reforma. • Ausência de medidas que valorizem e reconheçam a condição da pessoa idosa. • Insuficiente resposta / cobertura e apoio a pessoas idosas e famílias prestadoras de cuidados. • Insuficientes medidas de apoio à mulher idosa em situação de dependência económica e social, reconhecendo-lhe a sua condição de maior vulnerabilidade social.	POLÍTICAS PREVENTIVAS	• Especificar quais as medidas de política preventiva e quais as medidas de política reparadora, organizando a sua implementação a curto mas também a longo prazo, garantindo a sua complementaridade. • Prospectivar o processo do envelhecimento e desenvolver medidas preventivas dando resposta às necessidades emergentes. • Promover o envelhecimento activo ao longo do ciclo de vida para retardar as condições de dependência • Valorizar e incentivar o papel do voluntariado sénior na promoção do envelhecimento activo. • Criar Serviços / Rede de Recursos eficazes, actualizados e pluridisciplinado, apto a dar resposta às questões relacionadas com o envelhecimento. • Criar processos de valorização de auto-estima e desenvolvimento pessoal.	• **Administração Central** • **Administração Local** • **ISS, IP – Instituto da Segurança Social** • Rede Social de Lisboa - C. Dist. Lisboa, **CMLisboa e SCML** • Parceiros da Rede Social • Juntas de Freguesia • Entidades e Instituições, Públicas e Privadas com responsabilidade nesta matéria.	• Rede Nacional de Cuidados Continuados • Programa Voluntariado Sénior • PCHI – Programa de Conforto Habitacional para Pessoas Idosas • Turismo Sénior • PNACE - Plano Nacional de Acção para a Competitividade e Emprego – “Programa de Preparação para a Reforma”

6 - Qualidade dos Serviços

6.1. Enquadramento Conceptual

As questões da qualidade estão, cada vez mais, na ordem do dia e fazem parte das preocupações das sociedades contemporâneas. Falar em qualidade é falar em valores e critérios de sustentabilidade, por um lado, e de instrumentos de gestão, por outro.

Não se trata de uma problemática nova e muito menos de um fenómeno recente. Desde há muito que estudiosos sobre esta matéria a definem como uma questão intemporal e subjacente a todos os processos para implementação da gestão da qualidade que têm sido levados a cabo ao longo do tempo.

A Qualidade consiste num conjunto de características e propriedades de um serviço ou produto que faz com que este seja capaz de satisfazer as necessidades expressas ou implícitas.

No entanto, ao longo do tempo, o conceito de Qualidade foi sendo revestido de novos enfoques, salientando-se as teorias que apontam a qualidade como um processo pedagógico e de exercício de cidadania, no qual cada indivíduo é agente activo no processo de promoção de qualidade.

A qualidade pressupõe uma abordagem holística do desenvolvimento económico, social e cultural, onde obrigatoriamente estão presentes as questões relacionadas com responsabilidade social, segurança, ambiente, saúde entre outras.

Ao contemplar a área da Qualidade dos Serviços, no Diagnóstico Social de Lisboa, pretendeu-se garantir um enfoque específico na modernização administrativa e tecnológica dos serviços e na adopção progressiva de linhas inovadoras de acção e de métodos, que possam garantir o aumento da eficácia e um maior grau de satisfação dos utentes.

Dotar os serviços de características de operacionalidade, transparência, participação e adequação às novas realidades, descentralizando-os e tornando-os cada vez mais próximos dos cidadãos, representa uma das maiores prioridades.

As sociedades actuais impõem respostas e procedimentos, cada vez mais ajustados às situações complexas, exigentes e diversificadas que as populações, hoje enfrentam.

Neste contexto a qualidade representa um modelo de intervenção integrado, essencial na gestão de serviços e respostas sociais, garantindo uma filosofia de gestão, rumo a graus de satisfação elevados junto dos cidadãos.

A modernização dos serviços implica investimentos e *know-how* relativamente às medidas a adoptar. O abandono progressivo de serviços distantes das populações, deficitariamente equipados e excessivamente burocratizados é condição essencial à efectiva implementação de uma gestão de qualidade capaz de trazer maior eficácia nas respostas e maior eficiência nas medidas.

Directamente relacionadas com as questões da qualidade estão as questões da modernização, a vários níveis e âmbitos de acção, as questões da abrangência e da compreensão da problemática da qualidade, concorrendo para uma gestão integrada da qualidade total.

Para implementar qualidade, há que ter em conta os seus quatro princípios e os instrumentos de implementação de qualidade:

1. **Focagem no processo de trabalho**

   A qualidade do serviço é o resultado do processo que produz esse serviço. Não é necessário apenas especificar a necessidade de maior qualidade, mas é também necessário formar, treinar e apoiar todos os elementos de qualquer organização e analisar o processo de trabalho de forma a que eles próprios possam conseguir melhorias.

2. **Analisar e compreender os desvios**

   A primeira causa dos problemas pode ser encontrada nos desvios ao processo e às consequências. Quando as origens das causas dos desvios indesejados são identificadas é mais provável e mais viável que se resolvam os problemas e que se consiga uma melhoria de qualidade.

3. **Gestão com factos**

   Os especialistas em qualidade dão grande importância à recolha sistemática de dados em todos os estádios do ciclo de resolução de problemas. Os dados são recolhidos para determinar o grau de prioridade do problema, para determinar a origem das causas e para seleccionar e analisar os impactos das soluções

possíveis. Todos os especialistas desta matéria dão ênfase à recolha de dados, ao uso de estatísticas e à experimentação de soluções antes de as implementar.

4. **Ênfase na aprendizagem e na melhoria contínuas.**

É sempre possível melhorar e a procura desta melhoria é vital para a sobrevivência das organizações a médio e longo prazo. O verdadeiro teste da qualidade dos serviços não é tanto com os processos de rotina, mas com a capacidade dos agentes de tratar as excepções à regra e das entidades percepcionarem e encontrarem mecanismos de minimização e/ou solução das situações problema.

Em síntese, para uma verdadeira implementação da Qualidade, os especialistas apontam princípios de mudança. No caso dos equipamentos sociais, podem-se salientar entre outros:

- Levantamento dos instrumentos legais, (Regulamentos, Programas Funcionais, Manuais de Procedimento, etc.) que caracterizem o funcionamento das respostas sociais e dos equipamentos;
- Criação de Equipas Multidisciplinares de suporte, apoio técnico, supervisão e garante ao cumprimento de regras e premissas de funcionamento.
- Criação de um Grupo Piloto constituído por entidades gestoras de equipamentos sociais para seleccionar e activar alguns indicadores de *benchmarking*.
- Monitorizar através de inquéritos periódicos o grau de satisfação dos utentes em todas as respostas sociais e equipamentos.

A participação de todos, gestores, técnicos, pessoal auxiliar, utentes e famílias é fundamental para a implementação de uma cultura de Qualidade e para a existência de uma mais valia na qualidade do serviço prestado. Critérios de tangibilidade, fiabilidade, profissionalismo e empatia são também essenciais a todo este processo, que deverá pressupor igualmente a formação profissional, o treino e o apoio a todos os agentes envolvidos na actividade.

A melhoria contínua dos serviços motiva e incentiva a uma prática mais eficaz e a uma busca incessante do fazer melhor.

6.2. Estratégias de Intervenção

A definição de uma estratégia relacionada com a Qualidade dos Serviços pressupõe a necessidade de garantir aos cidadãos, não só o acesso, mas também a efectiva qualidade para que esses mesmos serviços respondam satisfatoriamente às expectativas dos utentes e contribuam para a solução dos seus problemas.

Nas sociedades modernas as estratégias para promover qualidade nas respostas sociais, representam uma responsabilidade e um desafio colectivos, que se consubstanciam no incentivo e na criação de indicadores de avaliação que permitam um retrato dinâmico do grau de satisfação dos cidadãos.

Também a implementação desta estratégia é fundamentada em necessidades/problemas, pelo que a questão da Qualidade se reveste de um perfil global, transversal e agregador que impõe a criação de propostas de acções de carácter holístico.

- **Processos de Certificação de Equipamentos Sociais e Valências**

Os equipamentos sociais e respectivas valências representam cada vez mais estruturas essenciais de apoio ao conjunto dos cidadãos na acessibilidade a diferentes serviços. A qualidade desses mesmos serviços é hoje o grande desafio que se coloca às entidades e instituições, no sentido de garantir progressivamente uma maior satisfação dos utentes. Os processos de certificação pressupõem a implementação de mecanismos conducentes à melhoria da qualidade dos serviços e adaptação às novas exigências.

- **Formação alargada a todas as Categorias Profissionais e Divulgação dos Processos de Qualificação**

A qualidade dos serviços pressupõe uma formação integrada e compatível com as exigências dos processos de certificação. Promover um Plano de Formação contínua que redefina procedimentos e divulgue Boas Práticas, representa um vector fundamental de concretização desses processos.

A divulgação e disseminação dos procedimentos que conduzem à certificação de qualidade devem ser partilhados e discutidos entre as instituições. A adopção de medidas de *benchmarking* e de *benchlearning* são fundamentais para a interacção entre serviços e equipas.

- **Estratégia de Qualidade nas Respostas Sociais**

Implementar estratégias de qualidade nos equipamentos/respostas sociais implica a realização de um Diagnóstico da Qualidade, que permita o conhecimento sobre os diferentes estádios

existentes nos serviços/organizações da cidade por forma a planear os processos de melhoria de qualidade. A existência de uma plataforma de trabalho e comunicação entre serviços e entidades, constitui um vector essencial à definição de um Modelo de Qualidade e ao comprometimento para a implementação de uma Estratégia de Qualidade.

Matriz 6 - Estratégias de Intervenção da Qualidade dos Serviços

Qualidade dos Serviços

Necessidades/ Problemas críticos	Estratégias de Intervenção	Propostas de Acção	Recursos	
			Parcerias Existentes/ Parcerias a Mobilizar	Potencialidades Institucionais
• Dificuldade na implementação de um sistema de Qualidade. • Inexistência/Insuficiência de um mecanismo de Sensibilização das Instituições para a Gestão dos Processos de Qualidade. • Existência de diferentes estádios relativamente à Qualidade nos Serviços/Organizações da cidade de Lisboa. • Ausência/Insuficiência de formação sobre Qualidade a todos os níveis – Pessoal Auxiliar, Técnicos e Dirigentes. • Insuficiente Consultoria de Apoio à implementação de Manuais de Qualidade e à efectivação dos requisitos legais. • Inflexibilidade dos processos.	PROCESSOS DE CERTIFICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS SOCIAIS E VALÊNCIAS	• Partilhar *know-how* no sentido de facilitar os processos de certificação. • Criar acções e iniciativas de Sensibilização e Informação para a Qualidade, junto das Instituições, destinadas a todos os patamares profissionais, e a todas as Áreas de Intervenção. • Realizar levantamentos sobre os diferentes estádios relativos à Qualidade: Recolha de Informação (Guião próprio) junto de todos os Serviços em Lisboa. • Criar/Reforçar formação em áreas relacionadas com a Qualidade. • Disponibilizar consultoria de apoio às instituições de forma a conseguir dar resposta às necessidades emergentes e que vão surgindo ao longo de todo o processo. • Criar mecanismos de controlo eficazes mas simultaneamente dotados de flexibilidade ajustada às exigências de cada prática de acordo com as normas de Qualidade.	• Administração Central – Ministério da Saúde, Ministério da Educação, **Ministério do Trabalho e Segurança Social** • Administração Local • ISS, IP – Instituto da Segurança Social • Rede Social de Lisboa - C. Dist. Lisboa, CMLisboa e SCML • Parceiros da Rede Social • Juntas de Freguesia • Casa Pia de Lisboa • SINASE – Recursos Humanos, Estudos e Desenvolvimento de Empresas, Lda. • LNEC IP – Laboratório Nacional de Engenharia Civil • **Instituto Português de Acreditação, I.P.** • CEQUAL – Centro de Formação Profissional para a Qualidade • União das IPSS • Entidades e Instituições, Públicas e Privadas, IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social), ONG (Organizações Não Governamentais) e outras com responsabilidade nesta matéria, entre outras.	• QREN (Novo Quadro de Referência Estratégico Nacional) • PNAI (Proporcionar mais e melhor acesso aos Serviços) • PNAI – Eixo 2: Promoção da Inclusão Social • Programa de Requalificação e de Segurança de Equipamentos Sociais (MTSS)

Matriz 6 - Estratégias de Intervenção da Qualidade dos Serviços (Cont.)

	Necessidades/ Problemas críticos	Estratégias de Intervenção	Propostas de Acção	Recursos	
				Parcerias Existentes/ Parcerias a Mobilizar	Potencialidades Institucionais
Qualidade dos Serviços	• Insuficiência de Recursos Humanos com perfil e formação compatíveis com as exigências. • Ausência/Insuficiência de formação sobre Qualidade a todos os níveis – Pessoal Auxiliar, Técnicos e Dirigentes. • Necessidade de conhecer e perceber claramente os processos de Certificação e insuficientes mecanismos de partilha e divulgação de práticas que promovam melhoria nas respostas. • Insuficiente divulgação das Boas Práticas. • Graves lacunas ao nível da existência de Processos de *Benchmarking* e de *Benchlearning*. • Necessidade de Promover Encontros para partilha de experiências (ex: Projectos EQUAL).	FORMAÇÃO ALARGADA A TODAS AS CATEGORIAS PROFISSIONAIS E DIVULGAÇÃO DOS PROCESSOS DE QUALIFICAÇÃO	• Promover um plano de formação integrado para a Qualidade das respostas. • Organizar formação periódica para dirigentes e técnicos. • Assegurar o perfil dos colaboradores ministrando formação inicial e contínua a todas as categorias profissionais. • Promover iniciativas, informação conducente à divulgação e domínio dos processos de certificação. • Organizar, promover e calendarizar iniciativas facilitadoras da partilha e interacção com vista ao conhecimento e à melhoria das práticas profissionais e institucionais. • Realizar o levantamento permanente de Boas-Práticas. • Definir/Calendarizar procedimentos relativos à divulgação de Boas-Práticas. • Criar um Manual de Boas Práticas – proposta de divulgação com periodicidade regular (exemplo: anual ou de 2 em 2 anos). • Priorizar a qualificação dos serviços sociais. • Desencadear/Promover acções que divulguem e promovam as questões da Qualidade. • Criar, incentivar e apoiar Processos de Benchmarking e de Benchlearning promovendo a interacção entre Serviços e Equipas Técnicas. • Realizar Encontros Temáticos, Seminários, Workshops (…) que por área de intervenção concorram para a melhoria dos Serviços e das práticas profissionais.	• **Administração Central – Ministério da Saúde, Ministério da Educação, Ministério do Trabalho e Segurança Social** • Administração Local • ISS, IP – Instituto da Segurança Social • Rede Social de Lisboa - C. Dist. Lisboa, CMLisboa e SCML • Parceiros da Rede Social • Juntas de Freguesia • Casa Pia de Lisboa • **INA – Instituto Nacional da Administração** • **IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional** • SINASE - Recursos Humanos, Estudos e Desenvolvimento de Empresas, Lda. • LNEC IP - Laboratório Nacional de Engenharia Civil • **Instituto Português de Acreditação, I.P.** • CEQUAL - Centro de Formação Profissional para a Qualidade • União das IPSS • APCER – Associação Portuguesa de Certificação • DECO – Associação Portuguesa para a Defesa dos Consumidores • Entidades e Instituições, Públicas e Privadas, IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social), ONG (Organizações Não Governamentais) e outras com responsabilidade nesta matéria, entre outras.	• Programa ITINÉRIS • Plano Tecnológico • Serviços de Modernização Administrativa • Direcção dos Serviços de Qualidade e Acreditação

Matriz 6 - Estratégias de Intervenção da Qualidade dos Serviços (Cont.)

	Necessidades/Problemas críticos	Estratégias de Intervenção	Propostas de Acção	Recursos	
				Parcerias Existentes/ Parcerias a Mobilizar	Potencialidades Institucionais
Qualidade dos Serviços	• Necessidade de Planear Qualidade. • Ausência/Insuficiência de um Planeamento da Sustentabilidade. • Inexistência de um Diagnóstico da Qualidade sobre os Equipamentos Sociais e Serviços em Lisboa. • Ausência de um Modelo específico que defina escala e impacto nas organizações rumo à Qualidade. • Necessidade de trabalhar as questões da Qualidade por áreas temáticas que motivem e interessem os organismos e as entidades. • Insuficiente Qualificação dos Serviços Sociais. • Ausência de uma Plataforma de Trabalho e Comunicação, entre serviços e entidades e insuficientes e deficitários canais de Comunicação. • Ausência/Insuficiência dos circuitos de comunicação. • Insuficientes mecanismos de partilha e divulgação de práticas que promovam melhoria nas respostas. • Graves lacunas ao nível da existência de Processos de *Benchmarking* e de *Benchlearning*. • Insuficiente divulgação das Boas Práticas. • Equipas Técnicas com reduzido número de pessoas. • Ausência de um comprometimento relativamente às questões da Qualidade. • Insuficiente/Inexistente Sistema de Fiscalização eficaz e adequado à implementação e manutenção de processos de Qualidade.	ESTRATÉGIA DE QUALIDADE NAS RESPOSTAS SOCIAIS	• Implementar um Plano Estratégico para a Qualidade na cidade de Lisboa. • Criar mecanismos eficazes e eficientes capazes de concretizar um Planeamento conducente à autonomização das entidades e instituições. • Realizar um diagnóstico de Qualidade dos equipamentos sociais em Lisboa. • Criar medidas que permitam uma recolha profunda e presencial da informação, junto dos equipamentos, que possibilite o conhecimento eficaz da realidade. • Definir um Modelo para implementar Qualidade para a cidade de Lisboa: consultoria colaborativa e institucionalização de um grupo de missão para a Qualidade. • Criar mecanismos facilitadores e dinamizadores do processo de comprometimento para a implementação de uma estratégia de Qualidade. • Alargar o "leque" ao nível das formações académicas nas equipas para cumprimento dos dispositivos legais. • Promover e priorizar um plano de formação integrado para a Qualidade das respostas sociais. • Criar, Incentivar e Operacionalizar eficazmente canais de comunicação de acordo com as necessidades e passíveis de assegurar troca de informação inter e intra-serviços. • Criar e desenvolver mecanismos facilitadores de Interacção/Comunicação entre diferentes Organismos/Entidades. • Organizar, promover e calendarizar iniciativas facilitadoras da partilha e interacção com vista ao conhecimento e à melhoria das práticas profissionais e institucionais. • Criar, incentivar e apoiar Processos de *Benchmarking* e de *Benchlearning* promovendo a interacção entre Serviços e Equipas Técnicas. • Promover levantamento permanente de Boas Práticas. • Criar um Manual de Boas-Práticas – divulgação com periodicidade regular (exemplo: anual ou de 2 em 2 anos), que Definia/Calendarize os respectivos procedimentos. • Dotar os serviços existentes e a criar com recursos (Humanos, Informáticos) adequados e suficientes à prossecução das tarefas de fiscalização. • Auditar periodicamente respostas e serviços.	• Administração Central – Ministério da Saúde, Ministério da Educação, **Ministério do Trabalho e Segurança Social**, Ministério da Justiça (…) • Administração Local • ISS, IP – Instituto da Segurança Social • Rede Social de Lisboa (C. Dist. Lisboa, CMLisboa e SCML) • Parceiros da Rede Social • Juntas de Freguesia • Casa Pia de Lisboa • SINASE - Recursos Humanos, Estudos e Desenvolvimento de Empresas, Lda. • LNEC IP - Laboratório Nacional de Engenharia Civil • Instituto Português de Acreditação, I.P • CEQUAL - Centro de Formação Profissional para a Qualidade • **União das IPSS** • Entidades e Instituições, Públicas e Privadas, IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social), ONG (Organizações Não Governamentais) e outras com responsabilidade nesta matéria, entre outras.	• Boas Práticas – CMAmadora, CMMontijo – Projectos sobre Certificação de Qualidade • Instituto Português da Qualidade • Universidades com experiência / k*now – how* na definição de indicadores de Qualidade • Instituições e Organizações com práticas e know - how / Benchemarking / Benchlearning de Intervenção Social / Boas Práticas

Glossário

ABANDONO ESCOLAR PRECOCE

O abandono escolar precoce refere-se a pessoas entre os 18 e os 24 anos cujo nível educacional mais elevado que atingiram foi o ISCED 0, 1 ou 2 não tendo recebido nem estejam a receber qualquer acção de educação/formação posterior.

ACESSIBILIDADE

Atributo do meio que, de uma forma directa, imediata e permanente, permite a qualquer pessoa, independentemente das suas capacidades físicas, sensoriais ou cognitivas, circular, orientar-se, participar e comunicar da forma mais autónoma possível.

APÁTRIDA

Indivíduo sem nacionalidade.

AQUISIÇÃO DE NACIONALIDADE

Um cidadão estrangeiro pode solicitar a nacionalidade portuguesa, passando, a partir do momento em que a adquira, a ser considerado como cidadão português. Esta aquisição pode ser por naturalização, casamento ou adopção.

AUTORIZAÇÃO DE PERMANÊNCIA

Título que confere o direito a um indivíduo de residir em território nacional e que foi concedido durante os anos de 2001 a 2003. Esta configura um visto de trabalho, aposto no passaporte do seu titular. É válida por um período de um ano, prorrogável por idênticos períodos, até ao limite de cinco anos. Fonte: Decreto-Lei n.º 34/2003, DR 47, SÉRIE I-A de 2003-02-25.

AUTORIZAÇÃO DE RESIDÊNCIA PERMANENTE

Título que confere o direito a um indivíduo de residir em território nacional. A autorização de residência permanente não tem limite de validade. Fonte: Decreto-Lei n.º 34/2003, DR 47, SÉRIE I-A de 2003-02-25; artigo 84.º.

AUTORIZAÇÃO DE RESIDÊNCIA TEMPORÁRIA

Título que confere o direito a um indivíduo de residir em território nacional. A autorização de residência temporária é válida por um período de dois anos a partir da data da emissão do respectivo título e é renovável por períodos sucessivos de três anos. Fonte: Decreto-Lei n.º 34/2003, DR 47, SÉRIE I-A de 2003-02-25; artigo 83.º.

BONIFICAÇÃO POR CRIANÇAS E JOVENS DEFICIENTES

A bonificação, por deficiência, do subsídio familiar a crianças e jovens destina-se a compensar o acréscimo de encargos familiares decorrentes da situação dos descendentes dos beneficiários, menores de 24 anos, portadores de deficiência de natureza física, orgânica, sensorial, motora ou mental, que torne necessário o apoio pedagógico ou terapêutico.

CESSAÇÃO DO ESTATUTO DE RESIDENTE

Fim do estatuto legal de residente. Este fim pode ser determinado pela vontade do próprio (saída voluntária e retorno voluntário), por decisão administrativa (cancelamento) ou judicial (expulsão judicial), obtenção de nacionalidade portuguesa ou por falecimento.

DENSIDADE POPULACIONAL

Intensidade do povoamento expressa pela relação entre o número de habitantes de uma área territorial e a superfície dessa área (habitantes por Km2).

EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

Subsistema de educação, de frequência facultativa, destinado a crianças com idades compreendidas entre os três anos e a idade de ingresso no ensino básico. Realiza-se em estabelecimentos próprios, designados por jardins-de-infância, ou incluídos em unidades escolares em que é também ministrado o ensino básico. A educação pré-escolar, no seu aspecto formativo, é complementar e/ou supletiva da acção educativa da família, com a qual estabelece estreita cooperação.

ENSINO BÁSICO

Nível de ensino que se inicia cerca da idade de seis anos, com a duração de nove anos, cujo programa visa assegurar uma preparação geral comum a todos os indivíduos, permitindo o prosseguimento posterior de estudos ou a inserção na vida activa. Compreende três ciclos sequenciais, sendo o 1.º de quatro anos , o 2.º de dois anos e o 3.º de três anos. É universal, obrigatório e gratuito.

ENSINO SECUNDÁRIO

Nível de ensino que corresponde a um ciclo de três anos (10.º, 11.º e 12.º anos de escolaridade), que se segue ao ensino básico e que visa aprofundar a formação do aluno para o prosseguimento de estudos ou para o ingresso no mundo do trabalho. Está organizado em cursos predominantemente orientados para o prosseguimento de estudos e cursos predominantemente orientados para a vida activa.

ESPAÇOS VERDES

Englobam todos os espaços urbanos onde existem espécies vegetais. Têm funções ecológicas, lúdicas e recreativas, sendo o seu principal objectivo a preservação da qualidade do ar, o recreio e o lazer.

ESPERANÇA DE VIDA À NASCENÇA

Número médio de anos que uma pessoa à nascença pode esperar viver, mantendo-se as taxas de mortalidade por idades observadas no momento.

FAMÍLIA ALARGADA

Situações em que coabitam dois ou mais núcleos familiares, conjugais ou monoparentais. Exemplo: casal com um(a) filho(a) e o(a) cônjuge deste(a); uma mulher com um(a) filho(a), e o cônjuge deste(a) e seus filhos; dois irmãos casados, com a respectiva descendência.

FAMÍLIA COMPOSTA

Quando todos os elementos envolvidos no agregado familiar não verificam qualquer relação de parentesco com outro elemento do mesmo agregado.

FAMÍLIA EXTENSA

Quando pelo menos um dos elementos do agregado familiar não possui qualquer relação de parentesco com os restantes elementos do mesmo agregado.

FAMÍLIA MONOPARENTAL

Homem ou mulher que coabita (unicamente) com os seus filhos.

FAMÍLIA NUCLEAR COM FILHOS

Família composta pelo casal e seus filhos.

FAMÍLIA NUCLEAR SEM FILHOS

Família composta pelo casal (homem e mulher).

FAMÍLIA OU AGREGADO FAMILIAR

Conjunto de pessoas que vivem em economia comum, especificando o cônjuge ou pessoa que viva com o titular em união de facto à mais de um ano, e em geral todos os menores a cargo, quer tenham ou não laços de parentesco com o titular. Poderão ainda ser considerados outros adultos que se encontrem na exclusiva dependência económica do agregado, caso sejam estudantes ou estejam dispensados de disponibilidade activa para a inserção profissional ou quando o agregado não tenha, incluindo a pessoa em causa, direito à prestação.

IDADE MÉDIA AO NASCIMENTO DE UM FILHO

Idade média das mães ao nascimento de um filho, num determinado período de tempo, habitualmente o ano civil.

IMIGRANTE PERMANENTE

Pessoa (nacional ou estrangeira) que, no período de referência, entrou no país com a intenção de aqui permanecer por um período igual ou superior a um ano, tendo residido no estrangeiro por um período contínuo igual ou superior a um ano.

IMIGRANTE TEMPORÁRIO

Pessoa (nacional ou estrangeira) que, no período de referência, entrou no país com a intenção de aqui permanecer por um período inferior a um ano, tendo residido no estrangeiro por um período contínuo igual ou superior a um ano.

ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA DE IDOSOS

Relação entre a população idosa e a população em idade activa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 pessoas com 15-64 anos).

ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA DE JOVENS

Relação entre a população jovem e a população em idade activa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 pessoas com 15-64 anos).

ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO

Relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos (expressa habitualmente por 100 pessoas dos 0 aos 14 anos).

ÍNDICE DE LONGEVIDADE

Relação entre a população mais idosa e a população idosa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 75 ou mais anos e o número de pessoas com 65 ou mais anos (expressa habitualmente por 100 pessoas com 65 ou mais anos).

ÍNDICE SINTÉTICO DE FECUNDIDADE

Número médio de crianças vivas nascidas por mulher em idade fértil (dos 15 aos 49 anos de idade), admitindo que as mulheres estariam submetidas às taxas de fecundidade observadas no momento. Valor resultante da soma das taxas de fecundidade por idades, ano a ano ou grupos quinquenais, entre os 15 e os 49 anos, observadas num determinado período (habitualmente um ano civil).

INDIVÍDUO ISOLADO

Homem ou mulher que vive sozinho.

JARDIM-DE-INFÂNCIA

Estabelecimento que oferece, a tempo completo ou parcial, três anos de educação pré-escolar a crianças dos 3 aos 6 anos de idade. O horário é flexível e adaptado às necessidades dos encarregados de educação. O currículo é organizado num ciclo e inclui uma componente sócio-educativa.

MINORIAS

O termo minoria (étnica e cultural) é utilizado perante grupos portadores de uma identidade de tipo étnico traduzida entre outros aspectos, pela existência de um grau considerável de coesão social e cultural, entre os seus membros. Estes grupos, normalmente com fortes sentimentos de pertença à sua comunidade, podem incluir uma vasta gama de identidades e proveniências, nomeadamente: imigrantes, comunidades ciganas e refugiados.

MOBILIDADE

Possibilidade individual de, voluntariamente, em interacção com o meio, planear, orientar-se e deslocar-se num percurso entre uma origem e um destino, através do uso de qualquer modo de transporte individual, colectivo ou a pé.

NACIONALIDADE

Cidadania legal da pessoa no momento de observação; são consideradas as nacionalidades constantes no bilhete de identidade, no passaporte, no título de residência ou no certificado de nacionalidade apresentado. As pessoas que, no momento de observação, tenham pendente um processo para obtenção da nacionalidade, devem ser considerados com a nacionalidade que detinham anteriormente.

NADOS VIVOS FORA DO CASAMENTO COM COABITAÇÃODOS PAIS

Relação entre o número de nados-vivos com coabitação dos pais e o total dos nados-vivos fora do casamento.

NATURALIDADE

Considera-se naturalidade o local do nascimento ou o local da residência habitual da mãe à data do nascimento. Para determinados fins estatísticos deve-se considerar preferencialmente o local da residência habitual da mãe à data do nascimento.

PAÍSES TERCEIROS

Países que não fazem parte nem da União europeia, nem do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu (EEE).

PARENTALIDADE POSITIVA

« Se réfère à un comportement parental fondé sur l'intérêt supérieur delénfant qui vise à l´elever et à le responsabilizer, qui est non violent et lui fournit reconnaissance et assistance,en établissant un ensemble de repères favorisant son plein dévelopement. » Fonte : Conselho da Europa.

PERCENTAGEM DO PODER DE COMPRA PER CAPITA

Percentagem do poder de compra obtido a partir do índice de Poder de Compra. Permite aferir o peso de poder de compra de cada concelho ou região no total do País que toma o valor 100% (ponderando o índice de Poder de Compra pelo seu efectivo populacional).

PODER DE COMPRA PER CAPITA

Número índice que compara o poder de compra regularmente manifestado nos diferentes concelhos e regiões em termos per capita com o poder de compra médio do País a que foi atribuído o valor 100.

POPULAÇÃO ESTRANGEIRA COM AUTORIZAÇÃO DE PERMANÊNCIA

Conjunto de pessoas de nacionalidade não portuguesa, titulares de uma autorização de permanência em Portugal, em conformidade com a legislação de estrangeiros em vigor ._Fonte: Decreto-Lei n.º 244/98, DR 182, SÉRIE I-A de 1998-08-08; alterado Lei 97/99, 26-07, e DL 4/2001, 10-01, artigo 55.

POPULAÇÃO ESTRANGEIRA COM ESTATUTO LEGAL DE RESIDENTE

Conjunto de pessoas de nacionalidade não portuguesa com autorização ou cartão de residência, em conformidade com a legislação de estrangeiros em vigor. Não inclui os estrangeiros com situação regular ao abrigo da concessão de autorizações de permanência, de vistos de curta duração, de estudo, de trabalho ou de estada temporária, bem como os estrangeiros com situação irregular. Notas: Na publicação Estatísticas Demográficas, os dados publicados referem-se, na generalidade, aos pedidos e não às concessões, devido ao facto de os dados sobre pedidos estarem mais actualizados do que os referentes às concessões. O movimento do ano refere-se apenas às pessoas que solicitaram, pela 1ª vez, uma autorização ou título de residência. Fonte: Decreto-Lei n.º 244/98, DR 182, SÉRIE I-A de 1998-08-08; alterado pela Lei 97/99 de 26-06 e, pelo DL 4/2001 de 10-01.Decreto-Lei n.º 60/93, DR 52, SÉRIE I-A de 1993-03-03; alterado pelo DL 250/98 de 11-08.

POPULAÇÃO ESTRANGEIRA QUE SOLICITOU ESTATUTO DE RESIDENTE

Conjunto de pessoas de nacionalidade não portuguesa que num determinado ano solicitaram um título de residência ao abrigo da legislação em vigor, que regula a entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros em território nacional.

POPULAÇÃO ESTRANGEIRA RESIDENTE

Conjunto de pessoas de nacionalidade não portuguesa que sejam consideradas residentes em Portugal no momento da observação.

PROMOÇÃO DA SAÚDE

Processo que visa aumentar a capacidade dos indivíduos e das comunidades para controlarem a sua saúde, no sentido de a melhorar. Para atingir um estado de completo bem-estar físico, mental e social, o indivíduo ou o grupo devem estar aptos a identificar e realizar as suas aspirações, a satisfazer as suas

necessidades e a modificar ou adaptar-se ao meio. Assim, a saúde é entendida como um recurso para a vida e não como uma finalidade de vida.

REDE PRIVADA DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

Integra os estabelecimentos de educação pré-escolar que funcionam no âmbito do ensino particular e cooperativo, em instituições de solidariedade social e em instituições sem fins lucrativos, sob tutela do Ministério da Educação ou de outro ministério.

REDE PÚBLICA DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

Integra os estabelecimentos de educação pré-escolar que funcionam na directa dependência da administração central, das regiões autónomas e das autarquias, sob tutela do Ministério da Educação ou de outro ministério.

REGULARIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA

Legalização extraordinária de imigrantes ilegais, levada a efeito em processos autónomos ao previsto no regime geral de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros e, por isso, regulada em diploma próprio.

RISCO DE POBREZA

Percentagem de pessoas com um rendimento monetário equivalente abaixo do limiar do risco de pobreza – 60 % do rendimento monetário equivalente mediano – (após as transferências sociais). Esta percentagem é calculada antes das transferências sociais (rendimento original inclui pensões, mas exclui todas as outras transferências sociais) e após as transferências sociais (rendimento total).

RISCO DE POBREZA ANTES DAS TRANSFERÊNCIAS SOCIAIS

Percentagem de pessoas com um rendimento monetário equivalente, antes das transferências sociais, abaixo do limiar do risco de pobreza - 60 % do rendimento monetário equivalente mediano. A pensão de reforma, de invalidez de sobrevivência são contadas como rendimento antes de transferências e não como transferências sociais.

RISCO DE POBREZA DE MAIORES DE 65 ANOS

Percentagem de pessoas maiores de 65 anos com um rendimento monetário equivalente, antes das transferências sociais, abaixo do limiar de risco de pobreza – 60% do rendimento monetário equivalente mediano (após as transferências sociais), em relação ao total das pessoas do mesmo grupo etário. A reforma e a pensão de sobrevivência são consideradas como rendimento antes das transferências sociais e não como transferências sociais.

RISCO DE POBREZA INFANTIL

Percentagem de crianças (0-14 anos) que vivem em situação de pobreza, ou seja, cuja família vive no limiar de risco de pobreza.

SALDO MIGRATÓRIO

Diferença entre o número de entradas e saídas por migração, internacional ou interna, para um determinado país ou região, num dado período de tempo.

SALDO NATURAL

Diferença entre o número de nados vivos e o número de óbitos, num dado período de tempo.

STOCK DE POPULAÇÃO ESTRANGEIRA (COM ESTATUTO LEGAL DE RESIDENTE)

Constituído por indivíduos com nacionalidade estrangeira com estatuto legal de residente. Ao longo dos anos o valor global do stock tem vindo a ser construído com base nos valores do ano anterior, somando as entradas e saídas do território nacional que, são recolhidas administrativamente pelo SEF. Salienta-se, que estas entradas e saídas não podem na maioria dos casos identificar indivíduos, apenas sendo um valor total que é subtraído ou somado.

SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS

Prestação pecuniária mensal de montante variável concedida aos descendentes ou equiparados dos beneficiários de qualquer regime da segurança social, (excepto alguns grupos do regime do seguro social voluntário e beneficiários do esquema obrigatório do regime geral dos trabalhadores independentes), até aos 16 (sem condicionalismos), 18, 21 ou 24 anos, consoante estejam matriculados, respectivamente, no ensino básico ou em curso de formação profissional, no ensino secundário, no ensino superior ou em curso de formação profissional, ou para cada um dos 3 limites que frequentem cursos equivalentes ou nível subsequente. Estes limites etários podem ser alargados até 3 anos mediante declaração médica, no caso de doença ou acidente que impossibilite o normal aproveitamento escolar.

SUBSÍDIO MENSAL VITALÍCIO

O subsídio mensal vitalício é uma prestação pecuniária mensal que se destina a compensar o acréscimo de encargos familiares em função de descendentes do beneficiário, maiores de 24 anos, portadores de deficiência de natureza física, orgânica, sensorial, motora ou mental, que se encontram em situação que os impossibilite de proverem normalmente à sua subsistência pelo exercício de actividade profissional.

SUBSÍDIO POR FREQUÊNCIA DE ESTABELECIMENTO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

O subsídio por frequência de estabelecimento de educação especial é uma prestação mensal que se destina a compensar os encargos directamente resultantes da aplicação, a crianças e jovens, de idade inferior a 24 anos, portadores de deficiência, de medidas específicas de educação especial que se encontrem numa das seguintes situações:

- Frequentem estabelecimentos de educação especial, particulares, com ou sem fins lucrativos, ou cooperativos, tutelados pelo Ministério da Educação;
- Necessitem de apoio individualizado, pedagógico ou terapêutico específico, adequado à deficiência de que são portadores;

- Necessitem de ingressar em estabelecimento particular de ensino regular após frequência de ensino especial;
- Frequentem creche ou jardim de infância normal, como meio específico necessário de superar a deficiência e obter mais rapidamente a integração social, após frequência do ensino especial por não poderem transitar para estabelecimentos oficiais ou, tendo transitado, necessitem de apoio individual por professor especializado.

SUBSÍDIO POR ASSISTÊNCIA A TERCEIRA PESSOA

Prestação pecuniária mensal que se destina a compensar o acréscimo de encargos familiares resultantes da situação de dependência dos descendentes do beneficiário que sejam titulares de subsídio familiar a crianças e jovens, com bonificação por deficiência ou de subsídio mensal vitalício, que dependam e tenham efectiva assistência de 3.ª pessoa de, pelo menos, 6 horas diárias, para assegurar as suas necessidades básicas (alimentação, locomoção, cuidados de higiene pessoal).

TAXA BRUTA DE DIVORCIALIDADE

Número de divórcios observado num determinado período de tempo, referido à população média desse período (por 1000 habitantes).

TAXA BRUTA DE ESCOLARIZAÇÃO

Relação percentual entre o número total de alunos matriculados num determinado ciclo de estudos (independentemente da idade), e a população residente em idade normal de frequência desse ciclo de estudo.

Ciclo de estudos Idade normal (anos)
Educação Pré-Escolar 3 – 5
Ensino Básico – 1º Ciclo 6 – 9
Ensino Básico – 2º Ciclo 10 – 11
Ensino Básico – 3º Ciclo 12 – 14
Ensino Secundário 15 – 17

TAXA BRUTA DE IMIGRAÇÃO

Número de imigrantes permanentes observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de imigrantes permanentes por 1000 (10^3) habitantes).

TAXA BRUTA DE MORTALIDADE

Número de óbitos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de óbitos por 1000 habitantes).

TAXA BRUTA DE NATALIDADE

Número de nados vivos ocorridos durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de nados vivos por 1000 habitantes).

TAXA DE CRESCIMENTO EFECTIVO

Variação populacional observada durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa por 100 ou 1000 habitantes).

TAXA DE CRESCIMENTO MIGRATÓRIO

Saldo migratório observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa por 100 ou 1000 habitantes).

TAXA DE CRESCIMENTO NATURAL - Saldo natural observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa por 100 ou 1000 habitantes).

TAXA DE DESEMPREGO

Percentagem das pessoas desempregadas no total da população activa. Pessoas activas são aquelas que estão empregadas ou desempregadas. Estas são consideradas como tal se não tiverem exercido qualquer actividade remunerada nas quatro semanas anteriores à entrevista e se declararem procurar emprego.

TAXA DE DESEMPREGO DE LONGA DURAÇÃO

Percentagem das pessoas desempregadas há mais de 1 ano em relação ao total da população activa.

TAXA DE FECUNDIDADE GERAL

Número de nados vivos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido ao efectivo médio de mulheres em idade fértil (entre os 15 e os 49 anos) desse período (habitualmente expressa em número de nados vivos por 1000 mulheres em idade fértil).

TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL

Número de óbitos de crianças com menos de 1 ano de idade observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido ao número de nados vivos do mesmo período (habitualmente expressa em número de óbitos de crianças com menos de 1 ano por 1000 nados vivos).

TAXA DE MORTALIDADE NEONATAL

Número de óbitos de crianças com menos de 28 dias de idade observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido ao número de nados vivos do mesmo período

(habitualmente expressa em número de óbitos de crianças com menos de 28 dias de idade por 1000 nados vivos).

TAXA DE RETENÇÃO E DESISTÊNCIA

Relação percentual entre o número de alunos que não podem transitar para o ano de escolaridade seguinte e o número de alunos matriculados, nesse ano lectivo.

VARIAÇÃO POPULACIONAL

Diferença entre os efectivos populacionais em dois momentos do tempo (habitualmente dois fins de ano consecutivos). A variação populacional pode ser calculada pela soma algébrica do saldo natural e do saldo migratório.

Fontes e Bibliografia

ARBER, Sara e GINN, Jay (1990), "The Meaning of Informal Care: Gender and the Contributions of Elderly People" in *Ageing and Society*, n.º 10.

ASCHER, François (1998), *Metapolis*, Oeiras, Celta Editora.

BARBALET, J.M. (1989), *A Cidadania*, Lisboa: Estampa.

BARTON, Hugh et TSOUROU,Catherine (2004), *URBANISME ET SANTE Un guide de l'OMS pour un urbanisme centré sur les habitants***,** l'Association S2D/Association internationale pour la promotion de la Santé et du Développement Durable, Rennes – France.

BERGER-Smith, Regina (2000) *Social Cohesion as an Aspect of the Quality of Societies: Concept and Measurement,* A TSER-Project Financed by the European Commission, Centre for Survey Research and Methodology (ZUMA), Social Indicators Department, Manheim.

BERRY, Leonard (1996), *Serviços de Satisfação Máxima: Guia Prático de Acção*, Rio de Janeiro, Campus.

BORJA, Jordi(1998), "Reflexões sobre o planeamento estratégico urbano", *cadernos de Urbanismos* nº. 1, Camara Municipal de Lisboa, Lisboa.

BOUDIN, Alain; ASHER, François; BAUDIN,Gerard (2003), *La Societé urbaine du XXIe siecle*, Institut d'amenagement et d'urbanisme de la region d'Ile-de–France. Disponível em: http://www.iaurif.org

BRILMAN, Jean (2000), As *Melhores Práticas de Gestão no Centro do Desempenho*, Edições Sílabo, Lisboa.

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA (2005*), Desenvolvimento Económico e Competitividade Urbana de Lisboa*, colecção de Estudos Urbanos, Lisboa XXI -2, Lisboa, CML/Pelouro de Licenciamento Urbanístico e Planeamento Urbano.

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA (2005), *Diagnóstico Sócio-urbanístico da Cidade de Lisboa – uma perspectiva censitária 2001*, colecção de Estudos Urbanos, Lisboa XXI – 4, 2.a edição, Lisboa, CML/Pelouro de Licenciamento Urbanístico e Planeamento Urbano.

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA (2006), *Visão Estratégica – Lisboa 2012*, Lisboa, CML.

CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA (2008), *Carta Educativa de Lisboa*, Lisboa.

CAPUCHA, Luís (coord.) (2005) *Formulação de Propostas de Concepção Estratégica das Intervenções Operacionais no Domínio da Inclusão Social***,** Protocolo entre a Direcção Geral de Desenvolvimento Regional e o Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

CARDOSO, Carlos Manuel (2005), *Educação Multicultural – Percursos para Práticas Reflexivas.* Lisboa, Texto Editores, Lda.

CARRILHO, Maria José e PATRÍCIO, Lurdes (2008) "A Situação Demográfica Recente em Portugal "**,** *Revista Estudos Demográficos* n.º 44, pp 35-80, Lisboa, INE. Disponível em. http://www.ine.pt

CASANOVA, José Luís et all (1998), *Dar Voz aos Utentes*, Lisboa, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, ISCTE.

CAUSSA, Laurent ; LELIÈVRE Michèle (2007) «Les indicateurs européens de cohésion sociale » *Etudes et résultats,* N° 549, Direction de la recherche, des études, de l'évaluation et des statistiques (DREES) Ministère de la Santé et des Solidarités Ministère de l'Emploi, de la Cohésion sociale et du Logement de la Republique Française.

CCDRLVT (2007) *LISBOA 2020 – Uma Estratégia de Lisboa para a região de Lisboa*, 2.ª edição, Lisboa.

COMISSÃO EUROPEIA (2007) *Regiões em crescimento, Europa em crescimento***,** Quarto relatório sobre a coesão económica e social, Luxemburgo.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS, COM(2008) 412 final*, Agenda social renovada: oportunidades, acesso e solidariedade na Europa do século XXI,* Bruxelas, 2.7.2008

COMISSÃO EUROPEIA, comunicação da Comissão, COM(2008) 42 final*, Proposta de Relatório Conjunto sobre Protecção Social e Inclusão Social 2008***,** Bruxelas, 30.1.2008

COMISSÃO NACIONAL PARA A REESTRUTURAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE MENTAL, *Relatório da Comissão Nacional para a Reestruturação dos Serviços de Saúde Mental*, 12 de Abril de 2007. Disponível em: http://www.portugal.gov.pt/

COMMISSION DES COMMUNAUTÉS EUROPEÉNNES, COM(2007) 726 final, *Opportunités, accès et solidarité: vers une nouvelle vision sociale pour l'Europe du 21e siècle,* Bruxelles, le 20.11.2007

COMMISSION EUROPEÉNNE, Direction Générale de L'emploi, des Affaires Sociales et de L'égalité des Chances**,** Protection et intégration sociales,(2008), *Analyse sociale et démographique Que peut faire l'Union européenne pour protéger la dignité des personnes âgées et prévenir leur maltraitance?* Document de Reflexion1, Bruxelles, le 12.03.2008

COMMISSION EUROPEÉNNE, Direction Générale de L'emploi, des Affaires Sociales et de L'égalité des Chances (2008) , *Le rôle de la culture dans la prevention et la rédution de la pauvreté et de l'exclusion sociale*.

COMMISSION EUROPEÉNNE, Direction Générale de L'emploi, des Affaires Sociales et de L'égalité des Chances (2007) *Étude sur la Pauvrete et L'exclusion Sociale des Familles Monoparentales,* coordonné par Prof. Rossana Trifiletti.
Disponível em: http://ec.europa.eu/employment_social/social_inclusion/docs/2007.Acedido em Abril 2008.

COMMISSION OF THE EUROPEAN COMMUNITIES, SEC (2008) 2911, *Meeting Social Needs in an Ageing Society,* Demography Report, Commission Staff Working Document, Brussels.

COMUNIDADE EUROPEIA, Comunicação da Comissão COM (2005) 94 final, Livro Verde - Uma nova solidariedade entre gerações face às mutações demográficas Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, Bruxelas, 16.03.2005.

CONSEIL DE L'EUROPE (2005), *Elaboration concertée des indicateurs de la cohésion sociale, Guide méthodologique***,** Edité par les Editions du Conseil de l'Europe, Strasbourg. Disponível em: http://www.coe.int

CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA, Conselho (Emprego, Política Social, Saúde e Consumidores) (2007), *Relatório Conjunto sobre Protecção Social e Inclusão Social* , Bruxelas, 23 de Fevereiro de 2007.

CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA, Conselho (Emprego, Política Social, Saúde e Consumidores) (2008), *Relatório Conjunto sobre Protecção Social e Inclusão Social 2008*, Bruxelas, 4 de Março de 2008.

DAVIES 5, I and Evans, M (2002), "Encouraging Active Citizenship*", Educational Review*, vol. 54, Nº1. Disponível em: http://ec.europa.eu/ Acedido em Abril 2008.

EMPRESA PÚBLICA DE ÁGUAS DE LISBOA (2007), *Qualidade da Água para Consumo*, Relatório Anual, EPAL, Lisboa.

ESTIVIL, Jordi; AIRES, Sérgio (2007), *De Lisboa 2000 a Lisboa 2007, Regresso ao Futuro*, Reapn.

EUROCHILD (2008), *Ending Child Poverty within the EU? A review of the 2006-08 national reports on strategies for social protection and social inclusion,* 2nd Edition, Updated in May 2007 to include a review of all 27 Member States. Disponível em: http://www.eurochild.org/

EUROPEAN COMMISSION **,** Directorate-General for Employment, Social Affairs and Equal Opportunities (2008), *Social inclusion, pensions, healthcare and long-term care*, Joint Report on Social Protection and Social Inclusion 2008.

EUROPEAN COMMISSION, Directorate-General for Employment, Social Affairs and Equal Opportunities(2008), *Child Poverty and Well-Being in the EU Current status and way forward*, Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities.
EUROPEAN COMMISSION, *Report on the Public Consultation on Europe's Social Reality and on a New Social Vision For 21st Century Europe*, Commission Staff Working Paper. Disponível em: http://ec.europa.eu/citizens_agenda/index_pt.htm

EUROSTAT (2008), *Europe in figures, yearbook 2008,* Statistical books Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities. Disponível em : http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/

EUROSTAT (2008), *La vie des femmes et des hommes en Europe: Un portrait statistique* , Population et Conditions Sociales, Livres statistiques Luxembourg: Office des publications officielles des Communautés européennes. Disponível em : http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/

EUROSTAT (2008), *Population in Europe 2007: first results* Population and Social Conditions, Statistics in Focus, 81/2008, Luxembourg. Acedido em : http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/

EUROSTAT (2008),The Urban Audit – measuring the quality of the life in Europeans cities, *General and regional statistics*, *Statistics in Focus,* 82/2008, Luxembourg. Acedido em : http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/

EUROSTAT, *Formation des ménages dans l'UE – Parents isolés*, Statistiques en bref, Theme 3 – 5/2004.

FERNANDES, Ana Alexandra (1997), *Velhice e Sociedade*, Oeiras, Celta Editora.

FERREIRAS, António Fonseca (2005), *Gestão Estratégica de Cidades e Regiões*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

FONSECA, Maria Lucinda - "Dinâmicas de Integração dos Imigrantes: Estratégias e Protagonistas", in Actas do I Congresso Imigração em Portugal – Diversidade, Cidadania e Integração, ACIME, Lisboa, 18-19 de Dezembro de 2003.

GIDDENS, Anthony, (1994), *Modernidade e Identidade Pessoal*, Oeiras, Celta Editora.

GUERRA, Isabel Carvalho (2000), *Fundamentos e Processos de uma Sociologia de Acção – O Planeamento em Ciências Sociais*, 1ª Edição, Cascais, Principia.
GUERRA, Isabel Carvalho (2006), Participação *e Acção Colectiva – Interesses, Conflitos e Consensos*, 1ª Edição, Cascais, Principia.

GUERRA, Isabel, 2003, *Plano Estratégico da Acção Social 2004-2008* – CET-CESIS, (policopiado).

HANCOCK, T (1985) "The mandala of Healh: a model of the human ecosystem", *Family and Community Health*.

HENRIQUES, Maria Adriana Pereira - *Adesão ao regime terapêutico em idosos*, Revisão sistemática. Disponível em http: www.ul.pt/pls/portal/docs/1/174305.PDF Acedido em Maio de 2008.

HICKS, D. (2001), "Re-examining the future: The challenge for citizenship education", *Educational Review*, Vol. 53, Nº3.

INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL (2005), *Tipificação das Situações de Exclusão em Portugal Continental,* Área de Investigação e Conhecimento e da Rede Social, ISS, IP. Com a colaboração da Geoideia para o tratamento estatístico Janeiro 2005, Instituto da Segurança Social, I.P.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2006), *Anuário Estatístico de Portugal 2005*, INE, I.P, Lisboa. Disponível em www.ine.pt

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2007), *Anuário Estatístico da Região Lisboa 2006*, INE, I.P., Lisboa. Disponível em www.ine.pt

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2008), *Estatísticas Demográficas 2006*, INE, I.P., Lisboa. Disponível em www.ine.pt

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2006) *Anuário Estatístico da Região Lisboa 2005*, INE,I.P., Lisboa, Disponível em www.ine.pt

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2006), *Indicadores Demográficos*, *Documento Metodológico,* Departamento de Estatísticas Sociais, Serviço de Estatísticas Demográficas, INE, I.P, Lisboa, Disponível em www.ine.pt

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2007), *Anuário Estatístico de Portugal 2006*, INE, I.P, Lisboa. Disponível em www.ine.pt

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2008), *Anuário Estatístico da Região Lisboa 2007*, INE, I.P., Lisboa, Disponível em www.ine.pt

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2008), *Contas Regionais – 2005*, INE, I.P, Lisboa. Disponível em www.ine.pt

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação (MOPTH) e a Auditoria Ambiental do MOPTH.(2003) *Movimentos Pendulares na Área Metropolitana de Lisboa, 1991-2001.*

INSTITUTO NACIONAL DE SAÚDE Doutor Ricardo Jorge (2008) *INFECÇÃO VIH/SIDA, A Situação em Portugal, 31 de Dezembro 2007,* Centro de Vigilância Epidemiológica das Doenças Transmissíveis em colaboração com: Coordenação Nacional Para a Infecção VIH/SIDA, Lisboa, INSA. Disponível em: www.sida.pt/

LAZVRE, Hélène (1987), *Vivre la Relation d'Aide*. Québec, Décarie Editeur.

LOPES, Albino; CAPRICHO, Lina, (2007) Manual de Gestão da Qualidade, 1ª. Edição.

MATEUS, Augusto, Coordenação global, Consórcio liderado pela Augusto Mateus e Associados e que integra CIRIUS, GeoIdeia e CEPREDE (2005) "Competitividade Territorial e Coesão Económica e Social, Vol. I, II e III, " In, *Estudos Temáticos para a Preparação do QREN.* Disponível em: http://www.qren.pt

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA, Gabinete Coordenador de Segurança (2008), *Relatório Anual de Segurança Interna Ano de 2007*. Disponível em: *www*.mai.gov.pt/data/documentos

MINISTÉRIO DA SAÚDE, Direcção Geral da Saúde, (2004), Programa Nacional para a Saúde das pessoas idosas 2004-2010. Disponível em: www.dgsaude.pt

MINISTÉRIO DA SEGURANÇA SOCIAL E DO TRABALHO (2004), *Programa Qualidade do Ministério da Segurança Social e do Trabalho – Um Modelo Integrado de Aplicação da CAF*, Lisboa, Secretaria – Geral do Ministério da Segurança Social e do Trabalho.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL *(2006), Plano Nacional de Acção para a Inclusão 2006-2008*, Lisboa.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E SOLIDARIEDADE SOCIAL (2006)*, CARTA SOCIAL – Rede de Serviços e Equipamentos 2006,* Coordenação do GEP/MTSS. Colaboração: ISS – Instituto de Segurança social (MTSS), SCML – Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, CPL – Casa Pia de Lisboa.

OBSERVATÓRIO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, (2008) *Estudo sobre o Voluntariado*, Lisboa, Janeiro 2008. Disponível em http://oefp.iefp.pt/

OLIVIER, David; EYDOUX, Laurence; SECHET, Raymond (2004) "Les Familles monoparentales en Europe", *Dossiers d'études* n.º 54, Université Rennes.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (1986), *Carta de Ottawa para a Promoção da Saúde*. Ottawa, Canadá.

ORGANIZATION MONDIALE DE LA SANTÉ (2002) *Vieillir en restant actif :cadre d'orientation.* Contribution de l'OMS à la Deuxieme Assemblée Mondiale des Nations Unies sur le Vieillissement, Madrid, 2002. Disponível em: http:// www.who.int/ageing/active_ageing/en/index.html,

PAUL, Constança et all (1998), *Comunidade e Saúde: Satisfação dos Utentes e Voluntariado*, Porto, Edições Apontamento.

PAÚL, Constança; FONSECA, António M. (Coord.) (2005), *Envelhecer em Portugal – Psicologia, Saúde e Prestação de Cuidados*, Lisboa, Clim e Psi Editores.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS (2008), *Plano Nacional de Acção Ambiente e Saúde,* Resolução do Conselho de Ministros n.º 91/2008, *Diário da República, 1.ª série — N.º 107 — 4 de Junho de 2008.*

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS, *Plano Nacional de Emprego 2005-2008, Estratégia Nacional de Envelhecimento Activo*, Documento de trabalho. Acedido em: www.planotecnologico.pt

QUARESMA, Maria de Lourdes (1993), *Cuidados Familiares às Pessoas muito Idosas: Portugal*, Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e do Trabalho.

REAPN (2007), *1.º Relatório do Observatório de Luta Contra a Pobreza na cidade de Lisboa*, REAPN.

RODRIGO, J. Palácios (Coords.). *Família e Desarrollo Humano*. Madrid, Alianza Editorial.

ROMÃO, Ana; PEREIRA, Andreia; GUERRA, Isabel (Consultoria) (2007), *Estudo Prospectivo sobre a adequação das respostas da SCML, às necessidades dos Cuidadores Informais de Idosos*, Lisboa. Relatório de pesquisa desenvolvido pelo CET-ISCTE para a SCML.

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA (2005), *Carta Social - Carta de Equipamentos Sociais em Lisboa*, Vol 1, 2 e 3, SCML.

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA (2008), *ANÁLISE DOS AMBIENTES 2008 – Ambiente Externo/ Ambiente Interno,* Lisboa, Gabinete de Prospectiva e Planeamento.

SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS (2002), R*elatório Estatístico 2001,* Lisboa, SEF.

SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS (2003), R*elatório Estatístico 2002,* Lisboa, SEF.

SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS (2006), R*elatório Estatístico 2005,* Lisboa, SEF.

SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS (2007), R*elatório de Actividades 2006 - Imigração, Fronteiras e Asilo,* Lisboa, SEF.

SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS (2008), R*elatório de Actividades 2007 - Imigração, Fronteiras e Asilo,* Lisboa, SEF.

SHIEFFER, Ulrich, BAL-DOBEL, Lucinia, BATISTA, António, DOBEL, Reinald, NOGUEIRA, João e TEIXEIRA, Paulo, (2006), MAPA - *Manual de Planeamento e Avaliação de Projectos*, 1ª edição, São João do Estoril, Principia.

SHORTER, Edward, *A Formação da Família Moderna*, Ed. Terramar, Lisboa.

SILVA, Natalina (2008), "Factores de Pobreza e Exclusão Social – Categorias sociais Vulneráveis", *Revista Pretextos N.º 29,* Março de 2008, p. 5-8.

SOUSA, Liliana, HESPANA, Pedro, RODRIGUES, Sofia e Grilo, PATRICIA, *Famílias Pobres : Desafios à Intervenção Social* , Chimepsi Editores.

UNICEF (2007*) La pauvreté des enfants en perspective:Vue d'ensemble du bien-être des enfants dans les pays riches*, Bilan Innocenti *7,* Centre de recherche Innocenti de l'UNICEF, Florence.

VALA, J. (1993). "Representações Sociais – Para uma Psicologia do Pensamento Social". In J. Vala e M. B. Monteiro (Coord.), *Psicologia Social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

VELOSO, Esmeraldina (2004) *Políticas e contextos educativos para os idosos: um estudo sociológico numa Universidade da terceira Idade em Portugal,* Universidade do Minho. Disponível em: http://repositorium.sdum.uminho.pt/

WALL, Karin (2003), "Famílias monoparentais*" Revista Sociologia Problemas e Práticas,* n.º 43, CIES/ISCTE, Lisboa.

Sitios consultados

- http://www.cm-lisboa.pt
- http://www.seg-social.pt
- http//www.scml.pt
- http://www.ine.pt
- http://www.qualar.org
- http://www.redecidadessaudaveis.com/pt/
- http://www.who.int
- http:// www.dgsaude.pt
- http://www.gepe.min-edu.pt
- http://www.mai.gov.pt/
- http://www.gepe.min-edu.pt
- http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/
- http://ec.europa.eu/
- http://www.eurochild.org/
- http://www.unicef.org/br
- http://www.iefp.pt
- http://www.sef.pt
- http://www.acidi.gov.pt

ANEXOS

Workshops - Participantes

"ENVELHECIMENTO ACTIVO" – WORKSHOP 1

Dinamizador: Dra. Lurdes Quaresma

Data: 23 de Junho de 2008

NOME	ENTIDADE
Helena Sousa Fonseca	CML – Dep. de Acção Social – Divisão de Estudos e Planeamento *
Luís Nunes	CML – Dep. de Acção Social – Divisão de Estudos e Planeamento *
Paulo Santos	CML – Departamento de Planeamento Estratégico**
Dina Teresa Moreira	CML – Departamento de Acção Social
Luísa Desmet	SCML – Direcção Acção Social – Gabinete Apoio Técnico
Fernanda Belo	SCML – Gabinete de Prospectiva e Planeamento*
Maria Irene Lopes Bugalho de Carvalho	Universidade Lusófona – Serviço Social
Maria de Jesus Lopes	CDL – Centro Distrital de Lisboa
Ana Maria Fernandes	CDL – Centro Distrital de Lisboa
Alda Teixeira Gonçalves	ISS, IP – Instituto de Segurança Social
Maria Alice dos Santos Nunes	ISS, IP – Centro Distrital de Lisboa*
Maria Luísa Tavares Bugalho	ISS, IP – Instituto de Segurança Social
Michelle Ventura Lopes	Provedoria da Justiça – Linha do Cidadão Idoso
Ana Lynle Amaral	INATEL
Beatriz Borges	Rede Social de Lisboa (CML)** ***
Inês Guerreiro	Rede Nacional de Cuidados Continuados
Maria Margarida Espanha	Faculdade Motricidade Humana
Maria Inês Gomes	Universidade Nova – CESNOVA
Ana Fernandes	Universidade Nova – CESNOVA
Luís Natal Marques	GEBALIS, EM – Gestão de Bairros Municipais de Lisboa

* Elemento do Grupo de Trabalho do Diagnóstico Social de Lisboa.
** Colaborador do Grupo de Trabalho do Diagnóstico Social de Lisboa.
*** Grupo Técnico de Apoio ao CLAS – Lx (organização).

"DA VULNERABILIDADE À INCLUSÃO" – WORKSHOP 2

Dinamizador: Dra. Isabel Baptista

Data: 23 de Junho de 2008

NOME	ENTIDADE
Maria Leonor Gonçalves Fecha	Direcção Geral de Reinserção Social
Alda Gonçalves	ISS, IP – Instituto de Segurança Social
Maria Alice Nunes	ISS, IP – Centro Distrital de Lisboa *
Alexandra Menezes	ISS, IP – Instituto de Segurança Social
Madalena Corte Real	IDT – Instituto Droga e Toxicodependência
Luísa Waldherr	APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima
Fernanda Belo	SCML – Gabinete de Prospectiva e Planeamento*
Julieta Martins	SCML
Vera Lúcia Silva	Banco Alimentar Contra a Fome
Beatriz Borges	Rede Social de Lisboa (CML)**
Cláudia Sofia Rodrigues	LPDM – Liga Portuguesa Deficientes Motores
Rosa Gonçalo	CERCI – Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados
Cristina Rodrigues	CERCI – Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados
Maria Eugénia Lé	Direcção Geral de Reinserção Social
Maria Assunção Alves	Direcção Geral de Reinserção Social
Isabel Maria Ribeiro Trindade	ARSLVT – Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo
Ana Teles Dantas	CML – Departamento de Acção Social
Helena Fonseca	CML – Dep. de Acção Social – Divisão de Estudos e Planeamento*
Luís Nunes	CML – Dep. de Acção Social – Divisão de Estudos e Planeamento*
António Batista	Consultor – Rede Social de Lisboa***
Inês Fontinha	Associação "O Ninho"

* Elemento do Grupo de Trabalho do Diagnóstico Social de Lisboa.

** Grupo Técnico de Apoio ao CLAS – Lx (organização).

*** Consultor da Rede Social de Lisboa.

"EMPREENDEDORISMO SOCIAL" – WORKSHOP 3

Dinamizador: Dr. Luís Moreno

Data: 25 de Junho de 2008

NOME	ENTIDADE
Ana Cordovil	ANDC (Micro-Crédito)
Ana Maria Campos	ANDC (Micro-Crédito)
Helena de Sousa Fonseca	CML – Dep. de Acção Social – Divisão de Estudos e Planeamento*
Paulo Santos	CML – Departamento de Planeamento Estratégico**
Olga Faria	CML***
Adilia Biscaia	ISS, IP – Instituto de Segurança Social
Ana Rita Monteiro	ISS, IP – Instituto de Segurança Social
Maria Alice dos Santos Nunes	ISS, IP – Centro Distrital de Lisboa *
Maria Leonor Dias	ISS, IP – Instituto de Segurança Social
Maria Teresa Nepomuceno	ISS, IP – Instituto de Segurança Social
José Luís Castro	ISS, IP – Instituto de Segurança Social
Miguel Alves Martins	Beyond
Maria Fernanda Maia	DRELVT – Direcção Regional Educação de Lisboa e Vale do Tejo
Fernanda Belo	SCML – Gabinete de Prospectiva e Planeamento*
Felismina Antunes	SCML
Cristina Simões	SCML / K'Cidade
Susana Ferreira	SCML / K'Cidade
Maria Emília Gomes	K'Cidade / Fundação Aga Khan
Alexandra Pousada	CENFIM – Centro de Formação Profissional
Miguel Baião dos Santos	IEFP, IP – Instituto do Emprego e Formação Profissional
Ângela Maria Califórnia	Cooptécnica – Gustave Eiffel, Cooperativa de Treino e Formação Técnico Profissional
Patrícia Oliveira	Cooptécnica – Gustave Eiffel, Cooperativa de Treino e Formação Técnico Profissional
António Pedro Soares	CPL, IP
Miguel Oliveira	APME – Associação Portuguesa de Mulheres Empresárias
Maria da Graça Hidalgo	APEDV – Ass. Promotora de Emprego Deficientes Visuais
Carminda Pereira	APEDV – Ass. Promotora de Emprego Deficientes Visuais
Célia Fernandes	OED
Emília Mesquita	OED
José Ferreira	INTEC – Instituto Tecnologia Comportamental

* Elemento do Grupo de Trabalho do Diagnóstico Social de Lisboa.
** Colaborador do Grupo de Trabalho do Diagnóstico Social de Lisboa.
*** CML / GT de Apoio ao CLAS-Lx.

"CRESCER COM OPORTUNIDADES" – WORKSHOP 4

Dinamizador: Dr. Pedro Cunha (Fundação Aga Khan)

Data: 25 de Junho de 2008

NOME	ENTIDADE
Benedita Santos Castro	Bola de Neve – Ass. para o Estudo e Terapêutica do Insucesso Escolar de Lisboa
Francesco Ervas	Centro Social Paroquial de S. Maximiliano Kolbe
Isabel Trindade	ARSLVT – Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo
Luís Nunes	CML – Dep. de Acção Social – Divisão de Estudos e Planeamento*
Helena de Sousa Fonseca	CML – Dep. de Acção Social – Divisão de Estudos e Planeamento*
Ana Paula Dias Leal	CML – Departamento de Educação e Juventude
Olga Faria	CML**
Pedro Peres	CML – Departamento de Desporto
José Luís Castro	ISS, IP – Instituto de Segurança Social
Maria Alice dos Santos Nunes	ISS, IP – Centro Distrital de Lisboa *
Sara Teixeira	CNPCJR – Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco
Clara Castilho	Centro Doutor João Santos - Casa da Praia
Ana Maria Barbosa	SCML
Sofia Marques	SCML – Aldeia Sta. Isabel
Fernanda Belo	SCML – Gabinete de Prospectiva e Planeamento*
Margarida Median Martins	Associação Mulheres Contra a Violência
Maria Shearman de Macedo	Associação Mulheres Contra a Violência
Armando Leandro	CNPCJR – Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco
Ana O'Connor Shirley	Ajuda de Mãe

* Elemento do Grupo de Trabalho do Diagnóstico Social de Lisboa.

** CML/ Grupo Técnico de Apoio ao CLAS-Lx.

"DIVERSIDADE CULTURAL" – WORKSHOP 5

Dinamizador: Dr. Luís Pascoal

Data: 30 de Junho de 2008

NOME	ENTIDADE
Isabel Trindade	ARSLVT – Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo
José Luís Castro	ISS, IP – Instituto de Segurança Social
Maria Alice dos Santos Nunes	ISS, IP – Centro Distrital de Lisboa *
Beatriz Borges	Rede Social de Lisboa (CML)**
Maria Aurora Dantier	COMETLIS – 1ª Divisão – Polícia de Segurança Pública
Fernanda Belo	SCML – Gabinete de Prospectiva e Planeamento*
José Cunha	SCML – Programa de Promoção Social dos Ciganos
Esmeralda Saragoça	SCML – Direcção de Acção Social - Norte
Paulo Santos	CML – Departamento de Planeamento Estratégico***
Carla Silva Sancho	CML – Departamento de Acção Social
Alina Esteves	Faculdade de Letras de Lisboa – Centro Estudos Geográficos
Eupremio Scarpo	Fundação Aga Khan, K'Cidade
Mónica Azevedo	Fundação Aga Khan, K'Cidade
Bruno Neto	OIKOS – Cooperação e Desenvolvimento / Pobreza Zero
Manuela Ferreira	Universidade Aberta – CEMRI
Isabel Sales	Conselho Português para os Refugiados
Teresa Tribo Morais	CPR – Conselho Português para os Refugiados
José Manuel Martins	ACIDI – Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural

* Elemento do Grupo de Trabalho do Diagnóstico Social de Lisboa.
** Grupo Técnico de Apoio ao CLAS-Lx (organização).
*** Colaborador do Grupo de Trabalho do Diagnóstico Social de Lisboa.

"CIDADE SAUDÁVEL" – WORKSHOP 6

Dinamizador: Dr. Constantino Sakellarides

Data: 30 de Junho de 2008

NOME	ENTIDADE
Fernanda Belo	SCML – Gabinete de Prospectiva e Planeamento*
Beatriz Borges	Rede Social de Lisboa (CML)**
Maria Alice dos Santos Nunes	ISS, IP – Centro Distrital de Lisboa *
Paulo Santos	CML – Departamento de Planeamento Estratégico***
Helena de Sousa Fonseca	CML – Dep. de Acção Social – Divisão de Estudos e Planeamento*
Frederico Paixão	CML – Dep. de Acção Social – Divisão de Estudos e Planeamento*
Bárbara Backstrom	Universidade Aberta
Ricardo Mexia	Ordem dos Médicos
Maria Antónia Brandão	Centro Hospitalar Psiquiátrico Lisboa
Rita Sousa	Hospital da Luz
Paula Domingos	Coordenação Nacional Saúde Mental
Mirieme Ferreira	Rede Portuguesa Cidades Saudáveis
Ângela Monteiro	Centro Hospitalar – Pólo Lisboa – Pólo Miguel Bombarda
Marta Sequeira	Centro Hospitalar – Pólo Lisboa – Pólo Miguel Bombarda
Paula Cristina Duarte	Centro Hospitalar – Pólo Lisboa – Pólo Miguel Bombarda
Olga Correia	Centro Hospitalar – Pólo Lisboa – Pólo Miguel Bombarda
Sofia Paiva	Centro Hospitalar – Pólo Lisboa – Pólo Miguel Bombarda
Tatiana Gonçalves Penedo	Centro Hospitalar – Pólo Lisboa – Pólo Júlio de Matos
Líla Figueiredo	Centro Hospitalar – Pólo Lisboa – Pólo Miguel Bombarda
António Batista	Consultor – Rede Social de Lisboa****
José Caldas de Almeida	Coordenação Nacional Saúde Mental

* Elemento do Grupo de Trabalho do Diagnóstico Social de Lisboa.
** Grupo Técnico de Apoio ao CLAS-Lx (organização).
*** Colaborador do Grupo de Trabalho do Diagnóstico Social de Lisboa.
**** Consultor da Rede Social de Lisboa.

"QUALIDADE DOS SERVIÇOS SOCIAIS" – WORKSHOP 7

Dinamizador: Dra. Cristina Frazão

Data: 03 de Julho de 2008

NOME	ENTIDADE
Fernanda Belo	SCML – Gabinete de Prospectiva e Planeamento*
Ana Maria Barbosa	SCML
Luís Jerónimo	SCML
José Luís Castro	ISS, IP – Instituto de Segurança Social
Maria Alice dos Santos Nunes	ISS, IP – Centro Distrital de Lisboa *
Maria Clara Guterres	ISS, IP – Instituto de Segurança Social
Alexandra Menezes	ISS, IP – Instituto de Segurança Social
Helena de Sousa Fonseca	CML – Dep. de Acção Social – Divisão de Estudos e Planeamento*
Paulo Santos	CML – Departamento de Planeamento Estratégico**
Teresa Craveiro	CML – Departamento de Acção Social
Beatriz Borges	Rede Social de Lisboa (CML)** *
Ana Moreno	Câmara Municipal da Amadora
Isabel Plácido	LNEC, IP – Núcleo de Arquitectura e Urbanismo
André Cruz	LNEC, IP – Núcleo de Arquitectura e Urbanismo
Fernanda Carvalho	LNEC, IP – Núcleo de Arquitectura e Urbanismo
António Pedro	CPL, IP – Casa Pia de Lisboa
João António Rebordão Pires	Associação de Assistência Social Evangélica
Dias Costa	Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Lisboa
Ana Sofia Gomes	Associação Portuguesa de Familiares e Amigos de Doentes de Alzheimer – Portugal
Susana Silva	APCL – Associação de Paralisia Cerebral de Lisboa
Carla Gonçalves Pereira	SINASE – Recursos Humanos, Estudos e Desenvolvimento de Empresas, Lda.
Cristina Melo Frazão	CEQUAL – Direcção dos Serviços de Qualidade e Acreditação
António Batista	Consultor – Rede Social de Lisboa****

* Elemento do Grupo de Trabalho do Diagnóstico Social de Lisboa.
** Colaborador do Grupo de Trabalho do Diagnóstico Social de Lisboa.
*** Grupo Técnico de Apoio ao CLAS-Lx (organização).
**** Consultor da Rede Social de Lisboa.

REDE SOCIAL

DIAGNÓSTICO SOCIAL



Lisboa

Informação Complementar

SEGURANÇA SOCIAL

Câmara Municipal de Lisboa

SANTA CASA
Misericórdia de Lisboa. Por boas causas.

Informação Complementar

Setembro 2009

Equipa Técnica

Fernanda Belo
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa/Gabinete de Estudos e Planeamento

Maria Alice Nunes
ISS, IP - Centro Distrital de Lisboa/Núcleo de Planeamento e Gestão da Informação

Helena de Sousa Fonseca
Luís Nunes
Frederico Paixão
Câmara Municipal de Lisboa/DAS - Divisão de Estudos e Planeamento

Apoio Técnico

António Batista
Consultor da Rede Social

Colaboradores

Paulo Santos
Ana Lúcia Antunes
Câmara Municipal de Lisboa/Departamento de Planeamento Estratégico

Índice

Nota Introdutória ……..…..5

1 - Áreas Temáticas

1.1. Cidade Saudável ……8

1.2. Crescer com Oportunidades……17

1.3. Da Vulnerabilidade à Inclusão……..39

1.4. Diversidade Cultural……...…83

1.5. Envelhecimento Activo……...98

1.6. Qualidade dos Serviços……..126

2 - Cartas Municipais de Equipamentos de Ensino e de Saúde……..…..129

Nota Introdutória

A Informação Complementar do Diagnóstico Social resulta do levantamento inicial de dados e informação estatística, referente às 6 áreas temáticas que foram consideradas no mesmo.

Com esta informação pretende-se complementar alguns dos conteúdos do relatório, aprofundando certos aspectos ao nível dos indicadores, de caracterização das temáticas, que no entanto não haviam sido disponibilizados no Referencial Estatístico. Na área da Vulnerabilidade Social foi possível apresentar, dados por freguesia e por zona territorial da Rede Social de Lisboa relativamente às medidas de protecção social.

Foram igualmente incluídos, alguns indicadores, que foi possível entretanto apurar, ao nível dos concelhos da região de Lisboa, uma vez que se revestem de um significado relevante para o conhecimento de uma cidade capital, centro de uma área metropolitana com características próprias e que interage a vários níveis com toda a dinâmica da cidade.

Para além da informação agora seleccionada, salienta-se a importância do processo de cruzamento e de análise multivariada desses dados que num futuro breve deverá representar uma orientação estratégica essencial ao conhecimento da realidade social de Lisboa.

1 - Áreas Temáticas

1.1. Cidade Saudável

No âmbito das várias temáticas da Informação Complementar, a informação que se apresenta não é exaustiva e salvaguarda a existência de outro tipo de respostas e recursos.

As cidades têm ao dispor dos cidadãos recursos e potencialidades. De acordo com informação disponível no Departamento de Ambiente e Espaços Verdes da Câmara Municipal de Lisboa, em Março de 2009 existiam na cidade os seguintes espaços de utilização pública, alguns com espaços verdes.

Quadro n.º 1 – Espaços de Utilização Pública

Designação	N.º
Espaço Monsanto	1
Parques infantis	58
Parques recreativos	3
Vias cicláveis	2
Desporto	5
Parques de desporto aventura	4
Parque de campismo	1

Fonte: CML/DAEV.

O Espaço Monsanto constitui um espaço de educação ambiental localizado no Parque Florestal de Monsanto[1]. É o maior parque verde, situado na parte ocidental da cidade de Lisboa, contribuindo para a valorização da qualidade de vida, tanto dos residentes como daqueles que nela trabalham, estudam ou que simplesmente a visitam.

O seu valor paisagístico e ambiental inclui uma componente de educação e sensibilização ambiental, bem como de lazer e recreio. É um espaço com vastas áreas de mata diversificada, que contempla uma rede de trilhos, vias pedestres e vias cicláveis, assim como equipamentos recreativos e desportivos, tendo o Espaço Monsanto como centro de acolhimento para estas actividades.

Estes recursos proporcionam a realização de um conjunto de actividades que visam ocupar o tempo livre de crianças, jovens, adultos e idosos, através da prática de

[1] O Parque Florestal de Monsanto fica situado no extremo ocidental de Lisboa.

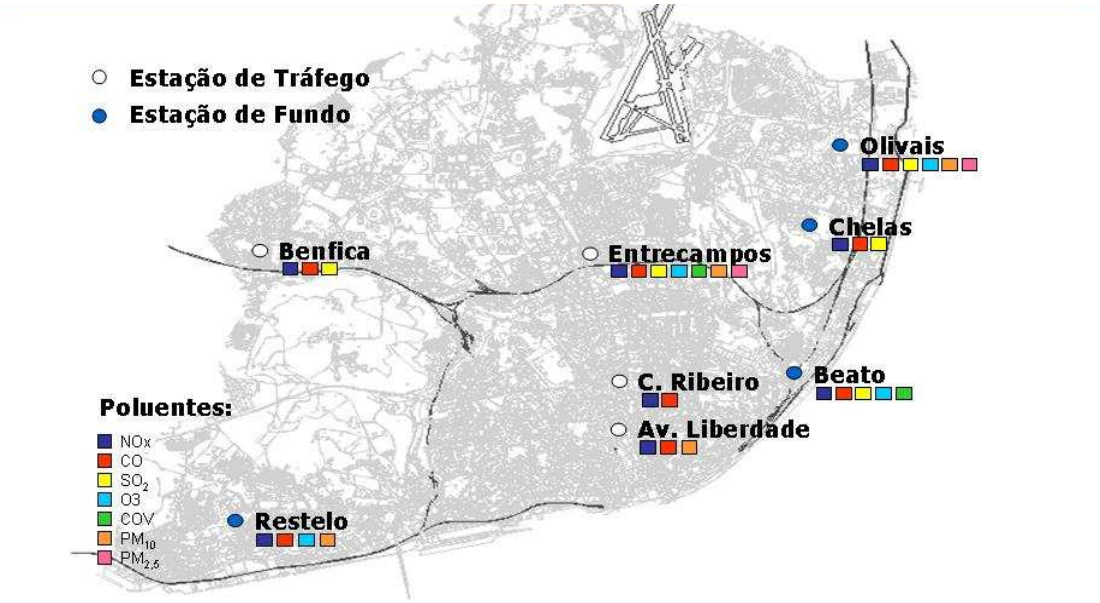
actividades em harmonia com a natureza. Pretendem contribuir para a promoção da saúde e melhoria da qualidade de vida em contexto urbano, encorajando o contacto com a natureza, com vista à sua apropriação, respeito e valorização.

Pelas suas características o Parque Florestal de Monsanto constitui uma área com valor ecológico intrínseco, revelando-se como um espaço importante de lazer, um verdadeiro museu ecológico vivo, susceptível de sensibilizar para as questões de natureza ambiental, exploradas através de um programa consistente e regular de oferta educativa e de sensibilização ambiental.

Trata-se da maior área verde da cidade, que em muito contribui para as questões ambientais, principalmente as relacionadas com a qualidade do ar que é avaliada na cidade de Lisboa através da Rede de Medição da Qualidade do Ar (competência da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo).

Na Cidade de Lisboa a Rede de medição da qualidade do ar é composta por sete estações, as quais avaliam, de modo contínuo, diversos poluentes.

Mapa n.º 1 – Estações de Medição da Qualidade do ar na cidade de Lisboa



In CML/DAEV Junho 2008.

A avaliação efectuada pela rede de medição da qualidade do ar (Mapa n.º 1) é complementada com campanhas sazonais, com recurso a amostradores passivos, abrangendo o período de Verão e Inverno, normalmente com duração de 15 dias.

Os inventários de emissões atmosféricas são instrumentos que permitem analisar a quantidade, natureza e localização das emissões que ocorrem numa determinada área durante um período de tempo. Os resultados dos inventários colocam em evidência os sectores de actividade e os locais responsáveis pelas maiores emissões poluentes para a atmosfera e avaliam a sua contribuição respectiva para a qualidade do ar. Compreendem estimativas para um número alargado de poluentes, responsáveis por efeitos negativos na saúde humana (SOx, NO2, CO, partículas, e metais pesados) e na vegetação (SOx NOx), por processos de acidificação (SOx, NOx e NH3) e eutrofização (NOx e NH3) e ainda para os precursores de ozono (NOx, COVNM, CO e CH4) e partículas secundárias (NOx, SOx, NH3) e também para substâncias carcinogénicas como o benzeno.

O sector dos transportes é a principal fonte de óxidos de azoto no concelho de Lisboa. As emissões do sector Doméstico e Serviços representam uma percentagem muito reduzida do total de emissões deste poluente.

A principal fonte de poluição da cidade de Lisboa é o tráfego automóvel. Altera não só a qualidade do ar como é uma das principais fontes de ruído.

O ruído é um dos principais factores que afectam o ambiente urbano, contribuindo de um modo particular para a degradação da qualidade de vida dos cidadãos.

Em Lisboa, as áreas próximas de discotecas e estabelecimentos de diversão nocturna são as mais afectadas, bem como a área circundante ao aeroporto e as zonas com maior tráfego automóvel, em especial de veículos pesados.

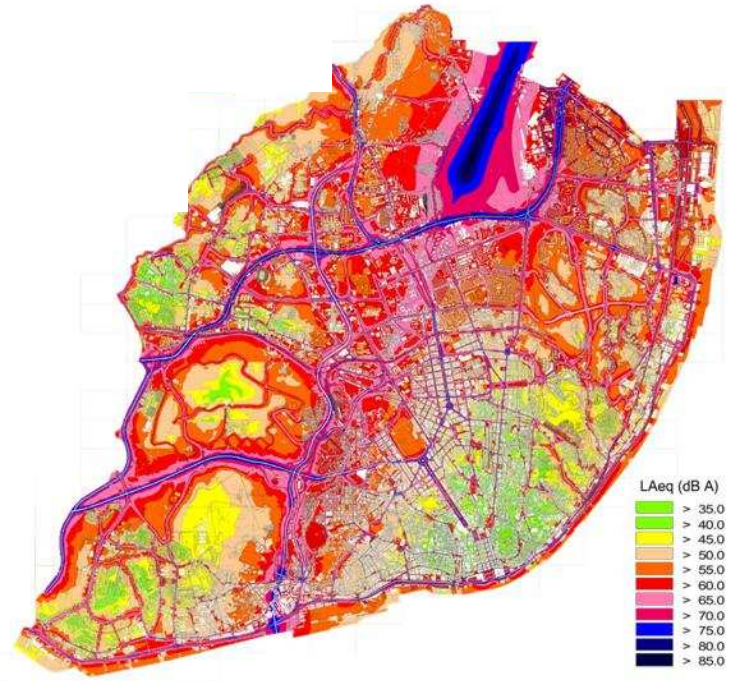
Os Mapas de Ruído são representações visuais da distribuição espacial dos índices de ruído ambiente, constituindo-se como meios de diagnóstico e reveladores, em detalhe, das emissões sonoras, da influência das diferentes fontes e da exposição das populações ao ruído ambiente.

O Mapa de Ruído da Cidade de Lisboa afigura-se como uma ferramenta essencial ao ordenamento do território e ao planeamento urbano, permitindo que os índices de ruído ambiental sejam integrados conjuntamente com todos os outros indicadores

ambientais, por forma a um crescimento sustentável, que vise garantir a qualidade do ambiente sonoro nas habitações, locais de trabalho e de lazer[2].

Os Mapas n.º 2 e n.º 3 ilustram os períodos de referência para as fontes sonoras mais relevantes:

Mapa n.º 2 – Mapa de Ruído Global Diurno de Lisboa

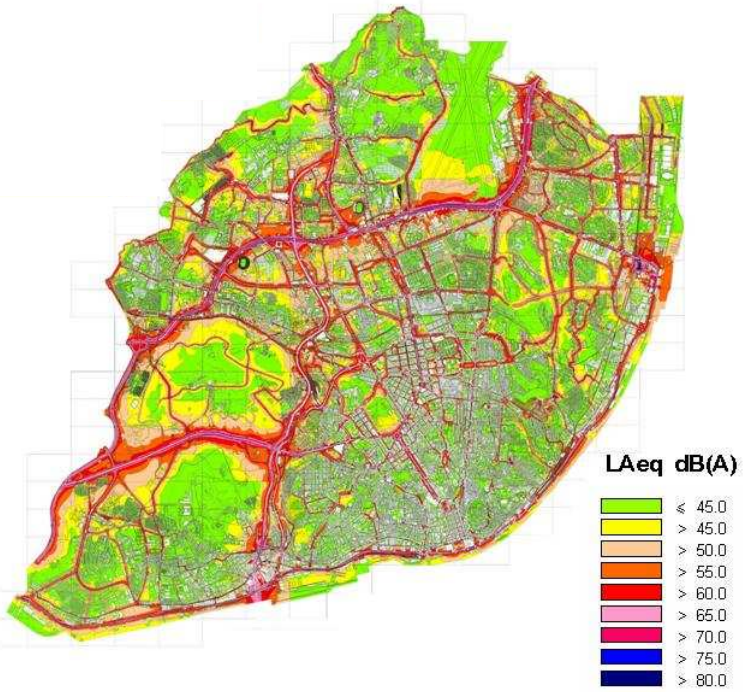


LAeq -Nível Sonoro Contínuo Equivalente.

In CML/DAEV Junho 2008.

[2] http://lisboaverde.cm-lisboa.pt/

Mapa n.º 3 – Mapa de Ruído Global Nocturno de Lisboa



LAeq -Nível Sonoro Contínuo Equivalente.

In CML/DAEV Junho 2008.

As questões da qualidade do ar e do ruído, como muitas outras, integram um conjunto de temáticas que contribuem directamente para a educação não formal, direccionada para uma adopção progressiva de comportamentos conducentes a um maior bem-estar e estilos de vida mais saudáveis.

Neste âmbito, o projecto *Crescer na Segurança* destinado a crianças dos 5 aos 10 anos tem como objectivo a aprendizagem e a identificação dos riscos do dia-a-dia e das regras preventivas de maior segurança, ajustadas a cada situação.

O *Cantinho da Nutrição* visa prevenir / corrigir eventuais erros alimentares e destina-se à população em geral com particular incidência nos idosos. O atendimento é efectuado por um nutricionista / dietista que através de rastreios, procura avaliar os factores de saúde (peso, altura, índice de massa corporal, tensão arterial) e hábitos alimentares incentivando a estilos de vida mais saudáveis.

O projecto *Vamos Todos ao Mercado* destinado aos alunos dos 3.º e 4.º anos do 1.º ciclo de escolaridade da cidade de Lisboa pretende dar a conhecer os Mercados Municipais e o papel preponderante destas estruturas de comércio tradicional no abastecimento de produtos alimentares à cidade, dando a conhecer os alimentos, as suas características e propriedades e as condições a que se deve dar atenção nos momentos da sua compra e do seu consumo. Sensibiliza as crianças para a adopção diária de hábitos alimentares saudáveis e adequados.

A *Quinta Pedagógica dos Olivais* constitui um espaço que permite a vivência de experiências essenciais ao desenvolvimento humano, tanto pelo contacto directo com uma envolvente de ruralidade que contrasta com o ritmo característico das cidades como pela possibilidade de participação em actividades promotoras de saúde.

Outra das questões essenciais à vivência de uma cidade saudável, diz respeito aos comportamentos dos cidadãos relativamente à separação, recolha e tratamento dos resíduos urbanos. Progressivamente as cidades têm vindo a adoptar medidas e programas incentivadores de práticas diárias mais assertivas sobre esta matéria.

A separação dos diferentes materiais nomeadamente em ambiente doméstico, industrial entre outros constitui já uma rotina generalizada nas atitudes dos cidadãos.

Em 1987, a cidade de Lisboa iniciou a recolha selectiva de materiais recicláveis e em 1995 a recolha selectiva de papel.

O sistema de recolha porta a porta tem vindo a crescer progressivamente tendo registado em Dezembro de 2008 um total de 47.700 fogos e 4.300 entidades.

Quadro n.º 2 – Resíduos Recolhidos Recicláveis na Cidade de Lisboa

Anos	Papel e cartão (1)	Vidro (1)	Embalagens (1) e (2)	Pilhas (3)
2008	23.229	12.150	6.262	17
2007	22.812	11.610	5.457	17
2006	20.496	10.478	4.495	15
2005	18.262	9.459	3.512	25
2004	15.296	8.331	2.717	16
2003	12.719	6.999	2.019	16

(1) - Materiais recolhidos selectivamente; na origem do processo de recolha

(2) - Inclui as embalagens de plástico, metais ferrosos e não ferrosos e embalagens de cartão para líquidos alimentares

(3) - Pilhas recolhidas nos ecopontos.

Fonte: CML/DMAU/Departamento de Higiene Urbana e Resíduos Sólidos.

Uma cidade saudável pressupõe a garantia de condições de acessibilidade a todos os cidadãos, considerando as acessibilidades físicas: aos transportes, edifícios de habitação e trabalho, aos equipamentos de utilização pública, tendo em particular atenção as pessoas com mobilidade reduzida ou condicionada.

O conceito de acessibilidade é também utilizado numa acepção geográfica pressupondo a capacidade das populações acederem a um determinado território, tendo em conta as redes de infra-estruturas de transportes e também as redes de telecomunicações, entre outras.

Outra interpretação do conceito de acessibilidade é a que se refere à acessibilidade social, a qual designa a capacidade de uma população usufruir de um bem ou de um serviço tendo em consideração os constrangimentos sociais, culturais e económicos implicados na sua aquisição.

O espaço público tem um papel primordial relativamente às questões da acessibilidade, nomeadamente no acesso aos recursos urbanos contribuindo para uma efectiva concretização dos direitos de cidadania.

"Em todos os espaços e edifícios abertos ao público, não pode existir discriminação. A Acessibilidade é justamente isso – a capacidade que as ruas, praças, jardins e edifícios devem ter de assegurar a todos uma igual oportunidade de uso, sem barreiras. Pelas implicações que tem na segurança, no conforto e na autonomia dos utilizadores, a Acessibilidade é um factor de qualidade. E beneficia todas as pessoas com ou sem deficiência".[3]

Tem-se vindo a verificar uma crescente tomada de consciência ao nível do contributo da acessibilidade para a qualidade de vida, desenvolvimento, sustentabilidade social e económica das cidades.

A legislação tem vindo a incluir progressivamente as questões relativas à acessibilidade, nomeadamente com a publicação do Decreto-Lei nº. 163/2006, o qual veio definir as normas técnicas de acessibilidade a cumprir na via pública, nos edifícios abertos ao público e até nos edifícios residenciais, entre outros.

Na cidade de Lisboa, entidades e organismos têm vindo a zelar pelo cumprimento das exigências mencionadas no referido Decreto-Lei representando a garantia da efectiva concretização de todas as normas nele contidas.

No conjunto da legislação existente, é de salientar a Lei n.º46/2006 a qual classifica como prática discriminatória o impedimento ou a limitação de acesso a edifícios, bens e serviços, proibindo e punindo a discriminação das pessoas com deficiência.

[3] Fonte: Núcleo de Acessibilidade; *Uma Cidade para todas as Pessoas - folheto*; Câmara Municipal de Lisboa, edi. 2009.

1.2. Crescer com Oportunidades

O cenário demográfico para a população europeia é de abrandamento do crescimento da população e consequente redução até 2060. A população jovem será mais reduzida enquanto que a população idosa terá cada vez mais peso no conjunto da população total.

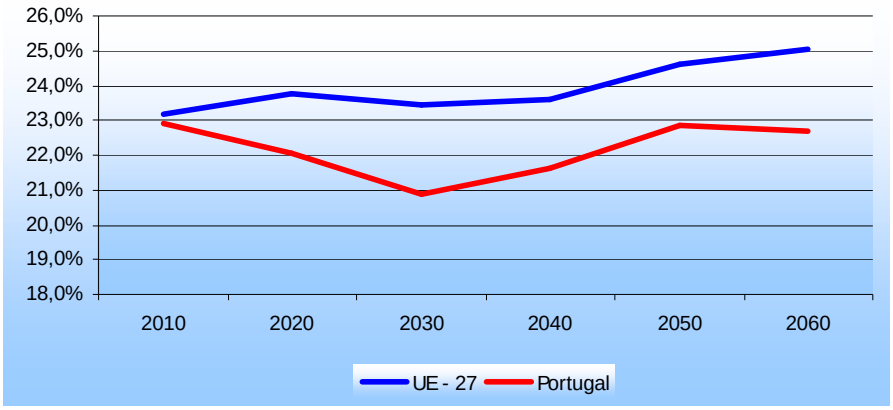
O índice de dependência dos jovens era de 23,27 em 2008 para a UE-27, e as projecções apontam um índice de 25,05 para o ano de 2060. As projecções para Portugal indicam um índice de dependência dos jovens de 22,71 para o ano de 2060, valor menor que o previsto para a UE-27.

Quadro n.º 3 - Projecção para o Índice de Dependência dos Jovens até 2060 na União Europeia

Anos	UE - 27	Portugal
2008	23,27	22,81
2010	23,17	22,89
2020	23,77	22,07
2030	23,46	20,89
2040	23,59	21,61
2050	24,59	22,86
2060	25,05	22,71

Fonte: Eurostat,statistics in focus, 72/2008.

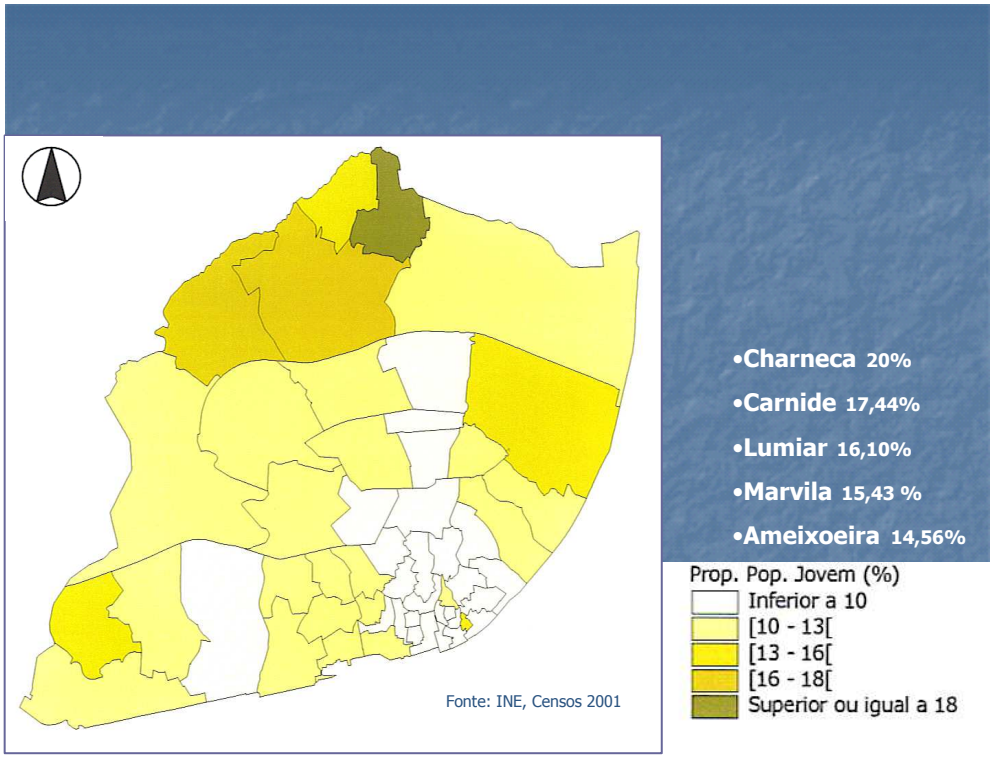
Gráfico n.º 1 - Projecção da População - Índice de Dependência dos Jovens



Fonte : Eurostat , Statistics in focus - 72/2008.

Na cidade de Lisboa, em 2001, o índice de dependência dos jovens era de 17,92. As freguesias de Lisboa que em 2001 apresentavam percentagens mais elevadas de população residente com menos de 15 anos, de acordo com os Censos de 2001, eram, por ordem decrescente, Charneca, Carnide, Lumiar, Marvila e Ameixoeira.

Mapa n.º 4 – Proporção da População Jovem



As menores percentagens de população jovem residente encontravam-se nas freguesias de Madalena, Santa Justa, Sé e Santiago, onde o grupo etário dos menores de 15 anos não ultrapassava os 8% da população residente.

Em relação ao contributo da população com menos de 15 anos para o total da população da cidade nesta faixa etária, verificava-se que as freguesias que mais contribuíam eram, Lumiar com 9,26% da população residente em Lisboa com menos de 15 anos, Marvila com 9,12% e Santa Maria dos Olivais com 8,28%.

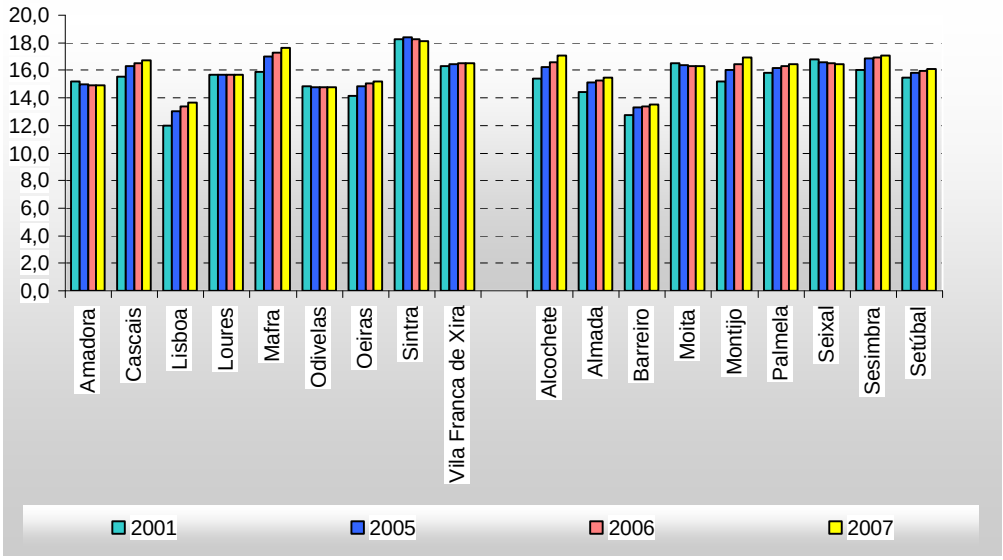
As freguesias com mais população em 2001, eram as de Santa Maria dos Olivais com 46 410 residentes e a de Benfica com 41 368. No entanto, as que apresentavam taxas mais elevadas de população jovem na sua estrutura etária eram as freguesias do Lumiar e de Marvila. Refere-se também a existência em 2001 de oito freguesias na cidade com menos de 100 residentes menores de 15 anos.

Quadro n.º 4 - População Residente dos 0 aos 14 anos por Freguesia em 2001

Freguesias	População residente	População residente dos 0 aos14 anos		Representatividade da pop. dos 0 aos 14 anos da freguesia na pop.da cidade nesta faixa etária %
	N.º	N.º	%	
Charneca	10509	2144	20.40	3.27
Carnide	18989	3312	17.44	5.05
Lumiar	37693	6069	16.10	9.26
Marvila	38767	5981	15.43	9.12
Ameixoeira	9644	1404	14.56	2.14
São Francisco Xavier	8101	1116	13.78	1.70
São Miguel	1777	232	13.06	0.35
Alto do Pina	10253	1265	12.34	1.93
Lapa	8670	1025	11.82	1.56
Santa Maria dos Olivais	46410	5425	11.69	8.28
Santa Maria de Belém	9756	1140	11.69	1.74
Prazeres	8492	948	11.16	1.45
Ajuda	17958	1984	11.05	3.03
Campolide	15927	1747	10.97	2.67
Campo Grande	11148	1220	10.94	1.86
São Domingos de Benfica	33678	3673	10.91	5.60
Mercês	5093	554	10.88	0.85
Santos-o-Velho	4013	436	10.86	0.67
São Mamede	6004	645	10.74	0.98
Socorro	2675	286	10.69	0.44
Santo Condestável	17553	1870	10.65	2.85
São Paulo	3521	372	10.57	0.57
Benfica	41368	4320	10.44	6.59
Beato	14241	1482	10.41	2.26
Santa Isabel	7270	744	10.23	1.14
São João	17073	1730	10.13	2.64
Nossa Senhora de Fátima	15291	1548	10.12	2.36
São Sebastião da Pedreira	5871	586	9.98	0.89
Santa Catarina	4081	402	9.85	0.61
Anjos	9738	959	9.85	1.46
Encarnação	3182	312	9.81	0.48
São Vicente de Fora	4267	414	9.70	0.63
Mártires	341	33	9.68	0.05
São João de Deus	10782	1036	9.61	1.58
Castelo	587	56	9.54	0.09
Santo Estêvão	2047	191	9.33	0.29
Pena	6068	559	9.21	0.85
Sacramento	880	81	9.20	0.12
Penha de França	13722	1239	9.03	1.89
Alcântara	14443	1291	8.94	1.97
São José	3278	293	8.94	0.45
São João de Brito	13449	1199	8.92	1.83
Alvalade	9620	856	8.90	1.31
Santa Engrácia	5860	514	8.77	0.78
Graça	6960	597	8.58	0.91
São Cristóvão e São Lourenço	1612	136	8.44	0.21
Coração de Jesus	4319	362	8.38	0.55
São Jorge de Arroios	17404	1446	8.31	2.21
Santiago	857	68	7.93	0.10
Sé	1160	88	7.59	0.13
Santa Justa	700	51	7.29	0.08
Madalena	380	27	7.11	0.04
São Nicolau	1175	80	6.81	0.12
Total do Concelho	564657	65548	11.61	100.00

Fonte: INE, Censos 2001.

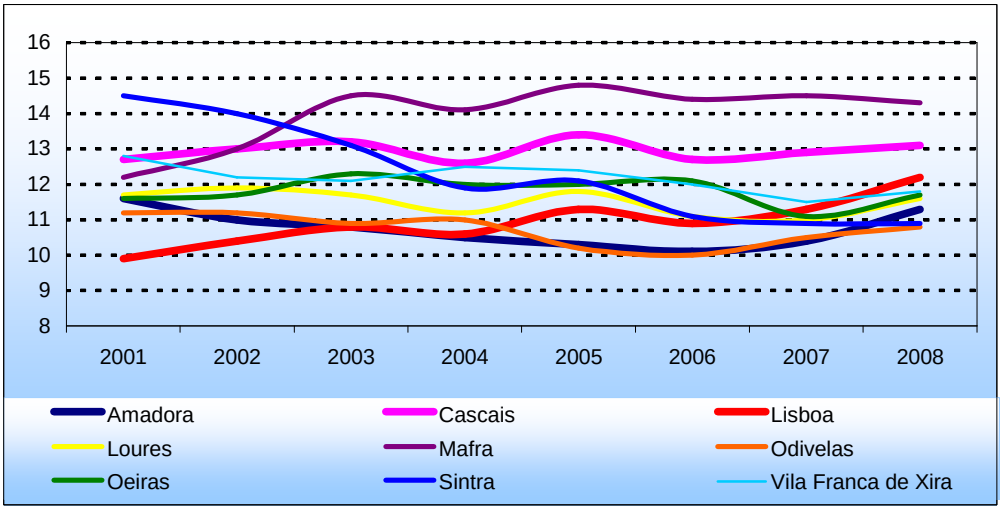
Gráfico n.º 2 - População Residente dos 0 aos 14 anos e Estimativas para os Concelhos da Região de Lisboa de 2005 a 2007



Fonte: INE, Indicadores demográficos; em http://www.ine.pt

De acordo com as estimativas do Instituto Nacional de Estatística para a população residente na Região de Lisboa, são os concelhos de Sintra e Mafra os que apresentam percentagens mais elevadas de população com menos de 15 anos na sua estrutura etária. Inversamente, as taxas mais reduzidas encontram-se nos concelhos do Barreiro e de Lisboa.

Gráfico n.º 3 - Taxa Bruta de Natalidade (‰) na Grande Lisboa



Fonte: INE, Indicadores demográficos; em http://www.ine.pt

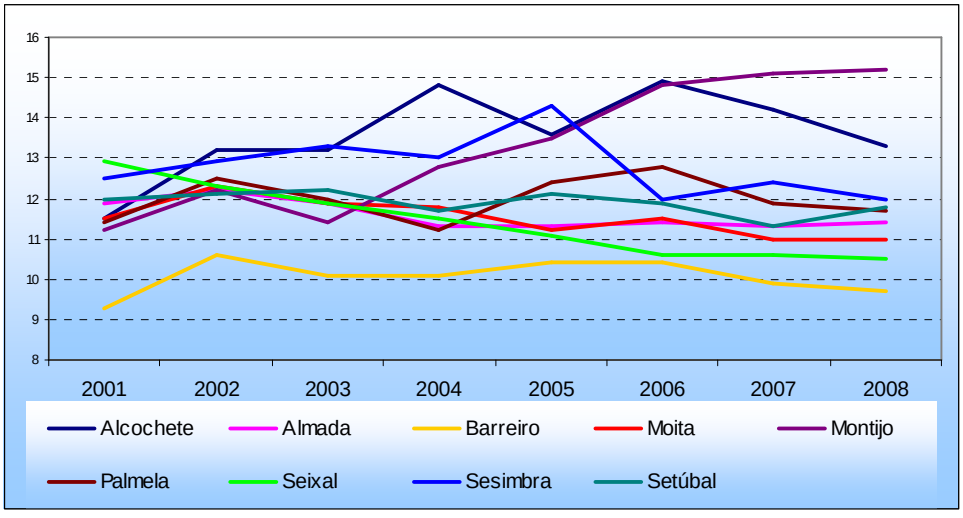
Quadro n.º 5 - Taxa Bruta de Natalidade (‰) por Local de Residência

	Anos							
Local de residência	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
	‰	‰	‰	‰	‰	‰	‰	‰
Grande Lisboa	11,8	11,9	11,9	11,5	11,8	11,3	11,3	11,8
Amadora	11,6	11	10,8	10,5	10,3	10,1	10,4	11,3
Cascais	12,7	13	13,2	12,6	13,4	12,7	12,9	13,1
Lisboa	9,9	10,4	10,8	10,6	11,3	10,9	11,3	12,2
Loures	11,7	11,9	11,7	11,2	11,8	11,1	11	11,6
Mafra	12,2	13	14,5	14,1	14,8	14,4	14,5	14,3
Odivelas	11,2	11,2	10,9	11	10,2	10	10,5	10,8
Oeiras	11,6	11,7	12,3	12	12	12,1	11,1	11,7
Sintra	14,5	14	13,1	11,9	12,1	11,1	10,9	10,9
Vila Franca de Xira	12,8	12,2	12,1	12,5	12,4	12	11,5	11,8
Península de Setúbal	11,8	12,1	11,8	11,6	11,7	11,6	11,3	11,4
Alcochete	11,5	13,2	13,2	14,8	13,6	14,9	14,2	13,3
Almada	11,9	12,2	11,9	11,3	11,3	11,4	11,3	11,4
Barreiro	9,3	10,6	10,1	10,1	10,4	10,4	9,9	9,7
Moita	11,5	12,3	11,9	11,8	11,2	11,5	11	11
Montijo	11,2	12,2	11,4	12,8	13,5	14,8	15,1	15,2
Palmela	11,4	12,5	12	11,2	12,4	12,8	11,9	11,7
Seixal	12,9	12,3	11,9	11,5	11,1	10,6	10,6	10,5
Sesimbra	12,5	12,9	13,3	13	14,3	12	12,4	12
Setúbal	12	12,1	12,2	11,7	12,1	11,9	11,3	11,8

Fonte: INE, Indicadores demográficos; em http://www.ine.pt

As taxas de natalidade mais elevadas na Sub-Região da Grande Lisboa, nos anos em análise, encontram-se nos concelhos de Mafra, Cascais e na Sub-Região da Península de Setúbal nos concelhos de Montijo, Alcochete e Sesimbra. As taxas mais reduzidas pertencem ao concelho do Barreiro na Península de Setúbal e ao da Amadora na Grande Lisboa até ao ano de 2007, verificando-se um aumento em 2008.

Gráfico n.º 4 - Taxa Bruta de Natalidade (‰) na Península de Setúbal



Fonte: INE, Indicadores demográficos; em http://www.ine.pt

Quadro n.º 6 - Taxa de Crescimento Natural por Local de Residência

	Anos			
Local de residência	2001	2005	2006	2007
	%	%	%	%
Grande Lisboa	0,21	0,23	0,22	0,22
Amadora	0,35	0,19	0,23	0,18
Cascais	0,31	0,39	0,34	0,34
Lisboa	-0,46	-0,35	-0,33	-0,32
Loures	0,4	0,38	0,3	0,32
Mafra	0,15	0,56	0,67	0,64
Odivelas	0,39	0,27	0,29	0,37
Oeiras	0,3	0,38	0,42	0,35
Sintra	0,8	0,61	0,55	0,53
Vila Franca de Xira	0,54	0,52	0,49	0,48
Península de Setúbal	0,26	0,22	0,25	0,24
Alcochete	-0,02	0,3	0,64	0,44
Almada	0,14	0,04	0,08	0,07
Barreiro	-0,16	-0,09	0	-0,09
Moita	0,31	0,13	0,22	0,24
Montijo	0,01	0,17	0,27	0,34
Palmela	0,21	0,21	0,34	0,26
Seixal	0,67	0,51	0,44	0,47
Sesimbra	0,34	0,54	0,38	0,52
Setúbal	0,24	0,22	0,26	0,19

Fonte: INE, Indicadores Demográficos; em http://www.ine.pt

A taxa de crescimento natural na Península de Setúbal é ligeiramente mais elevada que a verificada na Grande Lisboa. Na Região de Lisboa, os concelhos de Lisboa e do Barreiro registam taxas de crescimento natural negativas desde 2001 e, Mafra e Sintra as taxas mais elevadas de crescimento natural em 2007. Na Península de Setúbal os concelhos de Sesimbra, Alcochete e Seixal apresentam as taxas de crescimento mais elevadas e Almada a taxa mais reduzida.

A taxa de crescimento efectivo da população residente (Quadro n.º 7) nas Sub-Regiões da Região de Lisboa, Grande Lisboa e Península de Setúbal é positiva, mas decrescente, de 2001 a 2007. O crescimento efectivo na Península de Setúbal assinala uma taxa relativamente mais elevada que a da Grande Lisboa.

Na Grande Lisboa, nos anos em análise, encontram-se três concelhos com valores negativos (Lisboa, Amadora e Loures). A taxa de crescimento efectivo mais elevado pertence ao concelho de Mafra. Os restantes concelhos apresentam valores positivos mas decrescentes.

Quadro n.º 7 - Taxa de Crescimento Efectivo por Local de Residência

Local de residência	Anos			
	2001	2005	2006	2007
	%	%	%	%
Grande Lisboa	0,74	0,44	0,33	0,3
Amadora	0,06	-0,33	-0,56	-0,63
Cascais	1,59	1,2	0,93	0,9
Lisboa	-1,68	-1,86	-1,95	-1,99
Loures	0,44	-0,22	-0,54	-0,56
Mafra	3,23	3,15	3,42	3,34
Odivelas	1,26	1,69	1,61	1,63
Oeiras	0,97	0,74	0,61	0,46
Sintra	3,4	2,26	2,14	2,08
Vila Franca de Xira	2,12	1,74	1,66	1,57
Península de Setúbal	1,48	1,14	1,11	1,04
Alcochete	3,35	3,32	4,06	3,75
Almada	0,74	0,31	0,15	0,08
Barreiro	-0,46	-0,19	-0,25	-0,42
Moita	0,84	0,62	0,54	0,5
Montijo	0,96	0,58	0,64	0,63
Palmela	2,25	1,86	2,03	1,86
Seixal	2,7	1,81	1,65	1,62
Sesimbra	4,09	3,92	4,27	4,32
Setúbal	1,4	1,05	0,96	0,82

Fonte: INE, Indicadores Demográficos; em http://www.ine.pt

Na Península de Setúbal, o único concelho com valores negativos é o Barreiro. Os restantes apresentam valores positivos encontrando-se os mais elevados em Sesimbra e Alcochete.

Quadro n.º 8 - Índice Sintético de Fecundidade

	Anos		
	2005	2006	2007
Portugal	1.4	1.4	1.3
Continente	1.4	1.4	1.3
Região de Lisboa	1.6	1.5	1.6
Grande Lisboa	1.6	1.5	1.6
Península de Setúbal	1.6	1.6	1.6

Fonte: INE, Indicadores Demográficos; em http://www.ine.pt

O índice sintético de fecundidade revela uma redução em Portugal, de 1,4 filhos por mulher em 2005, para 1,3 filhos por mulher em 2007.

Na Região de Lisboa a tendência manteve-se em 1,6 filhos por mulher, quer na Grande Lisboa quer na Península de Setúbal entre 2005 e 2007.

Quadro n.º 9 - Nados Vivos Fora do Casamento e Nados Vivos Fora do Casamento com Coabitação dos Pais

2007		
Nados vivos fora do casamento		
Local de residência da mãe	%	Com coabitação dos pais %
Portugal	33,6	80,4
Continente	34	80,6
Região de Lisboa	45	82,6
Grande Lisboa	44,8	81,7
Amadora	56,6	76,2
Cascais	40,8	83
Lisboa	44	79,4
Lores	47,8	81,3
Mafra	34,8	91,5
Odivelas	46,6	83,5
Oeiras	41	78,1
Sintra	46,9	84
Vila Franca de Xira	38,8	87,8
Península de Setúbal	45,7	84,9
Alcochete	36,8	83,7
Almada	48,7	83,8
Barreiro	50	84,3
Moita	50,7	86,6
Montijo	41,1	76,1
Palmela	37,3	88,2
Seixal	46,7	84,1
Sesimbra	39,9	90,9
Setúbal	45,4	86,6

Fonte: INE, Indicadores Demográficos; em http://www.ine.pt

A percentagem de nados vivos fora do casamento, na Região de Lisboa é superior à percentagem que se regista a nível nacional, sendo ligeiramente superior este valor na Sub-Região da Península de Setúbal.

Nos concelhos da Região de Lisboa, Amadora e Moita, mais de 50% das crianças nascem em agregados familiares nos quais os progenitores não são casados, podendo viver em regime de coabitação. No concelho com mais nados vivos fora do casamento (Amadora, 56,6%), quatro em cada sete crianças nascem de progenitores que não são casados, e destas, três em cada quatro crianças nascem de progenitores que vivem em regime de coabitação (76,2%).

Os concelhos nos quais nascem menos crianças fora do casamento são os de Mafra (34,8%), Alcochete, Palmela e Vila Franca de Xira. No concelho de Mafra, dos 34,8% nados vivos fora do casamento, 91,5% são nados vivos em que os progenitores vivem em coabitação.

Quadro n.º 10 – Número de Casamentos Celebrados por Local de Registo e Nacionalidade dos Cônjuges

2007							
	Nacionalidade dos Cônjuges						
Local de registo	Total	Ambos os cônjuges portugueses		Um cônjuge português e outro estrangeiro		Ambos os cônjuges estrangeiros	
	N.º	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Grande Lisboa	8351	6103	73.1	1792	21.5	456	5.5
Amadora	549	338	61.6	164	29.9	47	8.6
Cascais	796	594	74.6	162	20.4	40	5.0
Lisboa	3541	2470	69.8	865	24.4	206	5.8
Loures	904	731	80.9	138	15.3	35	3.9
Mafra	453	358	79.0	65	14.3	30	6.6
Odivelas	-	-	-	-	-	-	-
Oeiras	415	299	72.0	101	24.3	15	3.6
Sintra	1180	923	78.2	205	17.4	52	4.4
Vila Franca de Xira	513	390	76.0	92	17.9	31	6.0
Península de Setúbal	3223	2524	78.3	576	17.9	123	3.8
Alcochete	80	70	87.5	10	12.5	0	0.0
Almada	760	561	73.8	150	19.7	49	6.4
Barreiro	350	279	79.7	62	17.7	9	2.6
Moita	231	165	71.4	59	25.5	7	3.0
Montijo	199	164	82.4	28	14.1	7	3.5
Palmela	257	222	86.4	31	12.1	4	1.6
Seixal	534	415	77.7	100	18.7	19	3.6
Sesimbra	176	139	79.0	35	19.9	2	1.1
Setúbal	636	509	80.0	101	15.9	26	4.1

Fonte: INE, Indicadores Demográficos; em http://www.ine.pt

É o concelho de Lisboa que mais contribui em número de casamentos celebrados entre um cônjuge português e um estrangeiro (865 casamentos correspondendo a 24,4% dos casamentos celebrados em 2007 no concelho). Em termos de proporção, é no concelho da Amadora que se registam os valores mais elevados, com 29,9% dos casamentos realizados entre um cônjuge português e um estrangeiro, correspondendo a 164 casamentos dos 549 realizados.

Quadro n.º 11 - Proporção de Casamentos Celebrados entre Indivíduos de Nacionalidade Portuguesa e Nacionalidade Estrangeira (Países Extra-Comunitários) por Local de Registo.

	Anos			
Local de registo	2001	2005	2006	2007
	%	%	%	%
Grande Lisboa	5,2	12,5	16,4	19,6
Amadora	7,4	20,7	23,2	29,1
Cascais	6,0	14,9	15,1	16,8
Lisboa	4,8	10,2	17,8	22,6
Loures	6,2	12,4	17,0	14,7
Mafra	4,4	10,8	9,7	12,4
Odivelas	-	-	-	-
Oeiras	4,8	13,6	14,3	21,9
Sintra	5,3	12,1	14,0	15,1
Vila Franca de Xira	1,4	10,9	16,0	17,0
Península de Setúbal	3,1	11,3	14,4	16,6
Alcochete	0,0	9,0	8,7	10,0
Almada	4,3	15,0	18,1	18,6
Barreiro	2,6	9,9	16,1	17,1
Moita	2,6	14,2	13,6	22,9
Montijo	1,8	9,0	9,5	12,6
Palmela	2,1	6,1	7,7	11,3
Seixal	3,6	10,2	16,2	18,0
Sesimbra	2,3	9,9	10,8	17,6
Setúbal	3,1	10,6	13,7	14,6

Fonte: INE, Indicadores Demográficos; em http://www.ine.pt

O Quadro n.º 11 dá-nos informação sobre o aumento bastante significativo no número de casamentos celebrados entre indivíduos de nacionalidade portuguesa e indivíduos de nacionalidade estrangeira (extra-comunitária) de 2001 para 2007. O concelho de Vila Franca de Xira registou o maior aumento nas percentagens destes casamentos, (doze vezes mais de 2001 para 2007). O menor aumento verificou-se no concelho de Loures.

Os concelhos com menores percentagens de casamentos entre indivíduos portugueses e indivíduos com nacionalidade estrangeira extra-comunitária, em 2007, eram os de Alcochete com 10% e de Palmela com 11,3%. A maior percentagem encontrava-se no concelho de Amadora com 29,1%. Nos concelhos da Moita e de Lisboa, esta percentagem assumia 22,9% e 22,6% respectivamente.

Quadro n.º 12 - Taxa Quinquenal de Mortalidade Infantil (‰) e Taxa Quinquenal de Mortalidade Neonatal (‰) por Local de Residência da Mãe

2002 - 2006		
Local de residência da mãe	Taxa quinquenal de mortalidade infantil	Taxa quinquenal de mortalidade neonatal l
	(‰)	(‰)
Grande Lisboa	4,06	2,71
Amadora	6,26	4,10
Cascais	3,43	2,14
Lisboa	4,95	3,33
Loures	4,60	2,78
Mafra	3,94	2,55
Odivelas	2,38	1,46
Oeiras	1,79	1,29
Sintra	3,60	2,60
Vila Franca de Xira	4,34	2,97
Península de Setúbal	3,49	2,33
Alcochete	4,88	2,93
Almada	3,34	2,19
Barreiro	3,19	2,45
Moita	3,42	1,96
Montijo	1,91	1,15
Palmela	4,56	3,42
Seixal	3,54	2,25
Sesimbra	3,19	1,42
Setúbal	3,78	2,94

Fonte: INE, Óbitos por Causas de Morte; Anual em http://www.ine.pt

A taxa de mortalidade infantil no quinquénio 2002 – 2006 foi mais elevada nos concelhos da Amadora e Lisboa, na Sub-Região da Grande Lisboa e na Península de Setúbal nos concelhos de Alcochete e Palmela.

Os valores mais favoráveis encontravam-se nos concelhos de Oeiras e do Montijo, os quais apresentavam as menores taxas de mortalidade infantil verificada neste período de referência dos dados.

Quadro n.º 13 - Núcleos Familiares Reconstituídos por Nível de Ensino da Mulher no Concelho de Lisboa

	2001			
Nível de ensino da mulher	Núcleos familiares reconstituídos			
	Casais de direito	Casais de facto	Total	%
Sem nível de ensino	46	63	109	3,9
Básico - 1.º ciclo	323	461	784	28,2
Básico - 2.º ciclo	127	164	291	10,5
Básico - 3.º ciclo	103	178	281	10,1
Secundário	263	334	597	21,5
Ensino Médio	21	13	34	1,2
Ensino Superior	326	356	682	24,6
Total	1209	1569	2778	100,0
%	43,5%	56,5%	100,0%	

Fonte: INE, Censos 2001.

Quadro n.º 14 - Núcleos Familiares Reconstituídos por Nível de Ensino do Homem no Concelho de Lisboa

	2001			
Nível de ensino do homem	Núcleos familiares reconstituídos			
	Casais de direito	Casais de facto	Total	%
Sem nível de ensino	28	42	70	2,5
Básico - 1.º ciclo	308	478	786	28,3
Básico - 2.º ciclo	109	152	261	9,4
Básico - 3.º ciclo	107	160	267	9,6
Secundário	223	340	563	20,3
Ensino Médio	34	33	67	2,4
Ensino Superior	400	364	764	27,5
Total	1209	1569	2778	100,0
%	43,5%	56,5%	100,0%	

Fonte: INE, Censos 2001.

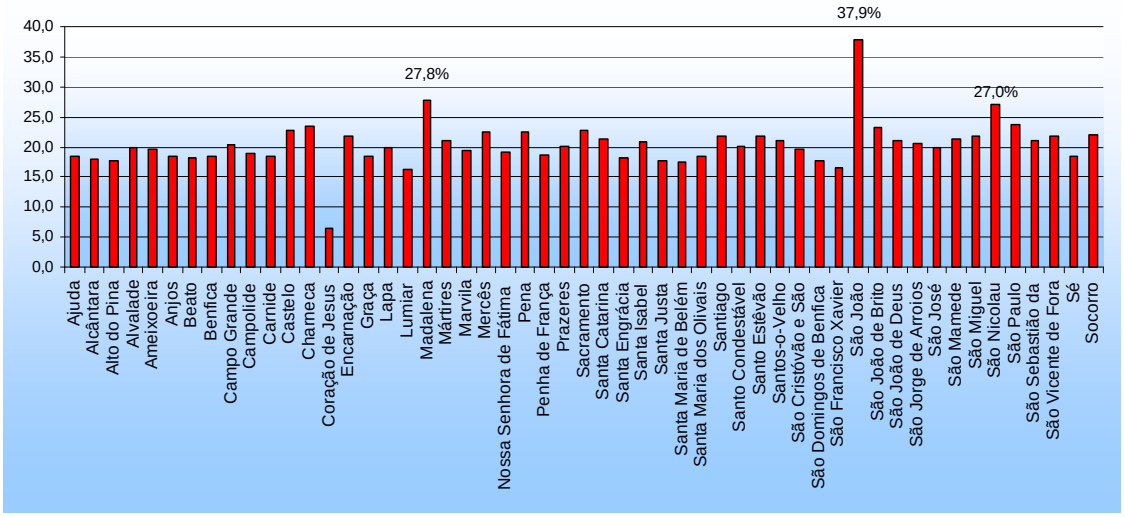
Nos núcleos familiares reconstituídos encontravam-se valores mais elevados, nos casais em que os níveis de ensino, tanto da mulher como do homem, eram o 1.º ciclo do ensino básico e o ensino superior.

Quadro n.º 15 - Núcleos Familiares Monoparentais por Tipo de Núcleo e por Freguesia

2001							
Núcleos Familiares							Total
Núcleos Familiares Monoparentais							
Freguesia	Pai com filhos	Mãe com filhos	Avô com netos	Avó com netos	Total	%	
São João	127	702	7	62	898	37,9	2369
Madalena	3	23		1	27	27,8	97
São Nicolau	8	59	1	4	72	27,0	267
São Paulo	24	179	4	10	217	23,6	918
Charneca	95	556	4	32	687	23,4	2936
São João de Brito	83	621	4	43	898	23,3	3853
Sacramento	5	38		4	47	22,8	206
Castelo	3	31		3	37	22,7	163
Mercês	46	235	1	14	296	22,6	1312
Pena	40	279	2	13	334	22,4	1490
Socorro	18	130		10	158	22,1	715
São Miguel	6	92	1	7	106	21,8	487
Encarnação	20	139	3	9	171	21,7	787
São Vicente de Fora	31	215	1	15	262	21,7	1206
Santiago	7	41		3	51	21,7	235
Santo Estêvão	15	97	0	11	123	21,7	567
São Mamede	37	272		14	323	21,4	1507
Santa Catarina	28	184		16	228	21,4	1067
Santos-o-Velho	39	180	1	14	234	21,2	1104
São Sebastião da Pedreira	40	253	2	13	308	21,2	1454
São João de Deus	63	514	3	41	621	21,2	2933
Mártires	1	14		1	16	21,1	76
Santa Isabel	49	338	3	19	409	20,8	1968
São Jorge de Arroios	116	798	4	38	956	20,7	4615
Campo Grande	75	523	3	26	627	20,4	3078
Prazeres	66	379	1	29	475	20,2	2349
Santo Condestável	118	817	5	45	985	20,1	4906
Lapa	48	391	1	20	460	19,9	2310
Alvalade	57	453	3	25	538	19,8	2713
São José	26	131	1	7	165	19,8	834
Ameixoeira	77	467		20	564	19,7	2859
São Cristóvão e São Lourenço	10	63		8	81	19,7	411
Marvila	339	1695	9	94	2137	19,3	11079
Nossa Senhora de Fátima	98	643	3	33	777	19,2	4044
Campolide	126	666	5	27	824	18,9	4364
Penha de França	102	586	6	41	735	18,6	3957
Ajuda	158	778	6	50	992	18,5	5366
Graça	51	292	2	21	366	18,4	1988
Benfica	296	1906	4	72	2278	18,4	12386
Carnide	141	805	1	44	991	18,4	5393
Santa Maria dos Olivais	390	2125	16	106	2637	18,4	14351
Anjos	53	399	4	29	485	18,4	2641
Sé	5	46	1	4	56	18,4	305
Santa Engrácia	44	254	2	18	318	18,2	1750
Beato	120	586	3	56	765	18,1	4222
Alcântara	91	606	2	49	748	17,9	4177
Santa Justa	4	25		1	30	17,6	170
São Domingos de Benfica	220	1405	5	78	1708	17,6	9680
Alto do Pina	56	424	2	26	508	17,6	2880
Santa Maria de Belém	66	375		27	468	17,6	2660
São Francisco Xavier	60	319	1	12	392	16,5	2369
Lumiar	210	1442	7	44	1703	16,2	10518
Coração de Jesus	16	164	1	9	190	6,5	2936
Total do Concelho	4027	24755	135	1418	30335	19,0	159666

Fonte: INE, Censos 2001.

Gráfico n.º 5 – Percentagem de Núcleos Familiares Monoparentais por Freguesia em 2001



Fonte: INE, Censos 2001.

Para o Instituto Nacional de Estatística um *núcleo familiar monoparental* refere-se ao c*onjunto de pessoas dentro de uma família clássica, que tem a presença de apenas um dos progenitores pai ou mãe com filho(s,) avó ou avô com netos, não casados*.

Em termos percentuais eram as freguesias de São João, Madalena e São Nicolau que apresentavam os valores mais elevados. Em números absolutos eram as freguesias de Santa Maria dos Olivais, Benfica, Marvila, São Domingos de Benfica e Lumiar que concentravam o maior número de núcleos familiares monoparentais em 2001.

Quadro n.º 16 - Núcleos Familiares Monoparentais por Tipo de Núcleo e por Freguesia

2001							
Núcleos Familiares							Total
Núcleos Familiares Monoparentais							
Freguesia	Pai com filhos	Mãe com filhos	Avô com netos	Avó com netos	Total	%	
Santa Maria dos Olivais	390	2125	16	106	2637	18,4	14351
Benfica	296	1906	4	72	2278	18,4	12386
Marvila	339	1695	9	94	2137	19,3	11079
São Domingos de Benfica	220	1405	5	78	1708	17,6	9680
Lumiar	210	1442	7	44	1703	16,2	10518
Ajuda	158	778	6	50	992	18,5	5366
Carnide	141	805	1	44	991	18,4	5393
Santo Condestável	118	817	5	45	985	20,1	4906
São Jorge de Arroios	116	798	4	38	956	20,7	4615
São João	127	702	7	62	898	37,9	2369
São João de Brito	83	621	4	43	898	23,3	3853
Campolide	126	666	5	27	824	18,9	4364
Nossa Senhora de Fátima	98	643	3	33	777	19,2	4044
Beato	120	586	3	56	765	18,1	4222
Alcântara	91	606	2	49	748	17,9	4177
Penha de França	102	586	6	41	735	18,6	3957
Charneca	95	556	4	32	687	23,4	2936
Campo Grande	75	523	3	26	627	20,4	3078
São João de Deus	63	514	3	41	621	21,2	2933
Ameixoeira	77	467		20	564	19,7	2859
Alvalade	57	453	3	25	538	19,8	2713
Alto do Pina	56	424	2	26	508	17,6	2880
Anjos	53	399	4	29	485	18,4	2641
Prazeres	66	379	1	29	475	20,2	2349
Santa Maria de Belém	66	375		27	468	17,6	2660
Lapa	48	391	1	20	460	19,9	2310
Santa Isabel	49	338	3	19	409	20,8	1968
São Francisco Xavier	60	319	1	12	392	16,5	2369
Graça	51	292	2	21	366	18,4	1988
Pena	40	279	2	13	334	22,4	1490
São Mamede	37	272		14	323	21,4	1507
Santa Engrácia	44	254	2	18	318	18,2	1750
São Sebastião da Pedreira	40	253	2	13	308	21,2	1454
Mercês	46	235	1	14	296	22,6	1312
São Vicente de Fora	31	215	1	15	262	21,7	1206
Santos-o-Velho	39	180	1	14	234	21,2	1104
Santa Catarina	28	184		16	228	21,4	1067
São Paulo	24	179	4	10	217	23,6	918
Coração de Jesus	16	164	1	9	190	6,5	2936
Encarnação	20	139	3	9	171	21,7	787
São José	26	131	1	7	165	19,8	834
Socorro	18	130		10	158	22,1	715
Santo Estêvão	15	97	0	11	123	21,7	567
São Miguel	6	92	1	7	106	21,8	487
São Cristóvão e São Lourenço	10	63		8	81	19,7	411
São Nicolau	8	59	1	4	72	27,0	267
Sé	5	46	1	4	56	18,4	305
Santiago	7	41		3	51	21,7	235
Sacramento	5	38		4	47	22,8	206
Castelo	3	31		3	37	22,7	163
Santa Justa	4	25		1	30	17,6	170
Madalena	3	23		1	27	27,8	97
Mártires	1	14		1	16	21,1	76
Total do Concelho	4027	24755	135	1418	30335	19,0	159666

Fonte: INE, Censos 2001.

A taxa bruta de escolarização corresponde à relação percentual entre o número total de alunos matriculados num determinado ciclo de estudos (independentemente da idade) e a população residente em idade normal de frequência desse ciclo de estudos.

Quadro n.º 17 - Escalões Etários correspondentes aos Ciclos de Estudo

Ciclo de estudos	Idade normal
Educação pré-escolar	3 - 5 anos
Ensino básico- 1.º ciclo	6 - 9 anos
Ensino básico - 2.º ciclo	10 - 11 anos
Ensino básico - 3.º ciclo	12 - 14 anos
Ensino Secundário	15 - 17 anos

Fonte: http://www.gepe.min-edu.pt

A Carta Educativa de Lisboa, documento de Março de 2008, apresenta a evolução do número de alunos matriculados no concelho de Lisboa por ciclos de estudo desde 1998/99 a 2005/2006.

Quadro n.º 18 - Evolução do Número de Alunos Matriculados no Concelho de Lisboa por Ciclos de Estudo de 1998 a 2006

Ciclo de estudos	1998/99	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	Variação 1999/2006
Pré-escolar	15.454	15.986	16.394	16.151	16.954	16.839	17.748	17.748	14,8%
1.º Ciclo	29.892	29.896	28.919	28.678	27.827	27.519	28.173	28.173	-5,8%
2.º Ciclo	14.061	14.363	14.346	14.373	14.520	14.218	137.448	13.748	-2,2%
3.º Ciclo	20.614	19.852	19.104	18.309	18.472	28.688	20.199	20.199	-2,0%
Secundário	29.934	27.687	24.672	22.866	21.724	20.904	20.471	20.471	-31,6%
Total	109.955	107.784	103.435	100.377	99.497	108.168	224.039	100.339	-8,75%

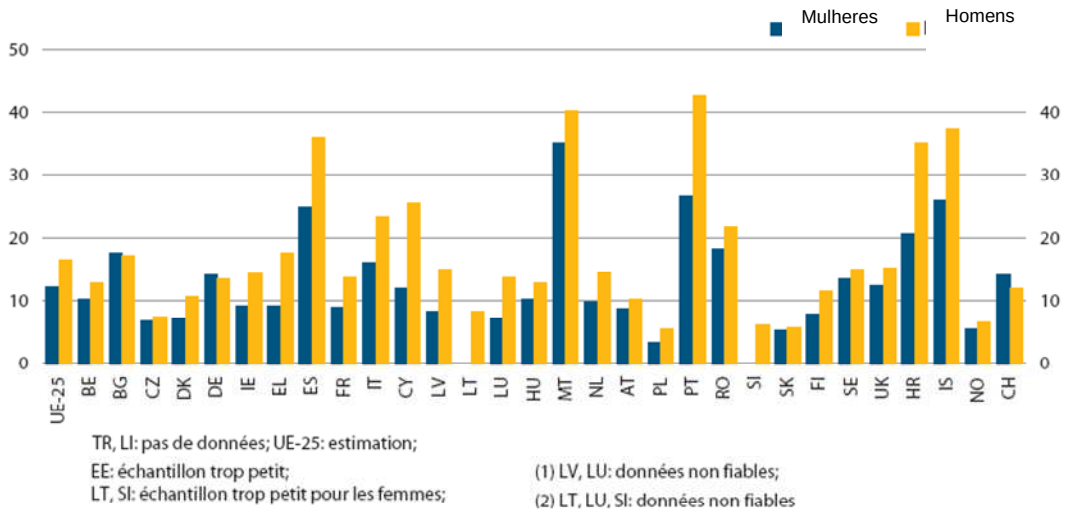
In Carta Educativa de Lisboa, 2008, pág. 36.

De acordo com o documento referido, verifica-se redução da população escolar com excepção do ensino pré-escolar. Neste ciclo de estudo a taxa de variação é positiva, podendo ser reflexo do ligeiro aumento das taxas de natalidade, do aumento da taxa de actividade feminina ou também do aumento da oferta de estabelecimentos com este ciclo de ensino.

No ano lectivo de 2005/2006 matricularam-se 100 339 alunos nos 394 estabelecimentos de ensino, desde o Pré-escolar até ao Secundário, no concelho de Lisboa.[4]

O abandono escolar precoce é um dos indicadores que coloca Portugal como um dos países da União Europeia com as mais baixas taxas de conclusão do Ensino Secundário ou de população entre os 18 e os 24 anos que não frequentavam acções de formação, como se pode verificar através das figuras transcritas das publicações do Eurostat, com informação dos anos de 2005 e 2006, apresentadas nos gráficos n.º 6 e n.º 7.

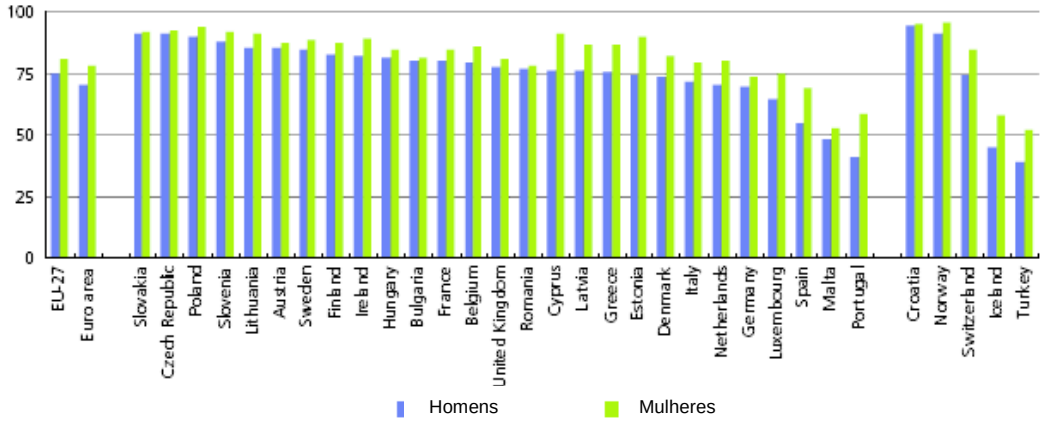
Gráfico n.º 6 – Jovens dos 18 aos 21 anos que Não Concluíram o Ensino Secundário e que Não Frequentavam a Escola ou Outra Formação em 2005 na Europa – 25



In Eurostat, La vie des femmes et des hommes en Europe, Edition, 2008, Fig. 23, pág. 33.

[4] Carta Educativa de Lisboa, 2008.

Gráfico n.º 7 – Percentagem da População entre os 20 e 24 anos com Ensino Secundário Completo em 2006 na EU – 27



In Eurostat, Europe in Figures, Yearbook 2008, Fig. 2.3, pág. 169.

A necessidade de horário de funcionamento mais alargado, dos estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e do Primeiro Ciclo do Ensino Básico, que apoiasse as famílias na conciliação da sua vida profissional com os horários dos estabelecimentos de educação, levou à criação de políticas públicas específicas nas quais se enquadram a Componente de Apoio à Família.

A Componente de Apoio à Família prevê o alargamento dos períodos de funcionamento para além das 25 horas lectivas nos estabelecimentos escolares. Este alargamento nos períodos de funcionamento corresponde aos períodos não lectivos do almoço, o qual foi generalizado, e à inclusão de actividades de animação sócio-educativa. Pretende reforçar o processo de socialização infantil, a participação das famílias, envolvendo os pais no projecto educativo do estabelecimento e promover uma relação mais interactiva com a comunidade.

À excepção do agrupamento Pintor Almada Negreiros, todos os agrupamentos escolares do 1.º Ciclo Rede Pública de Lisboa tinham em funcionamento a Componente de Apoio à Família em 2007/2008.

Quadro n.º 19 - Número de Alunos a Frequentar as Actividades de Enriquecimento Curricular (AEC) e Componente de Apoio à Família (CAF) nos Agrupamentos Escolares das Escolas do Primeiro Ciclo da Rede Pública

Agrupamento/Escola Básica Integrada	Ano Lectivo 2006/2007		Ano Lectivo 2007/2008	
	Nº de Alunos a frequentar		Nº de Alunos a frequentar	
	AEC	CAF	AEC	CAF
Alto do Lumiar	318	32	752	112
Alvalade	487	147	532	185
Bairro Padre Cruz	0	**a)**	331	56
Baixa-Chiado	540	258	651	222
Bartolomeu de Gusmão	363	134	626	249
Belém Restelo	469	181	573	215
Damião de Góis	651	151	658	332
Delfim Santos	632	264	673	265
Eugénio dos Santos	680	141	682	199
Fernando Pessoa	492	125	441	143
Francisco Arruda	611	300	636	231
Luis António Verney	368	46	359	89
Luis de Camões	677	190	341	95
Manuel da Maia	552	188	400	95
Marquesa de Alorna	482	175	542	173
Marvila	249	48	266	45
Nuno Gonçalves	562	121	574	225
Olaias	348	57	335	22
Patrício Prazeres	595	199	464	149
Pedro de Santarém	361	180	515	197
Pintor Almada Negreiros	313	21	314	0
Piscinas-Olivais	496	159	468	99
Profº Lindley Cintra	306	79	371	153
Qtª de Marrocos	286	38	320	92
S. Vicente -Telheiras	535	546	584	176
Stª Mª Olivais	552	135	594	138
Telheiras	508	129	484	213
Vasco da Gama	185	111	196	90
D. Filipa de Lencastre			345	153
Unidade Organizacional de Gestão Educativa Mª da Luz Deus Ramos	393	0		
Unidade Organizacional de Gestão Educativa Arq. Gonçalo Ribeiro Telles	154	6		
Total	**13.165**	**4.161**	**14.027**	**4.413**

a) A Junta de Freguesia de Carnide assume a promoção das AEC's e a execução das CAF's

Fonte: CML/Departamento de Educação e Juventude, 2008.

A Carta Educativa de Lisboa refere ainda que, nas escolas do 1.º ciclo da rede pública na cidade de Lisboa, todos os alunos beneficiam de Actividades de Enriquecimento Curricular[5].

[5] "Consideram -se actividades de enriquecimento curricular no 1.ºciclo do ensino básico as que incidam nos domínios desportivo, artístico, científico, tecnológico e das tecnologias da informação e comunicação, de ligação da escola com o meio, de solidariedade e voluntariado e da dimensão europeia da educação, nomeadamente:
a) Actividades de apoio ao estudo;
b) Ensino do Inglês;
c) Ensino de outras línguas estrangeiras;
d) Actividade física e desportiva;
e) Ensino da música;
f) Outras expressões artísticas;
g) Outras actividades que incidam nos domínios identificados."
Despacho n.º 14460/2008, Ministério da Educação, DR II Série, n.º 100 de 26 de Maio de 2008.

Quadro n.º 20 - Frequência da Componente de Apoio à Família nos Jardins de Infância da Rede Pública por Agrupamento Escolar

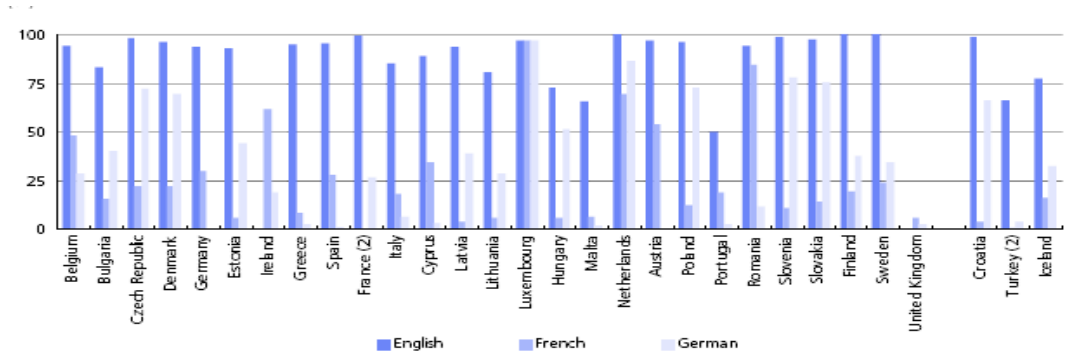
Crianças do Jardim de Infância que frequentam Componente Apoio à Família		
Agrupamento	2006/2007	2007/2008
	N.º	N.º
Alto do Lumiar	40	68
Alvalade	30	33
Bairro Padre Cruz	86	92
Baixa Chiado	48	56
Bartolomeu de Gusmão	17	84
Belém Restelo	94	135
Damião de Góis	56	81
Delfim Santos	43	61
Eugénio dos Santos	53	61
Fernando Pessoa	153	162
Francisco Arruda	83	86
Luis António Verney	8	10
Manuel da Maia	105	106
Marquesa de Alorna	94	96
Nuno Gonçalves	0	15
Olaias	45	29
Patrício Prazeres	79	81
Pedro Santarém	86	120
Pintor Almada Negreiros	72	76
Piscinas-Olivais	75	106
Profº Lindley Cintra	86	75
Qtª de Marrocos	64	75
S. Vicente/Telheiras	94	91
Stª Mª Olivais	87	90
Telheiras	172	162
Unidade Org. de Gestão Educativa Mª da Luz Deus Ramos	15	
Unidade Org.Gestão Educativa Arqº Gonçalo Ribeiro Telles	32	
Vasco da Gama	49	60
Unidade Org.Gestão Educativa Arqº Gonçalo Ribeiro Telles	86	
Total	**1.952**	**2.111**

Fonte: CML/Departamento de Educação e Juventude, 2008.

Em 2007/2008, a maioria dos agrupamentos com Educação Pré-Escolar da rede pública da cidade tinham em funcionamento a Componente de Apoio à Família.

As Actividades de Enriquecimento Curricular surgiram também da necessidade de adaptar os tempos de permanência dos alunos nas escolas às necessidades das famílias, aplicando o conceito de Escola a Tempo Inteiro. Uma das actividades incluídas é o ensino do inglês neste ciclo de estudos, como forma de minimizar *déficits* de aprendizagem desta língua nos jovens portugueses.

Gráfico n.º 8 – Percentagem de Alunos que Estudavam Línguas no Ensino Secundário, em 2005



In Eurostat, Europe in Figures, Eurostat Yearbook, 2008, Fig. 2.5, pág. 171.

A interacção mais activa entre os estabelecimentos de educação e a comunidade também tem contribuído para o alargamento de alguns programas em domínios e actividades direccionadas para a educação não-formal, tanto dos públicos escolares como da população em geral, em que algumas das iniciativas se encontram associadas a práticas de aprendizagem ao longo da vida.

A valorização da educação não-formal obteve resposta nos sistemas de reconhecimento, validação e certificação de competências, enquanto mecanismo de creditação de saberes não formais, adquiridos ao longo da vida.

Algumas das práticas educativas associadas à educação não-formal são frequentemente efectivadas por organizações da sociedade civil e assumem as mais diversas formas, colocando à disposição dos cidadãos inúmeras iniciativas na cidade de Lisboa - actividades lúdicas e culturais, enquanto promotores de educação, inclusão, participação e exercício da cidadania.

Promover o acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação, mais especificamente o acesso à Internet, é particularmente importante para todos os cidadãos com menos oportunidades de acesso, independentemente da sua idade.

1.3. Da Vulnerabilidade à Inclusão

Tudo o que as sociedades actuais hoje fazem para prevenir, minimizar e tratar as situações de vulnerabilidade social, terá seguramente consequências directas no futuro dos cidadãos, e na forma como estas sociedades irão evoluir e desenvolver-se. As mudanças que queremos ver alcançadas serão determinantes para a melhoria das condições de vida das populações, para um desenvolvimento equilibrado e abrangente nos mais diversos domínios: social, económico, político e cultural.

Terão de ser feitas hoje opções fundamentais que afectam o presente, mas que irão igualmente ser determinantes para o futuro e para a construção de uma realidade que todos teremos de enfrentar. Os desafios que se colocam às políticas de combate à exclusão social representam os grandes desafios da nossa civilização.

As situações dos idosos, dos imigrantes, dos desempregados, das famílias e crianças em situação de perigo, entre outras, constituem dimensões críticas nas histórias de vida dos cidadãos.

As situações de exclusão, aliadas a múltiplos e complexos constrangimentos estruturais, determinam cenários de vida onde os processos de vulnerabilização obrigam a uma identificação clara dos problemas, a uma hierarquização séria de recursos e potencialidades, por forma a tornar eficazes e exequíveis as políticas sociais.

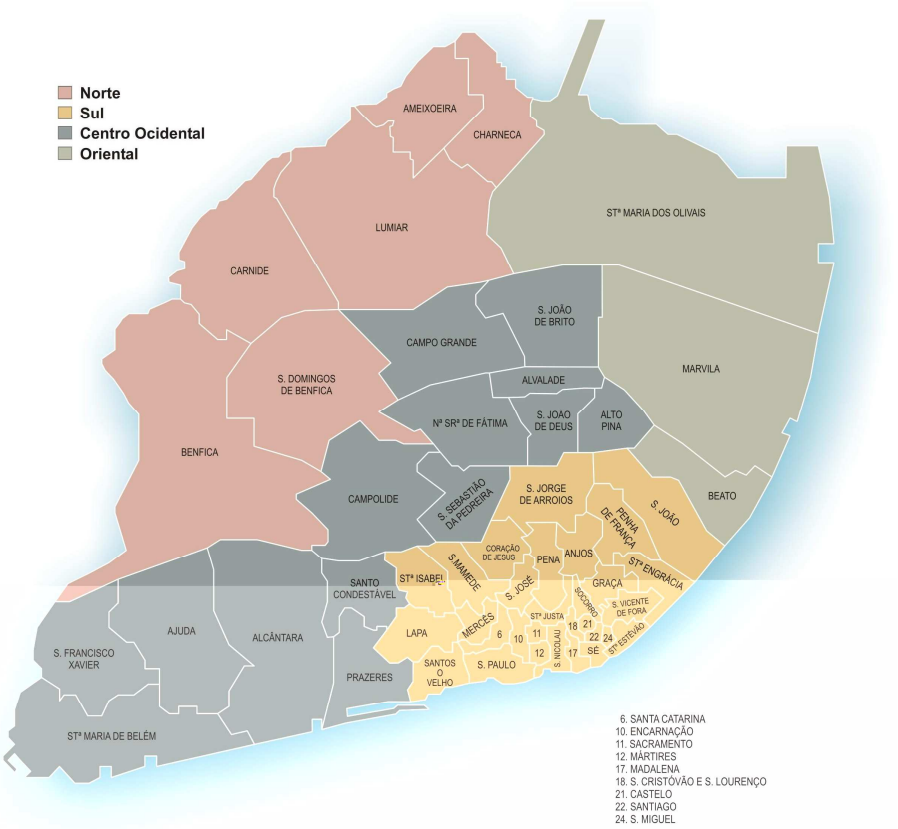
Estruturar hoje políticas sociais locais, capazes de alcançar e abranger todos os cidadãos, contemplando o facto de que vivemos num mundo onde cada vez mais as pessoas têm níveis e condições de vida muito díspares, representa um dos requisitos fundamentais do nosso século.

Perante as múltiplas e diferentes ameaças que (cada vez mais), comprometem o desenvolvimento humano, deverão ser potenciados esforços no sentido de reduzir e combater as situações de extrema pobreza e de enorme vulnerabilidade em que se encontram indivíduos, grupos e comunidades.

A existência de factores, que impedem as políticas sociais de alcançarem resultados mais eficazes e satisfatórios na redução da pobreza, deverá constituir simultaneamente um estímulo e um reforço na busca incessante das respostas e medidas necessárias.

Travar a pobreza existente e prevenir minimizando a pobreza emergente, deveria constituir um propósito firme das políticas sociais que se pretendem ambiciosas, inovadoras e compatíveis com uma realidade versátil, em permanente mutação.

Mapa n.º 5 - Zonas Territoriais da Cidade de Lisboa – Rede Social



Fonte: Rede Social de Lisboa.

Quadro n.º 21 - Número de Famílias e de Beneficiários de Rendimento Social de Inserção (RSI) por Freguesia

FREGUESIAS	ANOS							
	2005		2006		2007		2008	
	Nº de Fam.	Nº de Benef.	Nº de Fam.	Nº de Benef.	Nº de Fam.	Nº de Benef.	Nº de Fam.	Nº de Benef.
Ajuda	127	380	260	763	308	969	433	1.349
Alcântara	46	105	96	208	142	331	193	458
Alto do Pina	36	116	59	175	84	254	100	309
Alvalade	9	19	17	34	18	45	30	75
Ameixoeira	120	353	247	749	353	1.100	517	1.485
Anjos	49	74	124	191	168	283	245	406
Beato	92	220	154	423	197	528	370	893
Benfica	197	449	337	895	453	1.272	578	1.537
Campo Grande	60	191	94	290	99	362	119	433
Campolide	45	120	74	222	113	326	170	447
Carnide	87	261	216	639	329	924	449	1.215
Castelo			4	9	6	18	9	25
Charneca	78	210	163	465	216	632	328	934
Coração de Jesus	13	18	17	20	28	34	38	51
Encarnação	16	22	36	55	42	65	58	88
Graça	28	65	47	103	66	138	109	223
Lapa	13	23	21	33	28	47	33	59
Lumiar	137	421	289	904	395	1.208	524	1.549
Madalena			4	6	5	7	6	8
Martires								
Marvila	289	835	560	1.597	767	2.176	1.181	3.190
Mercês	32	61	51	97	64	124	84	167
Nossa Senhora de Fátima	43	145	94	268	133	371	168	458
Pena	19	48	30	61	48	87	76	136
Penha de França	33	71	75	175	121	268	170	389
Prazeres	13	26	37	79	57	125	66	153
Sacramento			16	21	19	25	25	35
Santa Catarina	19	32	35	62	47	87	72	136
Santa Engrácia	14	34	36	70	49	103	77	179
Santa Isabel	16	29	25	50	42	89	59	118
Santa Justa	6	7	13	19	23	34	38	62
Santa Maria de Belém	21	42	43	92	60	133	83	176
Santa Maria dos Olivais	207	561	385	1.069	490	1.372	777	2.008
Santiago							8	18
Santo Condestável	30	84	51	130	85	233	135	354
Santo Estêvão	9	18	23	46	36	68	59	108
Santos o Velho	7	18	21	40	38	74	48	95
São Cristóvão e São Lourenço	11	22	19	44	25	56	35	73
São Domingos de Benfica	41	80	95	212	126	285	163	367
São Francisco Xavier			7	12	9	14	9	22
São João	63	159	101	251	160	435	247	622
São João de Brito	17	28	28	43	33	55	47	93
São João de Deus	12	21	25	50	27	56	46	90
São Jorge de Arroios	34	74	67	122	96	174	174	311
São José	11	26	30	62	32	68	48	95
São Mamede	4	6	15	26	21	32	32	55
São Miguel	11	24	44	95	48	120	68	166
São Nicolau			7	7	8	9	13	18
São Paulo	9	13	26	48	38	76	51	122
São Sebastião da Pedreira	6	12	11	28	12	50	24	79
São Vicente de Fora	15	41	33	85	52	112	78	161
Sé	7	11	13	21	15	25	21	37
Socorro	40	58	73	124	89	156	110	213
Outros	12	26	3	8	3	9	1	5
TOTAL	**2.204**	**5.659**	**4.351**	**11.298**	**5.923**	**15.644**	**8.602**	**21.855**

Outros: Situações que não estão contempladas nos totais por freguesia.

Fonte: Instituto de Informática, IP – MTSS.

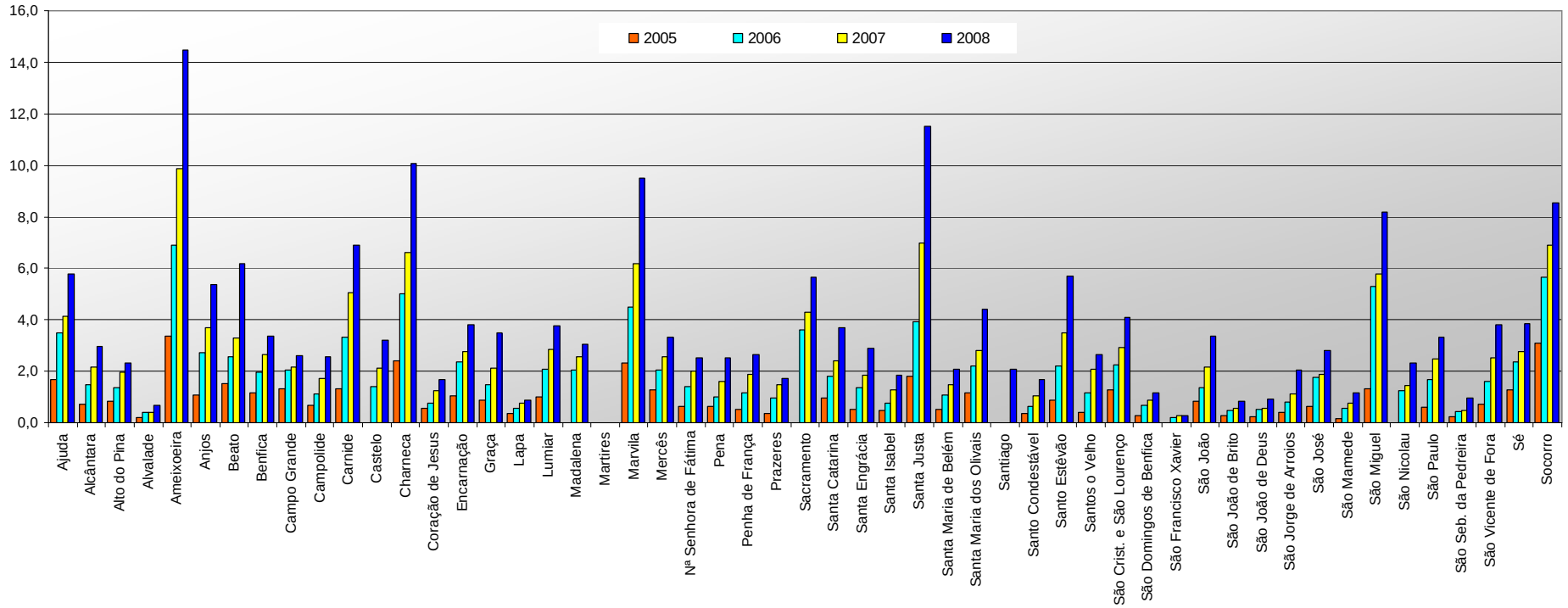
Quadro n.º 22- Percentagem de Famílias Beneficiárias de RSI face às Residentes no ano de 2001 por Freguesia

Freguesias	Famílias Residentes 2001	Famílias Benef. de RSI				% de Famílias Benef. de RSI em relação às Residentes em 2001			
		Nº				%			
		2005	2006	2007	2008	2005	2006	2007	2008
Ajuda	7.475	127	260	308	433	1,7	3,5	4,1	5,8
Alcântara	6.538	46	96	142	193	0,7	1,5	2,2	3,0
Alto do Pina	4.308	36	59	84	100	0,8	1,4	1,9	2,3
Alvalade	4.327	9	17	18	30	0,2	0,4	0,4	0,7
Ameixoeira	3.575	120	247	353	517	3,4	6,9	9,9	14,5
Anjos	4.564	49	124	168	245	1,1	2,7	3,7	5,4
Beato	5.990	92	154	197	370	1,5	2,6	3,3	6,2
Benfica	17.088	197	337	453	578	1,2	2,0	2,7	3,4
Campo Grande	4.559	60	94	99	119	1,3	2,1	2,2	2,6
Campolide	6.581	45	74	113	170	0,7	1,1	1,7	2,6
Carnide	6.494	87	216	329	449	1,3	3,3	5,1	6,9
Castelo	281		4	6	9	0,0	1,4	2,1	3,2
Charneca	3.264	78	163	216	328	2,4	5,0	6,6	10,0
Coração de Jesus	2.273	13	17	28	38	0,6	0,7	1,2	1,7
Encarnação	1.523	16	36	42	58	1,1	2,4	2,8	3,8
Graça	3.134	28	47	66	109	0,9	1,5	2,1	3,5
Lapa	3.672	13	21	28	33	0,4	0,6	0,8	0,9
Lumiar	13.925	137	289	395	524	1,0	2,1	2,8	3,8
Madalena	196		4	5	6	0,0	2,0	2,6	3,1
Martires	164					0,0	0,0	0,0	0,0
Marvila	12.423	289	560	767	1.181	2,3	4,5	6,2	9,5
Mercês	2.509	32	51	64	84	1,3	2,0	2,6	3,3
Nossa Senhora de Fátima	6.645	43	94	133	168	0,6	1,4	2,0	2,5
Pena	2.995	19	30	48	76	0,6	1,0	1,6	2,5
Penha de França	6.380	33	75	121	170	0,5	1,2	1,9	2,7
Prazeres	3.801	13	37	57	66	0,3	1,0	1,5	1,7
Sacramento	443		16	19	25	0,0	3,6	4,3	5,6
Santa Catarina	1.951	19	35	47	72	1,0	1,8	2,4	3,7
Santa Engrácia	2.649	14	36	49	77	0,5	1,4	1,8	2,9
Santa Isabel	3.229	16	25	42	59	0,5	0,8	1,3	1,8
Santa Justa	330	6	13	23	38	1,8	3,9	7,0	11,5
Santa Maria de Belém	4.007	21	43	60	83	0,5	1,1	1,5	2,1
Santa Maria dos Olivais	17.541	207	385	490	777	1,2	2,2	2,8	4,4
Santiago	385				8	0,0	0,0	0,0	2,1
Santo Condestável	8.084	30	51	85	135	0,4	0,6	1,1	1,7
Santo Estêvão	1.035	9	23	36	59	0,9	2,2	3,5	5,7
Santos o Velho	1.819	7	21	38	48	0,4	1,2	2,1	2,6
São Cristóvão e São Lourenço	853	11	19	25	35	1,3	2,2	2,9	4,1
São Domingos de Benfica	14.103	41	95	126	163	0,3	0,7	0,9	1,2
São Francisco Xavier	3.175		7	9	9	0,0	0,2	0,3	0,3
São João	7.336	63	101	160	247	0,9	1,4	2,2	3,4
São João de Brito	5.690	17	28	33	47	0,3	0,5	0,6	0,8
São João de Deus	4.910	12	25	27	46	0,2	0,5	0,5	0,9
São Jorge de Arroios	8.428	34	67	96	174	0,4	0,8	1,1	2,1
São José	1.715	11	30	32	48	0,6	1,7	1,9	2,8
São Mamede	2.738	4	15	21	32	0,1	0,5	0,8	1,2
São Miguel	830	11	44	48	68	1,3	5,3	5,8	8,2
São Nicolau	560		7	8	13	0,0	1,3	1,4	2,3
São Paulo	1.528	9	26	38	51	0,6	1,7	2,5	3,3
São Sebastião da Pedreira	2.542	6	11	12	24	0,2	0,4	0,5	0,9
São Vicente de Fora	2.052	15	33	52	78	0,7	1,6	2,5	3,8
Sé	545	7	13	15	21	1,3	2,4	2,8	3,9
Socorro	1.289	40	73	89	110	3,1	5,7	6,9	8,5
Outros		12	3	3	1				
TOTAL	**234.451**	**2.204**	**4.351**	**5.923**	**8.602**	**0,9%**	**1,9%**	**2,5%**	**3,7%**

Outros: Situações que não estão contempladas nos totais por freguesia.

Fonte: Instituto de Informática, IP – MTSS.

Gráfico n.º 9 - Percentagem de Famílias Beneficiárias de RSI face às Residentes no Ano de 2001



Fonte: Instituto de Informática, IP – MTSS.

O número de famílias e de beneficiários da prestação de Rendimento Social de Inserção (RSI) tem vindo a aumentar desde 2005, na maioria das freguesias de Lisboa.

Marvila é a freguesia que, em 2008, registava o número mais elevado de beneficiários (3 190), e é a única cujo número de famílias abrangidas ultrapassava as 1 100. De referir que a freguesia de Santa Maria dos Olivais era a que detinha o número de famílias mais próximo de 1 000 (777 famílias), e onde o número de beneficiários ultrapassava os 2 000 (ocupando assim o segundo lugar).

Pertencem também ao universo das freguesias com mais beneficiários de RSI, Lumiar e Benfica que registavam mais de 1 500 beneficiários cada, seguidas pela freguesia da Ameixoeira, que apresentava o valor mais próximo (1 485 beneficiários).

A percentagem de famílias beneficiárias de RSI, relativamente ao número de famílias residentes, registadas em 2001 (que seguramente sofreu alterações), conferia à freguesia da Ameixoeira o valor mais elevado: 14,5% das famílias recebiam RSI em 2008, correspondendo a 517 famílias.

Na freguesia de Santa Justa, em 2008, 38 famílias recebiam RSI e representavam 11,5% relativamente ao número de famílias recenseadas em 2001. Refere-se que nesta freguesia residiam em 2001 apenas 330 famílias, valor muito baixo, se compararmos com a maioria das freguesias de Lisboa. A freguesia da Charneca registava 10%, o que lhe confere a terceira posição relativamente à percentagem de famílias beneficiárias de RSI.

Quadro n.º 23 – Número de Famílias e Beneficiários de RSI por Zonas Territoriais da Rede Social de Lisboa

Freguesias	2005		2006		2007		2008	
	Nº de Fam.	Nº de Benef.	Nº de Fam.	Nº de Benef.	Nº de Fam.	Nº de Benef.	Nº de Fam.	Nº de Benef.
ZONA NORTE	660	1.774	1.347	3.864	1.872	5.421	2.559	7.087
ZONA SUL	479	954	1.006	1.943	1.414	2.814	2.091	4.176
ZONA CENTRO-OCIDENTAL	465	1.289	896	2.394	1.180	3.324	1.623	4.496
ZONA ORIENTAL	588	1.616	1.099	3.089	1.454	4.076	2.328	6.091
OUTROS	12	26	3	8	3	9	1	5
TOTAL	**2.204**	**5.659**	**4.351**	**11.298**	**5.923**	**15.644**	**8.602**	**21.855**

Outros: Situações que não estão contempladas nos totais por freguesia.

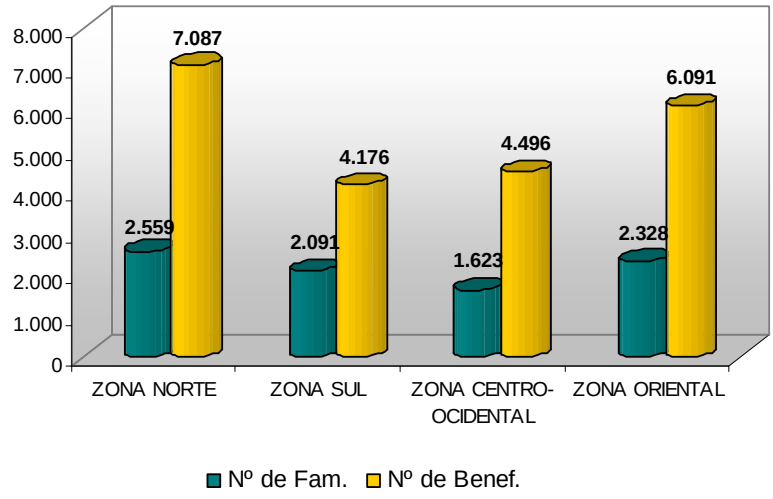
Fonte: Instituto de Informática, IP – MTSS.

A Rede Social de Lisboa considera 4 Zonas Territoriais na cidade, representando cada Zona um conjunto de freguesias já referidas e identificadas no relatório.

Cada uma destas Zonas tem vindo a registar, desde 2005 e até 2008, um aumento significativo, quer no número de famílias, quer no número de beneficiários de Rendimento Social de Inserção. Em 2005 existiam no total, 5 659 beneficiários em Lisboa e, em 2008, este número subiu para os 21 855, o que representou um crescimento de 286% entre os anos referidos.

Em 2008 a Zona Norte da cidade era a que detinha o maior número de beneficiários e de famílias, mas estes valores encontravam-se muito próximos dos da Zona Oriental.

Gráfico n.º 10 – Número de Famílias e de Beneficiários de RSI por Zonas Territoriais da Rede Social em 2008



Fonte: Instituto de Informática, IP – MTSS.

Quadro n.º 24 – Número de Famílias e Beneficiários de RSI na Zona Territorial Norte da Rede Social

Freguesias	2005		2006		2007		2008	
	Nº de Fam.	Nº de Benef.	Nº de Fam.	Nº de Benef.	Nº de Fam.	Nº de Benef.	Nº de Fam.	Nº de Benef.
Ameixoeira	120	353	247	749	353	1.100	517	1.485
Benfica	197	449	337	895	453	1.272	578	1.537
Carnide	87	261	216	639	329	924	449	1.215
Charneca	78	210	163	465	216	632	328	934
Lumiar	137	421	289	904	395	1.208	524	1.549
São Domingos de Benfica	41	80	95	212	126	285	163	367
TOTAL	**660**	**1.774**	**1.347**	**3.864**	**1.872**	**5.421**	**2.559**	**7.087**

Fonte: Instituto de Informática, IP – MTSS.

Das 6 freguesias que constituem a Zona Norte, Lumiar e Benfica, são as que registam os valores mais elevados de beneficiários, 1 549 e 1 537, respectivamente. O mesmo se verifica no número de famílias, contudo, aqui a ordem é invertida e, é Benfica, que regista valor superior ao Lumiar.

O total de 1 774 beneficiários registados em 2005, subiu para 7 087, em 2008. Quanto ao número de famílias subiu de 660, em 2005, para 2 559, em 2008, o que representou um aumento de 288% no intervalo considerado.

Quadro n.º 25 - Número de Famílias e de Beneficiários de RSI na Zona Territorial Sul da Rede Social

Freguesias	2005		2006		2007		2008	
	Nº de Fam.	Nº de Benef.	Nº de Fam.	Nº de Benef.	Nº de Fam.	Nº de Benef.	Nº de Fam.	Nº de Benef.
Anjos	49	74	124	191	168	283	245	406
Castelo			4	9	6	18	9	25
Coração de Jesus	13	18	17	20	28	34	38	51
Encarnação	16	22	36	55	42	65	58	88
Graça	28	65	47	103	66	138	109	223
Lapa	13	23	21	33	28	47	33	59
Madalena			4	6	5	7	6	8
Martires								
Mercês	32	61	51	97	64	124	84	167
Pena	19	48	30	61	48	87	76	136
Penha de França	33	71	75	175	121	268	170	389
Sacramento			16	21	19	25	25	35
Santa Catarina	19	32	35	62	47	87	72	136
Santa Engrácia	14	34	36	70	49	103	77	179
Santa Isabel	16	29	25	50	42	89	59	118
Santa Justa	6	7	13	19	23	34	38	62
Santiago							8	18
Santo Estêvão	9	18	23	46	36	68	59	108
Santos o Velho	7	18	21	40	38	74	48	95
São Cristóvão e São Lourenço	11	22	19	44	25	56	35	73
São João	63	159	101	251	160	435	247	622
São Jorge de Arroios	34	74	67	122	96	174	174	311
São José	11	26	30	62	32	68	48	95
São Mamede	4	6	15	26	21	32	32	55
São Miguel	11	24	44	95	48	120	68	166
São Nicolau			7	7	8	9	13	18
São Paulo	9	13	26	48	38	76	51	122
São Vicente de Fora	15	41	33	85	52	112	78	161
Sé	7	11	13	21	15	25	21	37
Socorro	40	58	73	124	89	156	110	213
TOTAL	**479**	**954**	**1.006**	**1.943**	**1.414**	**2.814**	**2.091**	**4.176**

Fonte: Instituto de Informática, IP – MTSS.

Em 2008, a Zona Sul registava, no total, 4 176 beneficiários de RSI e 2 091 famílias. Das 30 freguesias que a compõem são de destacar as de São João e Anjos com 622 e 406 beneficiários, respectivamente.

Quadro n.º 26 – Número de Famílias e de Beneficiários de RSI na Zona Territorial Centro - Ocidental da Rede Social

Freguesias	2005		2006		2007		2008	
	Nº de Fam.	Nº de Benef.	Nº de Fam.	Nº de Benef.	Nº de Fam.	Nº de Benef.	Nº de Fam.	Nº de Benef.
Ajuda	127	380	260	763	308	969	433	1.349
Alcântara	46	105	96	208	142	331	193	458
Alto do Pina	36	116	59	175	84	254	100	309
Alvalade	9	19	17	34	18	45	30	75
Campo Grande	60	191	94	290	99	362	119	433
Campolide	45	120	74	222	113	326	170	447
Nossa Senhora de Fátima	43	145	94	268	133	371	168	458
Prazeres	13	26	37	79	57	125	66	153
Santa Maria de Belém	21	42	43	92	60	133	83	176
Santo Condestável	30	84	51	130	85	233	135	354
São Francisco Xavier			7	12	9	14	9	22
São João de Brito	17	28	28	43	33	55	47	93
São João de Deus	12	21	25	50	27	56	46	90
São Sebastião da Pedreira	6	12	11	28	12	50	24	79
TOTAL	**465**	**1.289**	**896**	**2.394**	**1.180**	**3.324**	**1.623**	**4.496**

Fonte: Instituto de Informática, IP – MTSS.

A Zona Centro - Ocidental de Lisboa engloba 14 freguesias, das quais se destaca a Ajuda, com mais de 1 300 beneficiários de RSI. Este número representa cerca de três vezes mais o número dos casos registados nas freguesias de Alcântara, Nossa Senhora de Fátima e Campolide, com números próximos dos 450 beneficiários cada uma. Nesta Zona de Lisboa existiam 4 496 beneficiários de RSI, em 2008.

Quadro n.º 27 – Número de Famílias e de Beneficiários de RSI na Zona Territorial Oriental da Rede Social

Freguesias	2005		2006		2007		2008	
	Nº de Fam.	Nº de Benef.	Nº de Fam.	Nº de Benef.	Nº de Fam.	Nº de Benef.	Nº de Fam.	Nº de Benef.
Beato	92	220	154	423	197	528	370	893
Marvila	289	835	560	1.597	767	2.176	1.181	3.190
Santa Maria dos Olivais	207	561	385	1.069	490	1.372	777	2.008
TOTAL	**588**	**1.616**	**1.099**	**3.089**	**1.454**	**4.076**	**2.328**	**6.091**

Fonte: Instituto de Informática, IP – MTSS.

A Zona Oriental inclui as freguesias de Beato, Marvila e Santa Maria dos Olivais, sendo esta última a maior de Lisboa, em área geográfica e em população residente. Contudo, de acordo com a última informação disponível, é a freguesia de Marvila que regista a maior densidade populacional. É nesta freguesia que o número de beneficiários, em 2008, atingiu o valor mais elevado, 3 190 e onde também o número de famílias ultrapassou as 1 100, o que faz com que seja a freguesia de Lisboa, que detém os valores mais elevados de RSI.

Em 2008, na Zona Oriental o total era de 6 091 beneficiários, o que a remete para a segunda posição em termos do número de beneficiários, face à Zona Norte que registava naquele ano, o valor mais elevado (7 087 beneficiários), correspondendo a uma variação de mais 16%.

Quadro n.º 28 – Número de Beneficiários com Prestações de Desemprego, por Tipo de Subsídio e por Freguesia

Freguesias	2005				2006				2007				Ano 2008			
	Subsídio Desemprego	Subsídio Social de Desemprego	Subsídio Social de Desemprego Subsequente	TOTAL	Subsídio Desemprego	Subsídio Social de Desemprego	Subsídio Social de Desemprego Subsequente	TOTAL	Subsídio Desemprego	Subsídio Social de Desemprego	Subsídio Social de Desemprego Subsequente	TOTAL	Subsídio Desemprego	Subsídio Social de Desemprego	Subsídio Social de Desemprego Subsequente	TOTAL
Ajuda	631	61	124	816	595	56	123	774	538	78	99	715	460	119	103	682
Alcântara	526	50	110	686	503	45	116	664	435	66	91	592	375	100	76	551
Alto do Pina	305	30	53	388	294	32	52	378	281	56	53	390	265	49	53	367
Alvalade	240	27	39	306	264	26	35	325	233	32	41	306	189	39	39	267
Ameixoeira	353	38	90	481	342	42	77	461	355	48	73	476	370	72	73	515
Anjos	363	42	63	468	352	44	61	457	327	59	43	429	285	73	54	412
Beato	456	56	82	594	473	45	97	615	421	68	91	580	361	83	84	528
Benfica	1.440	147	267	1.854	1.408	136	252	1.796	1.161	153	227	1.541	1.023	202	185	1.410
Campo Grande	285	30	69	384	263	19	61	343	222	22	36	280	197	35	39	271
Campolide	495	62	82	639	493	49	81	623	434	69	90	593	429	85	74	588
Carnide	607	72	134	813	616	59	142	817	498	92	114	704	449	114	110	673
Castelo	28		5	33	26		6	32	34	5		39	27		8	35
Charneca	254	35	65	354	251	35	77	363	205	51	61	317	218	75	51	344
Coração de Jesus	100	17	26	143	116	12	14	142	91	19	18	128	86	24	20	130
Encarnação	110	8	20	138	107	11	21	139	78	10	20	108	70	21	16	107
Graça	219	27	41	287	236	30	48	314	179	46	37	262	180	61	24	265
Lapa	240	9	49	298	216	15	51	282	187	12	43	242	167	24	40	231
Lumiar	1.157	107	187	1.451	1.138	86	167	1.391	1.022	128	161	1.311	877	174	151	1.202
Madalena	16			16	20			20	9			9	13			13
Mártires	18			18	15			15	12			12	11			11
Marvila	1.563	210	403	2.176	1.544	175	347	2.066	1.323	252	289	1.864	1.179	321	228	1.728
Mercês	150	14	23	187	148	14	24	186	127	18	26	171	127	23	29	179
Nossa Senhora de Fátima	341	34	65	440	339	41	62	442	320	40	38	398	283	49	53	385
Pena	136	19	28	183	165	19	28	212	135	30	32	197	123	46	32	201
Penha de França	379	43	76	498	388	47	80	515	351	58	62	471	342	80	61	483
Prazeres	154	17	25	196	187	16	26	229	174	17	34	225	163	27	37	227
Sacramento	28			28	28		4	32	26	4	4	34	16		4	20
Santa Catarina	136	13	28	177	123	14	21	158	103	12	19	134	91	20	19	130
Santa Engrácia	172	17	29	218	193	20	33	246	156	33	40	229	162	40	34	236
Santa Isabel	163	13	39	215	150	9	30	189	134	18	26	178	125	19	18	162
Santa Justa	32	6		38	28			28	27	8	7	42	21	4	8	33
Santa Maria de Belém	465	29	73	567	457	29	73	559	367	31	72	470	265	40	59	364
Santa Maria dos Olivais	1.545	166	305	2.016	1.542	134	267	1.943	1.348	209	223	1.780	1.140	252	224	1.616
Santiago	27	5		32	24	6		30	26		7	33	18		4	22
Santo Condestável	416	58	95	569	394	48	85	527	391	55	85	531	347	70	71	488
Santo Estêvão	69	4	9	82	63	5	10	78	53	7	13	73	34	10	7	51
Santos-O-Velho	106	11	26	143	108	18	25	151	90	12	24	126	88	14	21	123
São Cristóvão e São Lourenço	43	8	9	60	49	10	10	69	49	8	7	64	54	12	8	74
São Domingos de Benfica	743	47	129	919	723	59	108	890	628	81	99	808	603	97	93	793
São Francisco Xavier	170	5	24	199	143	5	19	167	120	11	23	154	117	19	13	149
São João	431	53	82	566	428	52	80	560	390	59	80	529	354	99	77	530
São João de Brito	237	19	36	292	252	19	35	306	231	31	34	296	222	35	28	285
São João de Deus	245	13	31	289	272	17	37	326	222	26	39	287	183	31	34	248
São Jorge de Arroios	552	63	109	724	569	62	91	722	495	71	87	653	454	106	81	641
São José	85	20	21	126	85	13	19	117	68	13	17	98	69	23	14	106
São Mamede	123	14	24	161	119	9	20	148	99	11	18	128	82	15	17	114
São Miguel	50	4	13	67	49	5	8	62	41	7	13	61	28	11	11	50
São Nicolau	32	4	6	42	33		8	41	27		5	32	26	6	4	36
São Paulo	104	13	21	138	105	12	18	135	98	14	17	129	77	21	19	117
São Sebastião da Pedreira	237	26	40	303	223	22	35	280	211	29	26	266	168	33	32	233
São Vicente de Fora	101	13	26	140	110	13	18	141	96	20	21	137	72	23	21	116
Sé	36		9	45	28			28	30	7	5	42	23	10		33
Socorro	131	17	27	175	125	16	32	173	98	31	17	146	93	39	18	150
Outros	141	16	27	184	68	20	28	116	40	9	17	66	23	9	7	39
TOTAL	17.186	1.812	3.364	22.362	16.990	1.671	3.162	21.823	14.816	2.246	2.824	19.886	13.224	2.954	2.586	18.764

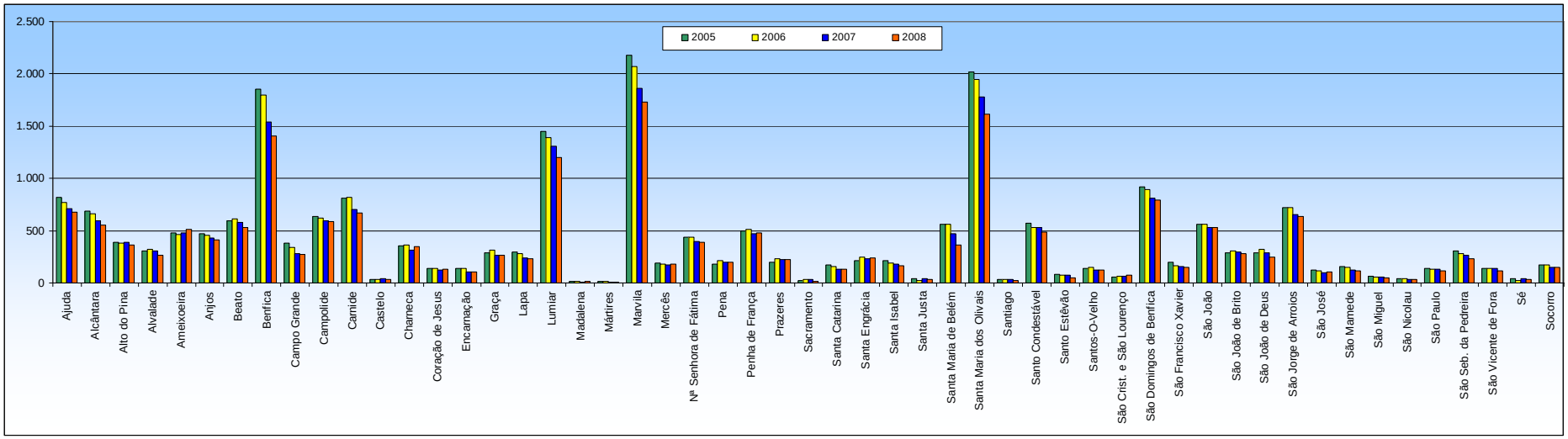
Outros: Situações que não estão contempladas nos totais por freguesia.

Fonte: Instituto de Informática, IP – MTSS.

As Prestações de Desemprego têm vindo a registar, no total do número de beneficiários, um decréscimo progressivo desde 2005. De referir que o total de 22 362 beneficiários em 2005, decresceu para 18 764 em 2008, o que representou menos 16% de beneficiários no total.

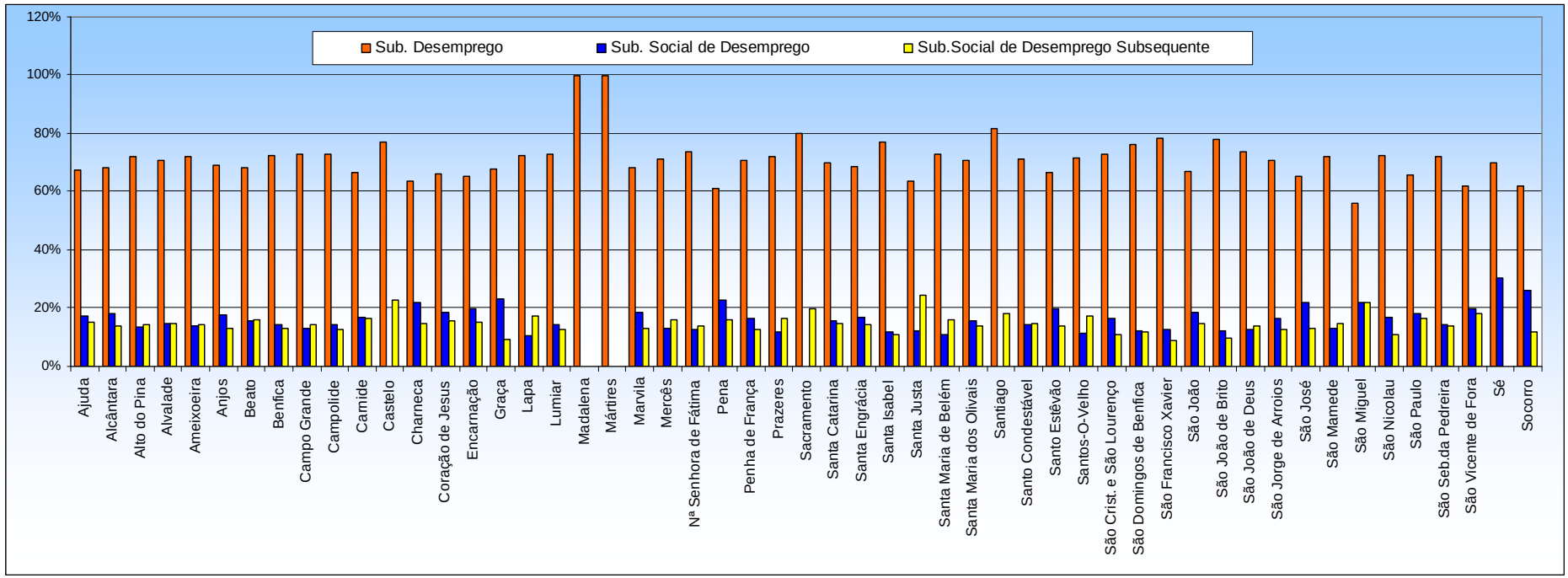
Contudo, o Subsídio Social de Desemprego registou um ligeiro decréscimo entre 2005 e 2006 (cerca de 7%), tendo, no entanto, no triénio de 2006/2008 registado um aumento de 77%. O Subsídio Social de Desemprego Subsequente manteve igualmente decréscimos pouco significativos no período entre 2005 e 2008. No entanto, esse decréscimo traduziu-se em 23% se observarmos apenas os totais de 2005 e 2008.

Gráfico n.º 11 – Número de Beneficiários com Prestações de Desemprego, por Freguesia



Fonte: Instituto de Informática, IP – MTSS.

Gráfico n.º 12 – Número de Beneficiários com Prestações de Desemprego, por Tipo de Subsídio e por Freguesia



Fonte: Instituto de Informática, IP – MTSS.

Quadro n.º 29 – Número de Beneficiários com Prestações de Desemprego, por Tipo de Subsídio e por Zonas Territoriais da Rede Social

ZONAS	2005				2006				2007				Ano 2008			
	Subsídio Desemprego	Subsídio Social de Desemprego	Subsídio Social de Desemprego Subsequente	TOTAL	Subsídio Desemprego	Subsídio Social de Desemprego	Subsídio Social de Desemprego Subsequente	TOTAL	Subsídio Desemprego	Subsídio Social de Desemprego	Subsídio Social de Desemprego Subsequente	TOTAL	Subsídio Desemprego	Subsídio Social de Desemprego	Subsídio Social de Desemprego Subsequente	TOTAL
ZONA NORTE	4.554	446	872	5.872	4.478	417	823	5.718	3.869	553	735	5.157	3.540	734	663	4.937
ZONA SUL	4.180	457	809	5.446	4.206	456	760	5.422	3.636	592	708	4.936	3.318	824	669	4.811
ZONA CENTRO-OCIDENTAL	4.747	461	866	6.074	4.679	424	840	5.943	4.179	563	761	5.503	3.663	731	711	5.105
ZONA ORIENTAL	3.564	432	790	4.786	3.559	354	711	4.624	3.092	529	603	4.224	2.680	656	536	3.872
OUTROS	141	16	27	184	68	20	28	116	40	9	17	66	23	9	7	39
TOTAL	**17.186**	**1.812**	**3.364**	**22.362**	**16.990**	**1.671**	**3.162**	**21.823**	**14.816**	**2.246**	**2.824**	**19.886**	**13.224**	**2.954**	**2.586**	**18.764**

Outros: Situações que não estão contempladas nos totais por freguesia.

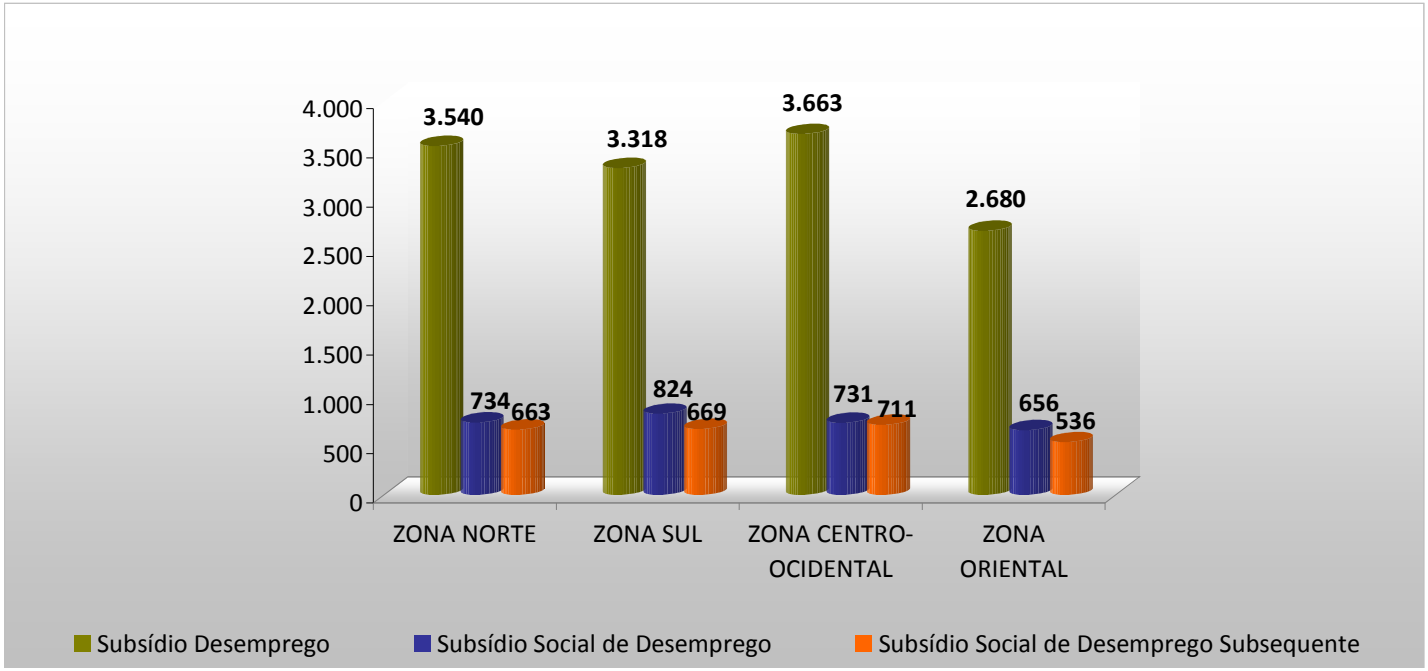
Fonte: Instituto de Informática, IP – MTSS.

As Prestações de Desemprego registavam, em 2008, o maior número de beneficiários nas Zonas Centro-Ocidental e Norte, muito embora a diferença que distanciava esta última da Zona Sul fosse apenas de, aproximadamente, 1 000 beneficiários no total, o que remetia a Zona Oriental para o último lugar. De referir, no entanto, que é na Zona Oriental que se situam as duas freguesias que mais beneficiários registavam no seu total, em 2008, Marvila (1 728) e Santa Maria dos Olivais (1 616).

Das 53 freguesias de Lisboa foram Marvila e Santa Maria dos Olivais que, entre 2005 e 2008, registaram o número mais elevado de beneficiários de Prestações de Desemprego. Benfica e Lumiar também apresentavam, naquele período um número de beneficiários mais elevado do que a maioria das outras freguesias, o que evidencia a prevalência de população em idade activa e em situação de desemprego maioritariamente em duas freguesias na Zona Oriental e em duas freguesias na Zona Norte da cidade.

De acordo com os dados relativos às quatro Zonas Territoriais de Lisboa, em 2008, relativamente às Prestações de Desemprego, por tipo de Subsídio, o Gráfico nº 13 ilustra a similaridade entre o total de beneficiários, quer de Subsídio Social de Desemprego quer de Subsídio Social de Desemprego Subsequente, em todas elas. Isto é, o total de beneficiários de ambas as Prestações não apresenta valores muito díspares em cada uma das Zonas Territoriais, sendo de referir que é na Zona Sul que, no entanto se verifica o valor mais elevado (824 beneficiários) relativamente ao Subsídio Social de Desemprego.

Gráfico n.º 13 - Número de Beneficiários com Prestações de Desemprego, por Tipo de Subsídio e por Zonas Territoriais da Rede Social de Lisboa em 2008



Fonte: Instituto de Informática, IP – MTSS.

Quadro n.º 30 - Beneficiários com Prestações de Desemprego, por Tipo de Subsídio na Zona Territorial Norte da Rede Social

Freguesias	2005				2006				2007				Ano 2008			
	Subsídio Desemprego	Subsídio Social de Desemprego	Subsídio Social de Desemprego Subsequente	TOTAL	Subsídio Desemprego	Subsídio Social de Desemprego	Subsídio Social de Desemprego Subsequente	TOTAL	Subsídio Desemprego	Subsídio Social de Desemprego	Subsídio Social de Desemprego Subsequente	TOTAL	Subsídio Desemprego	Subsídio Social de Desemprego	Subsídio Social de Desemprego Subsequente	TOTAL
Ameixoeira	353	38	90	**481**	342	42	77	**461**	355	48	73	**476**	370	72	73	**515**
Benfica	1.440	147	267	**1.854**	1.408	136	252	**1.796**	1.161	153	227	**1.541**	1.023	202	185	**1.410**
Carnide	607	72	134	**813**	616	59	142	**817**	498	92	114	**704**	449	114	110	**673**
Charneca	254	35	65	**354**	251	35	77	**363**	205	51	61	**317**	218	75	51	**344**
Lumiar	1.157	107	187	**1.451**	1.138	86	167	**1.391**	1.022	128	161	**1.311**	877	174	151	**1.202**
São Domingos de Benfica	743	47	129	**919**	723	59	108	**890**	628	81	99	**808**	603	97	93	**793**
TOTAL	**4.554**	**446**	**872**	**5.872**	**4.478**	**417**	**823**	**5.718**	**3.869**	**553**	**735**	**5.157**	**3.540**	**734**	**663**	**4.937**

Outros: Situações que não estão contempladas nos totais por freguesia.

Fonte: Instituto de Informática, IP – MTSS.

Ao analisar os dados das Prestações de Desemprego, na Zona Norte, verifica-se que, em 2008, era a freguesia de Benfica que registava o maior número de beneficiários, logo seguida do Lumiar, o que representava 28,5% e 24,3%, respectivamente, do total de beneficiários naquela Zona (4 937).

Quadro n.º 31 - Beneficiários com Prestações de Desemprego, por Tipo de Subsídio na Zona Territorial Sul da Rede Social

Freguesias	2005				2006				2007				Ano 2008			
	Subsídio Desemprego	Subsídio Social de Desemprego	Subsídio Social de Desemprego Subsequente	TOTAL	Subsídio Desemprego	Subsídio Social de Desemprego	Subsídio Social de Desemprego Subsequente	TOTAL	Subsídio Desemprego	Subsídio Social de Desemprego	Subsídio Social de Desemprego Subsequente	TOTAL	Subsídio Desemprego	Subsídio Social de Desemprego	Subsídio Social de Desemprego Subsequente	TOTAL
Anjos	363	42	63	468	352	44	61	457	327	59	43	429	285	73	54	412
Castelo	28		5	33	26		6	32	34	5		39	27		8	35
Coração de Jesus	100	17	26	143	116	12	14	142	91	19	18	128	86	24	20	130
Encarnação	110	8	20	138	107	11	21	139	78	10	20	108	70	21	16	107
Graça	219	27	41	287	236	30	48	314	179	46	37	262	180	61	24	265
Lapa	240	9	49	298	216	15	51	282	187	12	43	242	167	24	40	231
Madalena	16			16	20			20	9			9	13			13
Mártires	18			18	15			15	12			12	11			11
Mercês	150	14	23	187	148	14	24	186	127	18	26	171	127	23	29	179
Pena	136	19	28	183	165	19	28	212	135	30	32	197	123	46	32	201
Penha de França	379	43	76	498	388	47	80	515	351	58	62	471	342	80	61	483
Sacramento	28			28	28		4	32	26	4	4	34	16		4	20
Santa Catarina	136	13	28	177	123	14	21	158	103	12	19	134	91	20	19	130
Santa Engrácia	172	17	29	218	193	20	33	246	156	33	40	229	162	40	34	236
Santa Isabel	163	13	39	215	150	9	30	189	134	18	26	178	125	19	18	162
Santa Justa	32	6		38	28			28	27	8	7	42	21	4	8	33
Santiago	27	5		32	24	6		30	26		7	33	18		4	22
Santo Estêvão	69	4	9	82	63	5	10	78	53	7	13	73	34	10	7	51
Santos-O-Velho	106	11	26	143	108	18	25	151	90	12	24	126	88	14	21	123
São Cristóvão e São Lourenç	43	8	9	60	49	10	10	69	49	8	7	64	54	12	8	74
São João	431	53	82	566	428	52	80	560	390	59	80	529	354	99	77	530
São Jorge de Arroios	552	63	109	724	569	62	91	722	495	71	87	653	454	106	81	641
São José	85	20	21	126	85	13	19	117	68	13	17	98	69	23	14	106
São Mamede	123	14	24	161	119	9	20	148	99	11	18	128	82	15	17	114
São Miguel	50	4	13	67	49	5	8	62	41	7	13	61	28	11	11	50
São Nicolau	32	4	6	42	33		8	41	27		5	32	26	6	4	36
São Paulo	104	13	21	138	105	12	18	135	98	14	17	129	77	21	19	117
São Vicente de Fora	101	13	26	140	110	13	18	141	96	20	21	137	72	23	21	116
Sé	36		9	45	28			28	30	7	5	42	23	10		33
Socorro	131	17	27	175	125	16	32	173	98	31	17	146	93	39	18	150
TOTAL	**4.180**	**457**	**809**	5.446	**4.206**	**456**	**760**	5.422	**3.636**	**592**	**708**	4.936	**3.318**	**824**	**669**	4.811

Outros: Situações que não estão contempladas nos totais por freguesia.

Fonte: Instituto de Informática, IP – MTSS.

Como já atrás foi referido a Zona Sul é constituída por 30 freguesias das quais, S. Jorge de Arroios e S. João são as que têm vindo a registar, desde 2005, o maior número de beneficiários de Prestações de Desemprego. Em 2008 S. Jorge detinha 13% e S. João 11% do total dos beneficiários daquela Zona. Ainda naquele ano, na Penha de França verificava-se o terceiro total mais elevado do número de beneficiários (10%).

Quadro n.º 32 - Beneficiários com Prestações de Desemprego, por Tipo de Subsídio na Zona Territorial Centro-Ocidental da Rede Social

Freguesias	2005				2006				2007				Ano 2008			
	Subsídio Desemprego	Subsídio Social de Desemprego	Subsídio Social de Desemprego Subsequente	TOTAL	Subsídio Desemprego	Subsídio Social de Desemprego	Subsídio Social de Desemprego Subsequente	TOTAL	Subsídio Desemprego	Subsídio Social de Desemprego	Subsídio Social de Desemprego Subsequente	TOTAL	Subsídio Desemprego	Subsídio Social de Desemprego	Subsídio Social de Desemprego Subsequente	TOTAL
Ajuda	631	61	124	**816**	595	56	123	**774**	538	78	99	**715**	460	119	103	**682**
Alcântara	526	50	110	**686**	503	45	116	**664**	435	66	91	**592**	375	100	76	**551**
Alto do Pina	305	30	53	**388**	294	32	52	**378**	281	56	53	**390**	265	49	53	**367**
Alvalade	240	27	39	**306**	264	26	35	**325**	233	32	41	**306**	189	39	39	**267**
Campo Grande	285	30	69	**384**	263	19	61	**343**	222	22	36	**280**	197	35	39	**271**
Campolide	495	62	82	**639**	493	49	81	**623**	434	69	90	**593**	429	85	74	**588**
Nossa Senhora de Fátima	341	34	65	**440**	339	41	62	**442**	320	40	38	**398**	283	49	53	**385**
Prazeres	154	17	25	**196**	187	16	26	**229**	174	17	34	**225**	163	27	37	**227**
Santa Maria de Belém	465	29	73	**567**	457	29	73	**559**	367	31	72	**470**	265	40	59	**364**
Santo Condestável	416	58	95	**569**	394	48	85	**527**	391	55	85	**531**	347	70	71	**488**
São Francisco Xavier	170	5	24	**199**	143	5	19	**167**	120	11	23	**154**	117	19	13	**149**
São João de Brito	237	19	36	**292**	252	19	35	**306**	231	31	34	**296**	222	35	28	**285**
São João de Deus	245	13	31	**289**	272	17	37	**326**	222	26	39	**287**	183	31	34	**248**
São Sebastião da Pedreira	237	26	40	**303**	223	22	35	**280**	211	29	26	**266**	168	33	32	**233**
TOTAL	**4.747**	**461**	**866**	**6.074**	**4.679**	**424**	**840**	**5.943**	**4.179**	**563**	**761**	**5.503**	**3.663**	**731**	**711**	**5.105**

Outros: Situações que não estão contempladas nos totais por freguesia.

Fonte: Instituto de Informática, IP – MTSS.

A Zona Centro-Ocidental engloba 14 freguesias das quais se destacam, a Ajuda e Campolide, por registarem, em 2008, o maior número de beneficiários de Prestações de Desemprego, 13,3% e 11,5% respectivamente. Alcântara é a terceira freguesia, com um total de beneficiários também elevado, em relação às restantes freguesias, registando 10,7%.

Quadro n.º 33 - Beneficiários com Prestações de Desemprego, por Tipo de Subsídio na Zona Territorial Oriental da Rede Social

Freguesias	2005				2006				2007				Ano 2008			
	Subsídio Desemprego	Subsídio Social de Desemprego	Subsídio Social de Desemprego Subsequente	TOTAL	Subsídio Desemprego	Subsídio Social de Desemprego	Subsídio Social de Desemprego Subsequente	TOTAL	Subsídio Desemprego	Subsídio Social de Desemprego	Subsídio Social de Desemprego Subsequente	TOTAL	Subsídio Desemprego	Subsídio Social de Desemprego	Subsídio Social de Desemprego Subsequente	TOTAL
Beato	456	56	82	594	473	45	97	615	421	68	91	580	361	83	84	528
Marvila	1.563	210	403	2.176	1.544	175	347	2.066	1.323	252	289	1.864	1.179	321	228	1.728
Santa Maria dos Olivais	1.545	166	305	2.016	1.542	134	267	1.943	1.348	209	223	1.780	1.140	252	224	1.616
TOTAL	**3.564**	**432**	**790**	**4.786**	**3.559**	**354**	**711**	**4.624**	**3.092**	**529**	**603**	**4.224**	**2.680**	**656**	**536**	**3.872**

Outros: Situações que não estão contempladas nos totais por freguesia.

Fonte: Instituto de Informática, IP – MTSS.

Da observação das 3 freguesias da Zona Oriental de Lisboa constata-se que, em 2008, as freguesias de Marvila e Santa Maria dos Olivais, registavam totais de beneficiários muito próximos, o que representava 44,6% e 43,3%, respectivamente. De referir, que nesta Zona o total de beneficiários com Prestações de Desemprego registou um decréscimo progressivo entre 2005 (4 786) e 2008 (3 872). Durante este quadriénio verificou-se um decréscimo de ano para ano, cifrando-se a diferença percentual, entre 2005 e 2008, em menos 19% no número total de beneficiários.

Quadro n.º 34 – Número de Pensionistas de Velhice em Lisboa

	2005	2006	2007	2008
Pensão Velhice	128.302	129.859	130.947	131.722
Pensão Social Velhice	2.262	2.098	2.035	2.036
Total de Pensão de Velhice	130.564	131.957	132.982	133.758

Fonte: Instituto de Informática, IP – MTSS.

Quadro n.º 35 – Número de Pensionistas de Invalidez em Lisboa

	2005	2006	2007	2008
Pensão Invalidez	21.365	20.110	18.684	17.062
Pensão Social Invalidez	2.007	1.935	1.952	1.991
Total de Pensão de Invalidez	23.372	22.045	20.636	19.053

Fonte: Instituto de Informática, IP – MTSS.

Quadro n.º 36 – Número de Pensionistas de Sobrevivência em Lisboa

	2005	2006	2007	2008
Pensão Sobrevivência	47.617	47.485	47.162	46.649
Pensão Social Sobrevivência	156	154	138	126
Total de Pensão de Sobrevivência	47.773	47.639	47.300	46.775

Fonte: Instituto de Informática, IP – MTSS.

Em Lisboa o número de indivíduos com Pensão de Velhice registou um aumento progressivo entre 2005 e 2008, o mesmo já não se verificando com a Pensão Social de Velhice que, de 2005 até 2008, revelou um decréscimo no número de beneficiários, passando de 2 262 para 2 036.

O número de pensionistas de Invalidez e de pensionistas de Sobrevivência em Lisboa, revelou igualmente um decréscimo no seu total de 2005 para 2008. O número de pensionistas de Invalidez diminuiu em 20% de 2005 em relação a 2008 e o número de pensionistas de Sobrevivência, no mesmo período, registou, em Lisboa, também um decréscimo, mas com discreta representatividade, apenas 2%.

As Pensões Sociais, Velhice, Invalidez e Sobrevivência evidenciaram, durante o período em análise (2005-2008), oscilações pouco significativas, que, nalguns anos, representavam um aumento de 17 beneficiários (Invalidez, 2006-2007) e noutros, uma diminuição de 16 beneficiários (Sobrevivência, 2006-2007).

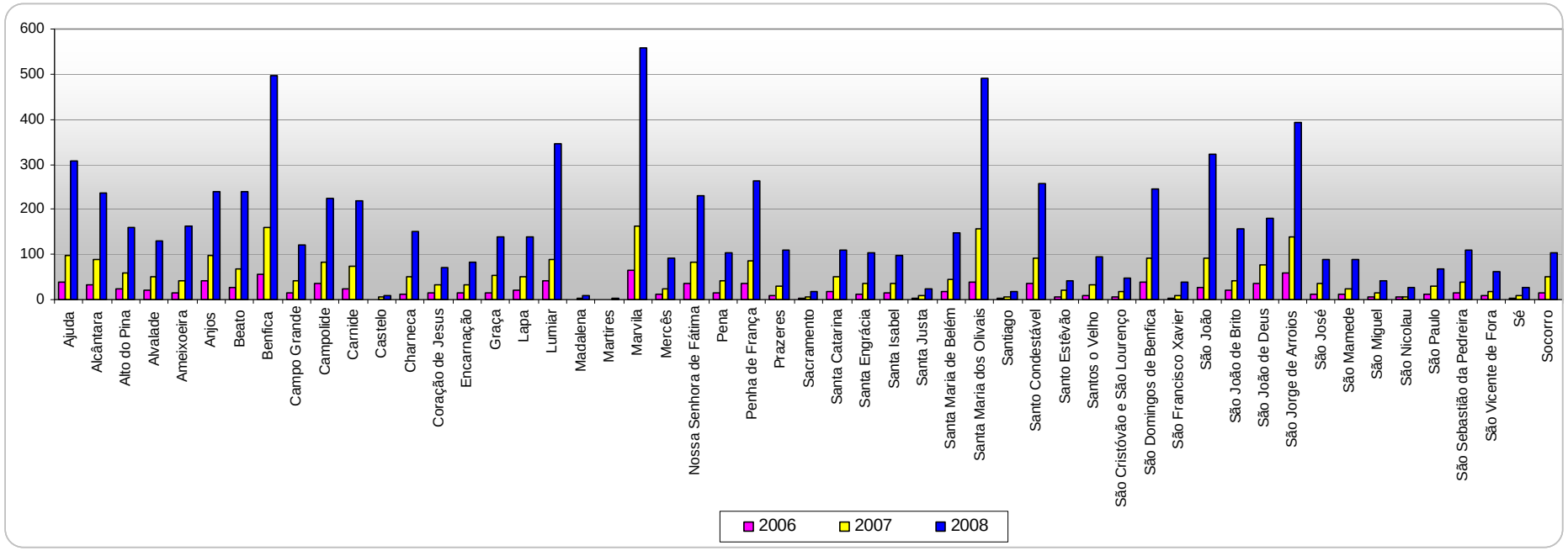
Quadro n.º 37 – Número de Beneficiários de Complemento Solidário para Idosos (CSI)

Freguesias	2006	2007	2008
Ajuda	37	97	306
Alcântara	33	89	237
Alto do Pina	25	59	159
Alvalade	21	50	130
Ameixoeira	14	40	163
Anjos	41	98	238
Beato	27	69	240
Benfica	56	161	498
Campo Grande	16	41	120
Campolide	36	82	226
Carnide	23	75	220
Castelo		5	10
Charneca	11	50	150
Coração de Jesus	16	32	72
Encarnação	14	32	83
Graça	16	53	138
Lapa	20	49	139
Lumiar	42	90	346
Madalena			9
Martires			
Marvila	66	162	559
Mercês	11	24	91
Nossa Senhora de Fátima	35	83	230
Pena	15	40	103
Penha de França	34	87	262
Prazeres	10	31	109
Sacramento		7	17
Santa Catarina	18	50	110
Santa Engrácia	11	34	104
Santa Isabel	16	34	98
Santa Justa	4	8	24
Santa Maria de Belém	19	44	148
Santa Maria dos Olivais	39	158	492
Santiago		6	18
Santo Condestável	36	92	258
Santo Estêvão	7	20	40
Santos o Velho	9	33	94
São Cristóvão e São Lourenço	5	19	47
São Domingos de Benfica	38	93	246
São Francisco Xavier	4	8	39
São João	26	91	323
São João de Brito	22	42	156
São João de Deus	34	77	180
São Jorge de Arroios	59	138	392
São José	11	35	90
São Mamede	11	25	89
São Miguel	6	16	40
São Nicolau	5	7	27
São Paulo	13	29	69
São Sebastião da Pedreira	14	37	108
São Vicente de Fora	8	18	62
Sé	4	8	26
Socorro	14	51	104
Outros	14	36	196
Total	**1.066**	**2.815**	**8.435**

Outros: Situações que não estão contempladas nos totais por freguesia.

Fonte: Instituto de Informática, IP – MTSS.

Gráfico n.º 14 - Número de Beneficiários de Complemento Solidário para Idosos por Freguesia (CSI)



Fonte: Instituto de Informática, IP – MTSS.

O número total de Beneficiários de Complemento Solidário para Idosos em Lisboa registou um aumento muito significativo, cerca de 7 vezes mais, de 2006 para 2008, passando de 1 066 para 8 435 naquele período, situação para a qual também contribuiu a alteração nos critérios de acesso a esta prestação social.

Existem 5 freguesias onde não foi possível apurar com exactidão esses valores ao longo daquele triénio, contudo, nas restantes 48, é generalizado e claro o referido aumento. Em 2008, era Marvila a que revelava o maior número, 559 beneficiários, Benfica e Santa Maria dos Olivais registavam valores muito próximos, 498 e 492, respectivamente.

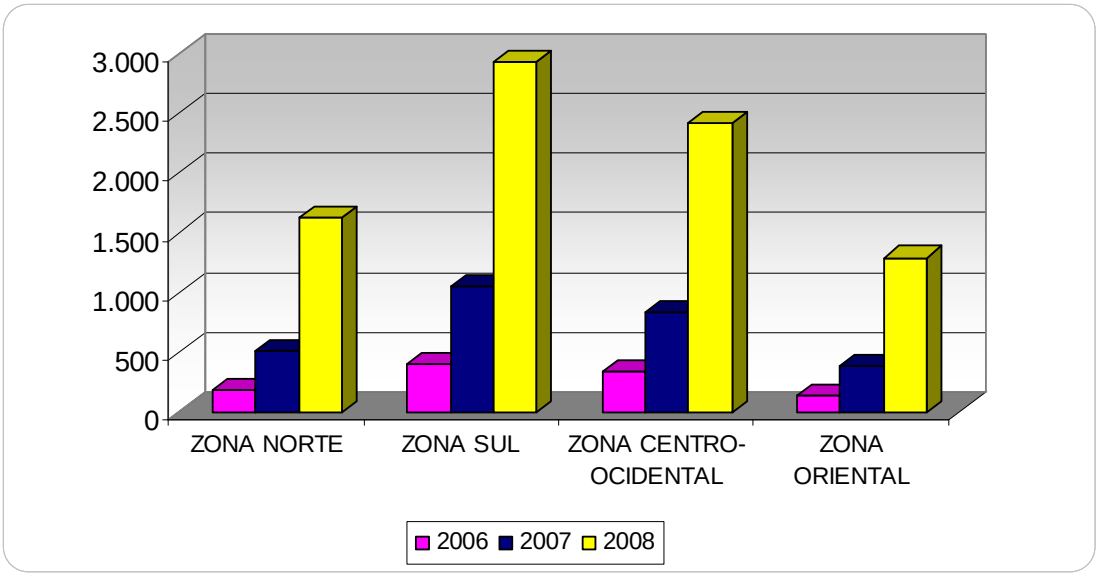
Quadro n.º 38 – Número de Beneficiários de CSI por Zonas Territoriais da Rede Social

Freguesias	2006	2007	2008
ZONA NORTE	184	509	1.623
ZONA SUL	401	1.051	2.922
ZONA CENTRO-OCIDENTAL	342	832	2.406
ZONA ORIENTAL	132	389	1.291
OUTROS	7	34	193
Total	**1.066**	**2.815**	**8.435**

Outros: Situações que não estão contempladas nos totais por freguesia.

Fonte: Instituto de Informática, IP – MTSS.

Gráfico n.º 15 - Número de Beneficiários de CSI por Zonas Territoriais da Rede Social de Lisboa



Fonte: Instituto de Informática, IP – MTSS.

Ao analisar as Zonas Territoriais de Lisboa relativamente ao CSI, em 2008, constata-se que é na Zona Sul, constituída na sua maioria por pequenas freguesias, englobando o casco da cidade, que se verifica o maior número de beneficiários deste Complemento (2 922), o que equivale a 35% do total. A Zona Centro – Ocidental detinha 29% (2 406) beneficiários e a Zona Norte com (1 623 beneficiários), registava 19% do total das quatro Zonas. Por último, a Zona Oriental com 1 291 beneficiários representava 15%.

Quadro n.º 39 – Número de Beneficiários com Prestações de CSI na Zona Territorial Norte da Rede Social

Freguesias	2006	2007	2008
Ameixoeira	14	40	163
Benfica	56	161	498
Carnide	23	75	220
Charneca	11	50	150
Lumiar	42	90	346
São Domingos de Benfica	38	93	246
Total	**184**	**509**	**1.623**

Outros: Situações que não estão contempladas nos totais por freguesia.

Fonte: Instituto de Informática, IP – MTSS.

A Zona Norte de Lisboa registava, em 2008, na freguesia de Benfica, o número de beneficiários mais elevado (498), que representava 30,6% do total das seis freguesias que compõem aquela Zona. O Lumiar detinha 21% (346 beneficiários).

Quadro n.º 40 – Número de Beneficiários com Prestações de CSI na Zona Territorial Sul da Rede Social

Freguesias	2006	2007	2008
Anjos	41	98	238
Castelo	1	5	10
Coração de Jesus	16	32	72
Encarnação	14	32	83
Graça	16	53	138
Lapa	20	49	139
Madalena	1	2	9
Mártires			3
Mercês	11	24	91
Pena	15	40	103
Penha de França	34	87	262
Sacramento	3	7	17
Santa Catarina	18	50	110
Santa Engrácia	11	34	104
Santa Isabel	16	34	98
Santa Justa	4	8	24
Santiago	2	6	18
Santo Estêvão	7	20	40
Santos-O-Velho	9	33	94
São Cristóvão e São Lourenço	5	19	47
São João	26	91	323
São Jorge de Arroios	59	138	392
São José	11	35	90
São Mamede	11	25	89
São Miguel	6	16	40
São Nicolau	5	7	27
São Paulo	13	29	69
São Vicente de Fora	8	18	62
Sé	4	8	26
Socorro	14	51	104
Total	**401**	**1.051**	**2.922**

Fonte: Instituto de Informática, IP – MTSS.

Quadro n.º 41 – Número de Beneficiários com Prestações de CSI na Zona Territorial Centro - Ocidental da Rede Social

Freguesias	2006	2007	2008
Ajuda	37	97	306
Alcântara	33	89	237
Alto do Pina	25	59	159
Alvalade	21	50	130
Campo Grande	16	41	120
Campolide	36	82	226
Nossa Senhora de Fátima	35	83	230
Prazeres	10	31	109
Santa Maria de Belém	19	44	148
Santo Condestável	36	92	258
São Francisco Xavier	4	8	39
São João de Brito	22	42	156
São João de Deus	34	77	180
São Sebastião da Pedreira	14	37	108
Total	**342**	**832**	**2.406**

Fonte: Instituto de Informática, IP – MTSS.

Na Zona Centro – Ocidental, das 14 freguesias que a compõem, era a freguesia da Ajuda que, em 2008, detinha o maior número de beneficiários, 13%.

Santo Condestável é onde se verificava o valor mais próximo do primeiro, não alcançando no entanto, os 300 beneficiários cifrando-se em 11%. Alcântara e Nossa Senhora de Fátima detinham, naquele ano, 10% dos beneficiários desta prestação.

Quadro n.º 42 – Número de Beneficiários com Prestações de CSI na Zona Territorial Oriental da Rede Social

Freguesias	2006	2007	2008
Beato	27	69	240
Marvila	66	162	559
Santa Maria dos Olivais	39	158	492
Total	**132**	**389**	**1.291**

Fonte: Instituto de Informática, IP – MTSS.

Em 2008, os beneficiários de CSI residentes nas freguesias da Zona Oriental eram mais numerosos na freguesia de Marvila, 43% e em Santa Maria dos Olivais, 38%.

Quadro n.º 43 – Número de Titulares com Abono de Família por Freguesia

Freguesias	2005	2006	2007	2008
Ajuda	2.291	2.306	2.481	2.665
Alcântara	1.674	1.655	1.824	1.938
Alto Do Pina	1.316	1.326	1.502	1.632
Alvalade	734	756	873	994
Ameixoeira	1.694	1.734	1.882	2.018
Anjos	1.059	1.099	1.325	1.456
Beato	1.673	1.680	1.773	1.870
Benfica	4.353	4.346	4.637	4.781
Campo Grande	1.142	1.208	1.352	1.463
Campolide	1.739	1.708	1.825	1.892
Carnide	2.695	2.641	2.770	2.848
Castelo	66	63	72	71
Charneca	1.445	1.415	1.484	1.557
Coração De Jesus	301	292	332	360
Encarnação	340	335	358	360
Graça	693	693	767	802
Lapa	812	774	831	874
Lumiar	5.106	5.018	5.284	5.481
Madalena	57	58	54	59
Mártires	65	62	61	63
Marvila	7.051	6.873	7.146	7.298
Mercês	429	407	414	433
Nossa Senhora De Fátima	1.233	1.188	1.268	1.349
Pena	460	460	487	515
Penha De França	1.328	1.318	1.372	1.466
Prazeres	653	638	672	720
Sacramento	160	150	144	131
Santa Catarina	423	419	439	442
Santa Engrácia	530	516	550	583
Santa Isabel	585	541	572	600
Santa Justa	96	87	101	107
Santa Maria De Belém	1.799	1.647	1.629	1.597
Santa Maria Dos Olivais	5.641	5.538	5.866	6.176
Santiago	196	178	165	144
Santo Condestável	1.527	1.465	1.538	1.632
Santo Estêvão	184	169	180	179
Santos-O-Velho	450	413	454	482
São Cristóvão E São Lourenço	192	179	191	206
São Domingos De Benfica	2.037	1.985	2.113	2.297
São Francisco Xavier	556	556	618	711
São João	1.507	1.468	1.585	1.632
São João De Brito	733	696	746	771
São João De Deus	687	655	709	760
São Jorge De Arroios	1.694	1.733	1.973	2.208
São José	290	288	308	339
São Mamede	365	357	377	408
São Miguel	227	205	215	213
São Nicolau	67	77	79	92
São Paulo	355	344	358	374
São Sebastião Da Pedreira	788	863	1.025	1.196
São Vicente De Fora	338	328	341	384
Sé	111	110	122	123
Socorro	434	423	451	471
Outros	349	317	301	269
Total	**62.730**	**61.760**	**65.996**	**69.492**

Outros: Situações que não estão contempladas nos totais por freguesia.

Fonte: Instituto de Informática, IP – MTSS.

O número total de titulares com Abono de Família registou um aumento progressivo no quadriénio 2005/2008, que representou 10% a mais, no número de titulares de 2005 para 2008.

A freguesia de Marvila detinha o valor mais elevado 10,5% do total e Santa Maria dos Olivais registava também em 2008, 8,8% dos referidos titulares.

Lumiar e Benfica eram as outras duas freguesias com o número mais elevado de titulares, registando 7,8% e 6,8%, respectivamente. A título de curiosidade refere-se que as freguesias da Madalena (Baixa Lisboeta), e Mártires (freguesia mais pequena de Lisboa, na Zona do Chiado), eram as que apresentavam os totais mais baixos, relativamente aos titulares de Abono de Família, 0,08% (59 titulares) e 0,09% (63 titulares) respectivamente.

Quadro n.º 44 – Número de Titulares com Abono de Família por Escalão de Rendimento, em Lisboa

Escalão de Rendimentos	2005		2006		2007		2008	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1º Escalão	26.801	42,7	27.145	44,0	27.940	42,3	25.996	37,4
2º Escalão	13.010	20,7	12.508	20,3	13.993	21,2	16.268	23,4
3º Escalão	7.336	11,7	7.016	11,4	7.711	11,7	8.649	12,4
4º Escalão	7.926	12,6	7.676	12,4	8.345	12,6	9.238	13,3
5º Escalão	7.657	12,2	7.415	12,0	8.007	12,1	9.341	13,4
TOTAL	**62.730**	100,0	**61.760**	100,0	**65.996**	100,0	**69.492**	100,0

Fonte: Instituto de Informática, IP – MTSS.

Os titulares com Abono de Família estão distribuídos por cinco escalões de rendimento, correspondendo o 1º escalão aos agregados com os rendimentos mais baixos.

O primeiro escalão, no ano de 2008, detinha 37,4% do total, representando assim a percentagem mais elevada de titulares.

O segundo escalão embora representando 23,4% do total, registava em 2008, menos 9 728 titulares do que o primeiro escalão.

No terceiro escalão verificava-se a percentagem mais baixa 12,4% do total, registando-se nos quarto e quinto escalões percentagens um pouco mais elevadas e muito semelhantes, 13,3% e 13,4%, respectivamente.

Quadro n.º 45 – Número de Titulares de Abono de Família por Escalão de Rendimento e por Freguesia

FREGUESIAS	2008					
	Escalões de Rendimentos					
	1	2	3	4	5	Total
Ajuda	1.181	624	274	350	236	2.665
Alcântara	749	467	232	232	258	1.938
Alto do Pina	688	377	181	208	178	1.632
Alvalade	275	186	144	165	224	994
Ameixoeira	1.084	452	181	170	131	2.018
Anjos	586	322	185	187	176	1.456
Beato	768	525	240	206	131	1.870
Benfica	1.648	1.071	672	663	727	4.781
Campo Grande	539	326	157	219	222	1.463
Campolide	760	485	229	212	206	1.892
Carnide	1.218	615	317	308	390	2.848
Castelo	28	23	8	8	4	71
Charneca	906	409	126	84	32	1.557
Coração de Jesus	108	80	43	63	66	360
Encarnação	136	69	47	48	60	360
Graça	329	208	107	83	75	802
Lapa	233	185	91	157	208	874
Lumiar	1.872	1.174	594	733	1.108	5.481
Madalena	25	18	8	4	4	59
Mártires	17	17	11	9	9	63
Marvila	3.320	1.977	922	740	339	7.298
Mercês	155	117	62	38	61	433
Nossa Senhora de Fátima	467	281	152	191	258	1.349
Pena	206	153	61	54	41	515
Penha de França	484	376	206	201	199	1.466
Prazeres	255	172	98	96	99	720
Sacramento	73	23	11	18	6	131
Santa Catarina	150	135	64	56	37	442
Santa Engrácia	234	151	63	79	56	583
Santa Isabel	178	126	86	88	122	600
Santa Justa	51	26	10	11	9	107
Santa Maria de Belém	373	308	221	328	367	1.597
Santa Maria dos Olivais	2.106	1.416	837	930	887	6.176
Santiago	98	14	16	7	9	144
Santo Condestável	587	401	208	231	205	1.632
Santo Estêvão	77	47	21	18	16	179
Santos-O-Velho	177	112	59	77	57	482
São Cristóvão E São Lourenço	84	67	24	17	14	206
São Domingos de Benfica	495	450	330	421	601	2.297
São Francisco Xavier	133	117	104	152	205	711
São João	657	405	229	193	148	1.632
São João de Brito	180	145	99	171	176	771
São João de Deus	189	127	86	147	211	760
São Jorge de Arroios	715	520	322	337	314	2.208
São José	133	95	45	45	21	339
São Mamede	110	71	55	79	93	408
São Miguel	115	57	20	14	7	213
São Nicolau	31	27	16	10	8	92
São Paulo	172	105	35	34	28	374
São Sebastião da Pedreira	290	284	190	210	222	1.196
São Vicente de Fora	152	107	51	48	26	384
Sé	58	29	10	14	12	123
Socorro	253	125	46	31	16	471
Outros	88	69	43	43	26	269
TOTAL	**25.996**	**16.268**	**8.649**	**9.238**	**9.341**	**69.492**

Outros: Situações que não estão contempladas nos totais por freguesia.

Fonte: Instituto de Informática, IP – MTSS

Em 2008, Marvila detinha o número mais elevado de titulares de abono de família no 1º escalão de rendimentos, (famílias com rendimentos mais baixos), e no total desta prestação, o que representava 11% do concelho de Lisboa. Santa Maria dos Olivais registava 9%, Lumiar 8% e Benfica 7%.

Da observação do Quadro n.º 45 constata-se que relativamente ao 5º escalão, (onde estão incluídas as famílias com os rendimentos superiores) é a freguesia do Lumiar que apresenta o valor mais elevado, 1 108 titulares, destacando-se assim de todas as outras freguesias, cujo outro total mais elevado, no 5º escalão de rendimentos, é de 887 titulares em Santa Maria dos Olivais.

Ainda no 5º escalão verifica-se que Benfica detinha igualmente um número elevado de famílias, 727.

As freguesias dos Mártires e da Madalena são as que, no 1º escalão de rendimentos, registam o número mais baixo de famílias, 17 e 25, respectivamente, o que reforça o facto de ser nesta zona de Lisboa que residem menos titulares de abono de família e com baixos rendimentos.

Com valores próximos dos atrás mencionados, de referir ainda a freguesia do Castelo (28 titulares) e de são Nicolau (31).

Em síntese, em 2008, nas Zonas Oriental e Norte encontravam-se as 4 freguesias onde residia o maior número de titulares de Abono de Família de Lisboa, que se encontravam posicionados no 1º escalão de rendimentos por apresentarem escassos rendimentos económicos.

Ainda no âmbito da Vulnerabilidade Social é de referir a toxicodependência, comummente definida como a redução dos recursos sociais, psicológicos e neurohormonais de uma pessoa em resultado de um consumo problemático de substâncias legais ou ilegais.

É cada vez mais incontornável o facto de que ao falar de mecanismos de exclusão social se fala obrigatoriamente de toxicodependência.

São muitos os estudos, os resultados, os cálculos e taxas sobre este grave fenómeno social, económico e cultural, que cada vez mais impõe a adopção de medidas concertadas no combate à precariedade das condições e das sociedades.

Todos conhecemos alguns dos factores de risco considerados como potenciadores do fenómeno. Contudo nunca é demais referir a natureza transversal da exclusão social e a necessidade de estratégias de natureza multidimensional e sistemática para combater.

Quadro n.º 46 – Número de Toxicodependentes em Tratamento

Rede Pública de Equipamentos

2000	2001	2002	2003	2004	2005
29.204	32.064	31.835	29.596	30.266	31.822

Nota: Cidadãos que recorreram pelo menos uma vez às unidades de consulta durante o ano.
Fonte: IDT.

De acordo com a informação do Instituto da Droga e da Toxicodependência a substância ilícita de maior consumo em Portugal é o *haxixe*, salientando-se o facto de ser a substância principal que preside aos processos de contra-ordenação por consumo de drogas.

Tem-se registado um aumento do número de utentes a nível do internamento e do ambulatório na rede pública de equipamentos de tratamento convencionado, bem como o aumento do número de consultas de seguimento. É também crescente o número de utentes em estruturas de internamento da rede licenciada sem convenção.

Em oposição, de referir a tendência de diminuição do número das primeiras consultas no serviço público, que teve início desde 2000, ainda que nos dois últimos anos essa diminuição seja inferior à dos anos anteriores.

Quadro n.º 47 – Distribuição do Movimento Clínico por Freguesia em 2008

Freguesias	N.º	%
Ajuda	84	3,92
Alcântara	87	4,06
Alto do Pina	34	1,59
Alvalade	32	1,49
Ameixoeira	40	1,87
Anjos	51	2,38
Beato	103	**4,80**
Benfica	212	**9,89**
Campo Grande	20	0,93
Campolide	50	2,33
Carnide	70	3,26
Castelo	5	0,23
Charneca	15	0,70
Coração de Jesus	3	0,14
Encarnação	21	0,98
Graça	34	1,59
Lapa	8	0,37
Lumiar	100	**4,66**
Madalena	3	0,14
Martires	0	0,00
Marvila	255	**11,89**
Mercês	22	1,03
Nossa Senhora de Fátima	19	0,89
Pena	18	0,84
Penha de França	42	1,96
Prazeres	8	0,37
Sacramento	9	0,42
Santa Catarina	24	1,12
Santa Engrácia	17	0,79
Santa Isabel	16	0,75
Santa Justa	6	0,28
Santa Maria de Belém	46	2,15
Santa Maria dos Olivais	235	**10,96**
Santiago	1	0,05
Santo Condestável	49	2,29
Santo Estêvão	15	0,70
Santos o Velho	17	0,79
São Cristóvão e São Lourenço	5	0,23
São Domingos de Benfica	40	1,87
São Francisco Xavier	6	0,28
São João	84	3,92
São João de Brito	26	1,21
São João de Deus	25	1,17
São Jorge de Arroios	45	2,10
São José	21	0,98
São Mamede	8	0,37
São Miguel	12	0,56
São Nicolau	7	0,33
São Paulo	21	0,98
São Sebastião da Pedreira	15	0,70
São Vicente de Fora	20	0,93
Sé	7	0,33
Socorro	31	1,45
TOTAL	2.144	100

Fonte: IDT, Delegação Regional de Lisboa e Vale do Tejo - Movimento Clínico, 2008.

Conforme informação estatística relativa ao ano de 2008, sobre o Movimento Clínico de cidadãos toxicodependentes constata-se que se encontram registados 2 144 indivíduos. Ao observar a sua distribuição pelas 53 freguesias de Lisboa, verifica-se que é Marvila que registava a percentagem mais elevada, 11,8% (255 indivíduos) logo seguida pela freguesia de Santa Maria de Olivais que registava 10,9% do total. Em Benfica a percentagem cifrava-se nos 9,8%, o que correspondia a 212 indivíduos. Beato e Lumiar são aquelas que, das restantes freguesias de Lisboa, apresentavam em 2008, um número de indivíduos registados no Movimento Clínico, que rondava a centena, (103 e 100, respectivamente).

VIH /SIDA

O Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (SIDA) consiste numa série de sintomas decorrentes da infecção pelo Vírus da Imunodeficiência Humana (VIH), o qual ataca o sistema imunitário, destruindo as células que defendem o organismo contra infecções.

A pandemia causada pela infecção por VIH, o agente causal da SIDA é, claramente, um dos maiores problemas médicos e de saúde pública da nossa geração, sendo um dos mais dramáticos flagelos da história das doenças infecciosas.

Um dos factores que contribui para a evolução do VIH é a facilidade com que hoje as pessoas se deslocam, de que resulta o contacto, cada vez mais frequente, entre populações de regiões do globo muito distantes.

A descoberta de anti-retrovíricos e a sua introdução na prática clínica transformaram a infecção VIH/SIDA numa doença de evolução crónica. No entanto, apesar de todos os progressos a epidemia continua a expandir-se, acarretando custos elevados de assistência médica, diminuição de esperança de vida dos infectados e a rejeição social das pessoas infectadas.

Prevenção Primária

- Informar e clarificar aspectos relevantes do ponto de vista da transmissão do vírus e dos comportamentos que a favorecem.

- Passar da noção de “grupo de risco” restricta e tranquilizadora para a noção de comportamento de risco, generalizável e inquietante para promover a prevenção eficaz, a nível de transmissão sexual.

- Análise dos determinantes prováveis dos comportamentos e dos factores que influenciam a modificação de comportamentos no sentido da promoção da saúde.

- Análise da sexualidade dos seropositivos, indispensável à prevenção eficaz.

- Ter em conta que a informação disponível e as normas pessoais e sociais adequadas ainda não são suficientes para a prevenção eficaz. É necessário trabalhar na dimensão emocional da sexualidade para explicar os comportamentos sexuais de risco, (Desejo de evitar uma situação aversiva, criada pela necessidade de lidar com o risco de infecção VIH, pelos afectos negativos, pelas expectativas fatalistas e outras restrições impostas pela consciência do risco de infecção).

- Nas relações *heterossexuais*, torna-se importante analisar a forma como as mulheres se colocam face à prática de sexo seguro, numa relação. A distribuição de poder homem/mulher na relação pareceu determinante para a capacidade de manter o uso do preservativo, num estudo efectuado numa comunidade de mulheres latino-americanas.

- A nível da prevenção em *adolescentes*, dados recentes salientam a importância de múltiplas vertentes, nomeadamente os programas de educação ao nível das escolas, das clínicas de tratamento de doenças sexualmente transmissíveis, de planeamento familiar e de cuidados primários de saúde e ainda a *nível das famílias*, no sentido de melhorar a comunicação entre adolescentes e os seus pais.

- Necessidade de adequar o *material utilizado na prevenção* à idade, à cultura e à experiência sexual das populações alvo. De igual modo deve ser objecto de análise o treino de técnicos de comunicação, negociação e de outros componentes comportamentais, bem como a importância do treino e da atitude dos *orientadores de formação – pares ou professores*.

- Estatísticas recentes revelam que um número crescente de infecções ocorre em pessoas com *idade a partir dos 50 anos*, devido a ausência de intervenções de prevenção específicas dirigidas a adultos mais velhos.

- Desenvolvimento da investigação de forma a permitir o melhor conhecimento e integração de dados epidemiológicos, sócio-culturais e da dinâmica

comportamental da população portuguesa, tendo em conta o princípio científico na promoção da saúde/prevenção de doença "todos os programas necessitam de ser avaliados, em termos dos seus efeitos, a curto e a longo prazo".

Prevenção Pós-exposição:

- Testes de rastreio e de confirmação,
- Monitorização de alterações importantes da função imune,
- Prevenção e tratamento de infecções,
- Criação de rede de estrutura de apoio a pessoas infectadas com VIH/SIDA:
    - Prestação de cuidados domiciliários
    - Acolhimento residencial
    - Centro de Acompanhamento e Vigilância Terapêutica
    - Centros de Dia
    - Actividades profissionais adaptadas a pessoas infectadas.

Indicadores epidemiológicos e sociais fazem com que se torne urgente a adopção de medidas e respostas integradas e eficazes.

O VIH constitui uma área prioritária na prevenção, tratamento e actuação específica do Plano Nacional de Saúde.

VIH como problemática social com elevados impactos sociais, económicos e culturais sobre os indivíduos, as famílias, os grupos e a sociedade em geral.

Outubro 1983 – foi diagnosticado o 1º caso de SIDA em Portugal.

Desde então e até Dezembro de 2006 foram notificados no CVEDT (Centro de Vigilância Epidemiológica das Doenças Transmissíveis) 30 366 casos de infecção VIH /SIDA. Em 31 de Agosto de 2003 haviam notificados 10 473 casos. A maioria dos casos notificados refere-se a indivíduos toxicodependentes, utilizadores de

drogas por via endovenosa. Contudo, a transmissão heterossexual regista aumento, anualmente, de casos em relação a outras categorias de transmissão.

Quadro n.º 48 – Distribuição dos Casos de SIDA por Perfil / Tipo em Portugal

Perfil/Tipo	%
Utilizadores de drogas injectáveis	45
Associados a transmissão heterossexual	37,5
Associados a transmissão homossexual	11,9
Outros modos de transmissão	5,6
Total de Casos 30.366	

Fonte: Centro de Vigilância Epidemiológica das Doenças Transmissíveis (em 2006). [6]

Tem havido alteração do peso relativo das vias de transmissão. Desde o início da epidemia e até 1999 os utilizadores de drogas injectáveis tinham representado a maior proporção de infectados.

De acordo com as estimativas[7] existirão em Portugal cerca de 32 000 indivíduos infectados com idades entre os 15 e os 49 anos. Para este cálculo de acordo com a média da União Europeia, estipulou-se 30% de infectados sem estarem diagnosticados.

De referir que Portugal apresentava as taxas de incidência mais elevadas da UE quer para os casos de SIDA, como para os novos casos de infecção VIH.

Segundo as Nações Unidas, Portugal é o 3º país da UE com maior número de casos de co-infecção VIH/SIDA e Tuberculose. No entanto, é de salientar alguns aspectos subjacentes a esta matéria:

-Transmissão mãe-filho tem diminuído. Factores relacionados com sucesso na detecção precoce da infecção e na adopção de medidas preventivas.

- Não existem praticamente valores registados de transmissão associada à dádiva de sangue. Factores relacionados com adopção de uma política nacional de segurança de sangue.

[6] Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, Centro de Vigilância Epidemiológica das Doenças Transmissíveis. Infecção VIH/SIDA. A situação em Portugal, 31 de Dezembro de 2006. Doc. 137.
[7] Programa Conjunto das Nações Unidas para a Infecção VIH/SIDA (ONUSIDA) – UNAIDS, 2006 Report on the Global Aids Epidemic.

- A população reclusa continua a registar valores muito elevados de prevalência de infecção por VIH, bem como doutras infecções sexualmente transmitidas – tuberculose e hepatites B e C.

Perante esta realidade é necessário a adopção de determinadas medidas:

- Adoptar medidas e linhas de acção, no combate à propagação da doença e na plena aceitação social e cultural dos doentes.
- Divulgar e dar conhecimento pormenorizado e abrangente de informação sólida sobre esta matéria.
- Reabilitar a informação que está comummente aceite, actualizá-la e corrigi-la sempre que necessário.
- Criar guias e outros instrumentos de suporte sobre a infecção, modos de prevenção alertando para os riscos mais frequentes.
- Desmistificar os *conhecimentos incorrectos* e os mitos mais frequentes, bem como alertar para a existência das atitudes-tipo mais discriminatórias e mais recorrentes.

Em síntese, de referir que relativamente, aos consumos aditivos, existem tendências opostas. De acordo com os últimos dados disponíveis sobre esta temática, constata-se que existe um aumento do consumo de bebidas alcoólicas entre os jovens estudantes do 3º Ciclo do Ensino Básico e do Ensino Secundário e inversamente uma estabilidade nos indicadores de consumo problemático de drogas. Esta estabilidade está relacionada com o decréscimo da proporção de casos de SIDA relacionados com a toxicodependência, num contexto de aumento do número de pessoas que contraíram a doença.

De acordo com os últimos dados do Centro de Vigilância Epidemiológica das Doenças Transmissíveis - Instituto Ricardo Jorge existiam, em Dezembro de 2007 a nível nacional, 32 491 casos de infecção VIH /SIDA. Continuam a ser os distritos de Lisboa, Porto e Setúbal que registam o peso mais significativo nas sinalizações do total de casos de SIDA. Lisboa detém a percentagem mais elevada 41%, Porto 23% e Setúbal 14%.

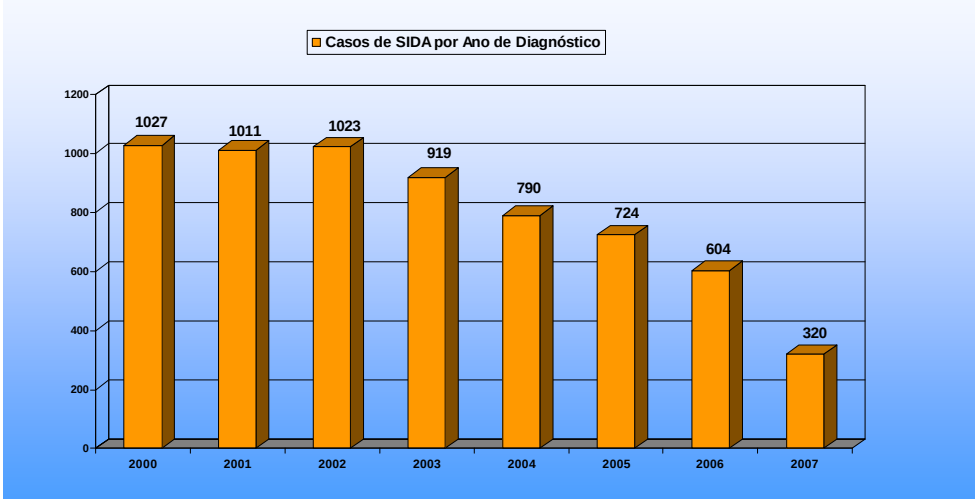
São também estes três distritos que registam o maior peso de casos de SIDA associados à toxicodependência: Lisboa 39%, Porto e Setúbal 32% e 13% respectivamente.

Quadro n.º 49 – Casos de SIDA em Território Nacional por Ano de Diagnóstico

Ano	Casos de SIDA
2000	1.027
2001	1.011
2002	1.023
2003	919
2004	790
2005	724
2006	604
2007	320

Fonte: Centro de Vigilância Epidemiológica das Doenças Transmissíveis.

Gráfico n.º 16 - Casos de Sida em Território Nacional por Ano de Diagnóstico



Fonte: Centro de Vigilância Epidemiológica das Doenças Transmissíveis.

De acordo com o Gráfico n.º 16 verifica-se que, apenas entre 2001 e 2002, se registou uma discreta subida no número de casos de SIDA diagnosticados. A partir de 2002 e até 2007 este número tem vindo a revelar uma variação anual, que entre 2006 e 2007 representou menos 47%.

1.4. Diversidade Cultural

A riqueza das nações passa cada vez mais, também, pelo capital social e cultural das suas populações, pressupondo uma responsabilidade social partilhada por todos os seus intervenientes.

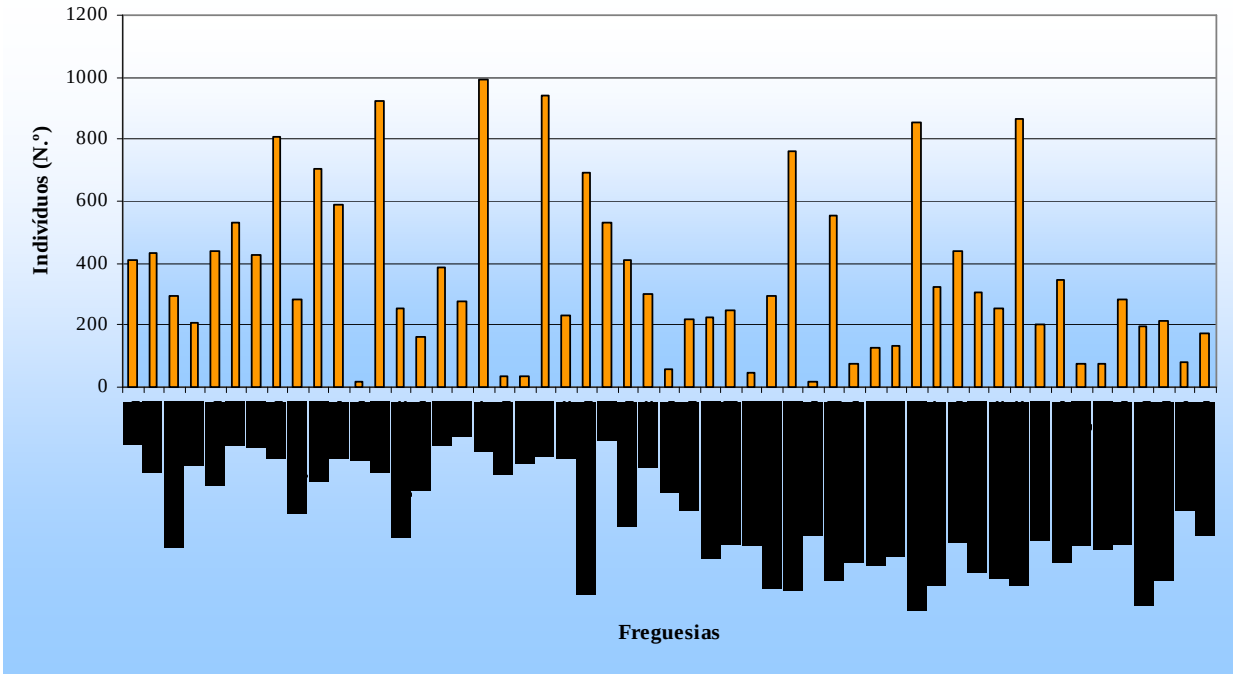
De acordo com a Organização das Nações Unidas, 3% da população mundial em 2005, não residia no país onde tinha nascido e a tendência para a circulação de pessoas é, definitivamente para aumentar nos próximos anos, não somente pelo efeito significativo das calamidades naturais, mas igualmente devido à existência de conflitos sociais, culturais e políticos. Esta realidade tende a condicionar as opções de populações e grupos culturais e étnicos sobre a permanência ou abandono do seu país de origem.

As migrações tendem também a adquirir um carácter relacionado, quer com as questões turísticas/lazer, quer com as laborais, sendo que, segundo a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE, *"o número de autorizações de trabalho temporário emitido a trabalhadores estrangeiros em países da OCDE aumentou de maneira constante desde o ano de 2000, sofrendo um aumento de 7% em 2003-2004 e permanecendo igual em 2005, com cerca de 1,8 milhões de trabalhadores temporários admitidos nos países da OCDE durante esse mesmo ano".*[8]

[8] http://www.iom-int/jahia/Jahia/about-migration/facts-and-figures/labour-migration-and-demographics/lang/en
(Tradução livre)

A informação estatística relativa à população estrangeira recenseada no concelho de Lisboa data do Recenseamento Geral da População de 2001.

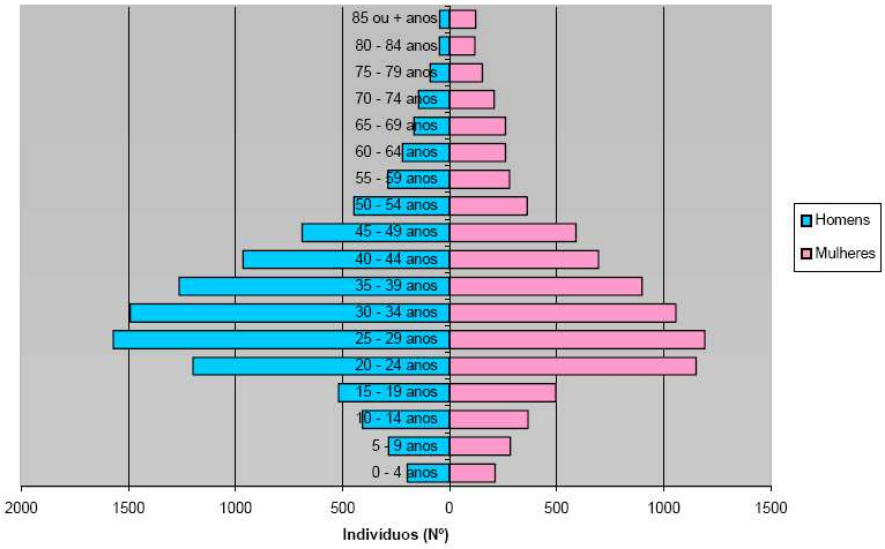
Gráfico n.º 17 - População Estrangeira Residente no Concelho de Lisboa, por Freguesia em 2001



Fonte: INE, Censos 2001.

As freguesias que concentravam um maior número de residentes estrangeiros eram por ordem decrescente as do Lumiar, Marvila, Charneca, São Jorge de Arroios e São Domingos de Benfica.

Gráfico n.º 18 - Pirâmide Etária da População Estrangeira Residente no Concelho de Lisboa em 2001



Fonte: INE, Censos 2001.

A análise da pirâmide etária da população estrangeira em 2001 evidencia maior concentração de população nos escalões etários dos 20 até aos 39 anos em ambos os sexos, população em idade activa.

Quadro n.º 50 - População Estrangeira Residente no Concelho de Lisboa, por Grupos Etários e Freguesia em 2001

Freguesia	Total	Grupos Etários			
		0-19	20-39	40-64	65 e mais
Ajuda	407	71	214	96	26
Alcântara	432	48	288	76	20
Alto do Pina	297	38	167	72	20
Alvalade	206	17	97	53	39
Ameixoeira	440	106	217	101	16
Anjos	528	69	276	143	40
Beato	428	43	258	110	17
Benfica	806	108	421	223	54
Campo Grande	282	41	132	78	31
Campolide	702	94	392	177	39
Carnide	586	103	249	192	42
Castelo	15	-	10	4	1
Charneca	923	245	378	252	48
Coração de Jesus	255	24	131	72	28
Encarnação	161	18	95	35	13
Graça	389	56	217	99	17
Lapa	276	35	121	96	24
Lumiar	990	189	503	254	44
Madalena	36	3	24	8	1
Mártires	32	-	15	11	6
Marvila	942	162	407	300	73
Mercês	233	24	126	60	23
Nossa Senhora de Fátima	693	84	372	175	62
Pena	529	46	349	106	28
Penha de França	407	57	226	104	20
Prazeres	300	40	169	77	14
Sacramento	57	4	35	9	9
Santa Catarina	218	31	122	51	14
Santa Engrácia	227	21	142	54	10
Santa Isabel	249	38	112	72	27
Santa Justa	46	11	19	13	3
Santa Maria de Belém	295	71	124	61	39
Santa Maria dos Olivais	760	116	384	219	41
Santiago	20	1	11	5	3
Santo Condestável	551	72	330	113	36
Santo Estêvão	74	14	42	12	6
Santos-o-Velho	125	14	75	29	7
São Cristóvão e São Lourenço	134	8	88	32	6
São Domingos de Benfica	853	144	457	195	57
São Francisco Xavier	323	78	117	108	20
São João	438	63	255	92	28
São João de Brito	307	25	147	61	74
São João de Deus	253	31	125	65	32
São Jorge de Arroios	865	104	496	206	59
São José	200	27	102	47	24
São Mamede	349	54	152	109	34
São Miguel	75	11	46	15	3
São Nicolau	76	7	40	23	6
São Paulo	282	35	151	79	17
São Sebastião da Pedreira	194	24	94	46	30
São Vicente de Fora	216	17	141	51	7
Sé	80	4	47	19	10
Socorro	174	20	108	36	10
Total do Concelho de Lisboa	**18.736**	**2.766**	**9.816**	**4.796**	**1.358**
%	100%	15%	52%	26%	7%

Fonte: INE, Censos 2001.

O grupo etário que regista a maior percentagem de residentes estrangeiros é o dos 20-39 anos (52%). O escalão dos 65 e mais anos é o que revela menor representatividade, registando apenas 7%.

Quadro n.º 51 – População Residente no Concelho de Lisboa por Naturalidade Não Portuguesa em 2001

Naturalidade não Portuguesa					
Continente			País		
	N.º	%		N.º	%
Europa	8.666	18,1	Países da UE	6.927	79,9
			Outros Países Europeus	1.739	20,1
África	29.899	62,5	África do Sul	285	1,0
			Angola	13.419	44,9
			Cabo Verde	4.936	16,5
			Guiné-Bissau	1.756	5,9
			Moçambique	7.329	24,5
			São Tomé e Príncipe	1.039	3,5
			Outros Países Africanos	1.135	3,8
América	5.495	11,5	Argentina	114	2,1
			Brasil	4.223	76,9
			Canadá	185	3,4
			Estados Unidos da América	451	8,2
			Venezuela	261	4,7
			Outros Países Americanos	261	4,7
Ásia	3.762	7,9	China	466	12,4
			Índia	1.807	48,0
			Japão	54	1,4
			Macau	492	13,1
			Paquistão	297	7,9
			Timor Leste	276	7,3
			Outros Países Asiáticos	370	9,8
Oceania	50	0,1			
Total	**47.872**	**100,0**		**47.822**	

Fonte: INE, Censos 2001.

Em 2001 a cidade registava 47 872 residentes com naturalidade não portuguesa correspondendo a 8,5% da população de Lisboa. Os residentes com naturalidade do continente africano encontravam-se mais representados com 62,5%, salientando-se os naturais de Angola. De referir ainda a preponderância dos indivíduos naturais do Brasil, no universo dos indivíduos do continente americano.

Quadro n.º 52 – Número de Alunos com pelo menos um dos Progenitores com Naturalidade Não Portuguesa ou Pertencente à Comunidade Cigana por Agrupamento de Escolas Básicas do 1.º Ciclo, no Concelho de Lisboa em 2007-2008

Escolas Básicas do 1.º Ciclo - Ano lectivo de 2007/2008			
Agrupamento	Total dos Alunos por Agrupamento de Escolas	Alunos com pelo menos um dos progenitores com naturalidade não portuguesa ou pertencente à comunidade cigana	
	N.º	N.º	%
Escola Básica Integrada 1,2,3/JI Vasco da Gama	196	1	0,5
Alto do Lumiar	845	278	32,9
Alvalade	599	66	11
Bairro Padre Cruz	320	72	22,5
Baixa-Chiado	660	174	26,4
Bartolomeu de Gusmão	624	35	5,6
Belém-Restelo	561	68	12,1
D. Filipa de Lencastre	354	15	4,2
Damião de Góis	658	187	28,4
Delfim Santos	687	83	12,1
Eugénio dos Santos	695	74	10,6
Fernando Pessoa	517	0	-
Francisco Arruda	692	113	16,3
Luís António Verney	487	65	13,3
Luís de Camões	351	37	10,5
Manuel da Maia	491	58	11,8
Marquesa de Alorna	572	162	28,3
Marvila	275	21	7,6
Nuno Gonçalves	763	134	17,6
Olaias	467	143	30,6
Patrício Prazeres	570	74	13
Pedro de Santarém	669	44	6,6
Pintor Almada Negreiros	320	88	27,5
Piscinas - Olivais	643	91	14,2
Professor Lindley Cintra	407	31	7,6
Quinta de Marrocos	357	90	25,2
S. Vicente/Telheiras	622	40	6,4
Santa Maria dos Olivais	609	29	4,8
Telheiras	545	21	3,9
Total do Concelho de Lisboa	**15556**	**2294**	**14,7**

Fonte: Câmara Municipal de Lisboa, Departamento de Educação e Juventude, 2008.

O Quadro n.º 52, apresenta a distribuição dos alunos por agrupamento de escolas básicas do 1.º Ciclo verificando-se que no ano lectivo de 2007/2008, frequentavam o 1.º Ciclo 15 556 alunos, dos quais 2 294 (14,7%) tinham pelo menos um dos progenitores com naturalidade não portuguesa ou pertencente à comunidade cigana.

Quadro n.º 53 – Número de Alunos por Naturalidade de um dos Progenitores ou Pertença à Comunidade Cigana nas Escolas Básicas do 1.º Ciclo no Concelho de Lisboa em 2007/2008

Escolas Básicas do 1.º Ciclo - Ano lectivo de 2007/2008		
Naturalidade de um dos progenitores ou pertença à comunidade cigana		
	N.º de Alunos	%
Comunidade Cigana	577	25,1
Cabo-Verde	377	16,4
Brasil	367	16,1
Angola	275	12,0
Países da Europa de Leste	157	6,8
Índia/Paquistão	128	5,6
Guiné-Bissau	109	4,7
São Tomé e Príncipe	101	4,4
China/Macau	49	2,1
Moçambique	44	1,9
Outros Países Europeus	34	1,5
Outros Países Asiáticos	22	1,0
Outros Países	17	0,7
Outros Países Africanos	15	0,7
Outros Países Americanos	6	0,3
América do Norte	5	0,2
América do Sul	4	0,2
Timor	4	0,2
Países do Médio Oriente	3	0,1
Total	2.294	100,0

Fonte: Câmara Municipal de Lisboa, Departamento de Educação e Juventude, 2008.

Da observação deste Quadro, constata-se que 25,1% das crianças no concelho de Lisboa, nas escolas do 1.º Ciclo da Rede Pública, tinham pelo menos um dos progenitores pertencentes à comunidade cigana. As segundas percentagens com maior expressão são relativas às crianças com pelo menos um dos progenitores com naturalidade de Cabo Verde ou do Brasil.

Quadro n.º 54 - Número de Alunos com pelo menos um dos Progenitores com Naturalidade Não Portuguesa ou Pertencente à Comunidade Cigana por Agrupamento de Escolas com Jardim de Infância da Rede Pública, no Concelho de Lisboa em 2007-2008

Agrupamento	Total dos Alunos por Agrupamento com Jardim de Infância	Alunos com pelo menos um dos progenitores com naturalidade não portuguesa ou pertencente à comunidade cigana	
	N.º	N.º	%
Escola Básica Integrada 1,2,3/JI Vasco da Gama	68	1	1,5
Alto do Lumiar	144	27	18,8
Alvalade	40	7	17,5
Bairro Padre Cruz	120	37	30,8
Baixa-Chiado	76	8	10,5
Bartolomeu de Gusmão	99	8	8,1
Belém-Restelo	199	16	8,0
Damião de Góis	100	25	25,0
Delfim Santos	59	13	22,0
Eugénio dos Santos	80	20	25,0
Fernando Pessoa	233	-	-
Francisco Arruda	142	34	23,9
Luís António Verney	41	6	14,6
Manuel da Maia	95	21	22,1
Marquesa de Alorna	145	57	39,3
Marvila	25	0	0,0
Nuno Gonçalves	20	4	20,0
Olaias	98	36	36,7
Patrício Prazeres	129	20	15,5
Pedro de Santarém	200	18	9,0
Pintor Almada Negreiros	91	23	25,3
Piscinas - Olivais	158	83	52,5
Professor Lindley Cintra	136	46	33,8
Quinta de Marrocos	123	17	13,8
S. Vicente/Telheiras	140	15	10,7
Santa Maria dos Olivais	190	9	4,7
Telheiras	210	14	6,7
Total	**3.161**	**565**	**17,9%**

Fonte: Câmara Municipal de Lisboa, Departamento de Educação e Juventude, 2008.

O Quadro n.º 54, apresenta a distribuição das crianças por agrupamento de escolas com Jardim de Infância verificando-se que no ano lectivo de 2007/2008, eram frequentados por 3 161 crianças das quais 565 (17,9%) tinham pelo menos um dos progenitores com naturalidade não portuguesa ou pertencente à comunidade cigana.

Quadro n.º 55 – Número de Alunos a frequentar os Jardins de Infância da Rede Pública por Naturalidade de um dos Progenitores ou Pertença à Comunidade Cigana no Concelho de Lisboa

Escolas Básicas do 1.º Ciclo - Ano lectivo de 2007/2008		
Naturalidade de um dos progenitores ou pertença à comunidade cigana		
	N.º de Alunos	**%**
Comunidade Cigana	577	25,1
Cabo-Verde	377	16,4
Brasil	369	16,1
Angola	275	12,0
Países da Europa de Leste	157	6,8
Índia/Paquistão	128	5,6
Guiné-Bissau	109	4,7
São Tomé e Príncipe	101	4,4
China/Macau	49	2,1
Moçambique	44	1,9
Outros Países Europeus	34	1,5
Outros Países Asiáticos	22	1,0
Outros Países	17	0,7
Outros Países Africanos	15	0,7
Outros Países Americanos	6	0,3
América do Norte	5	0,2
América do Sul	4	0,2
Timor	4	0,2
Países do Médio Oriente	3	0,1
Total	2296	100,0%

Fonte: Câmara Municipal de Lisboa, Departamento de Educação e Juventude, 2008.

Da observação deste Quadro, constata-se que 27,4% das crianças no concelho de Lisboa, nas escolas da Rede Pública com Jardim de Infância, tinham pelo menos um dos progenitores pertencentes à comunidade cigana. As segundas percentagens com maior expressão são relativas às crianças com pelo menos um dos progenitores com naturalidade de Cabo Verde ou de Angola.

De acordo com os dados de 2006, relativos aos pedidos de estatuto de residente efectuados junto do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, que reflectem a diversidade de países de origem da população estrangeira no concelho de Lisboa, o maior número de solicitações de estatuto de residente, foi de nacionais do Brasil, Ucrânia e Roménia.

Quadro n.º 56 – População Estrangeira que solicitou Estatuto de Residente por Nacionalidade no Concelho de Lisboa em 2006 – Dados Provisórios

Nacionalidade	Total	%	Homens	%	Mulheres	%
Brasil	706	19,3	316	44,8	390	55,2
Ucrânia	488	13,4	288	59,0	200	41,0
Roménia	341	9,3	199	58,4	142	41,6
Cabo Verde	290	7,9	101	34,8	189	65,2
China	267	7,3	150	56,2	117	43,8
Índia	252	6,9	219	86,9	33	13,1
Moldávia	193	5,3	104	53,9	89	46,1
Guiné-Bissau	146	4,0	118	80,8	28	19,2
Bangladesh	125	3,4	106	84,8	19	15,2
Angola	114	3,1	43	37,7	71	62,3
Paquistão	100	2,7	85	85,0	15	15,0
Rússia	89	2,4	41	46,1	48	53,9
São Tomé e Príncipe	89	2,4	27	30,3	62	69,7
Nepal	64	1,8	32	50,0	32	50,0
Guiné	55	1,5	53	96,4	2	3,6
Senegal	44	1,2	34	77,3	10	22,7
Bulgária	32	0,9	20	62,5	12	37,5
Espanha	20	0,5	9	45,0	11	55,0
Outros (62 países)	239	6,5	133	55,6	106	44,4
Total do Concelho de Lisboa	3.654	100,0	2.078	56,9	1.576	43,1

Fonte: SEF, Dados Provisórios de 2006.

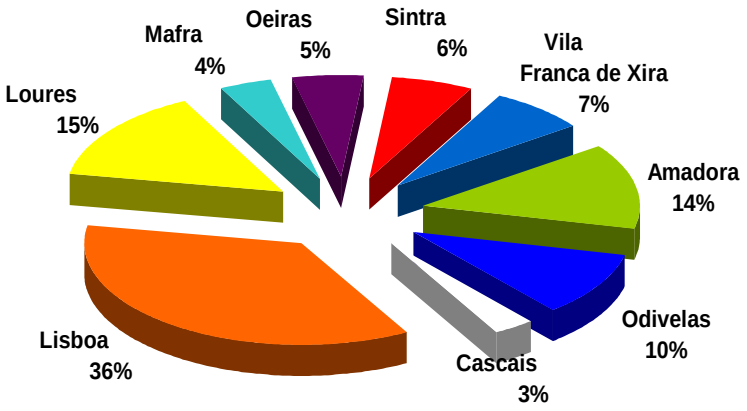
Analisando o número de pedidos de estatuto de residente à escala da Grande Lisboa e da Península de Setúbal em 2006 (dados provisórios), verifica-se que se registou um número de pedidos superior a norte do Tejo, salientando-se o concelho de Lisboa.

Quadro n.º 57 - População Estrangeira que solicitou Estatuto de Residente na Região de Lisboa, por Sexo em 2006

Região de Lisboa			Total
	Homens	Mulheres	
Grande Lisboa	5.543	4.614	10.157
Lisboa	2.078	1.576	3.654
Cascais	114	184	298
Loures	800	690	1.490
Mafra	222	180	402
Oeiras	257	275	532
Sintra	303	331	634
Vila Franca de Xira	416	303	719
Amadora	741	635	1.376
Odivelas	612	440	1.052
Península de Setúbal	3.545	3.007	6.552
Alcochete	68	47	115
Almada	306	375	681
Barreiro	257	238	495
Moita	238	227	465
Montijo	279	240	519
Palmela	329	228	557
Seixal	777	673	1.450
Sesimbra	225	167	392
Setúbal	1.066	812	1.878
Total da Região de Lisboa	**9.088**	**7.621**	**16.709**

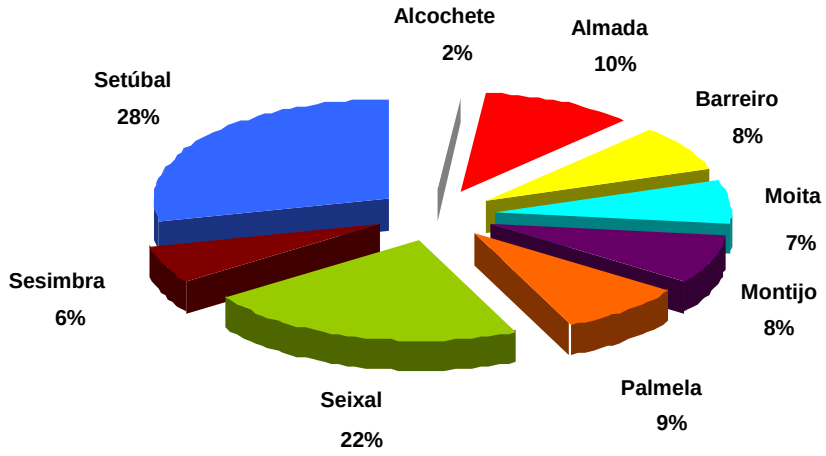
Fonte: SEF, Dados Provisórios 2006.

Gráfico n.º 19 - População Estrangeira que solicitou Estatuto de Residente nos Concelhos da Grande Lisboa em 2006



Fonte: SEF, Dados Provisórios 2006.

Gráfico n.º 20 - População Estrangeira que solicitou Estatuto de Residente nos Concelhos da Península de Setúbal em 2006

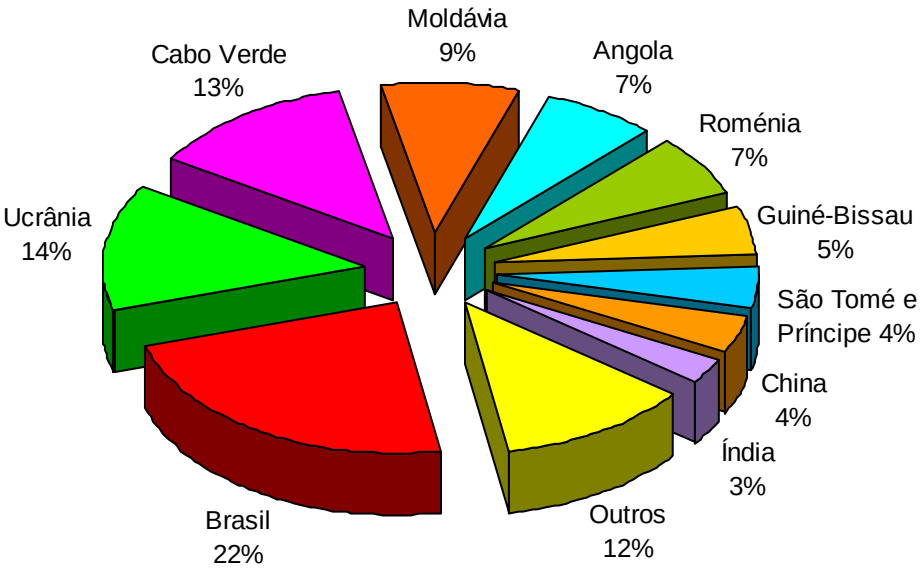


Fonte: SEF, Dados Provisórios 2006.

No ano de 2006, Lisboa (36%), Loures (15%), Amadora (14%) e Odivelas (10%) foram os concelhos da Grande Lisboa que registaram maior número de solicitações do estatuto de residente de população estrangeira.

Nos concelhos de Setúbal (28%) e do Seixal (22%) foi onde se verificou o maior número de pedidos na Península de Setúbal.

Gráfico n.º 21 - Nacionalidades Estrangeiras mais representativas na Região de Lisboa que solicitaram Estatuto de Residente em 2006



Fonte: SEF, Dados Provisórios 2006.

As nacionalidades estrangeiras mais representativas na Região de Lisboa, dos indivíduos que solicitaram estatuto de residente em 2006, foram a brasileira (22%), a ucraniana (14%) e a cabo-verdiana com 13%.

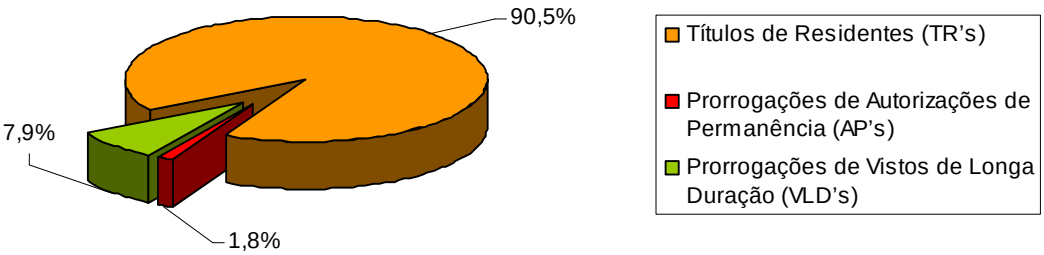
A informação mais desagregada que existe sobre os estrangeiros com situação regular em Portugal encontra-se ao nível do Distrito.

Quadro n.º 58 - População Estrangeira Residente, por Tipo de Situação Regular no Distrito de Lisboa, por Grandes Zonas Geográficas de Origem, em 2007

Zona Geográfica de Origem	Títulos de Residente (TR's)	Prorrogações de Autorizações de Permanência (AP's)	Prorrogações de Vistos de Longa Duração (VLD's)	Total	%
EU	37.886	101	801	38.788	20,5
Outros da Europa	9.682	821	2.219	12.722	6,74
África	86.748	1.011	5.481	93.240	49,5
América	25.172	990	5.218	31.380	16,6
Ásia	10.705	107	1.170	11.982	6,4
Oceânia	217	-	13	230	0,1
Apátrida /Desconhecido	174	-	-	174	0,1
Total	**170.584**	**3.030**	**14.902**	**188.516**	**100**
%	**90,5**	**1,8**	**7,9**	**100**	

Fonte: SEF, Dados Provisórios de 2007; em http://www.sef.pt

Gráfico n.º 22 - População Estrangeira no Distrito de Lisboa em 2007



Fonte: SEF, Dados Provisórios de 2007; em http://www.sef.pt

Em 2007, a população estrangeira residente no Distrito de Lisboa era constituída principalmente por africanos (49,5%), europeus (27,3%) e americanos (16,6%). Do total desta população, 90,5% detinha o título de autorização de residente.

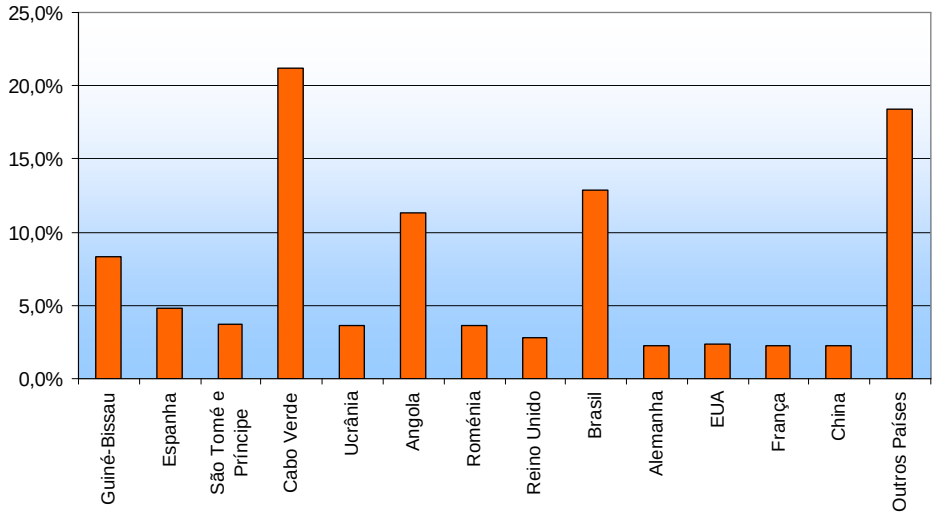
Quadro n.º 59 - População Estrangeira Residente, por Situação Regular e por País de Origem no Distrito de Lisboa, em 2007

País	Títulos de Residentes (TR's)	Prorrogações de Autorizações de Permanência (AP's)	Prorrogações de Vistos de Longa Duração (VLD's)	Total	%
Cabo Verde	38.152	332	1.469	39.953	21,2
Brasil	18.444	973	4.980	24.397	12,9
Angola	19.603	354	1.292	21.249	11,3
Guiné-Bissau	14.580	150	984	15.714	8,3
Espanha	9.132	-	-	9.132	4,8
São Tomé e Príncipe	6.321	110	514	6.945	3,7
Ucrânia	4.999	529	1.329	6.857	3,6
Roménia	5.979	78	714	6.771	3,6
Reino Unido	5.229	-	-	5.229	2,8
EUA	4.485	-	114	4.599	2,4
Alemanha	4.393	-	-	4.393	2,3
França	4.331	-	-	4.331	2,3
China	3.920	27	357	4.304	2,3
Outros Países	31.016	477	3.149	34.642	18,4
Total	**170.584**	**3.030**	**14.902**	**188.516**	**100,0**

Fonte: SEF, Dados Provisórios de 2007; em http://www.sef.pt

Os estrangeiros cujos países de origem são Cabo Verde (21,2% - 39 953), Brasil (12,9% - 24 397) e Angola (11,3% - 21 249) detinham as maiores percentagens de residentes estrangeiros em situação regular no Distrito de Lisboa em 2007.

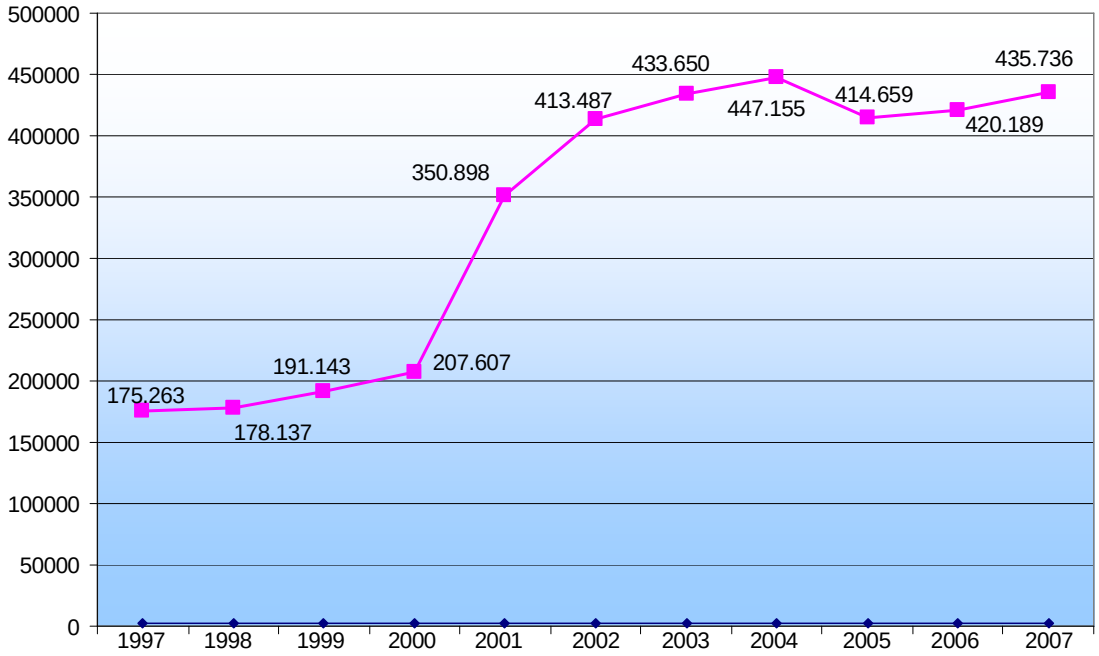
Gráfico n.º 23 - Nacionalidades Estrangeiras mais representativas no Distrito de Lisboa, em 2007



Fonte: SEF, Dados Provisórios 2007; em http://www.sef.pt

Ao nível do país é possível apresentar alguns dados estatísticos que caracterizam a população estrangeira a residir em território nacional e que se encontra em situação regular.

Gráfico n.º 24 - Evolução da População Estrangeira (Total de Residentes, Autorizações de Permanência e Prorrogações de Vistos de Longa Duração) em Portugal, 1997 – 2007



Fonte: SEF (2006 e 2007 - Dados Provisórios); em http://www.sef.pt

Através da análise do gráfico, é possível verificar a subida exponencial de 2000 até 2002 fruto da alteração à lei de estrangeiros[9] que possibilitou a todos os estrangeiros que trabalhavam por conta de outrem a sua regularização através da Autorização de Permanência.

[9] Decreto - Lei n.º 244/98 de 8 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto - Lei n.º 4/2001, de 10 de Janeiro.

1.5. Envelhecimento Activo

A demografia é um dos principais desafios da sociedade europeia. A esperança de vida da sua população tem vindo progressivamente a aumentar devido à melhoria das condições sócio económicas e de saúde, a qual veio permitir ganhos em longevidade. As projecções do Eurostat[10], referem que até 2050 os homens possam ainda ganhar mais 6 anos em longevidade e as mulheres mais 5 anos. Em 2004, a esperança de vida dos portugueses era de 74,2 anos para os homens e de 80,5 anos para as mulheres.

Quadro n.º 60 – Esperança de Vida - Homens

	1960/1964	1970/1974	1980/1984	1990/1994	2000/2003	2004*	2050**
EU-25	67.3	68.5	70.3	72.1	74.7	75.6	81.8
EU-15	67.6	68.9	71.0	73.2	75.8	76.7	82.3
PT	61.2	64.2	67.7	70.8	73.6	74.2	80.4

In EUROPE 'S DEMOGRAPHIC FUTURE: FACTS AND FIGURES ON CHALLENGES AND OPORTUNITIES, European Commission, Directorate-General for Employment, Social Affairs and Equal Opportunities, October 2007.pág.38.

Quadro n.º 61 - Esperança de Vida - Mulheres

	1960/1964	1970/1974	1980/1984	1990/1994	2000/2003	2004**	2050**
EU-25	73.0	75.0	77.2	79.1	81.0	81.8	86.9
EU-15	73.2	75.3	77.7	79.8	81.6	82.4	87.4
PT	66.8	70.8	75.2	77.9	80.3	80.5	86.6

In EUROPE 'S DEMOGRAPHIC FUTURE: FACTS AND FIGURES ON CHALLENGES AND OPORTUNITIES, European Commission, Directorate-General for Employment, Social Affairs and Equal Opportunities, October 2007, pág.39

Estes ganhos em longevidade foram acompanhados pela quebra da fecundidade, tendo sido a média da EU-25 de 1,5 filhos por mulher em 2005. A taxa de fecundidade necessária para a reposição das gerações é estimada em 2,1 filhos por mulher.

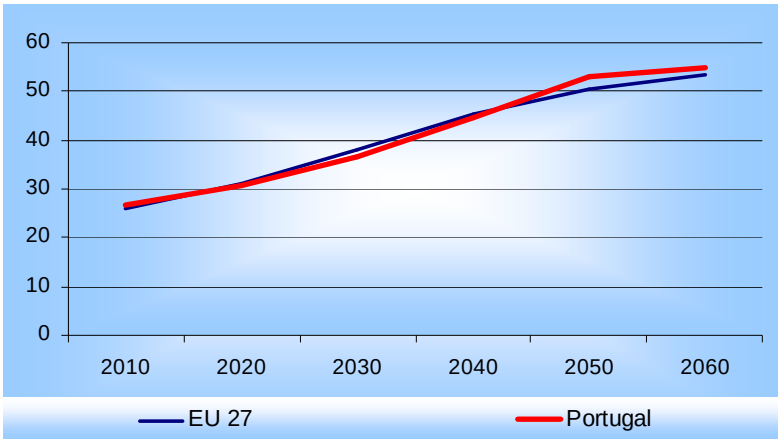
É referido no relatório do Eurostat, que um inquérito do Eurobarómetro realizado em 2006 mostrou que os europeus têm em geral uma atitude positiva em relação à maternidade. As mulheres gostariam de ter mais filhos do que os que têm efectivamente e tê-los um pouco mais tarde.

A estrutura demográfica europeia está em transformação e estima-se que a idade média passe dos 39 anos, verificados em 2004, para 49 anos em 2050 (EU-25). De acordo com as projecções de 2008 para a EU-27 a idade média em 2060 será de 47,9 anos. A proporção da população com 65 e mais anos aumentará de 17,1% em 2008 (EU-27), para 30% em 2050 e a população com mais de 80 anos triplicará até 2060.

[10] Eurostat, Statistics in focus 72/2008 – Population and social condition; Ageing characterises the demographic perspectives of the European societies.

O rácio de dependência dos idosos atingirá o valor de 53,47 em 2060 na EU-27, estando projectado para Portugal um rácio de dependência de 54,76. As taxas mais elevadas serão as da Eslováquia (68,49) e da Polónia (68,49) e as mais baixas pertencerão ao Luxemburgo (39,1), Dinamarca (42,0) e Reino Unido (42,14).[11]

Gráfico n.º 25 - Projecção da População – Rácio Dependência dos Idosos

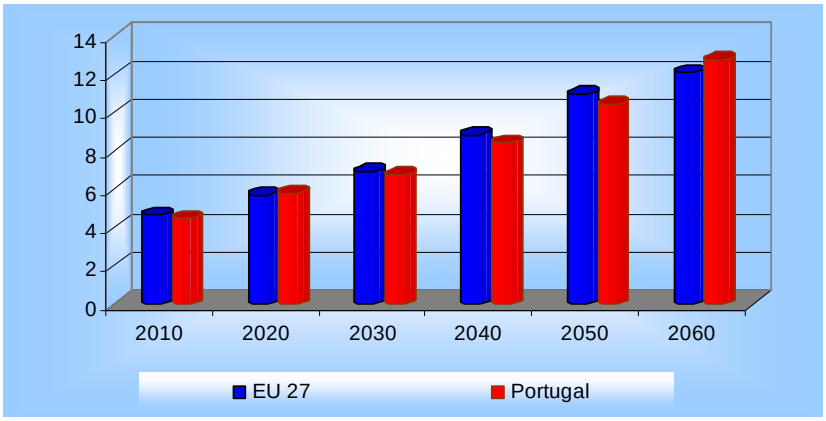


Fonte: Eurostat, Statistics in focus 72/2008 – Population and social condition;
Ageing characterises the demographic perspectives of the European societies.

Esta evolução não se manifestará em todos os Estados Membros com a mesma intensidade e é avançado que ainda serão necessárias mais de uma ou duas décadas para que o impacto do envelhecimento seja claramente visível ao nível de cada país, podendo no entanto ser já observado nalgumas regiões europeias.

[11] http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/

Gráfico n.º 26 - Projecções Demográficas – Taxa de População com 80 e mais anos



Fonte: Eurostat, Statistics in focus 72/2008 – Population and social condition; Ageing characterises the demographic perspectives of the European societies.

Lisboa é uma das cidades onde esse impacto já é manifesto. No conjunto das 10 cidades europeias mais envelhecidas, Lisboa encontrava-se em 2004, em 7.º lugar com 24,2% da sua população com 65 e mais anos, sendo as restantes cidades italianas. Trieste ocupava o 1.º lugar com 27,0% de população com 65 ou mais anos e em 10.º lugar encontrava-se Milão com 23,3%. As outras cidades eram, Génova, Bolonha, Florença, Veneza, Cremona, Ancora e Torino[12].

Quadro n.º 62 – População com 65 e mais anos - 2004

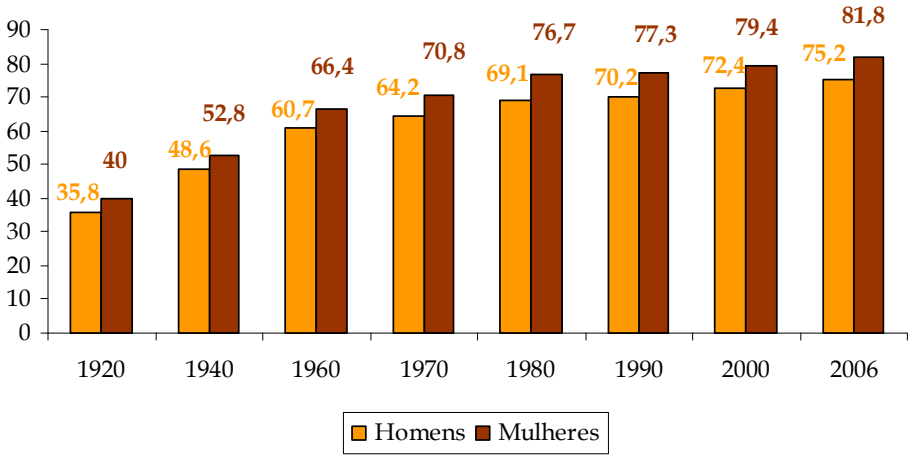
Cidades	%
Trieste (IT)	27,0
Genova (IT)	26,7
Bologna (IT)	26,7
Firenze (IT)	25,8
Venezia (IT)	24,8
Cremona (IT)	24,8
Lisboa (PT)	24,2
Ancora (IT)	24,1
Torino (IT)	23,5
Milano (IT)	23,3

In, Eurostat, Statistics in focus 82/2008,
The Urban Audit — measuring the quality of life in European cities.

Lisboa encontrava-se também no ranking das 10 cidades europeias que mais população tinha perdido entre 1999 e 2004 (- 8,8%), ocupando o 8.º lugar.

[12] Eurostat – Statistics in focus 82/1008, European Commission,*The Urban Audit – measuring the quality of life in European cities.*

Gráfico n.º 27 - Esperança Média de Vida à Nascença da População Portuguesa por Sexo

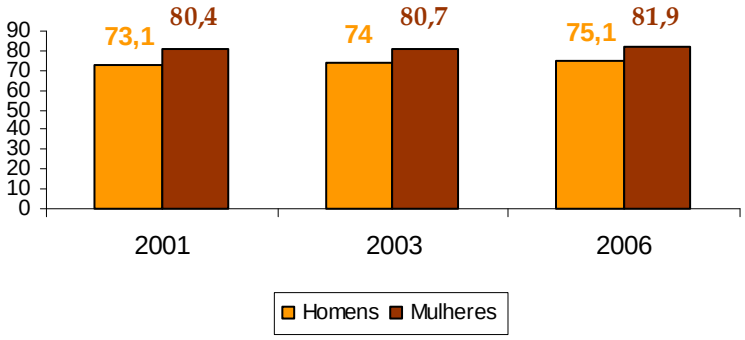


Fonte: INE, Estatísticas Demográficas 2006.

Em Portugal, a longevidade é um indicador que tem evoluído num sentido bastante favorável desde o início do Século XX. A esperança média de vida à nascença da população em 1920, era de 35,8 anos para os homens e 40 anos para as mulheres, a contrastar com as estimativas do INE de 75,2 anos e de 81,8 anos para os homens e mulheres respectivamente, em 2006[13].

As estimativas do INE, para a população portuguesa, em 2050, apontam 79 anos para os homens e 85 anos para as mulheres como a esperança média de vida à nascença.

Gráfico n.º 28 – Esperança Média de Vida à Nascença da População na Região de Lisboa, por Sexo

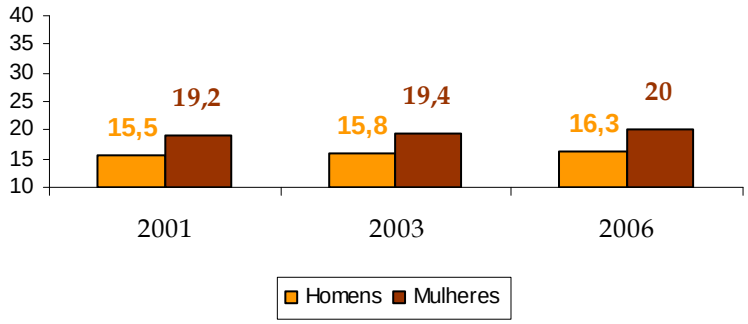


Fonte: INE, Estatísticas demográficas 2006.

[13] PORTUGAL. Instituto Nacional de Estatística - *Estatísticas Demográficas de 2006, Tema B - População e Sociedade.* Lisboa: INE, 2008.

Para a Região de Lisboa (NUT II), em 2006, a esperança média de vida à nascença por sexo era de 81,9 anos para as mulheres e de 75,1 para os homens. Verifica-se uma ligeira redução na diferença entre a esperança de vida dos homens e das mulheres com o aumento dos anos de vida dos homens.[14]

Gráfico n.º 29 – Esperança Média de Vida aos 65 anos na Região de Lisboa por Sexo



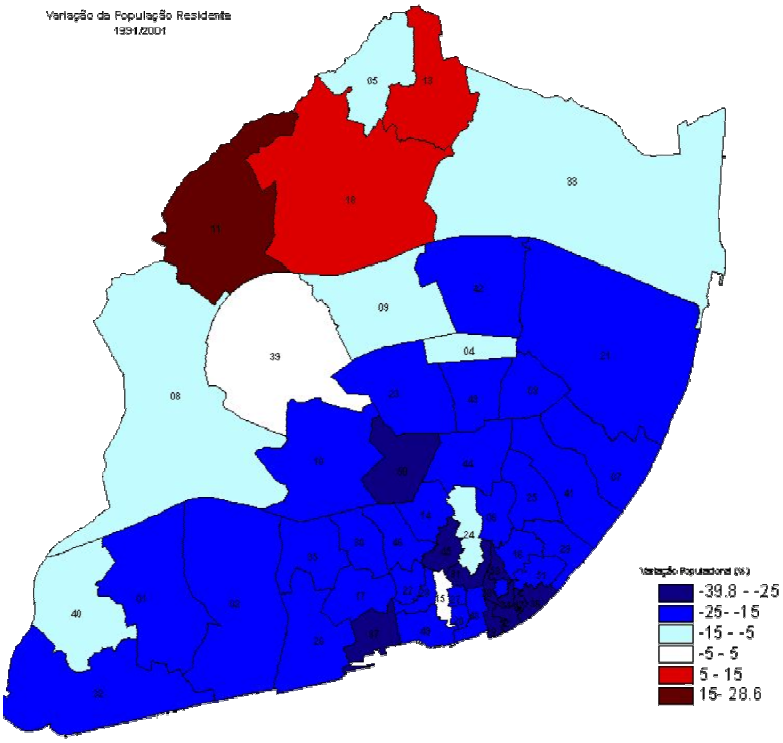
Fonte: INE, Estatísticas Demográficas 2006.

Na Região de Lisboa, entre 2001 e 2006, a esperança média de vida aos 65 anos, aumentou 0,8 anos, tanto para os homens como para as mulheres.

[14] Idem.

A cidade de Lisboa entre 1991 e 2001, comparativamente com os restantes concelhos da Área Metropolitana de Lisboa (AML), foi onde a taxa de variação da população residente, apresentou valores negativos mais altos (-14,9%), registando a maior perda populacional, com menos 98.000 habitantes.

Mapa n.º 6 - Variação Populacional 1991 - 2001



Fonte: INE, Censos 2001.

Lisboa tem vindo a perder população residente ao longo das duas últimas décadas, apresentando hoje valores de densidade populacional relativamente baixos para uma cidade capital – metrópole europeia. Lisboa perdeu mais de 240 mil habitantes entre 1981 e 2001, tendo perdido 17,8% da sua população residente na década de 80 e 14,9% na década de 90. Dados que exprimem o processo de *desertificação* a nível populacional de algumas zonas da cidade, especialmente no centro histórico.

Paralelamente tem-se acentuado o envelhecimento da população, com o aumento do número de idosos e a redução do número de jovens.

Quadro n.º 63 - População Residente com 65 e mais anos nos Concelhos da Região de Lisboa em 2001

Concelho	População Total	População com 65 e mais anos	
		N.º	%
Alcochete	13.010	2.000	15,37
Almada	160.825	26.945	16,75
Amadora	175.872	24.611	13,99
Barreiro	79.012	12.484	15,80
Cascais	170.683	25.757	15,09
Lisboa	564.657	133.304	23,61
Loures	199.059	24.394	12,25
Mafra	54.358	8.468	15,58
Moita	67.449	8.691	12,89
Montijo	39.168	6.792	17,34
Odivelas	133.847	16.034	11,98
Oeiras	162.128	24.153	14,90
Palmela	53.353	8.051	15,09
Seixal	150.271	15.127	10,07
Sesimbra	37.567	5.513	14,68
Setúbal	113.934	16.825	14,77
Sintra	363.749	37.311	10,26
Vila Franca de Xira	122.908	13.586	11,05
Total da Região de Lisboa	**2.661.850**	**410.046**	**15,40**
Continente	**9.869.343**	**1.628.596**	**16,50**
Portugal	**10.356.117**	**1.693.493**	**16,35**

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Censos 2001.

Em 1991 o número de indivíduos com mais de 65 anos na cidade de Lisboa era de 124 565 habitantes (18,78%) e em 2001 esse valor era superior a 23,6% correspondendo a 133 304 habitantes.

Lisboa era o concelho da Área Metropolitana que apresentava a maior proporção de população com 65 e mais anos (23,6%, em 2001), a menor proporção de população com menos de 15 anos (11,6%, em 2001)[15] e, consequentemente, o maior índice de envelhecimento (203,3 residentes com 65 ou mais anos por 100 residentes com menos de 15 anos, em 2001) [16].

A nível nacional, em 1991, a população residente com 65 e mais anos era de 1 342 744 habitantes (13,6%) e em 2001 era de 1 693 493 habitantes (16,3%).

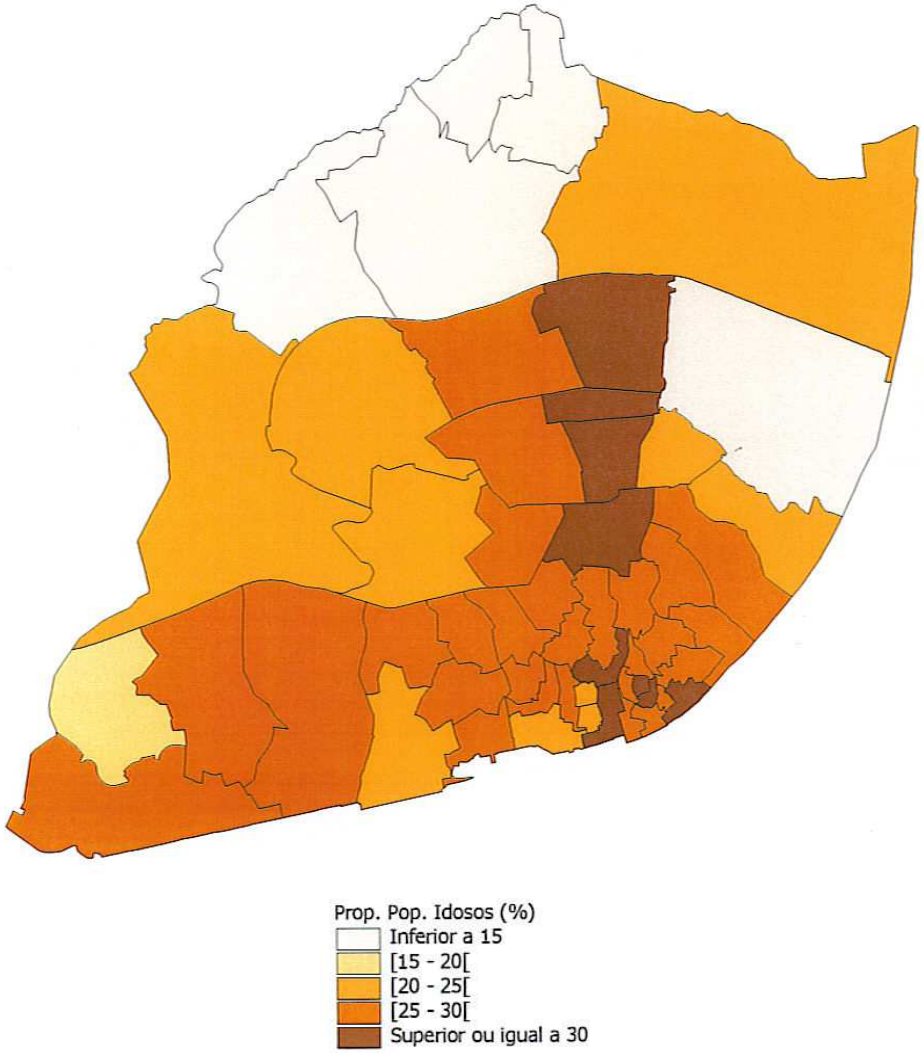
[15] Referencial Estatístico do Crescer Com Oportunidades, pág. 59.
[16] Quadro n.º 66, Pág. 111.

Quadro n.º 64 - População Residente com 65 e mais anos no Concelho de Lisboa, por Freguesia em 2001

Freguesia	População Residente N.º	População Residente com 65 e mais anos			
		H	M	Total	% da pop. da freguesia
Alvalade	9.620	1.220	2.173	3.393	35,3
São João de Brito	13.449	1.661	2.838	4.499	33,5
São João de Deus	10.782	1.210	2.362	3.572	33,1
São Nicolau	1.175	118	264	382	32,5
Santa Justa	700	78	149	227	32,4
Santiago	857	78	193	271	31,6
Castelo	587	58	122	180	30,7
Santo Estêvão	2.047	217	409	626	30,6
São Jorge de Arroios	17.404	1.799	3.423	5.222	30,0
Sé	1.160	119	226	345	29,7
São José	3.278	328	646	974	29,7
Penha de França	13.722	1.437	2.634	4.071	29,7
Graça	6.960	709	1.353	2.062	29,6
São Sebastião da Pedreira	5.871	586	1.132	1.718	29,3
Alcântara	14.443	1.545	2.643	4.188	29,0
Anjos	9.738	960	1.849	2.809	28,8
Santa Maria de Belém	9.756	1.006	1.794	2.800	28,7
Campo Grande	11.148	1.122	2.063	3.185	28,6
Santa Catarina	4.081	384	777	1.161	28,4
São Vicente de Fora	4.267	434	779	1.213	28,4
Santo Condestável	17.553	1.783	3.194	4.977	28,4
Santa Isabel	7.270	687	1.369	2.056	28,3
Santos-o-Velho	4.013	369	760	1.129	28,1
Lapa	8.670	835	1.587	2.422	27,9
São Mamede	6.004	507	1.170	1.677	27,9
São Cristóvão e São Lourenço	1.612	142	303	445	27,6
Coração de Jesus	4.319	409	778	1.187	27,5
Santa Engrácia	5.860	620	986	1.606	27,4
Pena	6.068	564	1.097	1.661	27,4
Nossa Senhora de Fátima	15.291	1.446	2.713	4.159	27,2
Mercês	5.093	464	921	1.385	27,2
Madalena	380	39	64	103	27,1
São João	17.073	1.664	2.902	4.566	26,7
Encarnação	3.182	306	543	849	26,7
São Miguel	1.777	166	297	463	26,1
Socorro	2.675	232	462	694	25,9
Ajuda	17.958	1.838	2.744	4.582	25,5
São Paulo	3.521	303	568	871	24,7
Prazeres	8.492	791	1.296	2.087	24,6
Sacramento	880	67	148	215	24,4
Santa Maria dos Olivais	46.410	4.777	6.467	11.244	24,2
Campolide	15.927	1.414	2.400	3.814	23,9
Mártires	341	24	56	80	23,5
Beato	14.241	1.270	2.028	3.298	23,2
Alto do Pina	10.253	826	1.482	2.308	22,5
Benfica	41.368	3.555	5.195	8.750	21,2
São Domingos de Benfica	33.678	2.709	4.304	7.013	20,8
São Francisco de Xavier	8.101	675	906	1.581	19,5
Marvila	38.767	2.081	3.231	5.312	13,7
Carnide	18.989	983	1.576	2.559	13,5
Ameixoeira	9.644	475	765	1.240	12,9
Lumiar	37.693	1.899	2.854	4.753	12,6
Charneca	10.509	526	794	1.320	12,6
Lisboa	**564.657**	**49.515**	**83.789**	**133.304**	**23,6**

Fonte: INE, Censos 2001.

Mapa n.º 7 – Distribuição da População Residente com 65 e mais anos por Freguesia

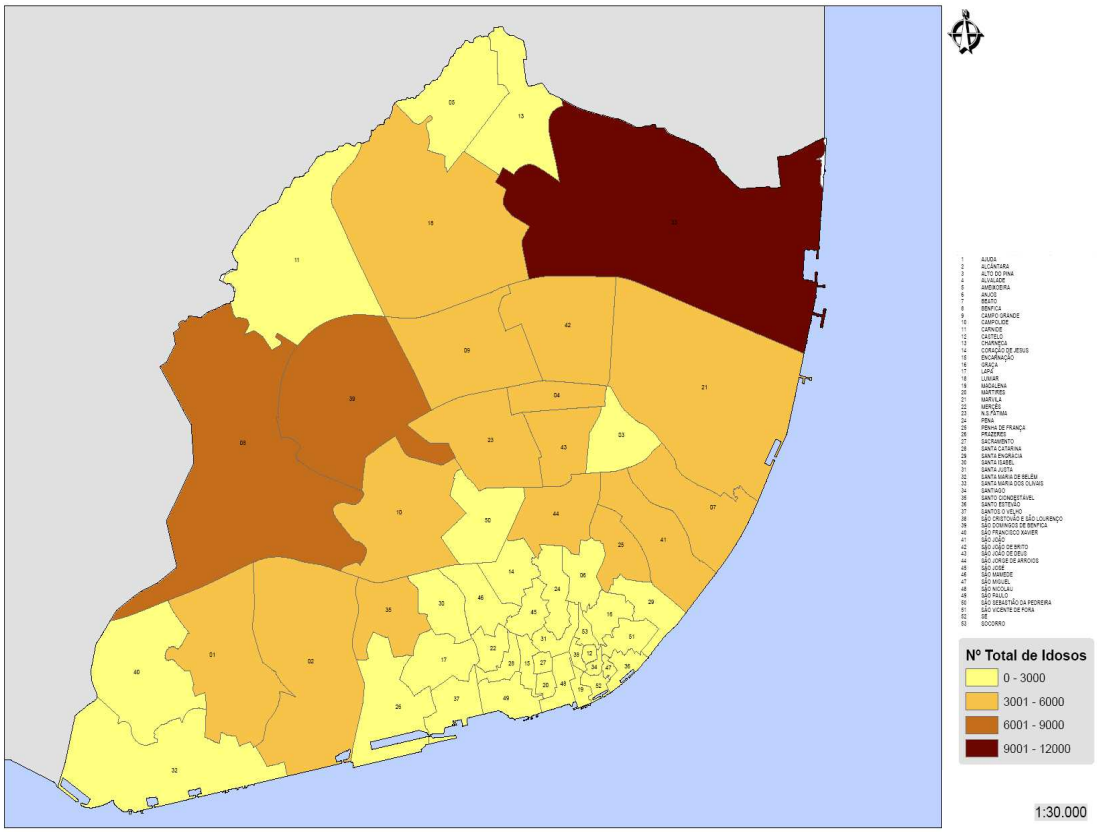


Fonte: INE, Censos 2001.

O Mapa n.º 7 permite visualizar as freguesias da cidade de acordo com a distribuição da proporção das pessoas com 65 e mais anos relativamente à população residente. Verifica-se que as freguesias que apresentavam valores superiores a 30% eram as de Alvalade, São João de Brito, São João de Deus e São Jorge de Arroios na área central da cidade e, no centro histórico as freguesias de S. Nicolau, Santa Justa, Santiago, Castelo e Santo Estêvão.

Inversamente, são as freguesias da Charneca, Lumiar, Ameixoeira, Carnide e Marvila as que apresentavam as menores percentagens de população idosa relativamente à sua população residente.

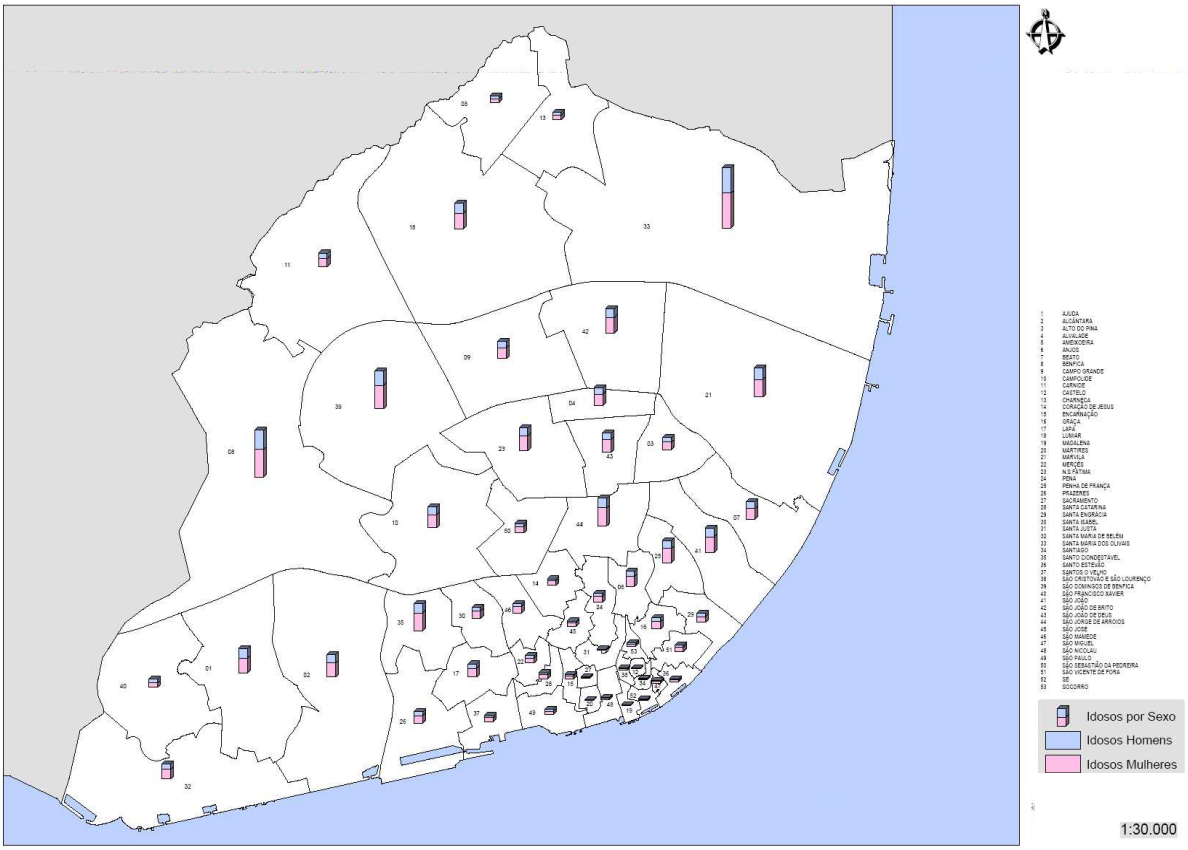
Mapa n.º 8 - Número de Indivíduos com 65 e mais anos por Freguesia



Fonte: INE, Censos 2001.

Analisando a distribuição da população idosa em números absolutos, verifica-se que o maior número de indivíduos com 65 e mais anos residia na freguesia de Santa Maria dos Olivais (11 244), a qual era também a freguesia da cidade com mais população residente (46 410 residentes). As freguesias de Benfica e de São Domingos de Benfica apresentavam igualmente valores elevados, de pessoas com 65 e mais anos.

Mapa n.º 9 - População Residente com 65 e mais anos por Sexo e por Freguesia



Fonte: INE, Censos 2001.

O Mapa n.º 9 ilustra a distribuição da população idosa por sexo permitindo constatar a feminização do envelhecimento na cidade. O número de mulheres idosas era significativamente mais elevado do que o dos homens, (83 789 mulheres e 49 515 homens)[17] em 2001.

[17] Ver pág. 107, Quadro n.º 64.

Quadro n.º 65 – Índice de Envelhecimento e Índice de Grandes Idosos por Freguesia em 2001

Freguesia	População Residente N.º	Índice de Envelhecimento	População Residente com 75 e mais anos			Índice Grandes Idosos
			H	M	Total	
Ajuda	17.958	230,95	651	1.222	1.873	31,36
Alcântara	14.443	324,4	610	1.253	1.863	35,33
Alto do Pina	10.253	182,45	330	712	1.042	36,02
Alvalade	9.620	396,38	637	1.076	1.713	43,09
Ameixoeira	9.644	88,32	148	265	413	22,65
Anjos	9.738	292,91	423	914	1.337	38,52
Beato	14.241	222,54	446	862	1.308	29,47
Benfica	41.368	202,55	1.223	2.102	3.325	27,28
Campo Grande	11.148	261,07	557	1.088	1.645	43,14
Campolide	15.927	218,32	561	1.113	1.674	34,49
Carnide	18.989	77,26	315	674	989	28,07
Castelo	587	321,43	26	63	89	41,98
Charneca	10.509	61,57	139	288	427	22,65
Coração de Jesus	4.319	327,9	179	406	585	39,26
Encarnação	3.182	272,12	133	275	408	38,89
Graça	6.960	345,39	279	662	941	36,28
Lapa	8.670	236,29	347	826	1.173	39,05
Lumiar	37.693	78,32	690	1.280	1.970	29,92
Madalena	380	381,48	16	28	44	34,38
Mártires	341	242,42	9	41	50	47,62
Marvila	38.767	88,81	576	1.293	1.869	24,77
Mercês	5.093	250	206	468	674	39,28
Nossa Senhora de Fátima	15.291	268,67	636	1.369	2.005	38,59
Pena	6.068	297,14	198	534	732	35,79
Penha de França	13.722	328,57	657	1.292	1.949	38,69
Prazeres	8.492	220,15	312	598	910	34,1
Sacramento	880	265,43	25	79	104	38,66
Santa Catarina	4.081	288,81	158	410	568	39,58
Santa Engrácia	5.860	312,45	252	438	690	33,94
Santa Isabel	7.270	276,34	280	697	977	37,87
Santa Justa	700	445,1	40	82	122	46,92
Santa Maria de Belém	9.756	245,61	451	944	1.395	39,91
Santa Maria dos Olivais	46.410	207,26	1.483	2.306	3.789	25,61
Santiago	857	400	26	95	121	34,77
Santo Condestável	17.553	266,15	717	1.519	2.236	36,32
Santo Estêvão	2.047	327,75	99	207	306	39,38
Santos-o-Velho	4.013	258,94	148	369	517	36,72
S. Cristóvão e S. Lourenço	1.612	327,21	39	136	175	31,88
São Domingos de Benfica	33.678	190,93	967	1.941	2.908	31,13
São Francisco de Xavier	8.101	141,67	254	429	683	31,83
São João	17.073	263,93	632	1.305	1.937	33,58
São João de Brito	13.449	375,23	785	1.434	2.219	41,35
São João de Deus	10.782	344,79	603	1.263	1.866	44,46
São Jorge de Arroios	17.404	361,13	769	1.732	2.501	39,27
São José	3.278	332,42	132	326	458	38,49
São Mamede	6.004	260	218	693	911	44,53
São Miguel	1.777	199,57	53	120	173	29,73
São Nicolau	1.175	477,5	51	149	200	44,94
São Paulo	3.521	234,14	130	273	403	35,85
São Sebastião da Pedreira	5.871	293,17	279	649	928	44,25
São Vicente de Fora	4.267	293	175	344	519	33,75
Sé	1.160	392,05	49	125	174	41,93
Socorro	2.675	242,66	91	212	303	34,24
Lisboa	**564.657**	**203,37**	**19.210**	**38.981**	**58.191**	**34,01**

Fonte: INE, Censos 2001.

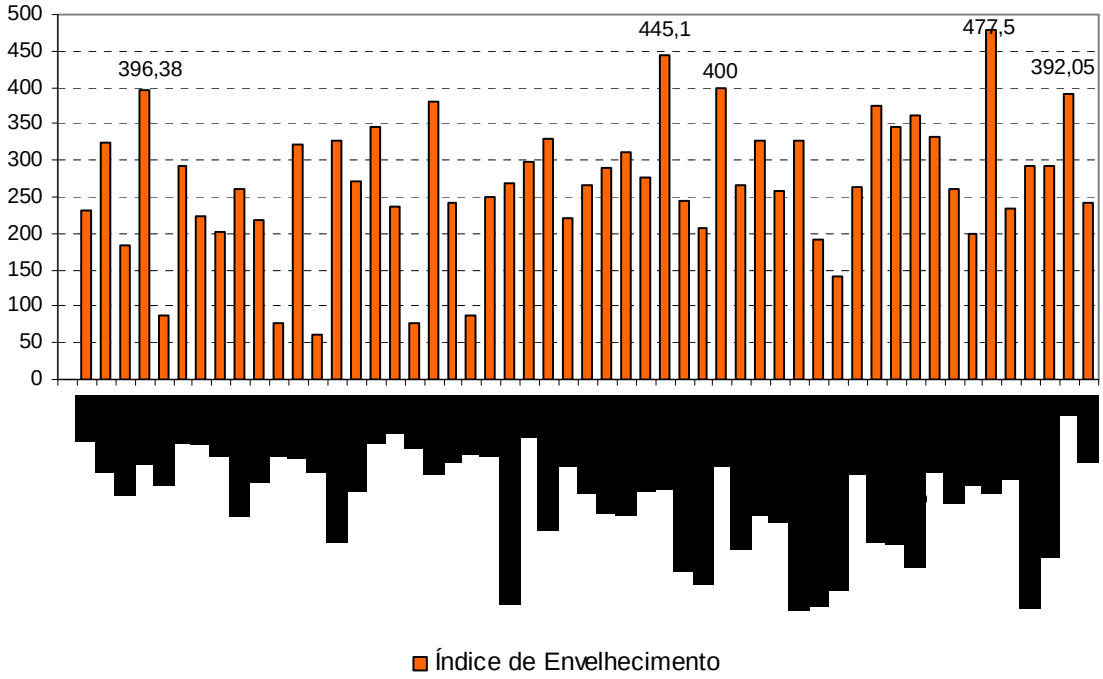
Gráfico n.º 30 - Índice de Envelhecimento para Lisboa



Fonte: INE.

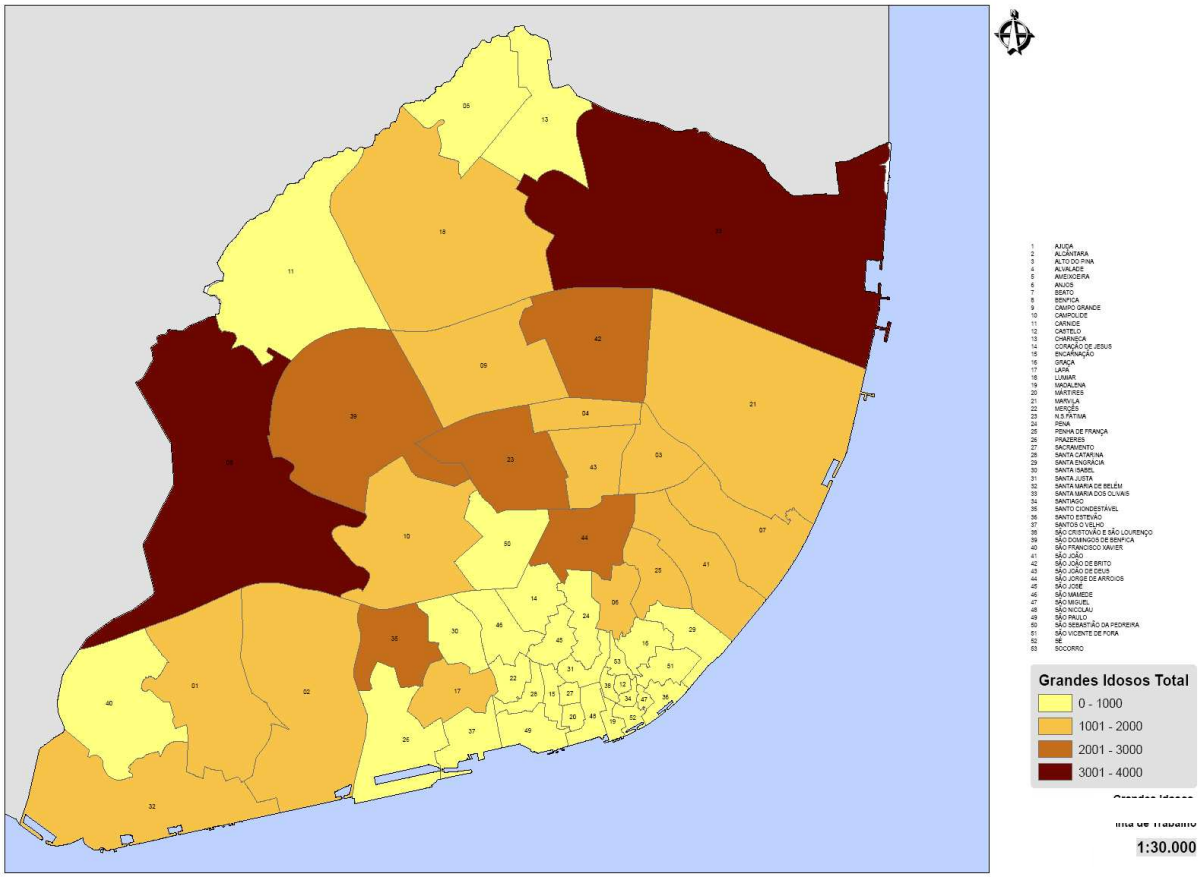
O índice de envelhecimento na cidade de Lisboa tem vindo a aumentar desde 1981, tendo sido de 203,3 residentes com 65 e mais anos, por 100 residentes com menos de 15 anos, em 2001. Destacavam-se as freguesias da "Baixa" com valores superiores a 400. Esta situação deve-se ao elevado número de pessoas idosas residentes e também ao facto de nestas freguesias residir pouca população em idade activa.

Gráfico n.º 31 - Índice de Envelhecimento



Fonte: INE, Censos 2001.

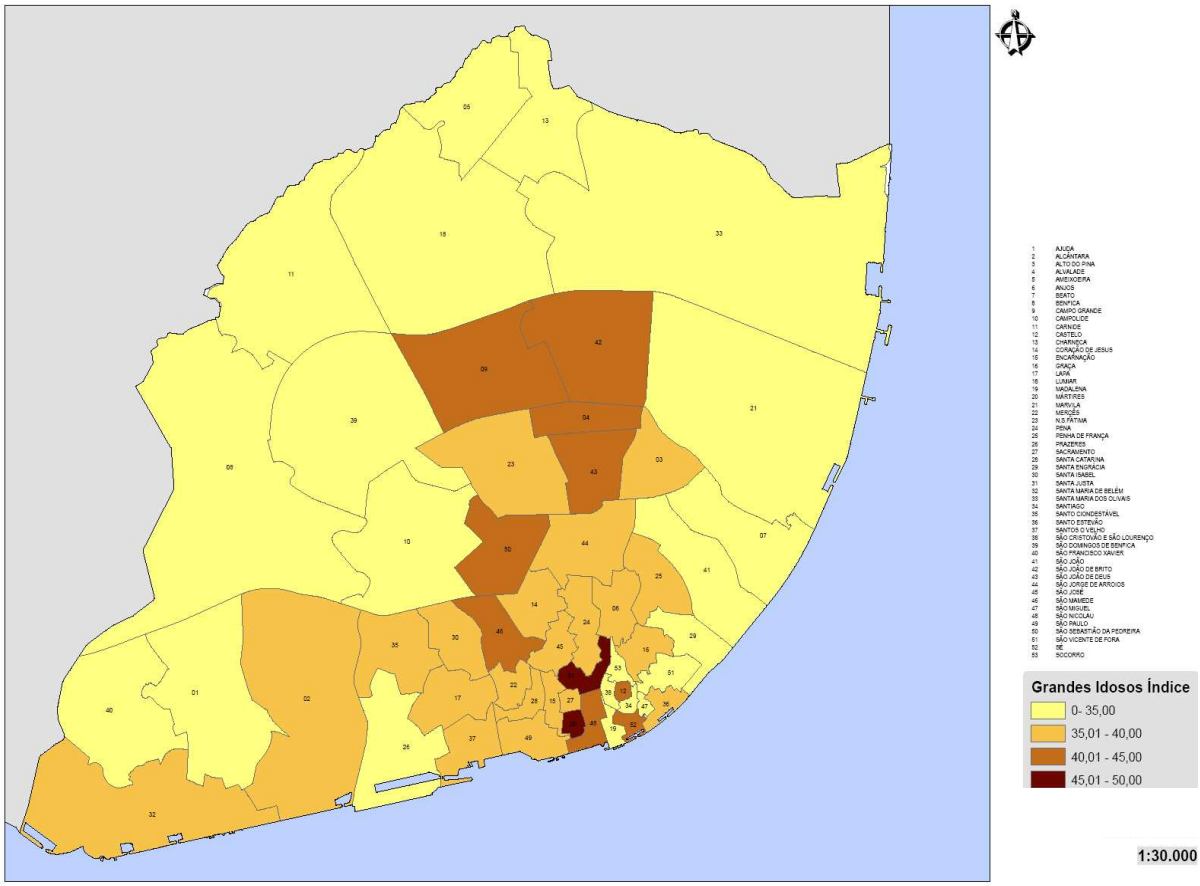
Mapa n.º 10 – Número de Grandes Idosos por Freguesia – População com 75 e mais Anos



Fonte: INE, Censos 2001.

Ao analisar a distribuição dos Grandes Idosos por freguesia, em números absolutos, verifica-se que, à excepção da freguesia de Marvila, estes valores acompanhavam a distribuição da população residente na cidade de Lisboa, sendo as freguesias mais populosas as que apresentavam também um maior número de residentes com 75 e mais anos. Carnide, Lumiar e Ameixoeira registavam valores mais reduzidos, devido às suas maiores percentagens de população jovem. As freguesias do centro histórico também revelavam baixos valores de Grandes Idosos em números absolutos, situação devida a registarem pouca população residente.

Mapa n.º 11 – Distribuição do Índice de Grandes Idosos por Freguesia – Relação da População com 75 e mais anos no Conjunto da População com 60 e mais anos



Fonte: INE, Censos 2001.

Em 1991 a população residente em Lisboa com 75 e mais anos era de 51 212 habitantes e em 2001 era de 58 191 habitantes correspondendo a 10,3% da população residente na cidade.

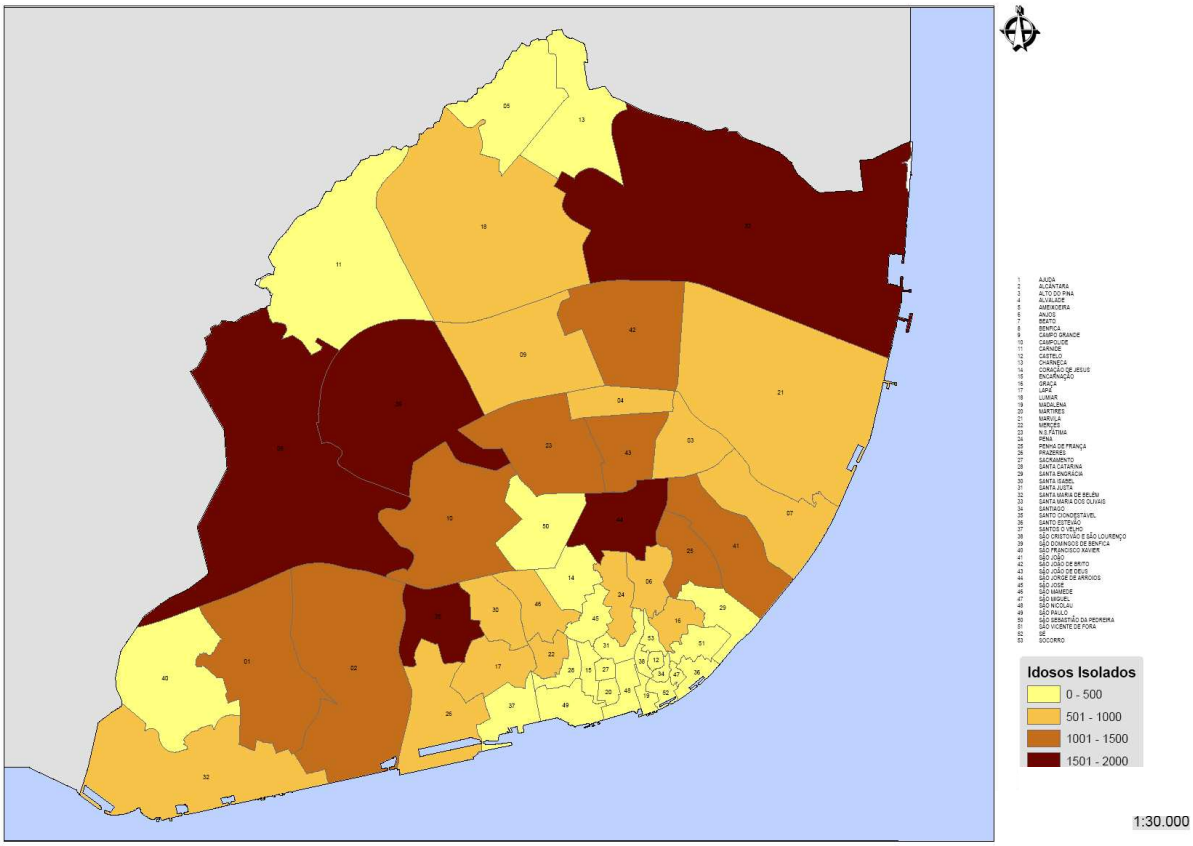
Em termos da proporção da população com 75 e mais anos no conjunto da população de 60 e mais anos, eram as freguesias de Mártires e Santa Justa que apresentavam os valores mais elevados. A maioria das freguesias do centro da cidade acompanhavam esta tendência, assim como algumas da zona centro da cidade.

Quadro n.º 66 – População Residente com 65 e mais anos a viver Só, por Sexo e por Freguesia

Freguesia	População Residente com 65 e mais anos a viver só					Índice Idosos Isolados (%)
	H		M		Total	
	N.º	%	N.º	%		
Ajuda	214	20,1	851	79,9	1.065	23,2
Alcântara	192	17,5	907	82,5	1.099	26,2
Alto do Pina	96	15,5	522	84,5	618	26,8
Alvalade	152	17,0	741	83,0	893	26,3
Ameixoeira	38	15,9	201	84,1	239	19,3
Anjos	127	14,5	748	85,5	875	31,2
Beato	166	19,8	673	80,2	839	25,4
Benfica	323	17,3	1.541	82,7	1.864	21,3
Campo Grande	141	18,3	631	81,7	772	24,2
Campolide	189	18,8	816	81,2	1.005	26,4
Carnide	92	21,0	346	79,0	438	17,1
Castelo	12	17,6	56	82,4	68	37,8
Charneca	59	23,6	191	76,4	250	18,9
Coração de Jesus	79	18,6	346	81,4	425	35,8
Encarnação	76	24,8	230	75,2	306	36,0
Graça	93	16,9	456	83,1	549	26,6
Lapa	83	13,0	554	87,0	637	26,3
Lumiar	151	18,1	685	81,9	836	17,6
Madalena	10	28,6	25	71,4	35	34,0
Mártires	4	18,2	18	81,8	22	27,5
Marvila	185	20,4	722	79,6	907	17,1
Mercês	86	16,1	448	83,9	534	38,6
Nossa Senhora de Fátima	184	17,5	869	82,5	1.053	25,3
Pena	101	17,5	476	82,5	577	34,7
Penha de França	194	16,3	995	83,7	1.189	29,2
Prazeres	105	18,0	477	82,0	582	27,9
Sacramento	16	18,4	71	81,6	87	40,5
Santa Catarina	81	20,5	314	79,5	395	34,0
Santa Engrácia	82	19,4	341	80,6	423	26,3
Santa Isabel	95	16,3	488	83,7	583	28,4
Santa Justa	16	22,5	55	77,5	71	31,3
Santa Maria de Belém	119	17,7	554	82,3	673	24,0
Santa Maria dos Olivais	387	21,0	1.454	79,0	1.841	16,4
Santiago	7	8,4	76	91,6	83	30,5
Santo Condestável	265	17,4	1.255	82,6	1.520	30,5
Santo Estêvão	52	21,4	191	78,6	243	38,8
Santos-o-Velho	57	15,4	314	84,6	371	32,9
São Cristóvão e São Lourenço	26	13,9	161	86,1	187	42,0
São Domingos de Benfica	272	16,1	1.420	83,9	1.692	24,1
São Francisco de Xavier	67	21,3	247	78,7	314	19,9
São João	212	17,0	1.037	83,0	1.249	27,4
São João de Brito	179	17,0	875	83,0	1.054	23,4
São João de Deus	152	14,5	893	85,5	1.045	29,3
São Jorge de Arroios	289	17,8	1.333	82,2	1.622	31,1
São José	75	21,4	276	78,6	351	36,0
São Mamede	89	17,1	430	82,9	519	31,0
São Miguel	28	17,1	136	82,9	164	35,4
São Nicolau	34	26,4	95	73,6	129	33,8
São Paulo	53	20,6	204	79,4	257	29,5
São Sebastião da Pedreira	91	19,7	370	80,3	461	26,8
São Vicente de Fora	72	18,2	324	81,8	396	32,7
Sé	12	11,5	92	88,5	104	30,1
Socorro	56	21,6	203	78,4	259	37,3
Lisboa	**6.036**	**17,9**	**27.734**	**82,1**	**33.770**	**25,3**

Fonte: INE, Censos 2001.

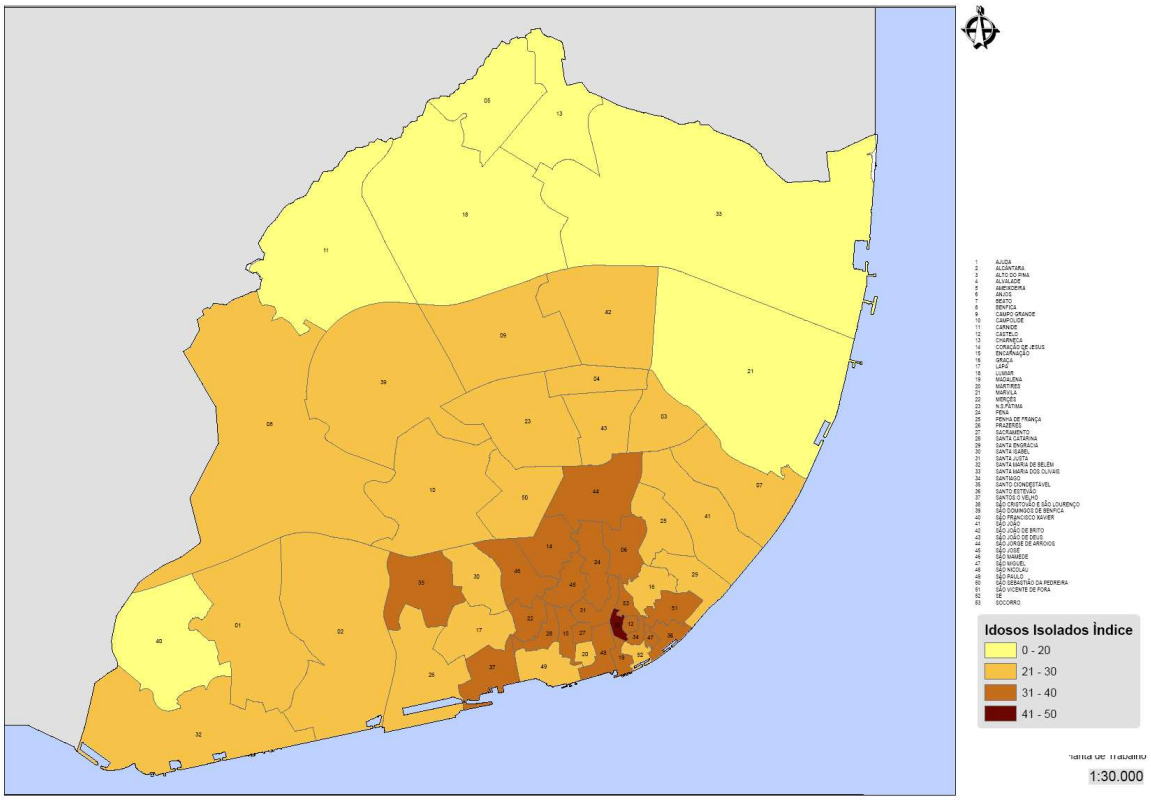
Mapa n.º 12 – Distribuição do Número de Idosos Isolados por Freguesia – População com 65 e mais anos a Viver Só



Fonte: INE, Censos 2001.

Em 2001 o número de idosos isolados residentes em Lisboa era de 33 770 (6 036 homens e 27 734 mulheres), representando 6% da população total do concelho. As freguesias que apresentavam, os valores mais elevados eram, Benfica, Santa Maria dos Olivais, São Domingos de Benfica, Santo Condestável e São Jorge de Arroios com mais de 1 500 idosos isolados residentes.

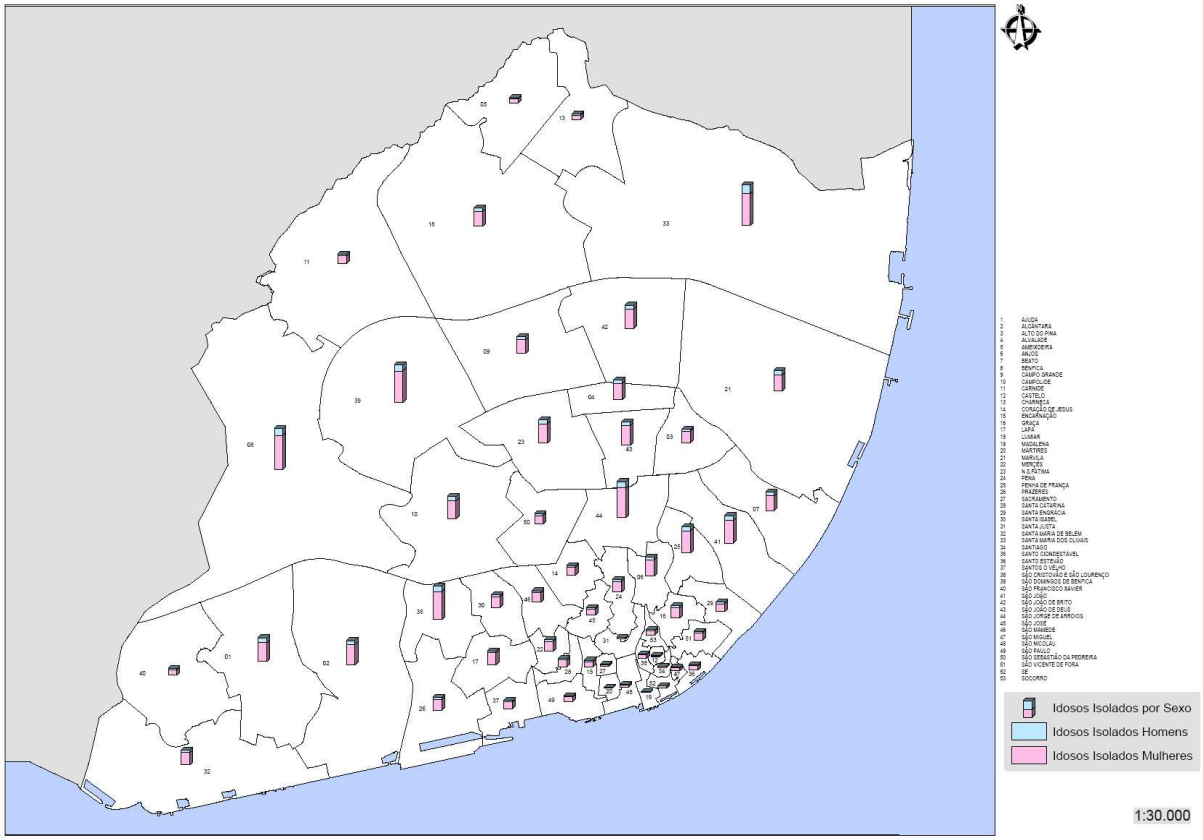
Mapa n.º 13 – Distribuição do Índice de Idosos Isolados por Freguesia – Pop. com 65 e mais anos a Viver Só



Fonte: INE, Censos 2001.

Em relação ao índice de idosos isolados destaca-se a freguesia de São Cristóvão e São Lourenço, no conjunto das freguesias do centro histórico.

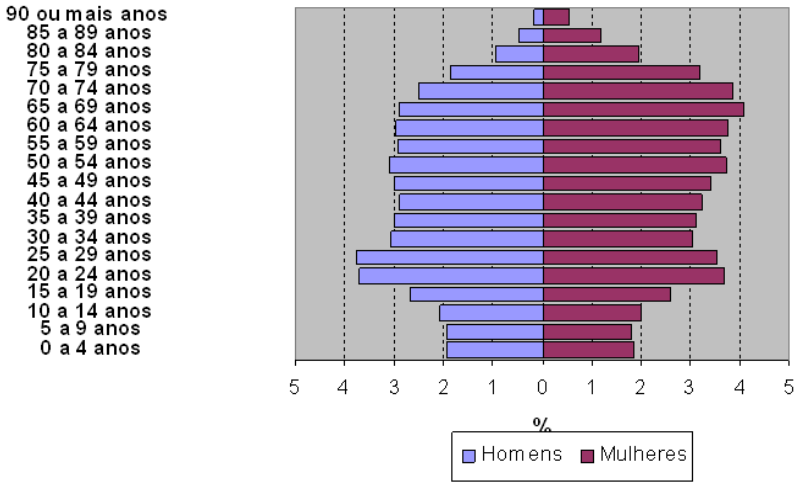
Mapa n.º 14 – Idosos Isolados por Freguesia e Sexo – Pop. com 65 e mais anos a Viver Só



Fonte: INE, Censos 2001.

Ao analisar a distribuição da população com 65 e mais anos que vivia só, por sexo, é evidenciada a feminização do envelhecimento em toda a cidade. Viviam sós em Lisboa, 33 770 pessoas com 65 e mais anos, sendo 82,1% mulheres e 17,9% homens.

Gráfico n.º 32 - Pirâmide Etária, Concelho de Lisboa



Pirâmide em forma de Urna
Duplo Envelhecimento
Envelhecimento acentuado no Topo

Fonte: INE, Censos 2001.

Em relação à pirâmide etária da cidade de Lisboa, verifica-se uma quebra forte na população, que afecta sobretudo as idades mais jovens, designadamente até aos 20 anos. Mas a diminuição estende-se também dos 20 aos 64 anos para os homens, e aos 69 para as mulheres. Os únicos números que aumentam são os dos idosos com mais de 70 anos. O envelhecimento da população tem contribuído para que os idosos representem uma percentagem cada vez maior na população lisboeta. De 14,3% em 1981 passam para 18,8% em 1991 e para 23,6% em 2001, enquanto que os jovens com menos de 15 anos passam de 18,9% na primeira data para 14,2% na segunda e para 11,6% no último censo, um crescimento quase complementar daquele. A regularidade desta evolução complementar é que torna o fenómeno significativo.

A diminuição das classes etárias jovens está pois a contribuir, conjuntamente com o envelhecimento da população, para que a estrutura etária tenda a assumir uma configuração de pirâmide invertida.

Territorialmente, a coroa periférica da cidade é mais jovem, nomeadamente o nordeste da cidade.

O centro é a área onde a população está mais envelhecida e é também no centro da cidade que se encontram as freguesias menos habitadas. Este facto decorre de uma terciarização desta zona geográfica e, tal como se verifica ao nível da área metropolitana, de uma saída da população para zonas mais periféricas onde existem

espaços residenciais com preços mais baixos. É também neste centro mais antigo e histórico da cidade que se encontram as construções mais antigas e uma população mais envelhecida.

Apesar do envelhecimento da população ser um fenómeno generalizado pelas diferentes freguesias, verifica-se uma maior concentração de população idosa no centro e uma concentração de população jovem e adulta nas zonas mais periféricas.

Em termos de género, denota-se que nas faixas etárias até aos 29 anos, os indivíduos do género masculino são em maior número do que os indivíduos do género feminino. A partir do grupo etário com 30 e mais anos, a situação inverte-se. Existe uma maior feminização da população que ocorre sobretudo nos escalões etários mais altos, em especial junto da população com mais de 65 anos. Segundo dados de 2001, 37,14 % da população residente em Lisboa, com 65 e mais anos eram homens e 62,81% eram mulheres, estando a justificação relacionada com a maior mortalidade nos homens do que nas mulheres.

Importa portanto sublinhar, que estes dados são expressivos no que diz respeito à necessidade de encarar o planeamento e a gestão urbana da cidade em função desta realidade demográfica, criando e estando atentos às novas “funções” na cidade que vão surgindo para satisfazer esta classe etária cada vez mais relevante em Lisboa, garantindo qualidade de vida, necessária a cada indivíduo que a deve ter direito e, simultaneamente, intervir, no sentido de atrair a população jovem para residir e trabalhar em Lisboa.

As características dos territórios onde as pessoas idosas habitam contribuem para a variação de alguns aspectos da sua vida quotidiana. Habitar num território com concentração de serviços e forte afluência de populações pendulares ou num território de predominância residencial, tem influência nos espaços de vida quotidiana das pessoas mais idosas. As interacções entre ambiente e pessoa idosa, tanto ao nível da utilização do espaço público, como ao nível do espaço privado, com a adequação ou desadequação da habitação e seus acessos. Acesso a bens de consumo, proximidade de serviços públicos, são condicionantes para a sua capacitação, autonomia e independência.

Em relação ao conforto dos alojamentos, na cidade de Lisboa são as freguesias mais envelhecidas do ponto de vista da demografia da sua população, também as mais

envelhecidas em termos do seu parque habitacional."São as freguesias do centro histórico as que possuem maior quantidade de edifícios muito degradados ou a necessitarem de grandes reparações (S. Miguel, Santa Justa, Castelo, Mártires, São Nicolau, São Paulo e Socorro têm todas mais de 30% do seu parque edificado nestas condições)."[18]

Em 2001 eram cerca de 20 700 as famílias de Lisboa afectadas por residirem em edifícios muito degradados, encontrando-se nas zonas históricas tanto a maior proporção de edifícios como a maior proporção de famílias residentes. [19] "…os níveis de conforto das habitações que integram os edifícios antigos apresentam níveis de conforto deficitários, nomeadamente os alojamentos localizados, nos bairros históricos, onde reside uma parte considerável de população com 65 e mais anos."

A OMS com o Quadro de Orientação sobre o Envelhecimento Activo procurou orientar práticas pró-activas que incentivassem as mudanças pessoais e políticas, no quadro de envelhecimento da população. O interesse pelas questões de saúde, das relações familiares, do trabalho e das reformas ganharam relevância, assim como a sua relação sistémica.

O envelhecimento activo prevê uma atitude pró-activa para que os anos de vida ganhos sejam com qualidade. O envelhecimento activo é o processo que envolve atitudes individuais de promoção de estilos de vida saudáveis ao longo da vida, de forma a contribuir para a manutenção de autonomia do indivíduo em idade mais avançada.

As actividades de voluntariado têm vindo também a desempenhar uma função dinamizadora da participação cívica dos cidadãos, motivadora para a ocupação do tempo livre, com impacto social mas também promotora do desenvolvimento pessoal.

O Estudo sobre Voluntariado do Observatório do Emprego e Formação Profissional estimou, que em Portugal no ano de referência de 2005, seriam 360 mil os voluntários a colaborarem com as organizações sem fins lucrativos e 270 mil o número de trabalhadores remunerados, verificando-se que algumas instituições funcionam só

[18] LISBOA. Câmara Municipal. Gestão Urbanística. Monitorização e Difusão da Informação Urbana; SEIXAS, João, coord. - *Diagnóstico Sócio-urbanístico da Cidade de Lisboa: uma perspectiva censitária 2001,* 2ª ed. Lisboa: CML/Licenciamento Urbanístico e Planeamento Urbano, 2005. (Colecção de Estudos Urbanos - Lisboa XXI; 4), Pág. 28.
[19] Idem, pág. 96, quadro 3.2 3 figura 3.4.

com voluntários.[20] Os voluntários exercem actividades nos órgãos sociais, em actividades regulares ou actividades pontuais, sendo que 40,6% são actividades de apoio directo aos utentes.

Quadro n.º 67 - Percentagem de Voluntários por Grupo Etário segundo o Tipo de Instituição

	Voluntários Órgãos Sociais + Voluntários Regulares				Voluntários Ocasionais				Voluntários Total			
	Até 24 anos	25 a 64 anos	65 e mais anos	Total	Até 24 anos	25 a 64 anos	65 e mais anos	Total	Até 24 anos	25 a 64 anos	65 e mais anos	Total
ADS	12,1	75,4	12,5	100,0	16,7	79,0	4,3	100,0	13,9	76,8	9,4	100,0
AAPACDM	1,7	86,1	12,2	100,0	54,0	42,9	3,2	100,0	21,0	70,1	8,9	100,0
CERCIS	2,7	87,8	9,5	100,0	21,4	76,8	1,8	100,0	11,2	82,8	6,0	100,0
CN Escutas	15,0	85,0	0,0	100,0	58,1	41,9	0,0	100,0	16,0	84,0	0,0	100,0
ONGD	0,8	89,9	9,3	100,0	39,3	59,6	1,2	100,0	3,8	87,5	8,7	100,0
ADL	16,1	79,2	4,7	100,0	38,9	42,6	18,5	100,0	21,0	71,3	7,7	100,0
Fundações	43,6	40,7	15,8	100,0	8,3	91,0	0,7	100,0	35,6	52,1	12,3	100,0
Mutualidades	0,7	74,5	24,8	100,0	-	-	-	-	0,7	74,5	24,8	100,0
CCCRD	28,3	65,9	5,8	100,0	24,2	70,4	5,3	100,0	27,3	67,0	5,7	100,0
Bombeiros	27,3	69,5	3,2	100,0	24,3	72,6	3,1	100,0	27,2	69,6	3,2	100,0
Misericórdias	3,1	64,6	32,3	100,0	18,0	61,5	20,5	100,0	4,9	64,3	30,9	100,0
IPSS	8,1	63,7	28,2	100,0	19,1	56,8	24,1	100,0	13,9	60,1	26,0	100,0
CSP	8,5	59,8	31,7	100,0	20,7	30,3	49,0	100,0	11,7	52,2	36,2	100,0
IPJ	48,6	49,9	1,5	100,0	88,9	8,9	2,3	100,0	77,2	20,7	2,0	100,0
Coop. Cred.	0,0	92,6	7,4	100,0	-	-	-	-	0,0	92,6	7,4	100,0
Coop. não Cred.	0,0	90,3	9,7	100,0	-	-	-	-	0,0	90,3	9,7	100,0
Cáritas	7,9	66,0	26,0	100,0	24,7	45,6	29,7	100,0	20,5	50,8	28,8	100,0
Total	19,8	68,4	11,8	100,0	47,9	39,5	12,6	100,0	30,4	57,5	12,1	100,0

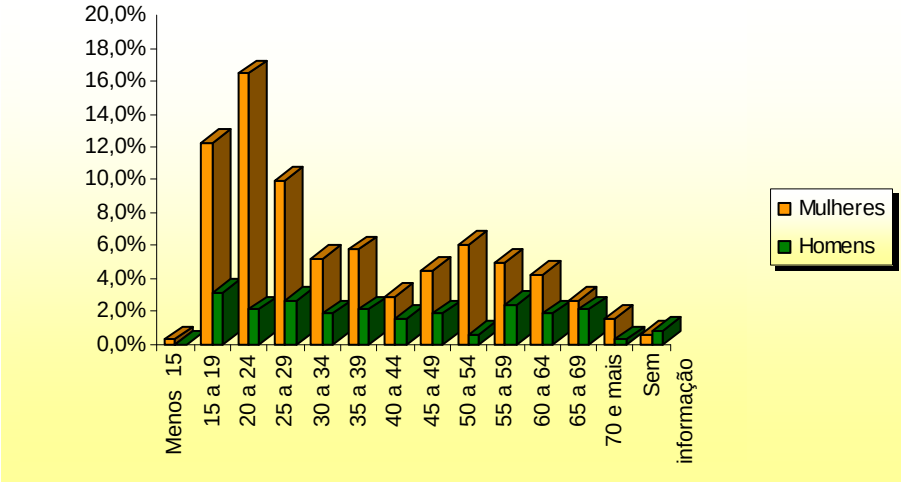
In Observatório do Emprego e Formação Profissional, Estudo sobre o Voluntariado, pág. 14.

O exercício do voluntariado tem expressão em todos os grupos etários. De acordo com este estudo 30,4 % dos voluntários tem idade até aos 24 anos, 57,5% encontram-se em idade activa (dos 25 aos 64 anos) e 12,1% têm idade igual ou superior a 65 anos. Há que ter atenção que 57,5% dos voluntários se distribuem por um intervalo de 4 décadas o que nos indica que a prática de voluntariado tem efectiva expressão em todas as idades, não se podendo afirmar que são os mais idosos os mais activos oo mais empenhados nestas actividades, sendo mais diferenciadoras a situação perante o trabalho e as qualificações académicas. Em termos numéricos são os jovens até aos 24 anos que mais se envolvem em actividades de voluntariado.

Considerando como amostra, os voluntários, inscritos no Banco de Voluntariado para a Cidade de Lisboa em Dezembro de 2008, verifica-se ser o grupo etário dos 20 aos 24 anos o mais representativo, confirmando a distribuição do estudo que foi efectuado pelo Observatório do Emprego e Formação Profissional.

[20] Organizações de Escuteiros e da Cáritas, Observatório do Emprego e Formação Profissional. *Estudo sobre o Voluntariado*, Janeiro 2008.

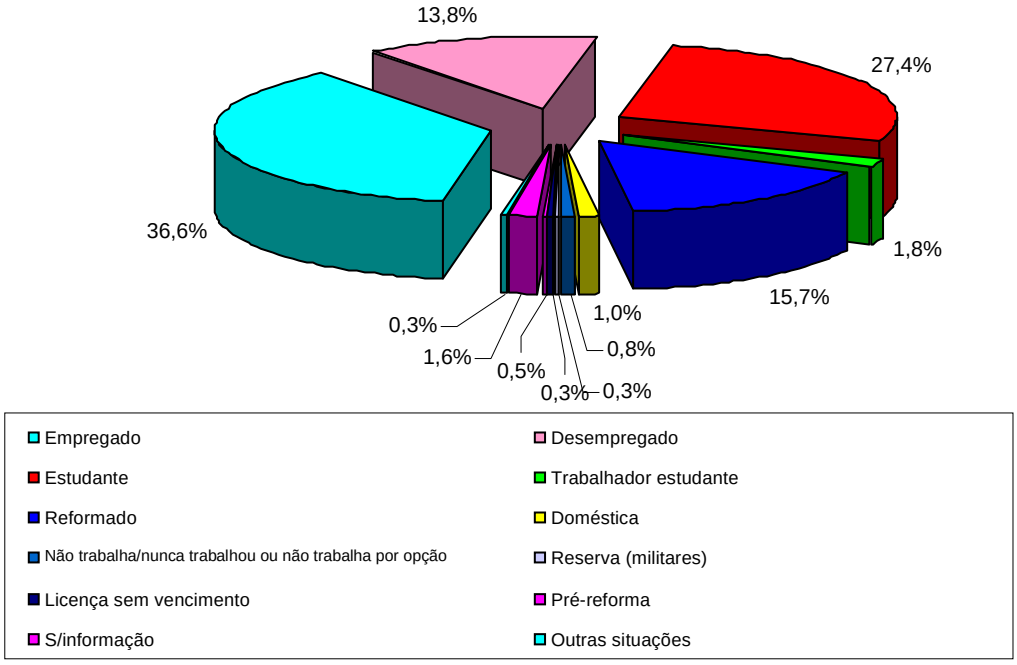
Gráfico n.º 33 - Distribuição dos Voluntários Inscritos no Banco de Voluntariado de Lisboa por Grupo Etário e Sexo



Fonte: Relatório de Caracterização dos Voluntários do Banco de Voluntariado para a Cidade de Lisboa, CML/DAS, Lisboa 2008.

Inscreveram-se mais mulheres do que homens em actividades de voluntariado em todos os grupos etários.

Gráfico n.º 34 – Situação dos Voluntários perante o Trabalho



Fonte: Relatório de Caracterização dos Voluntários do Banco de Voluntariado para a Cidade de Lisboa, CML/DAS, Lisboa 2008.

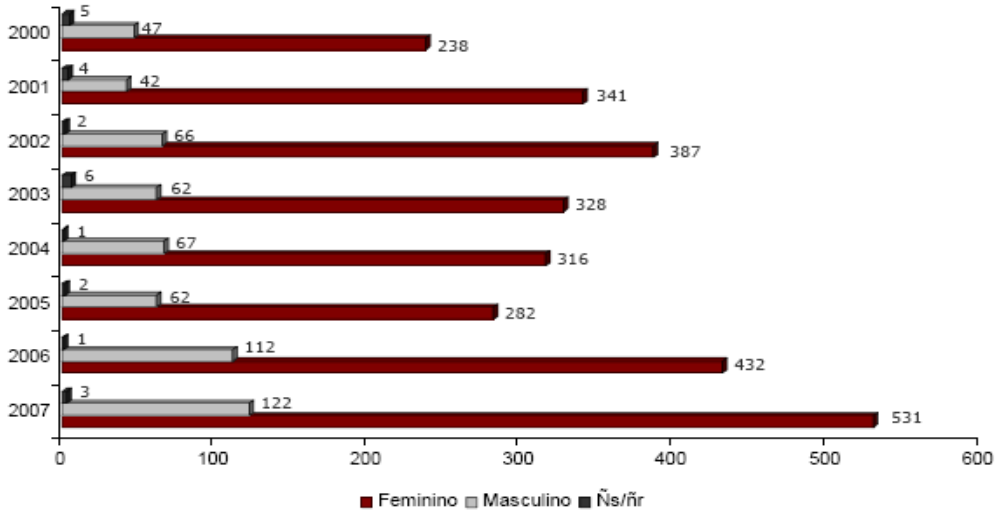
As Universidades Seniores apresentam-se como espaços de promoção do envelhecimento activo. A primeira surgiu em Lisboa em 1978 e, de acordo com informação da RUTIS (Rede de Universidades da Terceira Idade), em 2008 existiam 102 Universidades Seniores criadas em Portugal associadas a esta rede. De acordo com Esmeraldina Veloso, surgiram como complemento de um fenómeno principalmente urbano abarcando uma população reformada mais jovem, autónoma e de estratos sociais mais elevados que as diferencia dos outros equipamentos existentes dirigidos à população idosa como os Centros de Convívio e de Dia.[21]

Em 2007 surgiu a primeira Universidade Sénior Virtual, visando alargar o leque de utilizadores para fora dos espaços territoriais das universidades existentes, dinamizar o interesse pelas novas tecnologias e a aprendizagem ao longo da vida.

[21] Veloso, Esmeraldina – *Políticas e contextos educativos para os idosos: um estudo sociológico numa Universidade da Terceira Idade em Portugal, 2004*, Universidade do Minho. Acedido em http://repositorium.sdum.uminho.pt

Mantendo sempre presente o facto de que os idosos constituem um grupo populacional em situação de maior vulnerabilidade social, salienta-se, no Gráfico n.º 35 o número de idosos vítimas de crime, entre 2000 e 2007, a nível nacional.

Gráfico n.º 35 – Número de Idosos Vítimas de Crime, por Sexo (2000-2007)



In APAV 2008 – Unidade de Estatística em. www.apav.pt

Quadro n.º 68 – Número de Idosos Vítimas de Crime por Idade da Vítima (2000 – 2007)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Total
65 + anos	290 100%	387 100%	--	--	--	--	--	--	**677 19,6%**
65-75 anos	--	--	**329 72,3%**	**269 67,9%**	**272 70,8%**	**227 65,6%**	**337 61,8%**	**417 63,6%**	**1851 53,5%**
76-85 anos	--	--	102 22,4%	109 27,5%	93 24,2%	96 27,7%	162 29,7%	193 29,4%	**755 21,8%**
86 + anos	--	--	24 5,3%	18 4,6%	19 5%	23 6,7%	46 8,4%	46 7%	**176 5,1%**
Total	**290 100%**	**387 100%**	**455 100%**	**396 100%**	**384 100%**	**346 100%**	**545 100**	**656 100%**	**3459 100%**

In APAV 2008 – Unidade de Estatística em www.apav.pt

Quadro n.º 69 – Crimes perpetrados contra pessoas idosas (2000 – 2007)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Total
Violência Doméstica									
Maus-tratos físicos/psiq. cônjuge/comp.	130	161	--	--	--	--	--	--	291
Maus-tratos físicos/psíquicos p. idosa	94	121	--	--	--	--	--	--	215
Maus-tratos físicos	--	--	228	233	221	216	254	299	1451
Maus-tratos psíquicos	--	--	223	257	236	224	283	340	1563
Ameaças-Coacção	52	99	151	156	164	120	176	177	1095
Difamação/Injúrias	62	86	81	95	82	80	112	155	753
Subtracção de Menores	--	2	--	--	--	1	3	--	6
Violação da Obrigação de Alimentos	3	4	2	6	7	11	8	7	48
Violação	2	2	3	5	4	5	6	8	35
Abuso Sexual	2	2	3	2	5	3	--	2	19
Homicídio	--	--	--	--	--	--	1	1	2
Outros em Meio Doméstico	11	17	15	19	15	21	20	32	150
Crimes contra as Pessoas e a Humanidade									
Homicídio	1	2	4	3	1	2	1	5	19
Ofensas à Integridade Física	28	40	33	39	33	23	45	37	278
Maus tratos/infracção regras de segurança	--	--	--	--	--	10	6	4	20
Rapto/Sequestro	5	2	3	2	2	2	3	9	28
Ameaças/Coação	12	23	26	24	28	19	38	26	196
Violação	2	1	--	1	5	--	2	--	11
Abuso sexual	--	--	--	--	--	1	--	--	1
Outros Crimes Sexuais	--	2	2	1	2	1	1	--	9
Difamação/Injúrias	9	26	19	20	8	11	21	30	144
Negligência médica	1	1	3	2	2	2	1	2	14
Discriminação racial	1	--	--	--	1	--	--	1	3
Violação Domicílio	--	--	--	1	2	1	1	4	9
Outros contra pessoas	2	5	3	5	3	2	5	6	31
Crimes contra o Património									
Furto	8	33	26	16	19	13	22	24	161
Roubo	8	16	26	20	16	7	10	20	123
Dano	11	18	12	18	18	10	14	22	123
Abuso de Confiança	11	9	12	8	14	5	18	14	91
Burla	6	11	10	5	4	3	5	9	53
Outros contra património	3	5	1	3	6	--	6	3	27
Crimes contra a Vida em Sociedade e Estado									
Falsificação de documentos	4	6	2	4	5	--	7	3	31
Propagação doença contagiosa	--	1	--	1	--	--	1	--	3
Incêndio/Fogo posto	--	3	--	--	--	--	1	--	4
Poluição e dano contra a natureza	--	1	--	1	--	--	--	--	2
Abuso de Autoridade	--	--	--	--	1	--	--	--	1
Outros contra vida em Sociedade/Estado	--	--	--	--	--	--	1	--	1
Crimes Rodoviários									
Homicídio por negligência	--	--	1	--	--	--	--	--	1
Atropelamento e fuga	1	3	1	--	--	--	--	--	5
Ofensas à integridade física	--	3	1	--	1	--	1	--	6
Condução c/ álcool/drogas	--	--	--	1	--	--	--	1	2
Omissão de auxílio	--	3	4	--	1	--	2	--	10
Outros C. Rodoviários	--	--	--	--	--	2	1	--	3
Outros crimes									
Tráfico de drogas	--	--	--	1	1	1	--	2	5
Outros crimes	3	2	--	1	1	6	1	2	16
Total	**472**	**710**	**895**	**950**	**908**	**802**	**1077**	**1245**	**7059**

In APAV 2008 – Unidade de Estatística em www.apav.pt

1.6. Qualidade dos Serviços

O sistema EQUASS – European Quality Assurance for Social Services – consiste num "*sistema de reconhecimento, garantia e certificação da qualidade, dirigido às organizações que actuam no âmbito dos serviços sociais, tais como reabilitação, formação profissional, assistência e cuidados às pessoas em situação de fragilidade social e outros do domínio dos serviços pessoais de interesse geral*".[22]

De acordo com os seus princípios aprovados pelo Comité Europeu da Qualidade pressupõe uma abordagem integrada, por forma a comprometer as organizações e os serviços com os referenciais da excelência do desempenho, cujos eixos fulcrais consistem na auto-avaliação e aprendizagem organizacional, visando um processo de certificação externo.

Este sistema representa uma estratégia fundamental de suporte ao desenvolvimento da qualidade dos serviços sociais, na medida em que reforça o compromisso das organizações com o processo da qualidade e da melhoria contínua, assegurando aos cidadãos um nível crescente na qualidade dos serviços.

O EQUASS fundamenta-se, enquanto sistema de garantia e certificação da qualidade, em 9 PRINCÍPIOS essenciais:

- Liderança
- Direitos
- Ética
- Parcerias
- Participação
- Orientação para o cliente
- Abrangência
- Orientação para os resultados
- Melhoria contínua

Estes princípios concorrem directamente para um perfil das organizações que pretende fundamentalmente dotar os Serviços Sociais de qualidade compatível com o grau de satisfação dos utentes.

Os Serviços Sociais são na sua essência vocacionados para a satisfação das necessidades humanas e para as situações de fragilidade social como a educação,

[22] In EQUASS – Apresentação e Estratégia para Implementação em Portugal.

formação profissional, apoio ao emprego, entre outras, que possuem uma dimensão de inclusão social que deve representar um instrumento essencial no garante da dignidade humana e contribuir para a promoção individual e colectiva dos cidadãos reforçando o exercício efectivo da cidadania.

A Certificação da Qualidade e da Excelência nos Serviços Sociais representam um comprometimento das organizações com os referenciais de boas práticas que progressivamente garante aos utentes, níveis de qualidade crescente no desempenho dos serviços e das respostas sociais assegurando:

- Qualidade na prestação de serviços
- Qualidade na gestão
- Operacionalidade do Sistema de Gestão de Qualidade
- Reconhecimento.

Nas sociedades contemporâneas a Certificação da Qualidade dos Serviços Sociais reveste-se de uma dimensão fundamental aos processos de desenvolvimento e constitui-se como um referencial nacional e europeu, no que respeita às organizações visando alcançar níveis de eficácia e transparência altamente satisfatórios.

Certificar a Qualidade dos Serviços Sociais significa cumprir requisitos previamente estabelecidos, obedecer a critérios de avaliação de diferentes dimensões e concretizar indicadores de avaliação de desempenho das organizações.

2 - CARTAS MUNICIPAIS DE EQUIPAMENTOS DE ENSINO E DE SAÚDE, contributo da responsabilidade do Departamento de Planeamento Estratégico da CML

O Plano Director Municipal (PDM) foi aprovado pela Assembleia Municipal (AM) em 26 de Maio de 1994 e ratificado pela Resolução 94/94 do Conselho de Ministros em 14 de Julho do mesmo ano.

Em cumprimento do art. 127.º do Regulamento do PDM de Lisboa, aprovado pela Assembleia Municipal em 26/5/94 e ratificado por Resolução do Conselho de Ministros de 14/7/94, a Câmara deveria ter elaborado no prazo de 2 anos, "... Cartas Municipais de Equipamentos Desportivos, de Ensino e de Saúde, com uma actualização bienal, a submeter à apreciação das entidades competentes." (pág. 76).

Apesar de na enumeração das Cartas a elaborar, não figurar a referência aos Equipamentos Sociais, é de relevar a importância dada a estes equipamentos na política social da CML, dada a importância de que se revestem as infra-estruturas sociais de apoio às famílias, quer para as crianças quer para os idosos, e a necessidade de garantir uma rede de equipamentos planeada e programada em função das necessidades.

Entretanto, o Decreto-Lei n.º 380/99, de 22/09, passou a estabelecer, entre outros aspectos, que os planos municipais de ordenamento do território (PMOT) procedem à identificação das Redes de Infra-estruturas e Equipamentos Colectivos, em que se inclui a Segurança Social (n.º 1 do art. 17.º), para o que "... definirão uma estratégia coerente de instalação, de conservação e de desenvolvimento daquelas infra-estruturas ou equipamentos, considerando as necessidades sociais e culturais da população e das perspectivas de evolução económico-social (n.º 2 do art. 17º). Neste domínio, os PMOT visam estabelecer a articulação das políticas sectoriais com incidência local (alínea c) do art. 70.º).

Também o DL 7/2003 de 15 de Janeiro, em relação à Carta Educativa, determina no ponto 3 do art.º19.º, que este documento integra o Plano Director Municipal.

Similarmente, a Resolução do Conselho de Ministros n.º197/97, de 18 de Novembro apresenta como um dos seus objectivos fundamentais incentivar "redes de apoio social integrado de âmbito local, contribuindo, através da conjugação de esforços das diferentes entidades locais e nacionais envolvidas, para a cobertura equitativa do Pais em serviços e equipamentos sociais".

Já o Decreto de Lei nº 115/2006, de 14/06/06 tem referido como um dos Conceitos e objectivos "Garantir uma maior eficácia e uma melhor cobertura e organização do conjunto de respostas e equipamentos sociais ao nível local" (Alínea f do Artigo 3.º).

No entanto, apesar de alguns estudos iniciados, só em 2008 foram concluídos pela Câmara Municipal de Lisboa (CML) alguns destes importantes instrumentos de planeamento.

A Carta Educativa de Lisboa foi desenvolvida em articulação com a Direcção Regional de Educação de Lisboa (DREL), tendo sido aprovada pela AM em 29 de Abril de 2008 e homologada pela Ministra da Educação em 15 de Maio seguinte, enquanto que a Carta dos Equipamentos de Saúde, elaborada pela Câmara em articulação com a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (ARSLVT) e com a Unidade de Missão para os Cuidados Continuados Integrados (UMCCI), foi aprovada em sessão camarária de 15 de Abril de 2009.

Entretanto, encontra-se elaborada a Carta de Equipamentos Sociais para a Infância e em curso a Carta de Equipamentos Sociais para os Idosos.

Complementarmente foi recentemente elaborado pela CML o Plano Gerontológico Municipal, que se encontra actualmente em apreciação, sendo importante a sua articulação com o futuro Plano de Desenvolvimento Social, que deverá constituir-se como um único instrumento estratégico na área social.

Objectivos

As Cartas de Equipamentos são, ao nível local, os instrumentos de planeamento e ordenamento físico, prospectivo, das infra-estruturas edificadas necessárias à satisfação das necessidades, no quadro de desenvolvimento demográfico e socio-económico do município.

No entanto, os documentos agora elaborados apenas procedem à identificação das carências actuais, considerando a população estimada para 2007, entendendo-se como uma primeira fase do processo de planeamento.

O objectivo primeiro é assim o de elaboração de um diagnóstico, identificando as lacunas e deficiências das redes actuais de equipamentos, que garantam um suporte à decisão e ao estabelecimento das medidas urgentes e prioritárias para a sua correcção, não contendo uma proposta para o médio e longo prazo.

Contudo, o processo de planeamento não poderá deter-se no diagnóstico do momento presente, pelo que deverá numa fase posterior prosseguir, atendendo às novas dinâmicas populacionais e às previsões de evolução e, em conformidade, equacionar as necessidades futuras e acautelar a sua resolução, através da reserva de terrenos e espaços construídos para a instalação dos equipamentos.

Cenário Demográfico – 2007

Dado que desde os últimos dados censitários, se desenvolveram grandes áreas da cidade com novas construções habitacionais, de que destacam naturalmente o Parque das Nações e a Alta de Lisboa, entendeu-se proceder a uma estimativa da evolução da distribuição da população na cidade de Lisboa, entre 2001 e 2007, ainda que admitindo que a população total se manteve inalterada.

Assim, foi admitida a manutenção da totalidade da população residente segundo os dados dos Censos de 2001, ainda que com uma diferente distribuição pelo território, segundo os seguintes critérios:

- Ocupação de fogos construídos entre 2001 e 2007.
    - À população residente em 2001, por Freguesia, foram adicionados os habitantes resultantes da ocupação efectiva de novos empreendimentos, construídos e ocupados entre 2001 e 2007, de dimensão significativa, considerando 2,4 habitantes por fogo.
- Fogos vagos
    - Não foi considerada, nesta fase, a ocupação de fogos vagos, nomeadamente a reocupação de fogos devolutos, o que poderá vir a ser revisto à medida que forem definidas políticas municipais para atracção de população e repovoamento de áreas centrais e históricas.
- Manutenção da população residente em 2001
    - A população decorrente da ocupação dos novos empreendimentos, considerando 2,4 hab. por fogo, totaliza cerca de 54 000 habitantes.
    - Para a manutenção dos 564 657 habitantes existentes em 2001, foram retirados em 2007, 53 967 habitantes às Freguesias que apresentam um decréscimo populacional entre 1991 e 2001, na proporção e tendência verificadas entre os dois Censos (1991 e 2001), projectadas para o período de 2001 a 2007.

CARTA EDUCATIVA DE LISBOA

Considerando a população estimada para 2007, a componente de ordenamento da rede de equipamentos obedeceu a critérios e orientações fornecidas pela DREL, nomeadamente quanto à área de influência dos estabelecimentos de ensino, a respectiva tipologia e capacidade e ao número máximo de alunos admitido por turma. A definição das áreas de influência das escolas básicas de Lisboa foram estabelecidas a partir de um trabalho conjunto entre a CML e a DREL, tendo em consideração características urbanísticas da cidade, as tipologias e capacidades dos estabelecimentos de ensino, bem como critérios de reordenamento da rede escolar definidos pelo Ministério da Educação sobretudo baseados em objectivos de mudança de tipologia dos equipamentos existentes.

Os critérios adoptados não reflectem no entanto totalmente as necessidades, uma vez que foram nomeadamente utilizadas as capacidades nominais das escolas, contabilizando espaços afectos a actividades não lectivas, o que conduz forçosamente a um diagnóstico incompleto.

Segundo orientação da DREL, foi igualmente adoptada a dimensão máxima da turma, ignorando as reduções do número de alunos existentes para integração de Necessidades Educativas Especiais, critério que passou a ser aplicado na prática só a partir do presente ano lectivo de 2008/2009.

Entretanto, as unidades territoriais adoptadas para a elaboração do diagnóstico correspondem a grupos de Agrupamentos de Escolas, o que não permite evidenciar as carências localizadas, uma vez que se assegura, desta forma, a possibilidade de compensação das carências existentes em algumas áreas, com a folga verificada em estabelecimentos de ensino de outras áreas, independentemente da distância entre elas.

Também a análise ao nível do Agrupamento de Escolas foi realizada segundo os seus actuais limites, alguns desenhados de forma pouco adequada geograficamente, mas que visam dar solução à cobertura de áreas actualmente sem capacidade de oferta.

É pois indispensável que a segunda fase do trabalho, para além de atender às carências decorrentes de um cenário prospectivo, seja também aferida às características demográficas e urbanísticas das diferentes áreas da Cidade e desenvolvida com critérios mais exigentes e adaptados à realidade.

Metodologia

Para a estimativa da população escolar a servir em cada nível de ensino, sobre a qual se procedeu à elaboração desta fase de diagnóstico da Rede de Equipamentos, foi aplicado um factor de cálculo, que se denominou RIP.

Este factor introduz uma correcção ao número de alunos estimado em idade própria para cada nível de ensino, em função da retenção (R) ou repetência, da importação (I), designação do fenómeno de frequência nas escolas de Lisboa, de crianças residentes noutros concelhos que acompanham um dos progenitores na sua deslocação para o local de trabalho, e taxa de cobertura da rede pública (P), ou seja, para o total de alunos estimados em idade própria, acrescidos dos repetentes e dos não residentes em Lisboa, a quota que se entende dever ser servida pelos estabelecimentos de ensino da rede pública, pressupondo que os restantes frequentarão o ensino privado.

Assim, foram estabelecidas pela CML em colaboração com a DREL, as seguintes taxas de cobertura para a rede pública: Educação pré-escolar - 25%, 1.º ciclo - 54%, 2.º ciclo - 58%, 3.º ciclo - 66% e Secundário - 78%.

Com excepção do pré-escolar, em que a taxa de 25% representa um aumento da cobertura existente em 2005/2006, que era então de 16%, as taxas restantes são as verificadas no ano lectivo de 2002/2003, correspondendo à intenção de suster a tendência de perda de quota verificada nos últimos anos.

Tal como foi já referido, foram utilizadas as capacidades nominais das escolas e a dimensão máxima da turma.

Os cálculos foram ainda realizados para cada um dos actuais Agrupamentos de Escolas, e para grupos de Agrupamentos, assim definidos:

Grupo Noroeste – Bairro Padre Cruz (Agrup. 6), Delfim Santos (Agrup. 7), Quinta de Marrocos (Agrup. 9), Pedro de Santarém (Agrup. 10), Telheiras 1 (Agrup. 11), São Vicente/Telheiras (Agrupa. 12), Lindley Cintra (Agrup. 16), Pintor Almada Negreiros (Agrup. 17), Alto do Lumiar (Agrup. 18).

Grupo Nordeste – Luís António Verney (Agrup. 19), Marvila (Agrup. 20), Damião de Góis (Agrup. 24), Fernando Pessoa (Agrup. 25), Sta Maria dos Olivais (Agrup. 26), Piscinas/Olivais (Agrup. 27), Vasco da Gama (Agrup. 28).

Grupo Centro - Marquesa de Alorna (Agrup.8), Alvalade (Agrup. 13), Eugénio dos Santos (Agrup.14), Luís de Camões (Agrup. 15), Olaias (Agrup. 22), D. Filipa de Lencastre (Agrup. 29).

Grupo Centro Ribeirinho – Bartolomeu de Gusmão (Agrup. 1), Baixa-Chiado (Agrup. 2), Manuel da Maia (Agrup. 4), Nuno Gonçalves (Agrup. 21), Patrício Prazeres (Agrup. 23), Gil Vicente (Agrup. 30).

Grupo Sudoeste – Francisco Arruda (Agrup. 3), Belém-Restelo (Agrup. 5).

Diagnóstico

Considerando a metodologia utilizada, poder-se-á dizer que a rede pública de equipamentos escolares revela folgas de capacidade globais em todos os níveis de ensino, com excepção do pré-escolar.

No entanto, ao nível dos grandes grupos de Agrupamentos de Escolas, o Grupo Noroeste apresenta, ao contrário, carências em todos os níveis de ensino, ainda que ao nível do 1.º ciclo se possa encontrar um equilíbrio, mas apenas se considerarmos a totalidade do território assim designado, abrangendo toda a coroa noroeste da cidade, desde o parque de Monsanto às Galinheiras.

Recorde-se que o diagnóstico se baseia numa população estimada para 2007, o que numa área sujeita a uma dinâmica construtiva como a das Freguesias do Lumiar, da Ameixoeira e da Charneca, com empreendimentos de grandes dimensões em curso como a Alta de Lisboa, ou a zona das Galhardas, se traduz num agravamento das carências a curto prazo.

Ainda no mesmo Grupo Noroeste, é de referir:

- a situação de lotação esgotada na escola EB1/JI do Alto da Faia,
- a situação de sobrelotação da EB 2.3 Delfim Santos e de 4 escolas do 1.º ciclo a funcionar em regime duplo (EB1 n.º 110, EB1 n.º 120, EB1 Luz/Carnide n.º 45 e EB1 n.º 185 das Galinheiras);
- a instalação da EB1 Padre Álvaro Proença, n.º 205, em blocos pré-fabricados, no logradouro da EB 2.3 Pedro de Santarém.

- a existência de um elevado número de crianças carenciadas nas escolas do Bairro Padre Cruz, do Bairro da Boavista, do Bairro da Horta Nova, do Bairro das Fonsecas e Quinta dos Barros e na EB1 Frei Luís de Sousa n.º 49 no Bairro das Furnas;
- o registo de problemas de toxicodependência, vandalismo e delinquência, no Bairro da Boavista e de problemas sociais graves na EB1 n.º 77 com JI na Charneca do Lumiar, de conflitos étnicos na EB1 Prof. José Salvado Sampaio n.º 17 em Benfica e de indisciplina na EB1 n.º 91 no Alto do Lumiar;

A análise do Grupo Nordeste na sua globalidade revela por sua vez apreciáveis folgas de capacidade em todos os níveis de ensino, ainda que localizadamente se constatem carências e, ao serem contabilizados todos os estabelecimentos em funcionamento, não tenham sido consideradas as necessidades de substituição de instalações.

São assim de salientar as seguintes situações:

- a necessidade de encerramento da EB1 n.º 20 – Vila Maria Luísa, com 2 salas, a funcionar num espaço integrado num antigo Palácio do séc. XVIII, sem espaços complementares de ensino nem logradouro, o que veio a acontecer já no presente ano lectivo de 2008/2009;
- a existência de 3 escolas do 1.º ciclo a funcionar em regime duplo, EB1 n.º 195 e EB1 n.º 117 (Agrup. Damião de Góis) e EBI Vasco da Gama;

De salientar também que neste Grupo se encontra uma das zonas da cidade com maior dinâmica construtiva, o Parque das Nações, cujo crescimento não foi tido em conta nos cálculos da estimativa populacional, e em que apenas foram considerados 2/3 dos fogos já construídos como estando ocupados.

É ainda de referir o elevado número de crianças carenciadas, provenientes de bairros de realojamento, principalmente no Agrupamento de Escolas Luís António Verney (Agrup. 19), Marvila (Agrup. 20), Damião de Góis (Agrup. 24) em que a percentagem de alunos carenciados é muito acima da média da Cidade.

Também a análise do Grupo Centro não revela carências, quando realizada para a sua globalidade, no entanto podem salientar-se as seguintes deficiências localizadas:

- a EB1/JI Mestre Querubim Lapa, n.º 23, em Campolide que concentra os alunos da EB1 n.º 80 no Bairro da Bela Flor e da EB1 n.º 96 do Bairro da Liberdade e Serafina,

que foram demolidas, abrangendo uma vasta área de residência, e da escola EB1 n.º 13, de Campolide, que foi extinta no presente ano lectivo de 2008/2009;

- a consequente deslocação diária dos alunos do Bairro da Liberdade e Serafina, entre o Bairro onde residem e a EB1 n.º 23 – Mestre Querubim Lapa;
- a existência de regime duplo na EB1 n.º 35 de S. Sebastião da Pedreira, instalada numa parte de um edifício adaptada ao ensino;
- a existência de regime duplo na EB 23 Luís de Camões;
- as deficientes condições de acesso e a falta de espaços complementares do ensino, como sejam salas de trabalho e refeitório, na escola EB 23 Almirante Gago Coutinho, que leva a que a população escolar opte por outros estabelecimentos de ensino, fora do seu Agrupamento;

De salientar ainda que a população escolar deste grupo territorial apresenta uma grande heterogeneidade, havendo escolas em que uma grande parte dos alunos são provenientes de meios socio-económicos desfavorecidos e de diversas culturas e etnias (Campolide, Bairro da Liberdade e Serafina, Bairro Santos, Rego, Bairro das Murtas, Quinta do Monte Coxo), apresentando algumas graves problemas disciplinares e alguns comportamentos de risco (Olaias) e um elevado número de alunos residentes noutros concelhos do Distrito de Lisboa, e que frequentam as escolas da área de emprego do encarregado de educação (Alvalade, Arco do Cego, Avenidas Novas).

Há ainda a salientar um elevado número de crianças institucionalizadas que frequentam as escolas da rede pública destes agrupamentos.

No Grupo Centro Ribeirinho, a análise global revela apenas carências ao nível do pré-escolar e do secundário, no entanto uma análise mais detalhada permite evidenciar as seguintes deficiências:

- o mau estado de conservação da escola EB1 n.º 18 (Janelas Verdes), transferida provisoriamente para as instalações da EB1 n.º 72 (Lapa), e das escolas EB1 das Gaivotas e EB1 Helena Vaz da Silva (Poço dos Negros), a funcionar provisoriamente em instalações cedidas;
- o funcionamento da EB1 Fernanda de Castro (Tapada das Necessidades) parte em instalações pré-fabricadas e parte num edifício cedido sem condições adequadas;

- a lotação esgotada da escola EB 1/JI Padre Abel Varzim, estabelecimento de ensino com maior procura no Agrupamento de Escolas n.º 2 (Baixa-Chiado) e da EB1 n.º 1 (Pena);
- o encerramento das escolas EB1 n.º 79 (Martim Moniz) e EB1 n.º 68, com a transferência dos alunos para instalações provisórias da EB1 Marqueses de Távora, n.º 199 noutro Agrupamento (Gil Vicente);
- o funcionamento em regime duplo das escolas EB 1 n.º 212 e EB 1 do Castelo, n.º 10;
- a generalidade de instalações antigas, adaptadas ao ensino e em deficiente estado de conservação;
- a existência de crianças carenciadas, de meios socio-económicos desfavorecidos e de diferentes etnias (Madragoa, Poço dos Negros, Quinta do Loureiro, Martim Moniz, Penha de França, Castelo);

Há ainda a salientar um elevado número de crianças institucionalizadas que frequentam as escolas da rede pública destes agrupamentos.

Considerando a caracterização do parque escolar existente em alguns dos Agrupamentos (Baixa-Chiado, Bartolomeu de Gusmão, Manuel da Maia, Nuno Gonçalves, Gil Vicente), os desenvolvimentos urbanísticos previstos deverão integrar as soluções para os acréscimos populacionais que serão gerados, e através destas garantir igualmente a oferta de melhores condições e alternativas aos estabelecimentos existentes, nomeadamente em Alcântara e no Vale de Santo António.

No Grupo Sudoeste, apesar da análise global revelar folgas de capacidade, importará salientar as seguintes situações, com implicações na capacidade de resposta dos equipamentos de ensino:

- a existência de crianças carenciadas, de meios socio-económicos desfavorecidos e de diferentes etnias, em particular na EB1/JI do Casalinho da Ajuda, na EB1 Alexandre Rodrigues Ferreira, na EB 1 Raul Lino e na EB1 n.º 118/JI do Alto da Ajuda.

Programa de Intervenções Prioritárias

Apesar de se tratar de um primeiro diagnóstico, assente em critérios que deverão vir a ser ajustados à realidade, as carências detectadas são elevadas, tendo sido, de entre elas, identificadas intervenções prioritárias.

Assim, foi estabelecido pela CML em colaboração com a DREL, o seguinte Programa de Intervenções Prioritárias, a executar entre 2008 e 2011:

Construções novas

EB I das Galinheiras
EBI do Parque das Nações
EB1/JI do Bairro do Armador – Chelas
EB1/JI de Benfica
JI de Alvalade
JI de Santa Maria dos Olivais
JI da Quinta dos Frades – Lumiar

Obras de beneficiação e requalificação do parque escolar existente

Foram identificados vários tipos de intervenção, desde o arranjo dos espaços exteriores, obras de manutenção e beneficiação geral, construção de cozinhas e refeitórios, e ampliação para substituição de instalações precárias, em 70 estabelecimentos de ensino.

Integram ainda a Carta Educativa, um conjunto de medidas complementares, de suporte à melhoria da oferta educativa em todos os níveis de ensino, de combate ao insucesso, ao abandono e à saída antecipada nos 2.º e 3.º ciclos e Secundário, através da promoção de uma oferta educativa diversificada e ajustada ao perfil, motivação e interesses de alguns segmentos de estratos jovens, e ainda a recomendação de um conjunto de medidas gestionárias.

CARTA DE EQUIPAMENTOS DE SAÚDE

À semelhança da Carta Educativa de Lisboa, a Carta de Equipamentos de Saúde, elaborada pela CML em articulação com a ARSLVT, no que concerne aos Cuidados Primários e em articulação com a UMCCI para os Cuidados Continuados de Saúde, é entendida como uma primeira etapa no processo de planeamento das respectivas Redes de Equipamentos, privilegiando a identificação das carências actuais e das propostas para a sua solução.

Cuidados Primários de Saúde

A Medicina Geral e Familiar é a especialidade que identifica o perfil profissional do Médico de Família, clínico generalista que é o primeiro elo da prestação dos cuidados públicos de saúde e relativamente ao qual se estabelecem as taxas de cobertura dos cuidados primários.

Em 2006 começaram a ser criadas as Unidades de Saúde Familiar (USF), como unidades nucleares de prestação de cuidados primários de saúde, de iniciativa dos próprios profissionais, dotadas de autonomia, ainda que naturalmente sujeitas ao controlo do Serviço Nacional de Saúde (SNS). Em cada Centro de Saúde, funciona pelo menos uma USF.

No final de 2007, foi entretanto estabelecido o regime de criação, estruturação e funcionamento dos Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES), tendo sido proposta pelo Ministério da Saúde, 3 ACES para a cidade de Lisboa, agrupando os seguintes Centros de Saúde:

ACES1 - Alvalade, Benfica, Lumiar e Sete Rios;

ACES2 - Graça, Olivais, Marvila, Penha de França e S. João;

ACES3 - Ajuda, Alameda, Alcântara, Coração de Jesus, Lapa, Luz Soriano, Santo Condestável e São Mamede/Santa Isabel.

Metodologia

Para o cálculo das necessidades e de carências em unidades prestadoras de cuidados primários de saúde, foi usada a USF como unidade de base e adoptada uma cobertura de 1800 utentes/médico, valor concertado com a Unidade de Missão de Cuidados de Saúde Primários (UMCSP).

Para o n.º de utentes/habitantes foi utilizada a estimativa populacional elaborada para 2007 e que serviu de base à Carta Educativa de Lisboa, reagrupada segundo os limites das Áreas de Influência dos Centros de Saúde.

Foram contudo introduzidas algumas alterações aos actuais limites, de forma a melhorar a coerência das áreas de influência e acessibilidade dos utentes, atendendo à construção progressiva de novas unidades de saúde, nomeadamente em Alcântara, Carnide e Penha de França.

A ARSLVT efectuou ainda uma análise das instalações actuais quanto ao tipo de construção, estado de conservação, funcionalidade e encargos, para identificação das unidades a substituir.

Diagnóstico

Repartindo-se equitativamente pelos 3 ACES, encontram-se a prestar serviço em Lisboa, cerca de 390 médicos de família, enquanto se encontravam inscritos em 2007, 718 369 utentes.

Analisando a evolução dos serviços de prestação de cuidados de saúde primários, entre 2004 e 2007, verifica-se que enquanto o n.º de médicos diminuiu 8%, o n.º de utentes aumentou em quase 45 000, o que corresponde a mais 6,2 %, constatando-se ainda que o maior crescimento de n.º de inscritos se deu no ACES 1, em valor absoluto e relativo, enquanto o Centro de Saúde que observou a maior procura foi o de Alameda no ACES 3.

Considerando a metodologia utilizada, constata-se que o valor médio do rácio utentes/médico é de 1 837, valor superior ao máximo considerado de 1800 utentes/médico, confirmando-se a cobertura mais deficiente em n.º de médicos de família no ACES 1, particularmente no Centro de Saúde do Lumiar e no ACES 3, Ajuda, Coração de Jesus e Sto Condestável.

É na área de influência do Centro de Saúde de Benfica que se localizam as maiores necessidades em termos quantitativos.

Quanto ao tipo de instalações, a generalidade são projectos espaços adaptados, não reunindo algumas das instalações, as condições mínimas desejáveis para a função.

De salientar uma vez mais que o diagnóstico se reporta à situação actual, considerando apenas a população estimada para 2007, sem atender às novas dinâmicas populacionais, decorrentes dos novos empreendimentos previstos ou já em curso.

Proposta de Redução de Carências

Conforme a metodologia atrás descrita, foram quantificadas as necessidades e identificadas as carências localizadas por Área de Influência do Centro de Saúde, e avaliadas as instalações actuais para identificação das que deverão desde já ser substituídas.

Assim, das 34 instalações existentes, 18 foram consideradas a substituir, ainda que por razões diversas e diferentes graus de prioridade.

Considerando a totalidade das unidades de saúde existentes, como se estivessem concretizadas as substituições preconizadas, as carências são ainda de 7 unidades novas: Bairro da Boa Vista, Montinho de S. Gonçalo no Alto do Lumiar, Mercado de Campolide, Parque das Nações, Parque de Saúde Oriental, Alto do Restelo, Olaias e Pedrouços.

Nalguns casos, quer as soluções para substituição, quer a localização das novas unidades a construir são conhecidas e correspondem a processos já iniciados e que a Carta enumera e identifica. Para os restantes casos, a Carta aponta sugestões de solução que deverão ser avaliadas e desenvolvidas em processos posteriores, nomeadamente como cedências obrigatórias, no âmbito de processos de loteamento urbano, ou a localização em Planos Municipais de Ordenamento do Território.

Proposta de Intervenção Prioritária

Tendo em atenção a dimensão das carências e a respectiva lista de intervenções proposta, foram estabelecidas entre a CML e a Secretaria de Estado da Saúde, uma lista de intervenções prioritárias, considerando as acções mais urgentes e cuja solução é passível de concretização imediata, integrando igualmente a Carta de Equipamentos de Saúde.

Unidades cujo processo de construção pode ser iniciado

(12 P) - Parque das Nações
propriedade da ARSLVT, Alameda dos Oceanos

(9 P) - Montinho de S. Gonçalo
propriedade municipal, Rua António Dacosta

(5 P) – Carnide
propriedade municipal
(cedência à ARSLVT em direito de superfície aprovada pela AM em 12/7/05)

(5 Q) - Rua Dr. Rodrigues Migueis
propriedade municipal
reconstrução no próprio local

(17 Q) – Campolide
propriedade municipal, recinto do antigo Mercado Municipal

(3 P) – Pedrouços
propriedade municipal, Rua dos Cordoeiros a Pedrouços, 50

(9 Q) - Vale da Ameixoeira
propriedade municipal, delimitação a definir

(5 R) - Bairro da Boa Vista
propriedade municipal, Rua Rainha D. Brites

Metodologia de Completamento e Monitorização

Considerando que algumas das Unidades de Saúde não se encontram ainda com a localização definida, torna-se necessário manter presente a necessidade de estudo de soluções no decurso da actividade camarária, de gestão e planeamento urbanísticos (Licenciamentos, Loteamentos e PMOT).

A deliberação camarária que aprovou o envio da Carta de Equipamentos de Saúde à Assembleia Municipal para aprovação, inclui então a decisão de criação de um processo de monitorização que garanta, por um lado, o registo das Unidades que progressivamente venham a ser instaladas e a concretização da afectação de terrenos e edifícios prevista na Carta, mas também, que permita disponibilizar, a cada momento, informação actualizada sobre as carências ainda a satisfazer, aos serviços que no âmbito da sua actividade devem contribuir para a definição das soluções em falta.

Cuidados Continuados de Saúde

Em meados de 2006 foi lançada a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI), destinada a pessoas dependentes, e tendo por base a articulação entre os Ministérios da Saúde e do Trabalho e Solidariedade Social.

Um dos objectivos principais desta Rede é a de assegurar uma resposta coerente e integrada às pessoas que se encontrem em situação de dependência temporária ou prolongada, com proximidade de prestação dos cuidados, adaptadas às necessidades do cidadão e centradas no utente, que se querem individualizados e humanizados com abordagem multidisciplinar (planos individuais de intervenção). Assim, perspectiva-se a sua constituição por "unidades e equipas de cuidados continuados de saúde, e ou de apoio social, e de cuidados e acções paliativas, com origem nos serviços comunitários de proximidade, abrangendo os hospitais, os centros de saúde, os serviços distritais e locais" (MCCS - Comunicação social).

A tipologia definida para as unidades e equipas da RNCCI é a seguinte (cf. capítulos IV e V do Decreto-Lei n.º 101/2006, de 6 de Junho):

- Unidades de internamento
    - Unidades de convalescença (UC) - (pós-operatório, doença crónica descompensada),
    - Unidades de média duração e reabilitação (UMD) - (até 90 dias: AVC, fractura de colo do fémur),
    - Unidades de longa duração e manutenção (ULD) - (superior a 90 dias: doenças neurodegenerativas);
    - Unidades de cuidados paliativos (UCP) - (doenças oncológicas);

- Unidades de ambulatório
    - Unidade de dia e promoção da autonomia (UD) - (pessoas sem condições para serem tratadas em casa);

- Equipas hospitalares
    - Equipas de gestão de altas - (equipas multidisciplinares para assegurar a continuidade de cuidados no processo de reabilitação dos doentes que obtiveram alta)

- Equipas intra-hospitalares de suporte em cuidados paliativos - (para articular e superintender os cuidados aos doentes em tratamentos paliativos complexos);

- Equipas domiciliárias
  - Equipas de cuidados continuados integrados – (equipas multidisciplinares, da responsabilidade dos CS/USF e das entidades de apoio social, para pessoas em situação de dependência funcional que não requerem internamento mas que não se podem deslocar)
  - Equipas comunitárias de suporte em cuidados paliativos - (equipas multidisciplinares para prestar assessoria específica aos profissionais que prestam serviços domiciliários).

A coordenação da Rede é assumida ao nível nacional e, no plano operativo, ao nível regional e ao nível local. No último nível, esta função é assegurada por Equipas de Coordenação Local (ECL), cujo âmbito territorial coincide com a área de influência dos CS. Têm composição multidisciplinar e intersectorial: no mínimo devem possuir 1 médico, 1 enfermeiro e 1 assistente social, em representação da ARS e do CDSS; e, "sempre que necessário", 1 representante da câmara municipal, designado pelo respectivo presidente (cf. Despacho n.º 19040/2006, de 19 de Setembro).

No plano das respostas, em número de unidades de internamento e de unidades de dia e de promoção da autonomia, necessárias à satisfação das necessidades da população em cuidados continuados integrados, prevê-se que a RNCCI atinja uma cobertura a 100% apenas no período de 2013-2016.

Na cidade de Lisboa, em Fevereiro de 2009, o nº de camas e/ou de lugares, segundo as várias valências, era no total apenas de 48 camas em Unidades de Convalescença (UC), 22 camas em Unidades de Internamento de Média Duração (UMD), 12 camas em Unidades de Internamento de Longa Duração (ULD), não existindo ainda quaisquer respostas ao nível das Unidades de Internamento de Cuidados Paliativos (UCP) ou de Unidades de Dia e de Promoção da Autonomia (UDPA).

Metodologia

A estratégia nacional definida para a implementação da RNCCI assenta numa lógica de parcerias público-privadas e de protocolos com as Misericórdias, prevendo que a

satisfação das necessidades venha a atingir os **100% no período de 2013-2016.** Entretanto, as metas intermédias fixadas são as seguintes: cobertura a **30%, de 2006 a 2008; e a 60%, de 2009 a 2013.**

Ainda que os cuidados continuados tenham como destinatários as pessoas em situação de dependência, sejam idosas ou não, os rácios de identificação de carências são calculados a partir de uma população alvo de 65 e mais anos de idade.

Assim, a partir da Base Demográfica descrita (2007), foi estimado o número absoluto de idosos por área de influência de Centro de Saúde, para cada uma das metas descritas segundo os seguintes critérios:

> META 1 (2006-2008) - aplicação de uma proporção de 24,2% (extraída a partir dos valores de frequência de idosos, apurados pelo INE e que, em termos relativos, coincidem em 2005 e 2006) ao total da população estimada por área de influência de Centro de Saúde;
>
> META 2 (2009-2013)- igual cálculo, aplicando uma proporção de 25 % da população idosa ao total da população, equivalendo a um previsível envelhecimento da população;
>
> META 3 (2013-2016) – igual cálculo, utilizando a proporção de 25,9 %, prevendo a continuação da tendência de envelhecimento da população, percentagem igualmente utilizada pela CML em cálculos relativos a necessidades em equipamentos sociais para idosos.

Os critérios, utilizados na determinação do n.º de camas ou de lugares das unidades de cuidados continuados necessárias, respeitaram os rácios transmitidos pela então Coordenação Nacional, no seu cenário de redução de carências para o período de 2006-2008, e os que foram posteriormente explicitados no Relatório de Monitorização da Implementação das Experiências-piloto, para os períodos ulteriores.

O cálculo das necessidades (em número de camas e lugares) segundo as várias valências (tipos de equipamento), resulta da aplicação daqueles rácios, à população idosa estimada para cada freguesia.

No quadro seguinte são apresentados os rácios de cobertura, segundo as fases de implementação da RNCCI, por tipos de unidade. Neles se pode verificar que os

valores dos rácios, tanto em número de camas como em lugares, são triplicados da primeira para a última fase.

TIPOS DE UNIDADE	FASEAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DA RNCCI		
	FASE 1 2006-2008	**FASE 2 2009-2012**	**FASE 3 2013-2016**
	N.º camas/1.000 hab. c/ 65 e + anos	***N.º camas/1.000 hab. c/ 65 e + anos***	***N.º camas/1.000 hab. c/ 65 e + anos***
Unidade de Convalescença (UC)	0,6	1,2	1,8
Unidade de Média Duração e Reabilitação (UMD)	0,7	1,3	2
Unidade de Longa Duração e Manutenção (ULD)	1,67	3,3	5
	N.º lugares/1.000 hab. c/ 65 e + anos	***N.º lugares/1.000 hab. c/ 65 e + anos***	***N.º lugares/1.000 hab. c/ 65 e + anos***
Unidade de Cuidados Paliativos (UCP)	0,2	0,4	0,6
Unidade de Dia e Promoção da Autonomia (UD)	0,5	1	1,5

Fonte: Elaboração com base em: MS/UMCCI - Relatório de Monitorização da Implementação das Experiências Piloto da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, 27 de Julho de 2007

Diagnóstico

Através da análise dos Indicadores Pertinentes para a Avaliação da Necessidade em Cuidados Continuados, as carências neste domínio assumem uma acuidade particular na cidade de Lisboa.

Comparando a cidade de Lisboa com a região e o país, Lisboa é a que possui maior número de idosos, a viver no seio da família ou sós, assim como o quantitativo mais elevado de deficientes e de deficientes idosos.

Se os idosos a viverem sós constituem um grupo de risco, susceptível de necessitar de cuidados continuados em condições adversas de saúde, importa salientar que do número de doentes no país, permanentemente acamados por motivos de saúde, estimado em cerca de 50 mil, um pouco mais de metade (66%) são idosos, estimando-

se em mais de 17 mil, o número de crianças, jovens e adultos de ambos os sexos nessas condições.

Na Sub-Região de Lisboa (Despachos n.º 17.516/2006, de 29 Agosto, e n.º 1.281/2007, de 26 de Janeiro), o n.º de camas criadas até Fevereiro de 2009 é apenas, segundo as várias valências, o seguinte:

Unidades de Convalescença (UC)

- Instituto S. João de Deus/Residência S. João de Ávila - 25
- Associação dos Empregados do Comércio de Lisboa - 23

Unidades de Internamento de Média Duração (UMD)

- Sociedade Portuguesa de Serviços de Apoio e Assistência a Idosos (Domus Vida) – 22

Unidades de Internamento de Longa Duração (ULD)

- Associação de Paralesia Cerebral de Lisboa/Centro Nuno Krus Abecasis - 12

Unidades de Internamento de Cuidados Paliativos (UCP)

Não existem unidades da RNCCI.

Unidades de Dia e de Promoção da Autonomia (UDPA)

Não existem unidades da RNCCI.

O número de respostas, actualmente disponíveis na cidade, constitui uma pequeníssima parte do necessário.

Proposta de Redução de Carências

Apesar do cenário de contenção demográfica adoptado, as necessidades a satisfazer são muito elevadas.

O Quadro seguinte mostra as necessidades a satisfazer na META 3, no período de 2013-2016, por ACES e CS, revelando valores bastante significativos.

AGRUPAMENTOS DE CENTROS DE SAÚDE (ACES)	CENTROS DE SAÚDE (CS)	IDOSOS (Residentes c/ 65 e + anos: 25,9%)	NECESSIDADES EM CUIDADOS CONTINUADOS INTEGRADOS (CCI) – META 3									
			Convalescença (1,8/mil idosos)		Média Duração (2/mil idosos)		Longa Duração (5/mil idosos)		Unidade de Dia (1,5/mil idosos)		Unidade Cuidados Paliativos (0,6/mil idosos)	
			Nº médio Unidad	Nº Camas	Nº médio Unidad	Nº Camas	Nº médio Unidad	Nº Camas	Nº médio Unidad	Nº Lugar	Nº médio Unidad	Nº Lugar
AGRUPAMENTO 1 (Sede: Sete Rios)	Alvalade	7686		14		15		38		12		5
	Benfica	16837		30		34		84		25		10
	Lumiar	19622		35		39		98		29		12
	Sete Rios	16133		29		32		81		24		10
	Total ACES1	*60277*	*(3)*	*108*	*(3)*	*121*	*(8)*	*301*	*(5)*	*90*	*(2)*	*36*
AGRUPAMENTO 2 (Sede: Olivais)	Graça	4901		9		10		25		7		3
	Olivais	14208		26		28		71		21		9
	Marvila	10433		19		21		52		16		6
	Penha de França	8004		14		16		40		12		5
	São João	3987		7		8		20		6		2
	Total ACES2	*41532*	*(2)*	*75*	*(2)*	*83*	*(5)*	*208*	*(3)*	*62*	*(1)*	*25*
AGRUPAMENTO 3 (Sede: Lapa)	Ajuda	6467		12		13		32		10		4
	Alameda	11876		21		24		59		18		7
	Alcântara	6140		11		12		31		9		4
	Coração de Jesus	4644		8		9		23		7		3
	Lapa	4816		9		10		24		7		3
	Luz Soriano	3979		7		8		20		6		2
	Sto. Condestável	3477		6		7		17		5		2
	S. Mamede e Sta. Isabel	3037		5		6		15		5		2
	Total ACES3	*44436*	*(2)*	*80*	*(3)*	*89*	*(6)*	*222*	*(3)*	*67*	*(1)*	*27*
Total LISBOA		**146246**	**(7)**	**263**	**(8)**	**293**	**(19)**	**731**	**(11)**	**219**	**(4)**	**88**

Fontes: Elaboração c/ base em: CML/DPE - Base Demográfica para a Carta Educativa do Concelho de Lisboa, 2008; MS/UMCCI - Relatório de Monitorização da Implementação das Experiências Piloto da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, Julho de 2007; CML/DPE, MS/ARSLVT - Reordenamento da Área de influência dos CS de Lisboa, 2007

Neste quadro, o n.º médio de unidades prestadoras de cuidados é apresentado apenas como referência, tendo sido utilizada uma capacidade tipo, aproximada, de 20 camas para as UC; de 20 camas, no máximo, para as UCP e de 40 camas para as UMD e ULD. Para as UDPA foi utilizado um número médio de 30 lugares.

É ainda de assinalar que diversas tipologias de internamento podem coexistir na mesma unidade prestadora. Também as UDPA poderão estar integradas nas unidades prestadoras com internamento, de uma ou mais tipologias.

Para a concretização das Unidades de Cuidados Continuados, há então que definir localizações e reservar as respectivas parcelas de terreno, a par de outras soluções que possam vir a ser consideradas, nomeadamente através do reaproveitamento de

instalações hospitalares desactivadas ou de outros edifícios devolutos, civis ou militares, ou ainda de parcerias com entidades privadas em instalações já existentes.

Deste modo, na Carta de Equipamentos de Saúde são desde já identificadas 15 localizações passíveis de concretização, embora na sua maioria a médio ou longo prazo.

Apenas 4 destas localizações se encontram já definidas e são concretizáveis a curto prazo, devendo as restantes vir a ser definidas no âmbito da elaboração de Planos de Urbanização, de Pormenor ou de Loteamentos Municipais.

As 4 localizações definidas situam-se em:

Alto do Lumiar, Rua G1

Benfica, Quinta do Charquinho, Estrada do Poço do Chão

Carnide, Estrada da Correia, integração com a futura Unidade de Cuidados Primários (5P)

Algés, Rua Jerónimo Osório

Metodologia de Completamento e Monitorização

Mas a identificação das 15 localizações referidas não corresponde à satisfação da totalidade das carências identificadas, pelo que se torna necessário manter presente a necessidade de estudo de soluções no decurso da actividade camarária, de gestão e planeamento urbanísticos (Licenciamentos, Loteamentos e PMOT).

A deliberação camarária que aprovou o envio da Carta de Equipamentos de Saúde à Assembleia Municipal para aprovação, inclui então a decisão de criação de um processo de monitorização que garanta, tal como para os Cuidados Primários de Saúde, por um lado, o registo das Unidades que progressivamente venham a ser instaladas e as soluções nomeadamente de afectação de terrenos e edifícios, que através dos actos de gestão urbanística e aprovação de Planos sejam definidas, e por outro lado, que permita disponibilizar, a cada momento, informação actualizada sobre as carências ainda a satisfazer, aos serviços camarários que no âmbito da sua actividade devem contribuir para a definição das restantes soluções.

Cuidados Secundários ou Hospitalares

No caso dos Cuidados Secundários ou Hospitalares, as câmaras municipais intervêm apenas em regime de colaboração com a Direcção-Geral das Instalações e Equipamentos de Saúde (DGIES) e com a ARS, competindo o levantamento das necessidades e de planeamento à Direcção-Geral de Saúde (DGS).

A Carta de Equipamentos de Saúde de Lisboa apenas procede portanto à identificação dos equipamentos que integram a rede de cuidados secundários, registando as recentes alterações concretizadas pelo Governo e apresentando o respectivo diagnóstico e as futuras intervenções.

Diagnóstico

No distrito de Lisboa existem:

- 9 Hospitais gerais, dos quais 8 já integrados em centros hospitalares;
- 8 Hospitais especializados, dos quais 2 constituem o Centro Hospitalar Psiquiátrico;
- Hospitais distritais gerais, dos quais 3 integram também centros hospitalares.

Exceptuando os hospitais distritais, o Hospital Ortopédico integrado no Centro Hospitalar de Cascais e o de Sta. Cruz (concelho de Oeiras), todas as unidades hospitalares estão instaladas na cidade de Lisboa.

Ainda que metade dos hospitais tenham sido criados no século passado e após a instauração da República, 1/4 são centenários e outros tantos surgiram após 25 de Abril de 1974. Entre o hospital mais antigo da capital, S. José, e as mais recentes instalações, o Centro Hospitalar de Alcoologia do Sul (CRAS), há um lapso temporal de mais de dois séculos.

Em grande parte dos estabelecimentos, verifica-se a desadequação das instalações actuais para o bom desempenho dos profissionais da saúde e o atendimento dos utentes com conforto e eficácia.

A estruturação da oferta é ora dispersa por demasiados serviços e logo onerosa, ora de difícil acesso para os utentes e com condições infra-estruturais deficientes.

A consciência pública sobre novas exigências funcionais e arquitectónicas já existe há bastante tempo em alguns dos hospitais, sobretudo como resultado da evolução das ciências e das tecnologias da saúde e das próprias queixas dos doentes.

No final de 2005, o Governo concretizou a transformação de 31 hospitais sociedades anónimas (SA) e 5 hospitais do sector público administrativo (SPA) em hospitais entidades públicas empresariais (EPE), através da publicação do Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29 de Dezembro.

Numa óptica de optimização de recursos, foi igualmente criado o Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, EPE, que passou a integrar, por fusão, o Hospital de Egas Moniz, o Hospital de Santa Cruz e o Hospital S. Francisco Xavier.

Prosseguindo a mesma filosofia, já em 2007, foi criado, entre outros, o Centro Hospitalar de Lisboa Central, EPE, por fusão do Centro Hospitalar de Lisboa (Zona Central) – constituído em 2004, por integração dos Hospitais de S. José, Santo António dos Capuchos e do Desterro (Portaria n.º 115-A/2004, de 30 de Janeiro) – com o Hospital de D. Estefânia e o Hospital de Santa Marta (Decreto-Lei n.º 50-A/2007, de 28 de Fevereiro).

Mais recentemente, surgiu o Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa, na qualidade de pessoa colectiva de direito público, que integrou os Hospitais de Júlio de Matos e Miguel Bombarda.

Já em 2008, “de forma a obter a maximização dos recursos envolvidos, a redução dos custos de funcionamento, bem como ganhos de produtividade e eficiência”, foi criado o Centro Hospitalar Lisboa Norte, EPE, por fusão dos hospitais de Santa Maria e Pulido Valente (Decreto-Lei n.º 23/2008, de 8 de Fevereiro).

No período de 2000 a 2006, na rede hospitalar da cidade de Lisboa verificou-se um decréscimo generalizado em recursos físicos (n.º de estabelecimentos e de camas) e humanos (n.º de médicos).

Se a componente física reflecte a tendência continental, regional e distrital, já no respeitante à componente humana a tendência é a oposta nas três escalas mencionadas.

É notório que a lotação praticada revela uma diminuição consistente desde 2000 (e até desde 1992), em todos os hospitais lisboetas, com a única excepção do Centro Regional de Alcoologia do Sul (CRAS).

No entanto a quebra do n.º de médicos é moderada no período em apreço (-2,6%), havendo mesmo hospitais em que foi contrariada essa tendência regressiva: os Centros Hospitalares de Lisboa Norte e Psiquiátrico de Lisboa; o Instituto Gama Pinto; e a Maternidade Alfredo da Costa. Também no mesmo intervalo, o n.º de enfermeiros aumentou significativamente (9,2%) – aqui confirmando, ainda que de forma menos pronunciada, as tendências verificadas nas outras escalas referidas (à excepção do CRAS).

Todavia, é previsível que a situação da falta de médicos nos hospitais e no SNS se venha a agravar e não apenas por insuficiência do n.º de formandos nas universidades de medicina face às necessidades previstas e aposentação dos mais velhos, mas também pela saída de profissionais do serviço público para o sector privado em expansão. O Sindicado Independente dos Médicos estimou em cerca de 400 o número de clínicos que abandonaram o SNS, entre pedidos de licença sem vencimento e desvinculações, apenas entre 2006 e meados de 2007. A este número haverá ainda a acrescentar a aposentação de outros 400.

No entanto, pese a situação generalizada de menores recursos, o que os dados da produção hospitalar revelam é uma maior eficácia no funcionamento destes estabelecimentos de saúde.

Encontra-se previsto o Reordenamento das Capacidades Hospitalares de Lisboa, com a futura construção do Hospital de Loures e do Hospital de Todos os Santos, em conjugação com a abertura dos novos hospitais de Cascais e Vila Franca de Xira e a reorganização hospitalar da margem sul do Tejo."

O futuro hospital de Loures irá absorver, sobretudo, actividade clínica de 4 unidades hospitalares existentes: Pulido Valente, Maternidade Alfredo da Costa, Curry Cabral e Santa Maria. Por sua vez, espera-se que o Hospital de Todos-os-Santos venha a consolidar uma parte substancial da actividade clínica actualmente assegurada por um conjunto antiquado de hospitais situados na malha urbana do centro de Lisboa: S. José, D. Estefânia, Capuchos, Desterro, Miguel Bombarda e também Santa Marta.

Recentemente foi tomada a decisão política de construir a nova unidade do IPO em Lisboa, mediante a cedência de terrenos no Parque da Bela Vista, por parte da CML.

OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES

IMIGRAÇÃO EM NÚMEROS

Monitorizar a integração de Imigrantes em Portugal

RELATÓRIO ESTATÍSTICO DECENAL

2014

Catarina Reis Oliveira (coord.)
Natália Gomes

GOVERNO DE PORTUGAL

ACM
ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES

Monitorizar a Integração de Imigrantes em Portugal

Catarina Reis Oliveira (coord.)
Natália Gomes

FICHA TÉCNICA

Biblioteca Nacional de Portugal – Catalogação da Publicação

Monitorizar a integração de imigrantes em Portugal:
relatório estatístico decenal / coord. Catarina Reis Oliveira,
Natália Gomes. – (Imigração em Números; 1)
ISBN 978-989-685-060-9
I - OLIVEIRA, Catarina Reis de
II- GOMES, Natália

CDU 316

Promotor
Observatório das Migrações

Autores
Catarina Reis Oliveira (coord.)
Natália Gomes

Edição
Alto Comissariado para as Migrações (ACM, IP)
Rua Álvaro Coutinho, 14, 1150-025 Lisboa
E-mail: acm@acm.gov.pt

Conceção Gráfica
António Souto

Primeira Edição
750 exemplares

ISBN
978-989-685-060-9

Depósito Legal
385 710/14

Lisboa, Dezembro de 2014

As análises e apreciações expressas nesta edição são da exclusiva responsabilidade das autoras e não vinculam o ACM ou as instituições que cederam os dados aqui analisados.

ÍNDICE GERAL

PREÂMBULO 013

MONITORIZAR A INTEGRAÇÃO DE IMIGRANTES EM PORTUGAL 015

AGRADECIMENTOS 016

INTRODUÇÃO 017
Porquê monitorizar a integração de imigrantes em Portugal? 017
Fontes, conceitos e dilemas estatísticos 020
Dimensões de integração e indicadores 022

CAP. 1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA IMIGRAÇÃO EM PORTUGAL 029
1.1. A experiência migratória de Portugal e impactos do saldo migratório 029
1.2. Caracterização geral dos estrangeiros residentes em Portugal à luz dos Censos de 2011: Quantos são? Quem são? Onde estão? 031

CAP. 2. ENTRADAS, PERMANÊNCIAS E SAÍDAS DE ESTRANGEIROS 041
2.1. Entrada de estrangeiros em Portugal 042
2.2. Permanência de estrangeiros 044
2.3. Saída de estrangeiros 047

CAP. 3. INDICADORES DEMOGRÁFICOS 051
3.1. Natalidade 052
3.2. Mortalidade 055
3.3. Nupcialidade e Núcleos Familiares 058

CAP. 4. TRABALHO 063
4.1. Setores de atividade e grupos profissionais 064
4.2. Habilitações de Estrangeiros ativos 067
4.3. Remunerações 071
4.4. Sinistralidade Laboral 076
4.5. Situação na Profissão: empregadores estrangeiros 081
4.6. Desemprego 085
4.6.1. Desemprego de estrangeiros segundo os Censos 085
4.6.2. Desemprego de estrangeiros registado no Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) 088
4.6.3. Beneficiários das prestações de desemprego a partir dos dados do Instituto de Segurança Social 094

CAP. 5. ESTRANGEIROS E SEGURANÇA SOCIAL 101
5.1. Contribuições 104
5.2. Prestações Sociais 111
5.2.1. Prestações familiares 116
5.2.2. Subsídio por doença 117
5.2.3. Prestação de maternidade / parentalidade 120
5.2.4. Rendimento social de inserção 124

CAP. 6. EDUCAÇÃO E QUALIFICAÇÕES **127**
6.1. Alunos estrangeiros no sistema escolar português 127
6.1.1. Ensino básico e secundário 129
6.1.2. Ensino Superior 137
6.2. Equivalências e reconhecimento de qualificações 149

CAP. 7. APRENDIZAGEM DA LÍNGUA PORTUGUESA **153**
7.1. Português como Língua não Materna 154
7.2. Programa de Português para Todos (PPT) 158

CAP. 8. CIDADANIA ATIVA **163**
8.1. Acesso à nacionalidade portuguesa 164
8.2. Recenseamento eleitoral de estrangeiros 172
8.3. Associativismo Imigrante 176

CAP. 9. HABITAÇÃO **181**
9.1. Regime de ocupação do alojamento 182
9.2. Condição de alojamento 185
9.3. Acesso à habitação e condição de alojamento por regiões do país 187

CAP. 10. ESTRANGEIROS E O SISTEMA DE JUSTIÇA **191**
10.1. Reclusos estrangeiros no sistema prisional português 192
10.2. Criminalidade julgada e condenada 197

CAP. 11. DISCRIMINAÇÃO DE BASE RACIAL E ÉTNICA **201**

CAP. 12. REMESSAS **209**

PRINCIPAIS TENDÊNCIAS ENCONTRADAS **213**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS **219**

LISTA DE QUADROS

Quadro 1.1. Saldos populacionais quinquenais: total, natural e migratório, entre 1960 e 2012, Portugal (milhares) 029
Quadro 1.2. Variação registada nas 10 principais nacionalidades residentes em Portugal em 2011 032
Quadro 1.3. População estrangeira residente em Portugal por regiões NUTIII, em 2011 037
Quadro 1.4. Distribuição dos principais grupos de estrangeiros nas regiões portuguesas (NUT II) em 2011 (%) 039
Quadro 1.5. Percentagem da população estrangeira na população total residente, por regiões NUTII, em 2011 039
Quadro 2.1. População estrangeira residente por tipo de despacho associado à autorização de residência (AR), entre 2008 e 2012 046
Quadro 3.1. Nados-vivos segundo a nacionalidade dos pais, entre 2001 e 2012 052
Quadro 3.2. Taxas de natalidade e de fecundidade das populações de nacionalidade portuguesa e estrangeira, em 2001 e 2011 (em permilagem) 054
Quadro 3.3. Nados-vivos segundo a nacionalidade (portuguesa e estrangeira) dos pais residentes em Portugal, em 2001 e 2011 054
Quadro 3.4. Óbitos de residentes em Portugal, segundo a nacionalidade, entre 2001 e 2012 056
Quadro 3.5. Taxas brutas de mortalidade das populações de nacionalidade portuguesa e estrangeira, em 2001 e 2011 (em permilagem) 057
Quadro 3.6. Taxa de nupcialidade geral das populações de nacionalidade portuguesa e estrangeira, em 2001 e 2011 (em permilagem) 059
Quadro 3.7. Casamentos celebrados em Portugal: total, entre portugueses, entre estrangeiros e mistos, entre 2001 e 2012 059
Quadro 3.8. Casamentos celebrados em Portugal, por país de nacionalidade do cônjuge masculino, em 2001 e 2011 (percentagem em linha) 060
Quadro 3.9. Casamentos celebrados em Portugal, por país de nacionalidade do cônjuge feminino, em 2001 e 2011 (percentagem em linha) 060
Quadro 3.10. Principais núcleos familiares em que um dos cônjuges/parceiros é estrangeiro e outro português, por país de nacionalidade do cônjuge/parceiro estrangeiro, em 2011 062
Quadro 4.1. População empregada em 2011 segundo os grandes grupos de profissões (CPP2010) para algumas nacionalidades (%) 065
Quadro 4.2. Trabalhadores por conta de outrem, portugueses e estrangeiros, por atividade económica em 2012 067
Quadro 4.3. Trabalhadores por conta de outrem de nacionalidade estrangeira e total, segundo nível de habilitações, em 2004 e 2012 068
Quadro 4.4. População por nacionalidade e nível de escolaridade mais elevado completo, Censos 2011 068
Quadro 4.5. Estrangeiros por nacionalidade e nível de escolaridade mais elevado completo, Censos 2011 (%) 069
Quadro 4.6. Número de Pessoas ao Serviço nos Estabelecimentos, estrangeiras, segundo a profissão e as habilitações, em 2009 (%) 070
Quadro 4.7. Número de Pessoas ao Serviço nos Estabelecimentos, portuguesas, segundo a profissão e as habilitações, em 2009 (%) 071
Quadro 4.8. Remuneração base média de portugueses e estrangeiros por grupos profissionais, em 2012 072
Quadro 4.9. Remunerações médias mensais base em Euros em 2000, 2005 e 2009 073
Quadro 4.10. Remunerações médias mensais base em Euros, segundo a nacionalidade do trabalhador, para os grupos profissionais 1 e 2 no distrito de Lisboa, em 2009 074

Quadro 4.11. Remunerações médias mensais base em Euros, segundo a nacionalidade do trabalhador, para os grupos profissionais 7,8 e 9 no distrito de Lisboa, em 2009 075
Quadro 4.12. Acidentes de trabalho (mortais e não mortais) por nacionalidade, entre 2003 e 2011 077
Quadro 4.13. Taxas de acidentes de trabalho mortais e não mortais de estrangeiros, segundo a nacionalidade do trabalhador, em 2011 078
Quadro 4.14. Acidentes de trabalho mortais e não mortais de portugueses e estrangeiros, segundo atividade económica, em 2011 079
Quadro 4.15. Empregadores e ativos estrangeiros versus total de empregadores e ativos em Portugal, entre 1981 e 2011 081
Quadro 4.16. População empregada portuguesa e estrangeira, segundo a situação na profissão, 2001 e 2011 082
Quadro 4.17. Taxas de empreendedorismo em Portugal segundo a nacionalidade, entre 1991 e 2011 083
Quadro 4.18. Percentagem de empregadores das dez nacionalidades com maior número de empregadores em Portugal no total de empregadores estrangeiros, entre 1991 e 2011 084
Quadro 4.19. Taxa de desemprego por nacionalidade, em 2001 e 2011 (%) 087
Quadro 4.20. Taxa de desemprego por sexo e nacionalidade, em 2011 (%) 088
Quadro 4.21. Desemprego registado de estrangeiros em Portugal Continental, entre 2001 e 2011 (%) 089
Quadro 4.22. Desemprego registado de estrangeiros em Portugal Continental, segundo o sexo, o grupo etário e os níveis de escolaridade, entre 2009 e 2011 090
Quadro 4.23. Desemprego registado de estrangeiros em Portugal Continental, segundo a profissão, entre 2009 e 2011 091
Quadro 4.24. Desemprego registado (novo emprego), segundo a nacionalidade e a atividade económica de origem do desemprego, entre 2008 e 2011 093
Quadro 4.25. Beneficiários estrangeiros com lançamento de prestações de desemprego, segundo os principais países de nacionalidade, entre 2002 e 2012 098
Quadro 4.26. Montantes processados com prestações de desemprego, segundo a nacionalidade, entre 2002 e 2012 099
Quadro 4.27. Valor médio das remunerações mensais dos beneficiários com processamento de prestações de desemprego, segundo as principais nacionalidades, entre 2002 e 2012 (em €) 100
Quadro 5.1. Saldo das contribuições, prestações sociais e pensões relativas à população de nacionalidade estrangeira, entre 2002 e 2010 (milhões de euros) 102
Quadro 5.2. Contribuintes e beneficiários por total de residentes para estrangeiros e total da população em Portugal, entre 2005 e 2012 (%) 103
Quadro 5.3. Pessoas singulares com remunerações declaradas/contribuições pagas, por ano e nacionalidade para o total e estrangeiros, entre 2002 e 2013 105
Quadro 5.4. Estrangeiros com remunerações declaradas/contribuições pagas, segundo as principais nacionalidades estrangeiras, entre 2002 e 2013 (%) 106
Quadro 5.5. Montante das Contribuições (declaradas/pagas), por ano e nacionalidade, para o total e para os estrangeiros, entre 2002 e 2013 108
Quadro 5.6. Montante das Contribuições (declaradas/pagas) segundo as principais nacionalidades estrangeiras, entre 2002 e 2013 (Milhares de €) 109
Quadro 5.7. Rácio entre contribuições e pessoas singulares, por nacionalidades, entre 2002 e 2013 (média de euros por pessoa singular) 110
Quadro 5.8. Beneficiários com lançamento de prestações sociais, segundo a nacionalidade (total, estrangeiros), entre 2002 e 2012 113

Quadro 5.9. Montantes processados com prestações sociais, segundo a nacionalidade (total e estrangeiros), entre 2002 e 2012 (em milhares de €) 114
Quadro 5.10. Rácio entre montantes processados anualmente para prestações sociais e beneficiários com lançamento de prestações sociais, para o total e estrangeiros, em 2005 e 2010 (euros) 115
Quadro 5.11. Titulares estrangeiros com lançamento de prestações familiares e respetivos montantes processados (em milhares de euros), segundo os principais países de nacionalidade, em 2005 e 2010 117
Quadro 5.12. Titulares estrangeiros com lançamento de subsídios por doença e respetivos montantes processados (em milhares de euros), segundo os principais países de nacionalidade, em 2002 e 2012 119
Quadro 5.13. Titulares estrangeiros com lançamento de prestações de maternidade e respetivos montantes processados, segundo os principais países de nacionalidade, em 2002 e 2010 121
Quadro 5.14. Mulheres beneficiárias de subsídio de maternidade e nados-vivos em 2002 e 2006 122
Quadro 5.15. Agregados familiares com titular estrangeiro com Rendimento Social de Inserção e respetivos montantes processados, segundo os principais países de nacionalidade, em 2005 e 2012 125
Quadro 6.1. Alunos estrangeiros matriculados no ensino básico e secundário, segundo os principais grupos de nacionalidade, em Portugal Continental, para os anos letivos 2007/2008 e 2012/2013 (%) 131
Quadro 6.2. Alunos estrangeiros matriculados no ensino básico e secundário em Portugal Continental, segundo os principais grupos de nacionalidade e a região NUTII, no ano letivo 2012/2013 (%) 132
Quadro 6.3. Alunos estrangeiros matriculados no ensino básico e secundário em Portugal Continental, segundo as principais nacionalidades, no ano letivo 2012/2013 (%) 133
Quadro 6.4. Desempenho escolar dos alunos no Ensino Básico e Secundário segundo a nacionalidade, em Portugal Continental, nos anos letivos 2007/2008 e 2012/2013 (%) 134
Quadro 6.5. Transição ou conclusão dos alunos no Ensino Básico e Secundário segundo a nacionalidade e nível de ensino, em Portugal Continental, nos anos letivos 2007/2008 e 2012/2013 (%) 134
Quadro 6.6. Alunos de nacionalidade estrangeira que transitaram/concluíram o Ensino Básico e Secundário segundo os principais grupos de nacionalidade, em Portugal Continental, nos anos letivos 2007/2008 e 2012/2012 (%) 135
Quadro 6.7. Alunos de nacionalidade estrangeira que transitaram/concluíram o Ensino Básico e Secundário segundo os principais países de nacionalidade no ano letivo 2012/2013 (%) 136
Quadro 6.8. Alunos estrangeiros inscritos no Ensino Superior em Portugal, segundo o continente/grupo de países, por anos letivos entre 2000/2001 e 2011/2012 (%) 142
Quadro 6.9. Alunos estrangeiros inscritos no Ensino Superior em Portugal, segundo os países de nacionalidade mais significativos, entre os anos letivos 2008/2009 e 2011/2012 143
Quadro 6.10. Diplomados de nacionalidade estrangeira em estabelecimentos do Ensino Superior em Portugal, segundo o continente/grupo de países entre os anos letivos de 2000/2001 e 2011/2012 (%) 146
Quadro 6.11. Diplomados de nacionalidade estrangeira em estabelecimentos do Ensino Superior em Portugal, segundo os países de nacionalidade mais significativos, entre os anos letivos de 2008/2009 e 2011/2012 147

Quadro 7.1. Alunos matriculados na disciplina de PLNM em Portugal Continental, segundo as principais regiões do mundo, entre os anos letivos de 2008/2009 e 2012/2013 (%) 156
Quadro 7.2. Alunos matriculados na disciplina de PLNM, segundo as principais nacionalidades, em Portugal Continental , no ano letivo 2012/2013 (%) 158
Quadro 7.3. Características sociodemográficas dos formandos do Programa PPT, entre 2008 e 2012 161
Quadro 7.4. Distribuição dos formandos do Programa PPT pelos vários continentes, entre 2009 e 2012 162
Quadro 7.5. Formandos do Programa PPT (Nº), por principais nacionalidades, entre 2009 e 2012 162
Quadro 8.1. Processos Findos de Concessão de Nacionalidade Portuguesa, por tipo de aquisição, entre 2007 e 2012 (%) 168
Quadro 8.2.Aquisições da nacionalidade portuguesa de residentes em Portugal, segundo o grupo etário, entre 2008 e 2012 169
Quadro 8.3.Aquisições da nacionalidade portuguesa de residentes em Portugal, por principais nacionalidades, entre 2008 e 2012 170
Quadro 8.4.Percentagem de aquisições da nacionalidade portuguesa de residentes em Portugal, por tipo de aquisição e principais nacionalidades, valores acumulados para o período entre 2008 e 2012 171
Quadro 8.5.Relação entre estrangeiros recenseados para votar, estrangeiros residentes com mais de 20 anos e estrangeiros com mais de 20 anos de nacionalidades elegíveis para votar, em 2001 e 2011 173
Quadro 8.6.Proporção de estrangeiros recenseados no total de residentes, em 2001 175
Quadro 8.7.Associações de Imigrantes e seus Descendentes reconhecidas pelo ACIME/ACIDI (atual ACM), entre 1999 e 2012 178
Quadro 9.1. População residente em alojamentos clássicos por nacionalidade e condição de ocupação do alojamento, 2011 182
Quadro 9.2. População residente em alojamentos clássicos arrendados ou subarrendados, segundo a nacionalidade e os escalões de renda, 2011 184
Quadro 9.3. População residente em alojamentos não clássicos, segundo a nacionalidade e o tipo de alojamento, 2011 186
Quadro 9.4. População residente em alojamentos clássicos sobrelotados, segundo a nacionalidade, 2011 187
Quadro 9.5. População estrangeira residente em alojamentos clássicos, segundo o regime de ocupação, a lotação, e principais regiões e municípios de destino, 2011 188
Quadro 9.6. População estrangeira residente em alojamentos não clássicos, segundo o tipo de alojamento e principais regiões e municípios de destino, 2011 190
Quadro 10.1. Reclusos estrangeiros em Portugal, por nacionalidades mais representadas (%) 192
Quadro 10.2. Reclusos condenados, nacionais e estrangeiros, por tipo de crime, em 2001 e 2012 (%) 195
Quadro 10.3. Taxa de condenação por tipo de crime e nacionalidade (%) 198
Quadro 10.4. Taxa de condenação a pena de prisão efetiva, por tipo de crime e nacionalidade (%) 198
Quadro 11.1. Queixas Recebidas pela Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR), por área de discriminação, entre 2005 e 2013 202
Quadro 11.2. Queixas Recebidas pela CICDR, por nacionalidade ou grupo étnico/cultural da alegada vítima, entre 2005 e 2013 (%) 203
Quadro 11.3. Queixas recebidas pela CICDR, e respetivo encaminhamento, entre 2005 e 2013 204

Quadro 11.4. Processos de contraordenação (PCOs) instaurados por número de queixas de discriminação racial e étnica recebidas pela CICDR, entre 2005 e 2013 204
Quadro 11.5. Processos de contraordenação (PCOs) instaurados, segundo a área de discriminação, entre 2005 e 2013 205
Quadro 11.6. Processos de contraordenação (PCOs) instaurados, por nacionalidade ou grupo étnico/cultural da alegada vítima, entre 2005 e 2013 206
Quadro 11.7. Decisões de Condenação proferidas pela CICDR, entre 2005 e 2013 207
Quadro 12.1. Remessas de imigrantes, por principais países de destino dos fluxos, em 2000 e 2012 211
Quadro 12.2. Remessas de emigrantes, imigrantes e saldo em % do PIB, entre 2000 e 2012 212

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1.1. Saldos populacionais: total, natural e migratório, entre 1991 e 2012, Portugal (milhares) 030
Gráfico 1.2. População estrangeira residente em Portugal, 1991, 2001 e 2011 031
Gráfico 1.3. População estrangeira residente em Portugal, por grupos de nacionalidades, 2011 (%) 032
Gráfico 1.4. Distribuição por sexo nas principais nacionalidades estrangeiras residentes em Portugal, 2011 (%) 033
Gráfico 1.5. População de nacionalidade portuguesa e estrangeira por grupo etário, 2011 (%) 034
Gráfico 1.6. Idade média da população estrangeira, por nacionalidade, 2011 034
Gráfico 1.7. População entre os 15 e 64 anos de nacionalidade estrangeira e portuguesa, por nível de escolaridade completo, 2011 (%) 035
Gráfico 1.8. Distribuição dos estrangeiros por regiões NUT II, em 2011 (%) 036
Gráfico 1.9. Principais municípios de residência da população estrangeira, 2011 038
Gráfico 2.1. Vistos de residência (VR) atribuídos nos postos consulares por razão de entrada, entre 2007 e 2012 043
Gráfico 2.2. Vistos de residência (VR) atribuídos nos postos consulares por razão de entrada, por nacionalidade, em 2008, 2010 e 2012 044
Gráfico 2.3. Total de população estrangeira com títulos de residência em Portugal entre 1995 e 2012 045
Gráfico 2.4. Requerentes e utentes do Programa de Apoio ao Retorno Voluntário e à Reintegração, entre 2004 e 2012 048
Gráfico 2.5. Beneficiários do Programa de Apoio ao Retorno Voluntário e à Reintegração, por nacionalidades mais representativas, entre 2004 e 2012 049
Gráfico 2.6. Notificações para Abandono Voluntário, Processos de Expulsão Administrativa Instaurados e Afastamentos Executados, entre 2000 e 2012 049
Gráfico 3.1. Evolução dos nados-vivos segundo a nacionalidade da mãe, entre 2001 e 2012 053
Gráfico 3.2. Taxa de fecundidade geral das mulheres estrangeiras residentes em Portugal, por principais países de nacionalidade, em 2001 e 2011 (em permilagem) 055
Gráfico 3.3. Óbitos de residentes em Portugal, segundo a nacionalidade, entre 2001 e 2012 055
Gráfico 3.4. Taxa Bruta de Mortalidade segundo as principais nacionalidades da população estrangeira residente em Portugal, em 2011 (em permilagem) 057
Gráfico 3.5. Casamentos celebrados em Portugal, entre cidadãos portugueses, entre cidadãos estrangeiros e casamentos mistos, entre 2001 e 2012 058
Gráfico 4.1. Taxa de desemprego segundo os Censos, em 2001 e 2011 (%) 086
Gráfico 4.2. Taxa de desemprego por nacionalidade e sexo, em 2011 (%) 087
Gráfico 4.3. Evolução do desemprego registado de estrangeiros em Portugal Continental, entre 2001 e 2011 089

Gráfico 4.4. Desemprego registado de estrangeiros (novo emprego) segundo a atividade económica, entre 2003 e 2011 092
Gráfico 4.5. Desemprego registado de estrangeiros em Portugal Continental, segundo as principais nacionalidades, entre 2001 e 2011 094
Gráfico 4.6. Beneficiários com lançamento de prestações de desemprego, segundo a nacionalidade, entre 2002 e 2012 095
Gráfico 4.7. Beneficiários estrangeiros com lançamento de prestações de desemprego, segundo o sexo, entre 2002 e 2012 (%) 096
Gráfico 4.8. Beneficiários estrangeiros com lançamento de prestações de desemprego, segundo os principais grupos de nacionalidades, entre 2002 e 2012 097
Gráfico 5.1. Saldo das contribuições e prestações sociais relativas à população de nacionalidade estrangeira, entre 2002 e 2013 (milhões de euros) 102
Gráfico 5.2. Estrangeiros com remunerações declaradas/contribuições pagas, segundo os principais grupos de nacionalidades, entre 2002 e 2013 105
Gráfico 5.3. Beneficiários de nacionalidade estrangeira com lançamento de prestações sociais, entre 2002 e 2012 111
Gráfico 5.4. Montantes processados com prestações sociais em beneficiários de nacionalidade estrangeira, entre 2002 e 2012 (em milhares de €) 112
Gráfico 6.1. Número de alunos estrangeiros matriculados no ensino básico e secundário em Portugal Continental, entre os anos letivos de 2007/2008 e 2012/2013 130
Gráfico 6.2. Alunos matriculados no ensino básico e secundário, segundo a nacionalidade e a região NUTII no ano letivo 2012/2013 (%) 132
Gráfico 6.3. Evolução do número de alunos estrangeiros inscritos no Ensino Superior em Portugal, entre os anos letivos de 2000/2001 e 2011/2012 138
Gráfico 6.4. Alunos estrangeiros inscritos em estabelecimentos de Ensino Superior em Portugal, segundo o sexo, entre o ano letivo de 2000/2001 e o ano letivo 2011/2012 (%) 139
Gráfico 6.5. Evolução do número de alunos estrangeiros inscritos no Ensino Superior em Portugal, segundo regiões NUT II, entre o ano letivo 2000/2001 e o ano letivo 2011/2012 139
Gráfico 6.6. Evolução do número de alunos estrangeiros inscritos no Ensino Superior em Portugal, segundo o nível de formação, entre os anos letivos de 2000/2001e 2011/2012 140
Gráfico 6.7. Alunos estrangeiros inscritos em estabelecimentos de Ensino Superior em Portugal, segundo a Área de Educação e Formação, entre os anos letivos de 2000/2001 e 2011/2012 (%) 141
Gráfico 6.8. Evolução do número de diplomados estrangeiros em estabelecimentos de Ensino Superior em Portugal, entre os anos letivos de 2000/2001 e 2011/2012 144
Gráfico 6.9. Diplomados de nacionalidade estrangeira em estabelecimentos de Ensino Superior em Portugal, segundo o nível de formação, entre os anos letivos de 2000/2001 e 2011/2012 145
Gráfico 6.10. Diplomados de nacionalidade estrangeira em estabelecimentos de Ensino Superior em Portugal, segundo a área de formação, entre os anos letivos de 2000/2001 e 2011/2012 (%) 145
Gráfico 6.11. Reconhecimento de qualificações em função do nível de educação de ensino superior, entre 2002 e 2012 151
Gráfico 7.1. Número de alunos matriculados na disciplina de PLNM, no Ensino Básico e Secundário, em Portugal Continental, entre os anos letivos de 2007/2008 e 2012/2013 155
Gráfico 7.2. Evolução do número de formandos do Programa PPT, entre 2008 e 2012 160
Gráfico 8.1. Processos entrados e findos de concessão da Nacionalidade Portuguesa, entre 2001 e 2012 166

Gráfico 8.2.Aquisições da nacionalidade portuguesa segundo a residência, entre 2008 e 2012 167
Gráfico 8.3. Evolução do número de inscrições de estrangeiros no Recenseamento Eleitoral, entre 2000 e 2012 173
Gráfico 8.4. Inscrições no Recenseamento Eleitoral, por principais nacionalidades, a 31 de Dezembro de 2012 174
Gráfico 8.5. Número de associações reconhecidas, por comunidade representada, em 2012 179
Gráfico 9.1. População residente em alojamentos clássicos arrendados, segundo a época do contrato, por países de nacionalidade, em 2011 (%) 185
Gráfico 10.1. Reclusos estrangeiros com residência em Portugal (%) 193
Gráfico 10.2. Proporção de reclusos estrangeiros no total de reclusos, a 1 de Setembro de 2008, na UE27 (%) 194
Gráfico 10.3. Reclusos condenados por tipo de crime, em 2012 (%) 196
Gráfico 10.4. Reclusos nacionais e estrangeiros por situação processual (%) 197
Gráfico 12.1. Remessas de imigrantes (em milhares €) por continente de destino dos fluxos, entre 2000 e 2012 210

PREÂMBULO

Factos e perceções: a importância do "Imigração em Números"

Poucos temas são tão precisados de factos e de números como as migrações. Esta é uma área em que as posições mais extremadas se devem frequentemente à falta, ou à distorção, dos factos e dos números. A sociedade portuguesa tem sabido responder aos anos difíceis do ajustamento com sensibilidade e bom senso. Não deu palco a forças políticas, de qualquer extremo, que tantas vezes exploram dolosamente o tema da imigração. Não respondeu com isolacionismo. Ganhamos todos em centrar posições e, para isso, é necessário que a informação disponível seja atualizada e rigorosa, de modo a facilitar um debate aberto sobre o tema.

No final dos anos 90 do século passado, Portugal transformou-se num país de perfil intensamente imigratório, acolhendo um número elevado de imigrantes que procuravam o nosso país para trabalhar.

Esta realidade trouxe ao nosso país, como todos pudemos testemunhar, maior diversidade cultural, novos profissionais, novas línguas, abertura de horizontes e uma imigração que não se cingia aos países de língua portuguesa. Tudo isto foi enriquecedor sob diversos pontos de vista. Inúmeros estudos, nacionais e internacionais, demonstraram o efeito positivo da imigração nas contas públicas.

Mas apresentamos hoje um saldo migratório negativo. Quer isto dizer que, neste instante, há mais pessoas a emigrar do que os imigrantes que entram anualmente em Portugal.

Esta alteração de perfil migratório, correspondendo certamente às vicissitudes que a economia nacional sofreu na última década, é também consequência de importantes alterações mundiais dos movimentos migratórios.

As migrações económicas não se limitam já aos movimentos sul-norte na procura por melhorias do quadro familiar e condições de trabalho. Os movimentos migratórios deixaram também de estar exclusivamente concentrados no mercado de trabalho e, mesmo neste, no mercado de trabalho tradicional, e passaram a processar-se num contexto crescente de circularidade e mobilidade. As populações migrantes tornaram-se por isso mais diversificadas em razão dos países de origem, dos países de destino, da duração migratória e dos motivos para a imigração.

Os países começaram, de facto, a perceber que as migrações não são só uma bolsa para preencher ofertas de emprego. Não são só uma resposta ao mercado interno. A política migratória pode ser também um trunfo de competitividade, de desenvolvimento, de alargamento daquilo a que podemos chamar o "espaço humano" de um país: toda essa rede de pessoas, experiências, interações que as migrações, bem geridas, potenciam.

O presente volume ganha por isso uma importância crucial. Trata-se de um relatório decenal - volume inaugural de uma nova coleção regular do Observatório das Migrações -, dedicado aos números e factos da Imigração. Com sólida informação empírica, capaz de auxiliar as políticas mais adequadas, essencial para afastar percepções erróneas sobre a realidade dos fenómenos migratórios.

Neste volume são apresentados dados estatísticos com breves comentários de enquadramento sobre vários temas. Pela primeira vez compila-se num só volume informação de fontes oficiais tão diversas como o Eurostat, Organização Mundial do Trabalho, OCDE, SEF, Banco de Portugal, INE, Direcção-Geral da Política da Justiça, Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, Direcção-Geral da

Administração Interna, Direcção-Geral do Ensino Superior, Instituto de Informática IP – MSESS, Instituto do Emprego e Formação Profissional, entre tantas outras.

Começa com uma caracterização geral dos estrangeiros em Portugal, à luz dos Censos de 2011. Procede a uma cuidadosa descrição demográfica, entrando depois nos capítulos sectoriais: trabalho, estrangeiros e segurança social, educação e qualificações, aprendizagem da língua portuguesa, cidadania ativa, habitação, sistema de justiça, discriminação de base racial e étnica e, finalmente, o tema das remessas.

Podemos ver que, entre 2007 e 2012, foram atribuídos 223.231 pedidos de nacionalidade portuguesa, com uma taxa de recusa de apenas 18%. E que boa parte destes pedidos diz respeito a descendentes de imigrantes, jovens que já nasceram em Portugal, e veem agora confirmada a sua nacionalidade. São estes os novos portugueses, sem os quais o nosso défice demográfico seria ainda mais agravado.

E também só pelos dados é que podemos confirmar o grande ímpeto que a internacionalização já está a ter no ensino superior: de 2000/01 para 2011/12, o aumento foi de 125%, com os alunos estrangeiros a representar agora 7% do total, muito acima dos 3% de estudantes de há uma década. Em 2012, os estudantes representam 2,5% do total de estrangeiros residentes (10.275 indivíduos), com um aumento de 109% em relação a 2008, quando existiam apenas 4.913 estudantes estrangeiros. O aumento de atribuições de mestrados a estrangeiros foi de 1211%, representando um pilar cada vez mais fundamental das nossas instituições de ensino superior. Foi pela qualidade que conseguiram a internacionalização, com estes aumentos extraordinários de estudantes internacionais, encontrando aqui uma resposta ao declínio demográfico interno.

Estes são apenas alguns pontos do relatório que merecem destaque, pela urgência dos números que apresentam, e pela pertinência que têm no desenho das políticas migratórias. Muitos outros poderiam ser referidos, desde a importância das contribuições dos imigrantes para a segurança social à sempre polémica questão das prestações sociais, mas também à desconstrução do mito da criminalidade imigrante. Trata-se por isso de um relatório de consulta e referência fundamental para todos: sociedade, comunicação social, decisores públicos, académicos. O Observatório das Migrações está de parabéns e, nele, a Dra. Catarina Reis de Oliveira, pela maneira exemplar como cumpre o seu papel na investigação, informação e divulgação destes dados.

Pedro Lomba
SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO DO MINISTRO ADJUNTO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

MONITORIZAR A INTEGRAÇÃO DE IMIGRANTES EM PORTUGAL

AGRADECIMENTOS

Devem ser dirigidos vários agradecimentos a quem colaborou, de diversas formas, para se chegar a este relatório estatístico decenal, o primeiro volume da Coleção "Imigração em Números" do Observatório das Migrações.

Em primeiro lugar deve ser deixado neste livro um reconhecido agradecimento a todas as instituições públicas com dados recolhidos para fins estatísticos e dados administrativos (passíveis de tratamento estatístico) acerca dos estrangeiros em Portugal que cooperaram muito ativamente com o Alto Comissariado para as Migrações (antes Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural) na implementação da medida 4 - "melhoria dos dados oficiais sobre a integração dos imigrantes" - do segundo *Plano para a Integração de Imigrantes (2010-2013) - PII*. Este livro não seria possível sem a sua preciosa orientação e disponibilidade que conduziram ao fundamental acesso a informação relevante acerca dos estrangeiros em Portugal no decurso da última década, e a um melhor entendimento dos desafios que se colocam à monitorização da integração dos imigrantes no país.

Para além de agradecer às várias instituições que cederam dados alicerçais para este relatório estatístico, importa agradecer ainda a inúmeros dos seus colaboradores que se empenharam na clarificação dos conceitos subjacentes à informação disponibilizada e que ajudaram a sinalizar alguns dos dilemas estatísticos das diferentes fontes. Entre as inúmeras pessoas, técnicos e pontos focais do PII que acompanharam a evolução deste relatório estatístico, iniciado em 2012, queríamos deixar uma nota muito especial de agradecimento à Dra. Maria José Carrilho, do Instituto Nacional de Estatística (INE), e à sua equipa, que de forma incansável contribuiu também para a qualidade deste relatório, tanto pelos seus preciosos e atentos comentários, como similarmente pela sua rigorosa validação dos dados aqui vertidos.

O nosso agradecimento é ainda extensível aos colegas que colaboraram ou colaboram com a equipa do Gabinete de Estudos e Relações Internacionais do Alto Comissariado para as Migrações, em especial à Elsa Antunes, Pedro Soares e João Cancela, que muito apoiaram na fase inicial de sistematização da informação estatística recolhida para este livro.

INTRODUÇÃO

Reconhecendo a importância de consolidar um sistema permanente de recolha e sistematização de informação estatística acerca da integração de imigrantes, no âmbito do segundo *Plano para a Integração de Imigrantes (2010-2013)* (PII), resolução do Conselho de Ministros n.º74/2010, ficou salvaguardada uma medida que previa a "melhoria dos dados oficiais sobre a integração dos imigrantes"[1], a implementar com o envolvimento das várias instituições públicas com dados produzidos para fins estatísticos ou com dados administrativos acerca dos estrangeiros em Portugal. A meta desta medida contemplava a constituição de um grupo de trabalho, coordenado pelo ACIDI (atual Alto Comissariado para as Migrações – ACM, IP), com diferentes entidades, e a redação de um relatório de análise estatística. Este relatório traduz, pois, o culminar dos trabalhos associados a esta medida do PII.

Os dados publicados e analisados neste relatório pretendem dar conta da diversidade de fontes oficiais de dados estatísticos e administrativos disponíveis para caracterizar a situação dos estrangeiros em inúmeras dimensões (e.g. demografia, trabalho, educação, cidadania ativa, inclusão social, habitação, discriminação). Para efeitos operacionais, atendendo à imensidão de informação recolhida e disponibilizada pelas instituições públicas (que muito agradecemos), considerou-se na análise a evolução entre 2001 e 2012, desagregada para vários grupos de nacionalidades: portugueses e estrangeiros, nacionais de países terceiros à União Europeia e nacionais comunitários, e para as dez nacionalidades estrangeiras numericamente mais representadas em Portugal (Brasil, Cabo Verde, Ucrânia, Angola, Roménia, Guiné-Bissau, Reino Unido, França, China e Espanha). Os dados sistematizados neste relatório permitem sinalizar situações em que os estrangeiros diferem (mais ou menos e para melhor ou pior) dos portugueses.

Porquê monitorizar a integração de imigrantes em Portugal?

Nas últimas décadas a maioria dos Estados-membros da União Europeia viu aumentar a sua imigração. Em 2010 (segundo dados publicados pelo EUROSTAT) a população estrangeira na União Europeia representava 6,5% do total da população residente.[2]

Em resultado, a *Estratégia Europeia 2020* atende ao potencial dos fluxos imigratórios para a consolidação de uma economia europeia competitiva e sustentável e são definidos objetivos para uma integração mais plena das populações imigrantes.[3] Complementarmente a definição e implementação de políticas de integração de imigrantes tornou-se numa questão fundamental na agenda dos países europeus. Por sua vez, a análise da eficiência e eficácia dessas políticas, bem como o estudo dos padrões de integração das diferentes populações imigrantes no contexto europeu tornou-se também uma necessidade por forma a apoiar as tomadas de decisão informadas nessa vertente.

Para analisar os impactos da imigração nas sociedades de acolhimento e a situação de integração dessas mesmas populações torna-se fundamental monitorizar a realidade a partir de indicadores estatísticos disponíveis em diversas fontes de dados oficiais. Reconhecendo, porém, algumas dificuldades e lacunas na recolha e sistematização de informação estatística acerca do fenómeno imigratório, as instituições europeias e os Estados-membros têm reunido esforços para trabalharem

1. Medida 4 do II PII disponível para consulta em http://www.acidi.gov.pt/acidi-i-p-/plano-para-a-integracao-de-imigrantes---pii
2. Os nacionais de países terceiros representavam 4% do total de população residente em cada Estado-membro, ou seja, 20.1 milhões de cidadãos (detalhes em http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_OFFPUB/KE-BH-13-0S2/EN/KE-BH-13-0S2-EN.PDF).
3. Detalhes em COM (2011) 455 final – *European Agenda for the Integration of Third-Country Nationals*, SEC(2011) 957 final.

num enquadramento comum que capacite os países para a recolha e publicação de dados acerca das populações imigrantes.

O décimo primeiro princípio básico comum de integração (CBS), definido na *Agenda Comum de Integração de nacionais de países terceiros* (COM 2005, 389) atendia exatamente a esta preocupação e prioridade de se desenvolverem indicadores e mecanismos de avaliação de forma a permitirem aos decisores políticos monitorizarem o impacto das suas políticas e/ou sinalizarem situações de necessidade de adaptação das políticas para uma melhor integração das populações imigrantes.

A partir destas recomendações os Estados-membros comprometeram-se (em especial a partir de 2009) a promoverem uma avaliação mais efetiva das suas políticas de integração e a identificarem indicadores de integração. No âmbito do *Programa de Estocolmo* para o período 2010-2014 (definido em 2009) foi proposta a definição de indicadores fundamentais num número limitado de áreas relevantes. Os "indicadores comuns de integração" desenhados no contexto europeu contemplam quatro grandes áreas relevantes: (1) emprego, (2) educação, (3) inclusão social e (4) cidadania ativa. A partir destas quatro áreas espera-se criarem-se as bases de estatísticas imigratórias comparáveis capazes de validar os resultados de políticas de integração. A *Declaração de Zaragoza*[4], adotada em Abril de 2010 pelos ministros responsáveis pela integração de imigrantes nos vários Estados-membros, reforçou estes trabalhos e recomendou a realização de um estudo piloto que validasse a lista de indicadores e as fontes disponíveis e comparáveis ao nível comunitário.

Em consequência, em 2011, o EUROSTAT (2011a) promoveu um estudo piloto de recolha e análise dos indicadores de integração de imigrantes através de fontes harmonizadas de dados disponíveis. Importa atender, porém, que embora os dados recolhidos e analisados contribuam para uma caracterização da situação dos estrangeiros e naturais do estrangeiro versus os nacionais de cada estado membro, dificilmente permitem avaliar ou monitorizar impactos de políticas de integração uma vez que estes dados têm de ser enquadrados pelos contextos particulares de cada Estado-membro (e.g. nacionalidades das populações imigrantes presentes no país, experiência migratória, situação económica do país).

Como discute Lemaitre (2010), a monitorização internacional das políticas de integração e dos seus impactos deve atender a alguns desafios, nomeadamente o facto de que a consolidação de indicadores harmonizados de vários países não permite necessariamente a ordenação desses países face ao resultado num dado indicador. Os resultados têm sempre na sua base o contexto em que se inserem, pelo que os indicadores devem tentar extrair o máximo da variação inerente ao país a que se referem. Atendendo a estas e outras preocupações, o estudo do EUROSTAT optou por aprofundar a análise dos indicadores a partir das diferenças entre estrangeiros e nacionais, procurando assim extrair a variação do próprio país e sinalizar os contextos onde os estrangeiros e os naturais de um país estrangeiro mostram maior distância nas suas características com os nacionais.

Por outro lado, deve reconhecer-se que os indicadores mobilizados na publicação do EUROSTAT dificilmente permitem medir o grau de integração de imigrantes nos diferentes contextos europeus (Oliveira, 2012). Como discutia Lemaitre (2010) a harmonização internacional de dados para fins comparativos remete normalmente para dados mais limitados e/ou dados subjacentes a amostras que não atendem à riqueza de informação estatística que pode existir em cada contexto nacional. A necessidade de "forçar" a informação a enquadrar-se em categorias e definições comuns a todos os países comparados faz perder as especificidades nacionais (e.g. diferenças ao nível das

4. Detalhes em
http://register.consilium.europa.eu/doc/srv?l=EN&t=PDF&gc=true&sc=false&f=ST%209248%202010%20INIT&r=http%3A%2F%2Fregister.consilium.europa.eu%2Fpd%2Fen%2F10%2Fst09%2Fst09248.en10.pdf

estruturas e poderes governativos, diferenças ao nível institucional, diversidade na composição das populações imigrantes e respetiva história migratória).[5]

Deve, pois, reconhecer-se a importância de recorrer a dados administrativos para além dos indicadores recolhidos apenas para fins estatísticos. Assim, assumindo exatamente a riqueza da informação estatística de fontes estatísticas e administrativas em Portugal este relatório caracteriza a situação das populações de nacionalidade estrangeira no nosso país, nas mais variadas dimensões que compõem o seu processo de integração, mobilizando – com as devidas ressalvas – de forma integrada várias naturezas de dados.

Esta mobilização integrada de dados de diferentes instituições com informação acerca da situação dos imigrantes está em linha também com a *Declaração de Malta* acerca da generalização das estatísticas oficiais das migrações[6], a partir da qual se promove uma melhor comunicação e cooperação entre instituições nacionais e entre Estados-membros.[7] A cooperação entre instituições que produzem informação estatística desagregada por nacionalidade e instituições que dispõem de dados administrativos sobre estrangeiros é relativamente recente. Neste âmbito as diretivas da Comissão Europeia têm sido fundamentais tanto para estimular a cooperação entre instituições, como para promover metodologias harmonizadas de recolha e tratamento de informação estatística e de dados administrativos para fins estatísticos (Fonseca *et al.*, 2009: 9).

No contexto português deve referir-se o papel fundamental do Instituto Nacional de Estatística (INE) que promoveu nomeadamente – através da Secção Permanente de Estatísticas Demográficas e Sociais, das Famílias e do Ambiente do Conselho Superior de Estatística -, entre 2004 e 2006, no grupo de trabalho sobre *Estatísticas da Demografia um relatório sobre Estatísticas dos Movimentos Migratórios* (DOCT/1772/CSE/DSFA de março de 2006). Apesar deste relatório não ter tido a ambição de caracterizar a integração de imigrantes em Portugal, foi um instrumento importante para iniciar os trabalhos de resposta às recomendações inerentes ao plano de ação para a recolha e a análise de estatísticas comunitárias anuais no domínio das migrações, resultantes da comunicação de 2003 da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu (COM(2003)179).

No referido relatório do INE procurava-se já analisar de forma integrada diferentes fontes de informação disponíveis, explorando fontes alternativas de dados, para a quantificação e caracterização da população estrangeira em Portugal. Esse relatório exploratório assumiu-se como uma importante base de trabalho uma vez que, procurando conciliar diferentes fontes, instrumentos e métodos de recolha, propôs também recomendações para melhorar os dados de cada uma das fontes mobiliza-

5. Um exemplo ilustrativo das dificuldades interpretativas que podem advir desses dados coloca-se na situação de analisar os resultados do indicador "diferença das taxas de atividade entre população nascida no estrangeiro e o total da população" (indicador da área do emprego): o estudo piloto do EUROSTAT mostra um resultado bastante positivo para Portugal (que contraste com a maioria dos países da União Europeia com uma diferença de zero), no qual os naturais do estrangeiro apresentam taxas de atividade bastante mais altas que os nacionais, resultando numa diferença de 7 pontos percentuais para os homens e 6 pontos percentuais para as mulheres. Ora para este exemplo, deverá concluir-se que os naturais do estrangeiro estão mais integrados no mercado de trabalho em Portugal que na maioria dos países da União Europeia? A resposta a esta questão não é direta, uma vez que este resultado reflete também que o fenómeno da imigração é mais recente em Portugal (por comparação à maioria dos restantes países europeus) e está associado a uma população imigrante predominantemente em idade ativa (OCDE, 2008: 272).
6. Detalhes em
http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/conferences/documents/95th_dgins_conference/malta_declaration.pdf
7. Neste contexto, foi definida uma equipa de trabalho de âmbito europeu para o desenho de um referencial comum de estatísticas migratórias a 2016, que prevê melhorias na recolha de dados com fins estatísticos e de fontes administrativas que se ligam à imigração ou integração.

das e/ou dar resposta a algumas das fragilidades sinalizadas na fiabilidade e cobertura da produção estatística nacional para quantificar e caracterizar os movimentos migratórios em Portugal.

À luz desse relatório promovido pelo INE em 2006, procura-se com o presente relatório fornecer e consolidar as bases para uma caracterização estatística permanente do fenómeno imigratório em Portugal e da realidade das populações estrangeiras no país, com vista à monitorização continuada das suas situações de integração.

Reconhecendo que Portugal estava entre os Estados-membros que não dispunha de um sistema permanente de recolha e sistematização de informação estatística acerca da integração de imigrantes, no âmbito do segundo *Plano para a Integração de Imigrantes (2010-2013)*[8](PII), ficou prevista a medida 4, a implementar com o envolvimento das várias instituições públicas com dados ou informação passível de tratamento estatístico acerca dos estrangeiros em Portugal. Este relatório reúne, assim, os dados recolhidos por diferentes fontes para fins estatísticos e para fins administrativos que permitem caracterizar a população estrangeira em Portugal no decurso da última década em diferentes áreas.

Importa, porém, reconhecer desde já que os resultados deste relatório não permitem com rigor avaliar os impactos das políticas de imigração e de integração de imigrantes desenvolvidas ao longo da última década, atendendo à variedade de fatores exógenos e/ou variáveis de controlo que teriam de ser consideradas e estudadas para afinar as análises aqui desenvolvidas. Não significa, todavia, que a análise efetuada neste relatório não permita caracterizar alguns aspetos da integração dos estrangeiros em Portugal e como a sua situação no país (nas várias dimensões consideradas) contrasta ou se aproxima da situação dos portugueses.

Fontes, conceitos e dilemas estatísticos

Este relatório parte da combinação de dados recolhidos para fins estatísticos – essencialmente de diferentes instrumentos de recolha de dados do INE (e.g. Recenseamento Gerais da População e da Habitação, Estatísticas Demográficas, Estimativas anuais da população, Estatísticas dos nados-vivos e óbitos) – e dados administrativos - informação de procedimentos administrativos ou de inscritos em serviços e instituições públicas (e.g. Segurança Social, Quadros de Pessoal, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Banco de Portugal, Autoridade para as Condições do Trabalho, Instituto do Emprego e Formação Profissional, Ministério da Educação e do Ensino Superior, Conservatória dos Registos Centrais).

Em resultado, atendendo a que se analisam fontes que sustentam informação recolhida com objetivos e critérios distintos e baseadas em conceitos e universos diversos, importa desde já sublinhar de que não são fontes diretamente comparáveis, razão pela qual as fontes são analisadas sempre separadamente em cada capítulo deste relatório. Sempre que se recorre a cálculos que geram agregação ou combinação de fontes, nomeadamente para relativizar algumas tendências pelo total da população estrangeira residente, as opções analíticas são sempre especificadas ao longo do texto com as devidas ressalvas.

Desde logo importa reconhecer que as fontes administrativas mobilizadas disponibilizam informação que não foi recolhida para fins estatísticos, o que limita, por vezes, a desagregação da informação ou o tratamento de determinados indicadores. Acresce que as instituições que dão origem a dados administrativos, porque não têm uma vocação estatística, nem sempre validam a recolha ou a

8. Disponível para consulta em
http://www.acidi.gov.pt/acidi-i-p-/plano-para-a-integracao-de-imigrantes---pii

inserção de informação das suas bases de dados e/ou nem podem corrigir inconsistências ou erros de codificação de dados (Oliveira, 2012).

Um exemplo paradigmático das dificuldades de analisar dados de fontes de naturezas diferentes associa-se à caracterização da vulnerabilidade dos estrangeiros ao desemprego em Portugal. De imediato podem ser sinalizadas três fontes distintas com informação diversa acerca de desempregados. Por um lado, uma fonte de dados administrativos – (1) Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) - que reporta o desemprego registado, ou seja, os desempregados inscritos nos centros de emprego do país. Por outro lado, há ainda duas fontes de dados recolhidos para fins estatísticos pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) - os dados (2) do inquérito ao emprego e (3) os dados dos Censos. Mesmo estas duas últimas fontes reportam dados distintos atendendo à forma como são recolhidos – os dados do inquérito ao emprego estão disponíveis trimestralmente mas reportam os resultados estimados de desemprego a partir de uma amostra de indivíduos e os dados recolhidos nos Censos, disponíveis apenas de 10 em 10 anos, identificam o número de residentes num dado momento de referência que reportaram o desemprego como a sua condição perante o trabalho. Este último universo não nos diz se esse desemprego está ou não formalmente registado, mas reflete a situação reportada pelo próprio inquirido.

Não estando em causa a riqueza e a importância da informação subjacente às inúmeras fontes nacionais de natureza administrativa e estatística para caracterizar o fenómeno imigratório e a integração das populações imigrantes, é importante clarificar alguns conceitos e critérios de recolha subjacentes às diferentes fontes para, inerentemente, ficar claro o nível de cobertura e fiabilidade da informação estatística analisada. Assim em cada capítulo serão sempre clarificados os conceitos subjacentes ao indicador em análise e a fonte que recolhe a informação apresentada.

Transversais aos conceitos e critérios particulares de cada fonte detalhada nos respetivos capítulos deste relatório, é basilar clarificar dois conceitos subjacentes a toda a análise: o conceito de "imigrante" e de "estrangeiro". O conceito de imigrante remete para um movimento de fronteira e/ou de entrada e fixação de um cidadão por um período superior a um ano em território português. Por sua vez o conceito de estrangeiro remete para todo o cidadão que não é nacional em Portugal, ou seja, tem inerente a nacionalidade do individuo. Assim os dois conceitos nunca podem ser usados como sinónimos - um imigrante não é necessariamente um estrangeiro, uma vez que há imigrantes que podem já ter a nacionalidade portuguesa, nem um estrangeiro é necessariamente um imigrante, uma vez que há estrangeiros que já nasceram em Portugal e não conhecem outro país senão Portugal e/ou nunca tiveram uma experiência migratória, mas herdaram uma nacionalidade estrangeira dos pais.

Ora como em Portugal as fontes de natureza estatística e administrativa apenas recolhem informação segundo a nacionalidade ou, em alguns casos, também a naturalidade dos indivíduos, não existe informação estatística que apure com rigor o fenómeno da imigração e, inerentemente, a integração dos imigrantes. Em resultado o presente relatório considera para efeitos de aproximação da análise da integração dos imigrantes sempre como variável dependente a nacionalidade do individuo. Ainda que a "nacionalidade" seja a variável comum a todas as fontes mobilizadas não significa que tenham subjacente um conceito enquadrador comum. Para o INE (no Recenseamento Geral da População e da Habitação), por exemplo, o conceito de estrangeiro residente remete para uma presença em território nacional por um período igual ou superior a um ano[9]; já para o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) o mesmo conceito remete para a definição constante no diploma

9. No Recenseamento Geral da População e da Habitação o conceito de estrangeiro residente remete para uma presença efetiva em território nacional por um período igual ou superior a um ano, ou a intenção de permanecer em Portugal pelo menos um ano, e não inclui os apátridas (indivíduos sem nacionalidade) – detalhes em www.ine.pt.

legal que regula a entrada, permanência, saída e afastamento de cidadãos estrangeiros de território nacional[10]. Em resultado estas duas fontes apuram universos distintos de estrangeiros residentes para o mesmo ano.

Em suma, fazendo sempre as devidas ressalvas e clarificando os conceitos de base dos indicadores mobilizados em cada capítulo, o presente relatório estatístico pretende disponibilizar um instrumento útil de aproximação ao fenómeno complexo da integração dos imigrantes em Portugal para, nomeadamente os decisores políticos, desenharem políticas públicas mais informadas, absorvendo o mote do Observatório da Imigração de "conhecer mais para agir melhor".

Dimensões de integração e indicadores

Como se referiu anteriormente, os "indicadores comuns de integração" desenhados no contexto europeu contemplam quatro grandes áreas relevantes: (1) emprego, (2) educação, (3) inclusão social e (4) cidadania ativa. Para cada área foram desenvolvidos indicadores de referência, posteriormente trabalhados na publicação do EUROSTAT (2011a). O quadro em baixo sintetiza os "indicadores comuns de integração"[11] do contexto europeu:

Áreas	Indicadores comuns de integração
Emprego	• Taxa de emprego • Taxa de desemprego • Taxa de atividade
Educação	• Proporção de população com educação superior, secundária e primária ou mais baixa • Taxa de sucesso escolar para alunos de 15 anos na leitura, matemática e ciências • Proporção de pessoas com 30-34 anos com educação superior • Taxa de abandono escolar
Inclusão Social	• Rendimento médio • Taxa de risco de pobreza • Proporção de pessoas que percecionam a sua saúde como boa ou má • Rácio de proprietários por não proprietários entre imigrantes e o total da população
Cidadania Ativa	• Proporção de imigrantes que adquiriram a nacionalidade do país de acolhimento • Proporção de estrangeiros com autorização de residência temporária e permanente • Proporção de estrangeiros eleitos

10. O conceito de estrangeiro residente adotado pelo SEF engloba os estrangeiros detentores de um título de residência (nos termos dos conceitos contidos na Lei nº23/2007, de 4 de Julho, alterada pela Lei nº29/2012, de 9 de Agosto, na Lei nº37/2006, de 9 de Agosto e na Lei nº27/2008, de 30 de Junho) e os estrangeiros a quem foi prorrogada a permanência de longa duração (este universo não inclui os estrangeiros a quem nesse ano foi concedido um visto consular, cuja prorrogação, pelo SEF, apenas ocorrerá no ano seguinte) – detalhes em SEF, Relatório de Imigração Fronteiras e Asilo, 2012: 15.
11. Mais em http://ec.europa.eu/ewsi/en/EU_actions_integration.cfm

Neste relatório analisam-se outras dimensões e indicadores atendendo à riqueza de informação disponível nas fontes de dados estatísticos e administrativos analisados. O quadro em baixo destaca as dimensões, os indicadores e as fontes de dados consultados:

Dimensões	Indicadores	Fontes
Entrada, permanência e saída de estrangeiros	• Saldos migratórios • Vistos de residência atribuídos nos postos consulares: por motivo de entrada, por nacionalidade • População estrangeira com título de residência em Portugal • População estrangeira residente por tipo de despacho associado à autorização de residência • Notificações para Abandono Voluntário, Processos de Expulsão Administrativa instaurados, e Afastamentos executados • Requerentes e utentes do *Programa de Apoio ao Retorno Voluntário e à Reintegração* • Beneficiários do *Programa de Apoio ao Retorno Voluntário e à Reintegração*: por nacionalidades	Instituto Nacional de Estatística (INE) Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) Organização Internacional das Migrações (OIM)
Indicadores Demográficos	• Saldos populacionais: totais e naturais • Proporção de nados-vivos segundo a nacionalidade dos pais • Taxas de natalidade e de fecundidade das populações de nacionalidade portuguesa e estrangeira • Taxa de fecundidade das mulheres estrangeiras residentes em Portugal, segundo os principais países de nacionalidade • Óbitos por nacionalidade • Proporção de indivíduos de nacionalidade estrangeira no total de óbitos • Taxa bruta de mortalidade das populações de nacionalidade portuguesa e estrangeira • Taxa bruta de mortalidade segundo as principais nacionalidades da população de nacionalidade estrangeira • Proporção de casamentos celebrados entre portugueses, entre estrangeiros e entre portugueses e estrangeiros • Taxa de nupcialidade das populações de nacionalidade portuguesa e estrangeira • Casamentos celebrados em Portugal por país de nacionalidade dos cônjuges masculino e feminino • Principais núcleos familiares em que um dos cônjuges/parceiros é estrangeiro e outro português, por país de nacionalidade do cônjuge/parceiro estrangeiro • Núcleos familiares mistos por cada 1000 estrangeiros residentes, segundo as principais nacionalidades	Instituto Nacional de Estatística (INE - Estatísticas Demográficas, Estatísticas de nados-vivos, óbitos, Estimativas anuais da População e Censos)
Trabalho	• Taxas de atividade das populações de nacionalidade portuguesa e estrangeira • População empregada segundo os grandes grupos de profissões: por nacionalidade • Trabalhadores por conta de outrem por sectores de atividade económica: portugueses e estrangeiros • Trabalhadores por conta de outrem segundo o nível de habilitações: total e estrangeiros • Número de pessoas ao serviço nos estabelecimentos, segundo a profissão e as habilitações: portugueses e estrangeiros • Remunerações médias mensais base, por grupos profissionais, segundo a nacionalidade do trabalhador	Instituto Nacional de Estatística (INE - Censos) Ministério da Economia (GEP/MTSS e GEE/ME - Quadros de Pessoal)

Trabalho (cont.)	• Taxa de discrepância das remunerações de estrangeiros face aos portugueses: por nacionalidade • Taxa de discrepância das remunerações de estrangeiros face aos portugueses para os grupos profissionais 1 e 2: por nacionalidade • Taxa de discrepância das remunerações de estrangeiros face aos portugueses para os grupos profissionais 7,8 e 9: por nacionalidade	
	• Acidentes de trabalho mortais e não mortais, por nacionalidade • Taxas de acidentes mortais e não mortais de estrangeiros, segundo a nacionalidade do trabalhador • Acidentes de trabalho mortais e não mortais, por nacionalidades, segundo atividade económica	Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT) GEP/MTSS e GEE/ME - Acidentes de Trabalho
	• Empregadores e ativos estrangeiros vs total de empregadores e ativos em Portugal • População ativa portuguesa e estrangeira, segundo a situação na profissão • Taxas de empreendedorismo em Portugal segundo a nacionalidade • Percentagem de empregadores das dez nacionalidades com maior número de empregadores em Portugal no total de empregadores estrangeiros	Instituto Nacional de Estatística (INE - Censos)
	• Taxa de desemprego: portugueses e estrangeiros • Taxa de desemprego, segundo as principais nacionalidades estrangeiras • Taxa de desemprego, por sexo e nacionalidade • Desemprego registado pelo IEFP: total e estrangeiros • Desemprego registado (pelo IEFP) de estrangeiros, segundo o sexo, grupo etário e nível de escolaridade • Desemprego registado (pelo IEFP) de estrangeiros, segundo a profissão • Desemprego registado (pelo IEFP) de estrangeiros (novo emprego), segundo a atividade económica • Desemprego registado (pelo IEFP), segundo os principais países de nacionalidade	Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP)
	• Beneficiários com lançamento de prestações de desemprego, segundo a nacionalidade: portuguesa e estrangeira • Beneficiários estrangeiros com lançamento de prestações de desemprego, segundo o sexo • Beneficiários estrangeiros com lançamento de prestações de desemprego, segundo os principais grupos de nacionalidades • Beneficiários estrangeiros com lançamento de prestações de desemprego, segundo os principais países de nacionalidade • Montantes processados com as prestações de desemprego, segundo a nacionalidade: portugueses e estrangeiros • Valor médio das remunerações mensais dos beneficiários das prestações de desemprego, segundo as principais nacionalidades	Instituto de Informática, IP-MTSS/MSESS
Estrangeiros e Segurança Social	• Saldo das contribuições e prestações sociais dos estrangeiros • Contribuintes e beneficiários por total de residentes para estrangeiros e total da população • Pessoas singulares com remunerações declaradas/pagas à Segurança Social: total e estrangeiros • Proporção de contribuintes estrangeiros no total de contribuintes	Instituto de Informática, IP-MTSS/MSESS

Estrangeiros e Segurança Social (cont.)	• Estrangeiros com remunerações declaradas/pagas à Segurança Social, segundo as principais nacionalidades • Montantes das contribuições declaradas/pagas, para o total e para os estrangeiros • Montante das contribuições declaradas/pagas segundo as principais nacionalidades estrangeiras • Rácio do número de contribuintes pelas contribuições pagas, comparando estrangeiros, população total e as principais nacionalidades estrangeiras • Beneficiários estrangeiros com lançamento de prestações sociais, segundo a nacionalidade: prestações de desemprego, subsídios de doença, prestações de maternidade/parentalidade, prestações familiares, RSI • Titulares estrangeiros com lançamento de prestações familiares e respetivos montantes processados, segundo os principais países de nacionalidade • Titulares estrangeiros com lançamento de subsídios de doença e respetivos montantes processados, segundo os principais países de nacionalidade • Titulares estrangeiros com lançamento de prestações de maternidade e respetivos montantes processados, segundo os principais países de nacionalidade • Proporção de mulheres beneficiárias de subsídio de maternidade no total de nados-vivos, segundo as principais nacionalidades • Agregados familiares com titular estrangeiro com Rendimento Social de Inserção e respetivos montantes processados, segundo os principais países de nacionalidades • Proporção de estrangeiros nas diversas prestações sociais • Montantes processados com contribuições sociais segundo a nacionalidade (total e estrangeiros): prestações de desemprego, subsídios de doença, prestações de maternidade/parentalidade, prestações familiares, RSI • Rácio entre montantes processados anualmente para as diferentes prestações sociais e beneficiários com lançamento de prestações sociais (total, estrangeiros e principais nacionalidades) • Taxa de discrepância de rácios de montantes processados dos estrangeiros face ao total de agregados que beneficiaram para as diferentes prestações sociais (%)	Instituto de Informática, IP-MTSS/MSESS
Educação e Qualificações	• População por nível de escolaridade mais elevado completo: portugueses, estrangeiros e principais nacionalidades • Número de alunos estrangeiros matriculados no Ensino Básico e Secundário • Alunos estrangeiros matriculados no Ensino Básico e Secundário, segundo os principais grupos de nacionalidades • Alunos matriculados no Ensino Básico e Secundário, segundo a nacionalidade e a região NUTII • Alunos estrangeiros matriculados no Ensino Básico e Secundário, segundo os principais países de nacionalidade • Taxa de transição/conclusão no Ensino Básico e Secundário: portugueses *vs* estrangeiros • Taxa de retenção/desistência no Ensino Básico e Secundário: portugueses *vs* estrangeiros • Taxa de transição/conclusão dos alunos estrangeiros do Ensino Básico e Secundário, segundo os principais grupos de nacionalidades	Instituto Nacional de Estatística (Censos) Ministério da Educação e Ciência (GPEARI/ MCTES e DGEEC/MEC)

Educação e Qualificações (cont.)	• Taxa de transição/conclusão dos alunos estrangeiros do Ensino Básico e Secundário, segundo os principais países de nacionalidade • Evolução do número de alunos estrangeiros inscritos no Ensino Superior em Portugal • Alunos estrangeiros inscritos no Ensino Superior, segundo o sexo • Alunos estrangeiros inscritos no Ensino Superior, segundo as regiões NUTII • Alunos estrangeiros inscritos no Ensino Superior, segundo o nível de formação • Alunos estrangeiros inscritos no Ensino Superior, segundo a área de educação e formação • Alunos estrangeiros inscritos no Ensino Superior, segundo o continente/grupo de países • Alunos estrangeiros inscritos no Ensino Superior, segundo os países de nacionalidade mais significativos • Evolução do número de diplomados estrangeiros em estabelecimentos de Ensino Superior em Portugal • Diplomados de nacionalidade estrangeira em estabelecimentos de Ensino Superior, segundo o nível de formação • Diplomados de nacionalidade estrangeira em estabelecimentos de Ensino Superior, segundo a área de formação • Diplomados de nacionalidade estrangeira em estabelecimentos de Ensino Superior, segundo o continente/grupo de países • Diplomados de nacionalidade estrangeira em estabelecimentos de Ensino Superior, segundo os países de nacionalidade mais significativos • Reconhecimento de qualificações em função do nível de educação de ensino superior	Ministério da Educação e Ciência - Direção Geral do Ensino Superior
Aprendizagem da Língua Portuguesa	• Evolução do número de alunos matriculados na disciplina de Português como Língua não Materna (PLNM) • Alunos matriculados na disciplina de PLNM, segundo as principais nacionalidades • Evolução do número de formandos do Programa Português para Todos (PPT) • Caracterização dos formandos do Programa PPT: sexo, região, escalão etário, escolaridade, situação face ao emprego • Distribuição dos formandos do Programa PPT pelos vários continentes • Distribuição dos formandos do Programa PPT segundo as principais nacionalidades	Ministério da Educação e Ciência - DGEEC Programa Português para Todos (PPT) – Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (atual ACM)
Cidadania Ativa	• Evolução dos processos entrados e findos de concessão da nacionalidade portuguesa • Processos findos de concessão da nacionalidade portuguesa, por tipo de aquisição • Aquisições da nacionalidade portuguesa, segundo as principais nacionalidades de origem • Evolução do número de inscrições de estrangeiros no Recenseamento Eleitoral • Inscrições no Recenseamento Eleitoral, segundo as principais nacionalidades • Proporção de estrangeiros recenseados no total de residentes	Ministério da Justiça (MJ - Conservatória dos Registos Centrais) INE – Estatísticas Demográficas Direção Geral de Administração Interna – Administração Eleitoral

Cidadania Ativa (cont.)	• Associações de Imigrantes e seus descendentes reconhecidas pelo ACIME/ACIDI • Número de associações reconhecidas, por comunidade imigrante representada	ACIDI (atual ACM) - Gabinete Técnico de Apoio às Associações de Imigrantes (GATAI)
Habitação	• Proporção de proprietários e de não proprietários, segundo a nacionalidade • População residente em alojamentos clássicos arrendados, segundo a nacionalidade e a época do contrato • População residente em alojamentos clássicos arrendados ou subarrendados, segundo a nacionalidade e os escalões de renda • Percentagem de residentes em alojamentos não clássicos, segundo a nacionalidade e o tipo de alojamento • Percentagem de residentes em alojamentos clássicos sobrelotados, segundo a nacionalidade • Percentagem de residentes estrangeiros em alojamentos clássicos, segundo o regime de ocupação, a lotação, e principais regiões e municípios de residência • Percentagem de residentes estrangeiros em alojamentos não clássicos, segundo o tipo de alojamento e principais regiões e municípios de residência	Instituto Nacional de Estatística (INE - Censos)
Estrangeiros e o Sistema de Justiça	• Proporção de reclusos estrangeiros no total de reclusos nos países da UE27 • Reclusos estrangeiros em Portugal, por nacionalidade • Reclusos estrangeiros com residência em Portugal • Percentagem de reclusos condenados, nacionais e estrangeiros, por tipo de crime • Percentagem de reclusos, nacionais e estrangeiros, por situação processual (preventivos vs condenados) • Taxa de condenação, segundo o tipo de crime e a nacionalidade • Taxa de condenação a pena de prisão efetiva, segundo o tipo de crime e a nacionalidade	Council of Europe - Annual Penal Statistics Direção-Geral dos Serviços Prisionais Direção-Geral da Política da Justiça
Discriminação	• Número de Queixas de discriminação racial e étnica recebidas pela Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR), segundo a área de discriminação • Número de Queixas recebidas pela CICDR, segundo a nacionalidade ou grupo étnico/cultural das alegadas vítimas de discriminação • Número de processos de contraordenação (PCOs) de discriminação de base racial e étnica • Número de PCOs de discriminação de base racial e étnica, segundo a nacionalidade ou grupo étnico/cultural da alegada vítimas • Número de PCOs de discriminação de base racial e étnica, segundo a área de discriminação • Rácio de PCOs instaurados no total de queixas de discriminação racial e étnica recebidas pela CICDR • Condenações decorrentes de PCOs de discriminação de base racial e étnica	ACIDI (atual ACM) - Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR)
Remessas	• Remessas de imigrantes por continente de destino dos fluxos • Remessas de imigrantes por principais países de destino dos fluxos • Remessas de emigrantes, imigrantes e saldo em % do PIB	Banco de Portugal – Estatísticas da Balança de Pagamentos

CAPÍTULO 1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA IMIGRAÇÃO EM PORTUGAL

1.1. A experiência migratória de Portugal e impactos do saldo migratório

Até finais do século XX, a experiência migratória portuguesa foi muito marcada pela emigração. Portugal apresentou saldos migratórios[12] negativos até meados da década de 1970, retomando essa tendência entre 1982 e 1992, e mais tarde a partir de 2011. Ou seja, durante esses períodos saíram do país mais pessoas do que as que entraram.

Quadro 1.1. Saldos populacionais quinquenais: total, natural e migratório, entre 1960 e 2012, Portugal (milhares)

Ano	Saldos Populacionais (milhares)		
	Total	**Natural**	**Migratório**
1960	-	+118,9	-
1965	-61,0	+115,1	-175,4
1970	-34,7	+87,6	-122,0
1975	+428,7	+81,7	+347,0
1980	+105,4	+63,5	+42,0
1985	+14	+33,4	-19,3
1990	-25,6	+13,6	-39,1
1995	+35,0	+3,6	+31,4
2000	+81,8	+14,6	+67,1
2005	+17,3	+1,9	+15,4
2010	-0,8	-4,6	+3,8
2011	-30,3	-6	-24,3
2012	-55,1	-17,8	-37,4

Fonte: INE – Estatísticas de nados-vivos, óbitos e Estimativas anuais da População

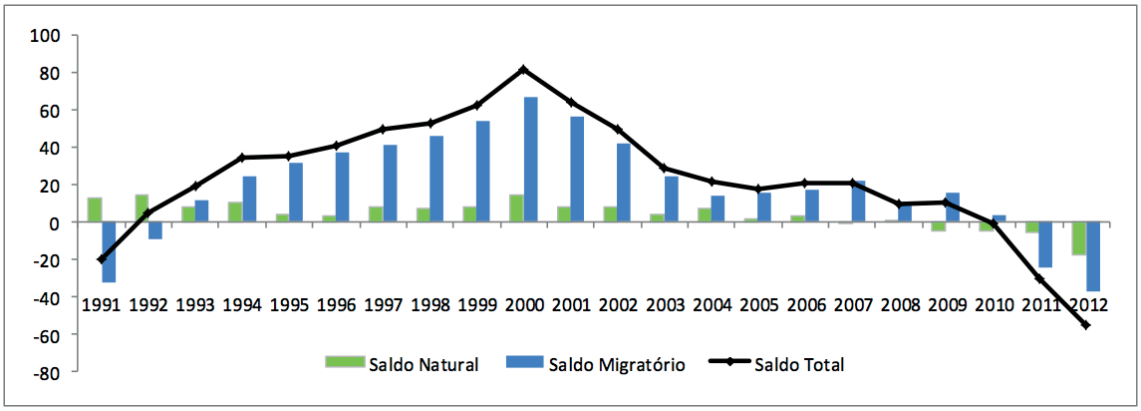
A emergência do fenómeno imigratório em Portugal surge no período imediatamente a seguir ao 25 de abril de 1974, associado ao processo de descolonização, à mudança da lei da nacionalidade e ao movimento de retorno de portugueses residentes nas ex-colónias. É, porém, já na década de 1990 que se tornam estáveis os saldos migratórios positivos. A fase de crescimento económico e de inúmeras obras públicas, com necessidades de mão-de-obra, a consolidação da democracia e a adesão, em 1986, à Comunidade Económica Europeia (CEE), viriam a tornar-se fatores estruturantes para consolidar e aumentar a imigração em Portugal até finais da primeira década do século XXI.

12. No cálculo dos saldos migratórios anuais são contabilizados os emigrantes e os imigrantes permanentes (nacionais ou estrangeiros) que, no período de referência, manifestam a intenção de residir noutro país ou a intenção de permanecer no país por um período contínuo igual ou superior a um ano (INE, Estatísticas Demográficas 2012: 160-161).

Se os primeiros fluxos imigratórios foram dominados por nacionais de países com quem Portugal tinha relações históricas – e.g. Cabo Verde, Angola, Brasil, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau -, a partir de finais da década de 1990 Portugal assiste à diversificação dos fluxos imigratórios, entrando numa nova fase da sua experiência imigratória com a chegada de cidadãos do leste europeu – e.g. ucranianos, moldavos, russos e romenos – e de asiáticos – e.g. chineses - com poucas afinidades culturais e linguísticas com Portugal. É também na viragem do século que chega uma segunda vaga de imigração do Brasil (menos qualificada e mais feminina), com características distintas da primeira vaga da década de 1980 (mais qualificados).

A partir de 2010, associando saldos naturais negativos à descida do saldo migratório, Portugal assiste a saldos populacionais totais negativos. Por outras palavras, nos últimos anos o saldo migratório em Portugal deixou de conseguir compensar os valores negativos do saldo natural. Ora atendendo que, segundo um estudo do EUROSTAT (2013b: 137), a partir de 2015 se prevê que o crescimento populacional dos Estados-membros se consiga apenas com saldos migratórios positivos, Portugal encontra-se numa situação de fragilidade demográfica.

Gráfico 1.1. Saldos populacionais: total, natural e migratório, entre 1991 e 2012, Portugal (milhares)



Fonte: INE – Estatísticas de nados-vivos, óbitos e Estimativas anuais da População

A diminuição das taxas de fertilidade e dos saldos migratórios (em especial nos últimos anos com a crise económica) e o aumento da esperança média de vida, acompanhando a tendência verificada em outros Estados-membros, induz ao reforço do envelhecimento demográfico e/ou à sobre representação de idosos.[13] Neste âmbito Portugal mostra-se um dos contextos mais frágeis, apresentando em 2012 um índice sintético de fecundidade de 1,28 abaixo da média da União Europeia (1,6) e uma taxa líquida de migração negativa (-3,6) quando a média da União Europeia (dos 27) era de 1,8.

É, pois, também neste contexto que deve ser analisado o fenómeno da imigração em Portugal. Deve compreender-se as características dos imigrantes também à luz das necessidades de população do país.

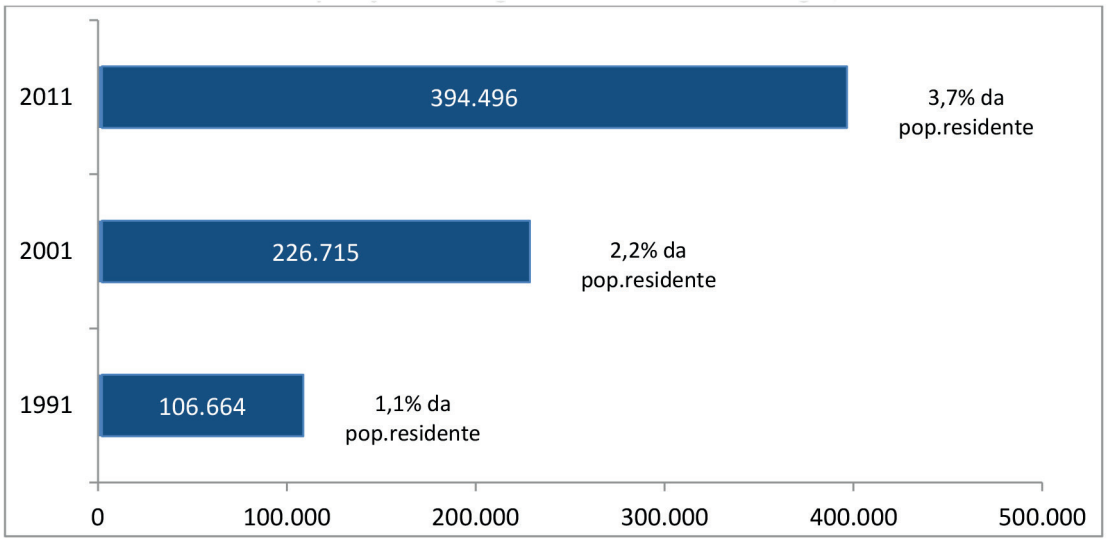
13. Segundo dados do Eurostat prevê-se um contínuo aumento de pessoas com mais de 65 anos até 2050 (Eurostat, 2013b: 12).

1.2. Caracterização geral dos estrangeiros residentes em Portugal à luz dos Censos de 2011

Quantos são?

Segundo os Censos 2011 residiam em Portugal 394.496 estrangeiros[14] no momento do Recenseamento Geral da População, representando 3,7% do total de residentes do país. Conforme se pode observar no gráfico 1.2, o peso relativo das populações de nacionalidade estrangeira aumentou na última década, uma vez que em 2001 representavam apenas 2,2% do total de residentes (1,1% em 1991). Na última década, a população estrangeira cresceu +74% (+167.781 estrangeiros), muito embora esse crescimento tenha sido mais acentuado na década anterior (+113% entre 1991 e 2001) quando se verificou uma duplicação do número de estrangeiros.

Gráfico 1.2. População estrangeira residente em Portugal, 1991, 2001 e 2011



Fonte: INE (2012), *A População estrangeira em Portugal – 2011*, Destaque INE.

Quem são?

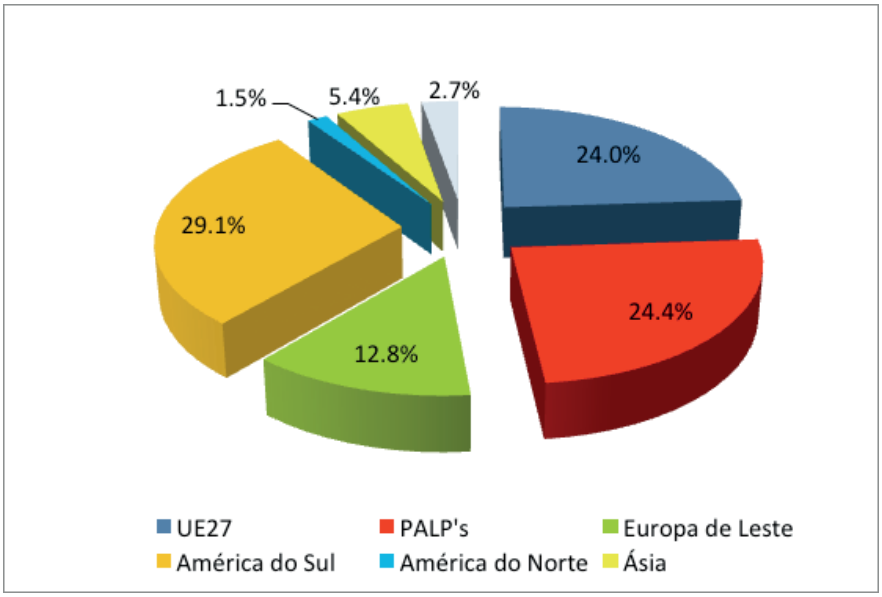
Em termos dos principais **grupos de nacionalidades**, o grupo dos países da América do Sul (29,1%) constitui-se como o mais representativo, sendo maioritariamente composto por cidadãos de nacionalidade brasileira. Imediatamente a seguir a este, encontram-se os Países Africanos de Língua Portuguesa (PALP), com 24,4%, e os países da União Europeia, com 24,0% (gráfico 1.3.).

Na última década, quer os países da América do Sul quer os países Asiáticos reforçaram de forma considerável a sua importância percentual no conjunto da população estrangeira. Verifica-se que os países da América do Sul, sobretudo graças ao crescimento da imigração do Brasil, passaram de

14. No âmbito dos Recenseamentos Gerais da População e da Habitação (Censos) entende-se por "população estrangeira residente" o conjunto de pessoas de nacionalidade de um país estrangeiro que sejam consideradas residentes em Portugal no momento da observação. Este conceito não inclui os apátridas, indivíduos sem nacionalidade, segundo a mesma fonte. Por sua vez entende-se por "população residente" o conjunto de pessoas que, independentemente de estarem presentes ou ausentes num determinado alojamento no momento de observação, viveram no seu local de residência habitual por um período contínuo de, pelo menos, 12 meses anteriores ao momento de observação, ou que chegaram ao seu local de residência habitual durante o período correspondente aos 12 meses anteriores ao momento de observação, com a intenção de aí permanecer por um período mínimo de um ano (detalhes em www.ine.pt).

17% para 29%, e os países asiáticos incrementaram a sua importância relativa de 2,8% para 5,4%, o que se deve fundamentalmente ao reforço da imigração chinesa. Os cidadãos dos PALP revelam uma tendência contrária a estes dois grupos de países, tendo em conta que reduziram a sua importância no conjunto da população estrangeira de 44%, em 2001, para 24% em 2011[15], muito por força da aquisição da nacionalidade portuguesa a partir de 2006 à luz do novo enquadramento legal.

Gráfico 1.3. População estrangeira residente em Portugal, por grupos de nacionalidades, 2011 (%)



Fonte: Censos 2011 (cálculos das autoras).

Quadro 1.2. Variação registada nas 10 principais nacionalidades residentes em Portugal em 2011

	2001		2011		Variação 2001-2011	
	N	%	N	%	N	%
1º Brasil	31.869	14,1	109.787	27,8	+77.918	+244,5
2º Cabo Verde	33.145	14,6	38.895	9,9	+5.750	+17,3
3º Ucrânia	10.793	4,8	33.790	8,6	+22.997	+213,1
4º Angola	37.014	16,3	26.954	6,8	-10.060	-27,2
5º Roménia	2.661	1,2	24.356	6,2	+21.695	+815,3
6º Guiné-Bissau	15.824	7,0	16.360	4,1	+536	+3,4
7º Reino Unido	8.227	3,6	15.774	4,0	+7.547	+91,7
8º França	15.359	6,8	14.360	3,6	-999	-6,5
9º China	2.176	1,0	11.458	2,9	+9.282	+426,6
10º Espanha	9.047	4,0	10.486	2,7	+1.439	+15,9
Total estrangeiros	**226.715**	**100,0**	**394.496**	**100,0**	**+167.781**	**+74,0**

Fonte: Censos 2001 e 2011 (cálculos das autoras).

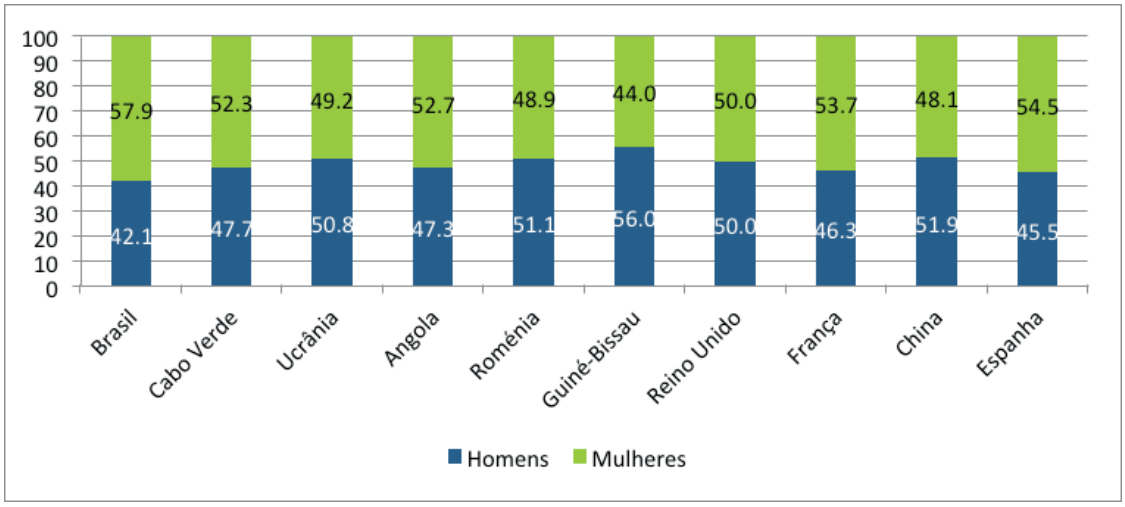
Segundo os Censos 2011, a comunidade estrangeira mais numerosa em Portugal era a comunidade brasileira, com 109.787 residentes (27,8%). Na segunda e terceira posições encontravam-se as comunidades cabo-verdiana, com 38.895 (9,9%), e ucraniana, com 33.790 (8,6%). No conjunto das dez nacionalidades mais representativas, ainda que assumindo valores abaixo dos 7%, figu-

15. INE (2012), *A População estrangeira em Portugal – 2011*, Destaque INE, disponível em http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=150126943&DESTAQUEStema=00&DESTAQUESmodo=2.

ravam ainda Angola (26.954 – 6,8%), Roménia (24.356 – 6,2%), Guiné-Bissau (16.360 – 4,1%), Reino Unido (15.774 – 4,0%), França (14.360 – 3,6%), China (11.458 – 2,9%) e Espanha (10.486 – 2,7%) – quadro 1.2. Em relação a 2001, há a ressaltar o crescimento significativo dos residentes de nacionalidade brasileira (com um aumento de cerca de 78.000 cidadãos), ucraniana (+22.997), romena (+21.695) e chinesa (+9.282). De registar, ainda assim, o decréscimo dos nacionais de Angola (-10.060)[16] e França (-999) – vd. quadro 1.2.

No que se refere ao **sexo**, os Censos 2011 indicam que a população estrangeira residente é maioritariamente composta por cidadãos do sexo feminino (52,3%, ou seja, 206.410 mulheres), correspondendo os estrangeiros do sexo masculino a 188.086 indivíduos (47,7%). Deve realçar-se a inversão da tendência face ao observado nos Censos 2001, quando os estrangeiros do sexo masculino assumiam a predominância (54,3%). Os estrangeiros residentes de nacionalidade brasileira são os que mostram maior importância relativa do sexo feminino (57,9%), o que – atendendo ao facto de serem a população numericamente mais expressiva – acaba por induzir o resultado geral da população estrangeira. Nota-se que entre os guineenses, ucranianos e romenos a proporção de homens é superior, respetivamente com 56,0%, 50,8% e 51,1% - gráfico 1.4.

Gráfico 1.4. Distribuição por sexo nas principais nacionalidades estrangeiras residentes em Portugal, 2011 (%)



Fonte: Censos 2011 (cálculos das autoras).

A população de nacionalidade estrangeira residente em Portugal é tendencialmente mais jovem que a população de nacionalidade portuguesa, conforme mostra a sua distribuição etária (vd. gráfico 1.5.). Esta população apresenta uma grande concentração nas idades entre os 20-49 anos (63,0%), o que não se verifica junto da população de nacionalidade portuguesa, que regista no mesmo intervalo de idades apenas 40,6%.

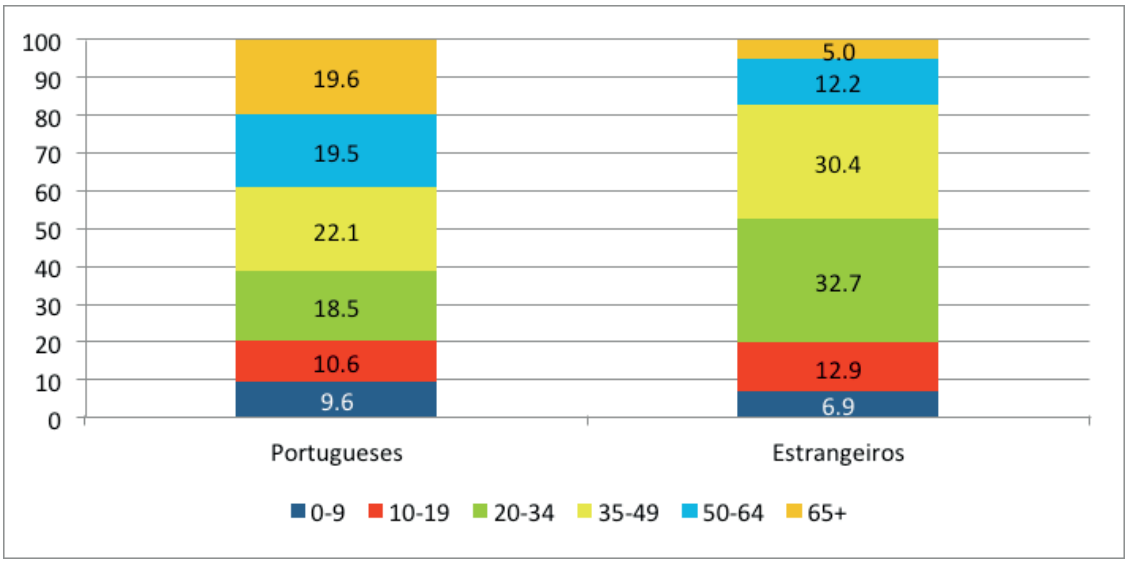
A maior juventude da população estrangeira é também visível na média de idades apurada pelo INE[17] para as duas populações – 34,2 anos na população estrangeira contra 42,1 anos na população portuguesa. Segundo a mesma fonte, na última década a idade média da população estrangeira aumentou cerca 2 anos (32,5 anos em 2001), sucedendo o mesmo junto da população portuguesa (cuja média de idades aumentou 2,3 anos). A estes resultados não são alheios dois fatores: por um lado, a tendência de envelhecimento da população portuguesa (a detalhar no capítulo 3) e, por

16. Em 2001, segundo os Censos, os estrangeiros de nacionalidade angolana ocupavam a primeira posição no conjunto dos estrangeiros residentes em Portugal.
17. INE (2012), *A População estrangeira em Portugal – 2011*, Destaque INE.

outro, o facto da imigração em Portugal ser predominantemente de motivação económica, ou seja, chega em idade ativa (detalhado no capítulo 4).

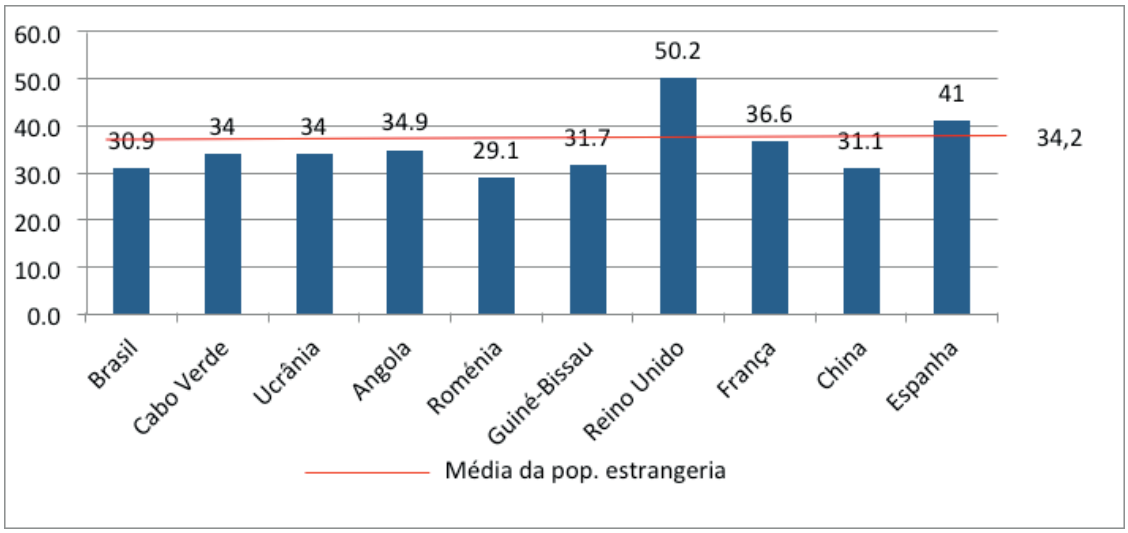
As nacionalidades que apresentam a média de idades mais elevada são oriundas de países da União Europeia, tais como Reino Unido (50,2 anos), Espanha (41 anos) e França (36,6 anos). Em contrapartida, as nacionalidades onde a média de idades é mais baixa são a romena (29,1 anos), brasileira (30,9 anos), chinesa (31,1 anos) e guineense (31,7 anos) - vd. gráfico 1.6.

Gráfico 1.5. População de nacionalidade portuguesa e estrangeira por grupo etário, 2011 (%)



Fonte: Censos 2011 (cálculos das autoras).

Gráfico 1.6. Idade média da população estrangeira, por nacionalidade, 2011



Fonte: INE (2012), A População estrangeira em Portugal – 2011, Destaque INE.

Segundo o INE[18], os dados dos Censos 2011 indicam que a população estrangeira em idade ativa (15-64 anos) possui, em geral, níveis de escolaridade mais elevados que a população portuguesa. Essa tendência é visível, desde logo, na percentagem da população estrangeira com escolaridade inferior ao 3º ciclo do Ensino Básico (28,2%) quando comparada com a percentagem da população portu-

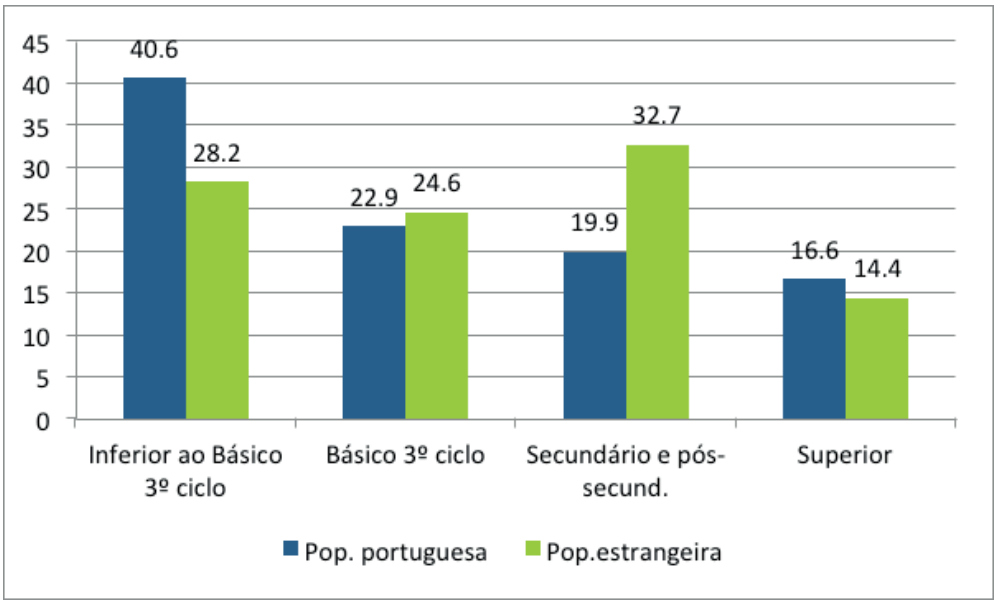
18. INE (2012), *A População estrangeira em Portugal – 2011*, Destaque INE.

guesa na mesma situação (40,6%). Além disso, enquanto 32,7% dos estrangeiros em idade ativa são detentores do ensino secundário (ou pós-secundário), o mesmo não sucede com a população portuguesa, que apenas atinge os 19,9%. A única exceção verifica-se no Ensino Superior, onde a população portuguesa ultrapassa ligeiramente (16,6%) a população estrangeira (14,4%) – gráfico 1.7.

No que concerne as 10 principais nacionalidades residentes, segundo o INE[19], cabo-verdianos, chineses e guineenses eram aqueles que apresentavam qualificações mais baixas. No nível de escolaridade inferior ao 3º ciclo do Ensino Básico, Cabo Verde registava 66% da sua população residente em Portugal, China 45,5% e Guiné-Bissau 44,6%.

Em contraste com estes países situavam-se as nacionalidades europeias, que mostravam as qualificações mais elevadas. Destacava-se a nacionalidade espanhola, onde a população com ensino superior atingia os 43,6%, seguida da britânica (com 27,8%) e da ucraniana (com 23,3%).

Gráfico 1.7. População entre os 15 e 64 anos de nacionalidade estrangeira e portuguesa, por nível de escolaridade completo, 2011 (%)



Fonte: INE (2012), A População estrangeira em Portugal – 2011, Destaque INE.

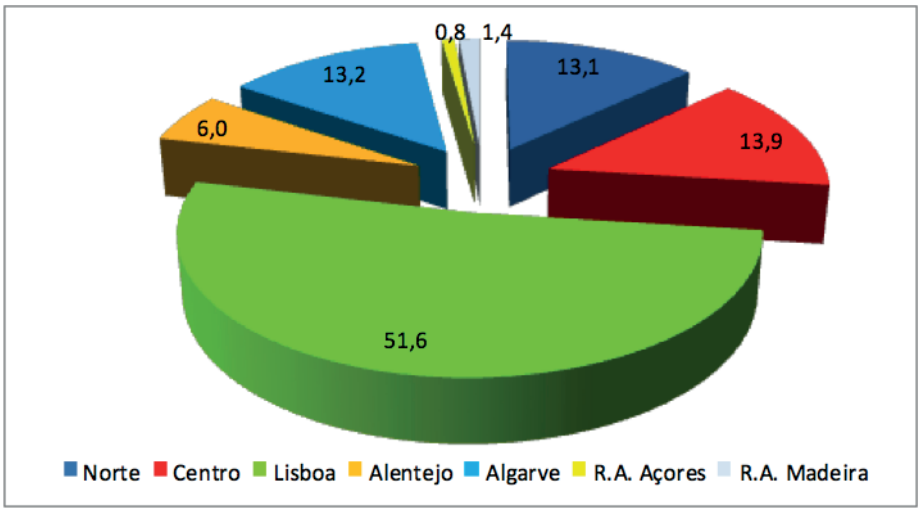
Onde estão?

Ainda que neste relatório se caracterize os estrangeiros de forma agregada para todo o país na maioria dos indicadores analisados, é importante atender a que o contexto nacional não é homogéneo e/ou a população estrangeira residente não se distribuir equitativamente ao longo do território. As oportunidades de trabalho e as redes sociais (nomeadamente associadas às zonas de residência das primeiras vagas de imigrantes) parecem ser os dois principais fatores a enquadrar a distribuição geográfica dos estrangeiros no país.

Segundo os dados disponibilizados pelo INE, relativos aos Censos 2011, a população estrangeira residente em Portugal encontra-se sobretudo concentrada na região de Lisboa (NUT II). A percentagem de estrangeiros que se concentra nesta unidade territorial corresponde a 51,6%. A esta região seguem-se as regiões do Centro (13,9%), Algarve (13,2%) e Norte (13,1%) – gráfico 1.8.

19. INE (2012), *A População estrangeira em Portugal – 2011*, Destaque INE.

Gráfico 1.8. Distribuição dos estrangeiros por regiões NUT II, em 2011 (%)



Fonte: Censos 2011 (cálculos das autoras).

A elevada concentração de estrangeiros na Região de Lisboa, segundo Malheiros e Fonseca (2011), resulta em grande medida das primeiras vagas de imigração provenientes dos PALP. Ainda que as vagas de meados da década de 1990 e dos anos seguintes (e.g. chineses e ucranianos) tenham sido importantes para diminuir a sobre concentração nesta região, contribuindo para uma maior dispersão geográfica dos estrangeiros dentro do território português, não conseguiram retirar a importância relativa da região de Lisboa que capta ainda mais de metade dos estrangeiros residentes no país.

Em termos de NUTIII, destacam-se cinco regiões: Grande Lisboa (40,4%), Algarve (13,2%), Península de Setúbal (11,2%), Grande Porto (5,8%) e Oeste (3,6%) – quadro 1.3.

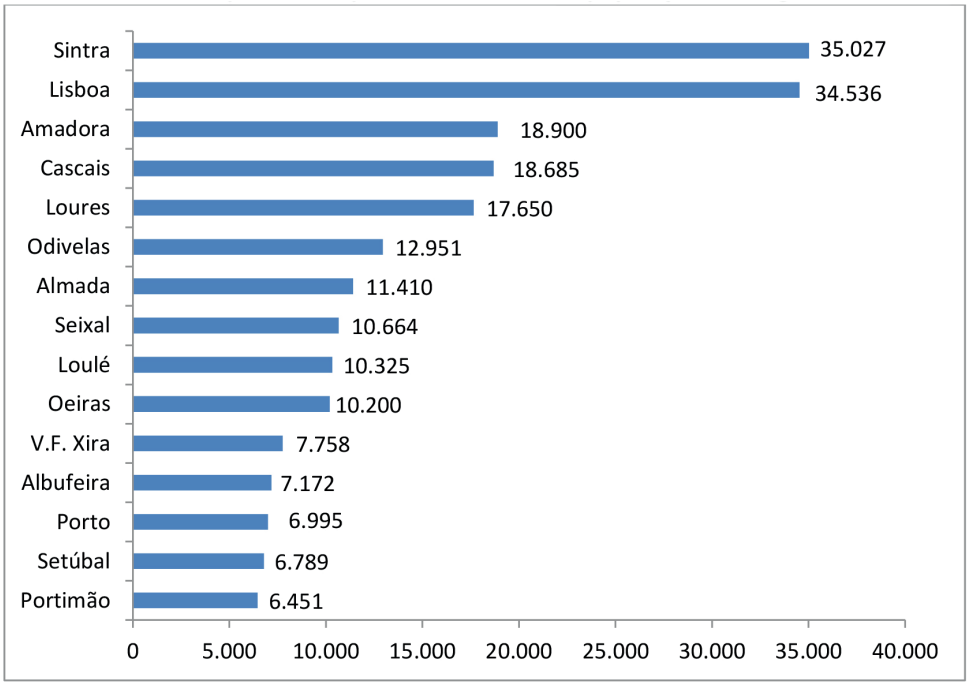
Quadro 1.3. População estrangeira residente em Portugal por regiões NUTIII, em 2011

Região	N	%
Norte	**51.486**	**13,1**
Grande Porto	23.028	5,8
Cávado	6.940	1,8
Ave	5.264	1,3
Minho-Lima	4.120	1,0
Entre Douro e Vouga	3.424	0,9
Tâmega	3.430	0,9
Alto Trás-os-Montes	2.891	0,7
Douro	2.389	0,6
Centro	**54.837**	**13,9**
Oeste	14.210	3,6
Baixo Vouga	8.886	2,3
Pinhal Litoral	8.170	2,1
Baixo Mondego	6.548	1,7
Médio Tejo	4.720	1,2
Dão-Lafões	4.345	1,1
Pinhal Interior Norte	3.137	0,8
Beira Interior Norte	1.345	0,3
Beira Interior Sul	1.318	0,3
Cova da Beira	1.135	0,3
Pinhal Interior Sul	522	0,1
Serra da Estrela	501	0,1
Lisboa	**203.565**	**51,6**
Grande Lisboa	159.514	40,4
Península de Setúbal	44.051	11,2
Alentejo	**23.577**	**6,0**
Lezíria do Tejo	8.758	2,2
Alentejo Litoral	5.469	1,4
Alentejo Central	3.560	0,9
Baixo Alentejo	3.030	0,8
Alto Alentejo	2.760	0,7
Algarve	**52.065**	**13,2**
Algarve	52.065	13,2
R.A. Açores	**3.347**	**0,8**
R.A. Açores	3.347	0,8
R.A. Madeira	**5.619**	**1,4**
R.A. Madeira	5.619	1,4
Total	**394.496**	**100**

Fonte: Censos 2011 (cálculos das autoras).

O gráfico 1.9. mostra os quinze municípios com maior número de estrangeiros. Embora os seis primeiros lugares sejam ocupados por municípios da região da Grande Lisboa (com entre cerca de 13 mil e 35 mil estrangeiros residentes), surgem nesta lista outros municípios da Península de Setúbal e do Algarve também com valores expressivos no que toca à concentração de estrangeiros residentes. Desta forma, segundo os Censos 2011, Sintra e Lisboa eram os municípios que concentravam o maior número de estrangeiros (mais de 34 mil), seguindo-se Amadora, Cascais e Loures (em torno dos 18 mil) e Odivelas (com perto de 13 mil). A estes municípios da região da Grande Lisboa sucedem-se os municípios de Almada, Seixal, Loulé e Oeiras (em torno dos 10 mil). No conjunto, estes 10 municípios concentravam 45,6% da população de nacionalidade estrangeira residente nos país e/ou registada nos Censos de 2011.

Gráfico 1.9. Principais municípios de residência da população estrangeira, 2011



Fonte: Censos 2011

Importa esclarecer também que a população estrangeira residente não é um todo homogéneo. Uma análise mais fina da distribuição geográfica das principais nacionalidades residentes no país mostra algumas diferenças importantes (quadro 1.4). Desde logo, denota-se uma disparidade entre os cidadãos dos PALP, com uma clara concentração na região de Lisboa (79,7%), e os estrangeiros oriundos da União Europeia e da Europa de Leste, que demonstram maior dispersão pelas várias regiões do país (apenas 31,5% e 33,2% respetivamente, residia nessa região do país), destacando-se também nomeadamente na zona do algarve (25,3% e 19,5%, respetivamente).

Por sua vez os nacionais do Brasil encontram-se numa posição intermédia, pois apresentam, ainda assim, mais de metade dos seus residentes (cerca de 57%) na região de Lisboa. Já os cidadãos nacionais da China encontram-se dispersos um pouco por todo o país, ainda que se evidenciem duas regiões de destino com maior significado – Lisboa (43,1%) e Norte (23,3%).

Quadro 1.4. Distribuição dos principais grupos de estrangeiros nas regiões portuguesas (NUT II) em 2011 (%)

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira
Total de estrangeiros	13,1	13,9	51,6	6,0	13,2	0,8	1,4
UE27 (exceto PT)	16,2	14,8	31,5	9,2	25,3	0,8	2,2
PALP	6,4	6,5	79,7	2,1	4,5	0,5	0,3
Europa de Leste	13,2	24,1	33,2	8,4	19,5	0,4	1,2
Brasil	13,4	13,9	56,7	5,6	8,9	0,6	0,9
Cabo Verde	4,8	4,1	82,1	2,4	5,6	0,9	0,2
Ucrânia	15,2	26,9	30,0	8,6	17,8	0,4	1,1
Angola	10,1	9,6	73,6	2,4	3,6	0,3	0,3
Roménia	8,5	9,5	45,1	14,0	21,8	0,1	0,9
Guiné-Bissau	3,2	4,1	85,7	0,9	5,5	0,3	0,4
Reino Unido	5,7	14,5	13,6	4,1	56,9	0,4	4,8
França	38,1	26,5	21,7	4,1	7,8	0,5	1,3
China	23,3	13,8	43,1	10,0	7,6	1,1	1,1
Espanha	28,0	11,1	44,2	9,2	6,2	0,6	0,8

Fonte: Censos 2011 (cálculos das autoras).

O impacto que o número de residentes estrangeiros tem no total dos residentes em cada região de Portugal também não é uniforme ao longo do país. Se os residentes estrangeiros recenseados nos Censos de 2011 representam 3,7% da população total do país, há regiões de Portugal onde essa percentagem é mais elevada e/ou os estrangeiros residentes têm uma importância relativa superior. A este nível destaca-se a região do Algarve, onde os residentes estrangeiros representam cerca de 12% da população total da região (quadro 1.5.). Esta importância relativa dos estrangeiros no Algarve reflete tanto um aumento da imigração na região – imigração de nacionais de países da União Europeia em idade de reforma e o aumento de imigrantes laborais de fluxos mais recentes (nomeadamente de cidadãos da Europa de Leste) -, como também as baixas densidades populacionais registadas nos municípios da região que os imigrantes ajudam a contrariar.

Quadro 1.5. Percentagem da população estrangeira na população total residente, por regiões NUTII, em 2011

Regiões (NUT II)	Total Estrangeiros	População Total	% de estrangeiros por total da população
Norte	51.486	3.689.682	1,4
Centro	54.837	2.327.755	2,4
Lisboa	203.565	2.821.876	7,2
Alentejo	23.577	757.302	3,1
Algarve	52.065	451.006	11,5
R.A.Açores	3.347	246.772	1,4
R.A.Madeira	5.619	267.785	2,1
Portugal	**394.496**	**10.562.178**	**3,7**

Fonte: Censos 2011 (cálculos das autoras).

A região de Lisboa (NUTII) é outra das regiões onde a proporção de estrangeiros residentes (7,2%) é superior à média nacional. Nas restantes regiões o peso dos estrangeiros é sempre inferior à média nacional. Contudo, é importante destacar a proporção de cidadãos estrangeiros na região do Alentejo (3,1%) e do Centro (2,4%), uma vez que estas duas regiões registam valores superiores aos observados na Madeira, Açores e Norte do país. Esta última região regista o valor mais baixo em termos de proporção de estrangeiros na população total (1,4%).

CAPÍTULO 2.
ENTRADAS, PERMANÊNCIAS E SAÍDAS

Para uma caracterização dos movimentos de imigração para Portugal, bem como da população estrangeira residente no país, é necessário recorrer a três fontes fundamentais que sustentam a informação disponível acerca dos fluxos de entrada, saída e permanência em Portugal. A primeira fonte é o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) que, através da sua rede consular, emite os vistos que permitem aos estrangeiros entrarem legalmente no país, ou seja, esta fonte contribui para caracterizar os fluxos de entrada no país. A segunda fonte é o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), com competências em matéria de documentação e controlo da entrada, permanência e saída de cidadãos estrangeiros no país. Finalmente uma terceira fonte é o Instituto Nacional de Estatística (INE) com os dados recolhidos nos Censos em cada dez anos, que permite caracterizar os estrangeiros e naturais do estrangeiro que permanecem em Portugal há pelo menos um ano.

Conforme explicado antes, estas fontes têm naturezas diversas – as duas primeiras são de natureza administrativa e a última é uma fonte estatística – e têm na sua base de recolha conceitos diversos. O SEF e o MNE contemplam nas suas bases de dados todos os cidadãos estrangeiros portadores de um título válido para entrarem ou permanecerem em Portugal. Já os Censos contabilizam todos os cidadãos estrangeiros residentes que estejam por um período igual ou superior a um ano, tendo como referência o momento censitário, não atendendo à situação jurídica que enquadra a residência dos cidadãos no país. Estamos, pois, perante universos distintos e/ou fontes não diretamente comparáveis.

Reconhecendo as diferentes coberturas destas três fontes, os dados disponibilizados são trabalhados neste capítulo porque nos permitem definir e caraterizar de forma mais clara a realidade do fenómeno complexo da imigração em Portugal.

Para compreender os dados das duas fontes administrativas e a evolução de títulos é necessário enquadrar muito brevemente algumas mudanças no quadro legal de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros da última década (a que estamos a estudar neste relatório).

A primeira lei que estabeleceu disposições relativas à entrada, permanência, saída e expulsão de estrangeiros do território nacional português data de 1981 (Decreto-lei n.º 264-B/81, de 3 de setembro). As oportunidades do mercado de trabalho português e as necessidades de trabalhadores estrangeiros, bem como o aumento da imigração ilegal no país ao longo da década de 1990 justificaram a revisão do quadro legal que enquadrava a entrada, permanência, saída e afastamento de cidadãos estrangeiros de território nacional e a realização de dois processos de regularização extraordinária de estrangeiros no país (em 1992 e 1996). Assim em 1998 foi aprovada uma nova legislação[20] (Decreto-Lei n.º 244/98, de 8 de agosto) que veio introduzir alterações relevantes com

20. O enquadramento de 1998 substituiu o Decreto-Lei n.º 59/93, de 3 de março, que foi aprovado em consequência da adesão de Portugal à então Comunidade Económica Europeia em 1986 e da sua participação (mais tarde) no espaço *Schengen* que obrigou a uma harmonização com outros Estados-membros de determinadas providências legais.

consequências até 2007. Em resultado deste enquadramento, a partir de 1998 aumenta a variedade de títulos e vistos, complexificando a tipologia de entrada e permanência dos estrangeiros em Portugal. Esta tendência era reforçada em 2001 com a criação da figura jurídica da "autorização de permanência" (enquadrada no Decreto-Lei n.º 4/2001, de 10 de janeiro). Este título permitiu regularizar relações de trabalho e estrangeiros que se encontravam já em território português, correspondendo a um visto de trabalho renovável anualmente e concedido, excecionalmente, em território português, evitando que os imigrantes tivessem de se deslocar ao estrangeiro para solicitarem um visto de trabalho.
A partir de 2007 (Lei n.º 23/2007, de 4 de julho) simplifica-se o sistema de admissão e residência de estrangeiros a um único tipo de visto com finalidades distintas para a fixação de residência. Deste modo o legislador desburocratizou os procedimentos a um único tipo de visto de longa duração que permite ao seu titular entrar em Portugal para fixar residência, o que veio contrastar com a anterior lei que previa vários tipos de visto de longa duração, nomeadamente vistos de estudo, trabalho (quatro tipos) e residência.

Passando, desde 2007, os estrangeiros a serem titulares apenas de autorização de residência com diferentes fins, a lei uniformizou direitos e deveres dos diferentes estrangeiros residentes e alargou o universo de estrangeiros com acesso à nacionalidade portuguesa (uma vez que antes apenas os titulares de autorização de residência poderiam acumular anos de residência para esse efeito).

Estas alterações ocorridas neste quadro legal entre 1981 e 2012 influenciaram, pois, tanto o perfil e a forma de entrada de estrangeiros em Portugal, como o *stock* de residentes estrangeiros no país. Reconhece-se, porém, que o perfil dos estrangeiros que entram e permanecem no país ao longo da última década reflete também as oportunidades de inserção no mercado de trabalho português. Procura-se, assim, caracterizar a evolução dos estrangeiros que entraram em Portugal nos últimos anos e realçar as características dos titulares de autorização de residência.

2.1. Entradas de estrangeiros em Portugal

Sendo um país recente de imigração, Portugal recebeu principalmente (até há relativamente pouco tempo) imigrantes que vinham responder às oportunidades de trabalho da economia portuguesa. Conforme reportado no relatório da OCDE (2008: 290) - a partir da análise de dados de 2004/2005 – Portugal era um dos poucos países da OCDE com uma elevada percentagem de imigrantes que entravam por razões de trabalho (45% dos fluxos de entrada). Esta tendência contrastou com a maioria dos países da União Europeia com mais experiência imigratória, para os quais a principal razão de entrada era o reagrupamento familiar (Oliveira *et al*. 2013: 54).

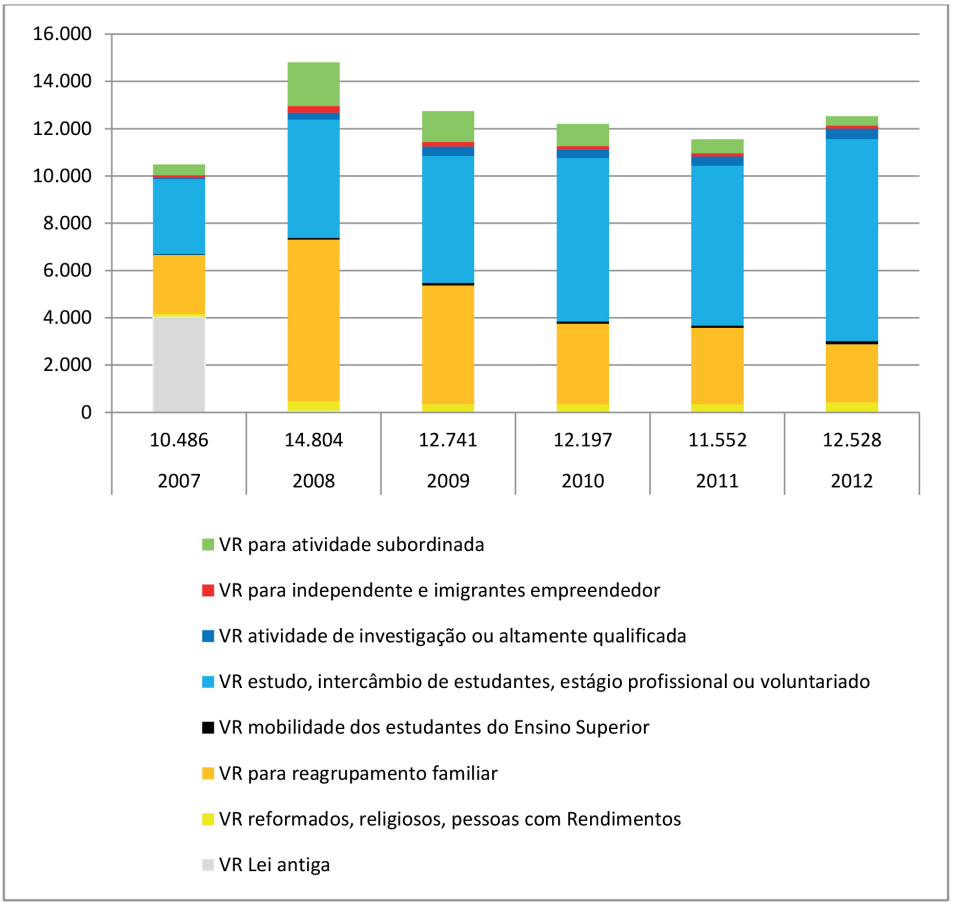
A mudança do enquadramento legal para estrangeiros em 2007 e as condições económicas menos favoráveis do país a partir de 2008, mudaram contudo o perfil de entradas de estrangeiros em Portugal. Não apenas o fluxo global de entradas diminui (em especial entre 2008 e 2011, retomando com ligeiro aumento a partir de 2012), como se verifica uma alteração nos perfis das entradas, com aumento de alguns fluxos – caso dos estudantes, de investigadores e altamente qualificados e, de forma mais ténue, de reformados – e diminuição de outros – entradas para o exercício de atividades subordinadas (gráfico 2.1.).

Assim a análise dos fluxos de entrada em Portugal através dos vistos concedidos nos postos consulares ajuda-nos a compreender essa evolução (e mudança) dos perfis dos imigrantes que procuram o nosso país. Concretamente se até meados da década passada as principais razões de entrada ou de solicitação de entrada no país eram de natureza laboral (para exercício de uma atividade subor-

dinada principalmente), nos últimos anos – também por força da situação da economia portuguesa e decréscimo das oportunidades de trabalho nos setores económicos onde os imigrantes tendiam a inserir-se – os fluxos de entrada passaram a estar associados principalmente ao estudo em Portugal e ao reagrupamento familiar.

Deste modo se é verdade que o número de estrangeiros em Portugal tem vindo a diminuir nos últimos anos, também é verdade que, analisando em detalhe o perfil dos que entram, o país está a atrair e/ou reforçar novos perfis de imigração.

Gráfico 2.1. Vistos de residência (VR) atribuídos nos postos consulares por razão de entrada, entre 2007 e 2012

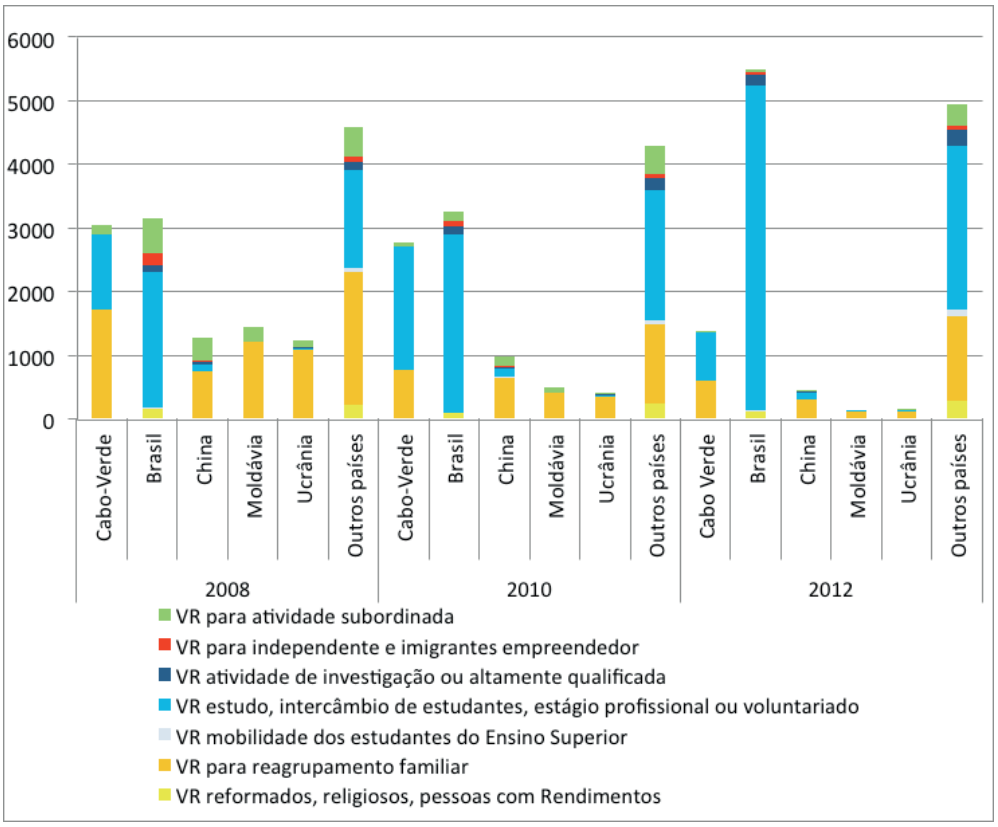


Fonte: Ministério dos Negócios Estrangeiros (cálculos das autoras).

Se se analisar os vistos de residência concedidos em função da nacionalidade do estrangeiro, conclui-se também que as razões de entrada no país não são homogéneas para todos os fluxos imigratórios. Enquanto as entradas dos cabo-verdianos e dos brasileiros refletem principalmente razões de estudo; no caso dos chineses, dos ucranianos e dos moldavos é o reagrupamento familiar a principal razão para a concessão de vistos de residência (gráfico 2.2).

Por outro lado, não se verifica uma quebra nas entradas para todas as nacionalidades. Se se observa nos últimos anos uma descida na concessão de vistos de entrada para cabo-verdianos, chineses, ucranianos e moldavos; verifica-se também um aumento do número de vistos de residência concedidos a brasileiros.

Gráfico 2.2. Vistos de residência (VR) atribuídos nos postos consulares por razão de entrada, por nacionalidade, em 2008, 2010 e 2012

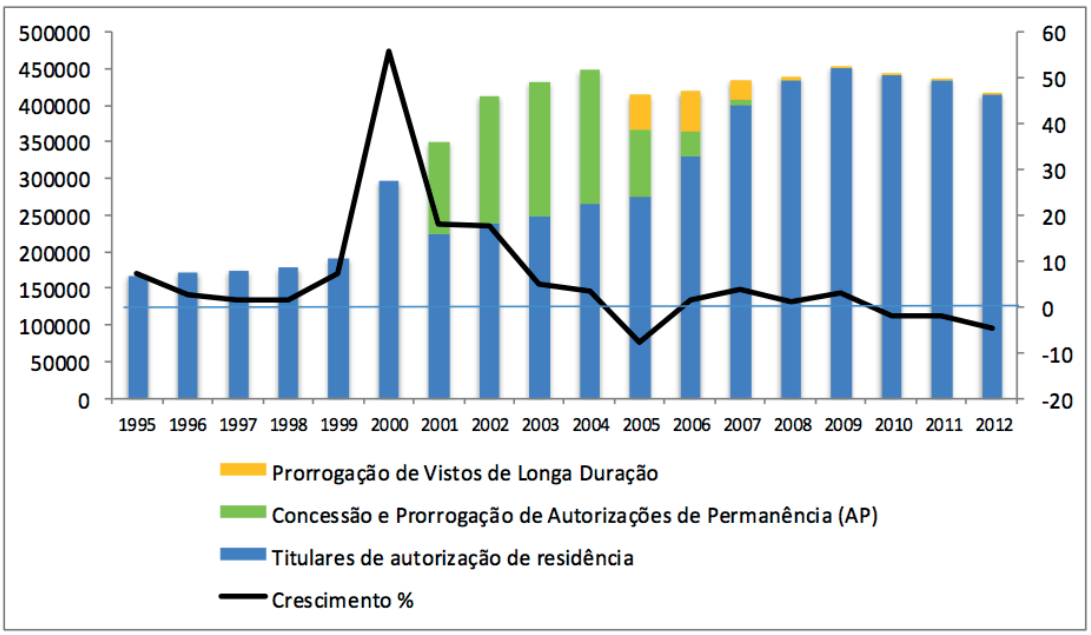


Fonte: Ministério dos Negócios Estrangeiros (cálculos das autoras).

2.2. Permanência de estrangeiros

Em 2011, segundo dados apurados pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) estavam em Portugal 434.708 estrangeiros com título de residência. Já de acordo com os Censos de 2011 residiam em Portugal há mais de um ano (tendo como referência o momento censitário) 394.496 estrangeiros e 871.790 cidadãos de naturalidade estrangeira. Como se explicou antes, estas fontes não são diretamente comparáveis uma vez que têm na sua base diferentes conceitos de estrangeiro residente. Atendendo a que se pretende neste subcapítulo caracterizar os estrangeiros que anualmente permanecem no país, recorre-se aos dados publicados pelo SEF. Os *Relatórios de Imigração, Fronteiras e Asilo* (RIFA) assumem-se como uma fonte e um instrumento de caracterização anual das dinâmicas imigratórias.

Gráfico 2.3. Total de população estrangeira com títulos de residência em Portugal entre 1995 e 2012



Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (cálculos das autoras).

O gráfico 2.3. dá conta da evolução do número de estrangeiros com títulos de residência entre 1995 e 2012, evidenciando o grande crescimento entre finais da década de 1990 e a transição para o século XX. Em apenas quatro anos Portugal viu o número de estrangeiros com residência legal no país duplicar – de 191.143 titulares de residência em 1999, o SEF passou a registar em 2002 cerca de 413.487 residentes estrangeiros. É durante esses anos que se registam as maiores taxas de crescimento de estrangeiros titulares de residência, tendo atingindo em 2000 a maior taxa (56%). Este aumento muito significativo de cidadãos estrangeiros (em particular de nacionais de países terceiros à União Europeia) deveu-se a duas ordens de fatores: por um lado às oportunidades do mercado de trabalho português na transição do século com necessidade de incorporar trabalhadores em especial para o setor da construção e obras públicas; por outro lado, o aumento significativo de estrangeiros neste período reflete também algumas mudanças no enquadramento legal que regulava a entrada e permanência de estrangeiros no país e a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 4/2001, de 10 de janeiro, que permitiu regularizar milhares de estrangeiros que trabalhavam no país.

Os primeiros anos do século XXI mostravam que a economia portuguesa começava a acompanhar a média europeia na capacidade de atração de mão-de-obra estrangeira para responder às necessidades do mercado de trabalho (Malheiros e Esteves, 2013: 33), dando resposta nomeadamente à construção de inúmeras infraestruturas do metropolitano em certas zonas urbanas, de vias rodoviárias e estádios de futebol.

A política de imigração definida na viragem para o século XXI culminava exatamente no objetivo de regular os fluxos imigratórios em função das necessidades do mercado de trabalho português. É também nesse período que começam a ser publicados os relatórios anuais de oportunidades de trabalho em Portugal, da responsabilidade do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), para tentar coordenar os movimentos imigratórios (e as suas características profissionais) com a procura identificada em algumas áreas da economia. No Decreto-Lei n.º 4/2001 era criado o título *autorização de permanência* que permitiu enquadrar legalmente no país entre 2001 e 2004 cerca de 184 mil estrangeiros que já se encontravam a trabalhar em Portugal, mas em situação irregular.

Os últimos anos da década de 1990 traziam também a Portugal uma maior diversidade de nacionalidades e perfis de imigrantes em função da experiência laboral e das qualificações. Entre os novos residentes estavam os cidadãos do Leste Europeu, em especial da Ucrânia (35% dos titulares de autorização de permanência) e do Brasil (20% dos titulares de autorização de permanência).

A partir de 2010, porém, nota-se um ligeiro decréscimo dos residentes estrangeiros permanentes registados pelo SEF (-2% em 2010 e 2011, e -5% em 2012), refletindo a diminuição de oportunidades de trabalho no país e a aquisição da nacionalidade por um número crescente (em especial desde 2007) de residentes estrangeiros. Como se mostrará no capítulo 8.1 com maior detalhe, entre 2009 e 2011 cerca de 126 mil estrangeiros adquiriram a nacionalidade portuguesa, tendo o ano de 2011 sido aquele em que se registaram mais "novos" cidadãos portugueses (cerca de 47 mil).

Quadro 2.1. População estrangeira residente por tipo de despacho associado à autorização de residência (AR)[21], entre 2008 e 2012

Ano		AR para atividade profissional subordinada	AR para estudantes do ensino superior	AR reagrupamento familiar	AR permanente	AR com dispensa de visto de residência	Outros[22]	**Total**
2008	N	24.329	4.913	33.596	62.813	28.625	286.001	**440.277**
	% total	5,5	1,1	7,6	14,3	6,5	65,0	100
2009	N	18.619	5.212	19.815	69.809	8.711	332.025	**454.191**
	% total	4,1	1,1	4,4	15,4	1,9	73,1	100
	Taxa de variação	-23,5	+6,1	-41,0	+11,1	-69,6	+16,1	+3,2
2010	N	11.404	6.728	12.432	65.250	7.903	341.545	**445.262**
	% total	2,6	1,5	2,8	14,7	1,8	76,7	100
	Taxa de variação	-38,8	+29,1	-37,3	-6,5	-9,3	+2,9	-2,0
2011	N	7.501	7.799	10.164	59.233	9.309	342.816	**436.822**
	% total	1,7	1,8	2,3	13,6	2,1	78,5	100
	Taxa de variação	-34,2	+15,9	-18,2	-9,2	+17,8	+0,4	-1,9
2012	N	8.493	10.275	7.485	54.393	8.737	327.659	**417.042**
	% total	2,0	2,5	1,8	13,0	2,1	78,6	100
	Taxa de variação	+13,2	+31,7	-26,4	-8,2	-6,1	-4,4	-4,5

Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (cálculos das autoras).

O decréscimo na população estrangeira residente não reflete, contudo, uma diminuição de todos os perfis de imigrantes no país. Como se referiu antes, à luz do enquadramento legal de 2007, que

21. Importa atender que os dados são referentes a stocks, permitindo a perceção da população estrangeira residente a 31 de dezembro de cada ano, por motivos que deram origem à concessão da autorização da residência pelo SEF.
22. É fundamental atender que a sobre representação da categoria outros reflete que ao fim de dois anos, a renovação dos títulos de residência "conduz" os registos para o regime geral (incluído em "outros motivos").

regula nomeadamente a permanência de estrangeiros no país, é possível identificar as razões que estão na origem da concessão das autorizações de residência pelo SEF. Tal como os dados relativos à emissão de vistos nos postos consulares já mostravam, nos últimos anos muito por força da realidade económica nacional, Portugal viu o perfil dos seus imigrantes mudar (vd. quadro 2.1.). Se em 2008 as autorizações de residência (AR) para o exercício de uma atividade profissional subordinada e de reagrupamento familiar representavam 5,5% (24.329 residentes) e 7,6% (33.596) do total de residentes estrangeiros, respetivamente, esse valor viria a decrescer ao longo dos anos, para representar 2% (8.493 residentes) e 1,8% (7.485) em 2012 (vd. quadro 2.1.). Entre 2008 e 2012 a concessão destas autorizações de residência teve quebras bastante mais acentuadas (-65,1% e -77,7%, respetivamente) que a quebra associada ao total de residentes (-5,3%). Em contraste, o número de residentes estrangeiros titulares de autorização de residência para estudantes do ensino superior aumentou entre 2008 e 2012 (+109,1%), de 4.913 para 10.275.

2.3. Saídas de estrangeiros

Os dados disponibilizados pelo SEF indicam uma redução ligeira dos estrangeiros titulares de residência em Portugal desde 2010, o que se deve tanto à diminuição das entradas em Portugal e à aquisição da nacionalidade portuguesa, como também ao regresso dos estrangeiros ao país de origem ou à sua saída para outros destinos migratórios. É difícil apurar o número de saídas ou regressos aos países de origem pelos estrangeiros residentes em Portugal uma vez que, na maioria dos casos, quando os cidadãos deixam Portugal não informam as autoridades competentes. Só quando os cidadãos não renovam os títulos no SEF é que desaparecem do apuramento geral dos residentes estrangeiros e/ou dando só nessa altura a perceção da diminuição do fenómeno.

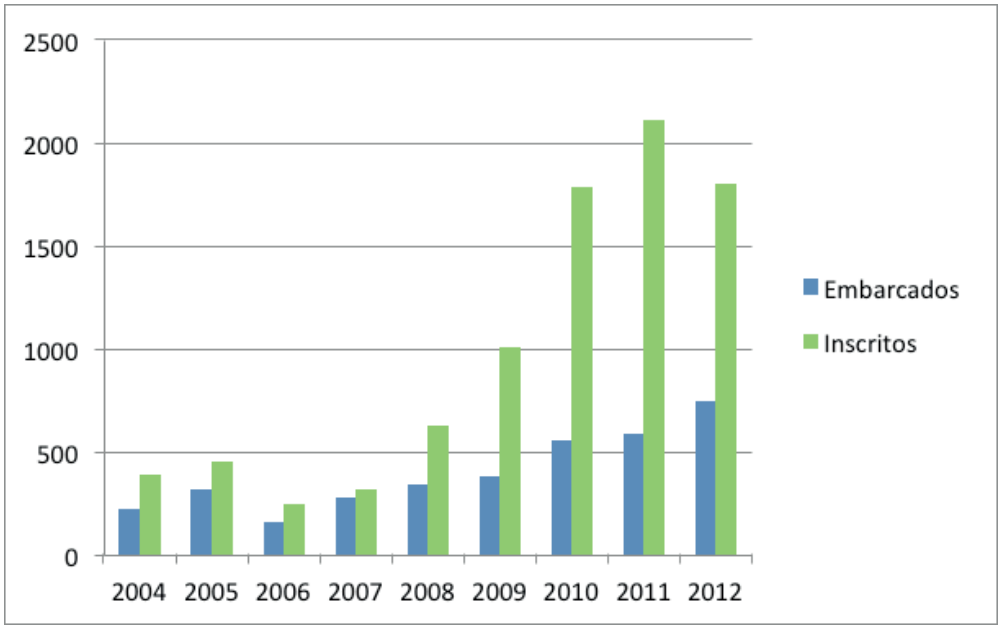
Assim, para ter uma perceção da tendência das saídas dos estrangeiros, recorre-se a alguns indicadores complementares. Os dados acerca dos beneficiários do *Programa de Apoio ao Retorno Voluntário e à Reintegração* dão alguma perceção do fenómeno, com as devidas ressalvas atendendo às particularidades dos requisitos associados ao programa para os seus beneficiários. O apoio ao regresso voluntário de cidadãos estrangeiros está protocolado entre a Organização Internacional das Migrações (OIM) e o governo português (através do SEF e o Ministério da Administração Interna) desde 1997, e está previsto no artigo 139º da Lei que aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional, no âmbito dos programas de cooperação estabelecidos com organizações internacionais, nomeadamente a OIM. Podem beneficiar deste programa todos os cidadãos nacionais de países terceiros à União Europeia que não possuam recursos próprios suficientes para cobrir os custos do retorno e sejam, cumulativamente, ou requerentes de asilo com decisão final recusada, ou refugiados ou beneficiários de proteção temporária que queiram voltar ao seu país de origem, ou estrangeiros em situação indocumentada em Portugal, ou outros estrangeiros residentes em Portugal nomeadamente em situação de vulnerabilidade económica. Os beneficiários do programa têm de renunciar expressamente à sua permanência em Portugal e não podem regressar a Portugal por um período de 3 anos após o abandono voluntário do país, a não ser que restituam os montantes recebidos acrescidos de juros à taxa legal. O programa fornece um bilhete aéreo, segundo a rota mais direta e económica para o retorno das pessoas ao seu país de origem ou a um terceiro país onde a sua admissão esteja garantida, estando previsto um subsídio para a reintegração dos cidadãos com vista a cobrir despesas de subsistência durante o período inicial após a saída de Portugal. A atribuição deste subsídio é feita caso a caso.

Esses dados, divulgados pela OIM e o SEF, dão conta do aumento do número de benificiários e/ou saídas de estrangeiros ao abrigo deste programa, bem como do número de requerentes (vd. gráfico 2.4.), evidenciando uma sobre representação dos brasileiros e/ou uma diminuição das demais nacionalidades, em especial a partir de 2007 (vd. gráfico 2.5.). Esta importância relativa dos

brasileiros nos beneficiários deste programa (86% em 2012), embora reflita que são a população estrangeira numericamente mais expressiva no país (com 105.622 cidadãos em 2012, traduzindo 25,3% do total de residentes contabilizados pelo SEF para esse ano), traduz também o efeito da situação económica do país e o aumento das saídas desta população nos últimos anos.[23]

Entre as características demográficas dos beneficiários do programa destaca-se o predomínio do sexo masculino, a concentração em idades ativas (sobretudo entre 26 e 50 anos) e cerca de dois terços dos beneficiários com educação básica ou secundária. Nota-se que recorrem ao programa os imigrantes que estão há menos tempo em Portugal: em 2010 cerca de 52% dos beneficiários tinham um tempo de permanência inferior a cinco anos, denotando-se que eram os brasileiros os que apresentam uma tendência mais rápida na decisão de regresso. Esta tendência viria contudo a mudar em 2012, com 61% dos candidatos a declarar residir em Portugal há mais de 5 anos e apenas 33% a associar-se a uma imigração mais recente. Segundo a OIM, reportando dados de 2010, entre as principais dificuldades destacadas na justificação para os candidatos procurarem o programa estão o desemprego (53,1% dos casos – mais 3% que em 2009), a regularização (14,6%) e dificuldades de integração ou discriminação (9,4%). Mantendo-se estas como as principais razões para os estrangeiros se candidatarem ao programa de retorno, os valores mudam ligeiramente em 2012: cerca de 46% deram como razão o desemprego, 17,9% a regularização e 9,4% dificuldades de integração ou discriminação.

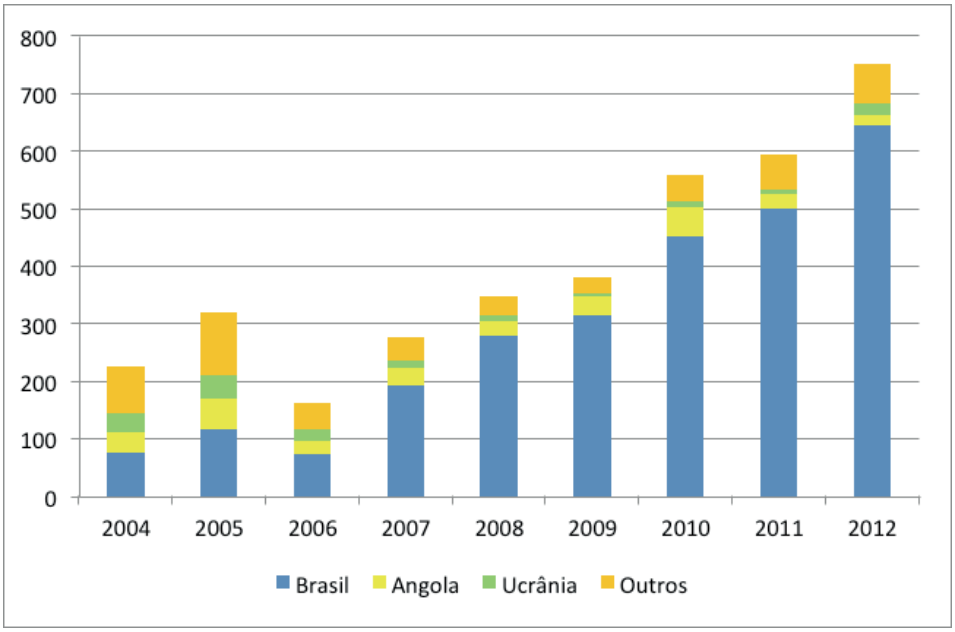
Gráfico 2.4. Requerentes e utentes do Programa de Apoio ao Retorno Voluntário e à Reintegração, entre 2004 e 2012



Fonte: Organização Internacional das Migrações (OIM)

23. Para mais detalhes consultar os relatórios anuais de execução e avaliação do programa de retorno voluntário produzidos pela OIM ao abrigo do financiamento do Fundo Europeu de Regresso e o cofinanciamento do SEF, e SEF (2009).

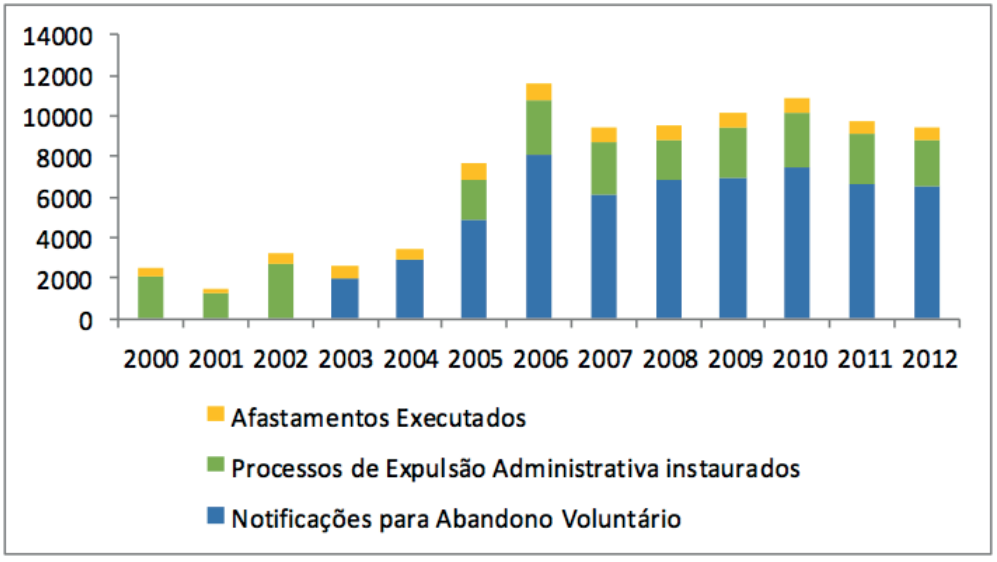
Gráfico 2.5. Beneficiários do Programa de Apoio ao Retorno Voluntário e à Reintegração, por nacionalidades mais representativas, entre 2004 e 2012



Fontes: Organização Internacional das Migrações e Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Os dados relativos às expulsões administrativas ou judiciais e às notificações de abandono voluntário permitem captar outra realidade do domínio do controlo de estrangeiros. Os dados do SEF mostram a evolução das notificações para abandono voluntário do país ou de processo de expulsão administrativa aplicadas a cidadãos estrangeiros que entraram ou permaneceram em território português de forma irregular (vd. gráfico 2.6).

Gráfico 2.6. Notificações para Abandono Voluntário, Processos de Expulsão Administrativa Instaurados e Afastamentos Executados, entre 2000 e 2012



Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

CAPÍTULO 3.
INDICADORES DEMOGRÁFICOS

Portugal está entre os países europeus que vivem uma crise demográfica associada ao envelhecimento da sua população, o que reflete o aumento da esperança de vida e fracos níveis de fecundidade. Segundo dados divulgados pelo Eurostat, Portugal é atualmente o sexto país da União Europeia com maior índice de envelhecimento. O Índice de Envelhecimento apurado para Portugal no ano de 2012 (129,4 idosos por cada 100 jovens) era apenas ultrapassado por cinco países: Alemanha (157,1), Itália (150,0), Bulgária (140,9), Grécia (135,8) e Letónia (129,9).

Num contexto demográfico desta natureza, o contributo dos imigrantes revela-se especialmente importante. Em 2011 o Índice de Envelhecimento[24] da população estrangeira residente em Portugal[25] era de 39,3 (ou seja, 39 pessoas com 65 anos ou mais anos por cada 100 pessoas com menos de 15 anos), valores apenas comparáveis com a realidade portuguesa de finais da década de 1970, quando o índice de envelhecimento da população se situava nos cerca de 40 idosos por cada 100 jovens. A partir dessa altura, segundo dados do INE, Portugal foi aumentando o resultado deste índice, passando a partir de 2000 a ter valores superiores a 100, ou seja, passa a ter mais idosos do que jovens.

Em 2004, um estudo do Observatório da Imigração, coordenado por Valente Rosa[26], demonstrou, a partir da análise dos resultados dos Censos de 2001, que os imigrantes têm contribuído positivamente para a demografia portuguesa. Os imigrantes não só atenuaram os níveis de envelhecimento da população portuguesa (contribuindo para o aumento de efetivos em idade ativa), como também se revelaram importantes para o reequilíbrio dos dois sexos em Portugal (atenuando o predomínio de mulheres). Por outro lado, com as suas últimas vagas, os imigrantes contribuíram para um povoamento mais equilibrado do território português. Num estudo mais recente, Abreu e Peixoto (2009) também corroboram estas conclusões analisando os efeitos de uma "imigração de substituição", com estrutura etária e níveis de atividade mais favoráveis, na mitigação das consequências do aumento da esperança média de vida dos portugueses e o declínio da fecundidade para valores abaixo do limiar da substituição de gerações.

O último Recenseamento da População realizado pelo Instituto Nacional de Estatística (Censos 2011) veio reafirmar o contributo positivo da população estrangeira na demografia portuguesa. Nos

24. Cálculos das autoras a partir dos dados dos Censos de 2011, considerando no numerador os estrangeiros (inclui estrangeiros de dupla nacionalidade estrangeira) com 65 ou mais anos de idade e no denominador os estrangeiros (inclui estrangeiros de dupla nacionalidade estrangeira) com menos de 15 anos.
25. Por população estrangeira residente, no âmbito dos Censos, entende-se o conjunto de pessoas de nacionalidade não portuguesa com residência habitual em Portugal por um período contínuo de pelo menos 12 meses anteriores ao momento da observação (mais detalhes em http://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0007459&lingua=PT).
26. Rosa *et. al* (2004), disponível em http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Estudos_OI/Estudos%20OI%204.pdf

últimos 10 anos a população cresceu 2% (206.061 indivíduos), sobretudo como consequência do saldo migratório (que explica 91% desse crescimento). Os estrangeiros têm sido responsáveis não apenas pelo aumento de efetivos em idade ativa, mas também pelo incremento dos nascimentos em Portugal. Segundo dados das Estatísticas Demográficas (INE), em 2012 as mulheres de nacionalidade estrangeira foram responsáveis por cerca de 10% do total dos nados-vivos de mães residentes em Portugal. Esta percentagem é particularmente elevada se atendermos a que a população estrangeira apenas representa 3,7% do total da população residente em Portugal à data dos Censos 2011. Este valor reforça a tendência, que se tem vindo a verificar nas últimas décadas, de uma maior fecundidade entre os estrangeiros que nos portugueses, contribuindo para o abrandamento do envelhecimento da população total em Portugal.

Tal como demonstrado por inúmeros investigadores nacionais (Rosa *et al.*, 2004; Abreu e Peixoto, 2009), sem a entrada de novos de imigrantes, e sem a manutenção de um saldo migratório positivo[27], as possibilidades de Portugal inverter a tendência de decréscimo de efetivos em idade ativa são diminutas, correndo-se o risco de se agravar cada vez mais o problema demográfico associado ao envelhecimento da população. Ora atendendo a que as estimativas mais recentes dão conta de Portugal ter regressado a saldos migratórios negativos desde 2011, é fundamental considerar-se os contornos do panorama demográfico português e o papel que a imigração pode ter.

Procurando detalhar os contributos dos estrangeiros para a demografia portuguesa na última década, analisam-se neste capítulo alguns indicadores demográficos que refletem dados dos nascimentos, óbitos e casamentos ocorridos em Portugal, entre 2001 e 2012.

3.1. Natalidade

Quadro 3.1. Nados-vivos segundo a nacionalidade dos pais, entre 2001 e 2012

	Total de nados-vivos (Nº)	Nacionalidade da Mãe (%)		Nacionalidade do pai (%)	
		Portuguesa	Estrangeira	Português	Estrangeiro
2001	112.774	94,8	5,2	91,2	5,7
2002	114.383	93,3	6,7	91,7	6,5
2003	112.515	92,9	7,1	91,4	6,7
2004	109.298	92,3	7,7	91,0	7,2
2005	109.399	91,7	8,3	90,5	7,8
2006	105.449	90,9	9,0	90,2	8,2
2007	102.492	90,4	9,6	89,8	8,6
2008	104.594	90,2	9,8	89,8	8,6
2009	99.491	89,6	10,4	89,5	8,9
2010	101.381	89,4	10,6	89,5	8,7
2011	96.856	89,7	10,3	89,8	8,5
2012	89.841	90,2	9,8	90,6	7,9

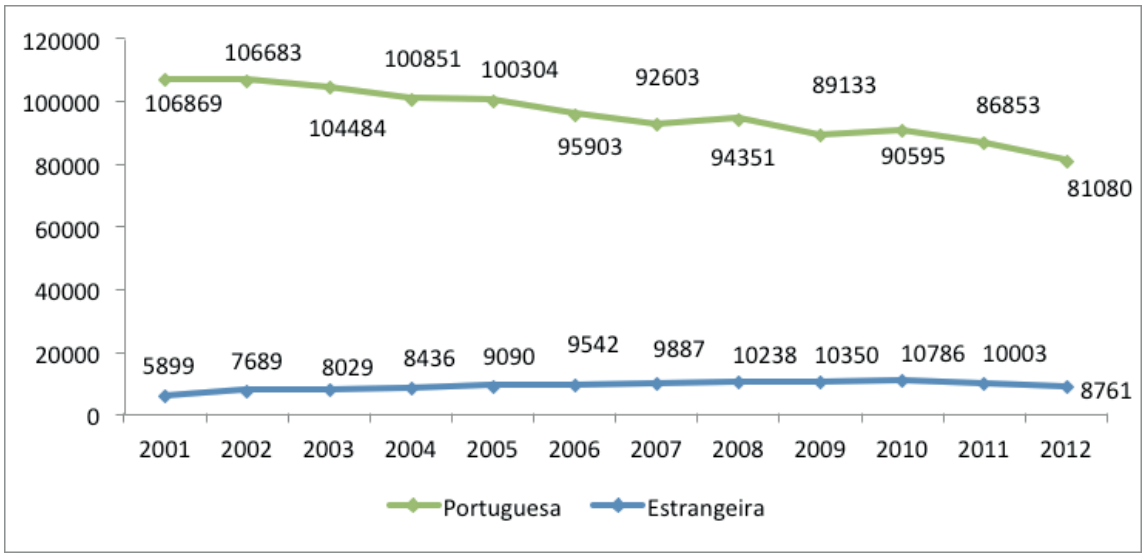
Fonte: INE – Estatísticas Demográficas.
Nota: Não se consideram os nascimentos em que os progenitores são apátridas ou têm nacionalidade ignorada.

27. Entrada de imigrantes superior à saída de emigrantes.

Nos últimos anos, Portugal tem registado uma quebra no número de nados-vivos, verificando-se em 2012, segundo dados das Estatísticas Demográficas do INE, menos 22.933 nascimentos que no ano 2001. Em contraste, no mesmo período temporal, a percentagem de nascimentos cujos progenitores têm nacionalidade estrangeira aumentou consideravelmente. Em 2012, do total de nascimentos ocorridos em Portugal (89.841), aproximadamente 10% são filhos de mãe estrangeira (8.761) e cerca de 8% são filhos de pai estrangeiro (7.094). Há uma década atrás, no ano 2001, essas percentagens ficam aquém dos 6% (quadro 3.1.).

Uma análise evolutiva (gráfico 3.1.) permite ainda evidenciar que desde 2001 o número de nascimentos tem vindo a diminuir entre as mulheres de nacionalidade portuguesa, enquanto as mulheres de nacionalidade estrangeira registam uma tendência inversa. Verifica-se a partir de 2012 uma quebra ligeira nesta evolução, a que não é alheio o decréscimo da população estrangeira em Portugal, conforme reportado pelos dados anuais do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e analisados no capítulo anterior.

Gráfico 3.1. Evolução dos nados-vivos segundo a nacionalidade da mãe, entre 2001 e 2012 (números absolutos)



Fonte: INE – Estatísticas Demográficas

Nota: Não se consideram os nascimentos em que as progenitoras são apátridas ou têm nacionalidade ignorada.

Também no que diz respeito às taxas de natalidade mantêm-se as mesmas tendências. Ou seja, quando se compara as taxas de natalidade feminina e masculina das populações de nacionalidade portuguesa e estrangeira, chega-se à conclusão que estas são bastante mais elevadas no caso da população estrangeira (quadro 3.2.). Em parte, a explicação para essa superioridade está relacionada com o facto da população estrangeira apresentar uma estrutura etária muito mais favorável à ocorrência de nascimentos - isto é, têm uma concentração maior de efetivos em idade fértil (15-49 anos). Por cada 1000 mulheres verifica-se o dobro da prevalência de nascimentos na população estrangeira (55,6 em 2001 e 48,5 em 2011), por comparação ao verificado na população portuguesa (20,4 em 2001 e 16,4 em 2011).

O quadro 3.2. permite ainda concluir que em 2011 as taxas de natalidade, de portugueses e estrangeiros, sofreram uma queda por comparação a 2001. Nota-se, porém, que enquanto nos portugueses se verifica um decréscimo efetivo no número de nados-vivos (-15,4% e -18,7%), no caso dos estrangeiros o que podemos constatar é que há uma diluição do aumento dos nados-vivos no total

da estrutura populacional, uma vez que na realidade estes continuam a aumentar (+28,0 e +69,6), atendendo ao reforço de outros grupos etários entre a população estrangeira na última década, nomeadamente o crescimento de uma população idosa[28] (vd. quadro 3.3.).

Quadro 3.2. Taxas de natalidade e de fecundidade das populações de nacionalidade portuguesa e estrangeira, em 2001 e 2011 (em permilagem)

	2001		2011	
	Portuguesa	Estrangeira	Portuguesa	Estrangeira
Taxa Bruta de Natalidade Masculina ‰*	21,1	51,1	17,9	43,6
Taxa Bruta de Natalidade Feminina ‰**	20,4	55,6	16,4	48,5
Taxa de Fecundidade Geral Feminina ‰***	41,8	80,0	36,7	68,3

Fonte: INE – Estatísticas Demográficas e Censos (cálculos das autoras)
Nota: Não se consideram os nados-vivos cujos progenitores são apátridas ou têm nacionalidade ignorada.
*Número de nados vivos por cada 1000 homens residentes no ano de referência.
**Número de nados vivos por cada 1000 mulheres residentes no ano de referência.
***Número de nados vivos por cada 1000 mulheres residentes com 15-49 anos no ano de referência.

Quadro 3.3. Nados-vivos segundo a nacionalidade (portuguesa e estrangeira) dos pais residentes em Portugal, em 2001 e 2011

	2001		2011		Variação 2001-2011 (%)	
	Portuguesa	Estrangeira	Portuguesa	Estrangeira	Portuguesa	Estrangeira
Pai	102.896	6.415	87.016	8.208	-15,4	+28,0
Mãe	106.869	5.899	86.853	10.003	-18,7	+69,6

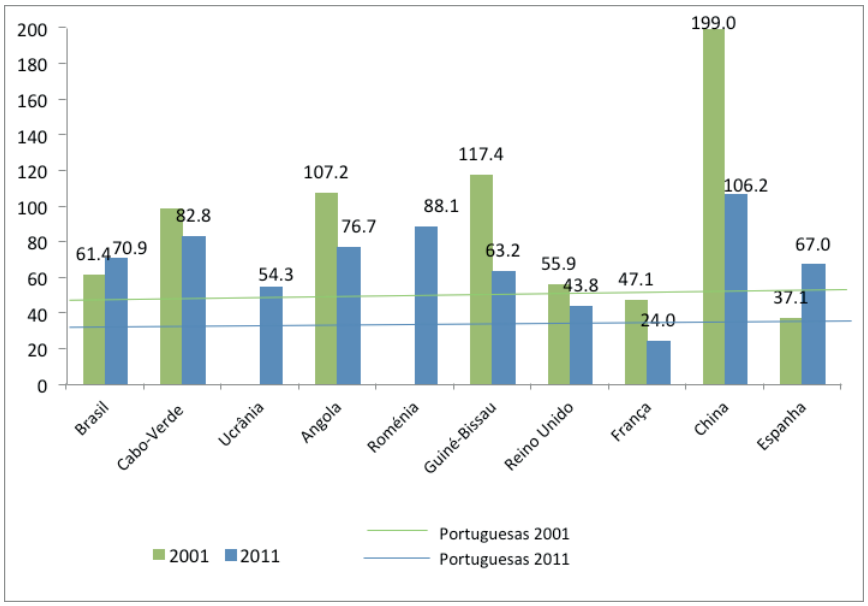
Fonte: INE – Estatísticas Demográficas (cálculos das autoras).
Nota: Não se consideram os nados-vivos cujos progenitores são apátridas ou têm nacionalidade ignorada.

Complementar ao efeito da estrutura etária da população estrangeira (mais jovem e em idade fértil), deve atender-se ainda à efetiva maior propensão para a ocorrência de nascimentos nesta população. Conforme se torna evidente a partir da análise da taxa geral de fecundidade feminina (apresentada no quadro 3.2.) as mulheres de nacionalidade estrangeira com idades entre os 15 e os 49 anos têm quase o dobro da taxa obtida junto das mulheres portuguesas.

Esta taxa permite-nos relacionar os nados-vivos com o total de mulheres em idade fértil, anulando assim alguns dos efeitos provocados pela estrutura etária das populações de nacionalidade estrangeira. Entre as nacionalidades estudadas, as mulheres asiáticas e africanas (chinesas, guineenses, angolanas, cabo-verdianas) revelam níveis de fecundidade superiores aos apresentados pelas mulheres portuguesas e europeias. Destaque também para as mulheres romenas, que revelam em 2011 valores acima da média (gráfico 3.2).

28. Conforme analisado detalhadamente no estudo 39 do Observatório da Imigração (Machado e Roldão, 2010).

Gráfico 3.2. Taxa de fecundidade geral[29]das mulheres estrangeiras residentes em Portugal, por principais países de nacionalidade, em 2001 e 2011 (em permilagem)



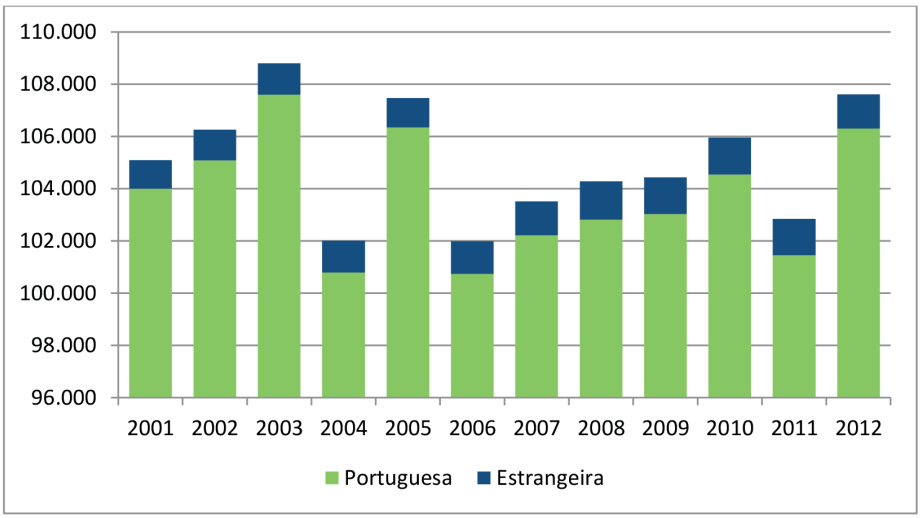
Fonte: INE - Censos/Estatísticas Demográficas (cálculos das autoras)

Nota: Para o cálculo das taxas de fecundidade não foram considerados os indivíduos com dupla nacionalidade.

3.2. Mortalidade

Entre 2001 e 2012 a quase totalidade dos óbitos (cerca de 99%) de residentes em Portugal são de indivíduos de nacionalidade portuguesa (gráfico 3.3.), verificando-se um maior número absoluto de óbitos que nascimentos a partir de 2007 (morreram mais 1020 pessoas do que aquelas que nasceram). O saldo natural em Portugal tornou-se ainda mais negativo nos últimos anos, agravando-se particularmente em 2012 (-17.757pessoas).

Gráfico 3.3. Óbitos de residentes em Portugal, segundo a nacionalidade, entre 2001 e 2012



Fonte: INE – Estatísticas Demográficas[30]

29. Número de nados-vivos por cada 1000 mulheres residentes com 15-49 anos no ano de referência.
30. Dados disponibilizados em Outubro de 2014.

A evolução dos óbitos nos últimos 10 anos revela padrões semelhantes para a população de nacionalidade portuguesa e nacionalidade estrangeira. Em 2012 verificam-se mais 2,2% de óbitos face a 2001 na população portuguesa. Regista-se a mesma tendência para os indivíduos de nacionalidade estrangeira – em 2012 o número total de óbitos representou mais 2,4% que o observado em 2001 (quadro 3.4.).

Quadro 3.4. Óbitos de residentes em Portugal, segundo a nacionalidade, entre 2001 e 2012

	Total	Portugueses	Estrangeiros		União Europeia (27)*		PALP	
			N	%	N	% estrangeiros	N	% estrangeiros
2001	105.092	103.996	1.096	1,0	323	29,5	493	45,0
2002	106.258	105.084	1.174	1,1	335	28,5	491	41,8
2003	108.795	107.600	1.195	1,1	366	30,6	512	42,8
2004	102.012	100.792	1.220	1,2	370	30,3	416	34,1
2005	107.464	106.339	1.125	1,0	327	29,1	471	41,9
2006	101.990	100.737	1.253	1,2	357	28,5	472	37,7
2007	103.512	102.215	1.297	1,3	402	31,0	492	37,9
2008	104.280	102.806	1.474	1,4	502	34,1	578	39,2
2009	104.434	103.022	1.412	1,4	485	34,3	527	37,3
2010	105.954	104.541	1.413	1,3	516	36,5	508	36,0
2011	102.848	101.447	1.401	1,4	519	37,0	458	32,7
2012	107.612	106.304	1.308	1,2	533	40,7	423	32,3
Variação (%) 2012/2001	+2,4	+2,2	+19,3		+65,0	-	-14,2	-

Fonte: INE – Estatísticas Demográficas[31] (cálculos das autoras).

Notas: * Para efeitos de comparabilidade ao longo do período temporal analisado (2001-2012), consideraram-se os 27 países que compunham a União Europeia no último ano estudado.

Os cidadãos oriundos de países da União Europeia e dos PALP são aqueles que mais contribuem para o total de óbitos entre a população estrangeira no período considerado, tendo mesmo no caso dos cidadãos da União Europeia se verificado um aumento da sua importância na última década. Em 2012 os cidadãos da União Europeia representaram 40,7% dos óbitos de estrangeiros ocorridos (mais 10 pontos percentuais do que em 2001, e uma taxa de variação de +65,0%) e os nacionais dos PALP perto de 32%. Estes resultados não são surpreendentes se tivermos em conta que estes grupos de países estão entre as nacionalidades estrangeiras mais representadas na população residente em Portugal, correspondendo também às nacionalidades que apresentam uma estrutura etária mais completa – ou seja, uma estrutura etária composta por várias gerações de imigrantes (não apenas jovens) e maior expressão de indivíduos com mais de 65 anos (conforme mostrado por Machado e Roldão, 2010).

A taxa bruta de mortalidade[32] da população de nacionalidade estrangeira é bastante inferior (3,6‰) à da população de nacionalidade portuguesa (10,0‰), aumentando a distância entre as duas populações em 2011 (quadro 3.5.). No entanto, o recurso à taxa bruta de mortalidade para comparar portugueses e estrangeiros residentes em Portugal deve ser feito com alguma cautela. Aparentemente o que este dado nos transmite é que, em Portugal, a população estrangeira apresenta uma mortalidade menor que a população de nacionalidade portuguesa. Ora, tal como a taxa de natali-

31. Dados disponibilizados em Outubro de 2014.
32. Número de óbitos por cada 1000 habitantes na população residente.

dade, também a taxa de mortalidade é influenciada pela estrutura etária de uma dada população. Ou seja, se uma população apresenta uma elevada proporção de pessoas idosas na sua população total, é previsível que tenha taxas de mortalidade mais elevadas. E se, em Portugal, a população de nacionalidade portuguesa é mais envelhecida que a população de nacionalidade estrangeira, também se espera que apresente taxas de mortalidade superiores.

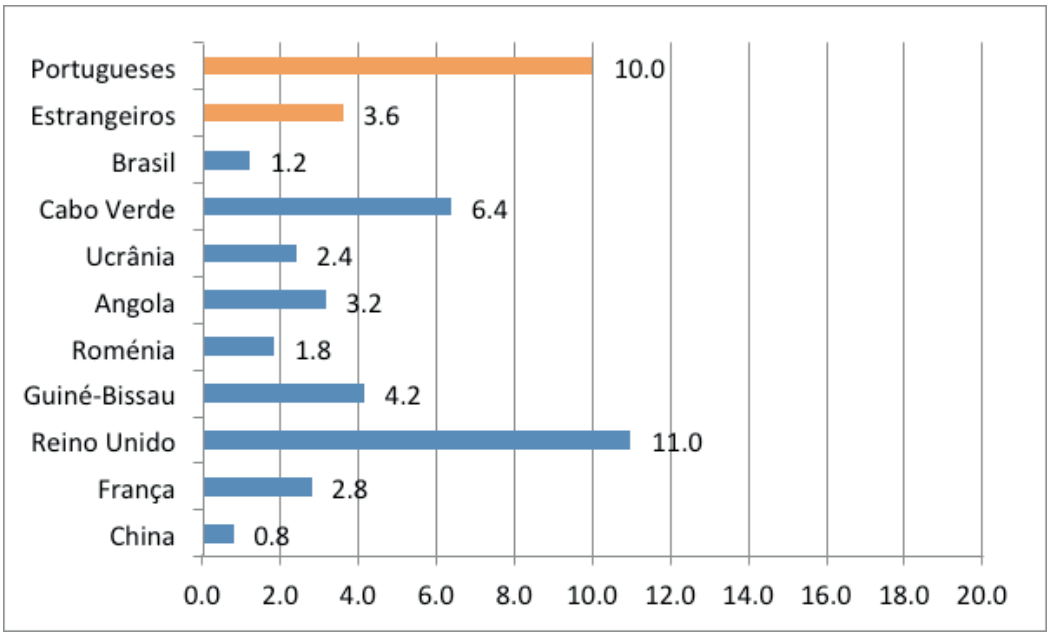
Quadro 3.5. Taxas brutas de mortalidade das populações de nacionalidade portuguesa e estrangeira, em 2001 e 2011 (em permilagem)

	2001		2011	
	Portuguesa	Estrangeira	Portuguesa	Estrangeira
Taxa Bruta de Mortalidade ‰*	10,3	4,7	10,0	3,6

Fonte: INE – Estatísticas Demográficas e Censos (cálculos das autoras)
Nota: *Número de óbitos por cada 1000 residentes no ano de referência.

As nacionalidades estrangeiras que registam taxas de mortalidade mais elevadas têm origem no Reino Unido, Espanha e Cabo Verde, refletindo, tal como referido antes, uma estrutura etária composta por vários grupos de idades, onde o peso da população idosa é superior àquele que se verifica para outras nacionalidades estrangeiras (gráfico 3.4.).

Gráfico 3.4. Taxa Bruta de Mortalidade segundo as principais nacionalidades, da população estrangeira residente em Portugal, em 2011 (em permilagem)



Fonte: INE – Estatísticas Demográficas e Censos (cálculos das autoras)

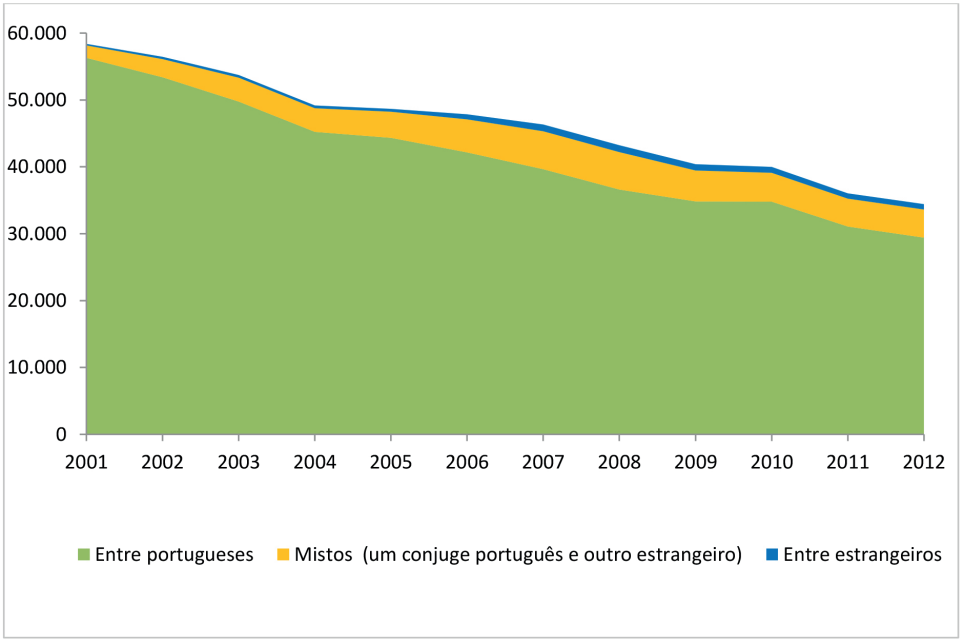
Como mostraram Machado e Roldão (2010) verifica-se, porém, que esses grupos de nacionalidades têm diferentes perfis de população idosa: enquanto a maioria dos imigrantes idosos dos PALP já envelheceu em Portugal, tendo chegado ao país nas décadas de 1960 e 1970 e acumulado esse tempo de residência; os nacionais de países da União Europeia, refletem um fluxo de imigrantes que chegou a Portugal nos últimos anos (bem como a outros países da Europa do Sul) já em idade de reforma em busca de melhores condições climatéricas.

3.3. Nupcialidade e Núcleos Familiares

Na última década, registou-se uma diminuição no número de casamentos celebrados em Portugal. Em 2012 realizaram-se menos 23.967 casamentos que em 2001, o que corresponde a uma quebra de -69,6% (conforme gráfico 3.5.).

No entanto, é necessário ter em consideração que esta diminuição do número de casamentos encontra-se sobretudo relacionada com os casamentos entre cidadãos portugueses. Os casamentos entre portugueses diminuíram substancialmente na última década, tendo em 2012 se realizado menos 26.887 casamentos que em 2001, refletindo uma taxa de variação de -91,4%. Em contraste, os casamentos em que pelo menos um dos cônjuges é estrangeiro aumentaram na última década (+55,7%). Os casamentos entre estrangeiros apresentam uma tendência de aumento semelhante (+71,9%).

Gráfico 3.5. Casamentos celebrados em Portugal, entre cidadãos portugueses, entre cidadãos estrangeiros e casamentos mistos, entre 2001 e 2012



Fonte: INE – Estatísticas Demográficas

Deve atender-se, porém, a que o aumento destes casamentos resulta, em parte, do crescimento global da população estrangeira residente em Portugal. Recorde-se que a população estrangeira residente cresceu cerca de 70% entre os Censos de 2001 e de 2011. Por outro lado, estes valores refletem também, à semelhança do verificado para os nascimentos e óbitos, a estrutura etária da população de nacionalidade estrangeira - que apresenta uma maior concentração de efetivos nas idades "matrimoniais".

A influência destes fatores pode ser atenuada com o cálculo da taxa de nupcialidade, que relaciona o número de casamentos celebrados com a população residente com idades entre os 15 e os 49 anos (quadro 3.6.).

Quadro 3.6. Taxa de nupcialidade geral[33] das populações de nacionalidade portuguesa e estrangeira, em 2001 e 2011 (em permilagem)

	Homens		Mulheres	
	2001	**2011**	**2001**	**2011**
Portuguesa	23,1	15,0	22,7	14,0
Estrangeira	12,1	15,5	16,5	24,0

Fonte: INE – Censos e Estatísticas Demográficas (cálculos das autoras)

Nota: Os indivíduos de dupla nacionalidade (portuguesa e outra) não foram considerados para efeito de cálculo.

Em 2001 os níveis de nupcialidade dos estrangeiros (quer dos homens, quer das mulheres) mostram-se inferiores aos níveis de nupcialidade dos portugueses. Segundo Rosa *et al.* (2004: 94) em 2001 (tal como em 1991) verificava-se que inúmeros estrangeiros não casavam em Portugal, optando por "fazê-lo, muito provavelmente, nos seus próprios países de nacionalidade". Esta realidade é bem ilustrada no caso dos chineses.

Em 2011 a realidade inverte-se: as taxas de nupcialidade masculinas e femininas da população estrangeira passam a ser superiores às verificadas entre os portugueses.

Quadro 3.7. Casamentos celebrados em Portugal: total, entre portugueses, entre estrangeiros e mistos, entre 2001 e 2012

	Total		Entre portugueses		Mistos (um cônjuge português e outro estrangeiro)		Entre estrangeiros	
Ano	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
2001	58.390	100,0	56.297	96,4	1.869	3,2	224	0,4
2002	56.457	100,0	53.394	94,6	2.721	4,8	342	0,6
2003	53.735	100,0	49.758	92,6	3.582	6,7	395	0,7
2004	49.178	100,0	45.234	92,0	3.537	7,2	407	0,8
2005	48.671	100,0	44.339	91,1	3.909	8,0	423	0,9
2006	47.857	100,0	42.161	88,1	4.943	10,3	753	1,6
2007	46.329	100,0	39.648	85,6	5.678	12,3	1.003	2,2
2008	43.228	100,0	36.605	84,7	5.603	13,0	1.020	2,4
2009	40.391	100,0	34.827	86,2	4.634	11,5	930	2,3
2010	39.993	100,0	34.796	87,0	4.321	10,8	876	2,2
2011	36.035	100,0	31.073	86,2	4.175	11,6	787	2,2
2012	34.423	100,0	29.410	85,4	4.216	12,2	797	2,3
Variação (%) 2001/2012	**-69,6**		**-91,4**		**+55,7**		**+71,9**	

Fonte: INE – Estatísticas Demográficas (cálculos das autoras)

Em relação aos casamentos dos indivíduos de nacionalidade estrangeira, importa ainda salientar outros aspetos relevantes. Conforme se observa no quadro 3.7., tem vindo a aumentar o número de casamentos mistos, ou seja, em que um dos cônjuges tem nacionalidade portuguesa e outro tem nacionalidade estrangeira. Em 2012, 12,2% do total de casamentos realizados em Portugal

33. Por Taxa de Nupcialidade Geral entende-se o número de casamentos por cada 1000 residentes com idades compreendidas entre os 15 e 49 anos (conforme Rosa *et al.* 2004: 94).

foram casamentos mistos, descendo esta percentagem para 2,3% quando ambos os cônjuges são estrangeiros.

Em 2011, as nacionalidades estrangeiras com maior percentagem de casamentos mistos registados (do total dos casamentos registados para cada nacionalidade) são as europeias (francesa e espanhola) e as nacionalidades dos países africanos de expressão portuguesa (angolana, cabo-verdiana e guineense). Quando os casamentos mistos ocorrem entre mulher estrangeira e homem português, também a nacionalidade brasileira apresenta percentagens elevadas (quadros 3.8 e 3.9).

Quadro 3.8. Casamentos celebrados em Portugal, por país de nacionalidade[34] do cônjuge masculino, em 2001 e 2011 (percentagem em linha)

Nacionalidade do Cônjuge Masculino	Nacionalidade do Cônjuge Feminino							
	Portuguesa		Mesma Nacionalidade		Outra Nacionalidade		Total (val. absolutos)	
	2001	**2011**	**2001**	**2011**	**2001**	**2011**	**2001**	**2011**
Brasil	73,7%	51,5%	24,7%	44,8%	1,5%	3,7%	194	712
Cabo-Verde	64,2%	82,6%	31,7%	15,2%	4,2%	2,2%	120	276
Ucrânia	-	24,1%	-	56,3%	-	19,5%	22	87
Angola	77,9%	83,8%	16,2%	10,3%	5,9%	5,9%	68	68
Roménia	-	-	-	-	-	-	13	14
Guiné--Bissau	45,7%	74,2%	37,1%	17,5%	17,1%	8,2%	35	97
Reino Unido	82,8%	41,1%	14,1%	45,2%	3,1%	13,7%	64	146
França	82,1%	90,0%	7,1%	0,0%	10,7%	10,0%	56	40
China	-	-	-	-	-	-	1	2
Espanha	100,0%	87,3%	0,0%	3,6%	0,0%	9,1%	48	55

Fonte: INE – Estatísticas Demográficas (cálculos das autoras)

Quadro 3.9. Casamentos celebrados em Portugal, por país de nacionalidade do cônjuge feminino, em 2001 e 2011 (percentagem em linha)

Nacionalidade do Cônjuge Feminino	Nacionalidade do Cônjuge Masculino							
	Portuguesa		Mesma Nacionalidade		Outra Nacionalidade		Total (val. absolutos)	
	2001	**2011**	**2001**	**2011**	**2001**	**2011**	**2001**	**2011**
Brasil	85,4%	82,3%	12,3%	15,7%	2,3%	1,9%	390	2027
Cabo-Verde	57,7%	73,6%	39,2%	24,1%	3,1%	2,3%	97	174
Ucrânia	72,7%	56,7%	21,2%	32,7%	6,1%	10,7%	33	150
Angola	76,7%	89,2%	12,8%	7,5%	10,5%	3,2%	86	93
Roménia	-	85,4%	-	2,4%	-	12,2%	13	41
Guiné-Bissau	51,7%	83,2%	44,8%	13,6%	3,4%	3,2%	29	125
Reino Unido	71,1%	33,6%	20,0%	56,9%	8,9%	9,5%	45	116
França	85,1%	89,5%	8,5%	0,0%	6,4%	10,5%	47	38
China	-	-	-	-	-	-	5	12
Espanha	100,0%	89,1%	0,0%	3,6%	0,0%	7,3%	30	55

Fonte: INE – Estatísticas Demográficas (cálculos das autoras)

34. As nacionalidades analisadas nos Quadros 3.8. e 3.9. são as 10 nacionalidades estrangeiras mais representadas na população residente em Portugal nos Censos de 2011 (por ordem decrescente de importância).

Não deixa de ser interessante verificar que em 2001 a importância relativa dos casamentos mistos era menos expressiva em algumas nacionalidades africanas, nomeadamente a cabo-verdiana e guineense (Guiné-Bissau). Os casamentos mistos que envolvem a nacionalidade portuguesa, em 2001, nos Quadros 3.8 e 3.9, apresentam para estas duas nacionalidades valores que rondam os 50% no caso da nacionalidade guineense (Guiné Bissau), e os 60% no caso da cabo-verdiana, tanto para homens como para mulheres. Em 2011 estas percentagens registam uma subida significativa, atingindo valores acima dos 70% em ambos os sexos destas duas nacionalidades.

Em suma, conclui-se a partir de uma comparação genérica dos dados de 2001 com os dados de 2011 que se verificou uma subida da importância relativa dos casamentos mistos (entre estrangeiros e portugueses). No entanto, esta importância relativa deve ter uma leitura cautelosa. Tal como referido por Rosa *et al.* (2004), a maioria dos estrangeiros chega já casada ao país, assumindo-se que os casamentos registados em Portugal são dominados por relações definidas no país de acolhimento. Por outro lado, importa atender que os casamentos mistos podem esconder, na realidade, algumas situações de casamentos entre naturais do estrangeiro, ou seja, entre indivíduos estrangeiros e "novos" cidadãos portugueses (estrangeiros que adquiriram entretanto a nacionalidade portuguesa). Como referem Rosa *et al.* (2004: 91) "muito embora os dados disponíveis (oficiais) não permitam confirmá-lo, também não são de excluir as hipóteses de o casamento, por exemplo, de africanos dar-se com nacionais portugueses de ancestralidade africana, e o casamento com europeus dar-se entre portugueses e 'estrangeiros' descendentes de emigrantes portugueses, entretanto chegados a Portugal".

Ainda assim, a análise da evolução dos casamentos mistos pode revelar-se um indicador interessante da integração de estrangeiros na sociedade portuguesa.

Os dados disponibilizados pelos Censos 2011 acerca dos núcleos familiares mistos – em que um dos cônjuges (ou parceiro) é estrangeiro e o outro português – assumem particular importância na análise desta matéria.

Considerando as dez nacionalidades estrangeiras mais representadas na população residente em Portugal, segundo os Censos 2011, conclui-se que as nacionalidades estrangeiras que mais frequentemente residem em núcleos familiares mistos são, por ordem de importância, a brasileira (32,1%)[35], a francesa (9,1%), a angolana (8,4%), a cabo-verdiana (6,9%) e a espanhola (5,7%).

Importa aferir, contudo, qual o peso relativo efetivo desses núcleos familiares mistos no cômputo geral da população estrangeira residente segundo a nacionalidade, uma vez que apresentado desta forma essa importância pode refletir tão-somente a expressão numérica dessa população estrangeira no país. Se considerarmos o número de núcleos familiares mistos para cada 1000 residentes estrangeiros de cada uma dessas nacionalidades identifica-se que a ordenação muda: em cada 1000 venezuelanos verificam-se cerca de 565 núcleos familiares que envolvem cidadãos portugueses, seguido dos franceses com 561 núcleos familiares mistos por cada 1000 residentes dessa nacionalidade (vd. quadro 3.10). Deve atender-se também que esses números podem retratar casamentos resultantes dos fluxos emigratórios dos portugueses, podendo incluir casamentos dos emigrantes portugueses com cidadãos das sociedades de acolhimento e/ou casamentos de portugueses com descendentes de emigrantes portugueses, já com nacionalidade estrangeira.

35. Tendo em conta que a comunidade brasileira é hoje a maior comunidade imigrante a residir em Portugal, era expectável que o maior número de casamentos mistos se verificasse entre portugueses e brasileiros. Os casamentos entre cidadãos brasileiros e portugueses são analisados em detalhe no estudo nº 38 do Observatório da Imigração (Raposo e Togni, 2009).

Quadro 3.10. Principais núcleos familiares em que um dos cônjuges/parceiros é estrangeiro e outro português, por país de nacionalidade do cônjuge/parceiro estrangeiro em 2011

Nacionalidade do cônjuge/ parceiro estrangeiro	% do total de núcleos familiares mistos	Núcleos familiares mistos por cada 1000 estrangeiros residentes da respetiva nacionalidade (20 ou + anos)
Brasil	32,1	261,7
França	9,1	**560,9**
Angola	8,4	269,7
Cabo Verde	6,9	162,1
Espanha	5,7	**468,1**
Alemanha	3,3	**308,8**
Ucrânia	2,9	75,1
Reino Unido	2,8	147,7
Guiné-Bissau	2,5	139,7
Venezuela	2,2	**564,6**
Total estrangeiros	100,0	**224,8**

Fonte: INE – Censos 2011 (cálculos das autoras).

Desta forma, e a partir dos dados dos Censos 2011, conclui-se que apesar da nacionalidade brasileira representar 32% do total dos núcleos familiares mistos em que um dos cônjuges ou parceiros era português, na realidade esse número mostra meramente a importância relativa dessa população no total de estrangeiros residentes (representam 28% do total de estrangeiros residentes e 28% dos estrangeiros com 20 ou mais anos de idade), dado que por cada 1000 pessoas de nacionalidade brasileira existiam apenas 262 núcleos familiares com cidadãos portugueses. Ainda que este valor seja ligeiramente mais alto do que o verificado para o total de estrangeiros (225 núcleos familiares mistos por cada 1000 estrangeiros), é muito inferior aos valores dos núcleos com nacionais da Venezuela, França, Espanha e Alemanha.

CAPÍTULO 4. TRABALHO

Sendo Portugal um país relativamente recente de imigração, a sua experiência imigratória ao longo das últimas décadas foi muito marcada por motivações económicas e/ou laborais, o que justifica a elevada taxa de atividade e incorporação dos imigrantes no mercado de trabalho português. A população estrangeira nas últimas décadas apresentou sempre taxas de atividade superiores aos nacionais. Segundo dados dos Censos de 2011, a taxa de atividade dos portugueses era de 47% enquanto a taxa de atividade dos estrangeiros era de 61%, representando uma descida em ambas as populações face aos dados dos Censos de 2001 quando representavam 48% e 89%, respetivamente. Esta situação contrasta com os restantes países da União Europeia (OCDE, 2008: 290).

A adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE), em 1986, desencadeou a entrada de inúmeros fundos estruturais para promover o desenvolvimento de infraestruturas no país, o que dinamizou profundamente o sector da construção civil. Desde essa altura foram construídas em Portugal vias de comunicação rodoviárias e ferroviárias, barragens, pontes, metropolitanos e outras obras de grandes dimensões. Respondendo às necessidades de mão-de-obra do mercado de trabalho português, a partir da década de 1980 os movimentos imigratórios para Portugal tornaram-se numericamente mais expressivos, alguns desses fluxos dando continuidade aos fluxos de entrada de imigrantes dos PALP iniciados na década de 1970 (ou mesmo na década de 1960 no caso dos cabo-verdianos). A imigração (em especial de origem dos PALP) respondia assim à procura crescente de trabalhadores em setores intensivos em mão-de-obra, com baixos salários e de maior exposição a riscos laborais (Oliveira e Pires, 2010).

A abertura das fronteiras internas entre Estados-membros da União Europeia, e a respetiva assinatura do Acordo Schengen por Portugal em 1992, estimulou também a circulação de novos fluxos migratórios para o país, motivados pela evolução económica e oportunidades de trabalho. Em consequência, durante a década de 1990 Portugal realizava dois processos de regularização extraordinária de imigrantes que se encontravam em situação irregular no país (em 1992 e 1996) mas, respondendo às necessidades do mercado de trabalho português, encontravam-se a trabalhar.

Em finais da década de 1990 assiste-se a uma alteração do perfil dos fluxos imigratórios para Portugal: aumenta a variedade de nacionalidades dos imigrantes (e.g. surgem os nacionais de países do leste europeu e reforça-se a imigração de países asiáticos); diversificam-se as qualificações das populações imigrantes; aumenta a dispersão dos imigrantes no país, respondendo a necessidades de população de outras regiões; os imigrantes começam a incorporar também outros setores e a desenvolver outras atividades, observando-se ainda o aumento do empreendedorismo imigrante.

Em suma, ao longo das últimas décadas os fluxos de imigração para Portugal vieram responder também às necessidades do mercado de trabalho nacional, sobretudo nos setores da construção

civil, hotelaria e restauração e serviço doméstico, onde havia procura de trabalhadores manuais e menos qualificados (Peixoto, 2008: 20). No entanto, ainda que nas últimas décadas a *imigração laboral* represente uma parte substantiva dos fluxos imigratórios em Portugal, deve reconhecer-se que os imigrantes ativos têm também outras formas de incorporação no mercado de trabalho, verificando-se igualmente a existência de uma *imigração profissional e uma imigração empresarial* no país (Oliveira, 2004: 35).

Nota-se também que a estrutura ocupacional estrangeira em Portugal tem vindo a diferir da da população ativa portuguesa para o topo, se considerarmos (por exemplo) a performance económica dos nacionais de países da União Europeia e do Norte da América, e para a base quando comparada (por exemplo) com os nacionais de países africanos e do leste europeu. Esta diferenciação da situação das diversas nacionalidades de imigrantes no mercado de trabalho português observa-se a vários níveis: nas atividades e sectores económicos em que se tendem a inserir, na sua situação na profissão, na sinistralidade laboral de que são vítimas, nos rendimentos que recebem, ou na vulnerabilidade que têm ao desemprego. Este capítulo procura abordar todas estas dimensões da relação dos imigrantes com o trabalho em Portugal.

4.1. Setores de atividade e grupos profissionais

Ao longo das últimas décadas a proporção de estrangeiros a trabalhar em atividades manuais de baixa qualificação correspondeu sempre à maioria da sua população empregada. Ainda que a tendência de sobre concentração da população estrangeira empregada na base dos grupos profissionais (grupos 7/8/9) se tenha atenuado nos últimos anos (Oliveira e Pires, 2010: 18), os dados dos Censos de 2011 continuam a confirmar essa tendência (vd. quadro 4.1). Em 2011, cerca de 49% da população empregada estrangeira estava na construção, industria e transportes (grupos profissionais 7, 8 e 9), enquanto apenas 34% da população empregada portuguesa se enquadrava nesses mesmos grupos profissionais – os estrangeiros com +15 pontos percentuais que os portugueses. Em contrapartida, verifica-se a partir dos Censos de 2011 que os portugueses têm mais população empregada (23%) nos grupos profissionais de topo (grupos 1 e 2) do que os estrangeiros (apenas 13%), ou seja, os estrangeiros com -10 pontos percentuais que os portugueses.

Deve referir-se, ainda assim, a ligeira diluição desta concentração da população estrangeira na base dos grupos profissionais ao longo da última década, uma vez que nos dados dos Censos de 2001 a população empregada estrangeira nos grupos profissionais 7,8 e 9 representava 52,6% (mais 4 pontos percentuais face ao verificado nos Censos de 2011) e os portugueses tinham 45,6% da sua população empregada nesses mesmo grupos profissionais (mais 12 pontos percentuais que o obtido nos Censos mais recentes). Em contrapartida, na última década verificou-se um aumento da importância relativa da população empregada portuguesa nos grupos profissionais de topo (em 2001 apenas 15,1% estava nos grupos profissionais 1 e 2), e a descida entre os empregados estrangeiros (era 15,8%), o que significa que na última década aumentou a distância entre portugueses e estrangeiros nos grupos profissionais de topo (os portugueses têm mais 10 pontos percentuais que os estrangeiros em 2011, quando em 2001 os valores eram mais equilibrados).

Assim, ainda que se verifique que o perfil socioeconómico dos estrangeiros se diversificou ao longo da última década, nota-se que em muitos casos se continua a observar que a população estrangeira é canalizada para os trabalhos menos atraentes do mercado de trabalho português e/ou para os empregos de baixas ou nulas qualificações, os quais se associam a condições de trabalho mais duras e com elevados níveis de insegurança.

No entanto, nota-se que a população estrangeira não é um todo homogéneo quanto à sua inserção económica. Os estrangeiros ativos em Portugal têm essencialmente três formas de incorporação no mercado de trabalho: a primeira, *imigração laboral*, é personificada principalmente pelos operários dos PALP, brasileiros e do Leste europeu; a segunda, *imigração profissional*, é essencialmente representada por trabalhadores oriundos da União Europeia e do continente americano; finalmente, na *imigração empresarial*, destacam-se os asiáticos, em especial os chineses.

O quadro 4.1. mostra que mesmo na imigração laboral há nacionalidades com maior incidência nos grupos profissionais de menor ou nenhuma qualificação. Segundo dados dos Censos de 2011, destacam-se especialmente neste âmbito os cabo-verdianos, os romenos e os ucranianos, com 46,6%, 34,9% e 32,4%, respetivamente, de trabalhadores não qualificados – grupo profissional 9 - (quando para o total de estrangeiros esse valor era de 26,7%). Face aos Censos de 2001 nota-se um reforço da importância relativa dos trabalhadores estrangeiros neste grupo profissional (em 2001 representava apenas 21,5%, ou seja, menos 5 pontos percentuais), em especial entre cabo-verdianos (em 2001 eram 41,4%). Em contraste deve referir-se a diminuição da importância relativa de trabalhadores não qualificados entre os ucranianos (em 2001 eram 36,7%), o que pode estar a refletir uma melhoria no uso das suas qualificações no mercado de trabalho ao longo dos últimos anos.

Quadro 4.1. População empregada em 2011 segundo os grandes grupos de profissões (CPP2010) para algumas nacionalidades (%)

Grupos profissionais (CPP2010)	Portugueses	Total estrangeiros	Brasileiros	Ucranianos	Cabo-verdianos	Romenos	Angolanos	Chineses
0 - Profissões das Forças Armadas	0,8	0,1	0,0	0,0	0,1	0,0	0,1	0,0
1 - Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos	7,5	5,2	3,0	1,0	1,0	1,3	3,4	27,9
2 - Especialistas das atividades intelectuais e científicas	15,2	7,9	5,6	3,0	1,6	1,7	5,2	1,3
3 - Técnicos e profissões de nível intermédio	11,3	5,1	5,0	2,6	2,3	1,9	5,0	0,8
4 - Pessoal administrativo	9,3	4,1	4,3	2,2	2,8	2,2	5,6	2,9
5 - Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores	19,4	25,5	32,7	14,6	23,1	15,9	26,7	61,2
6 - Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta	2,3	3,5	2,7	4,7	1,1	13,2	1,1	0,2
7 - Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices	15,6	17,3	15,2	27,9	19,1	24,0	21,3	0,3
8 - Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	6,2	4,6	4,3	11,5	2,3	4,9	4,0	0,3
9 - Trabalhadores não qualificados	12,5	26,7	27,1	32,4	46,6	34,9	27,6	5,1
Total %	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**
Total N	**4.164.610**	**196.296**	**63.059**	**20.017**	**15.873**	**13.558**	**11.399**	**7.287**

Fonte: Censos 2011, INE (cálculos das autoras)

À semelhança do verificado em outros países, o sector da construção civil e obras públicas de Portugal é um dos sectores mais importante para a economia nacional e é a principal atividade empregadora de mão-de-obra imigrante (Baganha *et al.*, 1999; Ferreira *et al.*, 2004; Carneiro *et al.*, 2006; Peixoto, 2008). O grau de desenvolvimento deste sector depende, porém, da conjuntura económica, pelo que o emprego na construção é instável e de elevada precaridade. Se nas últimas décadas esta atividade económica apresentou um forte dinamismo, incorporando uma parte importante da população empregada estrangeira, nos últimos anos, no contexto da situação económica do país, sofreu uma forte quebra que afetou particularmente a população estrangeira. Os dados dos *Quadros de Pessoal*[36] (quadro 4.2.) ajudam a mostrar estas mudanças dos últimos anos: enquanto em 2008, foram contabilizados por essa fonte administrativa 37.769 trabalhadores estrangeiros na construção (representando 22,2% do total de trabalhadores por conta de outrem estrangeiros registados), em 2012 esse número descia para 11.167 (representando 10% do total de trabalhadores por conta de outrem estrangeiros registados nos quadros de pessoal desse ano).

A entrada de Portugal para a Comunidade Económica Europeia, em 1986, gerou a entrada de inúmeros fundos estruturais e investimentos que dinamizaram o sector da construção com a edificação de várias infraestruturas durante a década de 1990. Também grandes eventos na transição para o século XXI (e.g. Expo 98, Porto Cidade da Cultura 2001, campeonato de futebol Euro 2004) e a construção de infraestruturas de transportes (e.g. ponte Vasco da Gama, metropolitano em vários centros urbanos, novas autoestradas) permitiram sustentar e reforçar o dinamismo do sector. Importa salientar que a sobre representação dos imigrantes nesse sector reflete assim, também, processos de recrutamento de trabalhadores não qualificados e semiqualificados promovidos em Portugal a que os imigrantes vieram responder.

Deste modo, nota-se que em Portugal (à semelhança do verificado em outros países) há uma segmentação do mercado de trabalho, estando os estrangeiros sobre representados em algumas atividades económicas. Conforme o quadro 4.2. mostra, enquanto os portugueses têm uma maior percentagem de trabalhadores por conta de outrem na indústria transformadora (23,2% em 2012) e no comércio (19,5%), a maioria dos trabalhadores estrangeiros estão concentrados na construção (10% em 2012 e foram em 2008 cerca de 22%), nas atividades de alojamento, restauração e similares (19,5% em 2012), nas atividades administrativas e dos serviços de apoio (18,5%) – onde se incluem inúmeras atividades, nomeadamente limpeza industrial e construção civil - e no comércio (14,9%). Nota-se, assim, que face às necessidades do mercado de trabalho português, os trabalhadores estrangeiros têm assumido predominantemente uma resposta complementar aos trabalhadores portugueses.

Esta segmentação do mercado de trabalho ainda que esteja associada a uma procura superior de trabalhadores nessas atividades, a que os imigrantes têm vindo a responder, pode refletir também outros fatores: dificuldades linguísticas que inibem a inserção noutras atividades; barreiras legais, nomeadamente associadas a processos de reconhecimento de qualificações; redes de solidariedade social que alimentam a reprodução das opções de inserção dos primeiros fluxos de imigrantes; rejeição dos trabalhos mais arriscados e de maior exigência manual pelos trabalhadores portugueses; e eventuais situações subtis de discriminação no acesso ao mercado de trabalho (Oliveira e Pires, 2010: 21, 135).

36. Os dados resultantes dos Quadros de Pessoal do Ministério da Economia, disponíveis anualmente, têm um importante leque de variáveis referentes ao mercado de trabalho para portugueses e estrangeiros, referentes ao universo de trabalhadores registados pelas empresas. No caso dos estrangeiros deve reconhecer-se, porém, a sua subavaliação de alguns segmentos do mercado de trabalho – e.g. sectores da agricultura não constituídos em empresas e emprego por conta das famílias, nomeadamente o trabalho doméstico. Os trabalhadores ligados a empresas de trabalho temporário também tendem a diluir-se nas atividades administrativas e dos serviços de apoio quando, não raras vezes se empregam na realidade (por exemplo) no sector da construção. Acresce que os dados se referem apenas a Portugal Continental.

Acresce, neste âmbito, que a inserção da população empregada estrangeira nos diferentes grupos profissionais e atividades económicas do mercado de trabalho português não reflete necessariamente a qualificação ou experiência profissional dos trabalhadores.

Quadro 4.2. Trabalhadores por conta de outrem, portugueses e estrangeiros, por atividade económica em 2012 (Portugal Continental)

Setores de atividade (CAE Rev.3)	Portugueses		Estrangeiros	
	N	%	N	%
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	42.527	1,9	5.519	4,9
Indústrias extrativas	8.073	0,4	221	0,2
Indústrias transformadoras	527.613	23,2	11.957	10,7
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	6.778	0,3	50	0,0
Captação, tratamento e distribuição água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	18.853	0,8	1.028	0,9
Construção	180.587	7,9	11.167	10,0
Comércio grosso e retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	444.055	19,5	16.665	14,9
Transportes e armazenagem	113.189	5,0	5.055	4,5
Alojamento, restauração e similares	144.538	6,4	21.808	19,5
Atividades informação e comunicação	62.121	2,7	1.308	1,2
Atividades financeiras	81.502	3,6	954	0,9
Atividades imobiliárias	14.170	0,6	1.078	1,0
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e sim.	95.076	4,2	2.635	2,4
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	193.317	8,5	20.706	18,5
Administração Pública e defesa; segurança social obrigatória	10.358	0,5	105	0,1
Educação	50.224	2,2	1.643	1,5
Atividades de saúde humana e apoio social	203.978	9,0	5.963	5,3
Atividades artísticas, espetáculos, desportivas e recreativas	18.442	0,8	1.279	1,1
Outras atividades de serviços	59.874	2,6	2.917	2,6
Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	46	0,0	7	0,0
Total	**2.275.321**	**100**	**112.065**	**100**

Fonte: Quadros de Pessoal, GEE/ME (cálculos das autoras)

4.2. Habilitações dos estrangeiros ativos

Em Portugal têm-se verificado, em especial desde a transição para o século XXI, algumas situações de sobre qualificação de trabalhadores estrangeiros face às atividades exercidas no mercado de trabalho nacional, ou seja, há estrangeiros que estão a desempenhar funções abaixo das suas habilitações (Oliveira e Fonseca, 2013). Os dados dos Quadros de Pessoal (apresentados no quadro 4.3.) dão conta do reforço verificado na última década do número de estrangeiros nos níveis de habilitações médio-superiores (+30% em 2012 por comparação a 2004) e a diminuição dos trabalhadores estrangeiros com habilitações inferiores ou iguais ao primeiro ciclo do ensino básico (-54% e -43%, respetivamente, em 2012 por comparação a 2004). Esta tendência acompanha também o verificado

entre o total dos trabalhadores registados nos Quadros de Pessoal que nos últimos anos diminuíram, por um lado, em 65% os trabalhadores com habilitações inferiores ao 1º ciclo do ensino básico e em -46% os trabalhadores com habilitações de nível do 1º ciclo do ensino básico; e aumentaram, por outro lado, em 60% os trabalhadores com bacharelato, licenciatura ou mais habilitações.

Quadro 4.3. Trabalhadores por conta de outrem de nacionalidade estrangeira e total, segundo nível de habilitações, 2004 e 2012

Nível de habilitações	2004				2012			
	Estrangeiros		Total		Estrangeiros		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Inferior 1º ciclo do ensino básico	8760	7,1	52383	2,1	4019	3,6	18526	0,8
1º ciclo do ensino básico	34882	28,3	675544	26,4	20039	17,9	363760	15,2
2º ciclo do ensino básico	20856	16,9	560967	22,0	15266	13,6	394273	16,5
3º ciclo do ensino básico	27162	22,0	526087	20,6	33202	29,6	615261	25,8
Ensino secundário e pós-secundário	23187	18,8	478364	18,7	26601	23,7	574227	24,1
Bacharelato, licenciatura ou mais	8581	7,0	260959	10,2	11091	9,9	416254	17,4
Nível desconhecido	-		-	-	1847	1,6	5085	0,2
Total	123428	100	2554304	100	112065	100	2387386	100

Fonte: Quadros de Pessoal de 2004 e 2012, GEP/MTSS e GEE/ME (cálculos das autoras)

Em 2012, segundo dados da mesma fonte, nota-se que a distribuição dos trabalhadores estrangeiros pelos diferentes níveis de habilitações era próxima da do total de trabalhadores registados, embora os estrangeiros tivessem mais trabalhadores nos níveis mais baixos de habilitações – 3,6% dos trabalhadores estrangeiros tinham habilitações inferiores ao ensino básico (quando no total de trabalhadores representavam 0,8%), 17,9% tinham o 1º ciclo (quando no total dos trabalhadores eram 15,2%) – e menos trabalhadores nos níveis de habilitações mais elevados – apenas 9,9% dos trabalhadores tinha habilitações de nível superior (quando no total de trabalhadores eram 17,4%) – vd. quadro 4.3.

Quadro 4.4. População por nacionalidade e nível de escolaridade mais elevado completo, Censos 2011

Nível de escolaridade	Estrangeiros		Portugueses		População total	
	N	%	N	%	N	%
Nenhum	57.569	14,6	1.942.072	19,1	1.999.754	18,9
1º ciclo do ensino básico	40.295	10,2	2.647.986	26,0	2.688.308	25,5
2º ciclo do ensino básico	53.317	13,5	1.359.189	13,4	1.412.580	13,4
3º ciclo do ensino básico	82.449	20,9	1.634.432	16,1	1.716.970	16,3
Ensino secundário e pós-secundário	110.741	28,1	1.388.910	13,7	1.499.824	14,2
Ensino superior	50.125	12,7	1.194.540	11,7	1.244.742	11,8
Total	**394.496**	**100**	**10.167.129**	**100**	**10.562.178**	**100**

Fonte: Censos 2011 (cálculos das autoras)

Curiosamente os dados dos Censos de 2011 mostram uma tendência exatamente oposta face ao total da população residente por nível de escolaridade mais elevado completo. Ou seja, nos dados dos Censos de 2011, os estrangeiros (que não apenas a população empregada) apresentam menor percentagem de população com níveis de escolaridade mais baixos e maior percentagem de população com níveis de escolaridade mais alta, por comparação ao total da população. Importa atender que a diferença nos resultados pode associar-se a dois fatores fundamentais: o primeiro fator explicativo associa-se às diferentes lógicas de recolha das fontes – como se explicava antes os Quadros de Pessoal têm subjacente uma significativa subavaliação tanto da população empregada nacional como a

estrangeira, não contemplando alguns segmentos do mercado de trabalho e da economia informal; enquanto os dados dos Censos correspondem à fonte mais completa disponível (apenas tendo como inconveniente a recolha verificar-se em cada 10 anos). Por sua vez, o segundo fator relaciona-se com o facto dos dados reportados pelos Censos no quadro 4.4. serem para o total das populações portuguesas e estrangeiras e não apenas para a população empregada de cada nacionalidade.

Assim, em detalhe, para o total da população estrangeira recenseada, apenas 14,6% apresentava nenhum nível de escolaridade, quando a percentagem dos portugueses nessa situação era de 19,1%, e, no extremo oposto, 12,7% dos estrangeiros residentes declaravam ter completado um grau de ensino superior, face a apenas 11,7% dos portugueses. O nível de escolaridade com maior número de estrangeiros recenseados foi o nível de ensino secundário e pós-secundário (110.741, equivalendo a 28,1% do total de estrangeiros), quando entre os portugueses o nível de ensino com mais pessoas era o do 1º ciclo do ensino básico (com 26% do total da população portuguesa).

Quadro 4.5. Estrangeiros por nacionalidade e nível de escolaridade mais elevado completo, Censos 2011 (percentagem)

Nacionalidade	Nenhum	1º ciclo do ensino básico	2º ciclo do ensino básico	3º ciclo do ensino básico	Ensino secundário e pós-secundário	Ensino superior
Portugueses	**19,1**	**26,0**	**13,4**	**16,1**	**13,7**	**11,7**
Total Estrangeiros	**14,6**	**10,2**	**13,5**	**20,9**	**28,1**	**12,7**
UE27	14,5	6,5	9,9	18,0	29,8	21,2
Extracomunitários	14,6	11,4	14,6	21,8	27,5	10,0
Brasil	12,4	9,6	14,5	20,0	35,1	8,2
Cabo Verde	20,9	23,8	19,0	20,6	12,8	2,8
Ucrânia	12,1	3,1	6,6	17,6	40,5	20,1
Angola	11,5	12,5	20,8	30,0	18,7	6,5
Roménia	17,1	5,7	12,0	24,2	33,0	8,1
Guiné-Bissau	18,2	15,6	17,8	28,0	15,6	4,9
Reino Unido	18,0	3,4	5,3	13,5	37,0	22,8
França	11,7	10,4	15,8	21,2	22,0	19,0
China	28,5	9,3	16,7	26,2	16,2	3,0
Espanha	16,9	12,9	8,7	12,8	16,7	32,0

Fonte: Censos 2011 (cálculos das autoras)

Conforme mostra o quadro 4.5., o nível de escolaridade mais elevado completo difere em função da nacionalidade. Muito embora os estrangeiros mostrem maior percentagem de população nos níveis de escolaridade mais elevados quando comparados com os portugueses, essa tendência não é uniforme em todas as nacionalidades estrangeiras. Segundo os Censos de 2011, as populações estrangeiras residentes com maior percentagem de pessoas com o ensino superior são os nacionais de Espanha (32%, o que equivale a mais 20 pontos percentuais que os portugueses), do Reino Unido (22,8%, mais 11 pontos percentuais face aos portugueses) e da Ucrânia (20,1%, mais 10 pontos percentuais que os portugueses). Também no nível secundário e pós-secundário se observa que a maioria das populações estrangeiras analisadas têm uma maior importância relativa de pessoas com esse nível de escolaridade do que os portugueses, destacando-se os ucranianos (40,5%, o que equivale a mais 27 pontos percentuais que o verificado para os portugueses), os ingleses (37%) e os brasileiros (35%, mais 22 pontos percentuais).

Em contraste, algumas populações estrangeiras residentes, contrariando a tendência do total de estrangeiros, apresentam mais população que os nacionais com nenhuma escolaridade – caso dos chineses e cabo-verdianos com 28,5% (mais 9 pontos percentuais que os portugueses) e 20,9% (mais 1 ponto percentual), respetivamente.

Importa, porém, perceber se os estrangeiros estão a usar as suas habilitações no mercado de trabalho português. Para estimar se as habilitações se refletem nos grupos profissionais em que os estrangeiros se enquadram, voltamos a recorrer aos dados dos Quadros de Pessoal que permitem realizar este cruzamento para uma aproximação à população empregada (com as devidas ressalvas apresentadas anteriormente). Ora, como o quadro 4.6. nos mostra, os estrangeiros, por comparação aos trabalhadores portugueses (quadro 4.7.), têm uma percentagem maior de trabalhadores que não usam as suas habilitações nas funções que exercem no mercado de trabalho em Portugal.

Quadro 4.6. Número de Pessoas ao Serviço nos Estabelecimentos, estrangeiras, segundo a profissão e as habilitações, 2009 (percentagem)

Grupos profissionais	Inferior 1º ciclo do ensino básico	1º ciclo do ensino básico	2º ciclo do ensino básico	3º ciclo do ensino básico	Ensino secundário e pós-secundário	Ensino Superior	Ignorada
1	0,0	3,6	2,9	3,9	7,7	20,7	6,3
2	0,0	0,2	0,3	0,4	1,3	30,8	1,4
3	0,0	1,0	1,6	2,9	6,9	14,8	2,5
4	0,0	2,9	4,2	7,2	13,6	11,0	6,8
5	15,3	13,1	21,8	29,2	27,2	9,1	18,9
6	4,6	3,7	3,7	3,0	2,6	0,9	4,8
7	26,7	20,5	26,9	19,7	13,3	4,7	24,7
8	4,9	5,2	9,7	10,8	9,7	2,9	6,3
9	48,5	49,7	29,0	23,0	17,7	5,1	28,3
Total %	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total absoluto	**6.056**	**32.104**	**21.767**	**36.430**	**32.130**	**12.111**	**19.246**

Fonte: Quadros de Pessoal de 2009, GEP/MTSS (cálculos das autoras)

Quadro 4.7. Número de Pessoas ao Serviço nos Estabelecimentos, portuguesas, segundo a profissão e as habilitações, 2009 (percentagem)

Grupos profissionais	Inferior 1º ciclo do ensino básico	1º ciclo do ensino básico	2º ciclo do ensino básico	3º ciclo do ensino básico	Ensino secundário e pós-secundário	Ensino Superior	Ignorada
1	0,1	8,4	7,9	8,1	10,7	18,9	29,0
2	0,0	0,2	0,4	1,0	3,2	37,7	2,3
3	0,0	2,1	3,7	8,2	18,6	23,2	13,1
4	0,0	4,3	6,8	14,4	29,7	14,2	25,5
5	12,5	13,8	16,3	24,4	19,9	4,0	10,9
6	8,7	3,7	1,6	0,9	0,4	0,2	4,7
7	28,5	30,6	34,2	19,5	6,9	0,7	5,8
8	12,1	13,7	14,3	11,0	4,8	0,4	1,6
9	38,2	23,2	14,9	12,4	5,7	0,6	6,7
Outros trabalhadores sem profissão atribuída	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,4
Total %	100	100	100	100	100	100	100
Total absoluto	**27.565**	**546.925**	**532.314**	**664.245**	**627.188**	**438.254**	**1.582**

Fonte: Quadros de Pessoal de 2009, GEP/MTSS (cálculos das autoras)

Como mostra o quadro 4.6., 51,5% dos trabalhadores estrangeiros com habilitações de ensino superior estão incorporados nos dois primeiros grupos profissionais (1 e 2 – que inclui dirigentes e especialistas das atividades intelectuais e cientificas), mas 12,7% apesar de terem uma habilitação de nível superior incorporam os grupos profissionais da base (7, 8 e 9), realçando-se em particular 5,1% dos trabalhadores estrangeiros com ensino superior inseridos como "trabalhadores não qualificados" (grupo 9), ou seja, a não usar as suas habilitações. Em contraste, no caso dos trabalhadores portugueses com ensino superior, 56,6% estão em grupos profissionais de topo (grupo 1 e 2) – mais 5 pontos percentuais que os estrangeiros - e apenas 1,7% estão nos grupos profissionais da base (grupos 7, 8 e 9) – menos 11 pontos percentuais que os estrangeiros.

4.3. Remunerações

Os dados dos Quadros de Pessoal também ajudam a identificar o desequilíbrio que existe nas remunerações base médias entre os portugueses e os estrangeiros (quadro 4.8.). Os dados de 2012 mostram que, em média, os trabalhadores estrangeiros têm remunerações 7% mais baixas que a generalidade dos trabalhadores do país, refletindo este valor uma tendência de diminuição da diferença entre os estrangeiros e o total de trabalhadores do país verificada ao longo dos últimos anos (a diferença era menos 17,1% em 2002 e menos 14,3% em 2009).

Se a comparação das remunerações base médias de trabalhadores em Portugal e estrangeiros é feita em função dos grupos profissionais, observa-se que os trabalhadores estrangeiros diferem para remunerações mais altas nos grupos profissionais de topo (+41% no grupo 1, +18% no grupo 2 e + 114% no grupo 3) e para remunerações mais baixas nos restantes grupos profissionais, sendo nestes últimos grupos os trabalhadores estrangeiros da agricultura aqueles que têm menores remunerações (-15%).

Quadro 4.8. Remuneração base média de portugueses e estrangeiros por grupos profissionais, em 2012 (Portugal continental)

Grupos profissionais (CPP2010)	Total	Estrangeiros	Taxa de discrepância entre estrangeiros e portugueses (%)
1-Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos	2.079,21 €	2.939,32 €	+41
2-Especialistas das atividades intelectuais e científicas	1.571,04 €	1.851,76 €	+18
3-Técnicos e profissões de nível intermédio	1.217,71 €	2.602,69 €	+114
4-Pessoal administrativo	855,44 €	756,20 €	-12
5-Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores	636,52 €	581,74 €	-9
6-Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta	683,85 €	581,17 €	-15
7-Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices	685,48 €	639,98 €	-7
8-Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	645,19 €	628,04 €	-3
9-Trabalhadores não qualificados	572,43 €	541,80 €	-5
Trabalhadores sem profissão atribuída	1.690,99 €	2.587,80 €	+53
Total	**915,01 €**	**855,52 €**	**-7**

Fonte: Quadros de Pessoal, GEE/ME (cálculos das autoras)

Estes dados diferem, contudo, em função da nacionalidade do trabalhador. O quadro 4.9. evidencia que, por comparação aos trabalhadores portugueses, são os nacionais dos países terceiros aqueles que tendem a obter remunerações médias mais baixas pelo seu trabalho, enquanto os nacionais de países da União Europeia e da América do Norte tendem a obter as remunerações mais altas. Os norte-americanos, em 2009, receberam +125% que a média dos trabalhadores portugueses. Entre os nacionais da União Europeia foram os trabalhadores espanhóis aqueles que apresentaram uma taxa de discrepância superior face às remunerações dos trabalhadores portugueses (+119%). No extremo oposto, entre os trabalhadores estrangeiros que obtiveram remunerações mais baixas que os portugueses, encontramos os asiáticos. Em 2009, as nacionalidades que se distanciaram mais dos trabalhadores portugueses na remuneração média, foram os paquistaneses (recebendo -33,4%) e os chineses (-32,3%).

Quadro 4.9. Remunerações médias mensais base em Euros em 2000, 2005 e 2009

País de nacionalidade	2000	2005	2009	Taxa de mudança % (2005-2009)	Taxa de discrepância face aos portugueses % (2009)
USA	1.436,06 €	1.758,22 €	1.707,60 €	-2,88	+124,8
Espanha	1.416,23 €	1.501,61 €	1.664,31 €	+10,84	+119,1
Reino Unido	1.394,00 €	1.802,50 €	1.529,50 €	-15,15	+101,4
Alemanha	1.274,53 €	1.610,57 €	1.251,40 €	-22,30	+64,8
França	1.306,98 €	1.422,22 €	1.053,25 €	-25,94	+38,7
Canadá	802,49 €	1.018,88 €	948,42 €	-6,92	+24,9
Moçambique	732,28 €	930,69 €	921,38 €	-1,00	+21,3
Angola	615,08 €	625,26 €	834,88 €	+33,52	+9,9
Luxemburgo	717,61 €	667,96 €	777,77 €	+16,44	+2,4
Portugal	**610,61 €**	**769,70 €**	**759,55 €**	**-1,32**	**0,0**
Índia	427,05 €	470,34 €	686,68 €	+46,00	-9,6
Brasil	867,26 €	608,72 €	621,60 €	+2,12	-18,2
Cabo Verde	457,97 €	507,86 €	590,51 €	+16,27	-22,3
Rússia	711,31 €	572,70 €	582,87 €	+1,78	-23,3
Moldávia	417,53 €	494,97 €	562,87 €	+13,72	-25,9
Guiné-Bissau	432,36 €	510,51 €	552,37 €	+8,20	-27,3
Ucrânia	392,97 €	476,88 €	552,52 €	+15,86	-27,3
Roménia	573,44 €	479,45 €	551,61 €	+15,05	-27,4
S. Tomé e Príncipe	431,78 €	513,12 €	522,52 €	+1,83	-31,2
China	370,73 €	416,36 €	513,99 €	+23,45	-32,3
Paquistão	407,03 €	463,32 €	505,86 €	+9,18	-33,4

Fonte: Quadros de Pessoal de 2000, 2005 e 2009, GEE/ME (cálculos das autoras)

A estas diferenças nas remunerações não são alheias as formas de incorporação no mercado de trabalho e/ou os grupos profissionais em que esses estrangeiros se inserem. Se algumas nacionalidades de trabalhadores tendem a associar-se mais a grupos profissionais de base e/ou atividades indiferenciadas e mais mal pagas é natural obterem remunerações mais baixas que outras nacionalidades que se inserem predominantemente em grupos profissionais de topo. Procurando destrinçar esse possível enviesamento analisaram-se os dados relativos às remunerações base de diferentes nacionalidades na região de Lisboa em 2009 (dados dos Quadros de Pessoal) para os mesmos grupos profissionais (quadro 4.10. e 4.11).

Quadro 4.10. Remunerações médias mensais base em Euros, segundo a nacionalidade do trabalhador, para os grupos profissionais 1 e 2 no distrito de Lisboa, em 2009

País de nacionalidade	Grupo 1	Taxa de discrepância face aos portugueses (%)	Grupo 2	Taxa de discrepância face aos portugueses (%)	Taxa de discrepância face aos portugueses para a média dos dois grupos profissionais (%)
USA	7.769,72 €	+187	2.460,93 €	+32,8	+124,3
Reino Unido	6.312,91 €	+133,2	2.295,77 €	+23,9	+88,8
Alemanha	5.280,29 €	+95,1	2.878,94 €	+55,3	+78,9
França	5.539,28 €	+104,6	2.337,28 €	+26,1	+72,7
Bélgica	5.970,29 €	+120,6	1.887,12 €	+1,8	+72,3
Áustria	4.786,14 €	+76,8	2.517,40 €	+35,8	+60,1
Espanha	4.515,82 €	+66,8	2.247,39 €	+21,2	+48,3
Moçambique	3.275,13 €	+21,0	2.178,95 €	+17,6	+19,6
S. Tomé e Príncipe	4.424,20 €	+63,4	1.256,69 €	-32,2	+24,6
Canadá	3.050,42 €	+12,7	1.686,06 €	-9,0	+3,9
Portugal	**2.706,84 €**	**0**	**1.853,62 €**	**0**	**0,0**
Brasil	2.990,16 €	+10,5	1.505,10 €	-18,8	-1,4
Angola	2.471,38 €	-8,7	2.016,19 €	+8,8	-1,6
Índia	1.846,12 €	-31,8	1.877,96 €	+1,3	-18,3
China	818,74 €	-69,8	2.460,21 €	+32,7	-28,1
Cabo Verde	1.814,02 €	-33	1.289,72 €	-30,4	-31,9
Rússia	1.180,52 €	-56,4	1.775,83 €	-4,2	-35,2
Guiné-Bissau	1.379,09 €	-49,1	1.374,66 €	-25,8	-39,6
Roménia	973,79 €	-64	1.608,04 €	-13,2	-43,4
Ucrânia	1.051,43 €	-61,2	1.296,26 €	-30,1	-48,5
Moldávia	675,00 €	-75,1	1.203,73 €	-35,1	-58,8
Paquistão	733,33 €	-72,9	-	-	-

Fonte: Quadros de Pessoal 2009, GEE/ME (cálculos das autoras)

No quadro 4.10. comparam-se as remunerações médias base dos trabalhadores portugueses com diversas nacionalidades estrangeiras inseridos nos grupos profissionais de topo, ou seja, onde se inserem órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos (grupo 1) e especialistas das atividades intelectuais e científicas (grupo 2). Mantendo-se alguma discrepância nas remunerações médias dos estrangeiros face aos portugueses, verifica-se ainda assim algumas diferenças: no grupo 1 mantêm-se os norte-americanos a apresentarem mais distância face aos portugueses, recebendo +187%, seguidos dos ingleses (+133,2%); sendo os moldavos, os paquistaneses e os chineses os trabalhadores que recebem menos face aos portugueses (-75,1%, -72,9% e -69,8%, respetivamente). No grupo 2 as discrepâncias são menores, encontrando-se os alemães no topo da hierarquia a receber +55,3% que os portugueses, seguidos dos norte-americanos (+32,8%), e os moldavos correspondem à nacionalidade que em média apresenta remunerações mais baixas (-35,1% que os portugueses desse grupo profissional). Devem salientar-se, contudo, algumas nuances nas tendências identificadas para o todo: no grupo 1 os trabalhadores nacionais do Brasil e de São Tomé e Príncipe recebem +10,5% e +63,4% que os portugueses, respetivamente, e no grupo 2 identificam-se os trabalhadores chineses a receberem +32,7% que os portugueses desse mesmo grupo profissional.

Quadro 4.11. Remunerações médias mensais base em Euros, segundo a nacionalidade do trabalhador, para os grupos profissionais 7,8 e 9 no distrito de Lisboa, em 2009

País de nacionalidade	Grupo 7	Grupo 8	Grupo 9	Taxa de discrepância face aos portugueses para a média de remuneração dos grupos 7, 8 e 9 (%)
USA	668,50 €	900,00 €	902,27 €	+15,8
Alemanha	970,86 €	763,47 €	696,05 €	+13,9
Luxemburgo	874,50 €	600,00	765,00	+5,0
Espanha	744,31 €	934,21 €	514,01 €	+2,8
França	939,17 €	666,01	532,52	+0,2
Portugal	**794,78 €**	**735,56**	**602,78**	**0,0**
Canadá	683,33 €	697,89	600,00	-7,1
Reino Unido	911,67 €	552,00 €	514,40 €	-7,3
Bélgica	815,00 €	685,50 €	469,90 €	-7,6
Moçambique	714,66 €	660,26	528,41	-10,8
Rússia	631,39 €	618,80 €	519,82 €	-17,0
Ucrânia	602,89 €	623,85 €	520,51 €	-18,1
Angola	603,39 €	626,40 €	510,62 €	-18,4
Moldávia	603,78 €	616,15	519,53	-18,5
China	555,06 €	725,00 €	450,00 €	-18,9
Cabo Verde	597,20 €	621,58 €	479,32 €	-20,4
S. Tomé e Príncipe	588,72 €	613,25	493,29	-20,5
Roménia	581,53 €	615,87	497,99	-20,5
Brasil	575,26 €	601,27 €	505,21 €	-21,2
Índia	536,16 €	617,29 €	480,82 €	-23,4
Guiné-Bissau	541,64 €	604,04 €	484,98 €	-23,6
Paquistão	525,52 €	607,24	492,28	-23,8

Fonte: Quadros de Pessoal 2009, GEE/ME (cálculos das autoras)

Por sua vez o quadro 4.11. permite identificar as discrepâncias nas remunerações médias mensais nos grupos profissionais 7,8 e 9, onde se inserem perto de metade da população empregada estrangeira. Como se mostrou antes, estes grupos profissionais integram trabalhadores qualificados e não qualificados da indústria e construção, e operadores de máquinas, estando os estrangeiros sobre representados e/ou em situação de segmentação do mercado de trabalho português. Os cálculos efetuados relativamente às taxas de discrepância nas remunerações de diferentes nacionalidades estrangeiras, face aos portugueses, tornam evidente que é nestes grupos profissionais onde há menos situações de trabalhadores estrangeiros a receber mais que os portugueses (apenas cinco nacionalidades, com os norte-americanos e os alemães no topo dessa lista, com +15,8% e +13,9%, respetivamente) e onde há mais grupos de nacionalidades a receberem menos que os portugueses. Ainda assim nota-se que o intervalo de variação das remunerações é menor nestes grupos profissionais (varia entre -23,8% e +15,8%) por comparação aos grupos profissionais de topo, em particular no grupo 1 onde o intervalo de variação de discrepância de remunerações entre estrangeiros e portugueses era muito dilatado (entre -75% e +187%).

Parece, assim, que os trabalhadores estrangeiros estão a incorporar os trabalhos mais mal pagos do mercado de trabalho português e/ou a assumir as ocupações que os portugueses não desempenham. Importa perceber ainda se o perfil ocupacional dos estrangeiros, mais associado aos grupos profissionais base, onde se inserem as atividades manuais mais exigentes e de menor remuneração, determinam também outras formas de vulnerabilidade dos trabalhadores estrangeiros, nomeadamente face à exposição à sinistralidade laboral.

4.4. Sinistralidade Laboral

A segmentação do mercado de trabalho português, caracterizada antes, associando os estrangeiros às atividades manuais e mais exigentes, e por vezes mais arriscadas, e a algumas características dos trabalhadores imigrantes (e.g. disponibilidade para trabalhar mais horas, trabalhadores tendencialmente pouco informados acerca dos seus direitos e deveres laborais em Portugal, com conhecimentos limitados acerca dos sistemas de segurança e saúde no trabalho) podem ter inúmeras consequências negativas, nomeadamente maior exposição a riscos de acidentes de trabalho. Oliveira e Pires (2010) demostraram que é nas atividades de maior sinistralidade laboral onde se concentra a maioria dos trabalhadores estrangeiros em Portugal.

Procurando percecionar esta realidade são analisados os dados disponibilizados pela Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) e os dados dos Relatórios dos Acidentes de Trabalho (GEP/GEE).[37] Desde já importa enquadrar a sinistralidade laboral na *Estratégia Comunitária para a Saúde e a Segurança no Trabalho 2007-2012* que tem procurado criar condições para promover o decréscimo da sinistralidade laboral nos países da União Europeia, tendência que se tem verificado na última década.

Essa tendência de decréscimo tem vindo a ser consolidada também no caso português, que se encontrava entre os países da União Europeia com mais elevadas taxas de sinistralidade laboral. Entre 2003 e 2011, segundo dados do GEP/GEE (quadro 4.12), a sinistralidade laboral decresceu 9,5% no caso dos trabalhadores portugueses e 13,5% nos trabalhadores de nacionalidade estrangeira. Atendendo, porém, a que foi demonstrada a relação de causalidade entre a sinistralidade laboral em Portugal e as oscilações e dinamismo do mercado de trabalho, em particular do sector da construção civil – sector com maior risco de ocorrência de acidentes de trabalho e/ou com mais altas taxas de mortalidade laboral (Oliveira e Pires, 2010: 44-46) -, importa reconhecer que os últimos anos de retração da atividade poderão estar a influenciar também o decréscimo do número de acidentes. Como é visível no quadro 4.12. é exatamente entre 2008 e 2011 (anos em que o sector da construção teve mais quebras de atividade e descida do número de trabalhadores[38]) que se observam maiores taxas de mudança do número de acidentes de trabalho mortais e não mortais em Portugal, em especial entre trabalhadores estrangeiros (-24,1%) por comparação aos trabalhadores portugueses (-11,3%).

37. As limitações e os dilemas estatísticos destas duas fontes são detalhadamente elencados em Oliveira e Pires (2010: 27-33). Em síntese deve atender-se que enquanto a ACT publica anualmente dados acerca da sinistralidade laboral mortal (e apenas mortal) ocorrida em Portugal continental, o GEP/GEE sistematiza anualmente dados acerca da sinistralidade mortal e não mortal verificada em todo o território português. Estas duas fontes não reúnem dados diretamente comparáveis, chegando a apuramentos anuais distintos quanto ao número total de vítimas de acidentes laborais mortais. As discrepâncias estão relacionadas com a forma de recolha da informação: enquanto a ACT contabiliza os acidentes mortais que lhe são comunicados ou que obteve conhecimento; o GEP/GEE contabiliza através da participação das seguradoras (ou seja, contabiliza apenas trabalhadores segurados para acidentes de trabalho) as vitimas que morrem no prazo de até um ano após o acidente de trabalho, sendo esse valor atualizado em casos de mortes posteriores mas por consequência do acidente de trabalho, e contabiliza ainda os acidentes *in itinere* ou de percurso que não constam da informação da ACT.
38. Como se analisou no capítulo 4.1., em 2008 os Quadros de Pessoal registavam 37.769 trabalhadores estrangeiros inseridos em atividades da construção civil (22% do total de trabalhadores por conta própria estrangeiros contabilizados), mas em 2012 esse número passava para 11.167 (10% dos trabalhadores estrangeiros).

Quadro 4.12. Acidentes de trabalho (mortais e não mortais) por nacionalidade, entre 2003 e 2011

Ano	Acidentes de trabalho **não mortais**		Acidentes de trabalho **mortais**		**Total** de Acidentes de trabalho			
					Portugueses		Estrangeiros	
	Portugueses	Estrangeiros	Portugueses	Estrangeiros	N	Taxa de variação anual (%)	N	Taxa de variação anual (%)
2003	220.020	10.697	264	37	220.284		10.734	
2004	217.408	11.938	274	29	217.682	-1,2	11.967	+11,5
2005	213.645	11.221	274	26	213.919	-1,7	11.247	-6,0
2006	217.703	11.601	239	14	217.942	+1,9	11.615	+3,3
2007	217.495	12.489	256	20	217.751	-0,1	12.509	+7,7
2008	224.646	12.220	218	13	224.864	+3,3	12.233	-2,2
2009	197.999	10.033	201	16	198.200	-11,9	10.049	-17,9
2010	204.741	9.889	195	13	204.936	+3,4	9.901	-1,5
2011	199.267	9.269	178	18	199.445	-2,7	9.287	-6,2
Taxa de mudança 2003-2011 (%)	-9,4	-13,3	-32,6	-51,4	-9,5		-13,5	
Taxa de mudança 2008-2011 (%)	-11,3	-24,1	-18,3	+38,5	-11,3		-24,1	

Fonte: GEP/MTSS e GEE/ME (cálculos das autoras)

Nota: O quadro não considera os acidentes de trabalho de cidadãos de nacionalidade "ignorada".

Inúmeros estudos desenvolvidos em países da União Europeia e analisados por González e Irastorza (2007: 24) mostram que a sinistralidade não é homogénea entre trabalhadores de diferentes nacionalidades nas sociedades de acolhimento. São os trabalhadores imigrantes aqueles que se encontram mais expostos a riscos ocupacionais porque também estão mais associados a trabalhos exigentes ou aceitam piores condições de trabalho (e.g. maior número de horas de trabalho; turnos menos atrativos; trabalhos mais monótonos, exigentes e perigosos; aceitam funções abaixo das suas qualificações; menores salários; maior desconhecimento das condições de segurança e dos direitos de proteção laboral). A Organização Internacional do Trabalho estima que a taxa de acidentes de trabalho seja duas vezes maior no caso dos imigrantes que nos trabalhadores autóctones na Europa (ILO, 2004: 64).

Portugal não é exceção, ou seja, verifica-se que a sinistralidade não é um todo homogéneo e que os trabalhadores estrangeiros apresentam taxas de sinistralidade laboral superiores aos trabalhadores portugueses, em particular para algumas nacionalidades estrangeiras. Como se observa no quadro 4.13., em 2011 morreram 13 trabalhadores estrangeiros por cada 100.000 trabalhadores, enquanto a proporção para os trabalhadores portugueses era de apenas 7 acidentes mortais. Estes valores ficam bastante acima do verificado nos países da União Europeia: segundo dados do EUROSTAT, em 2010, verificaram-se 1,87 acidentes mortais por cada 100.000 trabalhadores na zona UE27 e 1,57 na zona UE15.

Quadro 4.13. Taxas de acidentes de trabalho mortais e não mortais de estrangeiros, segundo a nacionalidade do trabalhador, em 2011

Nacionalidade do trabalhador	Mortais		Não mortais	
	N	Acidentes por cada 100.000 trabalhadores	N	Acidentes por cada 100 trabalhadores
Portugueses	**178**	**7**	**199.267**	**8,24**
Total de estrangeiros	**18**	**13**	**9.269**	**6,91**
UE27 (exceto Portugal)	2	8	2.842	12,02
Angola	1	13	1.669	21,88
S. Tomé e Príncipe	0	0	560	15,69
Moçambique	0	0	532	29,09
Cabo Verde	1	7	529	3,96
Brasil	7	19	213	0,59
Guiné-Bissau	0	0	88	1,79
Outro	7	16	2.836	6,58
Nacionalidade ignorada	0	-	451	-

Fonte: GEE/ME (cálculos das autoras)

Nota: Os dados do GEP/GEE não permitem desagregar os dados relativos à sinistralidade laboral para todas as nacionalidades (nomeadamente para os nacionais de países da Europa de Leste). As nacionalidades apresentadas correspondem às nacionalidades disponibilizadas pela fonte.

Verifica-se que algumas nacionalidades têm maior expressão na sinistralidade laboral: em 2011 (para as nacionalidades apuradas pelo GEE), destacam-se os angolanos e os brasileiros com mais acidentes mortais por cada 100.000 trabalhadores – 13 e 19, respetivamente (embora a categoria "outros", que inclui trabalhadores de países do Leste Europeu, tenha obtido 16 trabalhadores mortos por cada 100.000 trabalhadores). Por sua vez, são os moçambicanos, angolanos e são-tomenses aqueles que apresentam mais acidentes não mortais – 29, 21 e 15, respetivamente, por cada 100 trabalhadores.

Verifica-se que em 2011 a taxa de sinistralidade laboral não mortal é superior entre os portugueses (8,24%), por comparação aos estrangeiros (6,91%), contrariando a tendência de outros anos anos em que a taxa de acidentes era mais alta entre os estrangeiros, por comparação aos portugueses. Esta mudança de tendência está muito associada às atividades económicas em que cada população está mais representada e/ou ao respetivo dinamismo (ou quebra desse) das várias atividades. As atividades económicas mais propícias à sinistralidade laboral são a construção e indústria transformadora (Oliveira e Pires, 2010: 50-51), ora atendendo a que - como se mostrou no quadro 4.2. – enquanto os estrangeiros estão sobre representados na construção e os trabalhadores portugueses na industria transformadora, e à luz da diferente dinâmica económica dessas atividades (construção em clara quebra), compreende-se a inversão da situação e/ou a maior taxa de acidentes não mortais entre os portugueses que entre os estrangeiros. A sinistralidade varia assim também em função dos sectores de atividade, identificando-se que os trabalhadores estrangeiros e portugueses têm padrões distintos de sinistralidade em função das atividades económicas em que estão sobre representados.

Quadro 4.14. Acidentes de trabalho mortais e não mortais de portugueses e estrangeiros, segundo atividade económica, em 2011

Sectores de atividade (CAE Rev.3)	Acidentes Mortais				Acidentes Não Mortais			
	Portugueses		Estrangeiros		Portugueses		Estrangeiros	
	N	Acidentes por cada 100.000 trabalhadores	N	Acidentes por cada 100.000 trabalhadores	N	Acidentes por cada 100 trabalhadores	N	Acidentes por cada 100 trabalhadores
Agricultura, prod. animal, caça, floresta e pesca	28	66	1	18	6.470	15,14	450	8,07
Indústrias extrativas	6	65	0	0	1.101	11,92	29	9,48
Indústrias transformadoras	26	5	4	30	52.843	9,59	1.701	12,59
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	0	0	0	0	142	2,01	0	0
Captação, tratam. e distr. água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	2	11	0	0	2.887	15,40	192	15,91
Construção	48	21	9	50	36.815	16,42	1.600	8,92
Comércio grosso e retalho; rep. veic.aut. e moto.	22	5	2	10	32.748	6,93	1.042	5,36
Transportes e armazenagem	21	17	2	35	12.398	10,29	408	7,08
Alojamento restauração e similares	5	3	0	0	10.656	6,99	1.146	4,48
Ativ. informação e comunicação	1	2	0	0	653	1,05	9	0,67
Atividades financeiras	0	0	0	0	688	0,82	0	0
Atividades imobiliárias	1	6	0	0	786	4,85	49	4,02
Ativ. de consultoria, científicas, técnicas e sim.	2	2	0	0	2.042	2,04	73	2,79
Ativ. administrativas e dos serv. de apoio	6	3	0	0	13.676	6,58	1.494	5,87
Adm. Pública e defesa; segurança social obrigatória	4	37	0	0	6.108	56,87	46	42,59
Educação	0	0	0	0	1.583	2,96	67	3,80
Ativ. de saúde humana e apoio social	0	0	0	0	12.588	6,28	425	6,76
Ativ. artísticas, espect., desportivas e recreativas	2	10	0	0	1.484	7,70	355	25,95
Outras atividades de serviços	2	3	0	0	2.921	4,38	126	3,55
Ativ. das famílias empreg. de pessoal doméstico; ativ.de prod. das fam.para uso próprio	2	-	0	-	641	-	57	-
Ativ. dos organ,internac. e outras inst. extraterritoriais	0	0	0	0	24	30,38	0	0
CAE Ignorada	0	-	0	-	13	-	0	-
Total	**178**	**7**	**18**	**13**	**199.267**	**8,24**	**9.269**	**6,91**

Fonte: GEE/ME (cálculos das autoras)

Nota: O quadro não considera os acidentes de trabalho de cidadãos de nacionalidade "ignorada".

Mantendo a tendência de anos anteriores, em 2011, foram os sectores de atividade da indústria transformadora, construção e comércio que tiveram, em números absolutos, mais acidentes de trabalho (quadro 4.14.). Os acidentes de trabalho nesses três sectores de atividade acumulados representaram 61,4% da sinistralidade laboral dos trabalhadores portugueses e 46,9% dos trabalhadores estrangeiros. No caso dos trabalhadores estrangeiros o sector das atividades administrativas e dos serviços de apoio (que como já se explicou antes inclui muitas atividades diferentes, nomeadamente da construção e da limpeza industrial) também representou 16,1% do total de acidentes de trabalho sofridos.

O quadro 4.14. também permite mostrar que o impacto da sinistralidade em cada sector de atividade varia. Os dados de 2011 do GEE dão conta que a sinistralidade laboral mortal tem mais impacto nas atividades da agricultura (66 trabalhadores portugueses mortos e 18 trabalhadores estrangeiros mortos por cada 100.000 trabalhadores do sector), indústria extrativa (65 trabalhadores portugueses mortos por cada 100.000 trabalhadores do sector), indústria transformadora (30 trabalhadores estrangeiros mortos por cada 100.000 trabalhadores do sector), construção (21 trabalhadores portugueses mortos e 50 trabalhadores estrangeiros mortos por cada 100.000 trabalhadores do sector), e sector dos transportes e armazenagem (17 trabalhadores portugueses mortos e 35 trabalhadores estrangeiros mortos por cada 100.000 trabalhadores do sector).

Já na sinistralidade laboral não mortal, os acidentes de trabalho tiveram mais impacto nas atividades da agricultura (15 acidentes de trabalho por cada 100 trabalhadores portugueses e 8 por cada 100 trabalhadores estrangeiros), na indústria extrativa (12 acidentes de trabalhadores portugueses e 9 acidentes de trabalhadores estrangeiros por cada 100 trabalhadores desse sector), na indústria transformadora (10 acidentes de trabalhadores portugueses e 13 acidentes de trabalhadores estrangeiros por cada 100 trabalhadores desse sector), na construção (16 acidentes de trabalhadores portugueses e 9 acidentes de trabalhadores estrangeiros por cada 100 trabalhadores desse sector) e no sector da captação, tratamento e distribuição de água e tratamento de resíduos (15 acidentes de trabalhadores portugueses e 16 acidentes de trabalhadores estrangeiros por cada 100 trabalhadores desse sector).

Às menores taxas de sinistralidade laboral dos estrangeiros, por comparação aos portugueses, não são alheios dois fatores: por um lado, o facto de alguns estrangeiros não terem um trabalho declarado no sector da construção – o que os torna invisíveis nas estatísticas oficiais que recolhem informação acerca dos trabalhadores declarados e/ou com seguro de acidentes de trabalho. Por outro lado deve atender-se a que a sinistralidade laboral dos estrangeiros é superior no sector dos serviços de apoio e/ou serviços prestados às empresas, que incluem também trabalhadores que desempenham atividades na construção, e no sector dos transportes e armazenagem, que contempla a condução de máquinas ou veículos por vezes associados ao sector da construção (Oliveira e Pires, 2010: 52-53).

Deve concluir-se, porém, que muito embora se mostre que os trabalhadores estrangeiros têm maior propensão para terem acidentes de trabalho mortais que os portugueses, e algumas nacionalidades estrangeiras apresentem taxas de sinistralidade laboral mais elevadas que os trabalhadores portugueses, não se verifica uma relação causal entre o fenómeno da imigração e da sinistralidade laboral. Ou seja, o aumento ou diminuição da população estrangeira no país não está correlacionado com o aumento ou diminuição da sinistralidade laboral em Portugal. Deve, pois, atender-se a outros fatores explicativos da sinistralidade, do risco e da segurança no trabalho que se associam, nomeadamente à própria dinâmica dos sectores económicos de atividade e à vulnerabilidade dos trabalhadores imigrantes – e.g. precaridade laboral, dificuldades inerentes à condição de imigrante, escassez de informação acerca de diretos e deveres no mercado de trabalho (Oliveira e Pires, 2010: 136 -141).

4.5. Situação na Profissão: empregadores estrangeiros

Muito embora a maioria da população empregada estrangeira seja composta por trabalhadores por conta de outrem, deve realçar-se que, à semelhança do observado em inúmeros países da OCDE (OCDE, 2010b), a importância relativa dos empregadores[39] estrangeiros é maior que a verificada entre a população portuguesa e tem vindo a reforçar-se nas últimas décadas. Segundo dados dos Censos, entre 1981 e 2011, a importância relativa de empregadores estrangeiros no total de empregadores do país passou de 1,4% para 5,2%. Este crescimento é ainda mais relevante se se considerar que de 1981 para 2011 a taxa de variação de empregadores estrangeiros foi seis vezes superior à registada para os portugueses que se situou nos 235%. É interessante verificar ainda que a taxa de variação de empregadores estrangeiros entre 2001 e 2011 foi positiva em 15,2%, enquanto a taxa para os empregadores portugueses foi negativa em 7%, em resultado de uma diminuição efetiva dos empregadores nacionais ao longo da última década. O impacto do crescimento dos empregadores estrangeiros na última década é ainda mais substantivo se se atender também que esta tendência contraria a evolução dos ativos estrangeiros, que de 2001 para 2011 sofreram um decréscimo em 2,5% (Oliveira, 2014).

Quadro 4.15. Empregadores estrangeiros e população empregada estrangeira para o total de empregadores e população empregada em Portugal, entre 1981 e 2011

Ano Censitário	Peso relativo de empregadores estrangeiros no total de empregadores do país	Peso relativo de população empregada estrangeira por total de população empregada no país	Taxa de variação de empregadores estrangeiros entre décadas	Taxa de variação de empregadores portugueses entre décadas
1981	1,37	0,85		
1991	1,63	1,31	+145,1	+105,9
2001	4,21	4,04	+363,5	+74,6
2011	5,16	4,51	+15,2	-6,9

Fonte: Censos entre 1981 e 2011, INE (cálculos das autoras)

Nos últimos anos, os estrangeiros tenderam a optar cada vez mais por se inserir no mercado de trabalho português como empregadores: entre 2001 e 2011 não apenas se reforçou o número absoluto de empregadores estrangeiros – de 20.571 para 23.652 –, como também o peso relativo de empregadores no total de ativos estrangeiros aumentou – de 10,2% para 12,0%.

39. No caso particular do estudo dos empregadores estrangeiros em Portugal é possível reconhecer algumas dificuldades. Os dados do INE permitem caracterizar a *situação na profissão* da população residente com nacionalidade estrangeira em Portugal, concretamente, com as categorias *patrão* ou *empregador* e *trabalhador isolado*. Para efeitos deste estudo centramo-nos nos trabalhadores por conta própria como empregadores ou patrões. Não se incluem na análise os trabalhadores por conta própria como isolados uma vez que na singularidade portuguesa inclui-se a figura jurídica do emissor de recibos verdes (incluindo na categoria "trabalhador isolado"), por vezes erradamente confundido com o de empresário (Freire, 1995:69 e Oliveira, 2004:33). Centrando-nos apenas nos dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), duas fontes oficiais de recolha de dados permitem caracterizar e/ou estimar o número de trabalhadores por conta própria estrangeiros em Portugal: os Recenseamentos Gerais da População (Censos) e as Estatísticas do Emprego. Como alguns investigadores têm vindo a alertar (Peixoto, 2008; Oliveira, 2004 e 2010), os dados disponíveis a partir destas duas fontes geram algumas dificuldades ao utilizador de informação estatística. Deve reconhecer-se os problemas de amostragem e de margens de erro associadas às Estatísticas do Emprego e que impedem a sua utilização sistemática, nomeadamente no estudo da subcategoria de trabalhadores por conta própria. Se a importância relativa de trabalhadores por conta própria estrangeiros no total de ativos surge subdimensionada, em especial em 2011 (com -9 pontos percentuais que o reportado pelos Censos), a importância relativa para os portugueses surge sobredimensionada (Oliveira, 2014). Para o estudo dos empregadores estrangeiros os Censos são, pois, a fonte mais completa disponível, permitindo uma caracterização detalhada do universo tendo, porém, um inconveniente claro associado ao facto de só permitirem estudar o universo em cada dez anos. Deve, porém, reconhecer-se que a iniciativa empresarial remete para um processo dinâmico: novos empregadores surgem e as empresas crescem ou morrem. O dinamismo deste processo é, contudo, difícil de captar empiricamente (Oliveira, 2008).

Uma tendência semelhante verifica-se no caso dos trabalhadores isolados, com um aumento substantivo para o caso dos estrangeiros de 9.173 para 14.103 entre 2001 e 2011, contrastando com o decréscimo verificado no caso dos portugueses nos últimos dez anos (quadro 4.16.). Importa, porém, refletir se este aumento de trabalhadores isolados estrangeiros durante a última década, à luz do aumento do desemprego e da situação de fragilidade económica do país nos últimos anos, traduz realmente uma forma efetiva de empreendedorismo ou, em contraste, traduz situações de necessidade ou estratégias de sobrevivência material temporária (conforme também discutido por Oliveira, 2006).

Quadro 4.16. População empregada portuguesa e estrangeira, segundo a situação na profissão em 2001 e 2011

Situação na Profissão		2001		2011		Taxa de variação 2001-2011
		N	%	N	%	
Empregadores	Português	467.553	9,8	435.426	10,5	-6,9
	Estrangeiro	20.571	10,2	23.652	12,0	+15,0
Trabalhadores Isolados	Português	290.318	6,1	271.963	6,5	-6,3
	Estrangeiro	9.173	4,5	14.103	7,2	+53,7
Trabalhadores Familiares	Português	36.773	0,8	23.119	0,6	-37,1
	Estrangeiro	987	0,5	1.011	0,5	+2,4
Total	Português	4.788.561	100	4.164.610	100	-13,0
	Estrangeiro	201.647	100	196.296	100	-2,7

Fonte: Censos de 2001 e de 2011, INE (cálculos das autoras)

Às tendências de crescimento de empregadores estrangeiros e de trabalhadores isolados não são alheias algumas das mudanças legislativas que ocorreram ao longo destas últimas décadas e que afetam direta ou indiretamente as opções de inserção dos estrangeiros no mercado de trabalho (Oliveira, 2008). Entre essas mudanças, destacam-se os impactos inerentes às diferenças substantivas verificadas na Lei do Trabalho entre 1977 e 1998, e as mudanças verificadas na lei de estrangeiros entre 1998 e 2012, nomeadamente com o surgimento pela primeira vez, em 2007, de um título especial apenas acessível a empreendedores estrangeiros e trabalhadores independentes e, em 2012, o seu reforço com a criação da autorização de residência para efeitos do exercício de uma atividade de investimento.

Assim este aumento do peso absoluto e relativo de empregadores estrangeiros pode refletir tanto mudanças legislativas e mudanças no perfil dos imigrantes recebidos pelo país, como melhorias da posição social dos estrangeiros residentes em Portugal ou aumento das dificuldades no seu acesso ao mercado de trabalho para o exercício de atividades dependentes (Oliveira, 2006). Por outras palavras, esta evolução positiva dos empregadores estrangeiro em Portugal no decurso das últimas décadas (contracorrente com os portugueses) pode estar a funcionar como uma forma de mobilidade social ascendente de alguns estrangeiros, com contributos reais para a economia portuguesa, nomeadamente criando emprego, e/ou a ser reforçada como uma alternativa a constrangimentos vividos por outros estrangeiros (e.g. discriminação no acesso ao mercado de trabalho, desconhecimento da língua do país de acolhimento, situações de desemprego prolongado, dificuldades no reconhecimento de qualificações).

Deve atender-se, por outro lado, que nem todas as nacionalidades estrangeiras têm propensões semelhantes à iniciativa empresarial. Só nas últimas duas décadas se verificou o crescimento da presença de populações estrangeiras conhecidas na literatura como particularmente empreendedoras (Oliveira, 2010; OCDE, 2010b) – asiáticos (em especial os chineses, a partir da década de 1990). Este crescimento pode explicar por isso, também, o aumento relativo do peso de empregadores

estrangeiros na população ativa estrangeira. Assim a população estrangeira residente em Portugal não pode ser observada como um todo homogéneo (Oliveira, 2004 e 2010). Se algumas nacionalidades mostram forte propensão para a iniciativa empresarial – e.g. chineses, ingleses, alemães e brasileiros – outras tendem a inserirem-se mais no mercado de trabalho português como trabalhadores assalariados – e.g. ucranianos, são-tomenses, cabo-verdianos e guineenses (quadro 4.17.). Deste modo, de forma semelhante à tendência observada em outros países[40], em Portugal nem todos os grupos estrangeiros mostram a mesma propensão para a iniciativa empresarial. Os dados dos Censos permitem identificar as nacionalidades com maiores taxas de empreendedorismo.[41]

Quadro 4.17. Taxas de empreendedorismo em Portugal segundo a nacionalidade, entre 1991 e 2011

País de nacionalidade	1991	2001	2011	Taxa de variação de empregadores 2001/2011	Taxa de variação de ativos 2001/2011
Total Europa	**13,3**	**9,9**	**12,4**	**+104,9**	**+64,1**
Alemanha	13,8	17,7	21,6	+14,3	-6,5
Espanha	18,4	11,6	16,0	+33,6	-3,5
França	5,4	10,2	14,6	+21,9	-14,6
Reino Unido	19,5	23,0	27,9	+60,2	+31,9
Roménia	-	4,4	8,2	+934,6	+462,1
Moldávia	-	2,6	8,7	+1784,0	+93,2
Ucrânia	-	1,5	7,1	+206,4	+92,0
Total África	**3,4**	**6,7**	**6,9**	**-31,7**	**-33,8**
Angola	3,4	6,6	8,1	-38,1	-49,3
Cabo Verde	3	6,4	6,0	-31,0	-25,8
Guiné-Bissau	2,9	6,2	5,9	-39,3	-35,3
Moçambique	5,9	9,1	9,4	-36,2	-38,9
S. Tomé e Príncipe	2,6	6	5,4	-25,9	-17,9
Total América	**8,8**	**13,6**	**11,8**	**+104,7**	**+135,6**
Brasil	9,5	13,5	11,5	+133,5	+174,4
EUA	8,3	12,3	15,4	+9,2	-12,9
Venezuela	7,7	13,8	14,3	-37,5	-39,5
Total Ásia	**21,3**	**19,1**	**28,3**	**+360,1**	**+210,3**
China	24,1	36,0	42,2	+426,5	+349,5
Índia	17,6	7,6	10,6	+108,1	+50,0
Bangladesh	-	10,5	22,0	+370,8	+124,0
Paquistão	30,7	6,3	14,2	+138,6	+6,3
Oceânia	9,4	14,2	14,7	+16,7	+12,5
Total estrangeiros	**7,7**	**10,2**	**12,1**	**+15,2**	**-2,5**
Portugal	**6,2**	**9,8**	**10,5**	**-6,9**	**-13,0**
Total geral	6,2	9,8	10,5	-5,9	-12,6

Fonte: Censos, INE (cálculos das autoras)

40. Conforme era identificado em inúmeros países da OCDE, as taxas de empreendedorismo podem variar em função do grupo imigrante porque alguns grupos têm características ou chegam de países tradicionalmente com mais peso de empresários nas suas economias. Os asiáticos mostram-se os mais empreendedores e/ou os naturais de países da Ásia têm maior probabilidade de desenvolver um negócio no país de acolhimento na maioria dos países da OCDE, contrastando com os naturais da América Latina ou de países africanos que têm menor propensão para se tornarem empresários (OCDE, 2010b: 14).

41. A Taxa de Empreendedorismo calculada corresponde ao número de empregadores em cada 100 da população empregada.

Os chineses apresentam as taxas de empreendedorismo mais elevadas em Portugal – 24,1% em 1991 e 42,2% em 2011 (quadro 4.17). Em contrapartida, são os ucranianos (em particular em 2001) e, de forma geral, os africanos, aqueles que apresentam a menor percentagem de empregadores no total da sua população ativa. A taxa de variação negativa entre 2001 e 2011 dos empregadores africanos é particularmente significativa – na ordem dos -32% (acompanhando a taxa de variação também negativa para os ativos dessas nacionalidades) - podendo refletir a crise (desde 2008) nas atividades económicas onde estes empregadores normalmente investem e se inserem (e.g. construção civil) (Oliveira, 2006 e 2010). Esta tendência de decréscimo é, aliás, acompanhada pelos empregadores portugueses, embora de forma menos acentuada (-6,9%).

A análise da importância relativa dos empregadores de cada nacionalidade para o total de empregadores estrangeiros permite destacar ainda outros grupos, refletindo também o maior peso de determinados fluxos de imigrantes em Portugal. O quadro 4.18. mostra que apesar dos africanos estarem entre as nacionalidades com as mais baixas taxas de empreendedorismo (quadro 4.17), estão entre as dez primeiras nacionalidades que mais contribuem para o total de empregadores estrangeiros do país, em particular os cabo-verdianos e os angolanos, embora com perda de importância relativa nos últimos 10 anos.

A última década foi particularmente relevante para reforçar o impacto dos empregadores estrangeiros nacionais do Brasil e da China, contribuindo em 2011 com 31% (por comparação aos 15% em 2001) e 13% (mais 10 pontos percentuais que em 2001), respetivamente. Em 2011 os brasileiros são a nacionalidade estrangeira em Portugal com o maior número de patrões (7.258), muito embora seja nos chineses que a taxa de crescimento de empregadores é maior (+427%) e superior à própria variação do total dos seus ativos (+350%). Os empregadores ucranianos também tiveram um aumento substantivo na última década, passando a constar entre as dez primeiras nacionalidades com uma contribuição de 6% para o total de empregadores estrangeiros, confirmando que o seu título legal na viragem do século (autorizações de permanência) inibia a sua iniciativa empresarial (Oliveira, 2004 e 2008).

Quadro 4.18. Percentagem de empregadores das dez nacionalidades com maior número de empregadores em Portugal no total de empregadores estrangeiros, entre 1991 e 2011

1991		2001		2011	
Nacionalidade	%	Nacionalidade	%	Nacionalidade	%
Brasil	13,4	Brasil	15,1	Brasil	30,6
Espanha	10,1	Angola	7,2	China	13,0
Reino Unido	8,4	Cabo Verde	6,7	Ucrânia	6,0
Cabo Verde	6,8	França	4,0	Reino Unido	4,9
Alemanha	5,5	Reino Unido	3,6	Roménia	4,7
França	4,9	Alemanha	3,3	França	4,2
Venezuela	4,2	Guiné-Bissau	3,2	Cabo Verde	4,0
Angola	3,6	China	2,8	Angola	3,9
Holanda	3,0	Espanha	2,7	Alemanha	3,3
Moçambique	2,0	Venezuela	1,9	Espanha	3,2
Total empregadores estrangeiros	4.438	Total empregadores estrangeiros	20.571	Total empregadores estrangeiros	23.697

Fonte: Censos, INE (cálculos das autoras)

Em contrapartida, é importante verificar a perda de importância dos empregadores europeus comunitários ao longo das últimas quatro décadas por comparação ao verificado entre nacionais de países terceiros à União Europeia (quadro 4.18).

4.6. Desemprego

Segundo dados do EUROSTAT, em 2012, Portugal era o terceiro país da União Europeia com a taxa de desemprego mais elevada (15,9%), sendo apenas ultrapassado pela Grécia (24,3%) e Espanha (25,0%), situando-se a média europeia nos 10,5%. A partir dos dados da mesma fonte, conclui-se igualmente que é a partir de 2005 que Portugal passa a registar taxas de desemprego superiores à média europeia, colocando-se em 2012 muito acima da mesma. Enquanto em 2008 Portugal apresentava 1 ponto percentual acima da taxa média de desemprego da UE27, em 2012 passa a ter mais 5 pontos percentuais.

Importa, contudo, ter em consideração que os estudos realizados sobre esta matéria mostram que o desemprego não incide de igual forma em diferentes grupos populacionais, apresentando-se como um fenómeno que se caracteriza pela sua natureza desigualitária e socialmente seletiva (Gonçalves, 2005; Peixoto, 2008). A ilustração dessa seletividade social surge, desde logo, quando se analisa o fenómeno do desemprego em função da nacionalidade. Os dados oficiais das fontes estatísticas nacionais (do INE e do IEFP) permitem constatar que o desemprego não atinge de igual modo portugueses e estrangeiros, assumindo especial importância junto da população estrangeira.

Esta tendência é comum aos vários Estados-membros da União Europeia. Segundo um relatório do EUROSTAT (2011a), em todos os países da União Europeia (com exceção da Hungria) as taxas de desemprego das populações estrangeiras apresentam valores sempre superiores aos registados pelo total da população residente.

Tal como evidenciado em outros capítulos deste relatório estatístico, a população estrangeira não pode ser analisada como um todo homogéneo. No universo de estrangeiros verificam-se subgrupos tendencialmente mais expostos ao fenómeno do desemprego. Os dados estatísticos recolhidos a partir dos Censos e os dados administrativos reportados pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) permitem verificar que em Portugal o desemprego aumentou em especial a partir de 2008, estando o fenómeno mais associado aos estrangeiros oriundos de países extracomunitários (especialmente aos nacionais dos PALP, do Brasil e da Ucrânia), aos trabalhadores menos qualificados (com escolaridade inferior ao 3º ciclo do ensino básico) e inseridos nas atividades do segmento secundário do mercado de trabalho português. As atividades económicas geradoras de desemprego junto das populações estrangeiras estão principalmente relacionadas com a construção civil, a restauração e alojamento, e as atividades imobiliárias, administrativas e dos serviços de apoio (que como se referiu antes, podem incluir atividades de apoio à construção e às limpezas industriais).

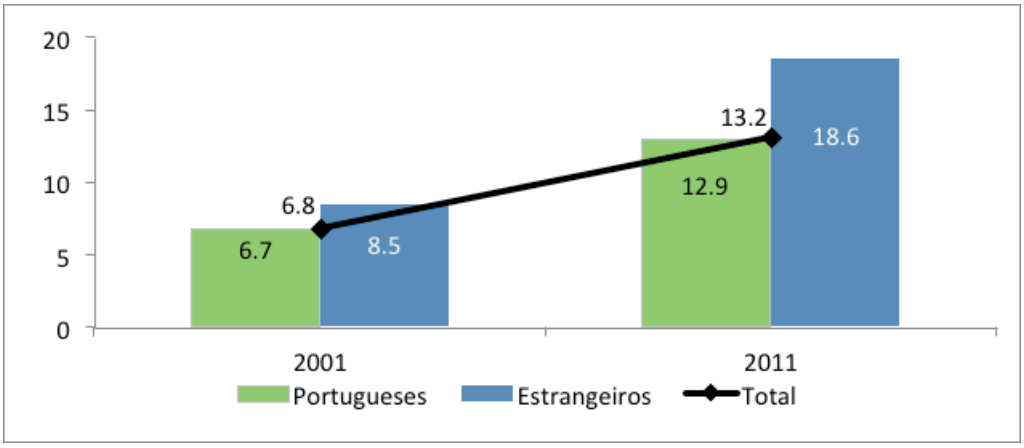
4.6.1. Desemprego de estrangeiros segundo os Censos[42]

A análise da evolução do desemprego das populações de nacionalidade estrangeira, recorrendo aos dados dos últimos Recenseamentos da População, evidencia duas grandes tendências: por um lado, as taxas de desemprego dos estrangeiros revelam-se superiores às dos portugueses nos

42. A análise do desemprego aqui apresentada não incidirá sobre os dados do *Inquérito ao Emprego* do INE, atendendo a que esta fonte, quando comparada com os dados recolhidos nos Censos, apresenta uma significativa subavaliação do desemprego dos indivíduos de nacionalidade estrangeira. Considere-se como exemplo o ano de 2011: enquanto o Inquérito ao Emprego apresenta para esta população uma taxa de desemprego de 13,1%, os Censos indicam uma taxa superior, de 18,6% (menos 5,5 pontos percentuais no inquérito ao emprego). Acresce que, segundo os dados do Inquérito ao Emprego, o desemprego da população estrangeira apenas difere do desemprego verificado para os portugueses em +0,4 pontos percentuais, quando os dados dos Censos refletem uma diferença de +5,7 pontos percentuais. A diferença nestes dados resulta da forma como são apurados: enquanto os dados do Inquérito ao Emprego são aferidos a partir de uma amostra de estrangeiros (Peixoto, 2008), os dados dos Censos refletem o universo de estrangeiros com residência há mais de um ano em Portugal.

dois Censos; e, por outro, a distância entre os dois grupos agravou-se substancialmente na última década - em 2001 verifica-se uma diferença de dois pontos percentuais na taxa de desemprego dos portugueses e dos estrangeiros, que passa para 6 pontos percentuais em 2011 (Gráfico 4.1.). A partir dos dados dos Censos conclui-se também que, entre 2001 e 2011, o desemprego de cidadãos estrangeiros cresceu consideravelmente mais (+265%) do que o desemprego de cidadãos portugueses (+89%). Note-se ainda que nos Censos de 1991, o INE apontava para uma taxa de desemprego entre a população estrangeira na ordem dos 9%, o que equivale aos valores apresentados em 2001. O agravamento do desemprego junto dos estrangeiros é, portanto, uma tendência que se observa sobretudo na última década – entre 2001 e 2011.

Gráfico 4.1. Taxa de desemprego segundo os Censos, em 2001 e 2011 (%)



Fonte: INE – Censos de 2001 e 2011 (cálculos das autoras).

Os Censos 2011 indicam igualmente que os estrangeiros de países extracomunitários apresentam uma maior vulnerabilidade face ao desemprego. A taxa de desemprego para estes estrangeiros situa-se nos 19,8%, enquanto no caso dos estrangeiros da UE27 a taxa é de 13,9% (o que representa uma distância de cerca de 6 pontos percentuais entre os dois grupos). De notar, ainda, que na última década se verificou um agravamento da taxa de desemprego dos estrangeiros de países extracomunitários, os quais em 2001 registavam uma taxa de 8,8%. Por outro lado, há uma década atrás a distância entre estes estrangeiros e os estrangeiros da UE15 era significativamente menor (apenas cerca de 2 pontos percentuais) – vd. Quadro 4.19.

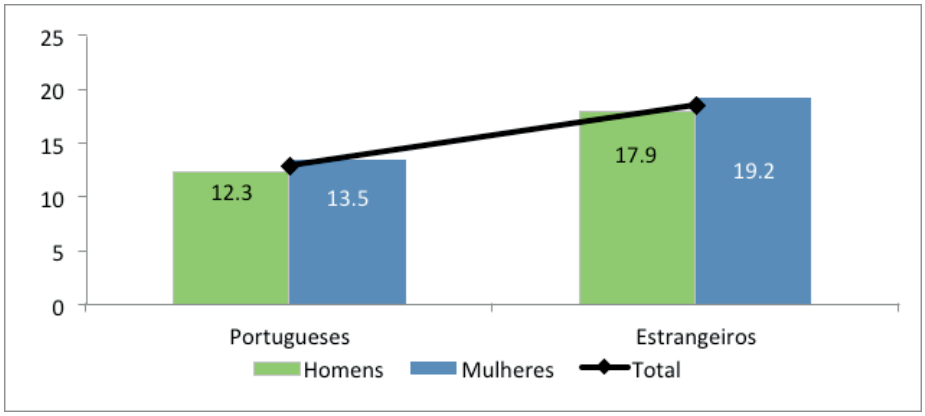
O Quadro 4.19. evidencia ainda outra tendência. Considerando as dez nacionalidades mais representadas na população estrangeira residente em Portugal, em 2011 destacam-se as taxas de desemprego de três grupos de nacionalidades com valores acima da média do registado para o total de estrangeiros – guineenses (32,5%), angolanos (29,1%) e cabo-verdianos (27,8%). Em 2001, os Censos também indicavam estas três nacionalidades como sendo as mais expostas ao desemprego em Portugal. Em contraste, os chineses aparecem com as taxas de desemprego mais baixas entre as populações estrangeiras (apenas 1,6%), confirmando a empregabilidade inerente às iniciativas empresariais da própria comunidade chinesa (Oliveira, 2005).

Quadro 4.19. Taxa de desemprego por nacionalidade, em 2001 e 2011 (%)

	2001	2011
Total	**6,8**	**13,2**
Portugueses	**6,7**	**12,9**
Estrangeiros	8,5	18,6
Estrangeiros UE15/UE27[43]	6,6	13,9
Estrangeiros Extracomunitários	8,8	19,8
Brasil	7,4	16,6
Cabo-verde	8,3	27,8
Ucrânia	3,4	16,9
Angola	13,7	29,1
Roménia	3,5	16,5
Guiné-Bissau	12,5	32,5
Reino Unido	4,0	9,7
França	8,1	12,9
China	0,9	1,6
Espanha	6,9	11,8

Fonte: INE - Censos de 2001 e 2011 (cálculos das autoras).

Gráfico 4.2. Taxa de desemprego por nacionalidade e sexo, em 2011 (%)



Fonte: INE – Censos 2011 (cálculos das autoras).

A natureza socialmente seletiva e desigualitária do desemprego ganha também expressão nas taxas de desemprego femininas. Efetivamente, o fenómeno do desemprego tende a atingir mais mulheres que homens, tendência que é visível tanto nos cidadãos de nacionalidade portuguesa, como nos cidadãos de nacionalidade estrangeira. De referir, contudo, que a taxa de desemprego das mulheres estrangeiras ultrapassa em 5,7 pontos percentuais a taxa de desemprego das mulheres portuguesas (Gráfico 4.2.). É interessante verificar, contudo, que (conforme quadro 4.20.) há maiores diferenciais no desemprego de homens e mulheres de países da União Europeia (+3,1 pontos percentuais) e de nacionais portugueses (+1,2 pontos percentuais), do que entre nacionais de países extracomunitários (+0,7 pontos percentuais).

Ainda assim, as mulheres estrangeiras mais expostas ao desemprego são as guineenses (28,4%), angolanas (26,4%) e cabo-verdianas (20,2%).

Uma análise mais fina permite ainda concluir que o desemprego não atinge de igual modo as mulheres e os homens de todas as nacionalidades. Ao contrário do verificado em todas as outras nacionalidades estrangeiras analisadas, para as quais o desemprego incide mais (em termos relativos)

43. 2001=UE15; 2011=UE27

nas mulheres (+1,3 pontos percentuais) do que nos homens, em 2011 a taxa de desemprego é mais elevada entre os homens nacionais dos PALP que nas mulheres desses mesmos países (e.g. -16,4 pontos percentuais de desemprego nas mulheres cabo-verdianas quando comparadas aos homens cabo-verdianos; - 6,9 pontos percentuais nas mulheres guineenses e -5,3 pontos percentuais nas mulheres angolanas) – vd. Quadro 4.20. A taxa de desemprego dos homens dessas nacionalidades situa-se acima dos 30% (cerca de mais 15 pontos percentuais que o verificado para o total de homens estrangeiros): os homens cabo-verdianos têm a taxa mais alta (36,6%), seguidos dos guineenses (35,3%) e dos angolanos (31,7%).

Quadro 4.20. Taxa de desemprego por sexo e nacionalidade, em 2011 (%)

Nacionalidade	Homens (A)	Mulheres (B)	B - A (pontos percentuais)	Total
Total	**12,6**	**13,8**	**+1,2**	**13,2**
Portugueses	12,3	13,5	+1,2	12,9
Estrangeiros	17,9	19,2	+1,3	18,6
Estrangeiros UE27 (exceto Portugal)	12,4	15,5	+3,1	13,9
Estrangeiros Extracomunitários	19,4	20,1	+0,7	19,8
Brasil	13,2	19,2	+6,0	16,6
Cabo-verde	36,6	20,2	-16,4	27,8
Ucrânia	15,2	18,7	+3,5	16,9
Angola	31,7	26,4	-5,3	29,1
Roménia	15,6	17,6	+2,0	16,5
Guiné-Bissau	35,3	28,4	-6,9	32,5
Reino Unido	8,3	11,5	+3,2	9,7
França	11,1	14,5	+3,4	12,9
China	1,5	1,6	+0,1	1,6
Espanha	10	13,5	+3,5	11,8

Fonte: INE – Censos 2011 (cálculos das autoras).

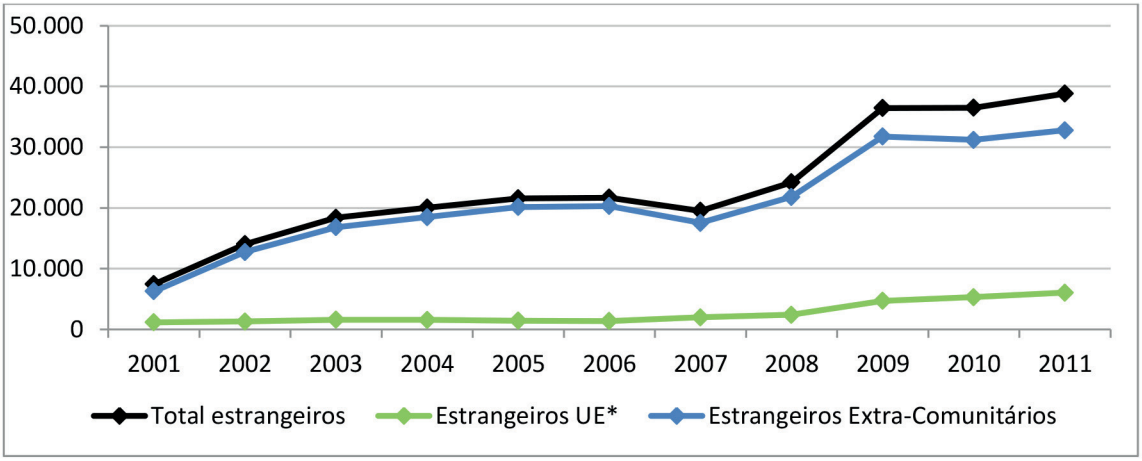
A este resultado não é alheia a crise económica que afetou particularmente o sector económico da construção civil que, como se mostrou antes, emprega uma parte substantiva dos homens ativos dos PALP. À semelhança do verificado noutros países, o sector da construção civil e obras públicas em Portugal foi ao longo das últimas décadas um dos principais sectores empregadores de mão-de-obra imigrante (Baganha *et al.*, 1999; Ferreira *et al.*, 2004; Carneiro *et al.*, 2006; Peixoto, 2008). Ora atendendo a que o grau de desenvolvimento deste sector depende diretamente da conjuntura económica, o emprego na construção é instável e de elevada precaridade, refletindo-se muito nas taxas de desemprego das populações mais dependentes do dinamismo económico do mesmo (Oliveira e Pires, 2010: 19).

4.6.2. Desemprego Registado de Estrangeiros no IEFP

No final do ano de 2011, os desempregados estrangeiros registados nos Centros de Emprego do IEFP atingiam os 38.803 indivíduos, tendo-se verificado um aumento de +422,6% por comparação a 2001. Da leitura do gráfico 4.3. sobressai o aumento constante do desemprego registado[44] desde 2001, tendência que sofre um agravamento a partir de 2008. Assim os dados do IEFP vêm corroborar a vulnerabilidade dos estrangeiros de países extracomunitários em relação ao fenómeno do desemprego.

44. Segundo o IEFP o conceito de Desemprego Registado diz respeito aos indivíduos que "não têm emprego e estão imediatamente disponíveis para trabalhar". Neste conceito estão incluídos os desempregados que nunca trabalharam (primeiro emprego) e os desempregados que já trabalharam (novo emprego).

Gráfico 4.3. Evolução do desemprego registado de estrangeiros em Portugal Continental, entre 2001 e 2011 (números absolutos)



Fonte: IEFP
Nota: * União Europeia (exceto Portugal). De 2001 a 2003: UE15; De 2004 a 2006: UE25; De 2007 a 2011: UE27

O impacto do desemprego registado de estrangeiros também aumentou no total de desempregados: a percentagem de estrangeiros no total dos trabalhadores desempregados inscritos nos Centros de Emprego passou de 2,3%, em 2001, para um valor máximo de 7,2%, em 2009. Em 2011 a percentagem de estrangeiros no total dos desempregados inscritos era de 6,7%, tendo descido ligeiramente a sua importância face aos valores verificados em 2009 e 2010 (vd. quadro 4.21.).

O perfil dos desempregados estrangeiros (quadro 4.22.) registados nos Centros de Emprego no final de 2011 aponta para um grupo de pessoas maioritariamente do sexo masculino (53,1%), pertencentes ao grupo etário dos 35-54 anos (50,6%), e com escolaridade inferior ao 3º ciclo do ensino básico (61,0%). A comparação com os valores de 2009 permite concluir que se verificou nos últimos anos um crescimento mais pronunciado do desemprego registado nos estrangeiros mais velhos (+45,1% de desempregados com 55 e mais anos) e menos qualificados (+22,0% de desempregados com escolaridade inferior ao 1º ciclo do ensino básico).

Quadro 4.21. Desemprego registado de estrangeiros em Portugal Continental, entre 2001 e 2011 (%)

Ano	Total	Estrangeiros	
		N	%
2001	316.440	7.425	2,3
2002	371.413	14.025	3,8
2003	443.105	18.393	4,2
2004	457.864	20.036	4,4
2005	468.115	21.570	4,6
2006	440.125	21.673	4,9
2007	377.436	19.511	5,2
2008	402.545	24.203	6,0
2009	504.775	36.442	7,2
2010	519.888	36.496	7,0
2011	576.383	38.803	6,7

Fonte: IEFP (cálculos das autoras).

Quadro 4.22. Desemprego registado de estrangeiros em Portugal Continental, segundo o sexo, o grupo etário e os níveis de escolaridade, entre 2009 e 2011

	2009		2010		2011		Variação (%) 2011/2009
	N	%	N	%	N	%	
Sexo							
Homens	19.397	53,2	18.903	51,8	20.594	53,1	+6,2
Mulheres	17.045	46,8	17.593	48,2	18.209	46,9	+6,8
Grupo etário							
Menos de 25 anos	3.885	10,7	3.919	10,7	4.324	11,1	+11,3
25-34 anos	12.067	33,1	11.463	31,4	11.664	30,1	-3,3
35-54 anos	18.304	50,2	18.560	50,9	19.644	50,6	+7,3
55 e mais anos	2.186	6,0	2.554	7,0	3.171	8,2	+45,1
Níveis de escolaridade							
Inferior ao 1º ciclo do EB	4.706	12,9	5.143	14,1	5.742	14,8	+22,0
Básico-1ºciclo	4.020	11,0	3.976	10,9	4.109	10,6	+2,2
Básico-2ºciclo	5.362	14,7	5.362	14,7	5.383	13,9	+0,4
Básico-3ºciclo	8.262	22,7	8.017	22,0	8.441	21,8	+2,2
Secundário	13.353	36,6	13.171	36,1	14.319	36,9	+7,2
Superior	739	2,0	827	2,3	809	2,1	+9,5
Total de estrangeiros	**36.442**		**36.496**		**38.803**		**+6,5**

Fonte: IEFP (cálculos das autoras).

Segundo a mesma fonte, os grupos profissionais com maior número de desempregados estrangeiros registados eram, em 2011, os seguintes: "Trabalhadores não qualificados dos serviços e comércio" (18,1%); "Pessoal dos serviços de proteção e segurança" (17,1%); "Operários, artífices e trabalhadores similares" (16,8%) e "Trabalhadores não qualificados das minas, construção civil e indústrias transformadoras" (15%). No conjunto, estes grupos profissionais representam 67% do desemprego registado nesse ano (Quadro 4.23.).

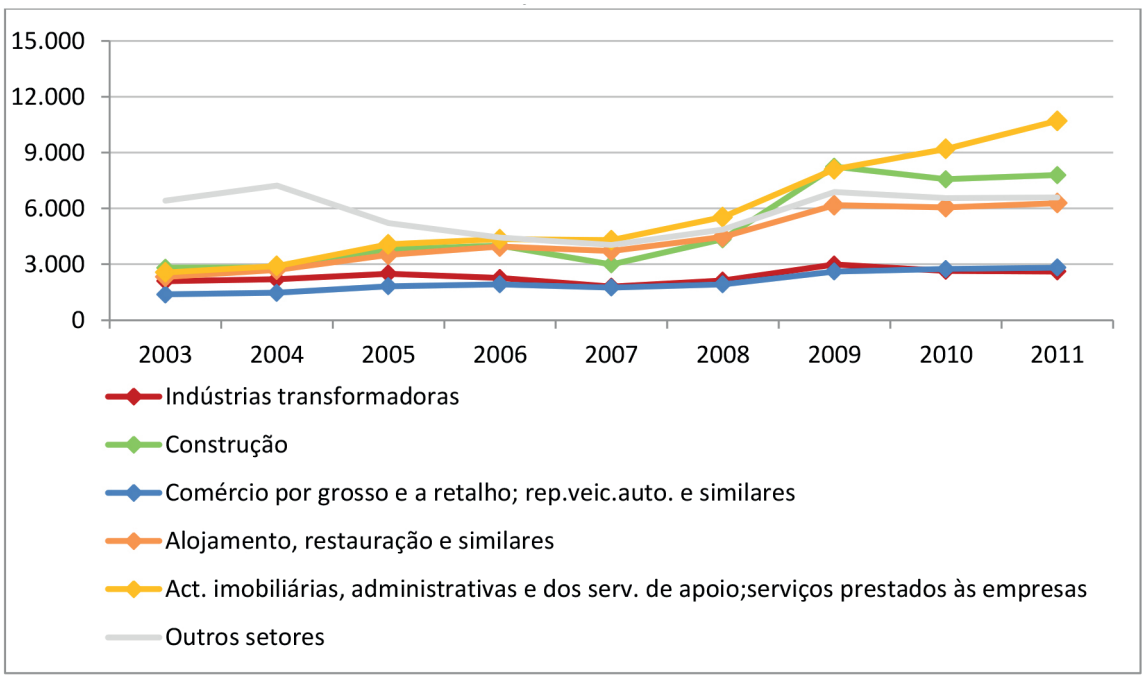
Quadro 4.23. Desemprego registado de estrangeiros em Portugal Continental, segundo a profissão, entre 2009 e 2011

Grupos profissionais	2009	2010	2011		Variação (%) 2011/2009
	N	N	N	%	
1.1-Quadros superiores da administração pública	2	5	5	0,0	
1.2-Diretores de empresa	158	143	154	0,4	-2,5
1.3-Diretores e gerentes de pequenas empresas	53	42	52	0,1	-1,9
2.1-Especialistas das ciências físicas, matemáticas e engenharias	142	155	145	0,4	+2,1
2.2-Especialistas das ciências da vida e prof. de saúde	79	64	83	0,2	+5,1
2.3- Docentes do ensino secundário, superior e prof. similares	70	74	100	0,3	+42,9
2.4-Outros espec. das prof. Intelectuais e científicas	378	426	416	1,1	+10,1
3.1 -Téc. e profissionais de nível intermédio	566	591	661	1,7	+16,8
3.2-Prof. de nível interm. das ciências	73	70	90	0,2	+23,3
3.2-Prof. de nível interm. do ensino	30	51	49	0,1	+63,3
3.4 - Outros técnicos e prof. de nível intermédio	518	568	511	1,3	-1,4
4.1 -Empregados de escritório	1835	1817	1899	4,9	+3,5
4.2 - Empregados de receção, caixas, bilheteiros e similares	707	659	677	1,7	-4,2
5.1 -Pes. dos serv. direc. e part. de protec. e segurança	**5768**	**6144**	**6646**	**17,1**	+15,2
5.2 -Manequins, vendedores e demonstradores	2041	2168	2184	5,6	+7,0
6.1-Agric. e trab. qual. da agricultura, criac anim. e pesca	962	1157	1293	3,3	+34,4
6.2-Agric. e pesc. - Agric e pesca de subsistência	5	10	8	0,0	+60,0
7.1-Operários, artifices e trab. similares	**6379**	**6160**	**6534**	**16,8**	+2,4
7.2- Trab. da metalurgia, metalomecânica e similares	1694	1552	1667	4,3	-1,6
7.3 - Mecânicos de prec., oleiros, vidreiros, artes gráficas	102	79	69	0,2	-32,4
7.4 - Outros operários, artífices e trabalhadores similares	710	669	683	1,8	-3,8
8.1 - Operadores de instalações fixas e similares	85	103	126	0,3	+48,2
8.2 - Operadores máquinas e trabalhadores da montagem	573	447	441	1,1	-23,0
8.3 - Condutor de veículos e oper. equip. pesados móveis	1589	1348	1402	3,6	-11,8
9.1 - Trab. não qualific. dos serviços e comércio	**6162**	**6552**	**7028**	**18,1**	+14,1
9.2 - Trab. não qualific. da agricultura e pescas	50	66	76	0,2	+52,0
9.3 - Trab. não qualific. minas, c.civil, ind. transf.	**5711**	**5376**	**5804**	**15,0**	+1,6
Total estrangeiros	**36442**	**36496**	**38803**	**100**	**+6,5**

Fonte: IEFP (cálculos das autoras).

Em 2011, os sectores de atividade que mais contribuíram para o desemprego registado de estrangeiros foram as "atividades imobiliárias, administrativas e dos serviços de apoio" (29,1%), a "construção" (21,2%), o "alojamento, restauração e similares" (17,1%), o "comércio por grosso e a retalho" (7,0%) e as "indústrias transformadoras" (7,1%). No conjunto, estas cinco atividades corresponderam a 82% do volume total de desemprego registado de estrangeiros, tendo aumentado o número absoluto de desempregados registados nessas atividades económicas desde 2009 (Gráfico 4.4.).

Gráfico 4.4. Desemprego registado de estrangeiros (novo emprego) segundo a atividade económica, entre 2003 e 2011



Fonte: IEFP (cálculos das autoras); Nota: Os dados referem-se a Portugal Continental e dizem respeito à atividade económica de origem do desemprego.

Importa, contudo, ter em consideração que as atividades que mais contribuíram para o desemprego de cidadãos estrangeiros correspondem também, como vimos anteriormente, às atividades económicas que mais estrangeiros empregam, sendo certo que estas atividades são também aquelas que foram mais afetadas pela crise económica a partir de 2008. Conforme se pode verificar nos dados reportados no Quadro 4.24., no total da população residente em Portugal Continental, estas cinco atividades destacaram-se como sendo as que mais desemprego geraram em 2011.

Ainda assim, algumas diferenças entre estrangeiros e população total devem ser mencionadas. A forte concentração dos estrangeiros em determinados setores - como a construção civil, as atividades imobiliárias, administrativas e dos serviços de apoio, e a restauração e alojamento - explica que estes três setores sejam responsáveis por cerca de 67% do desemprego registado de estrangeiros, enquanto na população total os mesmos setores em conjunto apenas representam cerca de 40% do desemprego total.

Quadro 4.24. Desemprego registado (novo emprego), segundo a nacionalidade e a atividade económica de origem do desemprego, entre 2008 e 2011

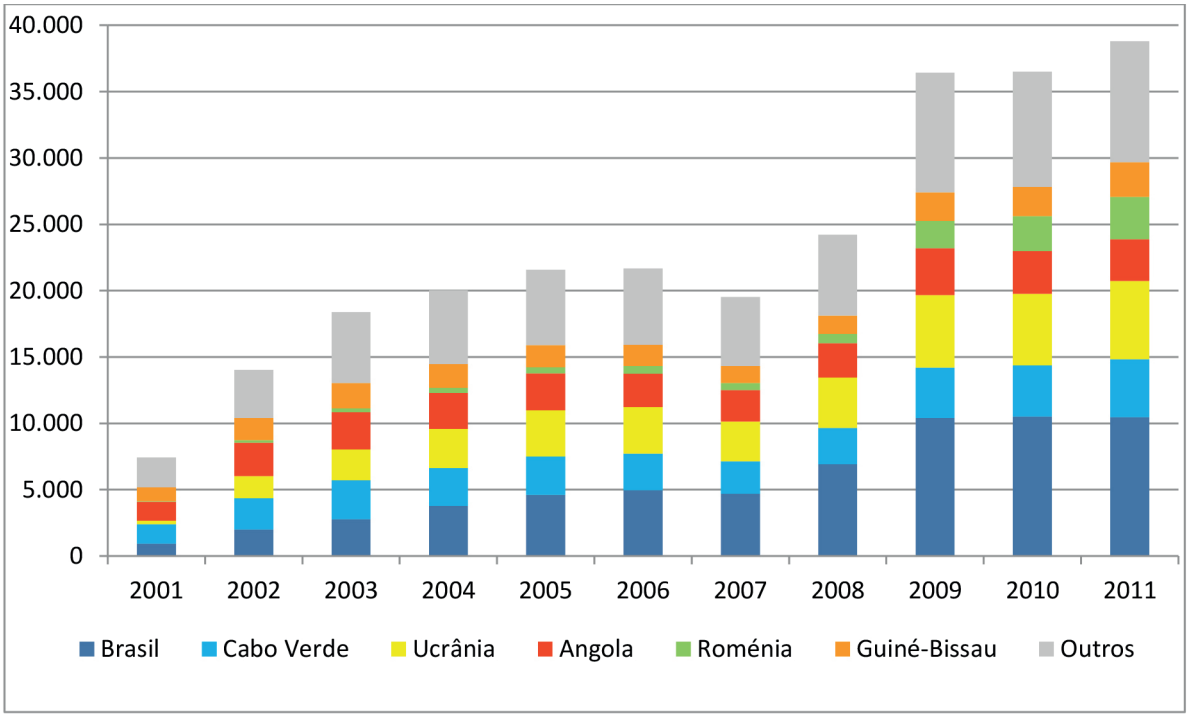
Atividade económica de origem do desemprego	2008		2009		2010		2011			
	N		N		N		Total		Estrangeiros	
	Total	Estrang.	Total	Estrang.	Total	Estrang.	N	%	N	%
Agricultura, Prod. Animal, Caça, Floresta e Pesca	14.498	489	17.425	930	17.867	1.021	17.467	3,3	1.105	3,0
Indústrias extrativas	964	20	1.435	50	1.970	100	2.137	0,4	101	0,3
Indústrias transformadoras	91.118	2.122	111.916	2.988	105.353	2.650	104.649	19,6	2.613	7,1
Electric., gás e água, saneamento, resíduos e despoluição	979	44	1.431	98	1.624	121	1.961	0,4	128	0,3
Construção	41.057	4.343	63.598	8.238	65.518	7.570	76.862	14,4	7.795	21,2
Comércio por grosso e a retalho; rep. veic. automóveis e motociclos	54.511	1.925	65.836	2.619	69.186	2.746	77.886	14,6	2.823	7,7
Transportes e armazenagem	9.095	536	10.471	716	9.921	608	11.093	2,1	598	1,6
Alojamento, restauração e similares	34.592	4.470	42.912	6.171	44.456	6.057	47.174	8,8	6.282	17,1
Atividades de informação e de comunicação	4.256	144	6.101	237	6.240	233	6.984	1,3	216	0,6
Atividades financeiras e de seguros	2.115	57	2.806	85	2.958	75	3.494	0,7	92	0,2
Ativid. imobiliárias, administrativas e dos serviços de apoio	47.252	5.531	62.838	8.099	71.186	9.197	88.987	16,7	10.699	29,1
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	6.064	196	7.893	303	9.205	335	11.272	2,1	351	1,0
Admin. pública, educação, atividades de saúde e apoio social	28.401	801	31.274	980	37.624	1.125	46.192	8,7	1.173	3,2
Outras atividades de serviços	31.317	2.491	38.622	3.398	35.787	2.879	34.713	6,5	2.748	7,5
Sem classificação	4.064	92	2.661	81	1.788	51	2.428	0,5	83	0,2
Total	**370.283**	**23.261**	**467.219**	**34.993**	**480.683**	**34.768**	**533.299**	**100**	**36.807**	**100**

Fonte: IEFP (cálculos das autoras). Nota: Os dados referem-se a Portugal Continental.

No final do ano de 2011, as nacionalidades estrangeiras que apresentavam maior número de desempregados e/ou contribuíam mais para o total de desempregados estrangeiros registados (cerca de 70%) eram a brasileira (27,0% do total de desempregados registados estrangeiros), ucraniana (15,2%), cabo-verdiana (11,3%), angolana (8,2%) e romena (8,2%) – vd. Gráfico 4.5. Este dado não é surpreendente, se atendermos ao facto de que estas nacionalidades estrangeiras são também aquelas que apresentam maior número de residentes em Portugal. As outras nacionalidades do top

dez das nacionalidades mais numerosas do país não se destacam, porém, no desemprego registado de estrangeiros: os cidadãos da União Europeia eram em 2011 os que tinham menos desempregados registados nos Centros de Emprego – os cidadãos do Reino Unido representavam apenas 0,6% do total de desempregados registados, os franceses 0,7% e os espanhóis 1,3% -, tal como os chineses (apenas 0,1% do total de desempregados estrangeiros registados).

Gráfico 4.5. Desemprego registado de estrangeiros em Portugal continental, segundo as principais nacionalidades, entre 2001 e 2011



Fonte: IEFP (cálculos das autoras)

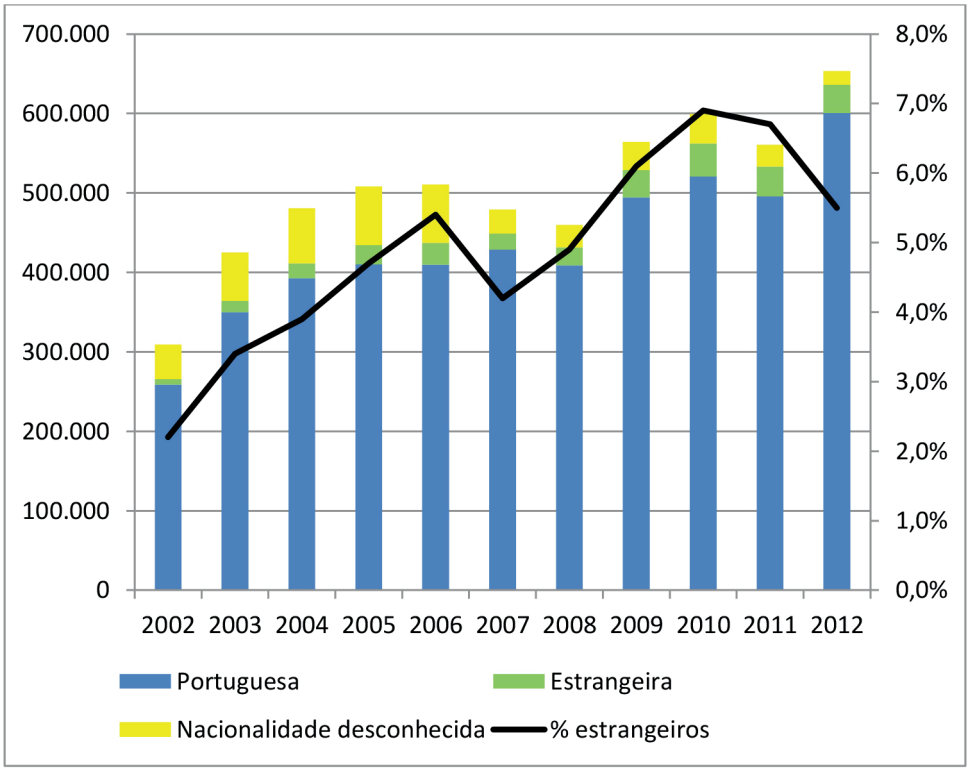
4.6.3. Prestações de desemprego a partir dos dados do Instituto da Segurança Social

Durante a última década, o número de beneficiários estrangeiros das várias prestações de desemprego[45] foi aumentando, acompanhando também a evolução crescente da população estrangeira residente. A única exceção verificou-se em 2007[46], 2011 e 2012, quando se regista uma quebra. Em valores absolutos, os estrangeiros apoiados com o subsídio de desemprego passaram de 6.866 (2,2% do total de beneficiários desse ano), em 2002, para 35.898 em 2012 (5,5% do total de beneficiários desse ano) - Gráfico 4.6.[47] Este aumento do volume de trabalhadores estrangeiros apoiados por prestações de desemprego está, em parte, associado à conjuntura económica do país e ao agravamento geral do desemprego que se verificou em Portugal nos últimos anos. Por outro lado, reflete o próprio aumento da população estrangeira e/ou contribuintes estrangeiros que perante uma situação de maior vulnerabilidade no mercado de trabalho tendem a recorrer a estes benefícios a que têm direito face aos descontos efetuados para a Segurança Social no país. Peixoto *et al.* (2011) detalha outros fatores explicativos desta evolução: "a progressiva aquisição de

45. No presente capítulo, as várias prestações de desemprego (subsídio de desemprego, o subsídio social de desemprego e o subsídio de desemprego parcial) são analisadas de forma agregada.
46. Segundo Peixoto *et al.* (2011:153) a quebra em 2007 está relacionada com uma atualização da base de dados da Segurança Social.
47. No conjunto das diversas prestações sociais, este incremento do número de beneficiários das prestações de desemprego foi dos mais pronunciados (ver capítulo dedicado à análise das prestações sociais).

um estatuto legal por parte dos imigrantes, devido aos sucessivos mecanismos de regularização previstos na legislação; a concessão do direito às prestações sociais aos vários títulos de residência e permanência" (Peixoto *et al.*, 2011:153).

Gráfico 4.6. Beneficiários com lançamento de prestações de desemprego, segundo a nacionalidade, entre 2002 e 2012

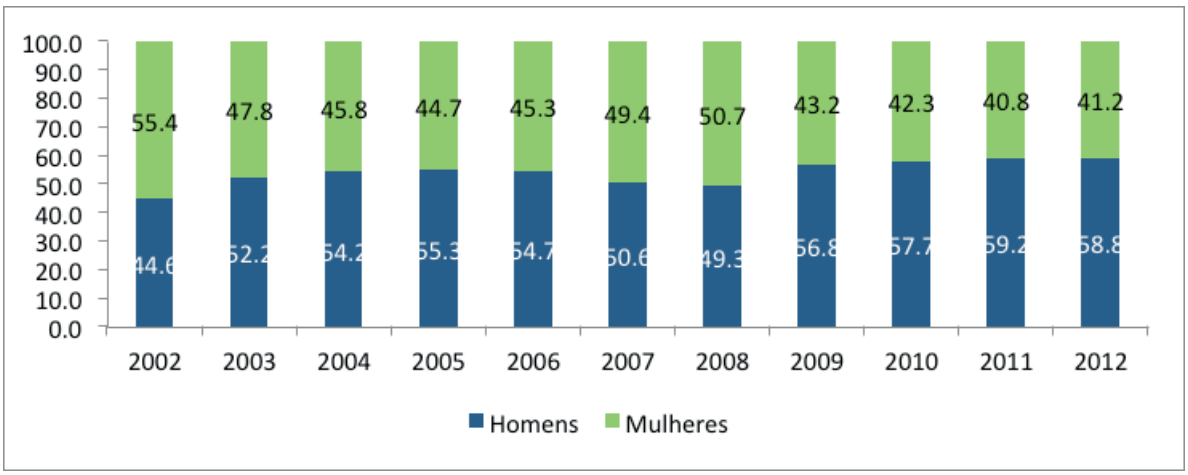


Fonte: Instituto de Informática-MTSS/MSESS (cálculos das autoras)

Em relação à distribuição por sexos, conclui-se que ao longo da última década foram os homens estrangeiros os que mais beneficiaram desta prestação social. As únicas exceções são os anos de 2002 e 2008 (vd. gráfico 4.7). Ora esta tendência contraria a informação recolhida nos Censos tanto para os portugueses como para os estrangeiros, o que pode indiciar que as mulheres embora mais expostas ao desemprego que os homens tendem a registar-se menos nos centros de emprego e a beneficiar menos de prestações de desemprego, o que pode refletir maior relação com a economia informal e uma efetiva menor contribuição para o sistema da segurança social - tanto no caso dos portugueses como nos estrangeiros verifica-se que há menos contribuintes mulheres do que homens, embora ao longo da última década se tenha aproximado a importância relativa de cada um dos sexos (Peixoto *et al.*, 2011: 90).

Esta tendência reflete também, como referido antes, a retração económica dos sectores económicos onde os homens tendem a associar-se mais – caso do sector da construção civil, importante empregador de trabalhadores estrangeiros do sexo masculino. O agravamento da crise económica a partir de 2008 é visível no aumento da proporção de homens estrangeiros que beneficiam do subsídio de desemprego. O Gráfico 4.7. mostra bem que a partir de 2009 a proporção de homens estrangeiros com subsídio de desemprego passa a ser superior a 56% (quando em 2008 era 49%). Os dados indiciam, portanto, que os trabalhadores estrangeiros do sexo masculino sentem de forma mais intensa as consequências das crises económicas, sobretudo quando comparados com as mulheres das mesmas nacionalidades, frequentemente mais ligadas a setores menos sensíveis aos ciclos económicos (Peixoto *et al.*, 2011).

Gráfico 4.7. Beneficiários estrangeiros com lançamento de prestações de desemprego, segundo o sexo, entre 2002 e 2012 (%)



Fonte: Instituto de Informática-MTSS/MSESS (cálculos das autoras)

Do ponto de vista da distribuição por nacionalidades (Gráfico 4.8. e Quadro 4.25.), os dados da Segurança Social refletem as tendências gerais da imigração em Portugal na última década. O crescimento dos beneficiários de nacionalidade brasileira dá conta dessas tendências, uma vez que os nacionais deste país passam a ser a nacionalidade estrangeira mais representada no total de beneficiários do subsídio de desemprego a partir do ano de 2008, tal como acontece no stock das populações estrangeiras residentes – em termos absolutos, passaram de 1.064 em 2002 para 12.416 em 2012. Em 2012 estes nacionais representavam mais de um terço (34,6%) de todos os beneficiários estrangeiros, quando em 2002 apenas representavam 15,5%.

Por contraste, os nacionais dos PALP, que até 2006 assumiam uma posição maioritária no total de beneficiários estrangeiros, perdem essa posição a partir de 2007. Assim, enquanto em 2002 mais de metade (52,1%) dos beneficiários estrangeiros eram provenientes destes países africanos de expressão portuguesa, em 2012 estes estrangeiros reduzem a sua importância para cerca de um quarto (22,5%), embora em termos absolutos tenham aumentado de 3.575 para 8.094 beneficiários – gráfico 4.8. Importa, porém, reconhecer que esta diminuição de importância pode refletir na realidade "novos" cidadãos portugueses que à luz do novo enquadramento legal de acesso à nacionalidade definido em 2006 adquiriram a nacionalidade portuguesa e por isso desapareceram das estatísticas desta fonte como estrangeiros, passando a ser contabilizados como portugueses.

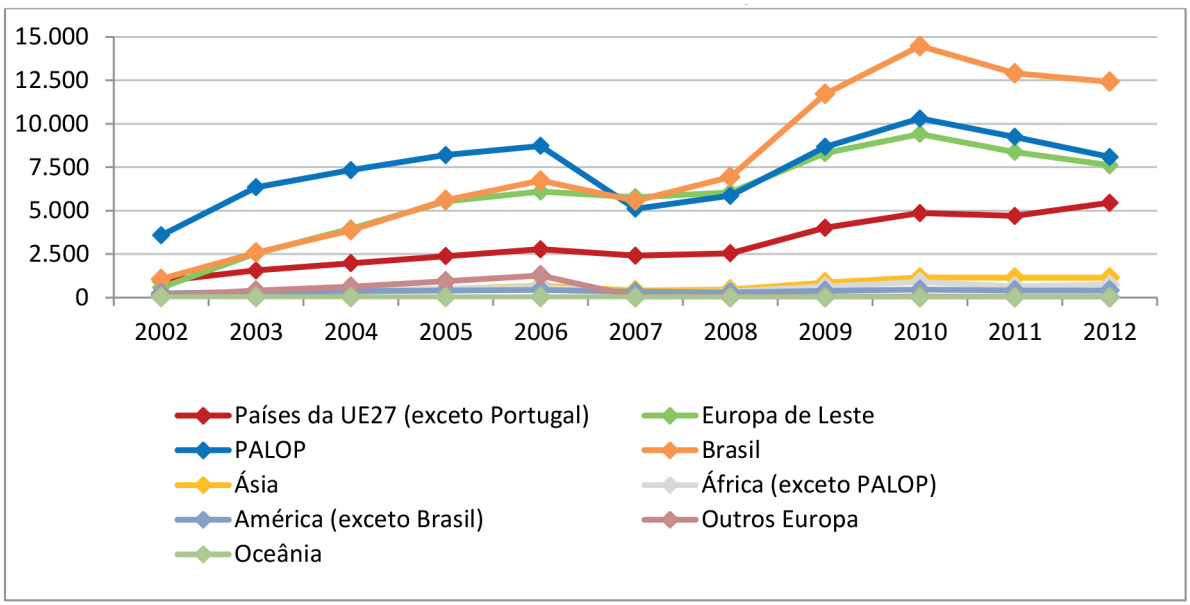
Na atualidade, o terceiro grupo de nacionalidades com mais peso no total de beneficiários estrangeiros é o grupo dos europeus de leste[48]. Em 2012 perfaziam os 7.610 beneficiários (21,2% do total), quando em 2002 eram apenas 570 (8,3% do total) – gráfico 4.8. Entre as nacionalidades da Europa de Leste destacam-se os ucranianos, que detém a primazia ao longo de toda a década – quadro 4.25.

Em relação ao grupo dos nacionais da UE27, que ocupam ao longo de toda a década a quarta posição (gráfico 4.8.), devem considerar-se algumas diferenças internas. Os beneficiários dos países mais antigos da União Europeia (Alemanha, Espanha, França e Reino Unido) encontram-se geral-

48. De notar que no apuramento efetuado neste relatório, os dados reproduzidos para 2002 relativos aos europeus de leste não incluem países que integraram a União Europeia ao longo da década – caso dos estrangeiros de nacionalidade romena e búlgara - por forma a garantir comparabilidade da série analisada para os dois grupos (europeus de leste e UE27) sem ter falsos aumentos ou decréscimos. Assim, ao longo da década, comparam-se e mantêm-se sempre as mesmas nacionalidades nestes dois grupos de países.

mente em menor número quando comparados com os restantes beneficiários estrangeiros. Os dois países da europa de leste (Roménia e Bulgária) que aderiram à União Europeia em 2007 registam, porém, um aumento progressivo do número de beneficiários ao longo da década em análise, sendo que a Roménia e Bulgária ocupavam em 2012 as primeiras posições no conjunto dos beneficiários da UE27, fazendo subir o contributo deste grupo no total de beneficiários estrangeiros nos últimos anos.

Gráfico 4.8. Beneficiários estrangeiros com lançamento de prestações de desemprego, segundo os principais grupos de nacionalidades, entre 2002 e 2012



Fonte: Instituto de Informática-MTSS/MSESS

Os estrangeiros com menor peso no total de beneficiários das prestações de desemprego são cidadãos de quatro conjuntos de países: Ásia, Oceânia, África (excluindo PALPs) e América (excluindo Brasil), que acabam por refletir grupos de nacionalidades muito pouco representadas (com a exceção dos chineses) no stock geral de estrangeiros residentes – gráfico 4.8.

Quadro 4.25. Beneficiários estrangeiros com lançamento de prestações de desemprego, segundo os principais países de nacionalidade, entre 2002 e 2012

Nacionalidade	2002	2007	2012	Taxa de mudança 2002-2007	Taxa de mudança 2007-2012
Total estrangeiros	**6.866**	**19.905**	**35.898**	+189,9	+80,3
África	**3.795**	**5.378**	**8.842**	+41,7	+64,4
PALP	**3.575**	**5.109**	**8.094**	+42,9	+58,4
Angola	1.515	2.167	2.211	+43,0	+2,0
Cabo Verde	842	1.485	2.864	+76,4	+92,9
Guiné-Bissau	624	787	1.963	+26,1	+149,4
Moçambique	250	236	250	-5,6	+5,9
S. T. Príncipe	344	434	806	+26,2	+85,7
América	**1.306**	**5.893**	**12.820**	+351,2	+117,5
Brasil	1.064	5.574	12.416	+423,9	+122,7
Ásia	**119**	**400**	**1.139**	+236,1	+184,8
China	6	14	24	+133,3	+71,4
India	30	65	381	+116,7	+486,2
Paquistão	23	67	143	+191,3	+113,4
Europa	**1.625**	**8.229**	**13.087**	+406,4	+59,0
UE27	**942**	**2.411**	**5.447**	+155,9	+125,9
Alemanha	131	227	204	+73,3	-10,1
Espanha	157	275	337	+75,2	+22,5
França	321	259	252	-19,3	-2,7
Reino Unido	99	169	207	+70,7	+22,5
Bulgária	13	302	922	+2223,1	+205,3
Roménia	57	820	2.969	+1338,6	+262,1
Europa de Leste	**570**	**5.774**	**7.610**	+913,0	+31,8
Moldávia	67	615	1.015	+817,9	+65,0
Rússia	91	507	427	+457,1	-15,8
Ucrânia	437	4.532	6.055	+937,1	+33,6
Oceânia	**21**	**5**	**10**	-76,2	+100,0

Fonte: Instituto de Informática-MTSS/MSESS

Relativamente à evolução dos montantes processados com prestações de desemprego (Quadro 4.26.), os dados sugerem tendências idênticas às evidenciadas pela evolução do número de beneficiários. Assim sendo, em termos absolutos, os montantes das prestações de desemprego processados a cidadãos de nacionalidade estrangeira passaram de 17,6 milhões de euros, em 2002, para 104,3 milhões de euros, em 2012 – o que atesta o crescimento verificado também no número de beneficiários. Em termos relativos, os montantes processados a cidadãos estrangeiros passaram a representar 4,2% do total de montantes processados em 2012, quando em 2002 apenas representavam 1,8%, embora traduzam um decréscimo da importância relativa em 2011 e 2012 face ao verificado em 2010 (5,4%) - Quadro 4.26.

Quadro 4.26. Montantes processados com prestações de desemprego, segundo a nacionalidade, de 2002 a 2012

Ano	Milhares de €				Percentagem de estrangeiros
	Total	Portuguesa	Desconhecida	Estrangeira	
2002	971.574	771.098	182.879	17.596	1,8%
2003	1.411.801	1.112.525	263.141	36.134	2,6%
2004	1.675.517	1.295.775	328.380	51.361	3,1%
2005	1.816.189	1.387.644	358.437	70.109	3,9%
2006	1.792.728	1.372.174	344.752	75.802	4,2%
2007	1.634.301	1.443.808	139.944	50.549	3,1%
2008	1.496.019	1.319.675	124.489	51.854	3,5%
2009	1.948.637	1.701.506	157.364	89.767	4,6%
2010	2.104.572	1.815.331	176.514	112.728	5,4%
2011	1.981.497	1.751.176	131.196	99.124	5,0%
2012	2.483.788	2.296.361	83.174	104.254	4,2%

Fonte: Instituto de Informática-MTSS/MSESS (cálculos das autoras)

De um modo geral, ao longo do período analisado, denotam-se algumas diferenças entre os beneficiários de nacionalidade estrangeira e a média da população no que toca ao valor médio mensal dos subsídios de desemprego auferidos, sendo também notáveis as disparidades detetadas no interior do grupo de beneficiários estrangeiros. Conforme se pode verificar pelo Quadro 4.27, entre 2002 e 2012, o valor médio auferido pelo total da população supera o valor médio das principais nacionalidades estrangeiras, notando-se apenas algumas exceções. Essas exceções dizem sobretudo respeito a algumas nacionalidades da União Europeia (Alemanha, Espanha, França e Reino Unido), que ultrapassam, em praticamente toda a década em análise, os valores médios do conjunto da população. Também os nacionais de Moçambique se encontram acima da média nacional na quase totalidade dos anos em análise (com exceção do ano de 2004, 2011 e 2012). Estes diferenciais são consequência direta das remunerações, e inerentemente das contribuições para a segurança social, de cada uma destas nacionalidades, uma vez que as nacionalidades com as prestações de desemprego mais elevadas são exatamente as mesmas que se mostraram antes como tendo remunerações base médias mais altas (a partir dos dados dos quadros de pessoal). Por outras palavras, as prestações de desemprego refletem tanto os grupos profissionais onde antes os trabalhadores se inseriam e/ou as remunerações recebidas anteriormente, como os valores das contribuições efetivadas para a segurança social – as situações de trabalho não declarado e/ou contributos de rendimentos abaixo da percentagem devida do valor total aferido - influem também nos valores médios do processamento das prestações sociais.

Neste âmbito os nacionais do Brasil assumem uma posição intermédia, assumindo os beneficiários africanos uma situação sempre abaixo dos estrangeiros da europa ocidental (Alemanha, França, Espanha e Reino Unido) e da média nacional. No entanto, uma nota deve ser dirigida aos beneficiários Moçambicanos que, conforme referido anteriormente, representam uma exceção no conjunto dos beneficiários africanos, uma vez que ultrapassaram quase sempre a média nacional. No grupo dos beneficiários africanos nota-se também que os angolanos assumem valores um pouco mais elevados que os cabo-verdianos, guineenses e são-tomenses. Também os beneficiários da Europa de Leste (moldavos, russos e ucranianos) estiveram sempre muito abaixo da média nacional e dos europeus da União Europeia.

A este respeito, é importante realçar que só a partir de 2008 os nacionais da China tendem a igualar os nacionais dos PALP ou da Europa de Leste, uma vez que até 2007 os beneficiários chineses eram os estrangeiros que registavam o valor mais baixo em termos de prestações de desemprego.

Quadro 4.27. Valor médio das remunerações mensais dos beneficiários com processamento de prestações de desemprego, segundo as principais nacionalidades, entre 2002 e 2012 (em €)

Nacionalidade	2002	2007	2012	Taxa de mudança 2002-2012
Total	595,78	627,93	550,83	-7,5
Portuguesa	562,76	616,41	553,31	-1,7
Desconhecida	761,15	819,86	585,15	-23,1
África				
Angola	536,9	445,72	481,18	-10,4
Cabo Verde	474,91	414,2	458,59	-3,4
Guiné-Bissau	494,91	426,95	466,68	-5,7
Moçambique	695,85	646,13	516,03	-25,8
S. T. Príncipe	482,72	413,23	481,59	-0,2
América				
Brasil	613,99	537,32	477,46	-22,2
Venezuela	587,49	632,15	515,11	-12,3
Ásia				
China	371,08	391,24	448,3	+20,8
Índia	719,63	524,54	441,68	-38,6
Paquistão	474,57	421,35	439,77	-7,3
Europa				
Alemanha	896,94	1.174,38	697,35	-22,3
Espanha	1.163,75	1.126,43	722,91	-37,9
França	778,95	937,96	693,82	-10,9
Reino Unido	1.186,93	1.247,77	664,63	-44,0
Bulgária	331,59	486,2	454,74	+37,1
Roménia	588,16	493,23	471,37	-19,9
Moldávia	408,77	492,47	464,75	+13,7
Rússia	428,41	481,53	472,61	+10,3
Ucrânia	428,96	499,59	460,83	+7,4

Fonte: Instituto de Informática-MTSS/MSESS

Globalmente importa referir ainda uma redução do valor médio das remunerações mensais dos beneficiários de prestações de desemprego ao longo da última década (-7,5% do valor médio da remuneração mensal no total de beneficiários e -1,7% para os portugueses) em virtude das reduções nas remunerações e das mudanças introduzidas na atribuição das prestações de desemprego pela segurança social (e.g. redução do limite máximo do montante mensal do subsidio de desemprego) – vd. quadro 4.27. Curiosamente, e contracorrente a todas as outras nacionalidades estrangeiras, cinco nacionalidades registaram um aumento do valor médio das remunerações mensais dos beneficiários com processamento de prestações de desemprego, entre 2002 e 2012 - os búlgaros (+37,1%), os chineses (+20,8%), os moldavos (+13,7%), os russos (+10,3%) e os ucranianos (+7,4%).

CAPÍTULO 5. ESTRANGEIROS E O SISTEMA DE SEGURANÇA SOCIAL

O sistema de segurança social português, tal como nos demais Estados sociais, define um contrato social (explicito e implícito) entre o cidadão contribuinte e o Estado. É este contrato social que estabelece, como contrapartida das contribuições do cidadão, a sua proteção em matéria de doenças, desemprego, parentalidade, invalidez, velhice, sobrevivência, acidentes de trabalho, doenças ocupacionais, subsídio de óbito, prestações familiares, entre outros. Ora, um princípio estruturante de todos os sistemas de segurança social modernos é o da necessária proporcionalidade entre contrapartidas e contribuições.

O presente capítulo tem como objetivo analisar as duas dimensões deste contrato social: por um lado, o contributo dos imigrantes para o sistema de segurança social português, analisando dados estatísticos sobre as suas contribuições; e, por outro lado, as contrapartidas dos imigrantes face ao sistema de segurança social, associadas às prestações sociais de que beneficiam.

Os dados analisados neste capítulo foram disponibilizados pelo Instituto de Informática do MTSS – Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (atualmente designado de MSESS - Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social), tendo sido feita a aproximação ao universo de imigrantes através do estudo da nacionalidade dos contribuintes e dos beneficiários de prestações sociais. De realçar, também, que os dados disponibilizados pelo Instituto de Informática do MTSS/MSESS contabilizam apenas os trabalhadores abrangidos pelo regime geral da Segurança Social[49], excluindo desta forma todos os trabalhadores do sector público e de alguns setores privados que possuem sistemas paralelos ao regime geral da Segurança Social (e.g. setor bancário, advogados).

Antes de analisar separadamente cada uma das dimensões do sistema de segurança social – das contribuições e das contrapartidas em prestações sociais – torna-se fundamental analisar o saldo financeiro que resulta da imigração para o sistema de segurança social português ao longo da última década.

Sobre este tema deve considerar-se a análise mais aprofundada promovida no estudo nº 49 do Observatório da Imigração - *Imigrantes e Segurança Social em Portugal*[50] (Peixoto *et al.*, 2011). Peixoto e outros (2011) procuraram exatamente estudar o impacto da imigração no sistema de segurança social, demonstrando que ao longo da última década (mesmo nos anos de crise e aumento do desemprego) o saldo financeiro do sistema de segurança social português com os estrangeiros é bastante positivo, situando-se em 2010 em +316 milhões de euros. Ou seja, em 2010, num

49. O regime geral da Segurança Social inclui os trabalhadores por conta de outrem e os trabalhadores independentes, para além de algumas categorias específicas (trabalhadores vinculados por nomeação, eleição ou contrato de administração).
50. Disponível em http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Estudos%20OI/Estudo49_WEB.pdf

contexto de crise económica e de aumento do desemprego, a relação entre as contribuições dos estrangeiros para a segurança social (+580,2 milhões de euros) e os gastos com prestações sociais (-211,6 milhões de euros) e com pensões (-52,6 milhões de euros) é positiva em +316,0 milhões de euros - embora se tenha verificado uma tendência de decréscimo do saldo nos últimos anos (de +381, 9 milhões em 2002, para +316,0 milhões em 2010) por força do aumento do número de desempregados estrangeiros (portanto menos pessoas a contribuir para o sistema e mais pessoas a terem contrapartidas do sistema) e aumento da população estrangeira com pensões de invalidez, de velhice e de sobrevivência (quadro 5.1.).

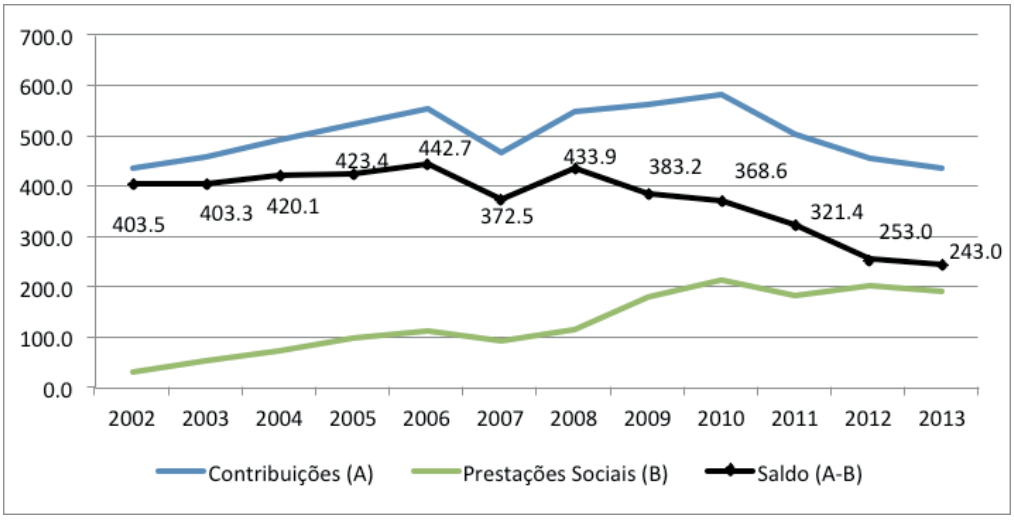
Quadro 5.1. Saldo das contribuições, prestações sociais e pensões relativas à população de nacionalidade estrangeira, entre 2002 e 2010 (milhões de euros)

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Contribuições	433,4	455,3	491,2	519,8	551,8	464,2	546,5	561,5	580,2
Prestações Sociais	29,9	51,9	71,1	96,3	109,1	91,7	112,6	178,3	211,6
Pensões	21,6	24,1	27,5	31,3	35,1	38,8	43,2	48,8	52,6
Saldo	+381,9	+379,2	+392,6	+392,1	+407,6	+333,7	+390,7	+334,4	+316,0

Fonte: Elaborado pelas autoras, a partir de Peixoto *et al.*, 2011, pp.199.

Para a realização da presente análise, foi possível recolher ainda alguns dados mais recentes (para os anos de 2011, 2012 e 2013). Ainda que os dados disponibilizados não incluam as contrapartidas com as pensões (não sendo por isso possível estabelecer comparações diretas com os valores estimados pelo estudo acima referido) é possível demonstrar que a tendência positiva mantém-se (gráfico 5.1.). Em 2012 se forem contabilizadas as contribuições dos estrangeiros para a segurança social e a estas se subtraírem os gastos com prestações sociais, obtém-se um saldo positivo de cerca de +253,0 milhões de euros - embora se verifique que esse saldo positivo passou de +321,4 milhões, em 2011, para +253,0 milhões em 2012, mantendo a tendência de decréscimo em 2013 (para +243,0 milhões de euros). Uma vez mais deve atender-se que por detrás desta tendência de diminuição está uma diminuição do número de contribuintes estrangeiros e o aumento do número de estrangeiros com prestações sociais, como contrapartida de contribuições efetuadas anteriormente para o sistema de segurança social português.

Gráfico 5.1. Saldo das contribuições e prestações sociais relativas à população de nacionalidade estrangeira, entre 2002 e 2013 (milhões de euros)



Fonte: Elaborado pelas autoras, a partir de Peixoto *et al.* (2011: 199) e de dados relativos aos anos de 2011, 2012 e 2013 do MSESS- Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social.

Assim sendo, a imigração mostra-se necessária também para contrabalançar os efeitos do envelhecimento demográfico no sistema de segurança social, contribuindo para um relativo alívio do sistema de segurança social e para a sua sustentabilidade. Atendendo à grande pressão com que se confronta atualmente o sistema de segurança social português, com um saldo financeiro para o total da população com valores negativos e agravado nos últimos anos – atingindo em 2010 um valor próximo de -4.600 milhões de euros (Peixoto *et al.*, 2011: 199) -, os contributos da imigração para as contas da segurança social são particularmente importantes.

Os valores positivos dos saldos financeiros do sistema de segurança social português com os estrangeiros ao longo da última década, reforçam também a conclusão de que a imigração que Portugal tem vindo a acolher não resulta de estratégias viradas para a maximização dos apoios públicos, argumento defendido em alguns países europeus (Peixoto *et al.*, 2011: 202), estando o aumento da despesa com prestações sociais para estrangeiros nos últimos anos muito associado à crise e ao crescimento das necessidades de proteção.

Ora atendendo a que os imigrantes economicamente produtivos contribuem para a economia com trabalho e impostos, os trabalhadores imigrantes serão cada vez mais necessários para manter a sustentabilidade do sistema de pensões e segurança social. Neste âmbito, a *Estratégia de Desenvolvimento Sustentável da União Europeia* reconhece o contributo positivo da imigração para responder aos desafios que se colocam com os cenários demográficos esperados (EUROSTAT, 2013b).

Quadro 5.2. Contribuintes e beneficiários por total de residentes para estrangeiros e total da população em Portugal, entre 2005 e 2012 (Percentagem)

Rácios	2005	2008	2012
Contribuintes por total residentes			
Total	40,1	40,8	37,3
Estrangeiros	96,9	64,4	48,9
Beneficiários por total residentes			
Total	28,4	30,4	26,7
Estrangeiros	23,5	24,7	29,4
Beneficiários por total contribuintes			
Total	70,9	74,4	71,7
Estrangeiros	24,2	38,3	60,1

Fontes: Para o total de contribuintes e beneficiários - Instituto de Informática IP – MTSS/MSESS; para o total de residentes - SEF e INE-Estimativas anuais da população residente (cálculos das autoras).

Deve, porém, atender-se (conforme mostra o quadro 5.2.) qual o perfil da população estrangeira e/ou como esse perfil tem mudado nos últimos anos quanto à sua capacidade contributiva face ao contexto económico do país e à diminuição das oportunidades de inserção laboral em Portugal. Se em 2005 por cada 100 estrangeiros registados no SEF havia 97 contribuintes para a segurança social e 24 beneficiários de prestações sociais, verificando-se ainda que por 100 contribuintes estrangeiros havia apenas 24 que beneficiavam de prestações sociais; em 2012 temos um cenário bastante diferente, com apenas 49 contribuintes estrangeiros e 30 beneficiários de prestações sociais de nacionalidade estrangeira por cada 100 estrangeiros registados no SEF. Pese embora a relação dos contribuintes versus os beneficiários por total de residentes continue mais favorável para os estrangeiros que para o total de residentes em Portugal (com mais quase 20 pontos percentuais de contribuintes que de beneficiários, quando a relação para o total da população e de apenas +10 pontos percentuais), bem como os estrangeiros continuam a ter menos beneficiários de prestações sociais por contribuintes (relação de 60 para 100 nos estrangeiros face a uma relação de 72 para

100 no caso do total de residentes em Portugal), deve atender-se à mudança profunda que se verificou nos últimos anos na relação dos estrangeiros com o sistema de segurança social português e atender às inerentes consequências que daí podem advir num futuro próximo, já refletidas na redução do saldo positivo sentido pela segurança social portuguesa com os estrangeiros nos últimos anos.

5.1. Contribuições

O principal objetivo deste subcapítulo é analisar a evolução do número de contribuintes estrangeiros no sistema de segurança social português ao longo da última década, bem como os montantes das contribuições pagas pelos mesmos. Os dados apurados são analisados de forma agregada, considerando todos os tipos de enquadramento, ou seja, além dos trabalhadores por conta de outrem, estão incluídas na análise outras categorias específicas, como os trabalhadores independentes, os do serviço doméstico, e outras categorias mais residuais (e.g. seguro social voluntário, armador, membro de órgão estatutário).

Neste âmbito, considerados no seu conjunto, os contribuintes de nacionalidade estrangeira diminuíram ao longo da última década, passando de 277.180 em 2002 para 187.475 em 2013, o representou um decréscimo de -32,4%. A última década não mostra, contudo, uma evolução constante, evidenciando após uma quebra em 2003, um aumento continuado entre 2003 e 2006 (de 262.848 para 271.439). O quadro 5.2. ilustra também uma nova quebra em 2007 que, segundo Peixoto *et al.* (2011: 83), se encontra relacionada com uma quebra de série na base de dados da Segurança Social[51].

A crise económica mundial com consequências no contexto nacional, e consequente retração da oferta de emprego e crescimento do desemprego, refletiu-se também no decréscimo do número de contribuintes estrangeiros no sistema de segurança social português, em especial a partir de 2009 (com menos 5.759 contribuintes estrangeiros que em 2008, apesar de manterem a importância relativa de 6,6% no total de contribuintes do sistema). Nos anos seguintes manteve-se a tendência de decréscimo do número de contribuintes estrangeiros, atingindo em 2013 o valor mais baixo da última década (187.475 contribuintes estrangeiros, representando 5,0% do total de contribuintes). De notar, contudo, que a tendência de decréscimo é transversal ao universo de contribuintes do sistema de segurança social português, onde se verificou igualmente uma redução do número de contribuintes (passaram de 4.362.177, em 2002, para 3.770.764 em 2013). É importante atender, porém, que entre 2002 e 2013 a taxa de decréscimo é mais acentuada para os contribuintes estrangeiros (-32,4%) que para o total de contribuintes (-13,6%), refletindo também (conforme detalhado no capítulo 2) a diminuição da população estrangeira no país nos últimos anos.

Apesar da importância relativa dos contribuintes estrangeiros no total de contribuintes também estar a diminuir desde 2011 (em 2002 era 6,4%, tendo se verificado um pico de 6,7% em 2010, para passar para 5% em 2013), o seu peso continua a ser substantivo, refletindo o impacto da força de trabalho estrangeira para a economia nacional (quadro 5.3). Tomando como referência o ano de 2011, verifica-se que a percentagem de contribuintes estrangeiros no total de contribuintes da

51. A quebra de série verificada em 2007 encontra-se associada a aspetos relacionados com a disponibilização dos dados da Segurança Social para o período em análise. Os dados relativos à série de 2002-2006 foram extraídos em 2008, enquanto que a extração dos dados da série 2007-2010 se realizou em 2011. No intervalo entre as duas extrações realizaram-se atualizações da base de dados que implicaram a variável da nacionalidade. Por esse motivo a quebra nos valores relativos a estrangeiros, entre 2006 e 2007, a que vamos assistir ao longo deste capítulo tem mais a ver com questões metodológicas (transformação de alguns contribuintes de "estrangeiros" para "portugueses") do que com variações reais do número de imigrantes que se encontrava em Portugal integrados no sistema de segurança social (Peixoto *et al.*, 2011: 83).

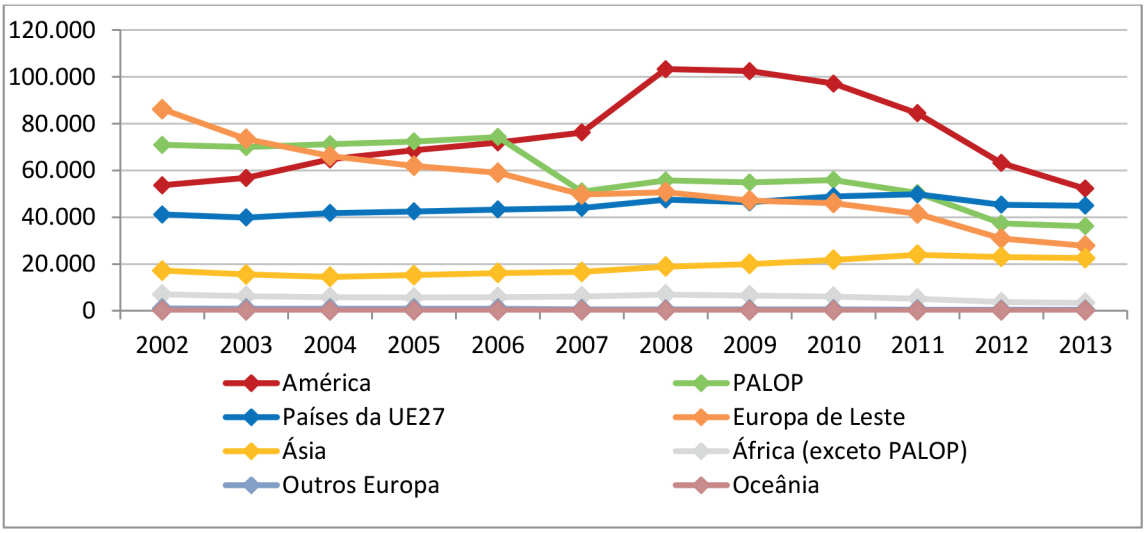
Segurança Social (6,2%) é elevada, em particular atendendo a que a população estrangeira apenas representava 3,7% do total da população residente em Portugal à data dos Censos de 2011[52].

Quadro 5.3. Pessoas singulares com remunerações declaradas/contribuições pagas, por ano e nacionalidade para o total e estrangeiros, entre 2002 e 2013

Ano	Total	Estrangeiros	% Estrangeiros
2002	4.362.177	277.180	6,4
2003	4.274.181	262.848	6,1
2004	4.244.972	265.204	6,2
2005	4.215.105	267.339	6,3
2006	4.168.429	271.439	6,5
2007	4.251.362	244.269	5,7
2008	4.313.283	283.697	6,6
2009	4.200.404	277.938	6,6
2010	4.148.665	276.417	6,7
2011	4.108.515	255.707	6,2
2012	3.911.040	203.948	5,2
2013	3.770.764	187.475	5,0

Fonte: Instituto de Informática IP – MTSS/MSESS (cálculos das autoras)

Gráfico 5.2. Estrangeiros com remunerações declaradas/contribuições pagas, segundo os principais grupos de nacionalidades, entre 2002 e 2013



Fonte: Instituto de Informática IP – MTSS/MSESS

A análise dos dados em função da nacionalidade dos contribuintes, por sua vez, revela alterações na composição do universo de contribuintes estrangeiros ao longo da última década (Gráfico 5.2. e Quadro 5.4). Em 2002 os contribuintes estrangeiros, por grupos de nacionalidade mais representados no total de contribuintes estrangeiros, correspondiam aos nacionais da Europa de Leste (31,1%) e dos PALP (25,6%). Em 2013 a realidade altera-se, destacando-se os nacionais da América

52. Apesar dos dados da Segurança Social aqui presentes excluírem os regimes especiais (como os funcionários públicos), o que, contribuindo para a exclusão de uma proporção importante de ativos de nacionalidade portuguesa, poderá induzir a uma sobre representação dos contribuintes estrangeiros. Ainda assim, se forem realizadas estimativas (Peixoto *et al.*, 2011: 85) que considerem estes funcionários públicos, a percentagem de contribuintes estrangeiros permanece elevada, e acima dos 6%.

(27,8%) e da UE27 (24,0%), situando-se os contribuintes dos PALP (19,3%) e da Europa de Leste (14,8%) na terceira e quartas posições, respetivamente. Entre as principais nacionalidades, em 2013 destacam-se os contribuintes brasileiros (26,0%), ucranianos (11,4%), romenos (9,2%), cabo-verdianos (8,6%) e chineses (5,2%) – quadro 5.4.

Quadro 5.4. Estrangeiros com remunerações declaradas/contribuições pagas, segundo as principais nacionalidades estrangeiras, entre 2002 e 2013 (%)

Nacionalidade	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
África	**28,1**	**29,0**	**29,0**	**29,2**	**29,5**	**23,4**	**22,1**	**22,1**	**22,4**	**21,7**	**20,1**	**21,1**
PALP	**25,6**	**26,6**	**26,8**	**27,0**	**27,4**	**20,9**	**19,6**	**19,7**	**20,2**	**19,7**	**18,3**	**19,3**
Angola	9,1	9,1	8,8	8,7	8,5	6,7	5,8	5,4	5,1	4,7	3,9	3,9
Cabo Verde	8,1	8,6	9,0	9,2	9,5	7,4	7,2	7,5	8,0	8,1	8,0	8,6
Guiné-Bissau	4,6	4,9	5,1	5,2	5,4	4,0	4,0	4,0	4,2	4,1	3,6	3,8
Moçambique	1,7	1,7	1,7	1,7	1,6	1,0	0,9	0,9	1,0	0,9	0,8	0,8
S. T. Príncipe	2,1	2,2	2,2	2,3	2,4	1,7	1,7	1,8	2,0	2,0	2,0	2,2
América	**19,3**	**21,6**	**24,4**	**25,7**	**26,5**	**31,2**	**36,4**	**36,9**	**35,1**	**33,0**	**31,0**	**27,8**
Brasil	17,2	19,3	22,1	23,4	24,3	29,5	34,8	35,2	33,4	31,3	29,2	26,0
Ásia	**6,2**	**5,9**	**5,5**	**5,7**	**5,9**	**6,8**	**6,7**	**7,2**	**7,9**	**9,4**	**11,3**	**12,0**
China	1,7	1,8	1,8	2,0	2,1	2,6	2,8	3,1	3,4	3,9	4,9	5,2
India	1,5	1,4	1,3	1,3	1,4	1,5	1,4	1,4	1,4	1,7	1,9	1,9
Europa	**46,3**	**43,5**	**41,0**	**39,4**	**38,0**	**38,6**	**34,8**	**33,8**	**34,5**	**35,9**	**37,6**	**39,0**
UE27	**14,9**	**15,2**	**15,8**	**15,9**	**15,9**	**18,0**	**16,7**	**16,7**	**17,7**	**19,5**	**22,2**	**24,0**
Europa de Leste	**31,1**	**27,9**	**24,9**	**23,2**	**21,7**	**20,3**	**17,9**	**17,0**	**16,6**	**16,2**	**15,1**	**14,8**
Alemanha	1,2	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,2	1,2	1,2	1,2	1,4	1,6
Espanha	2,3	2,3	2,3	2,2	2,0	2,1	1,8	1,8	2,1	2,5	3,0	3,4
França	2,0	2,1	2,1	2,0	2,0	1,5	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,4
Reino Unido	1,2	1,4	1,4	1,5	1,5	1,8	1,6	1,6	1,5	1,6	1,9	2,0
Bulgária	1,4	1,3	1,4	1,4	1,4	1,5	1,6	1,6	1,8	1,9	2,2	2,3
Roménia	4,4	4,5	5,0	5,2	5,4	6,8	6,4	6,6	7,2	8,0	8,8	9,2
Moldávia	4,7	4,7	4,6	4,6	4,6	3,3	3,2	3,2	3,2	2,9	2,2	2,2
Rússia	2,3	2,0	1,7	1,6	1,5	1,3	1,2	1,1	1,1	1,1	1,0	1,0
Ucrânia	23,2	20,5	18,0	16,4	15,0	15,3	13,1	12,2	12,0	12,0	11,6	11,4
Oceânia	**0,1**	**0,1**	**0,1**	**0,1**	**0,1**	**0,1**	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**0,1**	**0,1**
Total	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**

Fonte: Instituto de Informática IP – MTSS/MSESS (cálculos das autoras)

Em 2002, os contribuintes ucranianos correspondiam à nacionalidade estrangeira mais representada (23,2% do total – 64.299 indivíduos). Já em 2013 a realidade é diferente: o número de europeus de leste diminuiu consideravelmente, em termos absolutos e em termos relativos - passou para 27.777 (representando apenas 14,8% do total, ou seja, menos 16 pontos percentuais). Neste conjunto de nacionalidades, o decréscimo mais significativo associou-se aos contribuintes ucranianos, que reduziram o seu número para 21.280 e passaram a representar apenas 11,4% dos contribuintes estrangeiros (menos 12 pontos percentuais).

Também as nacionalidades africanas registaram uma tendência de decréscimo semelhante, ainda que não tão acentuada. Em 2002, os nacionais dos PALP correspondiam a 70.914 contribuintes, tendo diminuído para 36.134 em 2013 (passando a representar 19,3% em 2013 face aos 25,6% em 2002, ou seja, menos 6 pontos percentuais). Ao longo da última década diminuiu consideravelmente o número de contribuintes angolanos (de 25.260 para 7.290) - a alteração mais expressiva neste grupo de nacionalidades -, tendo a sua importância relativa passado para quase um terço do que era (de 9,1% para 3,9%). Em contrapartida, o número de contribuintes cabo-verdianos manteve-se relativamente estável ao longo da última década, tendo nos últimos anos aumentado a sua importância relativa de 8,1% em 2002 para 8,6% em 2013.

Em contrapartida, as nacionalidades americanas, compostas maioritariamente por nacionais do Brasil, viram o seu peso relativo aumentar ao longo da década. Os nacionais do Brasil passaram a ser a comunidade estrangeira mais representada (26,0% em 2013, quando em 2002 representavam apenas 17,2% do total de contribuintes estrangeiros – mais 9 pontos percentuais). Em termos absolutos, os nacionais do Brasil cresceram exponencialmente entre 2002 e 2008 (de 47.676 em 2002 passaram a 98.736 em 2008), contudo, refletindo o impacto da crise (com aumento do desemprego e crescimento das saídas e retorno de muito destes imigrantes), a partir de 2008 registaram uma descida acentuada que os colocou nos 48.765 contribuintes em 2013.

Os nacionais da UE27 registaram uma evolução positiva entre 2002 e 2013 (de 41.188 para 44.940), para a qual muito contribuiu o crescimento dos contribuintes romenos, que passaram de 12.309 para 17.187 (duplicando igualmente o seu peso relativo – de 4,4% para 9,2%, ou seja, mais 5 pontos percentuais).

Em simultâneo, verifica-se ainda um incremento significativo dos contribuintes asiáticos, que aumentaram a sua importância relativa no total de contribuintes estrangeiros - de 6,2%, em 2002, para 12,0% em 2013, ou seja, mais 6 pontos percentuais. Neste subconjunto, destaque-se a evolução registada pelos nacionais da China, que duplicaram os seus contribuintes no período analisado – passando de 4.772 para 9.686 (1,7% para 5,2% do total de contribuintes estrangeiros).

Dada a estreita relação entre o número de contribuintes e as contribuições pagas pelos mesmos (pese embora se deva considerar variações de valores em função dos grupos profissionais e das atividades exercidas pelos contribuintes), a análise dos montantes das contribuições pagas por indivíduos de nacionalidade estrangeira revela tendências semelhantes às encontradas na análise do número de contribuintes, ou seja, maior ou menor número de contribuintes de uma dada nacionalidade induz a maiores ou menores montantes de contribuição para o sistema de segurança social português.

Os montantes das contribuições efetuadas por estrangeiros foram aumentando continuamente até ao ano de 2010 (registando-se apenas uma exceção associada à quebra de série ocorrida em 2007). A partir de 2011 assiste-se a uma diminuição destes montantes, acompanhando o decréscimo do número de contribuintes estrangeiros verificado a partir desse ano (quadro 5.5.). Em termos relativos, os montantes pagos por cidadãos estrangeiros têm aqui um peso menos significativo (3,3% do total em 2013) que o peso que estes detinham em termos do número de contribuintes (5% em 2013). Esta discrepância retrata as próprias categorias socioprofissionais que os estrangeiros apresentam em Portugal, normalmente ligados a grupos profissionais relativamente mais baixos e a rendimentos genericamente mais baixos (conforme evidenciado no capítulo 4.3. e discutido por Peixoto *et al.*, 2011: 140).

Quadro 5.5. Montante das Contribuições (declaradas/pagas), por ano e nacionalidade, para o total e para os estrangeiros, entre 2002 e 2013

Ano	Total (milhares de €)	Estrangeiros (milhares de €)	% estrangeiros
2002	9.992.361	433.444	4,3
2003	10.337.290	455.257	4,4
2004	10.755.489	491.177	4,6
2005	11.168.700	519.752	4,7
2006	11.755.028	551.837	4,7
2007	12.462.711	464.203	3,7
2008	13.217.080	546.504	4,1
2009	13.305.401	561.523	4,2
2010	13.501.032	580.213	4,3
2011	13.743.598	556.204	4,0
2012	13.324.746	452.192	3,4
2013	13.228.021	432.518	3,3

Fonte: Instituto de Informática IP – MTSS/MSESS (cálculos das autoras)

No que diz respeito às principais nacionalidades (quadro 5.6.), denota-se que em 2013 os montantes mais significativos são provenientes dos contribuintes da União Europeia (156,2 milhões de euros), aos quais se seguem os nacionais do Brasil (93,0 milhões de euros). Estes últimos, refletindo também a evolução do número dos seus contribuintes, foram os que mais aumentaram os valores das contribuições durante grande parte da década analisada – passando de 72,6 milhões de euros (ou seja, 16,8% do total), em 2002, para 166,5 milhões em 2009 (29,7% do total). Contudo, a partir de 2010, iniciam uma tendência de decréscimo do montante das contribuições que se estendeu até 2013, ano em que o montante das suas contribuições se cifrou em 93,0 milhões de euros (21,5% do total).

Quadro 5.6. Montante das Contribuições (declaradas/pagas) segundo as principais nacionalidades estrangeiras, entre 2002 e 2013 (Milhares de €)

Nacionalidade	2002	2005	2008	2011	2012	2013
Total	**433.444**	**519.752**	**546.504**	**556.204**	**452.192**	**432.518**
África	**112.727**	**135.882**	**104.134**	**99.153**	**69.965**	**69.321**
PALP	**104.525**	**126.168**	**94.566**	**90.490**	**63.083**	**61.742**
Angola	41.894	47.541	33.168	25.301	16.204	15.021
Cabo Verde	27.403	35.158	29.988	33.925	26.017	25.903
Guiné-Bissau	14.804	18.901	15.618	15.984	10.766	10.910
Moçambique	12.690	14.699	8.149	6.600	4.333	4.147
S. T. Príncipe	7.735	9.869	7.642	8.681	6.620	6.581
América	**85.825**	**122.990**	**170.615**	**165.991**	**125.360**	**107.479**
Brasil	72.616	106.981	156.683	149.607	110.952	92.982
Ásia	**17.725**	**22.929**	**28.115**	**41.877**	**39.931**	**40.734**
China	4.387	6.618	11.345	17.494	17.850	18.213
India	3.684	5.350	5.216	6.804	5.715	5.538
Europa	**216.731**	**237.390**	**243.044**	**248.636**	**216.463**	**214.543**
UE27	**101.440**	**128.796**	**147.081**	**163.184**	**154.134**	**156.211**
Alemanha	11.477	13.921	15.454	14.705	13.900	14.254
Espanha	22.108	26.369	28.389	35.731	34.302	35.713
França	19.369	23.210	18.555	19.151	17.039	17.181
Reino Unido	10.495	14.308	19.400	18.040	17.823	17.840
Bulgária	5.387	7.269	7.936	9.151	8.337	8.139
Roménia	14.620	20.910	27.751	32.972	28.997	27.804
Europa de Leste	**112.431**	**105.249**	**93.289**	**82.952**	**60.108**	**56.120**
Moldávia	16.344	19.993	14.882	12.838	7.688	7.256
Rússia	8.058	7.177	6.085	5.588	4.100	4.095
Ucrânia	84.179	74.947	69.890	62.462	46.859	43.403
Oceânia	**436**	**560**	**596**	**547**	**474**	**441**

Fonte: Instituto de Informática IP – MTSS/MSESS

Em relação aos montantes pagos pelos nacionais da Europa de Leste e dos PALP, a tendência reproduz o que já havia sido notado aquando da análise do número de contribuintes destes dois grupos de países - ou seja, entre 2002 e 2013 verificou-se um decréscimo dos montantes pagos pelos nacionais da Europa de Leste (de 112,4 para 56,1 milhões de euros) e dos PALP (de 104,5 para 61,7 milhões de euros). No primeiro grupo, evidencia-se o decréscimo da participação dos contribuintes ucranianos (de 84,2 para 43,4 milhões de euros), ainda que em 2013 representem a nacionalidade mais representativa do leste europeu (10,0% do total). No que diz respeito aos PALP, destacam-se os montantes pagos pelos contribuintes cabo-verdianos (6,0%) e angolanos (3,5%), sendo que no primeiro caso houve uma relativa estabilização dos valores ao longo da última década, e no segundo denota-se uma redução dos montantes.

Finalmente foram os cidadãos asiáticos os que apresentaram ao longo da última década a evolução mais positiva dos montantes das contribuições pagos ao sistema de segurança social português – estes cidadãos mais do que duplicaram entre 2002 e 2013 a sua contribuição (passando de 17,7 milhões para 40,7 milhões de euros).

Quadro 5.7. Rácio entre contribuições e pessoas singulares, por nacionalidades, entre 2002 e 2013 (média de euros por pessoa singular, por ano)

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Total	**2.291**	**2.419**	**2.534**	**2.650**	**2.820**	**2.931**	**3.064**	**3.168**	**3.254**	**3.314**	**3.407**	**3.508**
Estrangeiros	**1.564**	**1.732**	**1.852**	**1.944**	**2.033**	**1.900**	**1.926**	**2.020**	**2.099**	**2.140**	**2.217**	**2.307**
África	**1.446**	**1.579**	**1.666**	**1.743**	**1.819**	**1.615**	**1.663**	**1.714**	**1.777**	**1.756**	**1.705**	**1.755**
PALP	**1.474**	**1.597**	**1.670**	**1.745**	**1.823**	**1.651**	**1.699**	**1.740**	**1.793**	**1.765**	**1.690**	**1.709**
Angola	1.658	1.838	1.949	2.040	2.167	1.946	2.007	2.058	2.132	2.094	2.015	2.061
Cabo Verde	1.216	1.305	1.358	1.433	1.500	1.408	1.469	1.526	1.600	1.607	1.595	1.598
Guiné-Bissau	1.159	1.236	1.295	1.368	1.424	1.313	1.390	1.434	1.502	1.501	1.453	1.546
Moçambique	2.733	2.915	3.152	3.280	3.462	2.959	3.080	3.135	3.141	2.954	2.764	2.793
S. T. Príncipe	1.356	1.495	1.553	1.597	1.652	1.531	1.584	1.630	1.660	1.667	1.655	1.609
América	**1.601**	**1.663**	**1.741**	**1.793**	**1.875**	**1.631**	**1.652**	**1.775**	**1.873**	**1.929**	**1.984**	**2.059**
Brasil	1.523	1.576	1.660	1.711	1.783	1.558	1.587	1.703	1.795	1.834	1.860	1.907
Ásia	**1.034**	**1.212**	**1.421**	**1.504**	**1.547**	**1.303**	**1.488**	**1.668**	**1.726**	**1.719**	**1.738**	**1.809**
China	919	1.023	1.171	1.255	1.283	1.294	1.438	1.602	1.676	1.698	1.791	1.880
India	882	1.079	1.367	1.529	1.581	1.056	1.356	1.557	1.644	1.572	1.507	1.563
Europa	**1.689**	**1.937**	**2.106**	**2.253**	**2.383**	**2.393**	**2.460**	**2.558**	**2.620**	**2.677**	**2.825**	**2.933**
UE27	**2.463**	**2.746**	**2.855**	**3.032**	**3.163**	**3.060**	**3.096**	**3.238**	**3.239**	**3.251**	**3.399**	**3.476**
Alemanha	3.429	3.605	3.777	3.901	4.206	4.306	4.473	4.645	4.672	4.653	4.790	4.881
Espanha	3.482	3.959	4.260	4.587	4.922	5.325	5.586	5.850	5.653	5.547	5.651	5.559
França	3.426	3.732	3.971	4.314	4.527	5.146	5.035	5.198	5.500	5.864	6.290	6.356
Reino Unido	3.081	3.247	3.415	3.568	3.826	4.112	4.264	4.342	4.453	4.400	4.603	4.803
Bulgária	1.437	1.738	1.858	1.983	2.053	1.907	1.803	1.846	1.800	1.828	1.861	1.848
Roménia	1.188	1.349	1.417	1.494	1.561	1.432	1.531	1.576	1.582	1.594	1.610	1.618
E. Leste	**1.305**	**1.481**	**1.612**	**1.699**	**1.789**	**1.782**	**1.840**	**1.862**	**1.936**	**1.966**	**1.948**	**2.020**
Moldávia	1.255	1.430	1.543	1.638	1.715	1.574	1.623	1.623	1.705	1.722	1.677	1.776
Rússia	1.281	1.456	1.571	1.703	1.795	1.770	1.817	1.917	2.035	2.026	2.055	2.199
Ucrânia	1.309	1.487	1.623	1.707	1.799	1.822	1.882	1.904	1.972	2.005	1.978	2.040
Oceânia	**2.707**	**2.893**	**2.893**	**3.394**	**3.434**	**4.529**	**4.515**	**4.392**	**4.336**	**4.556**	**4.268**	**4.364**

Fonte: Instituto de Informática IP – MTSS/MSESS (cálculos das autoras)

Procurando afinar um pouco esta análise e estimar a contribuição *per capita* de cada nacionalidade de contribuintes estrangeiros, foi calculado o rácio entre pessoas singulares (número de contribuintes) e contribuições pagas (quadro 5.7). Os resultados deste indicador reafirmam algumas diferenças entre cidadãos estrangeiros e a média da população total contributiva, evidenciando-se também diferenças no interior do universo de estrangeiros. Mais uma vez, as discrepâncias refletidas por este rácio têm inerentes diferenças das próprias categorias socioprofissionais e respetivos rendimentos das diversas nacionalidades estrangeiras entre si e face à população total. Em 2013, o rácio de contribuições por pessoa singular para o total da população (3.508 euros por contribuinte) situava-se acima do valor alcançado pelos contribuintes estrangeiros (2.307 euros por contribuinte). Como em outros temas analisados neste relatório, também nesta vertente os contribuintes estrangeiros não podem ser analisados como um todo homogéneo. Desde logo, denotam-se diferenças entre a generalidade dos estrangeiros e os contribuintes da Oceânia e dos países da europa ocidental (Alemanha, Espanha, França e Reino Unido), situando-se estes dois últimos grupos de países em níveis de rendimento acima da média geral dos estrangeiros (e também da média nacional) e por isso apresentam contribuições superiores por pessoa singular. Os estrangeiros que registam

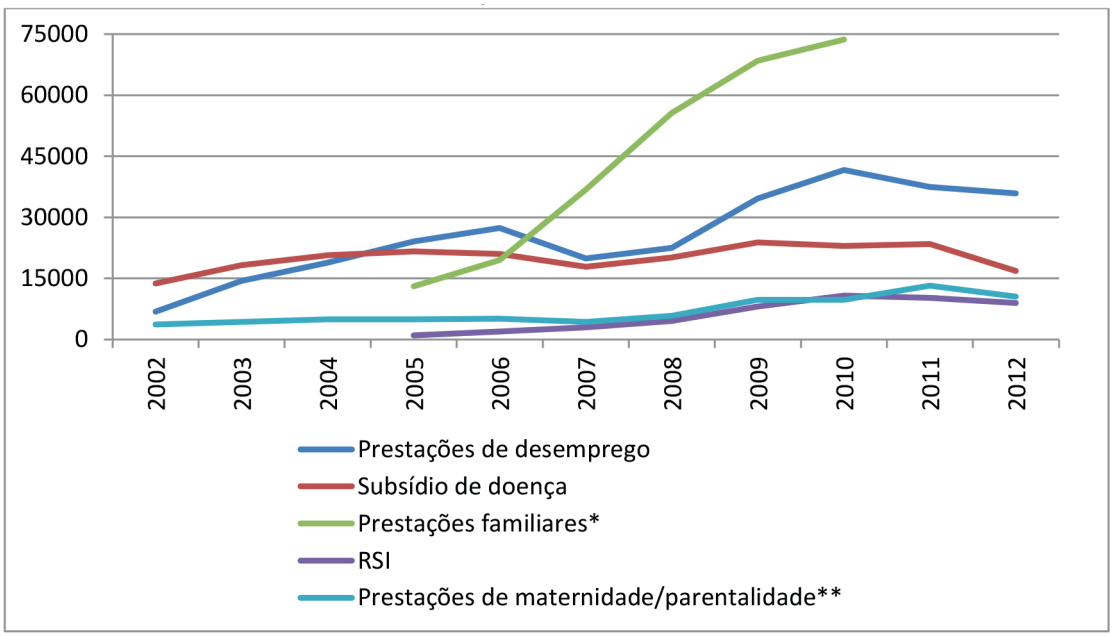
os valores mais baixos são cidadãos dos PALP - com destaque para cabo-verdianos, guineenses e são-tomenses – e do continente asiático. Neste campo, é de realçar igualmente a posição dos cidadãos da Roménia e Moldávia, cujas contribuições se situavam, em 2013, abaixo da média dos estrangeiros (30% abaixo da média dos estrangeiros no caso dos cidadãos da Roménia; e 23% abaixo dessa média no caso dos contribuintes moldavos).

5.2. Prestações sociais

Analisando-se neste subcapítulo a segunda dimensão do contrato social existente entre o cidadão contribuinte e o Estado português, ou seja, o lado das contrapartidas dos contribuintes face ao sistema de segurança social, associadas às prestações sociais de que beneficiam, considerou-se os dados relativos às prestações de desemprego, subsídios de doença, prestações familiares, prestações de maternidade e ao Rendimento Social de Inserção (RSI). Os dados aqui presentes referem-se a beneficiários individuais de nacionalidade estrangeira, com exceção do Rendimento Social de Inserção que diz respeito a agregados familiares, considerando-se a nacionalidade do seu titular.

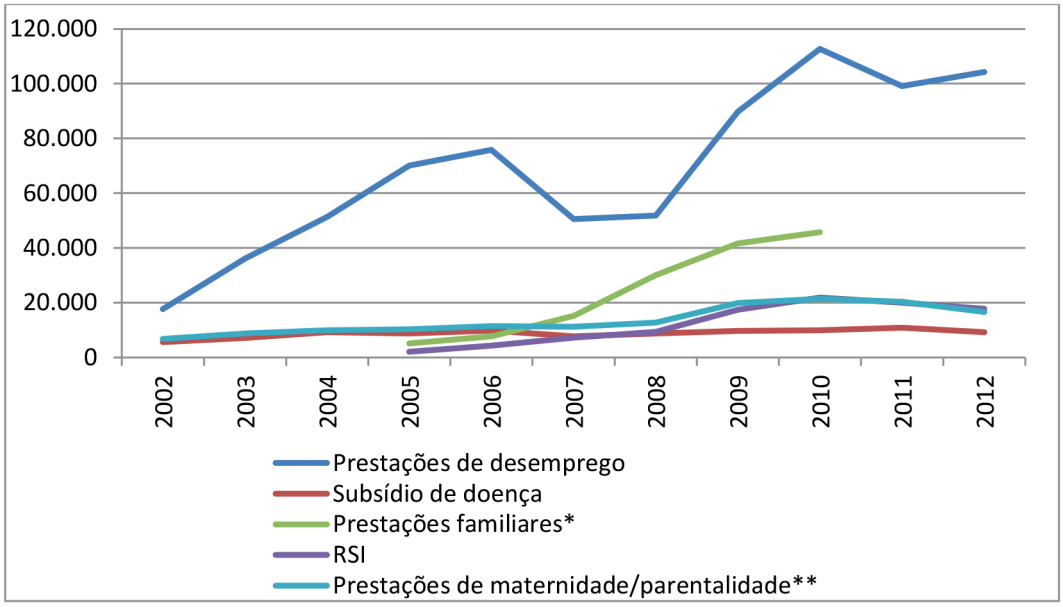
Na última década, o número de estrangeiros a beneficiarem de prestações sociais - como contrapartida das contribuições efetuadas para o sistema de segurança social português - foi aumentando progressivamente (gráfico 5.3.), acompanhando o próprio aumento da população estrangeira residente em Portugal verificado ao longo da última década e o perfil dos imigrantes (no início da década uma imigração essencialmente laboral, e nos últimos anos uma imigração marcada mais por razões familiares e estudo).

Gráfico 5.3. Beneficiários de nacionalidade estrangeira com lançamento de prestações sociais, entre 2002 e 2012



Fonte: Instituto de Informática IP – MTSS/MSESS

Gráfico 5.4. Montantes processados com prestações sociais em beneficiários de nacionalidade estrangeira, entre 2002 e 2012 (em milhares de €)



Fonte: Instituto de Informática IP – MTSS/MSESS

Notas (para gráficos 5.3. e 5.4.): *A partir de 2011 os dados disponíveis dizem apenas respeito ao abono de família, pelo que não são comparáveis com os restantes dados relativos às prestações familiares (que incluem, para além do abono de família, outras prestações) / **Entre 2002 e 2006 são considerados os beneficiários do subsídio de maternidade (sexo feminino). De 2007 a 2010 são considerados os beneficiários do sexo feminino com lançamento de prestações de parentalidade. A partir de 2011 consideram-se todos os beneficiários com processamento de prestações de parentalidade, ou seja, homens e mulheres.

Por outro lado, o aumento de beneficiários estrangeiros reflete também a consolidação nos últimos anos de alguns dos fluxos imigratórios acolhidos por Portugal, em especial na transição para o presente século. Como detalhava Peixoto *et al.* (2011: 42-43) o benefício de prestações sociais por estrangeiros contribuintes para o sistema de segurança social está sujeito a algumas condições, nomeadamente a residência em território nacional por períodos mínimos (artigos 37º e 40º da lei de bases do sistema de proteção social).

Acresce que por força do contexto de fragilidade económica de Portugal dos últimos anos e da maior vulnerabilidade e exposição dos estrangeiros ao desemprego e a rendimentos mais baixos, verificou-se também nos últimos anos um crescimento mais pronunciado do número de contribuintes estrangeiros a receberem RSI, prestações familiares e prestações de desemprego. Em valores absolutos, os estrangeiros apoiados pelo Rendimento Social de Inserção passaram de 1.037, em 2005, para 8.935, em 2012. Por sua vez os beneficiários das prestações familiares passaram de 13.066, em 2005, para 73.623 em 2010, e os beneficiários das prestações de desemprego aumentaram de 24.070, em 2005, para 35.898 em 2012. Ainda assim, importa ter em conta que este aumento do número de beneficiários com lançamento de prestações sociais não é exclusivo dos cidadãos de nacionalidade estrangeira, aplicando-se à generalidade da população em Portugal (quadro 5.8).

Quadro 5.8. Beneficiários com lançamento de prestações sociais, segundo a nacionalidade (total, estrangeiros), entre 2002 e 2012

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Prestações de desemprego											
Total	309.233	424.954	480.875	508.231	510.617	479.265	459.534	564.055	599.240	560.607	653.502
Estrangeiros	6.866	14.389	18.876	24.070	27.361	19.905	22.546	34.629	41.601	37.456	35.898
% estrang.	2,2	3,4	3,9	4,7	5,4	4,2	4,9	6,1	6,9	6,7	5,5
Subsídio de doença											
Total	559.846	554.407	580.450	555.591	516.997	528.323	531.454	567.952	527.513	567.166	510.495
Estrangeiros	13.764	18.279	20.673	21.676	21.052	17.881	20.178	23.875	22.966	23.435	16.848
% estrang.	2,5	3,3	3,6	3,9	4,1	3,4	3,8	4,2	4,4	4,1	3,3
Prestações de maternidade/parentalidade (a)											
Total	71.520	76.954	76.346	76.242	73.133	75.598	82.624	117.582	117.157	192.586	180.300
Estrangeiros	3.670	4.344	4.949	4.966	5.135	4.319	5.794	9.743	9.780	13.211	10.539
% estrang.	5,1	5,6	6,5	6,5	7,0	5,7	7,0	8,3	8,3	6,9	5,8
Prestações familiares											
Total	n.d.	n.d.	n.d.	1.777.550	1.788.274	1.861.998	1.973.130	1.999.761	1.966.197	n.d.	n.d.
Estrangeiros	n.d.	n.d.	n.d.	13.066	19.503	36.832	55.657	68.433	73.623	n.d.	n.d.
% estrang.	n.d.	n.d.	n.d.	0,7	1,1	2,0	2,8	3,4	3,7	n.d.	n.d.
Rendimento Social de Inserção											
Total	n.d.	n.d.	31.063	71.621	123.538	139.112	160.542	192.249	206.700	173.028	160.358
Estrangeiros	n.d.	n.d.	n.d.	1.037	1.972	2.989	4.536	8.087	10.813	10.202	8.935
% estrang.	n.d.	n.d.	n.d.	1,4	1,6	2,1	2,8	4,2	5,2	5,9	5,6

Fonte: Instituto de Informática IP – MTSS/MSESS

Notas: n.d.- valores não disponíveis/não comparáveis. a) Entre 2002 e 2006 são considerados os beneficiários do subsídio de maternidade (sexo feminino). De 2007 a 2010 são considerados os beneficiários do sexo feminino com lançamento de prestações de parentalidade. A partir de 2011 consideram-se todos os beneficiários com processamento de prestações de parentalidade, ou seja, homens e mulheres.

Em 2012 os estrangeiros representavam 5,5% do total de beneficiários do subsídio de desemprego, 3,3% do total de beneficiários do subsídio de doença, 5,8% do total de beneficiários de prestações de parentalidade e 5,6% do total de agregados familiares apoiados pelo Rendimento Social de Inserção (Quadro 5.8.). A maior importância relativa dos beneficiários de prestações de parentalidade acaba por estar associada à própria taxa de natalidade, que como se mostrou anteriormente é superior entre os estrangeiros que entre os nacionais, enquanto a importância relativa de estrangeiros a receberem subsídio de desemprego reflete a sua maior exposição ao desemprego.

Os montantes financeiros processados com prestações sociais acompanharam também ao longo da última década o crescimento do número de beneficiários (gráfico 5.4. e quadro 5.9.). No que toca aos montantes processados, as prestações de desemprego representam a prestação social onde os montantes atingem os valores mais elevados (gráfico 5.4.), embora em termos de número de beneficiários o grupo mais numeroso corresponda aos beneficiários das prestações familiares.

Quadro 5.9. Montantes processados com prestações sociais, segundo a nacionalidade (total e estrangeiros), entre 2002 e 2012 (em milhares de €)

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Prestações de desemprego											
Total	971.574	1.411.801	1.675.517	1.816.189	1.792.728	1.634.301	1.496.019	1.948.637	2.104.572	1.981.497	2.483.788
Estrang.	17.596	36.134	51.361	70.109	75.802	50.549	51.854	89.767	112.728	99.124	104.254
% Estrang.	1,8	2,6	3,1	3,9	4,2	3,1	3,5	4,6	5,4	5,0	4,2
Subsídio de doença											
Total	438.413	462.655	589.865	457.272	458.661	425.688	408.829	432.231	422.690	476.647	441.189
Estrang.	5.621	7.125	9.242	8.757	9.843	7.636	8.702	9.714	9.876	10.840	9.151
% Estrang.	1,3	1,5	1,6	1,9	2,1	1,8	2,1	2,2	2,3	2,3	2,1
Prestações de maternidade/parentalidade (a)											
Total	157.192	184.696	199.264	212.886	223.270	253.229	251.759	331.026	353.375	445.242	420.904
Estrang.	6.726	8.689	9.878	10.305	11.441	10.209	11.665	18.073	18.880	20.359	16.528
% Estrang.	4,3	4,7	5,0	4,8	5,1	4,0	4,6	5,5	5,3	4,6	4,6
Prestações familiares											
Total	n.d.	n.d.	n.d.	663.586	716.343	758.701	1.011.674	1.120.018	1.095.876	n.d.	n.d.
Estrang.	n.d.	n.d.	n.d.	5.063	7.710	15.197	29.996	41.587	45.733	n.d.	n.d.
% Estrang.	n.d.	n.d.	n.d.	0,8	1,1	2,0	3,0	3,7	4,2	n.d.	n.d.
Rendimento Social de Inserção											
Total	n.d.	n.d.	45.698	152.121	278.980	338.412	384.585	461.525	465.867	366.570	349.282
Estrang.	n.d.	n.d.	n.d.	2.112	4.321	7.188	9.283	17.422	21.867	19.959	17.755
% Estrang.	n.d.	n.d.	n.d.	1,4	1,5	2,1	2,4	3,8	4,7	5,4	5,1

Fonte: Instituto de Informática IP – MTSS/MSESS

Notas: n.d. – valores não disponíveis/não comparáveis. (a) Entre 2002 e 2006 são considerados os montantes do subsídio de maternidade (beneficiárias do sexo feminino). De 2007 a 2010 são considerados os montantes das prestações de parentalidade (beneficiárias do sexo feminino). A partir de 2011 consideram-se os montantes das prestações de parentalidade (todos os beneficiários, agregando homens e mulheres).

A análise dos resultados do rácio dos montantes processados por beneficiários com lançamento de prestações sociais permite, contudo, demonstrar que nos últimos anos diminuíram os montantes atribuídos individualmente tanto a estrangeiros como à população total (quadro 5.10). As prestações de desemprego atribuídas a cada beneficiário, entre 2005 e 2010, diminuíram 2% e para os estrangeiros diminuíram 7%, tendo aumentado em 24% a diferença entre os estrangeiros e o total de beneficiários. Nas prestações de maternidade/parentalidade e do RSI os estrangeiros viram diminuir os montantes de que beneficiaram, no mesmo período, em -7% e -1%, respetivamente, tendo nessas prestações sociais ido contracorrente com a tendência do total da população que viu aumentar os montantes de que beneficiaram em +8% e + 6%, respetivamente.

Quadro 5.10. Rácio entre montantes processados anualmente para prestações sociais e beneficiários com lançamento de prestações sociais, para o total e estrangeiros, 2005 e 2010 (euros)

	2005	2010	Taxa de mudança 2005-2010 (%)
Prestações de desemprego			
Total	3574	3512	-2
Estrangeiros	2913	2710	-7
Taxa de discrepância dos estrangeiros face ao total (%)	-18	-23	+24
Subsídio de doença			
Total	823	801	-3
Estrangeiros	404	430	+6
Taxa de discrepância dos estrangeiros face ao total (%)	-51	-46	-9
Prestações de maternidade/parentalidade			
Total	2792	3016	+8
Estrangeiros	2075	1930	-7
Taxa de discrepância dos estrangeiros face ao total (%)	-26	-36	+40
Prestações familiares			
Total	373	557	+49
Estrangeiros	387	621	+60
Taxa de discrepância dos estrangeiros face ao total (%)	+4	+11	+201
Rendimento Social de Inserção			
Total	2124	2254	+6
Estrangeiros	2037	2022	-1
Taxa de discrepância dos estrangeiros face ao total (%)	-4	-10	+150

Fonte: Instituto de Informática IP – MTSS/MSESS (cálculos das autoras)

Por outro lado, nestes anos os estrangeiros aumentaram a distância face ao total da população nos montantes de que beneficiaram (quadro 5.10), passando a receber na maioria das prestações sociais montantes mais baixos do que a média do total de beneficiários. Em 2010, encontram-se mais diferenças nos montantes atribuídos em prestações sociais a estrangeiros por comparação ao total de beneficiários, nos subsídios de doença (os estrangeiros obtiveram em média montantes 46% mais baixos que o total de beneficiários), nas prestações de maternidade e parentalidade (os estrangeiros obtiveram em média montantes 36% mais baixos), nas prestações de desemprego (os estrangeiros a obterem em média montantes 23% mais baixos do que os valores atribuídos ao total da população) e no RSI (com -10% que o total da população). A única exceção desta tendência verificou-se apenas nas prestações familiares, nas quais os estrangeiros obtiveram valores ligeiramente mais altos que os atribuídos ao total de beneficiários: em média, o montante atribuído a estrangeiros foi 11% superior ao valor atribuído em 2010 ao total dos beneficiários.

Desta análise geral acerca da evolução das prestações sociais atribuídas a cidadãos de nacionalidade estrangeira, segue-se uma caracterização individualizada para cada uma das prestações sociais, com a exceção das prestações de desemprego, cuja análise já foi apresentada no capítulo 4.6.3.

5.2.1. Prestações familiares

As prestações familiares estudadas neste capítulo abrangem o abono de família para crianças e jovens, abono de família pré-natal, as bolsas de estudos e os subsídios de funeral, tendo-se usado por referência o período entre 2005 e 2010.[53]

O número de beneficiários estrangeiros com lançamento de prestações familiares aumentou consideravelmente entre 2005 e 2010. Em números absolutos, verificou-se um aumento de 13.066 para 73.623 beneficiários estrangeiros desta prestação social – o correspondente a um crescimento de +463%. A importância relativa dos titulares estrangeiros apoiados por esta prestação social face ao total de beneficiários também acompanhou esse aumento, passando de 0,7% em 2005 para 3,7% em 2010. Entre as nacionalidades que mais se destacaram em 2010 nesta prestação social (quadro 5.11) estão os beneficiários de nacionalidade brasileira (representando 33,2% do total), refletindo o facto de serem a nacionalidade estrangeira numericamente mais representativa no país (recorde-se que correspondiam a 30% dos estrangeiros recenseados nos Censos de 2011). A esta nacionalidade seguem-se os nacionais dos PALP (30,2%) – onde assumem particular destaque os cabo-verdianos (16,9%). Também em 2010, os nacionais de países da Europa de Leste representavam 14,2% do total de beneficiários estrangeiros, destacando-se neste grupo os beneficiários ucranianos - representavam 8,9% do total de beneficiários estrangeiros desta prestação social. Finalmente, os nacionais de países da União Europeia (UE27) representavam também em 2010 cerca de 14,6%, destacando-se nesse grupo os nacionais da Roménia (8,0% dos beneficiários estrangeiros de prestações familiares).

Esta hierarquia de nacionalidades acaba por se reproduzir na análise dos montantes processados com prestações sociais a beneficiários estrangeiros (quadro 5.11). Em 2005 e 2010, os brasileiros foram, entre os beneficiários estrangeiros, aqueles que obtiveram mais montantes em prestações familiares (14,9 milhões de euros em 2010), contudo, se analisarmos o rácio dos referidos montantes face ao número de beneficiários para cada nacionalidade conclui-se que outras nacionalidades têm obtido montantes mais elevados (e.g. nacionais dos PALP de forma geral, chineses, romenos). Importa atender que as prestações familiares visam assegurar a compensação de encargos familiares acrescidos face a rendimentos mais baixos que não os permitem suportar. Neste âmbito, maiores ou menores montantes atribuídos refletem na realidade uma menor ou maior vulnerabilidade económica das famílias. A taxa de discrepância desse rácio (de montante por beneficiário) dos estrangeiros por comparação ao total de beneficiários de prestações familiares em 2010 permite estimar essa realidade: enquanto a média de alguns dos cidadãos da União Europeia (UE27) tem um rácio menor que a média geral dos beneficiários desta prestação social – caso dos alemães (-4,4%) e ingleses (-2.4%); os nacionais dos PALP têm o valor mais elevado (+21,9% que o total de beneficiários), destacando-se neste grupo os são-tomenses (+37,7%), os angolanos (+25,5%) e os guineenses (+21,9%).

53. No que diz respeito a esta prestação social, importa acautelar um aspeto importante: segundo o Instituto de Informática da Segurança Social (a fonte usada) os dados relativos aos anos de 2002, 2003 e 2004 não permitem a comparabilidade com os dados apurados para os anos subsequentes, devido a uma alteração na base de dados que os suporta. Acresce que de acordo com esses mesmos serviços a partir de 2005 o campo da "nacionalidade" passou a ser preenchido com maior rigor (Peixoto et al., 2011: 174). Em relação ao ano de 2011 e 2012, os dados disponibilizados pelo Instituto de Informática do MTSS/MSESS dizem respeito apenas ao abono de família, pelo que não podem ser comparados com os restantes anos, que incluem para além do abono de família outras prestações familiares.

Quadro 5.11. Titulares estrangeiros com lançamento de prestações familiares e respetivos montantes processados (em milhares de euros), segundo os principais países de nacionalidade, em 2005 e 2010

Nacionalidade	2005		2010		(**A**) Rácio de montantes processados por beneficiários em 2010 (em euros)	Taxa de discrepância de (**A**) dos estrangeiros face ao total de beneficiários em 2010 (%)
	Beneficiários	Montantes	Beneficiários	Montantes		
Total estrangeiros	**13.066**	**5.063**	**73.623**	**45.733**	**621,2**	**+11,5**
África	**7.694**	**3.206**	**23.616**	**16.008**	**677,8**	**+21,7**
PALP	**7.377**	**3.078**	**22.252**	**15.110**	**679,0**	**+21,9**
Angola	1.534	647	3.939	2.754	699,2	+25,5
Cabo Verde	3.998	1.620	12.466	8.193	657,2	+18,0
Guiné-Bissau	979	406	3.118	2.117	679,0	+21,9
Moçambique	80	27	365	232	635,6	+14,1
S. Tomé e Príncipe	786	378	2.364	1.813	766,9	+37,7
América	**2.146**	**739**	**25.326**	**15.365**	**606,7**	**+8,9**
Brasil	1.722	589	24.442	14.871	608,4	+9,2
Ásia	**291**	**105**	**3.323**	**2.031**	**611,2**	**+9,7**
China	132	45	1.784	1.128	632,3	+13,5
Paquistão	45	15	398	238	598,0	+7,4
Europa	**2.927**	**1.009**	**21.337**	**12.316**	**577,2**	**+3,6**
UE27	**1.099**	**380**	**10.760**	**6.461**	**600,5**	**+7,8**
Alemanha	141	46	580	309	532,8	-4,4
Espanha	189	74	967	619	640,1	+14,9
França	174	58	625	362	579,2	+4,0
Reino Unido	126	40	738	401	543,4	-2,4
Bulgária	52	19	990	555	560,6	+0,6
Roménia	293	101	5.924	3.711	626,4	+12,5
Europa de Leste	**1.774**	**610**	**10.425**	**5.775**	**554,0**	**-0,5**
Moldávia	539	186	3.081	1.763	572,2	+2,7
Rússia	148	51	708	396	559,3	+0,4
Ucrânia	1.044	358	6.517	3.556	545,6	-2,0
Oceânia	**8**	**4**	**21**	**13**	**619,0**	**+11,1**

Fonte: Instituto de Informática IP – MTSS/MSESS (cálculos das autoras).

5.2.2. Subsídios por doença

O subsídio de doença é atribuído para compensar impedimentos temporários para o trabalho e que afetam o rendimento dos trabalhadores. O seu acesso está condicionado a uma declaração médica de uma entidade certificada pelo serviço competente do Sistema Nacional de Saúde, que ateste os motivos da doença e os impedimentos temporários para o trabalho. O acesso a este subsídio está ainda dependente de um período mínimo de registo de contribuições para o sistema de segurança social português (detalhes em Peixoto *et al.*, 2011: 50-51).

O número de beneficiários estrangeiros com processamento de subsídio de doença passou de 13.764, em 2002, para 23.435 em 2011, verificando uma ligeira descida desse valor para 16.848 em 2012. No conjunto das várias prestações sociais em estudo neste capítulo, os beneficiários estrangeiros com subsídio de doença apresentam o aumento menos expressivo. Em termos relativos, os estrangeiros passaram a representar 3,3% do total de beneficiários do subsídio por doença em 2012 (eram 4,1% em 2011), quando em 2002 apenas representavam 2,5%.

No que toca às principais nacionalidades dos beneficiários de subsídio por doença, estes dados voltam a reproduzir as tendências evidenciadas antes, ou seja, verifica-se entre estes titulares com lançamento de subsídios a sobrerepresentação das nacionalidades numericamente mais representadas em Portugal. Concretamente, os beneficiários de nacionalidade brasileira triplicaram entre 2002 e 2012 – passaram de 2.306 em 2002 para 6.016 em 2012, refletindo um aumento da sua importância relativa no total de beneficiários estrangeiros de 16,8% para 35,7% do total de beneficiários estrangeiros. Em contraste, os beneficiários dos PALP mostram uma diminuição em termos absolutos (de 5.941, em 2002, para 3.498 em 2012), perdendo também peso relativo no conjunto de beneficiários estrangeiros desta prestação social (de 43,2% para 20,8% do total de estrangeiros). Entre os beneficiários europeus, destacam-se os beneficiários da Ucrânia, que ocupam a segunda posição (a seguir ao Brasil) em termos do número de beneficiários (em 2012, eram 2.512 os beneficiários ucranianos desta prestação social, representando 14,9% do total de beneficiários estrangeiros) – quadro 5.12.

Em termos absolutos, o montante do subsídio por doença processado junto de cidadãos de nacionalidade estrangeira passou de 5,6 milhões de euros, em 2002, para 9,2 milhões de euros, em 2012. Em termos relativos, os montantes processados a cidadãos estrangeiros representavam 2,1% do total de montantes processados em 2012, quando em 2002 representavam 1,3%. Relativamente aos montantes processados com esta prestação social, os dados indicam tendências semelhantes à evolução do número de beneficiários. Em 2012 evidenciam-se os montantes atribuídos a beneficiários de nacionalidade brasileira e ucraniana, pese embora se destaquem outras nacionalidades que apresentam rácios de montante por beneficiário mais elevados.

Assim, uma vez mais, a análise do indicador rácio de montante processado por beneficiários da respetiva nacionalidade ajuda a percecionar que as populações estrangeiras que no seu conjunto são titulares de montantes mais elevados, não têm atribuído unitariamente necessariamente montantes mais expressivos. Através do quadro 5.12. é possível observar que apenas os nacionais da Espanha (+74,8%), Reino Unido (+70,2%), Alemanha (+59%), Moçambique (+24,1%) e França (+15,2%) apresentam taxas de discrepância positivas por comparação ao total de titulares com lançamento de subsídio de doença, ou seja, apenas nestas nacionalidades se verifica que o rácio de montante por beneficiário é superior ao verificado no rácio do total geral de beneficiários, quando a taxa de discrepância para o total de estrangeiros em 2012 se cifrou em -37%. Todas as restantes nacionalidades analisadas obtêm montantes por beneficiário mais baixos que o verificado para a média geral dos beneficiários, destacando-se neste reverso os nacionais dos PALP (em especial os guineenses com -55,4%, os são-tomenses com -51,2% e os cabo-verdianos com -47,5%), os brasileiros (-46,7%) e os europeus de leste (destacando-se neste grupo os ucranianos com -43,7%).

Quadro 5.12. Titulares estrangeiros com lançamento de subsídios por doença e respetivos montantes processados (em milhares de euros), segundo os principais países de nacionalidade, em 2002 e 2012

Nacionalidade	2002		2012		(**A**) Rácio de montantes processados por beneficiários em 2012 (em euros)	Taxa de discrepância de (**A**) dos estrangeiros face ao total de beneficiários em 2012 (%)
	Beneficiários	Montantes (milhares de euros)	Beneficiários	Montantes (milhares de euros)		
Total estrangeiros	**13.764**	**5.621**	**16.848**	**9.151**	**543,2**	**-37,2**
África	**6.189**	**2.786**	**3.693**	**1.876**	**508,0**	**-41,2**
PALP	**5.941**	**2.686**	**3.498**	**1.799**	**514,3**	**-40,5**
Angola	2.291	1.226	811	527	649,7	-24,8
Cabo Verde	1.910	707	1.533	695	453,5	-47,5
Guiné-Bissau	637	211	528	204	385,4	-55,4
Moçambique	479	377	168	180	1072,7	+24,1
S. Tomé e Príncipe	624	166	458	193	421,6	-51,2
América	**2.823**	**979**	**6.340**	**2.963**	**467,3**	**-45,9**
Brasil	2.306	737	6.016	2.774	461,0	-46,7
Ásia	**291**	**132**	**565**	**239**	**423,3**	**-51,0**
China	43	19	120	77	641,7	-25,8
India	70	60	85	35	414,4	-52,0
Europa	**4.442**	**1.720**	**6.241**	**4.059**	**650,3**	**-24,8**
UE27	**1.947**	**1.219**	**3.160**	**2.543**	**804,8**	**-6,9**
Alemanha	204	187	174	239	1373,7	+59,0
Espanha	344	296	425	642	1511,0	+74,8
França	662	353	202	201	996,0	+15,2
Reino Unido	99	70	150	221	1470,6	+70,2
Bulgária	69	14	447	206	461,6	-46,6
Roménia	300	67	1.315	602	458,1	-47,0
Europa de Leste	2.393	416	3.069	1.503	489,8	-43,3
Moldávia	308	72	320	164	513,4	-40,6
Rússia	227	31	176	95	541,6	-37,3
Ucrânia	1.757	294	2.512	1.222	486,3	-43,7

Fonte: Instituto de Informática IP – MTSS/MSESS (cálculo das autoras).

A estes resultados não são alheios os setores e grupos profissionais onde cada nacionalidade se insere predominantemente, e inerentemente os rendimentos que advém desses trabalhos, bem como a situação profissional dos trabalhadores (trabalhadores por conta de outrem ou trabalhadores por conta própria). Dependendo do regime de enquadramento das contribuições do trabalhador para a segurança social, bem como do valor contribuído para o sistema da segurança social e a duração dessa contribuição, assim se determinam os valores a lançar nos subsídios por doença de cada titular. Estes resultados acabam, assim, por espelhar, mais uma vez, as diversas situações que as diferentes nacionalidades estrangeiras têm no mercado de trabalho português.

5.2.3. Prestações de maternidade/parentalidade

A proteção social na parentalidade (maternidade, paternidade e adoção) abrange um conjunto de prestações que se destinam a compensar os beneficiários nas situações de gravidez, maternidade, paternidade, adoção, assistência na doença de filhos menores ou equiparados, acompanhamento de filhos ou equiparados deficientes ou doentes crónicos. Inclui vários subsídios, como o de maternidade, paternidade, adoção, licença parental, entre outros[54] (Peixoto *et al.*, 2011: 51,52, 169).

Neste âmbito, importa referir que os dados disponibilizados pelos serviços da Segurança Social nem sempre permitem a comparabilidade das várias séries ao longo da década em análise (Peixoto *et al.*, 2011: 169). Atendendo a estas limitações, na análise desta prestação social consideraram-se os seguintes universos: entre 2002 e 2006 são considerados os beneficiários com processamento de subsídio de maternidade; de 2007 a 2010 são considerados os beneficiários do sexo feminino com lançamento de prestações de parentalidade; em 2011 e 2012 consideram-se todos os beneficiários com processamento de prestações de parentalidade. Para o ano de 2011 e 2012 os dados disponibilizados referem-se aos beneficiários de ambos os sexos, pelo que este dado deve ser tido em consideração quando se comparam os valores destes anos com os anos anteriores (que incluem apenas beneficiários do sexo feminino). Para garantir a comparabilidade na sistematização da informação o quadro 5.13 analisa apenas comparativamente o ano de 2002 e 2010 de beneficiários do sexo feminino.

O número de mulheres estrangeiras abrangidas por esta prestação social aumentou de 3.670 em 2002 para 9.780 em 2010. Em 2012 os beneficiários estrangeiros da prestação social de parentalidade totalizaram os 10.539 indivíduos. Em termos absolutos, os beneficiários estrangeiros que se destacam nesta prestação social são os de nacionalidade brasileira (3.777 em 2010 e 3.538 em 2012), cabo-verdiana (977 em 2010 e 1.066 em 2012), romena (876 em 2010 e 1.151 em 2012) e ucraniana (793 em 2010 e 829 em 2012) – repetindo o padrão encontrado para as restantes prestações sociais. Em termos relativos, esta representa a prestação social onde os estrangeiros têm mais impacto no total de beneficiários: em 2010, os estrangeiros tinham uma importância relativa de 8,3% no total de beneficiários de prestações de parentalidade, descendo em 2012 para 5,8% do total de beneficiários destas prestações. Esta descida acompanha a própria descida do número de nados-vivos de mãe estrangeira (caracterizada antes – capítulo 3.1.), desde 2010: recorde-se que em 2010 os nados-vivos de mãe estrangeira representavam 10,6% do total de nascimentos registados nesse ano (10.786 em números absolutos), tendo esse valor descido para 9,8% em 2012 (8.761 nados-vivos de mãe estrangeira).

54. Nomeadamente os relacionados com: faltas especiais dos avós; riscos específicos da beneficiária grávida; assistência na doença a descendentes menores ou deficientes; e assistência a doentes profundos e doentes crónicos (Peixoto *et* al.: 52).

Quadro 5.13. Titulares estrangeiros com lançamento de prestações de maternidade e respetivos montantes processados, segundo os principais países de nacionalidade, em 2002 e 2010

Nacionalidade	2002		2010		(A) Rácio de montantes processados por beneficiários em 2010 (em euros)	Taxa de discrepância de (A) dos estrangeiros face ao total de beneficiários em 2010 (%)
	Beneficiários	Montantes (milhares de euros)	Beneficiários	Montantes (milhares de euros)		
Total estrangeiros	**3.670**	**6.726**	**9.780**	**18.880**	**1930,5**	**-36,0**
África	**1.839**	**3.108**	**2.512**	**4.279**	**1703,4**	**-43,5**
PALP	**1.781**	**2.950**	**2.291**	**3.963**	**1729,8**	**-42,6**
Angola	660	1.247	549	1.005	1830,6	-39,3
Cabo Verde	637	836	977	1.616	1654,0	-45,2
Guiné-Bissau	175	280	427	736	1723,7	-42,8
Moçambique	108	300	62	135	2177,4	-27,8
S. Tomé e Príncipe	201	287	276	471	1706,5	-43,4
América	**748**	**1.309**	**3.902**	**7.237**	**1854,7**	**-38,5**
Brasil	615	1.046	3.777	6.904	1827,9	-39,4
Ásia	**90**	**138**	**475**	**771**	**1623,2**	**-46,2**
China	52	69	249	421	1690,8	-43,9
Europa	**986**	**2.161**	**2.887**	**6.587**	**2281,6**	**-24,3**
UE27	**564**	**1.582**	**1.631**	**4.327**	**2653,0**	**-12,0**
Alemanha	64	166	72	256	3555,6	+17,9
Espanha	70	303	163	1.120	6871,2	+127,8
França	230	580	87	228	2620,7	-13,1
Reino Unido	31	146	96	426	4437,5	+47,1
Bulgária	4	13	115	200	1739,1	-42,3
Roménia	92	121	876	1.295	1478,3	-51,0
Europa de Leste	**406**	**539**	**1.247**	**2.241**	**1797,1**	**-40,4**
Moldávia	92	124	341	529	1551,3	-48,6
Rússia	46	64	93	195	2096,8	-30,5
Ucrânia	249	325	793	1.468	1851,2	-38,6
Oceânia	**7**	**10**	**4**	**6**	**1500,0**	**-50,3**

Fonte: Instituto de Informática IP – MTSS/MSESS (cálculos das autoras).

A importância relativa dos estrangeiros nesta prestação social deve ser considerada um dado positivo. Como evidenciavam estudos anteriores (Rosa *et al.*, 2004; Peixoto *et al.*, 2011), num contexto de retração da fecundidade e de envelhecimento demográfico, a entrada de imigrantes em Portugal (normalmente em idade jovem) tem um reflexo positivo sobre a fecundidade geral, sendo que do "ponto de vista da própria Segurança Social, esta será uma das prestações mais bem-vindas, pois significa o refrescamento populacional que, conjugado com outros fatores, poderá contribuir para uma melhor sustentabilidade do sistema" (Peixoto *et al.*, 2011: 170).

Quadro 5.14. Mulheres beneficiárias de subsídio de maternidade e nados-vivos em 2002 e 2006

Nacionalidade da mãe	2002			2006*		
	Mulheres beneficiárias de subsídio de maternidade (A)	Nados-vivos (B)	A/B (%)	Mulheres beneficiárias de subsídio de maternidade (A)	Nados-vivos (B)	A/B (%)
Angola	660	1.513	43,6	584	957	61,0
Cabo Verde	637	1.260	50,6	696	1.118	62,3
Guiné-Bissau	175	493	35,5	n.d.	278	n.d.
Moçambique	108	185	58,4	99	111	89,2
S. Tomé e Príncipe	201	308	65,3	224	303	73,9
Brasil	615	1.313	46,8	1.369	2.968	46,1
China	52	212	24,5	152	330	46,1
Alemanha	64	85	75,3	55	98	56,1
Espanha	70	133	52,6	111	151	73,5
França	230	341	67,4	116	202	57,4
Reino Unido	31	72	43,1	68	131	51,9
Bulgária	4	23	17,4	29	53	54,7
Roménia	92	286	32,2	216	652	33,1
Moldávia	92	175	52,6	162	329	49,2
Rússia	46	101	45,5	59	110	53,6
Ucrânia	249	482	51,7	483	677	71,3
Total mães estrangeiras	**3.670**	**7.689**	**47,7**	**5.135**	**9.542**	**53,8**
Total portugueses	**58.356**	**106.683**	**54,7**	**65.742**	**95.903**	**68,6**

Fonte: Instituto de Informática IP – MTSS e Estatísticas Demográficas – INE (cálculos das autoras).

* Para garantir a comparabilidade dos dados relativos a esta prestação social, usa-se o ano de 2006 como o último ano de referência do subsídio de maternidade. A partir desse ano assume-se o subsídio de parentalidade que passa a agregar também outras prestações sociais, nomeadamente por doença dos filhos, apoio de avós, etc.

A comparação do número de nados-vivos, segundo a nacionalidade da mãe, com o número de beneficiários desta prestação social para cada nacionalidade, permite ainda reforçar a perceção da contribuição importante da imigração para a sustentabilidade do sistema da segurança social. Face ao contributo que os estrangeiros estão a dar para a natalidade portuguesa, apresentando taxas brutas de natalidade feminina e fecundidade geral feminina mais elevadas que o verificado para os nacionais (mais 31,8 e 30,5 pontos percentuais, respetivamente, em 2011), verifica-se uma proporção baixa de beneficiários das prestações de parentalidade estrangeiros por comparação aos nacionais (quadro 5.14). Por outras palavras, não apenas os estrangeiros estão a contribuir para o refrescamento populacional e assim para a sustentabilidade do sistema de segurança social, como não estão a contribuir para o desgaste da proteção social de parentalidade face aos nados-vivos que têm.

Conforme é possível verificar no quadro 5.14., a partir do cálculo do indicador rácio de mulheres beneficiárias de subsídio de maternidade (do regime geral) por nados-vivos[55] segundo a naciona-

55. Reconhecendo desde já que este cálculo pode ter algumas limitações: se por um lado, uma mulher pode gerar mais do que um nado-vivo (caso dos gémeos) podendo a relação das beneficiárias e nados-vivos ser superior a 1 (ou a 100% se considerarmos a taxa); por outro lado, nem todas as mulheres que têm nados-vivos têm direito a prestação de maternidade (o acesso à prestação está dependente de um período de contribuição para a segurança social e/ou estar integrado no sistema da segurança social).

lidade das mães, as mulheres estrangeiras proporcionalmente beneficiam menos que as mulheres portuguesas do subsídio de maternidade. Em 2002 por cada 100 nados-vivos de mães estrangeiras, 48 mulheres tiveram subsídio de maternidade, quando a relação nas mães portuguesas era de 55 para 100 nados-vivos (diferença de 7 pontos percentuais). Em 2006 verifica-se um aumento, ou seja, passa a haver mais mulheres a beneficiarem de subsídio de maternidade por cada nado-vivo tanto no caso das mulheres portuguesas (69 em cada 100 nados-vivos), como nas mães estrangeiras (54 por cada 100 nados-vivos), pese embora a distância entre estes dois grupos de mulheres tenha aumentado para 15 pontos percentuais. O não recurso a este subsídio pelas mães estrangeiras tanto pode refletir a sua falta de informação ou desconhecimento dos seus direitos, como não estarem reunidas as condições para terem este direito social (e.g. não estarem inscritas no sistema de segurança social, não terem contribuído por o período mínimo estipulado na lei).

O mesmo indicador apresentado no quadro 5.14. permite ainda concluir que as populações estrangeiras não são, uma vez mais, um todo homogéneo: em 2006 foram as mulheres dos PALP que mais beneficiaram deste subsídio por cada 100 nados-vivos seus, seguidas das mulheres da Ucrânia e da União Europeia; em contraste as mulheres brasileiras ficaram mesmo aquém da média das mulheres estrangeiras (apenas 46 beneficiárias de subsídio de maternidade por cada 100 nados-vivos).

Acresce ainda que as mulheres estrangeiras, pese embora tenham uma maior taxa bruta de natalidade feminina e uma taxa geral de fecundidade mais elevada que as mulheres portuguesas, tendem a receber montantes mais baixos do que a média geral dos beneficiários desta prestação social, refletindo, uma vez mais, menores rendimentos e por isso contribuições mais baixas que enquadram o cálculo do valor desta prestação social. Conforme mostra o quadro 5.13. os titulares estrangeiros de prestações de parentalidade em 2010 obtiveram montantes 36% mais baixos do que o obtido pela média geral dos beneficiários desta prestação social. Uma vez mais é nos nacionais dos PALP e da Europa de Leste que se observa maior discrepância negativa face à média geral, ou seja, os estrangeiros desses grupos de nacionalidades obtêm nesta prestação social cerca de -40% que a média geral dos seus beneficiários. Em contraste, são os nacionais dos países mais antigos da União Europeia os que têm uma discrepância mais positiva face à média geral dos beneficiários, destaque para os espanhóis e ingleses a obterem +128% e +47% em montante do que o total de titulares de subsídios de parentalidade.

No que diz respeito aos montantes financeiros das prestações de parentalidade globais, denota-se também que os montantes processados a cidadãos estrangeiros (18,9 milhões de euros em 2010 e 16,5 milhões de euros em 2012) representam globalmente menos (5,3% em 2010 e 4,6% em 2012) do que a importância relativa que têm os beneficiários estrangeiros no total de beneficiários de subsídios de parentalidade (8,3% em 2010 e 5,8% em 2012). Na base desta discrepância estão novamente aspetos relacionados com as categorias profissionais dos estrangeiros, atendendo a que o "baixo estatuto socioeconómico dos estrangeiros garante-lhes prestações mais reduzidas" (Peixoto et al., 2011: 172).

Em suma, em termos relativos, o sistema de segurança social está a beneficiar mais com a população estrangeira para o seu refrescamento e sustentabilidade, não apenas porque esta população contribui mais para a natalidade, mas também porque beneficia de montantes mais baixos dos subsídios de maternidade e há menos beneficiárias estrangeiras por cada 100 nados-vivos em Portugal.

5.2.4. Rendimento Social de Inserção

O Rendimento Social de Inserção (RSI) é uma prestação social distinta das descritas anteriormente, uma vez que não se enquadra nos regimes contributivos e/ou não está dependente da contribuição prévia dos indivíduos para o sistema de segurança social. O RSI tem como principal objetivo responder a situações de grave carência económica e de risco de exclusão social em Portugal, pelo que o acesso ao RSI resulta da função redistributiva, própria do sistema de segurança social, abrangendo os cidadãos vulneráveis e excluídos do sistema (aprofundado em Peixoto *et al.*, 2011). No caso dos estrangeiros, o acesso ao RSI está condicionado a um período mínimo de residência legal em Portugal: para os nacionais de países terceiros o período é de no mínimo 3 anos, enquanto os nacionais da União Europeia têm de ter residência legal em Portugal há pelo menos 1 ano.

Os dados do RSI analisados neste relatório são referentes a agregados familiares com titular estrangeiro e enquadram-se no período temporal compreendido entre os anos de 2005 e 2012. Em termos absolutos, o número de agregados familiares com titular estrangeiro passou de 1.037 em 2005 para 8.935 em 2012, tendo aumentado a sua importância relativa no total de beneficiários desta prestação de 1,4% para 5,6%.

No que toca à distribuição por nacionalidades, denota-se padrões distintos dos apresentados nas restantes prestações sociais, destacando-se os agregados familiares dos PALP (representam 48,3% do total de beneficiários estrangeiros de RSI em 2012). Entre os agregados dos PALP evidenciam-se os nacionais de Cabo Verde (representavam 18,1% do total de beneficiários de RSI em 2012) e de Angola (12,5% em 2012). Os titulares de nacionalidade brasileira representam apenas 13,7% (em 2012) do total de agregados estrangeiros beneficiários de RSI. No caso dos europeus, em 2012, são os nacionais da Roménia (13,7%) e da Ucrânia (7,1%) que se destacam. Assim, se no primeiro grupo observamos principalmente as nacionalidades de países terceiros à União Europeia mais antigas em Portugal, e por isso legitimadas a aceder a este direito social por terem mais de 3 anos de residência legal no país; no caso da Roménia embora traduza uma população imigrante mais recente, enquanto país da União Europeia tem de reunir apenas 1 ano de residência legal no país para aceder ao RSI.

Importa atender que o acesso destas populações estrangeiras ao RSI reflete situações de maior pobreza, vulnerabilidade económica e exclusão social em Portugal. Porém, como nas restantes prestações sociais, importa considerar que estes agregados estrangeiros não são um todo homogéneo, observando-se que os montantes de RSI atribuídos por agregado familiar variam, ou seja, variam os graus de pobreza e exclusão das diferentes populações estrangeiras. Para identificar essa variação calcularam-se mais uma vez rácios para estimar a média de montante atribuído a cada agregado para cada uma das nacionalidades e a sua diferença face à média para o total de beneficiários de RSI (quadro 5.15.).

Quadro 5.15. Agregados familiares com titular estrangeiro com Rendimento Social de Inserção e respetivos montantes processados, segundo os principais países de nacionalidade, em 2005 e 2012

Nacionalidade	2005		2012		(**A**) Rácio de montantes processados por agregados em 2012 (em euros)	Taxa de discrepância de (**A**) dos estrangeiros face ao total de agregados que beneficiaram de RSI em 2012 (%)
	Agregados	Montantes (milhares de euros)	Agregados	Montantes (milhares de euros)		
Total estrangeiros	**1.037**	**2.112**	**8.935**	**17.755**	**1987,1**	**-3,9**
Angola	250	516	1.116	2.239	2006,3	-2,9
Cabo Verde	319	606	1.621	3.100	1912,4	-7,5
Guiné-Bissau	115	223	1.036	1.907	1840,7	-10,9
Moçambique	42	84	124	248	2000,0	-3,2
S. T. Príncipe	76	150	417	790	1894,5	-8,3
Brasil	52	122	1.221	2.018	1652,7	-20,0
Venezuela	13	29	22	53	2409,1	+16,6
China	n.d.	n.d.	5	6	1200,0	-41,9
India	0	0	59	87	1474,6	-28,7
Paquistão	n.d.	n.d.	31	63	2032,3	-1,7
Alemanha	21	32	78	164	2102,6	+1,7
Espanha	27	68	96	247	2572,9	+24,5
França	13	28	53	98	1849,1	-10,5
Reino Unido	6	9	51	101	1980,4	-4,2
Bulgária	0	0	216	462	2138,9	+3,5
Roménia	11	37	1.221	3.514	2878,0	+39,2
Moldávia	n.d.	n.d.	104	175	1682,7	-18,6
Rússia	3	5	72	119	1652,8	-20,0
Ucrânia	20	42	634	888	1400,6	-32,2

Fonte: Instituto de Informática IP – MTSS/MSESS (cálculos das autoras)

Segundo dados do Instituto de Informática da Segurança Social, em 2012, globalmente cada agregado familiar estrangeiros obteve em média montantes de RSI mais baixos (-4%) que o atribuído à média geral de cada agregado beneficiário de RSI. Nos agregados estrangeiros, os romenos representaram 19,8% do total do montante financeiro atribuído em RSI a agregados familiares com titular estrangeiro, correspondendo também à nacionalidade que obteve o montante por agregado familiar mais elevado (+39% que a média geral do montante atribuído ao total de beneficiários de RSI), seguidos dos espanhóis (com +25%) representando, porém, apenas 1,4% do total do montante financeiro atribuído em RSI a agregados familiares com titular estrangeiro. Em contraste, os brasileiros (-20%), os europeus de leste (variando entre -32%, caso da Ucrânia, e -19%, caso da Moldávia) e os nacionais dos PALP (variando entre -11%, caso da Guiné-Bissau, e -3%, caso de Angola) estão entre os agregados familiares de nacionais de países terceiros que menos montantes obtiveram em RSI por comparação ao montante médio geral atribuído em RSI em 2012.

CAPÍTULO 6.
EDUCAÇÃO E QUALIFICAÇÕES

Procura-se neste capítulo caracterizar o nível de educação da população estrangeira que se encontra em Portugal. Distingue-se neste capítulo, por um lado, a educação adquirida em Portugal, contemplando a integração de estrangeiros no sistema escolar português e, por outro lado, as qualificações que os estrangeiros trazem para Portugal e são reconhecidas no país.

6.1. Alunos estrangeiros no sistema escolar português

Ao longo das últimas décadas o sistema de ensino português tem vindo a deparar-se com a crescente necessidade de acolher e integrar a diversidade cultural e linguística no seu seio, acompanhando e respondendo ao próprio crescimento e diversificação dos fluxos imigratórios de Portugal. A partir de meados da década de 1980 as escolas portuguesas, em particular as localizadas na Área Metropolitana de Lisboa, acolheram a pressão migratória de um número expressivo de crianças e jovens descendentes de populações dos PALP, o que viria a justificar novas respostas do Ministério da Educação, nomeadamente através da criação (em 1991) de um organismo designado por Secretariado Coordenador dos Programas de Educação Multicultural, posteriormente designado Secretariado EntreCulturas (Seabra *et al.*, 2011: 19). Este serviço viria a proceder, entre outras formas de intervenção, a uma recolha de informação estatística sobre a presença deste novo fluxo de alunos no sistema escolar português.

Entretanto, com o incremento da imigração para Portugal no decurso da década de 1990 e primeira década do século XXI, novas gerações de alunos (crianças e jovens) estrangeiros e imigrantes vieram reforçar o sistema escolar português. A par desse aumento há ainda a registar a diversificação das origens destes alunos, nomeadamente com a chegada de população asiática (e.g. da China, Índia, Paquistão, Bangladesh) e da Europa de Leste, que confrontaram o sistema escolar português com a necessidade de articular novas respostas eficazes de integração (Hortas, 2013: 24).

Os processos de escolarização dos alunos estrangeiros e descendentes de imigrantes, o sucesso e insucesso dos mesmos, e as dificuldades ou ensejos associadas à população estrangeira e imigrante no sistema escolar, têm assumido uma problemática importante em inúmeros estudos nacionais (Seabra *et al.*, 2011; Hortas, 2013) e internacionais (OCDE, 2010). A boa integração dos alunos imigrantes (ou de origem imigrante) no mercado de trabalho passa em grande medida pela aquisição de competências de base e pelos resultados alcançados ao longo do seu percurso escolar. Os estudos desenvolvidos pela OCDE indicam que os alunos de origem imigrante tendem a apresentar melhores desempenhos escolares que os pais, apesar de em alguns países continuarem a não conseguir acompanhar os resultados dos alunos que não têm antecedentes migratórios, mesmo que de contextos socioeconómicos semelhantes.

A este propósito, o estudo promovido pela OCDE intitulado "*Where immigrant students succeed*" (OCDE, 2006) evidência que os diferentes sistemas escolares se diferenciam consideravelmente no

que diz respeito ao desempenho escolar dos alunos imigrantes que propiciam ou atingem. No Canadá, Austrália e Nova Zelândia, por exemplo, o desempenho escolar dos alunos imigrantes é muito semelhante ao alcançado pelos seus colegas autóctones, realidade que não se verifica noutros países da OCDE, onde os resultados dos alunos imigrantes são sempre menos satisfatórios que o verificado para a média geral dos alunos desses países. Este estudo permite simultaneamente concluir que os países onde há menores diferenças de desempenho escolar entre imigrantes e nativos têm em comum, por exemplo, o facto de terem desenvolvido sólidos programas de aprendizagem da língua de acolhimento.

Apesar dos exemplos que nos chegam desses países, outro estudo da OCDE "*Closing the gap for immigrant students: Policies, Practice and Performace*" (OCDE, 2010) revela que, de uma forma geral, os imigrantes tendem a apresentar maiores dificuldades em obter bons resultados escolares e em aceder a um ensino de qualidade quando comparados com os nacionais dos países de acolhimento. Por outro lado, têm mais probabilidade de frequentar estabelecimentos de ensino onde os seus condiscípulos provêm de meios socialmente desfavorecidos, apresentando também maior risco de abandono escolar antes do final do ensino secundário.

Mais recentemente, os resultados do PISA (*Programme for International Student Assessment*) 2012 (OCDE, 2013) dão conta de uma evolução positiva da integração dos alunos de origem imigrante[56] nos sistemas de ensino dos vários países da OCDE. Segundo este relatório, a proporção de alunos de origem imigrante nos países da OCDE passou de 9%, em 2003, para 12% em 2012, tendo o perfil socioeconómico dos alunos imigrantes se tornado ligeiramente mais favorecido em 2012 que o perfil dos mesmos alunos em 2003, verificando-se igualmente uma redução das desvantagens dos alunos imigrantes face aos não-imigrantes em termos de desempenho escolar.

Nesta matéria, e em relação a Portugal, o relatório PISA 2012 indica que o país é um dos exemplos de evolução positiva entre os 34 países analisados pela OCDE. O país conseguiu melhorar os seus resultados sobretudo na Matemática, tendo-se aproximado da média internacional. Acresce que Portugal - apesar de se encontrar entre os países onde mais de 20% dos alunos avaliados pertencem a grupos socioeconómicos mais desfavorecidos - conseguiu desde 2003 diminuir a distância entre os alunos com piores e melhores resultados, reduzindo desta forma as desigualdades do sistema escolar.[57] Em 2012, 7% dos alunos avaliados pelo PISA em Portugal eram imigrantes ou descendentes de imigrantes (OCDE, 2013). No PISA 2009 estes alunos representavam 5% do total de alunos avaliados[58]. Em relação ao desempenho escolar desses alunos em Portugal, Carvalho *et al.* (2011) referem que ser imigrante ou descendente de imigrantes em Portugal está associado negativamente ao desempenho escolar em todos os domínios analisados (leitura, matemática e ciências[59]). Ainda assim, Portugal revela efeitos menos acentuados do que aqueles que se verificam

56. O termo "alunos de origem imigrante" usado aqui corresponde no relatório PISA ao termo alunos com "*background imigrante*", que abrange os alunos imigrantes de primeira e segunda geração. A definição de imigrantes de primeira geração compreende os alunos que nasceram no estrangeiro e cujos pais também nasceram no estrangeiro. Os imigrantes de segunda geração são estudantes que nasceram no país mas cujos pais nasceram no estrangeiro (OCDE, 2013: 80).
57. A este propósito destaque-se o trabalho desenvolvido pelo Programa Escolhas que tem tido impacto direto no desempenho escolar dos seus beneficiários, com um aumento de cerca de mais 30% do sucesso escolar dos alunos abrangidos pelo Programa.
58. Os alunos avaliados no PISA são alunos com 15 anos.
59. Ser aluno do sexo masculino sobretudo da "primeira geração" está associado a baixos desempenhos em leitura. A associação entre o sexo e o *background* imigrante não é tão evidente em matemática e ciências. No caso da matemática, os desempenhos mais baixos dos alunos com *background* imigrante são especialmente visíveis nos alunos do sexo masculino, mas neste caso são visíveis não apenas nos alunos de "primeira geração" mas também nos alunos de "segunda geração". Entre os alunos do sexo feminino os desempenhos são relativamente melhores, mas apenas entre as alunas da "segunda geração". O domínio das ciências é, dos três domínios analisados, aquele onde a distância entre imigrantes e não-imigrantes é menos elevada. O sexo tem menos interferência no domínio das ciências que nos outros domínios, embora os alunos do sexo masculino da "primeira geração" sejam aqueles que se destacam mais negativamente.

no conjunto dos países da União Europeia, onde a associação negativa entre *background* imigrante e desempenho escolar assume valores mais elevados.

Para compreender melhor a integração dos alunos estrangeiros no sistema escolar português, este capítulo desenvolve-se a partir da análise de dados oficiais de natureza administrativa que permitem caracterizar os alunos nos diferentes níveis de ensino: ensino básico, secundário e superior.

Segundo a Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC), no ano letivo de 2012/2013 os alunos de nacionalidade estrangeira matriculados no ensino básico e secundário em Portugal Continental atingiam os 46.338 indivíduos (ensino público), tendo-se verificado uma diminuição de cerca de 13 mil alunos por relação ao ano letivo de 2007/2008. Da comparação destes dois anos letivos ressalta um dado positivo: ainda que os alunos estrangeiros apresentem globalmente resultados escolares menos satisfatórios que os alunos de nacionalidade portuguesa, entre o ano letivo de 2007/2008 e 2012/2013 notou-se uma melhoria da performance escolar dos alunos estrangeiros do ensino secundário (e apenas deste nível de ensino), dado que vem corroborar as conclusões do relatório PISA 2012.

No Ensino Superior, a última década caracterizou-se por um crescimento notável do número de alunos estrangeiros. Em 2011/2012 os alunos estrangeiros correspondiam a 28.656 inscritos, registando um crescimento de +125% face ao ano letivo de 2000/2001 (12.717 alunos estrangeiros). Os estudantes estrangeiros representavam em 2011/2012 cerca de 7% do total de estudantes inscritos no Ensino Superior português. Há uma década atrás (em 2000/2001) apenas representavam cerca de 3% do total de estudantes neste nível de ensino.

Dados disponibilizados pelo SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras), e caracterizados antes (capítulo 2), relativos às entradas e permanências de estudantes estrangeiros do ensino superior no ano de 2012, corroboram este aumento de estudantes estrangeiros no Ensino Superior português. Segundo o SEF, em 2012 residiam em Portugal 10.275 estrangeiros com autorização de residência para estudo no ensino superior (Artigo 91.º do regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros). Em 2012 estes estudantes representavam 2,5% do total de estrangeiros residentes (417.042), tendo aumentado 109% por relação ao ano de 2008 (quando correspondiam apenas a 4.913 indivíduos). De notar, ainda, que em 2012 os estudantes do ensino superior ocupavam a quarta posição no conjunto dos títulos de residência emitidos pelo SEF.

Segue-se uma análise mais detalhada dos dados administrativos na vertente da integração dos estudantes estrangeiros no sistema escolar português, em função do grau de ensino, organizados em dois subcapítulos: o primeiro acerca da inserção no ensino básico e secundário, e o segundo acerca da incorporação no ensino superior.

6.1.1. Ensino Básico e Secundário

Os dados analisados neste subcapítulo foram disponibilizados pela Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) do Ministério da Educação, e referem-se aos alunos de nacionalidade estrangeira que frequentam o Ensino Público.[60]

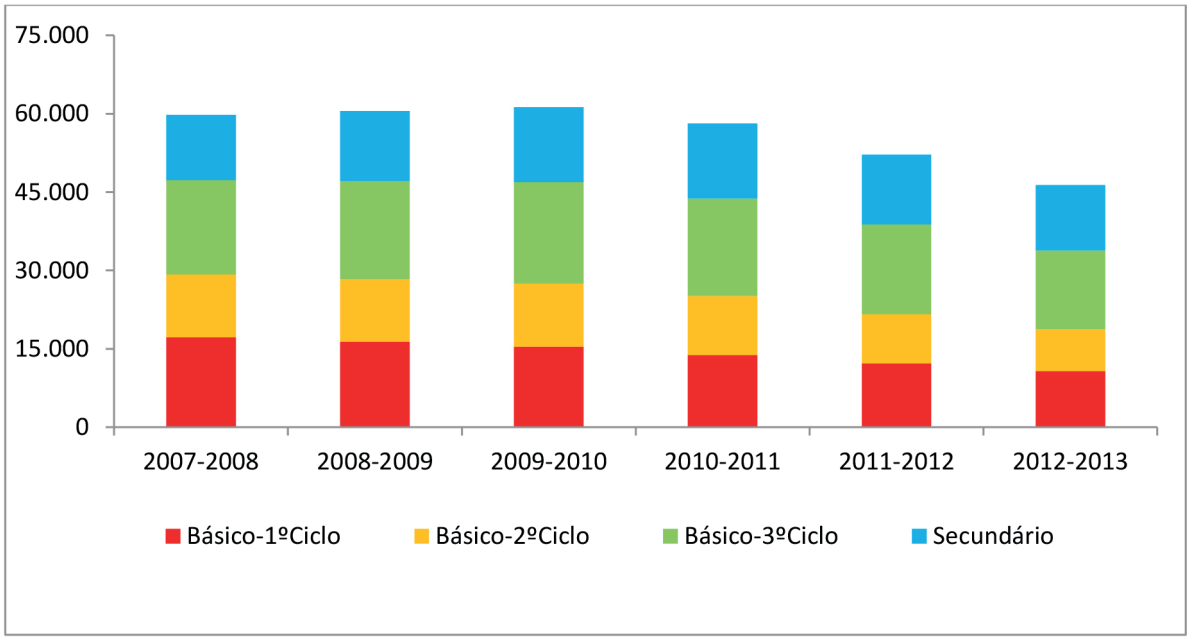
No ano letivo de 2012/2013 os alunos de nacionalidade estrangeira matriculados no ensino básico e secundário em Portugal Continental atingiam os 46.338 indivíduos, tendo-se verificado uma

60. Não se incluem neste universo os alunos a frequentar o ensino artístico em cursos de iniciação ou em regime articulado ou supletivo. Também não estão contemplados os alunos que frequentaram Cursos de Especialização Tecnológica. Os dados analisados reportam-se apenas a Portugal Continental, não incluindo as regiões autónomas.

diminuição em cerca de 13 mil alunos por relação ao ano letivo de 2007/2008 (quando os alunos estrangeiros correspondiam a 59.795 indivíduos) – vd. gráfico 6.1. A diminuição verificada no número de alunos pode estar associada, nomeadamente, ao próprio decréscimo da população estrangeira residente que se verificou nos últimos anos. O aumento do número de "novos" cidadãos portugueses nos últimos anos, com o incremento do acesso à nacionalidade portuguesa ao abrigo de um novo enquadramento legal a partir de 2006 (desenvolvido no capítulo 8.1), pode explicar também a diminuição de alunos estrangeiros nos últimos anos, não porque esses tenham abandonado o sistema escolar, mas porque desapareceram das estatísticas oficiais com a mudança da sua nacionalidade.

Mantendo a tendência de anos letivos anteriores, no ano letivo de 2012/2013, o maior número de alunos concentrou-se no 3º ciclo do ensino básico (15.138 alunos), seguido do ensino secundário (com 12.500 alunos) – gráfico 6.1. De realçar, ainda, que nesse ano letivo os alunos estrangeiros correspondiam a 4,1% do total de alunos matriculados no Ensino Básico e Secundário (- 1 ponto percentual que no ano letivo de 2007-2008).

Gráfico 6.1. Número de alunos estrangeiros matriculados no ensino básico e secundário em Portugal Continental, entre os anos letivos de 2007/2008 e 2012/2013



Fonte: DGEEC-Ministério da Educação

No ano letivo de 2012/2013 as escolas públicas do Ensino Básico e Secundário reuniam alunos estrangeiros de 170 nacionalidades. Mantendo a tendência de anos letivos anteriores, nesse ano letivo cerca de um terço dos alunos tinha nacionalidade de um país africano, sendo que a esmagadora maioria destes nacionais vinha dos PALP (34,5% do total de alunos). A este grupo seguiam-se os alunos da América do Sul (com destaque para o Brasil), representando 25,5% dos alunos, e os alunos dos países da europa comunitária e da europa de leste, com 17,2% e 12,9%, respetivamente – quadro 6.1.

Quadro 6.1. Alunos estrangeiros matriculados no ensino básico e secundário, segundo os principais grupos de nacionalidade, em Portugal Continental, para os anos letivos 2007/2008 e 2012/2013 (%)

Nacionalidade	2007-2008 (%)	2012-2013 (%)	Taxa de Variação
Europa	**31,4**	**32,2**	**-20,8**
UE27	16,3	17,2	-18,4
Europa de Leste	11,0	12,9	-9,5
Outros Europa	4,0	2,0	-61,7
África	**38,4**	**36,3**	**-27,1**
PALP	36,6	34,5	-27,2
Outros África	1,8	1,7	-24,9
América	**26,7**	**26,5**	**-23,3**
América do Sul	25,0	25,5	-21,1
América do Norte	1,4	0,7	-59,3
Outros América	0,3	0,3	-33,3
Ásia	**3,1**	**5,0**	**+26,3**
Oceânia	**0,1**	**0,1**	**-61,0**
Total (número absoluto)	**59.975**	**46.338**	**-22,7**

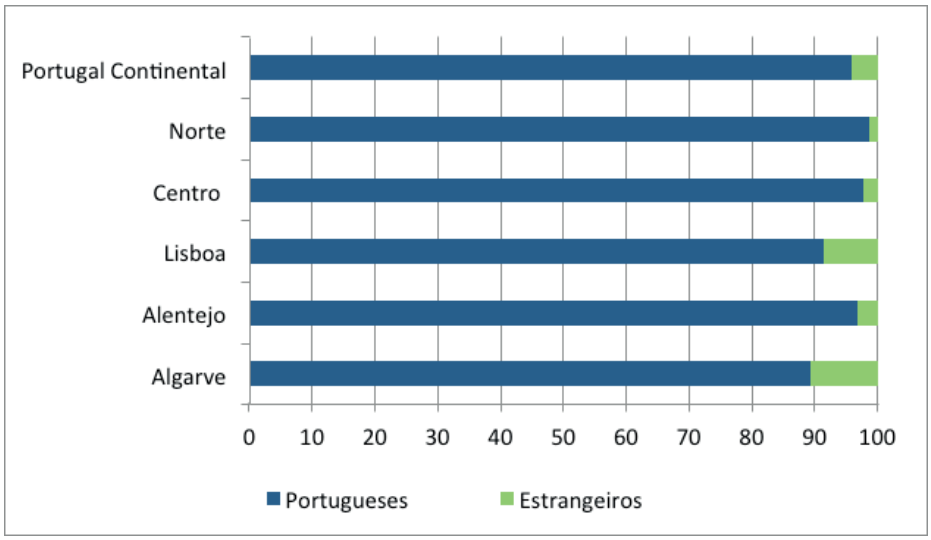
Fonte: DGEEC-Ministério da Educação (cálculos das autoras)

Refletindo a quebra geral de alunos estrangeiros, todos os grupos de nacionalidades apresentam uma variação negativa entre os anos letivos de 2007-2008 e 2012-2013. A única exceção a esta tendência são os alunos dos países asiáticos, que registaram uma variação positiva de +26,3%. O aumento dos alunos asiáticos, em especial dos chineses, nos últimos anos reflete tanto o aumento de entradas de crianças e jovens dessa nacionalidade, ao abrigo do reagrupamento familiar (analisado anteriormente no gráfico 2.2.), como reflete a importância dos nascimentos de filhos de imigrantes chineses ocorridos em Portugal nos últimos anos (recorde-se que a taxa de fecundidade geral das mulheres chinesas é a mais alta entre as mulheres estrangeiras – analisado no gráfico 3.2.).

Na distribuição geográfica dos alunos estrangeiros do ensino básico e secundário pelo território português ressaltam tendências semelhantes às verificadas na distribuição da população estrangeira residente recenseada nos Censos 2011. No ano letivo 2012/2013, as regiões de Portugal Continental onde a proporção de alunos estrangeiros no total de matriculados atingiu valores mais elevados (Gráfico 6.2) foi a região do Algarve (10,6%) e a região de Lisboa (8,6%), tendência expectável sobretudo se atendermos a que estas duas regiões correspondem também, como vimos anteriormente, às regiões onde as populações de nacionalidade estrangeira assumem maior peso no total da população residente. Importa notar, igualmente, que no último ano letivo analisado (2012/2013) as regiões de Lisboa e Algarve concentravam 70,3% do total de alunos estrangeiros matriculados no ensino básico e secundário português.

Tal como verificado para o total da população estrangeira residente, os alunos estrangeiros do Ensino Básico e Secundário em função da nacionalidade, têm diferentes áreas privilegiadas de concentração. Na distribuição geográfica por NUTII dos alunos estrangeiros inscritos no ensino básico e secundário, observa-se que os alunos da América do Sul (sobretudo do Brasil) e da União Europeia constituem os dois grupos de nacionalidades mais expressivos na região Norte do país, atingindo percentagens de 27,9% e 27,8%, respetivamente. Na região Centro estes dois grupos de nacionalidades são também os mais numerosos (América do Sul com 28,2% e União Europeia com 22,7%), embora nesta região a percentagem de alunos da Europa de Leste também apresente valores elevados (22,1%) – quadro 6.2.

Gráfico 6.2. Alunos matriculados no ensino básico e secundário, segundo a nacionalidade e a região NUTII no ano letivo 2012/2013 (%)



Fonte: DGEEC-Ministério da Educação (cálculos das autoras)

Quadro 6.2. Alunos estrangeiros matriculados no ensino básico e secundário em Portugal Continental, segundo os principais grupos de nacionalidade e a região NUTII, no ano letivo 2012/2013 (%)

Nacionalidade	Norte (%)	Centro (%)	Lisboa (%)	Alentejo (%)	Algarve (%)
Europa	**47,9**	**49,0**	**16,9**	**59,0**	**58,1**
UE27	27,8	22,7	8,7	37,0	32,3
Europa de Leste	12,4	22,1	7,7	19,2	25,1
Outros Europa	7,7	4,2	0,6	2,9	0,7
África	**13,8**	**14,1**	**53,3**	**7,5**	**14,5**
PALP	12,4	12,1	51,5	7,1	12,4
Outros África	1,4	2,0	1,8	0,3	2,2
América	**30,1**	**30,8**	**25,5**	**27,5**	**23,1**
América do Sul	27,9	28,2	25,0	26,5	22,5
América do Norte	1,6	2,2	0,3	0,5	0,4
Outros América	0,6	0,3	0,2	0,5	0,2
Ásia	**8,0**	**6,0**	**4,3**	**6,0**	**4,2**
Oceânia	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Total (número absoluto)	**5.321**	**5.824**	**26.635**	**2.608**	**5.950**

Fonte: DGEEC-Ministério da Educação (cálculos das autoras)

Os alunos africanos, maioritariamente dos PALP, encontram-se fortemente concentrados na região de Lisboa, representando nessa região 51,5% dos alunos estrangeiros matriculados. O segundo grupo de nacionalidades mais numeroso na região de Lisboa corresponde aos alunos da América do Sul (25,0%). No Alentejo os alunos da União Europeia constituem a maioria dos alunos estrangeiros do ensino básico e secundário (37,0%), seguidos dos alunos da América do Sul (26,5%). Já no Algarve destacam-se novamente os alunos do continente europeu, representando 58,1% dos alunos estrangeiros da região - quadro 6.2.

A análise desagregada por principais países de nacionalidade estrangeira no ensino básico e secundário revela que no ano letivo de 2012/2013 se destacavam, na primeira posição dos alunos estrangeiros, os brasileiros (24,6%). A segunda posição era ocupada pelos alunos cabo-verdianos (13,8%), e a terceira pertencia aos alunos angolanos (7,7%) e ucranianos (7,7%). Na quarta e quinta

posição encontram-se os alunos da Guiné-Bissau (7,3%) e da Roménia (6,5%), e na sexta posição encontra-se os de São Tomé e Príncipe (4,9%). Destaque ainda para os alunos da Moldávia e da China, a representarem 3,9% e 2,5%, respetivamente – quadro 6.3.

Quadro 6.3. Alunos estrangeiros matriculados no ensino básico e secundário em Portugal Continental, segundo as principais nacionalidades, no ano letivo 2012/2013 (%)

Nacionalidades	%
UE27	**17,2**
Roménia	6,5
França	2,4
Reino Unido	1,8
Alemanha	1,7
Espanha	1,4
Bulgária	1,3
Outros UE27	2,2
Europa de Leste	**12,9**
Ucrânia	7,7
Moldávia	3,9
Rússia	1,0
Outros países Europa	**2,3**
África	**36,3**
Cabo Verde	13,8
Angola	7,7
Guiné-Bissau	7,3
São Tomé Príncipe	4,9
Moçambique	0,8
Marrocos	0,4
Senegal	0,3
Outros Africa	1,1
América do Sul	**25,5**
Brasil	24,6
Venezuela	0,4
Outros américa do sul	0,5
América do Norte	**0,7**
Estados Unidos	0,4
Canadá	0,2
Outros américa do norte	0,0
Outros países América	0,3
Ásia	**5,0**
China	2,5
Paquistão	0,5
Índia	0,6
Outros Ásia	1,3
Oceânia	**0,1**
Total (nº absolutos)	**46.338**

Fonte: DGEEC-Ministério da Educação (cálculos das autoras)

Importa realçar que as importâncias relativas das nacionalidades estrangeiras mais representadas nos alunos do ensino básico e secundário refletem as populações estrangeiras residentes com pirâmides etárias mais completas, ou seja, as populações estrangeiras que apresentam efetivos

nos diferentes grupos etários. Assim embora inúmeras nacionalidades de países da União Europeia estejam no top 10 das nacionalidades estrangeiras residentes mais representadas no país, na realidade atendendo à média de idades da sua população e/ou não tendo filhos em Portugal em idade escolar, acabam por não estar tão representadas no sistema escolar português (e.g. segundo dados dos Censos de 2011, os ingleses estão em sétimo lugar nas nacionalidades estrangeiras mais numerosas, mas os seus nacionais em Portugal têm idade média de 50 anos).

Em termos de desempenho escolar, os dados disponibilizados pela DGEEC evidenciam que os alunos de nacionalidade estrangeira apresentam, de forma genérica, taxas de insucesso escolar superiores às verificadas entre alunos de nacionalidade portuguesa – corroborando as conclusões dos estudos desenvolvidos no âmbito do PISA. No ano letivo 2012/2013, a taxa de retenção/desistência dos alunos de nacionalidade estrangeira (24,9%) situava-se 12 pontos percentuais acima da taxa apresentada pelos alunos de nacionalidade portuguesa (13,2%) – vd. quadro 6.4.

Quadro 6.4. Desempenho escolar dos alunos no Ensino Básico e Secundário segundo a nacionalidade, em Portugal Continental, nos anos letivos 2007/2008 e 2012/2013 (%)

Nacionalidade	Transição/Conclusão		Retenção/Desistência	
	2007-2008	2012-2013	2007-2008	2012-2013
Portugueses	88,5	86,8	11,5	13,2
Estrangeiros	79,0	75,1	21,0	24,9
Total	88,0	86,3	12,0	13,7

Fonte: DGEEC-Ministério da Educação (cálculos das autoras)

Em termos evolutivos, quando se estabelece uma comparação com os valores observados no ano letivo de 2007/2008, denota-se mesmo um agravamento dos níveis de insucesso escolar dos alunos do ensino básico e secundário, que abrange simultaneamente alunos estrangeiros e portugueses. Ainda assim, o aumento das taxas de retenção/desistência é mais significativo entre os alunos de nacionalidade estrangeira (que sobem 3,9 pontos percentuais na taxa) do que entre os alunos de nacionalidade portuguesa (que registam uma subida de 1,7 pontos percentuais).

Para um maior rigor, a análise da performance escolar dos alunos estrangeiros implica, contudo, a desagregação da informação por nível de ensino e nacionalidade. No que se refere aos níveis de ensino, verifica-se desde logo diferenças de desempenho escolar entre os alunos, tanto estrangeiros como portugueses, no ensino básico e no ensino secundário. Os dados apresentados no quadro 6.5. evidenciam que as taxas de transição/conclusão são mais elevadas entre os alunos do ensino básico, tanto no caso dos portugueses (87,9% em 2012/2013, traduzindo +8,4 pontos percentuais que o verificado entre os alunos portugueses do ensino secundário) como no caso dos estrangeiros (74,4% no mesmo ano letivo, representando +5,4 pontos percentuais que os alunos estrangeiros do ensino secundário), pese embora se verifique que os portugueses apresentam +13,5 pontos percentuais na transição/conclusão quando comparados com os alunos estrangeiros.

Quadro 6.5. Transição ou conclusão dos alunos no Ensino Básico e Secundário, segundo a nacionalidade e nível de ensino, em Portugal Continental, nos anos letivos 2007/2008 e 2012/2013 (%)

Nacionalidade	Ensino Básico		Ensino Secundário	
	Transição/conclusão		Transição/conclusão	
	2007-2008	2012-2013	2007-2008	2012-2013
Portugueses	91,5	87,9	77,5	79,5
Estrangeiros	82,7	74,4	64,9	69,0
Total	91,1	87,4	76,9	78,9

Fonte: DGEEC-Ministério da Educação (cálculos das autoras)

Importa, no entanto, atender a que enquanto a taxa de transição/conclusão dos alunos do ensino básico sofreu uma queda entre o ano letivo de 2007/2008 e 2012/2013 (diminuindo a percentagem de alunos que transitaram/concluíram), o mesmo não se verificou entre os alunos do ensino secundário, que melhoraram as suas performances escolares no mesmo período temporal. Esta evolução positiva do desempenho escolar é visível tanto nos alunos portugueses (+2 pontos percentuais) como nos alunos estrangeiros (+4 pontos percentuais).

A desagregação da informação dos desempenhos escolares dos alunos estrangeiros em função dos principais grupos de nacionalidades permite, uma vez mais, verificar que a população estrangeira não é um todo homogéneo: os alunos com melhores resultados escolares são provenientes dos continentes europeu (no ano letivo 2012/2013, tiveram +6,2 pontos percentuais que o verificado para a média do total de estrangeiros), americano (+0,2 pontos percentuais) e da Oceânia. Em contraste, os nacionais do continente africano (-5,1 pontos percentuais) e asiático (-4,5 pontos percentuais) apresentam resultados abaixo do verificado para o total de estrangeiros – quadro 6.6.

Quadro 6.6. Alunos de nacionalidade estrangeira que transitaram/concluíram o Ensino Básico e Secundário segundo os principais grupos de nacionalidade, em Portugal Continental, nos anos letivos 2007/2008 e 2012/2013 (%)

Nacionalidade	2007-2008 (A)	2012-2013 (B)	Diferença entre anos letivos (B-A)	Diferença face ao total de estrangeiros (pontos percentuais)
Europa	**86,5**	**81,3**	**-5,2**	**+6,2**
UE27	85,8	79,1	-6,7	+4
Europa de Leste	86,6	83,8	-2,8	+8,7
Outros Europa	89,3	84,4	-4,9	+9,3
África	**73,1**	**70**	**-3,1**	**-5,1**
PALP	72,8	70,1	-2,7	-5
Outros África	78,8	67,5	-11,3	-7,6
América	**78,8**	**75,3**	**-3,5**	**+0,2**
América do Sul	78,4	75,1	-3,3	+0
América do Norte	86,2	82,2	-4	+7,1
Outros América	78,3	79,4	+1,1	+4,3
Ásia	**77,9**	**70,6**	**-7,3**	**-4,5**
Oceânia	**84,4**	**-**		
Total estrangeiros	**79**	**75,1**	**-3,9**	**0**

Fonte: DGEEC-Ministério da Educação (cálculos das autoras)

Quando comparados com o total de estrangeiros, no grupo dos alunos do continente europeu, os alunos dos "outros países europeus" (maioritariamente de nacionalidade suíça) são os que obtém melhores resultados (+9,3 pontos percentuais), seguidos dos alunos da Europa de Leste (+8,7 pontos percentuais) e da UE27 (+4 pontos percentuais). No continente americano destacam-se os alunos da América do Norte (+7,1 pontos percentuais que o total de alunos estrangeiros), uma vez que os alunos da Europa do Sul (maioritariamente de nacionalidade brasileira) apresentam taxas de transição/conclusão semelhantes ao verificado no total de estrangeiros.

Tal como referido antes, a generalidade dos estrangeiros, tal como os portugueses, baixaram a sua performance escolar entre os anos letivos de 2007/2008 e 2012/2013 (-3,9 pontos percentuais de transições e conclusões). No entanto, deve realçar-se que os alunos dos PALP e da Europa de Leste, por comparação ao total de estrangeiros e aos restantes grupos de nacionalidades, foram os que menos pioraram os seus resultados escolares, entre os dois anos letivos considerados: enquanto o

total de estrangeiros apresenta uma descida de 3,9 pontos percentuais nas conclusões/transições, entre 2007/2008 e 2012/2013, os alunos nacionais do PALP apresentam uma descida de 2,7 pontos percentuais e os alunos da Europa de Leste um decréscimo em 2,8 pontos percentuais (vd. quadro 6.6.).

Quadro 6.7. Alunos de nacionalidade estrangeira que transitaram/concluíram o Ensino Básico e Secundário, segundo os principais países de nacionalidade, no ano letivo 2012/2013 (%)

Principais nacionalidades	%	Diferença face ao total de estrangeiros (pontos percentuais)	Diferença face aos portugueses (pontos percentuais)
UE27	**79,1**	**+4,0**	**-7,7**
Roménia	79,2	+4,1	-7,6
França	77,5	+2,4	-9,3
Reino Unido	77,9	+2,8	-8,9
Alemanha	82,2	+7,1	-4,6
Espanha	78,9	+3,8	-7,9
Bulgária	73,7	-1,4	-13,1
Outros UE27	82,2	+7,1	-4,6
Europa de Leste	**83,8**	**+8,7**	**-3,0**
Ucrânia	83	+7,9	-3,8
Moldávia	85,4	+10,3	-1,4
Rússia	84,6	+9,5	-2,2
Outros	77,8	+2,7	-9,0
Outros países Europa	**84,4**	**+9,3**	**-2,4**
África	**70**	**-5,1**	**-16,8**
Cabo Verde	69	-6,1	-17,8
Angola	69,3	-5,8	-17,5
Guiné-Bissau	70,1	-5,0	-16,7
S. Tomé Príncipe	73,2	-1,9	-13,6
Moçambique	78,2	+3,1	-8,6
Marrocos	75,9	+0,8	-10,9
Senegal	60,8	-14,3	-26,0
Outros Africa	66,4	-8,7	-20,4
América do Sul	**75,1**	**0**	**-11,7**
Brasil	74,8	-0,3	-12,0
Venezuela	83,1	+8	-3,7
Outros américa do sul	80	+4,9	-6,8
América do Norte	**82,2**	**+7,1**	**-4,6**
Estados Unidos	83	+7,9	-3,8
Canadá	79,8	+4,7	-7,0
Outros américa do norte	86,4	+11,3	-0,4
Outros países América	**79,4**	**4,3**	**-7,4**
Ásia	**70,6**	**-4,5**	**-16,2**
China	76,2	+1,1	-10,6
Paquistão	56,6	-18,5	-30,2
Índia	49,5	-25,6	-37,3
Outros Ásia	75,5	+0,4	-11,3
Oceânia	**-**	**-**	**-**
Total estrangeiros	**75,1**	**0**	**-11,7**
Portugueses	**86,8**	**+11,7**	**0**

Fonte: DGEEC-Ministério da Educação (cálculos das autoras). Nota: Os dados referem-se a Portugal Continental.

Considerando apenas o último ano letivo e os principais países de nacionalidade dos alunos estrangeiros matriculados no ensino básico e secundário (Quadro 6.7.), conclui-se que os alunos com melhores performances escolares são os provenientes de países da Europa de Leste (Moldávia, Rússia e Ucrânia) e de países da União Europeia (Alemanha, Roménia e Espanha), destacando-se igualmente os alunos de alguns países americanos (Venezuela, Estados Unidos e Canadá). Por comparação ao total de estrangeiros, os alunos que apresentam maior diferença positiva de transições e conclusões do ensino básico e secundário são os moldavos (+10,3 pontos percentuais), seguidos dos russos (+9,5 pontos percentuais), dos ucranianos (+7,9 pontos percentuais), dos nacionais dos EUA (+7,9 pontos percentuais), e dos alemães (+7,1 pontos percentuais).

Em contraste, os alunos que registam desempenhos escolares menos positivos por comparação ao total de estrangeiros, são os nacionais de países africanos (Senegal, Cabo Verde, Angola e Guiné-Bissau) e os asiáticos (India e Paquistão). Quando ordenados por diferença negativa face ao total de estrangeiros, em primeiro lugar aparecem os indianos com maior diferença face ao total de estrangeiros (-25,6 pontos percentuais), seguido dos paquistaneses (-18,5 pontos percentuais) e dos senegaleses (-14,8 pontos percentuais).

Se a diferença de cada grupo de nacionalidades for calculada face à percentagem de alunos portugueses que transitaram ou concluíram o ensino básico e secundário, então conclui-se que no ano letivo 2012/2013 todos os grupos de nacionalidades estrangeiras apresentaram menos percentagem de transições e conclusões que os portugueses. Ordenados por diferença face aos portugueses, conclui-se que são os indianos os que mais se distanciam do desempenho escolar dos portugueses (tiveram -37,3 pontos percentuais de transições e conclusões nesse ano letivo), seguidos por os paquistaneses (-30,2 pontos percentuais), os senegaleses (-26,0 pontos percentuais), os cabo-verdianos (-17,8 pontos percentuais), os angolanos (-17,5 pontos percentuais), os guineenses (-16,7 pontos percentuais), os são-tomenses (-13,6 pontos percentuais) e os búlgaros (-13,1 pontos percentuais). Os grupos de nacionais que apresentam desempenhos escolares menos negativos e/ou mais próximos dos portugueses são os moldavos (-1,4 pontos percentuais), os russos (-2,2 pontos percentuais), venezuelanos (-3,7 pontos percentuais), ucranianos (-3,8 pontos percentuais), nacionais dos EUA (-3,8 pontos percentuais), e alemães (-4,6 pontos percentuais).

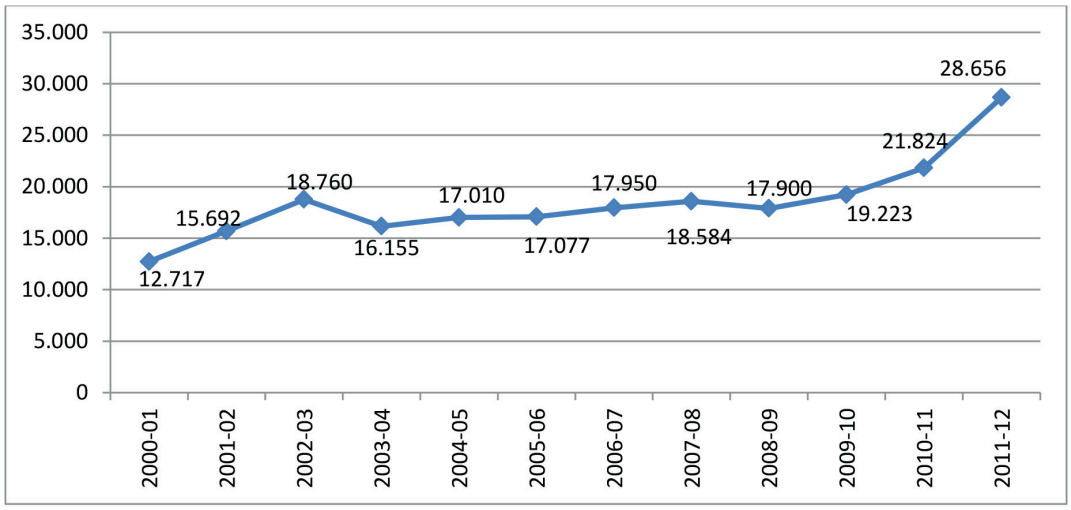
Os alunos de nacionalidade chinesa e brasileira encontram-se numa posição intermédia, tendo os primeiros melhores resultados escolares que os segundos: os alunos chineses apresentam maior percentagem de conclusões e transições que o total de estrangeiros (+1,1 pontos percentuais), encontrando-se ainda assim aquém por comparação aos portugueses (têm -10,6 pontos percentuais); já os brasileiros apresentam menor percentagem de conclusões/transições que o total de estrangeiros (-0,3 pontos percentuais) e que os portugueses (-12 pontos percentuais).

6.1.2. Ensino Superior

A informação estatística relativa aos alunos estrangeiros inscritos no Ensino Superior foi disponibilizada pelo Gabinete de Planeamento, Estratégia e Relações Internacionais do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (GPEARI/MCTES) e pela Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência do Ministério da Educação e Ciência (DGEEC/MEC). Para enquadrar as análises efetuadas neste subcapítulo deve atender-se a algumas características destes dados: estes dados não incluem os Cursos de Especialização Tecnológica (CETs) e têm inerentes mudanças com implicações nos números de efetivos analisados - o ano letivo de 2006/2007 marca o início do Processo de Bolonha, e o ano letivo 2008/2009 corresponde ao início da recolha do inquérito ao Registo de Alunos Inscritos e Diplomados do Ensino Superior (RAIDES).

Feitas estas ressalvas, a primeira tendência encontrada na evolução da última década dos estudantes estrangeiros inscritos no Ensino Superior português é o seu crescimento assinalável. No ano letivo de 2011/2012 os alunos estrangeiros correspondiam a 28.656 inscritos, registando um crescimento de +125% face ao ano letivo de 2000/2001, quando estes alunos totalizavam apenas 12.717 inscritos (gráfico 6.3.). Este crescimento em valores absolutos teve também impacto na importância relativa destes alunos no total de alunos do ensino superior português, passando os estudantes estrangeiros a representar 7,3% do total de inscritos no ensino superior português em 2011/2012 (mais 4 pontos percentuais face ao ano letivo 2000/2001).

Gráfico 6.3. Evolução do número de alunos estrangeiros inscritos no Ensino Superior em Portugal, entre os anos letivos de 2000/2001 e 2011/2012



Fonte: Inquérito ao Registo de Alunos Inscritos e Diplomados do Ensino Superior, GPEARI/MCTES e DGEEC/MEC

Ao longo da última década verificou-se um crescimento contínuo dos estudantes de nacionalidade estrangeira, apenas interrompido em dois anos letivos - 2003/2004 e 2008/2009.[61] Conforme concluem inúmeros investigadores (Malheiros e Esteves, 2013: 43; Fonseca e Hortas, 2011), este aumento evidencia, entre outras razões, a captação de estudantes pelas Universidades portuguesas num contexto de internacionalização e competição a nível mundial por estudantes para formação superior, aliado à preocupação do país em transpor para o contexto nacional as diretivas comunitárias em matéria de atração de estudantes estrangeiros. Também os programas Erasmus e Erasmus Mundus assumem um papel relevante no aumento da mobilidade dos estudantes universitários, contribuindo igualmente para o crescimento da população de nacionalidade estrangeira nas universidades portuguesas.

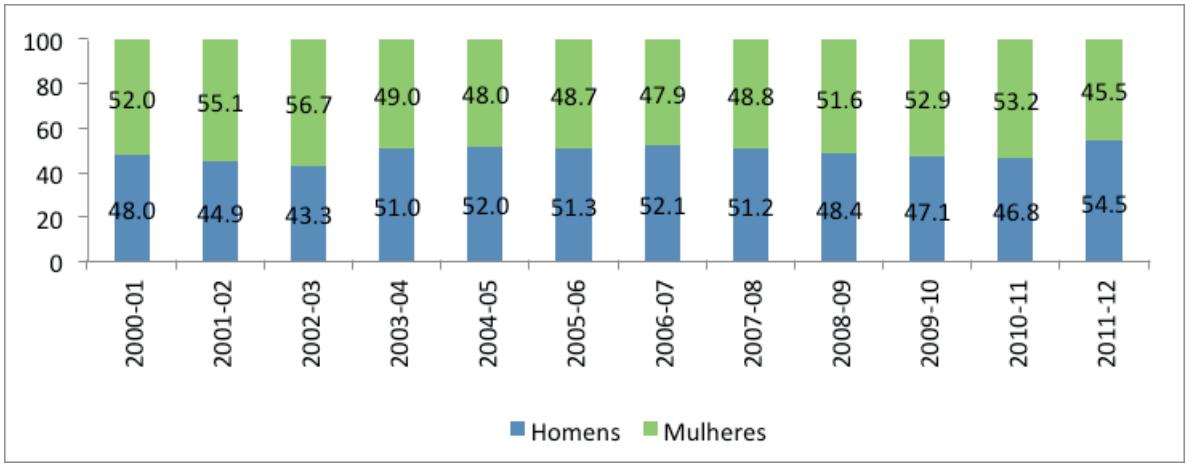
A estes fatores acrescem os múltiplos acordos bilaterais e multilaterais estabelecidos com diversos países terceiros, bem como as bolsas de estudo concedidas através de "diversos institutos públicos como a Fundação para a Ciência e Tecnologia, o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento e o Instituto Camões, e através das próprias universidades e politécnicos públicos" (SEF, 2012: 47).

A distribuição por sexo dos estrangeiros inscritos em estabelecimentos de Ensino Superior mostra algum equilíbrio entre os dois sexos. Nota-se, contudo, que as estudantes do sexo feminino se encontravam em maior número nos três primeiros anos letivos da década em análise (2000/2001, 2001/2002 e 2002/2003), verificando-se uma alteração da tendência a favor dos estudantes do

61. A explicação para esta quebra no número de alunos poderá estar associada, no caso do ano letivo de 2003/04, à redução considerável do número de alunos de nacionalidade desconhecida e, no que se refere ao ano letivo de 2008/09, à introdução de um novo instrumento de recolha que poderá ter alterado os resultados obtidos (Malheiros e Esteves, 2013).

sexo masculino nos anos subsequentes. Nos últimos anos letivos da década analisada (2008/2009, 2009/2010 e 2010/2011), as alunas do sexo feminino retomaram a liderança, voltando a perdê-la no ano letivo de 2011/2012 (gráfico 6.4.).

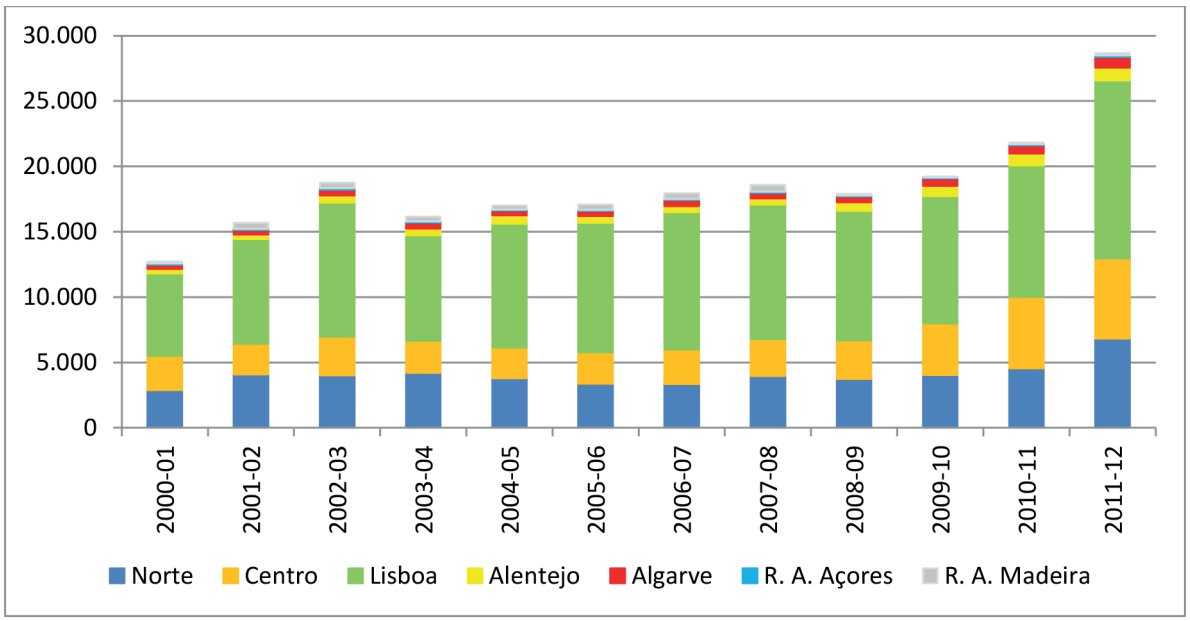
Gráfico 6.4. Alunos estrangeiros inscritos em estabelecimentos de Ensino Superior em Portugal, segundo o sexo, entre o ano letivo de 2000/2001 e o ano letivo 2011/2012 (%)



Fonte: Inquérito ao Registo de Alunos Inscritos e Diplomados do Ensino Superior, GPEARI/MCTES e DGEEC/MEC

As regiões de Lisboa, Norte e Centro (NUT II) constituíram-se durante a última década como as principais regiões de destino dos estudantes estrangeiros do Ensino Superior, refletindo também as zonas de maior concentração de estabelecimentos de Ensino Superior. A região de Lisboa ocupou sempre a primeira posição, concentrando 47,5% dos alunos estrangeiros inscritos no ensino superior no ano letivo 2011/2012. No mesmo ano letivo, segue-se a região Norte com 23,8% dos alunos estrangeiros do ensino superior e a região Centro com 21,4% dos alunos estrangeiros do ensino superior. As Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, bem como a região do Alentejo e do Algarve, caracterizam-se por uma presença menos significativa de estudantes estrangeiros (gráfico 6.5).

Gráfico 6.5. Evolução do número de alunos estrangeiros inscritos no Ensino Superior em Portugal, segundo regiões NUT II, entre o ano letivo 2000/2001 e o ano letivo 2011/2012

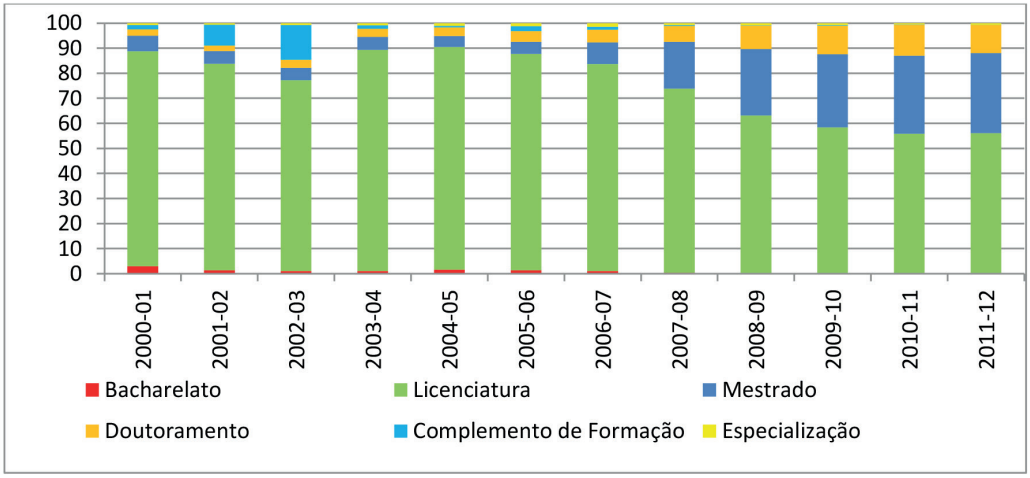


Fonte: Inquérito ao Registo de Alunos Inscritos e Diplomados do Ensino Superior, GPEARI/MCTES e DGEEC/MEC

Os estudantes estrangeiros do Ensino Superior encontram-se, em todos os anos letivos analisados da última década, inscritos predominantemente no grau de Licenciatura, pese embora tenha diminuído a importância relativa dos alunos estrangeiros neste grau face aos outros graus de ensino superior. No início da década os alunos estrangeiros inscritos em licenciatura representavam 85,8% dos alunos estrangeiros do ensino superior, passando a representar apenas 56,1% no ano letivo de 2011/2012 (vd. gráfico 6.6.). É a partir do ano letivo de 2004/2005 que o número de alunos estrangeiros matriculados em licenciaturas em Portugal sofreu uma descida que se prolongou até ao ano letivo de 2009/2010, passando de 15.112 para 11.219 entre esses anos letivos (-25,8%). A partir do ano letivo de 2010/2011 verifica-se novamente um aumento do número de alunos estrangeiros inscritos no grau de licenciatura, correspondendo a 16.083 no ano letivo de 2011/12.

Em termos de importância relativa de alunos estrangeiros inscritos no ensino superior, seguem-se os alunos dos graus de Mestrado e de Doutoramento.[62] Proporcionalmente, por comparação aos alunos estrangeiros na licenciatura, a importância relativa dos alunos estrangeiros de mestrado e de doutoramento, no total de alunos estrangeiros inscritos no ensino superior, aumentou entre os anos letivos de 2000/2001 e 2011/2012 – de 6,2% para 31,9% e de 2,5% para 11,2%, respetivamente (vd. gráfico 6.6). O número de alunos estrangeiros de Mestrado tornou-se onze vezes maior entre 2005/06 e 2011/12 (passou de 830 para 9.148), enquanto o número de alunos estrangeiros de Doutoramento aumentou para mais de quatro vezes no mesmo intervalo de tempo (passando de 740 alunos em 2005/06 para 3.220 em 2011/12). Em resultado, no final da década, os alunos estrangeiros de Mestrado passaram a representar um terço dos inscritos estrangeiros no ensino superior português, quando no início da década os estudantes deste grau de ensino não chegavam a um décimo do total de alunos estrangeiros matriculados no ensino superior. Da mesma forma, enquanto no início da década por cada 100 alunos estrangeiros do ensino superior apenas 2 eram de Doutoramento, no final da década a proporção passa para 10 alunos de doutoramento por cada 100 alunos estrangeiros do ensino superior.

Gráfico 6.6. Evolução do número de alunos estrangeiros inscritos no Ensino Superior em Portugal, segundo o nível de formação[63], entre os anos letivos de 2000/2001 e 2011/2012 (%)

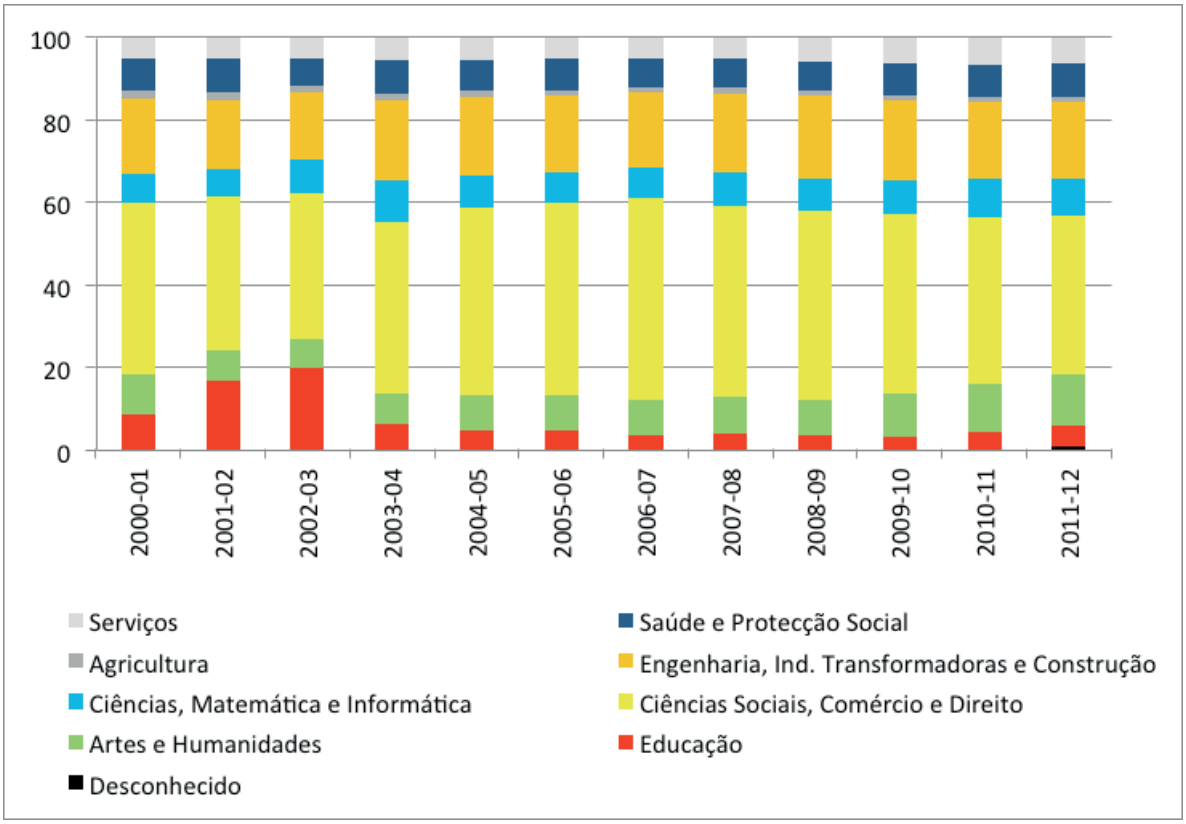


Fonte: Inquérito ao Registo de Alunos Inscritos e Diplomados do Ensino Superior, GPEARI/MCTES e DGEEC/MEC

62. Embora se registe uma exceção nos anos letivos de 2001/2002 e 2002/2003, quando o número de alunos inscritos em Complementos de Formação ultrapassou o número de alunos de Mestrado e Doutoramento. Refira-se, a este propósito, que os Complementos de Formação foram criados em algumas áreas destinando-se à obtenção do grau de licenciado por parte dos alunos com Bacharelato nessas mesmas áreas.
63. Relativamente aos níveis de ensino representados no gráfico, refira-se o seguinte: i) na categoria "Licenciatura" estão incluídas as "Licenciaturas", "Licenciaturas – 1º Ciclo" e as "Licenciaturas (parte terminal) + CESE"; ii) na categoria "Mestrado" estão incluídos os "Mestrados", "Mestrados Integrados" e "Mestrados - 2º ciclo"; iii) a categoria "Complemento de Formação" destina-se à obtenção do grau de licenciatura por parte de alunos com bacharelato em determinadas áreas; iv) a categoria "Especialização" refere-se a cursos que não conferem qualquer grau e que visam a especialização de titulares do grau de bacharel ou de licenciado.

As áreas de educação superior e formação que reúnem mais alunos de nacionalidade estrangeira são fundamentalmente duas: "Ciências Sociais, Comércio e Direito" e "Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção". Nos anos letivos de 2001/02 e 2002/03, juntamente com estas duas áreas, evidenciaram-se ainda a área da "Educação" (vd. gráfico 6.7.).

Gráfico 6.7. Alunos estrangeiros inscritos em estabelecimentos de Ensino Superior em Portugal, segundo a Área de Educação e Formação, entre os anos letivos de 2000/2001 e 2011/2012 (%)



Fonte: Inquérito ao Registo de Alunos Inscritos e Diplomados do Ensino Superior, GPEARI/MCTES e DGEEC/MEC (cálculos das autoras)

Ao longo da última década, a grande maioria dos estudantes estrangeiros inscritos no Ensino Superior português foram nacionais dos países da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), perfazendo 55,0% do total de alunos estrangeiros no ano letivo de 2011/12 (conforme quadro 6.8.). No conjunto dos alunos lusófonos verifica-se, porém, que os alunos provenientes dos PALP têm vindo a perder continuamente a sua importância relativa desde o ano letivo de 2004/05. No ano letivo de 2011/12 representavam 30,0% do total de alunos estrangeiros, quando em 2004/05 chegaram a atingir os 61,0%. Por contraposição a esta tendência, o peso relativo dos alunos brasileiros mais do que duplicou na última década, passando de 10,8% em 2000/01 para 24,4% em 2011/12.

Vários fatores poderão estar a contribuir para a perda de importância dos estudantes dos PALP e o aumento dos alunos de nacionalidade brasileira. A quebra registada entre os alunos dos PALP pode, em parte, ser atribuída ao crescimento do número de estabelecimentos de Ensino Superior nesses países. Por outro lado, o novo enquadramento legal de acesso à nacionalidade portuguesa definido em 2006 poderá igualmente ter contribuído para esta redução, no sentido em que a aquisição da nacionalidade portuguesa se tornou mais acessível aos cidadãos estrangeiros residentes em Portugal, desaparecendo estes "novos portugueses" das estatísticas oficiais, que apenas tratam a variável nacionalidade, por deixarem de ser estrangeiros.

Por sua vez, para o aumento dos estudantes brasileiros no Ensino Superior português concorrem igualmente dois fatores principais: a atribuição de um número avultado de bolsas de estudo, sobretudo de mestrado e doutoramento, por parte do governo brasileiro (Malheiros e Esteves, 2013: 44), e o facto de muitos dos estudantes pretenderem adquirir um diploma de ensino superior na Europa, encontrando em Portugal não apenas a língua como denominador comum, mas também alguns acordos importantes que agilizam os processos de reconhecimento de qualificações para estes estudantes acederem a graus do ensino superior.

Quadro 6.8. Alunos estrangeiros inscritos no Ensino Superior em Portugal, segundo o continente/grupo de países, por anos letivos entre 2000/2001 e 2011/2012 (%)

	2000-01	2001-02	2002-03	2003-04	2004-05	2005-06	2006-07	2007-08	2008-09	2009-10	2010-11	2011-12
CPLP	**61,7**	**58,7**	**54,8**	**69,2**	**72,2**	**72,4**	**75,2**	**72,3**	**72,3**	**68,0**	**63,7**	**55,0**
Europa	**18,8**	**17,8**	**15,0**	**17,8**	**17,8**	**18,6**	**16,5**	**17,6**	**19,5**	**23,7**	**26,8**	**35,4**
UE27	18,0	17,0	14,2	16,6	16,5	17,0	14,6	14,7	15,7	19,0	21,5	30,4
Europa de Leste	0,5	0,4	0,4	0,7	0,7	1,0	1,4	1,8	3,1	4,0	4,4	4,0
Outros Europa	0,3	0,4	0,4	0,5	0,7	0,6	0,6	1,1	0,7	0,7	0,9	1,0
África	**53,1**	**51,1**	**47,1**	**59,6**	**63,7**	**63,1**	**64,8**	**59,1**	**52,5**	**46,0**	**40,3**	**31,4**
PALP	49,8	48,1	44,2	56,9	61,0	60,6	62,5	56,2	50,7	44,3	38,7	30,0
Outros África	3,3	3,0	2,9	2,7	2,7	2,5	2,3	3,0	1,9	1,6	1,6	1,3
América	**19,5**	**18,9**	**19,7**	**20,2**	**16,1**	**16,3**	**16,9**	**21,0**	**25,1**	**26,7**	**28,3**	**27,8**
América do Norte	4,3	3,2	3,8	2,5	2,0	1,6	1,3	1,5	1,5	1,6	1,7	1,6
América do Sul	14,7	14,0	12,9	15,2	13,9	14,4	15,3	19,0	23,2	24,8	26,2	25,9
Brasil	10,8	9,7	9,4	11,4	10,6	11,2	12,3	15,7	21,3	23,0	24,4	24,4
Outros América	0,5	1,7	3,0	2,5	0,3	0,3	0,3	0,5	0,3	0,3	0,3	0,4
Ásia	**2,1**	**1,7**	**2,0**	**1,8**	**2,1**	**1,8**	**1,7**	**2,1**	**2,7**	**3,5**	**4,5**	**5,2**
Oceânia	**0,2**	**0,2**	**0,2**	**0,2**	**0,2**	**0,1**	**0,1**	**0,1**	**0,2**	**0,2**	**0,1**	**0,2**
Desconhecido	**6,3**	**10,3**	**16,0**	**0,4**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Total	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**
Total (nº absolutos)	12.717	15.692	18.760	16.155	17.010	17.077	17.950	18.584	17.900	19.223	21.824	28.656

Fonte: Inquérito ao Registo de Alunos Inscritos e Diplomados do Ensino Superior, GPEARI/MCTES e DGEEC/MEC (cálculo das autoras)

No que diz respeito à importância relativa de alunos da União Europeia, a última década tem-se mostrado pouco linear, registando algumas oscilações de valores. Ainda assim, nos últimos anos da década em análise (nomeadamente a partir do ano letivo de 2006/07) verificou-se um aumento contínuo da proporção destes estudantes, que atingiu o seu pico no ano letivo de 2011/12 (30,4%), verificando o impacto positivo dos programas europeus que promovem a circulação e integração de estudantes europeus no ensino superior dos diversos Estados-membros.

Conforme quadro 6.8., importa ainda destacar a evolução verificada junto dos alunos da Europa de Leste e da Ásia ao longo da década. Estes dois conjuntos de países registaram uma evolução bastante positiva no período em análise, tendo-se verificado subidas assinaláveis em termos da proporção que ocupam no total de alunos estrangeiros inscritos no ensino superior. Os estudantes do leste europeu passaram de 0,5% em 2000/01 para 4,0% em 2011/12, e os asiáticos subiram dos 2,1% em 2000/01 para os 5,2% em 2011/12.
Já os alunos norte-americanos apresentam uma evolução negativa ao longo da última década, contrastando com os restantes grupos de nacionalidades, baixando dos 4,3% de estudantes que tinham em 2000/01 para 1,6% do total de estudantes estrangeiros do ensino superior em 2011/12 (conforme quadro 6.8.).

Centrando a análise nos últimos anos letivos, e considerando com maior detalhe os países de origem dos alunos estrangeiros do Ensino Superior, conclui-se que os principais países de origem dos alunos estrangeiros no ensino superior são Brasil (correspondendo a 6.989 alunos e 24,4% do total de alunos estrangeiros no ensino superior no ano letivo de 2011/2012), Angola (3.471 estudantes, representando 12,1% do total de estudantes do ensino superior), Cabo Verde (3.213, equivalendo a 11,2%), Espanha (2.689 alunos, representando 9,4%) e Itália (1.226 alunos, traduzindo 4,3%).

Quadro 6.9. Alunos estrangeiros inscritos no Ensino Superior em Portugal, segundo os países de nacionalidade mais significativos, entre os anos letivos de 2008/2009 e 2011/2012

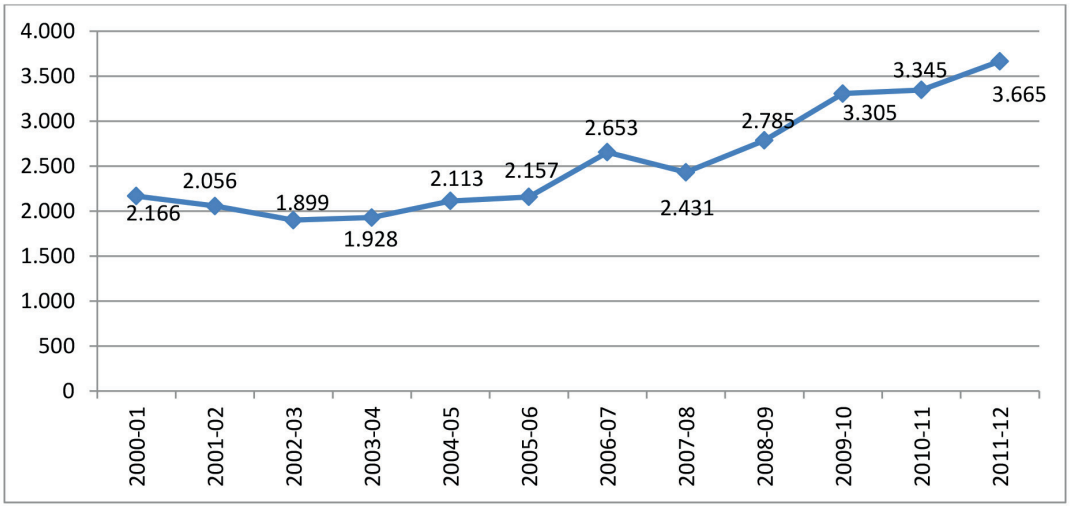
Principais países	Ano letivo							
	2008-09		2009-10		2010-11		2011-12	
	N	%	N	%	N	%	N	%
África								
Cabo Verde	3.544	19,8	3.464	18,0	3.359	15,4	3.213	11,2
Angola	3.587	20,0	3.238	16,8	3.129	14,3	3.471	12,1
Moçambique	876	4,9	746	3,9	707	3,2	669	2,3
São T. Príncipe	673	3,8	676	3,5	829	3,8	797	2,8
América								
Brasil	3.813	21,3	4.421	23,0	5.335	24,4	6.989	24,4
Venezuela	226	1,3	191	1,0	213	1,0	201	0,7
Estados Unidos	153	0,9	147	0,8	180	0,8	237	0,8
Canadá	91	0,5	119	0,6	136	0,6	146	0,5
Ásia								
China	127	0,7	152	0,8	221	1,0	335	1,2
Timor Leste	64	0,4	125	0,7	132	0,6	147	0,5
Turquia	66	0,4	79	0,4	123	0,6	339	1,2
Índia	53	0,3	76	0,4	99	0,5	95	0,3
Irão	47	0,3	79	0,4	174	0,8	233	0,8
Europa								
Espanha	679	3,8	1.083	5,6	1.566	7,2	2.689	9,4
França	584	3,3	557	2,9	596	2,7	777	2,7
Itália	334	1,9	487	2,5	616	2,8	1.226	4,3
Alemanha	274	1,5	357	1,9	420	1,9	772	2,7
Oceânia								
Austrália	23	0,1	23	0,1	20	0,1	26	0,1
Total	**17.900**	100,0	**19.223**	100,0	**21.824**	100,0	**28.656**	100,0

Fonte: Inquérito ao Registo de Alunos Inscritos e Diplomados do Ensino Superior, GPEARI/MCTES e DGEEC/MEC (cálculo das autoras).

Em relação aos alunos do ensino superior oriundos do continente europeu, uma nota deve ser dirigida a alguns países que não estão representados no quadro 6.9. Por um lado, denotou-se um incremento dos alunos polacos e romenos após o ano letivo de 2006/07. Estes alunos mais do que triplicaram no período compreendido entre o ano letivo de 2006/07 e o ano letivo de 2011/12. A adesão destes países à União Europeia (em 2004 e 2007) explica, em grande medida, esta tendência. Por outro lado, nos últimos anos notou-se um crescimento considerável dos alunos de nacionalidade ucraniana, moldava e russa. Como também concluem Malheiros e Esteves (2013: 44), muitos destes alunos são descendentes dos imigrantes do Leste Europeu que chegaram a Portugal a partir do final da década de 1990. No ano letivo de 2011/12, os alunos destes três países do leste europeu (Moldávia, Ucrânia e Rússia) representavam já 3,5% do total de alunos estrangeiros inscritos no Ensino Superior português.

Embora assumindo valores inferiores ao número de alunos inscritos, o número de diplomados estrangeiros no Ensino Superior aumentou +69% entre 2000-2001 e 2011-2012 (passou de 2.166 para 3.665) – gráfico 6.8.

Gráfico 6.8. Evolução do número de diplomados estrangeiros em estabelecimentos de Ensino Superior em Portugal, entre os anos letivos de 2000/2001 e 2011/2012



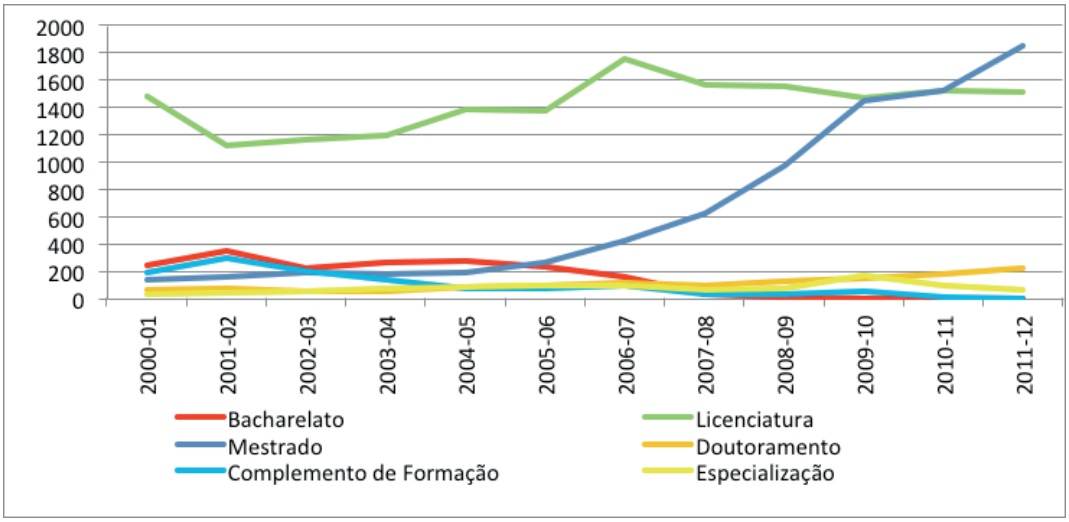
Fonte: Inquérito ao Registo de Alunos Inscritos e Diplomados do Ensino Superior, GPEARI/MCTES e DGEEC/MEC

Relativamente à repartição por sexo do número de diplomados estrangeiros, os dados diferem face ao que tinha sido apurado para o número de inscritos, uma vez que ao longo de toda a década analisada (entre 2000/2001 e 2011/2012) se destacam os diplomados do sexo feminino. Os diplomados do sexo feminino encontram-se em maioria em todos os anos letivos, representando valores nunca inferiores a 55%.

Em termos do nível de formação, assinala-se um aumento significativo do número de diplomados estrangeiros que obtiveram o grau de "Mestre" e de "Doutor". O número de estrangeiros que obteve o grau de "Mestre" aumentou +1211% entre 2000-01 e 2011-12 (passou de 141 para 1849), sendo esse aumento de +232% no grau de "Doutor" (passou de 68 para 226). Conforme ilustra o gráfico 6.9, o aumento do número de diplomados estrangeiros é sobretudo visível nos mestrados, sendo menos notório nos doutoramentos (onde apesar de tudo se nota que os valores mais do que triplicaram) e mantendo-se mais estável no caso das licenciaturas, onde o crescimento foi de 3% (passou-se de 1.479 diplomados estrangeiros em 2000/2001 para 1.517 diplomados em 2011/2012). No ano letivo de 2011/2012 os diplomados estrangeiros que obtiveram o grau de "Mestre" representaram 50,5% do total de diplomados estrangeiros do ensino superior. Concomitantemente ultrapassaram nesse

ano a importância relativa dos licenciados, uma vez que a proporção de alunos que se diplomaram com "Licenciatura" passou nesse ano letivo a representar apenas 41,4% do total de diplomados do ensino superior. Também no último ano letivo em análise, a proporção de estrangeiros do ensino superior que concluíram o grau de Doutoramento foi de 6,2%, quando a percentagem dos que terminaram Complementos de Formação e Especializações foi de 0,1% e 1,9%, respetivamente (gráfico 6.9.).

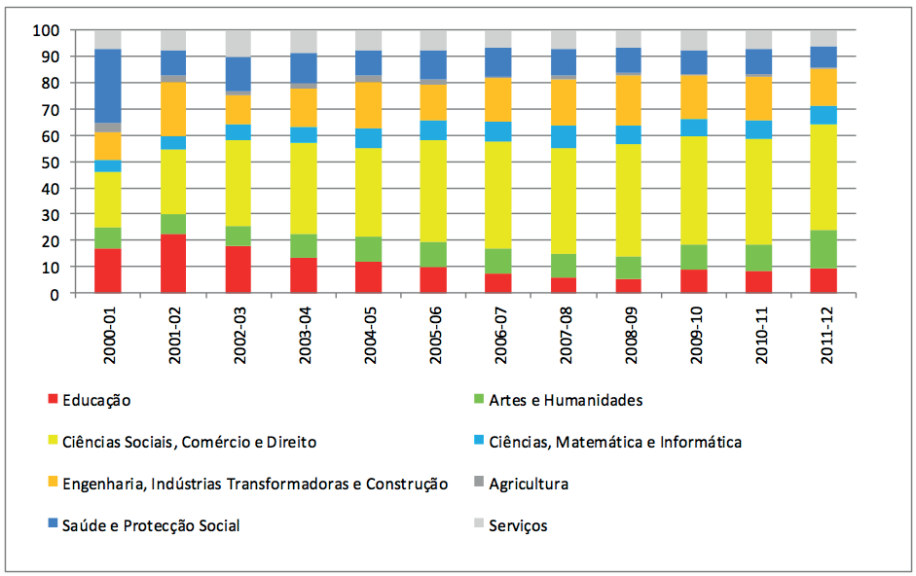
Gráfico 6.9. Diplomados de nacionalidade estrangeira em estabelecimentos de Ensino Superior em Portugal, segundo o nível de formação, entre os anos letivos de 2000/2001 e 2011/2012



Fonte: Inquérito ao Registo de Alunos Inscritos e Diplomados do Ensino Superior, GPEARI/MCTES e DGEEC/MEC

No ano letivo de 2011/2012 o maior número de diplomados estrangeiros do ensino superior português saiu da área das "Ciências Sociais, Comercio e Direito" (equivalendo a 40,3% do total de diplomados estrangeiros), seguindo-se, por ordem decrescente, os diplomados das "Artes e Humanidades" (14,7%), da "Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção" (13,7%) e da "Educação" (9,4%). As restantes áreas de formação dos estabelecimentos de Ensino Superior em Portugal geraram um número de diplomados estrangeiros proporcionalmente inferior (vd. gráfico 6.10).

Gráfico 6.10. Diplomados de nacionalidade estrangeira em estabelecimentos de Ensino Superior em Portugal, segundo a área de formação, entre os anos letivos de 2000/2001 e 2011/2012 (%)



Fonte: Inquérito ao Registo de Alunos Inscritos e Diplomados do Ensino Superior, GPEARI/MCTES e DGEEC/MEC (cálculo das autoras)

Na última década, todas as áreas de formação do ensino superior português geraram um aumento do número de diplomados estrangeiros, exceção feita para as áreas de formação da "Agricultura", "Educação" e "Saúde e Proteção Social". A queda mais importante verificou-se na área da "Saúde e Proteção Social", traduzindo um decréscimo de diplomados estrangeiros em -51% (de 607 diplomados estrangeiros no ano letivo 2000/2001 passou-se para 295 diplomados no ano letivo 2011/2012). O número de diplomados estrangeiros na área da "Educação" também sofreu alguma flutuação, evidenciando entre o primeiro e o último ano letivo em análise uma queda de -6% (passou de 363 para 343 diplomados estrangeiros). Em contraste, as três áreas de formação que geraram maior crescimento no número de diplomados estrangeiros do ensino superior em Portugal, ao longo da última década, foram as "Ciências Sociais, Comércio e Direito" (com taxa de variação entre anos letivos de +220%, traduzindo no final ano letivo de 2011/2012 cerca de 1.477 diplomados estrangeiros), a "Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção" (crescimento de +125%, com 502 diplomados no último ano letivo analisado) e as "Ciências, Matemática e Informática" (+167%, cerca de 259 diplomados em 2011/2012).

Quadro 6.10. Diplomados de nacionalidade estrangeira em estabelecimentos do Ensino Superior em Portugal, segundo o continente/grupo de países, entre os anos letivos de 2000/2001 e 2011/2012 (%)

Nacionalidade	2000-01	2001-02	2002-03	2003-04	2004-05	2005-06	2006-07	2007-08	2008-09	2009-10	2010-11	2011-12
CPLP	40,5	47,2	63,2	66,8	60,3	65,5	65,4	70,8	69,9	71,1	64,8	64,8
Europa	**19,2**	**19,8**	**20,9**	**21,0**	**22,2**	**23,2**	**23,3**	**19,1**	**21,5**	**19,9**	**22,7**	**24,0**
UE27	18,6	19,2	19,9	20,1	20,7	21,7	21,0	16,7	18,1	15,6	17,8	19,1
Europa de Leste	0,2	0,2	0,5	0,7	0,5	1,1	1,6	1,5	2,5	3,2	3,7	3,7
Outros Europa	0,3	0,4	0,5	0,2	1,0	0,5	0,8	0,9	0,9	1,2	1,3	1,2
África	**34,3**	**38,8**	**52,2**	**55,0**	**49,8**	**52,8**	**50,5**	**54,5**	**46,7**	**42,5**	**38,4**	**37,7**
PALP	31,9	36,0	49,3	52,3	46,8	50,1	47,5	52,0	44,7	40,8	35,8	36,0
Outros África	2,4	2,7	2,9	2,6	3,1	2,6	3,0	2,5	2,0	1,8	2,6	1,6
América	**16,6**	**19,3**	**23,4**	**22,3**	**26,4**	**22,2**	**23,5**	**23,2**	**28,9**	**34,3**	**34,4**	**32,6**
América do Norte	3,6	3,3	4,1	3,0	2,6	2,3	2,2	2,0	1,8	1,7	2,2	1,8
América do Sul	13,0	15,3	18,3	18,7	17,4	19,7	20,9	20,8	26,7	32,2	32,0	30,2
Brasil	8,6	11,0	13,6	14,3	13,3	14,9	17,1	18,0	24,7	29,7	28,4	27,8
Outros América	0,0	0,7	1,1	0,6	6,4	0,2	0,4	0,4	0,4	0,4	0,1	0,7
Ásia	**1,1**	**0,9**	**1,2**	**1,2**	**1,4**	**1,8**	**2,5**	**3,1**	**2,5**	**3,1**	**4,4**	**5,3**
Oceânia	**0,2**	**0,1**	**0,2**	**0,2**	**0,2**	**0,0**	**0,3**	**0,2**	**0,3**	**0,2**	**0,2**	**0,3**
Desconhecido	28,6	21,1	2,1	0,3	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**
Total (nº absolutos)	2.166	2.056	1.899	1.928	2.113	2.157	2.653	2.431	2.785	3.305	3.345	3.665

Fonte: Inquérito ao Registo de Alunos Inscritos e Diplomados do Ensino Superior, GPEARI/MCTES e DGEEC/MEC (cálculo das autoras)

As nacionalidades dos diplomados estrangeiros ao longo da última década refletem, como não podia deixar de ser, as mesmas tendências verificadas antes para os alunos estrangeiros inscritos em estabelecimentos de Ensino Superior em Portugal. Assim, do mesmo modo, são os nacionais dos países da CPLP os que mais se destacam entre os diplomados estrangeiros em Portugal nos últimos doze anos letivos analisados, representando conjuntamente cerca de 64% do total de diplomados estrangeiros. No ano letivo de 2011/2012 os diplomados brasileiros representaram 28%

do total de diplomados estrangeiros, correspondendo à nacionalidade estrangeira com maior número de diplomados (1.020), seguidos por diplomados dos PALP (no seu conjunto representando cerca de 36% do total de diplomados estrangeiros) – destacando-se nesse grupo os angolanos (no último ano letivo em análise traduziram 553 diplomados, cerca de 15,1% do total de diplomados estrangeiros) e os cabo-verdianos (487 diplomados em 2011/2012, o equivalente a 13,3%) – detalhes nos quadros 6.10 e 6.11. Em termos evolutivos, denota-se que os diplomados dos PALP têm vindo a perder importância relativa no total de diplomados estrangeiros do ensino superior desde o ano letivo de 2007/2008 (quando representavam 52% dos diplomados estrangeiros), por contraposição aos diplomados brasileiros, cujo peso relativo triplicou no período em análise, passando de 8,6% em 2000-01 para 27,8% em 2011/2012 (detalhes no quadro 6.11).

Quadro 6.11. Diplomados de nacionalidade estrangeira em estabelecimentos do Ensino Superior em Portugal, segundo os países de nacionalidade mais significativos, entre 2008/2009 e 2011/2012

Nacionalidade	Ano letivo							
	2008-09		2009-10		2010-11		2011-12	
	N	%	N	%	N	%	N	%
África								
Cabo Verde	553	19,9	541	16,4	498	14,9	487	13,3
Angola	411	14,8	479	14,5	413	12,3	553	15,1
Moçambique	135	4,8	169	5,1	139	4,2	138	3,8
São T. Príncipe	85	3,1	107	3,2	139	4,2	89	2,4
América								
Brasil	689	24,7	983	29,7	950	28,4	1.020	27,8
Venezuela	36	1,3	50	1,5	59	1,8	37	1,0
Estados Unidos	35	1,3	31	0,9	34	1,0	32	0,9
Canadá	13	0,5	18	0,5	27	0,8	21	0,6
Ásia								
China	29	1,0	29	0,9	56	1,7	51	1,4
Timor Leste	12	0,4	18	0,5	19	0,6	34	0,9
Índia	10	0,4	15	0,5	8	0,2	13	0,4
Turquia	3	0,1	8	0,2	10	0,3	12	0,3
Irão	3	0,1	5	0,2	10	0,3	17	0,5
Europa								
Espanha	163	5,9	126	3,8	151	4,5	173	4,7
França	121	4,3	143	4,3	146	4,4	93	2,5
Alemanha	51	1,8	59	1,8	74	2,2	107	2,9
Itália	48	1,7	55	1,7	66	2,0	88	2,4
Oceânia								
Austrália	6	0,2	5	0,2	3	0,1	9	0,2
Total	**2.785**	**100,0**	**3.305**	**100,0**	**3.345**	**100,0**	**3.665**	**100,0**

Fonte: Inquérito ao Registo de Alunos Inscritos e Diplomados do Ensino Superior, GPEARI/MCTES e DGEEC/MEC (cálculo das autoras)

Às nacionalidades da CPLP seguem-se os diplomados da União Europeia, representando cerca de 19% do total de diplomados estrangeiros de estabelecimentos de ensino superior portugueses (quadro 6.10). Neste grupo destacam-se os espanhóis (173 diplomados, correspondendo a 4,7% dos diplomados estrangeiros) e os alemães (107 diplomados e 2,9% do total de diplomados estrangeiros) – quadro 6.11.

De notar, também, que os diplomados do ensino superior da Europa de Leste e da Ásia registaram uma evolução bastante positiva durante o mesmo período. Os diplomados destes dois grupos de países apresentaram subidas assinaláveis das suas importâncias relativas no total de diplomados estrangeiros em Portugal: no ano letivo de 2011/2012, os europeus de leste passaram a representar 3,7%, (mais 3,5 pontos percentuais face ao ano letivo 2000/2001) e os asiáticos 5,3% (mais 4,2 pontos percentuais que em 2000/2001). Entre os diplomados da Europa de Leste, destacam-se os ucranianos, que no último ano letivo analisado passam a representar 1,7% do total dos diplomados estrangeiros em Portugal; já do continente asiático, os diplomados chineses são os que mais se destacam, tendo nos dois últimos anos letivos duplicado o seu número de diplomados face a anos anteriores, passando a representar cerca de 1,4% do total de diplomados estrangeiros. Em contrapartida, os diplomados norte-americanos reduziram a sua importância relativa para metade, apresentando assim uma evolução negativa ao longo da última década.

Pese embora o grupo dos estrangeiros inscritos e diplomados pelo ensino superior português se tratar de um grupo específico, normalmente não reconhecido como uma imigração ativa e qualificada (Góis e Marques, 2014: 82), na realidade - porque inúmeros não regressam aos seus países de origem depois de concluída a sua formação - deve-se reconhecer a relevância que estes podem assumir para o mercado de trabalho português. Os estudantes estrangeiros do ensino superior em Portugal podem constituir-se como um grupo fundamental de imigrantes altamente qualificados que, não carecendo de reconhecimento de qualificações, integrem a força de trabalho nacional (Oliveira e Fonseca, 2013). Recorde-se que, como se mostrou antes a partir dos dados relativos aos fluxos de entrada de estrangeiros, este é um fluxo migratório que se tem mostrado em expansão mesmo perante o atual contexto económico do país, e está contracorrente com os restantes fluxos migratórios mais tradicionais que Portugal acolhia. Como discutem Góis e Marques (2014: 142), estes estudantes proporcionam ao Estado e à sociedade portuguesa uma mais rápida e fácil oportunidade de integração no país.

Portugal tem procurado desenvolver um enquadramento legal flexível para a absorção destes estudantes do ensino superior no país e/ou para potenciar o *brain gain* que estes imigrantes podem representar para o país (Oliveira e Fonseca, 2013: 108). O regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional (Lei n.º 23/2007, com revisões da Lei n.º 29/2012) dá a possibilidade aos imigrantes que chegaram a Portugal para estudar no ensino superior (e secundário) de converterem o seu título, por forma a poderem trabalhar no país depois de concluídos os seus estudos, desde que não tenham chegado ao país ao abrigo de acordos de cooperação na vertente da educação.

Vários países da OCDE têm adaptado as suas políticas de imigração no sentido de incentivar os estudantes internacionais a permanecer no país de acolhimento após a conclusão do ensino superior, atendendo ao potencial que representam enquanto criadores de conhecimento e agentes impulsionadores do crescimento económico. A percentagem total de estudantes que permanecem no país anfitrião uma vez terminados os estudos varia de país para país, embora a média do conjunto da OCDE se situe nos 25% (em 2008-2009). Essa percentagem é superior a 25% na Austrália, Canadá, República Checa, França, Alemanha e Holanda (OCDE, 2014). Neste âmbito, inúmeros países têm assumido uma política ativa de incentivo à retenção destes fluxos, constando entre os exemplos destacados num estudo recente da OCDE (2014): a nova lei de imigração da Noruega que permite que os estudantes estrangeiros formados nas suas universidades possam solicitar um visto de seis meses para procurar trabalho correspondente às suas qualificações, prevendo igualmente que os familiares destes estudantes possam trabalhar no país em período integral, enquanto os estudantes podem trabalhar a tempo parcial. Também o Japão adotou medidas no sentido de facilitar a permanência dos estudantes internacionais no país, alargando o período posterior à formação em que estes estudantes podem permanecer no

país (entre seis meses e um ano). Nos Estados Unidos é concedido aos estudantes internacionais o direito de procurarem trabalho em áreas diretamente relacionadas com o seu campo de estudos durante o período de um ano após a conclusão da sua formação, sendo concedido um período de 17 meses aos estudantes de áreas como a ciência, tecnologia, engenharia e matemática (OCDE, 2014).

6.2. Equivalências e reconhecimento de qualificações

Como se mostrou antes no capítulo 4.2. (acerca das habilitações de estrangeiros ativos), nem sempre a distribuição dos trabalhadores estrangeiros pelos grupos profissionais do mercado de trabalho em Portugal reflete as suas qualificações. Na realidade, em especial a partir da transição para o século XXI, Portugal começou a ter no seu mercado de trabalho trabalhadores em situação de sobre qualificação, ou seja, trabalhadores com um nível de competências superior ao requerido pelas tarefas que desempenhavam.

O fenómeno da sobre qualificação no mercado de trabalho, mais evidente a partir de finais da década de 1990, esteve muito associado a mudanças verificadas nos fluxos imigratórios desse período. A queda do muro de Berlim e a chegada de imigrantes de países da Europa de Leste, com um perfil mais qualificado do que os fluxos de imigração que Portugal recebia tradicionalmente de forma mais expressiva – essencialmente dos PALP dominados por uma imigração semiqualificada ou desqualificada –, mas absorvidos no mercado de trabalho nas mesmas atividades dos trabalhadores pouco ou nada qualificados dos segmentos profissionais da base mais exigentes, muito por força da necessidade de responderem às oportunidades mais imediatas do mercado de trabalho para regularizarem a sua situação no país (nessa fase principalmente através da aquisição de "autorizações de permanência"), instigou o surgimento e reforço de inúmeras situações de sobre qualificação de estrangeiros em Portugal (Oliveira e Fonseca, 2013). Como explicam Góis e Marques (2007), estes novos fluxos de finais da década de 1990 enquadraram inúmeros imigrantes altamente qualificados que migraram para Portugal de forma independente ou no seio de uma indústria das migrações, e que integraram atividades do segmento secundário do mercado de trabalho português, não tendo sido por isso "funcionalmente legitimados" pelas suas qualificações no país.

O reforço destas situações, denominadas na literatura como "desperdício de cérebros", e a visibilidade que ganharam em especial ao longo da última década, conduziram inevitavelmente também a mudanças no enquadramento legal português do reconhecimento de qualificações nos últimos anos. Os estrangeiros qualificados em Portugal sem o reconhecimento das suas qualificações representam um importante capital humano que não está a ser aproveitado no mercado de trabalho. Deste modo o reconhecimento de qualificações é também uma dimensão importante do processo de integração dos estrangeiros em Portugal.

Importa reconhecer, porém, que os dados em si do registo de reconhecimento de qualificações em Portugal podem ter um significado complexo. Se, por um lado, dependendo da função ou atividade a desenvolver (em especial no caso de atividades não reguladas por ordens profissionais), nem sempre os imigrantes precisam de solicitar o reconhecimento formal das suas qualificações para as usarem no mercado de trabalho em Portugal (e.g. podem ser incorporados diretamente em empresas ou unidades de investigação que não o exigem); por outro lado, podem persistir situações de estrangeiros que mesmo tendo as suas qualificações reconhecidas em Portugal não as usam no mercado de trabalho e/ou permanecem em situação de sobre qualificação (Oliveira e Fonseca, 2013).

Atendendo a que a experiência imigratória portuguesa foi muito marcada pela atração de imigrantes semiqualificados e desqualificados para responderem às necessidades de mão-de-obra essencialmente manual do mercado de trabalho português, o enquadramento legal do reconhecimento de qualificações até meados da década passada estava muito pouco desenvolvido. Até 2007 o processo de reconhecimento de qualificações era subjetivo e muito dependente da universidade a que o individuo solicitava o processo. Assim, até 2007, no ensino superior os pedidos de equivalência/reconhecimento eram analisados caso a caso, competindo às instituições de ensino superior o deferimento ou indeferimento do processo. Adicionalmente, nem todos os cidadãos podiam requerer o reconhecimento ou a equivalência de diplomas e qualificações académicas em Portugal: apenas os cidadãos estrangeiros de países com os quais Portugal tinha acordos específicos em matéria de equivalência e/ou estabeleciam o princípio da reciprocidade para requerer o reconhecimento de habilitações académicas. Eram, no entanto, dispensados da apresentação de prova de reciprocidade os cidadãos oriundos dos países da União Europeia, do Brasil e dos países que tinham ratificado a Convenção Conjunta do Conselho da Europa/UNESCO sobre o Reconhecimento de Qualificações Relativas ao Ensino Superior na Região Europa (Convenção de Lisboa).[64] Este enquadramento justifica, pois, os valores mais residuais nos reconhecimentos de qualificações registados até 2008 e, por contraste, o aumento verificado nos anos seguintes.

Em 2007 foi, então, aprovado um novo enquadramento e regime para o reconhecimento de títulos académicos (licenciaturas, mestrados e doutoramentos) adquiridos no estrangeiro (Decreto-Lei n.º 341/2007). Este novo enquadramento legal procurava tornar o processo mais transparente e acessível, o que resultou num aumento do número de pedidos e reconhecimentos de qualificações de nível de educação de ensino superior em Portugal. No âmbito deste decreto-lei foi definida uma comissão nacional para o reconhecimento de títulos académicos que define uma lista de instituições e de cursos para os quais o processo de reconhecimento é simplificado e quase automático o registo do reconhecimento do título académico. O novo enquadramento também previu que o reconhecimento pode ser requerido tanto numa universidade, como diretamente no Ministério da Educação (Direção-Geral do Ensino Superior), sendo em todos os contextos pagas as mesmas taxas do processo. Tornando-se o processo mais uniforme ao abrigo deste enquadramento legal, não deixa de ser interessante verificar que entre 2008 e 2012 se reforçou o número de registos de reconhecimento de qualificações feitas diretamente nos serviços do Ministério da Educação em detrimento das universidades, de 71% para 93%, respetivamente.

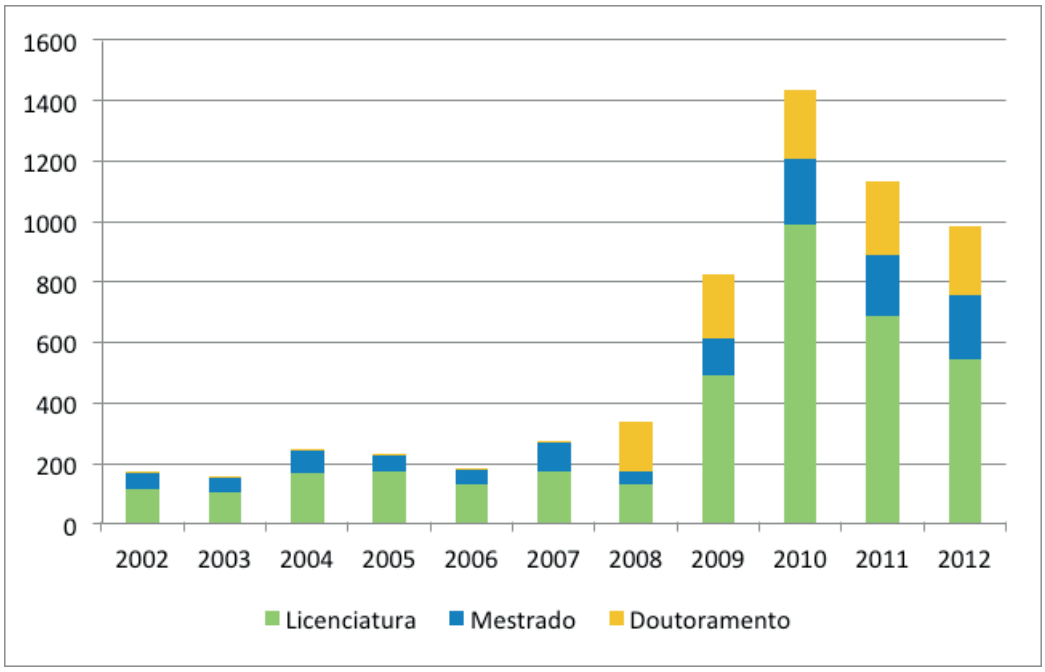
Os dados administrativos da Direção Geral do Ensino Superior dão conta do aumento significativo do número de reconhecimento de qualificações de nível superior nos últimos anos (gráfico 6.11.). Entre 2002 e 2012 verificou-se um aumento em +482% no número de reconhecimento de qualificações concedido, passando de 169 para 983 os reconhecimentos de educação de nível superior. Esta evolução positiva reflete, entre outros fatores, uma mudança na lei do reconhecimento de qualificações e inúmeras medidas de integração e serviços criados ao longo da última década para combater (essencialmente) o fenómeno da sobre qualificação dos trabalhadores estrangeiros no mercado de trabalho em Portugal (Oliveira e Fonseca, 2013).

Deve atender-se ainda que a situação económica portuguesa, em especial a partir de 2008, afetando a oferta de empregos semiqualificados e desqualificados, nomeadamente da construção, onde uma parte substantiva dos imigrantes se inseria (nomeadamente, por vezes, em situação de sobre qualificação), pode também explicar o aumento dos últimos anos no número de pedidos de reconhecimento de qualificações (nomeadamente de nacionais de países da Europa de Leste, em

64. Entre os países que ratificaram a Convenção de Lisboa estão: Albânia, Austrália, Áustria, Azerbaijão, Bielorrússia, Bulgária, Cazaquistão, Chipre, Croácia, Dinamarca, Eslováquia, Eslovénia, Estónia, França, Geórgia, Hungria, Islândia, Letónia, Liechtenstein, Lituânia, Luxemburgo, Macedónia, Moldávia, Noruega, Portugal, Reino Unido, Republica Checa, Roménia, Rússia, Santa Sé, Suécia, Suíça, Ucrânia.

especial da Ucrânia) que procuram neste contexto encontrar outras formas de inserção no mercado de trabalho português, nomeadamente com o pleno uso das suas qualificações.

Gráfico 6.11. Reconhecimento de qualificações em função do nível de educação de ensino superior, entre 2002 e 2012 (números absolutos)



Fonte: Direção Geral do Ensino Superior (cálculos das autoras)

Nota: Entre 2008 e 2012, os dados apresentados agregam os reconhecimentos de qualificações atribuídos pelas Universidades e os registos de reconhecimento de qualificações encaminhados pelo Ministério da Educação (Direção Geral do Ensino Superior) conforme previsto no Decreto-Lei n.º 341/2007.

Nos últimos anos, entre os estrangeiros nacionais de países terceiros à União Europeia, destacam-se os brasileiros na obtenção do reconhecimento de qualificações, representando entre 2005 e 2007 cerca de 27% do total de reconhecimentos concedidos. Muito embora esta sobre representação dos brasileiros reflita também a sobre representação desta população no total de estrangeiros residentes, está associada também ao acordo bilateral existente entre Portugal e o Brasil desde 1966, no qual se prevê o reconhecimento automático de alguns diplomas de ensino superior e qualificações.

Os nacionais de países da Europa de Leste – em especial os ucranianos e os russos – também aumentaram nos últimos anos o número de registos de reconhecimentos de qualificações. O aumento destes estrangeiros verifica-se em especial nos anos seguintes à mudança da lei do reconhecimento de qualificações. Em 2010, por exemplo, os Ucranianos representaram já cerca de 27% do total de reconhecimentos de qualificações concedidas nesse ano.

CAPÍTULO 7. APRENDIZAGEM DA LÍNGUA PORTUGUESA

A aprendizagem da língua do país de acolhimento é um requisito fundamental no processo de integração. Quando falam a língua os imigrantes podem mais facilmente integrar-se no mercado de trabalho, no sistema escolar ou, de uma forma geral, participar na sociedade que os acolhe. Num Eurobarómetro Qualitativo (2011) acerca da integração de imigrantes, tanto o público em geral como os imigrantes declararam percecionar a língua como uma das principais barreiras à integração nas sociedades europeias e, consequentemente, a aprendizagem ou domínio da língua da sociedade de acolhimento pelos imigrantes ser um aspeto fundamental de integração. No estudo europeu *Immigrant Citizens Survey* (2012: 39), mais de 90% dos imigrantes inquiridos defenderam que os cursos de aprendizagem da língua do país onde se encontravam tiveram um efeito muito positivo na sua integração, nomeadamente porque os ajudou a envolverem-se mais com a comunidade local onde se encontravam e a adquirir vocabulário útil para o seu trabalho.

As instituições europeias têm defendido também que os imigrantes devem aprender a língua da sociedade que os acolhe para melhor se integrarem, pese embora a diversidade linguística dos imigrantes deva ser complementarmente respeitada e reconhecida como importante. No âmbito dos *Princípios Básicos Comuns para as políticas de integração de imigrantes*[65] definidos para a União Europeia em 2004, o quarto princípio define explicitamente que o conhecimento da língua de acolhimento é indispensável para uma integração bem-sucedida. A *Convenção Cultural Europeia* (1954) assentava já na valorização da cultura europeia exatamente num contexto de diversidade cultural, defendendo o estudo das línguas concertado no respetivo território com facilidades que induzam ao desenvolvimento desse mesmo estudo (artigo 2º). Complementarmente a *Carta Social Europeia* (revista em 1996) atribui relevância particular à aprendizagem da língua de origem dos migrantes e da língua de acolhimento.

Em resultado, muitos governos têm defendido que a aprendizagem da língua do país é um dos objetivos principais da sua política de integração e assumem este compromisso promovendo cursos de aprendizagem da língua. A grande maioria dos programas oficiais/estatais de aprendizagem da língua iniciaram-se na década de 1990, variando muito de país para país, nomeadamente em função do número de horas que são oferecidas de formação, do preço praticado (havendo inúmeros países que disponibilizam os cursos gratuitamente), da obrigatoriedade (ou não) dos mesmos e dos resultados obtidos pelos imigrantes nos cursos funcionarem ou não como requisito para outros fins.

No entanto, como era alertado no estudo europeu *Immigrant Citizens Survey* (2012: 34), apesar deste crescente investimento dos Estados-membros na promoção de cursos de aprendizagem da língua e deste reconhecimento de que o domínio da língua é um fator importante para a integração dos imigrantes, pouco se tem aferido acerca dos beneficiários desses programas de aprendizagem da língua e acerca das competências linguísticas dos residentes no espaço europeu.

65. Detalhes em http://ec.europa.eu/ewsi/en/EU_actions_integration.cfm

Reconhecendo a integração como um processo de duplo sentido que implica a adaptação dos imigrantes e das instituições da sociedade de acolhimento, importa atender não apenas à necessidade dos imigrantes aprenderem a língua do país de acolhimento, mas também identificar os mecanismos que são desenvolvidos para promover a aprendizagem da língua como forma de integração.

Para o caso português, considerámos nesta análise os dados relativos aos alunos e formandos de dois programas disponíveis de promoção da aprendizagem da língua portuguesa e de desenvolvimento de competências linguísticas em português para imigrantes ou cidadãos que têm o português como língua não materna. O retrato considerado dá conta de dois programas promovidos pelo Estado português com objetivos distintos: o primeiro, associado à disciplina de *Português como Língua não Materna* (PLNM), dá resposta aos desafios inerentes à integração no sistema escolar e procura ir ao encontro das necessidades dos alunos que não têm o português como língua materna; o segundo programa nacional analisado - programa *Português para Todos* (PPT) - procura estimular globalmente a aprendizagem do português (básico e técnico), podendo a certificação da aprendizagem da língua que lhe está inerente ser usada como requisito para outros fins (e.g. autorização de residência permanente e estatuto de longa duração, acesso à nacionalidade portuguesa).

7.1. Português como Língua não Materna (PLNM)

Como se explicou no capítulo 6.1.1., desde meados da década de 1980 que os níveis de ensino básico e secundário do sistema escolar português têm vindo a responder também à pressão migratória de crianças estrangeiras e jovens descendentes de imigrantes. No final do século XX reforçaram-se estas novas gerações de alunos estrangeiros e imigrantes no sistema escolar português, aumentando a expressão de origens de alunos não falantes de português (e.g. da Europa de Leste, de países Asiáticos) e alfabetizados em outras línguas maternas distintas do português, o que confrontava o sistema escolar com a necessidade de articular novas respostas eficazes de integração (Leiria *et al.*, 2008; Pinto, 2013). A presença de alunos estrangeiros ou de descendentes de imigrantes no sistema escolar português conduziria, assim, a alguns desafios educativos, nomeadamente inerentes ao domínio da língua de ensino por esses alunos (Hortas, 2013: 21).

O aluno imigrante em Portugal foi assumido como um cidadão com estatuto e direitos iguais aos cidadãos nacionais, pelo que as respostas criadas no âmbito da educação não se especificaram como respostas para "alunos imigrantes" ou para "alunos estrangeiros", mas antes para alunos cuja língua materna não é a língua portuguesa. Por outras palavras, o enfoque das respostas criadas é de atender aos desafios inerentes aos alunos que passam a ter no português a língua de escolarização e a língua predominantemente de comunicação escolar e extraescolar, pese embora essa não seja a sua língua materna ou de alfabetização; não estando, consequentemente, inerente a estas medidas a nacionalidade ou experiência migratória dos alunos.

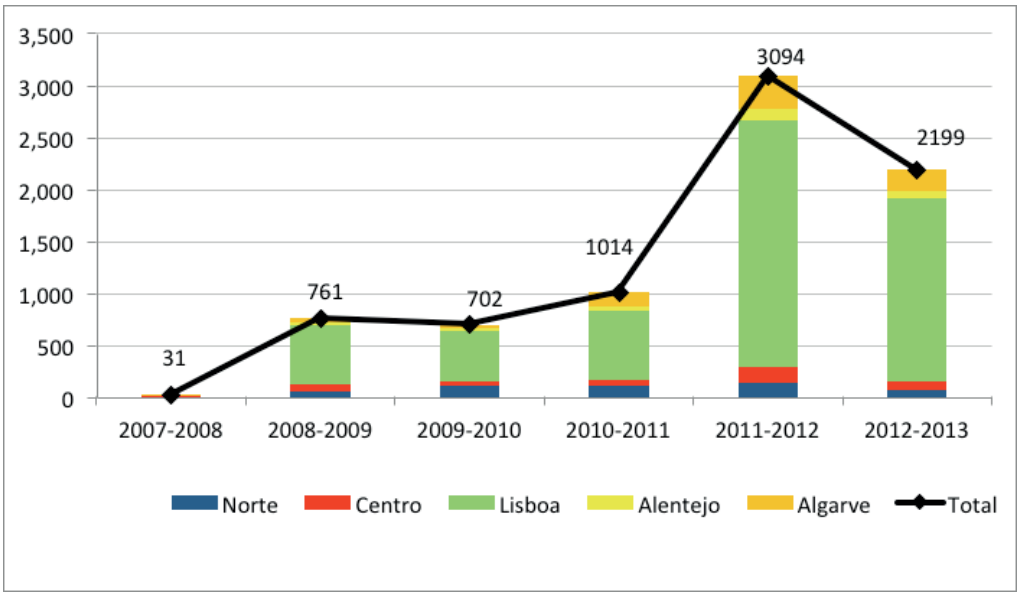
O ensino do português como língua não materna surge pela primeira vez em documentos oficiais em 2001. No artigo 8º do Decreto-Lei n.º 6/2001, era detalhado que as escolas deveriam proporcionar "atividades curriculares específicas para a aprendizagem da língua portuguesa como segunda língua aos alunos cuja língua materna não seja o português." Neste âmbito, o Ministério da Educação desenvolveu em 2001 na região de Lisboa os primeiros projetos-piloto de ensino do *Português como Língua não Materna* (PLNM). Posteriormente era regulamentada a disciplina para o sistema de ensino português através do Despacho Normativo n.º 7/2006, de 6 de Fevereiro (Ensino Básico) e do Despacho nº 30/2007, de 10 de Agosto (Ensino Secundário), estabelecendo os princípios de atuação e as normas orientadoras da sua implementação, acompanhamento e avaliação, com o intuito de promover uma resposta às dificuldades sentidas pelos alunos, nomeadamente os recém-chegados ao sistema educativo nacional.

Este enquadramento viria ainda a ser reforçado nos últimos anos, com o Despacho normativo n.º 12/2011, de 22 de Agosto, que definiu que os alunos para quem o português não é língua materna devem frequentar o PLNM, equivalendo a carga horária da disciplina à disciplina de Português. O Decreto-Lei nº139/2012, de 5 de Julho, assume ainda a integração da disciplina de PLNM quer no currículo do básico quer no currículo do secundário. Assim sendo, no ensino básico esta disciplina passa a partir de 2012 a constituir-se como disciplina do curriculum, tal como já sucedia no ensino secundário, deixando de funcionar apenas no âmbito do apoio ao estudo ou apoio educativo.[66]

Os alunos abrangidos pelo ensino do PLNM correspondem a alunos cuja língua materna não é o português, como o próprio nome indica, encontrando-se também abrangidos os filhos de cidadãos nacionais em situação de retorno a Portugal, bem como os alunos filhos de pais de origem africana, brasileira, timorense ou outra, nascidos em Portugal, sempre que se verifique que a "sua competência linguística não lhes permite uma integração total no currículo regular" (Perdigão *et al.*, 2005). O apoio na aprendizagem da língua portuguesa permite a criação de grupos específicos em que os alunos imigrantes podem, nesse âmbito, surgir isolados dos restantes colegas de turma por forma a (conforme previsto no enquadramento legal) reconhecer-se e respeitar-se as necessidades educativas individuais dos alunos, devendo as escolas mobilizar a riqueza da diversidade linguística e a heterogeneidade sociocultural dos alunos como fator de coesão e integração (Hortas, 2013: 58).

Segundo os dados disponibilizados pela Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC), do Ministério da Educação, no ano letivo de 2012/2013 encontravam-se matriculados na disciplina de PLNM 2.199 alunos, verificando-se uma descida de 895 alunos face ao ano letivo anterior. No entanto, relativamente aos anos letivos anteriores denota-se um crescimento significativo (vd. gráfico 7.1.).

Gráfico 7.1. Número de alunos matriculados na disciplina de PLNM, no Ensino Básico e Secundário, em Portugal Continental, entre os anos letivos de 2007/2008 e 2012/2013



Fonte: DGEEC-Ministério da Educação

66. Neste âmbito o relatório de execução final do Plano para a Integração de Imigrantes 2010-2013 enfatizava que a partir do ano letivo de 2011/2012, o PLNM assumiu o estatuto de disciplina nos 2º e 3º ciclos do ensino básico, o que "constituiu um progresso significativo no desenvolvimento desta área curricular a nível nacional" (detalhes em http://www.acm.gov.pt/_cfn/4d346c9b80687/live/Relat%C3%B3rio+Final+de+Execu%C3%A7%C3%A3o+do+PII+2010+-+2013, pp. 15-16).

As regiões do país onde se verificam maior número de alunos da disciplina são Lisboa e Algarve, tendência que é transversal aos vários anos letivos em análise, refletindo a própria sobre representação das populações imigrantes nessas regiões do país. A região de Portugal Continental que apresenta o menor número de alunos de PLNM é o Alentejo, muito embora nos últimos anos letivos (2011/2012 e 2012/2013) se tenha aproximado bastante dos valores apresentados para as regiões do Norte e do Centro.

No ano letivo de 2012/2013 encontravam-se matriculados na disciplina de PLNM alunos de 36 nacionalidades diferentes (incluindo a nacionalidade portuguesa), ainda que no interior desta diversidade algumas nacionalidades assumissem maior expressão que outras. Entre os principais grupos de nacionalidades dos alunos da disciplina de PLNM (Quadro 7.1.), destacam-se os alunos de nacionalidade portuguesa (22,5% no ano letivo de 2012/2013, mas foram 40% entre 2009 e 2011) e de nacionalidade de um país africano (43,6% em 2012/2013).

Quadro 7.1. Alunos matriculados na disciplina de PLNM em Portugal Continental, segundo as principais regiões do mundo, entre os anos letivos de 2008/2009 e 2012/2013 (%)

Nacionalidade	2008/2009	2009/2010	2010/2011	2011/2012	2012/2013
África	22,3	31,8	27,7	36,9	43,6
América	1,6	0,6	4,6	1,6	1,0
Ásia	2,6	8,8	6,5	10,3	11,3
UE27	4,6	4,6	5,2	8,1	9,8
Europa de Leste	12,1	13,4	15,3	12,2	11,6
Outros países europa	0,8	0,9	0,6	0,4	0,3
Portugueses	**56,0**	**40,0**	**40,0**	**30,5**	**22,5**
Total	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**
Total (nº absolutos)	761	702	1.014	3.094	2.199

Fonte: DGEEC-Ministério da Educação (cálculos das autoras)

Para compreender-se a sobre representação dos alunos portugueses, deve atender-se ao critério de abrangência de alunos para esta disciplina, que neste caso não é a nacionalidade, mas antes a competência linguística dos alunos para a sua integração no currículo escolar, o que pode incluir (por exemplo) alunos de nacionalidade portuguesa alfabetizados noutra língua que não o português. Os dados analisados refletem que a maioria dos alunos portugueses que frequentam a disciplina de PLNM ou não nasceram em Portugal ou tem progenitores com nacionalidade estrangeira. No ano letivo de 2012/2013, por exemplo, o universo de alunos de nacionalidade portuguesa era composto por 69,2% de alunos nascidos no estrangeiro, maioritariamente em países africanos de língua portuguesa. No mesmo ano letivo, quando se consideram os alunos de nacionalidade portuguesa que já nasceram em Portugal (30,8%), conclui-se que mais de metade (55,3%) tem pelo menos um progenitor de nacionalidade estrangeira. Neste universo, destacam-se uma vez mais os pais oriundos dos PALP.

Nota-se, pois, que se verifica uma grande procura da disciplina de PLNM por alunos oriundos ou alunos descendentes dos PALP, tenham essa nacionalidade ainda ou não. No intervalo de anos letivos em análise verifica-se mesmo um crescimento muito expressivo da importância relativa dos nacionais de países africanos, passando de 22,3%, em 2008/2009, para 43,6% em 2012/2013. Entre as principais nacionalidades dos PALP (vd. quadro 7.2.), para o ano letivo de 2012/2013, são os alunos nacionais de Cabo Verde (20,8%) e da Guiné-Bissau (11,2%) os que mais se matricularam na disciplina de PLNM, assumindo-se mesmo como as duas nacionalidades estrangeiras que reúnem maior número de alunos nesse ano letivo.

Conforme quadro 7.1., nos anos letivos em análise, os alunos da Europa de Leste têm variado a sua importância relativa no total de alunos de PLNM entre 11,6% (valor mais baixo associado ao ano letivo de 2012/2013) e 15,3% (valor mais elevado associado ao ano letivo de 2010/2011). Neste grupo de nacionalidades, destacam-se os alunos da Ucrânia (6,6%) e da Moldávia (4,0%) – vd. quadro 7.2.

No intervalo de anos letivos considerados (quadro 7.1.) são os asiáticos aqueles que apresentam um crescimento da importância relativa no total de alunos de PLNM mais expressivo, passando de 2,6% (em 2008/2009) para 11,3% (em 2012/2013). O quadro 7.2. permite concluir que nesse grupo de nacionalidades, são os alunos da China os que mais se matriculam na disciplina, representando 6,2% do total de alunos de PLNM no ano letivo de 2012/2013.

Deve salientar-se que os alunos nacionais de países da União Europeia também têm beneficiado da disciplina, representando no ano letivo de 2012/2013 também perto de 10% dos alunos de PLNM. Neste grupo de nacionalidades destacam-se os alunos da Roménia (4,6%) e da Bulgária (2,3%).

Nos dados disponibilizados pela Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC), do Ministério da Educação, é também notória a fraca presença de alunos de nacionalidade brasileira na disciplina de PLNM. Apesar de esta nacionalidade corresponder à população estrangeira mais numerosa em Portugal, o número de alunos nacionais do Brasil matriculados na disciplina apresenta-se como residual (0,2%). Esta realidade é consequência dos próprios princípios orientadores do funcionamento da disciplina de PLNM, nos quais é salientado "que os alunos de nacionalidade brasileira, tendo o português como língua materna, não devem ser inseridos em PLNM", conforme informação divulgada na página de internet da Direção Geral de Educação do Ministério da Educação.[67]

O relatório de execução final do *Plano para a Integração de Imigrantes 2010-2013* destaca a elevada taxa de sucesso dos alunos da disciplina de PLNM, realçando que em 2012 se registaram taxas de aprovação acima dos 96%, quer no 3º ciclo do ensino básico (provas do 9º ano) quer no ensino secundário (exames de 12ºano). Relativamente ao 2º ciclo do ensino básico, 2012 foi o primeiro ano em que se realizaram provas finais nacionais (provas de 6º ano), situando-se a taxa de aprovação na disciplina de PLNM acima dos 86%. Em 2013 as taxas de aprovação foram semelhantes – acima dos 96% para o 3º ciclo do ensino básico e o ensino secundário, e 85% para o 2º ciclo.

67. http://www.dge.mec.pt/outrosprojetos/index.php?s=directorio&pid=233#i

Quadro 7.2. Alunos matriculados na disciplina de PLNM, segundo as principais nacionalidades, em Portugal Continental, no ano letivo de 2012/2013 (%)

Nacionalidade	% no total de alunos de PLNM
Portugal	**22,5**
África	**43,6**
Cabo Verde	20,8
Guiné-Bissau	11,2
S. Tomé Príncipe	5,3
Angola	2,5
Guiné	1,4
Senegal	0,8
Outros África	1,5
Europa de Leste	**11,6**
Ucrânia	6,6
Moldávia	4,0
Rússia	0,7
Outros E. Leste	0,3
UE27	**9,8**
Roménia	4,6
Bulgária	2,3
Reino Unido	0,7
Alemanha	0,5
Outros UE27	1,8
Outros países Europa	**0,3**
Ásia	**11,3**
China	6,2
Paquistão	2,0
Índia	1,5
Outros Ásia	1,6
América	**1,0**
Colômbia	0,3
Brasil	0,2
Venezuela	0,1
Outros América	0,3
Total	**100**
Total (nº absolutos)	**2.199**

Fonte: DGEEC-Ministério da Educação (cálculos das autoras)

7.2. Programa Português para Todos (PPT)[68]

Como se referiu antes, a aprendizagem da língua da sociedade de acolhimento é uma das orientações mais relevantes no âmbito das políticas públicas europeias em matéria de integração de imigrantes. Os programas de aprendizagem da língua do país recetor têm implicações não apenas ao nível da mitigação de fatores de vulnerabilidade à integração dos imigrantes, como também se definem como um elemento essencial no acesso à cidadania.

68. Os dados apresentados e analisados neste capítulo foram disponibilizados pelo PPT em Junho de 2014, tendo sido reportado que os mesmos poderão sofrer algumas flutuações em função do momento do apuramento, atendendo a que as entidades que promovem a formação podem reportar informação em momentos diversos o que gera diferentes períodos de atualizações do sistema.

Em Portugal, respondendo ao aumento dos fluxos de entrada de população estrangeira não falante de português, verificado desde finais do século XX, foram sendo criados vários programas com o objetivo de fomentar o ensino formal da língua portuguesa. Entre 2001 e 2008 funcionou o *Programa Portugal Acolhe*, sob a responsabilidade do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), tendo esse sido sucedido em 2008 pelo *Programa Português para Todos* (PPT), sob a responsabilidade e gestão do Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (atual Alto Comissariado para as Migrações – ACM, IP), enquanto organismo intermédio do *Programa Operacional Potencial Humano* (POPH), no âmbito das ações desenvolvidas no Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN), nomeadamente o Eixo 6 – Promoção da Inclusão e da Cidadania.

Assim, a partir de 2008, o PPT assume a missão de disponibilizar gratuitamente aos cidadãos imigrantes cursos de língua portuguesa[69] para estrangeiros. Em conformidade com o Despacho n.º 18476/2008, de 10 de Julho, que sustenta a criação do programa, promovem-se duas naturezas de cursos: (1) os cursos de português para falantes de outras línguas e (2) os cursos de português técnico, ambos para cidadãos imigrantes e seus descendentes com a situação regular em Portugal e com idade igual ou superior a 15 anos nas escolas da rede pública e idade igual ou superior a 18 anos nos centros de formação do IEFP.

Os cursos de português para falantes de outras línguas obedecem às diretrizes emanadas do Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas, certificando os níveis A2, de utilizador elementar, e B2, de utilizador independente, correspondendo ambos os níveis a uma carga horária de 150 horas de formação de acordo com os referenciais de formação (*O Português para Falantes de Outras Línguas - O utilizador elementar no país de acolhimento* para o nível A2 e *O Português para Falantes de Outras Línguas - O Utilizador Independente no País de Acolhimento* para o Nível B2).[70] A certificação do curso do PPT de nível A2 é um dos requisitos para efeitos de acesso à nacionalidade, à autorização de residência permanente ou ao estatuto de residente de longa duração (conforme a Portaria n.º 1262/2009, de 15 de outubro). Estes cursos do PPT operacionalizam-se através da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, com as respetivas direções de serviços regionais e escolas da rede pública, e do IEFP, através dos centros de gestão direta e gestão participada ou centros protocolares.[71] Em 2012 realizaram-se 461 cursos de português para falantes de outras línguas (menos 20 cursos que os promovidos em 2011), dos quais 379 foram para o nível A2 e 82 para o nível B2.

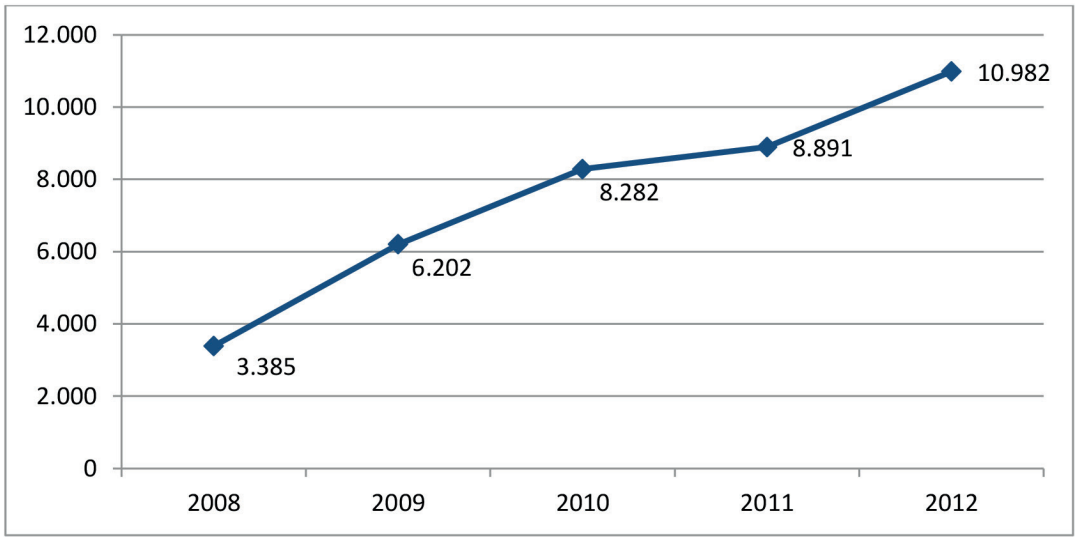
Por sua vez, os cursos de português técnico procuram disponibilizar aos imigrantes já com algum domínio do português (nomeadamente com nível de certificação de A2) um aprofundamento de competências e proficiência de língua portuguesa orientadas para várias atividades económicas (e.g. Comércio, Hotelaria, Cuidados de Beleza, Construção Civil e Engenharia Civil), com o intuito de facilitar a sua inserção no mercado de trabalho em Portugal. A seleção destas atividades económicas reflete as áreas que mais empregavam mão-de-obra imigrante em Portugal, sendo o referencial para estes cursos promovido e operacionalizado pelo IEFP através da sua rede de centros de formação profissional que assegura uma formação de cerca de 25 horas. Em 2011 foram promovidos 15 cursos de português técnico e em 2012 apenas 2 cursos.

69. Estes cursos são cofinanciados pelo Fundo Social Europeu, e estão regulamentados pelas Portarias nº1262/2009 de 15 de Outubro e nº216-B/2012 de 18 de Julho.
70. Grosso *et al.* 2008 e 2011. Referenciais disponíveis em http://www.acm.gov.pt/es-imigrante/servicos/portugues-para-todos/referenciais
71. Em 2012 estiveram envolvidos 26 Centros de Formação Profissional, 2 Centros de Formação Protocolar e 149 Escolas da rede pública.

Pese embora nos últimos anos se tenha verificado uma diminuição efetiva do número de cursos promovidos no âmbito do PPT, o número de formandos e de certificados tem vindo a aumentar. Esta tendência reflete as mudanças introduzidas pela Portaria n.º 216-B/2012, de 18 de Julho, a partir da qual o número de formandos necessários para a organização de um curso passa a ter de se situar entre 26 e 30.

Genericamente, o PPT enquadra-se no âmbito maior das políticas de integração de imigrantes em Portugal, tendo, desde que foi criado, aumentado o seu universo de beneficiários, apresentando-se por isso (em especial nos últimos anos) com resultados contraciclo à tendência de retração observada nos fluxos imigratórios para Portugal (vd. gráfico 7.2). Entre 2008 e 2012, o número de formandos registou um aumento de +224% (eram 3.385 formandos em 2008, passando para 10.982 em 2012) e o número de formandos certificados cresceu para quase seis vezes mais, crescendo por isso também a taxa de certificação dos beneficiários do PPT - de 28% em 2008, para 47% em 2012 (vd. quadro 7.3).

Gráfico 7.2. Evolução do número de formandos do Programa PPT, entre 2008 e 2012



Fonte: Programa Português para Todos (ACIDI, atual ACM)

No que toca às características sociodemográficas dos formandos do PPT, conforme é detalhado no quadro 7.3., destaca-se o predomínio do sexo feminino (exceção para o ano de 2012), a concentração em idades ativas (os escalões etários entre os 25 e 44 anos reúnem mais de 50% dos formandos) e a preponderância de habilitações de nível do 3º ciclo do ensino básico e do secundário, salientando-se também o aumento dos formandos com formação superior (passaram de 13,5% em 2008 para 25,4% em 2012). Refletindo a própria distribuição da população estrangeira residente no território português, verifica-se ainda que cerca de dois terços dos formandos são da Região de Lisboa e do Algarve, observando-se que no ano de 2012 as taxas de certificação dos formandos foram mais elevadas na região de Lisboa (53,2%) e na região Centro (52,2%).

Em termos da situação face ao emprego, verifica-se a sobre representação dos indivíduos empregados em todos os anos de implementação do PPT, muito embora a percentagem de formandos em situação de desemprego tenha aumentado em 2012 (passa para 38,8%, o que traduz +7,7 pontos percentuais que o verificado no ano anterior).

Quadro 7.3. Características sociodemográficas dos formandos do Programa PPT, entre 2008 e 2012

Características	2008		2009		2010		2011		2012	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sexo										
Homens	1.544	45,6	2.861	46,1	3.884	46,9	4.334	48,7	6.118	55,7
Mulheres	1.841	54,4	3.341	53,9	4.398	53,1	4.557	51,3	4.864	44,3
Região										
Norte	413	12,2	1.012	16,3	1.542	18,6	2.358	26,5	2.289	20,8
Centro	479	14,2	941	15,2	1.153	13,9	1.007	11,3	1.445	13,2
Lisboa	1.499	44,3	2.687	43,3	3.833	46,3	3.054	34,3	4.494	40,9
Alentejo	116	3,4	236	3,8	289	3,5	194	2,2	479	4,4
Algarve	878	25,9	1.326	21,4	1.465	17,7	2.278	25,6	2.275	20,7
Escalão Etário										
Menos de 15 anos	9	0,3	13	0,2	13	0,2	13	0,1	4	0,0
15-19 anos	232	6,9	488	7,9	566	6,8	437	4,9	391	3,6
20-24 anos	330	9,7	663	10,7	927	11,2	922	10,4	976	8,9
25-34 anos	986	29,1	1.742	28,1	2.322	28,0	2.535	28,5	3.288	29,9
35-44 anos	917	27,1	1.590	25,6	2.117	25,6	2.308	26,0	3.128	28,5
45 e mais anos	911	26,9	1.706	27,5	2.337	28,2	2.676	30,1	3.195	29,1
Escolaridade										
Pré-escolar	77	2,3	52	0,8	180	2,2	147	1,7	165	1,5
Básico-1ºciclo	257	7,6	405	6,5	599	7,2	691	7,8	656	6,0
Básico-2ºciclo	225	6,6	380	6,1	470	5,7	494	5,6	601	5,5
Básico-3ºciclo	703	20,8	1.202	19,4	1.351	16,3	1.540	17,3	1.919	17,5
Secundário	1.666	49,2	2.752	44,4	3.435	41,5	3.856	43,4	4.852	44,2
Superior	457	13,5	1.411	22,8	2.247	27,1	2.163	24,3	2.789	25,4
Situação face ao emprego										
Empregados	2.182	64,5	3.973	64,1	4.587	55,4	5.089	57,2	6.301	57,4
Desempregados	1.177	34,8	1.867	30,1	2.466	29,8	2.765	31,1	4.266	38,8
Inativos	26	0,8	362	5,8	1.229	14,8	1.037	11,7	415	3,8
Total de formandos	**3.385**	**100**	**6.202**	**100**	**8.282**	**100**	**8.891**	**100**	**10.982**	**100**
Certificações (N e taxa de certificação)	939	27,7	2.347	37,8	2.521	30,4	3.973	44,7	5.131	46,7

Fonte: Programa Português para Todos, ACIDI

Relativamente às nacionalidades dos formandos do Programa PPT, os dados disponibilizados mostram grande heterogeneidade de países. Para o período entre 2009 e 2012, os cursos do PPT chegaram a formandos oriundos de mais de 200 países, registando nacionalidades procedentes dos 5 continentes. Os continentes europeu e asiático reúnem grande parte das origens dos formados (vd. quadro 7.4), destacando-se em 2012, entre os dez países mais representados no universo de formandos do PPT, a Ucrânia (15,8% do total de formandos), Índia (8,6%), Roménia (4,7%), Rússia (4,3%), Paquistão (3,6%), Moldávia (3,6%), China (3,0%), Reino Unido (2,3%), Guiné-Bissau (2,0%) e Marrocos (1,7%) – detalhado no quadro 7.5.

Quadro 7.4. Distribuição dos formandos do Programa PPT pelos vários continentes, entre 2009 e 2012

Continentes	2009		2010		2011		2012	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Europa	3.676	59,3	5.319	64,2	3.059	34,4	4.652	42,4
Ásia e Médio Oriente	868	14,0	1.348	16,3	1.006	11,3	2.019	18,4
África	707	11,4	874	10,6	538	6,1	752	6,8
América	176	2,8	251	3,0	273	3,1	299	2,7
Oceânia	15	0,2	18	0,2	13	0,1	10	0,1
Dados não classificados[70]	760	12,3	472	5,7	4.002	45,0	3.250	29,6
Total	**6.202**	**100**	**8.282**	**100**	**8.891**	**100**	**10.982**	**100**

Fonte: Programa Português para Todos, ACIDI

Quadro 7.5. Formandos do Programa PPT (Nº), por principais nacionalidades, entre 2009 e 2012

Nacionalidade	2009	2010	2011	2012
Ucrânia	1457	2135	387	1740
Índia	263	365	311	946
Roménia	214	376	493	518
Rússia	413	468	470	474
Paquistão	176	271	209	392
Moldávia	413	505	123	391
China	264	376	337	329
Reino Unido	329	421	373	251
Guiné-Bissau	194	197	177	220
Marrocos	189	161	163	185
Bulgária	101	182	209	174
Portugal	58	134	167	142
Outros	2.131	2.691	5.472	5.220
Total	6.202	8.282	8.891	10.982

Fonte: Programa Português para Todos, ACIDI

CAPÍTULO 8. CIDADANIA ATIVA

A União Europeia tem promovido uma agenda política dinâmica em prole de uma cidadania ativa que atenda ao exercício de direitos e deveres iguais entre os imigrantes e os cidadãos das sociedades europeias, e que reforce o sentido de pertença dos imigrantes às sociedades que os acolhem (Huddleston *et al.*, 2013: 28). Os governos europeus tendem a definir oportunidades políticas com direitos de voto e a rever os seus enquadramentos legais de acesso à nacionalidade também em função do reforço da sua experiência imigratória, reconhecendo que mais pessoas podem participar ativamente na vida democrática e reforçar, assim, os seus sentimentos de pertença às sociedades (*Immigrant Ciitizens Survey*, 2012: 44).

Neste âmbito a cidadania ativa é destacada como uma das áreas de monitorização de indicadores de integração de imigrantes (EUROSTAT, 2011a), atendendo a que o acesso à nacionalidade ou à participação cívica e política são dimensões importantes para captar os processos de integração de imigrantes nos diferentes contextos. Em comparação com outras áreas de integração de imigrantes deve reconhecer-se, porém, que para esta dimensão é mais difícil encontrar bases de dados robustas que permitam a análise e comparação da cidadania ativa de diferentes nacionalidades e em diferentes contextos migratórios (*Immigrant Ciitizens Survey*, 2012: 44).

Reconhecendo algumas dessas dificuldades, este capítulo analisa três dimensões fundamentais da cidadania ativa e para as quais é possível reunir informação que permite o tratamento estatístico em Portugal. No primeiro subcapítulo consideram-se os dados relativos às aquisições de nacionalidade portuguesa, patamar máximo de acesso de direitos dos estrangeiros numa sociedade de acolhimento e realçado em alguma literatura como o expoente de integração (Healy, 2011).

Nos subcapítulos seguintes consideram-se outras formas de cidadania ativa, uma vez que o acesso à nacionalidade não é condição *sine qua non* para a participação cívica e política na sociedade de acolhimento por imigrantes. Assim no segundo subcapítulo consideram-se os dados relativos à participação política dos estrangeiros em Portugal, atendendo às próprias oportunidades ou constrangimentos do contexto legal nacional para o efeito.

Finalmente no terceiro subcapítulo considera-se a vertente da participação cívica dos imigrantes no país e que ilustra a dimensão da cidadania ativa que pode ocorrer antes, durante ou depois da aquisição da nacionalidade portuguesa. Como bem demonstra Albuquerque (2013), a partir do estudo da participação associativa de descendentes de imigrantes em Portugal, o associativismo é um instrumento importante de aquisição de capital social, pois permite o acesso a redes sociais que lhe são intrínsecas, e tem um caráter de socialização e aprendizagem de competências sociais e cívicas que permitem estabelecer ou reforçar redes sociais, surgindo como "um meio de educação não formal que promove a socialização para a cidadania" (Albuquerque, 2013: 302).

8.1. Acesso à nacionalidade portuguesa

A evolução no acesso à nacionalidade portuguesa ao longo da última década em Portugal reflete uma importante mudança legislativa registada em 2006 (Lei Orgânica nº2/2006, de 17 de abril, complementada pelo Decreto-Lei n.º 237-A/2006, de 14 de dezembro, que aprovou o Regulamento da Nacionalidade Portuguesa), aprovada na Assembleia da República com base num amplo consenso político, reunindo 91% de votos a favor e nenhum voto contra. Este novo enquadramento legal viria, inclusivamente, a ser reconhecido como uma boa política de integração de imigrantes ao nível internacional, tendo Portugal obtido mesmo o primeiro lugar nos países estudados pelo MIPEX 2011 (*Índice de avaliação das políticas de integração de imigrantes*[72]) como tendo o melhor enquadramento na vertente da aquisição da nacionalidade entre os 31 países da Europa e da América do Norte estudados.

Globalmente, as políticas de nacionalidade desses estados europeus e norte americanos regulam o acesso à sua cidadania nacional a partir de quatro caminhos fundamentais: 1) através do nascimento no território (o princípio de *ius solis*); 2) através do direito de descendência, herdado de um ou dos dois progenitores (o princípio de *ius sanguinis*); 3) através do direito de residência, naturalizando a partir de um determinado número de anos de residência (o princípio de *ius domicilii*) e 4) através da declaração de vontade por casamento, união de facto ou adoção. Nos princípios de *ius solis* e *ius sanguinis* trata-se da nacionalidade originária, enquanto no princípio de *ius domicilii* refere-se à aquisição de uma nova cidadania com base na residência noutro país.

Ora este enquadramento português de 2006, que procedeu à quarta alteração à Lei n.º 37/81 (Lei da Nacionalidade), de 3 de outubro, modificou os regimes de atribuição e aquisição da nacionalidade portuguesa, alterando o quadro de referência da nacionalidade portuguesa por parte dos estrangeiros. Entre essas alterações destaca-se o reforço do princípio de *ius solis* através do reconhecimento do estatuto de cidadania aos indivíduos que nasceram no país e têm laços com Portugal. A lei flexibiliza também o princípio de *ius domicilii* ao tornar mais acessível a naturalização para inúmeras situações de vulnerabilidade de crianças e jovens que passam a poder dar provas de residência no país, nomeadamente através de anos de frequência no sistema escolar (em vez de anos acumulados com títulos de residência). A partir do reforço destes princípios, esta nova lei não apenas promoveu uma melhor integração dos imigrantes e mostrou-se mais inclusiva e acessível aos descendentes de imigrantes nascidos em Portugal, complementado o princípio preexistente do *ius sanguinis* que protegia essencialmente os descendentes de emigrantes portugueses, como atendeu também às modificações demográficas verificadas nos últimos anos (analisadas no capítulo 3 deste relatório), reconhecendo a importância da imigração e o papel que os estrangeiros enquanto "novos cidadãos" podem ter para a demografia nacional envelhecida e de baixa fecundidade.

Esta lei tem sido considerada inovadora, nomeadamente, por promover a atribuição da nacionalidade portuguesa a: (1) nascidos no território português, filhos de estrangeiros, se pelo menos um dos progenitores também tiver nascido em Portugal e aqui tiver residência no momento do nascimento do filho, independentemente do tipo de título; (2) nascidos no território português, filhos de estrangeiros que se não encontrem ao serviço do respetivo Estado, se declararem que querem ser portugueses, desde que, no momento do nascimento, um dos progenitores aqui resida legalmente, com

72. Nesta monitorização internacional dos países com as melhores políticas de integração de imigrantes Portugal tem tido uma progressão muito positiva no *raking*. Na edição de 2011 o país é comparado com mais 3 países que na edição anterior (com 28 países) e no global o país subiu a sua pontuação no índice, quando o país que mantém o primeiro lugar (Suécia) desceu a sua pontuação (diminuindo a distancia ao primeiro lugar de 10 pontos para 4). Portugal fez uma longa caminhada desde a primeira edição do MIPEX: em 2005, entre 15 países analisados ficou em 4º lugar, e, em 2007, Portugal estreia-se na segunda posição entre 28 países, reforçando essa posição em 2011 por comparação a 31 países. Para mais informações consultar http://www.mipex.eu/.

qualquer título, há pelo menos cinco anos; e (3) menores nascidos no território português, filhos de estrangeiros, se, no momento do pedido, um dos progenitores residir em Portugal legalmente há cinco anos ou se o menor tiver concluído em Portugal o primeiro ciclo do ensino básico. Este enquadramento legal determina ainda que todo o cidadão nascido em Portugal, que não possua outra nacionalidade, é português de origem (número 1 do artigo 1 da Lei n.º 2/2006, e alínea c) do artigo 3 do Decreto-Lei n.º 237-A/2006).

Outro aspeto inovador desta lei associa-se à prova de residência legal que é solicitada para efeitos de atribuição e aquisição da nacionalidade. O enquadramento é menos restritivo por permitir que a prova de tempo de residência se possa associar a qualquer título ou visto válido, não sendo condição a autorização de residência (como se verificava no enquadramento anterior), salvaguardando por isso inúmeras formas de entrada e estadia no país (e.g. vistos de trabalhos, autorizações de permanência) para efeitos de acumulação de anos de residência em Portugal. Em algumas situações está também previsto outros meios de prova de anos de residência (e.g. frequência ininterrupta no sistema escolar, provas documentais de não se ter ausentado de Portugal). Simultaneamente, com este novo enquadramento legal, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) deixa de instruir os pedidos de aquisição da nacionalidade por naturalização, transferindo-se essa competência para as conservatórias do registo civil e para a Conservatória dos Registos Centrais que passam assim a concentrar todos os pedidos de atribuição e de aquisição da nacionalidade portuguesa.

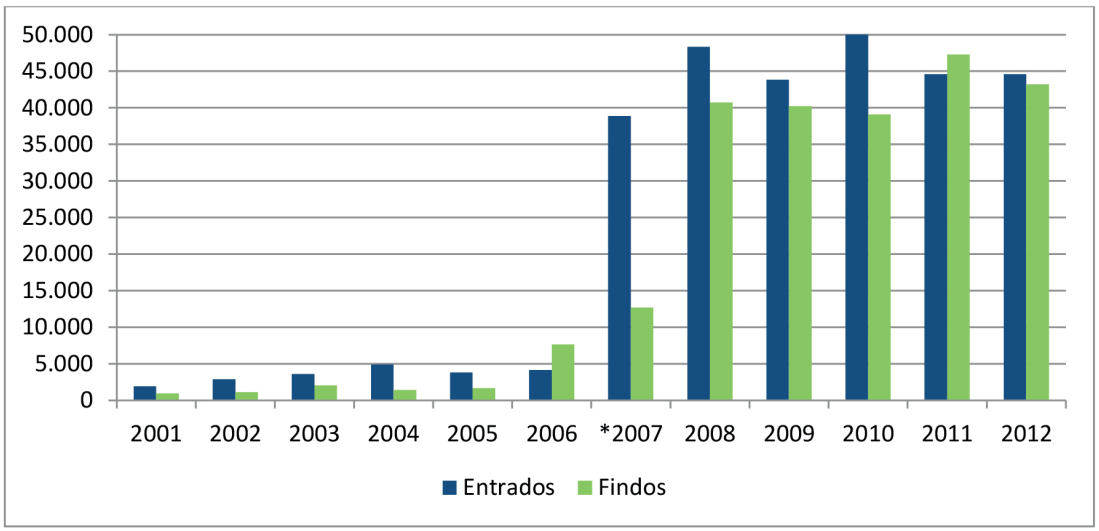
Importa ainda destacar, entre as mudanças introduzidas com esta lei da nacionalidade, a equiparação da união de facto ao casamento, para efeitos de aquisição da nacionalidade e, nos casos de naturalização, o alargamento a todos os estrangeiros do requisito de tempo de residência legal de 6 anos em Portugal (antes aplicado apenas aos nacionais dos países lusófonos, tendo todos os restantes de reunir 10 anos de residência). Assim, deixa de existir um princípio de discriminação em função da nacionalidade de origem, passando todos os estrangeiros de igual modo a ter de reunir apenas 6 anos de residência legal para instruirem os seus processos de aquisição da nacionalidade.[73]

No âmbito do *Handbook on Integration for policy-makers and practitioners* da Comissão Europeia (2010), Portugal era ainda destacado, por comparação a outros Estados-membros, por não requerer aos cidadãos que se pretendem naturalizar a renúncia da sua nacionalidade de origem, permitindo a dupla nacionalidade aos "novos cidadãos" portugueses.

Em resultado, conforme se observa no gráfico 8.1., estas alterações no enquadramento legal em 2006 tiveram um impacto significativo no aumento dos pedidos de aquisição de nacionalidade portuguesa (processos entrados) e nas atribuições (processos findos) a partir de 2007. Entre 2007 e 2012, o número de cidadãos a quem foi concedida a nacionalidade portuguesa atingiu os 223.231, quando entre 2001 e 2006 esse número se cifrou apenas em 14.865 "novos cidadãos". Complementarmente, nos últimos 6 anos, a taxa de recusa de atribuição da nacionalidade portuguesa (percentagem de indeferimentos de nacionalidade portuguesa por cada total de pedidos) também desceu bastante: entre 2007 e 2012 apenas 18% dos pedidos de concessão de nacionalidade foram recusados, por comparação a 30% de pedidos indeferidos entre 2001 e 2006.

73. Disponível em http://ec.europa.eu/ewsi/UDRW/images/items/docl_12892_168517401.pdf.

Gráfico 8.1. Processos entrados e findos de concessão da Nacionalidade Portuguesa, entre 2001 e 2012



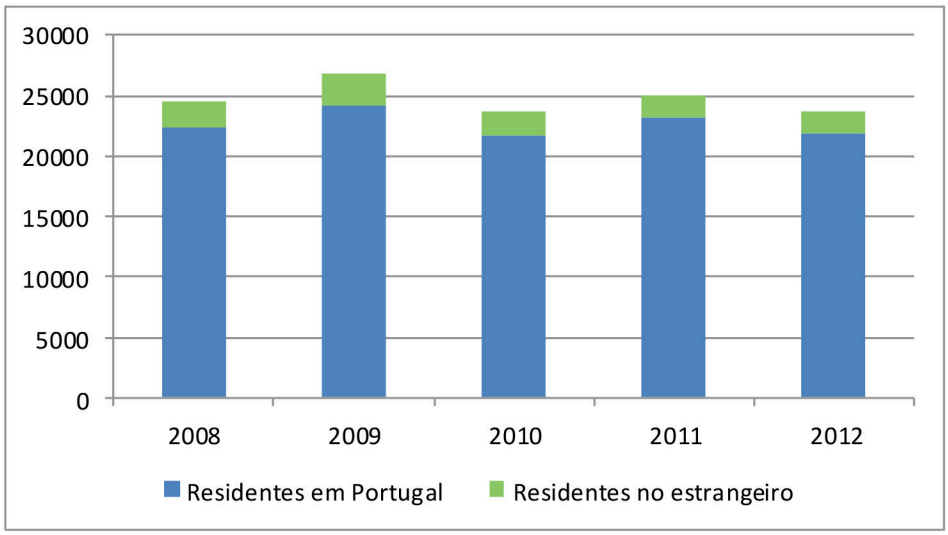
Fonte: SEF e Conservatória dos Registos Centrais

Nota: *Processos entrados e findos desde 15-12-2006

Os dados publicados nas Estatísticas Demográficas do INE relativos à residência dos cidadãos que adquiriram a nacionalidade portuguesa nos últimos anos mostram também bem o impacto que a integração e flexibilização dos princípios do *ius solis* e *ius domicilii* tiveram no aumento significativo do número de aquisições da nacionalidade de estrangeiros que se encontravam em Portugal. Por outras palavras, o aumento significativo do número de aquisições da nacionalidade portuguesa deveu-se essencialmente a residentes em Portugal. No gráfico 8.2. é possível verificar que, entre 2008 e 2012, mais de 90% do total das aquisições de nacionalidade são respeitantes a estrangeiros residentes em território português. Esta tendência inverte totalmente o que se verificava entre meados da década de 1980 e 1990 à luz do enquadramento legal anterior, onde a maioria das aquisições de nacionalidade portuguesa era de residentes no estrangeiro. Como mostraram Oliveira e Inácio (1999), entre 1985 e 1996, a maioria das pessoas que adquiriram a nacionalidade portuguesa residindo no estrangeiro eram de origem asiática (via Macau), enquanto os estrangeiros residentes em Portugal (a minoria) que adquiriram a nacionalidade eram dos PALP e do Brasil. Neste período a taxa de aquisição da nacionalidade portuguesa entre os imigrantes foi relativamente baixa, variando entre 0,7% e 1,5% entre 1988 e 1996.

As Estatísticas Demográficas de 2013 dão conta também que o padrão etário dos que adquiriram a nacionalidade portuguesa, entre 2008 e 2012, é distinto para residentes em Portugal e residentes no estrangeiro: enquanto cerca de 54,1% dos estrangeiros residentes em Portugal tinham menos de 35 anos, 50,5% dos indivíduos residentes no estrangeiro tinham 50 anos ou mais. Nota-se, pois, que estamos perante perfis distintos de "novos cidadãos" portugueses, tendo a nova lei captado e reforçado nos últimos anos o perfil mais jovem de imigrantes e descendentes de imigrantes residentes no país, em vez dos descendentes de portugueses residentes no estrangeiro e mais envelhecidos.

Gráfico 8.2. Aquisições da nacionalidade portuguesa segundo a residência, entre 2008 e 2012



Fonte: Estatísticas Demográficas 2013, INE.

Nota: Os dados correspondem aos artigos, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º da Lei Orgânica nº 2/2006 de 17 de abril, quarta alteração à Lei nº 37/81, de 3 de outubro. O quadro apenas contempla as aquisições de nacionalidade portuguesa de residentes em Portugal, não se consideram as aquisições de nacionalidade portuguesa de residentes no estrangeiro.

Os dados da Conservatória dos Registos Centrais relativos aos processos de concessão da nacionalidade, a partir de 2007, mostram também o impacto da nova lei ao nível da diversificação dos caminhos possíveis para a atribuição da nacionalidade portuguesa (vd. quadro 8.1.). Entre 2007 e 2012, nos processos findos de concessão da nacionalidade portuguesa por via da naturalização destacam-se as aquisições de estrangeiros residentes em território português há pelo menos 6 anos[74] (com importâncias relativas para cada ano analisado a variar entre os 22% em 2007, e 52% em 2009, cifrando 32% em 2012). Ao nível das atribuições de nacionalidade são os nascidos no estrangeiro, filhos de mãe ou pai português que se destacam, variando a sua importância relativa entre 21%, em 2008, e 38%, em 2012.

A aquisição da nacionalidade pela via do casamento ou a união de facto em 2012 não foi além dos 8,8% do total de processos findos de concessão de nacionalidade portuguesa. Importa reconhecer que no passado a aquisição da nacionalidade portuguesa pela via do casamento tinha bastante mais expressividade. Como analisaram Oliveira e Inácio (1999: 11), a partir dos dados da Conservatória dos Registos Centrais, num universo de um pouco mais de 12 mil aquisições de nacionalidade concedidas entre 1985 e 1996, 94% tinham sido atribuídas pela via do casamento e apenas 6% pela via da naturalização.

74. Sendo necessário satisfazer cumulativamente os seguintes requisitos: i) serem maiores ou emancipados face à lei portuguesa; ii) residirem legalmente no território há pelo menos 6 anos; iii) conhecerem suficientemente a língua portuguesa; e iv) não terem sido condenados, com trânsito em julgado da sentença, pela prática de crime punível com pena de prisão de máximo igual ou superior a 3 anos, segundo a lei portuguesa.

Quadro 8.1. Processos Findos de Concessão de Nacionalidade Portuguesa, por tipo de aquisição, entre 2007 e 2012 (%)

	2007*	2008	2009	2010	2011	2012
Atribuição de nacionalidade						
Nascidos no estrangeiro, filhos de mãe ou pai português	26,8	20,9	21,2	30,3	38,0	38,1
Nascidos em Portugal, filhos de estrangeiros, cujos pais residam aqui há 5 anos	20,5	15,9	5,4	4,4	5,9	6,8
Aquisição de nacionalidade por declaração de vontade						
Mediante declaração da vontade por filhos menores ou incapazes	5,9	5,7	7,5	10,2	8,7	6,8
Por casamento	5,0	7,6	6,5	9,1	9,0	8,7
Em caso de união de facto	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1
Adoção e declaração de vontade após perda de nacionalidade	3,6	3,2	2,6	2,6	1,9	1,5
Aquisição da nacionalidade por naturalização						
Menores, filhos de estrangeiros, nascidos no território português	15,5	8,4	3,4	3,8	2,5	3,9
Residentes no território português (há pelo menos 6 anos)	21,9	36,3	51,5	37,7	32,2	32,1
Indivíduos que tenham tido a nacionalidade portuguesa	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Descendentes de nacional português	0,7	1,8	1,6	1,5	1,5	1,4
Estrangeiros nascidos no território português	0,1	0,1	0,2	0,2	0,1	0,1
Casos especiais	0,0	0,0	0,1	0,2	0,1	0,4
Total	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**
Total (nº absolutos)	**12.679**	**40.744**	**40.243**	**39.079**	**47.281**	**43.205**

Fonte: Conservatória dos Registos Centrais

Nota: Os dados correspondem às alíneas c) e e) do artigo 1º, artigo 2.º, números 1 e 3 do artigo 3.º, artigos 4º, 5º e 6.º da Lei Orgânica nº 2/2006 de 17 de abril, quarta alteração à Lei nº 37/81 de 3 de outubro (Lei da Nacionalidade), em vigor desde 15-12-2006.

*Inclui dados desde 15-12-2006

Os dados analisados neste relatório estatístico são também reveladores do impacto do novo enquadramento legal no acesso à nacionalidade portuguesa por descendentes de imigrantes. Entre 2007 e 2012 foi concedida a nacionalidade a 29.824 descendentes de imigrantes, correspondendo a 18.697 cidadãos nascidos em Portugal, filhos de estrangeiros, cujos pais residiam legalmente no país há pelo menos 5 anos, e a 11.127 menores filhos de estrangeiros e nascidos no território português que foram naturalizados. Em termos relativos face ao total de concessões de nacionalidade, é nos dois primeiros anos da implementação da lei que os descendentes de imigrantes mais se destacam: em 2007 e 2008 as atribuições de nacionalidade portuguesa a cidadãos nascidos em Portugal, filhos de estrangeiros, cujos pais residiam legalmente no país há pelo menos 5 anos, representaram cerca de 20,5% e 15,9%, respetivamente, do total de concessões de nacionalidade portuguesa nesses anos, e as naturalizações de menores, filhos de estrangeiros e nascidos no território português, representaram 15,5% em 2007 e 8,4% em 2008 (vd. quadro 8.1.).

Os dados relativos às aquisições de nacionalidade de estrangeiros residentes em Portugal[75] em função da sua idade no momento da aquisição (dados publicados nas Estatísticas Demográficas do INE) mostram também que, embora seja em idade ativa que a maioria dos cidadãos estrangeiros adquire a nacionalidade portuguesa (entre 2008 e 2012, 60% das aquisições de nacionalidade portuguesa foram de cidadãos com idades compreendidas entre os 20 e os 49 anos), há uma importância relativa substantiva de cidadãos com menos de 19 anos a adquirir a nacionalidade (entre 2008 e 2012 representaram 22,3%, ou seja, cerca de 25.272 cidadãos) – vd. quadro 8.2.

Quadro 8.2. Aquisições de nacionalidade portuguesa de residentes em Portugal, segundo o grupo etário, entre 2008 e 2012

	2008	2009	2010	2011	2012	Total acumulado 2008-2012	% do total de aquisições
0-9	2.744	1.629	1.607	1.760	1.973	9.713	8,6
10-19	2.950	2.601	3.443	3.581	2.984	15.559	13,7
20-29	3.407	3.845	3.178	3.540	3.615	17.585	15,5
30-39	7.214	8.403	6.961	7.239	6.578	36.395	32,1
40-49	4.682	5.602	4.581	4.847	4.524	24.236	21,4
50-59	1.168	1.724	1.626	1.848	1.721	8.087	7,1
60+	243	378	354	423	424	1.822	1,6
Total	**22.408**	**24.182**	**21.750**	**23.238**	**21.819**	**113.397**	**100**

Fonte: Estatísticas Demográficas 2013, INE

Nota: Os dados correspondem aos artigos, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º da Lei Orgânica nº 2/2006 de 17 de abril, quarta alteração à Lei nº 37/81, de 3 de outubro. O quadro apenas contempla as aquisições de nacionalidade portuguesa de residentes em Portugal, não se consideram as aquisições de nacionalidade portuguesa de residentes no estrangeiro.

Os dados das Estatísticas Demográficas do INE disponibilizam ainda informação relativa à nacionalidade originária dos requerentes da nacionalidade portuguesa. O quadro 8.3. evidencia que, entre 2008 e 2012, as nacionalidades que mais se destacam - pelo peso que ocupam no total de aquisições da nacionalidade portuguesa - são a cabo-verdiana e a brasileira. Em 2012, os nacionais dos PALP representaram 35,3% do total de aquisições (em 2008 chegaram a representar em conjunto 54,6% do total), os nacionais do Brasil 21,1%, os da Ucrânia 15,2% e os da Moldávia 9,4%.

75. Os dados publicados na Estatísticas Demográficas do INE permitem distinguir as aquisições de nacionalidade portuguesa para residentes em Portugal e para estrangeiros que residem no estrangeiro. Procurando destacar os estrangeiros com laços a Portugal considera-se apenas o primeiro grupo e que na realidade domina nas aquisições de nacionalidade portuguesa nos últimos anos, como se mostrou antes. Importa atender que o universo considerado nesta fonte é diferente do universo do quadro 8.1 (dados da Conservatória dos Registos Centrais), uma vez que apenas se considera os processos de aquisição da nacionalidade (ficando de fora os que dizem respeito à atribuição da nacionalidade portuguesa). Muito embora, nem sempre se garanta a comparabilidade dos dados das diversas fontes, as Estatísticas Demográficas do INE permitem analisar a variável nacionalidade de origem do requerente a partir de 2008.

Quadro 8.3. Aquisições da nacionalidade portuguesa de residentes em Portugal, por principais nacionalidades, entre 2008 e 2012

Principais nacionalidades	2008	2009	2010	2011	2012	Total acumulado 2008-2012	% do total de aquisições
Cabo Verde	6.013	5.368	3.982	3.502	3.230	22.095	19,3
Brasil	4.080	3.993	4.007	5.352	4.596	22.028	19,2
Moldávia	2.230	2.896	2.675	2.324	2.043	12.168	10,6
Guiné-Bissau	2.754	2.442	1.847	1.815	1.753	10.611	9,3
Angola	2.075	2.113	1.953	1.870	1.857	9.868	8,6
Ucrânia	484	978	1.358	2.336	3.322	8.478	7,4
S. Tomé e Príncipe	1.391	1.289	1.097	1.156	869	5.802	5,1
Índia	417	1.055	919	860	628	3.879	3,4
Rússia	n.d.	535	580	590	506	2.211	1,9
Total	**22.408**	**24.182**	**21.750**	**23.238**	**22.951**	**114.529**	**100**

Fonte: Estatísticas Demográficas 2013, INE

n.d.- dados não disponíveis

Nota: Os dados correspondem aos artigos, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º da Lei Orgânica nº 2/2006 de 17 de abril, quarta alteração à Lei nº 37/81 de 3 de outubro (Lei da Nacionalidade). O quadro não considera as aquisições de nacionalidade portuguesa de residentes no estrangeiro.

Por fim, analisando a relação entre a nacionalidade de origem e o modo de aquisição da nacionalidade portuguesa (quadro 8.4.), verificam-se algumas tendências interessantes. Entre 2008 e 2012, nota-se que a maioria dos cidadãos ucranianos e russos (77,5% e 73,6%, respetivamente) adquiriu a nacionalidade por via da naturalização para residentes no território português há pelo menos 6 anos (nº1 do artigo 6º da nova Lei da Nacionalidade), correspondendo a um fluxo imigratório que chegou essencialmente a partir de finais do século passado e que por isso reúne condições para os canais de naturalização.

Por sua vez, os cidadãos dos PALP repartem de forma diferente as aquisições de nacionalidade portuguesa. Embora as percentagens mais significativas se situem na via da naturalização para estrangeiros residentes há pelo menos 6 anos em Portugal (65% dos cabo-verdianos, 66% dos guineenses e 68% dos angolanos e são-tomenses), estes cidadãos são aqueles que apresentam também os valores mais expressivos no que toca às aquisições de nacionalidade por menores, demonstrando o impacto do enquadramento legal em vigor nos descendentes de imigrantes e, em particular, nas vagas de imigração mais antigas em Portugal.

No caso do Brasil e Índia, para além da aquisição da nacionalidade por via da naturalização de residentes no território português há pelo menos 6 anos (59,8% e 54,9%, respetivamente), a via do casamento ou da união de facto também assume valores expressivos (24,4% e 21,1%, respetivamente).

Quadro 8.4. Percentagem de aquisições da nacionalidade portuguesa de residentes em Portugal, por tipo de aquisição e principais nacionalidades, valores acumulados para o período entre 2008 e 2012

	Cabo Verde	Brasil	Moldávia	Guiné--Bissau	Angola	Ucrânia	S. Tomé Príncipe	Índia	Rússia*
Aquisição da nacionalidade mediante declaração da vontade									
Mediante declaração da vontade por filhos menores ou incapazes	20,4	7,3	15,8	20,9	9,8	7,8	15,1	21,5	8,0
Em caso de casamento ou união de facto	7,5	24,4	10,5	8,3	6,8	5,2	5,4	21,1	13,1
Mediante declaração da vontade após perda da nacionalidade	0,0	0,3	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0
Por efeito de adoção plena	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	0,0	0,3	0,0	0,1
Aquisição da nacionalidade por naturalização									
Estrangeiros nascidos no território português	0,6	0,0	0,0	0,3	0,2	0,0	0,3	0,1	0,0
Estrangeiros que sejam descendentes de nacional português	0,4	2,3	0,0	0,4	0,6	0,0	0,4	0,4	0,1
Estrangeiros residentes no território português (há pelo menos 6 anos)	64,9	59,8	67,5	65,6	68,1	77,5	68,4	54,9	73,6
Menores, filhos de estrangeiros, nascidos no território português	5,9	5,7	6,2	4,5	14,1	9,5	9,5	1,9	5,1
Indivíduos que tenham tido a nacionalidade portuguesa	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Casos especiais	0,2	0,1	0,0	0,1	0,4	0,0	0,4	0,0	0,0
Total	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**
Total (nº absolutos)	**22.095**	**22.028**	**12.168**	**10.611**	**9.868**	**8.478**	**5.802**	**3.879**	**2.211**

Fonte: INE-Estatísticas Demográficas 2013

*Os dados relativos aos cidadãos russos não incluem as aquisições de nacionalidade processadas em 2008.

Nota: Os dados correspondem aos artigos, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º da Lei Orgânica nº 2/2006 de 17 de abril, quarta alteração à Lei nº 37/81 de 3 de outubro (Lei da Nacionalidade). O quadro apenas contempla as aquisições de nacionalidade portuguesa de residentes em Portugal, não se consideram as aquisições de nacionalidade portuguesa de residentes no estrangeiro. O quadro refere-se aos valores acumulados do período 2008-2012.

8.2. Recenseamento eleitoral de estrangeiros

A Constituição da República Portuguesa reconhece no primeiro parágrafo do artigo 15 que os estrangeiros e apátridas que residem em Portugal têm os mesmos direitos e deveres dos cidadãos portugueses. Contudo, no ponto 2 do mesmo artigo, a Constituição realça que os direitos políticos são a exceção ao disposto anterior, limitando os direitos políticos no caso dos estrangeiros a três situações: (1) aos cidadãos dos Estados de língua portuguesa com residência permanente em Portugal e em *condições de reciprocidade*[76] (terceiro ponto do artigo 15) são conferidos direitos políticos não concedidos a estrangeiros (salvo acesso aos cargos de Presidente da República, Presidente da Assembleia da República, Primeiro-Ministro, Presidentes dos tribunais supremos e serviço nas Forças Armadas e na carreira diplomática); (2) aos estrangeiros residentes no território nacional, em condições de reciprocidade, a capacidade eleitoral ativa e passiva para as autarquias locais (quarto ponto do artigo 15); e (3) aos cidadãos dos Estados-membros da União Europeia residentes em Portugal, em condições de reciprocidade, têm ainda o direito de elegerem e serem eleitos deputados do Parlamento Europeu (quinto ponto do artigo 15).

Para o primeiro grupo (cidadãos de países de língua portuguesa), os países com quem Portugal tem acordos de reciprocidade de direitos políticos são apenas Brasil e Cabo Verde. Estes eleitores brasileiros e cabo-verdianos para se inscreverem têm de possuir residência legal em Portugal há mais de dois anos. No caso dos cidadãos brasileiros, o "Tratado da Amizade, Cooperação e Consulta" assinado pelo Brasil e Portugal[77] concede aos brasileiros que residam há dois anos em Portugal a possibilidade de acederem a um conjunto bastante alargado de direitos políticos, incluindo o voto em todas as eleições. Os cidadãos brasileiros que solicitem o "estatuto de igualdade de direitos políticos" podem também ser eleitos em praticamente todas as eleições, salvo para o cargo de Presidente da República. Os cidadãos cabo-verdianos são apenas elegíveis para votar (depois de 2 anos de residência legal) e ser eleitos (depois de 3 anos) nas eleições locais.

No segundo grupo (outros nacionais de países terceiros), atualmente os países que oferecem reciprocidade no que respeita à capacidade eleitoral ativa são a Argentina, Chile, Islândia, Noruega, Perú, Uruguai e Venezuela. Para exercerem o seu direito de voto os nacionais destes países devem ter residência legal em Portugal há mais de 3 anos e apenas podem votar nas eleições autárquicas (embora não possam ser eleitos).

No terceiro grupo (nacionais de países da União Europeia), não é exigido a estes nacionais um período mínimo de residência em Portugal, sendo permitida a sua inscrição no Recenseamento Eleitoral desde que provem a sua residência habitual em Portugal, através do respetivo título de residência. Atualmente, aos cidadãos da União Europeia é conferido o direito de voto nas eleições autárquicas e para o Parlamento Europeu (sendo também elegíveis enquanto candidatos nestas eleições).

Em consequência, este enquadramento ao permitir que os estrangeiros apenas votem nas eleições locais e segundo o princípio da reciprocidade tem demonstrado ser menos efetivo na integração de todos os estrangeiros residentes (Carvalhais, 2006; Oliveira *et al.*, 2014). Na década passada, ainda que tenha aumentado a percentagem de estrangeiros elegíveis para votar por total de residentes – passou de 53,3% em 2001 para 62,9% em 2011 – ainda há cerca de 37% de estrangeiros residentes que não têm capacidades eleitorais ativas em Portugal (vd. quadro 8.5.). Por outro lado, ao longo da última década a percentagem de cidadãos estrangeiros recenseados em Portugal para votar por total de estrangeiros residentes elegíveis para votar em eleições locais diminuiu 8 pontos percentuais – em 2001 eram 21,7% (20.602 num universo de 95.036 recenseáveis) e em 2011 apenas 13,5% (26.957 num universo de 199.064 recenseáveis) -, refletindo uma taxa de variação

76. O que possibilita que os portugueses residentes nos seus territórios tenham acesso a iguais direitos.
77. Resolução da Assembleia da República nº83/2000, de 28 de Setembro.
Disponível em http://www.dgpj.mj.pt/DGPJ/sections/leis-da-justica/livro-vii-leis-da/pdf2827/rar-83-2000/downloadFile/file/RAR_83_2000.pdf?nocache=1182329123.29.

de -37,5% entre censos, o que tanto pode refletir o crescente desinteresse das populações estrangeiras no país para os direitos políticos ou a sua perceção de falta de direitos políticos em Portugal.

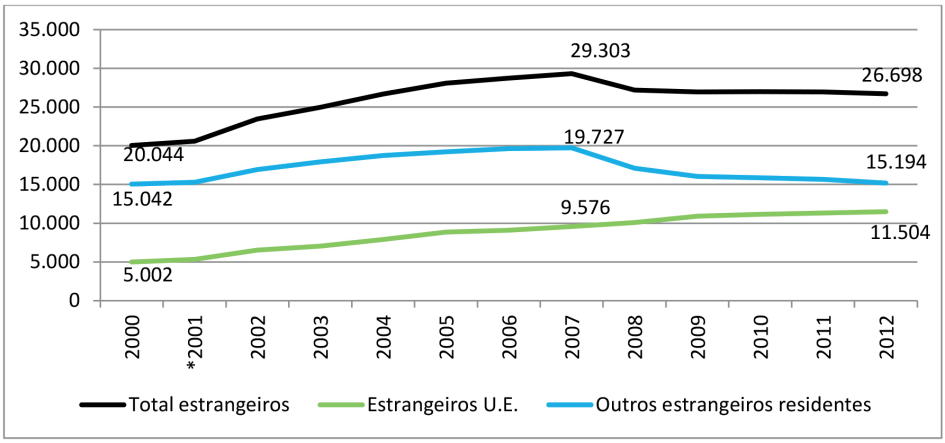
Quadro 8.5. Relação entre estrangeiros recenseados para votar, estrangeiros residentes com mais de 20 anos e estrangeiros com mais de 20 anos de nacionalidades elegíveis para votar, em 2001 e 2001

Ano	Estrangeiros recenseados para votar*(A)	Estrangeiros residentes com mais de 20 anos** (B)	Estrangeiros residentes com mais de 20 anos de nacionalidades elegíveis para votar em eleições locais**(C)	A / C (%)	C / B (%)
2001	20.602	178.426	95.036	21,7	53,3
2011	26.957	316.406	199.064	13,5	62,9
Taxa de variação entre 2001 e 2011	30,8	77,3	109,5	-37,5	141,5

Fonte: *DGAI/MAI -Administração Eleitoral e ** Censos – INE de 2001 e 2011 (cálculos das autoras)

A análise da evolução dos estrangeiros inscritos no Recenseamento Eleitoral (gráfico 8.3) mostra que na última década o número de estrangeiros recenseados aumentou de 20.044 em 2000, para 26.698 em 2012 – sendo que o pico de estrangeiros recenseados foi atingido no ano de 2007. A partir do ano de 2007 verificou-se uma redução do número de estrangeiros recenseados, particularmente dos estrangeiros de países terceiros à União Europeia (com taxa de variação entre 2000 e 2012 de 1%). Já para o caso dos nacionais da União Europeia, registou-se um aumento contínuo ao longo da última década, aumento esse que nunca sofreu quebras, traduzindo uma taxa de crescimento de 130% no mesmo período (valor bastante superior ao crescimento verificado no total de estrangeiros entre 2000 e 2012, de 33%).

Gráfico 8.3. Evolução do número de inscrições de estrangeiros no Recenseamento Eleitoral, entre 2000 e 2012[78]



Fonte: DGAI - Direção Geral de Administração Interna-Administração Eleitoral

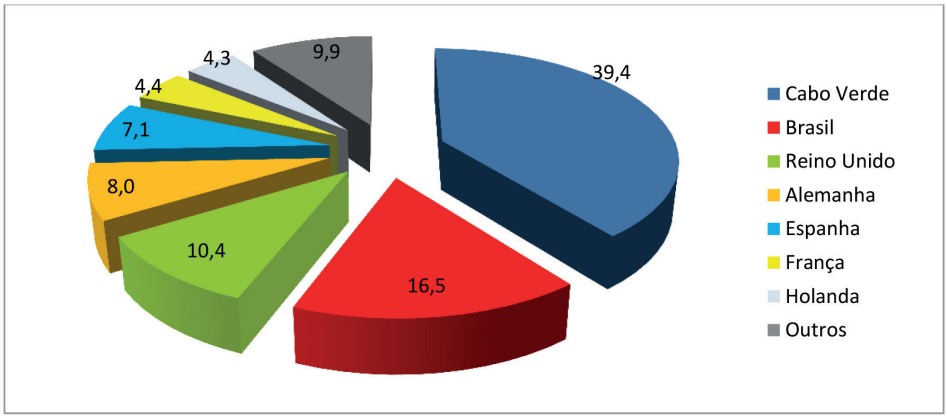
Notas: * Referência 31 de Julho de 2001

78. Estrangeiros U.E: Cidadãos nacionais de países da União Europeia com residência legal em Portugal. Outros estrangeiros residentes: Cidadãos nacionais de países de língua oficial portuguesa (Cabo Verde e Brasil) com residência legal em Portugal há mais de 2 anos e Cidadãos nacionais de outros países estrangeiros – Noruega, Islândia, Uruguai, Venezuela, Chile e Argentina (Declaração n.º 9/2005, de 8 de Julho, do Ministério da Administração Interna e do Ministério dos Negócios Estrangeiros), com residência legal em Portugal há mais de 3 anos (o Peru também está incluído neste grupo de países - Declaração 10/2001, de 13 de Setembro). Até 2009, ao abrigo da Declaração n.º 2-A/97, publicada no DR n.º 85 de 11-04-1997 e da Declaração n.º 10/2001, publicada no DR n.º 213 de 13-09-2001, incluíam-se também cidadãos nacionais de Israel (cujas inscrições foram canceladas na BDRE por perda de capacidade, nos termos Declaração n.º 252/2009, de 23 de Junho).

A redução dos estrangeiros residentes em Portugal desde 2010 (segundo dados do SEF analisados anteriormente) pode explicar em parte esta evolução decrescente do número de recenseados estrangeiros. Complementarmente deve atender-se ao aumento expressivo de "novos cidadãos" portugueses, com plenos direitos políticos, que desaparecem destes dados do recenseamento eleitoral de cidadãos estrangeiros.

Relativamente às nacionalidades com maior número de cidadãos recenseados, nota-se a sobre representação dos cabo-verdianos, com cerca de 40% do total de recenseados estrangeiros, seguida da nacionalidade brasileira (17%), britânica (10%) e alemã (8%) – gráfico 8.4.

Gráfico 8.4. Inscrições no Recenseamento Eleitoral, por principais nacionalidades, a 31 de Dezembro de 2012



Fonte: DGAI - Direção Geral de Administração Interna - Administração Eleitoral (cálculos das autoras)

Muito embora os dados do recenseamento eleitoral não traduzam o número de cidadãos estrangeiros que efetivamente exerce o seu direito de voto, é relevante estimar a proporção de recenseados estrangeiros face ao total de residentes estrangeiros que têm direito de voto em Portugal (vd. quadro 8.6.). Deve reconhecer-se, porém, que a taxa de recenseados, por total de residentes, calculada (quadro 8.6.) pode encontrar-se subestimada atendendo a duas razões. Por um lado, o número de potenciais votantes estrangeiros tende a ser inferior ao número de estrangeiros residentes apurados pelos Censos 2011, uma vez que os Censos consideram um estrangeiro como residente ao fim de um ano de permanência no país, quando o recenseamento eleitoral de um indivíduo de nacionalidade estrangeira pode exigir um período mínimo de permanência legal no país superior a 1 ano. Por outro lado, é possível que as taxas de recenseados dos cidadãos de países terceiros se encontrem subestimadas por relação às taxas dos cidadãos da União Europeia, uma vez que aos nacionais de países terceiros é exigido um período mínimo de residência legal em Portugal (2 ou 3 anos consoante os países) para que possam recensear-se, o que não se verifica junto dos cidadãos da União Europeia (os quais podem votar e ser candidatos nas eleições para o Parlamento Europeu logo após a sua chegada ao território nacional, não sendo exigido um período mínimo de residência legal). Ainda assim, para efeitos analíticos, é interessante proceder a este cálculo.

Quadro 8.6. Proporção de estrangeiros recenseados no total de residentes, 2011

Nacionalidades	Número de recenseados em Dez.2011	População residente com mais de 20 anos - Censos 2011	Taxa de recenseados no total de residentes com mais de 20 anos (%)
Holanda	1.136	3.228	35,2
Bélgica	499	1.657	30,1
Alemanha	2.109	7.690	27,4
Dinamarca	89	340	26,2
Áustria	93	367	25,3
Finlândia	65	282	23,0
Espanha	1.905	8.586	22,2
Suécia	116	525	22,1
Reino Unido	2.756	13.717	20,1
Itália	585	2.945	19,9
Luxemburgo	33	256	12,9
França	1.186	11.594	10,2
Irlanda	102	1.143	8,9
Grécia	11	164	6,7
Bulgária	151	4.192	3,6
Roménia	400	18.952	2,1
Outros U.E.	65	2.068	3,1
Total UE	**11.301**	**77.706**	**14,5**
Cabo Verde	11.067	30.422	36,4
Argentina	60	391	15,3
Noruega	42	297	14,1
Peru	15	207	7,2
Venezuela	141	2.754	5,1
Brasil	4308	87.202	4,9
Outros (Chile, Uruguai e Islândia)	23	292	7,9
Total Países Terceiros com direito de voto	**15.656**	**121.565**	**12,9**
Total de estrangeiros	**26.957**	**316.406**	**8,5**

Fonte: DGAI - Direção Geral de Administração Interna -Administração Eleitoral e INE-Censos 2011 (cálculos das autoras)

Atendendo aos cuidados analíticos considerados, conforme nos mostra o quadro 8.6., em 2011, apesar de residirem 77.706 cidadãos da União Europeia em Portugal, apenas 11.301 se encontravam recenseados (14,5%). Os países comunitários com as percentagens mais elevadas de recenseados por total de residentes foram a Holanda (35,2%), Bélgica (30,1%), Alemanha (27,4%) e Dinamarca (26,2%).

No que diz respeito aos países terceiros à União Europeia com direito ao voto, os dados comparados para o ano de 2011 mostram que apesar de residirem em Portugal 121.565 cidadãos desses países elegíveis, apenas 15.656 estão efetivamente recenseados (12,9%). Os casos mais interessantes neste conjunto de países são os nacionais do Brasil e de Cabo Verde, não apenas porque representam as duas populações estrangeiras mais numerosas do país à data dos Censos 2011 (com 109.787 e

38.895 residentes, respetivamente), mas também porque revelam comportamentos muito distintos em termos da intenção de participação nos vários atos eleitorais. Tal como referido anteriormente, os cidadãos do Brasil constituem a nacionalidade estrangeira que em Portugal tem mais direitos políticos, beneficiando de um enquadramento legal que lhes concede o direito de voto em eleições não acessíveis a outros estrangeiros. Apesar disso, apenas uma pequena proporção de brasileiros residentes com mais de 20 anos (4,9%) estão recenseados. Não se deve, contudo, excluir a hipótese desta realidade estar associada ao facto dos nacionais do Brasil terem de abdicar do direito de voto no Brasil para poderem votar em Portugal. Em contraste, os cabo-verdianos apresentam uma taxa de recenseamento de 36,4%, correspondendo em 2011 à nacionalidade estrangeira com a percentagem mais elevada de recenseados por total de residentes.

8.3. Associativismo Imigrante

Uma dimensão importante de integração dos imigrantes na sociedade de acolhimento, na vertente da cidadania ativa, é participação cívica dos imigrantes. Nos muito variados contextos de acolhimento de imigrantes e ao longo do tempo, as associações de imigrantes têm desempenhado sempre um papel fundamental nos processos de integração, de socialização, de solidariedades e de reforço de laços culturais comuns, apoiando os imigrantes nas adversidades decorrentes das experiências migratórias e mobilizando-os socialmente e politicamente (Horta, 2010: 11). Como também concluía Albuquerque (2013: 302) a participação associativa dos imigrantes constitui um processo de socialização fundamental para a cidadania, onde os seus participantes adquirem competências sociais e cívicas fundamentais.

Contudo, conforme reconheciam Huddleston *et al.* (2013: 29) ao analisar os indicadores de integração de imigrantes usados na União Europeia, está é uma área que carece de dados sistematizados no contexto europeu, sendo potencialmente complexo o seu estudo.

Para o contexto português, não querendo descurar o tema numa perspetiva analítica de indicadores de integração de imigrantes, recorremos uma vez mais a dados administrativos – neste caso do Gabinete de Apoio Técnico às Associações de Imigrantes (GATAI) do Alto Comissariado para as Migrações - que nos permitem dar uma caracterização (mesmo que inacabada) do fenómeno da participação cívica dos imigrantes através das suas formas de associativismo reconhecidas e conhecidas em Portugal. Porém, importa reconhecer desde já que, com a análise promovida neste relatório, não se pretendem aferir os impactos do associativismo imigrante, as agendas e atividades das associações de imigrantes e os sentimentos de pertença ou sociabilidades criados a partir destas associações nas comunidades imigrantes ao longo dos anos em Portugal, uma vez que só um estudo mais qualitativo e aprofundado o permitiria. Esta caracterização estatística sumária pretende sim dar conta de como o quadro institucional português, associado ao modelo de integração específico de Portugal promovido essencialmente nas duas últimas décadas, enquanto moldura institucional, e a iniciativa das populações imigrantes para a sua organização cívica e política, dimensão de ação coletiva dos imigrantes, têm explicado a evolução do tecido associativo imigrante e a criação de estruturas de oportunidades para a sua proliferação em Portugal.

Ao longo das últimas décadas o crescimento dos fluxos imigratórios para Portugal tem sido acompanhado pelo desenvolvimento do movimento associativo imigrante. Sendo esta uma realidade de rápida transformação e por isso de difícil atualidade no apuramento, como bem alertava Horta (2010: 15), recorremos aos dados administrativos do reconhecimento de associações de imigrantes e de seus descendentes em Portugal que nos permitem caracterizar a evolução do universo das associações que operam em Portugal com o reconhecimento e, em alguns casos, apoio do Estado português.

Antes de mais importa clarificar o conceito de associação de imigrantes no contexto português. A Lei n.º 115/99, de 3 de Agosto, regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 75/2000, de 9 de Maio, define o regime de constituição e os direitos e deveres das associações representativas dos imigrantes e seus descendentes em Portugal. Neste enquadramento clarifica-se que as associações de imigrantes são associações dotadas de personalidade jurídica, sem fins lucrativos, de diferentes âmbitos (nacional, regional ou local) e que inscrevem nos seus estatutos e objetivos proteger os direitos e interesses específicos dos imigrantes e dos seus descendentes residentes em Portugal, de modo a, nomeadamente, permitir a sua plena integração no país, melhorar as suas condições de vida, capacitar as comunidades imigrantes e prevenir a discriminação racial. O enquadramento legal realça também que as associações de imigrantes são independentes do Estado português e dos partidos políticos, tendo o direito de livremente elaborar, aprovar e modificar os seus estatutos, eleger os seus corpos sociais e dirigentes, aprovar e implementar os seus planos de atividades e administrar o seu património. Esta autonomia das associações nunca pode ser condicionada por qualquer forma de reconhecimento ou apoio do Estado.

A parceria entre o Estado Português e as associações de imigrantes tem sido reconhecida como importante para a implementação das políticas e medidas de integração de imigrantes em Portugal. O diálogo com as associações de imigrantes é, pois, visto como central no cumprimento da missão do Alto Comissariado para as Migrações (atual ACM, antes ACIDI e ACIME) –, instituto público em Portugal com a missão de promover a integração de imigrantes, estando mesmo especificada esta articulação necessária nas suas atribuições. No ACM, é ao Gabinete de Apoio Técnico às Associações de Imigrantes (GATAI) que compete o diálogo, em diferentes vertentes, com as associações de imigrantes, tendo sido com base nos registos de dados administrativos recolhidos por esse gabinete que se caracteriza o universo de associações de imigrantes reconhecidas em Portugal, pese embora o universo aqui elencado não esgote o universo de associações imigrantes ativas no país.

O reconhecimento de representatividade das associações de imigrantes é atribuído por este instituto público ao abrigo do artigo 5º da Lei n.º 115/99, de 3 de agosto, precedido de parecer do Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração (COCAI – atual Conselho Consultivo para as Migrações). As associações que apresentem requerimento de reconhecimento devem demonstrar preencher os seguintes requisitos: i) ter estatutos publicados, ii) ter corpos sociais regularmente eleitos, iii) possuir inscrição no Registo Nacional de Pessoas Coletivas, iv) e desenvolver atividades de promoção dos direitos e interesses dos imigrantes, sendo igualmente essencial esse objetivo estar inscrito na sua denominação social. As associações de imigrantes devem ainda ter pelo menos dois anos de existência formal, devendo ter um plano e relatório anual de atividades.

Atendendo aos reconhecimentos atribuídos ao longo dos anos, no final de 2012 contabilizavam-se 131 associações de imigrantes cuja representatividade foi reconhecida pelo ACIDI (atual ACM), número que representa a soma acumulada de associações reconhecidas desde o início da década passada e traduz um aumento de +138% (quadro 8.7). Cerca de 59% das associações reconhecidas correspondem a associações locais com um número mínimo de 100 associados, 25% são associações regionais de um número mínimo de 500 associados e apenas 16% correspondem a associações nacionais com 1000 ou mais associados.

Quadro 8.7. Associações de Imigrantes e seus Descendentes reconhecidas pelo ACIME/ACIDI (atual ACM), entre 1999 e 2012

Ano	Local	Regional	Nacional	Número de Associações Reconhecidas	Total Associações reconhecidas (soma acumulada)
Nov.1999 a 2002	26	19	10	55	55
2003	5	3	2	10	65
2004	10	3	4	17	82
2005	5	4	3	12	94
2006	6	2	0	8	102
2007	9	0	0	9	111
2008	8	0	2	10	121
2009	2	1	0	3	124
2010	1	0	0	1	125
2011	3	1	0	4	129
2012	2	0	0	2	131
Total	77	33	21	131	-

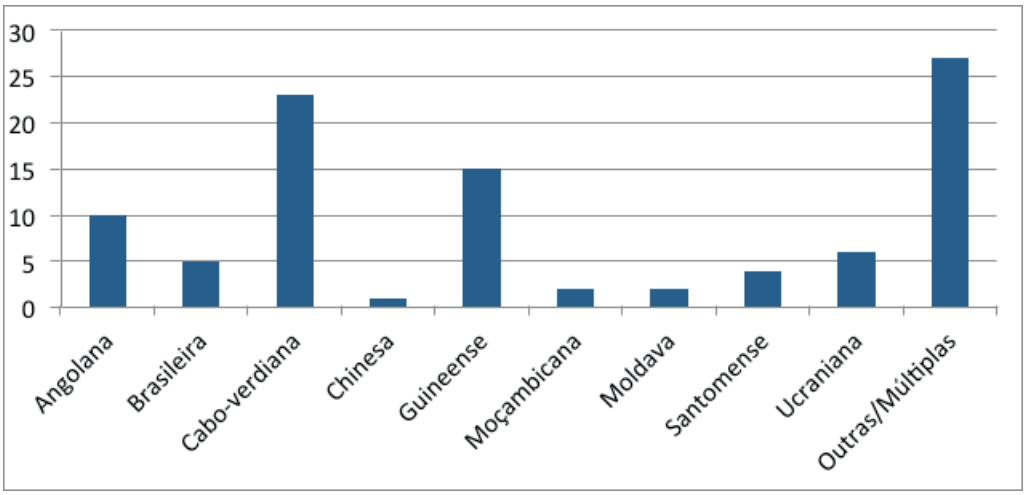
Fonte: GATAI - ACIME/ACIDI (atual ACM)

As associações reconhecidas distribuem-se um pouco por todo o país, desenvolvendo o seu trabalho em áreas muito diversificadas que podem incluir iniciativas de sensibilização e informação da comunidade, apoio escolar a crianças e jovens, apoio à integração (e.g. apoio jurídico, aulas de português), ações de combate à discriminação e projetos de desenvolvimento articulados com os países de origem. Neste âmbito, como conclui Sardinha (2010: 60-61), o associativismo imigrante tende a refletir uma forte conexão com funções sociais, culturais, políticas e de serviços, que permitem ligar as definições identitárias dos países de origem dos imigrantes com as suas necessidades de integração e de direitos de cidadania sentidas no país de acolhimento.

Relativamente às comunidades representadas (gráfico 8.5.), destaca-se o número de associações que representam múltiplas comunidades (27 associações reconhecidas). As comunidades cabo-verdiana e guineense ocupam o segundo e terceiro lugar (com 23 e 15 respetivamente), evidenciando-se igualmente a comunidade angolana, com 10 associações reconhecidas. A sobre representação de associações reconhecidas de imigrantes dos PALP pode associar-se à sua antiguidade no território nacional, uma vez que se associam a vagas de imigração mais antigas. Deve reconhecer-se também, porém, como analisa aprofundadamente Albuquerque (2013: 301) para o caso da participação associativa de descendentes de imigrantes africanos lusófonos em Portugal, outros fatores catalisadores da participação mais ativa de alguns indivíduos ou de determinadas origens de imigrantes, nomeadamente os fatores individuais (e.g. autoconfiança, capacidade de iniciativa, valorização do ativismo cívico) e os fatores estruturais (e.g. apoios institucionais e oportunidades de inserção profissional em associações) que conduzem à sustentabilidade de percursos de participação cívica de alguns grupos.

Nos últimos anos outras comunidades têm solicitado também o reconhecimento do seu ativismo cívico, nomeadamente de comunidades pertencentes a vagas de imigração mais recentes em Portugal (e.g. brasileira, ucraniana e moldava).

Gráfico 8.5. Número de associações reconhecidas, por comunidade representada, 2012



Fonte: GATAI - ACIME/ACIDI (atual ACM)

CAPÍTULO 9. HABITAÇÃO

A situação de desvantagem das populações imigrantes no mercado da habitação é comum aos diversos países da União Europeia, sendo evidente a sobre representação dos imigrantes "em alojamentos precários, sobrelotados, sem infraestruturas básicas e localizados em bairros degradados e estigmatizados". Para estas populações o "acesso à propriedade da habitação é também muito mais difícil do que para a população nativa" (Fonseca *et al.*, 2013: 124).

Dados mais recentes do EUROSTAT[79], confirmam essas tendências: em 2012, no conjunto dos países da União Europeia, 19% da população nativa e 22% da população nascida no estrangeiro (com idades entre os 18 e os 54 anos) vivia em alojamentos sobrelotados, ou seja, os nascidos no estrangeiro apresentavam mais 3 pontos percentuais que os nacionais. No caso dos naturais de países terceiros o valor tende ainda a ser mais elevado neste indicador (25%), apresentando mais 6 pontos percentuais que a população nativa em situação de habitação com sobrelotação. Para o caso português, a mesma fonte mostra distâncias maiores entre a população nativa e a população nascida no estrangeiro (8 pontos percentuais), pese embora globalmente os valores sejam mais baixos que o verificado para a média dos países da União Europeia: a percentagem da população nativa que vivia em alojamentos sobrelotados era de 11% e a percentagem para a população nascida no estrangeiro era de 19%. Por sua vez a percentagem de naturais de países terceiros que residia em alojamentos sobrelotados era de 23% (mais 12 pontos percentuais que os nativos).

A situação da habitação da população num país tem inerente inúmeros fatores estruturais, nomeadamente associados ao próprio ordenamento do território, regulamentação do mercado da habitação, políticas de apoio social e realojamento, situação social e económica do país. Malheiros e Fonseca (2011) alertam que a partir de 2008 o crescimento do desemprego e o contexto de crise no mercado imobiliário vieram alterar as condições de acesso à habitação para a generalidade dos cidadãos residentes em Portugal. A intensificação das dificuldades das famílias em cumprir com as obrigações relativas aos empréstimos à habitação, a par com a retração do mercado imobiliário e o quase desaparecimento da oferta pública de habitação, bem como os discursos em torno da valorização do arrendamento e da reabilitação em detrimento da construção nova, configuram algumas das tendências recentes no plano da habitação em Portugal.

Considerando o impacto que estas tendências gerais podem assumir nas populações imigrantes, este capítulo tem por objetivo proceder a uma caracterização geral da situação habitacional das populações de nacionalidade estrangeira residentes em Portugal na última década. Importa desde já reconhecer, porém, que o estudo da situação habitacional dos imigrantes e a caracterização em geral da habitação em Portugal têm associados alguns desafios, nomeadamente consequentes de lacunas e défices de informação estatística disponível, que somente os dados dos Recenseamentos Gerais da População e da Habitação ajudam a colmatar, pese embora permitam retratar a realidade apenas em cada dez anos.

79. EUROSTAT - European Union Statistics on Income and Living Conditions.

Procurando refletir os diferentes indicadores disponibilizados pelo INE através dos Censos para caracterizar a situação habitacional dos estrangeiros em Portugal, o capítulo subdivide-se em três temáticas: no primeiro subcapítulo considera-se o regime de ocupação do alojamento, distinguindo a situação dos portugueses e estrangeiros em função dos escalões de renda pagos pela habitação e a relação que têm com a habitação (proprietários, arrendatários ou outra situação). No segundo subcapítulo analisa-se as condições de alojamento realçando, nomeadamente, as tendências de associação de portugueses e estrangeiros a alojamentos não clássicos (e.g. barracas, alojamentos móveis e improvisados) e alojamentos clássicos com sobrelotação. Finalmente, no terceiro subcapítulo, procura-se perceber se há diversidade de regimes de ocupação e de condições de alojamento em função da região do país onde as populações nacionais e estrangeiras residem. Por forma a manter o denominador comum adotado neste relatório estatístico, a análise detalha ainda nestes três subcapítulos a situação das dez nacionalidades estrangeiras que, segundo os Censos 2011, assumiam maior expressão no território nacional.

9.1. Regime de ocupação do alojamento

No que diz respeito ao regime de ocupação dos alojamentos, os Censos 2011 apontam para diferenças significativas entre cidadãos estrangeiros e cidadãos portugueses. Considerando a totalidade dos estrangeiros residentes em Portugal em 2011, é possível concluir que mais de metade (53,9%) eram arrendatários ou subarrendatários do alojamento onde residiam, e a percentagem de proprietários atingia apenas os 36,6%. Este valor distancia-se bastante da percentagem de portugueses com habitação própria (75,1%), confirmando que o acesso à propriedade da habitação é menos frequente para as populações de nacionalidade estrangeira (vd. quadro 9.1.). Deve reconhecer-se, porém, que a sobre representação dos portugueses na aquisição de habitação própria associa-se também a incentivos de políticas de habitação desenvolvidas nos últimos 25 anos, nomeadamente refletidas na "concessão de crédito relativamente barato, praticadas pelos bancos e instituições financeiras, com o apoio dos poderes públicos" (Malheiros e Fonseca, 2011: 87).

Quadro 9.1. População residente em alojamentos clássicos por nacionalidade e condição de ocupação do alojamento, 2011

Nacionalidade	Total	Proprietários		Arrendatários		Outra situação**	
		N	%	N	%	N	%
Total geral*	10.562.178	7.783.117	73,7	1.955.083	18,5	674.900	6,4
Estrangeiros	394.496	144.367	36,6	212.614	53,9	28.772	7,3
Portugueses	10.167.129	7.638.483	75,1	1.742.217	17,1	646.096	6,4
UE27 (exceto PT)	94.498	49.981	52,9	34.530	36,5	7.911	8,4
PALP	96.383	33.957	35,2	52.913	54,9	4.836	5,0
Europa de Leste	50.464	14.265	28,3	30.699	60,8	5.548	11,0
Brasil	109.787	27.269	24,8	73.867	67,3	7.612	6,9
Cabo Verde	38.895	12.633	32,5	22.318	57,4	2.277	5,9
Ucrânia	33.790	9.297	27,5	20.642	61,1	3.400	10,1
Angola	26.954	11.534	42,8	12.943	48,0	1.537	5,7
Roménia	24.356	3.681	15,1	17.054	70,0	3.041	12,5
Guiné-Bissau	16.360	5.060	30,9	9.801	59,9	761	4,7
Reino Unido	15.774	12.824	81,3	2.012	12,8	701	4,4
França	14.360	10.045	70,0	2.776	19,3	1.364	9,5
China	11.458	4.476	39,1	6.379	55,7	526	4,6
Espanha	10.486	6.386	60,9	2.993	28,5	636	6,1

Fonte: Censos 2011 (cálculos das autoras).

Notas: * O total geral não corresponde à soma das parcelas "estrangeiros" e "portugueses", uma vez que aqui também se encontram incluídos os valores relativos aos "apátridas". ** Corresponde, segundo o INE, às situações de "cedência gratuita, porteiros, etc.".

Os dados dos Censos de 2011 permitem, contudo, identificar diferenças significativas entre os vários grupos de nacionalidades, tendência já verificada para os Censos de 2001. De um modo geral, os cidadãos da europa comunitária apresentam valores em relação à propriedade da habitação (52,9%) que contrastam bastante com os cidadãos dos PALP (35,2%) e da Europa de Leste (28,7%). Apesar disso, os nacionais dos PALP revelam, neste aspeto, alguma vantagem por relação aos europeus de leste (quadro 9.1.).

Uma análise detalhada segundo as principais nacionalidades mostra que os estrangeiros das vagas de imigração mais recentes (ucranianos, romenos e brasileiros) optam maioritariamente pelo arrendamento, mostrando valores de aquisição de habitação própria mais baixos que a média geral dos estrangeiros. Por sua vez, os estrangeiros das vagas mais antigas (angolanos, cabo-verdianos e guineenses) evidenciam percentagens superiores de indivíduos a residir em habitação própria (vd. quadro 9.1.). Em contraste, identificam-se alguns grupos de estrangeiros com importâncias relativas de proprietários mais elevadas (espanhóis, franceses), tendo os ingleses uma percentagem de proprietários (81,3%) mais elevada que os próprios portugueses (têm mais 6 pontos percentuais).

As diferentes tendências identificadas em função da nacionalidade das populações estrangeiras estão associadas não apenas à antiguidade do fluxo imigratório (PALP é uma imigração mais antiga que o fluxo da Europa de leste) e ao projeto de vida em Portugal que têm os diferentes imigrantes (e.g. projeto migratório provisório ou mais permanente; motivações económicas em idade ativa, reagrupamento familiar ou migração em contexto de reforma), mas podem refletir também a capacidade aquisitiva, os rendimentos e a condição económica das diferentes populações imigrantes em Portugal.

Como se mostrou antes neste relatório (no subcapítulo 4.3.), os cidadãos da União Europeia em Portugal apresentam remunerações mais elevadas que os restantes grupos estrangeiros e os nacionais, mesmo quando ocupando iguais grupos profissionais. Estas remunerações mais altas e rendimentos superiores, que traduzem um maior poder de compra ou poder negocial no acesso a crédito bancário, devem explicar a superior predisposição desses estrangeiros, por comparação aos nacionais de países terceiros, para a aquisição de habitação própria. Em contraste, a presença mais recente de brasileiros e europeus de leste em Portugal reflete o "carácter transitório da sua situação e/ou uma menor possibilidade/capacidade, ou desejo, de investimento numa solução mais permanente de habitação" (Fonseca *et al.*, 2013: 146).

Conforme é possível verificar no quadro 9.2., os escalões de renda pagos por alojamentos clássicos arrendados e subarrendados confirmam também diferentes rendimentos e poder de compra das diversas nacionalidades. A maioria dos estrangeiros (50,9%) paga entre 200 e 399,99 Euros de renda mensal, embora uma percentagem importante destes nacionais (34,8%) apresente rendas iguais ou superiores a 400 Euros. Uma vez mais destacam-se os cidadãos da União Europeia com maior percentagem de arrendatários a pagarem mais do que 400 Euros (nos ingleses correspondiam a 65,1%, nos franceses a 44,5% e nos espanhóis a 44,4%).

Importa referir, porém, que a percentagem de estrangeiros com rendas acima dos 400 Euros subiu consideravelmente por relação ao que se verificava nos Censos de 2001 (19%), significando mais 16 pontos percentuais. Este dado torna-se ainda mais relevante quando se verifica que a percentagem de cidadãos portugueses no escalão de renda mais elevado é inferior à percentagem apresentada pelos cidadãos estrangeiros - equivale a 14,8% do total de arrendatários portugueses, ou seja, menos 20 pontos percentuais que o verificado para o total de estrangeiros. Em contraposição, no escalão de renda mais baixo (menos de 99 Euros) os portugueses têm 32,7% dos seus arrendatários, quando nesse escalão os estrangeiros não vão além dos 6%.

Quadro 9.2. População residente em alojamentos clássicos arrendados ou subarrendados, segundo a nacionalidade e os escalões de renda, 2011

Nacionalidade	Total	≤ 99,99€		100€ a 199,99€		200€ a 399,99€		≥ 400€	
		N	%	N	%	N	%	N	%
Total geral*	1.955.083	582.764	29,8	305.389	15,6	735.467	37,6	331.463	17,0
Estrangeiros	212.614	12.679	6,0	17.696	8,3	108.239	50,9	74.000	34,8
Portugueses	1.742.217	570.068	32,7	287.672	16,5	627.092	36,0	257.385	14,8
UE27 (exceto PT)	34.530	1.629	4,7	3.598	10,4	16.755	48,5	12.548	36,3
PALP	52.913	8.184	15,5	4.270	8,1	24.021	45,4	16.438	31,1
Europa de Leste	30.699	851	2,8	4.280	13,9	18.806	61,3	6.762	22,0
Brasil	73.867	1.363	1,8	3.879	5,3	39.007	52,8	29.618	40,1
Cabo Verde	22.318	4.388	19,7	1.995	8,9	9.608	43,1	6.327	28,3
Ucrânia	20.642	645	3,1	3.306	16,0	12.726	61,7	3.965	19,2
Angola	12.943	1.677	13,0	901	7,0	6.404	49,5	3.961	30,6
Roménia	17.054	501	2,9	1.881	11,0	10.366	60,8	4.306	25,2
Guiné-Bissau	9.801	1.167	11,9	683	7,0	3.766	38,4	4.185	42,7
Reino Unido	2.012	95	4,7	109	5,4	498	24,8	1.310	65,1
França	2.776	217	7,8	303	10,9	1.020	36,7	1.236	44,5
China	6.379	67	1,1	366	5,7	2.965	46,5	2.981	46,7
Espanha	2.993	449	15,0	302	10,1	912	30,5	1.330	44,4

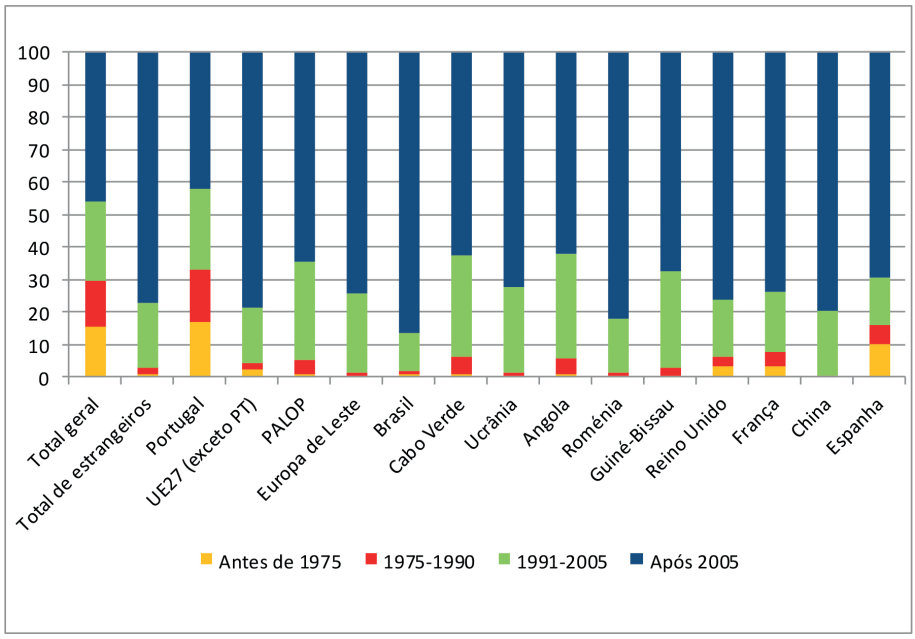
Fonte: Censos 2011 (cálculos das autoras).

Nota: * O total geral não corresponde à soma das parcelas "estrangeiros" e "portugueses", uma vez que aqui também se encontram incluídos os valores relativos aos "apátridas".

Os dados permitem ainda concluir que os estrangeiros que chegaram a Portugal em vagas de imigração mais recentes (europeus de leste, brasileiros e chineses) tendem a pagar rendas mais altas que os cidadãos portugueses e dos PALP, encontrando-se sobre representados nos dois escalões de renda de valores mais altos, tendência que traduz, em parte, "as dificuldades de acesso ao mercado de arrendamento, que tende a ser escasso e caro, por parte das vagas de imigração mais recentes" e "a partilha de habitação por vários indivíduos de modo a reduzir despesas e aumentar a taxa de poupança e de envio de remessas para os países de origem" (Fonseca et al., 2013: 149).

O tempo expectável de permanência no país e o ano de chegada explicam também o regime de ocupação do alojamento. Conforme se verifica no gráfico 9.1., analisando apenas a população residente em alojamentos clássicos arrendados, conclui-se que grande parte dos contratos celebrados por estrangeiros (77,1%) foram celebrados em data posterior a 2005, refletindo justamente o peso do arrendamento nas últimas vagas de imigrantes.

Gráfico 9.1. População residente em alojamentos clássicos arrendados, segundo a época do contrato, por países de nacionalidade, 2011 (%)



Fonte: Censos 2011 (cálculos das autoras).

9.2. Condições de alojamento

Os dados dos Censos de 2011 ajudam também a identificar padrões distintos quanto às condições de alojamento das diferentes populações residentes em Portugal. Embora se tratem de valores bastante reduzidos, nota-se que os cidadãos estrangeiros encontram-se mais representados nos alojamentos não clássicos – barracas, alojamentos móveis e alojamentos improvisados - (0,65%) que os cidadãos portugueses (0,15%) – vd. quadro 9.3. Entre as diferentes nacionalidades estrangeiras, verifica-se que algumas nacionalidades de países terceiros à União Europeia apresentam percentagens ligeiramente superiores à verificada para o total de estrangeiros – caso dos romenos (1,43%), angolanos (1,01%), cabo-verdianos (0,98%) e os guineses (0,86%). Importa realçar que a importância relativa dessas nacionalidades em alojamentos não clássicos desceu bastante entre os últimos dois momentos censitários: em 2001 a percentagem de nacionais dos PALP em alojamentos não clássicos era de 7,9% (mais 7 pontos percentuais que em 2011), e a percentagem de cidadãos da europa de leste era 7,0% (mais 6 pontos percentuais que em 2011). Esta diminuição na percentagem de ocupantes estrangeiros em alojamentos não clássicos pode estar a refletir resultados de programas públicos de realojamento direcionados, sobretudo, para as populações dos PALP (Malheiros e Fonseca, 2011; Fonseca *et al*, 2013).

Nota-se também que, entre os Censos de 2001 e 2011, a distância entre residentes em alojamentos não clássicos de nacionais de países terceiros à União Europeia e de cidadãos comunitários se encurtou, muito por força do peso relativo dos romenos em alojamentos não clássicos (dos mais altos) ser agregado nos últimos Censos aos cidadãos da União Europeia.

Quadro 9.3. População residente em alojamentos não clássicos, segundo a nacionalidade e o tipo de alojamento, 2011

Nacionalidade	População residente (N)	População residente em alojamentos não clássicos (%)				
		Total	Barraca/casa rudimentar madeira	Alojamento Móvel	Alojamento Improvisado**	Outro local
Total geral*	10.562.178	**0,17**	0,06	0,01	0,09	0,00
Estrangeiros	394.496	**0,65**	0,17	0,06	0,40	0,01
Portugueses	10.167.129	**0,15**	0,06	0,01	0,08	0,00
UE27 (exceto PT)	94.498	**0,69**	0,22	0,16	0,30	0,01
PALP	96.383	**1,00**	0,45	0,00	0,54	0,01
Europa de Leste	50.464	**0,73**	0,04	0,10	0,57	0,01
Brasil	109.787	**0,30**	0,01	0,00	0,28	0,00
Cabo Verde	38.895	**0,98**	0,45	0,01	0,51	0,01
Ucrânia	33.790	**0,80**	0,06	0,09	0,64	0,02
Angola	26.954	**1,01**	0,56	0,00	0,44	0,01
Roménia	24.356	**1,43**	0,57	0,07	0,76	0,03
Guiné-Bissau	16.360	**0,86**	0,24	0,00	0,62	0,00
Reino Unido	15.774	**0,54**	0,04	0,34	0,15	0,01
França	14.360	**0,33**	0,06	0,10	0,17	0,01
China	11.458	**0,52**	0,01	0,00	0,51	0,00
Espanha	10.486	**0,44**	0,19	0,09	0,16	0,00

Fonte: Censos 2011 (cálculos das autoras).

Nota: * O total geral não corresponde à soma das parcelas "estrangeiros" e "portugueses", uma vez que aqui também se encontram incluídos os valores relativos aos "apátridas". ** Segundo o INE um Alojamento Improvisado é um "Alojamento familiar não clássico situado numa construção permanente (moinho, celeiro, garagem, entre outras) que não foi reconstruida ou transformada para habitação, nem sofreu adaptação funcional para esse fim".

Uma análise mais fina das opções residenciais dos estrangeiros em função do tipo de alojamento não clássico revela também algumas diferenças entre nacionalidades. O quadro 9.3. permite detalhar que os residentes dos PALP combinam o alojamento em barracas (0,45%) com os alojamentos improvisados - garagens, moinhos, celeiros, entre outros – (0,54%).[80] No caso dos europeus de Leste, brasileiros e chineses, o recurso aos alojamentos improvisados é mais frequente, denotando que as vagas de imigração mais recentes quando recorrem a alojamentos não clássicos tendem a associar-se mais a alojamentos improvisados.

O recurso à partilha de habitação, como forma de redução dos custos individuais com a habitação, está também mais associado aos estrangeiros, por comparação aos portugueses, mas, entre estrangeiros, é mais visível entre cidadãos dos PALP que entre estrangeiros das vagas mais recentes de imigrantes em Portugal. Conforme se observa no quadro 9.4. a percentagem de estrangeiros a residir em alojamentos sobrelotados é bastante superior (36,6%) à percentagem de cidadãos de nacionalidade portuguesa (15,6%) na mesma situação – mais 21 pontos percentuais. Em termos das dez nacionalidades estrangeiras com maior expressão no território nacional, verifica-se que os cidadãos brasileiros e ucranianos apresentam menor percentagem de indivíduos a residir em alojamentos sobrelotados (33,6% e 35,8%) que os cidadãos dos PALP – 52,2% (Cabo Verde – 53,8%, Angola – 45,6%, e Guiné-Bissau – 58,8%), da Roménia (45,9%) e da China (43,6%). Em contraste, verifica-se que os ingleses, franceses e espanhóis apresentam uma percentagem menor de residentes em alojamentos clássicos sobrelotados por comparação aos portugueses – menos 10, 4 e 2 pontos percentuais, respetivamente. Importa realçar que as modalidades de sobrelotação podem assumir características distintas. Nos censos de 2001, os residentes dos PALP estavam em sobrelotação por terem estruturas familiares

80. Em relação aos dados dos Censos 2001 nota-se uma alteração das estratégias residenciais por parte das populações dos PALP, uma vez que nessa data concentravam-se maioritariamente em barracas, sendo o recurso a alojamentos improvisados minoritário (Fonseca *et al.*, 2013).

de dimensão superior ou por partilharem alojamento com várias famílias da mesma comunidade. Já no caso dos estrangeiros de fluxos migratórios mais recentes (europeus de leste, brasileiros e chineses) a sobrelotação dos alojamentos refletia a prática de coabitação de indivíduos frequentemente do sexo masculino e sem laços familiares entre si. Deve reconhecer-se, porém, que se têm verificado algumas alterações nos últimos anos por força do reagrupamento familiar, que poderão ter alterado esta modalidade de sobrelotação dos alojamentos (Malheiros e Fonseca, 2011). Como se mostrou no capítulo 2.1. a partir de 2007, a principal razão de concessão de vistos de residência para chineses e ucranianos é o reagrupamento familiar.

Quadro 9.4. População residente em alojamentos clássicos sobrelotados, segundo a nacionalidade, 2011

Nacionalidade	População residente (N)	População residente em alojamentos clássicos sobrelotados	
		N	%
Total geral*	10.562.178	1.725.641	16,3
Estrangeiros	394.496	141.944	36,0
Portugueses	10.167.129	1.583.697	15,6
UE27 (exceto PT)	94.498	20.730	21,9
PALP	96.383	50.301	52,2
Europa de Leste	50.464	18.883	37,4
Brasil	109.787	36.943	33,6
Cabo Verde	38.895	20.930	53,8
Ucrânia	33.790	12.084	35,8
Angola	26.954	12.301	45,6
Roménia	24.356	11.176	45,9
Guiné-Bissau	16.360	9.627	58,8
Reino Unido	15.774	967	6,1
França	14.360	1.848	12,9
China	11.458	4.993	43,6
Espanha	10.486	1.435	13,7

Fonte: Censos 2011 (cálculos das autoras).

Nota: * O total geral não corresponde à soma das parcelas "estrangeiros" e "portugueses", uma vez que aqui também se encontram incluídos os valores relativos aos "apátridas".

9.3. Acesso à habitação e condições de alojamento por regiões do país

Considerando as principais regiões de destino dos cidadãos de nacionalidade estrangeira, os dados disponibilizados pelos Censos 2011 confirmam as tendências descritas anteriormente relativamente ao regime de ocupação dos alojamentos. O quadro 9.5. mostra a sobre representação do arrendamento como o regime de ocupação mais adotado em todas as regiões e municípios do país.

No entanto, apesar da tendência geral indicar a prevalência do arrendamento, é possível realçar algumas diferenças entre regiões e municípios. Destaca-se a região da Grande Lisboa, Baixo Mondego, Cávado e Grande Porto como as regiões (NUT III) onde a proporção de estrangeiros em regime de arrendamento é mais elevada – apresentando percentagens acima dos 53%. Os municípios que registam valores superiores em termos de arrendamento são Lisboa e Odivelas, com percentagens a rondar os 70%. Refiram-se igualmente os valores atingidos noutros municípios da região da Grande Lisboa (Loures, Amadora e Oeiras) e nos municípios do Porto, Coimbra e Braga, todos com percentagens acima dos 62%.

Quadro 9.5. População estrangeira residente em alojamentos clássicos, segundo o regime de ocupação, a lotação, e principais regiões e municípios de destino, 2011

Região NUTIII/Municípios	População Total	Total de estrangeiros	% Proprietários	% Arrendatários	% em Alojamentos sobrelotados
Grande Lisboa	**2.042.477**	**159.514**	**29,6**	**63,2**	**44,3**
Sintra	377.835	34.994	41,4	51,9	48,9
Lisboa	547.733	34.492	21,0	69,8	37,1
Amadora	175.136	18.883	27,7	66,5	54,5
Cascais	206.479	18.661	31,8	61,5	34,8
Loures	205.054	17.638	24,1	67,1	50,6
Odivelas	144.549	12.925	25,3	69,7	48,2
Oeiras	172.120	10.187	28,0	64,9	41,4
V.F. Xira	136.886	7.753	35,2	59,0	42,8
Mafra	76.685	3.956	28,4	62,1	31,8
Algarve	**451.006**	**52.065**	**42,8**	**46,1**	**32,9**
Loulé	70.622	10.303	37,0	52,1	37,2
Albufeira	40.828	7.156	34,8	54,9	45,4
Portimão	55.614	6.438	35,6	55,8	39,2
Faro	64.560	5.304	29,5	58,4	34,3
Lagos	31.049	5.225	53,2	38,0	25,4
Silves	37.126	4.193	48,2	41,7	32,3
Península de Setúbal	**779.399**	**44.051**	**40,8**	**50,4**	**40,2**
Almada	174.030	11.399	32,9	59,3	42,2
Seixal	158.269	10.649	51,5	40,4	43,7
Setúbal	121.185	6.784	35,8	54,7	31,9
Barreiro	78.764	3.432	45,5	49,4	46,4
Montijo	51.222	3.255	29,5	57,8	37,5
Grande Porto	**1.287.282**	**23.028**	**38,0**	**53,3**	**31,0**
Porto	237.591	6.993	25,6	62,5	32,7
V.N. Gaia	302.295	5.079	46,2	47,7	32,0
Oeste	**362.540**	**14.210**	**36,6**	**52,0**	**29,0**
Baixo Vouga	**390.822**	**8.886**	**44,4**	**46,2**	**24,3**
Lezíria do Tejo	**247.453**	**8.758**	**32,1**	**50,9**	**31,3**
Pinhal Litoral	**260.942**	**8.170**	**39,3**	**52,2**	**23,4**
Leiria	126.897	4.406	37,7	53,9	24,4
Cávado	**410.169**	**6.940**	**37,2**	**54,2**	**23,8**
Braga	181.494	4.799	29,5	62,9	24,8
Baixo Mondego	**332.326**	**6.548**	**34,8**	**54,8**	**26,7**
Coimbra	143.396	3.396	25,5	64,5	27,8

Fonte: Censos 2011 (cálculos das autoras).

No que se refere à proporção de estrangeiros que residem em habitações próprias, a realidade altera-se em função da região e municípios do país. As regiões que registam maior percentagem de indivíduos estrangeiros nesta modalidade são Baixo Vouga, Algarve e Península de Setúbal. Na modalidade de habitação própria os municípios que se destacam são, por ordem decrescente, Lagos (53,2%), Seixal (51,5%), Silves (48,2%) e Vila Nova de Gaia (46,2%).

Relativamente aos níveis de sobrelotação dos alojamentos (vd. quadro 9.5.), verifica-se que a Grande Lisboa e a Península de Setúbal representam as regiões do país onde a proporção de estrangeiros nestas condições é mais elevada (44,3% e 40,2%, respetivamente). Mais de metade dos estrangeiros residentes na Amadora e em Loures vivem em alojamentos sobrelotados (54,5% e 50,6%, respetivamente), sendo que também outros municípios da região da Grande Lisboa, como Sintra (48,9%) e Odivelas (48,2%), revelam valores expressivos neste indicador.

Ainda no que diz respeito às condições de alojamento dos cidadãos de nacionalidade estrangeira, os dados dos Censos 2011 disponibilizam informação relevante sobre as regiões e os municípios do país onde a proporção de estrangeiros em alojamentos não clássicos é mais significativa (vd. quadro 9.6.). Em termos de Regiões NUTIII, destacam-se a Península de Setúbal (1,34%, mais 0,7 pontos percentuais que o verificado para o total do país) e o Grande Porto (0,79%, mais 0,14 pontos percentuais que o total do país) e, ao nível municipal, surgem com valores mais expressivos os municípios de Almada (2,39%, mais 1,74 pontos percentuais que o verificado para o país) e do Porto (2,15%, mais 1,5 pontos percentuais que o valor do país), seguidos de Setúbal (1,25%) e Seixal (1,24%).

Neste universo de estrangeiros residentes em alojamentos não clássicos, a estratégia residencial mais comum é, de um modo geral, o "alojamento improvisado". Este tipo de alojamento apresenta valores mais elevados na generalidade das regiões/municípios. A única exceção é a região do Grande Porto, onde se destacam as "barracas" (0,58%) em detrimento dos "alojamentos improvisados" (0,21%). De notar ainda que a Península de Setúbal revela percentagens muito semelhantes nestas duas modalidades (0,64% e 0,67%, respetivamente). Os municípios do país cuja estratégia residencial passa maioritariamente pelo recurso a "barracas/casas de madeira rudimentares" são Porto (1,9%) e Almada (1,9%). Nos restantes concelhos considerados para esta análise regional, a estratégia mais frequente são os "alojamentos improvisados". De referir, ainda, que os concelhos do país que registam as percentagens mais elevadas de indivíduos em alojamentos improvisados são Seixal (1,16%) e Faro (1,13%).

Deve salientar-se, ainda, que o recurso a "alojamentos móveis" é uma estratégia quase inexistente entre as populações de nacionalidade estrangeira. No entanto, é na região do Algarve (0,13%), particularmente no concelho de Lagos (0,27%), que ela assume alguns valores.

Quadro 9.6. População estrangeira residente em alojamentos não clássicos, segundo o tipo de alojamento e principais regiões e municípios de destino, 2011

Região NUTIII/Municípios	População Total	Total de estrangeiros	% de estrangeiros em alojamentos não clássicos			
			Total	Barracas	Alojamentos Improvisados	Alojamentos Móveis
Grande Lisboa	**2.042.477**	**159.514**	**0,49**	**0,10**	**0,39**	**0,00**
Sintra	377.835	34.994	**0,35**	0,00	0,34	0,00
Lisboa	547.733	34.492	**0,41**	0,05	0,35	0,00
Amadora	175.136	18.883	**0,32**	0,11	0,21	0,01
Cascais	206.479	18.661	**0,38**	0,00	0,38	0,00
Loures	205.054	17.638	**1,16**	0,52	0,64	0,00
Odivelas	144.549	12.925	**0,94**	0,12	0,80	0,00
Oeiras	172.120	10.187	**0,13**	0,00	0,13	0,00
V.F. Xira	136.886	7.753	**0,34**	0,13	0,21	0,00
Mafra	76.685	3.956	**0,56**	0,03	0,53	0,00
Algarve	**451.006**	**52.065**	**0,69**	**0,08**	**0,45**	**0,13**
Loulé	70.622	10.303	**0,69**	0,01	0,64	0,03
Albufeira	40.828	7.156	**0,92**	0,08	0,52	0,17
Portimão	55.614	6.438	**0,34**	0,05	0,23	0,06
Faro	64.560	5.304	**1,19**	0,04	1,13	0,02
Lagos	31.049	5.225	**0,57**	0,06	0,17	0,27
Silves	37.126	4.193	**0,55**	0,10	0,33	0,12
Península de Setúbal	**779.399**	**44.051**	**1,34**	**0,64**	**0,67**	**0,01**
Almada	174.030	11.399	**2,39**	1,89	0,50	0,00
Seixal	158.269	10.649	**1,24**	0,07	1,16	0,01
Setúbal	121.185	6.784	**1,25**	0,78	0,41	0,04
Barreiro	78.764	3.432	**0,23**	0,00	0,23	0,00
Montijo	51.222	3.255	**0,92**	0,22	0,71	0,00
Grande Porto	**1.287.282**	**23.028**	**0,79**	**0,58**	**0,21**	**0,00**
Porto	237.591	6.993	**2,15**	1,90	0,24	0,00
V.N Gaia	302.295	5.079	**0,04**	0,00	0,04	0,00
Oeste	**362.540**	**14.210**	**0,76**	**0,02**	**0,66**	**0,07**
Baixo Vouga	**390.822**	**8.886**	**0,30**	**0,00**	**0,18**	**0,10**
Lezíria do Tejo	**247.453**	**8.758**	**0,54**	**0,05**	**0,46**	**0,02**
Pinhal Litoral	**260.942**	**8.170**	**0,40**	**0,01**	**0,33**	**0,06**
Leiria	126.897	4.406	**0,23**	0,00	0,18	0,05
Cávado	**410.169**	**6.940**	**0,19**	**0,07**	**0,12**	**0,00**
Braga	181.494	4.799	**0,06**	0,00	0,06	0,00
Baixo Mondego	**332.326**	**6.548**	**0,23**	**0,00**	**0,23**	**0,00**
Coimbra	143.396	3.396	**0,24**	0,00	0,24	0,00

Fonte: Censos 2011 (cálculos das autoras).

CAPÍTULO 10. ESTRANGEIROS NO SISTEMA DE JUSTIÇA

Para a análise do tema da criminalidade e reclusos estrangeiros, deve atender-se aos contributos de três estudos realizados no âmbito do Observatório da Imigração (Seabra e Santos, 2005; Seabra e Santos, 2006; e Fonseca, 2010). Qualquer um destes estudos constitui uma mais-valia no conhecimento desta realidade, revelando-se particularmente esclarecedores nos cuidados a ter na análise dos dados estatísticos disponíveis sobre esta matéria. Segundo estes autores, na análise da criminalidade de estrangeiros, é fundamental mobilizar um conjunto de variáveis sociológicas e criminais, uma vez que quando se olha para as taxas brutas de criminalidade, ou para as taxas brutas de reclusão, os números parecem associar os estrangeiros à criminalidade, pressupondo que os estrangeiros cometem mais crimes que os nacionais, o que acaba por ser um pressuposto direto e erróneo.

No que toca às variáveis sociológicas, Seabra e Santos (2005) mostram que o universo de estrangeiros residentes em Portugal apresenta algumas especificidades por relação ao universo dos nacionais, não sendo comparáveis entre si. Entre as especificidades mais importantes do universo de estrangeiros, destaca-se a prevalência do sexo masculino, a maior juventude e a maior vulnerabilidade no mercado de trabalho por associação a determinados setores de atividade (evidenciado também antes neste relatório estatístico). Ora, no caso dos nacionais, o universo de referência, sobre o qual se faz a percentagem para obter a mesma taxa bruta de criminalidade, não é comparável, uma vez que, enquanto o universo de nacionais inclui um peso muito significativo da faixa etária dos 0-16 anos (inimputável) e acima dos 60 anos (onde os níveis de criminalidade são residuais), no universo de estrangeiros estas faixas etárias quase não existem, verificando-se uma concentração dos efetivos em idades ativas. Além disso, no universo de nacionais denota-se igualmente um maior equilíbrio na proporção dos dois sexos, dos vários níveis académicos, e dos vários grupos socioeconómicos e grupos profissionais. Assim para ter resultados fiáveis para este tema devem controlar-se as variáveis explicativas (sexo, idade, condição perante o trabalho), comparando o que é comparável, para se obter as taxas de criminalidade de portugueses e estrangeiros. Ou seja, deve comparar-se as taxas de criminalidade de estrangeiros e portugueses com as mesmas características (nomeadamente, mesma idade e sexo) e não calcular taxas para o total de cada um dos grupos no país, porque afinal o grupo dos estrangeiros tem predominantemente pessoas em idade ativa, quando o grupo de portugueses tem uma estrutura demográfica completa (do nascimento à velhice). Seabra e Santos (2005) concluem, com a adoção de todos estes cuidados analíticos, que as taxas dos dois grupos se equiparam, desmistificando a ideia de que os estrangeiros ou imigrantes são mais propensos à atividade criminosa que os cidadãos nacionais.

Em relação às variáveis criminais e penais, os estudos indicam (Seabra e Santos, 2005; Seabra e Santos, 2006; Fonseca, 2010) a prevalência dos crimes relativos a estupefacientes junto dos arguidos estrangeiros, revelando também que os cidadãos não nacionais estão mais sujeitos à aplicação da medida de prisão preventiva, o que potencia a sua sobre representação nos reclusos em Portugal. Os mesmos estudos evidenciam também que para o mesmo tipo de crime os arguidos

de nacionalidade estrangeira mostram, na maioria dos casos, taxas de condenação mais elevadas que os arguidos de nacionalidade portuguesa, verificando-se também que os cidadãos estrangeiros tendem a ser mais condenados a penas privativas da liberdade (prisão efetiva), e de duração mais elevada, que os cidadãos nacionais. Todos estes fatores concorrem, assim, para as percentagens mais significativas de reclusos estrangeiros no sistema prisional português.

Na análise da criminalidade e dos reclusos estrangeiros, devem ainda ser considerados dois aspetos. Por um lado, os dados dos reclusos estrangeiros em Portugal devem ser enquadrados no contexto internacional por forma a relativizar algumas das tendências identificadas. Por outro lado, deve ter-se em consideração que uma boa parte dos reclusos estrangeiros são "indivíduos em trânsito" e não são imigrantes residentes em Portugal. Relativamente a este segundo aspeto, importa atender a que o que os dados oficiais disponíveis em Portugal dão é a nacionalidade do recluso ou do condenado por um crime. Ora, os conceitos de estrangeiro e de imigrante não são coincidentes (por exemplo, todos os turistas que nos visitam são estrangeiros, mas não são imigrantes). Neste âmbito deve atender-se a que no número de condenados estrangeiros há uma presença significativa de estrangeiros não imigrantes, nomeadamente de "correios de droga", ou seja pessoas, sem residência ou profissão em Portugal que procuravam introduzir droga no nosso país, numa viagem de curta duração. Por outras palavras, a taxa bruta de criminalidade nos estrangeiros confunde e agrega uma parte não corresponde a imigrantes ou a estrangeiros residentes no nosso país e/ou com a intenção de permanecer em Portugal.

Atendendo a estes cuidados, os dois subcapítulos que se seguem ilustram esta realidade que carece de análise cuidada a partir dos dados mais recentes que se encontram acessíveis em Portugal.

10.1. Reclusos estrangeiros no sistema prisional português

Entre 2001 e 2012 o número de reclusos estrangeiros no sistema prisional português passou de 1.582 para 2.602 - o que corresponde a um crescimento de +65%. O crescimento verificado junto dos reclusos estrangeiros, nesta última década, é superior ao registado para a população de reclusos em geral (+4%)[81], e portanto aumenta também a proporção de reclusos estrangeiros no total de reclusos (de 12,1% em 2001 para 19,1% em 2012). Como se explicou, esta primeira análise, imediata e abrangente, esconde um conjunto de particularidades que importa aprofundar.

Quadro 10.1. Reclusos estrangeiros em Portugal, por nacionalidades mais representadas (%)

	2001		2007		2012	
1º	Cabo Verde	30,7	Cabo Verde	32,0	Cabo Verde	31,5
2º	Angola	15,0	Brasil	10,7	Brasil	12,1
3º	Brasil	6,9	Angola	9,7	Roménia	10,1
4º	Espanha	6,4	Guiné Bissau	6,6	Guiné Bissau	8,5
5º	Guiné Bissau	6,0	Espanha	5,4	Angola	8,0
6º	Ucrânia	5,1	Venezuela	5,1	Espanha	5,1
7º	Venezuela	1,9	Roménia	4,6	Ucrânia	2,2
8º	Roménia	0,6	Ucrânia	2,7	Venezuela	0,8
Total	1.582		2.371		2.602	

Fonte: Direcção-Geral dos Serviços Prisionais (cálculos das autoras)

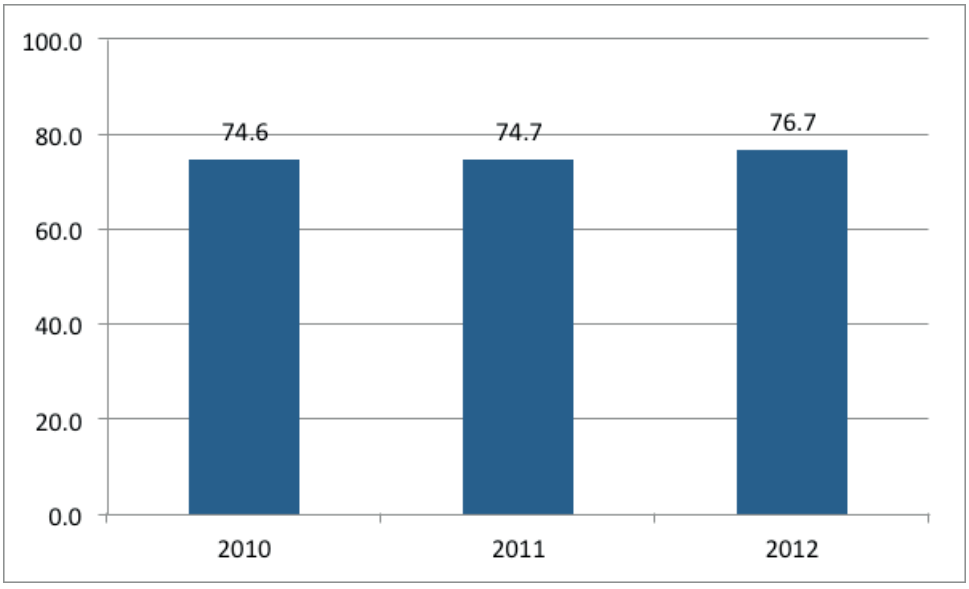
81. Entre 2001 e 2012 o número total de reclusos passou de 13.112 para 13.614.

Em primeiro lugar, refira-se que, ao longo da última década, a grande maioria dos reclusos estrangeiros eram nacionais dos PALP ou do Brasil, perfazendo 62,1% do total de reclusos estrangeiros em 2012. Nesse ano, os nacionais de Cabo Verde ocupavam a primeira posição (31,5%), seguindo-se a estes nacionais o Brasil (12,1%), Roménia (10,1%), Guiné-Bissau (8,5%), Angola (8,0%), Espanha (5,1%) e Ucrânia (2,2%). Conforme se pode verificar pelo quadro 10.1, as nacionalidades com maior peso entre os reclusos estrangeiros refletem, em parte, as tendências gerais da imigração em Portugal na última década – aliás, o facto dos nacionais da Roménia terem ganho posição no ranking das nacionalidades mais representadas comprova essa realidade - mas, ainda assim, é importante realçar que o perfil de reclusos estrangeiros não resulta inteiramente dos fluxos migratórios (o que, de resto, é visível na percentagem de reclusos espanhóis, muito superior à percentagem de residentes desta nacionalidade à data dos Censos 2011 - 2,7%).

Esta constatação permite perceber que não se pode estabelecer uma relação direta entre a evolução da população estrangeira residente e a evolução dos reclusos estrangeiros nas prisões portuguesas. Em todo o caso, não deixa de ser interessante verificar que na última década o crescimento do número de reclusos estrangeiros foi mais lento (+65%) que o crescimento da população estrangeira residente (+74%, entre os Censos de 2001 e 2011).

Deve considerar-se nesta análise ainda outro aspeto. O que as estatísticas dos serviços prisionais nos facultam são os dados relativos aos reclusos de nacionalidade estrangeira, quando se sabe que os conceitos de estrangeiro e de imigrante não são exatamente coincidentes, e quando o número de reclusos estrangeiros apresenta uma presença significativa de estrangeiros não imigrantes, nomeadamente "correios de droga", que são "indivíduos em trânsito", isto é, pessoas sem residência e atividade profissional em Portugal. A partir dos dados sobre a residência dos reclusos estrangeiros é possível concluir que uma boa parte desta taxa bruta de reclusão dos estrangeiros não corresponde a indivíduos imigrantes (ou a estrangeiros residentes em Portugal). Em 2012, por exemplo, a percentagem de reclusos estrangeiros que declarou residir em Portugal rondava os 77% (gráfico 10.1), quando em 2003 os dados a este respeito indicavam que cerca de 34% dos reclusos estrangeiros tinham residência fora de Portugal (Seabra e Santos, 2006).

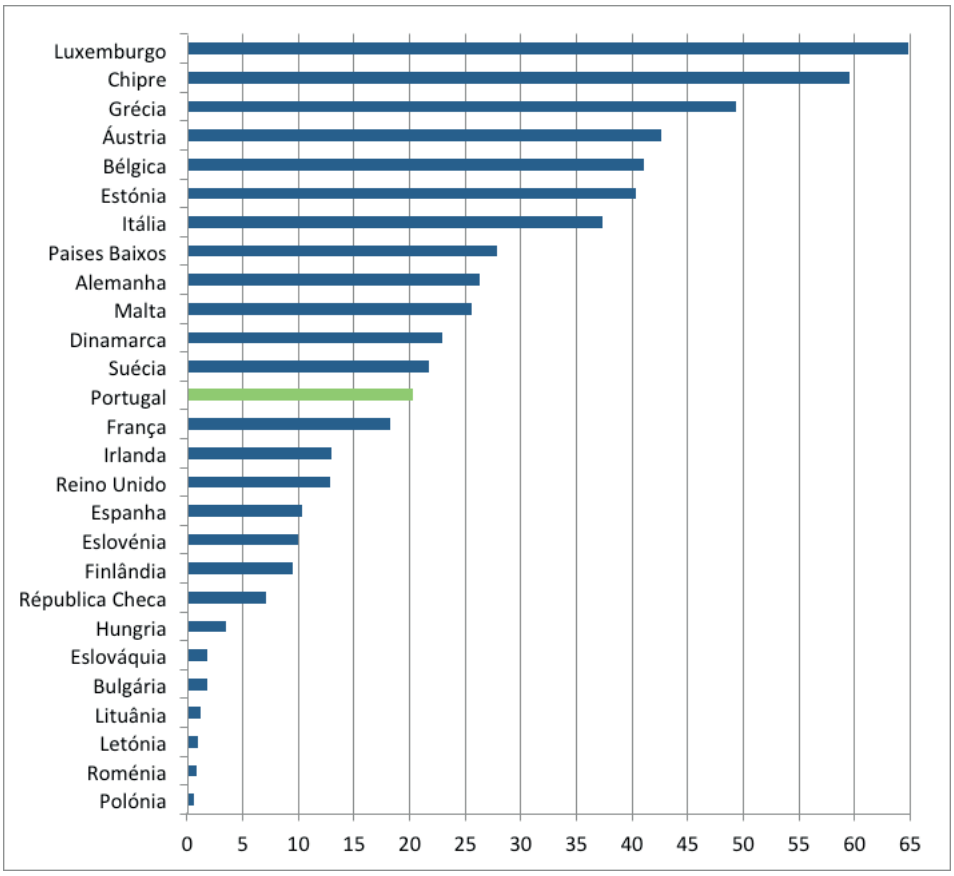
Gráfico 10.1. Reclusos estrangeiros com residência em Portugal (%)



Fonte: Direcção-Geral dos Serviços Prisionais (cálculos das autoras)

Os dados sobre os reclusos estrangeiros em Portugal devem, também, ser analisados no contexto dos restantes países europeus. Estudos anteriores já haviam demonstrado que na década de 1990 e início da década de 2000, a subpopulação de reclusos estrangeiros em Portugal registava valores relativamente baixos quando comparados com alguns países da Europa Ocidental (Seabra e Santos, 2006; Fonseca, 2010). Em 2002, segundo as estatísticas penais publicadas pelo Conselho da Europa, Portugal apresentava a quarta percentagem mais baixa de estrangeiros no sistema prisional da UE15, e a décima mais baixa da UE25. No último inquérito disponível do Conselho da Europa (relativo ao ano de 2008) mostra-se que enquanto Portugal apresentava 20,3% de reclusos estrangeiros, países como o Luxemburgo e o Chipre tinham mais de 50% de estrangeiros nas respetivas populações prisionais (64,9% e 59,6% respetivamente), a Grécia tinha 49,3%, e a Áustria, Bélgica e a Estónia apresentavam valores a rondar os 40% (42,6%, 41,1% e 40,3%, respetivamente). Em 2008, também a Itália, Holanda, Alemanha, Malta, Dinamarca e Suécia registavam valores superiores a Portugal. Segundo este inquérito do Conselho da Europa (2008) a percentagem de estrangeiros no sistema prisional português (20,3%) era a sexta mais baixa na UE15 e a décima quinta mais baixa da UE27 (vd. gráfico 10.2.).

Gráfico 10.2. Proporção de reclusos estrangeiros no total de reclusos, a 1 de Setembro de 2008, na UE27 (%)



Fonte: Council of Europe Annual Penal Statistics (SPACE I) 2008

Por forma a evitar erros de leitura dos indicadores estatísticos mais genéricos, é necessário atender a outros fatores e mobilizar um conjunto de variáveis de natureza penal e criminal. Se olharmos, por exemplo, para o tipo de crimes cometidos por estrangeiros e nacionais, concluímos que os estrangeiros apresentam uma maior concentração nos crimes relacionados com tráfico de estupefacientes. À semelhança do que ficou demonstrado em estudos anteriores já referidos, o quadro 10.2 revela que os três principais crimes que levam à reclusão de portugueses e estrangeiros são idênticos – o tráfico de estupefacientes, roubo e o furto simples e qualificado – registando-se, contudo, uma

concentração maior de estrangeiros no primeiro destes três (o qual, por ser o mais grave, contempla também penas de prisão efetiva mais longas). Tomando por referência o ano de 2012, enquanto 38,8% dos reclusos vindos de fora cumprem pena por atos diretamente relacionados com a droga, os nacionais com o mesmo tipo de práticas criminais ficam-se pelos 17,2%, identificando-se uma margem de cerca de 20 pontos percentuais entre estrangeiros e portugueses.

Quadro 10.2. Reclusos condenados, nacionais e estrangeiros, por tipo de crime, em 2001 e 2012 (%)

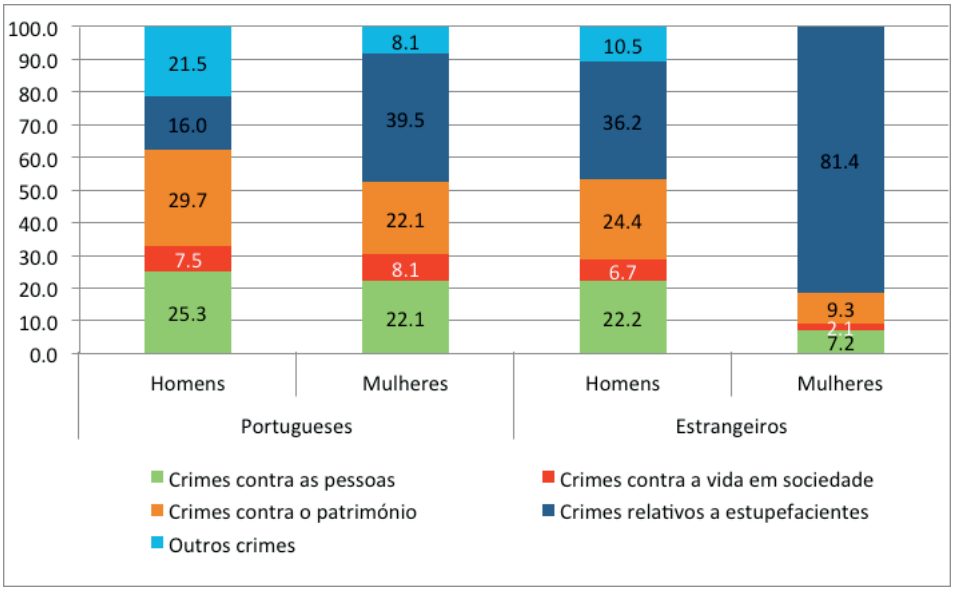
Tipo de crime	2001			2012		
	Total	Portugueses	Estrangeiros	Total	Portugueses	Estrangeiros
Crimes contra as pessoas	**19,2**	**19,5**	**16,5**	**24,6**	**25,1**	**21,4**
Homicídios	11,1	11,7	6,2	9,7	9,9	9,0
Ofensas à Integridade Física	2,4	2,3	3,3	3,0	3,2	1,9
Violação	3,1	3,0	4,0	1,9	1,8	2,3
Outros	2,7	2,6	3,0	10,0	10,3	8,1
Crimes contra a vida em sociedade	**1,8**	**1,9**	**0,7**	**7,4**	**7,5**	**6,4**
Incêndio	0,5	0,6	0,0	0,2	0,3	0,2
Outros	1,2	1,3	0,7	7,1	7,3	6,2
Crimes contra o património	**35,2**	**36,0**	**28,8**	**28,4**	**29,3**	**23,5**
Roubo	14,0	14,1	12,3	14,5	14,1	16,9
Furto simples e qualificado	19,8	20,4	14,0	12,4	13,7	5,9
Outros	1,5	1,4	2,5	1,5	1,6	0,8
Crimes relativos a estupefacientes	**41,7**	**40,5**	**52,6**	**20,6**	**17,2**	**38,8**
Tráfico	38,7	37,6	49,2	18,2	14,7	36,7
Tráfico e Consumo	1,9	2,1	0,6	0,1	0,1	0,2
Outros	1,1	0,9	2,8	2,3	2,3	1,9
Outros crimes	**2,1**	**2,2**	**1,4**	**19,1**	**20,8**	**9,9**
Cheques sem Provisão	0,5	0,5	0,2	0,0	0,0	0,0
Outros (b)	1,6	1,6	1,2	19,1	20,8	9,9
Total	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**
Total (nº absolutos)	**9.422**	**8.470**	**952**	**10.953**	**9.238**	**1.714**

Fonte: Direcção-Geral dos Serviços Prisionais (cálculos das autoras)

Notas: No quadro estão contabilizados os crimes cometidos pelos 231 inimputáveis, com medidas de segurança aplicadas, internados em clínicas psiquiátricas prisionais (101) e em clínicas e hospitais psiquiátricos não prisionais (130). Cerca de metade dos crimes contabilizados em "outros crimes" dizem respeito a crimes rodoviários.

Deve igualmente referir-se que estas diferenças se intensificam no universo de reclusos do sexo feminino (gráfico 10.3), uma vez que as mulheres estrangeiras condenadas por crimes relativos a estupefacientes chegam aos 81,4%, em 2012, o que representa um valor bastante elevado face aos 39,5% de portuguesas condenadas pelo mesmo tipo de crime. No universo masculino registam-se percentagens mais baixas para estrangeiros e nacionais, muito embora os homens estrangeiros também apresentem valores (36,2%) que atingem o dobro dos evidenciados pelos homens portugueses (16,0%). Estamos, pois, a verificar a sobre representação dos estrangeiros em crimes associados a indivíduos em trânsito que não têm qualquer relação migratória para efeitos de integração no nosso país, mas foram retidos em passagem.

Gráfico 10.3. Reclusos condenados por tipo de crime, em 2012 (%)[82]



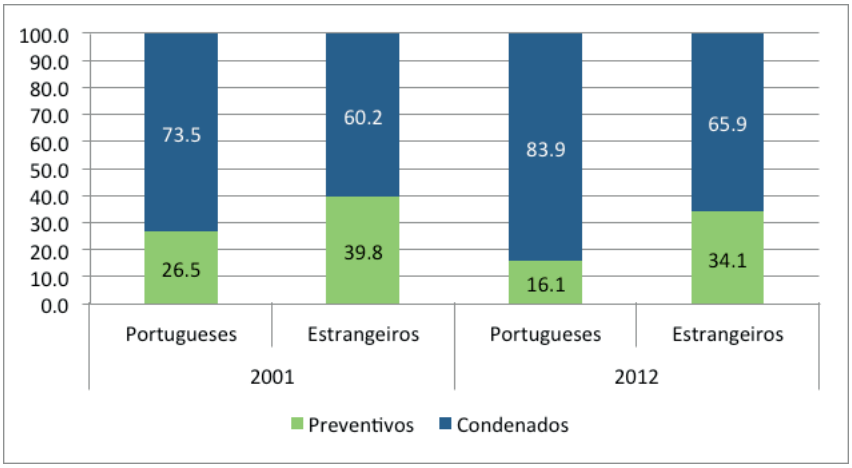
Fonte: Direcção-Geral dos Serviços Prisionais (cálculos das autoras)

Considerando ainda o ano de 2012, é de realçar o maior peso proporcional dos crimes relativos a estupefacientes nos reclusos estrangeiros (38,8%) e o maior peso proporcional dos crimes contra o património (e.g. roubo e furto simples e qualificado) nos reclusos nacionais (29,3%) - quadro 10.2. Por comparação com os crimes de roubo e furto simples e qualificado, o crime de tráfico de estupefacientes apresenta uma moldura penal mais pesada, fator que deve ser tomado em consideração quando se analisam as sanções penais aplicadas a estrangeiros e a duração das penas cumpridas por estes.

Em simultâneo, importa atender a outro fator que concorre de forma determinante para as percentagens significativas de estrangeiros no sistema prisional português (19,1% em 2012). Segundo os estudos realizados sobre esta temática (Seabra e Santos, 2005 e 2006; Fonseca, 2010), uma análise mais aprofundada dos dados estatísticos reflete a maior incidência da medida de prisão preventiva junto dos arguidos estrangeiros. De facto, quer se analise o ano de 2001, quer se considere o ano de 2012, denota-se que os estrangeiros estão claramente sobre representados no grupo dos presos preventivos, embora a sobre representação atinja valores mais elevados em 2001 – a proporção de preventivos face aos condenados, entre os reclusos estrangeiros, era de cerca de 40% em 2001 e de cerca de 34% em 2012. Se considerarmos os reclusos portugueses, a proporção de presos preventivos desce para cerca de 27%, em 2001, e cerca de 16% em 2012. Em 2012 a proporção de reclusos estrangeiros em prisão preventiva correspondia ao dobro da proporção de portugueses na mesma situação (vd. gráfico 10.4.). O maior risco de fuga associado aos cidadãos de nacionalidade estrangeira, bem como o tipo de crime de que são acusados e a moldura penal que lhe está subjacente, são algumas das explicações apontadas (Seabra e Santos, 2005) para estas diferenças na aplicação da medida de prisão preventiva, neste caso mais expressiva para os estrangeiros.

82. Contabiliza os crimes cometidos pelos 231 inimputáveis, com medidas de segurança aplicadas, internados em clínicas psiquiátricas prisionais (101) e em clínicas e hospitais psiquiátricos não prisionais (130). Cerca de metade dos crimes contabilizados em "outros crimes" dizem respeito a crimes rodoviários.

Gráfico 10.4. Reclusos nacionais e estrangeiros por situação processual (%)[83]



Fonte: Direcção-Geral dos Serviços Prisionais (cálculos das autoras)

10.2. Criminalidade julgada e condenada

A desconstrução dos mitos que associam os estrangeiros à criminalidade poderá implicar a análise de um conjunto de outras variáveis, igualmente de natureza criminal e penal, disponibilizadas por uma segunda fonte administrativa: a Direção Geral da Política de Justiça, do Ministério da Justiça. Segundo a informação desta fonte relativa às condenações, verifica-se que em média os estrangeiros estão sujeitos, para os mesmos crimes, a penas mais duras. Isso é evidente tanto na aplicação da prisão preventiva (como se mostrou antes) como nas penas efetivas pelo mesmo tipo de crime (e.g. aplicação da pena de prisão efetiva por tráfico de droga).

Uma análise das taxas de condenação dos arguidos presentes a julgamento, em 2001 e em 2012, mostra justamente que a proporção de arguidos condenados varia substancialmente em função do tipo de crime e da nacionalidade do arguido. Relativamente ao tipo de crime, o quadro 10.3. mostra que as taxas de condenação são relativamente elevadas no grupo de 10 crimes estudados[84], sendo que as maiores taxas dizem respeito a crimes rodoviários. A partir dos mesmos dados, verifica-se também que apenas três crimes registam taxas abaixo dos 50% - ofensas à integridade física, furto simples e outros crimes contra a honra. Acresce que, para o mesmo tipo de crime os arguidos de nacionalidade estrangeira mostram, na maioria dos casos, taxas de condenação mais elevadas que os arguidos de nacionalidade portuguesa. Com exceção do crime de desobediência, e dos crimes rodoviários e fiscais, onde as taxas de condenação dos nacionais são superiores, nos restantes crimes os estrangeiros apresentam taxas de condenação mais elevadas, verificando-se que as diferenças são particularmente relevantes no crime de tráfico de droga simples/agravado, relativamente ao qual a taxa de condenação de arguidos estrangeiros era, em 2012, cerca de dez pontos percentuais mais elevada que a dos arguidos nacionais (em 2001 a taxa de condenação dos estrangeiros situava-se 18 pontos percentuais acima da taxa dos portugueses).[85]

83. Os dados relativos ao ano de 2001 não incluem 148 inimputáveis (138 homens e 10 mulheres), internados em estabelecimentos psiquiátricos não prisionais. Em 2012, os dados relativos aos condenados contabilizam os 231 inimputáveis, com medidas de segurança aplicadas, internados em clínicas Psiquiátricas prisionais (101) e em clínicas e hospitais psiquiátricos não prisionais (130).
84. Consideraram-se os 10 crimes com maior número de arguidos em processos-crime na fase de julgamento findos nos tribunais judiciais de 1.ª instância.
85. Em 2012, destaque também para os outros crimes contra a honra, onde a taxa de condenação dos estrangeiros era 31 pontos percentuais mais elevada que o verificado nos portugueses.

Quadro 10.3. Taxa de condenação por tipo de crime e nacionalidade (%)

Tipo de crime	2001		2012	
	Portugueses	Estrangeiros	Portugueses	Estrangeiros
Condução de veículo em estado de embriaguez	98,2	97,3	95,3	95,2
Ofensa à integridade física	33,6	38,1	32,7	43,0
Condução sem habilitação legal	96,6	91,9	90,7	87,0
Furto qualificado	67,5	68,5	62,2	62,1
Furto simples	41,0	53,4	46,5	51,5
Roubo ou violência depois da subtração	77,9	82,2	70,4	72,3
Outros crimes contra a honra	30,5	38,1	30,5	61,5
Desobediência	78,7	76,1	83,4	78,8
Crimes fiscais	69,1	57,1	68,8	47,7
Tráfico simples ou agravado	64,0	81,8	71,1	81,5

Fonte: Direção-Geral da Política da Justiça (cálculos das autoras)

Focando a atenção no tipo de sanção penal aplicada, é importante sublinhar que a pena de prisão efetiva é maioritariamente aplicada aos crimes de homicídio e de tráfico de estupefacientes (simples ou agravado). No entanto, é no tráfico de estupefacientes (simples, agravado ou em quantidades diminutas) que as distâncias entre nacionais e estrangeiros são mais expressivas, registando-se uma maior taxa de aplicação da prisão efetiva junto dos condenados estrangeiros (vd. quadro 10.4.). Em 2012, no âmbito de crimes de tráfico simples e agravado, os estrangeiros registaram taxas de condenação a prisão efetiva (73,4%) que chegaram a atingir 32 pontos percentuais de diferença face aos nacionais. Também em 2001 a distância entre o universo de nacionais e estrangeiros era visível (em cerca de 20 pontos percentuais) quer no tráfico simples e agravado, quer no tráfico de quantidades diminutas.

Quadro 10.4. Taxa de condenação a pena de prisão efetiva[86], por tipo de crime e nacionalidade (%)

Tipo de crime	2001		2012	
	Portugueses	Estrangeiros	Portugueses	Estrangeiros
Homicídio simples/qualificado	80,3	93,3	84,1	91,3
Ofensa à integridade física	1,2	3,4	2,9	3,9
Furto simples	9,7	20,0	12,5	3,0
Furto qualificado	35,2	46,0	30,5	22,3
Roubo ou violência depois da subtração	46,5	64,9	37,1	35,7
Burla simples e qualificada	20,3	57,1	16,9	12,5
Tráfico simples ou agravado	74,6	93,5	41,3	73,4
Tráfico de quantidades diminutas, de menor gravidade ou tráfico-consumo	22,3	48,8	11,8	17,9
Condução sem habilitação legal	1,0	-	6,0	2,8
Crimes relativos a armas	-	-	5,0	6,2

Fonte: Direção-Geral da Política da Justiça (cálculos das autoras)

86. Consideram-se os 10 tipos de crime com maior número de casos de aplicação de prisão efetiva. De referir, também, que a taxa apresentada neste quadro considera no numerador os arguidos condenados a pena de prisão efetiva e no denominador o número total de arguidos condenados independentemente da pena aplicada.

Assim, conclui-se que o número de reclusos estrangeiros no sistema prisional português deve ser interpretado à luz de um conjunto de variáveis sociológicas e criminais. Conforme estudos anteriores (Seabra e Santos, 2006; Fonseca, 2010) haviam demonstrado, a subpopulação de reclusos estrangeiros em Portugal regista valores relativamente baixos quando comparados com alguns países da Europa Ocidental. Por outro lado, os dados sobre reclusos estrangeiros analisados neste capítulo mostram que a evolução do número de estrangeiros nas prisões portuguesas não está inteiramente correlacionada com a evolução dos fluxos imigratórios acolhidos em Portugal. Muitos dos reclusos estrangeiros são "indivíduos em trânsito", isto é, são estrangeiros não imigrantes, sem residência nem atividade profissional em Portugal, sendo que o perfil de reclusos estrangeiros nem sempre corresponde ao perfil de imigrantes residentes em Portugal (e.g. algumas nacionalidades alcançam uma expressividade na população reclusa que é muito superior ao peso que detêm junto da população imigrante residente). Acresce que os dados indicam que os cidadãos não nacionais estão mais sujeitos à aplicação da medida de prisão preventiva e, para o mesmo tipo de crime, apresentam taxas de condenação mais elevadas que os arguidos de nacionalidade portuguesa, sendo condenados a mais penas privativas da liberdade (prisão efetiva). Assim, todos estes fatores concorrem para as percentagens significativas de reclusos estrangeiros no sistema prisional português.

CAPÍTULO 11. DISCRIMINAÇÃO DE BASE RACIAL E ÉTNICA

Entre as suas múltiplas atribuições, o Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (atual ACM) tem por missão a sensibilização da opinião pública no sentido de combater todas as formas de discriminação em função da cor da pele, nacionalidade, origem étnica ou religião. Em simultâneo, este organismo assegura a presidência da Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial, bem como o acompanhamento jurídico das queixas de discriminação de base racial e étnica que esta comissão recebe.

A Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR) foi criada pela Lei n.º. 134/99, de 28 de agosto. No âmbito desta lei - que proíbe a discriminação no exercício de direitos por motivos baseados na raça, cor, nacionalidade ou origem étnica – são identificadas as práticas discriminatórias puníveis por lei, o regime sancionatório aplicável, criando-se a CICDR como organismo a quem compete acompanhar a aplicação da lei (artigo 5º). Com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 251/2002, de 22 de novembro (artigo 3º), a CICDR passou a integrar a estrutura do Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, atual ACM, como seu órgão, competindo ao Alto-Comissário coordenar o seu funcionamento. Para além do ACM, a CICDR é composta por representantes da Assembleia da República, do Governo, das associações patronais, das centrais sindicais, das associações de imigrantes, das associações antirracistas, bem como das associações de defesa dos direitos humanos, ou personalidades designadas pelos restantes membros.

Conforme estipulado pelo Decreto-Lei n.º 111/2000, de 4 de julho (que regulamenta a mencionada lei anti discriminação - Lei nº134/99), qualquer pessoa singular ou coletiva que tenha conhecimento de uma prática discriminatória pode dirigir uma queixa à CICDR ou à inspeção-geral competente na matéria que é objeto de infração. Caberá às inspeções-gerais competentes a instrução dos processos de contraordenação, que posteriormente são enviados à CICDR para a sua Comissão Permanente (artigos 5º, 6º e 7º) se pronunciar sobre a definição da medida das sanções e a aplicação da coima e das sanções acessórias correspondentes. Desta forma, e conforme previsto na legislação em vigor, a CICDR, para além de tomar conhecimento dos processos que vão sendo instruídos pelas inspeções-gerais competentes, reúne de forma privilegiada informação relevante sobre práticas discriminatórias (que são alvo de denúncia) e sanções aplicadas em matéria de discriminação racial e étnica.

Reconhecendo a importância de monitorizar os dados estatísticos disponíveis sobre situações de discriminação racial e étnica, o presente relatório apresenta neste capítulo uma breve análise das queixas apresentadas à CICDR, entre 2005 e 2013, não esquecendo a existência de outras entidades que também recebem denúncias em matéria de discriminação racial e étnica – Unidade de Apoio à Vitima Imigrante e de Discriminação Racial (UAVIDRE), Provedor de Justiça ou autoridades policiais (Rosário *et al.*, 2011).

Entre 2005 e 2013, não contabilizando os pedidos de informação, foram recebidas pela CICDR cerca de 615 queixas de discriminação de base racial e étnica. As cerca de 615 alegadas situações discriminatórias distribuem-se por várias áreas: laboral, forças de segurança, saúde, transportes, media, vizinhança, educação, comércio, habitação, juntas de freguesia/câmaras municipais, difamação pública, internet, entre outras. No intervalo de tempo analisado (2005-2013), as queixas por discriminação em contexto laboral (cerca de 20%) foram as mais frequentes, seguindo-se as participações por discriminação em estabelecimentos comerciais e pelas forças de segurança (ambas com cerca de 12%) e outros serviços (cerca de 18%). As situações de discriminação em contexto escolar, ou através pelos media (ambas com cerca de 7%), também assumem proporções significativas no conjunto dos anos analisados (vd. quadro 11.1.).

Quadro 11.1. Queixas recebidas pela Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR), por área de discriminação, entre 2005 e 2013

Área de discriminação	Anos								Total acumulado 2005-2013	
	2005/2006*	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	N	%
Laboral	14	12	17	19	26	18	13	5	**124**	20,2
Comércio	9	17	7	9	5	11	9	9	**76**	12,4
Forças de Segurança	14	8	12	3	9	11	8	10	**75**	12,2
Media	5	8	10	-	3	7	6	5	**44**	7,2
Educação	5	5	4	10	6	6	2	5	**43**	7,0
Vizinhança	6	9	7	4	-	3	5	0	**34**	5,5
Difamação pública (internet)	-	-	1	-	1	1	15	10	**28**	4,6
Saúde	3	3	-	3	4	6	2	2	**23**	3,7
Habitação	-	-	-	4	-	10	7	-	**21**	3,4
Transportes	-	-	3	2	5	3	2	2	**17**	2,8
Juntas/Câmaras	-	-	2	-	2	1	-	1	**6**	1,0
Outros serviços**	29	22	6	8	15	17	6	10	**113**	18,4
Não especificada	-	-	5	-	1	1	3	1	**11**	1,8
Total	**85**	**84**	**74**	**62**	**77**	**95**	**78**	**60**	**615**	**100,0**

Fonte: Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial – CICDR (cálculos das autoras)
Notas: *Entre Setembro de 2005 e o ano de 2006. **Serviços públicos e privados: recintos culturais, bancos, tribunais.

No que respeita à nacionalidade das alegadas vítimas, no universo das queixas recebidas pela CICDR entre 2005 e 2013, destaca-se a nacionalidade brasileira, ucraniana, e as nacionalidades dos PALP (guineense, cabo-verdiana, angolana) – vd. quadro 11.2. No ano de 2013, evidenciavam-se também queixas de cidadãos de nacionalidade romena. A este respeito, importa ter em consideração que as nacionalidades que registam maior número de queixas correspondem também às nacionalidades estrangeiras com maior número de residentes em Portugal (conforme análise refletida em capítulos anteriores). Nas situações em que a discriminação se baseia na origem étnica e/ou cultural, destacam-se duas categorias: "etnia cigana" e "negro/preto" (designação conferida pelas alegadas vítimas). Juntamente com estas duas categorias, observam-se percentagens significativas em que a discriminação é dirigida de forma genérica aos "imigrantes" (conforme quadro 11.2.).

Quadro 11.2. Queixas recebidas pela CICDR, por nacionalidade ou grupo étnico/cultural da alegada vítima, entre 2005 e 2013 (%)

	2005/2006*	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
1. Nacionalidade								
Brasileira	28,4	34,1	20,3	30,6	23,4	27,4	23,1	10,0
Angolana	1,1	3,5	-	3,2	3,9	2,1	-	1,7
Cabo-verdiana	3,4	3,5	13,5	-	1,3	3,2	1,3	3,3
Guineense	6,8	7,1	1,4	1,6	2,6	1,1	-	5,0
São-tomense	-	-	2,7	-	-	1,1	2,6	-
Russa	5,7	1,2	-	1,6	-	2,1	2,6	-
Ucraniana	5,7	2,4	4,1	4,8	2,6	8,4	3,8	3,3
Moldava	1,1	-	2,7	1,6	1,3	3,2	1,3	-
Romena	1,1	3,5	-	-	-	2,1	-	5,0
Búlgara	-	-	-	-	-	1,1	1,3	-
Chinesa	5,7	2,4	-	-	1,3	1,1	-	1,7
Indiana	-	-	-	1,6	-	2,1	-	-
Outras	14,8	3,5	6,8	9,7	10,4	6,3	6,4	6,7
Não aplicável	26,2	38,8	48,6	45,2	53,2	38,9	57,7	63,3
Total	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**
2.Grupo étnico ou cultural								
Etnia Cigana	4,6	10,6	5,4	4,8	3,9	10,5	16,7	18,3
Negro/Preto	-	-	14,9	16,1	5,2	13,7	10,3	23,3
Imigrantes	10,2	8,2	12,2	16,1	24,7	7,4	19,2	11,7
Estrangeiros da América do Sul	-	-	-	-	-	1,1	-	-
Imigrantes de Leste	-	-	2,7	-	-	-	1,3	-
Africanos	3,4	18,8	-	-	-	-	2,6	-
PALP's	-	-	-	-	-	-	1,3	-
Muçulmanos	-	-	-	-	-	-	-	1,7
Judeus	-	-	-	-	-	-	-	3,3
Asiáticos	-	-	-	-	-	-	-	1,7
Não aplicável	81,8	62,4	64,9	62,9	66,2	67,4	48,7	40,0
Total	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**
Total (nº absolutos)**	**85**	**84**	**74**	**62**	**77**	**95**	**78**	**60**

Fonte: Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial – CICDR (cálculos das autoras)
Notas:*Entre Setembro de 2005 e o ano de 2006; **A nacionalidade e a etnia/raça são duas dimensões diferentes, sendo ambas definidas pelo próprio denunciante como a(s) causa(s) da discriminação, podendo existir casos em que a alegada vítima sofre de dupla discriminação (pela sua nacionalidade e pelo seu grupo étnico/cultural). Por este motivo, o total de queixas não corresponderá ao somatório de 1. e 2.

No período compreendido entre os anos 2005 e 2013, do conjunto de queixas registadas pela CICDR, 194 deram origem a processos de contraordenação (PCOs), o que corresponde a 32% do total de queixas rececionadas (quadro 11.4.). Importa, contudo, reconhecer que a discrepância entre o número de queixas e o número de processos de contraordenação instaurados pela CICDR se deve a várias ordens de fatores. Por um lado, há a considerar que um número substantivo de queixas acolhidas pela CICDR é remetido para outras entidades, sendo que a maioria é remetida para a Au-

toridade para as Condições do Trabalho (ACT) que tem em exclusivo a competência para abertura, instrução e decisão dos processos de contraordenação em matéria laboral, ainda que estejam em causa fundamentos de discriminação racial. Por outro lado, a discrepância entre o número de queixas recebidas e os processos de contraordenação efetivamente instaurados reside também na falta de elementos de prova ou na ausência de respostas dos denunciantes a pedidos subsequentes de informação face a necessidade de clarificação ou de reforço de fundamentos na origem da queixa, que servem de suporte à abertura do respetivo processo de contraordenação. Verificam-se também inúmeras situações em que no decorrer da análise da queixa resulta ser mais eficaz, antes da abertura do processo de contraordenação, recorrer à mediação como forma de acautelar os interesses e direitos da vítima de discriminação, tendo o sucesso da mediação prévia influência na percentagem de processos de contraordenação por número de queixas (vd. quadro 11.3.).

Quadro 11.3. Queixas recebidas pela CICDR, e respetivo encaminhamento, entre 2005 e 2013

Encaminhamento das queixas	2005/2006*	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Conversão em processo de contraordenação (PCO) enviado à inspeção-geral competente	17	31	21	23	22	35	26	19
Processos abertos pelas Inspeções-Gerais	-	-	-	-	-	-	-	6
Reenvio para outras entidades**	26	7	20	26	30	31	33	20
Mediação	8	8	6	2	-	-	-	-
Queixas incompletas/ incorretas/infundadas	22	19	8	11	24	29	19	15
Aguardam esclarecimentos dos denunciantes	12	19	19	-	1	-	-	-
Total	**85**	**84**	**74**	**62**	**77**	**95**	**78**	**60**

Fonte: Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial – CICDR (cálculos das autoras)
Nota: * Entre Setembro de 2005 e o ano de 2006; **Inclui Ministério Público; Conselho Superior de Magistratura; Autoridade para as Condições do Trabalho; UAVIDRE; Linha Internet Segura; Entidade Reguladora para a Comunicação Social.

Quadro 11.4. Processos de contraordenação (PCOs) instaurados por número de queixas de discriminação racial e étnica recebidas pela CICDR, entre 2005 e 2013

Ano	Número de queixas	Número de PCO's	% de PCO por número de queixas recebidas nesse mesmo ano pela CICDR
2005/2006*	85	17	20%
2007	84	31	37%
2008	74	21	28%
2009	62	23	37%
2010	77	22	29%
2011	95	35	37%
2012	78	26	33%
2013	60	19	32%
Total	**615**	**194**	**32%**

Fonte: Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial – CICDR (cálculos das autoras)
Nota: * Entre Setembro de 2005 e o ano de 2006

Considerando a análise dos processos de contraordenação (PCOs) em função das áreas de discriminação, verifica-se que, entre 2005 e 2013, foram instaurados maior número de processos nas seguintes áreas: comércio (20,1%), forças de segurança (19,1%) e habitação (14,4%). Consideradas no seu conjunto, estas três áreas reúnem mais de metade dos PCOs instaurados (vd. quadro 11.5.). Relativamente às nacionalidades, repetem-se as tendências verificadas nas queixas, isto é, o maior número de PCOs instaurados referem-se a vítimas de nacionalidade brasileira, de etnia cigana e de vítimas discriminadas em função da cor da pele ("preto/negro") – vd. quadro 11.6.

Quadro 11.5. Processos de contraordenação (PCOs) instaurados, segundo a área de discriminação, entre 2005* e 2013

Área de discriminação	Número de PCO's	%
Comércio	39	20,1
Forças de Segurança	37	19,1
Habitação	28	14,4
Educação	21	10,8
Saúde	19	9,8
Transportes	14	7,2
Vizinhança	3	1,5
Outros serviços	20	10,3
Outras áreas de discriminação	4	2,1
Não especificada	9	4,6
Total	**194**	**100**

Fonte: Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial – CICDR (cálculos das autoras)
Notas:*Dados apenas a partir de Setembro de 2005;**As PCO na área laboral são da competência da Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT), pelo que a CICDR acaba por ter uma intervenção residual nesta vertente, procedendo ao encaminhamento das queixas para a ACT que promove o procedimento contraordenacional quando aplicável.

Quadro 11.6. Processos de contraordenação (PCOs) instaurados, por nacionalidade ou grupo étnico/cultural da alegada vítima, entre 2005* e 2013

	PCO's 2005-2013	% do total de PCOs 2005-2013
1. Nacionalidade		
Brasileira	52	26,8
Angolana	5	2,6
Cabo-verdiana	4	2,1
Guineense	5	2,6
São-tomense	4	2,1
Russa	3	1,5
Ucraniana	9	4,6
Moldava	3	1,5
Romena	5	2,6
Chinesa	3	1,5
Indiana	2	1,0
Outras nacionalidades	26	13,4
Não aplicável	73	37,6
2.Grupo étnico ou cultural		
Etnia Cigana	28	14,4
Negro/Preto	40	20,6
Imigrantes em geral	10	5,2
Não aplicável	116	59,8
Total PCO's**	**194**	**100,0**

Fonte: Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial – CICDR (cálculos das autoras)

Notas:*Dados apenas a partir de Setembro de 2005; **A nacionalidade e a etnia/raça são duas dimensões diferentes, sendo ambas definidas pelo próprio denunciante como a(s) causa(s) da discriminação, podendo existir casos em que a alegada vítima sofre de dupla discriminação (pela sua nacionalidade e pelo seu grupo étnico/cultural). Por este motivo, o total de PCO's não corresponderá ao somatório de 1. e 2.

Considerando apenas os processos de contraordenação instaurados, e obtendo um cruzamento das variáveis da área de discriminação com a nacionalidade ou grupo étnico/cultural das alegadas vítimas, conclui-se, a título de exemplo, o seguinte: a área de discriminação onde os nacionais do Brasil e os indivíduos de etnia cigana apresentam a percentagem mais significativa é o comércio (23,1% e 42,9%, respetivamente); por sua vez, os indivíduos discriminados pela cor da pele ("pretos/negros") apresentam os valores mais elevados para as forças de segurança (28,2%).

Apuraram-se igualmente as decisões de condenação proferidas pela CICDR, concluindo-se que entre 2005 e 2013 foram proferidas 19 decisões de condenação (vd. quadro 11.7). Destas 19 decisões de condenação cerca de metade (47%) referem-se à área do comércio e dizem respeito a vítimas de discriminação de etnia cigana (cerca de 42% do total de decisões).

Quadro 11.7. Decisões de Condenação proferidas pela CICDR, entre 2005 e 2013

Ano	Número de PCO's	Número de condenações proferidas pela CICDR
2005/2006*	17	1
2007	31	2
2008	21	0
2009	23	2
2010	22	3
2011	35	1
2012	26	2
2013	19	7
Total	194	19

Fonte: Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial – CICDR

Nota: * Entre Setembro de 2005 e o ano de 2006

Num estudo sobre as experiências de discriminação e racismo percecionadas por cinco minorias - que incidiu sobre amostras representativas de cabo-verdianos, guineenses, brasileiros, ucranianos e ciganos residentes em Portugal (Santos *et al.*, 2009) – corroboram-se as tendências reveladas pela análise das queixas recebidas pela CICDR no que toca particularmente à etnia cigana. Os ciganos surgem, neste estudo, como uma das minorias que mais se sente discriminada e é alvo de racismo em Portugal. Um outro estudo promovido pelo Observatório da Imigração (Rosário *et al.*, 2011: 200) sobre os discursos do racismo em Portugal, concluiu também que as categorias mais visadas pelos discursos racistas são os "negros", brasileiros e ciganos.

CAPÍTULO 12. REMESSAS

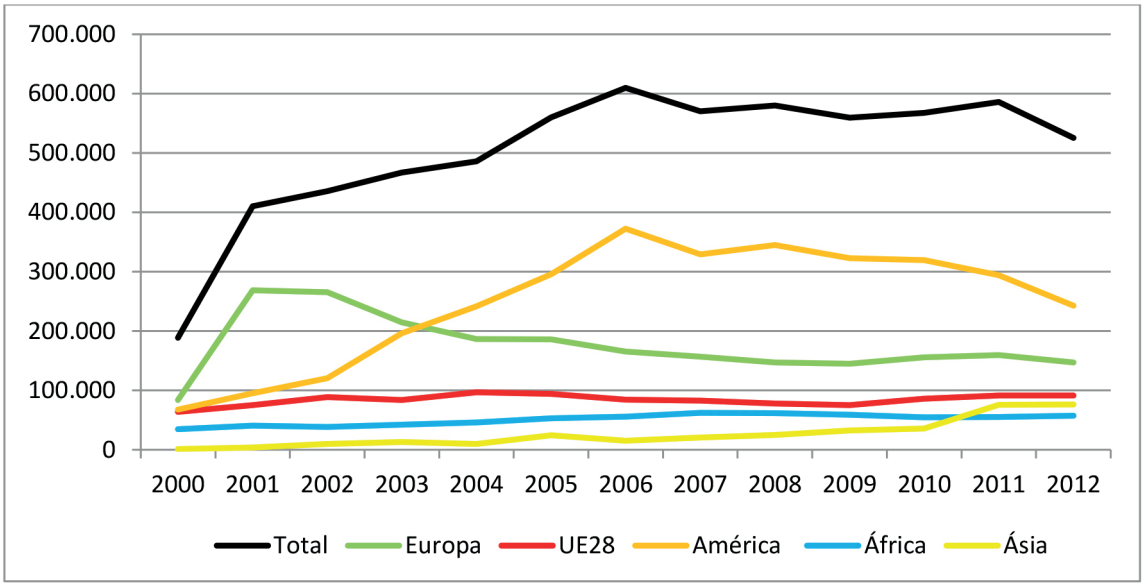
As remessas dos migrantes constituem uma das principais fontes dos fluxos financeiros internacionais e um motor de desenvolvimento para os países que as recebem. Importa, pois, estudar as remessas dos imigrantes que se encontram em Portugal, comparando-as com as remessas que o país recebe dos seus emigrantes.

As Estatísticas da Balança de Pagamentos (BOP) são compiladas pelo Banco de Portugal e registam de forma sistemática o conjunto das transações económicas de Portugal face ao resto do mundo, sendo produzidas segundo os princípios metodológicos presentes no Manual da balança de pagamentos do Fundo Monetário Internacional (FMI). Os dados disponibilizados pelo Banco de Portugal relativos às remessas de emigrantes/imigrantes dizem respeito às transferências regulares de salários e outras remunerações provenientes do trabalho efetuadas por emigrantes/imigrantes para residentes no país de origem. As remessas apenas incluem as transferências de emigrantes/imigrantes que estão (ou pretendam estar) fora do seu país durante mais de um ano, excluindo ainda as transferências realizadas com vista ao investimento ou aplicação em depósitos, bem como as prestações sociais.[87]

Os dados compilados para este relatório estatístico, relativamente à evolução global das remessas de imigrantes na última década, mostram que se registou um aumento significativo dessas no período entre 2000 e 2006. Nesse período as remessas dos imigrantes triplicaram, passando de 189 milhões de euros, em 2000, para 610 milhões de euros em 2006 (ano em que se atinge o pico da década em análise). A partir do ano de 2007 interrompe-se esta trajetória de crescimento, tendo nos anos seguintes diminuído os valores associados às remessas de imigrantes, refletindo a própria crise económica vivida em Portugal, o aumento do desemprego entre os imigrantes (e assim a diminuição dos seus salários e remunerações) e a redução do número de residentes estrangeiros registados (-2% em 2010 e 2011, e -5% em 2012, segundo dados do SEF apresentados no capítulo 2.2.). Assim, em 2012 o montante global das remessas de imigrantes para os países de origem fixou-se nos 526 milhões de euros, constatando-se que cerca de metade deste valor (46,2%) teve como destino o continente americano (243 milhões de euros) – vd. gráfico 12.1.

87. Detalhes em
https://www.bportugal.pt/pt-PT/Estatisticas/Dominios%20Estatisticos/Documents/Manual_procedimentos_COPE.pdf

Gráfico 12.1. Remessas de imigrantes (em milhares €) por continente de destino dos fluxos, entre 2000 e 2012



Fonte: Banco de Portugal - Estatísticas da Balança de Pagamentos *cit in* Pordata

Considerando os principais países de destino das remessas (quadro 12.1.), verifica-se que, no ano de 2012, 93% do montante das remessas enviadas para o continente americano tiveram como destino o Brasil (226 milhões de euros). Nesse mesmo ano, as remessas com destino a este país da CPLP representavam 43% do total de remessas de imigrantes residentes em Portugal, quando em 2000 o seu peso era de apenas 17,9%. Reportando ainda o ano de 2012, verifica-se que os principais países de destino são, por ordem de importância: o Brasil (42,9%), Ucrânia (7,4%), França (3,8%), Espanha, Roménia e Angola (os três países com 2,9%), Cabo Verde (2,7%) e EUA (1,6%).

Quando se comparam os dados de 2000 com os dados de 2012, sobressaem algumas alterações. Por um lado, é bastante notório o crescimento das remessas com destino à Ucrânia (+37 milhões de euros), Brasil (+192 milhões) e Roménia (+11 milhões). Para estes resultados muito contribui, conforme informação refletida em capítulos anteriores, o significativo aumento dos residentes de nacionalidade brasileira (+78.000 cidadãos), ucraniana (+22.997) e romena (+21.695) entre os Censos 2001 e 2011. Em contrapartida, os Estados Unidos da América e a França registam taxas de variação negativas e Angola apenas cresceu +4%. O decréscimo no número de residentes destes países (também visível nos dados dos dois últimos Censos) poderá também estar a influenciar esta retração nas remessas enviadas. Em resultado destas mudanças da última década, em 2012 a Ucrânia passa a ocupar o segundo lugar na lista dos principais países de destino das remessas dos imigrantes em Portugal (quando em 2001 ocupava apenas a sétima posição), destronando os EUA - que passam do segundo lugar em 2001 para o sexto em 2012.

Quadro 12.1. Remessas de imigrantes, por principais países de destino dos fluxos, em 2000 e 2012

	2000		2012		Variação 2000-2012	
	Milhares €	%	Milhares €	%	Milhares €	%
Total Europa	**84.072**	**44,5**	**147.359**	**28,0**	**+63.287**	**+75**
Total UE28	**63.952**	**33,8**	**91.540**	**17,4**	**+27.588**	**+43**
Espanha	5.919	3,1	15.035	2,9	+9.116	+154
França	24.306	12,9	19.821	3,8	-4.485	-18
Roménia	3.867	2,0	15.319	2,9	+11.452	+296
Ucrânia	2.132	1,1	39.085	7,4	+36.953	+1.733
Total América	**67.953**	**36,0**	**242.999**	**46,2**	**+175.046**	**+258**
EUA	25.369	13,4	8.472	1,6	-16.897	-67
Brasil	33.792	17,9	225.648	42,9	+191.856	+568
Total África	**34.695**	**18,4**	**57.315**	**10,9**	**+22.620**	**+65**
Total PALOP	**28.068**	**14,9**	**41.870**	**8,0**	**+13.802**	**+49**
Angola	14.755	7,8	15.356	2,9	+601	+4
Cabo Verde	4.800	2,5	14.057	2,7	+9.257	+193
Total Ásia	**1.443**	**0,8**	**76.662**	**14,6**	**+75.219**	**+5.213**
Total Geral	**188.961**	**100,0**	**525.527**	**100,0**	**+336.566**	**+178**

Fonte: Banco de Portugal-Estatísticas da Balança de Pagamentos cit in Pordata (cálculos das autoras)

No que toca às remessas de emigrantes, os dados do Banco de Portugal indicam que as mesmas registaram uma subida de +13,1% em 2012 (face a 2011), superando pela primeira vez desde 2002 os 2.700 milhões de euros. Pelo contrário, no mesmo ano, o dinheiro enviado pelos imigrantes em Portugal sofreu uma quebra de -10,3% face ao ano de 2011. De acordo com a mesma fonte, os trabalhadores portugueses em França continuam a ser aqueles que mais enviam remessas para Portugal, tendo remetido cerca de 846 milhões de euros em 2012. Na lista dos emigrantes que mais enviam remessas para Portugal, reportando ainda dados de 2012, seguem-se os trabalhadores da Suíça (697 milhões)[88], Angola (270 milhões) e Alemanha (173 milhões). Atendendo ao contributo destas remessas de emigrantes portugueses, importa realçar que em 2012 o saldo entre as remessas de emigrantes e as remessas de imigrantes era positivo para Portugal, situando-se nos 2.224 milhões de euros, ou seja entraram mais remessas para o país do que aquelas que saíram. O saldo de 2012 excedeu o saldo dos anos precedentes, sendo apenas suplantado em anos anteriores a 2003.

88.Note-se que os dois países onde residem mais emigrantes portugueses são a França e a Suíça.

Quadro 12.2. Remessas de emigrantes, imigrantes e saldo em % do PIB, entre 2000 e 2012

Ano	Remessas de emigrantes		Remessas de imigrantes		Saldo de remessas de emigrantes/imigrantes	
	Milhares de €	Em % do PIB	Milhares de €	Em % do PIB	Milhares de €	Em % do PIB
2000	3.458.121	2,7	188.961	0,1	3.269.160	2,6
2001	3.736.820	2,8	410.095	0,3	3.326.725	2,5
2002	2.817.885	2,0	435.500	0,3	2.382.385	1,7
2003	2.433.777	1,7	467.100	0,3	1.966.677	1,4
2004	2.442.164	1,6	485.596	0,3	1.956.568	1,3
2005	2.277.248	1,5	559.989	0,4	1.717.259	1,1
2006	2.420.267	1,5	609.771	0,4	1.810.496	1,1
2007	2.588.417	1,5	569.995	0,3	2.018.422	1,2
2008	2.484.680	1,4	579.998	0,3	1.904.682	1,1
2009	2.281.866	1,4	559.208	0,3	1.722.658	1,0
2010	2.425.899	1,4	567.340	0,3	1.858.559	1,1
2011	2.430.491	Pro1,4	585.626	Pro0,3	1.844.865	Pro1,1
2012	2.749.461	Pre1,7	525.527	Pre0,3	2.223.934	Pre1,3

Fonte: Banco de Portugal-Estatísticas de Balança de Pagamentos/INE-Banco de Portugal-Contas Nacionais Anuais (Base 2006) *cit in* Pordata

Notas: Pro= Valores provisórios; Pre=Valores preliminares

PRINCIPAIS TENDÊNCIAS ENCONTRADAS

1. A partir de 2010, associando saldos naturais negativos à descida do saldo migratório, Portugal assiste a saldos populacionais totais negativos. Por outras palavras, nos últimos anos o saldo migratório em Portugal deixou de conseguir compensar os valores negativos do saldo natural (a partir de 2011 registam-se saldos migratórios negativos). Ora atendendo que, segundo um estudo do EUROSTAT, a partir de 2015 se prevê que o crescimento populacional dos Estados-membros se consiga apenas com saldos migratórios positivos, **Portugal encontra-se numa situação de fragilidade demográfica**. O contributo dos imigrantes revela-se especialmente importante se considerarmos que Portugal é um dos países da União Europeia com maior índice de envelhecimento (129,4 por cada 100 jovens em 2012). A *Estratégia de Desenvolvimento Sustentável da União Europeia* reconhece o contributo da imigração para responder aos desafios que se colocam com os cenários demográficos esperados.

2. Os **imigrantes contribuem positivamente para a demografia portuguesa**. O último Recenseamento da População realizado pelo Instituto Nacional de Estatística (Censos 2011) veio reafirmar o contributo positivo da população estrangeira na demografia portuguesa. Nos últimos 10 anos a população cresceu 2% (206.061 indivíduos), sobretudo como consequência do saldo migratório (que explica 91% desse crescimento).

3. Os estrangeiros têm sido responsáveis não apenas pelo **aumento de efetivos em idade ativa**, mas também pelo **incremento dos nascimentos** em Portugal. Segundo dados das Estatísticas Demográficas (INE), em 2012 as mulheres de nacionalidade estrangeira foram responsáveis por cerca de 10% do total dos nados-vivos de mães residentes em Portugal. Esta percentagem é particularmente elevada se atendermos a que a população estrangeira apenas representa 3,7% do total da população residente em Portugal à data dos Censos 2011.

4. A população de nacionalidade estrangeira residente em Portugal é tendencialmente **mais jovem que a população de nacionalidade portuguesa**. A estes resultados não são alheios dois fatores: por um lado, a tendência de envelhecimento da população portuguesa e, por outro, o facto da imigração em Portugal ser predominantemente de motivação económica, ou seja, chega em idade ativa.

5. A população estrangeira residente em Portugal encontra-se sobretudo **concentrada na região de Lisboa** (NUT II). A percentagem de estrangeiros que se concentra nesta unidade territorial corresponde a 51,6%. A elevada concentração de estrangeiros na Região de Lisboa resulta em grande medida das primeiras vagas de imigração provenientes dos PALP. Ainda que as vagas imigratórias mais recentes tenham sido importantes para diminuir a sobre concentração nesta região (por apresentarem padrões de maior dispersão geográfica no território português), não conseguiram retirar a importância relativa da região de Lisboa que capta ainda mais de metade dos estrangeiros residentes no país.

6. Se é verdade que o **número de estrangeiros em Portugal tem diminuindo nos últimos anos**, também se nota que os **perfis de imigração para Portugal estão a diversificar-se**. As condições económicas menos favoráveis do país a partir de 2008, mudaram o perfil de entradas de estrangeiros em Portugal. Não apenas o fluxo global de entradas diminui (em especial entre 2008 e 2011, retomando com ligeiro aumento a partir de 2012), como se verifica uma alteração nos perfis das entradas, com aumento de alguns fluxos – caso dos estudantes, de investigadores e altamente qualificados e, de forma mais ténue, de reformados – e diminuição de outros – entradas para o exercício de atividades subordinadas.

7. É difícil apurar o número de **saídas ou regressos aos países de origem** pelos estrangeiros residentes em Portugal uma vez que, na maioria dos casos, quando os cidadãos deixam Portugal não informam as autoridades competentes. Os dados acerca dos beneficiários do *Programa de Apoio ao Retorno Voluntário e à Reintegração* dão alguma perceção do fenómeno, com as devidas ressalvas. Esses dados, divulgados pela Organização Internacional das Migrações (OIM) e o SEF, dão conta do aumento do número de beneficiários e saídas de estrangeiros ao abrigo deste programa, bem como do número de requerentes, evidenciando uma sobre representação dos brasileiros (86% em 2012). Segundo a OIM, entre as principais dificuldades destacadas na justificação para os candidatos procurarem o programa estão o desemprego (46% dos casos) e a regularização (17,9%).

8. A população estrangeira nas últimas décadas apresentou sempre **taxas de atividade** superiores aos nacionais. Segundo dados dos Censos de 2011, a taxa de atividade dos portugueses era de 47% enquanto a taxa de atividade dos estrangeiros era de 61%. Ao longo das últimas décadas os fluxos de imigração para Portugal vieram responder às necessidades do mercado de trabalho nacional. A população estrangeira não é um todo homogéneo quanto à sua inserção económica, verificando-se três formas de incorporação no mercado de trabalho: (1) *imigração laboral*, personificada principalmente pelos operários dos PALP, brasileiros e do Leste europeu; (2) *imigração profissional,* essencialmente representada por trabalhadores oriundos da União Europeia e do continente americano; e (3) *imigração empresarial,* destacam-se os asiáticos, em especial os chineses.

9. Verifica-se a **sobre representação da população estrangeira em alguns grupos profissionais**. Em 2011, cerca de 49% da população empregada estrangeira estava na construção, indústria e transportes (grupos profissionais da base) enquanto apenas 34% da população empregada portuguesa se enquadrava nesses mesmos grupos profissionais. Em contrapartida, verifica-se a partir dos Censos de 2011 que os portugueses têm mais população empregada (23%) nos grupos profissionais de topo do que os estrangeiros (apenas 13%).

10. A segmentação do mercado de trabalho português, associando os estrangeiros às atividades manuais e mais exigentes, e por vezes mais arriscadas, e a algumas características dos trabalhadores imigrantes (e.g. disponibilidade para trabalhar mais horas, trabalhadores tendencialmente pouco informados acerca dos seus direitos e deveres laborais em Portugal, com conhecimentos limitados acerca dos sistemas de segurança e saúde no trabalho) tem tido consequências na **sinistralidade laboral dos estrangeiros** que se mostra superior à verificada para os trabalhadores portugueses. Em 2011 morreram 13 trabalhadores estrangeiros por cada 100.000 trabalhadores, enquanto a proporção para os trabalhadores portugueses era de apenas 7 acidentes mortais. Estes valores ficam bastante acima do verificado nos países da União Europeia (em 2010, segundo dados do EUROSTAT, verificaram-se 1,87 acidentes mortais por cada 100.000 trabalhadores na zona UE27). Entre 2003 e 2011, a sinistralidade laboral decresceu 9,5% no caso dos trabalhadores portugueses e 13,5% nos trabalhadores de nacionalidade estrangeira.

11. Verifica-se um **desequilíbrio nas remunerações** base médias entre os portugueses e os estrangeiros. Os dados de 2012 dos Quadros de Pessoal mostram que, em média, os trabalhadores es-

trangeiros têm remunerações 7% mais baixas que a generalidade dos trabalhadores do país. Estes dados diferem em função da nacionalidade do trabalhador. Por comparação aos trabalhadores portugueses são os nacionais dos países terceiros aqueles que tendem a obter remunerações médias mais baixas pelo seu trabalho, enquanto os nacionais de países da União Europeia e da América do Norte tendem a obter as remunerações mais altas. A estas diferenças nas remunerações não são alheias as formas de incorporação no mercado de trabalho e/ou os grupos profissionais em que esses estrangeiros se inserem. Se a comparação das remunerações base médias de trabalhadores em Portugal e estrangeiros for feita em função dos grupos profissionais, observa-se que os trabalhadores estrangeiros diferem para remunerações mais altas nos grupos profissionais de topo (+41% no grupo 1, +18% no grupo 2 e + 114% no grupo 3) e para remunerações mais baixas nos restantes grupos profissionais, sendo nestes últimos grupos os trabalhadores estrangeiros da agricultura aqueles que têm menores remunerações (-15%).

12. Segundo dados dos Censos, entre 1981 e 2011, a importância relativa de **empregadores estrangeiros** no total de empregadores do país passou de 1,4% para 5,2%. Este crescimento é ainda mais relevante se se considerar que de 1981 para 2011 a taxa de variação de empregadores estrangeiros foi seis vezes superior à registada para os portugueses. É interessante verificar ainda que a taxa de variação de empregadores estrangeiros entre 2001 e 2011 foi positiva em +15,2%, enquanto a taxa para os empregadores portugueses foi negativa em -7%. Deve atender-se, por outro lado, que nem todas as nacionalidades estrangeiras têm propensões semelhantes à iniciativa empresarial.

13. Segundo dados do Eurostat, em 2012 Portugal era o terceiro país da União Europeia com a taxa de desemprego mais elevada (15,9%), sendo apenas ultrapassado pela Grécia (24,3%) e Espanha (25,0%). O desemprego não incide de igual forma nos diferentes grupos populacionais. As **taxas de desemprego dos estrangeiros são superiores às dos portugueses**; e, por outro, a distância entre estes dois grupos agravou-se substancialmente na última década - em 2001 verifica-se uma diferença de dois pontos percentuais na taxa de desemprego dos portugueses e dos estrangeiros, passando para 6 pontos percentuais em 2011.

14. Durante a última década o **saldo financeiro da segurança social com os estrangeiros foi positivo.** Embora o contributo financeiro dos imigrantes para o sistema tenha vindo a diminuir, este não foi posto em causa com a crise económica e a necessidade de apoiar os imigrantes em termos de proteção social (nomeadamente no que diz respeito à proteção no desemprego). Em 2012, num contexto de crise económica e de aumento do desemprego, se forem contabilizadas as contribuições dos estrangeiros para a segurança social e a estas se subtraírem os gastos com prestações sociais, obtém-se um saldo positivo de cerca de +253,0 milhões de euros (era +321,4 milhões em 2011). Deve ter-se em consideração que esta tendência de diminuição do saldo reflete a própria diminuição do número de contribuintes estrangeiros (associada ao decréscimo da população estrangeira no país) e ao aumento do número de estrangeiros com prestações sociais, como contrapartida de contribuições efetuadas anteriormente para o sistema de segurança social português. O decréscimo dos contribuintes estrangeiros é transversal ao universo de contribuintes do sistema de segurança social português, onde se verificou igualmente uma redução do número de contribuintes (passaram de 4.362.177, em 2002, para 3.770.764 em 2013). A imigração mostra-se necessária para contrabalançar os efeitos do envelhecimento demográfico no sistema de segurança social, contribuindo para um relativo alívio do sistema de segurança social e para a sua sustentabilidade.

15. Os **estrangeiros mostram maior percentagem de população nos níveis de escolaridade mais elevados** quando comparados com os portugueses. Essa tendência não é, contudo, uniforme para todas as nacionalidades estrangeiras. Segundo os Censos de 2011, as populações estrangeiras residentes com maior percentagem de pessoas com o ensino superior são os nacionais de Espanha (32%, o que equivale a mais 20 pontos percentuais que os portugueses), do Reino Unido (22,8%,

mais 11 pontos percentuais face aos portugueses) e da Ucrânia (20,1%, mais 10 pontos percentuais que os portugueses). Também no nível secundário e pós-secundário se observa que a maioria das populações estrangeiras analisadas têm uma maior importância relativa de pessoas com esse nível de escolaridade do que os portugueses, destacando-se os ucranianos (40,5%, o que equivale a mais 27 pontos percentuais que o verificado para os portugueses), os ingleses (37%) e os brasileiros (35%, mais 22 pontos percentuais).

16. Os resultados do PISA 2012 indicam uma evolução positiva no que se refere à integração dos alunos imigrantes nos sistemas de ensino dos vários países da OCDE. Segundo o PISA 2012, o perfil socioeconómico dos alunos imigrantes dos países da OCDE encontrava-se em 2012 ligeiramente mais favorecido que o perfil dos mesmos alunos em 2003, verificando-se igualmente uma redução das desvantagens dos alunos imigrantes, face aos não-imigrantes, em termos de desempenho escolar (OCDE, 2013). Portugal revela efeitos menos acentuados do que aqueles que se verificam no conjunto dos países da UE onde a associação negativa entre *background* imigrante e desempenho escolar assume valores mais elevados. Os dados da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) analisados neste relatório revelam que embora os alunos estrangeiros apresentem globalmente resultados escolares menos satisfatórios que os alunos de nacionalidade portuguesa, entre o ano letivo de 2007/2008 e 2012/2013, notou-se uma **melhoria da performance escolar dos alunos estrangeiros do ensino secundário**. Os estudantes estrangeiros representavam em 2011/2012 cerca de 7% do total de estudantes inscritos no Ensino Superior português, tendo aumentado bastante a sua importância relativa nos últimos anos (em 2000/2001 apenas representavam cerca de 3% do total de estudantes neste nível de ensino).

17. A distribuição dos trabalhadores estrangeiros pelos grupos profissionais do mercado de trabalho em Portugal não reflete necessariamente as suas qualificações. Verifica-se em Portugal o fenómeno da sobre qualificação no mercado de trabalho. Os estrangeiros qualificados em Portugal sem o reconhecimento das suas qualificações representam um importante capital humano que não está a ser aproveitado no mercado de trabalho. Em 2007 foi aprovado um novo enquadramento e regime para o reconhecimento de títulos académicos (licenciaturas, mestrados e doutoramentos) adquiridos no estrangeiro que gerou nos últimos anos um aumento significativo do número de **reconhecimento de qualificações de nível superior** em Portugal.

18. A compreensão da língua do país de acolhimento é um requisito fundamental no processo de integração de imigrantes, tendo por isso aumentado a oferta de **cursos de aprendizagem da língua de acolhimento** um pouco por toda a Europa. Em Portugal, no ano letivo de 2012/13 encontravam-se matriculados na disciplina de *Português Língua Não Materna* (PLNM) – disciplina do ensino básico e ensino secundário - 2.199 alunos, verificando-se um crescimento significativo relativamente ao ano letivo de 2007/08 (quando apenas existiam 31 alunos matriculados). O *Programa Português para Todos* (PPT) também tem aumentado desde 2008 o número de formandos abrangidos: entre 2008 e 2012, registou-se um aumento de formandos em +224% (3.385 formandos, em 2008, e 10.982 em 2012).

19. Nos últimos anos verifica-se um grande **aumento do número de "novos cidadãos" portugueses** associado essencialmente a estrangeiros residentes em Portugal (mais de 90% das aquisições de nacionalidade) e descendentes de imigrantes. A legislação que regula o acesso à **nacionalidade portuguesa** foi alterada em 2006, tendo sido reconhecida internacionalmente como a melhor política promotora da integração de imigrantes. Entre 2007 e 2012, o número de cidadãos a quem foi concedida a nacionalidade portuguesa atingiu os 223.231, quando entre 2001 e 2006 esse número se situou apenas nos 14.865. Entre 2007 e 2012, apenas 18% dos pedidos de concessão de nacionalidade foram recusados, o que não sucedia antes da nova lei da nacionalidade (entre 2001 e 2006 registaram-se cerca de 30% de pedidos indeferidos).

20. Na década passada aumentou a percentagem de **estrangeiros elegíveis para votar** por total de residentes – passou de 53,3% em 2001 para 62,9% em 2011. Contudo, a percentagem de **cidadãos estrangeiros recenseados** em Portugal para votar por total de estrangeiros residentes elegíveis para votar em eleições locais diminuiu 8 pontos percentuais – em 2001 eram 21,7% (20.602 num universo de 95.036 recenseáveis) e em 2011 apenas 13,5% (26.957 num universo de 199.064 recenseáveis) -, refletindo uma taxa de variação de -37,5% entre Censos, o que tanto pode refletir o crescente desinteresse das populações estrangeiras no país para os seus direitos políticos ou a sua perceção de falta de direitos políticos em Portugal. Os dados relativos ao ano de 2011 mostram que apesar de residirem 77.706 cidadãos da União Europeia em Portugal, apenas 11.301 se encontram recenseados (14,5%). Os países comunitários com as percentagens mais elevadas de recenseados são a Holanda (35,2%), Bélgica (30,1%), Alemanha (27,4%) e Dinamarca (26,2%). No que diz respeito aos nacionais de países terceiros com direito ao voto, os dados de 2011 revelam que apesar de residirem em Portugal 121.565 cidadãos destes países com direitos de voto, apenas 15.656 estão efetivamente recenseados (12,9%). No grupo dos nacionais de países terceiros com direitos políticos, são os cabo-verdianos os que apresentam taxas de recenseamento mais elevadas (36,4%).

21. As **associações de imigrantes têm um papel fundamental no acolhimento e integração de imigrantes e seus descendentes**. No final de 2012 contabilizavam-se 131 associações de imigrantes cuja representatividade foi reconhecida pelo ACM, um número que representa a soma acumulada de associações reconhecidas desde 1999. As associações reconhecidas estão espalhadas um pouco por todo o país, e desenvolvem o seu trabalho em áreas muito diversificadas (e.g. eventos culturais, apoio jurídico, aulas de língua portuguesa, luta contra a discriminação, intervenção política no âmbito das questões da imigração).

22. A situação de desvantagem das populações imigrantes no mercado da **habitação** é comum aos diversos países da União Europeia, identificando-se a sobre representação dos estrangeiros em alojamentos precários, sobrelotados e sem infraestruturas básicas, mostrando-se mais difícil o acesso à propriedade da habitação. Os dados dos Censos 2011 de Portugal relativos à população residente em alojamentos não clássicos (e.g. barracas e alojamentos improvisados) indicam que os cidadãos estrangeiros encontram-se mais representados neste tipo de alojamento (0,65%) que os cidadãos portugueses (0,15%), pese embora esse valor tenha descido consideravelmente por comparação a 2001. A percentagem de estrangeiros a residir em alojamentos sobrelotados (36,6%) é também superior à verificada entre cidadãos de nacionalidade portuguesa (15,6%) na mesma situação.

23. Estrangeiros e o Sistema de Justiça: Entre 2001 e 2012 o número de reclusos estrangeiros no sistema prisional português passou de 1.582 para 2.602. Em 2012 a proporção de reclusos estrangeiros no total de reclusos atingia os 19%. Importa esclarecer que é preciso ter alguns cuidados na análise destes dados estatísticos, uma vez que quando se olha para a criminalidade de estrangeiros, ou para a percentagem de reclusos estrangeiros, deve atender-se que não estamos a falar necessariamente de imigrantes ou de estrangeiros residentes no país. Na realidade muitos destes reclusos ou estrangeiros julgados criminalmente são estrangeiros apanhados na fronteira ou em circulação que não têm qualquer vínculo a Portugal ou intenção de imigrar para o país. Os dados sobre reclusos estrangeiros analisados mostram que a evolução do número de estrangeiros nas prisões portuguesas não está inteiramente correlacionada com a evolução dos fluxos imigratórios em direção a Portugal. Muitos dos reclusos estrangeiros são "indivíduos em trânsito", isto é, são estrangeiros não imigrantes, sem residência nem atividade profissional em Portugal, sendo que o perfil de reclusos estrangeiros nem sempre corresponde ao perfil de imigrantes residentes em Portugal. Importa ainda atender que os cidadãos estrangeiros estão mais sujeitos à aplicação da medida de prisão preventiva e que, para o mesmo tipo de crime, apresentam taxas de condenação mais elevadas que os arguidos de nacionalidade portuguesa, verificando-se também que os cidadãos estrangeiros tendem a ser mais condenados a penas privativas da liberdade (prisão efetiva).

Estes fatores concorrem para o aumento da importância relativa de reclusos estrangeiros no sistema prisional português.

24. A partir dos dados de **queixas de discriminação de base racial e étnica** acolhidas na Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial, aferiu-se as áreas de discriminação, as nacionalidades e origem étnica ou cultural das alegadas vítimas. Observa-se que uma parte importante das queixas se reporta a situações ocorridas no domínio laboral (cerca de 20%), seguindo-se as participações por discriminação em estabelecimentos comerciais e pelas forças de segurança (ambas com cerca de 12%). No que se refere à nacionalidade ou origem étnica e/ou cultural das alegadas vítimas de discriminação, destaca-se a nacionalidade brasileira, ucraniana, guineense, cabo-verdiana e angolana (refletindo a sua própria sobre representação no país), verificando-se também expressão de queixas em que as alegadas vítimas foram discriminadas pela cor da pele ou pela pertença à etnia cigana.

25. Relativamente à evolução global das **remessas de imigrantes** na última década, os dados mostram que estas registaram um aumento significativo no período entre 2000 e 2006 – as remessas triplicaram, passando de 189 milhões de euros, em 2000, para 610 milhões de euros em 2006 (ano em que se atinge o pico da década em análise). Nos últimos anos interrompeu-se esta trajetória de crescimento, refletindo a crise económica e a redução do número de residentes estrangeiros no país. Em 2012 o montante global das remessas de imigrantes para os países de origem fixou-se nos 526 milhões de euros, constatando-se que os principais países de destino são, por ordem de importância: o Brasil (42,9%), Ucrânia (7,4%), França (3,8%), Espanha, Roménia e Angola (2,9%) e Cabo Verde (2,7%). Quando se comparam os dados de 2000 com os dados de 2012, sobressaem algumas alterações, verificando-se o crescimento das remessas com destino à Ucrânia (+37 milhões de euros), Brasil (+192 milhões) e Roménia (+11 milhões). Para estes resultados muito contribui o significativo aumento dos residentes de nacionalidade brasileira, ucraniana e romena entre os Censos 2001 e 2011.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abreu, A. e Peixoto, J. (2009), "Demografia, mercado de trabalho e imigração de substituição: tendên≈cias, políticas e prospectiva no caso português", in *Análise Social*, vol. XLIV (193), pp. 719-746.

Albuquerque, R. (2013), *Associativismo, Capital Social e Mobilidade. Contributos para o estudo da participação associativa de descendentes de imigrantes africanos lusófonos em Portugal*, coleção de Teses do Observatório da Imigração, volume 41, Lisboa: ACIDI.

Baganha, M. I. *et al.* (1999), "Os imigrantes e o mercado de trabalho: o caso português", in *Análise Social*, vol. XXXIV, n.º 159, pp. 147-173.

Carrera, S. (2008), *Benchmarking Integration in the EU. Analysing the debate on integration indicators and moving it forward,* Gütersloh: Bertelsmann Foundation.

Carneiro, R. *et al.* (2006), *A mobilidade ocupacional do trabalhador imigrante em Portugal,* Coleção Cogitum, n.º 20, Lisboa: DGEEP/MTSS.

Carvalhais, I. E. (2006), "Condição Pós-Nacional Da Cidadania Política: Pensar a Integração de Residentes Não-nacionais em Portugal"; in *Sociologia, Problemas e Práticas* (50): 109–130.

Carvalho H. (coord.) *et al.* (2011), *As competências dos alunos: resultados do PISA 2009 em Portugal*, CIES-IUL Instituto Universitário de Lisboa.

COM (2011), *Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the regions – European Agenda for the Integration of Third-Country Nationals*, SEC(2011) 957 final.

Cunha, Isabel (2010), " «Pelos imigrantes, com os imigrantes» ", in Horta (org.), *Revista Migrações* do Observatório da Imigração, Número Temático *Associativismo Imigrante,* Abril, pp. 204-2016.

Dias, M.C. e Varejão, J. (2012), "Estudo de avaliação das políticas ativas de emprego", Relatório Final, Porto: Faculdade de Economia da Universidade do Porto.

EUROBAROMETER Qualitativo (2011), *Migrant Integration: Aggregate Report*, May 2011.

EUROSTAT (2011a), *Indicators of Immigrant Integration: a pilot study,* Eurostat Methodologies and Working Papers, Luxembourg: European Commission.

EUROSTAT (2011b), *Migrants in Europe. A statistical portrait of the first and second generation*, Eurostat Statistical books, Luxembourg: European Commission.

EUROSTAT (2013a), *EU employment and social and social situation. Special supplement on demographic trends*, Luxembourg: European Commission.

EUROSTAT (2013b), *Sustainable development in the European Union. 2013 monitoring report of the EU sustainable development strategy,* Eurostat Statistical books, Luxembourg: European Commission.

Ferreira, E. *et al* (2004), Viagens de Ulisses. Efeitos da Imigração na Economia Portuguesa, Observatório da Imigração, Lisboa: ACIME.

Fonseca, G. (2010), *Percursos Estrangeiros no Sistema de Justiça Penal*, estudo 43 do Observatório da Imigração, Lisboa: ACIDI.

Fonseca, L. *et al.* (2009), *PROMISTAT Country Report Portugal, Promoting Comparative Quantitative Research in the Field of Migration and Integration in Europe (PROMISTAT).*

Fonseca, L. e Hortas, M. J. (2011), "International students in Portugal", *Canadian Diversity*, volume 8: 5, winter, pp. 98-104.

Fonseca, L. *et al.* (2013), "Habitação, imigração e integração sócio-territorial: notas e reflexões a partir do caso da Região do Algarve", in Fonseca, L., Góis, P., Marques, J.C. e Peixoto, J. (orgs.), *Migrações na Europa e em Portugal – Ensaios de Homenagem a Maria Ioannis Baganha*, Lisboa: Almedina/CES, pp.123-158.

Góis, P. e Marques, J. C. (2007), *Estudo prospectivo sobre imigrantes qualificados em Portugal,* estudo 24 do Observatório da Imigração, Lisboa: ACIDI.

Góis, P. e Marques, J. C. (2014), *Processos de admissão e de integração de imigrantes altamente qualificados em Portugal e a sua relação com a migração circular,* estudo 54 do Observatório da Imigração, Lisboa: ACIDI.
Gonçalves, C. M. (2005), "Evoluções recentes do desemprego em Portugal" in *Revista Sociologia,* n.15, Porto: Faculdade de Letras, pp.125-164.
González, E. e Irastorza, X. (orgs.) (2007), *Literature Study on Migrant Workers, European Agency for Safety and Health at Work* – European Risk Observatory, OSHA.
Healy, C. (2011), *Cidadania portuguesa: a nova lei da nacionalidade de 2006*, estudo 45 do Observatório da Imigração, Lisboa: ACIDI.
Horta, A. P. B. (org.) (2010), *Associativismo Imigrante*, número temático da Revista Migrações, volume 6, Abril, Observatório da Imigração, Lisboa: ACIDI.
Horta, M. J. (2013), *Educação e Imigração: a integração dos alunos imigrantes nas escolas do ensino básico do centro histórico de Lisboa*, estudo 50 do Observatório da Imigração, Lisboa: ACIDI.
Huddleston, T. *et al.* (2013), *Using EU Indicators of Immigrant Integration,* Final Report for Directorate-General for Home Affairs, Luxemburgo: Publications Office of the European Union.
ILO (2004), *Towards a fair deal for migrant workers in the global economy*, Report VI, Genebra: International Labour Office.
Immigrant Citizens Survey (2012), *How immigrants experience integration in 15 European cities,* Bruxelas: King Baudouin Foundation e Migration Policy Group.
Leal, M. *et al.* (2007), *Proposals for a European common system of indicators of immigrants integration*, Ministerio de Trabajo y Assuntos Sociales: Madrid.
Leiria, I. (coord.) *et al.* (2008), *Orientações Programáticas de Português Língua não Materna (PLNM) - Ensino Secundário,* Ministério da Educação - Direção Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular.
Lemaitre, G. (2005), "The Comparability of International Migration Statistics. Problems and Prospects", *OECD Statistics Brief* n.º 9, July 2009.
Lemaitre, G. (2010), "Immigrants' Integration Policies: International Monitoring (and Diagnosis). The added value of international comparisons", communication at the *International Forum Immigrants Integration*, held in Lisbon at 16-17 December 2010.
Niessen, J. *et al.* (2009), "Developing and using European Integration Indicators", background paper prepared for the Swedish Presidency Conference Integration of New Arrivals (Malmo, 14-16 December 2009).
Machado, F. L. e Roldão, C. (2010), *Imigrantes idosos: uma nova face da imigração em Portugal,* estudo 39 do Observatório da Imigração, Lisboa: ACIDI.
Malheiros, J. e Fonseca, L. (coord.) (2011), *Acesso à habitação e problemas residenciais dos imigrantes em Portugal*, estudo 48 do Observatório da Imigração, Lisboa: ACIDI.
Malheiros, J. e Esteves A. (coord.) (2013), *Diagnóstico da situação da população imigrante em Portugal: características, problemas e potencialidades*, Coleção Portugal Imigrante, Observatório da Imigração, Lisboa: ACIDI.
OCDE (2006), *Where immigrant students succeed: a comparative review of performance and engagement in PISA 2003*, OECD Publishing: Paris.
OCDE (2008), *Jobs for Immigrants. Labour market integration in Belgium, France, The Netherlands and Portugal*, volume 2, OECD Publishing: Paris.
OCDE (2010), *OECD Reviews of Migrant Education: Closing the Gap for Immigrant Students – policies, practice and performance*, OECD Publishing: Paris.
OCDE (2010b), *Open for Business. Migrant Entrepreneurship in OECD Countries*, Paris: OCDE.
OCDE (2013), *PISA 2012 Results: Excellence Through Equity: Giving Every Student the Chance to Succeed* (Volume II), PISA, OECD Publishing: Paris.
OCDE (2014), *Melhores competências, melhores empregos, melhores condições de vida: Uma abordagem estratégica das políticas de competências*, Publicação da OCDE.

Oliveira, C. R. (2004), *Estratégias empresariais de imigrantes em Portugal*, volume 10 do Observatório da Imigração, ACIME: Lisboa.
Oliveira, C. R. (2005), *Empresários de Origem Imigrante. Estratégias de Inserção Económica em Portugal,* Lisboa: ACIME, volume 2.
Oliveira, C. R. (2006), "Empresários de origem cabo-verdiana em Portugal: Estratégias de mobilidade ou situações de sobrevivência material temporária?", *Oficina do CES* n.º 243.
Oliveira, C. R. (2007), "Understanding the diversity of Immigrant entrepreneurial strategies", in Leo-Paul Dana (ed.), *Handbook of Research on International Entrepreneurship*, Edward Elgar.
Oliveira, C. R. (2008), "Determinantes das estratégias empresariais em Portugal", in Oliveira e Rath (org.), *Revista Migrações* do Observatório da Imigração, Número Temático *Empreendedorismo Imigrante*, Outubro, pp. 109-138.
Oliveira, C. R. (2010), "The determinants of immigrant entrepreneurship and employment creation in Portugal", in *Open for Business. Migrant Entrepreneurship in OECD Countries*, Paris: OCDE, pp. 125-148.
Oliveira, C. R. (2012), "Monitoring immigrant integration in Portugal: Managing the gap between available data and implemented policy", in Rob Bijl & Arjen Verweij (eds.), *Measuring and monitoring immigrant integration in Europe*, The Hague: The Netherlands Institute for Social Research (SCP), pp. 291-312.
Oliveira, C. R. (2014), "Empregadores estrangeiros em Portugal: o que os Censos nos ajudam a compreender", in *Revista Estudos Demográficos* (RED), volume 53, INE: Lisboa, pp. 7-33.
Oliveira, C. R. *et al.* (2006), *First Report – Indicators of Immigrant Integration*; INTI Project "Immigrants integration indicators"; ACIME: Lisbon.
Oliveira, C. R. *et al.* (2013), *Family Reunification in Portugal: the law in practice*, ACIDI: Lisbon.
Oliveira, C. R. e Fonseca, V. (2013), "Highly skilled immigrants in Portugal: analysing policy developments and its impacts with a typology", *Revista Migrações* do Observatório da Imigração, setembro, ACIDI: Lisboa, pp. 79-117.
Oliveira, C. R. e Inácio, A. (1999), "Naturalizações em Portugal (1985-1996)", Working Papers # 11, Lisboa: SociNova.
Oliveira, C. R. e Pires, C. (2010), *Imigração e sinistralidade laboral,* estudo 41 do Observatório da Imigração, Lisboa: ACIDI.
Oliveira, C. R. *et al.* (2014), *Political parties openness to immigrants in Portugal: between the opportunity structure and the individual perceptions,* projeto europeu DivPol, Lisboa: ACM.
Peixoto, J. (2008), "Imigração e mercado de trabalho em Portugal: investigação e tendências recentes", in Peixoto, J. (org.), *Revista Migrações – Número Temático Imigração e Mercado de Trabalho*, Abril, n.2, Lisboa: ACIDI, pp.20-46.
Peixoto, J. (coord.) *et al.* (2011), *Imigrantes e Segurança Social em Portugal*, estudo 49 do Observatório da Imigração, Lisboa: ACIDI.
Perdigão, M (coord.) *et al* (2005), *Português Língua Não Materna no Currículo Nacional – Documento Orientador*, Ministério da Educação - Direção Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular.
Pinto, P. (2013), "Contributos para um modelo de formação de professores em Português Língua não Materna", in Flores, C., Moreira, M. e Bizarro, R. (coord.), *Português Língua Não Materna: Investigação e Ensino*, Lisboa: Lidel, pp.184-187.
Raposo, P. e Togni, P. (2009), *Fluxos matrimoniais transnacionais entre brasileiras e portugueses: género e imigração*, estudo 38 do Observatório da Imigração, Lisboa: ACIDI.
Rosa, M. J. V., Seabra, H. e Santos, T. (2004), *Contributos dos imigrantes na demografia portuguesa*, estudo 4 do Observatório da Imigração, Lisboa: ACIME.
Rosário, E. *et al.* (2008), *Measuring integration. The Portuguese case. Regional indicators of social and labour market inclusion of third country nationals*, Transnational research project "Migrants' Integration Territorial Index"; IOM: Lisbon.

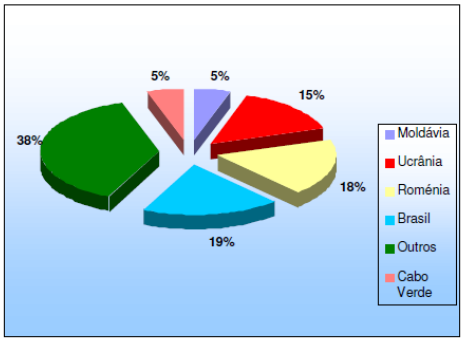
Rosário, E. *et al.* (2011), *Discursos do Racismo em Portugal: Essencialismo e inferiorização nas trocas coloniais sobre categorias minoritárias*, estudo 44 do Observatório da Imigração, Lisboa: ACIDI.
Santos, T. *et al.* (2009), *Research survey on migrants' experiences of racism and discrimination in Portugal,* Oeiras: Númena.
Sardinha, J. (2010), "Estratégias identitárias e esquemas de integração: os posicionamentos das associações angolanas, brasileiras e da Europa de Leste em Portugal", in Horta, A. P. B. (org.), *Associativismo Imigrante*, número temático da *Revista Migrações*, volume 6, Abril, Observatório da Imigração, Lisboa: ACIDI, pp. 59-80.
Seabra, H. e Santos, T. (2005), *A Criminalidade de estrangeiros em Portugal: um inquérito científico,* estudo 13 do Observatório da Imigração, Lisboa: ACIME.
Seabra, H. e Santos, T. (2006), *Reclusos estrangeiros em Portugal: esteios de uma problematização,* estudo 20 do Observatório da Imigração, Lisboa: ACIME.
Seabra, T. *et al.* (2011), *Trajetos e projetos de jovens descendentes de imigrantes à saída da escolaridade básica*, estudo 47 do Observatório da Imigração, Lisboa: ACIDI.
SEF (2008), *Annual Report on Migration and International Protection Statistics for Portugal 2008,* European Network on Migration.
SEF (2009), *Retorno assistido e reintegração em países terceiros: programas, estratégias e incentivos*, Rede Europeia para as Migrações.
SEF (2012), *A imigração de estudantes internacionais para a União Europeia: o caso português,* Rede Europeia para as Migrações.

OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES

IMIGRAÇÃO EM NÚMEROS

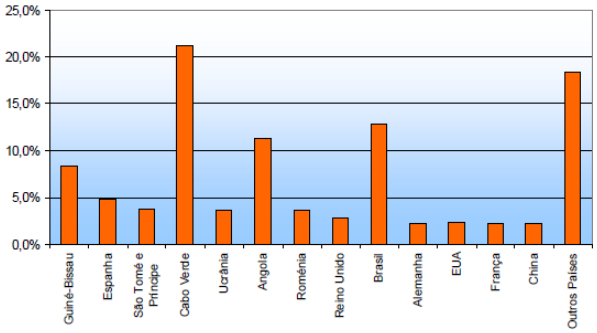
Nas últimas décadas a maioria dos Estados-membros da União Europeia viu aumentar a sua imigração. Para analisar os impactos da imigração nas sociedades de acolhimento e a situação de integração dessas mesmas populações torna-se fundamental monitorizar a realidade a partir de indicadores estatísticos disponíveis em diversas fontes de dados oficiais. Reconhecendo, porém, algumas dificuldades e lacunas na recolha e sistematização de informação estatística acerca do fenómeno imigratório, as instituições europeias e os Estados-membros têm reunido esforços para trabalharem num enquadramento comum que capacite os países para a recolha e publicação de dados acerca das populações imigrantes. Atendendo a que Portugal estava entre os Estados-membros que não dispunha de um sistema permanente de recolha e sistematização de informação estatística acerca da integração de imigrantes, no âmbito do segundo *Plano para a Integração de Imigrantes* (2010-2013) (PII), ficou prevista a medida 4, a implementar com o envolvimento das várias instituições públicas com dados estatísticos ou dados administrativos passíveis de tratamento estatístico acerca dos estrangeiros em Portugal. Este relatório estatístico decenal corresponde ao primeiro volume da Coleção "Imigração em Números" do Observatório das Migrações que procura contribuir para a necessária monitorização da integração dos imigrantes no país, analisando dados disponíveis de várias fontes nacionais para o intervalo temporal de 2001 a 2012.

Gráfico 1 Nacionalidades estrangeiras mais representativas em Portugal que solicitaram título de residência em 2007



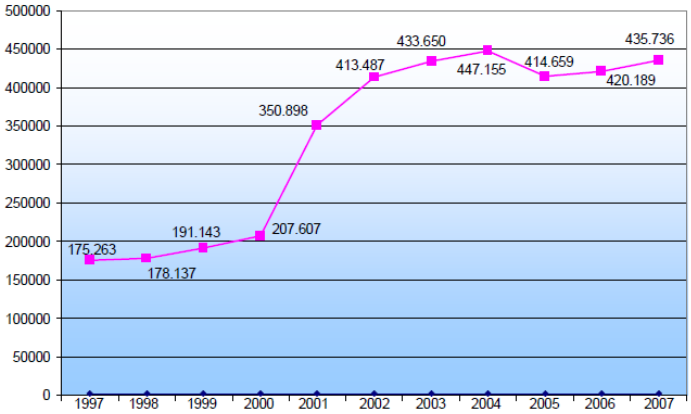
Fonte: SEF, Relatório de Actividades 2007 – Imigração, Fronteiras e Asilo.

Gráfico 2 Nacionalidades Estrangeiras mais representativas no Distrito de Lisboa, em 2007



Fonte: SEF, Dados Provisórios 2007; em http://www.sef.pt

Gráfico 3 · Evolução da População Estrangeira (Total de Residentes, Autorizações de Permanência e Prorrogações de Vistos de Longa Duração) em Portugal, 1997 – 2007



Fonte: SEF (2006 e 2007 - Dados Provisórios); em http://www.sef.pt

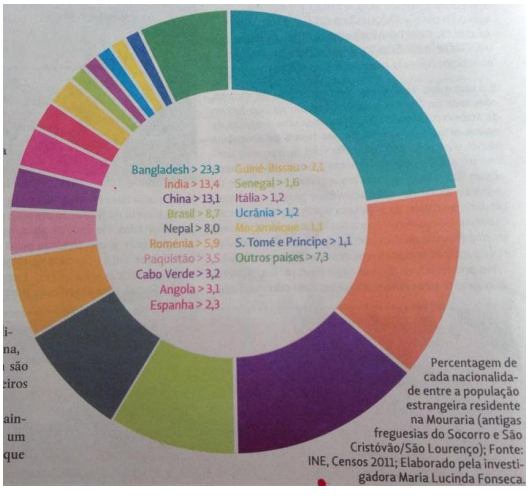


Gráfico 4 – Percentagem de cada nacionalidade entre a população estrangeira residente na Mouraria

Quadro 1 População Estrangeira em Território Nacional, por grandes Grupos Etários

População Estrangeira em Território Nacional por grandes Grupos Etários	Sexo	Total	Grupo Etário			
			0 - 19	20 - 39	40 - 64	65 e mais
TOTAL	**HM**	435.736	91.263	218.665	108.825	16.983
	H	240.096	48.369	120.265	63.292	8.170
	M	195.640	42.894	98.400	45.533	8.813
Títulos de Residência	HM	401.612	88.323	195.445	100.914	16.930
	H	219.765	46.857	106.225	58.535	8.148
	M	181.847	41.466	89.220	42.379	8.782
Prorrogações de Autorizações de Permanência	HM	5.741		3.753	1.986	2
	H	3.906		2.521	1.385	
	M	1.835		1.232	601	2
Prorrogações de Vistos de Longa Duração	HM	28.383	2.940	19.467	5.925	51
	H	16.425	1.512	11.519	3.372	22
	M	11.958	1.428	7.948	2.553	29

Fonte: SEF, Relatório de Actividades 2007 - Imigração, Fronteiras e Asilo.

Quadro 2 População Estrangeira Residente, por Situação Regular e por País de Origem no Distrito de Lisboa, em 2007

País	Títulos de Residentes (TR's)	Prorrogações de Autorizações de Permanência (AP's)	Prorrogações de Vistos de Longa Duração (VLD's)	Total	%
Cabo Verde	38.152	332	1.469	39.953	21,2
Brasil	18.444	973	4.980	24.397	12,9
Angola	19.603	354	1.292	21.249	11,3
Guiné-Bissau	14.580	150	984	15.714	8,3
Espanha	9.132	-	-	9.132	4,8
São Tomé e Príncipe	6.321	110	514	6.945	3,7
Ucrânia	4.999	529	1.329	6.857	3,6
Roménia	5.979	78	714	6.771	3,6
Reino Unido	5.229	-	-	5.229	2,8
EUA	4.485	-	114	4.599	2,4
Alemanha	4.393	-	-	4.393	2,3
França	4.331	-	-	4.331	2,3
China	3.920	27	357	4.304	2,3
Outros Países	31.016	477	3.149	34.642	18,4
Total	**170.584**	**3.030**	**14.902**	**188.516**	**100,0**

Fonte: SEF, Dados Provisórios de 2007; em http://www.sef.pt

ão

oi

ãe

õe

ei

eu

ai

ui

iu

au

ou

Consoante G/g



1. Escreva a consoante g:

G _____

_____

g _____

_____

2. Copie:

g	g	G	G
ga	ga	Ga	Ga
go	go	Go	Go
gu	gu	Gu	Gu

3. Faça a ligação entre os sons e as imagens.





ga



ge



gi





go





gu





4. Complete as frases seguintes.



A _____ é do amigo do Rui.



Vou comer um_____ de banana.



O nome do meu_____ é Tobias.



A _____ tem meias do menino.



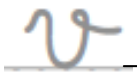
Sumo de melão com _____.

Consoante V/v

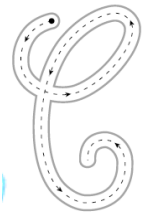


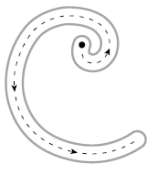
1. Escreva a consoante v:





Consoante C/c









3. Forme as palavras e ligue correctamente à imagem:

co + po = _____



vi + o + la = _____



ma + ca + co = _____



ca + bi + de = _____



ve + la = _____



va + ca = _____



ves + ti + do = _____



Ditongos ui/iu/oi/ou/ai/au

Nome:_____

Data:_____

1. **Escreva os ditongos seguintes:**

ui

iu

oi

ou

ai

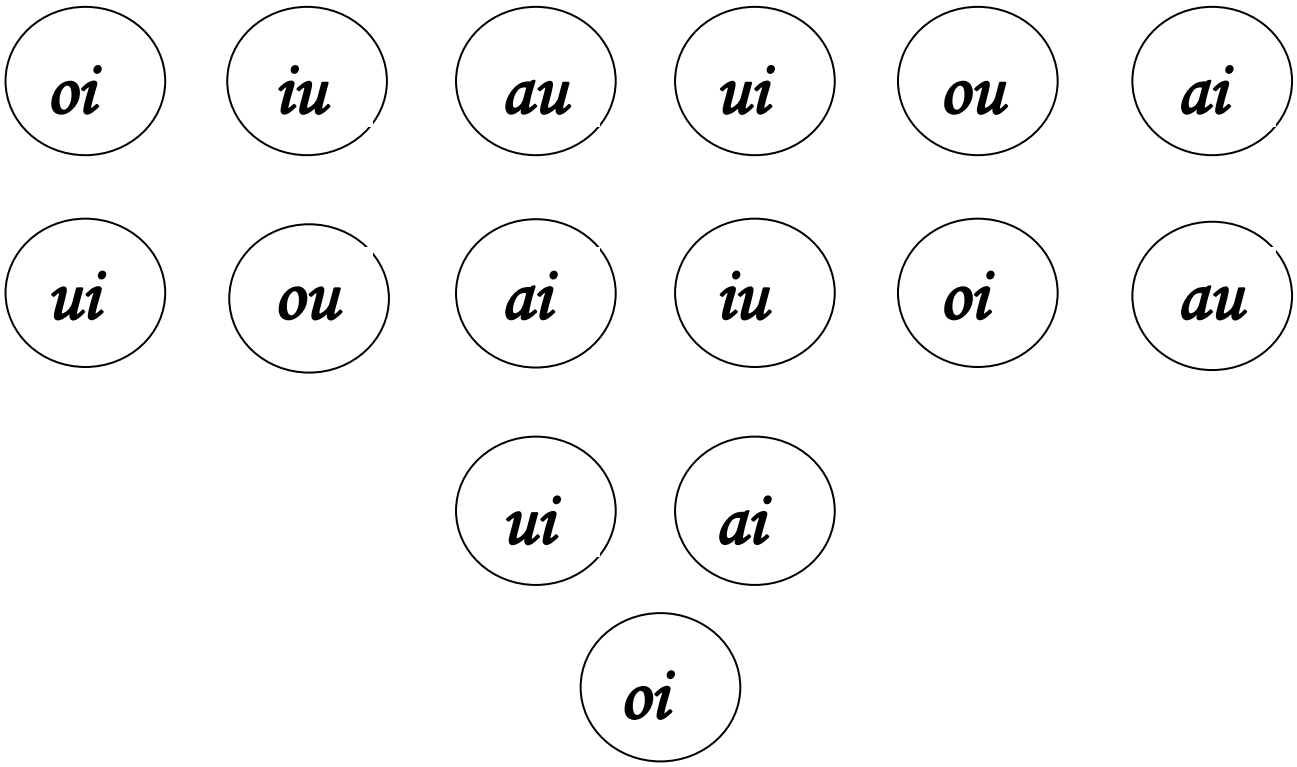
au

2. Circunde a vermelho os ditongos:

ui	*iu*	*oi*
ou	*ai*	*au*

Ouro	Caiu	Pau	Rui	Oito
Vivar	Pai	Partiu	Comboio	Saia
Cuidado	Papagaio	Ouvir	Ruivo	Fugiu

3. Pinte os ditongos iguais da mesma cor.



4. Ligue a imagem ao ditongo correspondente e complete a palavra ao lado.



iu Ca_____



ou T_____ro



ui C_____dado



au P_____



ai S_____a



oi Comb_____o

As Estações do Ano

1. Quais as estações do ano que conhece?

_____

_____

2. O que caracteriza cada uma das estações do ano?

I	P	V	O

3. Faca corresponder a imagem à estação do ano correcta.









Primavera

Inverno

Verão

Outono

4.Faça corresponder a data correcta a cada estação do ano.

O verão começa a…	*21de Setembro*
O Outono começa a…	*21 de Dezembro*
O Inverno começa a…	*21 de Março*
A Primavera começa a…	*21 de Junho*

5. Responda.

Em que estação do ano estamos? _____

Em que estação celebro o meu aniversário? _____

6. Liga correctamente.

Primavera	*Muito calor, as temperaturas são altas, o céu está limpo e os dias são maiores.*
Verão	*Fica muito frio, chove muito e chega a nevar.*
Outono	*O tempo volta a aquecer, o céu está menos encoberto, muitas flores.*
Inverno	*Começam as primeiras chuvas, o frio aparece, as árvores ficam despidas.*

Ficha Comida

1. Encontre na sopa de letras palavras relacionadas com a comida e escreva-as em seguida.

F	P	Ê	R	A	G	H	L	Ç	G
Q	R	H	B	i	F	A	N	A	M
D	H	B	A	T	A	T	A	N	V
T	O	M	A	T	E	X	P	Ã	O
P	S	K	B	A	N	A	N	A	Z
S	T	L	E	i	T	E	D	N	B
R	J	O	F	V	i	T	E	L	A

_____ _____

_____ _____

_____ _____

_____ _____

3. Ordene as palavras seguintes e escreva uma frase.

Vou	vitela	comer	com	batatas

O	vai	bife	Rui	de	vaca	comer

mãe	A	tomate	de	lata	uma	tem

menino	pêra	e	O	come	banana

Nani	A	leite	bebeu	comeu	e	pão

2. Forme as palavras e escreva-as em seguida:

ma	te	to	=	_____
te	vi	la	=	_____
fei	da	jo	a	= _____
na	ba	na	=	_____
fe	bi	=	_____	
ta	ba	ta	=	_____
bi	na	fa	=	_____
ra	pê	=	_____	
mi	co	da	=	_____

Ficha de Trabalho – Férias de Natal

1. Leia e copie as frases seguintes:

A Nani é uma menina.

_____

_____

É tempo de Natal.

_____

_____

O meu nome é Fatumata.

_____

_____

O teu nome é António.

_____

_____

O tomate é da mãe.

_____

_____

O meu neto é irmão do Rui.

_____

_____

A neta toma o leite.

_____

_____

A lupa é do menino.

O palito é do tio.

A tia tem uma mala.

Feliz Natal.

Ficha Revisões

1. Substitua as imagens por palavras e reescreva a frase.

A mãe deu uma  *ao Rui.*

_____

A  *para partir o*  .

_____

O  *toca.*

_____

A Ana bebe 

e come  .

_____

O  *é da Nani.*

_____

O  *come*  .

_____

A  é bonita.

A  é do Ruca.

O  caiu no  .

A  de  é da Joana.

A tia tem uma  .

A  do João bateu na  .

2. Ordena as letras e forme palavras e escreva-as em seguida:

ma	co	ca	=	_____
ta	ni	bo	=	_____
fo	le	te	ne	= _____
ne	ja	la	=	_____
po	co	=	_____	
ta	te	pe	=	_____
me	na	ni	=	_____
to	ra	=	_____	
ta	ba	ta	=	_____

Completa as frases com as palavras adequadas que se encontram em seguida.

Rui	banana	bolo	leite
vaca	nadar	bife	rua

Olá, o meu nome é _____ . Eu moro na_____da Janela Amarela. Eu e o meu tio fomos _____ e temos fome. Eu estou a beber _____ e a comer _____de _____. O meu tio está a comer um_____de _____

1. Encontre na sopa de letras palavras relacionadas com os estudos de caso lh e nh

F	C	O	E	L	H	O	L	Ç	M
F	R	A	B	E	L	H	A	H	i
i	H	M	i	N	H	O	C	A	L
L	G	U	N	H	A	X	P	Ç	H
H	G	A	L	i	N	H	A	Z	O
A	T	J	U	N	H	O	D	N	B
R	J	D	i	N	H	E	i	R	O

_____ _____

_____ _____

_____ _____

_____ _____

_____

3. Ordene as palavras seguintes e escreva uma frase.

milho	pão	e	A	come	galinha

O	dorme	coelho	Rui	do	na	palha

nome	O	filho	do	meu	é	Dani

telhado	minha	é	da	casa	amarelo	O

2. Forme as palavras e escreva-as em seguida:

e	co	lho	=	_____
lho	fi		=	_____
lha	te	do	=	_____
ra	a	nha	=	_____
lho	mi		=	_____
ga	nha	li	=	_____
bi	te	lhe	=	_____
lha	fo		=	_____
nhei	di	ro	=	_____

Casos da Língua – nh

1. Escreva:

nh _____

nha _____

nho _____

nhi _____

nho _____

nhu _____

2. Separe as sílabas e escreva as palavras.

unha → [ ] [ ] → _____

minha → [ ] [ ] → _____

aranha → [ ] [ ] [ ] → _____

pinheiro → [ ] [ ] [ ] → _____

banheira → [ ] [ ] [ ] → _____

amanhã → [ ] [ ] [ ] → _____

Junho → [ ] [ ] → _____

3. Escreva o nome das imagens seguintes.







_____ _____ _____







_____ _____ _____

4. Siga o exemplo e escreva as palavras:

mesa → *mesinha*

pato → _____

rato → _____

gato → _____

sapo → _____

4. Completa:

aranha	*bonitinha*	*galinha*
fofinho	*joaninha*	

A Maria e o Rui são amigos. O Rui tem uma_____ com duas patas. A Maria tem uma _____ e uma _____ que mora numa teia e tem oito patas. O Rui é _____ e a Maria é muito _____.

1 . A Maria e o Rui são:

irmãos ☐ amigos ☐ colegas ☐

2. Quantas patas tem a galinha do Rui:

uma ☐ duas ☐ sete ☐

3. Onde mora a aranha da Maria?

Resposta:_____

_____

4. Quantas patas tem a aranha da Maria:

seis ☐ oito ☐ sete ☐

5. A Maria é:

bonita ☐ fofinha ☐ bonitinha ☐

6. O Rui é um menino:

querido ☐ fofinho ☐ mau ☐

Os Transportes

1- Escreva o nome dos transportes que vê nas imagens.



_____



_____



_____



_____



_____



_____



_____



_____


Coroa 1
Zone 1
Coroa L
Zone L
Odivelas
Senhor Roubado
Ameixoeira
Lumiar
Quinta das Conchas
Telheiras
Campo Grande
Aeroporto
Encarnação
Moscavide
Oriente
Cabo Ruivo
Alvalade
Roma
Areeiro
Chelas
Bela Vista
Olivais
Olaias
Alameda
Saldanha
Cidade Universitária
Entre Campos
Campo Pequeno
Arroios
Anjos
Intendente
Martim Moniz
Rossio
Baixa-Chiado
Santa Apolónia
Terreiro do Paço
Picoas
Parque
Marquês de Pombal
Rato
Avenida
Restauradores
Cais do Sodré
S. Sebastião
Praça de Espanha
Jardim Zoológico
Laranjeiras
Alto dos Moinhos
Colégio Militar / Luz
Carnide
Pontinha
Alfornelos
Amadora Este
Rio Tejo
Lisboa

ãe	ai	ão	au	ei	eu
mãe	pai	pão	pau	leite	céu
pães	saia	cão	autocarro	peixe	meu
cães	baile	mão	aula	meias	chapéu
capitães	papaia	irmão	cacau	queijo	comeu
Guimarães	papagaio	camião	Austrália	baleia	pneu
iu	**õe**	**oi**	**ou**	**ui**	
caiu	põe	comboio	ouro	cuidado	
fugiu	balões	oito	ouvido	Rui	
riu	limões	biscoito	touro	ruiva	
partiu	peões	noite	cenoura	uivar	
subiu	melões	apoio	couve	muito	

Vogal A/a

Nome:_____

Data:_____

1. Escreva a vogal A/a

A _____

_____

a _____

_____

2. Rodeie a azul a vogal *A* e a vermelho a vogal *a*

António	*Flauta*	*Sapato*
Árvore	*Caixa*	*Autocarro*

3. Rodeie as imagens que têm o som da letra A









Vogal E/e

Nome:_____

Data:_____

1. Escreva a vogal E/e

E _____

_____

e _____

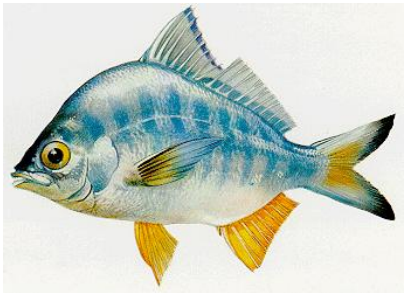
_____

2. Rodeie a azul a vogal *E* e a vermelho a vogal *e*

Janela	*Égua*	*Escola*
Telefone	*Estrela*	*Espanha*

3. Rodeie as imagens que têm o som da letra E








Vogal I/i

Nome:_____

Data:_____

1. Escreva a vogal *I/i*

I _____

_____

i _____

_____

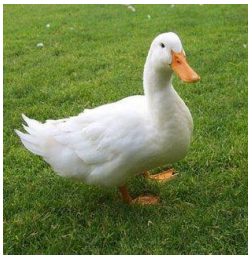
2. Rodeie a azul a vogal *I* e a vermelho a vogal *i*

Igreja	*Apito*	*Bicicleta*
Itália	*Girafa*	*Iogurte*

3. Rodeie as imagens que têm o som da letra I





Vogal O/o

Nome:_____

Data:_____

1. Escreva a vogal *O/o*

O _____

_____

o _____

_____

2. Rodeie a azul a vogal *O* e a vermelho a vogal *o*

Orlando	*Loto*	*Comboio*
Ovos	*Óculos*	*Sol*

3. Rodeie as imagens que têm o som da letra O













Vogal U/u

Nome:_____

Data:_____

1. Escreva a vogal *U/u*

U _____

_____

u _____

_____

2. Rodeie a azul a vogal *U* e a vermelho a vogal *u*

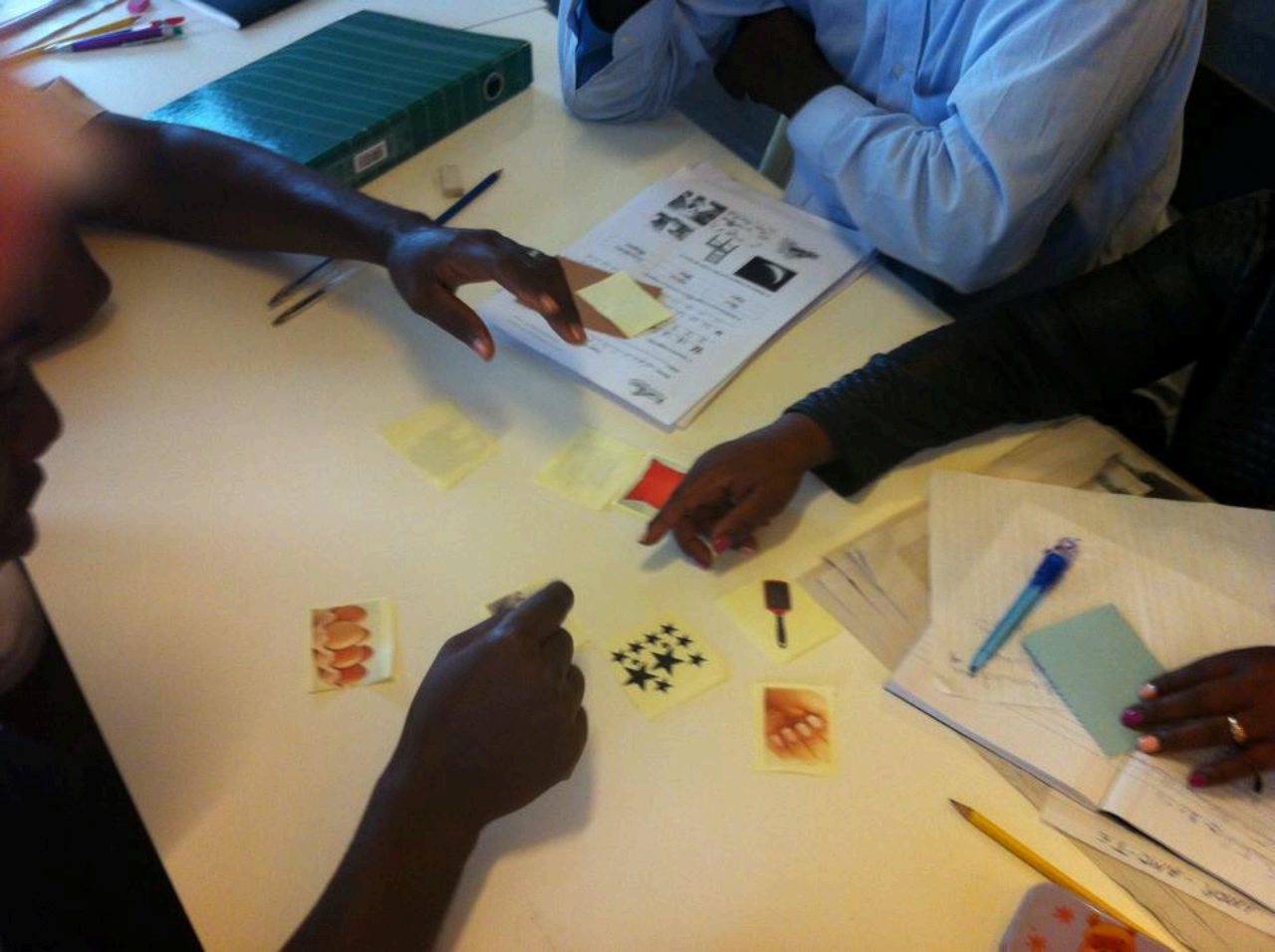
Urso	*Nuvem*	*Computador*
Lupa	*Uvas*	*Uruguai*

3. Rodeie as imagens que têm o som da letra U










A
e
u



06 | Reportagem

Tensões familiares sob olofotes do eatro São Luiz

Confrontar. Desconstruir. Reflecti
Estes são conceitos intrínsecos
apresentada no Teatro São Lu
Lisboa, no passado mês de Out
seniores da Mouraria que faze
do grupo de teatro Holofote.



...a **farmácia masculina da Rua da Mouraria** tem um cerro cómico?




A


SANGRIA






Rosa Mistica
?



Este curso foi...

* Excelente
* muito bom
* difícil mas gostei
* este curso foi bonito
* lindo
* gratificante



27 de Abril de 2015

no + ta = nota

pa + pa = papa

pi + pa = pipa

r. o + me = nome

r. a + ta = mata

ma + no = mano

mi + ma = mima

to ma = toma



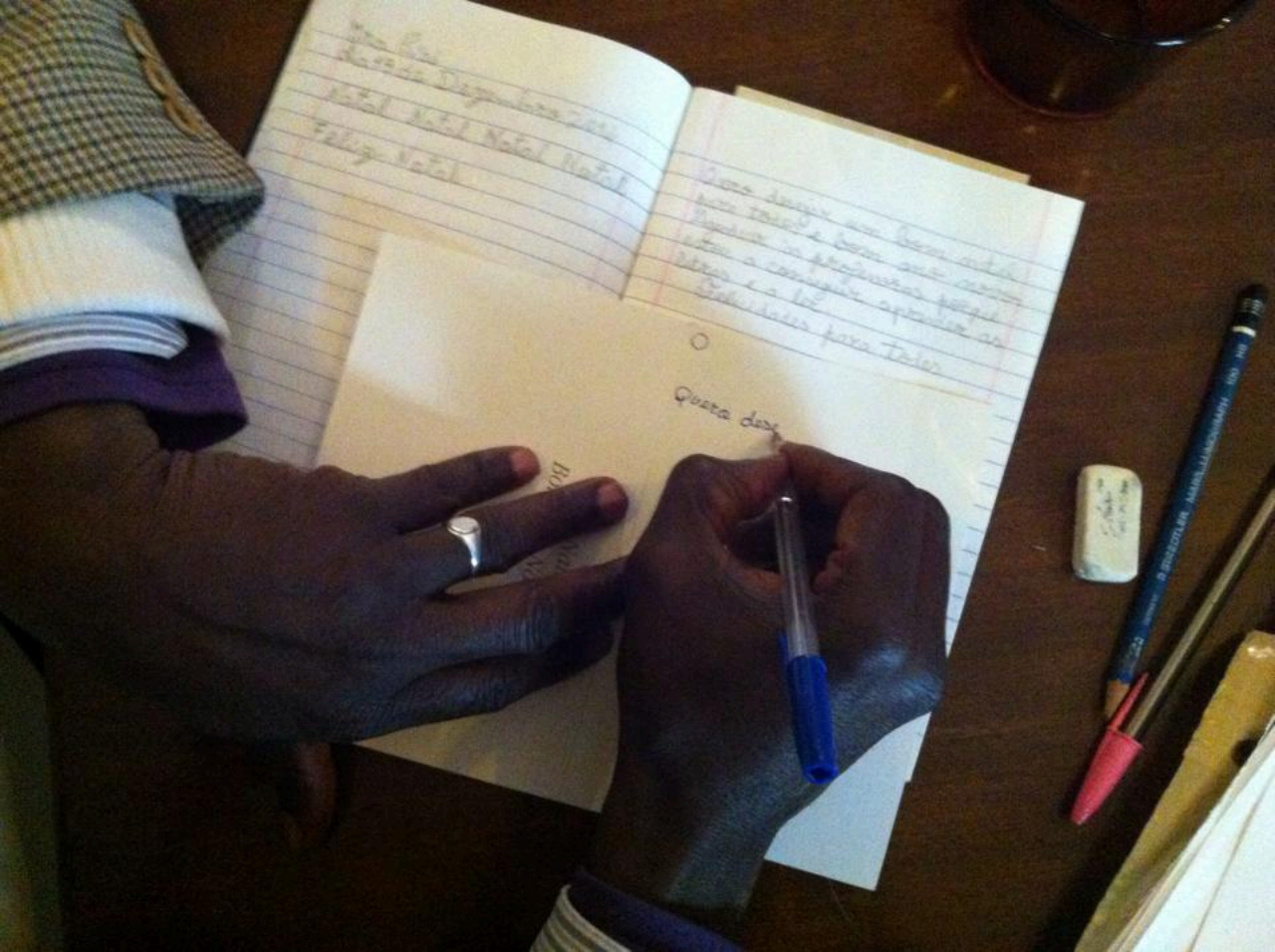

La Miseria
Deluxe





EU MAMADOU BHOYE CAMARA
QUERO AGRADECER A
MARIA À VÂNIA
E À ASSOCIAÇÃO E
DESEJAMOS
BOAS FESTAS A
TODOS. UM BOM ANO.
MAMADOU BHOYE CAMARA





no

ɔ̃

au

ei

ɥi

ɛ̃

ɔi

œ

ni



